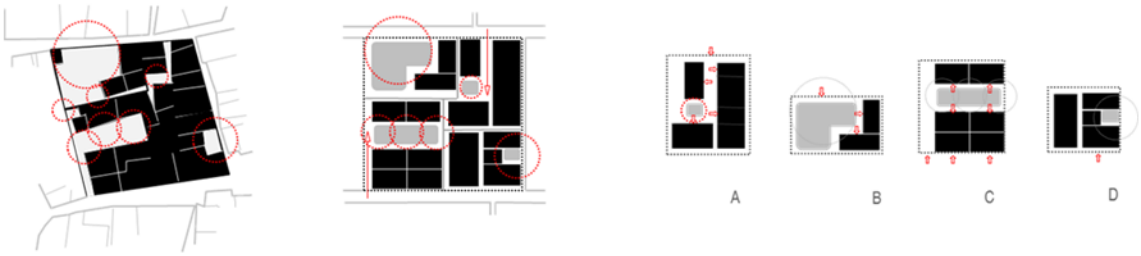
LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

os SIGNOS ESPACIAIS dos MUSSEQUES

Interpretação do tecido urbano não acreditado do Catambor

Ramo de Doutoramento - Urbanismo



Ângela Cristina de Branco Lima Mingas

Orientador
Doutor Sérgio Miguel Padrão Fernandes, Professor Associado
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutora

2024

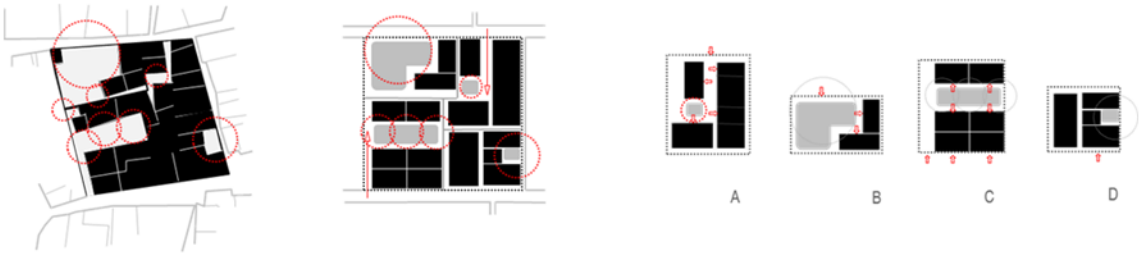
U LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

os SIGNOS ESPACIAIS dos MUSSEQUES

Interpretação do tecido urbano não acreditado do Catambor

Ramo de Doutoramento - Urbanismo



Ângela Cristina de Branco Lima Mingas

Orientador
Doutor Sérgio Miguel Padrão Fernandes. Professor Associado
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Presidente
Doutora Maria Madalena Aguiar da Cunha Matos. Professora Associada
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Vogais

Doutor Miguel José das Neves Pires Amado. Professor Catedrático
Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa

Doutor Allan James Cain. *Adjunct Research Professor*
Carleton University, School of Architecture and Urbanism, Ottawa, Canada

Doutor José Luís Mourato Crespo. Professor Associado
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Doutor Sérgio Miguel Padrão Fernandes. Professor Associado
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Doutora Ana Luísa da Silva Fernandes. Professora Auxiliar Convidada
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutora
Junho 2024

Resumo

Os Musseques representam, na generalidade, cerca de 80% do território da cidade de Luanda e como tal o maior desafio da urbanização do século XXI.

Por um lado, na sua maioria com precárias condições de habitabilidade o que transforma em vulnerável, mais de metade da população urbana. Por outro lado, a sua antiguidade centenária na narrativa da cidade, gerou um espaço social identitário que conjuga a ancestralidade Bantu, em especial da Nação Ambundo e Bakongo com a contemporaneidade híbrida Luandense, ou seja, incorpora os valores históricos, sociais e estéticos da cultura urbana.

O presente projecto de investigação tem como objectivo o estudo morfológico dos musseques com a perspectiva de ultrapassar um vazio epistemológico sobre os elementos que constroem o sistema urbano. O interesse maior vai para [1] os fundamentos da formação do espaço, [2] as dinâmicas da sua transformação e [3] a caracterização tipológica dos elementos significantes da sua paisagem.

Tendo como Objecto de Estudo os Musseques privilegiamos os mais antigos segundo os levantamentos do Gabinete de Habitação de Angola em 1974. Como caso de estudo principal escolhemos o musseque do Catambor localizado no Distrito Urbano da Maianga em Luanda e como casos de estudo complementares os musseques da Calemba, Mulemba e Mota.

Definimos um recorte temporal de aproximadamente 50 anos que inicia no último quartel do século 20 até à actualidade. Pretendemos analisar a evolução diacrónica do tecido urbano do musseque e assim chegar à teorização dos tipos significantes. Considerando as circunstâncias foi necessário recorrer aos princípios teóricos das escolas de morfologia como ponto de partida. Da italiana, o conceito de história operativa, da francesa e portuguesa, os métodos analíticos dos sistemas e elementos entre outros contributos pontuais que permitiram formular um método híbrido para a análise e diagnóstico dos musseques.

Os resultados conduziram-nos aos [1] processos de transformação do território e da arquitectura vernacular, à caracterização de [2] tipos habitacionais desde a célula até às formas de agregação habitacionais, [3] tipos de arruamentos com base no desempenho e funcionalidade e bem como à teorização dos signos espaciais à luz da filosofia cultural Bantu.

Com base nos resultados, julgamos ter contribuído de forma pertinente para [1] a criação de ferramentas de apoio à praxis da análise e diagnóstico dos musseques e consequentemente [2] intervir de forma sustentável para a sua integração na cidade contemporânea. Desta forma não só se aumentam as expectativas de garantir a preservação da autenticidade do tecido, legibilidade do espaço mas acima de qualquer outro objectivo, promover qualidade de vida para as populações mais vulneráveis da cidade.

Palavras – Chave

Musseques, Morfologia Urbana, Semiótica, Filosofia Bantu, Tipologia.

Abstract

The Musseques represent, in general, around 80% of Luanda's city and, as such, is the biggest urbanization challenge of the 21st century. On the one hand, most of them with poor living conditions, which makes more than half of the urban population vulnerable. On the other hand, its centennial antiquity in the city's narrative, generated a social identity space that combines Bantu ancestry, especially from the Ambundo and Bakongo Nation with Luanda's hybrid contemporaneity, that is, it incorporates the historical, social, and aesthetic values of urban culture.

This research project aims at the morphological study of the musseques with the perspective of overcoming an epistemological void about the elements that build the urban system. The main interest goes to [1] the fundamentals of the formation of space, [2] the dynamics of its transformation and [3] the typological characterization of the significant elements of its landscape.

Having as object of study the musseques, we privileged the oldest according to the surveys of the Housing Office of Angola in 1974. As a main case study, we chose the musseque of Catambor - located in the Urban District of Maianga in Luanda and as complementary case studies the musseques of Calemba, Mulemba and Mota.

We defined a time frame of approximately 50 years starting in the last quarter of the 20th century until the present day. We intend to analyse the diachronic evolution of the urban fabric of the musseque and thus arrive at the theorization of significant types. Considering the circumstances, it was necessary to resort to the theoretical principles of the schools of morphology as a starting point. From the Italian, the concept of operative history, from the French and Portuguese, the analytical methods of systems and elements among other specific contributions that allowed formulating a hybrid method for the analysis and diagnosis of musseques.

The results led us to [1] processes of transformation of the territory and vernacular architecture, the characterization of [2] housing types from the cell to the forms of housing aggregation, [3] types of streets based on performance and functionality and as well as the theorization of spatial signs in the light of Bantu cultural philosophy.

Based on the results, we believe that we have made a relevant contribution to [1] the creation of tools to support the praxis of analysis and diagnosis of musseques and consequently [2] intervene in a sustainable way for their integration into the contemporary city. In this way, not only are expectations raised to guarantee the preservation of the authenticity of the fabric, the legibility of the space, but above all other objectives, to promote quality of life for the most vulnerable populations in the city.

Keywords

Musseques, Urban Morphology, Semiotics, Bantu Philosophy, Typology,

Dedicatória

Ao meu pai (*in memoriam*)

Agradecimentos

Ao professor Fernando Moreira da Silva por me ter estimulado e acompanhado o meu percurso desde as aulas na Escola Superior de Belas Artes (ESBAL) até ao Doutoramento e ao meu padrinho Zeca (José Troufa Real), por ter sido o meu tutor na arquitectura como estudante e profissional.

Ao meu Orientador, Sérgio Padrão Fernandes por ter depositado confiança e ter aceitado o desafio de me introduzir no mundo do estudo da forma com segurança e paciência corrigindo os meus iniciáticos erros de navegação pelos caminhos da morfologia urbana.

Agradeço à Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, escola que me formou e que acolheu o desenvolvimento deste projecto de investigação com particular menção ao "Forma Urbis Lab". Aos professores em geral, um agradecimento especial pela generosa partilha de conhecimentos ao longo do curso.

Ao Maurício Ganduglia, ao Jair Traça e ao Mvemba Cidade, uma menção muito especial pelo contributo contínuo e sempre disponível para a investigação sobre os musseques mas acima de tudo pela amizade e companheirismo. Aos meus colegas de trabalho no Projecto de Investigação dos 'Musseques', Glória Kilanda, Márcia Miguéis, Leal dos Santos, Karol LG Silva, Denilson Gonçalves, Délcio Aparício, Nilda Batalha, que desde 2012 contribuíram pontualmente para esta empreitada.

Deixo ainda uma palavra especial aos que ajudaram a construir o Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola, José Godinho, Susana Matos, Marga Pomares, Valdemiro Alcântara, Maria João Faria, Ronaldo Fortes, Adalgisa Costa, Eliane, Tânia Gonçalves, e a todos os estudantes.

Não posso deixar de ressalvar a importância do Fórum de Arquitectura que durante os últimos dez anos tem constituído o principal cenário de debate, contributos e troca de experiências entre universidades angolanas, africanas, latino-americanas e europeias sobre o tema dos musseques e cujo contributo foi basilar para a estruturação deste projecto de investigação.

Um forte reconhecimento ao contributo das associações comunitárias nos musseques que temos estudado ao longo deste anos com particular relevância para Paulino Lubambo da 'Associação dos Naturais e Amigos do Catambor' (musseque do Catambor), António Paciência do 'Centro Cultural Kassemba' (musseque da Calemba), MC-Sacerdote do 'DizKuduru' (musseque Mota), Delfim Lemos da *Museke Smart* (musseque Mulemba) e Paulo Muenji da Nfulu Amuana (musseque Cazenga)

À minha família, não é possível descrever todos por isso dedico este espaço aos meus tios Óscar Branco Lima e André Mingas por me terem ensinado a desenhar e a construir o gosto pelas artes, à tia Amélia por me ter motivado para as questões da africanidade e às minhas manas, companheiras da minha vida toda. As menções especiais faço-as aos meus irmãos, Nayma, Cayo e Katila com sempre pude contar nesta caminhada, aos meus queridos pais, Ruy e Leta, a quem devo tudo que sou e que foram os meus mais efusivos torcedores e ao meu amado esposo, César, pelo companheirismo, motivação, suporte incondicional e tanto mais que não cabe dizer em palavras. Ao meu filho Kiary por ver nos seus olhos todas as promessas do futuro do nosso país.

Nota Prévia

Esta tese de doutoramento contém um total de 685 páginas distribuídas em: [1] Pré-texto): 32 páginas, [2] Texto: 492 páginas, [3] Pós-texto: 36 e [4] Apêndices: 124 páginas. Os Apêndices só estão disponíveis na versão digital.

O texto foi escrito em língua portuguesa com ortografia anterior ao acordo ortográfico de 1990 por razões estritas de habituação da autora. As citações estão todas em língua portuguesa, com tradução da autora e transcritas na língua original em nota de rodapé, no entanto, as citações em português pós-acordo ortográfico foram mantidas na grafia original, respeitando os autores. Ainda no domínio linguístico são utilizados na tese vocábulos em *kimbundu*, língua da Nação Ambundo, onde a cidade de Luanda está localizada e de onde algumas expressões são utilizadas comummente na língua portuguesa em Angola. Por essa razão, foi introduzido um glossário para facilitar a interpretação dos textos.

Em relação à Bibliografia, alguns documentos só estão disponíveis no Arquivo Documental do Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola, instituição onde a autora desenvolve a sua investigação. Por esta razão, as referências com indicação de "Disponível no Arquivo Documental do CEICA" poderão ser consultadas a partir do link disponível na referência. As fontes de informação corrente tais como as enciclopédias Infopédia (Porto Editora) e Britannica (*Encyclopædia* Britannica), bem como os dicionários jurídicos online Lexionário (Diário da República – Portugal) e Lexlink, serão referências indicadas no texto mas não estarão integradas nas referências bibliográficas por razões de contenção textual.

A informação utilizada para o desenvolvimento desta tese é resultado de diferentes Projectos de Investigação sobre diferentes territórios na cidade de Luanda coordenado pela autora desde 2012, Integrado na Linha Temática "Musseques" da Área de Planeamento e Urbanismo do CEICA da Universidade Lusíada de Angola. Todos os anos é apresentado um Relatório de onde constam os trabalhos produzidos por equipas de professores, estudantes e assistentes de investigação. Os trabalhos desenvolvidos até a data contemplam, Compilação de Fontes Bibliográficas, Documentários, Levantamentos Urbanísticos, Análise e Diagnóstico de Patologias Urbanas, Ensaios, Arquivo Iconográfico entre outros.

Considerando o facto do Instituto de Geografia e Cartografia de Angola não ter actualizado o seu acervo Cartográfico desde 1988, aliado ao facto de que os musseques de Luanda não têm sido alvo de estudos topográficos específicos, toda a cartografia utilizada para este trabalho foi produzida exclusivamente pela equipa técnica do CEICA recorrendo a técnicas tais como processamento digital das imagens, fotointerpretação entre outras que serão explicadas com pormenor no capítulo dedicado à metodologia.

Índices

I Resumo
III *Abstract*
V Dedicatória
VII Agradecimentos
IX Nota Prévia
XI Índice
XII Índice Geral
XIX Índice de Figuras
XXIX Índice de Quadros e Tabelas
XXXI Lista de Acrónimos e Abreviaturas

Introdução **2**

Parte I **12**

14 Capítulo 1 – Problematização
58 Capítulo 2 – Estado da Arte

Parte II **148**

150 Capítulo 3 – Conceptualização dos Signos Espaciais
228 Capítulo 4– Metodologia

Parte III **266**

268 Capítulo 5– O Musseque do Catambor
408 Capítulo 6 – Mulemba, Calemba e Mota
470 Capítulo 7 – Os Signos Espaciais como Tipos Urbanos

Conclusões **482**

496 Quadros e Tabelas
506 Glossário
512 Referências Bibliográficas

Apêndices **530**

Anexos **645**

Índice Geral

Abertura

I **Resumo / Palavras - Chave**
III ***Abstract* / *Keywords***
V **Dedicatória**
VI **Agradecimentos**
XIX **Nota Prévia**
XI **Índice**
XIII **Índice Geral**
XIX **Índice de Figuras**
XXIX **Índice de Quadros e Tabelas**
XXXI **Lista de Acrónimos e Abreviaturas**

Introdução **2**

3 **Sobre o Tema**
6 **Sobre a Investigação**
10 **Sobre a estrutura da tese**

Parte I **Enquadramento**

Capítulo 1 **14** **Problematização**
15 **Nota Introdutória**
17 **1.1 Surgimento, Evolução e Contemporaneidade dos Musseque em Luanda**
17 1.1.1 O musseque como território ancestral
19 1.1.2 Da exclusão segregada da escravocracia à integração colonial controlada
43 1.1.3 A contemporaneidade: da Requalificação à não Regenerabilidade
50 **1.2 O Musseque como Lugar Identitário (Espaço Social)**
50 1.2.1 O musseque como comunidade urbana
52 1.2.2 O musseque como espaço geográfico
55 1.2.3 Síntese
56 **Considerações Finais e Questão da Investigação**

Capítulo 2 **58** **Estado Da Arte**
59 **Nota Introdutória**
61 **2.1 Morfologia Urbana**
61 2.1.1 Do Urbanismo à Morfologia
74 2.1.2 As escolas de morfologia urbana
84 2.1.3 O desafio da morfologia urbana no continente Africano
102 **2.2 Semiose Urbana**
102 2.2.1 Semiótica e Etno-Filosofia
111 2.2.2 Representação e Significação do Espaço Social Bantu
120 **2.3 Musseques: Conceitos, Tipologias e Habitação**
120 2.3.1 Conceito e Temporalidade
124 2.3.2 Tipologia e Ordem
135 2.3.3 Habitação nos musseques
146 **Considerações Finais**

Parte II **Conceptualização dos Signos Espaciais**

Capítulo 3
150 **Conceptualização dos Signos Espaciais**
151 **Nota Introdutória**
153 **3.1 O legado urbano da ancestralidade bantu**
154 3.1.1 Espaço cosmológico da Dikenga: o caso de Mbanza Kongo
170 3.1.2 A produção do espaço habitacional
190 **3.2 O musseque como paisagem cultural e polissémica**
190 3.2.1 A complexidade organizada
192 3.2.2 Os arquétipos da complexidade: o caso do Catambor
197 **3.3 Conceptualização Teórica "Os Signos Espaciais"**
197 3.3.1 Sistema Habitacional Triádico
202 3.3.2 Unidades de Agregação
205 3.3.3 A Rua Perimetral
212 3.3.4 A Unidade Morfológica
226 **Considerações Finais e a Hipótese da Tese**

Capítulo 4
228 **Metodologia**
229 **Nota Introdutória**
231 **4.1 Metodologia**
231 4.1.1 Princípios para a Metodologia
232 4.1.2 Definição da metodologia
234 **4.2 Processo metodológico**
235 4.2.1 O processo de conceptualização do modelo teórico.
237 4.2.2 O processo de comprovação do Conceito e Formulação do Modelo Teórico
239 **4.3 Preparação das Ferramentas Metodológicas**
239 4.3.1 Cartografia digital
253 4.3.2 Matrizes para o levantamento urbanístico
262 4.3.3 Inquéritos (Entrevistas e Questionários)
625 **Considerações Finais**

Parte III **Leitura, Análise e Diagnóstico**

Capítulo 5
268 **Catambor**
269 **Nota Introdutória**
271 **5.1 Enquadramento Histórico e Sócio-cultural**
274 **5.2 O Reconhecimento Territorial**
274 5.2.1 A Abordagem Global "A vela"
290 5.2.2 A abordagem Específica "O Morro da Maianga"
232 **5.3 Análise e Interpretação Urbana**
232 5.3.1 Os processos da transformação diacrónica
342 5.3.2 Caracterização dos Elementos da Paisagem Urbana
403 **Conclusões preliminares**

Capítulo 6 **408** **Calemba, Mulemba e Mota**
409 **Nota Introdutória**
411 **6.1 Enquadramento**
411 6.1.1 Histórico e Sócio-cultural Comunitário
412 6.1.2 Aplicação do processo indutivo
414 **6.2. Caracterização Morfológica**
414 6.2.1 Calemba
430 6.2.2 Mulemba
446 6.2.3 Mota
462 **6.3. Análise Comparativa**
462 6.3.1 Sistemas Habitacionais Triádicos
464 6.3.2 Unidades de Agregação e a Capilaridade
465 6.3.3 Rede Perimetral
467 6.3.4 Unidades Morfológicas
468 **Conclusões Preliminares**

Capítulo 7 **470** **Os Signos Espaciais Como Tipos Urbanos**
471 **Nota Introdutória**
473 **7.1 Sistema Habitacional Triádico - A Casa**
473 7.1.1 Organização da forma e do espaço
474 7.1.2 Princípios de Ordem
475 **7.2 Unidade de Agregação - O "Bloco Urbano"**
475 7.2.1 Organização da forma e do espaço
475 **7.3 Rede Rizomática - As Ruas, intersecções e vazios**
476 **7.4 O Musseque - Unidade Morfológica**
476 7.4.1 Sobre a localização e propriedade
477 7.4.2 Sobre as características físicas
478 7.4.3 Sobre a predominância do uso dos solos
479 7.4.4 Sobre as Comunidades
479 **Conclusões Preliminares**

Conclusões **482**
485 **Recomendações para responder à Questão da Investigação**
485 Representatividade e valor histórico-cultural
487 Transformação e Adaptabilidade Tipológica e a fragmentação do valor social
490 Dessignificação e desfiguração estética.
492 **Impacto e Contributos**
492 **Continuidade**

494 **Bibliografia**
512 **Glossário**
518 **Quadros e Tabelas**

Apêndice **528**

118p **Amostragem - Levantamento Urbanístico das Amostras**

6p **Lista dos Musseques identificados em diversas fontes e correspondência com datas específicas**

Anexos **654**

18p **Mingas, Â (Coord.). 2014 (2014). Relatório Musseques – Ingombota, Bairro Operário e Catambor. Luanda: CEICA Universidade Lusíada de Angola**

126p **Mingas, Â (Coord.). (2021). Relatório Musseques – Catambor, Calemba, Mulemba e Mota. Luanda: CEICA Universidade Lusíada de Angola**

32p **Mingas, A. C. D. B. L. (2022). Cidades em Angola: entre o conflito de urbanidades e a necessária mudança de paradigma. Laje, 1(1), 174-205**

22p **Mingas, Ângela (2021). Construindo um conceito de rua aplicado aos musseques, (City Streets 5. Aceite pela Comissão Científica mas ainda não publicado)**

18p **Cartografia Histórica de Luanda (Compilação)**

Índice de Figuras

Introdução

Fig. 0.1 | pág. 8
Levantamento efectuado em 1974 com o mapeamento dos vinte Musseques da cidade de Luanda
Troufa Real, José. (2011).

Capítulo 1

Fig. 1.1 | pág. 18
Reino do Ndongo identificando as províncias Ilamba, Moseche e Kissama. Secção do Mapa da "Baixa Guiné"
(Weimar Geographische Institut. 1806)

Fig. 1.2 | pág. 21
Planta da Cidade de Luanda 1796
Pepetela 1990 Luandando. Porto: ELF Aquitaine

Fig. 1.3 | pág. 21
Planta da Cidade de Luanda do século XIX, 1862.
Pepetela 1990. Luandando. Porto: ELF Aquitaine

Fig. 1.4 | pág. 21
Mapa "Bairros e Mussekes de Luanda em 1940"
(Correia, 2018, p. 10)

Fig. 1.5 | pág. 23
Planta de Localização dos Musseques e Raios de Expansão (1974)

Fig. 1.6 | pág. 25
Esquiço do Plano de Urbanização Ettiénne de Groer e David Moreira da Silva de 1941.
(Correia, 2018)

Fig. 1.7 | pág. 25
Mapa da Cidade de Luanda
(Amaral, 1983)

Fig. 1.8 | pág. 25
Divisão política entre 1960 (mancha) e 1970 (delimitação).
(Amaral, 1983, p.301 e 313)

Fig. 1.9 | pág. 26
Planta Turística da Cidade de Luanda (1953)
Arquivo CEICA

Fig. 1.10 | pág. 30
Bairro Indígena "Os Congolenses"
(CITAngola. 1965)

Fig. 1.11 | pág. 30
Bairro Indígena "Pescadores".
(Fonte, 2012)

Fig. 1.12 | pág. 30
Bairro Indígena dos pescadores Ilha de Luanda 1963.
(Fonte, 2012)

Fig. 1.13 | pág. 30
Bairro Indígena do Cazenga.
(CITAngola. 1965)

Fig. 1.14 | pág. 30
Bairro Indígena "Bairro Operário". Secção da Planta de Luanda. 1939
Arquivo CEICA

Fig. 1.15 | pág. 31
Township Cape Town
(Watson, 2002)

Fig. 1.16 | pág. 31
Township Medowlands
(Hickel. 2014)

Fig. 1.17 | pág. 34
Unidade de Vizinhança n.º 4. Arquivo Histórico Ultramarino
Correia, Maria Alice Mendes. (2018). O modelo do urbanismo e da arquitetura do movimento moderno - Luanda 1950/1975. São Paulo: Universidade de São Paulo. | p.193

Fig. 1.18 | pág. 34
Unidade de Vizinhança n.º 2. Arquivo Histórico Ultramarino
(Correia, 2018, p.191

Fig. 1.19 | pág. 36/37
Sobreposição entre os Musseques e as Unidades de Vizinhança com base no Diagrama de Troufa Real e no PU1962 da CML sobre a Cartografia de 1988 do IGCA

Fig. 1.20 I pág. 39
Planta da Cidade de Luanda (1954) A. Catambor, B. Burity, C.Mota,D.Marçal,1.Cine Colonial,2.Mercado do S.Paulo,3.Gajajeira.

Fig. 1.21 | pág. 42
Localização dos Musseques durante o períodos da Escravatura, Colonial e Republicano recorrendo às fontes Troufa Real (2011) e Cain (2010).

Fig. 1.22 | pág. 44
Novo Bairro "Golfe". Luanda 1975
(Troufa Real. 2011)

Fig. 1.23 | pág. 45
Casa Modular.
Cain, Allan. (1986). p.14

Fig. 1.24 | pág. 48
Enquadramento territorial dos musseques de Luanda recorrendo às fontes GPL (2015a) e INE (2016)

Fig. 1.25 | pág. 52
Marginal de Luanda vista a partir do extinto musseque da Chicala II.
(Luchansky, 2013).

Capítulo II

Fig. 2.1 | pág. 65
Planta de um Falanstério ou Palácio habitado por uma Falange industrial. (sup. esq.)
(Fourier, 2003)

Fig. 2.02 | pág. 65
Planta do Familistério de Guise, desenhada pelo industrial Jean-Baptiste André Godin segundo o Falanstério de Fourier. (sup. dir.)
(Le projet du Familistère, 1859)

Fig. 2.03 | pág. 65
A cidade de Fourier (cen. Esq.)
(Henket, 2002)

Fig. 2.04 | pág. 65
Vista panorâmica de uma comunidade em New Harmony, Indiana, Estados Unidos, proposta por Robert Owen. Gravura de F. Bate (cen. Dir.)
(Bate, 1838)

Fig. 2.05 | pág. 65
Cidade Industrial de Tony Garnier (inf. Esq.)
(Garnier, 1904)

Fig. 2.06 | pág. 65
Cidade Contemporânea de Le Corbusier,
(Le Corbusier, 1922)

Fig. 2.07 | pág. 69
Cidade Jardim Ebenezer Howard
(Howard, 1902)

Fig. 2.08 | pág. 69
Plano Original da cidade de Letchworth de Barry Parker e Raymond Unwin
(Unwin, 1913)

Fig. 2.09 | pág. 69
Subúrbio 'Hampstead Garden' de Londres
Unwin, R. (1909).

Fig. 2.10 | pág. 72
Tabela 1 - Plantas das Cidades Alemãs (esq.)
(Fritz, Johannes, 1894, p.47

Fig. 2.11 | pág. 72
The Urban Fringe Belt of Alnwick (dir.)
(Conzen, 1960).

Fig. 2.12 | pág. 81
Paradigmas do crescimento urbano
(Solà Morales, 1997, p.21)

Fig. 2.13 | pág. 83
Mapa conceptual dos principais elementos da Morfologia Urbana
(Lamas, 1993 apud Saboya, 2010)

Fig. 2.14 | pág. 87
Cidade de Timbuktu Autor: Henrich Barth (séc. XIX)
(Barth , 1852)

Fig. 2.15 | pág. 87
Cidade de Benin Autor: H. Ling Roth (séc. XIX)
(Koutonin, 2016).

Fig. 2.16 | pág. 87
Kumasi, Gold Coast, África Ocidental, no final do século XIX.
(Brown, 1876).

Fig. 2.17 l pág. 89
Cidade-Estado de Kilwa (1572)
Braun, G., & Hogenberg, F. (2019)

Fig. 2.18 | pág. 92
Mapa de Implantação da Cidade de Timgad
Fabrizi, Maria Bruna (2017).

Fig. 2.19 | pág. 92
Quarteirões Habitacionais na cidade de Timgad
Bianca, Stefano. (2000). p.39)

Fig. 2.20 | pág. 94
Parcelamento de um cluster habitacional na Medina de Fez
Bianca, Stefano. (2000). p.38)

Fig. 2.21 | pág. 94
Arruamentos e distribuição dentro de uma unidade de agregação habitacional num cluster habitacional.
Bianca, Stefano. (2000). p.39)

Fig. 2.22 (esq.) | pág. 95
Descrição: um aglomerado habitacional localizado na parte sudeste da Medina de Fez. Imagem editada de Stephano Bianca, 2000.
(The Spatial and Social Fabric of the Fes Medina." 2020).

Fig. 2.23 | pág. 95
Diagrama do processo de Desenvolvimento da Medina de Fez
(The Spatial and Social Fabric of the Fes Medina." 2020).

Fig. 2.24 l pág. 97
Mapa de Saint Louis, Senegal (1942)
GSGS. (1942).

Fig. 2.25 l pág. 97
Mapa da Cidade do Cabo - Arco da Colónia do Cabo (1882)
(Map of Cape Town - Cape Colony Arch, 1882

Fig. 2.26 l pág. 100
Morfologia do local. Morro de São Paulo e litoral da Baia
(Mingas, 2011)

Fig. 2.27 l pág. 101
Fortaleza de São Miguel vista da Baia de Luanda
(HPIP, sd)

Fig. 2.28 | pág. 118
Diagrama de uma vila Dogon
Griaule, M. (1965)

Fig. 2.29 | pág. 118
Diagrama de uma Vila Dogon em correspondência com o corpo humano
(Sénamé Koffi, 2020)

Fig. 2.30 | pág. 119
Mussumba do Mwanta Yamvu (Cidade Capital do Estado Lunda desenhada de acordo com a configuração da tartaruga.)
(Carvalho, 1890, p.227)

Fig. 2.31 | pág. 119
Diagramas do espaço público e privado da Mussumba do Mwanta Yamvu

Fig. 2.32 | pág. 126
Habitação de Classe Média e Alta
(Troufa Real, 2011).

Fig. 2.33 | pág. 126
Habitação Social
(Troufa Real, 2011).

Fig. 2.34 | pág. 126
Habitação Clandestina
(Troufa Real, 2011).

Fig. 2.35 | pág. 126
Musseque
(Troufa Real, 2011).

Fig. 2.36 | pág. 126
Sanzalas
(Troufa Real, 2011).

Fig. 2.37 | pág. 128
Musseques antigos. Val Saroca
Development Workshop, 2005 p.87

Fig. 2.38 | pág. 128
Musseques ordenados. Mabor Malha
Development Workshop, 2005 p.87

Fig. 02.39 | pág. 128
Musseques em transição. Bairro Catambor
Development Workshop. (2005) p.87

Fig. 2.40 | pág. 128
Musseques periféricos. Bairro Augusto N'gangula
Development Workshop. (2005). p.87

Fig. 2.41 | pág. 130
Musseques Estruturados. 'Bairro Popular'
Governo Provincial de Luanda 'et al'. (2015g)

Fig. 2.42 | pág. 130
Musseques não-estruturados. Bairro do Golfe
Governo Provincial de Luanda 'et al'. (2015g)

Fig. 2.43 | pág. 130
Musseques Dispersos. Mulenvos
Governo Provincial de Luanda 'et al'. (2015g)

Fig. 2.44 | pág. 133
Bairros Indígenas: Tecido e Síntese do Traçado. Bairro Operário (esq.) e 'Bês' (dir.)
Google Earth. 2013

Fig. 2.45 | pág. 134
Musseques: Tecido e Síntese do Traçado. Musseques Ordenados (esq.) | Musseques Antigos / Transição (cen.) | Musseques Dispersos (dir.)
DW 2015

Fig. 2.46 | pág. 137
Casa da Família Ricardo. Planta Diagramática (esq.), fotografia do acesso à casa principal (sup. dir.) e fotografia do 'Comboio' que ocupa o 2º e 3º quadrantes (inf. Dir.)
(Winden, 1996, p. 20)

Fig. 2.47 | pág. 137
Diagramas Interpretativos do processo de Ocupação e Organização da Casa da família Ricardo

Fig. 2.48 | pág. 139
Localização do Novo Bairro do Golfe (NBG) na cidade de Luanda
(Troufa Real, 2011). p.68

Fig. 2.49 | pág. 139
Localização do Novo Bairro do Golfe (NBG) no mapa topográfico do território da cidade de Luanda
(Troufa Real, 2011). p.70

Fig. 2.50 | pág. 140
Fotografia do Musseque do Golfe
(Troufa Real, 2011, p.78)

Fig. 2.51 | pág. 140
Mapa Sinóptico do musseque do Golfe.
(Troufa Real, 2011, p79)

Fig. 2.52 | pág. 140
Esquema de Implantação das Moradias do mapa sinóptico de Troufa Real.

Fig. 2.53 | pág. 143
"*Estado actual de um hectare no 'muceque Samba*"
(OTU, 1973, p.63)

Fig. 2.54 | pág. 143
"*Definição de 33-35 lotes de 150m2 no hectare escolhido no 'muceque' Samba.*"
(OTU, 1973, p.64)

Fig. 2.55 | pág. 143
"*Aplicação dos 'standards' de zonas de lotes económicos no hectare escolhido no 'muceque' Samba*."
(OTU, 1973, p.65)

Fig. 2.56 | pág. 145
Habitação Evolutiva no Musseque. Diagramas de Interpretação em três fases: (1) Módulo inicial (2x4 ou 4x8), (2) Replicação do Módulo Inicial; (3) Cobertura

Fig. 2.57 | pág. 145
Habitação Evolutiva no Musseque. Diagramas de Interpretação da relação proporcional entre edifício e logradouro.

Fig. 2.58 | pág. 147
Modelo Teórico. "Convivência Ordem/Desordem"

Capítulo 3

Fig. 3.01 | pág. 158
Mbanza Kongo Representação do círculo de ocupação territorial Sector Interior.
Base Cartográfica in *https://pt-br.topographic-map.com/maps8p57/Luanda/?center=-8.81341%2C13.26513&zoom=14*

Fig. 3.02 | pág.158
Mbanza Kongo Representação do círculo de ocupação territorial Sector Exterior
Base Cartográfica in *https://pt-br.topographic-map.com/maps8p57/Luanda/?center=-8.81341%2C13.26513&zoom=14*

Fig. 3.03 | pág. 162
Representação da Dikenga
(Fu-Kiau Bunseki-Lumanisa, 1994. p. 23)

Fig. 3.04 | pág. 162
Representações da Dikenga adaptadas a partir do autor Bunseki Fu Kiau
Fu-Kiau, Bunseki. (1969).

Fig. 3.05 | pág. 162
Representações da Dikenga adaptadas a partir dos autores Robert Farris Thompson e Joseph Cornet
Thompson, 1981

Fig. 3.06 | pág. 163
Dikenga Dya Kongo. Representação Bidimensional

Fig. 3.07 | pág. 163
Dikenga Dya Kongo. Interpretação e representação Tridimensional

Fig. 3.08 | pág. 169
Modelo Teórico da interpretação do cosmograma Dikenga em Mbanza Kongo

Fig. 3.09 I pág.169
Secção do Mapa de tamanho A4, mostrando os limites da zona proposta (Mbanza Kongo) e a zona tampão.
(UNESCO 2017)

Fig. 3.10 | pág. 170
Diagramas interpretativos dos aldeamentos segundo Leonard D. Ngcongco e Jan Vansina

Fig. 3.11 | pág. 171
Tipologias de Assentamentos na Idade do Ferro segundo Tim Maggs.
Type N layout, Type V layout, Type Z layout
(Maggs, 1976 p. 321)

Fig. 3.10 | pág. 172
Imagem de um Eumbo Kwanyama
(Amaral, 2002. p.73)

Fig. 3.11 | pág. 173
Tipologias da Habitação tradicional angolana.
(Redinha, 1973. p.44)

Fig. 3.12 | pág. 174
Construção de Casa Tradicional no Congo
(Elisofon, 1970)

Fig. 3.13 | pág. 174
"Uma habitação nas proximidades de Catete. Pau-a-pique. Paredes rebocadas com argila clara, alisada. Rodapé castanho-escuro. Um cubículo anexo e cercado de troncos. Três divisórias interiores. Modelo Tradicional aculturado."
(Redinha, 1973).

Fig. 3.14 | pág. 176
Exemplo de uma unidade habitacional em Nguensh, Mbanza Real Bakuba – Kongo. a) Vista posterior, b) Vista Frontal
(Zaragozà Anglès, 2022)

Fig. 3.15 | pág. 180
Casas Compostas no Gana; [1] rural. [2] urbana [3] Corte e Planta.
(UN-Habitat, 2011. p. 46)

Fig. 3.16 | pág. 180
Casa Mesakin Quisar. Nação Nuba, Sudão. [1] Alçado, 2] Planta com a distribuição e função dos módulos. Mesakin Quisar House. Nuba people in Sudan)

Fig. 3.17 | pág. 183
Planta da Cubata Suburbana. Rectangular com divisória, cama (ou camas) sobre tarimba e bancada de troncos para utensílios.
(Redinha, 1973, p.44)

Fig. 3.18 | pág. 185
Fotos p/b, Dezembro de 1974. Musseque de Luanda. Cortesia da artista Renée Gagnon
(Gagnon, 2021)

Fig. 3.19 | pág. 185
Composição de quatro serigrafias da série "Musseques", 1976-1980 da artista plástica Renée Gagnon. (sup. esq.) "Lata", (sup. dir.) "Tábua", (inf. esq.) "Esteira", (inf. dir.) "Porta da serenidade".
(Gagnon, 2021)

Fig. 3.20 | pág. 187
Dikenga dya Kongo

Fig. 3.21 I pág.188
Representação fictícia de uma sanzala com a disposição das edificações em círculo com a representação do *Onjango* e da Árvore ao centro.
(Redinha, 1964)

Fig. 3.22 | pág. 189
"Pormenor de Casas e Cubatas num 'muceque' "
(Amaral, 1968, p.162)

Fig. 3.23 | pág. 189
Diagramas Interpretativos da ocupação do espaço com a indicação dos logradouros comuns que definem núcleos independentes ou integrados numa Unidade de Agregação.

Fig. 3.24 | pág. 189
Composição de Ilustrações feitas pelo Arquitecto Glória Kilanda para a Exposição Museke. 2014. Figurativos (sup. esq.) Estrutura Viária (sup. dir.), Estrutura Verde: Árvores (inf. esq.) Edificações (inf. dir)
(Mingas, 2014a)

Fig. 3.25 | pág. 195
Esquiço desenhado pelo Arquitecto Glória Kilanda que ilustra a relação entre a delimitação, a malha irregular e os logradouros público-privados.
(Mingas 2014b)

Fig. 3.26 | pág. 196
Sistema de logradouros público-privados, in "Musseque do Catambor: Planta de Implantação com o Levantamento dos Indicadores de Salvaguarda".
(Mingas 2014b)

Fig. 3.27 | pág. 196
Unidade do sistema de logradouros público-privados, in "Musseque do Catambor: Planta de Implantação com o Levantamento dos Indicadores de Salvaguarda"
(Mingas 2014b)

Fig. 3.28 | pág. 201
Mulemba fotografada em Catabola, município da província do Bié, em Angola.
(Neves, 2018)

Fig. 3.29 | pág. 204
Ilustração de um musseque, com a sua tipologia típica casa-quintal
(Almeida Santos, 1973, pág. 63)

Fig. 3.30 | pág. 207
Simulação do processo de formação da "primeira rua".

Fig. 3.31 | pág. 209
Tipologias de padrões urbanos
(Marshall, 2005, pág.84)

Fig. 3.32 | pág. 211
Rua no musseque.
(Almeida Santos, 1973, capa)

Fig. 3.33 | pág. 214
Representação da "Communal Household".
(Alexander, 1977, p. 380)

Fig.3.34 I pág. 218
Fotografia aérea de Marraquexe em Marrocos
(Rudovsky, 1964, p.54);

Fig. 3.35 | 218
Decomposição de um Cluster Habitacional na Medina de Fez em Marrocos; [1] Delimitação do cluster, [2] Arruamentos num cluster habitacional e [3] Parcelamento de um cluster habitacional na Medina de Fez
(Bianca, 1994, p.38 e 39);

Fig. 3.36 I pág. 219
Fotografia aérea de Logone Birni nos Camarões
(Rudovsky, 1964, p.107)

Fig. 3.37 I pág. 215
Representação das três (3) primeiras iterações do algoritmo configurado a partir da arquitectura de Logone-Birni
(Eglash, 1999)

Fig. 3.38 I pág. 220
Análise digital a um tecido Kuba que revela a configuração da Dikenga
(Bhakar, et al., 2004)

Fig. 3.39 I pág. 221
Composição de três peças de tecido vegetal característicos da Nação Kuba com composições de elementos quadráticos.

Fig. 3.40 I pág. 221
Diagramas de Síntese dos padrões identificando a Dikenga.

Fig.3.41 I pág. 223
Fotografia aérea de uma aldeia Ba-lla na Zâmbia
(Rudovsky, 1964, p.107)

Fig.3.42 I pág.223
Representação das três (3) primeiras iterações do algoritmo configurado a partir da arquitectura de Ba-lla
(Eglash, 1999)

Fig. 3.43 I pág.223
Mokoulek nos Camarões
(Eglash, 1999)

Fig. 3.44 I pág.223
Eumbo em Angola
(Amaral, 2002. p.73)

Figure 3.45 I pág. 225
Caminhos de ramificação num assentamento senegalês.
(Eglash,1999)

Fig. 3.46 | pág. 225
Diagrama representando o padrão de ramificação
(Eglash, 1999)

Fig. 3.47 | pág. 225
Fotografia aérea de Banyo nos Camarões
(Eglash, 1999)

Fig. 3.48 | pág. 225
Representação do sistema viário de Banyo, identificando o centro da ramificação.
(Eglash, 1999)

Fig. 3.49
O Sistema Matriosca como analogia ao Sistema de Organização urbana nos musseques.

Capítulo 4

Fig. 04.01 I pág. 242/243
Fotografia Aérea de parte da cidade de Luanda (1974)
Gentilmente cedida pela Professora Cristina Henriques

Fig. 04.02 | pág. 244 / 245
Cartografia. Identifica parte do Distrito da Maianga, em particular as 'Zonas' do Catambor, Alvalade, Prenda, Margoso e Militar. Fotomontagem Cartas número: 4-C-2-b; 4-C-3-a; 4-C-2-d e 4-C-3-c.
(Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola, 1988).

Fig. 04.03 | pág.246
Fotografia Aérea de parte da cidade de Luanda
Google Earth 2014

Fig. 4.04 | pág. 247
Cartografia do Musseque Catambor durante o período de estudo determinado. [1] 1974 (sup.), [2] 1988 (Cen), [3] 2014 (Inf.)

Fig. 4.05 I pág. 249
Musseque da Calemba Fotomontagem Cartas número: 4-C-3-d; 4-C-4-c; 4- C-7-b e 4-C-8-a
(Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola, 1988).

Fig. 4.06 I pág. 249
Musseque da Calemba: Cartografia Actualizada em 2021

Fig. 4.07 I pág. 250
Musseque da Mulemba: Fotomontagem Cartas número: 5-B-2-c; 5-B- 2-d; 5-B-6-a e 5-B- 6-b
(Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola, 1988)

Fig. 4.08 I pág. 250
Musseque da Mulemba: Cartografia Actualizada em 2021

Fig. 4.09 I pág. 251
Musseque da Mota: Fotomontagem Cartas nu- mero: 4-B-8-c; 4-B- 8-d; 4-B-12-a e 4- B-12-b
(Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola, 1988)

Fig. 4.10 I pág. 251
Musseque da Mota: Cartografia Actualizada em 2021

Fig. 4.11 I pág. 252
Esquema Director do Plano Regulador da Aglomeração Inter- Urbana. Luanda, Cacuaco, Viana.
(O.T.U., 1973)

Fig. 4.12 I pág. 252
Planta sinóptica da forma de ocupação do solo de luanda
(Amaral, 1968)

Fig. 4.13 I pág. 254
"O tecido urbano: o Cairo, centro Antigo."
(Panerai, 2006)

Fig. 4.14 I pág. 255
Decomposição Sistémica
(Coelho, 2013, p.32-33)

Fig. 4.15 I pág. 255
Decomposição Elementar
(Coelho, 2013, p.34)

Fig. 4.16 I pág. 263
Tabela para definição da Amostragem em Pesquisas.
(Arkin & Conton, 1950)

Capítulo 5

Fig. 5.01 | pág. 273
Representação em esquiço da Maianga do Povo (vista para Norte). A julgar pela envolvente esparsamente construída e pelo estado de degradação da cacimba, a imagem remeterá para um período entre o último quartel do séc. XIX até aos anos 40 do séc. XX. Autor e data desconhecidos.
(Pepetela, 1990)

Fig. 5.02 | pág. 273
Fotografia da Maianga do Povo (vista para o morro, a Sul). A julgar pela imagem da cacimba já restaurada, facto ocorrido em 1949 e também da ausência total de construção no morro, a imagem será desse ano ou pouco depois. Autor e data desconhecidos.
(Luanda, Imagens dos velhos tempos, 2021)

Fig. 5.03 | pág. 275
Escala da Cidade. Localização da Área de Estudo dentro do perímetro da cidade e dentro do território do distrito da Maianga
(Mingas, 2014a)

Fig. 05.04 | pág. 275
Escala do Bairro. Localização da Área de Estudo dentro do perímetro do distrito e dentro do território do bairro da Maianga
(Mingas, 2014a)

Fig. 05.05 | pág. 277
Implantação e Delimitação. Área de estudo denominada "A Vela" que integra a Zona do Catambor e parte da zona da Maianga.
(Mingas, 2014a)

Fig. 05.06 | pág. 277
O Sector Consolidado e o Sector Não-consolidado
(Mingas, 2014a)

Fig. 05.07 | pág. 279
Topografia. Levantamento Planialtimétrico.
(Mingas, 2014a)

Fig. 05.08 | pág. 279
[1] Corte AA, [2] Corte BB
(Mingas, 2014a)

Fig. 05.09 | pág. 281
Quantitativos. Afectação dos Solos
(Mingas, 2014a)

Fig. 05.10 | pág. 281
Quantitativos. Ocupação dos Solos
(Mingas, 2014a)

Fig. 05.11 | pág. 283
Qualitativos. Permeabilidade dos Solos.
(Mingas, 2014a)

Fig. 05.12 | pág. 283
Qualitativos. Estrutura Verde
(Mingas, 2014a)

Fig. 05.13 | pág. 285
Organizativos. Uso dos Solos com Edificações: Habitação e Equipamento
(Mingas, 2014a)

Fig. 05.14 | pág. 285
Organizativos. Sistema Viário com vias primárias, secundárias e terciárias.
(Mingas, 2014a)

Fig. 05.15 | pág. 287
Figurativos. Estilos Arquitectónicos
(Mingas, 2014a)

Fig. 05.16 | pág. 287
Figurativos. Sistema Construtivos
(Mingas, 2014a)

Fig. 5.17 | pág. 293
Plano de Urbanização. Coord. João António Aguiar (1950)

Fig. 5.18 | pág. 293
Planta Turística de Luanda (1953)

Fig. 5.19 | pág. 293
Diagrama 'Musseques de Luanda' (1974)
(Troufa Real, 2011, p.50)

Fig. 05.20 | pág. 293
Plano Director de Luanda (1963)

Fig. 05.21 | pág. 293
Planta de Implantação. Unidade de Vizinhança nº 4 (1965)

Fig. 05.22 | pág. 294
O tecido urbano do "Morro da Maianga" (Musseque do Catambor).
Google Earth. 2014

Fig. 05.23 | pág. 295
Proposta de Delimitação e Topografia do Musseque do Catambor.

Fig. 05.24 | pág. 296/297
Perfis do Terreno A-A' e B-B'

Fig. 5.25 | pág. 300
Decomposição Sistémica em 1974: [1] Espaço Público, [2] Espaço Privado, [3] Edificações

Fig. 05.26 | pág. 301
Decomposição Elementar do Espaço Privado do Musseque do Catambor em 1974: [1] Sector 'Cume' e Mapas das Unidades de Agregação, [2] Sector 'Encosta' e Mapas das Unidades de Agregação

Fig. 05.27 | pág. 302
Decomposição Elementar do Espaço Público em 1974: [1] Localização dos Vazios, [2] Segmentos das Ruas Perimetrais por Tipos, [3] Intersecções

Fig. 05.28 | pág. 303
Decomposição Elementar do Espaço Edificado em 1974: [1] Localização das árvores, [2] Sectores de localização das tipologias habitacionais. Amarelo corresponde às casas populares portuguesas (CPP) e o azul corresponde às cubata sub-urbana (CSU)

Fig. 05.29 | pág. 306
Decomposição Sistémica em 2014: [1] Espaço Público, [2] Espaço Privado, [3] Edificações

Fig. 05.30 | pág. 307
Decomposição Elementar do Espaço Privado do Musseque do Catambor em 2014: [1] Sector 'Cume' e Mapas das Unidades de Agregação, [2] Sector 'Encosta' e Mapas das Unidades de Agregação, [3] Sector 'Rio Seco' e Mapas das Unidades de Agregação

Fig. 05.31 | pág. 308
Decomposição Elementar do Espaço Público em 1974: [1] Localização dos Vazios, [2] Segmentos das Ruas Perimetrais por Tipos, [3] Intersecções

Fig. 05.32 | pág. 309
Decomposição Elementar do Espaço Edificado em 2014: [1] Localização das árvores (possíveis Sistemas de Habitação Triádica). O círculo vermelho não é habitação, indica

uma das Escolas Primárias locais. [2] Sectores de localização das tipologias de equipamento.

Fig. 05.33 | pág. 312
Decomposição das Edificações por Pisos: T, 2T, 3T e 4T

Fig. 05.34 | pág. 313
Desenho sobre Fotografia da Rua da Macieira (Catambor)

Fig. 05.35 | pág. 328
Os Processos de Transformação Urbana: [1] Processo I: Densificação do espaço privado (Amostra 1), [2] Processo II: Subdivisão/Fragmentação. (Amostra 3), [3] Processo III: Organização. Mapa Geral do musseque do Catambor e particular o sector 'Encosta', [4] Processo IV: Ocupação. Parque Urbano e Localização da Maianga do Povo, [5] Processo V: Expansão.

Fig. 05.36 | pág. 330/331
Mapa Geral. Tipos de Transformação do Musseque.

Fig. 05.37 | pág. 335
Fotografia. Musseque do Catambor. Imagem dos Anos 60.
(Amaral, 1968)

Fig. 05.38 | pág. 338
Fotografia. Transformação Arquitectónica. Ampliação do edifício em Madeira. Catambor 1974
(Matos, 2015)

Fig. 05.39 | pág. 339
[1] Fotografia "Angola informal: um olhar sobre os musseques de Luanda", [2] Diagrama com a identificação de Coberturas: a) Casas Antigas, b) Alpendres de Kitanda
[1] (Daio, 2020)

Fig. 05.40 | pág. 344/345
Amostras seleccionadas para a Caracterização dos Sistemas Habitacionais Triádicos: [1] Musseque Catambor e localização das Amostras, [2] Amostra 2 - Sector 'Rio Seco', no Sopé, [3] Amostra 3 - Sector 'Mulembeira', no Cume e [4] Amostra 4 – Sector 'Saber Andar' na Encosta

Fig. 05.41 | pág. 347
Catambor - Interior da Parcela P3. (UA.5 e 6)

Fig. 05.42 | pág. 349
Evolução Diacrónica da Delimitação e Parcelário na Amostra 2. [1] Cartografia 1988, [2] Cartografia 2022
[1] (IGCA, 1988)

Fig. 05.43 | pág. 350
Estudos de Composição e Configuração da Amostra 2: [1] Parcelário, [2] Edificações e [3] Logradouros

Fig. 05.44 | pág. 350
Parcelas STH da Amostra 2

Fig. 05.45 | pág. 353
Evolução Diacrónica da Amostra 3. [1] Cartografia 1988, [2] Cartografia 2022
[1] (IGCA, 1988)

Fig. 05.46 | pág. 354
Estudos de Composição e Configuração da Amostra 3: [1] Parcelário, [2] Edificações e [3] Logradouros

Fig. 05.47 I pág. 354
Parcelas STH da Amostra 3-UA.57

Fig. 05.48 | pág. 355
Estudos de Composição e Configuração da Amostra 3 – UA.58 [1] Parcelário, [2] Edificações e [3] Logradouros

Fig. 05.49 | pág. 355
Parcelas STH da Amostra 3-UA-58

Fig. 05.50 | pág. 359
Evolução Diacrónica da Delimitação e Parcelário na Amostra 4. [1] Cartografia 1988, [2] Cartografia 2022

Fig. 05.51 | pág. 360
Estudos de Composição e Configuração da Amostra 3: [1] Parcelário, [2] Edificações e [3] Logradouros

Fig. 05.52 | pág. 360
Parcelas STH da Amostra 4

Fig. 05.53 | pág. 361
Mapa Geral do Estudo de Configuração das Parcelas SHT do Catambor.

Fig. 05.54 I pág.363
Diagrama de organização dos módulos.

Fig. 05.55 | pág. 365
Tipos de Composição dos Sistemas Habitacionais Triádicos; [Sequencial Linear e Angular e [2] Axial Linear e Angular

Fig. 05.56 I pág. 367
Fotografia. Catambor – Rua perimetral da UA.5 e 6

Fig. 05.57 I pág. 368
Desenho sobre Fotografia. Kitanda de Porta

Fig. 05.58 | pág. 369
Evolução Diacrónica da Delimitação e Parcelário da Amostra n.º 2 - Unidades de Agregação n.º 5 e 6. Localização no sector "Rio Seco" –'Sopé'. [1] Carta 1988. Delimitação da Unidade Morfológica Matriz, [2] Carta 2014. Área de Expansão e Eixos de Fragmentação da Unidade Morfológica Inicial. [3] Carta 2014 Delimitação e Parcelário das Unidades de Agregação n.º 5 e 6.

Fig. 05.59 | pág. 358
Estudos de Composição e Configuração da Amostra 2 – UA.5 e 6: [1] Delimitação e Secções, [2] Parcelário, [3] Secções Isoladas

Fig. 05.60 | pág. 373
Evolução Diacrónica da Amostra n.º 3 - Unidades de Agregação n.º 56, 57 e 58. Localização no sector "Mulembeira" –'Cume. [[1] Carta 1988. Delimitação da Unidade Morfológica Matriz, [2] Carta 2014. Eixos de Fragmentação da Unidade Morfológica Inicial. [3] Carta 2014 Delimitação e Parcelário das Unidades de Agregação n.º 56, 57 e 58

Fig. 05.61 | pág. 374
Estudos de Composição e Configuração da Amostra 3 – UA. n.º 56, 57 e 58:[1] Delimitação e Secções, [2] Parcelário, [3] Secções Isoladas

Fig. 05.62 | pág. 377
Evolução Diacrónica da Amostra n.º 4 - Unidade de Agregação n.º 61. Localização no sector "Saber Andar" – 'Encosta. [1] Carta 1988. Delimitação das Parcelas Identificadas na Carta, [2] Carta 2014. Áreas de Expansão e Delimitação Final. [3] Carta 2014 Delimitação e Parcelário da Unidade de Agregação n.º 61

Fig. 05.63 | pág. 378
Estudos de Composição e Configuração da Amostra 4 – UA. n.º 61: [1] Delimitação e Secções, [2] Parcelário, [3] Secções Isoladas

Fig. 05.64 | pág. 381
Mostra Comparativa das Amostras 2, 3 e 4. [1] Silhueta, [2] Delimitação, [3] Secções e Eixos de Fragmentação

Fig. 05.65 | pág. 381
Mostra Comparativa das Amostras 2, 3 e 4. Secções e Parcelário

Fig. 05.66 | pág. 384
Composição Livre de organização das unidades de agregação. Sector Cume 'Mulembeira'. Padrão de reprodução das unidades de agregação (Proposta)

Fig. 05.67 I pág. 387
Fotografia. Catambor – Rua do Tipo B

Fig. 05.68 | pág. 390
Análise às ruas do musseque do Catambor. Estudo das Dimensões.

Fig. 05.69 | pág. 390
Análise às ruas do musseque do Catambor. Estudo da Mobilidade

Fig. 05.70 | pág. 390
Análise às ruas do musseque do Catambor. Estudo do Desempenho

Fig. 05.71 | pág. 391
Análise às ruas do musseque do Catambor. Funcionamento, Levantamento e Identificação das tipologias de ruas identificadas e respectivas características

Fig. 05.72 | pág. 391
Cortes de ruas dos tipos A, B e C

Fig. 05.73 | pág. 391
Corte do Largo da Comissão (OMA). Localização Sector Mulembeira (Cume)

Fig. 05.74 | pág. 393
Estudo de Composição e Configuração das ruas do musseque do Catambor. [1] Composição, (esq.), [2] Configuração (dir.)

Fig. 05.75 | pág. 393
Análise e Diagnóstico à Configuração das ruas do musseque do Catambor: [1] Sector Mulembeira (Cume) Regular, Ortogonal, [2] Sectores Saber Andar, Bri-Bri e Posto Médico (Encosta). Irregular, Ramificada

Fig. 05.76 | pág. 395
Modelo Teórico n.º 1: Rede Viária

Fig. 05.77 | pág. 401
Praças de Mercado: [1] ex. – Mulembeira, [2] Mulembeira
Google Earth. 2022

Capitulo 6

Fig. 06.01 | pág. 416
Tecido Urbano do Musseque da Calemba
Google Earth. 2021

Fig. 06.02 | pág. 417
Estudos sobre a Delimitação do Musseque da Calemba: [1] Diagrama dos Musseques de Luanda,1974 (Fonte: TR) [2] Planta Sinóptica de Luanda,1967 [3] Carta Topográfica de Luanda,1988 [4] Carta Topográfica de Luanda,2014

Fig. 06.03 | pág. 419
Decomposição Sistémica do Musseque da Calemba: [1] Topografia [2] Espaço Privado (topo) [3] Espaço Público (esq.) [4] Espaço Construído (dir.)

Fig. 06.04 | pág. 420/421
Área de Concentração dos edifícios do tipo CSU e localização da Amostra n.º 6 – Unidade de Agregação 33

Fig. 06.05 I pág. 422
Estudo da fragmentação da Unidade de Agregação Matriz

Fig. 06.06 | pág. 423
Evolução Diacrónica da Delimitação e Parcelário da Amostra n.º 5 – Unidade de Agregação n.º 33. Localização no sector "Núcleo C": [1] Delimitação por Sobreposição UA nº 33 Carta de 1988 [2] UA n.º 33 Delimitação e Parcelário. Carta 2021

Fig.06.07 I pág.424/425
Amostra 5 – UA. n.º 33: Configuração da Unidade de Agregação.

Fig. 06.08 | pág. 426
Estudos de Composição e Configuração da Amostra 5 – UA. n.º 33: [1] Delimitação, Secções e Segmentos de Rua, [2] Parcelário e Capilaridade Interna, [3] Edificações, [4] Logradouros e Árvores

Fig. 06.09 | pág. 427
Estudos de Composição e Configuração das Parcelas da UA 33 com SHT: [1] UA.33-P1, [2] UA.33-P2, [3] UA.33-P11, [4] UA.33-P14, [5] UA.33-P17, [6] UA.33-P26

Fig. 06.10 | pág. 432
Tecido Urbano do Musseque da Mulemba
(Google Earth. 2021)

Fig. 06.11 | pág. 433
Estudos sobre a Delimitação do Musseque da Mulemba: [1] Delimitação Plano Regulador de Luanda, 1973, [2] Delimitação Diagrama Troufa Real, 1974 (esq.) [3] Delimitação 2021 (centro.) [4] Sectores Este-Oeste (2021) (dir.)

Fig. 06.11 | pág. 435
Decomposição Sistémica do Musseque da Mulemba: [1] Topografia, [2] Espaço Privado (topo), [3] Espaço Público (esq.), [4] Espaço Construído (dir.)

Fig. 06.12 | pág. 436/437
Área de Concentração dos edifícios do tipo CSU e localização da Amostra n.º 6 – Unidade de Agregação 9

Fig. 06.13 | pág. 439
Evolução Diacrónica da Delimitação e Parcelário da Amostra n.º 6 – Unidade de Agregação n.º 9. Localização no sector "Sector 48": [1] Delimitação por Sobreposição: UA nº 9 (2021) na Carta de 1988. [2] UA n.º 9: Delimitação e Parcelário. Carta 2021

Fig. 06.14 I pág. 440/441
Amostra 6 – UA. n.º 9: Configuração da Unidade de Agregação.

Fig. 06.15 | pág. 442
Estudos de Composição e Configuração da Amostra 6 – UA. n.º 9: [1] Delimitação, Secções e Segmentos de Rua, [2] Parcelário e Capilaridade Interna, [3] Edificações, [4] Logradouros e Árvores

Fig. 06.16 | pág. 443
Estudos de Composição e Configuração das Parcelas da UA 9 com SHT: [1] UA.9-P2, e, [2] UA.9-P3

Fig. 06.17 | pág. 448
Tecido Urbano do Musseque do Mota
Google Earth. 2021

Fig. 06.18 | pág. 449
Estudos sobre a Delimitação do Musseque do Mota: [1] Pré-existências. [2] Delimitação de Musseques conforme Plano Regulador de Luanda, 1973 (dir. sup.) [3] Delimitação do musseque Mota conforme Diagrama Troufa Real, 1974 (esq.)

Fig. 06.19 | pág. 451
Decomposição Sistémica do Musseque do Mota: [1] Topografia [2] Espaço Privado (topo) [3] Espaço Público (esq.) [4] Espaço Construído (dir.)

Fig. 06.20 | pág. 452/453
Área de Concentração dos edifícios do tipo CSU e localização da Amostra n.º 7 – Unidade de Agregação 73

Fig. 06.21 | pág. 454
Localização do lote demolido na Unidade de Agregação 73

Fig. 06.22 | pág. 455
Evolução Diacrónica da Delimitação e Parcelário da Amostra n.º 7 – Unidade de Agregação n.º 73. Localização no sector "Quarteirão 3": [1] Delimitação por Sobreposição UA nº 73 e Delimitação da Unidade de Agregação Matricial Carta de 1988 [2] UA n.º 73 Delimitação e Parcelário. Carta 2021

Fig.06.23 I pág. 456/457
Amostra 7 – UA. n.º 73: Configuração da Unidade de Agregação.

Fig. 06.24 | pág. 458
Estudos de Composição e Configuração da Amostra 7 – UA. n.º 73: [1] Delimitação, Secções e Segmentos de Rua, [2] Parcelário e Capilaridade Interna, [3] Edificações, [4] Logradouros e Árvores

Fig. 06.25 | pág. 459
Estudos de Composição e Configuração das Parcelas da UA 73 com SHT: [1] UA.73-P2, [2] UA.73-P3, e [3] UA.73-P5

Fig. 06.26 | pág. 463
Mapa Geral das Parcelas com Sistemas Habitacionais Triádicos nos musseques Calemba, Mulemba e Mota. [1] Composições Sequenciais. [2] Composições Axiais

Fig. 06.27 | pág. 464
Mapa Geral das Amostras n.º 5, 6 e 7 nos musseques Calemba, Mulemba e Mota, respectivamente. [1] Unidade de Agregação Composta: 3 núcleos. [2] Unidade de Agregação Singulares. [3] Unidade de Agregação Composta: 3 núcleos.

Fig. 06.28 | pág. 466
Configuração das Malhas Ortogonais e Ramificadas nos musseques. [1] Calemba [2] Mulemba e [3] Mota.

Capítulo 7

Fig. 7.01 | pág. 473
Diagramas dos tipos de Organização da Forma e do Espaço.

Índice de Quadros e Tabelas

Quadros

Quadro 01 - Síntese das Escolas Tradicionais de morfologia urbana.

Quadro 02 - A Experiência Sígnica

Quadro 03 – "Dez classes de signos". Fonte (Alves, 2016)

Quadro 04 – Experiência e Relações Sígnicas

Quadro 05 - Síntese dos aspectos formais das tipologias dos musseques por Allan Cain

Quadro 06 - Síntese dos aspectos formais das tipologias dos musseques por Allan Cain

Quadro 07 - Síntese dos aspectos formais das tipologias dos musseques por Miguel Amado

Quadro 08 – Correspondência entre os lugares urbanos de Mbanza Kongo e a Dikenga

Quadro 09 - "Decomposição Elementar" Proposta para os Musseques

Quadro 10 - "A decomposição sistémica" (Panerai. 2006) e a Proposta para adequação aos Musseques

Quadro 11 - "Decomposição Elementar" e a Proposta para adequação aos Musseques

Quadro 12 – Caracterização Tipológica das Ruas

Quadro 13 - Matriz de Levantamento dos Musseques

Quadro 14 - Variáveis de análise

Quadro 15 - Comparativo dos Casos de Estudo

Quadro 16 - Síntese das Etapas da proposta de metodologia

Quadro17 - Processos de transformação urbana (Fonte: Wolf 2020)

Quadro 18 – Comparação Quantitativa do impacto das Transformações Urbanas no Catambor (1974 – 2021)

Quadro 19 - Amostra I: Dimensionamento dos Módulos de 1988 (média)

Quadro 20 - Amostra II: Dimensionamento dos Módulos de Betão (1988)

Quadro 22 - Amostra III: Dimensionamento dos Módulos de Betão (1988)

Quadro 23 – Caracterização Tipológica das Vias

Quadro 24 - Características Genéricas dos Signos Espaciais e Variações

Quadro 25 – Comparação entre processos de divisão celular e habitacional

Tabelas

Tabela 01 - Médias Relativas dos Resultados das Amostras (Ed. Betão)

Tabela 02 - Médias Relativas dos Resultados das Amostras (Ed. Pau a Pique)

Acrónimos e Abreviaturas

CEICA -Centro de Estudos e Investigação Científica em Arquitectura é um centro de desenvolvimento e investigação afiliado à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Lusíada de Angola. Fundado em 2005 actua em quatro (4) áreas nomeadamente: Artes, Arquitectura, Planeamento e Urbanismo e Património

CIAM – Congresso Internacional da Arquitectura Moderna

CPP – Casa Popular Portuguesa

CSU – Cubata suburbana

GARM - Gabinete de Renovação e Reabilitação dos Musseques

GEOPTU - Afiliado à Universidade Nova de Lisboa, realiza pesquisas para o desenvolvimento de conhecimentos e metodologias para a sustentabilidade do ambiente construído. A abordagem baseia-se na integração de princípios de sustentabilidade e parâmetros ambientais, bem como aspectos socioculturais e económicos no ordenamento do território, desenho urbano e projectos de arquitectura. Esta abordagem interdisciplinar facilita a colaboração nova e dinâmica entre arquitectos e engenheiros na interface de design e tecnologia. Além disso, o LAB actua em programas habitacionais; reabilitação e regeneração de áreas informais em países em desenvolvimento e eficiência energética em planejamento urbano e rural e arquitectura em países em desenvolvimento.

GHA - Gabinete de Habitação de Angola

GTRUCS - É um Gabinete de apoio técnico criado pelo Decreto Presidencial nº266/10 de 29 de Novembro de 2010. Tem por missão fundamental, a execução, coordenação, acompanhamento, controlo e fiscalização do processo de implementação dos projectos de Reconversão dos Municípios do Cazenga, Sambizanga e Rangel

GUL – Gabinete de Urbanização de Luanda. Criado na sequência da extinção do Gabinete Colonial de Urbanização. Extinto em 1975 com a independência de Angola.

IGCA - Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola.

INE - Instituto Nacional de Estatística de Angola

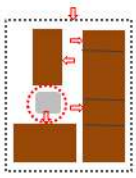
PDGL - Plano Director Geral de Luanda. Aprovado pelo Despacho Presidencial n.º 37/18, de 2 de Abril (DR.2018). O mesmo que PDGML

PDGML - O Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML) é um Instrumento de Ordenamento do Território (IOT) de hierarquia superior que constitui um manual e plano acessível para o desenvolvimento da Província de Luanda. Foi elaborado pela empresa URBINVEST- Promoções e Projectos Imobiliário (Urbinvest), líder do consórcio integrado pelas empresas Brodway Malyan (Planeamento Urbano), Delloitte (Economia), Aurecon (Infra-estruturas), Mobility in Chain – MIC (Transportes e Mobilidade) e GEOPTU da Universidade de Lisboa (Ambiente e Social). Aprovado como Plano Urbanístico e passou a denominar-se Plano Director Geral de Luanda

PNUH - Programa Nacional de Urbanismo e Habitação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Introdução



Sobre o Tema

Enquadramento

Os Musseques representam na generalidade cerca de 80% do território da cidade de Luanda e como tal o maior desafio da urbanização do séc. XXI. Por um lado, na sua maioria com precárias condições de habitabilidade o que transforma em vulnerável, mais de metade da população urbana. Por outro lado, a sua antiguidade centenária na narrativa da cidade, gerou um espaço social identitário que conjuga a ancestralidade Bantu, em especial da Nação Ambundo e Bakongo com a contemporaneidade híbrida Luandense, ou seja, incorpora os valores históricos, sociais e estéticos da cultura urbana.

Embora existam políticas urbanas vocacionadas para resolver a precariedade em que vive mais de metade da população urbana do país, o facto é que não existem casos de requalificação urbana para os musseques que validem as especificidades da sua autenticidade sócio-cultural. O que predomina é o fenómeno da gentrificação e periferização das populações residentes nos musseques, alterando profundamente a paisagem, eliminando quaisquer traços da identidade morfológica do lugar numa tentativa de eliminação, do tecido urbano, destas formas urbanas ainda não acreditadas[1] como parte da cidade.

Esta tendência nacional contraria o contexto actual do mundo que se posiciona a favor da requalificação dos *slums*[2], categoria na qual uma expressiva maioria dos musseques de Luanda se encaixa. No entanto, existe muita resistência à ideia de preservação dos musseques e interessa para a problematização do tema três (3) aspectos, em particular:

O primeiro passa pelo facto de se acreditar que a preservação do musseque significa a continuidade do caos urbano, da vulnerabilidade social e da falta de cidadania, demonstrando para um largo espectro da população, inclusive de alto nível, a ignorância acerca do facto de que a preservação implicaria em primeira instância, operações urbanísticas e arquitectónicas de requalificação do território.

O segundo, porque os musseques, pelo menos os mais antigos no tecido urbano, estão localizados em zonas da cidade de grande valor imobiliário, representando territórios de oportunidade para investimentos privados de alto padrão.

O terceiro é a associação dos musseques à informalidade, no sentido de que são territórios excluídos dos benefícios da vida urbana, que representam desafios políticos de grande monta como a regularização fundiária, o saneamento, entre outros e que por essa razão, é mais eficaz a deslocalização da população, promovendo habitação social e ao mesmo tempo, criando benefícios para o mercado da construção e da imobiliária, já referido no segundo aspecto.

Neste cenário, várias soluções foram apontadas para resolver o problema dos musseques. O de maior impacto foi a promessa política de eliminação dos musseques[3] no ano de 2010 (Ferreira, 2010). No entanto, essa postura radical foi se transformando para uma

---

[1] Glossário, vide "não-acreditados".

[2] "Slums are the precarious, environmentally degraded, and unplanned areas of cities.", (Organização das Nações Unidas [ONU], 2006), A partir desta definição, a agência da Organização das Nações Unidas iniciou em 2008 o 'Participatory Slum Upgrading Program' (PSUP) como uma iniciativa internacional cujo objectivo é o de alcançar o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 11 para Cidades e Comunidades, e particularmente a Meta 11.1: "Até 2030, garantir o acesso de todos a moradia adequada, segura e acessível e serviços básicos e urbanizar favelas".

[3] "O nosso objectivo é acabar com os musseques.". palavras proferidas por José Ferreira, ministro do Urbanismo e Habitação no ano de 2010.

visão que pretende a requalificação dos musseques, aquando da apresentação do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML)[4] (Presidência da República, 2018) que no seu relatório integra os musseques como uma realidade urbana em Luanda a ser intervencionada, sendo que para o efeito, os classifica e determina duas condições possíveis: os regeneráveis e os não regeneráveis. Estamos assim perante um cenário com impacto directo sobre cerca de 42.786,83ha da área metropolitana de Luanda e que integram aproximadamente 5.043.438 milhões de indivíduos (Governo Provincial de Luanda, 2015).

Relevância

Esta investigação é relevante por cinco aspectos fundamentais:

Porque segundo o Plano Director Geral de Luanda (GA. 2015c), existe um universo de musseques "não regeneráveis" que afecta mais de 50% da população e do território metropolitano (vide Quadro 1) com proposta de extinção do tecido urbano.

Porque os musseques mais antigos, com importância histórica da cidade, foram incluídos na categoria dos "não regeneráveis", ou seja, extinguíveis, comprometendo a memória urbana colectiva, pois é através dela que compreendemos o passado e estimamos os valores estéticos, sociais e culturais de uma sociedade.

Porque os musseques mais antigos de Luanda, fundados maioritariamente pela população Ambundo terão, na sua forma urbana, signos espaciais díspares dos ocidentais. O estudo desses signos irá contribuir por um lado para a sedimentação da identidade colectiva, resgate de raízes, e por outro lado para melhorar os processos de transformação urbana, visando a sua continuidade na cidade.

Outro aspecto relevante é a necessidade de ultrapassar o preconceito da marginalidade e da informalidade associado aos musseques em oposição à ideia de modernidade. No que toca à marginalidade, o musseque tem sido encarado como "uma transição na vida de pessoas e grupos em direcção à modernidade" (Gonçalves, Bautès, Maneiro. 2018) no que toca à informalidade, o musseque é um espaço tão sistematicamente associado à irregularidade e ilegalidade, que não cabe no ideal do projecto urbano com origens no pensamento urbanístico moderno, estando cada vez mais à margem da acção pública de melhoria e consequentemente de continuidade da pobreza e tantas outras formas de exclusão social.

Oportunidade

No actual contexto, desenham-se duas oportunidades principais:

A primeira é de requalificação urbanística e arquitectónica dos musseques "não regeneráveis", um dos eixos estratégicos de actuação proposta pelo PDGL dentro das categorias estabelecidas pelo referido instrumento de ordenamento do território.

A segunda oportunidade é a de poder criar instrumentos de diagnóstico que permitam a interface entre academia e comunidade. Tais instrumentos permitiriam identificar os valores urbanísticos, estéticos e sociais identitários dos musseques conforme prevê a Carta de Washington 1987.

[4] O Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML) é um Instrumento de Ordenamento do Território (IOT) de hierarquia superior que constitui um manual e plano acessível para o desenvolvimento da Província de Luanda. Foi elaborado pela empresa URBINVEST- Promoções e Projectos Imobiliário (Urbinvest), líder do consórcio integrado pelas empresas Brodway Malyan (Planeamento Urbano), Delloitte (Economia), Aurecon (Infra-estruturas), Mobility in Chain – MIC (Transportes e Mobilidade) e GEOPTU da Universidade de Lisboa (Ambiente e Social). Aprovado como Plano Urbanístico pelo Despacho Presidencial n.º 37/18, de 2 de Abril (DR.2018) passou a ser referido como Plano Director Geral de Luanda (PDGL).

Motivação

As grandes motivações por detrás da escolha deste tema estão relacionadas com o actual cenário político-social e com o papel que os arquitectos africanos devem ter como referência deontológica.

No cenário político-social, destacam-se duas agendas prioritárias para o desenvolvimento urbano no continente africano.

A nível internacional temos a Nova Agenda Urbana (ONU, Nova Agenda Urbana, 2016a) que propõe a reabilitação dos espaços informais como um dos motes fundamentais das suas recomendações tendo a cultura como elemento-chave para os processos de planeamento e intervenção no território. Ainda no contexto das estratégias da Organização das Nações Unidas, os musseques são espaços-alvo do 11º Objectivo do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 aprovada a 25 de Setembro de 2015 (ONU, Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. 17 objectivos para transformar o nosso mundo, 2016b) que indica o caminho para a construção de espaços inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

A nível continental, a motivação maior é a Agenda África 2063, resolução aprovada pela União Africana na Cimeira em Janeiro de 2015, como base para a transformação socioeconómica e integradora da África a longo prazo e que na 5ª aspiração propõe "uma África com uma forte identidade cultural, herança, valor e ética comuns" (União Africana [UA]. 2013). As hipóteses deste Projecto de Tese assentam no pressuposto de que a formação dos musseques está directamente conectado à filosofia da Nação Ambundo. Assim sendo, a narrativa da identidade cultural e de todos os valores a ela associados correspondem aos objectivos de contribuir para a criação de mecanismos que permita a intervenção urbanística consciente nos assentamentos informais e motivar a renascença africana à luz da Agenda 2063

Ainda a nível continental, temos o princípio de "Promover a consciencialização e preservação da herança arquitectónica africana[5]" (African Union of Architects (Org.), s.d.) sétimo fundamento da deontologia do arquitecto africano, segundo a União dos Arquitectos Africanos.

Benefícios

Os principais beneficiários serão as comunidades residentes numa primeira instância e a cidade em segunda.

Os benefícios decorrerão de diversas fontes:

O reconhecimento da identidade do espaço geo-antropológico dos musseques como referência da cultura urbana da cidade.

Criar uma plataforma que permita a intervenção urbanística consciente nos assentamentos informais de forma a contribuir para a renascença africana à luz da Agenda 2063

Com este estudo, será possível reduzir a gentrificação e consequentemente contribuir para uma sociedade/urbanidade mais inclusiva.

[5] Trad. "To promote an awareness and preservation of the African architectural heritage." In. African Union of Architects (Org.), s.d.

Sobre a Investigação

Questão e Hipótese

Perante um cenário de profunda complexidade formal associado aos desafios da exclusão/eliminação dos musseques, classificados como não-regeneráveis, do tecido urbano com base num discurso de inexistência de valor espacial nesses territórios não-acreditados e consequentemente a impossibilidade da sua integração na cidade contemporânea. Tal facto motivou a questão da investigação.

'Existirão signos espaciais na forma urbana dos musseques que representem valores históricos, sociais e estéticos dos seus territórios?'

Formulamos a hipótese a partir da relação indissociável de três elementos; os sistemas de habitação triádicos, as unidades de agregação e a unidade morfológica. Estes três elementos funcionam como um sistema 'matriosca'[6], ou seja, a Unidade Morfológica que contém a Unidade de Agregação que contém o Sistema Habitacional Triádico. Esta lógica é estruturada a partir de questões filosóficas (a relação entre o pensamento e a forma) e resulta na "autenticidade formal" dos musseques.

Visão

Desenvolver a compreensão holística sobre os musseques, na óptica de que a relação entre a dinâmica espacial, socio-económica e cultural nos musseques desempenha um papel importante no funcionamento complexo dos seus sistemas urbanos e consequentemente na qualidade de vida dos seus cidadãos.

Objectivos

No âmbito da estratégia da investigação os objectivos que melhor traduzem a visão proposta são dois e em campos diferentes: Por um lado, no aspecto morfológico, será compreender, do ponto de vista formal/ espacial como é a organização do espaço - público, colectivo, privado – em particular a relação entre as componentes do sistema que representam os musseques. Como é o espaço público, acessível a toda a comunidade; como é o espaço colectivo/semi-público e que é partilhado por alguns, e como é o espaço privado, a casa ou o espaço da intimidade. Por outro lado, no aspecto humano, descodificar o modus que produz os musseques que estejam relacionados com a organização social, cultura, ou seja, lógicas comuns antropológicas que poderão originar formas semelhantes.

Âmbito da Investigação

O âmbito disciplinar da Investigação que propomos é o Urbanismo. Embora tenha como esfera central a Morfologia Urbana, o âmbito integra outros domínios do conhecimento indispensáveis ao holismo com que pretendemos tratar o tema. A Semiótica e a Filosofia (em particular a etnofilosofia Bantu que introduzirá uma perspectiva local à interpretação dos signos espaciais dos musseques incluindo a geometria fractal instrumento para análise dos

[6] Matriosca, ou Matrioshka é um conjunto de bonecas tradicionais da Rússia, feitas de diversos materiais e de tamanhos diferentes, cujo corpo se divide em dois e que sendo ocas se encaixam umas dentro das outras (Infopédia)

princípios aplicados à etno-matemática) são disciplinas essenciais para a fundamentação da hipótese da tese, bem como a Geografia (partindo dos princípios do espaço geo-antropológico: paisagem, território, lugar e ambiente).

Metas da Investigação

À sombra de um contexto geral que é o estudo morfológico dos musseques, propomos três metas que se interligam de forma sequencial, nomeadamente;

Identificar os signos do espaço vivido, público e privado, no musseque do Catambor na actualidade e relacioná-los com a cultura local ou originária.

Analisar a transformação física dos musseques ao longo do período republicano, especificamente entre 1974, data do último mapeamento da cidade colonial, até a actualidade.

Caracterizar a forma urbana dos musseques, na actualidade, a partir do "*modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano, relativamente à materialização dos aspectos de organização funcional e quantitativa e dos aspectos qualitativos e figurativos*" (Lamas, 2004)

Objecto e Caso(s) de Estudo

O Objecto do Estudo são os musseques da cidade de Luanda com particular enfoque para os considerados mais antigos da cidade que constituem um grupo de vinte (20) unidades orgânicas agrupadas em seis conjuntos, e que foram registados nos Mapeamento Urbanístico produzido pelo Gabinete de Habitação de Luanda em 1974 (Troufa Real. 2011)[7].

Como casos de estudo foram escolhidos quatro (4) territórios que representam cerca de 143ha (1.437.915,02 m2) e uma população estimada de 111.456 residentes[8]. Considerando o método de trabalho proposto para esta investigação (dedutivo-indutivo) foi estabelecida a diferença entre Caso de Estudo Principal e Casos de Estudos Complementares ou seja, o principal servirá para a abordagem dedutiva e os complementares, servirão para a abordagem indutiva.

[7] "*Luanda's musseques are located on the city plateau (65m above sea level), in the hottest areas. They developed around the urbanised areas, and by 1974 covered a surface of 1500hs, divided into twenty well-defined zones, housing approximately 300.000 people. They grew at three times the rate of the city itself, and 34% of the population of Luanda lived in shantyrowns at this time.*" (Troufa Real: 2011)

[8] O levantamento de campo efectuado no ano de 2021 identificou 18.576 unidades habitacionais nos quatro musseques. Segundo os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), "a nível nacional, 19% dos agregados familiares são constituídos por 7 ou mais membros e 12% dos agregados familiares são constituídos por uma só pessoa, sendo o número médio de pessoas por agregado familiar a nível nacional de 4,6 pessoas." (Instituto Nacional de Estatística [INE]. 2016. p 67). Com base nesses dados e de acordo com as unidades identificadas, concluímos que a população total poderá estar entre 74.304 habitantes e 11.456 habitantes podendo chegar até aos 222.912 habitantes, se considerarmos até 12 hab/edificação.

Caso de Estudo Principal

Musseque do Catambor, Grupo B (Fig. 0.1). localizado no Distrito da *Maianga*, Município de Luanda, com uma superfície de aproximadamente 21 ha e população estimada de 20.598 residentes.

Casos de Estudo Complementares

Musseque da Calemba, Grupo D (Fig. 0.1). Localizado no Distrito da Maianga, Município de Luanda, com uma superfície de aproximadamente 33 ha e população estimada de 27.780 residentes.

Musseque da Mulemba, Grupo F (Fig. 0.1). Localizado no Distrito 11 de Novembro, Município do Cazenga. Com uma superfície de aproximadamente 34 ha e população estimada de 32.256 residentes.

Musseque do Mota, Grupo A (Fig. 0.1). Localizado no Distrito do Sambizanga, Município de Luanda, com uma superfície de aproximadamente 54 ha e população estimada de 77.772 residentes.

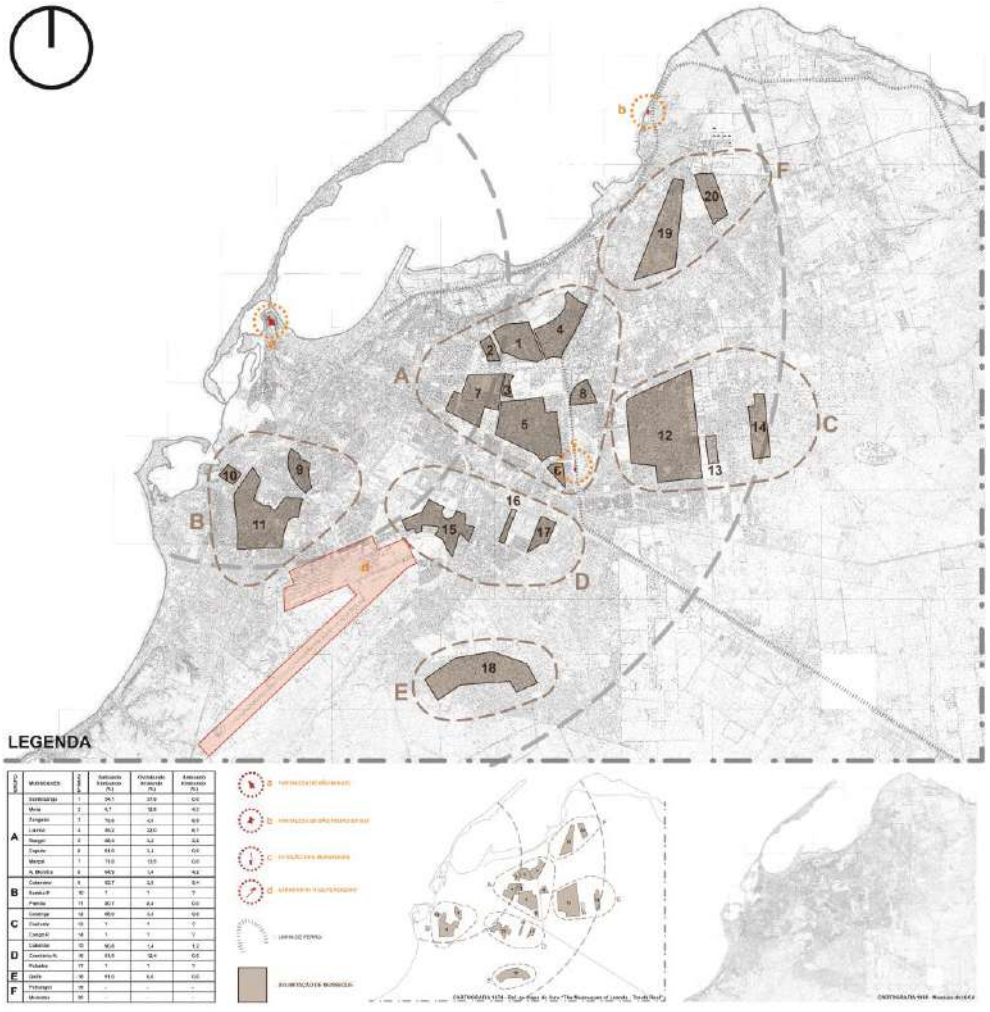


Fig. 0.1

Levantamento efectuado em 1974 com o mapeamento dos 20 Musseques da cidade de Luanda (Troufa Real, 2011)

Considerando as limitações de aplicabilidade das metodologias existentes em Morfologia Urbana para o estudo dos tecidos referidos, definiu-se uma abordagem baseada nas metodologias das Escolas de Morfologia Urbana Italiana, Britânico-germânica, Francesa e Portuguesa, nomeadamente o Conceito de História Operativa (Muratori, 1959), o de zonamento da escola britânico-germânica de (Conzen, 1960), a Decomposição Sistémica (Panerai, 2006) e a Decomposição Elementar (Coelho, 2013). Para a análise dos resultados recorremos a outras linhas de pensamento tais como, Imagem da cidade (Kevin Lynch,1999), Cidade Islâmica (Bianca, 2000), Padrões (Marshall, 2005) e (Alexander, 1977) e Fractais Africanos (Eglash, 1999).

Para o processo metodológico, a escolha recaiu sobre o método dedutivo-indutivo pois partiu-se da generalização conceptual de um modelo teórico e buscou-se comprovação (ou não) na análise específica dos casos de estudo.

(dedutivo) e aplicá-las para chegar a conclusões transversais com base na constância e regularidade dos componentes da forma urbana.

O processo dedutivo decorreu da análise ao caso de estudo principal de forma a extrair o máximo de dados que confirmassem as hipóteses propostas pelo modelo teórico. Para esse efeito o processo pressupôs análise e interpretação em contexto bibliográfico e laboratorial.

O processo indutivo decorreu da aplicação das deduções produzidas a partir da análise feita ao caso de estudo principal e aplicação aos casos de estudo complementares com o intuito de tirar uma conclusão genérica sobre a composição da forma urbana dos musseques.

A execução para o método seleccionado recorre ao desenho como ferramenta essencial de identificação, análise e interpretação da forma urbana dos musseques. O essencialismo do desenho fundamenta-se no facto de somente a partir desse instrumento ser possível identificar os componentes da forma urbana dos musseques, analisar visualmente o território e compreender o seu comportamento. Segundo o autor Attilio Petruccioli esse processo de descoberta dos "segredos do tecido urbano" [9] (Petruccioli, 2007 apud Fernandes, 2014) a partir da Pesquisa Gráfica, tanto Laboratorial como de Campo, associa-se a Pesquisa Bibliográfica para fundamentação científica. A quasi-experiência é essencial para este processo visto estarmos a lidar com uma realidade complexa, onde o controle das variáveis possíveis ao modelo conceptual é quase impossível.

Sobre a estrutura da tese

Enquadramento Geral

Na generalidade a tese está estruturada em 4 componentes, o pré-texto, o texto, pós-texto e anexos.

O pré-texto, denominado como abertura integra o resumo e palavras-chave em português e inglês, dedicatória e agradecimentos, uma nota prévia onde constam algumas informações relevantes acerca da escrita, descrição dos apoios institucionais entre outros de igual importância. Por último, os índices e listas encerram a abertura.

[9] "Drawings (…) represents a parallel route to the Reading. They organize the points made in the analysis. The importance of the measured architectural survey for penetrating the mysteries of the buildings and the secrets of the urban fabric should not be underestimated. (…)" in Petruccioli, 2007, p. 11)

O texto da tese é constituído por três (3) partes, para além da introdução e da conclusão. Todos os capítulos estão conformados da mesma maneira, com Nota Introdutória, Capítulos, Subcapítulos, Sub-subcapítulos, secções e subsecções sendo que alguns são mais extensos e consequentemente mais desdobrados. As figuras têm numeração independente.

O pós-texto integra a Bibliografia, Glossário e Apêndices. A bibliografia está organizada de forma única e por ordem alfabética sendo que alguns títulos, pela singularidade estão disponíveis nos anexos, em formato digital. O glossário é essencial para a leitura deste documento tendo em conta que ao longo do texto várias palavras serão incluídas na língua originária, predominando o kimbundu, o kikongo e o tchokwe línguas das nações Ambundo, Kongo e Lunda respectivamente.

Os apêndices integram a informação produzida que não tendo cabimento no texto, mas considerada importante para a interpretação de informação, deveria estar disponível no documento e não somente com menção bibliográfica.

Os anexos são constituídos essencialmente pelo material seleccionado a partir dos estudos desenvolvidos durante os últimos 10 anos pela autora como coordenadora do Projecto de Investigação "Musseques" no Centro de Estudo e Investigação Científica de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola bem como os artigos escritos durante o período do curso de doutoramento. Para além disso também se inclui nos anexos uma selecção de cartas e mapas que constam no texto, mas em formato reduzido, meramente para identificação.

Narrativa

Conforme previamente mencionado o texto da tese é constituído por três (3) partes, para além da introdução e da conclusão.

Parte I – Enquadramento

Constituída por dois capítulos, o da Problematização e o estado da arte. No capítulo da problematização que discorre sobre o [1] Surgimento, Evolução e Contemporaneidade dos Musseque em Luanda [2] O Musseque como Lugar Identitário (Espaço Social). No primeiro campo, na perspectiva histórica são destrinçados todos os aspectos morfológicos possíveis de uma bibliografia com pouco conteúdo na matéria já no segundo é feito o enquadramento das comunidades residentes nos musseques de forma a clarificar a distinção cultural existente na cidade de Luanda pelo seu perfil colonial que é um aspecto essencial para a leitura do texto. No capítulo do estado da arte o texto abraça as três linhas de pensamento da investigação, a Morfologia, o binómio Semiótica-Filosófica e os Musseques.

Parte II – Conceptualização dos Signos Espaciais

Dedicada à construção da hipótese e à metodologia para a sua comprovação. É no capítulo dedicado á hipótese, os signos espaciais dos musseques, que se recorre às disciplinas da semiótica, em particular a partir da teorização de Charles Pierce (2005) e Humberto Eco (2000) e da filosofia com as formulações da etnofilosofia de Henry Odera Oruka (1981) com os contributos pontuais da história e antropologia para contextualizar a proposta. Assim, é feita uma incursão mais robusta ao urbanismo do Império do Kongo fundamentado na interpretação de um elemento simbólico, o cosmograma *Dikenga dya Kongo* que estrutura uma visão cosmológica do mundo e do espaço feita pelo filosofo e sociólogo e antropólogo Andele Fu-Kiau kia Bunseki-Lumanisa (2001) e como tal permite construir de forma fundamentada a

produção do espaço habitacional nos musseques, ultrapassando assim o vazio bibliográfico que autores como Ferreira Diniz (1918) e José Redinha (1973) não conseguiram introduzir nos seus estudos antropológicos sobre a casa e o espaço vivido. Após essa abordagem, é feita uma interpretação da paisagem cultural e polissémica do musseque a partir dos conceitos da "complexidade organizada" da autora Jane Jacobs (2003) que termina com a conceptualização dos Signos Espaciais encadeados num formato que denominados por analogia de "sistema matriosca" que são os sistemas habitacionais triádicos, as unidades de agregação, as ruas perimetrais e as unidades morfológicas.

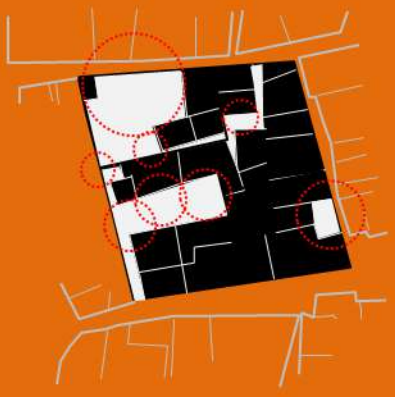
Assim estabelecida a hipótese o capítulo seguinte apresenta a metodologia a partir dos princípios que nortearam uma abordagem híbridas das várias escolas de morfologia urbana, visto que para o estudo dos musseques e para comprovação da nossa hipótese alguns aspectos não serviam o propósito. Por um lado, a questão de estarmos perante um espaço comummente caracterizado como informal e daí, noções como traçado, lote, quarteirão, entre outros tiveram de ser adaptados a partir dos seus princípios mais generalistas. O resultado foi considerar as circunstâncias e recorrer aos princípios teóricos das escolas de morfologia como ponto de partida. Da italiana, o conceito de história operativa, da francesa e portuguesa, os métodos analíticos dos sistemas e elementos entre outros contributos pontuais que permitiram formular um método híbrido para leitura, análise e diagnóstico dos musseques. Outro aspecto importante da metodologia foi a preparação das ferramentas metodológicas que serviriam de base para o trabalho de campo que configurou um *workshop* organizado em parceria com o CEICA e que reuniu uma equipa de vinte (20) indivíduos divididos entre estudantes, técnicos e residentes dos musseques estudados. Particular enfoque para a cartografia que teve de ser actualizada para efeito da concretização do projecto da investigação, visto que o levantamento disponível pelo Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA) refere-se ao levantamento estereofotogramétrico de 1988 e a preparação dos inquéritos nos formatos de entrevistas e questionários para identificação territorial de marcos urbanos entre outros dados.

Parte III – Leitura, Análise e Diagnóstico

A mais extensa, é dedicada ao levantamento, análise e diagnóstico dos musseques. Importa referir que para o caso de estudo, capítulo 5, é aplicado o método dedutivo o que leva a um exaustivo levantamento para reconhecimento territorial tendo sido necessário fazê-lo em duas escalas diferentes, uma primeira de relação com a envolvente e uma segunda mais ensimesmada que acompanha o período de estudo de aproximadamente cinquenta (50) anos para identificação dos elementos estáveis do tecido. É ainda feita uma análise e interpretação urbana aos processos de transformação diacrónica quer no contexto urbano como arquitectónico e por último uma caracterização aos elementos específicos que configuram a hipótese da tese.

No capítulo seis (6) é aplicado o método indutivo que envolve os três musseques complementares, Calemba, Mulemba e Mota e por essa razão a abordagem é direccionada para a interpretação de amostras seleccionadas e o contexto global de cada território, embora analisado, não tem a dimensão do caso de estudo principal.

No capítulo sete (7) é formulado o modelo teórico dos signos espaciais que demonstra a concepção inicial dos signos espaciais, enquadrando-os como tipos.

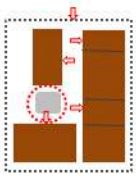


PARTE I ENQUADRAMENTO

"O sábado misturou a noite
nos musseques
com mística ansiedade…"

Agostinho Neto

Capítulo 1 – Problematização



Nota Introdutória

Este capítulo aborda o tema, ou seja, os musseques na perspectiva política e morfológica. Assim sendo, a problematização é feita em três subcapítulos.

O primeiro subcapítulo, de enquadramento, faz uma incursão histórico-social à evolução do conceito musseque, de topónimo a tipologia urbana, ao longo de três períodos históricos, no primeiro sobre o seu surgimento integrado na dimensão territorial da Nação Ambundo, no segundo, na história na cidade de Luanda, no contexto dos territórios negros urbanos coloniais e, por último, o período republicano, onde o conceito se distancia do fenómeno racial mas mantém a marginalização como tecido não acreditado.

As considerações finais do capítulo formulam a questão da investigação partindo da associação entre as questões políticas e morfológicas abordadas no segundo terceiro capítulos, respectivamente.

1.1 Surgimento, Evolução e Contemporaneidade dos Musseque em Luanda

1.1.1 O musseque como território ancestral

"Nos sécs. XVII e XVIII, o antigo Reino do Ndongo[1] – cujas províncias eram Ilamba, Musseque e Quissama – foi o principal foco de oposição à presença portuguesa." (Carvalho. 2013)

Geograficamente, o único registo cartográfico que identifica a província 'Moseche' (Musseque) do Reino do Ndongo consta no Mapa da "Baixa Guiné" de 1806 produzido pelo Instituto Geográfico de Weimar (WEIMAR 1806) e nele a região está localizada entre os rios Bengo, Kwanza e Lucala (estendendo-se ao longo deste último até ao Dondo) fazendo fronteira com a costa atlântica estimando-se por aproximação um território delimitado por mais de 400km de extensão e aproximadamente 6.350 Km^2.

Do território da província Musseque, constituía excepção a faixa litoral atlântica localizada na "grinalda de restingas"[2] extensão entre a Ponta das Palmeirinhas (ponto na restinga do Mussulo que é também o mais ocidental da província de Luanda) e a Ponta das Lagostas (cabo localizado a norte da cidade) adentrando até às escarpas abarrocadas. Este território "fazia parte dos limites da província de Mbamba, subordinada ao soberano do Reino do Kongo" (Carvalho. 2013), local de extrema importância económica por causa da colecta de *nzimbu*. É nesta faixa de terra litorânea bastante recortada que é concedida aos portugueses a parcela onde se dá a fundação da então Vila de São Paulo de Luanda. Esta relação de vizinhança entre Luanda e Musseque criada no séc. XVI, é relatada historicamente como sendo de tensão. A mais antiga referência bibliográfica que se faz ao território musseque, remete para séc. XVII em particular para o relato de Andrew Battel of Leigh sobre as campanhas de 1602-1603 do Governador português João Rodrigues Coutinho (Ravenstein, 1901)[3] Já neste período se refere a resistência dos chefes locais à ocupação portuguesa. É partir dessa relação de vizinhança e conflito que a palavra Musseque adquire outros significados quer sejam o de um imaginário de resistência ou autenticidade da cultura local como também territorial de "bairros humildes de gente humilde"[4] como séculos depois é retractado na literatura do séc. XX, particularmente na poesia de Agostinho Neto.

[1] "A localização do reino do Ndongo era ao sul do reino do Kongo, entre os rios Dande e Kwanza, ao leste por Matamba e Luba, ao sul pelos estados Ovimbundos e Kisama, e a oeste pelo Oceano Atlântico." (Caregnato. 2011)

[2] No mar, fica a grinalda de cordões de areias siliciosas e claras de uma restinga com cerca de 34 Km de comprimento, desde a Ponta das Palmeirinhas, onde está liada ao continente, até à Ponta do Mussulo, com as suas ilhas e ilhotas na laguna interior. Segue-se a Barra da Corimba, abertura de mais ou menos 6Km, e depois a flecha estreita da Ilha de Luanda, que protege a baía da cidade, com uma extensão de perto de 12Km até à Ponta da Ilha. (Amaral, 2022 p.90)

[3] "On August 10th, 1603, he inflicted a crushing defeat upon Kafuche, at Agoakaiongo,444 on the very spot where, seven years before, the Portuguese had met with a great disaster. Overcoming the stout resistance of the chiefs of the Museke (…)" (Ravenstein, 1901)

[4] Trecho do poema "Sábado nos musseques" escrito em 1948, segundo a Fundação Agostinho Neto e cuja publicação está integrada na 1ª edição do livro Sagrada Esperança (Agostinho Neto, 1985)

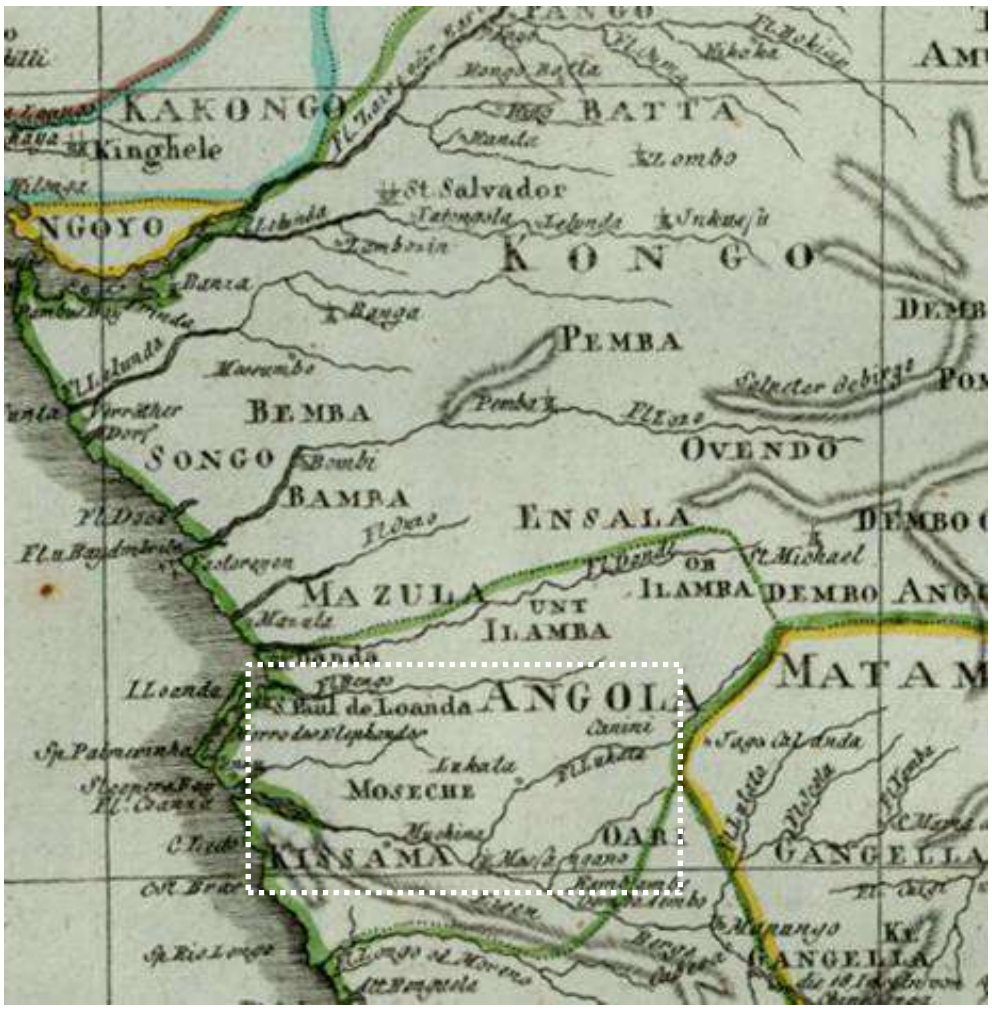


Fig. 1.1

Reino do Ndongo identificando as províncias Ilamba, Moseche e Kissama.
Secção do Mapa da "Baixa Guiné"

(Weimar, 1806)

Não existem referências específicas sobre a ocupação do território, todavia, a organização do estado pressupunha uma estrutura semelhante à dos vizinhos Kongo e Lunda em que vigorava o regime feudal, ou seja, o poder central é simbólico e que se encontra fragmentado, fundamentado numa economia de base servil e tributária. De acordo com os autores Selma Pantoja (Pantoja, 2000: 59) e Adriano Parreira (Parreira, 1990), a organização territorial dos estados do Kongo e Lunda obedeceria aos princípios de urbe central eram constituídos por diversas *Mbanza* (Kongo) ou *Mussumba* (Lunda) onde se localizava o poder político e cujos princípios de organização e estrutura se reproduziam nas demais parcelas do território (organização urbana a ser desenvolvida nos capítulos seguintes).

Cada parcela do território seria gerida pelos chamados *sobas*. Segundo o autor António Brásio, "Junto ao rei Ngola Kasanje havia dez ou doze sobas" (Brásio, 1954, p. 134), que governavam as províncias que compunham o Ndongo. É importante referir que existiam dois tipos de assentamentos humanos: as de maior dimensão, onde residia o rei e a sua corte, denominadas como *mbanza* (Kongo), *mussumba* (Lunda) ou Kabasa[5] (Ndongo) e as de menor dimensão, as *buala /libatas* (Kongo) ou *sanzala* (Ndongo) que eram pequenos núcleos que concentravam a população que produzia a riqueza local e de tributo.

> *"Havia uma divisão fundamental na sociedade konguesa: as cidades – mbanza onde viviam os nobres e alguns privilegiados, e as comunidades de aldeias, conhecidas como lubatas" (Vainfas & Souza, 2006: 48).*

[5] "*Kabasa é citada como a moradia "oficial" dos Ngolas. "Era assim chamada a "capital" itinerante dos Ngola-a-Kilwanji. Cerca de 1575 situava-se a 150 milhas do mar, a 100 léguas de Luanda ou ainda a 6 jornadas de Donji, Kambambi e Massangano. Em 1580 situava-se perto de Kambambi. Em 1622 ficava a 2 léguas de Mpungo-a-Ndongo, e em 1660 a 100 léguas de Luanda*". (Parreira, 1990, p.143). Ver também (Coelho, 2010), (Carvalho, 2013)

Embora as nossas buscas não tenham sido conclusivas quanto à organização das *Kabasa*, as pesquisas sobre a organização das *Mbanza* bem como das *Mussumba* dão-nos dados que nos poderão ajudar a inferir alguns elementos essenciais da sua estrutura desenvolvido em capítulos posteriores. Todavia é possível identificar elementos comuns à unidade morfológica que constitui o espaço urbano central nomeadamente; [1] a árvore, [2] a praça, [3] a via principal e [4] os sistemas habitacionais.

1.1.2 Da exclusão segregada da escravocracia à integração colonial controlada

> *"O Musseque em Angola surge na segunda metade do séc. XIX. Inicialmente afirmando a divisão morfológica entre a cidade formal (população branca/europeia) e a informal (população negra/autóctone), mas evoluindo ao longo de mais de um séc., para um lugar transcultural e miscigenado" (Mingas: 2013)*

A invasão dos conquistadores e colonos portugueses decorre num período que inicia no final do séc. XV, estende-se até ao último quartel do séc. XX e cuja dinâmica de ocupação e transformação do território são dois processos diferente.

O primeiro período, o da escravatura, foi um processo de quase quatro séculos tendo como pano de funco a ocupação estratégica do litoral devido ao tráfico de escravos tendo Luanda como centro urbano e político e o segundo, o período colonial com pouco menos de um século com uma estratégia de sedimentação de população europeia em colonatos para ocupação efectiva do território.

Embora exista uma cartografia bastante expressiva da época representando diversos núcleos urbanos decorrentes do assentamento dos portugueses nos territórios Bakongo, Ambundo e Ovimbundo, no caso de Luanda, cidade que nos interessa, a cartografia começa a delinear os contornos de uma periferia urbana a partir do séc. XVIII.

O foral da cidade, concessão atribuída ao Reino de Portugal pelo Rei do Kongo, representava uma área de aproximadamente 4 Km2 de área inscritos num território confinado pela linha de circunvalação, delimitação desenhada como um arco irregular, que se estende ao longo da fronteira natural entre o litoral e a planície com uma altitude entre 60 e 70 metros.

Segundo Pepetela descrevendo o mapa elaborado por José Carlos Venâncio produzido com dados recolhido em 1796 onde o próprio "*considera 'a' periferia constituída por quatro bairros, situados grosso modo a leste do centro comercial (Bungo, Santa Efigénia, Nazaré e Carmo) e um a Sudoeste (o do Rosário). (…) A periferia compreende uma parte da Cidade Baixa (Bungo e Nazaré), uma zona de transição (Santa Efigénia e Carmo) e uma zona de planalto (Rosário)*". (Pepetela, 1990 p.51-52). Sobre o bairro do Rosário o autor considera-o integrado na zona da Maianga[6] e ainda menciona o bairro Sangandombe. O autor ainda descreve estes bairros como sendo povoado predominantemente por africanos libertos e também escravos e europeus desterrados sendo que a população negra se ocupava essencialmente da produção agrícola.

No séc. seguinte, a cartografia de 1862 apresenta especificamente os bairros já com indicações tipológicas. O tecido urbano não é homogéneo, apresenta uma concentração de edificações à volta da baía de Luanda que se subdividem entre a cidade alta e a baixa sendo que outras edificações são também identificadas, mas periféricas ao núcleo mais denso. Identifica-se a diferença na escala das edificações, sendo as maiores denominadas como sobrados, construções portuguesas e as de menor escala sendo as cubatas, habitação da população local. Os aglomerados de cubatas na Cidade Baixa estão denominados como 'Bairros Indígenas' e podem ser identificados três, Coqueiros, Ingombota e Sangangombe. A toda a volta desse núcleo, a planta identifica apenas alguns percursos com ligação directa para os fortins militares de guarda-fronteira que se localizavam ao longo da linha de circunvalação e para além dela o cemitério da cidade e os musseques que eram espaços vedados que serviam o propósito de acondicionar os escravos obtidos no interior para posteriormente

[6] Embora o autor não seja específico é de mencionar que existiam duas Maiangas denominadas como "Maianga do Rei" e Maianga do Povo". Esse aspecto será desenvolvido nos capítulos posteriores.

serem vendidos no Pelourinho da cidade. É notório o vazio entre o núcleo edificado e a fronteira da cidade que se acredita terem sido terras rurais. Segundo a autora Vanessa dos Santos Oliveira (2018) estas terras eram denominadas como 'Arimos', propriedades agrícolas privadas que produziam os alimentos que abasteciam os mercados da cidade. De referir que o autor Ilídio do Amaral também atribui a mesma finalidade aos musseques ao referir que "eram propriedades privadas cujos donos utilizavam mão-de-obra escrava na produção de mandioca, milho, animais de criação e algumas frutas para sustento familiar." (Amaral, 1968). As diferenças entre as duas tipologias residem essencialmente na sua localização, interior ou exterior ao território urbano situação que perdura até aos finais do período da escravatura.

Com as mudanças económicas e sociais consequentes da Conferência de Berlim no final do séc. XIX a transformação urbana é rápida sendo que a mais expressiva é a expansão dos limites do território. Nesse contexto a gentrificação[7] dos bairros indígenas para a periferia foi também um dos aspectos com mais impacto na paisagem urbana da cidade. Segundo Pepetela ao referir-se à destruição do Bairro indígena dos Coqueiros localizado no centro da cidade

> *"a população que nelas residia foi obrigada a subir para a Zona acima da Igreja do Carmo, que era o limite da Cidade." Cria-se então o Bairro da Ingombota, que é o primeiro musseque de Luanda. Foi nessa altura, pela primeira vez, que uma parte da população foi empurrada para a periferia, onde até existiam animais ferozes como leões. Foi nesta altura que apareceu o termo musseque, onde passaram a residir aqueles que eram os marginalizados da sociedade colonial." (Pepetela: 2009)*

[7] "processo de transformação e valorização imobiliária de uma zona urbana, que acarreta a substituição do tecido socioeconómico existente (geralmente constituído por populações envelhecidas e com pouco poder de compra, comércio tradicional, etc.) por outro mais abastado e sem condutas de pertença ao lugar" Infopédia

Fig. 1.2

Planta da Cidade de Luanda
1796
Fonte (Pepetela 1990)

Fig. 1.3

Planta da Cidade de Luanda do século XIX, 1862. Fonte: Luandando (Pepetela: 1990), (Governo Geral de Angola, 1861)

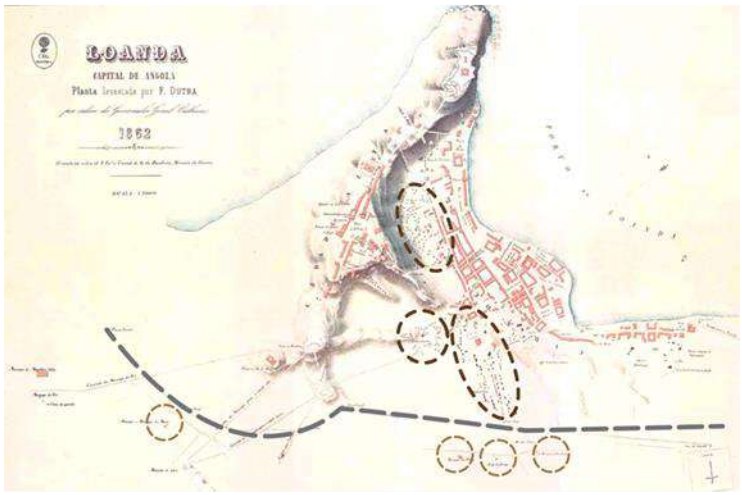
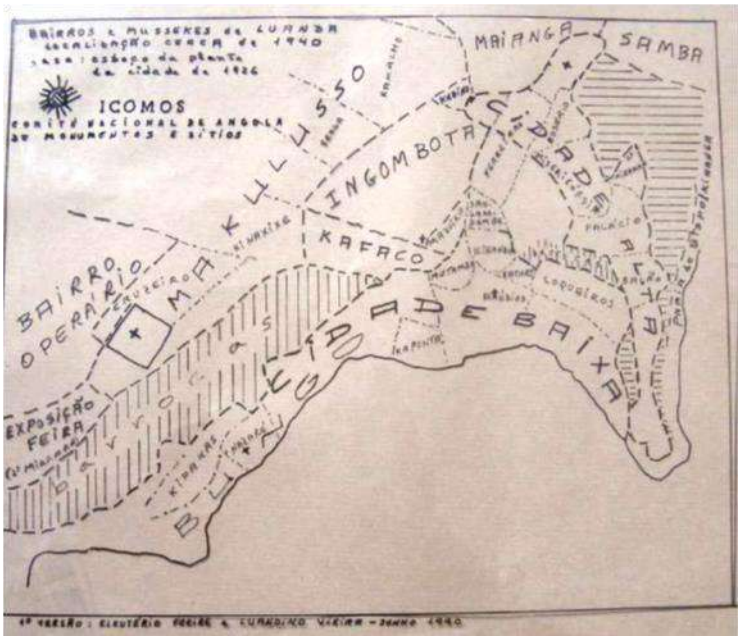


Fig. 1.4

Mapa "Bairros e Mussekes de Luanda em 1940"

Fonte: Correia 2018 p. 108



Com esta afirmação, o autor, interpreta os Bairros Indígenas, identificados na cartografia de 1862, como musseques e associando a sua instituição como tal ao processo de gentrificação.

As terras agrícolas sofrem transformações no seu tecido e transformam-se em "*bairros populares, nascidos da construção de cubatas nos ditos mosseques, autorizada pelos proprietários a troco de uma renda. Desse modo os novos bairros populares situados no plateau passaram a ser designados como musseques*" (Amaral, 1968)

Desse processo resulta uma limpeza urbana em que os bairros indígenas e musseques vão progressivamente sendo eliminados da cidade facto que se percebe quando se comparam a planta de 1862, 1900 e 1926. Em 1862 os bairros indígenas são parte do tecido urbano sendo os musseques pequenos núcleos esparsos e marginais à cidade já no ano de 1900 identificam-se na cidade duas manchas onde uma, mais litorânea com construções de grande porte e a mais interior e próxima das escarpas abarrocadas com construções de pequeno porte, na última carta, referente ao ano de 1926 temos um Plano de Urbanização[8] que propõe alterações que a cidade iria sofrer nomeadamente: as cubatas desaparecem e em seu lugar surge uma proposta de regularização do traçado da cidade integrando por semelhança à mancha urbana litorânea os bairro indígena da Ingombota e o musseque do Maculusso, o aterro de regularização da baía e a ligação da cidade à ilha, estas últimas só começam a acontecer a partir de 1938

> *"Nos anos de 1930 do séc. XX, os trabalhadores que auxiliavam no comércio e nos serviços domésticos já moravam acima da avenida Brito Godins, ou seja, a maior parte dos negros são empurrados para a periferia da cidade e deram origem aos musseques do Ramalho, Cayatte[9], Mota, Pepita e Josefa Marçal. Os moradores "pagavam foro aos proprietários" brancos e alguns negros como o Tavira, Voto Santos e Josefa Marçal, cujas propriedades ficavam fora do foral da cidade."* (Correia, 2018, p.87)

A avenida Brito Godins é traçada sobre a linha de circunvalação, antiga fronteira da cidade de Luanda e que acompanha a linha superior das escarpas das barrocas. A expressão "acima da avenida Brito Godins" refere-se à planície de Luanda que à época era onde se localizavam os musseques

Pelo menos até 1940 alguns musseques ainda resistiam no centro urbano. Segundo Eleutério Freire e Luandino Vieira, no mapa "Bairros e Mussekes de Luanda" (Fig. 1.4) integrado nos trabalhos do ICOMOS de Angola em Junho de 1990, foi elaborado sobre a planta de Luanda de 1926, um diagrama onde são identificados 26 topónimos e embora não sejam explícitos em relação a quais seriam bairros e quais seriam musseques o conhecimento da cidade permite-nos identificar pelo menos 16, nomeadamente: Katari, Kisando, Kaponta e Kipakas, Kinaxixi, Kafago, Kinanga, Ingombota, Maianga, Samba, Ferreiras, Ramalho, Braga, Mazuika Sangandombe e Kisando[10].

---

[8] Embora não seja explícito, Ilídio do Amaral no seu livro "Ensaio de um Estudo Geográfico da Rede Urbana de Angola", sugere o ano de 1922 como um ano de expansão da cidade fruto de uma "*fase de urbanização*", (Amaral, 1962, pág. 59).

[9] 'Fui batizado pelos capuchinhos na luandense Igreja de São Paulo, então no musseque Cayatte, depois bairro de São Paulo quando as ruas foram asfaltadas. ' in Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, https://ciberdUnidades de Vizinhançaidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/acordo/mais-p-ou-menos-p/2461 [consultado em 16-12-2022]

[10] Que na cidade-alta existiam o Palácio, o Balão18, a Misericórdia, o Rosário e uma parte dos Ferreiras. Na cidade-baixa existiam: os Coqueiros, Remédios, Nazaré, Bungo, Katari, Kisando, Kaponta e Kipakas. Ao redor destes estavam: o Cruzeiro, Kinaxixi, Kafago, Praia do Bispo, Kinanga, Ingombota, Maianga, Samba, Ferreiras, Ramalho, Braga, Mazuika Sangam-Dombe e Kisando. (Correia 2018 p. 108-109)

A fronteira entre a cidade e o musseque, no contexto formal teve três versões: a primeira, como linha de circunvalação que no início do séc. XX correspondia à Avenida Brito Godins.

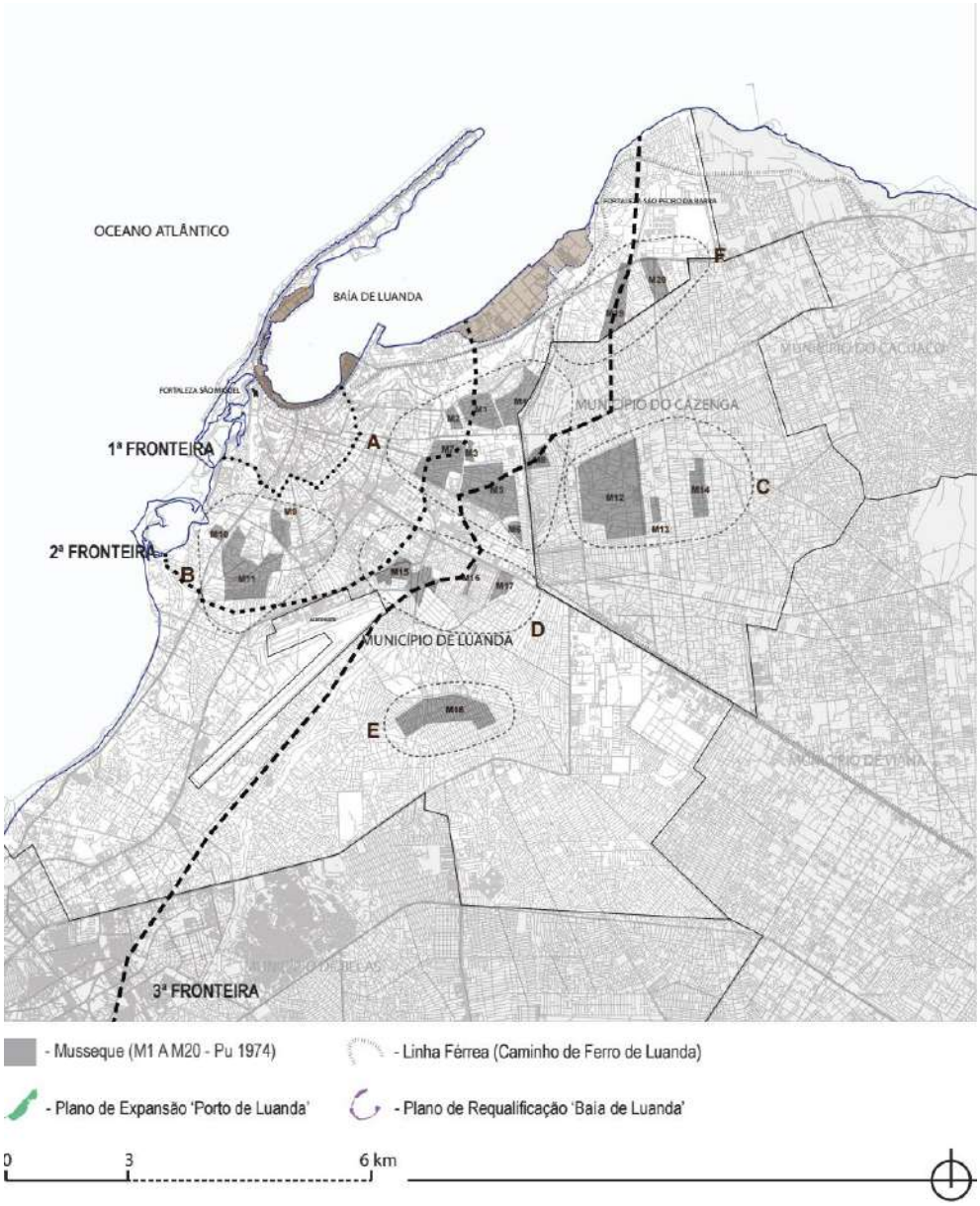
> *"Aberta em 1922 a Rua Brito Godins que sai do Largo Quinaxixe passa pelo Liceu de Salvador Correia e termina no Largo da Maianga." (Soares 2015 p.25)*

Segundo o autor Mourão *"em 1950, o limite entre a cidade e o musseque era a rua de D. João II e o último limite até a independência foi a rua Senado da Câmara." (Mourão, 2006, p.*436*)*

Fig. 1.5

Planta de Localização dos Musseques e Raios de Expansão (1974) (Fonte: Autor)

Mapa da cidade de Luanda e as três fronteiras entre o centro e o musseque



O período colonial imprime maior dinâmica ao desenvolvimento das cidades que vai cada vez mais afirmar o musseque como um território marginal à cidade sendo que sua dimensão populacional vai aumentando com a "chegada de novos imigrantes; coalescem e formam a auréola que marca a passagem da área urbana para o *hinterland* pobre, onde rareiam as formas de povoamento com alguma importância." (Amaral, 1983, p. 298-299) A exclusão dos musseques do foral urbano definiu desde os primórdios a localização que esses espaços passariam ter na cidade, espaço de transição entre o urbano e o rural.

"O primeiro plano urbanístico para a cidade foi encomendado em 1941 e aprovado em 1943. A encomenda foi dirigida aos arquitetos e urbanistas Ettiénne de Groer e David Moreira da Silva. Apesar de não ter sido totalmente implementado, foi o plano urbanístico que ditou grande parte das características que a cidade apresentava até essa data. (…) A proposta urbanística apresentava um esquema funcional com a criação de 5 cidades satélites ao redor do centro histórico, muito semelhante a filosofia empregue para as cidade-jardim com habitação de pouca densidade e altura, bem como muita vegetação ao seu redor." (Correia, 2018, p.91-92)

O plano urbanístico de Luanda de 1943 (Fig. 1.6) implementa os princípios da cidade jardim de Ebenezer Howard sobre uma realidade pré-existente. O centro inscrito na mancha da cidade colonial e os musseques enquadrados num grande cinturão verde, denominado de "Zona Rural" entre os raios de 4km e 6km de expansão do centro servindo de transição para as cidades satélites. É ainda neste plano que se definem os grandes arruamentos sinuosos ou rectilíneos de acordo com as condições específicas do terreno (topografia), que vão influenciar a configuração dos musseques à posterior. No entanto para zona rural são ainda propostas zonas de expansão da cidade. No mapa elaborado por Ilídio do Amaral (Fig. 1.7) é possível identificar dentro da zona rural áreas denominadas como "*Ocupação urbana densa e menos densa*". Os musseques estão predominantemente localizados no quadrante Nordeste com esparsos aglomerados no quadrante Sudoeste.

Embora nesse grande cinturão estejam localizados a grande maioria dos Musseques da cidade, alguns ainda permaneceram dentro do território da cidade, como é o caso dos Musseques do Mota, Marçal, Burity, Catambor, Samba Pequena e Prenda.

Divisão Política - Administrativa | Sectores

Ainda na lógica da distribuição dos musseques pelo território temos a divisão política-administrativa que estabelecia sectores no território utilizados como argumentos para a sedimentação da população na cidade. Entre os anos 60 e 70 do séc. XX a cidade estava dividida em três bairros posteriormente passando para quatro (Fig. 1.8).

A delimitação do território não está necessariamente associada à topografia, no entanto é possível compreender a continuidade do território originário da cidade.

Fig. 1.6

Esquiço do Plano de Urbanização Ettiénne de Groer e David Moreira da Silva de 1941. Fonte Correia. 2018

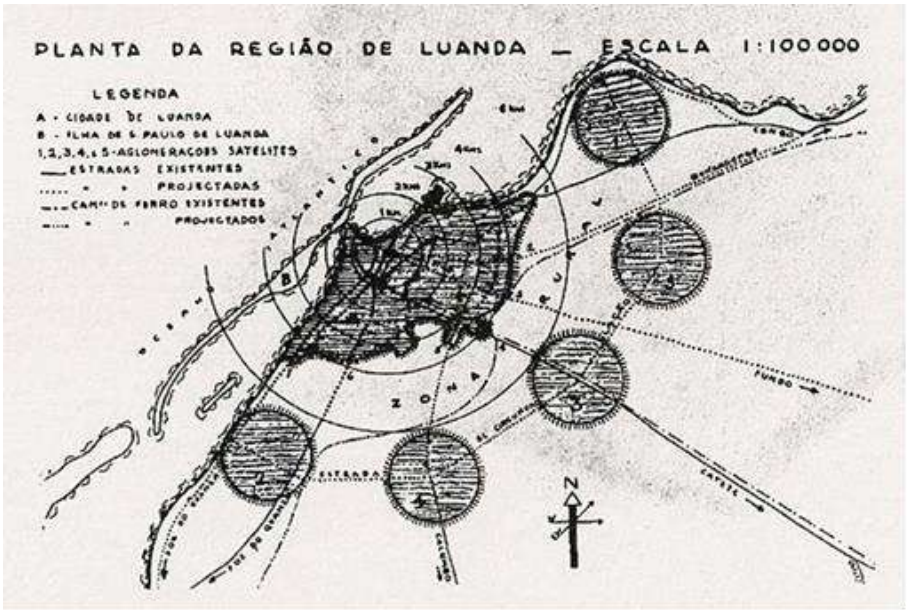


Fig. 1.7

Mapa da Cidade de Luanda (Amaral. 1983, p.294).

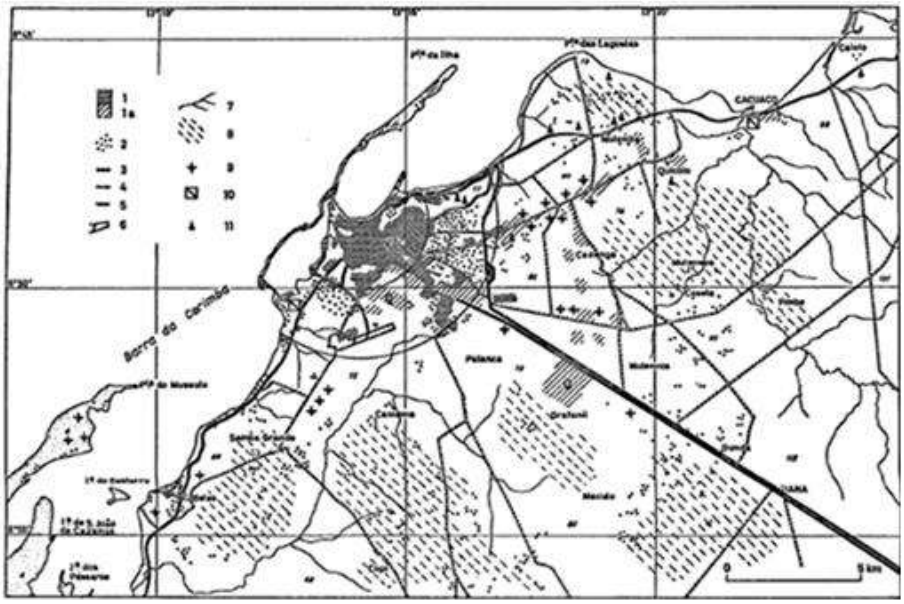
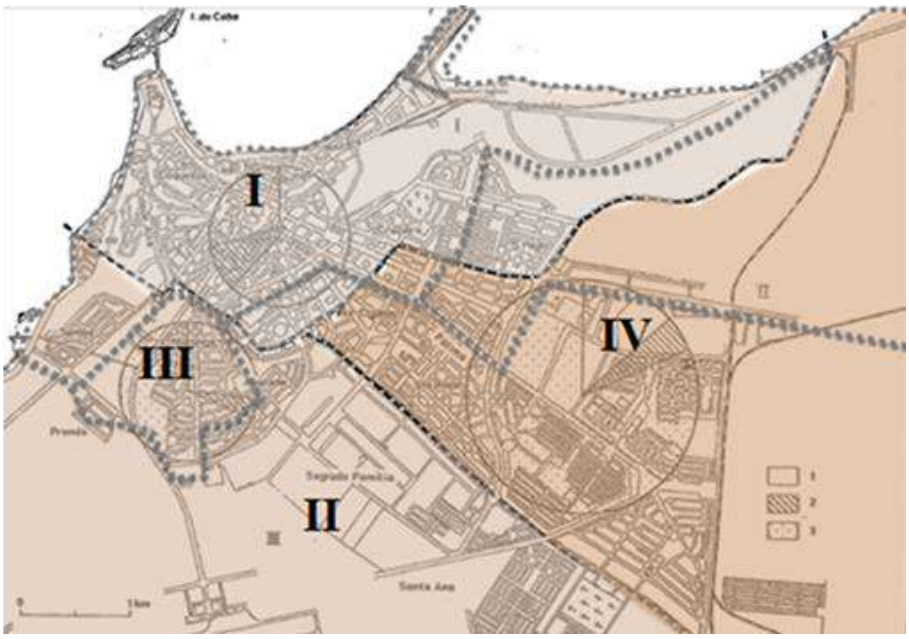


Fig. 1.8

Divisão política entre 1960 (mancha) e 1970 (delimitação). Fonte (Amaral. 1983 p.301 e 313)



Visão Modernista da Carta de Atenas

Interessante identificar o tratamento que a Cartografia da época dava aos musseques da cidade, entenda-se como tal os que no Plano Urbanístico 1943 estavam dentro do raio de 4Km do centro. Na Planta Turística de 1953 (Fig. 1.9)., que apresenta a mancha urbana integrada no raio de 4Km, o único musseque que aparece é o do Catambor e identificado como um Parque Urbano.

Fig. 1.9

Planta Turística da Cidade de Luanda (Anexo 3)

Embora o musseque tivesse uma baixa densidade ocupacional, o facto é que estava ocupado nos mesmo termos que os demais, ou seja, com camponeses contratados e fubeiros. Acreditamos que numa perspectiva modernista, fundamentada nas recomendações da Carta de Atenas de 1933 (CIAM, 1933) que propunha que os territórios insalubres fossem transformados com o fim de promover o desenvolvimento habitacional ou de espaços verdes, este mapa demostraria uma visão prospectiva de desenvolvimento urbano mais do que a realidade em si. Ainda se consegue compreender parte do território dos musseques Prenda e Marçal, mas o tratamento indica algum parcelamento facto compatível com a previsão de desenvolvimento de algumas áreas na zona rural ocupada por musseques facto que despoletou no ano de 1948 “uma compra desenfreada de terrenos, nos musseques de Luanda, isto porque já se previa que a cidade fosse ter um grande desenvolvimento, sendo necessárias mais habitações para albergar quem chegasse” (Correia, 2018, p. 88)

Os musseques e as Reformas de 1961.

A partir de meados do séc. XX, em particular após as "Reformas de 1961" levadas a cabo por Adriano Moreira toda a estrutura socio-económica sofre alterações profundas.

Na perspectiva urbanística, o desenho da cidade é reformulado a partir do Plano Urbanístico de 1962 (Anexo 3) que, entre outras premissas, tinha como objectivo implementar o "Projecto de Urbanização dos Musseques" (Correia. 2018 p. 246). Nessa óptica importa compreender que o PU 1962 amplia o foral urbano integrando a zona Rural prevista pelo PU 1942, ou seja, estendendo até 6Km a zona urbana e por essa razão os musseques passam a ser bairros enclavados na cidade e na sua maioria passam a ser território privilegiado da transformação urbana.

Existe um conflito no conceito 'bairro popular' e 'musseque'. Por um lado, Ilídio do Amaral diz que "*bairros populares, nascidos da construção de cubatas nos ditos mosseques, autorizada pelos proprietários a troco de uma renda. Desse modo os novos bairros populares situados no plateau passaram a ser designados como musseques*" (Amaral, 1968)

Segundo o autor José de Almeida Santos, no seu livro "Para a contenção e erradicação dos musseques de Angola", publicado pela Repartição de Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Luanda no ano de 1973, os musseques são vistos como um 'problema habitacional' que decorre do facto da população mais vulnerável alojar-se nos, por si chamados, 'bairros populares' ou nos 'bairros de reordenamento urbano da Junta de Habitação'. Para este problema, o autor levanta três questões iniciais que são:

> *[1] "(…) que razão presidiu à escolha, pelos respectivos moradores, dos locais onde foram erguidas as cubatas que constituem tais agregados",*
> *[2] "de quem são os terrenos onde se situam os musseques;*
> *[3] "quem são os proprietários das respectivas cubatas" (Almeida Santos, 1973, p. 4 e 5)*

Para o contexto desta investigação, a segunda pergunta é a que nos interessa, pois, o nosso contexto teórico enquadra-se na lógica do musseque como resultado da ocupação, funcionamento e organização da propriedade privada da área rural da cidade de Luanda. Nesse sentido, José de Almeida Santos reconhece a ocupação de território que fazia parte do domínio público ou privado do estado, mas também a da propriedade privada.

> *"Por sua vez, se tais terrenos constituem propriedade particular: ou forma áreas que até à data de serem ocupadas se apresentavam mal aproveitadas ou aparentemente abandonadas pelos seus proprietários, e portante nelas se instalaram abusivamente as populações de menores recursos carecidas de abrigo, ou a respectiva ocupação foi autorizada pelos próprios proprietários, que cobram por ela aos moradores uma módica renda." (Almeida Santos, 1973, p.5)*

De acordo com as pesquisas de campo desenvolvidas durante esta investigação, os musseques classificados como tal em 1973 (Troufa Real, 2011), resultam da 'ocupação autorizada', ou seja, mesmo sem licença de loteamento foram objecto de operações físicas de parcelamento destinadas à construção, obedecendo a critérios locais e sem cumprirem os requisitos urbanísticos canónicos.

Estas ocupações ilegais do solo aumentam substancialmente a partir da década de 60, devido às instabilidades sociais e a fuga do interior para o centro da cidade, bem como o enfraquecimento da gestão pública devido ao esforço da guerra colonial, despoleta a necessidade de obtenção de habitação própria, resultando em construções em solos impróprios, com ausência de infra-estruturas básicas, espaços para equipamentos e zonas verdes.

Bairros Indígenas

Essa situação motivou demolições e deslocalização da população nela residente para os bairros indígenas ou para os arrabaldes da cidade, engrossando os musseques nelas existentes. Os bairros indígenas, à semelhança dos musseques, remetem para o período da escravatura, embora para um período mais recente, entre o final do séc. XVIII e o séc. XIX. À época, os bairros indígenas estavam localizados no foral da cidade de Luanda (Fig. 1.3) e eram habitados por escravos qualificados e libertos.

Já em pleno séc. XX, os bairros indígenas passam a ser integrados nas políticas públicas. "*Norton de Matos, com o seu pensamento de que o mestiçamento comprometia a obra colonizadora e civilizadora dos portugueses em África, determinou medidas que impediam o convívio intersocial e o asseguramento do afastamento entre negros e brancos.*" (Agostinho.

2017: 418) Assim, decreta a construção de bairros indígenas pelo país e determina os termos gerais para a sua construção, nomeadamente: (1) periféricos à cidade, (2) separados fisicamente, (3) malha urbana ordenada e alinhada, (4) desenho da estrutura viária amplo, (5) tipologia habitacional pré-definida, (6) população entre 5000 e 15000 e (7) obrigatoriedade de residência. Estes termos, associados às regras de permanência dos indígenas no centro da cidade, reduzia o contacto entre raças à prestação de serviços, qualquer que fosse a sua índole.

O primeiro bairro construído a partir de uma iniciativa publica foi o "*Bairro Operário na década de 20 que nasce em consequência da necessidade de expansão do Caminho de Ferro de Luanda*". Segundo o autor Fernando Augusto Albuquerque Mourão, o bairro "foi construído em duas fases, o primeiro edificado próximo do Cemitério dos Ingleses em 1926 e o segundo construído em terrenos da família Burity, em 1943, e planejado em 1939, Segundo (Mourão, 2006:252 *apud* Agostinho, 2017). Os bairros indígenas foram construídos pelo governo colonial, motivado pela densificação dos musseques e numa perspectiva de alojamento de operários e prestadores de serviços públicos. O desenho destas unidades tinha que responder aos objectivos firmados pela gestão pública e controle de populações. Assim sendo, a forma "*caracterizada pelo seu traçado, ruas rectilíneas que compreendiam num rectângulo imaginário, desta forma configurava-se numa área de segurança, isto e, uma área onde os moradores podiam ser facilmente controlados pelas autoridades*." (Agostinho, 2017).

A intenção e o efeito destes planos era afirmar o controle sobre o espaço como parte do processo de alcançar a segregação urbana. Tais planos, e os registos de seu uso, foram instrumentos que ajudaram a concretizar e manter a legislação vigente à época[11], que segregava a população negra e mestiça para áreas residenciais periféricas.

Em Luanda, os Planos Urbanísticos de De Groer e Silva dos anos 40 ou mesmo de Simões de Carvalho nos anos 60 e a pressão do governo colonial resultaram na aceleração da "eliminação dos musseques" facilitando a remoção da população mais vulnerável, para a zona rural, os musseques ou áreas de reassentamento numa fase posterior.

O planos são desenhados por arquitectos integrados no Gabinete de Urbanização Colonial ou noutras repartições da Administração Pública. São projectos de leitura simplificada, com implementação de tipologias arquitectónicas que constituem na maior parte dos casos adaptações das tipologias locais estudadas por autores como Ferreira Diniz (1908) nos estudos feitos sobre as Populações Indígenas de Angola ou mais tarde por José Redinha (1973) sobre a Arquitectura Tradicional Angolana.

A produção de planos desta natureza, a estética simplista e linguagens visuais usadas neste processo não eram novas ou específicas em Luanda. Elas emergiram a partir de exportações e imposições das metodologias de planeamento urbano comum no colonialismo europeu e das necessidades de expansão do tecido urbano como consequência das fortes migrações decorridas após as Grandes Guerras. Podemos identificas semelhanças com o desenho das townships sul-africanas produzidas durante o regime do apartheid. (Watson. 2002; Hickel. 2014)

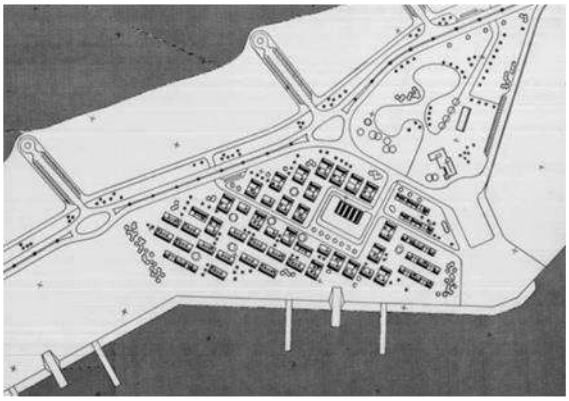
Os Bairros Indígenas e as Townships não diferiam muito nos seus princípios formais. O traçado comum a quase todas as configurações, malha reticulada Ortogonal, regular, habitação geminada ou em banda. Nota-se tambe a quase inexistência de espaços públicos de lazer e de equipamentos de proximodade.

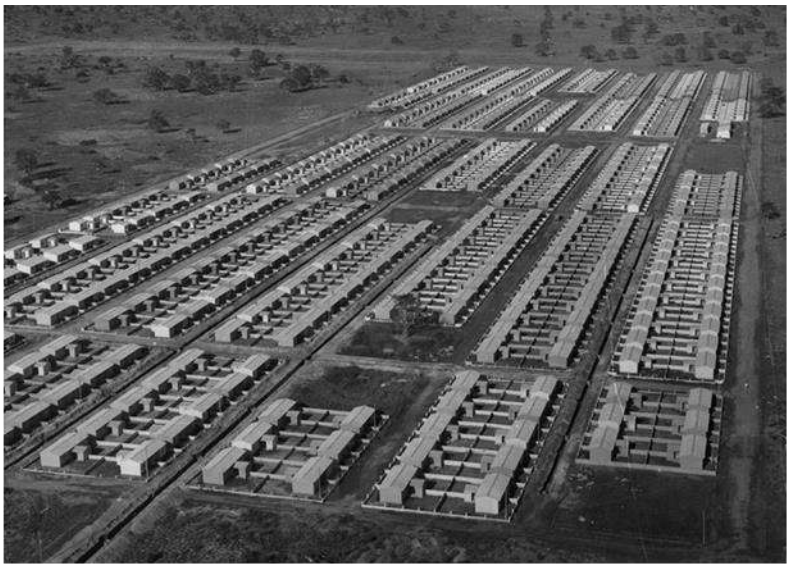
Os cinco bairros indígenas que trazemos para ilustrar o nosso discurso apresentam algumas diferenças entre si. No caso dos Congolenses, projecto da autoria do arquitecto Fernando Batalha (Fig. 1.10) o facto de serem prédios de dois pisos é um exemplo único em Angola. Já no bairro dos pescadores projectado pela arquitecta Antonieta Jacinto (Fig. 1.11) a disposição em espinha das moradias faz uma leitura dinâmica do desenho urbano. O também bairro dos pescadores da Ilha de Luanda projectado pelo arquitecto Simões de Carvalho (Fig. 1.12) tem uma abordagem arquitectónica que se aproxima mais da

[11] Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique (Ministério do Ultramar, 1954) entre outras normas avulsas decretadas pelos Governadores de Angola como Norton de Matos, Venâncio Deslandes, entre outros estabeleceram normas de organização da cidade que afectou profundamente a forma urbana.

denominada Cubata suburbana, tipologia que será desenvolvida nos capítulos seguintes. Por útlimo, o bairro do Cazenga (Fig. 1.13) e o Bairro Operário (Fig. 1.14) são duas unidades mais comuns, quadrangular e rectangular, de malha ortogonal regular, sem nenhuma singularidade e que durante o processo de pesquisa bilbiográfica não foi possível identificar o autor.

A planificação destes bairros funcionaram como ferramentas práticas e retóricas para imaginar e impor a segregação espacial de acordo com as construções raciais da época. Hoje servem como artefacto históricos, que nos permitem compreender as origens da estruturação morfológica do tecido urbano da cidade de Luanda. A maioria dos projectos para bairros indígenas foram desenhados com influência da tipologia denominada 'cubata sub-urbana". Nenhum desses projectos garantiu os princípios sociais e culturais do *modus vivendi* local. Os bairros indígenas são unidades habitacionais com malhas ortogonais regulares de 100m x 50m ou de 350m x 30m, com dimensões vaiáveis entre ½ ha e 1ha (descrição do Bairro Operário e do Bairro Bês)





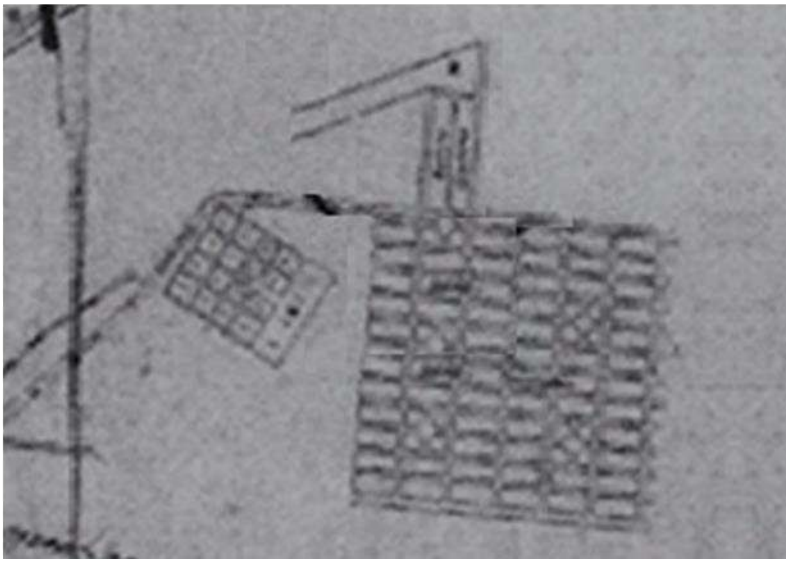


Fig. 1.10
Bairro Indígena "Os Congolenses"
(Amaral, 1968)

Fig. 1.11
Bairro Indígena "Pescadores"
(Fonte, 2012)

Fig. 1.12
Bairro Indígena dos pescadores Ilha de Luanda 1963
(Fonte, 2012)

Fig. 1.13
Bairro Indígena "Cazenga"
(ACTD, 1965)

Fig. 1.14
Bairro Indígena "Bairro Operário"
(Planta de Luanda, 1939)

Fig. 1.15

Township, Cape Town
(Watson. 2002)

Fig. 1.16

Township, Medowlands
(Hickel. 2014)

Numa segunda fase, já tardia, o Gabinete de Urbanização de Luanda – GUL joga um papel fundamental com introdução das Unidades de Vizinhança desenhadas com o propósito de integrar a população negra no centro da cidade considerando o facto do seu fundador e director, o arquitecto Fernão Lopes Simões de Carvalho ter implementado a sua visão modernista que entre outros propunha eliminar do desenho da cidade o princípio segregacionista das cidades-satélite. Ainda na óptica de contrariar a leitura racista da cidade, propõe também criar "equipamentos colectivos partilhados" e "unidades de vizinhança para 5.000 a 10.000 habitantes, consoante as características sociais e étnicas da população a acomodar" (Viegas,2015, p.64) em oposição aos princípios dos bairros indígenas. Assim, o Plano Director de Luanda de 1962 da então Câmara Municipal de Luanda (Anexo 3), desenvolvido pelo GUL entre 1962 e 1966, demonstra essa intenção traduzida na proposta da criação de onze (11) unidades de vizinhança integradas no foral da cidade. Inspiradas no modelo modernista da Carta de Atenas, as Unidades de Vizinhança pretendiam apresentar ao mundo um novo modelo de integração entre negros e brancos[12].

Das Unidades de Vizinhança propostas, cinco delas irão afectar directamente musseques existentes, nomeadamente, Catambor, Prenda, Marçal, Rangel, Calemba, referimo-nos à UV n.º 4, UV n.º 2, UV n.º7, UV n.º 9 e UV n.º 8 respectivamente. Importa ainda referir a Unidade de Vizinhança n.º 6 proposta para o Bairro Indígena Municipal que ficou conhecido como "Bairro Operário", localizado no antigo musseque Burity.

Na generalidade as propostas de intervenção para as Unidades de Vizinhança trazem uma visão modernista do desenvolvimento urbano.

No caso do Musseque Catambor, temos a Unidades de Vizinhança n.º 4 (Fig. 1.17) descrita como "*Arranjo Urbanístico n.º 4 para o troço das ruas António Barroso, Norton de Matos e avenida Lisboa na cidade de Luanda, 1967*" cuja proposta consiste num conjunto composto por um grupo de vinte e duas moradias geminadas, um grupo de onze edifícios organizados em "espinha", três edifício distintos e isolados sendo um de grande porte um médio e um pequeno e por fim dois grupos de edificações que remetem para equipamento de proximidade, provavelmente de educação ou administrativos. Ainda se identifica um rascunho de um campo desportivo com um edifício disposto ao longo de uma fiada de árvores e de frente para um parque urbano que poderá ser uma proposta de edifício administrativo do espaço gimnodesportivo.

No caso do Musseque Prenda, temos a Unidades de Vizinhança n.º 2 (Fig. 1.18) descrita como "Proposta para Unidade de Vizinhança no 3 do Musseque Prenda na cidade de Luanda" que previa habitação colectiva, habitação unifamiliar e habitação com produção unifamiliar independente e o desenho urbano expressa os princípios da Carta de Atenas tais como, densidade média de 150 hab./ha, espaço público para vias correspondente a 15% da área total, espaços verdes corresponde a 5,5 m^2 por habitante. Composto por 18 edifícios de grande porte, 78 moradias geminadas, 5 unidades de habitação social entre outros edifícios que representam equipamento de proximidade.

Não tivemos a oportunidade de aceder às propostas para a Unidades de Vizinhança n.º 7, n.º 8 e n.º 9 propostas para os musseques do Marçal, Calemba e Rangel, respectivamente, no entanto, pelo perfil das demais que foram consultadas acreditamos que obedeçam aos mesmos Termos de Referência.

[12] Na entrevista que o arquitecto Fernão Lopes Simões de Carvalho concedeu ao Semanário Angolense aos 26 de Julho de 2011, este aborda a questão da integração racial nas unidades de vizinhança como sendo orientações vindas do Governador Venâncio Augusto Deslandes (Alto Comissário e Governador-Geral de Angola de 1961 a 1962) eram de que a ocupação deste bairros deveriam ser na proporção de "1/3 de população indígena e dois 2/3 de população europeia, lá está a miscigenação que conseguia elevar a cultura e os costumes da população indígena" (Simões de Carvalho, 2011)

Com estas transformações urbanas, a cidade de Luanda sedimenta as suas características até ao final do período colonial. Um tecido desenhado na relação centro – periferia deixando como herança no traçado da cidade uma estrutura de intenção metropolitana claramente marcada pela ideia de cidade – jardim, tendo como pólo centralizador a Cidade Histórica e a expansão em estrutura anelar até a transição com novas urbanidades como Vila de Cacuaco (polo industrial) e Vila de Viana (polo agrícola).

O que seria a cintura verde da cidade, local onde se concentravam os musseques não foi totalmente extinta com o PU 1962 no entanto, o desenvolvimento urbano e o investimento feito durante os anos 60 e 70 do séc. XX introduziram marcas no tecido da cidade deixando os musseques enclavados na mancha urbana, ou seja, confinados a territórios específicos e delimitados representando *"uma superfície de 1500ha, divididos entre 20 zonas bem definidas, com uma população de cerca de 300.000 pessoas*."[13] (Troufa Real. 2011)

[13] Trad. *"…covered a surface of 1,500ha, divided into 20 well-defined zones, housing aproximately 300.000 people*" (Troufa Real, 2011)

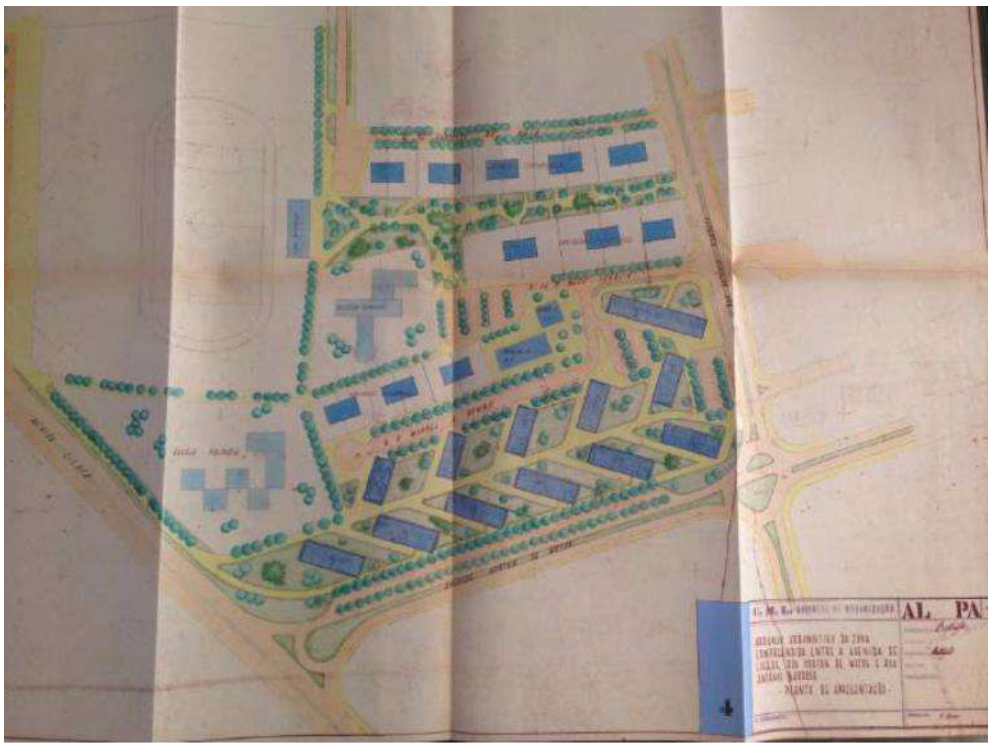


Fig. 1.17

Unidade de Vizinhança n.º 4
Fonte (Correia, 2016. p.193)
Arquivo Histórico Ultramarino, 2015.

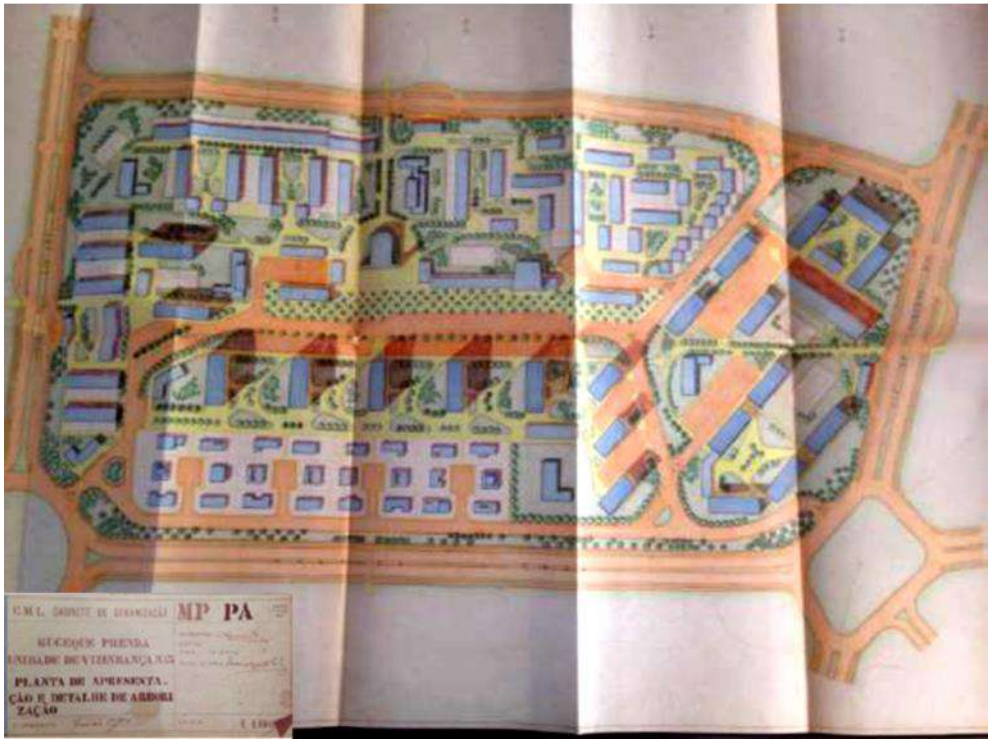


Fig. 1.18

Unidade de Vizinhança n.º 2
Fonte (Correia, 2016. p.191)
Arquivo Histórico Ultramarino, 2015.

População

A população nos musseques reflectia o desenho geral da cidade. Importa referir que a população da cidade de Luanda à época estava segregada por categorias sociais intrinsecamente relacionadas com a raça. Nesse contexto, a população recenseada incluía este aspecto e relacionava a sua localização no território em função disso e os demais aspectos socio-económicos eram relegados para segundo plano. Então, de acordo com o recenseamento de 1970 a população da cidade era de 475.328 habitantes, sendo 124.400 correspondendo a 26,7% de habitantes integrados na categoria "Branca" e 350.928 correspondendo a 73.3% de habitantes integrados na categoria "Não Brancos". (Amaral 1983 p.299) No contexto da população não-branca, incluíam-se para além dos negros os mestiços não existindo registos de população de outros fenótipos e/ou etnicidades com expressão relevante para as estatísticas apresentadas. Segundo os estudos efectuados por Ilídio do Amaral e Troufa

Real, é possível apresentar dados acerca da estrutura humana dos musseques, a sua etnicidade e peso específico na população (Troufa Real, 2011) O recenseamento da população negra residente nos musseques e bairros indígenas incluía ainda o aspecto da etnicidade revelando a sua proveniência. Assim, existiam três representações socio-culturais predominantes, os Ambundo, os Ovimbundo e os Bakongo, todas elas da mesma linhagem etnolinguística com visões cosmogónicas partilhadas e oriundas da região centro norte do território angolano. No entanto existia outra população de outras origens geográficas e também fenotípicas, no caso africano temos os cabo-verdianos e são-tomenses e no caso europeu, os portugueses.

A população dos musseques era composta por uma população autóctone maioritariamente negra e mestiça de origem predominantemente Ambundo seguida de outra com origem Ovimbundo e finalmente Bakongo. Juntava-se a essa maioria uma população alóctone, essencialmente europeia portuguesa constituída essencialmente por homens ex-militares ou ex-presidiários que se transformavam essencialmente em *fubeiros* seguida de cabo-verdianos e são-tomenses representando uma média de cerca de 10% do total.

Quadro 01 – Caracterização da População dos musseques em 1968-1974[14]

N.º	**Musseques**	**Gr.**	**População Negra e Mestiça**			**Pop. Branca e/ou Estrangeira**	
	Nome		*Ambundu Kimbundu*	*Ovimbundu Umbundu*	*Bakongo Kikongo*	*Portugal Cabo Verde São Tomé e Príncipe*	
			Pop. %	*Pop. %*	*Pop. %*	*Pop. %*	*Obs.*
1	Sambizanga	A	54,1	37,9	0	8	
2	**Mota**		**62,7**	**12,8**	**4,3**	**20,2**	
3	Zangado		73,6	4	8,9	13,5	
4	Lixeira		55,2	22	6,1	16,7	
5	Rangel		88,4	3,2	3,2	5,2	
6	Caputo		91	3,4	0	5,6	
7	Marçal		71,8	13,5	0	14,7	
8	Adriano Moreira		84,9	1,4	4,2	9,5	
9	**Catambor**	B	**82,7**	**2,8**	**5,4**	**9,1**	
10	Samba Pequena						S/dados
11	Prenda		80,7	8,4	0	10,9	
12	Cazenga		88	3,3	0	8,7	
13	Canivete	C					S/dados
14	Congo Pequeno						S/dados
15	**Calemba**		**90,8**	**1,4**	**1,2**	**6,6**	
16	Cemitério Novo	D	81,9	12,4	0	5,7	
17	Palanka						S/dados
18	Golfe	E	91	0	0	9	
19	Petrangol	F					S/dados
20	**Mulemba**						S/dados
	Médias		**78,34**	9,04	2,38	10,24	

[14] Fontes (Troufa Real, 1974; Amaral, 1968)

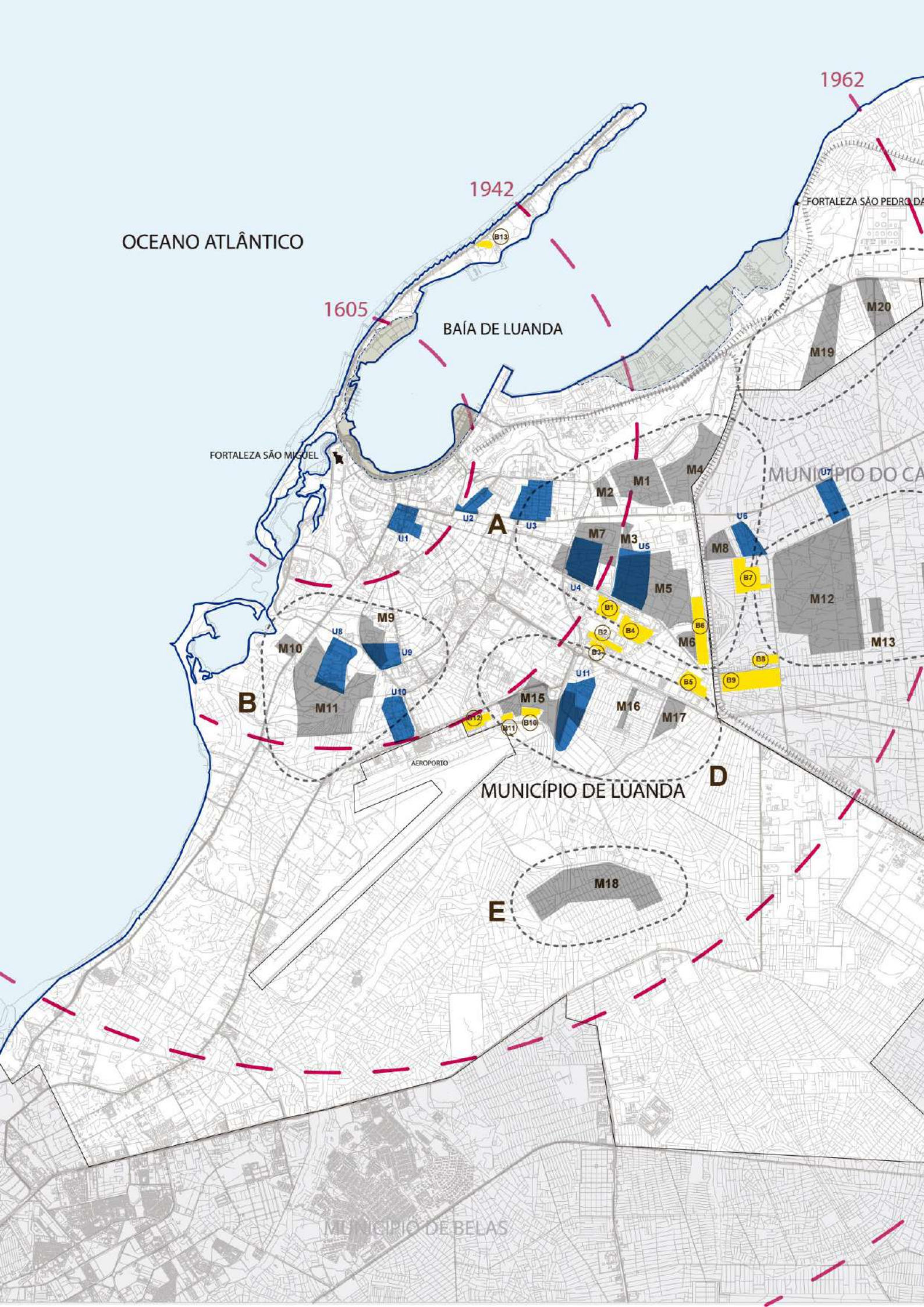

1962
1942
1605
OCEANO ATLÂNTICO
BAÍA DE LUANDA
FORTALEZA SÃO PEDRO DA
FORTALEZA SÃO MIGUEL
MUNICÍPIO DO CA
M20
M19
M1
M2
M4
M7
M3
M5
M8
M12
M13
M6
M9
M10
M11
M15
M16
M17
M18
U1
U2
U3
U4
U5
U6
U7
U8
U9
U10
U11
B1
B2
B3
B4
B5
B6
B7
B8
B9
B10
B11
B12
B13
A
B
D
E
AEROPORTO
MUNICÍPIO DE LUANDA
MUNICÍPIO DE BELAS

Fig. 1.19

Sobreposição entre os Musseques e as Unidades de Vizinhança propostas pelo PU1962
(Fonte: Troufa Real, 2011, p.50), (CML - PU 1962), Base Cartográfica do IGCA (1988)

LEGENDA

- Musseques: M1 A M20 (Pu 1974)
- Bairros Indígenas: B1 A B13 (1930 A 1974)
- Unidades de Vizinhança: U1 A U11 (Pu 1962)
- Arco de Expansão do Foral da Cidade de Luanda de 1605 A 2011
- Linha Férrea (Caminho de Ferro de Luanda)
- Plano de Expansão 'Porto de Luanda'
- Plano de Requalificação 'Baía de Luanda'

0 3 6 km

Organização do espaço – musseque

A ocupação dos musseques tem início com pequenas comunidades organizadas em núcleos que se acreditam terem sido periféricos à delimitação do território[15]. Tais ocupações aconteceram devido à necessidade dos proprietários de desenvolver a sua actividade agrícola, o que fez com que procurassem novos indivíduos para servirem como seus trabalhadores. Esta ocupação era, por princípio, uma situação temporária considerando o facto de que todas as famílias, qualquer que fosse a sua origem eram arrendatárias já que os proprietários viviam na cidade. No entanto, as diferenças da ocupação, no que toca a arquitectura era diferenciada. Para a população negra e mestiça a ocupação do espaço era feita com construções classificadas como "cubata suburbana", por outro lado, a população branca ocupava o espaço com pequenas moradias unifamiliares, classificadas como "casa popular portuguesa". As duas tipologias serão desenvolvidas em capítulos posteriores. A imagem sobre o ambiente habitacional no musseque é de acentuada precariedade. Agostinho Neto descreve no poema "sábado no musseque" a cubata suburbana dos anos 40 como,

"(…) esqueleto de pau a pique
ameaçadoramente inclinado
a sustentar pesado tecto de zinco
e nos quintais
semeados de dejectos e maus cheiros
nas mobílias sujas de gordura
nos lençóis esburacados
e nas camas sem colchão"
(Agostinho Neto, 1977)

Para além da habitação, dois elementos urbanos eram essenciais nos musseques, as cacimbas e os chafarizes como as fontes de água. Por um lado, as cacimbas serviam o propósito do regadio, uma componente fundamental para garantir a viabilidade da agricultura, por outro, os chafarizes que serviam o propósito de fornecimento de água potável à população já que não existia rede pública.

Os mercados são outra tipologia comum na periferia da cidade com referências anteriores ao séc. XX. Segundo o autor Ricardo Soares no sec. XVIII (1755) existia a Feira do Bungo, o único mercado localizado na periferia e também o mercado dos Coqueiros no Bairro Indígena homónimo e mais tarde, no séc. XIX (1874) mercado da Kaponta. Já no séc. XX, o mercado mais genuíno da cultura local seria o *Xamavu*, localizado no musseque Mota descrito pelo autor Óscar Ribas como "*um belo teatro de comediantes, sem dispêndio de dinheiro para o espectáculo, desfruta-se um tempo de agradável humorismo. Tudo se goza, desde a heterogeneidade do ambiente ao cachoar do vozeio, desde o natural ao excêntrico, desde a boa índole à perversa*" (Ribas 1964, p.245). No entanto outros mercados foram surgindo associados aos musseques tais como o Mercado de S. Paulo, no bairro do mesmo nome, Mercado da Chapada no Marçal, entre outros.

Esta ocupação nos musseques não obedecia a nenhum ordenamento urbanístico pré estabelecido no entanto, os levantamentos indicam a existência de dois núcleos diferenciados, o núcleo habitacional e as lavras sendo que os mercados estariam integrados no núcleo habitacional, vizinho ao núcleo do colonato, e por via de regra localizados nas fronteiras com vias de acesso criando uma fronteira para as habitações mais para o interior. Assim temos a habitação como elemento de fundo com o mercado fazendo transição com as vias de comunicação e pontos de abastecimento de água os chafarizes afectos ao núcleo habitacional e as cacimbas ao núcleo para lavradio. Conforme os musseques foram sendo integrados na mancha urbana, algum equipamento de proximidade foi sendo construído no seu interior ou

[15] Esta presunção decorre do facto dos musseques serem quintas de produção essencialmente agrícola. Nesse sentido, podemos comparar a forma de ocupação do espaço nos musseques como acontece no contexto rural dos povos locais, onde existe uma separação física entre a *sanzala* (aldeia) e o *arimo* (lavra).

vizinhança. Note-se que estas intervenções alteram a leitura do tecido urbano que passa a integrar edificações de grande porte, se comparadas com as pequenas edificações habitacionais. Caso disso seriam as associações culturais e recreativas, clubes desportivos e mesmo até os cinemas como o caso do 'Cine Colonial' (1940) frequentado maioritariamente pelos residentes dos musseques, Burity (Bairro Operário), Cayatte (São Paulo), Sambizanga, Mota, Lixeira, Rangel e Zangado.

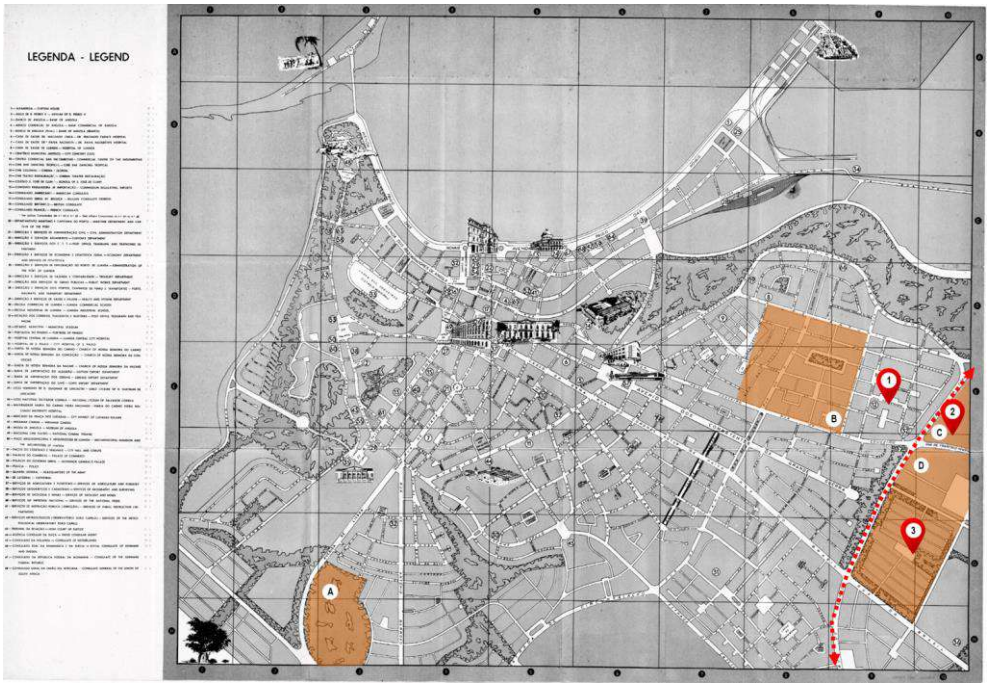


Fig. 1.20

Planta da Cidade de Luanda (1954)
A. Catambor
B. Burity
C. Sambizanga
D. Marçal
1. Cine Colonial
2. Mercado do S. Paulo
3. Gajajeira

Estas intervenções nos musseques estão directamente relacionadas com a "Organização das Regedorias", diploma emitido a 6 de Setembro de 1961, data da revogação do Estatuto dos Indígenas. Ao abrigo deste diploma estava o princípio de "reordenamento agrário das populações autóctones, nos múltiplos aspectos económicos, sociais e étnicos" numa visão política de desenvolvimento comunitário. O sociólogo A. Correia de Araújo no seu livro "Aspectos do desenvolvimento económico e social de Angola" publicado em 1964 pela "Junta de Investigações do Ultramar – Estudos de Ciências Políticas e Sociais", faz uma interpretação interessante acerca do impacto que esta lei teria, em particular para a prevenção dos musseques, espaços que denominava como "*cinturas vermelhas (...) onde se formaram grandes aglomerados de destribalizados*" (Araújo, 1964) numa clara alusão aos musseques e ao fenómeno da rápida urbanização que à época já era uma realidade incontornável devido à luta anti-colonial. Por analogia, a criação das regedorias ou o desenvolvimento dos musseques passariam pelos mesmos princípios, quer fossem os relacionados com os tipos de equipamentos ou as características construtivas[16]. Se para cada regedoria foi proposto um centro social que incluísse "*uma escola, capela, posto sanitário, cooperativa, sede, residência do regedor, do professor, do enfermeiro, armazém, balneário colectivo, lavadouro com compartimentos individuais, fossas, fontanários, instalações para pequenas oficinas, recinto*

[16] "*No centro de cada regedoria, estaria um centro social, sendo que as propriedades agrícolas correspondentes ficariam num raio de 5 km. Comporiam esse centro uma escola, capela, posto sanitário, cooperativa, sede, residência do regedor, do professor, do enfermeiro, armazém, balneário colectivo, lavadouro com compartimentos individuais, fossas, fontanários, instalações para pequenas oficinas, recinto desportivo, etc. Porém, era necessário encarar com realismo todo este plano de criação das milhares de regedorias, ou seja, de reagrupamento, ordenamento e concentração das populações. Nada de construções luxuosas, mas antes funcionais. Na maioria de tais instalações poderão ser utilizados os materiais próprios de cada região, devendo os respectivos habitantes construí-las pelo seu exclusivo esforço, se bem que entusiasmados e orientados por agentes qualificados [...].*"

desportivo, etc." (Curto, Cruz, 2015) nos musseques, os investimentos públicos incluíam alguns dos equipamentos de proximidade supracitados com particular destaque para os chafarizes/fontanários, balneários, escola

No caso das características construtivas, o facto da auto construção ser essencialmente em adobe, pau-a-pique ou madeira por imposição dos proprietários ou seus representantes vai de encontro às palavras do autor A. Correia de Araújo:

"*Nada de construções luxuosas, mas antes funcionais. Na maioria de tais instalações poderão ser utilizados os materiais próprios de cada região, devendo os respectivos habitantes construí-las pelo seu exclusivo esforço, se bem que entusiasmados e orientados por agentes qualificados [...]. O que acabámos de afirmar tem inteira aplicação à construção das habitações dos nativos. Se bem que haja interesse em melhorar e aperfeiçoar as mesmas, gradualmente, não devemos cair no erro de aconselhar os autóctones a enveredarem por construções dispendiosas, quando poderão dar aplicação mais produtiva às suas fracas poupanças.*" (Araújo, 1964)

Musseques extintos, musseques requalificados

Durante o período que permeia o séc. XIX e XX vários musseques existiram no tecido urbano da cidade de Luanda. A partir da análise dos autores Fernando Mourão, Troufa Real, Luandino Vieira e Eleutério Freire bem como a partir da cartografia histórica de 1862 e 1796 foi possível identificar 56 musseques (Apêndice 2) que durante aproximadamente 2 sécs. foram referências urbanas na história da cidade e que ao longo desse tempo foram extintos sendo o seu território absorvido pelo desenvolvimento urbano.

Os musseques adquirem outra dimensão, a de serem os principais absorvedores da imigração da população do interior do país factor que contribuiu *para a sua vasta expansão e que segundo o Ilídio do Amaral "sufoca a cidade urbanizada*" (Amaral;1968). Nesse contexto sendo o musseque um sistema social gregário de várias culturas que determinam e moldam os diferentes formatos da vida dos seus residentes o resultado é um lugar

> *"transcultural e miscigenado. Surgido como resultado da estratificação social do séc. XIX, esta entidade é um verdadeiro divisor de águas entre a cultura europeia e a africana. É nestes territórios que surge a miscigenação etnolinguística e com ela as mais extraordinárias manifestações culturais que caracterizam o Luandense e o seu modus vivendi como o carnaval, a música, a gastronomia e com uma semiótica urbanística peculiar. O musseque é ainda a fonte do caluanda." (Mingas: 2011).*

Assim, desde o período da escravatura até aos dias de hoje a percepção sobre os musseques mantem-se como um lugar de exclusão e de miséria. O período da longa ocupação portuguesa deixa como legado uma cidade segregada entre dois pólos, um centro urbanizado e desenvolvido em oposição a uma periferia cuja percepção geral é de *autoconstrução aleatória, inexistente regularização fundiária, precariedade e carência de infra-estruturas básicas limitando o acesso a água e a electricidade, problemas de drenagem das águas pluviais e de ausência de iluminação pública, inexistência de promoção de espaço público de qualidade,*

Não obstante o facto é que na mesma proporção outras perspectivas existem, sobretudo relacionadas com o ambiente social. Autores diversos reflectiram sobre os musseques e as suas especificidades revelando diversos aspectos da cultura material concreta, hábitos e costumes estruturantes e simbólicos profundamente conectados com toda a configuração espacial do musseque (Vieira, 1962; Mendonça, 2019; Rocha, 1977; Muxima 2019; Cardoso; 1980). No presente séc., os estudos no domínio da arquitectura e urbanismo começam a realçar a importância da componente social nas conceptualizações sobre o musseque,

Esta percepção deriva de um legado colonial que urbanisticamente reflectia um conjunto de categorias e valores que classificavam os cidadãos e seus lugares, produzindo hierarquias urbanas entre esses mesmos lugares que representavam as práticas de dominação. Assim sendo, a cidade de Luanda foi pensada como o topo da hierarquia política, cultural, económica e social com uma estrutura urbana segregada entre cidade branca e cidade negra ou entre cidade e musseque que se traduzia até à escala da arquitectura com as diferenças entre a casa popular portuguesa e a cubata sub-urbana, tudo significando uma estratégia de diferenciação entre colonizador e colonizado.

> *"O sucesso do empreendimento colonial dependia da criação e manutenção de uma percepção do mundo fundada em relações de identidade e alteridade, devidamente valoradas. Era preciso definir o status de cada pessoa na nova estrutura forjada pelo colonialismo." (Trajano Filho & Dias)*

Esta gramática da diferença afirmou um padrão de ocupação do território que se mantém até aos dias actuais em que o contraste visivel no tecido urbano "*entre uma área urbanizada, de ruas traçadas regularmente e casas ordenadas, onde se multiplicam os sinais da modernização, a cidade, e a vasta auréola que a rodeia, notável pela ausência de qualquer organização urbanística, antes marcada pelas aglomerações caóticas de cubatas dos musseques*" (Amaral:1983) se transformou num traço transversal aos grandes centros urbanos do continente.

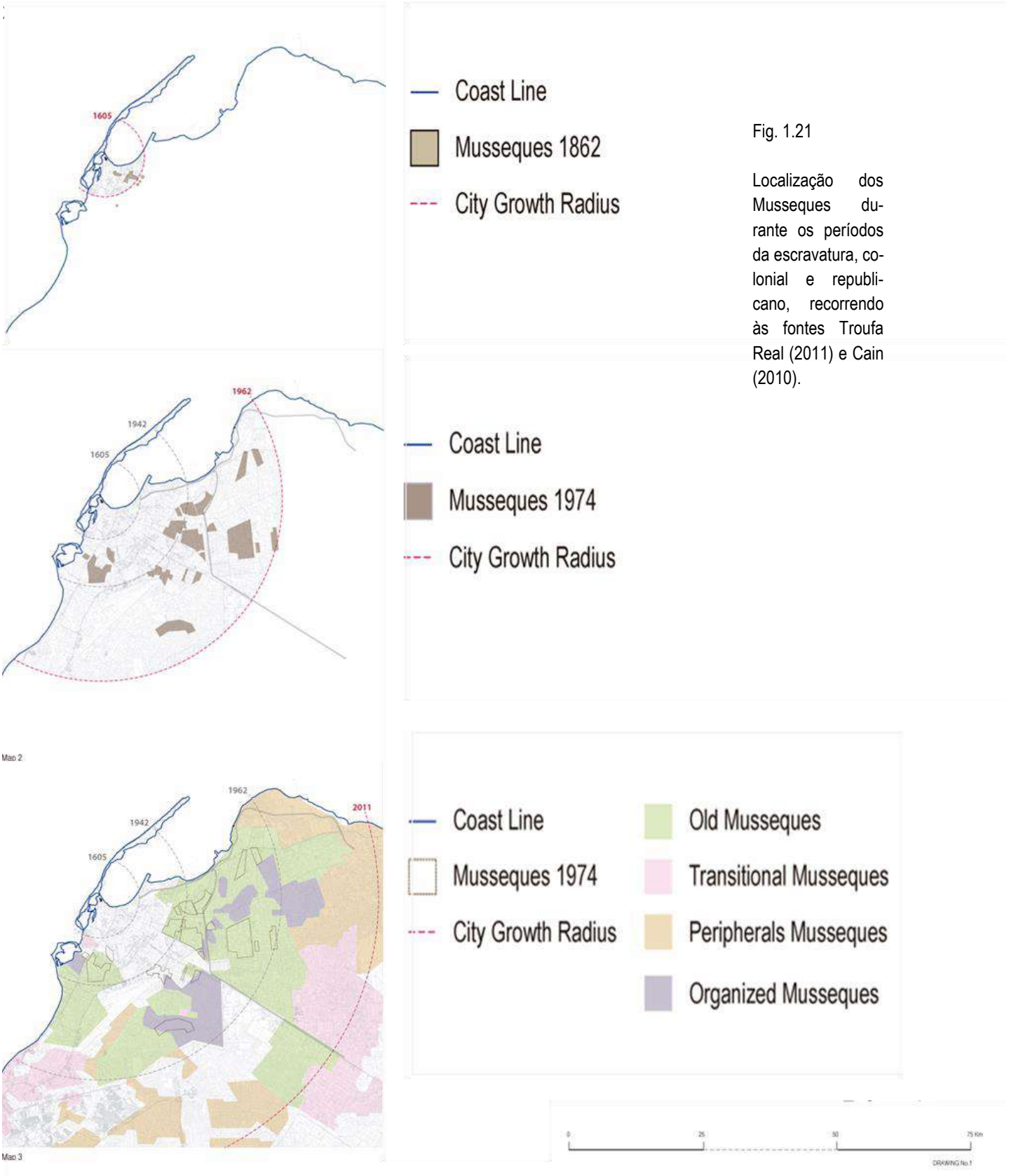


Fig. 1.21

Localização dos Musseques durante os períodos da escravatura, colonial e republicano, recorrendo às fontes Troufa Real (2011) e Cain (2010).

1.1.3 A contemporaneidade: da Requalificação à não Regenerabilidade

Enquadramento Histórico-Social

Entendamos a contemporaneidade como o período que decorre entre a independência com a constituição da república até à data presente, num intervalo de pouco mais de quatro décadas caracterizado por três períodos históricos: A Guerra Civil, o pós-guerra e a Crise económica

A Guerra Civil Angolana foi um conflito armado interno, que começou em 1975 e continuou, com interlúdios, até 2002. A guerra de 27 anos pode ser dividida aproximadamente em três períodos de grandes combates - de 1975 a 1991, 1992 a 1994 e 1998 a 2002 - com períodos de paz frágeis. A Guerra Civil Angolana foi notável devido à combinação da dinâmica interna violenta e ao grau excepcional de envolvimento militar e político estrangeiro. A guerra civil angolana é amplamente considerada uma extensão da Guerra Fria, e um dos seus palcos mais tenebrosos cujas consequências podem ser abordadas em âmbitos diferentes. Na perspectiva social referimo-nos a cerca de 4,28 milhões de cidadãos deslocados, 2.000.000 de mortos, acima de 100.000 crianças separadas da família das quais 9.000 transformadas em crianças-soldado, esperança de vida de 38 anos e o território com 15 milhões de minas terrestres até 2002. Logo após a independência um período de estagnação ao crescimento da cidade contrário à explosão da área suburbana da capital que cresceu para mais do triplo da dimensão da cidade desde 1975 (ano da independência) até aos dias de hoje fazendo passar a população da cidade de Luanda de 880.000 habitantes (último censo de 1974, Estudos para o Plano Director da Cidade) para aproximadamente 2.000.000 habitantes no ano de 1990[17].

Na perspectiva urbano-patrimonial, a destruição de edifícios públicos, habitacionais, rede viária e Infra-estruturas acompanha dois fenómenos paralelos, a implosão urbana e a explosão demográfica. Com os acordos de paz de 4 de Abril de 2002, finda a guerra civil angolana. A fase pós-guerra, entre 2002 e 2012, foi caracterizada por diversas problemáticas surgidas durante o conflito, tais como, como crises sociais e humanitárias, mas também como a fase da Reconstrução Nacional período em que o desenvolvimento urbano teve maior expressão.

Esses anos, tiveram grande impacto na estrutura das cidades, na alteração da paisagem urbana e sobretudo na forma de desenvolver o espaço. As centralidades (um conceito próximo da ideia de "Unidades de Vizinhança"), bairros e outras tipologias urbanas proliferam pela cidade marcando o tecido urbano com um modelo de desenvolvimento urbano fundamentado nos princípios modernistas inicialmente aplicados nos séc. XX.

> "*Quem sobrevoar a cidade quadricentenária, ou observar a sua planta, desde logo ficará impressionado pelo contraste entre uma área urbanizada, de ruas traçadas regularmente e casas ordenadas, onde se multiplicam os sinais da modernização, a cidade, e a vasta auréola que a rodeia, notável pela ausência de qualquer organização urbanística, antes marcada pelas aglomerações caóticas de cubatas dos musseques*." (Amaral,1983)

Regeneração nos Musseques: Políticas Urbanas e Gabinetes Técnicos.

Os musseques começaram a ser alvo de políticas públicas a partir da Revolução de Abril, ainda em 1974. A óptica da sua eliminação no perfil da gestão urbana da colonização portuguesa, muda drasticamente e devido ao elevado *deficit* habitacional com alto impacto na população negra começam novas ideias a surgir em particular a de intervenção nos territórios dos musseques com o objectivo da sua requalificação. Trazemos uma interpretação das políticas urbanas a partir de três gabinetes, que em fases diferentes foram os responsáveis pela implementação das políticas estabelecidas pelo governo.

Comecemos pelo Gabinete de Habitação de Angola (GHA) e a primeira reflexão crítica sobre os musseques no campo da gestão urbanística em Luanda. Este gabinete teve como missão "Neutralizar os problemas dos musseques deixados pelo governo colonial" e os seus

[17] Censo 1990. Censo Preliminar para as 1ªs Eleições Gerais na República de Angola.

objectivos baseavam-se em: “Implementar a melhoria imediata dos serviços sociais e infra-estruturas nos musseques”, “Recuperação gradual dos musseques, salvaguardando o carácter do bairro” e “Controlar o fluxo de trabalhadores migrantes das zonas rurais para a cidade, contrariar a sobrelotação e evitar a formação de novos musseques nos restantes centros urbanos angolanos”. Entre 1975 e 1979, o Governo angolano criou novas estruturas que intervieram nas áreas periurbanas de Luanda. Neste âmbito, o Gabinete de Habitação de Angola (GHA) realizou um trabalho de inventariação e de reordenamento de alguns musseques de Luanda, entre 1975 e 1976, de que é exemplo o novo Plano do bairro Golfe, coordenado pelo arquitecto José Troufa Real (Troufa Real, 2011). Esta proposta é considerada matricial pelo facto de fazer uma abordagem pioneira de desenho urbano e arquitectónico já reflectindo a defesa de valores socio-culturais dos residentes dos musseques nomeadamente; a “Ilha” que é um sub-quarteirão, onde o fundo habitacional se desenvolve à volta de largos e pátios com escalas diferentes. “O Bairro Golfe transformara-se num modelo pedagógico de reflexão de alto significado social, técnico cultural, podendo-se considerar ainda hoje como uma das referências contemporâneas mais interessantes de intervenção urbana”, não só para a nação angolana, mas também de interesse internacional.” (Troufa Real, 1975)

Fig. 1.22

Novo Bairro “Golfe”. Luanda 1975
Fonte (Troufa Real, 1975)

Em 1980, o Estado Angolano publica a Lei sobre a autoconstrução através do Decreto nº 188/80, de 17 de Novembro bem como o seu respectivo Regulamento através do Decreto executivo conjunto nº 91/80, de 13 de Dezembro. Os dois decretos estabelecem que "*a autoconstrução consiste na construção colectiva ou individual de habitações e [de] obras sociais, pelas massas populares, a partir da iniciativa das mesmas e com os materiais disponíveis no local, sob a orientação técnica do Estado” (Conselho de Ministros, 1980)* e é neste contexto da autoconstrução dirigida que é criado na dependência directa do Ministro de Estado para a Esfera Produtiva e do Secretariado do Conselho de Ministros o Gabinete de Renovação e Reabilitação dos Musseques - GARM, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira[18]. Segundo Allan Cain, responsável pelo projecto, o foco sobre os

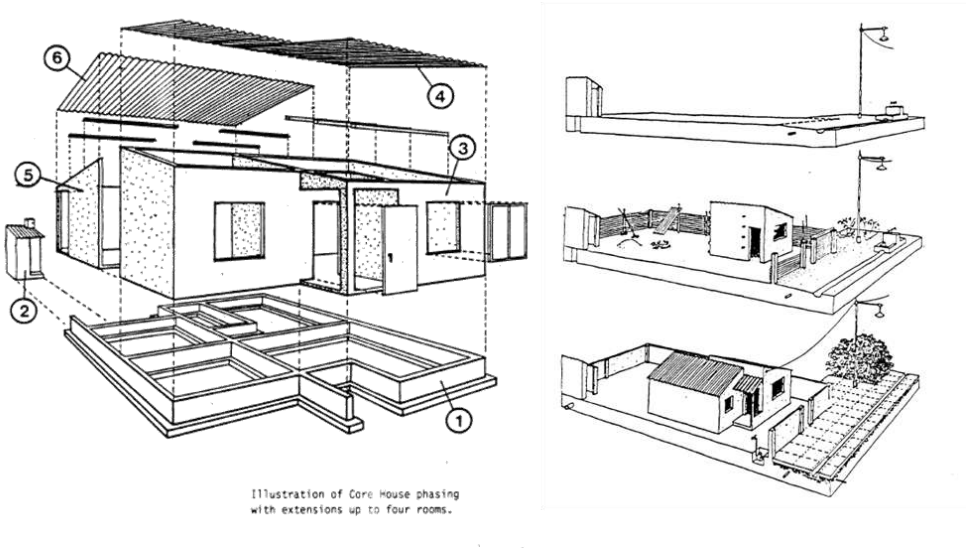
[18] Iª Série. Despacho n.º 57/86 (Gabinete do Ministro de Estado para a Esfera Produtiva) 29/09/1986. Cria na dependência directa do Ministro de Estado para a Esfera Produtiva e do Secretariado do Conselho de Ministros o Gabinete de Renovação e Reabilitação dos Musseques - GARM, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira.

musseques estava errado visto que estavam "*Nos estávamos a tratar do problema dos assentamentos humanos como se ele fosse de espaço físico e de habitações, mas acabamos por perceber através deste processo, que o problema número um era a falta de serviços básicos, tais como água, e saneamento*" (Cain, 1986). Em 1987, o Departamento Nacional de Urbanismo em parceria com a organização não-governamental Development Workshop propuseram desenvolver uma estratégia de mobilização social para o fornecimento de serviços urbanos básicos e de gestão comunitária de distribuição de água, todavia não conseguiram responder ao rápido aumento das necessidades (Development Workshop *et al*., 2005). A DW lançou o projecto premiado "Sambizanga Bairro, Pilot upgrading project" no final dos anos 80, num momento em que a sociedade civil angolana, particularmente as organizações eclesiásticas, começava a fortalecer-se.

Com foco essencial para as questões da habitação, a equipa coordenada pelo arquitecto Allan Cain desenvolveu estudos detalhados acerca da composição física e socioeconómica da comunidade e em estreita consulta com os residentes, foram elaboradas propostas de projectos de casas sociais que fosse de encontro ao sistema social existente. As casas seriam construídas bloco por bloco, respeitando a estrutura existente do bairro, visando o uso dos lotes permitindo que o espaço excedente servisse para expansão da casa.

Fig. 1.23

Casa Modular.
Fonte (Cain, 1986)



A partir do trabalho do GARM foi possível desenvolverem-se outros programas com impacto directo sobre a forma dos elementos nos musseques, nomeadamente, as questões de "água e saneamento" que se traduzem nos chafarizes como marcos essenciais na vida quotidiana, a "economia informal" que se reflecte nos mercados e/ou *kitandas*, "abrigo e habitação" que identifica as intervenções de equipamento social tais como escolas e centros médicos e por último a monitorização dos transportes colectivos cujo funcionamento tem grande impacto no desenho do espaço urbano.

Durante as duas décadas seguintes desconhecem-se iniciativas no foro quer do urbanismo que da arquitectura voltadas para as questões específicas dos musseques. No ano de 2004, a Presidência da República de Angola, cria na dependência do Presidente da República, na sua qualidade de Chefe do Governo, o Gabinete de Reconstrução e Reabilitação Nacional pelo Governo de Angola. Tinha por atribuição promover, acompanhar e supervisionar a implementação de programas específicos no domínio da recuperação económica e social no período pós-guerra civil. O objectivo basilar seria a reabilitação das infra-estruturas destruídas fundamentalmente durante o conflito armado que assolou o país durante vários anos. Nesse contexto, foi criado e implementado o Programa de Investimentos Públicos do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH) sob a responsabilidade do então Ministério do Urbanismo e Habitação. Integrado no PNUH, o Programa de Urbanismo de Interesse Público consistia na implementação de projectos de urbanismo de interesse público, nomeadamente "*projectos de requalificação urbana (plano director e rede de infraestruturas urbanísticas e equipamentos sociais colectivos), nas cidades capitais de*

Província (renovação dos musseques), necessários a implementação de projectos habitacionais de interesse social e de mercado" (Governo de Angola, Programa Nacional de Urbanismo e Habitação para o período 2009-2012, 2009). A questão dos musseques não é clara no PNUH deixando sempre margem para especulações sobre que interpretação seria válida a respeito.

Erradicação dos musseques.

Na esteira da implementação do PNUH, a questão dos musseques foi sempre um dos aspectos mais debatido e questionável no processo. Embora um dos desafios do programa fosse o "Melhoramento das condições de habitabilidade nos bairros de génese ilegal onde residem cerca de 80% da população urbana do País;" (Gameiro, 2015)[19], o facto é que os fundamentos da regeneração urbana após a implementação do programa começa por lidar com os Musseques como áreas de reconversão, equivalentes a uma enfermidade urbana que tinha que ser erradicada, politicamente associada a uma condição *sine qua non* para aquisição de habitação condigna como se pode inferir do pronunciamento do então Ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira[20].

A ideia de erradicação dos musseques, surgida na sequência da criação do Programa Nacional de Habitação e Urbanismo (PNUH), fundamentou um processo de "higienização da cidade" com a demolição de territórios urbanos e deslocalização de cidadãos para a periferia da cidade.

Essas periferias, constituiriam os territórios das reservas fundiárias onde seriam construídos os projectos habitacionais promovidos pelo sector público, maioritariamente. Luanda, abrange alguns projectos relevantes como, a Cidade do Kilamba, Sequele, Urbanização Nova-Vida, entre outros, que serviriam, em alguns casos para realojamento das populações deslocalizadas dos musseques.

O PNUH compreendia dois subprogramas com impacto directo sobre os musseques, nomeadamente o "Subprograma de Requalificação ou Renovação Urbana" e o de "Regularização Fundiária". O primeiro tencionava promover "de forma criteriosa, progressiva e em simultâneo, operações de renovação ou requalificação dos bairros precários antigos, visando garantir a posse jurídica sobre terrenos urbanizados e procurando manter o máximo de famílias possível na respectiva zona de residência" e o segundo pretendia promover "operações de regularização fundiária nas zonas peri-urbanas (…) consolidadas e urbanisticamente regularizáveis".

À beira da extinção do GRN, no ano de 2010, é criado o GTRUCS pelo Decreto Presidencial nº 266/10 de 29 de Novembro. (Governo de Angola, 2010) Tem por missão fundamental, a execução, coordenação, acompanhamento, controlo e fiscalização do processo de implementação dos projectos de reconversão dos Municípios do Cazenga, Sambizanga e Rangel.

[19] "Importantes desafios deverão ser vencidos, tais como: I. A regulação do fenómeno migratório e do desenvolvimento do sistema urbano nacional; II. Melhoramento das condições de habitabilidade nos bairros de génese ilegal onde residem cerca de 80% da população urbana do País; III. Dinamização e incentivo a participação concorrencial da estrutura empresarial nacional nos sectores de produção de materiais de construção e de construção civil de alta produtividade; IV. Dinamização e incentivo à participação do sector bancário e instituições financeiras nacionais na promoção da habitação social; V. Institucionalização do Sistema Financeiro e Fiscal Nacional apropriado." (Gameiro, 2015)

[20] "Como garantir habitação digna a toda a população? R- O programa do Governo prevê a entrega e venda à população de habitação condigna, com água, luz e saneamento básico. A primeira fase para retirar pessoas dos musseques onde vivem sem essas condições, acaba em 2012, mas não podemos ter esse ano como término, porque estamos sempre a crescer, porque cada vez mais precisamos de habitação. O nosso objectivo é acabar com os musseques. Até 2012, queremos ter um milhão de habitações, mas o nosso défice habitacional ronda os dois milhões. Estes são os dados de hoje. Mas amanhã a população aumenta e temos de continuar o programa. Estamos a trabalhar nos planos directores que vão dar-nos a orientação do crescimento das várias cidades. Estamos a trabalhar para que até o final do ano todas as províncias, principalmente as capitais, tenham os seus planos directores realizados." (FERREIRA. 2010) Trecho da entrevista dada pelo então Ministro do Urbanismo e Habitação, Eng. José Ferreira ao Jornal de Angola

> *"Lançado em 2010 por iniciativa presidencial, o Projecto de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga (PRUCS) partia do reconhecimento de que o Cazenga e o Sambizanga, os simbólicos e mais densamente povoados municípios do anel envolvente ao centro de Luanda, eram "ocupados por construções horizontais, com ausência de infra-estruturas adequadas", pelo que precisavam de ser dotados de "infra-estruturas técnicas, circulações rodoviárias e pedonais adequadas, espaços verdes, áreas de comércio, lazer, equipamentos sociais e habitações condignas". A estratégia adoptada consistia na infraestruturação de bolsas de terrenos livres, construção de habitação para realojamento populações de musseques adjacentes por forma a libertar terrenos a serem infraestruturados subsequentemente. Uma estratégia que no jargão local ficou conhecido como Sistema Bola de Neve. Para gerir o projeto foi criado o GTRUCS, sob tutela direta da Presidência da República e dotado de significativo meios financeiros e técnicos." (Dias, 2020 p.14)*

A criação deste gabinete técnico define de forma clara e inequívoca a abordagem relativa aos musseques. Os termos do processo de reconversão consistia em operação de loteamento, classificação do solo em urbano ou urbanizável e legalização das construções existentes em função das condições de habitabilidade[21].

O planeamento urbano e a não regenerabilidade

No contexto dos trabalhos do GRN, o Planeamento Urbano adquiriu robustez no cenário do desenvolvimento das cidades angolanas e o aspecto da não regenerabilidade de determinados tecidos urbanos ganha relevância no debate sobre que métodos seriam os mais eficazes para desenvolver estrategicamente o território. No caso de Luanda, o Plano Director Geral de Luanda - PDGL constrói uma visão holística sobre a cidade de Luanda elaborada com base nos Termos de Referência do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda[22] que excluem qualquer narrativa que sobre os musseques e como lidar com os mesmos. Apenas os aborda como "*habitações precárias que se estendem indefinidamente para além dos limites da cidade planeada, corporizando uma vasta mancha contínua de cidade informal*". (Louro & Oliveira. 2009). Desta forma, os musseques, na narrativa do território urbano Luandense mantêm-se como elemento marginal e de segregação, não lhe sendo reconhecido o estatuto de parcela constituinte do tecido urbano.

Esta versão simplista do musseque é desenvolvida pela Brodway Maylan que define musseque como "*áreas densamente povoadas com habitação inadequada, falta de infra-estruturas urbanas, equipamentos colectivos e espaços abertos que necessitam de uma intervenção integrada*" (GA & et al, 2015c). Indo mais além do que uma definição recorrente em diversos autores, a GEOPTU da Universidade de Lisboa, no PDGML, propõe três tipologias para classificar os Musseques, tais sendo: musseques estruturados, não-estruturados e dispersos, cada uma delas representando áreas e demografias diferentes. Cada tipologia será desenvolvida nos capítulos posteriores.

[21] Sobre este último aspecto, a habitabilidade, segundo o instituto Nacional de Estatística de Angola é determinada pela "disponibilidade da electricidade, tipo de materiais de construção usados, tipo de instalações sanitárias, fonte de abastecimento de água" (INE 2017 p. 13 e 14), incluindo o "saneamento básico e exposição ao fumo dentro das habitações" (Instituto Nacional de Estatística (Instituto Nacional de Estatística [INE], *et al*, 2017, p13)

[22] Os Termos de Referência para a elaboração do Plano Director Geral Metropolitano, foram preparados pela empresa portuguesa A1V2, Engenharia Civil e Arquitectura Lda., sob a coordenação dos Professores Doutores e Arquitectos Margarida Louro e Francisco Oliveira.

Quadro 1 – Síntese da Proposta para os Musseques de Luanda (PDGL)

Classificação	Habitantes	Área	Proposta PDGML
Musseques estruturados	1 493 120	9 871,16 hectares	Regeneráveis
Musseques não estruturados	3.217.545	17 334,64 hectares	Não Regeneráveis
Musseque dispersos	332.773.	15 581,03 hectares	Não Regeneráveis
Totais	**5.043.438**	**42.786,83 hectares**	

As definições propostas pelo PDGL que enquadram os musseques afectam directamente 5.043.438 cidadãos, o que num universo de 6.517.858 habitantes no total corresponde a 77% da população urbana.

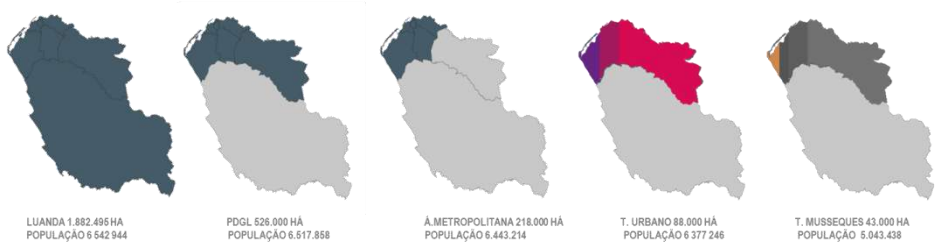


Fig. 1.24

Enquadramento territorial dos musseques de Luanda recorrendo às fontes GPL (2015a) e INE (2016)

O caso específico dos musseques "não regeneráveis" afecta aproximadamente 3.550.318 (três milhões, quinhentos e cinquenta mil, trezentos e dezoito habitantes) e 32.915,67ha (trinta e dois mil, novecentos e quinze e sessenta e sete hectares), correspondendo a 54,5% da população urbana (6.517.858 habitantes no total) e aproximadamente 50% do seu território.

A mera ideia de desalojamento da população dos musseques, ditos não regeneráveis para benefício da requalificação/regeneração urbanas, levanta questões sobre a pertinência da questão da utilidade pública, como previsto na constituição. Para além disso, o clima de insegurança que daí resulta, transforma os musseques não regeneráveis em lugares de marginalização, acirrando o estigma do musseque como referência negativa.

Na generalidade, o conceito da regeneração assenta na capacidade que um elemento terá de se renovar ou ainda de se recompor após danos consideráveis. Esta capacidade pressupõe que mesmo afectado, o elemento pode gerar valor e recompor os danos sofridos. Ao abordarmos a não regenerabilidade dos musseques não basta atermo-nos à antítese do conceito da regeneração, devemos incluir nessa construção a noção de que se considera que este tecido urbano não terá condições de se recompor partindo do princípio de que tanto o sistema como os seus elementos são incapazes de gerar valor urbano, ou melhor, urbanidade. Ainda como reforço desta ideia o estado actual dos musseques contraria o princípio constitucional de que "Todos têm o direito de viver num ambiente sadio e não poluído, bem como o dever de o defender e preservar"[23] ou seja, se o espaço é insalubre e não é regenerável.

[23]In, Ponto 1, Artigo 39.º (Direito ao ambiente), Secção I (Direitos e Liberdades Individuais e Colectivas), Capítulo II (Direitos, Liberdades e Garantias Fundamentais). Constituição da República de Angola (Assembleia Nacional, 2010)

Se a valorização do indivíduo com ente digno de protecção estatal arrolou à estrutura constitucional da República de Angola um conjunto de direitos de vasta amplitude, no domínio das acções do estado, o planeamento urbano tem um papel fundamental para garantir a prática dos direitos e deveres do cidadão visto que é da sua alçada a coordenação, regulamentação e fomento do desenvolvimento nacional com o objectivo de promover a preservação do ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos.

Se no contexto geral o estado promoveu um conjunto de sérios investimentos na rede urbana nacional, no que toca aos musseques este papel está longe de ser eficaz. Embora o estado angolano mantenha há mais de uma década o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação – PNUH que, entre outros subprogramas, integra a requalificação urbana, este domínio programático que foi marginalizado em benefício da construção de moradias para suprir o *deficit* habitacional. Na esteira da implementação do PNUH, a questão dos musseques foi um dos aspectos mais debatido e questionável no processo. Embora um dos desafios do programa fosse o "Melhoramento das condições de habitabilidade nos bairros de génese ilegal" (Gameiro, 2015)[24], o facto é que os fundamentos para a regeneração urbana após a implementação do programa começam por lidar com os Musseques como áreas de reconversão, equivalentes a uma enfermidade urbana que tinha que ser erradicada, politicamente associada a uma condição *sine qua non* para aquisição de habitação condigna. A ideia de erradicação dos musseques surgido na sequência da criação do Programa Nacional de Habitação e Urbanismo (PNUH) fundamentou um processo de "higienização das cidades" com a demolição de territórios urbanos e deslocalização de cidadãos para a periferia da cidade. Este processo revelou-se ineficaz perante a dimensão dos musseques na cidade visto que a sua expressão no tecido urbano mantém praticamente inalterável. Este fenómeno de incapacidade para erradicar os musseques não é exclusivo do estado angolano, outros países tentaram políticas urbanas com teor similar e redundaram nas mesmas taxas de insucesso. Tanto é assim que a nível mundial, a Nova Agenda Urbana, recomenda a melhoria dos musseques (*Slum Upgrading*[25]) como forma de inclusão urbana e social tendo a cultura como componente prioritária[26].

A implementação desta recomendação implicaria em primeira instância um profundo conhecimento morfológico do tecido urbano do musseque, como funciona o seu sistema e que elementos são essenciais na leitura da sua paisagem que caracterizem a sua autenticidade e em segunda instância o recurso à Regeneração Urbana como principal forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, visto que nas operações desta natureza, a forma urbana é mantida nos seus traços essenciais, salvaguardando assim os valores culturais da paisagem.

[24] "Importantes desafios deverão ser vencidos, tais como: I. A regulação do fenómeno migratório e do desenvolvimento do sistema urbano nacional; II. Melhoramento das condições de habitabilidade nos bairros de génese ilegal onde residem cerca de 80% da população urbana do País; III. Dinamização e incentivo a participação concorrencial da estrutura empresarial nacional nos sectores de produção de materiais de construção e de construção civil de alta produtividade; IV. Dinamização e incentivo à participação do sector bancário e instituições financeiras nacionais na promoção da habitação social; V. Institucionalização do Sistema Financeiro e Fiscal Nacional apropriado." (Gameiro, 2015)

[25] "Slum Upgrading Facility (SUF), a new global facility located within the United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT). SUF is designed to provide technical assistance to help cities and countries develop bankable housing projects for low-income households, the upgrading of slums, and for the provision of urban infrastructure." In https://unhabitat.org/topic/slum-upgrading

[26] "Incluiremos a cultura como uma componente prioritária dos planos e estratégias urbanas na adopção de instrumentos de planeamento, incluindo planos directores, directrizes de zoneamento, códigos de obras, políticas de gestão costeira e políticas de desenvolvimento estratégico que salvaguardem uma gama diversificada de património e paisagens culturais materiais e imateriais, e protegê-los-emos de potenciais impactos negativos do desenvolvimento urbano." 124. (ONU, Nova Agenda Urbana, 2016a)

1.2 O Musseque como Lugar Identitário (Espaço Social)

1.2.1 O musseque como comunidade urbana

O conceito de comunidade, derivações e apropriações.

Partamos do pressuposto que o conceito de comunidade, na era da globalização, "*apresenta-se como dimensão temporal/espacial da cidadania, (…) portanto, espaços relacionais de objetivação da sociedade democrática (...), que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos*" (Sawaía: 1996) Esta noção de comunidade, ao referir-se a espaços físicos ou simbólicos, absorve algumas questões relacionadas com a falência do conceito tradicional, ligado a território e vizinhança que de forma romantizada é definido por Bauman como:

> "*a comunidade é um lugar "cálido", um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. Aqui, na comunidade, podemos relaxar — estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros*" (Bauman, 2003)

Ainda podemos ir mais longe e, à luz da contemporaneidade, introduzir outras dimensões da vizinhança como, por exemplo, o fenómeno das redes sociais onde "*novas formas de comunidade surgiram, o que tornou mais complexa nossa relação com as antigas formas. De fato, se focarmos diretamente os laços sociais e sistemas informais de troca de recursos, ao invés de focarmos as pessoas vivendo em vizinhanças e pequenas cidades, teremos uma imagem das relações interpessoais bem diferente daquela com a qual nos habituamos. Isso nos remete a uma transmutação do conceito de "comunidade" em "rede social". Se solidariedade, vizinhança e parentesco eram aspectos predominantes quando se procurava definir uma comunidade, hoje eles são apenas alguns dentre os muitos padrões possíveis das redes sociais*." (Costa, 2005)

De todas estas reflexões, importa esclarecer o facto de que todas estas conceptualizações derivam de estudos sociais e não decorrentes de auto-denominações por parte dos integrantes dessas ditas comunidades o que faz com que, por detrás das denominações se escondam questões políticas e sociais de extrema importância. Enquanto no Brasil a denominação é exterior ao habitante local

"*Tenho observado há muito tempo que a elite e a grande mídia tenta chamar as favelas de comunidades e isso me traz uma grande indignação, pois do meu ponto de vista, isso nada mais é que uma tentativa de descaracterizar a favela e amenizar a situação de pobreza extrema que vive nossa cidade. Lembro sempre, para os que estão chamando as favelas de comunidades, que os condomínios de luxo, que essas pessoas que estão tentando descaracterizar essa nomenclatura moram, são comunidades. Sim! Os condomínios de luxo ou prédios na Barra, Leblon e Ipanema, constituem comunidades, porém não são favelas. Favela é favela e comunidade é comunidade!*" (Fernandes. 2011) As palavras de André Fernandes, Jornalista, fundador e director da ANF – Agência de Notícias das Favelas diferem das de Chlöe Buire, socióloga e pós-doutoranda em Urbanismo, pela Universidade de Witwatersrand de Johannesburg, defendia que a palavra "Bairro", servia como fuga ao preconceito que musseque acarretava na palavra[27]. (CEICA.2013)

À luz da multiplicidade de noções sobre comunidade que fazem do território geográfico uma variável no discurso conceptual, as palavras musseque e favela o afirmam e mesmo a nova denominação de bairro mantém esse valor como indissociável do conceito.

Seguindo a linha de pensamento da legalidade e legitimidade, o conceito comunidade não é definitivo. Aliás, do ponto de vista jurídico, no ordenamento angolano, a denominação comunidade está sempre associada a dois outros conceitos que a adjectivam de forma

[27] Afirmação feita durante a apresentação do trabalho "Aqui não é musseque, aqui é bairro" na 8º Fórum de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola, em Luanda, no ano de 2013.

directa, sendo eles Local e Rural, criando os conceitos Comunidade Local e Comunidade Rural. A pergunta levanta-se, estaremos perante sinónimos?

Sobre Comunidade Local, a Constituição da República é o único articulado do ordenamento jurídico angolano de onde consta este conceito sem, no entanto, o definir. Por esta razão, podemos partir do princípio de que, *latu sensu*, "*Uma comunidade local é uma população humana duradoura e organizada que integra um espaço de proximidade. Tipicamente, os indivíduos que a constituem partilham múltiplos laços – são parentes, amigos ou simplesmente conhecidos; compram e vendem entre si, encontram-se nos mesmos lugares, têm referências comuns*." (Rogeiro, 2016). Ainda no mesmo articulado, se estabelece que às comunidades locais está garantido o acesso e usufruto da terra[28].

Sobre Comunidade Rural, a Lei de Terras define o conceito como sendo um conjunto de "*famílias vizinhas ou compartes que, nos meios rurais têm os direitos colectivos de posse, gestão e de uso e fruição dos meios de produção comunitários, designadamente dos terrenos rurais comunitários por elas ocupados e aproveitados de forma útil e efectiva, segundo os princípios de auto-administração e auto-gestão, quer para sua habitação, quer para o a exercício da sua actividade, quer ainda para a consecução de outros fins reconhecidos pelo costume e pela presente lei ou seus regulamentos*"[29],

Respondendo à questão posta, se estaríamos perante sinónimos, a resposta é não, no entanto salvaguarda-se que uma Comunidade Rural é uma Comunidade Local, mas que uma Comunidade Local abrange mais do que uma Comunidade Rural, cabendo outras noções, como a de Comunidade Urbana.

A construção da ideia do musseque como comunidade urbana à luz do ordenamento jurídico

Se uma comunidade rural se descreve a partir do costume, julgamos que os mesmos princípios se poderão aplicar à construção do conceito de comunidade urbana se a elas associarmos os musseques. Estes, na sua génese, correspondem em grande extensão aos valores das comunidades rurais pois a grande maioria da sua população tem origem na população rural que de alguma forma migrou para as cidades durante o período da guerra, tendência que até à data ainda não diminuiu. Nesse contexto, os musseques representam os territórios onde se encontram bem identificadas as comunidades urbanas, partindo do princípio de que, à imagem e semelhança dos espaços urbanos consolidadas, são uma simbiose entre população e território cujos habitantes partilham múltiplos vínculos e referências espaciais sedimentadas ao longo do tempo, transformando-o num lugar antropológico, num espaço de proximidade. Na prática, este nosso conceito à escala do musseque e na cidade de Luanda, essas comunidades não correspondem em número necessariamente aos territórios existentes, podendo ser identificadas por ruas e/ou conjuntos mais ou menos amplos.

Quaisquer que sejam as noções construídas à volta do que é um musseque, o facto é que estamos perante um espaço vivido e sedimentado na forma da cidade de Luanda. A sua população, maioritariamente Ambundo, têm um vínculo com a terra que se espelha partindo do conceito proverbial "*ixi ya akuluwetu twa ilundula*" que significa literalmente "*a terra dos nossos antepassados, a que nos foi legada*" (Pinto, 2019) e que encerra no seu significado a herança da terra como bem colectivo.

Outrossim, a Terra como o suporte formal do que é fundiário, na dimensão semântica tanto pode ser interpretada como um elemento com valor de troca, o que pressupõe a propriedade, ou com valor de uso, com um universo diversificado de significados, inclusive os sagrados. Reforça esta ideia o artigo 17º da Declaração Universal dos Direitos Humanos que diz que "todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros." (ONU. 2009)

Esta verdade é aplicável quer ao contexto rural quanto ao urbano porque é no significado da terra que se integram as dimensões da legalidade e da legitimidade, ou seja,

[28] "*São reconhecidos às comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei.*" In, ponto 2, Artigo 15 (Terra), Constituição da República de Angola Secção I (Direitos e Liberdades Individuais e Colectivas), Capítulo II (Direitos, Liberdades e Garantias Fundamentais). (Assembleia Nacional, 2010)

[29] In Alínea 'c', Artigo 1º (Definições), Secção I (Disposições Gerais), Capítulo I (Disposições e Princípios Gerais), Lei de Terras. (Assembleia Nacional, 2004)

legalmente o Musseque, por princípio, pode ser enquadrado no contexto das comunidades locais/urbanas e a legitimidade para essa afirmação deriva do processo de sedimentação no desenho da cidade e do conceito proverbial do legado da terra como sendo um legado ancestral. Assim sendo, aos musseques de Luanda, salvaguardando o facto de existirem múltiplas categorias, é legítimo o acesso e usufruto das terras onde, ao longo do tempo foram sedimentando a sua identidade.

Fig. 1.25

Marginal de Luanda vista a partir do extinto musseque da Chicala II. Fonte: (Luchansky, 2013).

1.2.2 O musseque como espaço geográfico

O conceito genérico de identidade recai sobre a qualidade do que é idêntico, de igualdade absoluta associado à mesmidade. Como tal, a etimologia desta palavra conduz à sua aplicação como qualificadora daquilo que é idêntico ou o mesmo, sendo, portanto, identificadora de algo que permanece. Esta construção é contraditória no sentido de que à identidade é hoje vista como um fenómeno mutável, mais próximo da noção de cultura que se constrói continuadamente no tempo e no espaço. Este debate é essencial para que possamos compreender as relações entre o indivíduo e o seu *habitat* e como tais relações constroem características essenciais e distintivas num espaço transformando-o numa referência identitária.

Espaço Geográfico

Partamos do princípio de que o espaço (geográfico) é uma das mais comuns formas de identificação entre indivíduos. É aquele que cuja memória comum assenta na sua construção ao longo da história e na organização social daqueles que o habitam. Segundo o geógrafo Milton Santos, no seu trabalho *'*A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção' originalmente publicado em 1996, "o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objectos e acções" (Santos, 1997) traduzindo assim a acção do homem sobre a natureza como a origem da produção do espaço. Este processo assume contornos diferentes dependendo da categoria que escolhida como foco de análise. Embora o conceito de espaço geográfico tenha sido abordado ao longo do tempo sob lentes diversas e consequentemente várias interpretações, seleccionamos quatro categorias que são território, paisagem, lugar e região por nos parecerem as que melhor se adequam aos nossos objectivos de investigação.

Território

A concepção clássica de território vincula-se ao domínio de uma determinada área, um espaço delimitado, de forma que essa delimitação obedeça a uma relação de posse ou de poder. Essa condição do território como um espaço biofísico constituído pelo conjunto dos solos urbanos e rurais e outras componentes transforma-o num elemento primário da

sobrevivência, o *habitat*, e consequentemente num objecto de apropriação. André Corboz faz uma abordagem mais complexa olhando para o território não como um dado, mas sim como um resultado de diversos processos interligados e coordenados. Por um lado, se modifica de forma espontânea e por outro é objecto de intervenções humanas o que faz com que esteja em constante remodelação.

> *"Desde el momento en que una poblacion lo ocupa (sea a través de una relacion ligera, como la recolección, o dura como na extraccion minera), estabelece com el território una relación que tiene que ver com la ordenación, o incluso com la planificacíon, y los efectos recíprocos de esta coexistência pueden ser observados. En otras palabras, el território es objecto de una construción. Es una classe de artefacto. Así pues, constituye igualmente un produto" (Corboz, 2004 p. 27)*

Paisagem

A perspectiva comum sobre a paisagem assenta na percepção do espaço, a captação através dos nossos sentidos de tudo aquilo que se manifesta diante de nós. No entanto, a paisagem vai mais além da percepção da forma é resultado de um processo de articulação entre os elementos constituintes. Carl Troll (1950), define a paisagem, como o conjunto das interacções homem e meio que se reflecte tanto na forma (configuração) como na funcionalidade (interacção de geofactores[30] incluindo a economia e a cultura humana) (Troll, 1997). Numa abordagem mais contemporânea, Milton Santos concebe a paisagem como um "*conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza*" (Santos 1997). Em suma, partimos do princípio que a relação forma-funcionalidade não se baseia na relação de causa e efeito, mas no processo de constituição-reconstituição de formas na sua conjugação com a dinâmica social sem esquecer o geofactor do tempo. Assim conjugados esses aspectos, a paisagem pode ser observada como a corporificação das condições sociais de existência diacrónicas e sincronicamente.

Lugar

O etnólogo e antropólogo francês Marc Augé no seu livro 'Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade' publicado pela primeira vez em 1992 associa o termo "lugar" aos espaços de permanência em oposição ao conceito de "não-lugar" que por definição são espaços transitórios que não possuem significado suficiente para com os quais um indivíduo consiga desenvolver a noção de pertença. Dessa forma, o lugar define-se "*como identitário, relacional e histórico*" (Augé, 2005. p.67) e essa dimensão existencial comporta aspectos como a localização, posição, mobilidade, interacção com os objectos e/ou com as pessoas. O lugar é um local tal qual o homem o percebe, é o espaço percebido. É aquele ponto ou área do espaço que o homem identifica e atribui sensações e predicados, sejam eles afectivos ou não. Este (o lugar) constitui a dimensão da existência humana que se manifesta através "*de um quotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições–cooperação e conflito são a base da vida em comum*"(Santos, 2006).

A acção quotidiana do indivíduo no seu espaço é essencial para a criação dessa ligação afectiva. As próprias formas rotineiras constituem um processo repetido de apropriação de um tempo e de um espaço. Como observa Lalive d'Epinay no seu ensaio "*La Vie Quotidienne. Essay de Construction d'un Concept Sociologique et Anthropologique*", "os actores sociais estabelecem uma relação de uso com o tempo e o espaço e é nessa relação de uso que emerge a apropriação do tempo e do espaço" (Lalive d'Epinay, 1983, p.26). Pese embora o quotidiano esteja comummente ligado ao banal, ao efémero e ao simples ou o fraco, são inegáveis as suas dimensões espácio-temporais. No aspecto 'espacial' porque a vida quotidiana desenvolve-se e refere-se sempre ao ambiente imediato, à escala da proximidade e no aspecto 'temporal' porque os ciclos repetitivos da acção quotidiana criam uma ordem estável.

[30] Segundo Troll, os geofactores que integram uma unidade de paisagem são: clima, geologia, relevo, solo, biota (fauna e vegetação), antrópico (sociocultural) e o Tempo (Troll, 1997)

"O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de acções condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da acção comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade." (Santos, 2006 p.218)

Em suma, o lugar e a nossa corporeidade são indissociáveis e funciona "como espaço de existência e coexistência" (Suertegaray, 2001).

Região

A complexidade que envolve o conceito Região assenta nas múltiplas definições que comporta. O geógrafo Paul Vidal de La Blache, defensor da Geografia Regional, considerou esse conceito associado às paisagens naturais e sem interferência da acção humana visto que o mesmo considerava "A Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens; [...]" (de La Blache, 1985, p. 47). Contrária a esta construção, o também geógrafo norte-americano Richard Hartshorne defende a região como uma criação intelectual adoptada e determinada pela compreensão humana sobre o espaço geográfico com base em critérios específicos. Hartshorne diz que a Geografia é "*uma ciência que interpreta as realidades da diferenciação de áreas do mundo, tais como elas são encontradas, não somente em termos das diferenças de certos elementos de lugar para lugar, mas também em termos da combinação total dos fenômenos em cada lugar, diferente daquelas que se verificam em cada um dos outros lugares*"[31]. (Hartshorne, 1939, p.462).

A ambivalência conceptual sobre região prevalece e depende das circunstâncias de aplicação, logo é legítimo dizer que região é uma porção do espaço estruturado conceptualmente em função dos interesses do homem e de acordo com as características fisiográficas, ambientais, sociais, culturais, políticas, económicas entre outros factores que representem uma identidade comum.

Decorrente da explanação das categorias território, paisagem, lugar e região, demonstramos que o espaço geográfico é o espaço ocupado e transformado pelos indivíduos num determinado período. Este produto, é um fenómeno cultural, herdeiro de um longo processo acumulativo de interacções, que reflecte o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações antecedentes. Como produto resultante de um fenómeno cultural, é legítimo reconhecer o espaço geográfico como um espaço cultural e na sequência constituído por um património de importância local que podem ser de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à acção, à memória dos diferentes grupos formadores da comunidade que a integra, nos quais se incluem: formas de expressão; os modos de fazer e viver; as criações e manifestações artístico-culturais, lugares referenciais para construção histórica entre outros.

Musseque como espaço geográfico

Reconhecer o musseque como espaço geográfico é um processo natural só pelo facto de nos estarmos a referir a um produto sistémico resultante das interacções homem-natureza. Como territórios eles são resultado de processos de delimitação fundiária onde se exercia uma relação de propriedade e arrendatário no contexto rural. Embora estas delimitações venham sofrendo alterações o facto é que a sua existência como território é reconhecida pelos seus residentes. A antiguidade dos musseques confere um direito sobre o espaço que pode ser visto pela lente da hereditariedade. Revisitando o vínculo com a terra que se espelha partindo do conceito proverbial "*ixi ya akuluwetu twa ilundula*" (Pinto, 2019) esse significado tem duas amplitudes, a individual que se reflecte na casa e a colectiva que se expande para um território mais amplo, mas não global. Este último aspecto será mais bem desenvolvido a seguir, quando se fizer a análise do musseque na perspectiva da regionalidade.

Os musseques são paisagens plenos de referências visuais e simbólicas, que derivam da forma como a comunidade residente se relaciona com o espaço. O discernimento destas referências, sua importância e significado diferem de musseque para musseque,

[31] Trad. *"(...) a science that interprets the realities of areal diferentiation of the world as they are found, not only in terms of the differences in certain things from place to place, but also in terms of the total combination of phenomena in each place, different from those at every other place."* (Hartshorne, 1939, p.462)

considerando que cada comunidade tem origens diferentes, identificando variações nos hábitos culturais, relações sociais, mas que não afectam a predominância de semelhanças na forma. Estas semelhanças estão nas representações linguísticas dos lugares, sinais, elementos naturais entre outras, que constituem um todo bastante homogéneo. Essa estrutura de representações deriva de uma memória comum a todos estes lugares, a sua origem social, cultural e económica que influenciou práticas sociais-espaciais características e que são os principais predicados de significação do espaço dos musseques.

No quotidiano se materializa a existência, a referência. A *kitanda* à porta da casa do vizinho onde se compra *cola e gengibre*, os rituais do komba e xinguilamento nos quintais, as vendas à noite nas ruas iluminada com lampiões de petróleo, as conversas de bar, os pregões das zungueiras, o recolher quase obrigatório ao sol-posto marcam o espaço na memória urbana dos musseques. Estes factores de socialidade marcam os lugares no musseque como se de uma memória colectiva se tratasse e dão outro significado à rua, à porta de casa, às vivências em horas de sol-posto. Essa transformação dos sítios ou áreas através da atribuição de sensações e predicados são afectivos quando se referem às relações sociais, mas fóbicos no que toca a questões básicas da urbanidade ou da segurança.

A regionalidade no musseque é um factor interessante e essencial na identificação com o espaço. Mais do que a classificação externa do espaço ser um musseque criada a partir de aspectos morfológicos, fundiários ou topológicos, existe uma auto-percepção que segmenta o espaço introduzindo fundamentos como a antiguidade, etnicidade, entre outros. Embora a regionalização se aplique a territórios de grandes dimensões, o importante é entender esse processo como decorrente de critérios previamente estabelecidos e que criam territórios menores que se diferenciam das demais por apresentar particularidades próprias. Por via de regra temos três componentes, a cognitiva, a afectiva e a comportamental. A componente cognitiva é a mais comum pois assenta no que a comunidade considera como verdadeiro, um conjunto de ideias, de informações, de crenças que se têm sobre um determinado sector do musseque. É comum definir os espaços pela origem da população, por um acontecimento específico ou até por um marco de referência. Já na componente afectiva as referências decorrem de um conjunto de valores e/ou emoções, positivas ou negativas, relativamente ao sector. Por último, a componente comportamental depende essencialmente do conjunto de reacções, de respostas, que o indivíduo tem em relação a um espaço. A maneira como agimos depende das crenças e dos valores que se têm relativamente a um determinado espaço.

1.2.3 Síntese

A construção da identidade do musseque é feita a partir dos predicados supracitados, resultando num "sistema de objectos e acções" conforme referiu o geógrafo Milton Santos. Embora tenha sido feita uma análise desses predicados por categoria do espaço geográfico, acreditamos que esse olhar dissociado enfatizou cada aspecto da complexidade organizacional do musseque: o aspecto político da categoria do território, o aspecto sócio-económico-cultural da categoria da paisagem, o aspecto existencial objectivo e subjectivo da categoria do lugar e por último, mas não menos importante, as componentes cognitiva, afectiva e comportamentais da categoria regionalista. O resultado é uma melhor compreensão de cada musseque como um sistema e de todos os musseques como um sistema de sistemas, facto que os transforma em lugares identitários, plenos de significados, compreendidos a partir de relações sociais e históricas (Augé, 2005)

Apresentamos uma leitura do espaço geográfico dos musseques a partir da perspectiva do lugar, enquanto locus da vida e como tal criando um diálogo entre as diferentes abordagens teóricas seleccionadas. Nesta perspectiva, a identidade dos musseques*, citando Aldo Rossi a respeito do facto urbano, "dizem respeito (…) à individualidade e aos seus limites, onde começa e onde acaba; referem-se à relação local da arquitectura, ao lugar de uma arte e, portanto, às relações e à própria precisão do locus como facto singular determinado pelo espaço e pelo tempo." (Rossi, 2001 p.)*

Uma das dimensões importantes dos musseques é lê-lo como resultado de um fenómeno de interacção entre gentes de origem predominantemente Ambundo, Ovimbundo e Bakongo em territórios antigos (alguns seculares). Tais factos levam-nos a depreender que

estamos perante um espaço geográfico cuja identidade se fundamenta nos aspectos culturais das nações originárias do território angolano.

Considerações Finais e Questão da Investigação

Tendo o musseque surgido como uma realidade marginal à cultura ocidental aquando da fundação da Vila de Loanda em 1576 são hoje unidades urbanísticas que resultam de processos históricos complexos associados à realidade de segregação da escravatura e da colonização e mais recentemente às diferentes etapas da sociedade republicana angolana. Este forte legado de segregação ainda permanece até aos dias de hoje fundamentado na precariedade resultante de uma continuada marginalização de investimento bem como de tentativa de contenção e mesmo até erradicação dos musseques da mancha urbana da cidade. Outro aspecto parte do legado colonial acerca dos musseques está na banalização do conceito que faz com que seja considerado musseque qualquer espaço que não caiba na definição acreditada de "aglomerado urbano"[32] (Assembleia Nacional, 2004), ou seja, se não for dotado de infra-estruturas urbanísticas, designadamente redes de abastecimento de água e de electricidade, de saneamento básico e cuja estruturação não se tenha desenvolvido segundo planos urbanísticos aprovados ou, na sua falta segundo instrumentos de gestão urbanística legalmente equivalentes.

O espaço geográfico dos musseques, que é resultado de processos socio-culturais, políticos, económicos, entre outros, tem um carácter dinâmico, e a sua transformação ao longo do tempo tem tido impacto na sua forma. Sendo *a identidade cultural um sistema de signos que estrutura a relação entre indivíduos e grupos* a sua construção (identidade) nos musseques em Luanda vai-se transformando ao longo do tempo por influência da interacção da comunidade residente sobre o seu espaço. Na generalidade, os musseques têm uma gramática comum de padrões de produção de espaço que se traduz na sua estrutura física e humana. No campo da estrutura física, as questões da localização, na organização do sistema urbano, nos seus elementos constituintes tais como tipologias arquitectónicas entre outras. No campo humano temos o perfil socio-cultural das suas comunidades residentes que se traduz nas tradições, valores, música, gastronomia, entre outros.

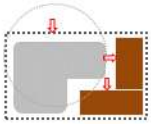
Olhando para o musseque como facto urbano constatamos a exiguidade de estudos de desenho urbano, no âmbito da morfologia urbana e baseados no estudo dos seus sistemas e elementos, na análise dos aspectos figurativos, organizativos, qualitativos e quantitativos da forma, com interesse para os estudos dos assentamentos informais, processos de formação e transformação, com ênfase para casos históricos. Esta situação de vazio epistemológico sobre a morfologia dos musseques coloca-nos a uma distância considerável do conhecimento pleno sobre valores históricos, sociais e estéticos destes territórios não acreditados e consequentemente inábeis para apresentar soluções de intervenção que garantam a sua salvaguarda, em particular para a reabilitação urbana dos musseques classificados como não-regeneráveis.

Neste estado de coisas o desafio de adquirir conhecimento sobre a forma dos musseques é o pano de fundo da principal questão da investigação:

Existirão signos espaciais na forma urbana dos musseques que representem valores históricos, sociais e estéticos dos seus territórios?

[32] Segundo a Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo, são aglomerados urbanos "os territórios que abrigam aglomerados populacionais que estão dotados de infraestruturas urbanísticas, designadamente redes de abastecimento de água e de electricidade, de saneamento básico e cuja estruturação se desenvolve segundo planos urbanísticos aprovados ou, na sua falta segundo instrumentos de gestão urbanística legalmente equivalentes" Artigo 2º (Definições gerais), Secção I (Objecto, Definições, Sistema e Fins), CAPÍTULO I (Disposição e Princípios Gerais) da Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo. Lei n.º 3/04 de 25 de Junho.

Capítulo 2 – Estado da Arte



Nota Introdutória

Este capítulo busca construir um quadro do estado do conhecimento sobre morfologia urbana e sobre semiótica urbana ligado ao tema da tese, os musseques.

No subcapítulo MORFOLOGIA, abordaremos a questão em três campos, primeiro o surgimento do urbanismo como disciplina com destaque para os modelos progressista e culturalista, a seguir o estudo da morfologia urbana abordando as escolas tradicionais britânico-germânica e a italiana como as que estabeleceram metodologias de referência para as demais que surgiram a partir da década de sessenta do séc. XX. Terminados com uma leitura sobre o desafio da morfologia urbana no continente africano iniciando a análise destrinçando o urbanismo ancestral africano e o urbanismo colonial no continente resultando daí algumas considerações sobre o estudo morfológico dos tecidos urbanos, no geral, e em Angola, no particular.

No subcapítulo SEMIOSE URBANA. A título introdutório, é feito o enquadramento genérico à teoria dos signos (Semiótica) a partir do pensamento de Charles Sanders Peirce e da teoria do pensamento filosófico colectivo (Etno-filosofia) do filósofo queniano Henry Odera Oruka adaptados ao contexto urbano. Na continuidade, seguimos para a semiose urbana, ou seja, o processo de significação do espaço e dos elementos urbanos. Nesse contexto abordaremos o espaço urbano como um sistema de signos e a representação e significação do espaço social. Para esta última abordagem demonstraremos este processo a partir de alguns exemplos com particular destaque para o espaço social baKongo que é feito a partir dos pressupostos cosmológicos da *Dikenga dya Kongo*, cosmograma que interpreta o mundo e representa o sistema de pensamento na nação Kongo e cuja referência bibliográfica essencial são os estudos do antropólogo Andele Fu-Kiau kia Bunseki-Lumanisa, 1960, transmitiu ensaios escritos por anciãos, bem como seu próprio livro "N'Kongo ye Nza yakun'zungidila", onde expôs a cosmologia nação Kongo[1].

Por último, o terceiro subcapítulo trará o MUSSEQUE visto em duas dimensões, a urbanística e a arquitectónica. Na primeira dimensão serão abordados dois aspectos essenciais; conceito e tipologia. No primeiro aspecto serão analisadas as transformações ao longo da sua existência no contexto urbano. No segundo analisaremos as tipologias de musseques a partir de duas abordagens, uma académica e outra técnica, ambas integradas em estudos contemporâneos, do séc. XXI. Na segunda dimensão será abordado a Habitação, quer na perspectiva funcional como também na perspectiva de elemento de um conjunto

Nas considerações finais será feita uma síntese de como estas três linhas de pensamento, a morfologia urbana, a semiose e os musseques se fundem para estruturar a nossa Hipótese.

[1] Em particular sobre a região do norte, Manyanga.

2.1 Morfologia Urbana

2.1.1 Do Urbanismo à Morfologia

"Que sentido tem a actual crise do urbanismo? Porque é que o planeamento urbano suscita tantas dúvidas e tantas dificuldades?" (Choay, 2000, p.95)

Do Urbanismo…

Interessa olhar para o urbanismo na sua versão mais recente, no contexto do séc. XIX época em que o engenheiro catalão Ildefonso Cerdá constrói uma relação operativa entre os termos urbe e urbanização no sentido de urbe como "*um conjunto de edifícios, sem relação específica com a sua grandeza, que é quase completamente indiferente à aplicação dos princípios fundamentais da urbanização, nem à sua hierarquia, que a ciência urbana não reconhece nem pode reconhecer*"[2] e urbanização como "*um conjunto de saberes, princípios, doutrinas e regras, que visa ensinar como devem ser ordenados todos os agrupamentos de edificações, de modo que respondam à sua finalidade, que se reduz a permitir que os seus habitantes vivam confortavelmente e possam prestar serviços recíprocos, contribuindo assim para o bem-estar comum*". (Cerdá, 1867: p.30-31).

A abordagem que Cerdá faz no seu trabalho "Teoria Geral da Urbanização" publicado em 1867 traz aspectos referentes à cidade de carácter quer técnico quer teórico tais como a análise dos elementos urbanos e reflexões acerca do papel da cidade em contextos mais alargados de metropolização ou redes nacionais.

O pensamento sobre as questões urbanísticas que rondam a época do trabalho de Cerdá são abordados de forma sistematizadas e classificada na obra "O Urbanismo" com primeira edição em 1965 da autora francesa Françoise Choay que apresenta um esquema útil para compreender as distintas correntes de pensamento. Estabelece grupos de autores que propuseram e questionaram a Cidade, classificando os grupos como:

Pré-Urbanismo Progressista
Pré-Urbanismo Culturalista
Pré-Urbanismo Sem Modelo
Urbanismo Progressista
Urbanismo Culturalista
Urbanismo Naturalista
Tecnotopia
Antrópolis
Filosofia da Cidade

Observamos que as duas primeiras correntes classificadas por (Choay, 2000), pré-urbanismo progressista e pré-urbanismo culturalista remetem a quarta e quinta correntes, urbanismo progressista e urbanismo culturalista. Estas são consideradas tendências dominantes que embora opostas são suportadas em princípios comuns de desenvolvimento das cidades.

Interessa-nos fazer um percurso demonstrativo de como estas duas correntes se estruturaram numa perspectiva de pré-urbanista e urbanista, entre os sécs. XIX e XX.

[2] Tradução Livre de dois trechos do livro "Y como muchas veces me he visto precisado a expresar simple y genéricamente un grupo de edificios, sin relación alguna concreta a su magnitud que es casi del todo indiferente para la aplicación de los principios fundamentales de la urbanización, ni a su jerarquía, que no las reconoce ni puede reconocerlas la ciencia urbanizadora"; "la urbanización es un conjunto de conocimientos, principios , doctrinas y reglas , encaminados a enseñar de qué manera debe estar ordenado todo agrupamiento de edificios , a fin de que responda a su objeto, que se reduce a que sus moradores puedan vivir cómodamente y pue dan prestarse recíprocos servicios, contribuyendo así al común bienestar"

Modelo Progressista

A primeira fase do modelo progressista é fundamentada a partir do pensamento de Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1772-1837) embora também seja feita menção aos contributos de Benjamin Ward Richardson que propõe valores essenciais para a cidade fictícia de Hygeia[3] (Richardson, 1876), Cabet e Proudhon. Estes pensadores pré-urbanistas progressistas têm em comum posições filosóficas, políticas, económicas e sociais e mesmo éticas que os levam a questionar o papel da organização do espaço habitado, e em particular sobre a organização da cidade.

O repúdio à noção tradicional de cidade condu-los à elaboração de modelos que, na sua concepção, permitiria reencontrar uma ordem que estava a ser perturbada pela industrialização. Inspirada no racionalismo do iluminismo, ela baseia-se numa concepção abstracta do homem, indivíduo mutável no tempo e no espaço. A ciência deverá permitir a definição exacta de um modelo urbano cuja perfeição seja conveniente ao colectivo. A partilha de uma mesma concepção do homem e da razão, que subtende e determina suas propostas relativas à cidade recusando qualquer herança artística do passado

O espaço progressista é profusamente aberto, rompido por vazios que privilegiam uma estrutura verde, higiénica que ofereça particularmente um cenário para momentos de lazer. A organização é feita na relação directa com as funções humanas, classificando e localizando separadamente cada sector. A lógica e a beleza são princípios essenciais na cidade progressista, existe uma subordinação exclusiva às leis de uma geometria natural, eliminando a possibilidade de variantes ou adaptações modelo determinado.

Os modelos desenvolvidos ao abrigo dos princípios progressistas foram:

Falanstério (Fig. 02.1)[4]: Charles Fourier no livro Le nouveau monde industriel et sociétaire publicado inicialmente em 1829, Fourier faz um resumo de toda a sua doutrina: é uma crítica sistemática à civilização e aos seus desvios intrínsecos (individualismo, exploração global dos recursos em benefício dos mais poderosos, capitalismo liberal baseado na lei do mais forte e dos parasitas) e o projecto possível de uma outra sociedade determinada pelo princípio da associação mútua, regida não mais por constrangimentos e repressões, mas segundo a verdadeira força motriz (a única real) da atração passional (o princípio da motivação). A partir dessa crença na sociedade ideal onde o homem teria a oportunidade de desenvolvimento livre das suas paixões e vocações é idealizado o Falanstério. O modelo consistia numa edificação compacta externa à cidade para uso de uma comunidade autónoma de tipo cooperativo, cuja organização seria dividida por funções, com áreas comuns. As áreas verdes seriam o ponto de conexão entre o centro e as alas[5]. Embora tenha sido uma ideia

[3] A Hygeia seria uma cidade para não mais de 100 mil pessoas, com cerca de 20 mil casas, em uma área de 16 km2. Os edifícios seriam limitados a quatro andares para manter boa iluminação. As casas seriam espaçosas, bem ventiladas e aquecidas no inverno. Deveriam possuir abastecimento público de água e sistemas coletores de esgotos. Na cidade haveria lavanderias públicas, bibliotecas, escolas, piscinas e centros de "diversão instrutiva". Álcool, tabaco e jogos de azar seriam efetivamente proibidos, assim como os bordéis. Haveria muito espaço verde, praças públicas e jardins nos fundos de cada casa. As ruas, em grid retangular, seriam arborizadas e largas para facilitar a circulação do ar e a dispersão dos miasmas. Seriam sempre limpas e livres de buracos. A sujeira das ruas seria lavada todos os dias, varrida para galerias subterrâneas e transportada com o esgoto, para longe da cidade (Richardson, 2005).

[4] Imagem publicada no livro de Victor Considérant. Description du phalanstère et considérations sociales sur l'architectonique. Librairie sociétaire, 1848. Reeditada em 2018 pela editora Fb&c Limited

[5] Tal é o exemplo, que no caso de Furier, a cidade ideal é representada com quatro anéis concêntricos, cada um na distância de mil toesas (uma toesa equivale a um metro e oitenta e dois centímetros), suas vias de circulação minuciosamente calibradas, suas casas, cujo alinhamento, gabarito e até tipo de muro, estão de uma vez por todas calculados. Entre os diversos edifícios tipos, o alojamento padrão ocupa, na concepção progressista um lugar importante e privilegiado. Se analisarmos os elementos, enquanto conjunto percebemos que ao contrário da cidade ocidental tradicional, ela não constitui mais uma solução densa e maciça, mas propõe uma localização fragmentada, atomizada: na maior parte dos casos, os bairros, as falanges, auto suficientes, são indefinidamente justapostos. O espaço livre preexiste, há uma abundância do verde e de vazio que exclui uma atmosfera propriamente urbana.

utópica os seus princípios serviram de referência para inúmeros sistemas e experiências concretas nos domínios da moradia popular do séc. XIX.

O trabalho de Fourier alcança também a escala da cidade. A cidade de Fourier (Fig. 2.03) pretende resolver os problemas de salubridade e embelezamento das cidades e as conduzir para a "*Associação*", que se opõe ao "*Fracionamento*".

> *"Devem-se traçar três anéis concêntricos: o primeiro contém a cidade central; o segundo contém os arrabaldes e as grandes fábricas; o terceiro contém as avenidas e o subúrbio. (…)*
>
> *Os três anéis são separados por paliçadas, relvas e jardins que não devem cobrir a visão. Toda casa da cidade deve ter como sua dependência, entre pátios e jardins, pelo menos tanto terreno vazio quanto ocupa sua superfície construída. O espaço vazio será duplo no segundo anel, ou local dos arrabaldes, e triplo no terceiro anel, chamado subúrbio. As ruas deverão estar voltadas para paisagens campestres ou monumentos de arquitectura pública ou privada: o monótono tabuleiro de xadrez será abolido. Algumas ruas serão curvas (serpenteantes) para evitar a uniformidade. As praças deverão ocupar pelo menos um oitavo da superfície. Metade das ruas deverão ser arborizadas (com árvores variadas). Mas aqui só temos um resultado a considerar, que é a propriedade inerente a uma cidade como essa, de provocar a associação de todas as classes, operária ou burguesa, e até rica."*
>
> *(Fourier, apud. Choay, 1979 p.69-70)*

O Familistério de Jean-Baptiste Godin foi uma tentativa de aplicação das teorias socialistas utópicas, em Guise, no norte da França, inspirada nos falanstérios propostos por Charles Fourier na sua obra "A harmonia universal e o falanstério".

Nova Harmonia (Fig. 02.02)[6]: : uma colónia industrial modelo. "The New Harmony Community of Equality", cujo objectivo era alcançar a felicidade com base nos princípios de igualdade de direitos e igualdade de deveres, a cooperação, propriedade comum, ordem, entre outros princípios eram parte da constituição. Propunha comunidades semi-rurais de até 3000 habitantes. Deveriam ser espaços higiênicos, ordenados e criadores, auto-sustentáveis. Edifícios públicos e comunitários ao centro. Espaço livre para o lazer. Quadrilátero edificado: residências, escolas, igrejas. Locais de trabalho ficam no exterior, após os jardins. De um lado as atividades mecânicas e industriais. Do outro as instalações agrícolas.

A segunda fase do modelo progressista, já no séc. XX tem como expressivas referências Tony Garnier Cidade Industrial 1904, Georges Benoit-Lévy 1904, Walter Gropius 1925, Le Corbusier Ville Radieuse 1935, Stanislav G. Strumilin 1960. A versão nova do modelo progressista encontra uma primeira expressão em "La cité industrielle" do arquitecto Tont Garnier (Fig. 02.05). Este especifica a proposta através da análise e separação das funções urbanas, exaltação dos espaços verdes, para além da utilização dos materiais novos, como o betão armado. O projecto demonstra a crença de Tony Garnier no facto de que as grandes cidades do futuro teriam que se basear na indústria. Idealizou a cidade com uma população de 35.000 habitantes, não por achar que essa fosse uma quantidade ideal, mas por considerar que uma cidade menor não teria os problemas que gostaria de abordar arquitectonicamente, enquanto uma cidade maior seria impossível de manusear da forma por ele desejada.

Posterior à proposta da Cidade Industrial temos como referência o pensamento e propostas do arquitecto Charles-Édouard Jeanneret, também conhecido como Le Corbusier convergentes com os de Garnier, para quem não fazia sentido a preservação da cidade antiga visto que esta não se adaptava às necessidades da contemporaneidade. As suas concepções, a partir da ideia de rompimento com o passado e também que a revolução industrial e os factos gerados por ela representavam um decisivo ponto de inflexão na história da

[6] Desenhado e gravado por F. Bate. Publicado pela "Associação de todas as classes de todas as nações", em sua instituição, 69, Great Queen Street. Lincoln's Inn Fields, Londres, 1838.

humanidade fundamentam duas propostas basilares para o processo de entendimento do seu pensamento crítico, a Ville Contemporaine e a Ville Raideuse.

A Ville Contemporaine foi uma comunidade utópica planeada, mas não concretizada projetada em 1922. Destinada a abrigar três milhões de habitantes A peça central desse plano era um grupo de arranha-céus cruciformes de sessenta andares construídos em estruturas de aço e envoltos em paredes de vidro. Os arranha-céus abrigavam escritórios e apartamentos dos habitantes mais ricos. Esses arranha-céus foram colocados em grandes espaços verdes rectangulares semelhantes a parques. No centro da cidade planeada havia um centro de transporte que abrigava depósitos para ônibus e trens, bem como cruzamentos de rodovias e, no topo, um aeroporto. Le Corbusier separou as vias de circulação de pedestres das vias e glorificou o uso do automóvel como meio de transporte. À medida que alguém se afastava dos arranha-céus centrais, pequenos blocos em zigue-zague de vários andares situados em espaços verdes e afastados da rua abrigavam os trabalhadores proletários.

A Ville Radieuse[7] foi um projecto de desenho urbano para o centro de Paris, que o arquitecto Le Corbusier, apresentou pela primeira vez no Parisian Salon d'Automne em 1922 (Fig. 02.06). O plano baseava-se em quatro objectivos; (1) Para fornecer redes de comunicação eficientes, (2) Para garantir as amplas e vastas áreas verdes em toda a cidade, (3) Para aumentar o acesso ao sol e (4) Para reduzir o tráfego urbano. Ao alcançá-los, conseguiria aumentar a capacidade urbana e, ao mesmo tempo, melhorar o entorno e a eficiência da cidade, como expressou no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna de 1928, que estabeleceu as bases desse desenho racional. Le Corbusier justifica seu conceito de Cidade Radiante no livro La Ville Radieuse (1935) criticando o modelo urbanístico então vigente. Nas suas palavras "A cidade de hoje é uma coisa moribunda porque seu planeamento não está na proporção de um quarto geométrico. O resultado de um verdadeiro traçado geométrico é a repetição, o resultado da repetição é um padrão. A forma perfeita".

As transformações nos seus protótipos urbanos nos anos 20, em que a ville contemporaine “hierárquica” de 1922 se transformou na ville radieuse “sem classes” de 1930, implicaram mudanças significativas na forma como Le Corbusier concebia a cidade da época, da máquina; entre eles, o mais importante foi o afastamento de um modelo de cidade centralizado em favor de um conceito teoricamente ilimitado, cujo princípio de orientação vinha de uma divisão em faixas paralelas, como na cidade linear do urbanista espanhol Arturo Soria y Mata.

La ville radieuse levou o conceito de “cidade aberta” da ville contemporaine à sua conclusão lógica afirmando todos os seus princípios do urbanismo progressista, a separação de funções e um forte compromisso com as novas tecnologias e projectada para a construção de uma paisagem futurista sem conexão com o passado.

Em síntese, modelo progressista pode-se definir a partir de obras de diversos autores, que têm em comum uma mesma concepção do homem e a razão, que subtende e determina suas propostas relativas à cidade.

O espaço do modelo progressista é amplamente aberto, rompido por vazios de verdes, têm como uma exigência da higiene. Relatam que o verde oferece particularmente um quadro para momentos de lazer, consagrado à jardinagem e à educação, uma sistemática ao corpo.

O espaço urbano é traçado conforme uma análise das funções humanas. Classificam e localizam separadamente as diversas formas de trabalho como industrial, liberal e agrícola. A lógica e a beleza devem coincidir.

A cidade progressista recusa qualquer herança artística do passado, para submeter-se exclusivamente às leis de uma geometria natural, ela elimina a possibilidade de variantes ou adaptações a partir de um mesmo modelo.

[7] Descrição: No centro de um masterplan completamente assimétrico estavam 24 arranha-céus cruciformes de 200 metros de altura, destinados a abrigar empresas e hotéis. Ao seu redor havia bairros residenciais para os trabalhadores dos arranha-céus, compostos por prédios de apartamentos seguindo seu conceito de unité d'habitation localizados em Marselha ou Berlim. Cada bloco abrigaria 2.700 moradores e seguiria uma arquitetura de uso misto, com lavanderia, restaurante e creche no térreo e piscina no terraço da cobertura.

Entre os diversos edifícios tipos, o alojamento padrão ocupa, na concepção progressista um lugar importante e privilegiado. Se analisarmos os elementos, enquanto conjunto percebemos que ao contrário da cidade ocidental tradicional, ela não constitui mais uma solução densa e maciça, mas propõe uma localização fragmentada, atomizada: na maior parte dos casos, os bairros, as falanges, auto suficientes, são indefinidamente justapostos. O espaço livre preexiste, há uma abundância do verde e de vazio que exclui uma atmosfera propriamente urbana.

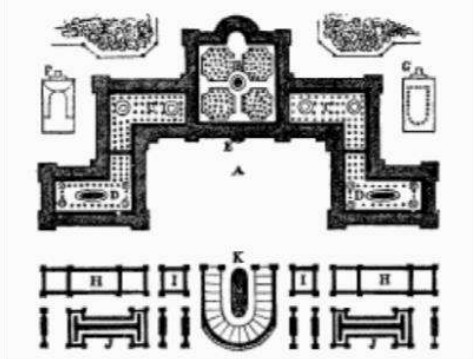


Fig. 2.01 (sup. esq.)
Planta de um Falanstério ou Palácio habitado por uma Falange industrial.

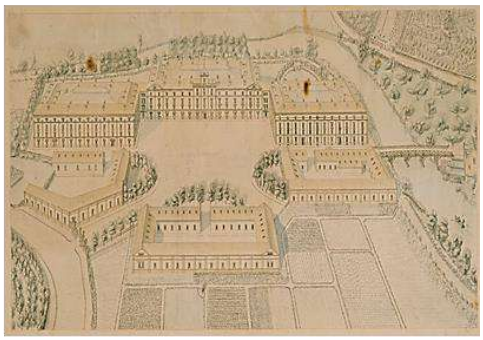


Fig. 2.02 (sup. dir.)
Planta do Familistério de Guise, desenhada pelo industrial Jean-Baptiste André Godin segundo o Falanstério de Fourier.

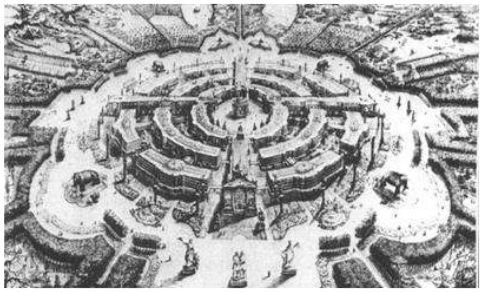


Fig. 2.03 (cen. Esq.)
A cidade de Fourier

Fig. 2.04 (cen. Dir.)
A visão não realizada de Robert Owen de New Harmony, Indiana, EUA. Gravura de F. Bate, Londres 1838..

Fig. 2.05 (inf. Esq.)
Cidade Industral de Tony Garnier

Fig. 2.06
Cidade Contemporânea de Le Corbusier

Modelo Culturalista

Em coexistência com o modelo progressista desenvolve-se o culturalista cuja fase pré-urbanista tem como mais expressivas referências; o sociólogo e filósofo John Ruskin com um vincado posicionamento de revolta e oposição em relação às forças da industrialização, que o levou àquela que seria considerada a sua segunda grande preocupação: a reforma social, e os arquitectos Augustus Pugin (1812 – 1852) que desde os seus primeiros escritos se opõe à descaracterização provocada pela industrialização e defende um regresso à produção artesanal e William Morris (1834 –1896) que responsabilizava a revolução industrial pela despersonalização da arquitectura e da cidade bem como o distanciamento que cada vez mais se acentuava entre o homem e seu habitat urbano.

Este imaginário de regresso ao passado. A ideia é que a cidade é reflexo da cultura, que a cidade e seus habitantes constituem uma unidade orgânica ameaçadas pelas consequências do desenvolvimento industrial. Parte da situação do agrupamento humano, da cidade. Através da análise crítica da sociedade em que vive John Ruskin propõe uma cidade ideal que embora artilhe com o modelo progressista uma abordagem de estreito contacto com a natureza e espaços verdes difere opõe-se a ela no sentido de que "os edifícios devem ser belos, tratados como obra de arte; devem ser originais e evitar a repetição de formas e elementos arquitectónicos; a assimetria e o traçado espontâneo são desejáveis"(Zimmermann. s/data).

Os princípios de Ruskin resumem-se na ideia de que uma cidade não é uma coleção de unidades ser contra a repetição, ser a favor da diversidade e do enraizamento intergeracional da habitação[8].

A segunda fase, a do urbanismo culturalista destacam-se Camillo Sitte com os Princípios artísticos (1889), Ebenezer Howard com a Cidade-Jardim (1902) e Barry Parker e Raymond Unwin com Letchworth (1903) e Hampstead (1909).

As suas propostas de cidade eram de menor escala e mais humanas seguindo o princípio de que a cidade (em particular questões relacionadas com o automóvel e a industrialização) não deveria se sobrepor aos seus moradores defendendo a integração com a natureza e o sentido de comunidade. Recorriam à história para construir seu modelo em busca da caracterização dos espaços urbanos segundo valores históricos e unidade territorial, social e espacial

O arquitecto austríaco Camilo Sitte (Viena 1843 -1903) publica em 1889 o estudo urbanístico "Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos". estabelece princípios básicos de design urbano criticando o planeamento moderno da cidade que valorizavam soluções lógicas e matemáticas acima das considerações artísticas. Este posicionamento deriva da atitude de preservação da qualidade do desenho da cidade antiga na perspectiva estética o que fez dele um acérrimo defensor de antigos núcleos urbanos, dos seus espaços simbólicos e da relação cidade-cidadão que na sua visão se perdeu na cidade industrial. Sitte fez a análise morfológica de sectores das cidades antigas, objectivando uma definição consciente, tanto dos princípios como do método mais adequado para a elaboração de um plano urbanístico. Para ele, questões como zoneamento funcional, infra-estrutura, densidades ou índices urbanísticos, não deveriam ser prioritárias no traçado das cidades contemporâneas. Pretende buscar soluções para a construção das cidades modernas e para esse efeito acredita em três reformas essenciais: (1) no valor da praça como elemento de agregação de edifícios significantes, "Cada cidade, por menor que fosse, poderia orgulhar-se de uma praça

[8] "Os princípios de Ruskin resume em: A cidade não é uma coleção de unidades: Não importa que tenham uma enorme quantidade de belos monumentos públicos se eles não se ligam, não se harmonizam com o conjunto das casas. Contra a repetição: a repetição é uma ornamentação totalmente monótoma. Pela diversidade: os padrões de repetição inserida pela industrialzação, abafa a diversidade de materiai se de construções. O enraizamento: é difícil de acreditar que uma casa possa ser destinada a durar uma só geração, nossas casas, são nossos templos, possuem o cheiro de nossos pais"

bela e original, se todos os edifícios importantes estivessem ali reunidos como numa exposição em que um valorizasse o outro."; (2) Arte ou aparência: "O plano de uma cidade que devesse produzir um efeito artístico é também uma obra de arte e não um simples conjunto de construções e vias."; (3) "Conservar as irregularidades: "Por que suprimir a qualquer preço as desigualdades do terreno, destruir caminhos existentes e até desviar cursos d'água para obter uma banal simetria? Melhor seria, pelo contrário, conservá-los com alegria, para motivar quebras nas artérias e outras irregularidades.

O britânico Ebenezer Howard, no livro "Garden-cities of To-morrow" publicado originalmente em 1898, propôs uma alternativa aos problemas urbanos e rurais que então se apresentavam. Na segunda edição, em 1902, apresentou um breve diagnóstico sobre a superpopulação das cidades causada sobretudo pela migração proveniente do campo, suas consequências e a necessidade de equacionar a relação entre a cidade e o campo. Desenvolveu o conceito de cidade-jardim (Fig. 02.07), que consistia na concepção de uma nova cidade, independente e afastada da antiga metrópole, de menor dimensão e mais moderna com população controlada e auto-suficiente, através da prática da agricultura e da pecuária. A cidade-jardim desenvolvia-se em torno de um núcleo central[9], administrativo e cultural, envolvido por um cinturão agrícola, após o qual se desenvolvia a cidade habitacional, em anéis sucessivos.

A proposta de cidade não se referia a um modelo espacial, mas antes a um diagrama teórico de uma cidade autónoma que seria uma alternativa para o caos e decadência urbanos da Inglaterra do final do séc. XIX.

Os arquitectos britânicos Barry Parker e Raymond Unwin foram responsáveis pelas primeiras concretizações das cidades-jardins na Inglaterra. As ideias de Howard tomam forma nas cidades inglesas, Letchworth (1904) (Fig. 02.08), e Hanslead (1909) (Fig. 02.09), que funcionaram como polos alternativos de desenvolvimento económico e fixação populacional[10]. Em 1909 Raymond Unwin publica '*Town planning in practice: an introduction of the art of designing cities and suburbs*" que pouco tem da cidade-jardim idealizada no esquema de Howard, sendo efectivamente um tratado de desenho urbano onde encontram-se soluções formais e sugestões de procedimentos no desenho da cidade já experimentadas na composição da cidade-jardim, que então se transformou em um tipo arquitectónico (alternativo à cidade racionalista), uma configuração urbana cuja forma-base passou a ser empregue e reformulada em todo o mundo, abandonando o ideal de Howard concentrado nos princípios de uma vida comunitária e cooperativa.

O modelo culturalista, como afirma Choay (2013), influenciará diversas escolas urbanísticas que partirão dos princípios elaborados por Ebenezer Howard de cidade jardim. A proposta nuclear consistia em um diferente modelo de organização social, económica e territorial, com rígido controle populacional. Camillo Sitte e Raymond Unwin despolitizaram a proposta de Howard ao introduzirem uma abordagem estética a partir de referências arqueológicas que, por sua vez, orientariam a prática de planeamento urbano. A concepção de cidade passa a ser projectada rigidamente, do ponto de vista populacional e de extensão. O desenho urbano proposto pelos culturalistas seguirá uma orientação diversa, com traços compósitos modernos e medievais. Seu modelo de cidade destaca cinco atributos principais, o papel cultural, urbanidade, colectivismo e democracia, relevância estética e produção artesanal do espaço[11].

---

[9] No centro da aglomeração, ficariam os estabelecimentos comerciais, esportivos e culturais, partilhados por todos. A administração pública cumpriria o papel de gerir (fiscalizar) o espaço, de modo a evitar a especulação imobiliária ou mudanças no uso da terra, orientados por interesses particulares ou também afastar a tentação de aumentar a densidade populacional, pressionando a malha urbana em direção de vetores de crescimento de interesse do mercado. A população máxima deveria ser de trinta mil habitantes que viveriam em uma sociedade política economicamente paternalista.

[10] Estas duas cidades converteram-se depois em referência tanto na Europa como nos Estados Unidos, especialmente por Louis de Soissons, canadiano, que projecta Welwyn (1919) e Henry Wright e Clarence Stein, arquitectos americanos, defensores e difusores do conceito de cidade jardim.

[11] 1º Papel Cultural - a cidade deve satisfazer necessidades como interacção social, beleza e felicidade. E seu espaço possibilitar que as funções de lazer e culturas e integrem no cotidiano dos indivíduos pela fácil acessibilidade dos lugares destinados às mesmas; 2º- Busca de um clima caracteristicamente urbano, a cidade deve ser confortável e favorável à intensificação das relações interpessoais, o que origina um espaço contínuo pela

O urbanismo culturalista apresenta fragilidades na sua formulação teórica essencialmente no que toca à adaptabilidade às questões contemporâneas. Por um lado, Camillo Sitte com a sua abordagem artística apresenta-se como desconhecedor das questões da cidade por outro lado, Raymond Unwin, afasta-se dessa contradição teórica e concilia o modelo culturalista às exigências do presente. Este aspecto leva Choay a considerar este modelo nostálgico e levanta duas críticas primordiais sendo a primeira de âmbito "metodológico e especulativo" visto que a avaliação irreflectida do passado leva a uma objectificação do tempo, que é tratado à maneira do espaço, como se fosse reversível"[12] (Choay 1979 , p.58) e a segunda crítica é de âmbito inconsciente com tendências neuróticas visto que "a repetição ritualística de alguns comportamentos ultrapassados traduz o desajuste, a fuga perante um presente que não se quer assumir terá como consequência a perda da noção da realidade"[13] (Choay 1979, p.59).

Não obstante esta abordagem urbana mais nostálgica, o culturalismo preocupa-se mais com as questões morais, especialmente ligadas às relações sociais, caracteriza a cidade a partir da noção de cultura, onde a arte é o principal elemento de integração social.

predominância de espaços fechados sobre os abertos; 3º- Coletivismo e democracia- a cidade deve ser um processo dinâmico, onde as formas sugerem movimento e organicidade, por meio da relevância das áreas livres públicas, especialmente de ruas e praças, que são simultaneamente lugares de circulação e permanência; 4º- Relevância da estética,a cidade deve ser bela no cotidiano de seus cidadãos, expressando-se em um espaço organizado por diversidade e originalidade; 5º- Produção artesanal do espaço, não é o rendimento da cidade que conta, mas o desenvolvimento harmônico dos indivíduos e, para tal, seu espaço deve ter construção particularizada, sem padronizações, para que cada edifício expresse sua individualidade, destacarosedifícios comunitários e culturais.

[12] Tradução livre de "valoración desconsiderada del pasado conduce a una reificación del tiempo, que es tratado a la manera del espacio, como si fuera reversible"

[13] Tradução livre de "la repetición caso ritual de unas conductas trasnochadas traduce la inadaptación, huida ante un presente que no puede ser asumido. Esta actitud, en su punto limite, culminará en la perdida de la función de lo real, compensada por un comportamiento de tipo mágico de carácter compulsivo."

Fig. 2.07

Cidade Jardim de Ebenezer Howard

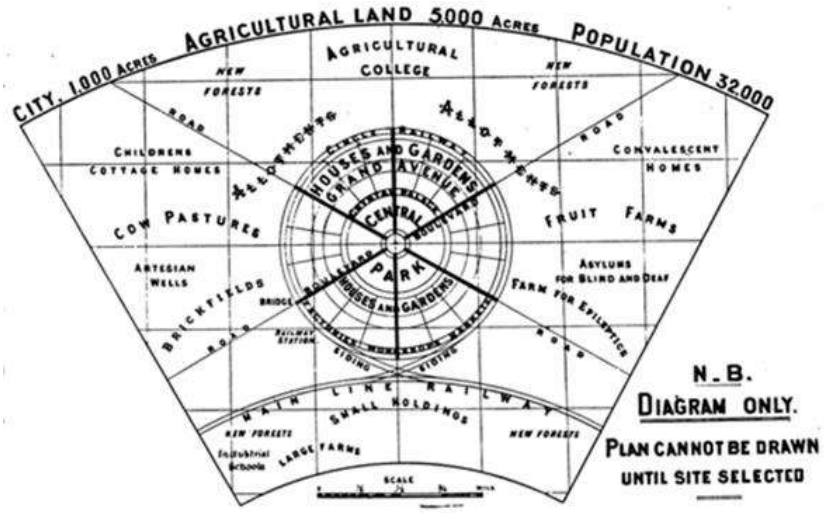


Fig. 2.08

Plano Original da cidade de Letchworth de Barry Parker e Raymond Unwin

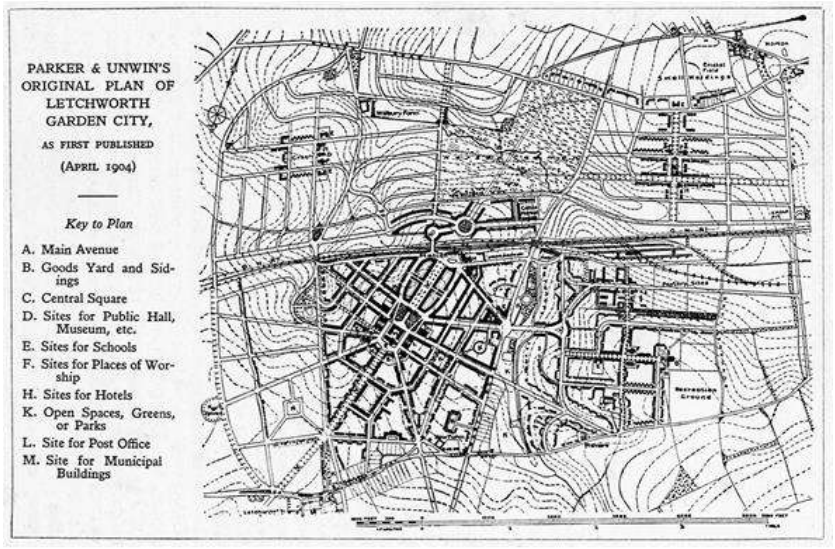
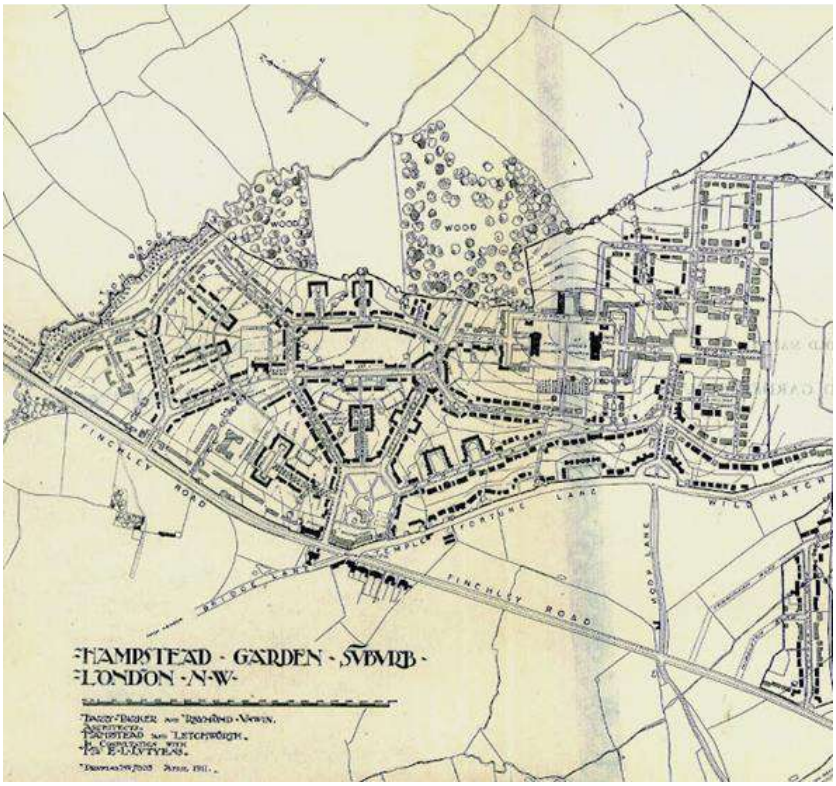


Fig. 2.09

Subúrbio 'Hampstead Garden' de Londres de Parker&Unwin



Em síntese, o urbanismo difere do pré urbanismo em dois pontos importantes. Em lugar de obras generalistas (historiadores, economistas ou políticos), ele é, sob suas duas formas, teórico e prático, o apanágio de especialistas, geralmente arquitectos e engenheiros. As ideias vão ser aplicadas, ao invés de ser um acantonado na utopia, o urbanismo vai destinar técnicos uma tarefa prática. Apoia a reflexão sobre um percurso histórico que ajuda a compreender a evolução das preocupações e a localizar figuras de referência no panorama urbanístico. A sua essência estabelece-se como o estudo das relações entre sociedade e espaços em relação à forma urbana de sua ocupação, organização e intervenção.

> "*Conforme defendem alguns autores, a morfologia urbana estabelece-se como campo de estudo em meados do séc. XX, fundamentado a partir da contribuição de estudiosos europeus empenhados em uma construção metodológica que suportasse o estudo da estrutura espacial das cidades. Deve-se ressaltar, entretanto, que o estudo da forma já trilhava um caminho de longa data. De acordo com Opitz (2004, p. 5 - 7), o termo "morfologia" remonta ao final do séc. XVIII, quando em 1796, Johann Wolfgang von Goethe (1749 – 1832), em suas investigações sobre plantas, anotou-o em seu diário. De forma "aparentemente independente", Carl Friedrich Burdach (1776 – 1847) publicá-lo-ia primeiramente em 1800. Anos adiante, em 1817, Goethe registraria publicamente o termo, definindo-o como "a ciência da forma (Gestalt), formação (Bildung) e transformação (Umbildung) dos seres orgânicos", configurando as premissas iniciais de um campo de estudos cujo legado para as ciências naturais seria fundamental.*" (Rosaneli, 2016)

… à morfologia.

Genericamente morfologia consiste no estudo da forma, no entanto fazendo uma interpretação mais consistente é uma disciplina que percorre e analisa os processos e regras de formação e de criação de um determinado objecto de estudo, a sua estrutura, composição e organização dos seus constituintes. A palavra "morfologia" foi proposta pela primeira vez na mudança do séc. XVIII para o séc. XIX, por Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), o escritor e pensador alemão, que dedicou parte de sua obra à biologia. Goethe usou a palavra "morfologia" para designar a ciência que trata da essência das formas. Embora tenha sido proposta como um ramo da biologia, o carácter geral e abstracto da morfologia possibilitou sua aplicação em diversos ramos incluindo o do urbanismo.

Nesse contexto, existe um processo de construção que se apoia em três eixos de pensamento, tipologia, história (urbana) e geografia. Cronologicamente, o **primeiro** com os trabalhos de Marc Antoine Laugier e Quatremère de Quincy, entre os sécs. XVIII e XIX. O **segundo** com os estudos da cidade em particular o processo de construção do urbanismo como disciplina já previamente abordado e o **terceiro**, com o contributo dos geógrafos alemães e a matriz mais operativa dos estudos sobre a cidade.

Tipologia

Os estudos sobre tipologia foram essenciais para as primeiras abordagens morfológicas sobre a cidade. Embora num contexto focado para a arquitectura, os primeiros estudos sobre morfologia que se conhece surge em França e *remetem para o séc. XVIII e são do autor francês Marc Antoine Laugier. Este autor, no seu "Essai sur l'Architecture (1753)" apresenta uma análise sobre a relação existente entre edifícios, e elementos naturais, catalogando-os de acordo com objectivos específicos (Alfaiate, 2000) sendo de relevância o conceito simbólico da cabana primitiva como o primeiro tipo de habitação.*

Na transição entre os séc. XVIII e XIX, o filósofo e crítico de arte francês Antoine-Chrysostome Quatremère de Quincy aporta dois contributos fundamentais. Desde os primeiros estudos sobre a utilidade dos mapas na interpretação da história da cidade. Mas é no séc. XIX que se inicia o estudo mais aprofundado das cidades com a publicação do "Dictionnaire historique d'architecture" em 1832 através da análise dos planos de cidades francesas de origem medieval, conseguiu observar os processos de crescimento, desenvolvimento e transformação que ocorreram na sua estrutura (Quincy, 1832). Outro inegável contributo ao definir formalmente tipo e introduzi-lo no campo disciplinar da Arquitectura em 1825, no terceiro volume da "*Encyclopédie Methodique – Architecture"*, juntamente com Jean-Nicolas-

Louis Durand que nas Lições de Arquitectura na *École Polytechnique* faz uma aproximação ao conceito num formato mais operativo, o tipo passa a ser um instrumento indispensável, em todo o processo metodológico no campo da morfologia.

História

A importância da história para a morfologia tem como referência primordial a obra do historiador e teórico do planeamento urbano francês. Marcel César Poëte, co-fundador da Escola de Estudos Urbanos Avançados, onde lecionou, e foi muito influente no desenvolvimento de novas teorias de planeamento urbano em Paris na primeira metade do séc. XX. Poëte investigou a cidade baseando-se numa análise histórica comparada, adoptando uma abordagem pluridisciplinar pois era defensor de que a análise do espaço urbano não deveria ser demasiado objectiva, mas sim abrangente a outras áreas do conhecimento, introduzindo assim a uma perspectiva fenomenológica na análise do espaço

Pöete "*institucionaliza uma prática que se inicia com a análise e finaliza na proposta. Através da investigação introduz no estirador a lição das cidades antigas, que representam, no fundo, grande parte da experiência do presente*." (Lamas, 2004 p. 272). Ao analisar Paris antiga e actual, as transformações no traçado de ruas e praças, no reparcelamento da estrutura da cidade, levou-o a defender que *a expansão urbana e o projecto arquitectónico deveriam ser precedidos de uma análise da realidade pré-existente, analise essa que deveria funcionar como uma "ferramenta na definição das diretrizes dos projectos a concretizar*" (Pöete 1924).

Outros autores continuam a obra de Poëte, com particular destaque para Pierre Lavedan que publica em 1926 "Histoire de l'urbanisme à Paris", uma obra focada na génese das cidades e que oferece um terreno excepcional para identificar as diferentes posições que um historiador pode ocupar em relação às questões urbanas. Neste livro, Lavedan procurou desenvolver uma base cronológica para a evolução da cidade, que possibilitasse uma melhor compreensão dos processos inerentes à sua expansão e transformação. Tanto Poëte como Lavedan não criaram nenhuma escola de pensamento ou desenvolveram metodologias de análise da forma urbana.

Geografia

No entanto, o contributo de Pierre Lavedan não se circunscreve à pauta da história, no livro "Géographie des villes", publicado inicialmente em 1936 o autor demonstra que o estudo da cidade pode ser feito sob vários pontos de vista, pois muitos são os aspectos que constroem o facto urbano. Os factos geográficos, ou seja, a marca que a cidade imprimiu no terreno, só se explicam tendo em conta a acção dos homens - os de ontem e os de hoje - assim como os da natureza. A acção do homem sobre o espaço é constante e abordada no estudo a própria origem da cidade, sobre a transformação dos dados naturais elementares (clima, sítio, situação), sobre o desenho do plano da cidade, na organização da vida urbana. No entanto, não isento de crítica, segundo Raoul Blanchard, fundador e director da "Revue de géographie alpine" o livro é mais um tratado de urbanismo "*em primeiro lugar porque o autor parte da evolução, portanto da história, tratando os factores geográficos, físicos e humanos como acessórios dos quais nos livramos descuidadamente (…)*"[14]. No entanto, o processo metodológico utilizado no livro onde o autor decompõe o tecido, classifica os seus elementos e os relaciona com a topografia e os analisa no espaço e no tempo determina *a "chave de leitura" que estabeleceu, dada a relação que estabelece entre áreas disciplinares complementares – urbanismo, geografia e história – constitui uma das abordagens mais abrangentes que não deixa de ser concisa e por isso mesmo definiu um importantes contributo metodológico e conceptual para o estudo da forma urbana." (Fernandes, 2014, p. 34)*

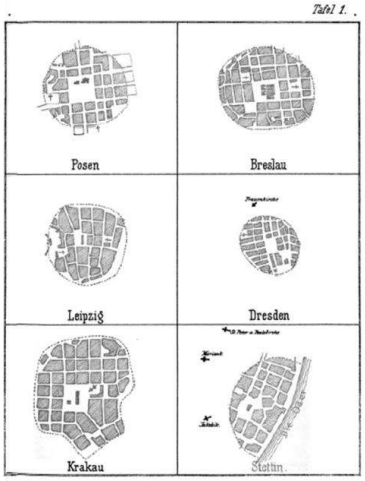
No sentido mais purista da geografia, os alemães são os grandes promotores dos primeiros estudos em morfologia urbana desenvolvidos na transição entre os sécs. XIX e XX. O ponto de partida de uma longa linhagem de estudos começa com a obra de Johannes Fritz

[14] Tradução livre de "D'abord parce que l'auteur commence par l'évolution, donné par l'histoire, traitant les facteurs géographiques, physiques et humains, comme des accessoires dont on se débarrassé négligemment, - quand on veut bien les voir -, au cours du chemin ; puis parce qu'il définit sa position avec clarté." (Blanchard, 1937)

publica *Deutsche Stadtanlagen* (Plantas das Cidades Alemãs), um estudo comparativo sobre mais de 300 cidades alemãs, publicada inicialmente em 1894 (Fig. 2.10). Numa investigação empírica baseada numa abordagem cartográfica, Fritz delimita as diferentes configurações do tecido, em particular das ruas, delimitando unidades e reconhecendo-os como estruturantes da morfologia urbana. Influenciado por Fritz, o geógrafo Otto Schlüter publica *Über den Grundriß der Städte* que a partir da matriz investigativa de Fritz, inclui a identificação das diferentes partes ou zonas que constituem o centro da cidade dando início ao que se designa como "Abordagem morfogenética" (Whitehand. 2013). Um outro aspecto importante no trabalho deste geógrafo é a convicção de que o estudo da cidade passa necessariamente pelo estudo da paisagem mais abrangente onde ela se insere. Até aos nos 40 do séc. XX, vários foram os geógrafos alemães que desenvolveram as suas investigações contribuindo sob vários aspectos para o desenvolvimento do estudo das cidades, Friedrich Ratzel (1903) introduz os motivos e características que topográficas que levam à escolha do local original para a fundação dos assentamentos humanos, Hugo Hassinger (1916) identifica os estilos arquitectónicos e a idade dos edifícios recorrendo para isso à utilização da cor o que constitui um elemento fundamental para a conservação do património, Walter Geisler (1918) que introduz a inovação de incluir a identificação dos usos do solo do edificado e altimetria, entre outros autores (Oliveira, Monteiro, 2014).

Nesta longa lista de geógrafos da escola germânica, merece destaque particular para o estudo da morfologia urbana o trabalho de Michael Robert Günter Conzen que inicia na década de 30 do séc. XX com a análise o plano e o tecido edificado terminando na sua obra de excelência produzido sobre Alnwick, Northumberland (Fig. 2.11), a ser desenvolvido na continuidade deste capítulo.

Até meados do séc. XX "as bases da morfologia urbana foram sendo paulatinamente construídas no contexto da geografia, com o contributo de algumas figuras centrais como dos norte-americanos Lewis Mumford, James Vance e Sam Bass Warner, dos britânicos Peter Hall e Michael Batty e do francês Serge Salat assente no princípio generalizado da morfologia urbana ser o estudo do tecido urbano tendo como objectivo central apreciar a qualidade ambiental em associação ao desenho urbano.



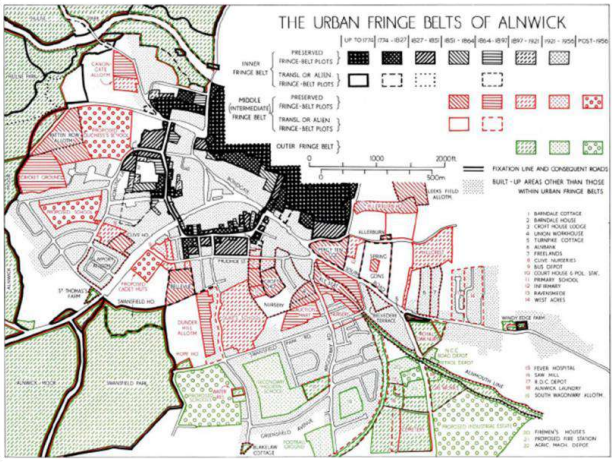


Fig. 2.10 (esq.)

Tabela 1 - Plantas das Cidades Alemãs

Fig. 2.11 (dir.)

The Urban Fringe Belt of Alnwick

A morfologia aplicada às questões urbanas enquanto estudo dos elementos, estruturas, formas e processo de transformação da cidade ocorre na Europa Central e remete para os finais século XIX. Estamos portanto, perante uma àrea de conhecimento relativamente recente, se comparado com outras áreas do conhecimento.

Percorrido este longo caminho podemos regressar à forma como conceito. No contexto do urbanismo, a aplicação imediatista seria de que a morfologia urbana é o estudo das formas urbanas e dos agentes e processos responsáveis pela sua transformação ao longo do tempo. A forma urbana refere-se aos principais constituintes físicos que estruturam e moldam a cidade, sendo que as ruas, praças, quarteirões, terrenos e edifícios, para citar alguns elementos mínimos de análise.

O estudo da forma urbana pode expor uma série de informações que extravasam a análise dos objectos e sua forma física ou espacial. Milton Santos, na sua obra "Espaço e Método", inicialmente publicada no ano de 1985, propôs um processo para o estudo do espaço urbano como um sistema de objectos e acções, fundindo os artefactos e as relações humanas de maneira indissociável. O autor percebe o espaço como o conjunto de elementos físicos resultante de modos de organização, função prevista e acções ao longo do tempo e afirma que *"os conceitos de forma, função e estrutura podem ser usados como categorias primárias na compreensão da (…) organização espacial."* (Santos, 1988, p.38) *às quais depois adiciona os processos com a mesma importância.*

Na sequência desse contexto, o termo morfologia utiliza-se para designar o estudo da configuração e da estrutura exterior de um objecto. É a ciência que estuda as formas, interligando-as com os fenómenos que lhes deram origem. O conhecimento do meio urbano implica necessariamente a existência de instrumentos de leitura que permitam organizar e estruturar os elementos apreendidos, e uma relação objecto-observador.

Segundo Lamas, no seu livro "Morfologia urbana e desenho da cidade", identificam-se três pontos:

> *"- a morfologia urbana é o estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores, ou elementos morfológicos, e na sua produção e transformação no tempo; - um estudo da morfologia urbana ocupa-se da divisão do meio urbano em partes e da articulação destes entre si com o conjunto que definem. O que remete para a necessidade de identificação e clarificação dos elementos morfológicos, quer em ordem à leitura ou análise do espaço quer em ordem à sua concepção ou produção; - um estudo do morfológico deve ter em conta os níveis ou momentos de produção do espaço urbano." (Lamas. 2004)*

Esta definição transmite a noção de que a forma da cidade não deve ser apenas vista estritamente no campo físico e material, mas também como resultado e suporte das acções, relações e vivências sociais, indo na sequência da célebre fase de Lévi-Strauss, "a cidade é a mais complexa das invenções humanas" (cit. Moudon, 1997, p. 3).

As bases teóricas da Morfologia urbana são comuns em todas as pesquisas científicas de arquitectos, geógrafos e urbanistas. Primeiro a forma urbana é vista como uma entidade física e assentam em três princípios; forma, resolução e tempo.

> *i. A forma urbana é definida por três elementos físicos fundamentais: edifícios e os espaços abertos relacionados com estes, parcelas ou lotes, e ruas.*
>
> *ii. A forma urbana pode ser compreendida em diferentes níveis de resolução. Normalmente, reconhecem-se quatro níveis, que correspondem ao edifício/parcela, à rua/quarteirão, à cidade, e à região.*
>
> *iii. A forma urbana só pode ser compreendida na sua dimensão histórica uma vez que os elementos que ela compreende sofrem uma contínua transformação e substituição.*
>
> *(Moudon, 1997, p45)*

Segundo Moudon, todas as escalas da constituição da cidade são o reflexo de circunstâncias específicas quer históricas, quer socio-económicas e que a sua transformação

ao longo do tempo se enquadra em ciclos que estão relacionados quer com a economia quer com a cultura local.

A coerência do tecido urbano está directamente relacionada com princípios organizadores do espaço projectado, elementos constituintes desse mesmo espaço e as actividades humanas que nele se realizam. A morfologia urbana, no processo de análise do espaço, tem como objecto de estudo o resultado dessa relação simbiótica entre espaço-indivíduo que se constrói ao longo do tempo.

Nos anos 90, era chegado o momento de um encontro internacional de grupos e escolas centradas nas cidades e nos seus processos de transformação. O primeiro destes encontros realizou-se em Lausanne em 1994. Entre os presentes estavam Gian Luigi Maffei, Sylvain Malfroy, Bruno Marchand, Paulo Maretto, Anne Vernez Moudon e Jeremy Whitehand. Este encontro conduziu à fundação do ISUF. Durante a segunda metade dos anos 90, os pontos de vista teóricos e metodológicos das escolas francesa, inglesa e italiana emergiram de forma cada vez mais clara. Depois da conferência de Birmingham, em 1997, o ISUF tornou-se no principal ponto de referência internacional para os estudos de forma urbana, suportado pela Urban Morphology, que rapidamente se tornou num eficaz instrumento de difusão, debate e comparação.

Em torno dos diversos estudos sobre morfologia urbana, no que toca a sua conceptualização, o *International Seminar on Urban Form* (ISUF), enquanto autoridade na área dos estudos da forma, subscreve a definição de que a morfologia urbana assenta no "estudo do tecido físico (ou construído) da forma urbana, assim como das pessoas e processos que o molda" (Larkham & Jones: 1991: p.55)

2.1.2 As escolas de morfologia urbana

As escolas tradicionais de morfologia urbana

Na segunda metade do séc. XX, houve contribuições inovadoras para o estudo da forma urbana, estimuladas pela actividade de geógrafos e arquitectos. Algumas dessas contribuições individuais levaram ao desenvolvimento de escolas de pensamento, alimentadas por um número crescente de pesquisadores em diferentes partes do mundo.

Actualmente, três escolas dominantes de pensamento na morfologia urbana podem ser identificadas, com suas próprias teorias, conceitos e métodos para abordar a forma física das cidades e, como tal, seu impacto nos aspectos sociais, económicos e ambientais da vida nas cidades.

Ao longo da primeira metade do séc. XX abordaram a complexidade da cidade a partir de correntes de pensamento díspares com quadros metodológicos igualmente diferentes que tanto se contrariam como se complementam entre si. As diversas teorias desenvolvidas à volta do tema da morfologia propiciaram o posterior, independente e quase simultâneo desenvolvimento de diferentes "escolas" de pensamento: a italiana, a inglesa e a francesa" (Rosaneli, 2016).

A escola britânica-germânica: O pensamento histórico-geográfico

> *"A escola de pensamento britânica em morfologia urbana […] é inequivocamente geográfica. Em primeiro lugar, a escola estuda o modo como os diferentes elementos se conjugam sobre o solo. […]. A descrição morfogenética parece adequada, assim como parece a ênfase na representação geográfica. Toda a abordagem, em particular a forma de conceptualização e o modo como lida com a terminologia e a representação visual, é mais germânica do que britânica. Nesse sentido, não existem dúvidas que a história da morfologia urbana britânica teria sido muito diferente se M. R. G. Conzen não tivesse emigrado para Inglaterra." (Whitehand, 2013)*

A escola britânica gira em torno do trabalho de M.R.G. Conzen, que desenvolveu uma técnica chamada como 'método da análise de planta urbana' (*town-plan analysis method*)

com a obra "Alnwick, Northumberland: A study in town-plan analysis", publicada em 1960. Os principais aspectos para análise de acordo com Conzen são: "plan unit", de "fringe-belt" e de "burgage cycle" (Fernandes 2014, p.34) que são detalhadamente explicados pelo autor no glossário de termos técnicos;

A Unidade de Plano (*Plan Unit) é* "*qualquer parte de um plano de cidade que represente uma combinação individualizada de ruas, parcelas e edifícios distintos dos seus vizinhos, única nas circunstâncias do seu sítio, e dotada de um grau de unidade morfológica e / ou homogeneidade. As unidades de plano representam essencialmente tipos de planos morfogenéticos, com caráter variado de modo a produzir uma tipologia morfogenética, na qual combinações de elementos simples representam subtipos, e a sua integração em unidades mais complexas constitui tipos.*" (Conzen, 2022, p.136)

A primeira abordagem ao conceito de cintura periférica (*Fringe Belt*) tem suas origens no reconhecimento por Herbert Louis do significado de longo prazo das limitações físicas no crescimento urbano (Louis 1936, *apud* Whitehand 2013), no entanto foi desenvolvido com um grau de sofisticação mais elevado por Conzen, nos seus estudos sobre a pequena cidade inglesa de Alnwick e assentaria no significado de ser "*uma zona de cintura com origem no limite temporariamente estacionário ou no avanço muito lento de uma cidade, sendo composta por uma mistura característica de unidades de uso do solo que inicialmente procuram uma localização periférica. Como tal, é um tipo distinto de invólucro e também uma divisão do plano principal.*" (Conzen, 2022, p,128)

Por último, o conceito "ciclo da parcela burguesa" (burgage cycle) é definido como "*o processo cíclico de desenvolvimento edificado numa parcela burguesa, ou numa série de parcelas burguesas, em resposta à transformação da pressão socioeconómica sobre um terreno central numa Cidade Velha. Abrange o período desde o seu início na Idade Média até ao seu término, moderno, constituído pela liberação de habitações precárias ou redesenvolvimento central. Consiste numa repleção crescente, seguida de recessão; quando ininterrupto, isto é 'normal', apresenta consecutivamente as fases institutivas, de repleção, de clímax e recessiva, mensuráveis em termos de índice de implantação, e seguidas pelo pousio urbano, o seu estágio final.*" (Conzen, 20022, p. 127)

Para Conzen, compreender a complexidade do sistema urbano a partir dos seus elementos, ruas-parcelas-edifícios, os padrões de formas de construção e de uso da terra ao longo da história do território constituíam a chave para compreender a forma urbana. Dos seguidores de Conzen, destacou-se o renomado professor Jeremy Whitehand (1938-2021) que examinou as maneiras pelas quais esse conhecimento pode ser usado na gestão de paisagens urbanas históricas e contemporâneas. O seu trabalho, que inclui mais de 200 publicações, é sobre a geografia histórica e o planeamento da forma das cidades. Foi chefe do Grupo de Pesquisa em Morfologia Urbana (UMRG) na Universidade de Birmingham, que é o principal centro no Reino Unido para o estudo de aspectos histórico-geográficos da forma urbana. O grupo explora duas linhas de investigação nomeadamente: [1] Os processos que moldam as paisagens urbanas dos sécs. XX e XXI e [2] O planeamento e desenvolvimento da cidade medieval e do início da era moderna, especialmente usando técnicas de análise de plantas urbanas (UMRG, 2022)

A escola italiana: O pensamento processo-tipológico

> *"Os métodos usuais de indagação sobre a cidade antiga são adequados, em geral, para configurar a estruturação de agregados urbanos […]. Propomo-nos examinar entre que limites, e com que probabilidade de sucesso, seria possível deduzir as estruturas de uma cidade antiga quando no seu lugar existe um agregado actual, lendo nisso as suas características com sistematicidade […], isto é, com uma formulação teórica e técnica que ofereça garantias de objectividade" (Caniggia, 1997)*

A escola italiana, surge na década de 60, séc. XX com o trabalho de Saviero Muratori (1910 – 1973). Possui como motivação principal a preocupação com o destino das cidades históricas na sequência do advento do Movimento Moderno e sua peculiar atitude perante os tecidos antigos da cidade. A pretensão de Muratori em construir uma estrutura teórica crítica,

de explicação da criação e transformação da forma urbana ao longo dos sécs. é fundamentada na sua obra magistral "*Studi per una operante storia urbana di Venezia*" publicada em 1959. Os quatro conceitos fundamentais que nela são definidos, tipo, tecido, organismo, e história operativa estão interconectados visto que "*O tipo não se individualiza senão numa aplicação concreta, isto é, no tecido; o tecido não se individualiza senão na sua envolvente que é o organismo urbano; o valor do organismo urbano só se concretiza na sua dimensão histórica, numa construção temporal que parte sempre das condições sugeridas pelo passado.*" (Oliveira, 2011). Da interpretação destes quatro conceitos chave sobressaem as noções da [1] importância do espaço público como organização do tecido e a permanência do seu traçado, [2] da importância do parcelamento como base da edificação e como suporte das práticas, [3] do papel da tipologia para dar conta da construção banal, numa visão de conjunto que a história da arte tradicional se mostra incapaz de apreender e [4] da importância do conhecimento dos estados anteriores para compreender as situações actuais.

A academia foi um importante veículo de criação e difusão das ideias de Muratori. Não só em Veneza, onde esteve como convidado para a cátedra de Características Distributivas dos Edifícios e onde teve a oportunidade de desenvolver os estudos que permitiram a publicação do icónico "*Studi per una operante storia urbana di Venezia*", como também na Facoltà di Architettura di Roma com a constituição da sua equipa de professores assistentes de onde se destacam Gianfranco Caniggia embora tenha desenvolvido diversos trabalhos tais como o atlas "Studi per una operante storia urbana di Roma", concluído em 1963 com Renato Bollati e Sergio Bollati, e com Guido Marinucci.

A criação da escola foi um processo difícil e profundamente contrariado pelos defensores da cultura do Movimento Moderno. A revolução no ensino iniciada por Saverio Muratori com a criação dos seminários concebidos como resultado do extenso trabalho até então desenvolvido entrou em conflito com a tendência da época.

> *"Esta tentativa entrou em conflito aberto com as propostas inovadoras para os estudos arquitetónicos, introduzidas alguns anos antes por Bruno Zevi, para quem Muratori era um académico e um tradicionalista. Atacado publicamente, Muratori reagiu através do famoso Discorso del Roxi (Cataldi, 1984), no qual reafirmou a sua posição e convidou para os seus cursos, aqueles que no movimento estudantil não partilhavam o extremismo de Zevi. Este processo deu lugar à formação de um grupo de estudantes altamente motivados, que promoveram uma campanha, na faculdade, a favor de Muratori. Muratori decidiu aceder aos seus pedidos e organizou cursos de planeamento não-institucionais. O fracasso dessas iniciativas, devido à oposição da faculdade e ao levantamento dos estudantes em 1968, provocou em Muratori um sentido de isolamento e introversão que atravessou as aulas dos seus últimos anos (que foram publicadas a título póstumo por Marinucci)."*
>
> *(Cataldi, Maffei e Vaccaro 2014)*

Nesse sentido, as investigações iniciadas por Muratori e continuadas por outros arquitectos como Gianfranco Caniggia (1933 – 1987), buscavam uma "teoria do projecto" fundamentada na detida análise da cidade existente, O uso de "tipos", assim, é a principal ferramenta para o reconhecimento dos períodos históricos e para a caracterização dos tecidos urbanos (Moudon, 1997). Gianfranco Caniggia, continuador da obra de Saviero Muratori, denominou a tradição muratoriana de "processual tipológica" devido ao enfoque nos tipos edificados enquanto raiz elementar da forma urbana (Moudon 1997). O seu percurso profissional tanto como académico como técnico demonstram consistência na "*análise tipológica da cidade, evitando o protagonismo projectual, defendendo que a acção correcta do arquitecto era a de "devolver ao lugar o seu projecto", logo após este ter sido identificado e assumido tipologicamente.*"

A escola italiana contou com outros prestigiados seguidores como Carlo Ayomino (1926 – 2010) e Aldo Rossi (1931 – 1997), Giancarlo Cataldi (1944), Gian Luigi Maffei (1942 – 2019) e Paolo Vaccaro que ajudaram a sedimentar o legado dos conceitos muratorianos que são sete: "[1] a linguagem tecnológica arquitectónica, [2] o processo tipológico, [3] a consciência espontânea e a consciência crítica, [4] o organismo urbano, [5] a história operativa, [6] as escalas de análise e os ciclos civilizatórios e por último, [7] a questão geográfica do ambiente humano." (Cataldi, Maffei e Vaccaro, 2014)

Outros temas têm sido alvo de desenvolvimentos tipológicos projectuais nomeadamente sustentabilidade, relações histórico-geográficas e diálogos com a teoria de Aldo Rossi, além da relação entre teoria e prática arquitectónica, com publicações pelos Centro Internazionale per lo Studio dei Processi Urbani e Territoriali (CISPUT) e o ISUF Itália, célula nacional do International Seminar on Urban Form (ISUF). (Fernandes, Limoli. 2019)

A importância do espaço público como organização do tecido e a permanência do seu traçado:

A importância do parcelamento como base da edificação e como suporte das práticas

A importância do conhecimento dos estados anteriores para compreender as situações actuais;

O papel da tipologia para dar conta da construção banal, numa visão de conjunto que a história da arte tradicional se mostra incapaz de apreender;

A escola francesa:

As circunstâncias da escola francesa estão ancoradas duplamente pela precedente reflexão geográfica e historiográfica sobre as cidades, desde Quatremère de Quincy, e pelo ambiente intelectual vibrante da década de 1960 que tinha a vida urbana no cerne da argumentação e que contou com as contribuições do historiador André Chastel (1912 – 1990)[15] e do sociólogo Henri Lefebvre (1901 – 1991)[16].

A Escola de Arquitetura de Versalhes, fundada por Jean Castex, Jean-Charles Depaule e Philippe Panerai é criada num contexto de extensa reforma educacional e com uma linha de pensamento oposicionista ao Movimento Moderno, facto que a aproximou da Escola Italiana. O empreendimento da Escola e Versailles, ambicioso e complexo, enveredou para a consolidação de uma nova "disciplina" com duplo objectivo: primeiro, uma pesquisa descritiva multidisciplinar do espaço construído a fim de reconhecer ingredientes de um bom desenho; e, segundo, a identificação e crítica de modelos teóricos de desenho urbano" enquanto "ideias" e "práticas". Neste aspecto, almejam revelar o impacto das teorias passadas no desenho da cidade, mantendo a ideia de continuidade entre o passado e o presente.

Na década de 60, com a investigação e ensino sobre a forma urbana dos bairros de Paris iniciou-se uma nova abordagem à análise morfológica. Com a publicação do livro 'Formes urbaines: de l'îlot à la barre' (1977), Castex, Panerai e Depaule instituíram um estudo baseado tanto na análise da forma urbana, como também nas tipologias arquitectónicas, trazendo uma abordagem inovadora de analisar o presente para propor o que deveria fazer no futuro contrariando a tendência da época de analisar o passado para compreender o presente.

As obras de Muratori foram fundamentais durante este processo investigativo pois "forneceram o ímpeto para o aprofundamento das dimensões teórica e metodológica do seu trabalho." (Moudon 1997). Vários autores publicaram o seu trabalho que projecta internacionalmente a escola de Versailles. Para além dos fundadores juntam-se a eles Patrick Celeste, Alain Borie, Pierre Micheloni, Pierre Pinon, Marcelle Demorgon, David Mangin, entre outros. Enfase particular para o *livro Análise Urbana (1980) escrito por Philippe Panerai e Jean Castex que é sem dúvida a obra de maior relevância do grupo pois aborda o território de forma abrangente considerando a escala metropolitana à luz da urbanização actual.*

> *"A análise é assim baseada num instrumento de observação alargado e transversal, permite comparar objectos de estudo de diferente natureza e pode ser aplicado à leitura da cidade construída tal como àquela que se está a construir. Panerai utiliza a análise urbana como um instrumento metódico de interpretação e descodificação*

[15] André Chastel (1912 – 1990) Foi professor do Collège de France, onde ocupou a cadeira de arte e civilização do Renascimento na Itália, de 1970 a 1984, foi eleito membro da Académie des inscriptions et belles-lettres em 1975.

[16] Henri Lefebvre (1901 —1991) foi um filósofo marxista e sociólogo francês. Autor de Direito à cidade (1968) e A revolução urbana, em (1970).

da complexidade do tecido urbano. Esta ferramenta não se destina apenas a descrever a realidade construída, pelo contrário, pode ser aplicada para compreender e comparar a diversidade morfológica das cidades, nos diferentes contextos geográficos, sociais ou culturais, principalmente tem como objectivo restabelecer o diálogo da cidade com a sua tradição e com a história. O processo de leitura baseia-se na decomposição sistematizada da cidade em fragmentos – amostras e estratos – que isoladamente explicam a forma urbana. Assim, identificam-se os elementos que a constituem e as relações que articulam as partes num conjunto coeso." (Fernandes, 2014, p.48)

A escola francesa *gerou amplo conhecimento metodológico para a análise dos processos de urbanização e modelos arquitectónicos relacionados.* Embora profundamente influenciada pelos conceitos Muratorianos, a escola francesa encontra-se enclavada entre a abordagem inglesa e italiana, considerando em seus estudos, principalmente na École d'Architecture de Versailles, a acção do movimento modernista sobre o plano, e quais suas implicações.

Ao longo da década de 90 do séc. XX, a escola de Morfologia Urbana expandiu-se para além de Versailles e "fundaram-se grupos de investigação em Nantes, por Michaël Darin, e em Marselha, por Lucien Bonillo" (Moudon, 1997).

Embora estejamos perante um cenário de construção de conhecimento bastante consolidado a fragmentação dos estudos produzidos no sentido da dispersão dos investigadores bem como a falta de hierarquia da investigação fragiliza a noção de escola, no sentido real da palavra. Segundo Michaël Darin "one cannot speak of a French 'school' of urban morphology. The lack of uniformity is its weakness and its strength" (Darin 1998, p.71).

Quadro 01 – Síntese das Escolas Tradicionais de morfologia urbana.

Escolar Francesa	Escola Italiana	Escola Britânica
Reflexão geográfica e historiográfica sobre as cidades	História operacional (Muratori)	"Descritiva, analítica e explanatória"
a) Descritiva, multidisciplinar do espaço construído. b) Modelos teóricos de "desenho urbano"	"Teoria do projeto"[17] Tipo como ferramenta de reconhecimento e caracterização dos tecidos urbanos	"Morfogenética" Geográfica. (…) como as coisas se adequam ao sítio. [...] A descrição "morfogenética", ênfase sobre a representação cartográfica. Leitura dos planos urbanos ("*town-plans*") para o entendimento da história urbana
Jean Castex, Jean-Charles Depaule e Philippe Panerai.	Saviero Muratori Gianfranco Cannigia Aldo Rossi Carlo Ayomino	Michael Robert Gunther Conzen (1907 – 2000)
Análise Urbana (1980)	Arquitectura da Cidade (1966) *O Significado das Cidades* (1975)	*Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis* (1960),

As novas escolas de morfologia urbana

Até ao final do séc. XX outras Linhas de investigação sobre a forma urbana surgiram em diferentes cidades da Europa.

A segunda escola britânica

Na Inglaterra dos anos 70, Bill Hillier e seus colaboradores desenvolvem na University College London uma teoria denominada Sintaxe Espacial posteriormente publicada no livro '*The Social Logic of Space'*, produzido em co-autoria com Julienne Hanson (Hillier e Hanson, 1984). Esta nova abordagem, a sintaxe espacial, estruturada a partir da relação entre espaço e sociedade (entender a integração dos aspectos físicos e todas as interações sociais que ocorrem em seus domínios), tem como objectivo compreender a influência do desenho arquitectónico nos problemas sociais existentes em muitos conjuntos de habitação social que estavam a ser construídos no Reino Unido. Os autores contrariaram a tendência de olhar para o espaço apenas em termos das superfícies que o definiam e introduziram uma nova visão da arquitectura e da cidade, as relações espaciais dentro dos edifícios ou nas áreas urbanas enfatizando os espaços urbanos de circulação e a localização das actividades sociais e económicas. "*A configuração espacial é um conceito-chave nesta abordagem, significando as relações entre dois espaços dentro de um sistema considerando as suas relações com todos os outros espaços nesse sistema*" (Hillier & Hanson, 1984). Embora os métodos de análise em Arquitectura e Urbanismo da Sintaxe Espacial tenham sido dos mais importantes desenvolvidos no séc. XX a complexidade da sua teoria e dificuldades na aprendizagem da construção dos mapas e dados através de programas de computação que analisam as ferramentas sintácticas e suas aplicações em estruturas urbanas fazem com que seja pouco utilizado pelos investigadores

Escola catalã

Em Espanha, na década de 80 é escrito um artigo com o título '*Las formas del crecimiento*' que na sua abordagem sintetiza um "método, 'desdobrado' do campo da arquitectura, centrado na cidade real e nas estratégias para a sua construção" e que é identificado como

[17] Fundamentada na detida análise da cidade exis-tente, com finalidade "prescritível" (Moudon, 1997)

'Escola Catalã'. Posteriormente, em 1997 é publicado o livro homónimo e em cuja introdução, Nuno Portas (1934) diz "*A transmissão do conhecimento, no caso de Manuel de Solà-Morales, fazia-se continuamente em ambiente escolar -e não tanto por manuais ou projectos individuais de excepção-; talvez por isso possamos falar hoje de uma 'segunda escola de Barcelona'*"[18] (Solá-Morales, 1997). O autor espanhol, Manuel de Solà-Morales i Rubió (1939) arquitecto, é fundador (juntamente com conjuntamente com Juan Busquets, Antonio Font, Miguel Domingo e José Luís Ordóñez) e director, desde 1968, do Laboratório de Urbanismo de Barcelona de investigação sobre morfologia urbana. Dirigiu entre 1991-1995 os cursos de mestrado "*Proyectar la periferia*" cuja abordagem será mais adiante desenvolvida em sede do tema da tese.

Considera fundamental e biunívoca a relação entre projecto de arquitectura e planeamento e gestão urbanas - uma espécie de processo de indução recíproco. Sensível às zonas mais delicadas da cidade, nelas opera de modo cirúrgico e profundo; estas correspondem normalmente ou a áreas que entraram em processos de degradação e/ou a áreas de tensão dos novos fluxos e infraestruturas, gerando terrenos intersticiais e dificultando ou anulando relações fundamentais entre partes da cidade. Detectadas as questões críticas e fulcrais, o projecto urbano, que lida com o quilómetro como unidade de medida planimétrica, é decidido em centímetros na secção, no corte, pois é aí que se determinam as relações entre os diferentes estratos horizontais. No programa, implícito ou proposto, reside quase sempre o móbil para um elemento arquitectónico insólito e emblemático. A sua forma advém quase sempre dos conceitos essenciais em causa; recorrente nos seus projectos é a noção de deslocação, de movimento; espaços de deslocação, arquitectura do movimento.

Solà-Morales (1987) promoveu investigações empíricas centradas no estudo da morfologia urbana e das formas de crescimento da cidade, na teoria e prática do projecto urbano, e estabeleceu uma análise baseada em cinco pontos: O conhecimento metodológico da profissão de arquitecto, a oposição à interdisciplinaridade, o reconhecimento do facto urbano, o discernimento entre as formas das infraestruturas e as formas do parcelamento e por último o estudo do fenómeno urbano por partes.

As ferramentas e processos das formas urbanas, segundo Solà-Morales, baseiam-se no facto de que para se poder fazer a interpretação física do artefacto urbano (qualquer que seja a tipologia) se deve recorrer à leitura das seis unidades de forma existentes e que são: [1] parcelas, [2] quarteirões, [3] vias, [4] espaços livres e zonas verdes, [5] equipamentos e [6] tipos residenciais. Para cada uma destas o método prevê cinco elementos de descritivos perfazendo trinta (30) no total.

> "*Esta série analítica de descritores das unidades de forma constitui as três formas estruturais urbanas básicas: a forma do solo, a infraestrutura da rede viária e da distribuição de serviços, e a tipologia na construção de edifícios. Cada uma associa-se, respectivamente, aos três principais processos de construção e gestão da forma urbana: parcelamento, urbanização e edificação*". (López, Carrero. 2017).

Parte essencial da abordagem da escola catalã aos processos de construção da forma urbana é o reconhecimento de que estes não decorrem necessariamente nos mesmos tempos e na mesma sequência conforme se pode verificar no quadro icónico proposto no texto as "*Las forma de crescimento*" (Fig. 02.12)

[18] Trad. "*La transmisión del saber, en el caso de Manuel de Soló-Morales, se hizo continuamente en un ambiente de Escuela -y no tanto por manualística o proyectos individuales de excepción-; quizás por ello se puede hablar hoy de una 'segunda escuela de Barcelona'*"

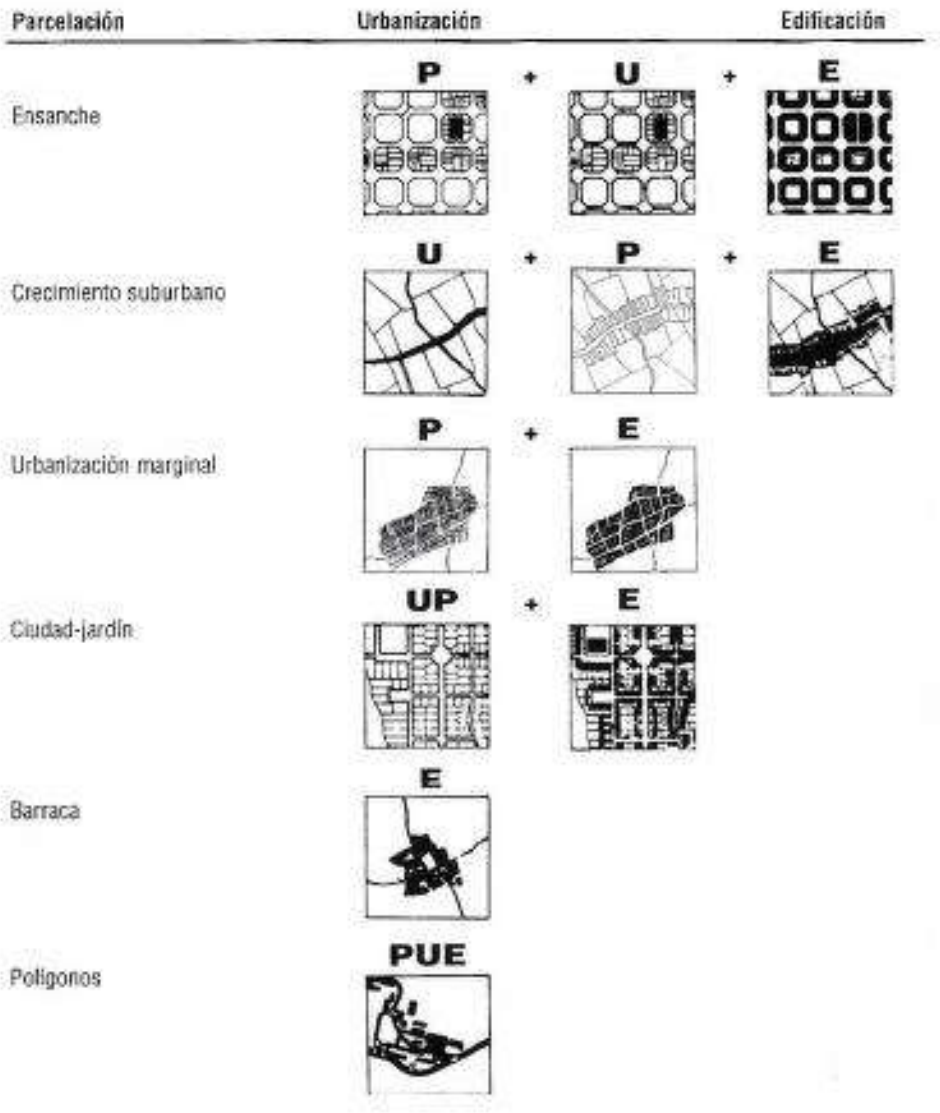


Fig. 2.12
Paradigmas do crescimento urbano

Escola portuguesa

De acordo com o autor Vítor Oliveira o início dos estudos morfológicos em Portugal é feita por Luís Silveira com a publicação em 1951 do 'Ensaio de iconografia das cidades Portuguesas no Ultramar'. "*O seu estudo é profusamente ilustrado com mais de 1100 figuras e está estruturado de acordo com sete áreas geográficas*"[19] divididas entre o continente africano e asiático. Embora de forte conotação colonial, o facto é que o argumento reside no facto de serem cidades portuguesas com linguagens espaciais de profunda semelhança com as cidades no território português. Por outro lado, numa versão mais congruente com a contemporaneidade, segundo Sérgio Padrão Fernandes, o arquitecto José Manuel Ressano Garcia Lamas (1948) é um pioneiro simbólico e o mais citado dos autores portugueses na área de morfologia urbana. Com pouco mais de três décadas de existência, a escola portuguesa de morfologia urbana pode ser construída através do percurso de quatro arquitectos, cujo contributo tem consolidado o conhecimento sobre a forma urbana das cidades portuguesas. Seguem-se de forma cronológica, [1] José Manuel Ressano Garcia Lamas, [2] Manuel António Correia Teixeira coordenador do Centro de Estudos Urbanos - CEURBAN desde 1997, [3] Walter Rossa enquanto coordenador do Grupo de Investigação & Desenvolvimento de Cultura do Território do Centro de Estudos de Arquitectura da Faculdade de Ciências e

[19] Tradução livre de: "His study is profusely illustrated with more than 1100 figures, and is structured according to seven geographical areas" (Oliveira, 2011)

Tecnologia da Universidade de Coimbra, desde 2002 e [4] Carlos Dias Coelho coordenador do Forma Urbis Lab desde 2006.

A construção do conhecimento sobre morfologia urbana em Portugal teve o contributo de outras disciplinas nomeadamente da geografia e da história de onde se destacam o geógrafo Orlando Ribeiro, Coordenador do Centro de Estudos Geográficos na Universidade de Lisboa em 1943 e fundador em 1966 da "Finisterra, Revista de Geografia" cujos "*estudos que desenvolveu sobre temas urbanos, alguns dos quais foram reunidos no quinto volume dos 'Opúsculos Geográficos' têm uma abrangência tão vasta ao estudo da cidade em Portugal como fundamental do ponto de vista metodológico e conceptual*" (Fernandes, 2014, p.63).e o José Augusto Rodrigues França, considerado um nome maior da historiografia da Arte em Portugal cuja obra 'Lisboa Pombalina e o Iluminismo', publicada em 1965 traça um caminho metodológico para os seus seguidores.

No seu trabalho seminal, 'Morfologia urbana e desenho da cidade' publicado por primeira vez em 1993, Lamas propõe a análise da forma urbana em dois eixos; a partir das suas dimensões espaciais e elementos morfológicos.

No contexto da dimensão espacial "*a compreensão e concepção das formas urbanas ou do território coloca-se a diferentes níveis, diferenciados pelas unidades de leitura e concepção*" (Lamas, 2004, p. 73). Assim, o autor propõe a segmentação do espaço urbano em partes identificáveis sendo que o critério para esta segmentação assenta em como se pretende proceder à leitura ou entender a escala da produção do espaço. A sua proposta identifica três dimensões para o estudo da forma urbana: a dimensão sectorial, ou escala da rua, a dimensão urbana, ou escala do bairro, e a dimensão territorial, ou escala da cidade.

No que toca aos elementos urbanos, Lamas diz que "*sendo os elementos morfológicos relativamente constantes na arquitectura, é através do modo como se estrutura, e se organizam que provém comunicação estética do objecto arquitectónico. Esta constatação é também extensiva ao espaço urbano. Na cidade, o sentido figurativo, como obra de arte colectiva, provém dos objectos – edifícios (ou construções) – e da sua articulação com o espaço por eles definido. O que disse sobre os edifícios é extrapolável para o espaço urbano*." (Lamas, 2004, p.80)

A proposta do autor identifica onze (11) elementos morfológicos que são o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, as fachadas, os logradouros, o traçado, as ruas, as praças, os monumentos, a vegetação e o mobiliário que são inter-relacionados num mapa conceptual publicado na 1ª edição do livro (Fig. 02.13)

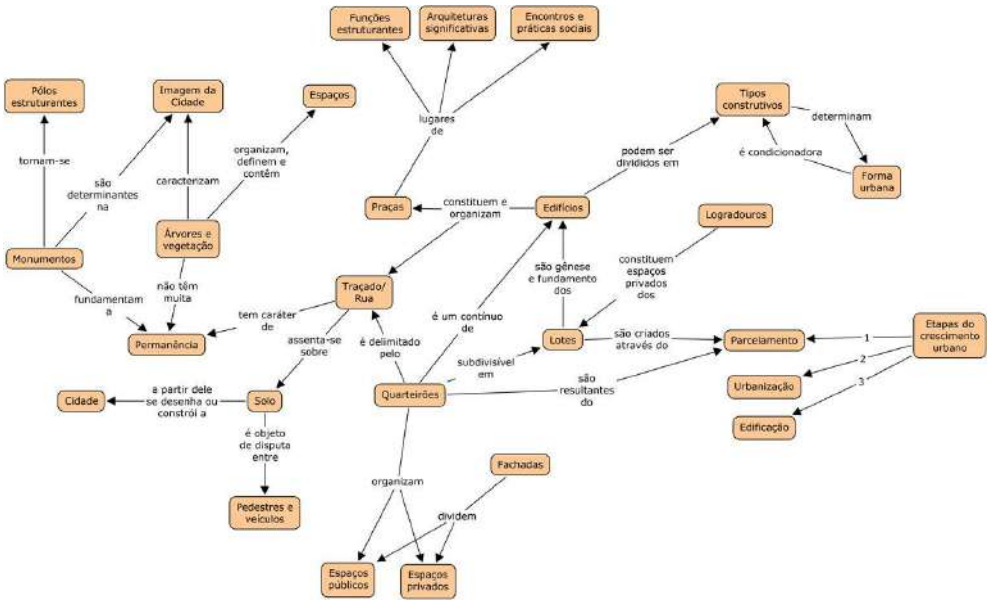
Pode-se definir a forma urbana como: aspecto de realidade ou modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano, relativamente à materialidade dos aspectos de organização funcional quantitativa e dos aspectos qualitativos e figurativos.

> *"- Aspectos quantitativos: todos os aspectos da realidade urbana que podem ser quantificáveis e que se referem a uma organização quantitativa: densidades, superfícies, fluxos etc.*
>
> *- Aspectos organizativos: ou de organização funcional, relacionam-se com as actividades humanas: habitar, instruir-se, tratar-se, comerciar, etc., e também com o uso de uma área, espaço ou edifício, ou seja, o tipo de uso do solo.*
>
> *- Aspectos qualitativos: referem-se ao tratamento dos espaços, ao conforto e à comodidade do utilizador. Nos edifícios poderão ser a insonorização, o isolamento térmico, a correcta insolação, e no meio urbano pode ser o estado dos pavimentos, a adaptação ao clima, a acessibilidade, etc.*
>
> *- Aspectos figurativos: os aspectos figurativos relacionam-se essencialmente com a comunicação estética[20].*" (Lamas. 2004)

[20] Não ficando clara o significado de "comunicação estética" que o autor Lamas, atribui aos aspectos figurativos da forma urbana, a resposta mais condizente no universo dos estudos da forma analisados, leva-nos a considerar os elementos da paisagem propostos pelo autor Philipe Panerai, no seu livro "Análise Urbana", traduz os elementos da paisagem como sendo: [1] Percursos (paths): dele fazem parte os espaço mais organizados e os mais banais, qualquer porção de rua ou um itinerário importante; [2] Pontos nodais ou núcleos (nodes): são pontos estratégicos na paisa-gem urbana, sejam de convergência ou encontro de vários percur os, sejam de ruptura ou pontos singulares do tecido; [3] Sector (district): é uma porção do território urbano identificada como uma totalidade; [4] Limites (edges): são as bordas características dos sectores e marcam visualmente seu término; [5]

Fig. 2.13

Mapa conceptual dos principais elementos da Morfologia Urbana



Por outro lado, Carlos Dias Coelho no seu percurso investigativo, inicia os estudos abordando "A Complexidade dos Traçados" (2002) valorizando o seu papel enquanto síntese da estrutura física da cidade e estabelecendo que os conceitos 'Malha - Traçado – Tecido', definem um "*processo lógico, mas não determinista da concepção teórica da forma cidade*". Coordenou os Cadernos de Morfologia Urbana produzidos pelo grupo de investigação do Forma Urbis Lab, 'Elementos Urbanos' (2013) e 'O tempo e a forma' (2014) que consolidam a sua gramática conceptual e metodológica. Segundo Sérgio Fernandes, "*obra tem um papel disciplinar importante para o esclarecimento e estabilização de conceitos e terminologias do âmbito da morfologia urbana. Para além de se abordarem conceitos elementares, avança-se também com as bases metodológicas essenciais ao procedimento de leitura da forma urbana, definida com uma visão pedagógica das questões de investigação e dirigida especificamente para a produção científica no espaço lusófono*". (Fernandes 2014, p. 68)

Embora exista de forma inequívoca um trabalho continuado sobre forma urbana em Portugal, com um conhecimento estabilizado, existem questionamentos em considerar este conhecimento como uma escola com fundamentos equivalentes aos que Michaël Darin utilizou para a Escola de Versailles.

Marcos (landmarks): são, em geral, elementos construídos, edifícios excepcionais, monu-mentos ou parte de monumentos, dotados de uma forma particular que facilita sua identificação.

2.1.3 O desafio da morfologia urbana no continente Africano

> *"O debate sobre as tentativas de definir o que é uma cidade tem preocupado muito pouco os planeadores urbanos africanos porque, por um lado, os intelectuais africanos nunca, ou raramente, ultrapassaram o estágio de consumo passivo das teorias intelectuais propostas pelo Ocidente; e por outro lado, muitos urbanistas continuam a pensar que o desenvolvimento do fenómeno urbano em África é a emanação da colonização e, portanto, reflecte o modelo ocidental"*[21]
>
> *(Igué, 2008, p.16)*

A abordagem ao urbanismo é tão essencial para a compreensão do universo do estudo da forma no continente africano que interessa fazer uma breve aproximação à disciplina numa perspectiva historiográfica e geográfica.

Revisitando o conceito abordado anteriormente neste capítulo, a essência do urbanismo estabelece-se em duas vertentes a disciplinar e a técnica. Interessa-nos abordar a disciplinar como parte das ciências humanas, que estuda as relações entre sociedade e espaços em relação à forma urbana de sua ocupação, organização e intervenção.

Nesse contexto, os estudos urbanísticos africanos que se iniciaram no séc. XX têm duas vertentes. Por um lado, recai sobre os estudos elaborados no período contemporâneo, a partir dos anos 60 do séc. XX, onde vários autores buscam a construção de um conhecimento científico sobre as cidades ancestrais do continente, destruídas durante o período da conquista de povos invasores.

Por outro lado, estão feitos na perspectiva colonial e remetem para as cidades coloniais quer sejam no período da antiguidade, em particular as cidades romanas fundadas no norte do continente, ou a partir do séc. XVI, ao sul do deserto do Sahara.

O urbanismo ancestral africano.

O continente africano experimentou diversas formações urbanas, com temporalidades, limites e modos de operação variáveis. Esta variedade de formações urbanas é hoje bem estudada: as cidades de Kemet[22] e da Núbia ao longo do vale do Nilo na Antiguidade; Aksum no Corno de África (sécs. I-VII); Awdaghust e Azougi na Mauritânia; as cidades medievais da África Ocidental de Djenné-Djenno, Gao, Koumbi Saleh, Ifè e Old Oyo na Yorubaland (sécs. XV-XIX); Mussumba Mwantiânvua e Mbanza Kongo na África Central; Bigo e Ntusi perto dos Grandes Lagos; Kilwa, Shanga e Songo Mnara na costa Suaíli, bem como o Grande Zimbábue (sécs. XIII-XV), para citar apenas alguns dos exemplos mais conhecidos.

Os primeiros estudos de cidades "antigas" que se conhecem foram realizados em situações exploratórias e também coloniais e no âmbito de levantamentos regionais. Colocam-se aqui exploradores, investigadores e administradores com grande interesse histórico. Com excepção dos estudos sobre a civilização Kemética a partir da década de 1930, também por arqueólogos. Suas origens (das cidades) eram geralmente consideradas como resultado de influências externas, árabes ou europeias, como afirmam numerosos estudos de que são exemplos as ruínas de Zimbabwe, Djenné-Djenno e Timbuktu (Fig. 02.14). Por todo o

[21] Tradução livre de: "Le débat sur les tentatives de définition de ce qu'est une ville a très peu préoccupé les urbanistes africains parce que d'une part, les intellectuelles africains n'ont jamais, ou rarement, dépassé le stade de la consommation passive des théories intellectuelles proposées par i 'Occident; et d'autre part, beaucoup d'urbanistes continuent de penser que le développement du phénomène urbain en Afrique, est l'émanation de la colonisation et par conséquent, refêté le modèle occidental"

[22] A referência a Kemet e não 'Egipto' deve-se ao facto de nos referirmos à civilização ancestral faraónica que termina com a invasão Macedónica de Alexandre 'o Grande' e a criação do Reino Helenístico Ptolemaico.

continente, leituras difusionistas que negam qualquer iniciativa local há muito servem para explicar o desenvolvimento das cidades africanas ou a falta dele.

"*A pesquisa sobre as cidades num contexto contemporâneo, ou seja, após os países africanos terem conquistado a independência, debatiam-se com um triplo cliché: [1] a de que os africanos eram rurais por natureza; [2] de que as cidades teriam sido produto da colonização e, portanto, fruto da história recente; [3] que a vida urbana contemporânea é a causa mal-estar social*."[23] (Coret, Zaugg et Chouin, 2020)

Diante de uma ideologia colonial de inexistência de cidades africadas anteriores à sua invasão, narrando um passado desprovido de "progresso", foi necessário desenvolver um contradiscurso científico no qual a história das cidades africanas teve um papel decisivo embora difícil de concretizar devido à necessidade de redobrar esforços para identificar empiricamente os vestígios desse passado. O mais antigo registo que se conhece das cidades africanas é o livro '*Descrição de África*' publicado pela primeira vez em 1668 e com edição francesa em 1684 da autoria do geógrafo neerlandês Olfert Dapper (1636 – 1689). Este livro, embora essencial para a compreensão da dimensão urbana no continente tem sido questionado pelo facto do seu autor nunca ter viajado para além do seu país de origem, a Holanda, no entanto, a credibilidade das suas descrições são suportadas pelos relatórios de missionários jesuítas e outros exploradores holandeses. Somente três séculos mais tarde se voltou a fazer uma abordagem de levantamento das cidades africanas, desta vez publicado em 1976 pelo historiador norte-americano e professor da New York University, Richard W. Hull (1940). Este livro, 'Cidades e vilas africanas antes da conquista europeia' faz um levantamento de ilustrações desenhadas pelos exploradores europeus durante o período da conquista, ou interpretações de textos descritivos das cidades da época. Nestes inventários imagéticos é possível identificar aspectos formais e elementos urbanos nas cidades como praças, arruamentos, edifícios de grande porte, parcelamento, entre outros.

Querendo combater os discursos eurocêntricos surgidos no quadro do colonialismo, a própria historiografia africanista teria muitas vezes adoptado um conceito de história baseado num modelo europeu. Em outras palavras, teria mantido uma tendência "imperialista" destinada a assimilar e anexar o passado africano a uma ordem fundamentalmente eurocêntrista de conhecimento histórico.

Este processo coloca consideráveis desafios metodológicos aos investigadores, devido [1] à natureza das fontes que em alguns casos são questionadas pelo facto de serem orais ou indirectas como um dos exemplos supracitado, [2] à reduzida visibilidade arqueológica devido ao facto de estas cidades terem sido construídas com recurso a materiais de construção perecíveis mas sobretudo [3] ao urbanocídio colonial que destruiu os principais centros urbanos do continente durante a conquista territorial "*levando à dissolução das formas 'tradicionais' de autoridade e perda de autonomia*"[24] (Dias 1986). Embora esta abordagem tenha sido comum em todos os povos invasores, Portugal e Inglaterra tiveram um papel proeminente na destruição de centros urbanos de referência, entre os sécs. XVI-XVII forças portuguesas destruíram e queimaram as cidade- estado de Kilwa e Mombasa (1505) localizadas na Tanzânia e Quénia, respectivamente, Kábasà (1623) capital do Reino do Ndongo (Angola), e as forças inglesas no séc. XIX explodiram, queimaram e saquearam as cidades

[23] Tradução livre de "*When research into the continent's own ancient past first emerged in the era of independence movements, cities received renewed attention. In a context where theses that were often tinged with nationalism flourished, it was a question of com-bating a triple cliché: Africans were said to have been rural by nature; modern cities were said to have been a product of colonization and therefore the fruit of recent history; and contemporary urban life was said to in fact cause social malaise*."

[24] Tradução livre de "(…) leading to the dissolution of 'traditional' forms of authority and loss of autonomy"

de Benin, capital do reino Edo (1897) [25] e Kumasi capital do Reino Ashanti (1874)[26] somente para citar alguns exemplos mais famosos. (Kilby, 1968. Coelho, 2010. Koutonin 2016)

Características das cidades ancestrais

A relação entre o território urbano e a sua estrutura, permite uma construção imagética das cidades africanas ancestrais, através de aspectos materiais e simbólicos. Embora o estudo da arquitectura monumental possa surgir espontaneamente como um ângulo de análise relevante, seria redutor limitarmo-nos a esse aspecto.

John O. Igué no seu livro '*Les villes précoloniales d´Afrique noire*' caracteriza três tipos de cidades fazendo uma demonstração de critérios objectivos e permanentes de cada uma delas.

Para além da existência de uma consciência colectiva do fenómeno urbano entre determinados povos, não devemos descurar os elementos materiais que permitem diferenciar fisicamente uma cidade de uma aldeia.

Por exemplo, no mundo sudano-saheliano, esses elementos são facilmente identificáveis; nomeadamente: *"[1] a existência de uma ou mais mesquitas; [2] a existência de um palácio, muitas vezes fortificado; [3] a existência de centro comercial ou centro de caravanas; [4] a predominância de um estilo de habitação"* (Igué, 2008)

Nas cidades da floresta, o modelo iorubá parece ser o mais representativo; quatro elementos essenciais podem diferenciar fisicamente uma cidade de uma vila, nomeadamente: *"[1] a presença de um imponente palácio, em torno do qual se organizam os demais bairros; [2] a presença de um mercado, sempre localizado em frente ao palácio; [3] a existência de elementos ou estruturas de fortificações como o fosso e/ou a muralha; [4] a existência de um portal central, de estrutura complexa."* (Igué, 2008)

Niani teria sido a última capital política do Império do Mali (…). Niani situa-se agora em território guineense, no distrito de Siguiri. Do ponto de vista de sua estrutura, Niani seria composta por vários sectores, nomeadamente: *"[1] a vila indígena feita de banco; [2] a cidade dos comerciantes construída em pedra; [3] o Palácio, [4] o porto fluvial; [5] a zona industrial compreendendo 27 fornos de fusão de ferro; [6] Cemitério"* (Igué, 2008)

Outros autores como descreve *Mbanza Kongo* (cidade do Kongo) com as seguintes características: [1] praça-forte muralhas de pedra; [2] residência do duque; [3] os conjuntos da nobreza; [4] um bosque sagrado com os túmulos dos ancestrais; [5] praça à volta da árvore para fins cerimoniais e judiciais. (Thornton, 1977; De Maret 2002, p.7; e Coquery-Vidrovitch, 2005, p.77)

[25] "*Then in 1897, the city was destroyed by British soldiers – looted, blown up and burnt to the ground*." (Koutonin 2016)

[26] "*At six o'clock on the morning of the 6th, the troops were formed up and by seven o'clock all excepto the rear-guard had marched off. By eight o'clock all of the charges were laid. The fuses were then lit and the town set on fire and by nine o'clock when the rear-guard finally lost sight of the town, all that remained of Kumasi was a heap of smouldering ruins.*" (Kilby, 1968, p. 202)

Fig. 2.14

Cidade de Timbuktu
Autor: Henrich Barth (séc. XIX)

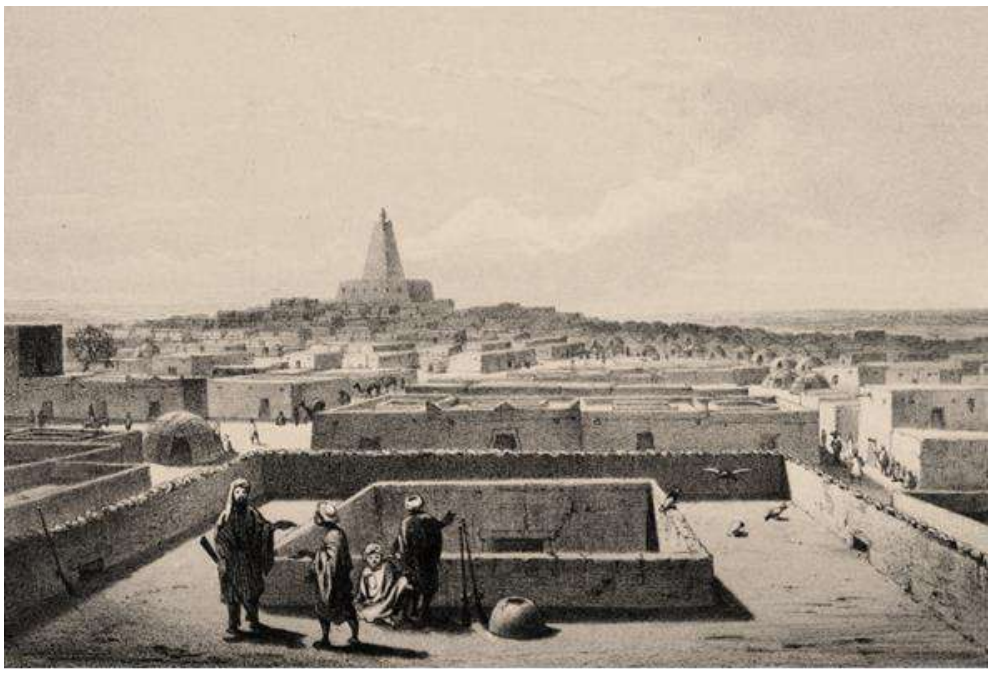


Fig. 2.15

Cidade de Benin Autor: H. Ling Roth (séc. XIX)

Fig. 2.16

Kumasi, Costa do Ouro, África Ocidental, no final do século XIX.

QVILOA

Fig. 2.17

Cidade-Estado de Kilwa (1572)

O urbanismo colonial em África

A ocupação e colonização do território africano tem registos que remontam até cerca de dez sécs. antes da era cristã. Este processo decorreu em duas fases distintas, a primeira, no tempo histórico da antiguidade ocidental, decorreu entre o séc. X aC até ao séc. V AD tendo abrangido a região norte sahariana. Na segunda fase, ocorre já no tempo histórico da idade moderna e decorreu entre os períodos dos sécs. XV e XX tendo abrangido todo o continente em norte e sul sahariano. Durante estas duas fases, foram criadas cidades para albergar os povos invasores sendo que as suas características formais correspondiam a princípios alóctones ao local.

Na primeira fase…

Os povos colonizadores foram, por ordem cronológica; Fenícios X a.C., gregos séc. VIII a.C., os romanos no séc. II a.C., os vândalos séc. V, Bizantinos, séc. VI e os árabes, no séc. VII.

O urbanismo fenício no norte de África teve como exemplo emblemático a cidade de Cartago embora outras sete tenham feito parte da rota comercial do mediterrâneo sul nomeadamente Útica, "Leptis Magna (Lebda), Hadrumeto (Susa), Tipasa, Siga (Rachgoun), Lixos (no Oued Loukkos) e Mogador. *As colónias fenícias, incluindo a própria Cartago, seriam pequenos centros com provavelmente algumas centenas de colonos*. A descrição feita sobre Cartago (Kart Hadash) é feita com base nas das cidades semelhantes da época. Segundo o historiador inglês Brian Herbert Warmington, sendo Cartago uma cidade portuária, possuía;

"*um sofisticado porto artificial duplo", "as muralhas da cidade [tinham uma] extensão total (incluindo a parte que […] se estendia ao longo do mar) de 40 km aproximadamente, […] Uma fortaleza interna de mais de 3 km de perímetro circundava a colina conhecida como Birsa, que sem dúvida constituía a parte mais antiga da cidade. Entre o porto e a colina de Birsa havia uma praça pública equivalente a uma ágora grega. Mas Cartago nunca teve o aspecto planificado ou monumental que veio a caracterizar as cidades gregas. Parece ter-se desenvolvido sem planeamento, com ruas estreitas e sinuosas; sabe-se de edifícios que teriam até seis andares*" (BH Warmington *apud* Mokhtar, 2010, p.486).

Ainda segundo o autor os templos não teriam sido edifícios monumentais, consentâneo com os hábitos dos cartagineses. A população da cidade no máximo teria atingido cerca de 400 mil pessoas, incluindo os escravos.

Em termos gerais, o processo de romanização pode ser definido como a criação de uma nova ordem territorial. Esta nova ordem territorial incluía novas realidades político-administrativas e um processo de complexificação social que se reflectia no estabelecimento das cidades. A romanização em África sucedeu a colonização fenícia. Depois de um séc. de lutas, ao fim das Guerras Púnicas[27], Cartago foi totalmente destruída e Roma passou a dominar o mar Mediterrâneo.

No período romano, o autor A. Mahjoubi refere que a civilização romana

"*era um fenómeno essencialmente urbano. Portanto, o grau de romanização de uma província era determinado pela concentração de cidades . Nas províncias africanas, e particularmente na África Proconsular, a vida urbana era muito desenvolvida; foram registradas ao menos quinhentas cidades no conjunto da África do Norte, duzentas das quais apenas na província Proconsular; mas não se enfatizou o suficiente que tal civilização urbana foi herdada em grande parte da época púnico-númida.*" (Mahjoubi, Salama, 1980, p.).

[27] "*Chamam-se púnicas às três guerras entre Roma e Cartago que tiveram lugar entre 264 e 146 a. C., devido ao facto de os habitantes desta cidade do Norte de África (perto da atual Tunes) serem descendentes dos Fenícios, cujo nome latino era punicus, do grego phoenices*". Infopédia

A romanização foi de tal forma relevante que foi mais do que uma revolução cultural no seu tempo, ainda hoje a herança desta diáspora é patente em inúmeros aspectos, incluindo a arquitectura, urbanismo e engenharia. O urbanismo romano difundido por todo o Mundo, através das suas colónias no Norte de África, simboliza a unidade e a centralização do poder que caracterizam esta civilização. As colónias eram construídas segundo um esquema preconcebido derivado da planificação de um campo militar (*castrum*), dividido em quarteirões regulares estruturados a partir de dois eixos, um *cardo* (eixo norte-sul) e um *decumano* (eixo este-oeste). Um dos maiores expoentes do urbanismo romano no continente foi a cidade de Timgad (Tamugadi), fundada pelo imperador Trajano aproximadamente no ano 100 a.C. e cujo levantamento inicial foi feito pelo explorador escocês James Bruce of Kinnaird (1730–1794) que publica em 1790 o livro '*Travels to Discover the Source of the Nile*', onde descreveu o que havia encontrado em Timgad (Fig. 02.17). A influência da cultura africana Berbere durante a colonização romana merece menção particular no campo da arquitectura porque é nos

"*monumentos […] que as duas correntes se encontram, se misturam e se confundem. As obras arquitectónicas africanas reproduziam em geral tipos de monumentos públicos que predominavam em todo o mundo romano, e, portanto, inspiravam-se numa técnica e num ideal essencialmente romanos. Do mesmo modo, as esculturas decorativas […] Contudo, as obras arquitectónicas ou de escultura ligadas às tradições religiosas ou funerárias da população bem como certas técnicas especiais de construção ou decoração traziam a marca das características locais. Isso é evidente nos templos em honra a divindades que mantiveram sua individualidade nativa apesar da aparente identificação com os deuses romanos; em certas sepulturas monumentais; numa técnica especial de construção de paredes conhecida como 'opus africanum'*[28]*;*" (Mokhtar, 2010, p.542)

[28] Opus africanum é um "tipo de alvenaria usado no norte da África romana, em que uma estrutura de pedra aparelhada é preenchida com painéis de tijolos de barro ou entulho". Trad. "Type of masonry used in Roman North Africa, in which a framework of dressed stone is infilled with panels of mud brick or rubble." (Campbell, 2007)

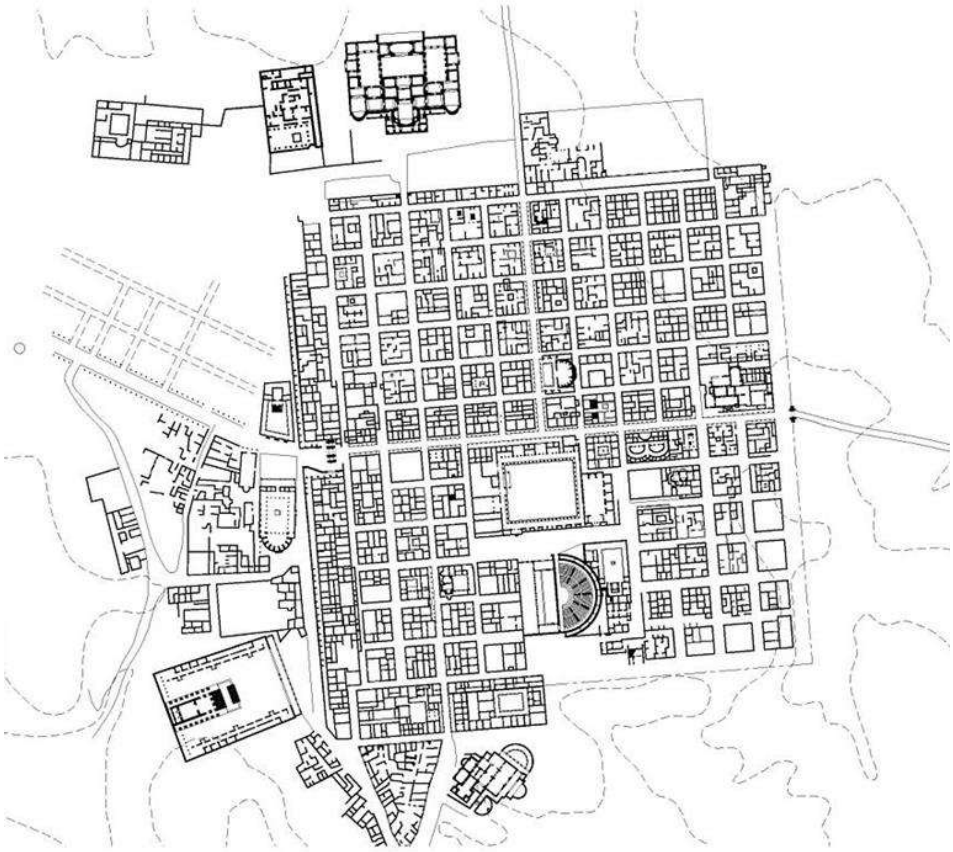


Fig. 2.18 (esq.)

Mapa de Implantação da Cidade de Timgad
(Fabrizi, 2017)

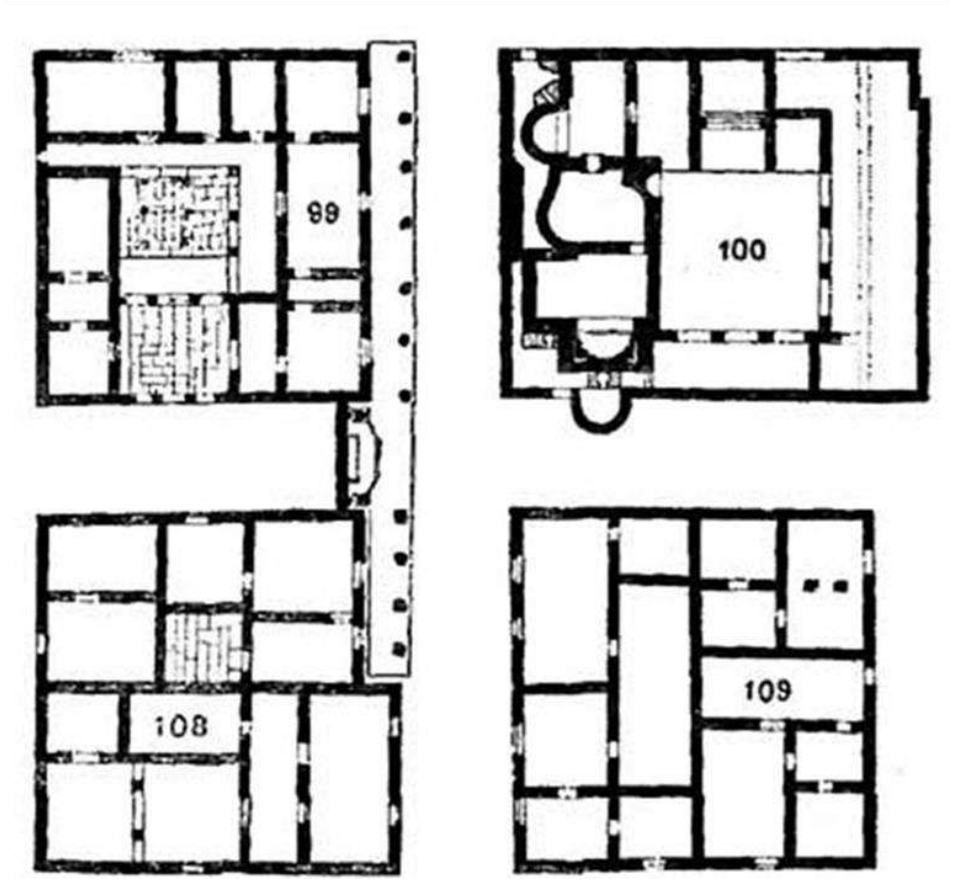


Fig. 2.19
Quarteirões Habitacionais na cidade de Timgad
(Bianca, 1994, p.39)

Os períodos das colonizações pela civilização dos Vandalous e Bizantinos não tem relevância significativa na paisagem urbanística e arquitectónica comparável com o impacto da colonização árabe.

No final do séc. VII, a concretização da expansão árabe no norte da África deu origem à fragmentação do território em três potentados cujas capitais são até à presente data, referências urbanas, nomeadamente; [1] Al-Fustat (641) na região egípcia, foi a primeira capital sob domínio muçulmano construída pelo general *Anre ibne Alas* a quem se dedica a Mesquita de *Anre*, a primeira construída em todo o continente; [2] Kairuan (670), na região tunisina fundada como uma acampamento militar e onde foi erguida a mesquita de Sidi Oqba, cujos claustros ainda hoje são sustentados por colunas coríntias das ruínas de Cartago; [3] Fez (789) tem a Mesquita Al Karaouine construída no ano 859 sob o mandato de Fátima al Fihriya, é um dos maiores complexos arquitectónicos desta cidade.

As três cortes destes potentados protegeram e desenvolveram as artes de uma maneira geral incluindo a arquitectura e até à presente data, é possível testemunhar alguns exemplos notáveis da sua expressão religiosa, civil e militar.

Na generalidade, estas cidades são comummente denominadas como "Medinas" para destrinçar a unidade que por força do desenvolvimento territorial ficou enclavada no tecido urbano. Têm características comuns nomeadamente o facto de serem aglomerados urbanos organizados dentro de uma fortificação, ou seja, protegida por muralhas. O acesso ao interior é feito por grandes portões e podem ser protegidas por torres de vigia. Normalmente, no centro das medinas existe uma praça principal, da qual saem várias avenidas que levam para o exterior das muralhas.

Segundo o autor Stefano Bianca, o espaço urbano islâmico está composto por três elementos, a unidade residencial, o espaço religioso (representado pela mesquita o que inclui outros edifícios relacionados) e o comércio.

> "*Os respectivos estilos regionais de arquitectura islâmica não estão necessariamente ligados por semelhanças formais, mas mostram afinidades internas que são claramente baseadas em custos relacionados, padrões de uso e princípios estruturantes correspondentes. Este "denominador comum" deriva de várias fontes: existem, por exemplo, certas condições climáticas, fatores socioeconómicos e técnicas de construção vernaculares compartilhadas por muitas regiões do mundo islâmico.*"[29] (Bianca, 1994, p. 9)

"O planeamento urbano e a maior parte dos monumentos — madrassas, funduques, palácios, residências, mesquitas e fontes — datam desse período."[30] O espaço residencial é uma das características mais expressivas do tecido urbano das medinas. A forma como se diferencia o espaço público de privado é explicado com detalhe pelo historiador e arquitecto Stefano Bianca na sua obra '*Urban Form In The Arab World*' inicialmente publicado em 1994.

> *"Enquanto isso, os bairros residenciais são protegidos das principais correntes da vida pública. As casas, muitas vezes unidas, ou construídas de parede a parede no caso de estruturas de pátio, formam unidades autônomas voltadas para o interior que são protegidas contra a intrusão visual da rua ou de edifícios vizinhos. O acesso das áreas públicas aos bairros residenciais é geralmente tortuoso e fragmentado em sucessivas seções hierárquicas que anunciam graus crescentes de privacidade. Bairros residenciais densos tendem a engolir o espaço da rua e a convertê-lo em*

[29] Tradução livre de "Byzantine os Sassanian origin. The respective regional styles of Islamic architecture are not necessarily linked by formal resemblances, but they show inner affinities which are clearly based on related custos, patterns os use and corresponding structuring principles. This "common denominator" draws na various sources: there are, for instance, certain climatic conditions, sócio-economic factors and vernacular building techniques shared by many regions of Islamic world." (Bianca, 2000, p. 9)

[30] Tradução livre de "The urban fabric and the principal monuments in the medina – madrasas, fondouks, palaces, residences, mosques and fountains - date from this period."

corredores de acesso privados. Assim, o santuário da casa não está diretamente exposto a influências estranhas: ele pode assimilar os mundos externos após a circulação ter sido gradualmente filtrada por vários trechos intermediários da rede viária. Becos sem saída e uma sequência progressiva de portões e soleiras são a ferramenta preferida para alcançar essa proteção, que preserva a "aura" da esfera familiar e evita atritos com a esfera pública."[31] *(Bianca, 1994, p. 37)*

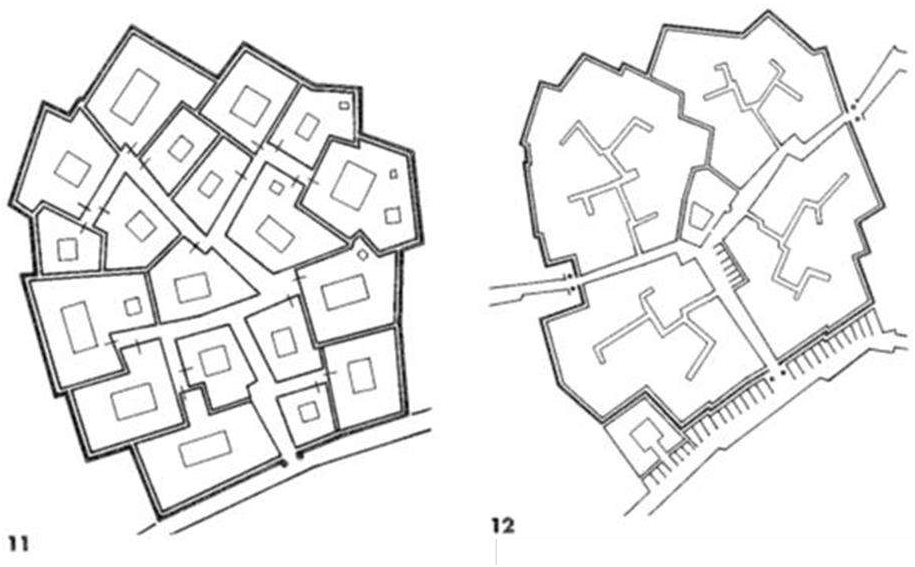


Fig. 2.20 (esq.)

Parcelamento de um cluster habitacional na Medina de Fez
(Bianca, 1994, p.38)

Fig. 2.21 (dir.)
Arruamentos e distribuição dentro de uma unidade de agregação habitacional num cluster habitacional.
(Bianca, 1994, p.39)

[31] Tradução livre de "*Meanwhile, the residential districts are shielded off from the main streams of public life. The houses, often closely knit together, or built Wall to Wall in case of courtyard structures, form inward-oriented autonomous units which are protected against visual intrusion from the street os from neighbouring buildings. The access from the public áreas to residential quarters is usually tortuous and broken into successive hierarchical sections which herald increasing degrees of privacy. Dense residential quarters tend to swallow the street space and to converti t into private access corridors. Thus, the sanctuary os the house is not directly exposed to alien influences: it can assimilate the external worls after the circulation has been gradually filtered by various intermediate sections of the street network. Dead-end alleways and a progressive sequence of gates and thresholds are the preferred toold for achieving this protection, which preserves the "aura" of the family sphere and prevents frictions with the public realm*." (Bianca, 2000, p.37)

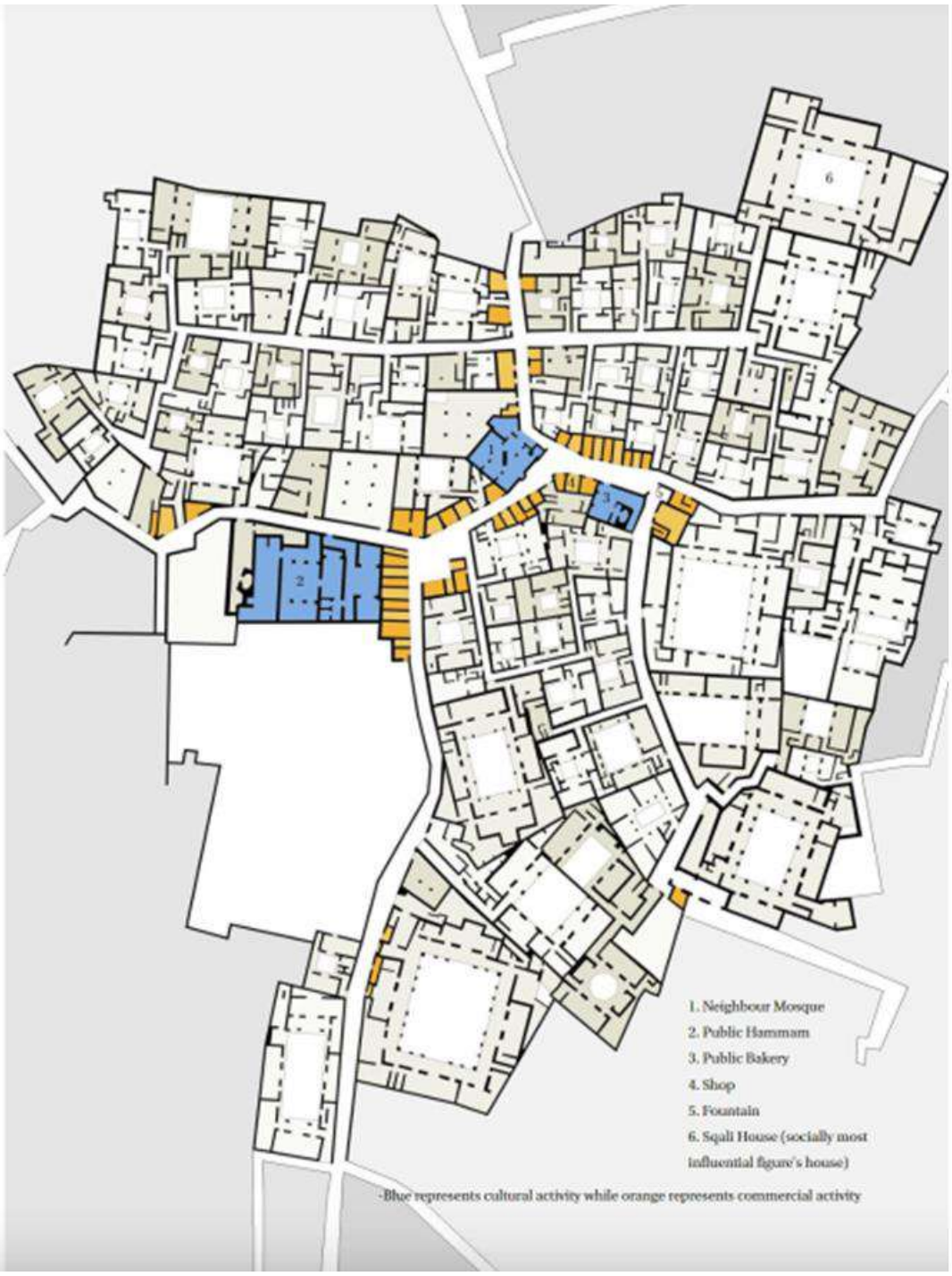


Fig. 2.22 (esq.)

Descrição: um aglomerado habitacional localizado na parte sudeste da Medina de Fez.

Fig. 2.23 (dir.)

Diagrama do processo de Desenvolvimento da Medina de Fez

Os povos colonizadores foram, por ordem cronológica, Portugal (1444), Espanha (1479), França (1624), Neerlandesa (1652), Inglaterra (1788), Itália (1882), Alemanha (1883) e Bélgica (1885).

A segunda fase do urbanismo colonial no continente está estreitamente relacionada com o que ficou conhecido historicamente com os Descobrimentos. Os europeus estabeleceram assentamentos em enclaves costeiros coloniais antes do final do século XIX. Durante o apogeu da escravidão atlântica, vários países europeus estabeleceram pequenos fortes nas costas leste e oeste da África. Essas fortificações geralmente eram construídas no local de cidades já existentes como o caso de Mombasa (Quênia) ou ilha de Ilha de Zanzibar. No entanto, outras foram criadas de raiz, tais como Cape Coast (Gana), Saint Louis (Senegal), Cidade do Cabo (Africa do Sul) ou Luanda (Angola) sendo que mais duas dezenas de centros foram criados entre os séculos XVI e XIX. Estas cidades serviam propósitos comerciais (tráfico e escravos) o seu principal negócio. Estas cidades tinham características comum como serem essencialmente praças-fortes, ou seja, povoações fortificadas para garantir a defesa do local, vias de comunicação quer fosse para o interior ou ao longo da costa.

Somente a partir do final do séc. XIX, com a mudança do ambiente socio-económico a nível global que ocorre com a nefasta Conferência de Berlim[32], o perfil de ocupação no continente se altera e a necessidade de criação de colonatos obrigou a fortes intervenções no tecido urbano das cidades africanas. Casos como Accra (Gana), Saint Louis, Lagos (Nigéria) e Dar es Salaam (Tanzânia), Luanda (Angola) e Cape Town (África do Sul) tornaram-se centros administrativos da expansão imperialista.

Em algumas cidades, os governos europeus agiram muito lentamente na tentativa de refazer as leis e a organização espacial das cidades. A ocupação urbana também se alterou em locais tomados pelos governos coloniais que levou a mudanças dramáticas em algumas cidades. As autoridades europeias pressionaram por bairros europeus e africanos segregados em cidades como Conakry (Guiné) e Freetown (Libéria) fortemente influenciados pelo crescimento de doutrinas racistas biológicas e associações entre doenças, falta de higiene e africanos, promoveram a segregação por motivos de saúde. Essa "síndrome do saneamento"[33], como Maynard Swanson chamou essa conjuntura de preconceito racial e saúde pública, também se tornou um meio de justificar a destruição dos bairros africanos e a estrita separação dos bairros por categorias raciais nas cidades sul-africanas. Estes processos de segregação urbana foram repetidos em quase todas as cidades coloniais africanas tendo servido de inspiração a prática urbanística e arquitectónica. Essas ideias também se encaixam nas noções de mudança de gestão urbana nas cidades europeias que os administradores buscavam aplicar nas colónias africanas.

[32] "Conferência realizada em 1885. Serviu para redefinir alguns aspectos do mapa colonial dos finais do século XIX, com o continente africano, rico em matérias-primas, como alvo preferencial dos interesses das grandes potências industrializadas." (Infopédia) Ainda ao abrigo da conferência, a necessidade de ocupação dos territórios distribuídos pelas então potências económicas motivou a migração de europeus para o continente.

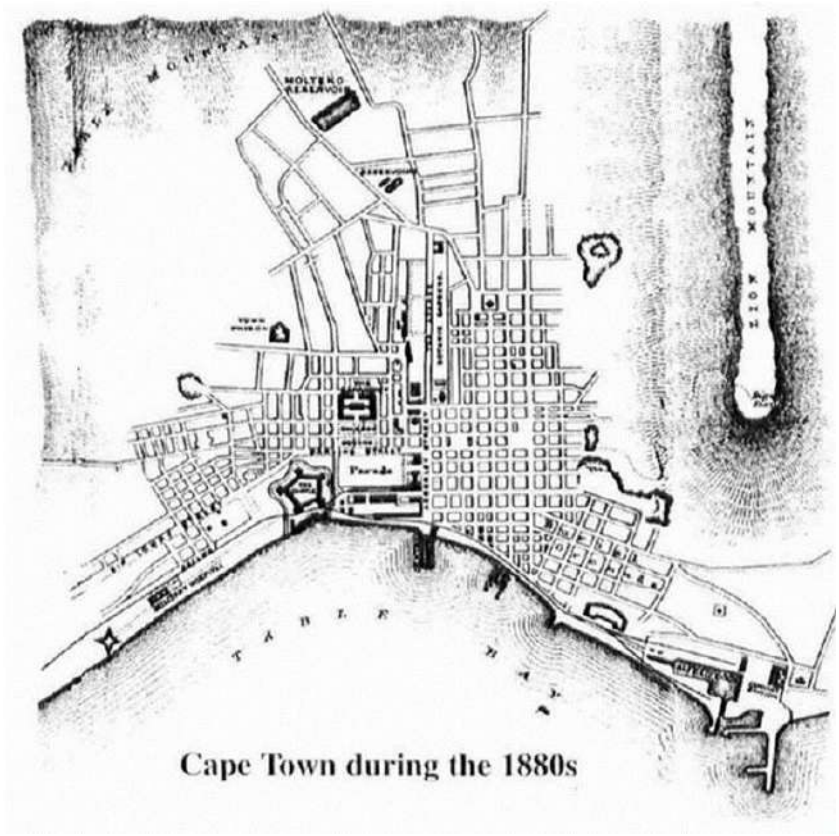
[33] "But 'the sanitation syndrome', equating black urban settlement, labour and living conditions with threats to public health and security, became fixed in the official mind, buttressed a desire to achieve positive social controls, and confirmed or rationalized white race prejudice with a popular imagery of medical menace. These issues of urban social order would be repeated again in connexion with such dire events as the 1918 influenza epidemic as the foundations of Union-wide policy and law were laid during and after World War I." (Swanson, 1979)

Fig. 2.24

Mapa de Saint Louis, Senegal (1942)

Fig. 2.25

Mapa da Cidade do Cabo - Arco da Colônia do Cabo (1882)



"*Os historiadores há muito consideram a urbanização sul-africana como o modelo para entender o crescimento das cidades africanas como um todo, embora existam muitas diferenças, bem como semelhanças o facto comum a todos é a crença que a administração colonial tinha de que os africanos pertenciam às áreas rurais e temiam os efeitos supostamente desestabilizadores que a vida na cidade tinha sobre os indígenas*"[34].

O processo de urbanização nas cidades aumenta extraordinariamente com a migração europeia após o final da 2ª Grade Guerra (1945) o que por sua vez exigia um aumento de fora de trabalho local. Assim, o processo de crescimento demográfico tem duas tendências, externa (europa, essencialmente) e interna (entenda-se como sendo do interior continental) e tal facto acentuou a implementação de planos urbanísticos que reflectissem a segregação.

"*Os regimes coloniais representaram empreendimentos grandiosos direcionados a instaurar uma visão de mundo singular, buscando estratégias de imposição de um conjunto de categorias e valores que classificavam as pessoas e as coisas, construindo hierarquias e fornecendo, assim, as bases sobre as quais se sustentavam as práticas de dominação. Nos regimes coloniais, muita energia foi investida na construção de categorias sociais — particularmente, na definição da dicotomia fundamental entre colonizador e colonizado. Essas duas classes em oposição tiveram que ser cuidadosamente fabricadas. […] uma gramática da diferença precisava ser continuamente construída para a legitimação dos impérios. O sucesso do empreendimento colonial dependia da criação e manutenção de uma percepção do mundo fundada em relações de identidade e alteridade, devidamente valoradas. Era preciso definir o status de cada pessoa na nova estrutura forjada pelo colonialismo.*" (Trajano Filho & Dias, 2015)

No entanto, a partir da independência dos países africanos, maioritariamente ocorridas na década de 60, o legado colonial nas cidades africanas assenta, na generalidade e salvaguardadas as especificidades de cada uma, três características:

[1] Rede Urbana centralizada, ou seja, a cidade capital como o topo da hierarquia política, cultural, económica e social
[2] Estrutura Urbana bipolar e segregada centro-periferia / brancos-negros / legal-ilegal
[3] Déficit Habitacional com alto impacto sobre a população negra.

Embora a maioria das cidades africanas tenha se tornado independente no início da década de 1960, as cidades da África Austral permaneceram sob domínio colonial português (1975), britânico (1980) e do regime do apartheid até o início dos anos 1990. Sendo que todas, sem excepção, são eurocêntricas, e considerando o contexto histórico-social, foram pensadas para uma população alóctone, marginalizando e/ou segregando a população autóctone, tal facto nunca foi invertido até aos dias de hoje.

O padrão de ocupação do território resultante da rápida urbanização das cidades africanas não pode ser analisado nem à margem da globalização neoliberal tampouco fora do recente (e violento) processo de descolonização. Neste sentido, uma série de direitos têm sido constantemente negligenciados nas agendas nacionais, com forte impacto na configuração das cidades no continente. (Moassab, 2013)

"As cidades em África são, desde a sua origem, ponto de contacto entre duas sociedades estranhas uma à outra: uma, caracterizada pelo individualismo dando primazia aos bens materiais e outra dando prioridade ao espírito comunitário, ao peso da "tradição", à solidariedade da linhagem, do clã, do grupo étnico. Nasce, com este contacto, uma civilização de natureza ambígua (UDELSMANN RODRIGUES. 2003]

[34] Trad. "Administrators were convinced that Africans ultimately belonged in rural locations and feared the supposedly destabilizing effects that city life had on indigenous people. Coercing Africans back to rural areas also, not coincidentally, pushed the cost of healthcare and social services onto African families rather than city governments." (Benjamin, 2007)

Para melhor ilustrar o exemplo do colonialismo colonial, o caso de Luanda parece-nos relevante por ser uma das mais antigas cidades do continente africano, no contexto do urbanismo colonial e porque é onde se localiza o nosso caso de estudo.

Urbanismo Tardo-Medieval

A constituição do centro urbano de assentamento da população de portugueses decorreu de condições geo-morfológicas específicas. A escolha corresponde à ideia geral do urbanismo de expansão atlântica assente no conhecimento e utilização dos padrões da cidade tardo-medieval em Portugal. Como esclarecimento, a cidade medieval portuguesa instala-se em contraste bipolar, privilegiando locais de relevo acidentado em oposição ao litoral recortado, preferencialmente entre colina e baía criando assim com frequência o fenómeno dialéctico da cidade alta e cidade baixa.

> *"(…) Deste modo, é reconhecível na cidade portuguesa medieval "uma idiossincrasia que começa pelo próprio 'sentido de lugar (...)" ., o qual se transmitirá depois à esfera insular. Este "gosto" pelo sítio acidentado e ribeirinho, longe de recusar razões de tipo funcional na escolha do lugar, antes as enquadra e sabe dar-lhes um sentido cultural. O carácter "funcional", num sentido alargado e abrangente do termo, destes factores de "localização" ou de "situação" dos espaços urbanos já foi de resto acentuado por Jorge Gaspar; a ele há que, quanto a nós, acrescentar aqui "...uma complementar leitura antropológica, que ponha em evidência constantes de um 'temperamento' urbanístico colectivo (...) Em relação aos elementos "naturais" que "atraem" o assentamento da cidade medieval portuguesa, já Orlando Ribeiro tinha apontado alguns dos mais relevantes: "a proximidade de um rio"; "ao longo do vale, a convergência dos caminhos"; "uma colina isolada de um retalho de planalto"; a colina que é simultaneamente "a mais inacessível e a mais próxima da margem"; a confluência onde "a colina fragosa domina a enseada, o estuário ou o curso de água navegável"* (Fernandes, 1996)

Com estes dados, está justificada a escolha estratégica do Morro e da Baía como local escolhido para o assentamento da comunidade portuguesa.

Partindo da implementação dos valores teocêntricos, a fundação da cidade assenta em fundamentos estratégicos do urbanismo tardo-medieval que vão defini-la pelos quatro séculos seguintes. Este urbanismo caracteriza-se na conjugação obrigatória de quatro (4) itens distintos, nomeadamente:

[1] localização / Litoralidade: elemento essencial para o desenvolvimento portuário que promovia acima de tudo o comércio transatlântico que assentava no tristemente célebre "Tráfico de Escravos".

[2] imagem / Paisagística: devido à tendência ruralística das políticas de assentamento das populações com a política das Sesmarias, sistema transposto para as colónias portuguesas que deu origem à constituição de sociedades escravistas e rurais.

[3] estrutura / Linearidade: a organização sequencial das formas urbanas (praças e largos) ao longo de um eixo principal (Rua Direita) que constitui o elemento identificativo da urbanização portuguesa normalmente terminando em rossios[35] de transição para o espaço rural.

[4] forma / Polimórfica: o seu carácter experimental associado à adequação permanente do objecto urbano e arquitectónico à condicionante geográfica faz da cidade um conjunto de sistemas urbanos agrupados ao eixo definidor, logo à ideia de um conjunto geometricamente regrado e pré-estabelecido à lógica de crescimento é nula. O crescimento da cidade é adaptativo e implícito ao momento e não subjacente a um pensamento previdente e futurista.

[35] Rossio enquanto designação de espaço público estava relacionado com um lugar amplo transitivo entre o urbano e o rural onde a população montava as feiras ou mercados. Na cidade de Luanda, o exemplo mais conhecido é o Largo do Pelourinho que até ao século XVIII, segundo cartografia histórica, era referenciado como Largo da Feira Grande onde se comercializavam, entre outros produtos, os escravos.

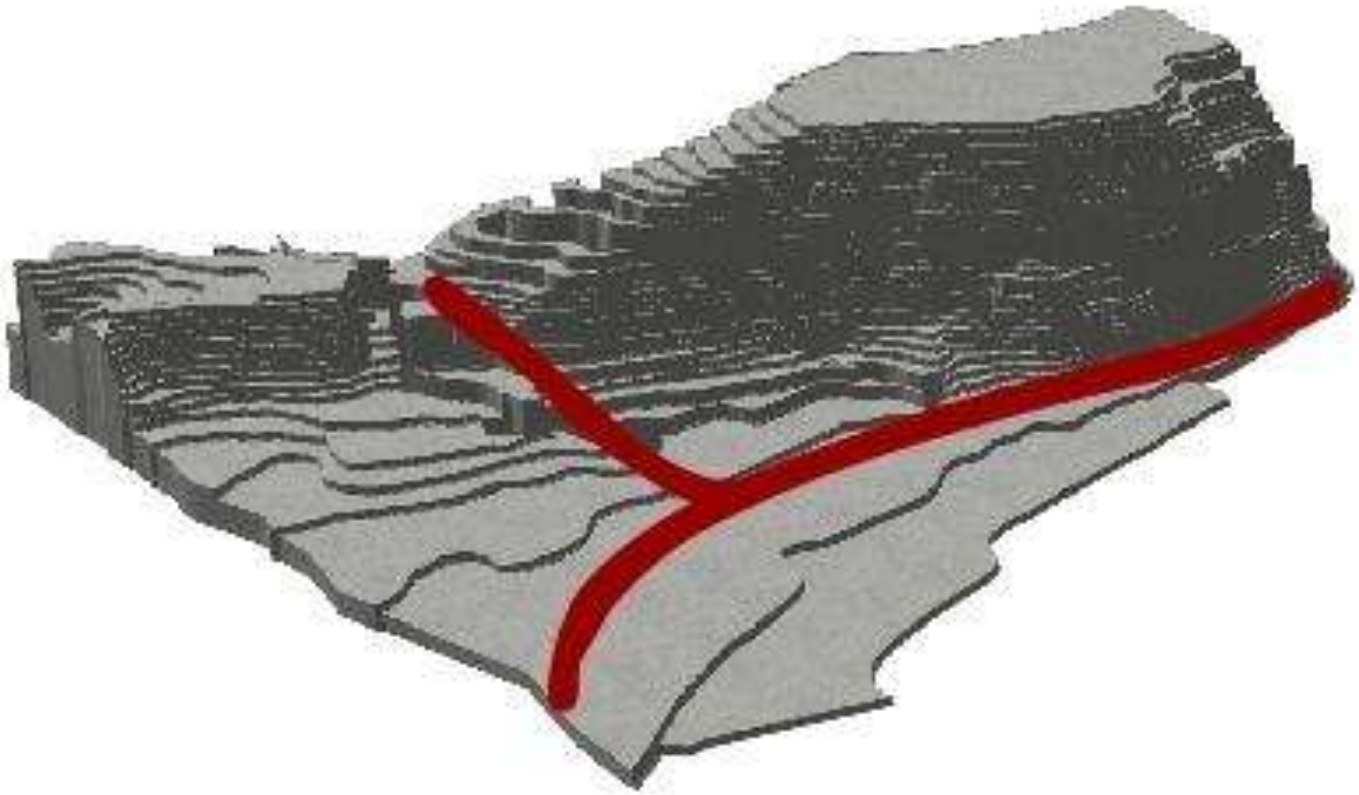


Fig. 02.26

Forma do território.
Morro de São Paulo e litoral da Baia

Fig. 2.27

Fortaleza de São Miguel vista da Baia de Luanda

2.2 Semiose Urbana

2.2.1 Semiótica e Etno-Filosofia

Semiótica

A semiótica, palavra originária do étimo grego "*semeion*" (signo). Segundo registos históricos, a semiótica teve sua origem na Grécia Antiga. Platão (427-347 a.C.), por exemplo, nas suas reflexões sobre a linguagem, já estudava as relações sígnicas, e o signo em particular, buscando, no âmbito de uma Filosofia da Linguagem, dividir o signo em três partes: *onona* (o nome), *eidos* ou *logos* (a noção, ideia) e *pragma* (a coisa referente). Na Antiguidade Clássica foi definido o modelo triádico dos signos (relação entre o nome, as ideias e a coisa) e o modelo diádico dos signos (significante + objecto) do signo. O percurso dos estudos semióticos passa por alguns pensadores proeminentes da ciência ocidental. No entanto, é na era da Modernidade que o estudo dos signos adquire o nome semiótica, termo criado pelo filósofo inglês John Locke (1632 – 1704) no seu '*Essay concerning human understanding'*, publicado em 1690, tido até aos dias de hoje como um dos primeiros 'grandes' livros do pensamento empirista, teoria do conhecimento que afirma que o conhecimento sobre o mundo vem apenas da experiência sensorial. O tema central deste ensaio tem como tema principal a epistemologia, em suma: a origem das ideias.

A semiótica é hoje uma disciplina científica que estuda os signos existindo duas abordagens de dois autores distintos, o filósofo norte-americano Charles Peirce (1839 – 1914) e o igualmente filósofo francês Ferdinand de Saussure (1857 – 1913)

Sendo que os estudos deste último estão mais virados para a linguística o nosso foco vai para a investigação de Charles Peirce por ser uma abordagem mais ampla.

O Signo

A cientificação da Semiótica, contributo Charles Peirce deve-se ao facto de o filósofo considerar que a significação dos signos é um processo triádico, nomeadamente *firstness*, *secondness* e *thirdness*, sendo nestes pilares que toda a sua teoria se baseia. Num artigo intitulado "*Sobre uma nova lista de categorias*", Pierce, em 14 de maio de 1867, descreveu suas três categorias universais de toda a experiência e pensamento.

"A divisão e classificação dos signos elaborada por Peirce vai basear-se inteiramente no seu esquema categorial. A semiótica explorará as potencialidades da relação triádica – e notemos que Peirce, mesmo quando apenas fala de categorias, apresenta sempre como exemplo ideal de relação triádica o modo de funcionamento do signo, concebendo toda a semiose a partir dela. As classificações dos diferentes tipos de signo serão deduzidas a priori a partir da categoriologia[36], formando conjuntos de tríades sofisticados e complexos. É pela aplicação das categorias a cada um dos elementos do signo – ou tricotomização – ao 're-presentamen', objecto, e interpretante, que se derivarão os tipos e qualidades de signo, num processo que terá de resultar triádico, e segue o seguinte esquema: se se considerarem os casos em que por exemplo o interpretante é um Primeiro, um Segundo, ou um Terceiro, obtêm-se três tipos distintos de signo, rema, dicissigno ou argumento." (Fidalgo & Gradim, 2004, p.141)

O sociólogo e filósofo Umberto Eco, no seu livro '*Tratado Geral da Semiótica*' publicado pela primeira vez em 1976, fala do sujeito humano como actor da prática semiótica e

[36] O termo categoriologia não consta no dicionário da língua portuguesa (Portugal), no entanto, segundo os autores, o termo refere-se ao estudo das categorias ou classes de signos e suas relações.

atribui-lhe um papel essencial base do "*trabalho de produção de signos [que] constitui uma forma de crítica social*" (Eco, 2000, p.421)

Entenda-se como signos todos os elementos que representam algum significado e sentido para o indivíduo podendo abranger linguagens de verbais ou não. A busca por um entendimento pleno de como o ser humano interpreta o seu espaço e como atribui significado aos elementos deste mesmo espaço é o objecto de estudo da disciplina, logo, os seus objectos de estudo consistem em qualquer tipo de signo social e de qualquer âmbito podendo referir-se às artes, religião, entre outros. Isto faz com que a todos os objectos que tenham uma representação mental para os indivíduos sejam um signo e como tal, sujeitos a serem analisados semioticamente.

"*Um signo, ou 'representamen', é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém.*" (Peirce. 2005. p45)

Os estudos do filósofo Charles Sanders Peirce assentaram na relação entre objectos e o sujeito, em particular, o pensamento. Esta relação pressupõe a existência de signos, que desempenhando um papel de tradutores da realidade, são de diversas naturezas e influências. Pierce definia um signo como algo em dois campos relacionados: o primeiro, é assim determinado por um objecto e o segundo, determina uma ideia na mente de uma pessoa. Um signo teria assim uma relação triádica com o seu objecto e com seu interpretante". No contexto da semiótica, em particular na segunda tricotomia, Peirce listou três formas de um signo mediar os significados, ícone, índice e Símbolo.

> *"Um Ícone é um signo que se refere ao Objecto que denota apenas em virtude de seus caracteres próprios, caracteres que ele igualmente possui quer um tal Objecto realmente exista ou não."*
>
> *"Um Índice é um signo que se refere ao Objecto que denota em virtude de ser realmente afectado por esse Objecto."*
>
> *"Um Símbolo é um signo que se refere ao Objecto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de ideias fgerais que opera no sentido de fazer com que o Símbolo seja interpretado como se referindo aquele Objecto."*
> *(*Peirce*. 2005. P52)*

Então, em termos gerais, o signo é uma representação de algo a que atribuímos valor, significado ou sentido, uma entidade que é portadora da mensagem ou de um fragmento dela. O sentido, por outro lado, é a compreensão de algo, formada através de um estímulo físico que gera entendimento, acontece unicamente através da relação construída entre o "eu" e o "outro/algo"

Cada signo é uma unidade dicotómica, composta pelo significante (em latim *signans*), quer dizer alguma forma física, e pelo significado (*signatum*), quer dizer referente exterior. Para além dessa condição os signos podem ser divididos em duas categorias designadas como, signos arbitrários e signos miméticos. Os primeiros são aqueles cuja forma não guarda nenhuma relação visível com o seu referente, ou seja, funcionam dentro da convenção que os estabelece. Os segundos, baseiam-se no princípio de mimese, ou seja, guardam uma relação exterior com o seu referente. Como exemplo ilustrativo, a imagem do fogo é considerada um signo mimético ao passo que a palavra "fogo" é um signo arbitrário.

A Experiência Sígnica

Considerando tudo aquilo que se força sobre nós, impondo-se ao nosso reconhecimento, e não confundindo pensamento com pensamento racional. Pierce concluiu que tudo

o que parece a consciência, assim o faz numa gradação de três propriedades que correspondem aos três elementos formais de toda e qualquer experiência.

Essas categorias foram denominadas:

- Qualidade;
- Relação;
- Representação.

'O signo em si ('representamen') seria o representante que transmitiria a ideia do objecto representado ao interpretante, não a pessoa em si, mas o conjunto de pressupostos e percepções do receptor.

Interessando na apreensão da realidade, Pierce propôs que havia três categorias básicas entre elementos que resumiriam todas as outras relações. Essas categorias seriam a primeiridade (monádica), a secundidade (relação diádica) e a terceiridade (a relação triádica).

A primeiridade formaria o novo, a possibilidade, a qualidade de um ser que não teria existência por si só, sem referência a outro ser, sendo, portanto, abstracto.

> *Primeiridade - a qualidade da consciência imediata é uma impressão (sentimento) 'in totum', invisível, não analisável, frágil. Tudo que está imediatamente presente à consciência de alguém é tudo aquilo que está na sua mente no instante presente. O sentimento como qualidade é, portanto, aquilo que dá sabor, tom, matiz à nossa consciência imediata, aquilo que se oculta ao nosso pensamento. A qualidade da consciência, na sua imediaticidade, é tão tenra que mal podemos tocá-la sem estragá-la.*
>
> *Nessa medida, o primeiro (primeiridade) é presente e imediato, ele é inicialmente, original, espontâneo e livre, ele precede toda síntese e toda diferenciação.*
>
> *Primeiridade é a compreensão superficial de um texto (leia-se texto não ao pé da letra; ex.: uma foto pode ser lida, mas não é um texto propriamente dito).*

Da sua negação, oposição, semelhança e contraste com outro, estabelecia-se a secundidade, a própria relação, a qual assume função e existência.

> *Secundidade - a arena da existência cotidiana, estamos continuamente esbarrando em factos que nos são externos, tropeçando em obstáculos, coisas reais, factivas que não cedem ao sabor de nossas fantasias. O simples facto de estarmos vivos, existindo, significa, a todo o momento, que estamos reagindo em relação ao mundo. Existir é sentir a acção de factos externos resistindo a nossa vontade. Existir é estar numa relação, tomar um lugar na infinita miríade das determinações do universo, resistir e reagir, ocupar um tempo e espaço particulares. Onde quer que haja um fenómeno, há uma qualidade, isto é, sua primeiridade. Mas a qualidade é apenas uma parte do fenómeno, visto que, para existir, a qualidade tem que estar encarnada numa matéria. O facto de existir (secundidade) está nessa corporificação material. Assim sendo, Secundidade é quando o sujeito lê com compreensão e profundidade de seu conteúdo. Como exemplo: "o homem comeu banana", e na cabeça do sujeito, ele compreende que o homem comeu a banana e possivelmente visualiza os dois elementos e a acção da frase.*

Por fim, a terceiridade representaria uma generalidade.

> *Terceiridade - primeiridade é a categoria que dá à experiência sua qualidade distintiva, seu frescor, originalidade irrepetível e liberdade. Secundidade é aquilo que dá à experiência seu carácter factual, de luta e confronto. Finalmente, Terceiridade corresponde à camada de inteligibilidade, ou pensamento em signos, através da qual representamos e interpretamos o mundo. Por exemplo: o azul, simples e positivo azul, é o primeiro. O céu, como lugar e tempo, aqui e agora, onde se encarna o azul é um segundo. A síntese intelectual, e laboração cognitiva – o azul no céu, ou o azul do céu -, é um terceiro. A terceiridade, vai além deste espectro de estrutura verbal da oração.*

Ou seja, o indivíduo conecta à frase a sua experiência de vida, fornece à oração, um contexto pessoal. Pois "o homem comeu a banana" pode ser ligado à imagem de um macaco no zoológico; à cantora Carmem Miranda; ao filme King Kong; enfim, a uma série de elementos extra-textuais.

Quadro 02 - A Experiência Sígnica

Primeiridade	**Secundidade**	**Terceiridade**
É o modo de ser daquilo que é tal como é, sem referência a qualquer coisa.	**É o modo de ser daquilo que é tal como é, em relação a qualquer outra coisa.**	**É o modo de ser daquilo que coloca em relação recíproca um primeiro e um segundo…**
Pura qualidade de sentimento. "A mera qualidade em si mesma da vermelhidão, sem relação com nenhuma outra coisa, antes que qualquer coisa no mundo seja vermelha".	É a nossa consciência que reage constantemente com o mundo. "[...] a qualidade *sui generis* do vermelho no céu de um certo entardecer de Outubro".	…"numa síntese intelectual [...] pensamento em signo". Primeiro: o simples e positivo azul Segundo: o céu onde se encarna o azul Terceiro: a síntese intelectual "o azul do céu".
Momento de suspensão do pensamento. A consciência aberta para aquilo que a ela se apresenta.	Momento da surpresa, do choque, do conflito.	

Esses atributos estariam presentes no sistema do signo como primeiridade > ícone, secundidade > índice, e terceiridade > símbolo, bem como no sistema semiótico de signo, objecto e interpretante.

Numa breve analogia, o amarelo (categoria de primeiridade) não pode ser definido, mas em sua categoria de secundidade pode ser definido como em "amarelo-canário" e finalmente, o que é interpretado como amarelo é a terceiridade, que pode ser aplicada de forma generalizada.

As relações sígnicas.

Signo em relação ao 'representamen':

Quali-signo: uma qualidade que é signo – diz respeito às suas características que menos o particularizam. Ex.: as cores, os materiais, a textura, o acabamento.

Sin-signo: é o aspecto do signo que já o particulariza e individualiza como ocorrência. Ex.: sua forma, suas dimensões.

Legi-signo: é como as conversões e as regras, os padrões. Ex.: aplicações de perspectiva, atendimento as normas.

Signo em relação ao Interpretante:

Rema: há uma imprecisão de sentido, uma sensação, uma indeterminação, que se dá no instante inicial de contato com o novo – um certo espanto, uma surpresa, uma indefinição.

Dícente: se dá por particularizações interpretativas, afirmações.

Argumento: há a precisão, rigor científico, o caráter inequívoco. Nele estão regras precisas, fundamentadas, e não refutadas.

Signo em relação ao Objecto:

Ícone: a representação se dá por semelhança, por meio de analogia.

Índice: a representação se faz por meio de marcas. A relação é de causalidade.

Símbolo: a relação se dá por convenção, é determinada por princípios pré-existentes.

Com estas três categorias, seria possível desdobrar cada elemento de forma multiplicadora. Peirce sintetizou em dez classes de signos, os nove signos resultantes do quadro abaixo, mais o signo em si.'

Quadro 03 – "Dez classes de signos". Fonte (ALVES, 2016)

	'Representamen' signo em si mesmo	**Objecto** signo com seu objecto	**Interpretante** signo com seu interpretante
Primeiridade	***Quali-Signo*** Qualidade Possibilidade Sentimento	***Ícone*** Semelhança	***Rema*** Relação mental de semelhança Termo
Secundidade	**Sin-Signo** Realidade Actualidade Existente Sensação	**Índice** Conexão Referência	**Dicente** Contexto, fatos, proposição Confirmação do objeto
Terceiridade	**Legi-Signo** Lei Ideia Lógica	**Símbolo** Abstração Representação Hábito	**Argumento** Forma-lógica Dedução Validado pelos signos da lei

Considerando o objecto desta tese, interessa-nos abordar o signo na relação com o seu objecto, ou seja, como Ícone, Índice e Símbolo.

Nesse sentido tomemos o fogo como signo:

Na sua versão como 'Ícone', ou seja, um signo cuja forma corresponde àquilo a que ele se refere, ou seja, é semelhante ao que representa. São os mais fáceis de serem reconhecidos, logo, uma imagem do fogo lembra, imediatamente, o fogo em si. Já como 'Índice', ou "signo natural", é um signo que é casual ou estatisticamente relacionado àquilo a que ele se refere e que não é produzido de maneira intencional. Têm uma relação contínua com o que representam associando uma coisa a outra através da experiência adquirida. Nesse sentido, seguindo o exemplo anterior, o fumo indica que há fogo, mas não é o fogo em si. Um 'Símbolo', também chamado de "signo convencional", é comum às formas naturais de linguagem. É um signo cuja forma não tem qualquer correspondência directa com aquilo que ela se refere e que não indica necessariamente sua presença quando ele é utilizado. Para compreender um símbolo é necessário aprender o que significa. Por exemplo: a palavra 'Fogo' não se parece com o fogo e pode estar escrita em algum lugar onde não exista fogo.

Quadro 03 – Experiência e Relações Sígnicas

EXPERIÊNCIA SÍGNICA	RELAÇÕES SÍGNICAS
PRIMEIRIDADE: em que predomina o caráter qualitativo, pré-reflexivo, sensível.	**ÍCONES** (signos que possuem relação de semelhança entre significante e significado, como a imagem de um automóvel)
SECUNDIDADE: categoria da experiência, onde a relação de causa acidental, fortuita, experimentada,constrói a dimensão segunda, que se apóia na primeira.	**ÍNDICES** (signos que apresentam uma relação de contiguidade entre significante e significado, como as pegadas, que indicam a passagem de uma pessoa num local)
TERCEIRIDADE: é o lugar da regra, da lei, da convenção, da ciência, da previsão, do controle.	**SÍMBOLOS** (signos onde a relação entre significante e significado é socioculturalmente definida, como as palavras)

Os signos urbanos

Os estudos do filósofo Charles Sanders Peirce assentaram na relação entre objectos e o sujeito, em particular, o pensamento. Esta relação pressupõe a existência de signos, que desempenhando um papel de tradutores da realidade, são de diversas naturezas e influências. Pierce definia um signo como algo em dois campos relacionados: o primeiro, é assim determinado por um objecto e o segundo, determina uma ideia na mente de uma pessoa. Um signo teria assim uma relação triádica com o seu objecto e com seu interpretante". No contexto da semiótica, em particular na segunda tricotomia, Peirce listou três formas de um signo mediar os significados, ícone, índice e Símbolo.

Ao fazer a interpretação e adaptação dos conceitos propostos por Peirce para um contexto em que o objecto de análise seja o espaço urbano poderemos olhar para cada um deles e categorizá-los como tal.

Assim sendo:

Um 'Ícone Urbano' seria um parâmetro com relação de semelhança com o objecto. No contexto urbano, uma casa, ou uma rua são exemplos. Elementos morfológicos seriam ícones urbanos. Não existem limitações para o ícone urbano pois todos os utentes do espaço os reconhecem e o que poderá influenciar seria a expressão visual do elemento o que não se aplica neste caso, visto que uuma rua é sempre uma rua, ou uma edificação é sempre uma edificação.

Um 'Índice Urbano' seria um parâmetro cujo signo possua uma relação de causalidade sensorial indicando seu significado. Neste caso, o significado depende da construção cultural do indivíduo pois nem sempre será tão óbvio como o fumo ser índice da existência de fogo.

Um 'Símbolo Urbano' será uma relação puramente convencional entre o signo e seu significado. O símbolo é explicado '*ad infinitum'* por outros referentes, sendo que neste caso, tal como os índices, o conhecimento do indivíduo sobre esses contextos é essencial. Alguns símbolos urbanos são não necessariamente físicos, ou sendo físicos não são necessariamente obra humana. Equivalente ao que acontece na linguística, onde as palavras são símbolos, no contexto da cidade, os símbolos são os elementos que constituem o espaço urbano e constroem uma linguagem que comunica somente com os seus intérpretes culturais.

Etno-filosofia

Filosofia

O entendimento comum que se tem acerca da filosofia parte da antiguidade clássica com Pitágoras, Sócrates e mesmo Platão, que atribuem à palavra - *filo* (amizade) e *sofia* (sabedoria) - o significado de "o amigo ou o amante da sabedoria". Então, a busca pelo conhecimento é um móbil que se aplica a toda a realidade para a qual é essencial uma atitude crítica em relação às ideias e às coisas com o propósito de concretizar um conhecimento fundamentado.

Outras explicações...
Para Platão "a filosofia tem um fim prático, moral; é a grande ciência que resolve o problema da vida. Este fim prático realiza-se, no entanto, intelectualmente, através da especulação, do conhecimento da ciência."
(buscar fonte)

Desde a sua origem, que sobre a filosofia recai um véu de subjectividade pelo facto de ter como objecto de estudo a totalidade, o absoluto das coisas, a razão do conhecimento. Este paradoxo onde vive a filosofia tem um contraponto, a ciência, *episteme*. O autor brasileiro Emanuel Isaque Cordeiro da Silva faz uma abordagem acerca da diferença entre estas duas ciências a partir da sua etimologia.

> *"Episteme é a ciência, mas entendida não como um conjunto de verdades, mas como um hábito intelectual demonstrativo. O sujeito que possui essa qualidade tem a facilidade de demonstrar com rigor e precisão suas afirmações, ele pode basear sua tese, isto é, ele dá as causas do que ele detém.*
>
> *Sofia, por outro lado, é a sabedoria que o filósofo ama (filos: que ama; sofia: sabedoria) e consiste em uma conjunção de episteme (verdade suprema) e nous (razão). A Filosofia, portanto, inclui também a episteme ao hábito demonstrativo, mas acrescenta outra coisa: o nous. Nous é o hábito intuitivo dos primeiros princípios; é a qualidade mental (virtude intelectual, diz Aristóteles) pela qual um sujeito tem a facilidade para voltar de uma forma intuitiva para os primeiros princípios que servem como base para toda a demonstração e base de uma determinada tese por ele refutada. Portanto, a sofia, na medida em que contém a episteme, participa do rigor científico e, na medida em que contém o nous, aprofunda-se aos primeiros princípios. Logo, chegamos a semelhança e a diferença entre a ciência e a Filosofia. O filósofo é, então, um cientista que investiga as causas e os primeiros princípios."*
>
> *(Silva, 2019)*

Aí vamos incidir na diferença que existe entre ciência e filosofia. Por um lado, temos a ciência que assenta em *juízos de realidade*, ou seja, maior objectividade e por outro lado temos a filosofia que assenta em *juízos de valor*, ou seja, vai além das comprovações científicas, não vê apenas o "como", mas o como "deveria ser", julgando o valor do conhecimento e da acção, buscando o significado e dando sentido à experiência.

Etno-filosofia

Embora a tradição filosófica seja mais conhecida no contexto dos povos ocidentais e orientais, interessa-nos para efeito do desenvolvimento da tese abordar a filosofia africana.

Partindo do princípio supracitado de que a filosofia inclui o *episteme* e o *nous* na construção da sabedoria, então o seu entendimento sobre as ideias e coisas é um dos aspectos essenciais para a melhor compreensão das dimensões existenciais que afectam o comportamento dos indivíduos em todos os campos, inclusive o urbano. Este entendimento sobre a filosofia africana levanta algumas questões essenciais, que mesmo de forma superficial, merecem ser mencionadas. A primeira e talvez única seja a sua existência facto que levou o filósofo sul-africano, Mogobe Ramose (1945) a abordar esta questão dizendo que:

"Os conquistadores do continente Africano, durante as injustas guerras de colonização, se arrogaram a autoridade de definir filosofia. Eles fizeram isto cometendo epistemicídio[37], ou seja, o assassinato das maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados. O epistemicídio não nivelou e nem eliminou totalmente as maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados, mas introduziu, entretanto, - e numa dimensão muito sustentada através de meios ilícitos e 'justos' - a tensão subsequente na relação entre as filosofias africana e ocidental em África" (Ramose, 2011)

Na sequência desta afirmação o pleno conhecimento acerca das prácticas socio-culturais, do homem no continente africano onde se incluem as urbanísticas, em particular onde tais práticas (epistemicidas) tenham tido maior expressão se afirma essencial. No ano de 1978 o filósofo Queniano Henry Odera Oruka (1944 –1995) apresenta o artigo 'Four trends in current African philosophy' publicado mais tarde pela Steiner editora em 1981. Este trabalho foi seminal para a compreensão da filosofia no continente africano com uma proposta de categorização em quatro correntes; Etno-filosofia, Filosofia da Sagacidade, Filosofia nacionalista-ideológica uma forma de filosofia política, Filosofia profissional. Ao longo da sua obra foram identificadas mais duas categorias; a filosofia literária/artística, e a filosofia hermenêutica. (Maluleka, Mathebula 2022)

Este ponto de partida foi essencial para a sistematização do pensamento filosófico no continente, permitindo agrupar e analisar a produção de múltiplos autores, com visões continentais, diaspóricas e outras à luz de princípios e objectos de estudo comuns às seis categorias.

Henry Odera Oruka constrói o conceito de 'Etno-filosofia Africana' a partir de dois aspectos essenciais, a emoção e a comunidade. Considera ainda como fragilidade o facto de ela (etno-filosofia) derivar dos aspectos não críticos da tradição africana, ou seja, "crenças e actividades do tipo encontradas nas religiões, lendas, contos populares, mitos, costumes, superstições, etc." (Oruka, 1981).

Segundo o livro "Filosofia e Consciência Negra: Desconstruindo o Racismo", a problematização do segundo capítulo dedicado à filosofia africana e latino-americana, os autores brasileiros Rodrigo Marcos de Jesus, Edson Negri e Juarid Cândido abordam a etno-filosofia como uma corrente que "procura apresentar a coerência e o conjunto das cosmovisões tradicionais africanas, […]. A etno-filosofia concebe o pensamento africano tradicional como filosófico e utiliza o método etnográfico para realizar suas pesquisas." (Jesus, Negri e Cândido. 2018, p 41.). Equivalente às demais sub-correntes, a etno-filosofia apresenta a tendência para a construção de um pensamento colectivo cujos elementos filosóficos se manifestam de forma diversa e em todos os aspectos da cultura dos indivíduos.

A estrutura disciplinar da etno-filosofia é essencial para a compreensão de como a cosmovisão seda análise feita ao cosmograma 'Dikenga dya Kongo' (Capítulo 3) que representa a cosmovisão dos baKongo e de onde se sustenta a base de representação sígnica dos elementos urbanos no contexto dos musseques.

O espaço social é de natureza imaterial pois refere-se aos vínculos que traçam as relações entre os indivíduos e a sociedade e que produzem o tecido social. Neste contexto, a percepção os signos desse espaço são um fenómeno comum aos indivíduos que participam desse colectivo social.

[37] O epistemicídio é, em essência, a destruição de conhecimentos, de saberes, e de culturas não assimiladas pela cultura branca/ocidental. É um subproduto do colonialismo instaurado pelo avanço imperialista europeu sobre os povos da Ásia, da África e das Américas.

Estes formatos de representação e apropriação, ainda são uma realidade em contextos rurais. Nas cidades, onde a construção do espaço urbano não é fundamentada em valores simbólicos sagrados, o caso africano ainda tem o facto da escravatura e da colonização terem forçado a perda desses significados a partir dos processos civilizatórios da população negra. As representações populares do imaginário tradicional, ou não contém os significados originais ou até mesmo os adulteram.

No entanto, quer essas representações contenham ou não os significados originais, o facto é que são comuns aos cidadãos. Nesse contexto, não sendo uma sacralização do território, é uma representação simbólica que cria identidade e substitui esse papel. Dessa maneira, todas essas representações sustentam a forma do território denominado informal.

Filosofia e Forma: a relação entre o pensamento e o espaço

> *"The four categories of African philosophy are: Muntu (human being), Kintu (thing), Hantu (place and time), Kuntu (modality.)" (Negedu, 2004)*

Na introdução ao pensamento filosófico Bantu, existem quatro formas, materiais e simbólicas, ligadas à força do universo (*Ntu*), nomeadamente, *muntu* (classificação para seres dotados de inteligência), *kintu* (classificação para coisa, desprovida de inteligência), *kuntu* (modalidade que abriga qualidades subjetivas modificadoras de outras qualidades como a inteligência) e hantu (categoria classificatória de lugares). No pensamento africano um lugar é definido com relação a um tempo. A categoria espaço - tempo forma um binômio produzido pela classificação em *Hantu*. As palavras ligadas aos pontos cardeais, aos espaços geográficos ou a descrições do tipo mapas estão presentes nesta categoria. Mas também ontem, hoje e amanhã. Manhã, tarde, entardecer, noite e amanhecer. "*Hantu é a qualidade de energia da localização espacial, temporal e o movimento de mudanças*". (Cunha Júnior. 2010, p.35)

Nessa senda, a organização do espaço a partir de valores cosmogónicos tem um valor essencial para a qualidade dos mesmos, por analogia, o *Feng Shui* (vento e água) como prática milenar destinada a encontrar a harmonia do Homem com o ambiente, tem as suas raízes na cosmovisão chinesa que considera a tríade Homem - Terra - Céu responsáveis por tudo o que nos rodeia.

Segundo André Cordoz, a existência de uma ordem do mundo e consequentemente a sua manutenção por parte das sociedades mais tradicionais deriva do facto do território ser "*um corpo vivo, de natureza divina, ao qual se rende culto. Algumas das suas partes podem gozar de um estatuto especial que as sacraliza*." *(Corboz, 2004)*

O processo de sacralização do território é, segundo Cordoz "*anterior ao conceito de nação como conjunto orgânico e chega a substituí-lo por vezes*." (Corboz, 2004) No entanto, o desenvolvimento da sociedade, em particular com o advento da industrialização fez perder a importância desses processos sociais de apropriação, transformando os seus valores essenciais em matéria de ironia e alvo permanente de crítica e desvalorização.

No universo do continente africano, a sacralização do território é ainda hoje um fenómeno que ocorre em diversas vertentes. Desde a construção da casa até à organização do espaço urbano, existem fundamentos antropomórficos, totémicos e cosmológicos que reflectem um processo de apropriação do espaço que inicia na filosofia cultural de cada povo, passa pelos processos de construção e termina na ocupação e vivência do lugar. O espaço transforma-se então num microcosmos simbólico do entendimento cosmológico e nesse processo, o território é o instrumento que permite ao homem a proximidade com as divindades.

A Filosofia que, de uma forma teorética, se preocupa com a origem, auxilia a busca de sentido e significado da forma do espaço, que se foi perdendo por priorizar os discursos sobre os seus objectos e não nas relações significantes por eles estabelecidas.

Em síntese, percebermos o *habitat* humano a partir da lente da subjectividade ou a partir das concretizações objectuais da realidade e que nos distancia do verdadeiro significado do espaço. O que propomos é a confluência que permita compreender o seu lugar no mundo.

2.2.2 Representação e Significação do Espaço Social Bantu

Espaço urbano como um sistema de signos

O Espaço geográfico

O espaço é simultaneamente, absoluto, relativo ou relacional. Absoluto no sentido em que tem existência material, relativo porque depende da relação com outros objectos e relacional porque contém e que está contido nos objectos.

No contexto da geografia, o autor Milton Santos diz que "*o espaço é acumulação desigual de tempos*"(Santos, 1982), introduzindo o binómio espaço-tempo como categorias indissociáveis, permitindo-nos interpretá-lo como coexistência de tempos. Assim, a geografia, trabalha o conceito de espaço recorrendo a conceitos operacionais como território, paisagem, lugar e ambiente.

A paisagem

A paisagem, na perspectiva clássica, estava restrita à forma, ao alcance da possibilidade visual, já na perspectiva contemporânea, a geografia considera a paisagem como sendo um fenómeno para além da forma, um *"(...) conjunto das interacções homem e meio*" (Troll, 1997). Este conjunto continha em si dupla dimensão, a da forma com todas as suas configurações físicas e a da funcionalidade como resultado da interacção de factores como a economia e a cultura. Ou seja, a paisagem vai para além do visível e aplica-se quer a contextos de paisagens naturais ou culturais, sendo no último caso as que resultassem de interacção com seres humanos. Embora a paisagem contenha a dupla dimensão de forma-funcionalidade essa relação não é necessariamente uma relação de causa-efeito, mas sim um processo de constituição e reconstituição de formas na sua conjugação com a dinâmica social. Assim, a paisagem pode ser entendida como a materialização das condições sociais de existência diacrónica (sucessivas no tempo) e sincrónicas (ao mesmo tempo).

O território

O território é um conceito melhor compreendido no contexto político, definido e delimitado a partir de relações de poder, da ideia de apropriação de uma parcela geográfica que seja por um indivíduo ou comunidade. Numa abordagem mais contemporânea, segundo Marcelo José Lopes de Souza no ensaio intitulado 'O território; sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento' afirma que os "territórios são no fundo relações sociais projectadas no espaço" (Souza, 1995), e por consequência, estes espaços concretos podem formarem-se ou dissolverem-se de modo muito rápido, podendo ter existência regular, porém periódica, podendo o substrato material permanecer o mesmo. O território é todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações sociais (de poder/prevalência ou não), podendo ser contíguo ou fragmentado.

O Lugar

Lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através "de um quotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições–cooperação e conflito são a base da vida em comum"(Milton Santos, 1997). Como conceito remete-nos para a reflexão

de nossa relação com o mundo, A dimensão da existência, do espaço vivido, identifica-se esta perspectiva com a nossa corporeidade e, a partir dela, o nosso estar no mundo, no caso, a partir do lugar como espaço de existência e coexistência. É nesta perspectiva que Milton Santos se refere ao lugar, dizendo que:

> *"no lugar, nosso próximo, se sobrepõe, dialecticamente ao eixo das sucessões, (que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando definitivamente), as noções e as realidades de espaço e tempo". (Santos, 1997)*

O lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado no qual está integrado. Ele faz parte do seu mundo, dos seus sentimentos e afeiçoes; é o "*centro de significância ou um foco de acção emocional do homem*". O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afectiva para uma pessoa ou grupo de pessoas.

Ambiente

Em geral, o ambiente consiste no conjunto das substâncias, circunstâncias ou condições em que existe determinado objecto ou em que ocorre determinada acção. Este termo tem significados especializados em diferentes contextos. Segundo o geógrafo sino-americano Yu-Fu Tuan (1930 – 2022) no seu ensaio 'Space and Place: Humanistic Perspective' diz que, ambiente remete para *"(…)as condições sob as quais qualquer pessoa ou coisa vive ou se desenvolve; a soma total de influências que modificam o desenvolvimento da vida ou do caráter". (Tuan, 1975)*, quer sejam elementos naturais como também culturais. Nesta perspectiva, o ambiente pode ser lido como algo externo ao homem, cuja preocupação seria estudar o funcionamento dos sistemas naturais. Segundo (Aliata e Silvestri, 1994 apud Suertegaray, 2001) ambiente, contrapõe-se à paisagem, embora esta também tenha se transformado no tempo, tendo sido apropriada por outras definições como meio, habitat e ecossistema, todas elas designando o mundo exterior ao homem. O ambiente por inteiro como se refere, implica em privilegiar o homem como sujeito das transformações, no entanto, observar que na actualidade, geógrafos compartilham de conceitos diferentes pois no contexto dessa disciplina o ambiente difere da Ecologia, porque nele o homem se inclui não como ser naturalizado, mas como um ser social produto e produtor de várias tensões ambientais.

O espaço, encerrado pelas suas categorias, é um produto definido pelo resultado dos processos de ocupação e transformação resultantes das acções que o indivíduo nele imprime ao longo dos tempos, quer sejam físicas, sociais com significados emocionais e culturais que afectam a percepção dos indivíduos que tenham contacto com ele. Esta sobreposição de informações e consequentemente de significações faz com que a apreensão dos mesmos dependa do processo de conhecimento dos usuários, das suas experiências, vivências e memórias.

> "*Nesse sentido, Ferrara (2007) defende que na cognição, a percepção não está no objeto, mas no modo de pensar das pessoas. Isto é, a percepção ocorre por meio dos sentidos na formação do pensamento, e deste à construção de sentimentos, que proporcionam, dentre outros fatores, segurança, intimidade, conforto, fazendo as pessoas voltarem ou não a interagir naquele lugar.*" (Manziero & Bonametti.2013)

O espaço significante

Os espaços vividos pelo homem são ininterruptamente significativos. Nesse sentido, para viver na cidade (e não só) é necessário efectuar uma leitura do espaço, facto que só é concretizável a partir da organização do seu sistema, da disposição de cada um dos seus componentes. Este enredo de signos visuais geram uma semântica e sintaxe espacial ou também uma imagem da cidade (Lynch, 1999). A esse respeito, Lynch reconhece que a cidade é uma estrutura composta de unidades: nós, caminhos, marcos, arestas, vizinhanças. Assim, a forma urbana depende das relações associativas de cada um desses elementos,

graças aos quais eles foram gerados ao longo de múltiplas histórias que se reflectem na forma de qualquer assentamento humano. Assim, a descodificação urbana dependerá em grande medida das relações e distinções que os elementos urbanos e objectos arquitectónicos guardam, pelo que é necessária uma atitude activa por parte do leitor.

O autor escreve que o significado da paisagem para o observador pode ser "prático ou emocional" (Lynch 1999, 16), ou seja, para alguns uma rua pode ser vista simplesmente como um meio de comunicação, para outros pode significar um ponto de encontro, uma referência histórica ou mesmo um lugar emocional com referências positivas ou negativas.

Esta construção da imagem urbana faz dela (cidade) um texto escrito que se lê a partir da conjugação dos seus elementos, seus étimos, onde cada variação tem tanta importância como um acento ou uma vírgula.

Este discurso de analogia entre a escrita e as formas arquitectónicas pretende comparar os componentes do tecido, ruas, edifícios, praças, entre outros como palavras que estão sintagmaticamente ligadas uns com os outros formam frases ou ideias. Desta forma, a sintaxe de cada um destes elementos estruturais resulta em vários textos urbanos que se materializam numa zona industrial, num bairro habitacional. Ou seja, a partir da relação que existe entre cada componente urbano, é possível diferenciar um território de outro, e consequentemente as diferentes actividades sociais que nela se podem realizar.

O sociólogo e semiólogo francês Roland Barthes refere-se à cidade como "um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala aos seus habitantes..." (Barthes 1990: 342 *apud* Baltierra, 2020, p.35).

> *"As imagens do meio ambiente são o resultado de um processo bilateral entre o observador e o meio. O meio ambiente sugere distinções e relações, e o observador – com grande adaptação e à luz dos seu objectivos próprios – selecciona, organiza e dota de sentido aquilo que vê. […] Assim, a imagem de uma dada realidade pode variar significativamente entre diferentes observadores." (Lynch, 1999, p.16*

O espaço-texto é uma natureza que determina suas qualidades a partir da perspectiva da relação com o habitante, ao contrário da perspectiva moderna, que classificou o espaço a partir de sua função ou técnica. A construção cultural do espaço é baseada no tipo de leitura que a comunidade faz dele; ali, o espaço é considerado uma estrutura comunicante, é informação estruturada. Segundo Claval (2002), o sentido do espaço é dado pelas informações que ele contém:

> *"De certa forma, o espaço assemelha-se a um texto, pois é carregado de mensagens que, por vezes, lhe dão sentido. Aqueles que o modelam tentam traduzir suas perspectivas, sonhos e esperanças em realidade. Procuram também justificar a sua posição dominante, através da criação de paisagens de qualidade. Quem vive nos espaços assim criados aprende a lê-los, a decifrar as intenções de quem os concebeu e a criticá-los. Eles interpretam o que está diante de seus olhos, muitas vezes de maneiras inesperadas." (Claval 2002, pág.34 apud Castañeda 2021)*

A percepção do espaço varia dependendo dos indivíduos, da forma como o mesmo é utilizado e apropriado.

> *"A mensagem arquitectónica – especialmente quando entendida como mensagem de massa: o assentamento humano, a cidade – é endereçada, antes de mais nada, a não arquitectos, ou seja, a receptores e interpretantes cujo código principal não é o arquitectónico, mas que, no entanto (de maneira leiga, digamos), só podem absorver a mensagem descodificando-a, em primeiro lugar, segundo o código arquitectónico" (Pignatari. 2004, p.155)*

O tecido do musseque, como sujeito, é em si uma manifestação qualitativa da sua mensagem o que inclui informações codificadas (as normas que regem a utilização do espaço), linguagens e 'signagens' (visuais e comportamentais). O indivíduo que com ele se depara, se não for um habitante do mesmo, "lê" a mensagem transmitida a partir da utilização que ele fizer do espaço, recorrendo aos seus repertórios de conhecimento, na maioria dos casos em termos extra-código, ou seja, se um indivíduo for habitante do musseque, ou conhecer o código urbano da sua mensagem, compreenderá que uma lata de coca-cola no topo de um muro significa que naquela casa se vende o tal refrigerante.

> "É do confronto entre o repertório do emissor, ou de seu interpretante, corporificado na mensagem, e o repertório do receptor (confronto histórico e dialético, que permanece, mesmo depois que os emissores e receptores originais já tenham desaparecido há sécs. ou milénios) que flui o significado da arquitectura. Pode-se dizer que, à mensagem do emissor, o receptor retruca com uma contra mensagem, que, por sua vez, irá influenciar a emissão da próxima mensagem. À medida que a segunda vai deixando de operar (por carência de uso), a primeira se vai impondo, o signo utilitário passa à categoria de signo cultural, tornando-se, por assim dizer, mais e mais, signo" (Pignatari. 2004:156)

Um repertório não é somente um conjunto de reacções e relações inter-semióticas quantificáveis ou aferíveis directamente: ele inclui também um *qualis* constitutivo, ou, melhor, "confunde-se com um elemento estruturante qualitativo, responsável pela 'signagem', em seu mais amplo e profundo sentido – a 'signagem' que se identifica com a criação e coma ideologia." (Pignatari. 2004:157)

No contexto dos signos, o espaço urbano constitui um campo imenso de construção permanente de significados.

No fenómeno de compreensão do espaço dos musseques e das linguagens que o mesmo produz na relação entre o indivíduo e o ambiente construído e vivido. É importante traduzir as linguagens presentes para enveredar pelo caminho da compreensão de como se processa o pensamento na produção de significados aos indivíduos, a partir de suas interações com os componentes do espaço. Que variáveis estão implícitas, no pensamento para cada elemento que compõe o cenário do musseque.

Sendo possível encontrar uma linguagem não-verbal no espaço urbano, que terá tantas interpretações quantos indivíduos a 'lerem', que aspectos são comuns na formação do indivíduo para criar uma linguagem urbana própria da forma urbana do musseque, e que signos da paisagem estão na origem da formação de um território, nas suas categorias geo-antropológicas, ou seja, espaço, lugar,

Nas questões do entendimento dos signos sobre o espaço urbano "a semiótica não chama para si o estudo e o diagnóstico da arquitectura" a semiótica ajudará a compreender o fazer de um "arquitecto/comunidade" ela não penetra nas condições particulares da ciência arquitectónica e/ou urbanística. Sendo a semiótica uma meta-ciência, como tal o processo de compreensão do espaço urbano, o processo de comunicação humana no território não rouba o conhecimento das ciências afectas ao território. É uma ciência dialogante.

O espaço ancestral como representação do imaginário colectivo: antropomorfismo Dogon, Totemismo Lunda e Cosmologia Kongo

A representação do espaço é o início da sua apropriação e todos os seus elementos constituintes são simbólicos no sentido de que significam um determinado aspecto da filosofia cultural da sociedade que o produz. Temos no universo da arquitectura o paralelismo entre a edificação e o corpo humano, cujo caso da cultura Dogon é extraordinário. No contexto da representação totémica, o paralelismo entre a cidade e o animal encontra na cultura Lunda um dos expoentes máximos no continente. No que concerne a representação cosmológica, o simbolismo representativo na cultura Bakongo é significativo e o que nos interessa para efeito deste trabalho.

O espaço antropomórfico: o caso Dogon

A nação ancestral *Dogon está localizada na região ocidental do continente africano,* mais especificamente na República do Mali e cuja cultura material foi profusamente estudada pelo etnólogo francês Marcel Griaule (1898 – 1956). Publicado no final de 1948, o livro '*Dieu d'eau*' é produzido como a reconstituição escrita da cosmogonia ou metafísica Dogon – que o autor compara à da Grécia Antiga – consequencia da entrevista feita a um ancião, Ogotemmêli.

Conforme descrição "o universo Dogon espelha-se na arquitectura através de um desenho sexualizado e numerológico, que reflecte a sua cosmogonia" (Griaule, 1948). A aldeia deve se estender de norte a sul, como o corpo de um homem deitado de costas. O espaço é organizado em função da localização de 5 elementos do corpo humano: cabeça, torso, as mãos, sexo e pés. A cabeça é onde reside o chefe da aldeia, com significado religioso e administrativo por ser onde se reune o Conselho dos Anciãos. No torso localizam-se as habitações familiares. As mãos são as casas das mulheres, No sexo localizam-se os lugares de produção de alimentos e onde por princípio deveria estar o altar da fundação, imagem do sexo masculino, mas por respeito às mulheres é construído fora do recinto. No lugar dos pés, a sul, localizam-se os altares comuns. Esta organização reproduz-se à escala da casa, que repetem a forma e o conteúdo do corpo humano. (Fig. 02.22; Fig. 02.23)

> *"A casa é construída à imagem do homem: o próprio lugar onde se faz a comida representa o órgão respiratório e está situado sempre onde foi incrustado na parede, durante a construção, o fruto da planta nono (=perpétuo), enquanto que a cozinha é a cabeça. A entrada representa a vulva (o lugar onde se prepara a comida está situado no eixo cozinha/aposento central/ entrada)" (Pignatari, 2004, p.174)*

Espaço Totémico: o caso da Mussumba do Muatiânvua

A nação ancestral *Lunda também conhecido como Império da Lunda, foi uma confederação africana pré-colonial de estados no que é hoje a República Democrática do Congo, nordeste de Angola e noroeste da Zâmbia. Seu estado central estava em Katanga. O governante supremo, o Mwaant Yaav, ainda é reconhecido como o chefe de um "estado tradicional" nos estados supracitados.*

O historiador Isidore Ndaywel è Nziem descreve "A mussumba (capital) [era conhecida] como o acampamento de um exército instalado para passar a noite, com uma linha de frente, uma vanguarda, asas e um centro. O coração era ocupado pelo palácio real, onde residia o mwant Yav (imperador)…" (Ndaywel è Nziem, 2010, p.711)

Embora existam diversos relatos que referem a Mussumba a única descrição que existe sobre a capital Lunda provém dos escritos do explorador portugues do séc. XIX Henrique Augusto Dias de Carvalho cujo grande contributo para o urbanismo ancestral africano foi a descrição pormenorizada da Mussumba do Mwant Yamvua publicada em 1890 no livro "Ethnographia e historia tradicional dos povos da Lunda.Nele o autor referia que a

cidade era composta por povoações em numero elevado pertencentes à corte do soberano e cuja disposição obedecia a regras restritas.

> *"Se suppuzermos uma tartaruga projectada sobre o solo e contornarmos essa projecção por linhas rectas, obtemos a planta da mussumba, em que a cabeça é o logar a que se chama méssu (mësu 'olho'); cada um dos braços mucano (mukano 'boca'); a cauda, mazembe; cada um dos lados maiores macala (makala); e cada uma das pernas ambaia, sendo a da direita da Muari (primeira mulher do muatiânvua) e a da esquerda da Lucuoquexe (mulher que representa a mãe do primeiro muatiânvua quando enviuvou). A mussumba é traçada a preceito, pelo Muatiânvua, quando muda de sítio ou por qualquer outra circunstância. [...] A frente da mussumba é sempre virada para leste e a direção da rua principal é na linha E.-W." (de Carvalho, 1890, paginas 223 – 239)*

O autor Alfredo Margarido, na obra entitulada 'La capital de l'empire Lunda, un urbanisme politique' de 1970, não só destaca a Mussumba como uma extraordinária invenção humana como atribui à sua organização a classificação de urbanismo político pela disposição e representação dos espaços e sua distribuição. Os totens Lunda são a serpente e a tartaruga, protectores do estado Lunda (Margarido, Alfredo. 1970). O primeiro totem, a serpente cósmica denominada de Chinawezi, para o povo Lunda, governa a terra e as águas (*Lynch &Roberts.2010).* Este totem é representado de forma consequente, a partir de quem o domina, o M*want Yav*[38]*, o fundador do império Lunda e cujo nome significa literalmente, ,"o senhor da serpente". O segundo totem, a tartaruga, é representado pela* Mussumba*,* designação do palácio do Mwant Yav, localizado no coração da Capital do Império Lunda, onde residia o rei e a sua corte. A tartaruga é um animal mítico e representativo da sabedoria Lunda, significado transversal na mitologia Bantu onde também é conhecido como *kudu. (Harold Scheub. 2002)*.

Na cosmovisão Lunda este espaço rico em significados a par de outros factores da cultura Lunda é inspirado na tartaruga leopardo (*Stigmochelys pardalis*). O desenho da Mussumba com fundamentos políticos, respeita princípios como hierarquia e representatividade. Este urbanismo político, no ensaio de Alfredo Margarido, determinava a localização dos membros da Mussumba em função da sua representação hierárquica bem como a organização do espaço correspondia à importância e significado das partes do corpo da tartaruga. Por exemplo, o lugar da cabeça, *Messu*, era destinado ao *Mwant Yav* e os demais membros da corte ocupariam o seu espaço específico na Mussumba.

[38] *O nome yav deriva de um termo Ruund arcaico que significa víbora (a víbora do Gabão)*

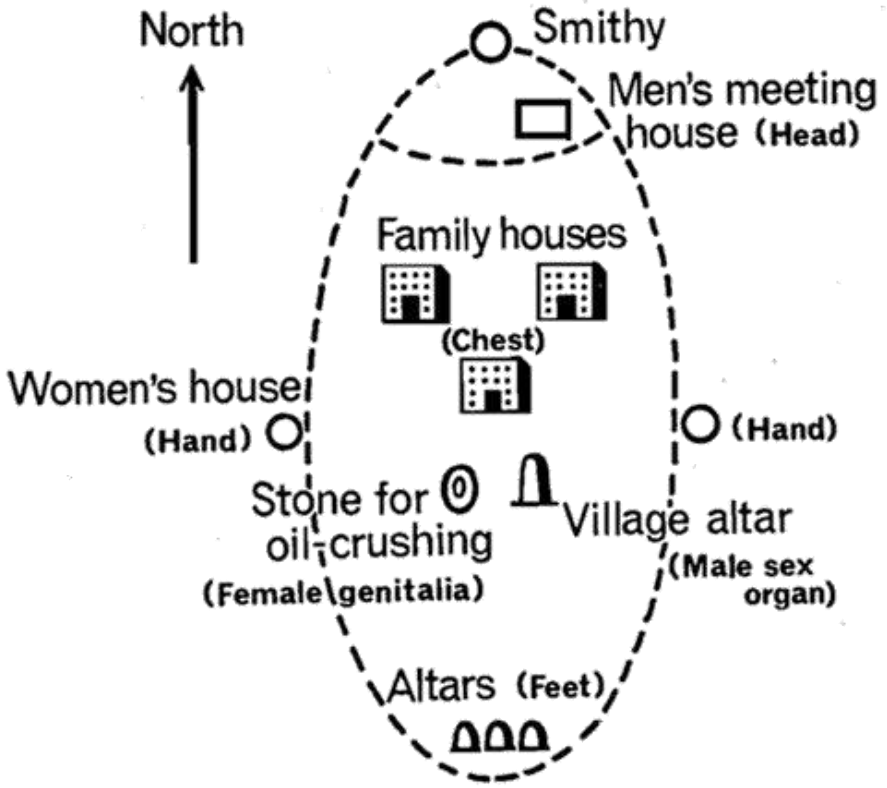


Fig. 2.28

Diagrama de uma vila Dogon.

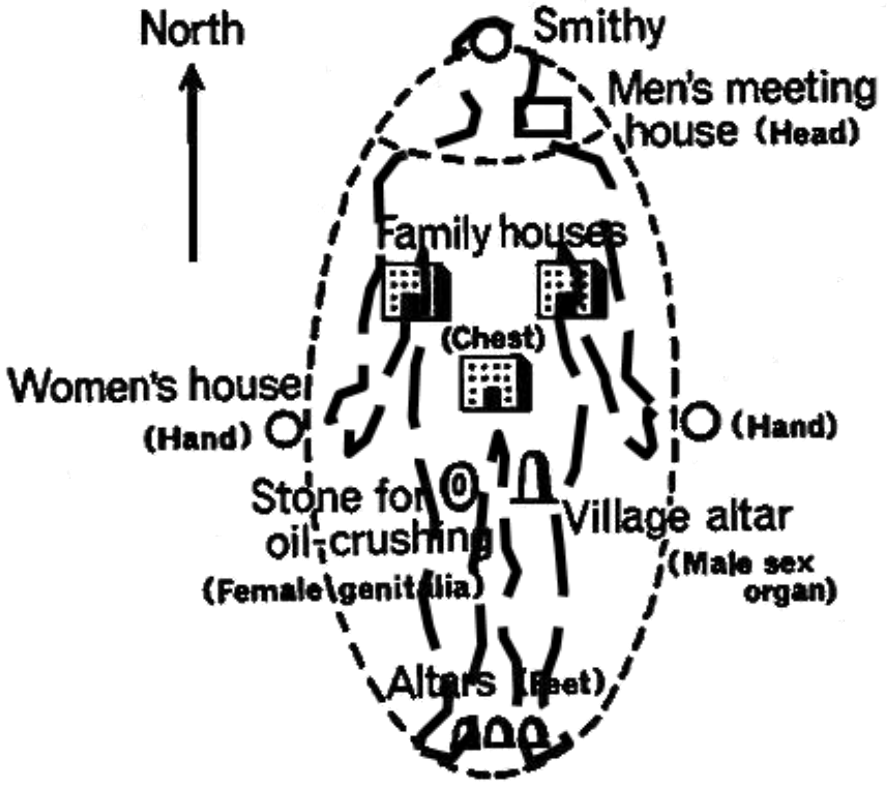


Fig.2.29

Diagrama de uma Vila Dogon em correspondência com o corpo humano

Fig. 2.30

Mussumba do *Mwant Yav*

Cidade Capital do Estado Lunda desenhada de acordo com a configuração da tartaruga.

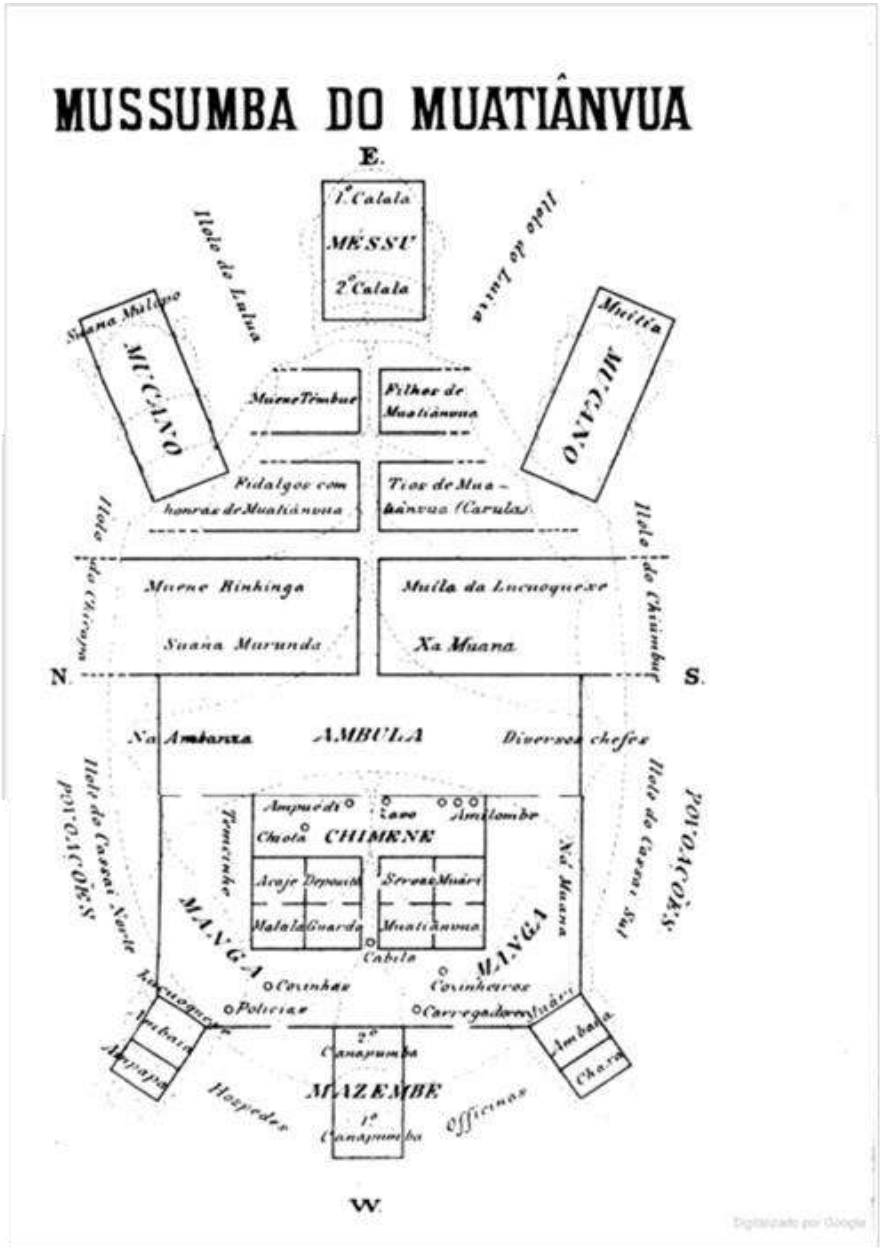
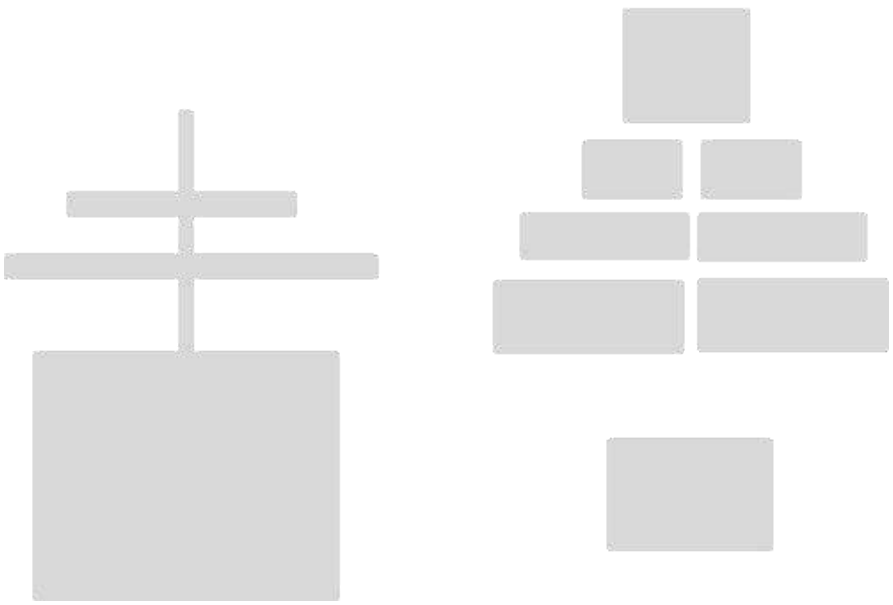


Fig. 2.31

Mussumba do *Mwanta Yamvu*

Diagrama do espaço público (esq.)

Diagrama do espaço privado (dir.).



2.3 Musseques: Conceitos, Tipologias e Habitação

2.3.1 Conceito e Temporalidade

"*Slums are the precarious, environmentally degraded, and unplanned areas of cities."* (United Nations. 2006)

Em Angola, os assentamentos humanos informais, periféricos morfologicamente, excluídos e segregados socialmente existem em todas as cidades do país, quaisquer que sejam as origens da sua existência. Estes territórios são considerados suburbanos, e são comummente designados como Musseques.

O musseque em Luanda, é um território que compreende diversas narrativas. No contexto urbano, segundo alguns autores (Amaral, 1962:59; Pepetela 2009), surge na cidade de Luanda na segunda metade do séc. XIX. Inicialmente afirmando a divisão morfológica entre a cidade formal (população branca/alóctone) e a informal (população negra/autóctone), mas evoluindo ao longo de mais de um séc., para um lugar transcultural, miscigenado e polissémico.[39]

Temos então um espaço que, evoluindo ao longo de sécs. adquire estatuto próprio, um espaço com valor existencial na cidade, mas embora não formalmente configurado· Como forma de balizar os diferentes contextos, vamos optar por uma estrutura cronológica que permita enquadrar melhor os contextos de evolução do musseque; Esclavagismo, colonialismo e republicanismo[40]. Para cada um dos contextos acima referidos, o conceito musseque está associado a diferentes classificações sociais, determinados pela população, localização e migração.

39 " *(…) esta entidade é um verdadeiro divisor de águas entre a cultura europeia e a africana. É nestes territórios que surge a miscigenação etnolinguística e com ela as mais extraordinárias manifestações culturais que caracterizam o Luandense e o seu modus vivendi com o Carnaval, a música, a gastronomia e com uma semiótica urbanística peculiar. O musseque é ainda a fonte do caluanda.*" (Mingas: 2011)

40 Sugerimos que, para melhor compreensão do fenómeno socio-cultural dos musseques em Angola, ou por equiparação no resto do mundo, os períodos historiográficos sejam abordados como; Escravatura (1575 – 1885), Colonial (1885 – 1975) sendo importante a Guerra Colonial de 1961 – 1975 e o Período Republicano no espaço cronológico a partir da Independência em 1975 até à actualidade, interessando a Guerra-Fria de 1975 – 1992 e a Guerra Civil de 1992 – 2002.

1º Conceito: o musseque como lugar de escravos

No caso no período do Esclavagismo, o fenómeno da Segregação[41] é suportado pela marginalização física do espaço musseque, visto o mesmo estar localizado para além do foral da cidade. Mais ainda, a sua população era maioritariamente de homens escravizados, e a sua migração urbana tinha como único fito a comercialização da mercadoria humana. Aqui percebemos que essa distância social tem origem na diferença classista do europeu, do indígena e do escravizado.

"propriedades privadas cujos donos utilizavam mão-de-obra escrava na produção de mandioca, milho, animais de criação e algumas frutas para sustento familiar" (Amaral, 1968)

Os nossos estudos levaram-nos ao musseque tão antigo quanto a fundação da cidade, como um espaço exterior ao foral urbano e directamente relacionado com a prática do comércio esclavagista. Numa Luanda de configuração urbanística tardo-medieval, cidade alta e cidade-baixa, os musseques, eram os arrabaldes, "(…) aglomerados vedados, autênticos depósitos dos escravos a serem transportados para as Américas" (Mingas: 2011 : 44).

Até ao final do séc. XIX existiam em Luanda cinco musseques e três bairros indígenas. Os musseques eram referenciados pelos nomes dos seus proprietários nomeadamente, Massi, Flores, Torres, Van-Dunen e Magalhães Silva e os bairros indígenas eram identificados pela sua relação com o lugar, nomeadamente Bairro Indígena dos Coqueiros, de *Sangangombe* e da *Ingombota*. (Fig. 1.3).

Na fase final do período esclavagista surge o fenómeno da Gentrificação. Compreenda-se a gentrificação como o fenómeno que afecta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, tal como novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afectando a população de baixa renda local. O processo de transformação e valorização imobiliária de uma zona urbana, que acarreta "a substituição do tecido socio-económico existente (geralmente constituído por populações envelhecidas e com pouco poder de compra, comércio tradicional, etc.) por outro mais abastado e sem condutas de pertença ao lugar" (Infopédia).

Afectando directamente o Bairro Indígena dos Coqueiros, primeira população deslocalizada na história da cidade em 1864 para o também Bairro Indígena da Ingombota teve como argumento político a "limpeza urbana" após uma crise sanitária (Amaral, 1968) supostamente provocada pela população nativa e que permitiu à Administração Local proceder à implantação da requalificação urbana ocidentalizando a paisagem e consequentemente valorizando o espaço, proibindo o "regresso" da população ao local cuja realidade não mais teria as características formais "indígenas". Este processo de arrastar a população para a raia da cidade, gerou o fenómeno gregário da população nativa afirmando a cisão entre a cidade formal (população branca/alóctone) e a informal (população negra/autóctone). Segundo Ilídio do Amaral, referindo-se à população do bairro indígena dos Coqueiros, "*A maior parte dessa gente foi transferida para o Maculusso, a outra foi engrossar o bairro das Ingombota (…)* ". (Amaral, 1962, p.59). Referindo-se a essa deslocalização, Pepetela refere que "Foi nesta altura, pela primeira vez, que uma parte da população foi empurrada para a periferia, onde até existiam animais ferozes como leões." (Pepetela. 2009). Essa periferia refere-se ao território do *Maculusso*, localizado, à época, para além da fronteira da cidade.

[41] Segregação. Forma de dissociação que se realiza quando unidades similares, obedecendo ao mesmo impulso, se concentram, distanciando-se, ao mesmo tempo, de outras unidades consideradas diferentes ou divergentes. Essa separação ou distância social e física é oriunda de fatores biológicos e sociais: raça, riqueza, educação, religião, profissão, nacionalidade. A segregação urbana é a segregação de diferentes grupos étnico-culturais e/ou de diferentes grupos econômicos (classe alta, média e baixa).

2º Conceito: o musseque zona rural

Com o início do período do **Colonialismo**, as profundas alterações sociais da época motivaram uma organização do espaço da cidade que alteraria o conceito de musseque que absorveu o papel que os Arimos desempenhavam na cidade, o de produção agrícola. O geógrafo Ilídio do Amaral descreve os musseques como sendo "*Eram propriedades privadas cujos donos utilizavam mão-de-obra escrava na produção de mandioca, milho, animais de criação e algumas frutas para sustento familiar. No final do séc. XIX o afluxo de população europeia à cidade iria alterar profundamente a configuração dos bairros populares, nascidos da construção de cubatas nos ditos 'mosseques', autorizada pelos proprietários a troco de uma renda. Desse modo os novos bairros populares situados no plateau passaram a ser designados como musseques*" (Amaral, 1968). As mudanças sociais na década de 60 foram progressivamente eliminando a zona rural de Luanda e os musseques

No final do período colonial, os musseques na cidade de Luanda compunham "uma superfície de 1500ha, divididos entre 20 zonas bem definidas, com uma população de cerca de 300.000 pessoas." (Troufa Real. 2011).

3º Conceito: musseque como bairros degradados

No período do **Republicanismo**, o que vemos acontecer é a implosão urbana do território da cidade devido à escassez de recursos urbanos de qualidade para alojar a população migrante do interior do país resultando num exercício de concentração populacional que levou a um desajuste da realidade com as capacidades urbanas. A velocidade desta concentração de ocupação e consequente densificação do espaço ocorreu maioritariamente nos musseques coloniais. O uso do solo urbano, de uma maneira geral, foi realizado à margem de ordenamento urbanístico (resultante de apatia administrativa) e na sequência da falta de recursos imobiliários disponíveis para prover a população em crescimento. Para além da densificação do território dos musseques também acontece um extravasamento para os bairros limítrofes o que transformou os musseques na paisagem predominante da fronteira da cidade enclavando o tecido colonial.

Outro fenómeno que ocorre no período republicano é o da "Integração". Enquanto os musseques, durante os períodos históricos anteriores, são territórios isolados e em risco de extinção devido às operações urbanísticas propostas pelo Gabinete de urbanização colonial, na actualidade o cenário inverte e é o musseque que predomina na cidade. A integração dos musseques remete para a adaptação do território à sua envolvente. A densificação dos musseques coloniais, resultou na criação de fronteiras de contacto que garantem a comunicação. Por esse motivo, a integração é um assunto essencial na leitura urbana das suas partes. No caso dos musseques, esse contacto é feito através de trocas comerciais com mercados de rua/janelas abertas criados com o objectivo de fortalecer vínculos entre populações e territórios do mesmo espaço urbano. Importa deixar claro que esta integração, essencialmente social, é ainda bastante frágil do ponto de vista formal. Referimo-nos em particular às questões da urbanização que ao serem consideradas decorrem sempre de processos de completa alteração do tecido urbano, por força da gentrificação, acção comum desde o período da escravatura. Esse processo nos musseques tornou-se um problema social de sérias proporções, pois mesmo quando esta deslocalização existe acompanhada pela oferta de moradia os resultados redundam sempre em aumento de pobreza e falta de acesso aos benefícios do centro da cidade.

Estes três fenómenos (esclavagismo-segregação, colonialismo-gentrificação e republicanismo-implosão/explosão/integração) não são estanques nem no tempo nem na compreensão da evolução do conceito musseque na cidade. Partilham do mesmo denominador

comum, todos eles representando o fenómeno social da exclusão[42] no seu significado mais perverso por relacionar os menos favorecidos socialmente no contexto geográfico, o que consequentemente se alastrou à sua condição de cidadãos.

Assim sendo, urge pensar no espaço musseque, como entidade de configuração social fundamental embora abstrata, do ponto de vista instrumental. Por essa razão, é imperativo alargar a construção do conceito partindo da leitura integrada destas regiões não somente na perspectiva da forma, mas também na perspectiva da função que desempenham no tecido urbano. Ou seja, passando da Exclusão para a Inclusão fazendo com que o conceito musseque adquira novos significados quer sociais quer formais acrescentando à cidade a diversidade necessária ao tecido urbano.

Conceitos e Representações:

> *Em termos operacionais, a UN-Habitat define como habitação precária (slum household) aquela que careça de um ou mais dos seguintes indicadores: uma estrutura habitacional durável; acesso a água potável; acesso a saneamento básico; espaço vital suficiente; e posse segura. Os quatro primeiros dependem de definições convencionais; o último, por ser o mais difícil de avaliar, não é utilizado na classificação da precariedade habitacional'"*[43] *(UN-Habitat, 2003)*

O conceito de musseque de *áreas urbanas degradadas ou de ocupação ilegal*, são quase indissociáveis sendo que as razões para tal facto terem sido profusamente abordadas no capítulo da problematização. Associada a ela está também a noção de desordem e informalidade, aspectos que remetem para questões morfológicas. Nenhuma destas noções é considerado suficiente para a caracterização do universo dos musseques e de todas as suas especificidades e este debate está em aberto com algumas reflexões que o que têm de comum é a negação mais do que a aceitação de um conceito estável que possa ser instrumentalizado. Isto significa que embora a definição das Nações Unidas sirva o propósito da instrumentalização da gestão urbanística e de responsabilidade civil não é consentânea com as exigências do urbanismo no sentido de a partir dela ser possível identificar uma forma urbana específica, mas sim níveis de precariedade.

A evolução da discussão sobre as formas de aferição do fenómeno está no seu limiar razão pela qual julgamos ser necessário ir para além da perspectiva histórico-social e abordar a perfectiva urbanística, em particular a tipo-morfológica.

---

[42] É pertinente incluir neste contexto duas narrativas diferentes sobre a exclusão: [1] a narrativa do sociólogo francês Robert Castel que diz que "o excluído é aquele que por sua invisibilidade não perturba, não mobiliza e não altera a rotina do mundo, ou seja, os que estão fora das estatísticas, escapam aos sistemas previdenciários e de assistência, que são retirados de seus territórios, que são depositados em asilos, que vivem vagando em não-lugares nos quais sua presença não é notada porque não influem em nada e para nada" (Castel, Wanderley, & Belfiore-Wanderley 2007).; [2] a narrativa do urbanista sul-africano, Edgar Pieterse, que aborda a "natureza sistêmica da exclusão urbana na maioria das cidades e vilas africanas, além dos desafios de renda baixa e irregular que alimentam a pobreza habitacional, as múltiplas dinâmicas e fatores que reproduzem a pobreza urbana, a exclusão e a desigualdade" Trad. "*Yet it is important to recognize and confront the systemic nature of urban exclusion in most African cities and towns beyond the challenges of low and irregular incomes that fuel housing poverty, the multiple dynamics and drivers that reproduce urban poverty, exclusion, and inequality*". (Pieterse, Incorporation and Expulsion, 2018)

[43] Trad. "*UN-Habitat defines a slum household in operational terms, as lacking one or more of the following indicators: a durable housing structure; access to clean water; access to improved sanitation; sufficient living space; and secure tenure. The first four rely on conventional definitions; the last is the most difficult to assess and is not currently used in slum measurement"*

2.3.2 Tipologia e Ordem

Revisitando a breve introdução feita à construção do conceito de tipologia em que discorremos brevemente sobre autores como Marc Antoine Laugier, Antoine-Chrysostome Quatremère de Quincy e Jean-Nicolas-Louis Durand que entre os sécs. XVIII e XIX constroem a noção que temos hoje sobre tipo, interessa-nos abordar essa matéria no contexto das tipologias urbanas numa vertente mais contemporânea. Para tal, os estudos de Saverio Muratori em "*Studi per una operante Storia Urbana di Venezia*" (1959) e Aldo Rossi em "Arquitectura da cidade" (1966) são fundamentais pois examinam o tecido urbano e fazem do Tipo, enquanto estrutura formal, o conceito básico para explicar o desenvolvimento histórico desta cidade, na senda em que a cidade é estudada a partir de seus dados formais, como uma arquitectura, uma construção ao longo do tempo, ligada à cultura da sociedade, contrariando uma ideia funcionalista de que o espaço urbano seria estudado de acordo com uma base quantitativa proveniente de disciplinas como a sociologia, geografia, economia, entre outras. Esta construção conduz o olhar crítico sobre a cidade ao facto urbano, à paisagem, ao lugar e a outras categorias do espaço. A operacionalização deste método pressupõe a classificação dos tipos arquitectónicos ou da forma urbana.

A noção de ordem na arquitectura remete para o contexto da arquitectura clássica. Como um sistema que afecta o projecto de um edifício dotando-o de características próprias e associando-o a uma determinada linguagem e a um determinado estilo histórico. Compreende o conjunto de elementos previamente definidos e padronizados que, relacionando-se entre si e com o todo de um modo coerente, conferem harmonia, unidade e proporção segundo os preceitos clássicos de beleza.

A ideia de ordem encontra várias significações no uso comum, como disposição organizada das coisas segundo categorias que determinam seu lugar conveniente e modo de fazer, de proceder, regras, leis e estruturas que constituem uma sociedade. Na generalidade, a ordem subentende uma ideia dominante a partir da qual os desvios e outras formas de organização que não correspondem a esse arranjo são consideradas como desordem.

Segundo o sociólogo Henri Lefebvre, abordando a ordem urbana no seu livro 'O direito à cidade',

"*Se definirmos a realidade urbana pela dependência em relação ao centro, os arredores são urbanos. Se definirmos a ordem urbana pela relação perceptível (legível) entre a centralidade e a periferia, os arredores são desurbanizados.*" (Lefebvre, 2012, p.32)

Caracterização e classificação dos musseques

Segundo a nossa pesquisa bibliográfica, a classificação dos musseques é um processo recente nos estudos urbanísticos em Angola.

Fig. 2.32

Habitação de Classe Média e Alta

Fig. 2.33

Habitação Social

Fig. 2.34

Habitação Clandestina

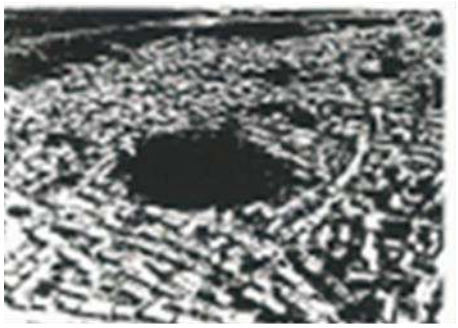


Fig. 2.35

Musseque

Fig. 2.36

Sanzalas

… pela lente de Troufa Real

O arquitecto angolano Troufa Real, no seu livro "Musseques of Luanda" que refere estudos elaborados pelo Gabinete de Habitação de Angola (1974-1976) faz a primeira distinção entre os assentamentos vulneráveis da cidade de Luanda. O autor refere que a política de zonamento definiu uma organização do espaço recorrendo ao método funcional, ou seja, áreas industriais, residenciais, etc. Em relação às áreas residenciais, seriam separadas por áreas que dependiam dos níveis de rendimento. Em relação às áreas onde vivia a população vulnerável, à época maioritariamente negra, "*as periferias da cidade, criticamente carentes de infraestrutura, foram ocupadas pelas classes menos favorecidas. As habitações periféricas informais podem ser classificadas, por sua vez, em três tipos distintos: habitações clandestinas, musseque e sanzalas*"[44] (Troufa Real, 2011, p.22)

O autor ainda faz menção ao facto de que no ano de 1971, existiam duas categorias de áreas residenciais, legais e ilegais que se subdividiam em dois tipos para a primeira categoria e três tipos para a segunda categoria (Figs. 02.26 a 02.30), nomeadamente;

> *"[1] tipos e padrões habitacionais que correspondiam na generalidade às normas europeias, incluindo casas e apartamentos de classe média e alta de propriedade privada ou arrendados (…). [2] Habitação social colectiva ou estatal (…) [3] construção clandestina maioritariamente construída por imigrantes da classe trabalhadora recém-chegados de Portugal, (…) [4] Musseques ou favelas tipicamente construídos por imigrantes do interior rural de Angola , (…) [5] Sanzalas ou povoações tradicionais utilizadas pelos pescadores na Ilha arenosa, a primeira área povoada de Luanda*"[45] (Troufa Real, 2011, p. 25)

Na descrição dos musseques, Troufa Real menciona que um olhar atento sobre a forma urbana dos musseques permitiria identificar de forma consistente elementos funcionais que se organizam de forma hierárquica não somente no contexto da unidade orgânica, mas também nos seus arruamentos e fechamento (delimitação) e relação com a cidade. A unidade doméstica é comummente construída em um só piso, "*encontra-se fortemente adaptado aos costumes da vida familiar e conserva elementos da construção doméstica tradicional de cabana e clausura caracterizada por uma forma viável e deliberada, bem integrada no contexto geográfico e social*"[46] (Troufa Real, 2011, p.52). Um dos aspectos interessantes da narrativa do autor é afirmar que as ruas, praças e becos são uma forma racional de organizar o espaço que permita a acomodação da comunidade dentro do contexto da cidade e mais facilmente acessível aos benefícios urbanos.

---

[44] Tradução livre de: "*The edges of the city, critically lacking in infrastructures, were occupied by the less privileged classes. The informal peripheral housing areas can be classed in turn into three distinct types: clandestines housing áreas, shanty áreas (musseque), and slave quartes (sanzalas).*"

[45] Trad. Livre. *"[1] housing types and patterns in general of European standards (…) These include high and médium class houses and apartments, either privately-owned or leased (20% of the housing stock). [2] Social housing either collective or state-owned (…) [3] clandestine construction mainly built by recently arrived working class immigrants from Portugal, (…) [4] Musseques or shanty áreas typically built by immigrants from the rural interior of Angola, (…) [5] Sanzalas or traditional settlements used by fishermen on sandy Island, the first settled área of Luanda*" (Troufa Real, 2011, p. 25)

[46] Trad. "*It is strongly adapted to costumary family life and retains elements of the traditional domestic contruction os hut and enclosure characterised by viable and deliberate forma, well integrated into the geographic and social context*" (Troufa Real, 2011, p.52.)

Fig. 2.37

Musseques antigos
Val Saroca

Fig. 2.38

Musseques ordenados
Mabor Malha

Fig. 2.39

Musseques em transição
Bairro Catambor

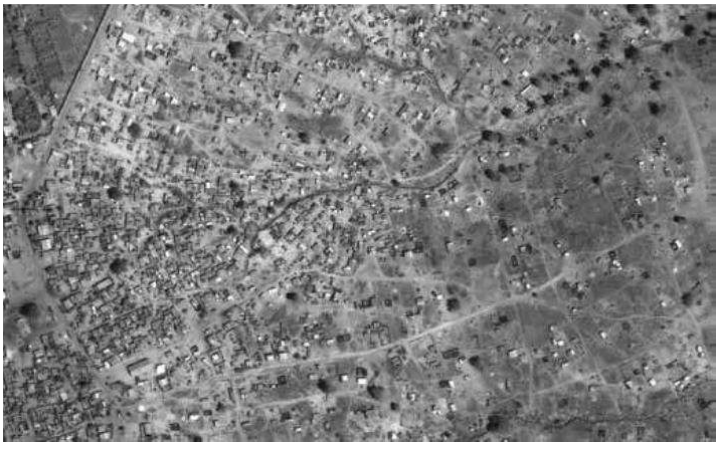


Fig.2.40

Musseques periféricos
Bairro Augusto N'gangula

… de Allan Cain

Cerca de três décadas mais tarde, o arquitecto canadiano e investigador principal da Development Workshop, Allan Cain, publica em 2005 o trabalho "Terra - Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia & políticas de desenvolvimento". Neste trabalho, o capítulo sexto, "Padrões de assentamento informal e de pobreza urbana" é seminal no sentido de, pela primeira vez, ser feita uma abordagem concisa sobre os musseques de Luanda. Os critérios de classificação foram todos de natureza socio-económica[47] no entanto são feitos breves apontamentos formais a cada uma das tipologias de assentamentos identificadas nas áreas peri-urbanas de Luanda. Foram classificados quatro tipos; Musseques antigos, Musseques ordenados, Musseques em transição e Musseques periféricos.

> Musseques antigos (Fig. 02.31); *"Os assentamentos de negros cresceram ao longo dos sécs. em paralelo à cidade colonial. Alguns desses musseques antigos apareceram no séc. XIX […] Estes musseques estão muitas vezes limitados pela cidade de cimento formal, ou cresceram em terras marginais dentro da cidade, como encostas, beiras de caminhos-de-ferro e lixeiras. […] Uma grande proporção de casas está construída com outros materiais — por exemplo, construções de pau-a-pique — o que o distingue de outros musseques em termos físicos."*
>
> Musseques ordenados (Fig. 02.32); *"Os assentamentos informais, quando adjacentes a bairros planificados da cidade de cimento, ou "Bairros Populares," foram, muitas vezes, construídos como uma extensão desses bairros, respeitando o alinhamento das estradas e os corredores de serviços. […] Os residentes investiram consideravelmente em novas construções e melhoraram as construções formais coloniais. […] As casas são maioritariamente construídas com blocos de cimento ou tijolos e tem tecto de zinco ou fibrocimento";*
>
> Musseques em transição (Fig. 02.33)*; "Estando perto dos empregos urbanos, dos mercados e dos serviços sociais, mas incapazes de se estenderam geograficamente, alguns musseques internos […] antigos atingiram níveis de saturação em termos de densidade há algumas décadas e frequentemente começaram a crescer na vertical, […] transformando as barracas em construções de cimento e, finalmente em construções de dois e até mesmo de três pisos, nas suas pequenas parcelas originais. O modelo complexo de pequenas passagens e parcelas irregulares faz com que o acesso dos carros e das linhas de serviços seja difícil de instalar. […] As casas são, na sua maioria, construídas com blocos de cimento, não são rebocadas e têm tectos de zinco e de fibrocimento";*
>
> Musseques periféricos (Fig. 02.34)*; "A habitação tornou-se uma preocupação secundária e as casas tinham tendência a ser construídas com materiais temporários e só foram melhoradas com materiais mais consistentes à medida que os rendimentos foram aumentando com o tempo. Os assentamentos periféricos cresceram rapidamente em termos geográficos […] Estas áreas têm, geralmente, as densidades mais baixas de todas as tipologias estudadas. Em muitas delas, os residentes têm tentado deixar espaços para as estradas, antecipando o fornecimento de serviços municipais futuros. Mesmo nesta área, a grande maioria das casas é construída com materiais sólidos, como blocos de cimento, mas muito poucas estão rebocadas" ou pintadas e existem algumas construções com outros materiais. As casas são maioritariamente construídas com blocos de cimento e têm tectos de zinco ou de fibrocimento; (DW, 2005)*

Para além dos aspectos físicos, outros de carácter quantitativo e estéticos também são referidos, nomeadamente a densidade que para os musseques antigos e em transição é referida como sendo de 'elevada' cerca de 800 a 1000 indivíduos por hectare, sendo que para os musseques ordenados é identificada como sendo média/alta e os musseques periféricos seriam os menos densos, neste caso, baixa. Por último, a questão do povoamento anárquico que é atribuído tanto aos musseques antigos como periféricos não existindo menção ao demais.

---

[47] "*Cada tipo baseia-se em características como: • Padrões de migração, incluindo a proporção de migrantes; • Zona de origem dos residentes; • Período principal de afluxo ao assentamento; • Intenções de mudança; • Principais formas de acesso à terra; • Quantidade e tipo de documentos em posse dos agregados, comprovativos do seu direito à terra; • Senso de segurança; • Atitudes em relação à posse da terra; e • Expectativas de conflitos de terras.*" (Development Workshop, 2005, p. 87)

Fig. 2.41

Musseques Estruturados
'Bairro Popular'

Fig. 2.42

Musseques não-estruturados
Bairro do Golfe

Fig. 2.43

Musseques Dispersos
Mulenvos

Fonte: PDGL 2015

… e de Miguel Amado

Uma década após a publicação do trabalho da DW é apresentado o Plano Director Geral da Província de Luanda, o mais recente instrumento de Planeamento Urbanístico com impacto directo sobre a cidade de Luanda. No quinto volume dedicado ao Ambiente, Habitação, Social, Património, Sustentabilidade e Envolvimento da Comunidade (GPL et al., 2015g), coordenado pelo arquitecto português Miguel Amado do Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Planeamento Urbano (GEOPTU) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, são propostas três tipologias para os musseques denominando-os como estruturados, não-estruturados e dispersos. No entanto, a caracterização dos musseques no que diz respeito à habitação (estrutura predominante na ocupação) é feita pela equipa da Broadway Malyan, coordenada pelo urbanista e designer urbano Phil Bonds. Considerando que ao longo dos documentos a única definição assertiva é feita somente para os Musseques estruturados e mesmo assim com pouca informação no que toca às especificidades formais do tecido, foi nossa iniciativa aglomerar a informação dispersa e conseguir melhor compreensão sobre a base conceptual para cada tipo definido.

Musseques estruturados (Fig. 02.35): seriam os que fossem definidos [1] "*por uma morfologia regular que permite a implementação/melhoramento dos serviços urbanos existentes e, consequentemente, melhorar as condições de habitabilidade ao nível do parque habitacional, mas também do ambiente urbano. É importante referir que a maioria destes musseques estruturados, como o Bairro Popular, remontam ao período colonial*[48]*, tendo sido efectivamente alvo de uma regularização e planeamento e, como tal, para além da malha regularizada têm também alguns equipamentos públicos e encontram-se parcialmente infra-estruturados*". (GPL et al., 2015f); [2] "Habitação simples, de baixo custo, construída pelo próprio morador, comum (predominante) ou dois andares que confronta com a rede viária, com densidade de escala urbana, tipicamente com frentes de 5 a 10 m. Tipicamente estão agregadas em aglomerados de tamanho considerável de habitações anteriores à guerra. Apresentam elementos de ordem e unidade com equipamentos e espaços públicos identificáveis." (GPL et al., 2015d, p. 140)

Musseques não estruturados (Fig. 02.36). Não consta do documento uma definição taxativa, apenas a referência de que são [1] "*considerados inadequados para a reabilitação*" (GPL et al., 2015d) podendo ser considerado, provisoriamente "melhor acesso aos serviços básicos (água, saneamento e electricidade), em conjunto com as prioridades de planeamento do desenvolvimento." (GA: 2015c). São ainda caracterizados como [2] "*Habitações do período da guerra ou posteriores, construídas em lotes sem registo após ocupação para construção em terrenos não destinados a ocupação residencial. Os musseques não estruturados podem cobrir grandes áreas de terreno aberto, ou podem "empilhar-se" no interior de espaços difíceis que em tempos estiveram vagos, tais como antigas instalações industriais, zonas de risco*". (GPL et al., 2015d, p. 141)

Musseques Dispersos (Fig. 02.37). Podendo ser classificados como rurais ou urbanos, a definição para os urbanos são "*Habitações não-estruturadas construídas em localizações mais periféricas que permanecem, por enquanto, numa condição mais aberta sob a forma de empreendimentos ad hoc*" (GPL et al., 2015d), e para os rurais é "Habitação situada fora da cidade, em áreas rurais isoladas onde existe maior disponibilidade de terreno e as habitações ocupam uma proporção menor do lote". (GPL et al., 2015d, p. 141)

[48] O Bairro Popular é um projecto de Habitação Social integrado na política de desenvolvimento de Bairros Indígenas do período colonial. O seu território não faz parte do inventário de 20 musseques existentes em 1974 elaborado pelo arquitecto Troufa Real (Troufa Real. 2011)

Discussão e algumas Reflexões preliminares

No geral, constata-se que as três classificações dos musseques são essencialmente fundamentadas nas questões socio-económicas que em síntese rondam as questões da salubridade. Todavia, são feitas referências às questões formais do desenho urbano. Em síntese, as características formais identificadas não foram regulares para todos os casos. Conseguiu-se, no entanto, interpretar os aspectos formais do sistema, nomeadamente, as tipologias construtivas, referências ao traçado e ao parcelário.

Quadro 06 - Síntese dos aspectos formais das tipologias dos musseques por Allan Cain

Características	Musseques	Sanzalas
Antiguidade		
Tipo Construtivo	Um (1) Piso	
Traçado	Ruas, Praças e Becos (Elementos)	
Parcelas		

Quadro 07 - Síntese dos aspectos formais das tipologias dos musseques por Allan Cain

Características	Musseques antigos	Musseques periféricos	Musseques em transição	Musseques ordenados
Antiguidade	Secular	Inferior a 10 anos	10 anos e mais	15 anos e mais
Tipo Construtivo	Pau-a-pique e Madeira	Blocos de cimento	Blocos de cimento Dois e três pisos	Blocos de cimento ou tijolos; Tecto de zinco ou fibrocimento
Traçado	Estrutura não ordenada	Estrutura desordenada	Estrutura não ordenada Pequenas passagens	Ruas minimamente alinhadas
Parcelas			Parcelas originais, pequenas e irregulares	

Quadro 08 - Síntese dos aspectos formais das tipologias dos musseques por Miguel Amado

Características	Musseques Estruturados	Musseques Não Estruturados	Musseques Dispersos
Antiguidade			
Tipo Construtivo			
Traçado	Forma Regular		
Parcelas			

A discussão sobre as tipologias dos musseques parece tomar um rumo semelhante ao conceito. Por não estar estabilizado o conceito logo a classificação das tipologias fica fragilizada.

Embora as três classificações façam menção a aspectos da forma urbana, sem dúvida que a classificação feita por José Troufa Real e Miguel Amado são as menos encorpadas. Por um lado, o arquitecto Troufa Real lança alguns indícios acerca de os musseques serem tecidos com uma organização diferente da comummente planeada abordando inclusive razões para fundamentar a característica do espaço público, por outro lado a abordagem do arquitecto Miguel Amado, refere somente a regularidade da malha dos que classifica como musseques estruturados.

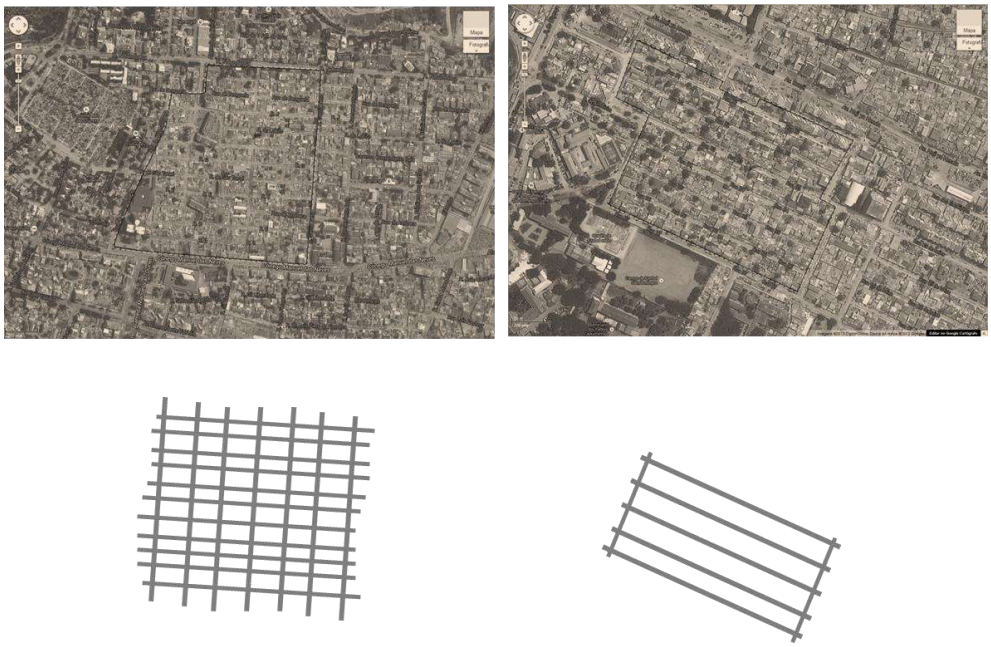


Fig. 2.44

Bairros Indígenas: Tecido e Síntese do Traçado

'Bairro Operário' (esq.)
'Bês' (dir.)
(Fonte: Google Hearth)

Interessa salientar que para Amado, os Bairros Indígenas são os musseques estruturados e tal facto levanta duas questões pertinentes, no âmbito da problematização. Importa fazer uma aproximação ao conceito transcrevendo um trecho do sociólogo Yuri Agostinho durante a apresentação dos seus estudos num seminário promovido pela Development Workshop, o mais antigo centro de estudos e investigação em urbanismo, mais voltado para as questões da pobreza urbana.

> *"A construção de bairros indígenas em Luanda foi um problema de urbanismo e acima de tudo político. Falar da construção de bairros indígenas em Luanda implica por um lado, falar sobre o problema de urbanismo "decisão política" por outro lado falar sobre habitação "construção de casas para todos" Para este turno decidimos falar sobre a construção dos bairros indígenas em Luanda por razões de intersecção entre o urbanismo e o racismo. O ano de 1922 é o ponto de partida, porque surge em Angola um diploma legal, mandando iniciar a construção dos bairros indígenas nas cidades de Luanda, Lobito, Benguela e Moçâmedes. Norton de Matos, Alto- Comissário1921-1923, manda iniciar em 1922 a construção de bairros indígenas nas cidades de Luanda, Lobito, Benguela e Moçâmedes pela portaria n.º 183, de 27 de Outubro. Segundo (Rolo, 1966:1478) citado por (Mourão, 2006:243) estes bairros, deliberados para população africana, deveriam atender a três faixas de população: • Quarteirão para empregados do quadro geral auxiliar; • Quarteirão dos operários indígenas; •Quarteirão para trabalhadores indígenas com habitação permanente nos centros europeus. Este diploma determinava a obrigatoriedade dos indígenas aí morarem e dormirem; Fora daqueles bairros só poderiam viver os europeus e os natos de Angola que, pela sua condição de civilização, fizessem vida europeia e habitassem casas de tipo europeu." (Agostinho, 2018)*

Por um lado, o da urbanização colonial como a única a ser preservada e por outro lado a erradicação dos musseques, marginalizando do processo de integração nas políticas

públicas de requalificação urbana de mais de três milhões de cidadãos e cerca de 50% do território metropolitano.

A classificação feita pela DW não é feita com base em aspectos formais do urbanismo, no entanto não é muito clara em relação às questões temporais, visto que as referências são decorrentes dos dados dos inquéritos e não de outras fontes mais credíveis. No entanto, levanta a questão da Ordem ou melhor da antítese, a Desordem.

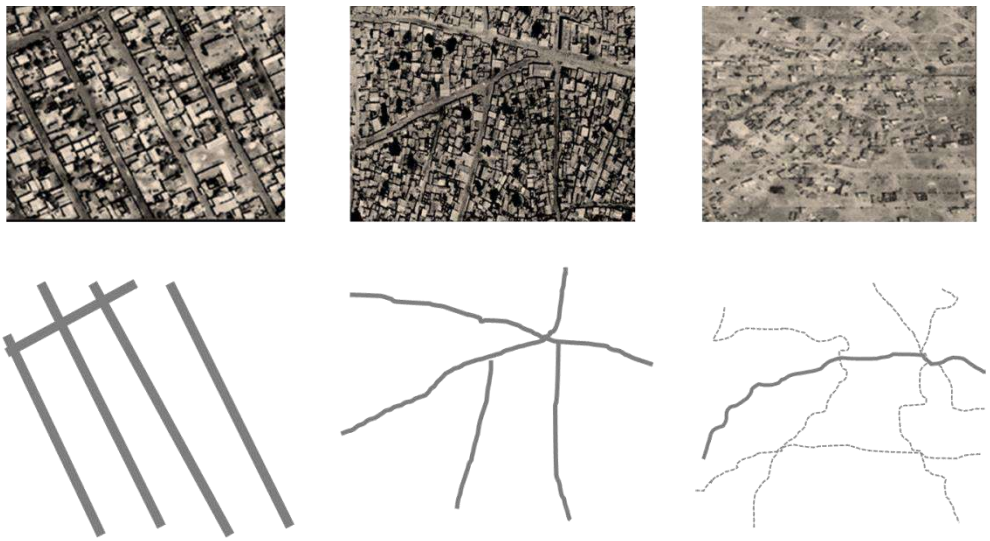


Fig. 2.45

Musseques: Tecido e Sintese do Traçado.

Musseques Ordenados (esq.)
Musseques Antigos / Transição
Musseques Dispersos (dir.)
Fonte: DW 2015

É possível encontrar semelhanças nas aproximações que Alan Cain, Miguel Amado e Phil Bonds fazem ao utilizarem termos como "desordenado/não-ordenado" e "não estruturado e disperso". Acreditamos que as expressões "não-ordenado/não estruturado" sejam sinónimos neste caso, sendo que os dois colocam a referência da malha regular ortogonal como um princípio de ordem.

A partir destas duas constatações é possível retirar duas conclusões:

A primeira é que os bairros indígenas não devem ser considerados musseques pois as suas características são completamente distintas para não mencionar o facto de que decorrem de processos de formação diametralmente opostos.

A segunda é que considerando que qualquer parcela do tecido urbano que se degrade ou que seja ilegal pode ser considerada *slum*, então não devem ser considerados musseques os aglomerados urbanos cuja formação não esteja historicamente enquadrada no percurso previamente descrito. Fazendo esta distinção, musseque poderá ser uma tipologia formal que é parte da proposta da nossa tese

2.3.3 Habitação nos musseques

Como breve introdução à habitação nos musseques, o fenómeno do assentamento das populações remete para o séc. XIX, mas sempre com carácter bastante precário e sem planeamento. Pelas descrições da literatura da época, os musseques tinham núcleos habitacionais para as famílias que cultivavam a terra, com autorização para a construção das suas moradias recorrendo à técnica de pau-a-pique e em tipologias bastante rudimentares, utilitárias que foram classificadas como cubata suburbana pelos estudos de Ferreira Diniz e José Redinha conforme abordada no capítulo 3 da tese.

A habitação para as populações indígenas é abordada em contexto oficial a partir de 1948 com a criação de organismos oficiais tais como da 'Comissão Administrativa dos Bairros Indígenas' cuja função é implementar modelos desenhados pelo Gabinete de Urbanização Colonial respeitando premissas determinadas com fins políticos previamente abordados no Capítulo 2.

O tema da habitação no musseque ganhou destaque no debate académico nos últimos 50 anos, aproximadamente. Referimo-nos em particular à exiguidade de estudos específicos sobre a habitação autoconstruída nos musseques. Como excepção, julga-se que os primeiros estudos tenham sido produzidos a partir dos anos 70 (séc. XX), por um lado com o estudo do antropólogo José Redinha e pelo arquitecto Troufa Real no seu trabalho sobre o bairro do Golfe I[49] onde existe um levantamento da ocupação do espaço que revela a organização das cubatas suburbanas.

Pretende-se que a presente secção formule um enquadramento teórico acerca da Habitação no musseque, [1] da sua organização, [2] das funções que acomoda e das [3] características formais dos elementos que a constituem. Desse quadro teórico serão feitas as propostas que servirão de referência para a caracterização do levantamento efectuado.

A arquitectura do habitar no musseque é proposta nesta tese como um dos seus signos espaciais. Enquanto objecto urbano, a casa no musseque não é decorrente de projecto arquitectónico na sua esmagadora maioria conforme foi possível apurar durante os trabalhos de campo através dos inquéritos por entrevista e questionário. No entanto, o habitar tem uma representação de uma ideia colectiva, que se traduz em características morfológicas semelhantes. Para melhor entender o fenómeno, recorremos a três linhas de pensamento base que nos permitirão fazer uma aproximação à ideia do habitar e às suas representações e variações. Estas linhas de pensamento são paralelas aos elementos que compõem a hipótese denominada "sistema de habitação triádico" e que são, os módulos, o logradouro e a árvore.

Embora tenha sido feita uma abordagem inicial a cada um destes elementos, ainda na fase da construção da hipótese, essa aproximação fundamentou-se a partir de aspectos filosóficos estudados a partir de autores como Henry Odera Oruka (1981) e Bunseki Fu Kiau (2001) e que justificam a ideia de que autores como José Ferreira Diniz (1918) ou José Redinha (1973) consideraram como "sentimento atávico" ou "modo tradicional de fazer" no que diz respeito ao habitar e *habitat*[50]. Neste capítulo, interessa-nos olhar para este fenómeno da habitação identificando estes sistemas, e olhando para cada um dos elementos e o seu resultado à luz do ambiente contemporâneo dos musseques.

---

[49] No livro "The musseques of Luanda. Housing in Angola. A new neighbourhood "Golfe I" 1972 . 1981" o arquitecto Troufa Real apresenta um levantamento das habitações bastante pormenorizado fazendo uma abordagem cujo objectivo principal era a implementação de infraestruturas de saneamento.

[50] Conjunto das condições relacionadas com a presença e a habitação humana num determinado espaço (Infopédia).t

A casa da família Ricardo

No ano de 1996, o fotógrafo e escritor holandês Bob van der Winden edita e publica o trabalho 'A family of the musseque' que retrata a vida da família Ricardo que vive no denominado musseque Ngola Kiluanji, em Luanda num período, em plena guerra civil, altura em que os musseques da cidade sofreram a maior explosão demográfica desde a independência do país. A família Ricardo, originária do norte de Luanda, de etnicidade Ambundu imigra para Luanda em 1978, pouco depois da independência nacional. Este trabalho é seminal no sentido de pela primeira vez o espaço familiar ser visto por dentro e de ser feita uma abordagem morfológica à casa de uma família, à construção do espaço da família extensa e de como todas as partes constituintes produzem um espaço social coeso e estruturado.

"The yard is approximately 30 x 25 metres, encircled by a wall of concrete blocks the height of an adult. In the yard there are six small one-story houses. In total, 14 adults and 20 children live here."[51] *(Winden, 1996, p.19)*

A planta diagramática apresentada na Fig. 02.40 mostra uma moradia, composta três unidades construídas. No aspecto quantitativo, o 'quintal', forma como o autor se refere à parcela, tem uma área de aproximadamente 750m^2 com uma área construída de cerca de 450 m2 libertando um quintal de cerca de 300m2. A casa principal, com aproximadamente 144m2 ocupa cerca de 20% do espaço e os módulos periféricos do filhos com dimensões que variam entre 73m^2 a 78m^2 e os demais módulos de inquilinos com dimensões entre 23m2 a 53m2. No total, o espaço tem um Coeficiente de Afectação do Solo de aproximadamente 0,6. Em relação á organização, o espaço vazio é o elemento organizador que subdivide o espaço em quatro quadrantes. O primeiro quadrante é ocupado por um módulo isolado contíguo ao muro do 'quintal, o segundo e terceiro quadrantes são ocupados pela segunda unidade que representa um comboio de três módulos contíguos entre si e em relação ao muro oeste e no quarto quadrante, está a casa principal diferente dos demais edifícios por estar isolada quer dos muros quer dos restantes módulos. O processo de ocupação do espaço é descrito como sendo por quadrantes iniciando no segundo, a seguir o quarto, o terceiro e finalmente o primeiro. Segundo a descrição do autor, o primeiro quadrante é ocupado pelo filho mais novo, o segundo quadrante pela filha mais velha, o terceiro pelo filho mais velho e o quarto pelo pai e chefe da família. Aqui o vazio, é um elemento distribuidor e para onde se voltam as actividades domésticas comuns. Existem dois acessos à casa, localizados a leste, a porta e o portão. O acesso de pessoas à casa principal processa-se pela porta. O acesso automóvel processa-se pelo portão. Conforme já se referiu, sendo o muro de vedação da altura de um homem, terá aproximadamente 180cm e segundo as imagens à face do arruamento e interiores, O muro da rua disporá de duas entradas, sendo destinada ao acesso de pessoas e automóveis

[51] Trad. (Inclui a transcrição completa). "*The yard is approximately 30 x 25 metres, encircled by a wall of concrete blocks the height of an adult. In the yard there are six small one-story houses. In total, 14 adults and 20 children live here. Ten adults and 13 children belong to the Ricardo family, headed by* ***Ricardo Vieira ('Pai', 56) and his wife Teresa Fernandes ('Mae', 47)****: [1]* ***Fatima (32)*** *is their eldest daughter, living with Ambrosio Pimentel; they have three children: Carlos (7), Maria (3), and Sadi, who is just one year old; [2]* ***Adriana, the second daughter, aged 30****, lives in her parents' house with Emilia (9), her only daughter. [3] Rosa (29), the third daughter, also lives in her parents' house and she has five children: Calolita (12), Mario (10), Gabriel (7), João (4) and Rui (2); [4]* ***José Afonso ('Zeca', 25), the Ricardos's eldest living son*** *(his brother Fernando, who was a pilot in the army, disappeared in 1983) lives opposite his parents' house in the yard with his first wife, Bernarda, and their children, Luciano (4) and Zinho (2); [5]* ***Angelina ('Lina'), Zeca's other wife****, lives in the adjacent neighbourhood with one child, Pedro. [6]* ***Mario Rodrigues ('Rui', 22) is the youngest son****. He has been involved with Linda and has a child with her, but they do not live in the yard: Miro (5), Rui's son, visits his father during the weekends. Rui is now in love with Maria Santana, whom he hopes to marry; [7]* ***Sandra (19) is the family's youngest daughter****. She is in love with a young policeman, Luis de Melo. On the first of September 1995, the month of our visit, she gave birth to a son, Bob Euclides, now the youngest inhabitant of the yard." (Winden, 1996, p.19)*

Fig. 2.46

Casa da Família Ricardo. Planta Diagramática (esq.), fotografia do acesso à casa principal (sup. dir.) e fotografia do 'Comboio' que ocupa o 2º e 3º quadrantes (inf. Dir.)

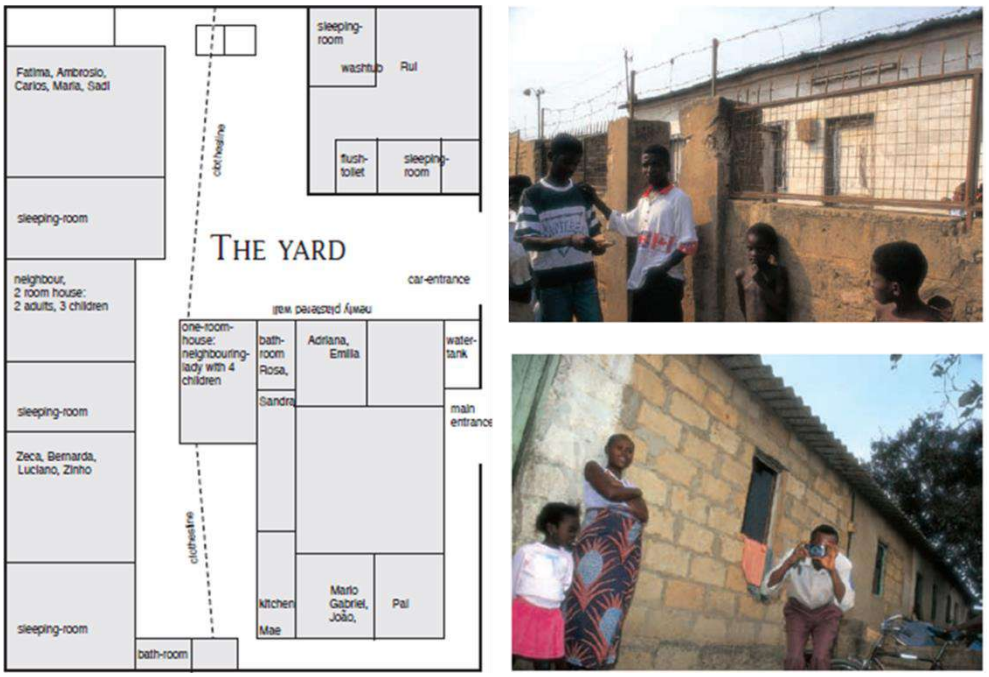
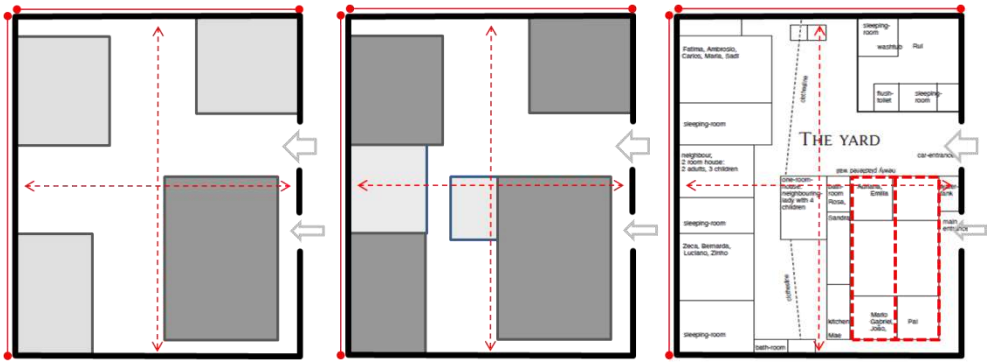


Fig. 2.47

Diagramas Interpretativos do processo de Ocupação e Organização da Casa da família Ricardo.



Fazendo uma interpretação da casa da família Ricardo á luz da hipótese que se propõe nesta investigação é possível identificar dois dos três elementos; os módulos construídos e um logradouro comum (Fig. 02.41). A árvore, que está habitualmente presente neste tipo de ocupação não existe e nem sequer outro elemento simbólico que o substitua foi possível identificar a partir da descrição do autor.

Pela forma de organização estamos perante a tipologia da casa composta, ou seja, a família extensa. Por regra, o processo de ocupação do espaço é feito por reparcelamento de acordo com o crescimento da família, libertando o centro do espaço para ocupação comum.

O bairro do Golfe

Há cinquenta anos, em particular no ano de 1973, o arquitecto José Troufa Real[52] responde pelo projecto bem como pela coordenação da implementação do Novo Bairro do Golfe, considerada uma área destinada para habitação de alta e média densidade. Num contexto habitacional misto incluindo comércio e serviços o público-alvo seriam a classe executiva e à classe média, cuja maioria seria claramente europeia ou afro-europeia.[53]. A sua busca por soluções para problemas essenciais dos musseques constituiu o "*ponto de partida para sucessivas investigações (não concluídas), no domínio do planeamento e desenho urbano por constituir uma solução alternativa, em contextos de 'crise'* "[54]. (Troufa Real, 2017)[55].

O interesse particular deste projecto para a presente investigação assenta no facto da proposta elaborada para a requalificação do musseque ter assentado em levantamentos urbanísticos com dados específicos acerca da forma do espaço urbano e arquitectónico pré-existente.

> *"O Novo Conjunto Habitacional "Golfe" obedeceu a um plano de loteamento previsto, que visava enquadrar todas as necessidades básicas da vida urbana. No entanto, tentou-se desde o início reter e preservar os padrões sociais e culturais existentes nos musseques. Foi dada atenção aos padrões existentes de relação entre beco-praça, casa, pátio e rua que se ligavam intimamente aos hábitos e tradições da comunidade." (Troufa Real 2011, p.74)*

A estrutura urbana do projecto proposto teve como abordagem incorporar as características formais do musseque. Para o efeito, o autor procedeu a um levantamento urbanístico que evidenciasse essas particularidades.

O autor assume que apesar dos graves problemas enfrentados pela maioria dos habitantes do musseque, como desemprego, falta de água potável, esgotos, fornecimento de electricidade e instalações básicas – escolas, postos de saúde, etc., "*os musseques mantiveram valores extremamente importantes na progressiva organização da vida deles*".

[52] Director do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda onde foi coordenador do Plano Director da Cidade (1973), Chefe da Brigada de Projectos do Gabinete de Habitação de Angola (1975-1976)

[53] "The type of house ranges from relatively modest homes to tose os a high standard built under municipal building permits and requirind the filling of a project in accordance with european standard specifications. Building plot sizes would range from 150m2 to 500m2, and the maximum heigh of a house was not to exceed twoo floors. Na average of 50 cars per 100 residents was one of the other estimates included in the original proposal." Troufa Real 2011, p. 66

[54] Tradução livre: "The New "Golfe" Housing Project complied with a planned allotment outlay, which aimed at rividng all basic needs of urban life within a certain framework. Nevertheless, an attempt was made from the outset to retain and preserve social and cultural patterns, which has existed in the shantytowns. Attention was given to the existing patterns of relationship between alley-square, house, court and street that closely tied to the habits and tradition of the community."

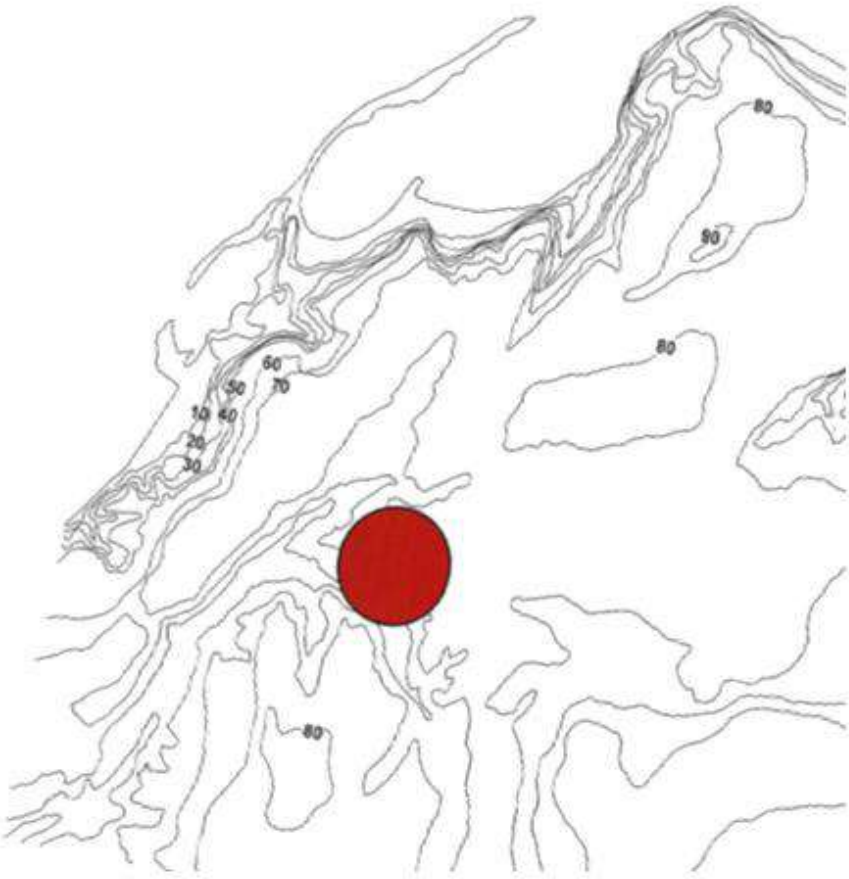
[55] Troufa Real. 2017. O Novo Bairro "Golfe", Luanda – Angola 1975, in Fundação Troufa Real-UKUMA. Disponível em: http://www.ukuma.net/wp/2017/03/08/o-novo-bairro-golfe-luanda-angola-1975/

Fig. 02.48

Localização do Novo Bairro do Golfe (NBG) na cidade de Luanda

Fig. 02.49

Localização do Novo Bairro do Golfe (NBG) no mapa topográfico do território da cidade de Luanda



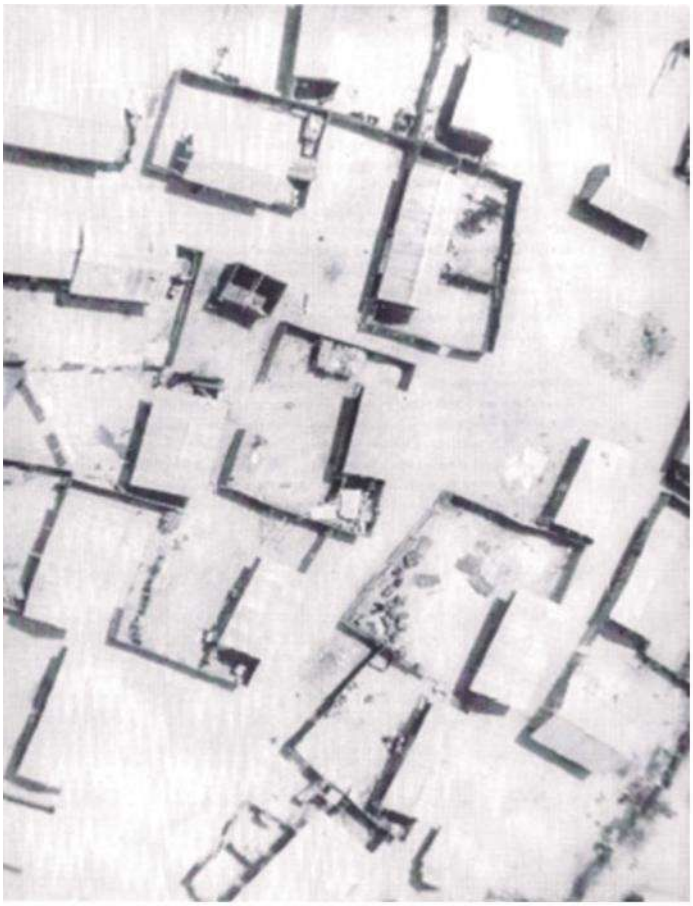


Fig. 2.50

Fotografia do Musseque do Golfe

(Troufa Real, 2011, p.78)

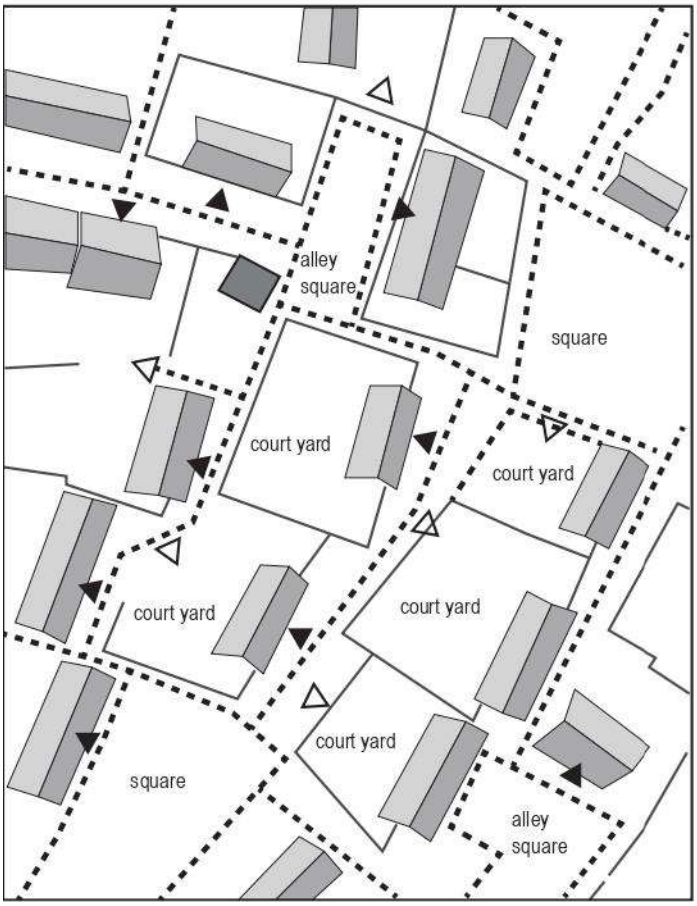
Fig. 2.51 (esq. abaixo)

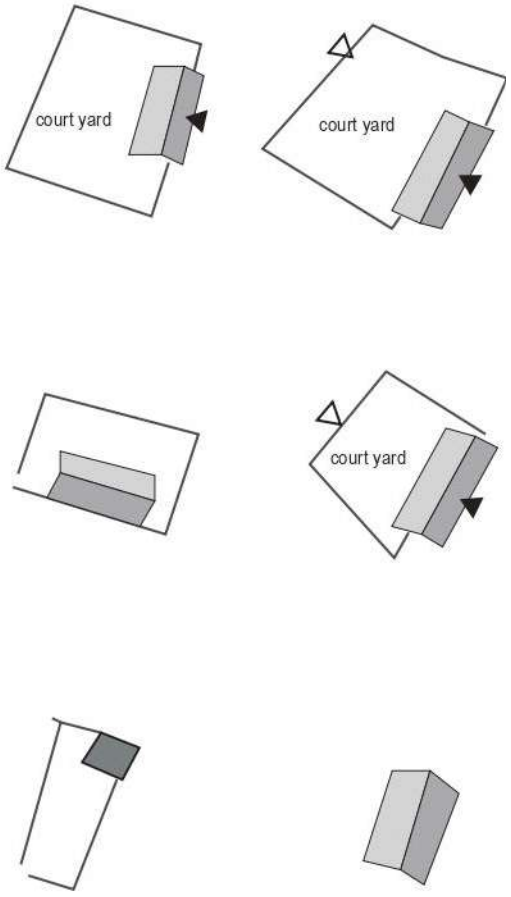
Mapa Sinóptico do musseque do Golfe

(Troufa Real, 2011, p79)

Fig. 2.52(dir. abaixo)

Esquema de Implantação das Moradias do mapa sinóptico de Troufa Real.





Os hábitos tradicionais e culturais persistiram na disposição da área habitacional dentro dos limites dos lotes. Métodos de construção de auto-ajuda, mas eficientes, forneceram soluções acessíveis e confortáveis, tanto no que diz respeito à integração residencial quanto urbana, incluindo isolamento de ventilação, abrigo seguro contra fortes tempestades tropicais e outros fenómenos naturais. Pequenos mercados eficientes se estabeleceram em pontos estratégicos da rede de acessos. Formaram-se pequenas praças que serviram de ponto de encontro para idosos e jovens ou poderiam ser usadas para clubes. O acesso de pedestres conveniente e rápido aos locais de trabalho era fornecido por becos entre as casas e os lotes, como resposta à inexistência ou inacessibilidade de meios de transporte público e privado. O autor refere esta malha labiríntica como 'impenetrável' atribuindo esta característica como resultado de uma necessidade social de segurança em relação às forças coloniais.

Como resultado da investigação feita ao musseque existente como estrutura urbana pré-existente, que incluiu um olhar atento à estrutura social das comunidades, suas referências culturais, estruturas familiares e a forma como foram adaptadas as suas tradições rurais para atender às demandas de um ambiente urbano foi concebido pelo autor um panorama geral da forma urbana a partir da caracterização inicial das do espaço público, privado e das edificações.

Em relação ao espaço público, o autor refere ruas, vielas e praças. [1] As ruas são identificadas como o acesso aos loteamentos, ou seja, as vias que separam as moradias entre fachadas com dimensionamento entre 4 e 5 metros podendo ocasionalmente atingir 7 metros de largura. [2] Já as vielas são vias de 1,2 a 2m para a entrada dos fundos (quintal) e a partir de onde se acede aos locais de encontro como [3] as pracetas que serviam de ponto de encontro para os habitantes da ilha.

Em relação ao espaço privado, o autor refere lotes e ilhas. Foram identificadas [1] áreas de loteamento de 100, 150 e 180m^2 de acordo com as tipologias encontradas no desenvolvimento espontâneo do musseque. As capacidades máximas seriam de 6, 10 e 12 pessoas, respectivamente. A área estimada por pessoa foi de 15m^2 e incluía tanto espaços cobertos como espaços cobertos e descobertos, visto que o espaço descoberto seria privado. As [2] ilhas cobriam aproximadamente entre 2200 a 2500m^2 e integrando uma média de 13 a 16 moradias. A população máxima não ultrapassou 150 moradores por ilha equivalente a densidades de entre 500 e 650 hab./ha.

Em relação às edificações, o autor refere [1] as moradias como mantendo o tipo de construção próximo do tradicional, ou seja, unifamiliar com duas águas e alpendre coberto para as duas fachadas e quintal descoberto, que proporcionava um espaço descoberto que se abria para uma passagem pedonal comum, as vielas.

O musseque da Samba (Plano Regulador de Luanda de 1973)

No mesmo período em que foi produzido o Novo Bairro do Golfe, é elaborado pela empresa francesa Omnium Technique, um plano para a cidade denominado 'Plano Regulador de Luanda, Cacuaco e Viana'. Fizeram parte dele os arquitectos José Deodoro Faria Troufa Real, Adalberto Gonçalves Dias, António Nunes e Silva Campino, Vasco Vieira da Costa, Margarida Amaral Prazeres Pais e Ana Torres, o Governador Geral de Angola Camilo Augusto de Miranda Rebocho Vaz, o pintor José Pino, o representante da Igreja Católica o Bispo D. André Muaca e outros.

Embora se compreenda neste plano uma intenção maior em termos de abrangência da cidade de Luanda caracterizado essencialmente pela ampla extensão viária e conexão com o resto do país há uma leitura minuciosa também que vai até ao considerado já na altura o maior desafio que a cidade enfrentava que eram os musseques. Esta preocupação é visível na exposição que é feita também no ano de 1973 nem tão Câmara municipal de Luanda aonde grande parte da exposição é dedicada as imagens dos musseques com particular ênfase para o Cazenga, a Samba e o Golfe (Rádio Televisão Portuguesa, 1974).

Embora o plano tenha sido aprovado e a sua execução iniciada ainda no ano de 1973, dois (2) acontecimentos de grande impacto ocorrem no ano de 1974 e no ano de 1975, a Revolução de Abril em Portugal e a Independência de Angola. Estes dois eventos colocam em causa a implementação das acções previstas para a intervenção nos musseques, em particular a urbanização, entenda-se como tal investimentos no campo do saneamento especialmente bem como a de reestruturação fundiária.

É interessante perceber a forma como os arquitectos responsáveis pelo plano analisaram e fizeram a interpretação do espaço público e do espaço privado no musseque da Samba de forma a propor uma intervenção reabilitação urbana. A abordagem é feita em três passos que se pode resumir em delimitação, loteamento e urbanização. A primeira etapa, a da delimitação, pressupôs a definição de uma área de 1 ha no interior do musseque da Samba, aonde se identifica um conjunto composto por várias dezenas de edifícios de dimensões diferentes e possivelmente também com características construtivas diferenciadas. A segunda etapa, a do loteamento, já tem a ver com a definição de 33 a 35 lotes sendo que as áreas determinadas são de 150 m² dentro deste mesmo hectare previamente selecionado. É facilmente perceptível que é feita uma "limpeza" com impacto sobre os edifícios de menor dimensão sobretudo, no entanto, embora não seja explícito no documento, os critérios da habitabilidade terão tido também influência sobre as decisões dos arquitectos. Por último, a terceira etapa, a da urbanização, tem a ver com a aplicação dos chamados *standards* (padrões) aplicáveis às zonas de loteamento económico. Aqui os *standards* referem-se particularmente às intervenções de melhoria urbana nomeadamente questões de saneamento, de eletrificação e a definição também de arruamentos para os tráfego pedonal e automóvel.

O resultado dessa intervenção não se restringe somente à redução da densidade construtiva ou da implementação de elementos arbóreos no espaço. A perda dos vazios à volta dos quais se associam diversas unidades habitacionais deixam de existir sem que a solução preveja alternativas de equivalente leitura no espaço. Para além destes dois aspectos, não é perceptível compreender as alterações formais, pois o enquadramento da zona delimitada não nos permite ter noção do território na globalidade.

Fig. 2.53 (sup.)

"*Estado actual de um hectare no 'muceque Samba*"

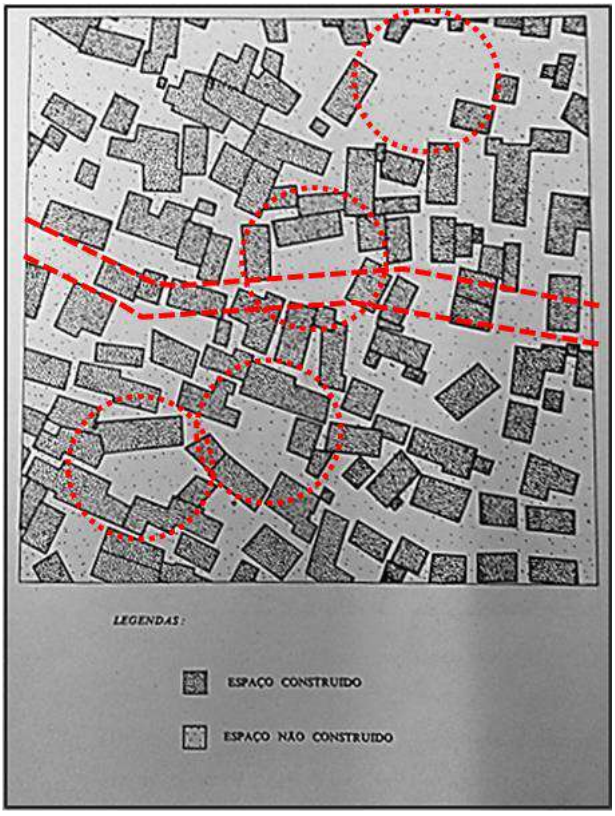
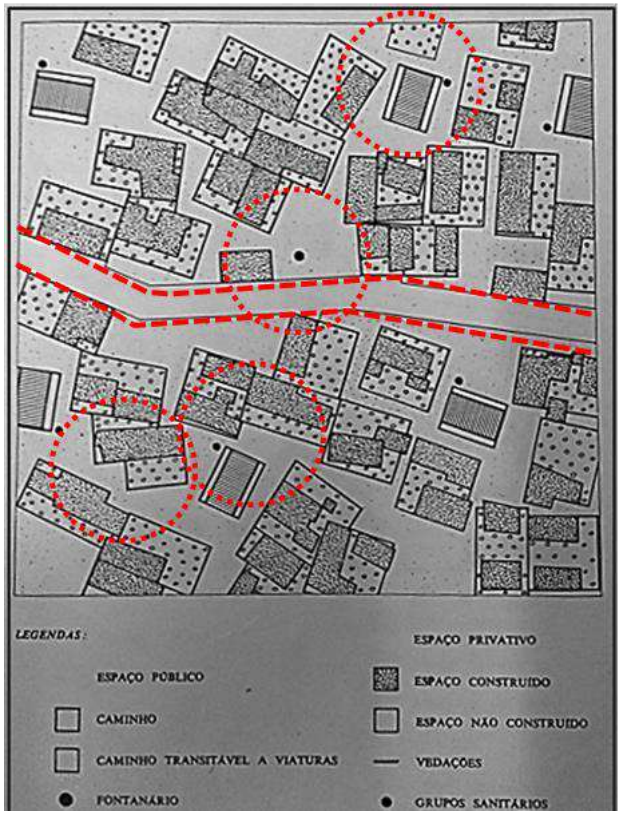


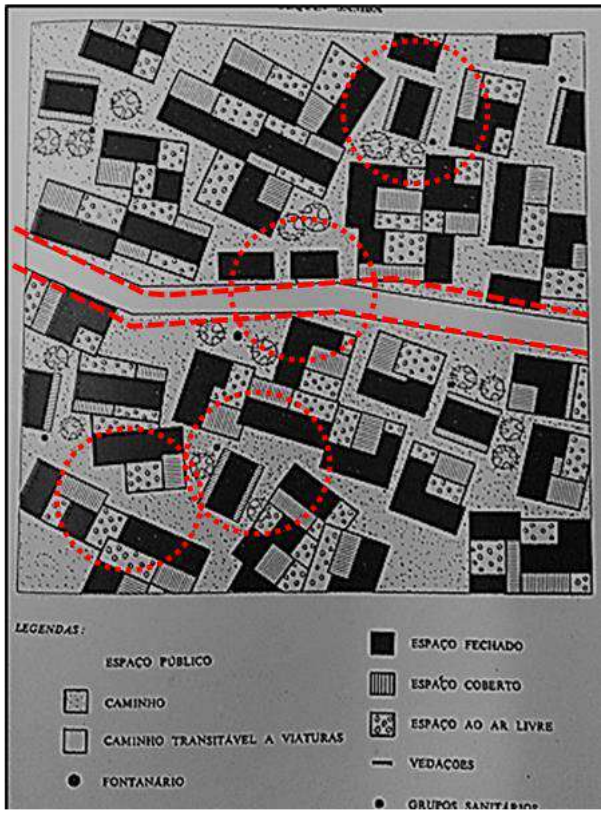
Fig. 2.54 (esq. abaixo)

"*Definição de 33-35 lotes de 150m2 no hectar escolhido no 'muceque' Samba.*"

Fig. 2.55 (dir. abaixo)

"*Aplicação dos 'standars' de zonas de lotes económicos no hectare escolhido no 'muceque' Samba*."





Síntese

O crescimento do musseque é processado a partir de uma lógica construtiva participativa peculiar, e possui uma concepção urbanística e arquitectónica que pretendemos caracterizar ao longo deste capítulo, determinante para a sua forma e espacialidade. No caso da habitação pode-se estabelecer, portanto, um princípio no processo de ocupação e consolidação da moradia que por via de regra é chamada de habitação evolutiva[56]:

(1) Módulo inicial (2x4 ou 4x8),

(2) Replicação do Módulo Inicial;

(3) Cobertura. (Fig. 02.45)

Os conceitos de tipo que aqui se aplicam não se baseiam em processos de pré-fabricação, mas sim em regras tradicionais de modulação habitacional conforme descrita anteriormente nos estudos de Ferreira Diniz (1918) e José Redinha (1973). Estes processos podem ser claramente ilustrados a partir das demonstrações apresentadas pelos estudos de Troufa Real (2011) e Van der Weiden (1996). Por um lado, temos o módulo que se replica para conformar o edifício e por outro lado, temos a disposição dos edifícios no espaço. Os dois processos podem ocorrer de forma isolada ou em simultâneo e são uma informação essencial para a compreensão dos diversos estágios evolutivos da forma da casa nos musseques.

Em relação à dimensão do terreno de implantação, a análise da ocupação do espaço feita a partir das fontes estudadas levam-nos à conclusão de que o edifício pode representar três relações proporcionais diferentes, ou seja;

[1] 1/5 do lote,

[2] 1/4 do lote e

[3] 1/3 do lote.

Ainda se identificam os edifícios sem quintal, mas que nos estudos de Troufa Real não são significativos.(Fig. 02.46)

Um dos aspectos essenciais é a característica de estarmos perante um *modus faciendi* denominado como habitação evolutiva que tem como consequência a materialização da tipologia adaptada pela manipulação espacial que o habitante impõe através do processo de ampliação e expansão do volume mínimo habitável.

[56] "*habitação evolutiva consiste em unidades residenciais unifamiliares constituídas de um núcleo inicial, despojado de acabamentos e de área exígua, susceptível, por definição, à melhoria e à ampliação por iniciativa dos proprietários, já instalados nas edificações.*" (de Sousa e Silva, 1990, p.62)

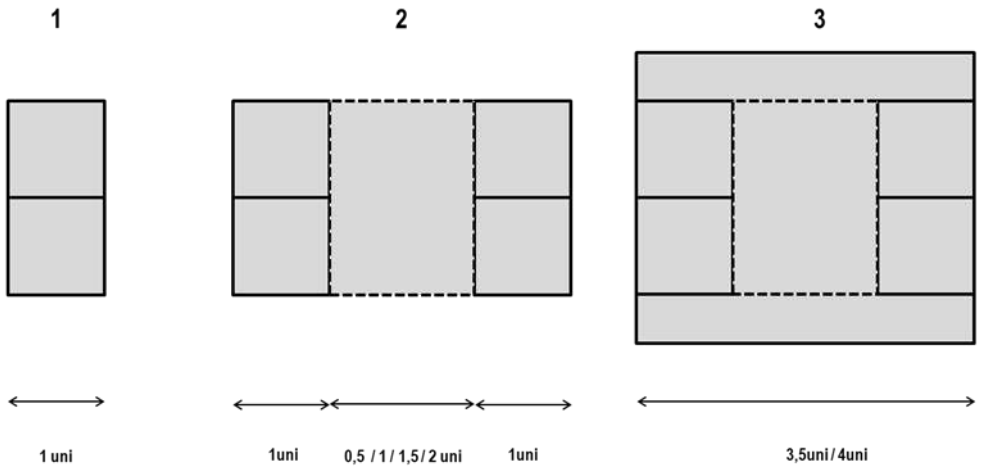


Fig. 2.56

Habitação Evolutiva no Musseque (Edificação)

Diagramas de Interpretação em três fases: (1) Módulo inicial (2x4 ou 4x8), (2) Replicação do Módulo Inicial; (3) Cobertura

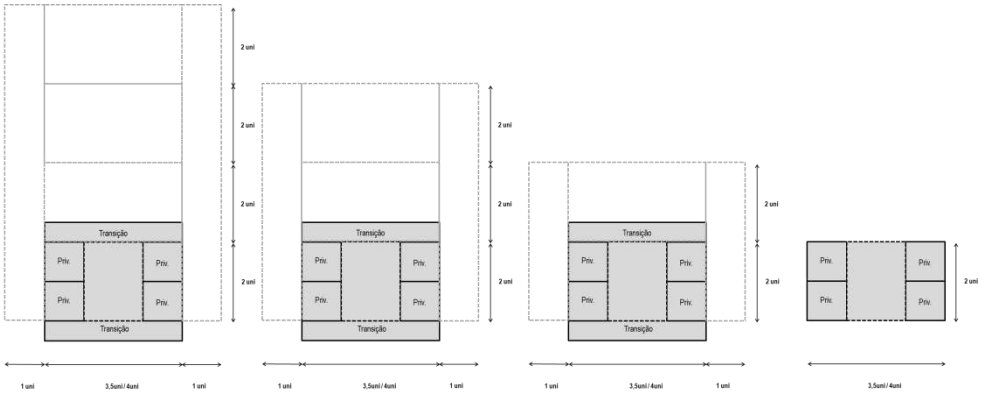


Fig. 2.57

Habitação Evolutiva no Musseque. Edificação - Logradouro

Diagramas de Interpretação da relação proporcional entre edifício e logradouro.

Considerações Finais

Morfologia Urbana

O estudo da morfologia urbana está hoje perfeitamente estruturado como ciência tendo como objecto de estudo privilegiado a forma urbana e os elementos que a compõem. As linhas de pensamento estruturam-se em três, as escolas tradicionais com particular destaque para as escolas britânico-germânica e italiana e a francesa. No entanto, no lastro destas escolas tradicionais outras linhas de pensamento foram surgindo e estão surgindo com novas abordagens ao estudo da forma. Todavia, constatou-se a necessidade de amplificar o debate sobre a morfologia urbana no sentido de introduzir outros códigos interpretativos que permitam abordar a comummente denominada informalidade, onde caem outras formas de fazer cidade. Poderemos estar perante outras denominações, interpretações ou elementos? A análise feita permite-nos compreender que a morfologia urbana é, em sua essência, uma abordagem à cidade como habitat humano que, por não ser um objecto de estudo estático, a sua dinâmica de transformação exige um antecipado conhecimento das dimensões humanas quer sejam elas históricas, sociais, económicas, entre outras. No caso da realidade africana no geral e da angolana em particular considera-se fundamental repensar os instrumentos morfológicos, com o fito de melhor compreender o espaço, seus elementos e consequentemente introduzir melhorias na qualidade de vida nos centros urbanos e população residente. Um dos aspectos identificados foi o vazio epistemológico com que nos deparamos acerca do urbanismo ancestral africano. O arquitecto e urbanista Peruano Rodrígues Rivero disse que "*Quando o colonizador chega, apropria-se do território e transforma-o de tal maneira que o mesmo deixa de ser a nossa referência espacial. Com as independências, o colonizador deixa o espaço para trás mas o nacional não consegue reconhecer, o que faz com que o mesmo fique no limbo. É desse limbo que temos que o resgatar, é esse o desafio da contemporaneidade para as cidades pós-coloniais em latino-América e África*". (Rivero, 2018)

Semiose Urbana

No processo de reconhecimento do espaço urbano, e porque identificamos no recorrido pelo urbanismo africano e seus estudos morfológicos um vazio epistemológico, é nossa convicção que a resposta está na reconstrução da linha do tempo que nos permita adquirir conhecimento sobre outras formas urbanas ou outras formas de interpretá-las. Aí, a semiótica e a etno-filosofia fornecem instrumentos metodológicos que nos permitirão compreender e interpretar o fenómeno de representação do espaço urbano nas cidades africanas. Referimo-nos ao significado quer do espaço físico, os seus elementos, mas também da forma de utilização do mesmo, factor determinante na construção da paisagem.

Musseques

A partir dessa ideia de compreensão das cidades africanas, em particular da cidade de Luanda, existe uma realidade formal que decorre de ser uma cidade colonial, ou seja, existem "duas cidades". Uma eurocêntrica e "a outra" cujas características estão pouco ou nada estudadas e que se denominam musseques, entre outras realidades urbanas. No caso de Luanda, embora exista um interesse sobre os musseques que resultou numa diversidade de estudos tanto em Angola como fora do país, há muito ainda por produzir. A exiguidade de estudos de desenho urbano sobre musseques, no âmbito da morfologia urbana e baseados nos elementos figurativos, organizativos, qualitativos e quantitativos da paisagem, com interesse para os estudos da forma dos assentamentos informais, processos de formação e transformação, com ênfase para casos históricos, coloca-nos a uma distância considerável do conhecimento pleno sobre valores históricos, sociais e estéticos destes territórios não acreditados.

Legitimar os musseques como estruturas urbanas diferenciadas dos bairros de matriz eurocêntrica, e ao mesmo tempo, como um elemento urbano legítimo é um desafio. Os códigos para ler estruturas de organização ancestral não são de alcance comum e as chaves para usar a história e a filosofia no trabalho são eixos a seguir para a plena compreensão do fenómeno da chamada informalidade urbana na cidade de Luanda.

Um dos aspectos mais evidentes da análise feita quer ao conceito, quer à caracterização tipológica é que musseque é um adjectivo cuja função no léxico urbanístico é a de indicar qualidades e estados de formas urbanas, que no caso específico remete para "desordem" e "não estruturado", termos comuns na construção do conceito e da caracterização tipológica. No entanto, o percurso pelo urbanismo ancestral africano e pelos processos de significação do espaço elaborados, bem como indícios de outros profissionais que se debruçaram sobre a matéria sem ser no campo da morfologia urbana, leva-nos a julgar pertinente que os musseques poderão ser unidades morfológicas com especificidades de organização e estruturação diferentes.

Ainda em sede da caracterização das tipologias dos musseques levanta-se a questão da "convivência" urbana entre o que é apresentado como ordem e desordem, estrutura e não-estrutura (Fig. 02.47) é um dos aspectos mais pertinentes e de visão a longo prazo da investigação sobre a forma dos musseques.

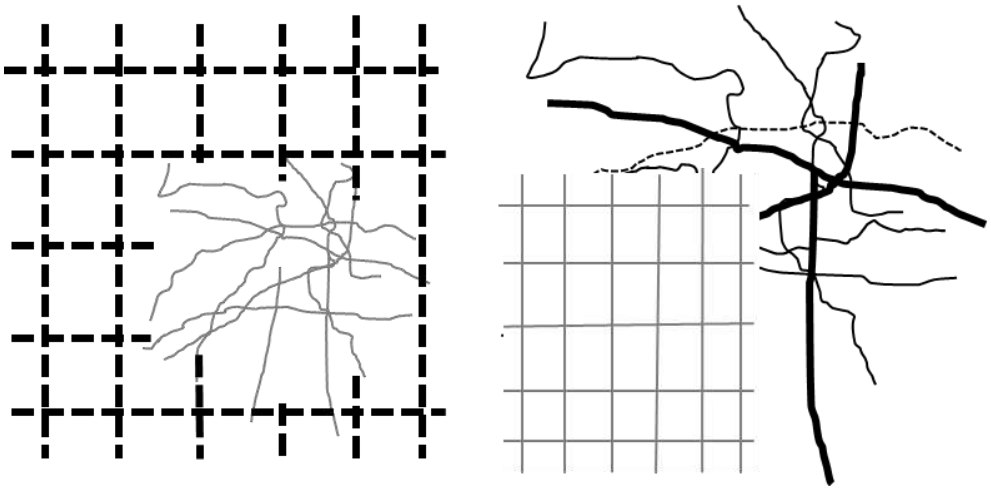
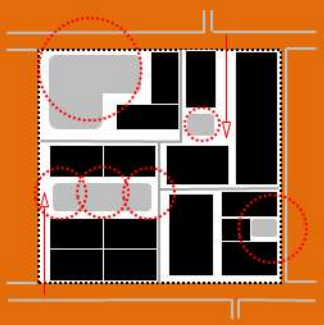


Fig. 2.58

Modelo Teórico

"Convivênia Ordem/Desordem"

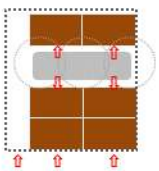


PARTE II CONCEPTUALIZAÇÃO DOS SIGNOS ESPACIAIS

"a sombra da mulemba vai ser a sala da sanzala (…)"

Teta Landu

Capítulo 3 – Conceptualização dos Signos Espaciais



Nota Introdutória

Este capítulo serve o propósito de apresentar o processo de conceptualização teórica dos Signos Espaciais dos Musseques, hipótese da tese.

Inicialmente é feita uma abordagem necessária à ancestralidade Bantu para introduzir na narrativa os fundamentos filosóficos e estéticos que fundamentam a proposta dos signos. Essa abordagem tem duas dimensões, sendo a primeira voltada para o contexto urbano recorrendo ao urbanismo cosmológico de Mbanza Kongo como caso de estudo e a segunda voltada para o contexto arquitectónico apresentando o seu contexto desde a configuração da célula base até ao conceito de casa em relação estreita com a estrutura familiar e como isso é determinante para a forma do espaço habitacional.

O segundo subcapítulo expõe o contexto contemporâneo dos musseques como os lugares onde os valores da ancestralidade bantu se sedimentaram, a adaptação desses valores ao contexto urbano e como isso fundamenta o musseque como uma paisagem cultural e polissémica recorrendo aos argumentos de Jane Jacobs (2003) e Umberto Eco (2000).

Feita esta abordagem introdutória, o terceiro subcapítulo propõe os signos espaciais dos musseques desde a casa até ao conjunto numa sucessão de aspectos interdependentes.

As considerações finais apresentam em síntese os signos como hipótese-solução à questão da investigação.

3.1 O legado urbano da ancestralidade bantu

Um dos formatos de identificação entre grupos e indivíduos é feito através da sua ancestralidade, às vezes associado a uma referência geográfica. Os musseques, durante o período colonial, estiveram sempre demograficamente associados a uma determinada origem etnolinguística (Coelho, 2015) predominantemente de origem nacional. Nos tempos actuais, esse factor relacional dilui-se para outros contextos, internacionais africanos já existindo referências a origens do oriente-médio e asiáticas. Estas origens podem ser etnolinguísticas se nos referirmos aos Bakongo, Ambundo, Khoi-Khoi, como também poderão ser político-administrativas se nos referirmos a ser de Benguela, Uíge, à escala do país, ou mesmo Cabo-verdiano, Maliano ou Chinês se a referência for além-fronteiras. Cada um destes contextos identitários é múltiplo e complementar, visto que poderão existir Luandenses-bakongo ou benguelenses-cabo-verdianos. O que quer que confira sentido de pertencimento a determinado contexto cultural e consequentemente permita aos indivíduos identificação com seus pares, o aspecto espacial (ou, territorial ou geográfico) é o factor identitário mais imediato e comummente denominado como tal, ou seja, o Bairro "Mártires de Kifangondo" é conhecido como o Bairro dos Malianos, ou no Musseque do Catambor existir a "zona dos Cabo-verdianos". Esta referência territorial é simbólica e carrega para o indivíduo ou grupo todos os significados por consequência, ou seja, ser do Musseque Marçal ou do Bairro do Alvalade tem significados completamente diferentes no que toca a origem, comportamentos e em alguns casos de interpretação mais folclórica, de autenticidade[1].

Voltando às características da população dos musseques, que embora tenha tido origem no período colonial, ainda prevalece com bastante expressão, vamos encontrar como expressão maioritária uma ocupação Ambundo, Bakongo e Ovimbundo e como minorias, os Khoi-Khoi e San (Khoi-San) e Outros, de onde se depreende uma amálgama entre população de origem portuguesa e cabo-verdiana.

Na generalidade, é importante para o cidadão luandense reforçar a sua origem. É comum ouvir dizer; "eu sou bakongo" ou "eu sou bailundo" como afirmação de diferença e fundamentação de comportamentos, evocando para o efeito um imaginário do que será pertencer a esta ou aquela nação. Estas evocações, que se manifestam em primeira instância no indivíduo e consequentemente no grupo ao qual pertença, tem um reflexo na utilização do espaço e obviamente na sua configuração.

Assim sendo, a compreensão das formas ancestrais de utilização do espaço poderá dar-nos uma luz acerca da origem dos hábitos e costumes dos actuais utilizadores dos musseques, objecto de estudo deste trabalho.

---

[1] Aqui, a referência ao Folclore deve-se ao facto de existir uma ideia de congelamento cultural à volta das tradições e manifestações populares que não admite a inovação. Neste sentido, a autenticidade não passa por possíveis inovações introduzidas pela contemporaneidade.

3.1.1 Espaço cosmológico da Dikenga: o caso de Mbanza Kongo

Mbanza Kongo; território e organização do espaço urbano

> "*O Kongo merece uma descrição mais longa, não porque fosse o Estado de maior extensão ou poder, mas por ser o mais conhecido da tradição. Nimi Lukeni fundou-o quando cruzou o rio, depois de deixar Bungu, no Mayombe, e foi conquistar a chefaria Ambundu de Mbanza Kongo. Ali ele "dividiu" o poder, e, em seguida, conquistadores e nativos se misturaram, "os nobres com os nobres, a gente comum com a gente comum*" (Vansina, 2010)

O Reino do Kongo, foi um estado Bantu de particular importância na região central do continente africano. Com um território central de cerca de 129.000Km^2 no séc. XVI (Thornton, 1977) a sua estrutura imperial agregava outros estados como vassalos o que lhe conferia um alcance territorial de aproximadamente de 500.000 km^2 dominando a extensão de mais de 1000km da costa atlântica do Rio Oguwé, no actual Gabão até ao Rio Kwanza em Angola e alcance para o interior abrangendo a bacia hidrográfica do Rio Zaire e territórios periféricos.

O reino foi a maior referência política da região durante o período que entremeou a fundação no séc. XII (Thornton, 1977) e a dissolução já no séc. XX. A população da nação Kongo, os *Bakongo*, são o terceiro maior grupo étnico de Angola, e representavam no total do território da antiga nação Kongo "cerca de 10.220.000 de habitantes no final do séc. XX" (Britannica) e a língua, o *Kikongo*, faz parte do ramo Benue-Congo das línguas Níger-Congo (Britannica) é um dos aspectos de unicidade extensivo a todo o território

> *"As capitais provinciais parece que tinham o estatuto de cidades, e de fato é esse o nome que os textos dão a Mbanza Kongo." (Vansina, 2010, p.652)*

A capital do Reino do Kongo, denominada M'Banza Congo é uma cidade de extraordinário significado histórico não só para Angola e nação Kongo, mas também referência internacional depois de ter sido elevada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) à categoria de Património Cultural da Humanidade, em 8 de Julho de 2017. O Centro Histórico de Mbanza Kongo, localizado no território angolano, ocupa uma área de 89.29 hectares, no entanto, existe um perímetro de protecção, comummente denominado de "zona tampão" que se estende por 622, 16 hectares (Fig. ___).

A localização da cidade e a sua toponímia estão relacionadas. A primeira denominação, "*Mongo a Káyila", refere-se ao planalto, colina, enfim, ao local aonde se ergueu a capital. E no reforço do acima descrito, e da natureza da caça que se praticava na altura entenderam dar o nome de Mongo a Káyila. No sentido de ser um espaço de unidade e de partilha*." (Nsaovinga. 2020). Outras denominações se seguiram, como "Kongo dya Ngunga" e "São Salvador" cujo topónimo em nada relaciona o lugar com os aspectos fisiográficos.

A descrição de John Thornton é bastante reveladora das suas características localizacionais:

> "*Mbanza Kongo situa-se no topo de um planalto de encostas escarpadas, com cerca de cinco quilómetros quadrados, a cerca de quinhentos e vinte metros de altura e sessenta a oitenta metros acima da planície envolvente. Possui uma vista abrangente a partir de todos os pontos e é facilmente acessível mediante uma estrada que sobe a partir do lado sudeste. Ao longo desta estrada, existiam várias nascentes que no passado forneciam água à cidade. No vale ao nível inferior encontram-se pinturas rupestres de um período indeterminado. A construção da cidade de Mbanza Kongo (Cidade do Congo em kikongo, cuja ortografia oficial é M'banza-Kongo) iniciou-se provavelmente no séc. XIV, embora possam existir no local vestígios mais antigos que ainda não tenham sido alvo de adequada exploração arqueológica. A cidade já era a capital do Congo quando os portugueses chegaram à África Central em 1483 e, na altura, o seu núcleo principal era descrito como tendo as mesmas dimensões de Évora. De qualquer forma, tratava-se da maior cidade da África Central e encontrava-se entre as maiores do continente. Atualmente, é a cidade habitada mais antiga a sul do Equador.*" (Thornton, 2019)

No entanto, para além de Thornton dar-nos dados acerca da dimensão do núcleo urbano de Mbanza Kongo, segundo Filippo Pigafetta (1533–1604) e Duarte Lopes (1550 – 1589), o território completo da cidade estaria circunscrito num círculo de aproximadamente 30Km de diâmetro o que corresponde a pouco mais de 20Km^2 de extensão.

> *"Embora a capital do reino do Kongo esteja, de certa forma, englobada no território de Pemba, a cidade e seus arredores, numa circunferência de umas 20 milhas, são governados pelo rei em pessoa e podem ser considerados como um distrito à parte. Na língua do país, [a cidade] é chamada Banza, o que quer dizer, de modo geral, 'corte, residência do rei ou governador" (Pigafetta & Lopes, 1965, p. 78-9. apud Vansina, 2010)*

Ou seja, o centro político/administrativo, com cerca de 5Km2 representaria aproximadamente 15% do território de administração directa do soberano.

> *"Situando-se quase no centro do reino, a capital era uma praça-forte, da qual "se pode enviar rapidamente socorro a qualquer região". Cidade bem construída, cercada de muralhas de pedra, Banza – que os portugueses batizaram de São Salvador – era também uma grande metrópole comercial, onde se encontravam as principais rotas comerciais provenientes da costa e do interior." (Vansina, 2010, p.651)*

> *"O tamanho da população de Mbanza Kongo no seu auge, ou seja, por volta de meados do séc. XVII, foi estimado em cerca de 60.000 a 70.000 habitantes" (Thornton, 1977).*

Em síntese, a cidade enquanto forma pode ser interpretada como um espaço delineado por dois círculos concêntricos que definem dois sectores, um exterior e outro interior, com ocupações diferentes.

O Sector Interior

O sector interior, referido como praça-forte, ou seja, a cidade era fortificada, é o centro político e administrativo da cidade. Diversas descrições da época identificam as características das mbanzas dos sécs. XVI a XVIII

> "*como assentamentos expansivos centrados em torno de um núcleo simbólico composto pela residência do duque, os conjuntos da nobreza relacionada, um bosque sagrado com os túmulos dos ancestrais e uma praça para fins cerimoniais e judiciais*" (de Maret 2002, p. 7; Coquery-Vidrovitch 2005, p. 77).

Analisando o sector interior, subdivide-se em esfera pública e privada, sendo que a esfera pública referir-se-á à residência do soberano, ao bosque sagrado com cemitério e à praça sendo que estes três elementos são representativos da ordem social e a esfera privada, constituída pelos conjuntos da "nobreza relacionada", que por serem áreas residenciais formam o tecido básico do sector.

Analisando Mbanza Kongo, os elementos que compõem a esfera pública são significativos e representam, *per se*, a ideia da cidade. Segundo Bruno Máximo, a paisagem da cidade seria "*composta por três lugares, o Kulumbimbi, a Yala-Nkuwu e o Ntotila. Todos os três lugares são pontos que sustentam um sistema que determina a harmonia da paisagem, a ordem social." (Máximo, 2016. p. 133-134).* Quando ao referir-se a *Ntotila* como um lugar, o investigador Bruno Máximo leva-nos a inferir que a condição que o indivíduo comporta está directamente associado a um espaço de referência histórico-social colectiva, ou seja, falar de Ntotila é o mesmo que falar do Palácio Real (Zau, 2019; Obenga, 2010, p. 73). Cada um destes elementos serão explicados na secção seguinte.

O Sector Exterior

O território circundante ao núcleo muralhado residiam os fidalgos cuja descrição de Maret é comparável à da organização da Mussumba, capital Lunda, ou seja, no interior do espaço murado está o Soberano e os membros da corte e no exterior, mas ainda dentro do território urbano, os demais cidadãos, de hierarquia inferior.

> *"Fora das muralhas que circundam a casa do rei e a cidade portuguesa, muitas construções pertencentes a vários fidalgos, cada qual ocupando, sem qualquer ordem, o lugar que lhe apraz, para viver perto da corte. Portanto, não é possível estimar o tamanho desta cidade fora dos dois recintos, pois todo o campo está repleto de casas rurais e palácios. Cada nobre, em seu complexo, é murado como uma aldeia." (de Maret, 2002, p. 7)*

Esta descrição é comum a outros autores, como por exemplo o capuchinho italiano Giovanni Francesco Romano que descreve ainda no séc. XVII que "ao redor da montanha, existem inúmeras residências e vilas de indivíduos importantes."2 Deixando claras as propriedades espaciais de uma mbanza).

Estas vilas, por princípio reproduzem os mesmos princípios ocupacionais da Mbanza embora a escala de ocupação seja diferente. No entanto, os princípios de organização do espaço como o acesso, a casa do N'tinu, a árvore e outros elementos conforme abordado previamente no subcapítulo sobre o Urbanismo Ancestral Africano.

Um elemento fundamental na leitura do território de Mbanza Kongo são as nascentes de água. As fontes indicam que "o fundador da antiga cidade de Mbanza Kongo (…) ocupou um território marcado por doze nascentes"[3] (Bortolami. 2016). Estas nascentes serviam como marcos territoriais das doze famílias que constituíam a corte do soberano e acreditamos estarem na origem da descrição que Maret faz de que "Fora das muralhas que circundam a casa do rei e a cidade portuguesa, muitas construções pertencentes a vários fidalgos, cada qual ocupando, sem qualquer ordem, o lugar que lhe apraz, para viver perto da corte.". Longe de ser uma ocupação anárquica, a natureza tem aqui um lugar preponderante.

Existe ainda outros significados associados às nascentes e estão relacionados com a arvore Nsanda. O historiador Batsikama explica essa relação dizendo que "*Antigamente, os primeiros ocupantes duma terra implantavam a planta nsânda, tão-somente depois de identificar uma ou mais fontes/nascentes. Logo, quer a árvore, quer fixi/ñkêlo passavam a identificar específicas famílias entre muitas como proprietárias das terras ocupadas*." *(Batsikama, 2012)*

---

[2] Trad. ""On the slope, all around the mountain, there are numerous residences and villas of important individuals. The top of the mountain consists of a very large plateau; that's where the city, which is very extensive, is built" (Bontinck. 1648. apud Clist, et al., 2015)

[3] Citação completa "O fundador da antiga cidade de Mbanza Kongo foi Nimi a Lukeni ou Ntinu Wene, filho de Nimi a Nzima, e ocupou um território marcado por doze nascentes, partilhando-as com as doze (12) famílias fundamentais ou makanda que mais tarde passaram a disputar o poder político através de eleições. Estas doze linhagens são: Kinvuzi, Nsunda a Mpumbu, Kintumba a Mvemba, Kinanga, Kimyala, Kintinu ou Nekongo, Mpanzo a Nkanga, Mvemba a Lukeni, Kinzinga, Nemafuta, Mpanzo a Nimi e Kinzanga a Malunga." (Bortolami. 2016)

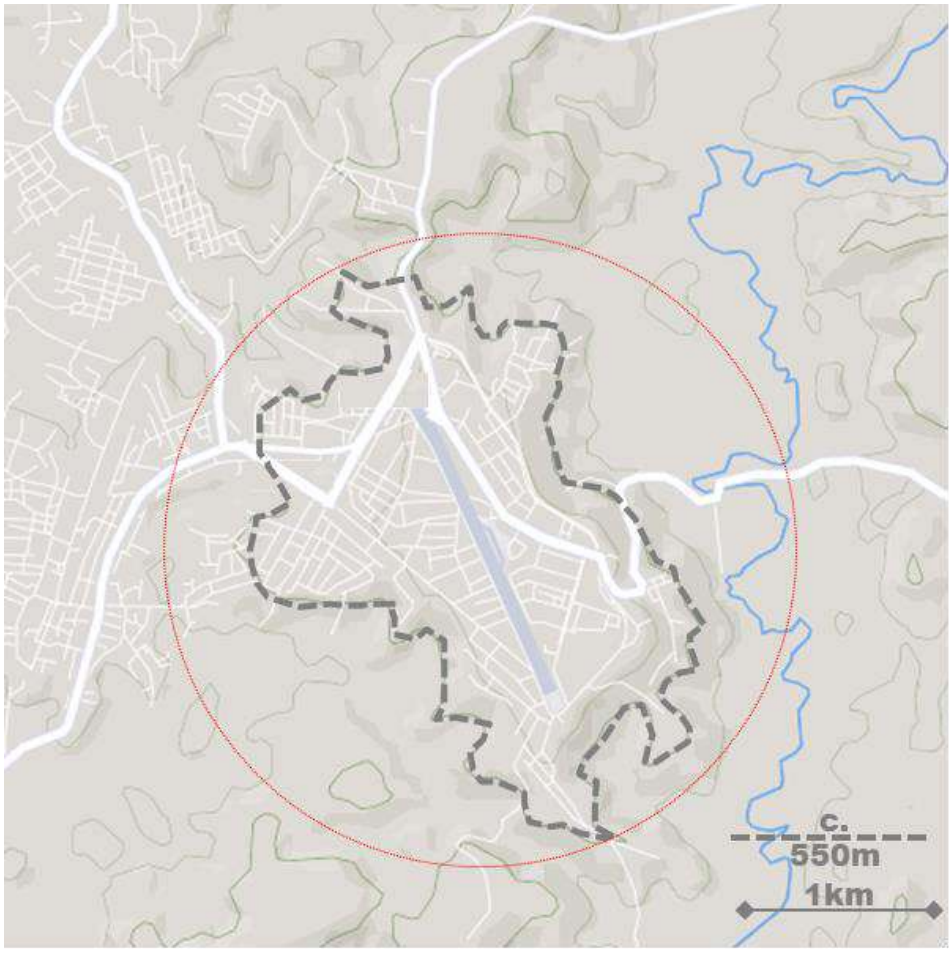


Fig. 3.01

Mbanza Kongo
Representação do círculo de ocupação territorial Sector Interior

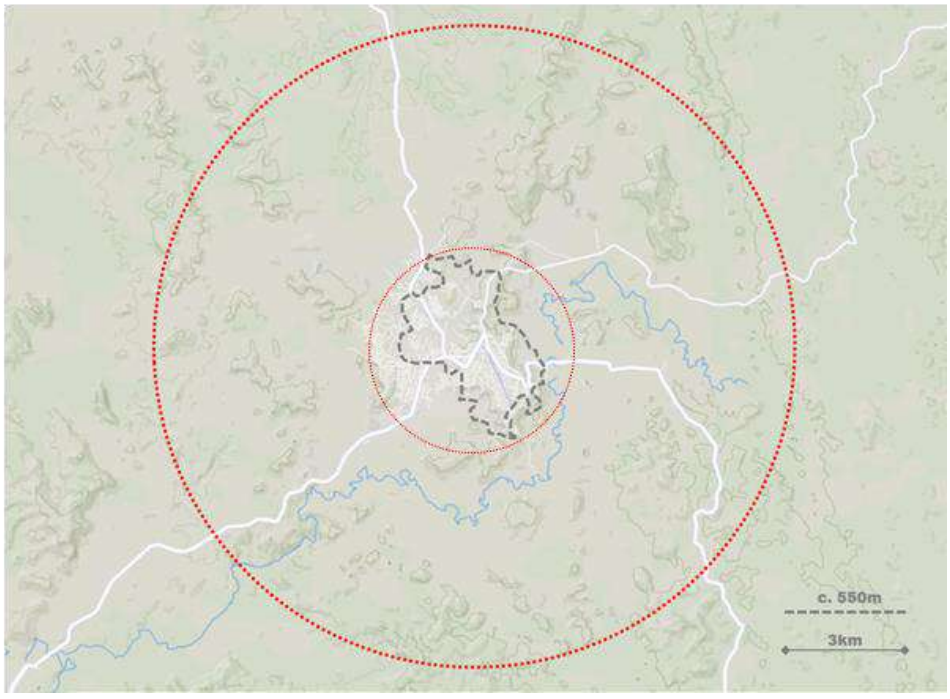


Fig. 3.02

Mbanza Kongo
Representação do círculo de ocupação territorial Sector Exterior

Desenho: Autora

Fonte: Mapcarta

Dikenga dya Kongo e a representação simbólica dos elementos urbanos de Mbanza Kongo

Dikenga dya Kongo

> *"Here is what the Kongolese Cosmology taught me: I am going-and-coming-back-being around the centre of vital forces. I am because I was and re-was before, and that I will be and re-be again." (Fu-Kiau kia Bunseki-Lumanisa, 2001)*

O antropólogo congolês Andele Fu-Kiau kia Bunseki-Lumanisa (1934 – 2013) publicou em 1969 o livro *N'Kongo ye nza ya kunzungidila. Nza-Kôngo (Le Mukongo et le monde qui l'entourait. Cosmogonie Kôngo) onde,* transmitiu ensaios narrados por anciãos do Kongo do norte (*Manyanga*) expondo assim as teorias da cultura bakongo sobre a formação do Universo.

Na generalidade, o sistema de pensamento na nação Kongo, remete para a interpretação do mundo a partir do princípio da circularidade da vida assente numa estrutura religiosa diádica, considerando os ancestrais (mortos) e o clero (vivos) como os elementos basilares da prática religiosa[4] bem como os elementos que permitem a comunicação entre estes dois grupos.

> *"O homem perde todo o conhecimento de sua vida anterior porque tem que voltar a crescer, renascer. O bakongo acreditava na continuidade da vida em torno de círculo. Quando o homem morre na terra (mundo dos vivos), seu espírito renasce ao mesmo*

---

[4] A prática religiosa dos bakongo, segundo Vansina, assentava numa estrutura triádica, nomeadamente: os antepassados, o clero e os sortilégios[4].

> *"A ideologia da realeza (nkisi) decorria das concepções religiosas gerais. Três cultos importantes nela desempenhavam um papel: o dos antepassados cujo lugar sagrado era o bosque do cemitério real, o dos espíritos territoriais (o espírito de Mbanza Kongo era zelado pelo mani kabunga, o clero encarregado dos espíritos, tanto no nível da aldeia quanto do reino) e o dos sortilégios reais." VANSINA. História Geral da Africa. Vol. IV. Pág. 656.*

Já Bunseki-Lumanisa, considera a estrutura religiosa como sendo diádica, considerando os antepassados (mortos) e o clero (vivos) como os elementos basilares tratando os sortilégios como a comunicação entre estes dois grupos. Esta estrutura religiosa sofre um processo de transformação sincrética após o contacto com os portugueses, no final do século xv. A cruz do cosmograma Dikenga dya Kongo é anterior à chegada do cristianismo nesta região conforme estudos arqueológicos o comprovaram. Embora esta transformação não seja o foco deste trabalho, interessa esclarecer que vários estudiosos, nomeadamente, Thornton (1984), Macgaffe (1986) e Souindoula (2011), defendem que a religião praticada no reino do Kongo, a católica portanto, seria "uma nova forma de lidar com os velhos conceitos tradicionais" (de Souza. 2014).

tempo em Mpemba (mundo mortes). Esta ideia de dois mundos, o dos vivos e o dos mortos (Mpemba) traduz a representação do mundo pelo mukongo. Eram duas montanhas, uma acima e outra abaixo da água. Pelo que acabamos de ver sobre o mundo e os principais estágios do sol, o bakongo teve uma ideia na cruz, encontramos testemunhos em cavernas e em pedras." (Fu-Kiau kia Bunseki-Lumanisa, 1969, p. 121)

A Dikenga encerra em si as quatro dimensões da filosofia Bantu, a condição humana, a corporeidade, o espaço e o tempo e por último a existência numa composição quaternária como é feito o entendimento cosmológico da cultura bantu e correspondendo às categorias do pensamento filosófico, *Muntu, Kintu, Hantu* e *Kuntu*" previamente abordadas no capítulo 2, na secção sobre "Filosofia e Forma: a relação entre o pensamento e o espaço" (Negedu, 2004; Cunha Júnior. 2010).

Este imaginário cosmogónico é representado através de um cosmograma denominado Dikenga[5]. O autor Andele Fu-Kiau kia Bunseki-Lumanisa em 1969, apresentara no seu trabalho a versão apresentada mais simples é um círculo em torno de uma cruz com quatro círculos, cada um na extremidade dos eixos da cruz e um círculo com a indicação no sentido anti-horário (Fig. 03.03). No entanto, outras formas de representação são apresentadas no trabalho da dupla Robert Farris Thompson e Joseph Cornet em 1981 onde o cosmograma Dikenga toma diferentes feições. Tanto pode ser um losango com discos solares em cada um de seus ângulos ou por um quadrado dividido em quatro seções (Fig. 03.04 e Fig. 03.05)

O Dikenga, como representação simbólica dos grandes ciclos do sol, da vida, do universo e do tempo, pensa a existência humana como um grande ciclo dividido em quatro etapas, integrando o mundo dos vivos (*ku nseke*) e o mundo dos mortos (*ku mpemba*). Estes dois mundos, estão divididos e conectados por dois eixos concorrentes: o eixo horizontal, Kalunga, representa a separação e o eixo vertical, *MuKula* que representa a conexão. Em suma, a criação do mundo, a vida humana e os grandes processos sociais são explicados através deste cosmograma, que funciona como uma grande metáfora do ciclo vital. "Do ponto

[5] I dove deeper into the fascinating Dikenga rabbit-hole and found this description of the concept as a whole: the stage known as Musoni is the stage of the conception of ideas, human beings, and ail things conceivable. Musoni corresponds to when the sun is at midnight and is represented by a yellow colour. Although the sun has set and therefore cannot be seen directly by the observer, it is understood to still exist. Similarly, when a person dies, he/she is understood to still exist in the same fundamental way as the human being is conceived of as ntângu a môyo 'a living sun' (Fu-Kiau 1994: 26).' By the same token, matter is not created or destroyed - it simply changes form. [...] After Musoni, the next stage is Kola, illustrated in Black, which represents birth, sunrise, and [...] the beginning of the story. Next, Tukula, associated with the colour red, represents the sun at noon. It corresponds to the highest point in a person's life [...]. The next stage is Luvèmba, shown in a grey colour. This represents sunset. This is the stage of the transformation that occurs when a person passes on. However, in the African worldview, this is not truly the end. Indeed, Fu-Kiau asserts that "Dying is not an end. Dying for the Kongo is just going on vacation" (Fu-Kiau 2001b). The underlying concept is articulated in the proverb "tufwanga mu soba — we die in order to undergo change" (Fu-Kiau 1994: 27) Luvèmba is where the story comes to its closing formula but continues to exist in other forms.

mais baixo do círculo, à meia-noite do trajecto solar, dá-se a concepção e vem *Musoni*, em amarelo, o tempo de germinar, do crescimento silencioso que antecede o nascimento. Após o nascimento acontece *Kala*, representado pela cor preta, tempo de crescimento, aprendizado. Com o amadurecimento vem *Tukula*, em vermelho, o ápice da liderança, da força, quando a linha vertical faz a conexão directa com o mundo dos ancestrais. Após o sol ao meio-dia, se inicia o processo de decadência que inevitavelmente levará à morte física, *Luvemba*, representado pelo branco dos ossos, do pó, deste tempo de silêncio que antecede outro grande ciclo vital. "Cada vez, os quatro momentos principais do sol em seu curso estão presentes: a alvorada, o zénite, o crepúsculo e a meia-noite". (Thompson & Cornet, 1981, p. 32-33)

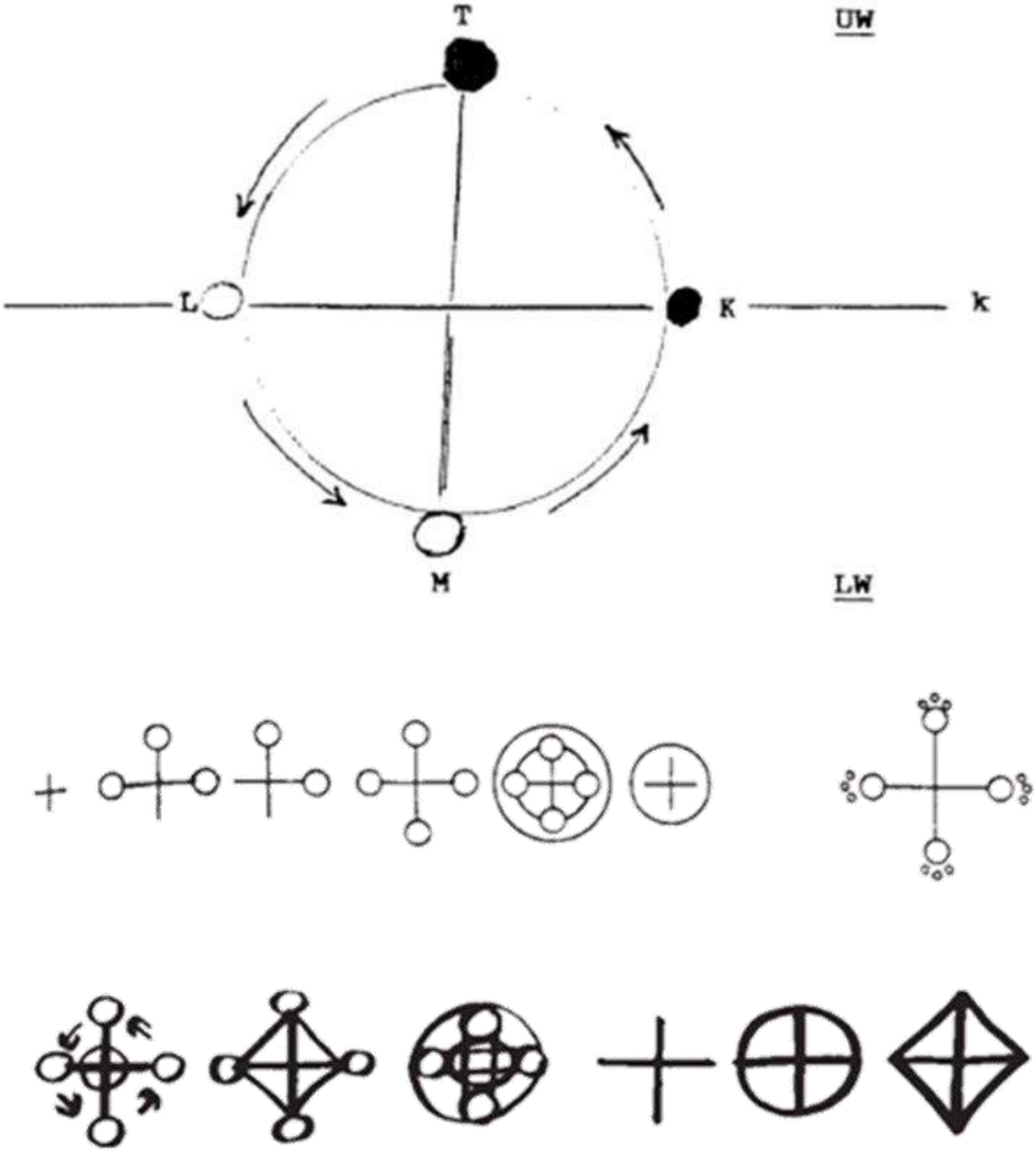


Fig. 3.03

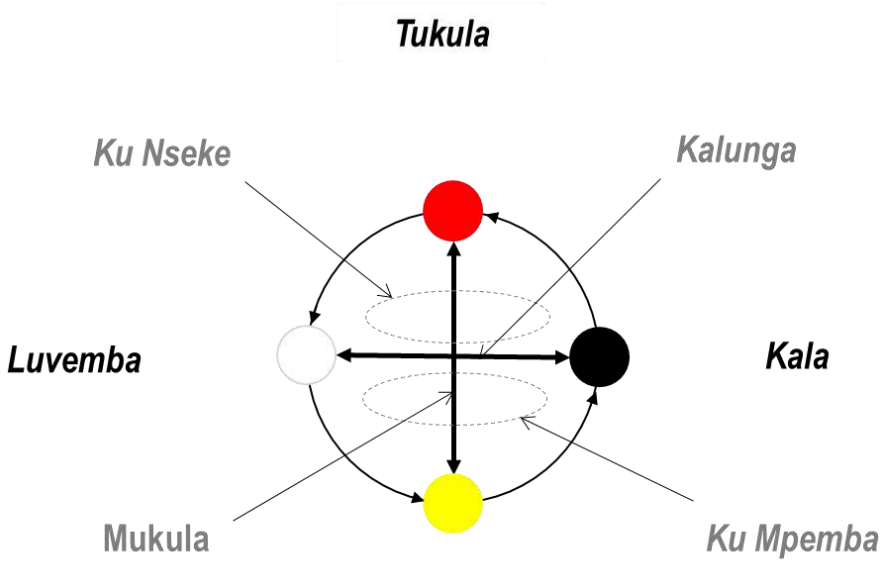
Representação da Dikenga

Fig. 3.04

Representações da Dikenga adaptadas a partir do autor Bunseki Fu Kiau

Fig. 3.05

Representações da Dikenga adaptadas a partir dos autores Robert Farris Thompson e Joseph Cornet

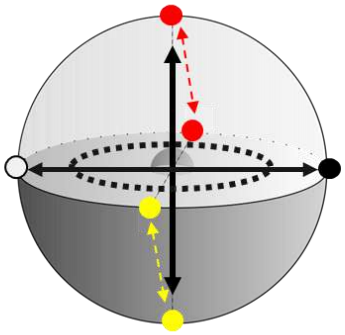


Musoni

Ku Nseke
Representa o mundo dos vivos. Espaço Superior

Tukula
Maturidade / Ascendência
Norte / Zénite
Meio-Dia

Kalunga
A linha/plano *Kala-Luvemba*, divisória entre o mundo dos vivos e dos mortos. Simbolizada pela superfície das águas esta fina barreira é tanto uma barreira como um portal entre os mundos.



Luvemba
Oeste / Nascente
Morte /Transformação
Crepúsculo

Kala
Nascimento / Renovação
Este / Nascente
Alvorada

Mukula
Eixo Musoni – Tukula, crescimento e tempo. A aquisição do pleno conhecimento sobre os princípios da vida ensinado pelos ancestrais. Canal que os ancestrais utilizam para assistir os vivos.

Musoni
Sul / Nadir
Concepção / Ancestralidade
Meia-Noite

Ku Mpemba
Representa o mundo dos mortos . Espaço Inferior

Fig. 3.06
Dikenga Dya Kongo | Representação Bidimensional (sup.)

Fig. 3.07
Dikenga Dya Kongo | Interpretação e representação Tridimensional (inf.)

> *"Existe, na verdade uma estreita relação entre o espaço natural e o cósmico, o espaço social, enquanto espaço contruído, e o espaço percebido e representado. É a sociedade que produz o espaço social através da apropriação da natureza […] e da diferenciação." (Fernandes 1992)*

Esta realidade vem expressa na civilização Kongo onde toda a estrutura de pensamento, comportamento e organização assenta na narrativa do cosmograma. Segundo Fu-Kiau kia Bunseki-Lumanisa a semana tem quatro dias, assim como o dia tem quatro tempos e da mesma forma, os processos de aprendizado são realizados habitualmente em quatro níveis, cada um ocorrendo sob o nome específico de seu estágio correspondente no Dikenga, bem como sob a cor que representa esse estágio (amarelo, preto, vermelho ou branco).

Esta estrutura também se aplica ao espaço urbano e para melhor elucidar esta 'estreita relação' propomos interpretar o espaço de Mbanza Kongo.

Como foi previamente explanado, a cidade subdivide-se em dois sectores, interior e exterior. A organização do espaço é constituída por tem quatro entradas representando cada uma delas um dos pontos de referência do cosmograma, *kala, tukula, luvemba e musoni* e segundo explanação do autor Fu-Kiau kia Bunseki-Lumanisa, "com as residências dos seguintes quatro indivíduos ou grupos principais localizados perto dessas entradas"[6] (Fu Kiau, 1994, p.29). No interior do espaço existem três elementos que constituem o sistema que determina a harmonia da paisagem, a ordem social como previamente referimos, Kulumbimbi, Yala Nkuwo e Ntotila e a seguir apresentamos uma breve explicação acerca da significação destes elementos no contexto da cidade.

Kulumbimbi é o nome kikongo atribuído à Catedral de São Salvador do Congo, edificada pelos jesuítas no séc. XV, especificamente no ano de 1491. O edifício, actualmente em ruínas, tem formato rectangular com os paramentos para suportar um telhado de duas águas (originalmente de colmo e actualmente desaparecido), É uma construção em técnica mista de pedra identificada a partir dos paramentos autoportantes com preenchimento de materiais diversos e revestimento de alvenaria de pedra. Na sua área de implantação está também o cemitério dos Reis do Kongo.

> *Kulumbimbi era o lugar dos mortos. Algo especial entre o povo bacongo, os mortos regiam a vida dos vivos, cotidiano, determinando e condicionando a existência dos seus descendentes através de sua interferência no mundo. O cemitério, o Kulumbimbi, era o lugar do poder ancestral, reforçado e empoderado pela presença de mortos especiais, os Ntotila do Kongo. O*

[6] Transcrição completa. *"Further, in response to the cosmological ruling principle, a typical Kongo village usually has four entrances (mafula), with the residences of the following four key individuals or groups located near those entrances: Nganga (initiated masters), mfumu (generally political leaders), ngwa-nkazi (uncle, the tier of both positive and negative knots in the community),6 and Mase (fathers, protective power). Likewise, learning processes typically are performed at four levels, each one taking place under the specific name of its corresponding stage on the dikenga (the cosmogramic wheel) as well as under the colour representing that stage (yellow, black, red, or white)." (Fu-Kiau kia Bunseki-Lumanisa, 1994, p.29)*

lugar era vivo e atuante na realidade da população, tendo os mortos necessidades materiais de oferendas e homenagem. O Kulumbimbi é o lugar de comunicação e ligação material com o outro mundo. (Máximo, 2016. p. 133-134)

Existem razões para que estes dois elementos de Mbanza Kongo estejam associados, mas não sendo o objecto desta tese abordar as razões, deixamos somente a indicação de que o local onde hoje se encontra o cemitério não é o original da cidade. Segundo Bruno Pastre Máximo, "*O local de sepultamento dos reis não correspondia ao que hoje se chama Cemitério dos Reis do Kongo/Kulumbimbi. Eles enterravam os reis em uma floresta, um local chamado ambiro*." (Máximo, 2016, p.115) Esta afirmação confere com o autor Jan Vansina que, referindo-se à sociedade Kongo diz que "*As tumbas dos ancestrais ficavam bem perto da capital e eram veneradas*." (Vansina, 2010, p.651). Esta característica identifica o cemitério como um lugar de culto, representativos da cultura bakongo, que vê no cemitério um lugar de memória gerado a partir da experiência espacial, temporal e corporal fomentada pelo local. Não tendo esta tese o propósito de discutir os espaços do cemitério é importante dar relevância à relação entre vivos e mortos e a sua influência na composição e posição desses espaços na cidade. Olhar para o cemitério não somente como o lugar de descanso do corpo *mas um lugar de actuação onde o tempo da morte é processado socialmente, atribuindo ao morto um espaço social de relevância transformando o local num espaço ritualístico de memória e não de luto.* Assim sendo, temos dois elementos significantes na leitura urbana da Mbanza, o *ambiro* (bosque sagrado)[7], periférico ao centro e o espaço dual igreja-cemitério, localizado no centro. Ambos, representam o espaço ideativo Kulumbimbi sendo que o primeiro é anterior ao contacto com os portugueses e o segundo, derivado de um processo sincrético que une as duas culturas (portuguesa e bakongo) e traduz um processo único, o culto aos antepassados.

Yala Nkuwu é o nome que identifica a árvore sagrada de Mbanza Kongo. Esta árvore é uma *Nsanda*, ou *Ficus thonningii* e tal como o Imbondeiro ou a Mafumeira, tem significado comum na cultura da maioria dos povos Bantu incluindo a diáspora africana como afirma o antropólogo brasileiro Raul Geovanni da Motta Lody, responsável por vários estudos na área das religiões afro-brasileiras, sobretudo na Bahia, que "a árvore simboliza o tronco erecto e viril – membro fecundante da terra e do céu". (Lody, 1995). Os autores Patrícia Ann Lynch e Jeremy Roberts no seu livro 'African mythology', reforçam a árvore como símbolos de união entre a comunidade dos vivos e dos mortos e como marcos reais; "Essas árvores são tratadas com respeito e recebem oferendas (…) São denominadas como Libaka ("união"); é um símbolo da unidade do visível — a comunidade viva — e do invisível — os ancestrais que morreram. Sempre que uma nova aldeia era construída, ela não era considerada uma aldeia até que o chefe plantasse uma Mafumeira à frente de sua casa. Convénios, ou pactos, de paz e amizade seriam efectuados junto da Libaka para que os ancestrais pudessem testemunhá-los."[8] Para o historiador Batsikama, a Yala Nkuwu representa o túmulo do primeiro

[7] Actualmente, no contexto urbano, a árvore perdeu o seu valor simbólico como "portal" para os ancestrais. No entanto é comum, enterrar comida ou verter bebidas alcoólicas no solo para "alimentar os ancestrais" antes de algum acto ritualístico, incluindo políticos.

[8] Trad. "These trees are treated with respect, and offerings are made to them. (…) They call the tree Libaka ("union"); it is a symbol of the unity of the seen—the living community—and the unseen—the ancestors who have died.

Ntotila, Nimi Lukeni, fundador do Kongo[9] o que nos pode levar a crer que a mesma tenha sido plantada por ele, por volta do séc. XIII. Para o etnógrafo Karl Laman a "*árvore borracha Nsanda que é na ocasião da coroação plantada na corte fechada (lumbu) e é um signo dinástico de dignidade (…)*"[10] (Laman, 1975, p.150) Para além dos aspectos místico-religiosos a árvore desempenha um papel na demarcação dos territórios. Segundo Kiangani Luzito uma das razões da árvore como elemento essencial no espaço urbano *"era de identificar a origem comum e os direitos fundiários das famílias"* (Luzito, 2017, p.49) *razão que sustenta o mito de que a sua integridade física deve ser preservada a todo o custo.* No entanto, o comum na interpretação da importância desta árvore é o facto de ela ser um símbolo da ancestralidade (Bentley.1900 ; Faria Leal. 1914 ; Weeks. 1914)[11] e por essa razão, conferir ao espaço onde se localiza um lugar privilegiado para o exercício da justiça. Para os *bakongo*, a árvore tem uma representação dual. Por um lado é um marco territorial, directamente relacionado com o lugar do soberano-fundador, que é quem tem a responsabilidade de a plantar e assim legitimar a comunidade representando a união entre a comunidade e os seus ancestrais, são elementos respeitados e reverenciados.

> *"A Yala-Nkuwu é o lugar da justiça ancestral, o lugar em que a tradição é confirmada e reforçada para o povo pela própria árvore, referencial do que deve ou não ser feito pela comunidade. Seu poder é o da ancestralidade, o instrumento no qual o Kalunga se mostra presente para reforçar a sua autoridade através da tradição." (Máximo, 2016, p.133-134)*

Por outro lado, o espaço que ocupa constitui um lugar público privilegiado, "*associado directamente com as acções e experiências que ocorrem junto a ela.*" (Máximo. 2016), um referencial do centro do espaço comunitário, ao redor da qual as acções públicas são decretadas pelo soberano para que possam ser testemunhadas pelos ancestrais, *(Lynch & Roberts.* 2010), ou seja, um símbolo da justiça ancestral. "*Yalankuwu, a árvore sob a qual se desenrolavam as reuniões e os julgamentos encontra-se no Lumbu, isto é, no interior da cercadura da casa do soberano Kongo*" (*Bortolami, 2016*)

Palácio Real. O edifício que hoje conhecemos é herdeiro de outros edifícios construídos no local, cuja história é claramente narrada pelo historiador americano John Thornton.

Whenever a new village was built, it was not considered a village until the chief planted a silk-cotton tree in front of his house. Covenants, or pacts, of peace and friendship were made at Libaka so that the ancestors could witness them" (Lynch & Roberts, 2010)

[9] "É uma árvore em baixo da qual foram enterrados nossos ancestrais. Provavelmente o primeiro rei" (Patricio Batsikama apud Maximo.2016, p. 122-123

[10] Trad. "(…) the nsanda-rubber tree which is on the occasion of the coronation ceremony plantes in the enclosed court and is a dynastic signo f dignity." (Laman, 1957, p.150)

[11] "No centro da vila, na praça ante a entrada ao conjunto real, estava uma ampla árvore frondosa, na sombra da qual os grandes assuntos do rei eram realizadas, e aquelas funções que não poderia encontrar conveniência no salão de audiência ou no pátio real." [1] Bentley, Pioneering on the Congo, vol. 1 (London: Religious Tract Society 1900. P. 141. "Ainda existe como recordação da antiga e alta justiça régia no Congo, em frente da missão católica e do lumbu (morada) do rei a grande árvore, onde antes do estabelecimento da missão se enforcavam os condenados a pena última, quando não eram decapitados (…)" [2] Faria Leal, Memorias d'Africa. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. N.9, Setembro de 1914. P. 321.

"O palácio atual foi construído para o rei D. Pedro VI (1901-1910), no local em que se encontrava o palácio dos antigos reis. Atualmente aloja o Museu Real, substancialmente modificado e reconstruído em 2007. Contém vários objetos da família real e do Estado. Por volta de 1520, carpinteiros e pedreiros portugueses erigiram um palácio em pedra. Em meados do séc. XVII encontrava-se aqui um palácio de concepção local com dois pisos. A estrutura foi abandonada em 1678 e quando o palácio foi reconstruído após a reocupação de 1705, surgiu um edifício de um único piso, mas labiríntico e de grandes dimensões. Atualmente, a lembrar o antigo palácio existe apenas uma árvore centenária denominada Yala Nkuwu (Saudação Majestática), onde se diz que os reis aplicavam a justiça. Atrás do atual palácio encontram-se os vestígios da Sungwila, uma estrutura retangular de pedra onde supostamente o corpo dos reis era lavado antes de serem sepultados." (Thornton, Mbanza Kongo (São Salvador do Congo), 2019)

Embora da narração de Thornton se possa inferir que os três edifícios (1520, 1705 e 1901) tenham sido construídos no mesmo local, as escavações recentes que identificaram as ruínas de *Tadi dya Bukikwa*, sugerem que a localização original do palácio não corresponde ao local onde se encontra actualmente. No entanto, para além do edifício residencial, outros espaços são referidos na história como fazendo parte do domínio do Ntotila, dando a ideia de que o palácio, mais do que um edifício, seria um complexo com outros edifícios com funções específicas, nomeadamente o *Lumbu* (tribunal consuetudinário) e o *Sunguilo* (necrotério). Outro aspecto interessante, do campo da linguística, é que Palácio Real e Corte, segundo o dicionário Português Kikongo têm o mesmo significado, Lumbu lwa N'tinu. Daí se pode depreender que todos os espaços são do N'tinu, do soberano, reforçando mais ainda a ideia do complexo, mais do que dum edifício. Outros aspectos linguísticos reforçam a questão do soberano estar associado aos outros espaços como o facto da palavra Rei (*N'tinu*) derivar da palavra Árvore (*N'ti*)[12]. Segundo o arqueólogo Bruno Máximo, "*neste palácio, habitavam o Ntotila e toda a sua família real, compreendendo na época de D. Pedro V, "(…) suas 40 esposas e a sua própria casa, construída pelos portugueses em 1863.". As casas tinham todas cercados, que formavam um labirinto, nas palavras dos europeus, lugar em que os nativos faziam horta, e estes cercados, em 1845, formavam as "ruas", "(…) que eram muito direitas, mas estreitas e não são formadas pelas casas, mas sim pelas estacas, o que produz um efeito muito agradável á vista*" (Máximo. 2016).

Pensar no Palácio Real como *Lumbu lwa N'tinu*, remete para as palavras de Patrício Batsikama que diz que "*O que hoje é Lûmbu – tribunal tradicional em Mbânz'a Kôngo (…) seria apenas uma das subdivisões daquilo que foi no passado. Lûmbu era a instituição máxima do país: (i) definia as tipificações do poder: (a) tirania militar, (b) democracia social; (ii) instituía os órgãos da sistematização do Poder exercido; (iii) simbolizava a coesão de uma vasta população repartida em várias terras e distantes umas das outras.*" (Batsikama. 2016)

[12] O antropólogo Francisco Vidal defende a ideia de que a palavra N'tinu deriva da palavra N'ti ou seja, N'tinu teria o significado figurado de "árvore da vida" ou "árvore iluminada". (Vidal, 2020)

A sacralização do território.

> *"Todos se referem de uma estrada principal norte-sul, traçada com precisão – presumivelmente por gnómon – 'cruzando o caminho do sol'. Ao centro, parece ter existido uma pedra sagrada e uma árvore sagrada, relacionadas com a prosperidade da vila. Esses dois símbolos sagrados estavam relacionados ao portão principal do palácio do rei"*[13]*(Rykwert. 1988, p.179)*

Estes três elementos, estruturantes na paisagem urbana ancestral de Mbanza Kongo podem ser consideradas interpretações da *Dikenga dya Kongo* e como tal, os símbolos da sacralização do território.

A noção de utilização do espaço, a lógica de utilização do território a partir da ideia dos espaços sagrados, dos espaços do poder fundamentada em princípios cosmológicos é claro em Mbanza Kongo. A interpretação do território a partir dos seus elementos estruturantes, *Kulumbimbi*, *Yala Nkuwu* e *Lumbu lwa N'tinu* levam-nos a corresponder aos lugares cosmológicos da *Dikenga dya Kongo*, nomeadamente, *Ku Mpemba*, *Ku Nseke* e *Tukula*

Kulumbimbi, o mundo dos mortos será por correspondência o símbolo de o ku mpemba , onde o ancestral, habita. A árvore *Yala Nkuwu* é uma entidade sagrada que não só representa longevidade e intemporalidade como também correspondem ao eixo "*Mukula*". Na cosmogonia Kongo, a árvore surge como a referência da conexão entre o *Musoni* (ponto fulcral do mundo sobrenatural) e o *Tukula* (ponto fulcral do mundo material). A árvore tem uma importância essencial na estrutura deste universo proposto pelo *Dikenga dya Kongo* porque ela representa o processo de transição entre o mundo dos ancestrais e a maturidade, ou seja, o eixo vertical "*Mu kula*". A árvore é o elemento central do assentamento humano e é em função dessa localização que o espaço se organiza. O lugar sagrado e o movimento do nascer ao morrer que são as transições entre mundos. Repare-se que esta explicação fundamenta a reprodução do princípio de ocupação do espaço da Mbanza, ou seja, a árvore como o elemento de conexão entre *ku mpemba* e *ku nseke* e como referência do soberano do território.

[13] "All speak of a main north-south road, laid out accurately – presumably by gnomon – 'crossing the sun's path'. At the centre, there seems to have been a baetyl stone and a sacred tree, which were related to the town's prosperity. These two sacred tokens were relate to the main gate of the King's palace"

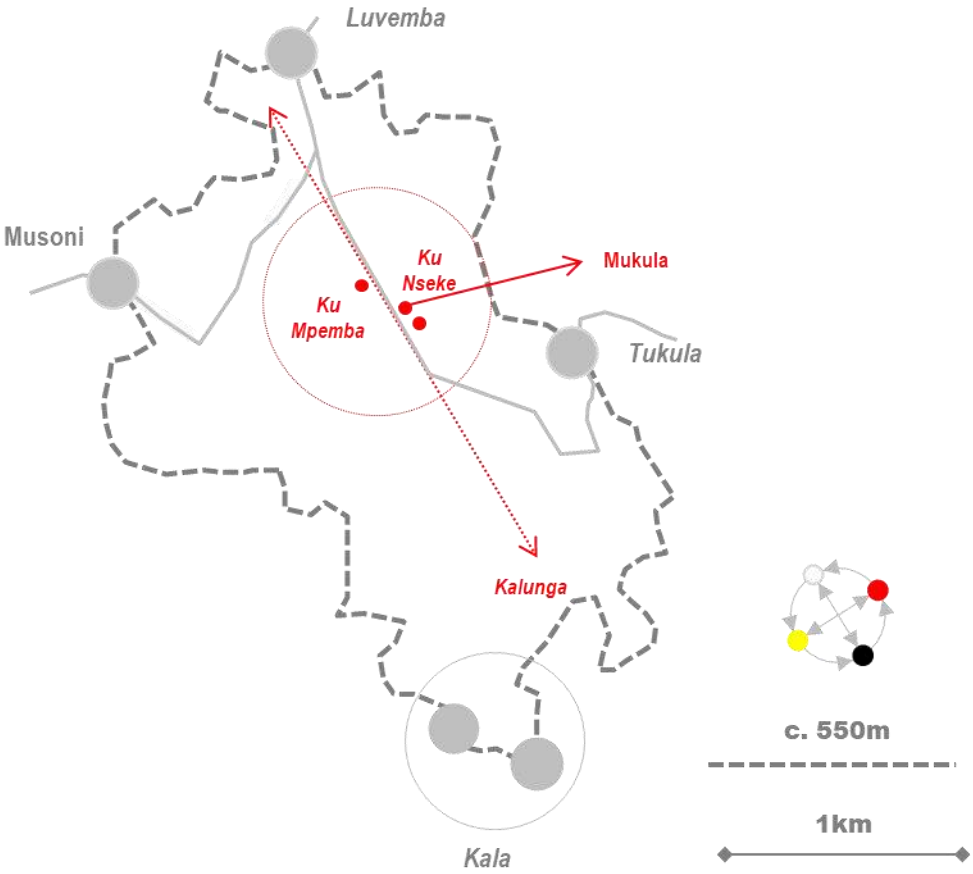


Fig. 3.08

Modelo Teórico. Interpretação da organização do espaço de Mbanza Kongo a partir da proposta de territorialização do cosmograma 'Dikenga dya Kongo'

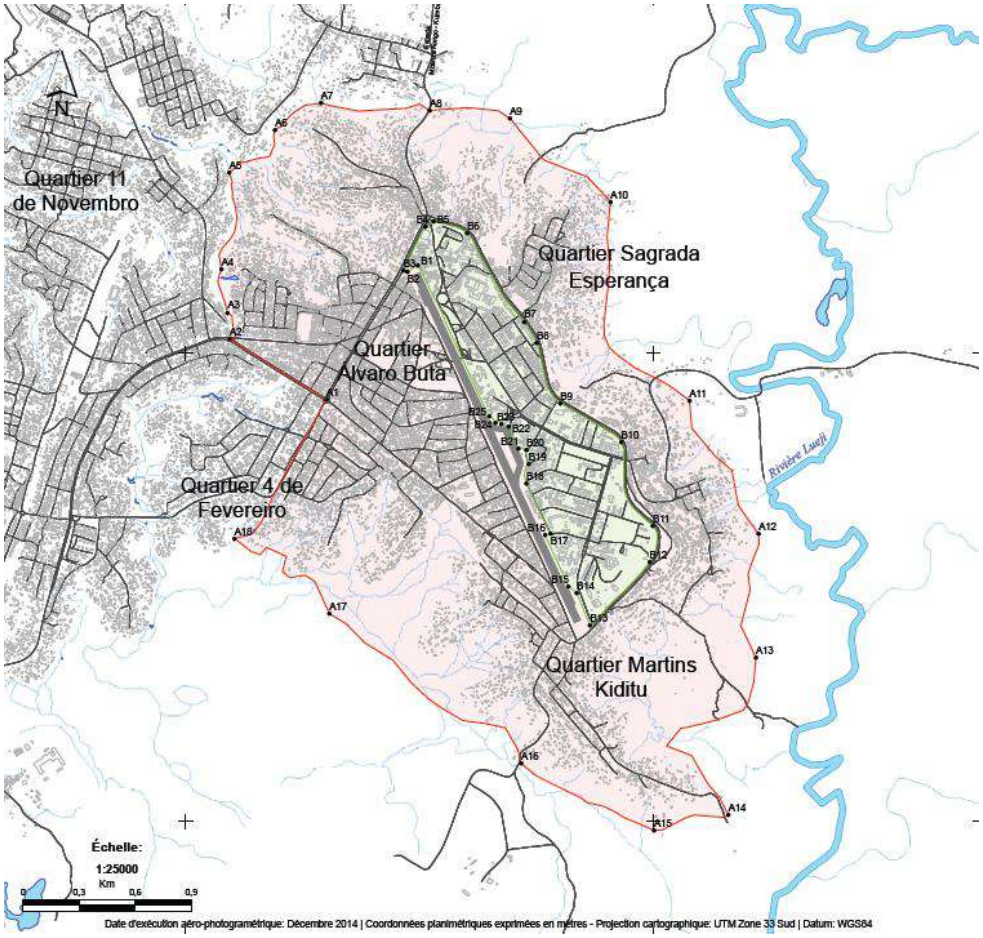


Fig. 3.09

Secção do Mapa de tamanho A4, mostrando os limites da zona proposta (Mbanza Kongo) e a zona tampão. (UNESCO 2017)

Trad. "*Carte au format A4 du bien proposé pour inscription, montrant les limites et la zone tampon. Mbanza Kongo Vestiges de la Capitale de l'ancien Royaume du Kongo.*" (UNESCO 2017)

3.1.2 A produção do espaço habitacional

O espaço habitacional é um dos pilares essenciais na leitura do espaço construído pelo homem.

No caso do nosso estudo, a Habitação é uma materialização basilar para a leitura do conjunto e estreitamente relacionada com uma herança social, cultural dos povos bantu. Posto isto, observa-se em contexto urbano contemporâneo uma proximidade formal e social contexto tradicional que indica uma permanente adaptação do fenómeno habitar original. Julgamos necessário, buscar essas origens habitacionais e compreender o fenómeno da adaptação e suas origens. O presente subcapítulo propõe uma aproximação ao universo doméstico, olhando para os seus aspectos de similaridade transversal e numa perspectiva comparativa associá-los à habitação dos residentes nos musseques, compreender o processo de evolução e/ou transformações representadas e seus elementos. Será necessário imergir no espaço doméstico de alguns exemplos seleccionados e caracterizar forma, função e construção, desenvolver um almanaque gráfico dessas características, registo das transformações e, por fim, a criação de uma matriz com directrizes formais, funcionais e construtivas que servirão como referência para o reconhecimento dessas características nos levantamentos dos casos de estudo. Esta análise considera a perspectiva de diversos autores que nos permitiram compreender essas características durante o período do séc. XVII até à séc. XX. Somente assim foi possível a formulação de concepções essenciais para a caracterização do espaço habitacional, suas formas e significados.

O espaço habitacional tradicional

Segundo os estudos de Leonard D. Ngcongco e Jan Vansina, todas as sociedades Bantu desenvolveram formas comuns de espaço habitacional que remetem para o período da primeira metade do primeiro milénio. Estudos arqueológicos que enquadram o período entre 1100 e 1600, identificaram pequenos aglomerados com características similares.

> *"As aldeias compreendem dez ou vinte casas com chão de terra batida, dispostas num plano circular e cercadas por paliçada. (…) As culturas datadas da Idade Media do Ferro são, com certeza, de comunidades de língua bantu" (Ngcongco & Vansina, 2010, p.660)*

Este espaço familiar, constituído organizadas em círculo ou elipse com uma parede externa conectando as unidades e criando um curral para o gado com cerca de 1 ha (Ngcongco e Vansina p.663), segundo Tim Maags seriam construídas em fases e por ele denominadas de "*estilo de habitação de unidades modulares de assentamento por causa do estilo de construção*" (Maags, 1976, p.318)

> *"As casas eram dispostas ao redor de um espaço oval ou circular, com área de mais ou menos 1 ha, que, certamente, devia ser um curral (kraal) para o gado." (Ngcongco & Vansina, 2010 p.663)*

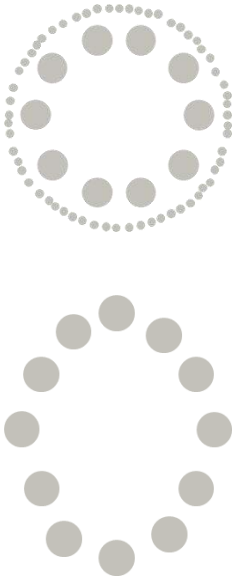
É importante referir que este tipo de habitação é característico de povos de produção económica mista, agrícola-pastoril.

> *"A disposição dos celeiros, estábulos e habitações com um muro cercando todo o estabelecimento e forte evidência da economia mista de agricultura e de criação de gado."* (Ngcongco & Vansina, 2010 p.664)

Ainda referente ao período da Idade Media do Ferro, os materiais de construção identificados pelos estudos revelaram que as técnicas de construção seriam de terra essencialmente o adobe e pau-a-pique, visto que "antes do uso da pedra, canas revestidas de barro eram usadas para fazer as paredes dessas unidades de assentamento" (Ngcongco & Vansina, 2010, p.585). A pedra entrou em uso devido à escassez de madeira e à protecção extra que ela proporcionava contra leões e outros predadores (Maggs, 1976, p.322). Esses

Fig. 3.10

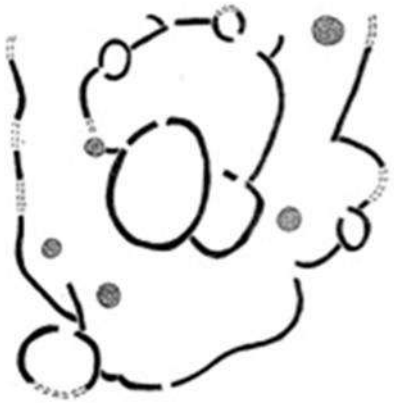
Diagramas interpretativos dos aldeamentos segundo Leonard D. Ngcongco e Jan Vansina



estudos levaram o autor a tipificar a habitação. Dos vários analisados três tipologias são particularmente relevantes para este estudo: as tipologias 'N', 'V' e 'Z'**.** O alojamento 'Tipo N' tem um círculo interno como os descritos acima, cercado por uma parede externa com uma entrada em forma de funil (Maggs, 1976, p.322)**.** O alojamento 'Tipo V' é outro tipo de alojamento descrito por Maggs (Maggs, 1976, p.323). É muito parecido com o Tipo N, mas não possui uma parede externa e uma entrada de funil. O alojamento 'Tipo Z' é muito diferente de distinto. Consiste em currais agrupados no centro de um conjunto de casas (Maggs, 1976, p.324). A área é um pouco mais aberta e as paredes secundárias não são usadas de forma consistente (Maggs, 1976, p.324).

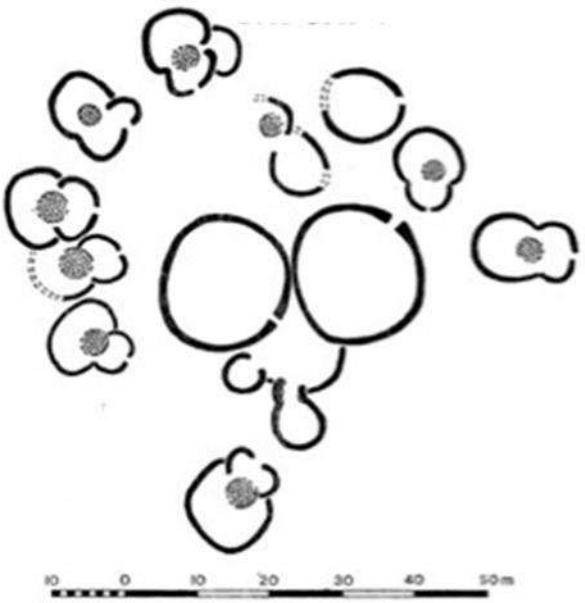
Fig. 3.11

Tioologia de Assentamentos na Idade do Ferro segundo Tim Maggs.



Type N layout

Type V layout



Type Z layout

Estas configurações mantêm-se até aos tempos actuais, essencialmente em contexto rural. Segundo o autor Ferreira Diniz ao descrever o espaço habitacional dos povos Dembos é abordada a relação *Embala-Libata* de forma equivalente à previamente abordada sobre Mbanza Kongo, onde a *Embala* é o lugar onde reside o *Soba* e a sua Corte e a *Libata* será onde residem os funcionários e as suas respectivas famílias. Segundo algumas fontes os étimos *embala* e *libata* serão sinónimos. Embora o significado genérico seja povoado o facto é que a diferença assenta nas dimensões e função social de cada um. O significado mais corrente é o de que a *Embala* é o povoado onde reside o soba e família constituída por mulheres, filhos e respectiva descendência. As casas de cada um dos membros da família estão dispostas em formato circunferencial, elíptico ou mesmo rectangular formando uma arena interior onde existe pelo menos uma árvore, por via de regra uma Mulemba. Este lugar é onde ocorrem sob a sombra da árvore conselho de anciães para resolução de conflitos e administração da justiça. Já a *Libata*, Segundo Ferreira Diniz, é o povoado onde residem os fidalgos e funcionários da corte junto com a sua família, reproduzindo núcleos habitacionais com as mesmas normas organizacionais de diversas edificações individuais que vivem para um centro colectivo, o que conjuga com a definição em dicionário que traduz libata como "grupo de casas pertencentes a uma família ou tribo africana; sanzala" (Infopédia). Em seguimento, sanzala é segundo o autor Assis Jr. um povoado ou moradia de gente separada da casa principal. Ainda dá como significado possível o contexto rural traduzindo sanzala como "Residência de serviçais em propriedade Agrícola" (Assis Jr. 1949 p.355)

A descrição sobre a organização do espaço das libatas elucida-nos bastante. "A distribuição das cubatas na libata (aldeia) não preside qualquer traçado geométrico ou simétrico, visto que, determinado o local da *libata* os homens construem a sua cubata agrupando-se por famílias. As libatas são sempre cercadas por paliçadas de pau a pique que na maioria das vezes, pegando de estaca se transformam em paliçadas de árvores. Estas paliçadas em algumas libatas são fechadas por portas características e que não é fácil de abrir quando fechadas; são elas constituídas por dois ou três troncos suspensos na parte superior por uma charneira que lhe permite um movimento de rotação em volta dela, de forma que a porta assim constituída, se abra de fora para dentro. Estas portas que se conservam abertas por meio de forquilhas cravadas no solo, obstando a que tomem a posição vertical, fecham-se atravessando-lhe na parte inferior um tronco que serve de tranca.

"*Como a libata é composta por um certo número de famílias, que vivem por grupos, separadas as cubatas de famílias diferentes por palissadas, a libata torna-se por vezes um complicado labirinto de corredores de onde ás vezes não é fácil sair. Escolhem de preferência como local para a construção das libatas, os sítios altos e perto das nascentes dos rios, não obedecendo a princípios especiais de tradição senão o local das embalas dos sobas. Nas libatas há sempre uns telheiros de cobertura de colmo, chamado jango, uma espécie de club, onde reúnem os homens da libata, a palestrar, fumar e beber. Entre estes povos as cubatas teem em geral três e quatro divisões e nalgumas veem-se já pequenas janelas;*" (Diniz, 1918, p 341)

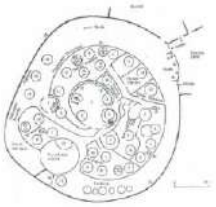


Fig. 3.10

Imagem de um Eumbo Kwanyama.

Entre a *libata* e a *Embala* existe uma relação de interdependência e de proximidade não tendo sido possível nenhuma descrição específica a respeito, podemos inferior que seria o mesmo tipo de interdependência existente no contexto bakongo, considerando que os Dembos eram um estado Ambundu subsidiário do Império Kongo.

As edificações; formas e significados

O entendimento acerca das edificações do tipo habitacional da região bantu leva-nos a analisar alguns autores em articular José Redinha que desenvolveu um estudo bastante apurado e de carácter generalista sobre a habitação tradicional angolana.

Na generalidade, o autor define um quadro evolutivo para a habitação recorrendo a três campos, forma, função e construção.

No que diz respeito à forma a circular é considerada o estágio inicial, a quadrangular (de cantos arredondados) o estágio intermédio e a rectangular como sendo o estágio mais avançado. (Fig. 03.11)

Fig. 3.11

Tipologias da Habitação tradicional angolana.

Estas três tipologias ainda são uma realidade em diversos contextos geográficos e etnolinguísticos não existindo à partida uma leitura evolutiva mas sim adaptativa às questões da mobilidade, da funcionalidade e da continuidade. Uma constatação feita remete para o facto de os povos do sul de angola, em particular os de origem Khoi –Khoi, San e alguns Herero recorrem à tipologia circular sendo que o que têm em comum o facto de serem povos nómadas ou transumantes, logo a efemeridade da habitação é um princípio determinante para a construção.

Na cultura Bakongo, o autor refere dois tipos de edificação, circular e rectangular. Para o primeiro caso, denominados como '*macacas'* são "cubatas ligeiras para acampamentos, forradas de colmo e com tectos de folhas de bananeiras." (Redinha 1973 p.11) Para o segundo caso, o autor faz um descrição da tipologia rectangular com alguma variações entre os povos Muxicongo (Kongo) e Dembos e Ngolas (Ambundu). As edificações são "habitações rectangulares com duas ou três divisões. Um pau de fileira, apoiado em três forquilhas, duas nas extremidades e uma ao meio, suportavam a estrutura do tecto. Em alguns casos anexavam um cercado para a cozinha, e abriam duas portas: uma para o exterior, outra para o cercado. Por vezes incluíam janelas" (Redinha 1973, p.11 apud Ferreira Diniz). A área destes edifícios seriam aproximadamente de 6m2 em que os compartimentos teriam 1,5x1,5 a 2m de área e pé direito de aproximadamente 180-200cm. Os edifícios eram contruídos na tecnologia de pau-a-pique com revestimento em capim ou colmo ou argamassa de argila eram cosidos à estrutura por meio de fibras atadas com agulhas de madeira (Fig.03.12). Existia uma entrada e no caso dos Muxicongos eram incluídas janelas. Os cercados posteriores à casa, quando existiam, poderiam ter acesso a partir de uma segunda abertura, alinhada à principal e serviam o propósito de albergarem animais ou como espaço de cozinha.

Fig. 3.12

Construção de Casa Tradicional no Congo

Elisofon, 1970

Outro aspecto relevante na tipologia, são os beirais salientes que criam um espaço transitório, as varandas com dimensões entre 50 a 80cm. O autor esta característica recrudesce nas zonas sub-urbanas e atribui tal facto à "aculturação do exemplo europeu e ao factor climático, neste caso das chuvas abundantes" (Redinha 1973, p. 13)

Uma habitação nas proximidades de Catete. Pau-a-pique. Paredes rebocadas com argila clara, alisada. Rodapé castanho escuro. Um cubículo anexo e cercado de troncos. Três divisórias interiores. Modelo tradicional aculturado

Fig. 3.13

"*Uma habitação nas proximidades de Catete. Pau-a-pique. Paredes rebocadas com argila clara, alisada. Rodapé castanho-escuro. Um cubículo anexo e cercado de troncos. Três divisórias interiores. Modelo Tradicional aculturado.*"

Redinha 1973

A descrição da Cubata dos Dembos feita por José Oliveira Ferreira Diniz é minuciosa desde os aspectos construtivos até aos funcionais. No entanto algumas informações são pertinentes para a compreensão da forma, por exemplo, a dimensão dos edifícios ser pequena "não só porque satisfazem as suas necessidades, mas ainda porque, sendo maiores, são mãos frias e mais facilmente destruídas pelo mau tempo". (Ferreira Diniz, 1918, p.39). Para além disso, as cubatas pequenas, descritas por José Redinha como efémeras eram localizadas nas lavras e segundo outras fontes, serviam o propósito de pernoita ou descanso durante o trabalho.

No que concerne a organização do espaço, a descrição refere que "a construção das cubatas não obedece a orientação alguma. Uma passagem central e cubatas para os lados, ao acaso, de modo que não se estorvem uns aos outros. É muito irregular o número de cubatas que constitui uma sanzala, que pode ser de duzentas, cem ou mesmo de vinte cubatas" (Ferreira Diniz, 1918, p.38). Outro dado interessante levantado é o da associação de cada edificação a um indivíduo, ou seja, se for mulher, rapaz ou rapariga, terá uma cubata individual, mas se for homem, terá duas, deixando em aberto a hipótese de que um dos espaços referidos poderá desempenhar uma função social que não ficou explícita no texto.

> "*A residência dos dembos chama-se embala, que é uma cubata vulgar com mais uns quintais à volta e contiguamente uma espécie de a rena', com 50 metros de diâmetro,- onde os potentados costumam dar as suas recepções e festas. A arena é defesa ao povo e às crianças. Algumas cubatas teem pela retaguarda um cercado ou curral destinado aos animais domésticos, que para não entrarem nas habitações e sujá-las mais, trazem um pau atravessado que obsta à entrada.*"(Ferreira Diniz, 1918, p.40)

Comunicação estética

Um dos aspectos essenciais na habitação tradicional é a comunicação estética . Para além dos modelos das cidades terem um significado específico, conforme previamente analisado nos exemplos da Mussumba do Reino Lunda, ou da Mbanza do Reino do Kongo, o simbolismo estende-se até à arquitectura que através de suas composições é capaz de proporcionar emoções e percepções individuais e colectivas, bem como contexto social e político. Entenda-se que ao referirmo-nos a arquitectura não nos referimos ao produto de um projecto escolástico e individual, mas sim a um conjunto de normas que se reflecte na produção de edificações, envolvendo todos os seus aspectos. Para melhor ilustrarmos em que consiste a comunicação estética da arquitectura tradicional, tomaremos como caso de estudo a nação Kuba, integrada culturalmente no povo Bantu e cuja transversalidade com a cultura Kongo e Ambundo permite recorrer a ela como exemplo demonstrativo.

Na generalidade, os edifícios são rectangulares e os telhados são inclinados em duas águas inclinados. De acordo com o historiador, Jan Vansina, que estudou a sociedade Kuba no terreno entre 1953 e 1956, as dimensões dos edifícios dependiam da posição social dos seus ocupantes sendo que também a sua disposição na cidade servia o propósito de alterar a sensação dos espaços. Para além da dimensão desempenhar o seu papel sígnico, as ornamentações dos elementos construtivos são os de maior destaque na comunicação estética. A tecnologia construtiva que consiste no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, com vigas horizontais, amarradas entre si dando origem a um grande painel perfurado difere da comum taipa visto que os vãos não são preenchidos com barro, mas sim costuradas com fibras vegetais, criando intrincados padrões geométricos semelhantes aos vistos frequentemente nos têxteis. Este revestimento ornamentativo é extensivo ao interior e também se pode perceber a preocupação ornamentativa nos pilares de madeira que sustentam a edificação. As paredes são painéis emoldurados, sendo que os painéis longitudinais suportam o telhado e os transversais podem ou não servir o propósito do acesso ao interior. Cada painel é bordado com padrões que traduzem linhagens dinásticas ou hierarquia social. Os padrões são organizados de forma horizontal, intervalando entre os mais complexos com os mais simples. As divisórias interiores do edifício, "*iam do chão ao tecto e eram tão elaboradas quanto as paredes externas. Isso se tornou muito difícil de lidar porque era muito mais difícil trançar, costurar e costurar as paredes*"[14].

[14] Trad. "*Many Kuba buildings began as one room with a simple rectangular shape; in 1892, buildings were beginning to have more rooms, and some had up to three. The partitions were floor to ceiling and were just as elaborate*

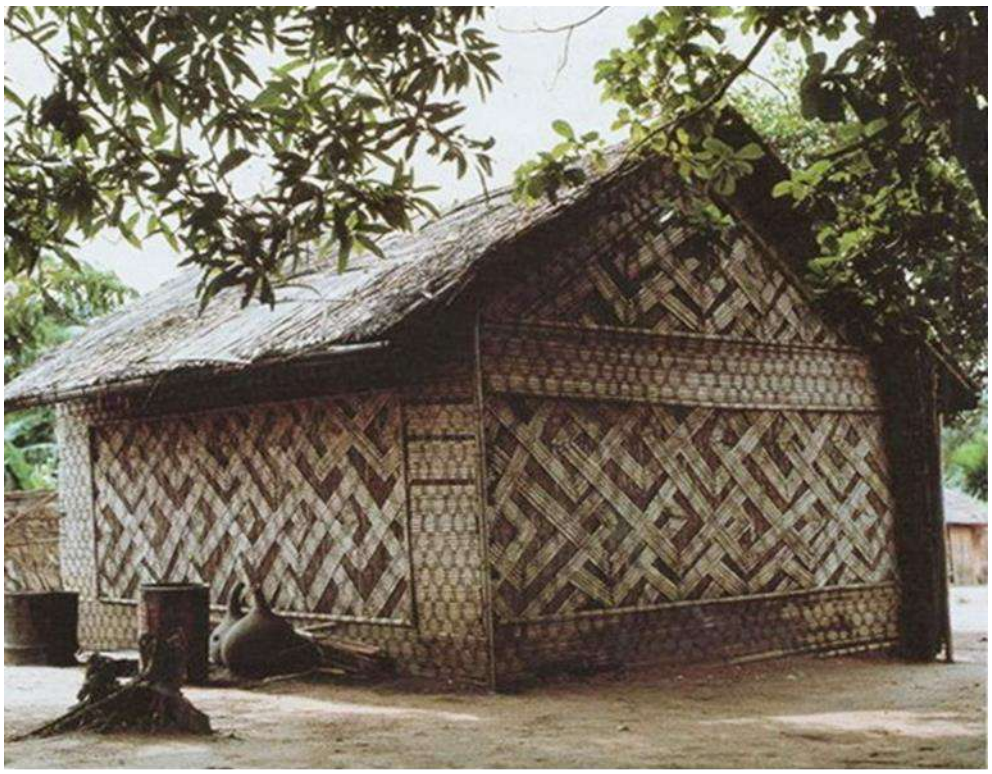


Fig. 3.14

Exemplo de uma unidade habitacional em Nguensh, Mbanza Real Bakuba – Kongo

a) Vista posterior

b) Vista Frontal

as the exterior walls. This became very difficult to deal with because it was much harder to plait, stitch, and sew the walls together" (Vasina, 1978, p.223)

Síntese

A organização do espaço habitacional é constituído por cinco (5) características: [1] o elemento (cubata), a casa, a unidade de agregação (libata/sanzala), o espaço público (ondjango/django) e o espaço do soberano (Lumbu)[15].

Primeiro: A cubata é um elemento da unidade familiar. Por via de regra representa um indivíduo feminino sendo que no caso masculino poderão ser duas unidades. O espaço interior contém entre uma a três divisões sendo cada uma delas de dimensões entre 1,5x1,5 a 2x2. A cobertura podes ser de duas ou 4 águas, sendo esta última piramidal. Por via de regra contém beirais salientes que criam um espaço transitório entre o interior e o exterior com dimensão variável entre 50 a 80cm.

Segundo: Cada unidade familiar é uma unidade de agregação constituída por cubatas (edificações) delimitadas por uma estrutura construída, cuja organização será desenvolvida à posterior.

Terceiro: Cada libata/sanzala é um conjunto constituído por diversas unidades familiares e cuja disposição no espaço define uma rede labiríntica de percursos.

Quarto: Dentro da Libata existe um espaço público com um elemento edificado que serve de espaço de encontro entre os homens, que culturalmente são os representantes de cada unidade familiar.

Quinto: a embala, que corresponde à habitação do soberano, é de dimensões maiores que tem um espaço público delimitado pelas unidades familiares do soberano ou natural.

[15] Os termos tradicionais associados a cada uma destas características são: [1] *cubata*, [2] itari, [3] *libata/sanzala*, [4] *ondjango /jango* e [5] *embala/lumbu*, *vide* glossário.

O Logradouro: o Centro como princípio de organização da habitação

Revisitando o conceito estruturado na construção da hipótese, considera-se que "os sistemas habitacionais triádicos remetem para configurações com padrões de formação similares cuja relação das partes se traduz num conjunto de edificações que se organiza em função de um centro de utilização comum que encerra um elemento singular, em síntese, edificação, logradouro e árvore". O elemento-chave deste sistema é o centro, que neste caso é mais do que um conceito da geometria como ponto mediano, mas como um lugar de convergência ou de irradiação de um conjunto. Partindo desse princípio estruturante do espaço, várias são as tipologias que podem ser nele integradas tais como a Casa Composta ou a Casa Pátio.

A Casa Composta

No caso das casas compostas (Compound Houses)[16], o termo refere-se a um "todo formado pela reunião de vários elementos heterogéneos". A descrição de *compound* feita pela UN-Habitat é de "*habitações multi-ocupadas que são alugadas cómodo por cómodo […] Desde a menor vila isolada até o maior complexo de vários andares, a variedade de tamanhos é muito grande; talvez de um a 30 quartos ocupados por qualquer coisa de um a 150 pessoas*."[17] (UN- 2011, p.47). Embora estas estruturas possam apresentar diferentes tipologias, incluindo em altura, o mais comum é a de ocupação térrea conforme Fig. 03.14). A Casa-Composta refere-se a um conjunto de edifícios em um recinto, tendo um propósito compartilhado ou associado, próximo do conceito proposto por Christopher Alexander com "*comunal households*", conceito a desenvolver à posteriori neste capítulo. O fechamento pode ser um muro, uma cerca, uma sebe ou qualquer outra estrutura, ou pode ser formado pelas próprias edificações, quando são construídas em torno de uma área aberta ou unidas. Esta tipologia habitacional é bastante comum no continente africano por ser um sistema habitacional familiar que garante que tanto a família nuclear quanto a extensa vivam no mesmo espaço e tenham relacionamentos recíprocos. É uma rede de segurança social que evita a falta de moradia. As casas compostas são tipologias com origem tradicional rural como o caso das habitações da civilização Núbia do Sudão (Fig. 03.15). Em casos diversos estes modelos/princípios são importados para o seio urbano mas com cada vez menos expressão. De acordo com um relatório da UN Habitat, "*a casa composta tradicional dificilmente está sendo construída", pois "a vida composta é impopular, especialmente com a geração mais jovem*"[18] (UN Habitat, 2011). Embora esta reflexão esteja associada à realidade da República do Gana, também se aplica ao contexto angolano. Isso se deve a uma série de factores - como transformações socioeconómicas e sociopolíticas que resultaram em mudanças nas estruturas familiares e nos arranjos de vida associados. Estes não são tão recentes como comummente se supõe, porque o estado (tanto colonial quanto recém-independente) através deeus arquitectos e outros profissionais da indústria associou tradição, ruralidade e atraso aos tipos tradicionais de moradia como se verificou nas entrevistas e inquéritos feitos durante os trabalhos de campo.

[16] A denominação de Casa Composta, nos países de expressão oficial inglesa é "Compound Houses". De acordo com o Oxford English Dictionary, acredita-se que a palavra Compound neste sentido seja etimologicamente derivada da palavra malaio-indonésia kampung ou kampong, que significa 'cercado' ou 'aldeia'. Na língua portuguesa, a palavra Campo, também tem como significado "aldeia" (Infopédia).

[17] Trad. "(…) multi-occupied housing (as compounds or large villas) which are let out room by room and have shared water supply and toilets or none at all. From the smallest detached villa to the largest multi-storey compound, the range of size is very large; perhaps from one to 30 rooms occupied by anything from one to 150 people. " (UN- 2011, p.47)

[18] UN Habitat report, "the traditional compound house is now hardly being built" as "compound living is unpopular, especially with the younger generation" (UN Habitat, 2011).

A Casa Pátio

No segundo caso, pátio significa um recinto descoberto, no interior de um edifício. Segundo o autor Werner Blaser no seu livro intitulado '*Patios - 5000 Años de Evolución desde la Antigüedad*' o autor refere este espaço como sendo dos mais antigos da história da arquitectura, e que as suas múltiplas formas e tamanhos vêm evoluindo com diferentes denominações e utilizações. O autor aborda este elemento do espaço construído e a sua evolução arquitectónica e cultural na Europa, Ásia e América Latina não abordando o contexto africano. Já o autor Norbert Schoenauer no livro '*6000 años de hábitat: De los poblados primitivos a la vivienda urbana en las culturas de oriente y occidente*' demonstra que o pátio é um elemento integrante do espaço doméstico e como elemento central da casa teria sido o lugar do fogo. A referência mais antiga acerca das casas pátio, segundo o autor espanhol Fernando Chueca Goitia no seu trabalho "Breve História do Urbanismo" remete para a Mesopotâmia, aproximadamente em 2000 a.C. À época, as habitações de formato rectangular consistiam em espaços que se organizavam em torno de um pátio central. Outros exemplos podem ser referidos tendo o pátio como elemento funcional doméstico. O autor Norbert Schoenauer faz um percurso interessante onde demonstra o pátio na casa chinesa como servindo um propósito regulador da temperatura ambiente onde a "*casa urbana típica era um complexo habitacional formado por vários edifícios rodeando um pátio central*" (Schoenauer, 2003, p.200) ou das *domus,* residência urbana das famílias abastadas na Roma Antiga, cujo pátio teria servido um propósito inicialmente funcional e posteriormente lúdico. A casa-pátio apesar da sua longa história e utilização continua a ser uma tipologia contemporânea. Assume-se como espaço central, cuja plasticidade no projecto arquitectónico serve propósitos para além do mero exercício da colectividade. Garante outros propósitos instrumentais na organização sendo por essa razão capaz de assumir qualquer função no programa doméstico. Importa ressalvar que as tipologias Casa Composta e Casa-Pátio não devem ser confundidas. A necessária distinção está no formato de utilização e organização do espaço. Embora as casas com pátio e as casas compostas tenham em comum um espaço comum geralmente central, a tipologia de casa composta consiste essencialmente em vários núcleos familiares vivendo em unidades independentes e onde o vazio desempenha uma função programática essencial inexistente nos módulos individuais, enquanto as tipologias de casas com pátio por via de regra albergam uma família e este elemento desempenha uma função específica no programa doméstico.

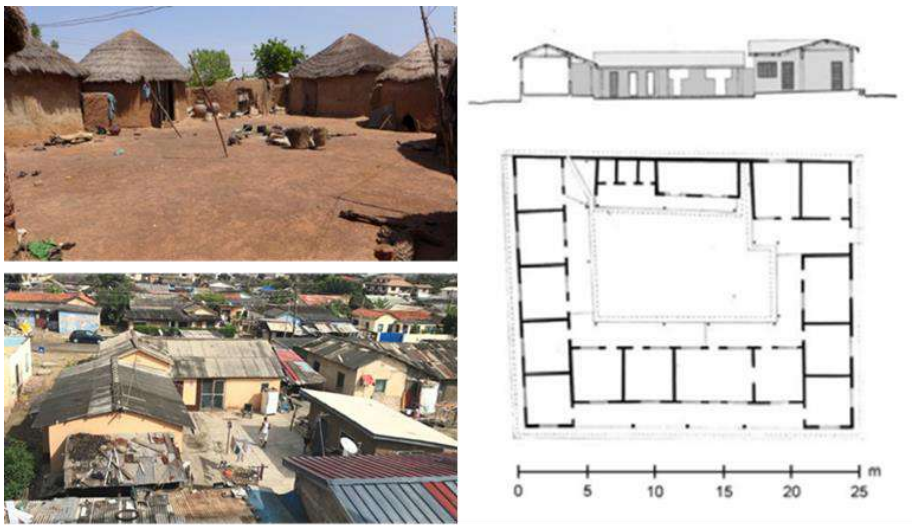


Fig. 3.15

Casas Compostas no Gana.

[1] rural.

[2] urbana

[3] Corte e Planta.

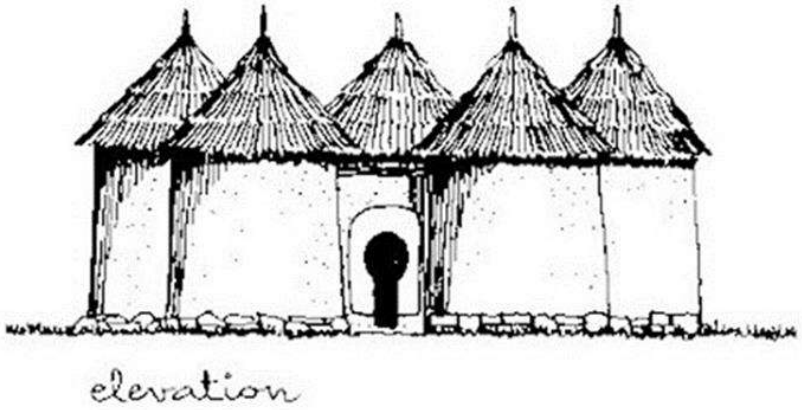


Fig. 03.16

Casa Mesakin Quisar. Nação Nuba, Sudão. [1] Alçado, 2] Planta com a distribuição e função dos módulos.

Conclusões

A noção de casa nos contextos quer tradicionais quer urbanos pressupõe uma relação binomial-espacial entre edifício-quintal sendo este último considerado elemento imprescindível para a concretização do conceito de habitar. (dimensão funcional, social e moral).

Forja-se uma proposta de interior-exterior onde o interior é do domínio do indivíduo e o exterior do colectivo. É nessa arquitectura que provém da relação entre as duas categorias do espaço que a casa cumpre a sua função, a de ser habitável. É neste sentido que, diante de uma casa sem quintal, afirma-se comummente que ela não é digna do nome pois somente serve a função de abrigar e não de socializar.

E, ainda reflectindo sobre essa simbiose, poder-se-ia afirmar que este espaço é herdeiro de singularidades, uma certa anterioridade a toda ocupação, que determina a sua construção, um caráter de necessidade, isto é, ele deve, imperiosamente, ser daquela maneira e não de outra. Este determinismo não é formal mas sim relacional, ou seja, não interessa tanto a forma como se concretizam as categorias espaciais mas a sua existência como elementos capazes de albergar os significados plenos do habitar. Portanto, a relação interior exterior, edifício-quintal é essencial para que a casa cumpra a sua função do espaço onde um colectivo reside.

Sendo o homem um ser relacional e que "através das suas práticas produz os seus próprios automatismos e determinismos, convertidos em contextos estruturais da acção e da representação" (Fernandes, 1992) a criação do espaço habitacional irá depender das relações criadas inscritas no espaço que associa o lugar, o social e o e essa "topologia habitacional" é única e intraduzível para outra entidade onde não exista em o outro lado da moeda (referimo-nos ao binómio edifício-quintal).

O conceito de espaço habitacional, segundo se pode depurar pressupõe um colectivo de indivíduos com posições sociais traduzíveis no sistema de códigos que tanto o edifício como o quintal albergam. Contrariamos assim a ideia de que a evolução da casa suburbana, segundo José Redinha, passaria por uma tipologia que estabelecesse uma "*unidade mais funcional e higiénica entre a casa e o quintal (a integração na casa, das funções e anexos improvisados no quintal, pertence a um novo ciclo urbano).*" (Redinha, 1973, p.17), garantir amplas dimensões incluindo varandas, traduzindo assim a "saudade atávica de ar livre, que acompanha o indivíduo até um grau muito adiantado da sua evolução urbana" (Redinha, 1973, p.32), pois ficou plasmado que o quintal desempenha uma função sociológica que não se esgota na varanda.

O espaço habitacional periurbano

Na generalidade, referirmo-nos a Área periurbana é denominar todo um território que se localiza para além dos limites difusos de uma cidade. Corresponde a um espaço onde as actividades rurais e urbanas se misturam, dificultando a determinação dos limites físicos e sociais do espaço urbano e do rural. Esta resulta da implantação dispersa do povoamento urbano em meio rural. Aqui o tecido urbano surge de forma descontínua, a actividade agrícola é instável e assiste-se à implantação de indústrias e de alguns serviços. Na generalidade das áreas periurbanas, a densidade de ocupação humana regista valores reduzidos, no entanto, a tendência destes lugares é de serem absorvidos pelo tecido urbano, mais denso e socio-economicamente modificado.

No âmbito desta investigação, o espaço habitacional periurbano da cidade de Luanda tem sido cenário de transformações urbanas de alto impacto, quer a nível urbanístico como arquitectónico resultado do confronto entre a acção pública (ou falta dela) e a acção privada. A pressão que tanto um exerce sobre o outro provocou (e ainda se verifica) dois fenómenos indissociáveis; [1] a urbanização da periferia rural e [2] a cubata suburbana.

A urbanização da periferia rural

Ao referirmo-nos à periferia rural estamos a fazer uma aproximação à urbanização da cintura verde da cidade. A **suburbanização** no contexto luandense foi um processo de crescimento dos musseques nas zonas periurbanas da cidade. As áreas periurbanas de Luanda encontravam-se inicialmente numa posição de transição entre a denominada zona Rural (*vide* Problematização, Plano Urbano De Groer) e áreas urbanas-satélite.

"As pessoas representam uma componente essencial das áreas periurbanas, dado que estas se encontram num processo de progressiva urbanização."

Fórum das cidades

Revisitando as palavras do geógrafo Ilídio do Amaral, os "*bairros populares, nascidos da construção de cubatas nos ditos mosseques, autorizada pelos proprietários a troco de uma renda. Desse modo os novos bairros populares situados no plateau passaram a ser designados como musseques*" (Amaral, 1968). Por outro lado, temos a criação dos Bairros Indígenas e suas normas estabelecidas pelo então Governador de Angola, Norton de Matos, conforme abordado no capítulo 1. As terras agrícolas sofrem transformações no seu tecido e transformam-se em Uma das abordagens públicas para garantir o processo de suburbanização foi a criação de bairros indígenas conforme abordado no capítulo 1. De acordo com a nossa pesquisa, a área periurbana de Luanda não conseguiu garantir uma articulação urbano-rural de proximidade e acabou por ser transformada progressivamente em zona urbana. É importante referir que o processo de transformação das zonas periurbanas deu-se em contexto social de profunda tensão como a fase de transição política do colonialismo para a independência e continuadamente durante a guerra civil.

Ao espaço dos musseques e iremos versar no contexto particular do colonialismo durante o qual se sedimentaram características que iremos relacionar com o contexto tradicional. O primeiro fenómeno a referir foi o processo contínuo de perda de valores estéticos que ocorre com a habitação tradicional em paralelo com a suburbanização da população autóctone dando origem a uma modelo de habitação "despersonalizado e confundida num padrão utilitário, simétrico e monótono, aguardando a sua promoção a casa de materiais definitivos, em moldes de aglomerado urbano." (Redinha, 1973, p.34-35). Este modelo é denominado como "cubata suburbana"

A Cubata Suburbana

"*a edificação e o páteo constituem a célula primária da mais corrente habitação de angola, referidamente a Luanda.*"

(Redinha 1973 p.33)

A construção dos bairros populares nos musseques foi o começo do surgimento de um modelo habitacional que se banalizou na região Ambundu, de Luanda a Malanje ainda no período colonial e que se estendeu até aos tempos actuais. Este modelo representa uma adaptação das populações negras à sua condição de iniciarem um assentamento em contexto familiar e não mais como escravos. A maioria seria uma população de origem rural ou originária. As suas características (modelo) são uma resposta que conjuga tanto os aspectos económicos como culturais embora a ausência de acabamentos cuidadosos ou

elementos artístico tenha resultado num objecto de baixa qualidade arquitectónica e de pouco valor económico.

Forma, Função e Construção

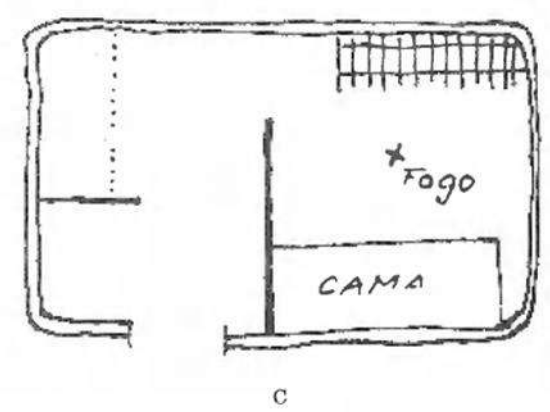


Fig. 3.17

Planta da Cubata Suburbana. Rectangular com divisória, cama (ou camas) sobre tarimba e bancada de troncos para utensílios

(Redinha, 1973, p.44)

Rectangular com divisórias, cama (ou camas) sobre tarimba e bancada de troncos para utensílios

a forma,

O modelo inicial do edifício da CSU é um edifício rectangular, de nível sempre térreo com as dimensões de 4 metros de comprimento por 1,5 / 2 metros de profundidade com três subdivisões e pé direito de aproximadamente de 2m de altura. cobertura é de duas águas e de beiral curto. A fachada tem dois vãos, um de janela localizada no quarto à direita e o outro de porta localizada na sala à esquerda. O quintal é um elemento anexo, cercado e indispensável nos aglomerados habitacionais mais densos. Em geral as funções distribuem-se nos termos seguintes: os três compartimentos compreendem uma sala com acesso directo a partir da porta, uma área imediatamente posterior que serve como cozinha interior e o quarto à direita. Este modelo inicial, considerado como relativamente moderno apresenta algumas variações que decorrem da iniciativa individual dos seus proprietários. No que concerne às dimensões, o comprimento pode alcançar o dobro ou mais, e as divisões podem atingir o número excepcional de 10 por edifício, podendo existir excepcionalmente uma plataforma interior sobreelevada. Os vãos são dispostos de forma simétrica ou mesmo aleatória. A comunicação com o quintal anexo é também uma variação ao modelo inicial e por via de regra está alinhada com a entrada.

…a função

Quando o módulo integra quintal, este espaço abriga múltiplas funções: uma cozinha sob alpendre contíguo à parede posterior da casa e na margem frontal e ao canto uma latrina e banho e no vazio intermédio as funções domésticas ou oficinais se fosse o caso. Por via de regra também seria comum a prática da agricultura de quintal e também a criação de animais de pequeno porte.

"Como parte das casas não tinham rede eléctrica e encanada da L. A. L., assim nas mais modestas, o chuveiro quando não estava dentro de casa era colocado fora dela num canto do quintal, resguardado dos olhares curiosos pela construção de um cubículo com paredes de tijolo ou aduelas." (Soares, 2015, p.44).

A casa é construída com recurso a estruturas de pau-a-pique ou construção em adobe (tijolos crus, secos ao sol) paramentos granulosos, rebocados e alisados com argila e caiação. Os pavimentos são por, por regra, de terra batida e a cobertura é feita em folhas de ferro zincado. As portas e janelas são sempre de madeira, usando-se aproveitamento de tábuas de caixotes de várias origens. O quintal é delimitado por cercas de materiais diversos que poderiam ser de origem natural ou artificial. No caso dos materiais naturais era frequente a sebe viva de mandioqueira e no caso de materiais artificiais predominava a utilização de tábuas, chapas zincadas, esteiras de *luando* ou outras soluções mais engenhosas tais como "aduelas, dispostas em gradeados, e até de arcos de ferro de barris, entrecruzados em xadrez" (Redinha, 1973 p.23).

…e a construção.

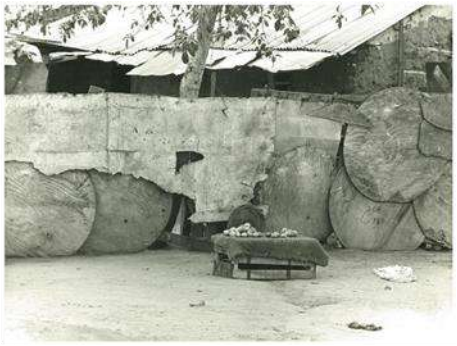
Transição rural-urbano

A CSU embora se assemelhe bastante aos modelos apresentados pela pesquisa de José Redinha apresentam alterações formais à casa rural. É importante revisitar alguns conceitos que fundamentarão as adaptações entre as habitações do dois contextos. Segundo José Redinha a habitação urbana como propriedade individual correspondente a um regime de salariato substituindo a habitação como elemento constituinte de um colectivo correspondente a um com o regime de serventia e dependência de acordo com uma vida comunitária de economia e de permuta estará na origem das mais fundamentais adaptações do objecto casa. A principal adaptação é a CSU ser uma Habitação Casa-Quintal. A perda das dependências de uso comunitário, como cozinhas, celeiros e lavras, ou seja, a individualização das dependências que eram comuns a diversos faz do quintal é um elemento funcional e privado. Algumas inovações tecnológicas como incluir fossa séptica e recinto para banho substituem o rio ou lagoas, cuja proximidade ocorria em raros casos. Outra adaptação menos evidente é a apropriação dos limites da casa como parte dela. A perda dos beirais salientes consequentemente do espaço de transição que constituía varanda é também considerado parte da casa. No aspecto construtivo a inexistência das lavras a longas distâncias da sanzala elimina a necessidade dos abrigos de forma circular comuns em contexto rural. Assim, a estabilização da forma rectangular em detrimento da forma redonda ocorre. As coberturas de materiais naturais como o colmo dão lugar a telhados de chapa batida, de tambores abertos, de latarias e de lusalite. No aspecto artístico-cultural, segundo Redinha "*alguns tipos de casa acusam certa influência étnica dos indivíduos ou dos grupos recém fixados que as constroem, mas a breve trecho são assinalados ao padrão vulgar e utilitário do conjunto*" (Redinha, 1973, p.23). Actualmente não é possível encontrar exemplos dessa natureza, previamente ilustrados. Todavia, a imagem do musseque, é resultado de engenho e reciclagem de materiais que despertam a atenção e que já mereceram interpretações criativas como as serigrafias da artista plástica Renée Gagnon produzidas na década de 70 e publicadas pela primeira vez em 1980 sob o título "Musseques. Pintura e gravura".

Fig. 3.18

Fotos p/b, Dezembro de 1974. Musseque de Luanda. Cortesia da artista Renée Gagnon

(Gagnon, 2021)



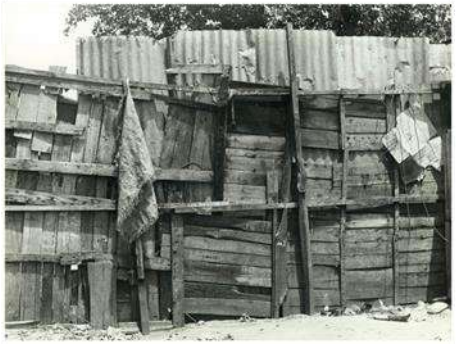


Fig. 3.19

Composição de quatro serigrafias da série “Musseques”, 1976-1980 da artista plástica Renée Gagnon.

(sup. esq.) «Lata»

(sup. dir.) «Tábua».

(inf. esq.) “Esteira”

(inf. dir.) Porta da serenidade

(Gagnon, 2021)

A transição para Terra-Madeira-Cimento

O aspecto construtivo tem muita importância no que toca à noção de evolução da CSU. Segundo entrevistas feitas nos musseques Catambor, Mulemba, Sambizanga e Calemba, a casa passa por três estágios directamente relacionados com a condição empregatícia do seu inquilino.

O primeiro estágio refere-se ao assentamento da família no musseque. Não era permitida pelo senhorio a construção de habitações definitivas nem sequer existia condição económica para tal, daí resulta a construção desse modelo de baixa qualidade mais como um abrigo efémero do que com a visão de permanência definitiva.

Descrição da cubata na fase pau-a-pique

> *"A casa iniciava a sua construção com paus fortes ao seu redor na vertical, como elementos portantes. Outros mais finos são colocados em paralelo com distâncias aproximadas a 25 cm. Por sua vez, são colocados outros paus mais finos na horizontal com as mesmas distâncias e amarrados uns aos outros com capim/colmo ou cordas. Em seguida, essa superfície é revestida com uma amálgama de areia do local (areia vermelha ou argila), com água e capim/colmo, cobrindo toda a estrutura com paus, como nos indicam as figuras 33 e 36. O telhado é suportado por paus também resistentes e com colmo ou chapa de zinco. A figura 37 mostra-nos a entrada da Ilha de Luanda com as casas que a caracterizavam em 1924. Habitações muito idênticas as da figura 34, porém, ao invés do telhado em colmo, essas eram construídas com telhado em chapa de zinco." (Correia, 2018, p108)*

O segundo estágio, que ocorre a partir dos anos 60 do séc. XX, refere-se directamente à autorização concedida pelo senhorio ao inquilino e poder económico para adquirir as madeiras para a construção da casa. Esta melhoria nas condições da habitação ainda vem revestida de alguma efemeridade visto que o indivíduo embora seja proprietário da casa não tem direito ao terreno que ocupa. No entanto tem assim a garantia de mobilidade com o seu investimento. É a partir deste estágio que a gestão camarária começa a introduzir algumas melhorias urbanas nos musseques, tais como iluminação eléctrica e fontenários públicos melhorando a qualidade de vida dos residentes.

> "*Controem-nas com caixas de automóveis, e há carpinteiros-construtores nativos, especializados nesta espécie de moradias pré-fabricadas, que podem acompanhar o dono em caso de eventual mudança. São a réplica evoluída da casa desmontável da tribo, para efeito de abandono de poiso por motivos supersticiosos. Os pavimentos são por, por regra, de terra batida, muitas vezes de cimento, registando-se casos de uso de soalho.*" (Redinha 1973, p.21).

O terceiro estágio, que ocorre no período republicano (pós-independência), refere-se à construção em cimento, considerada de carácter definitivo pela população e para a qual já existe um investimento quer nos materiais quer nos acabamentos. Nesta fase os proprietários dos musseques perdem o direito à suas terras (expropriação) e os seus inquilinos passam a ter um direito (não formalizado) às suas casas. A construção das casas em material definitivo, blocos de cimento e betão armado, é feita com recurso a brigadas comunitárias que se especializam em obras dessa natureza gerando assim um movimento interno de construção de

economia circular. No entanto, existe também a versão do mutirão que por via de regra agrega membros da família ou comunidade que trabalham segundo as orientações de um técnico que funciona como mestre-de-obras.

Os aspectos filosóficos e culturais na Casa Sub-Urbana

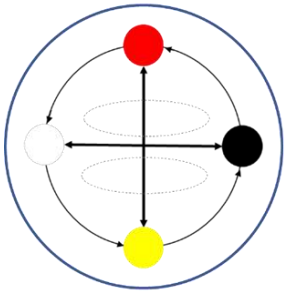


Fig. 3.20

Dikenga dya Kongo

Importa revisitar, em síntese, os princípios da *Dikenga dya Kongo*, o sistema de pensamento da nação Kongo que são quatro: *Kala* (nascimento/este-nascente/renovação/alvorada), *Tukula* (Maturidade, norte-zénite, meio-dia), *Luvemba* (oeste-poente, morte/transformação, crepúsculo) e *Musoni* (Sul-Nadir, Concepção, ancestralidade/espiritualidade, meia-noite) e os seus eixos de conexão, *Kalunga* (linha divisória entre o mundo dos vivo (*ku Nseke*) e o dos mortos (*Ku Mpemba*) e *Mukula* (canal de comunicação entre ancestrais e viventes)

Embora a Casa Sub-Urbana seja um modelo essencialmente utilitário e a sua feição física seja de baixa qualidade formal, estética e económica, as referências a ela identificadas levam-nos a julgar existirem elementos que remetem para significados ancestrais conectados ao sistema dikenga e assim é possível identificar quer na a organização do espaço interior e exterior, quer nos os elementos que constituem o conjunto remissões ao pensamento ancestral bantu.

Nos seus estudos, José Redinha refere-se a atitudes e elementos de maneira muito particular. Tanto a casa como o quintal, duas unidades interdependentes estão organizadas e funcional de acordo com princípios que se denotam nas suas descrições.

Em relação ao quintal, quatro aspectos sobressaem nas descrições; a necessidade atávica de [1] um espaço ao ar livre, a preferência de [2] uma árvore do tipo Mulemba[19] para localização do quintal, a denominação do quintal como [3] '*lumbu*' e '*Itari*'(Redinha 1973, p32)[20], ser o lugar de [4] recepção de familiares e finalmente o estatuto moral familiar que o quintal confere à família que o habita, ou seja, uma casa sem quintal no universo social da cultura urbana dos musseques seria equivalente a uma habitação, em contexto europeu, sem sala.

A interpretação destes quatro aspectos remetem para a denominação ancestral das *Mbanzas* e *Libatas*. A denominação "*lumbu*" tem dois significados etimológicos semelhantes. Na língua kikongo é interpretado por vários autores como "corte fechada (lumbu)" (Laman, 1957; Batsikama, 2016), "*interior da cercadura da casa do soberano Kongo*" (Bortolami Gabriele. 2016), "tribunal consuetudinário", "Palácio Real e Corte, segundo o dicionário Português Kikongo têm o mesmo significado, Lumbu lwa N'tinu". Na língua Kimbundo, lumbu tem vários significados sendo alguns semelhante tais como o de "convento" na vertente do

[19] "Sempre que podem fazem coincidir o quintal com a pé-existência de mulembas (Ficus psilopaga Xelw. Ex Ficalho), cuja sombra muito apreciam, a par de outras utilidades como as medicinais." (Redinha, 1973)

[20] A "*designação quintal, lumbu, na língua de Luanda, e também itari (decerto aculturação do português quintal). Esta dependência é, muito justificadamente, considerada imprescindível complemento, e os de Luanda entendem que, casa sem quintal, não é casa de gente que se preze*" (Redinha 1973, p32)

significado originário romano de *conventum juridicum*[21], "Casa principal ou de residência do patrão e sua família" numa clara referência ao colono[22] e noutros dissonante tais como muro, vedação. Ainda está um significado associado que é o de 'lucro ou ganho' que podemos associar à palavra '*itari'* que embora o autor José Redinha associasse a uma corruptela da palavra quintal, o facto é que a expressão significa literalmente dinheiro. Esta denominação de itari poderá estar associada ao facto de no quintal se desempenharem funções domésticas e oficinais que representavam a fonte de renda da família. Temos então dois possíveis significados, o de ser o recinto restrito do residente com valor social demonstrativo da sua importância como local de afluência familiar e também como lugar fonte de renda, conjugando com a versão assalariada do contexto urbano. Este significado é consonante com a conjugação do espaço ao ar livre e da árvore do tipo Mulemba que determina então o lugar de reunião e actividades domésticas. Em relação à casa predomina a porta localizada à esquerda (Redinha, 1973, p.44) da fachada principal com a janela localizada à direita e o desenvolvimento da casa segue o mesmo sentido. A entrada dá acesso a uma sala contígua à cozinha e daí se acede ao quarto. O quarto está carregado de simbolismo por ser o lugar do fogo e da natalidade e está localizado à direita geográfica do espaço, significando assim a nascente (*Kala*) criando um ambiente mais equilibrado e consonante, estimulando assim a concepção e fecundidade.

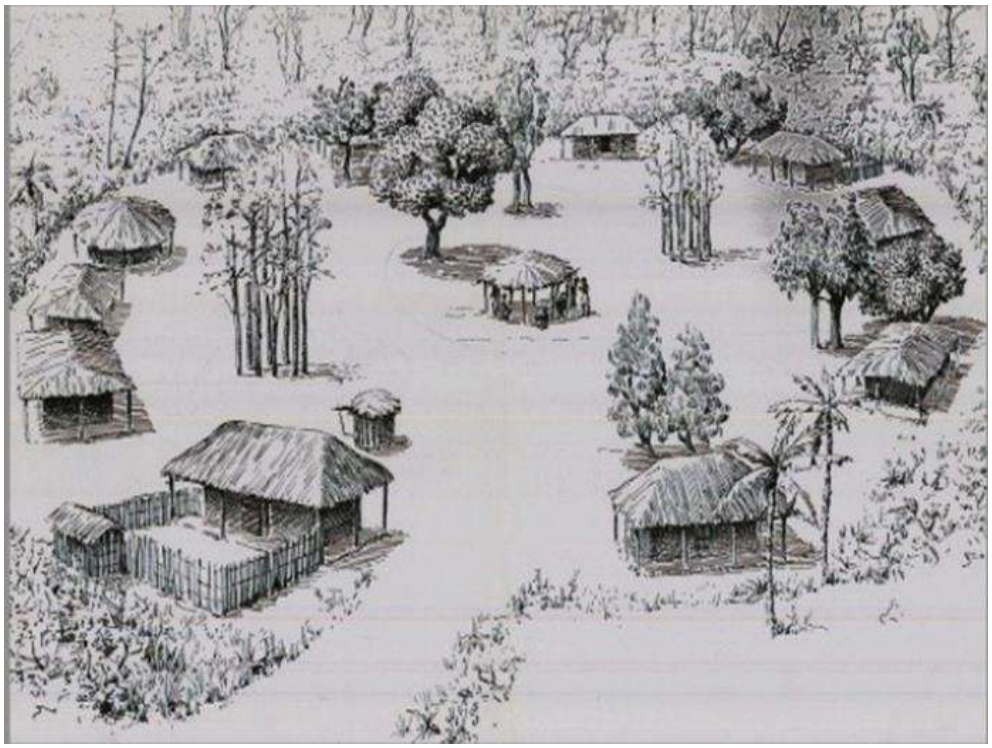


Fig. 3.21

Representação fictícia de uma sanzala com a disposição das edificações em círculo com a representação do *Onjango* e da Árvore ao centro.

[21] Assembleia onde os cidadãos se reuniam para fins administrativos ou de justiça (convento jurídico;

[22] No dicionário Kimbundu Português de António Assis Júnior, o significado Lumbo como casa principal do patrão vem associado à expressão "ngendele ku lumbu" derivando a expressão 'ngendele' de Mundele, que significa 'homem branco'. De ressalvar que os indivíduos brancos que moravam nos musseques, eram socialmente considerados superiores aos negros e a eles afecta alguma autoridade local o que pode estar na origem de tal designação.

Fig. 3.22

"Pormenor de casas e cubatas num 'muceque'" (AMARAL, 1968, pág.162)

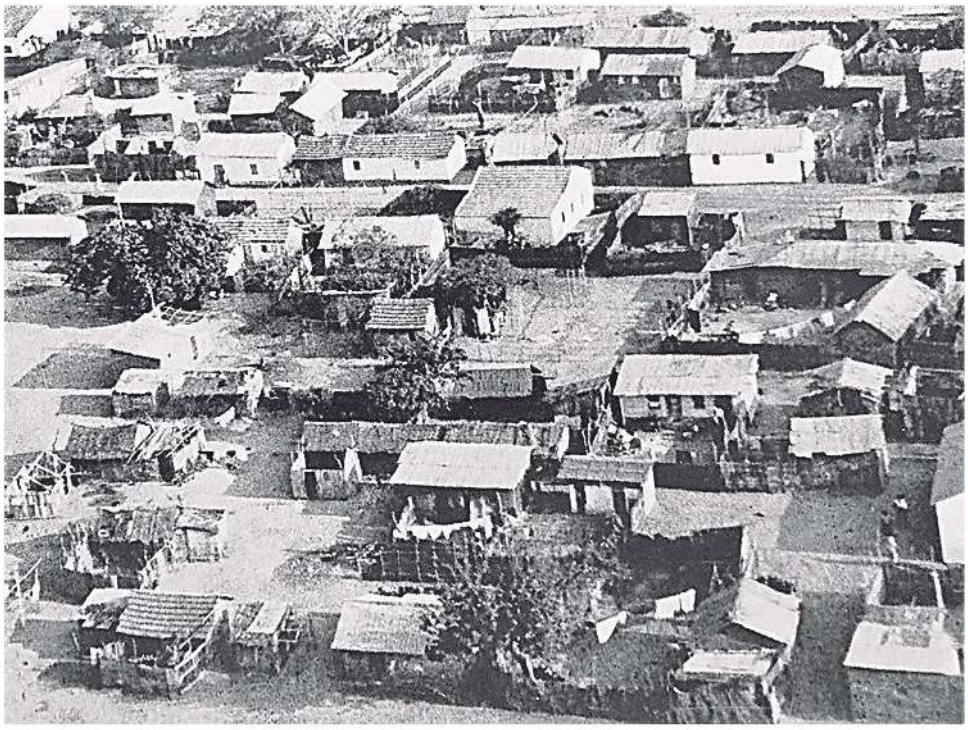
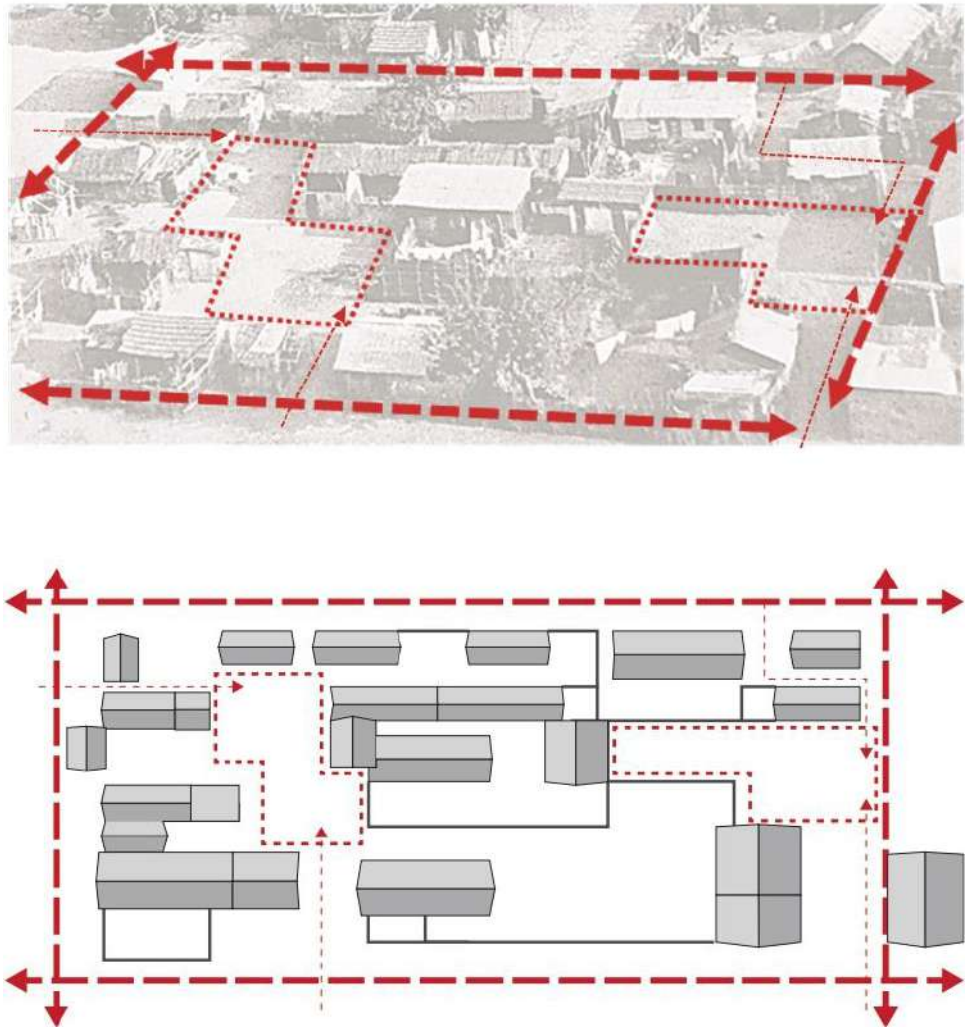


Fig. 03.23

Diagramas Interpretativo da ocupação do espaço com a indicação dos logradouros comuns que definem núcleos independentes ou integrados numa Unidade de Agregação.



3.2 O musseque como paisagem cultural e polissémica

3.2.1 A complexidade organizada

Como espaço urbano, os musseques não se extinguem na diferenciação de seus espaços físico (percursos, unidades de agregação) e na articulação dos elementos que o constituem (sistemas habitacionais e logradouros). Dissociado dessa condição corpórea, a construção do espaço urbano – quer seja um musseque ou territórios de outra génese – estão os indivíduos, que nas suas múltiplas formas de estar e viver o espaço, criam, destroem e recriam significados a esse mesmo espaço. Essa construção, que se consubstancia no binómio concreto-abstracto, sendo o concreto o espaço, natural e construído e o abstracto toda a substância social.

> *"A perspectiva dos estudos semióticos, junto a diversas outras ciências humanas e sociais, tentou tornar, ao mesmo tempo, mais complexa e radical a questão: espaços e sujeitos não existem enquanto tais para então encontrar-se e conjungir-se, ora por vontade, ora por destino; muito diferentemente, eles se constituem reciprocamente, são os polos de uma relação que os precede e, fundando-os, os transcende. A cidade nasce na cansativa instituição e na manutenção histórica e identitária de tal relação. Ela não é a somatória de duas entidades autônomas, mas a forma relacional de seu recíproco constituir-se. Não existem espaços autônomos e sujeitos independentes que, em segunda instância, se reúnem mais ou menos casualmente em um determinado ambiente ou situação. Eles se realizam como sujeitos espaciais que, desde o início, se reúnem internamente nos seus corpos e lugares, traduzindo-os uns nos outros e produzindo assim novas formas de subjetividade." (Marrone, 2015)*

Quando Jane Jacobs descreveu as cidades como "um problema de complexidade organizada" (Jacobs, 2003) invocando o ensaio visionário de Warren Weaver sobre complexidade organizada de 1958, deixa claro que os mesmos princípios se aplicam a todas as partes das cidades. No caso dos musseques, sobre a sua estrutura e como todos os elementos se relacionam que "embora a inter-relação de seus vários factores seja complexa, não há nada de acidental ou irracional na maneira como esses factores se influenciam mutuamente" (Jacobs. 2003: P.483)

De facto, historicamente falando, os musseques são as soluções aos problemas de complexidade cultural e económica – práticas, auto-organizadas e adaptáveis. Eles foram inventados de forma independente das culturas dos seus ocupantes e em tempos variados, dando origem a tecidos urbanos diferenciados e com estruturas complexas, quer na sua organização unitária quer na relação entre unidades. O conceito de "complexidade organizada" de Jacobs é diferente da mera complexidade, pois os componentes e as variáveis que constituem o "problema" musseque são conectados, o que requer o que Jacobs astutamente chama de "forma de pensar de teia". Em uma teia, a força e estrutura vêm de conexões e relações entre os componentes, estruturados pela organização da própria teia.

Um dos aspectos mais evidentes da complexidade do espaço dos musseques advém do facto destes serem paisagens constituídas por elementos que comunicam através de códigos cuja significação correcta depende de uma relação social de pertença ao ambiente.

Como foi previamente abordado, a paisagem urbana como qualquer signo comunica através de múltiplas representações quer sejam elas ícone, índices ou símbolos. No entanto, nem todos terão as mesmas significações visto que estes processos de entendimento resultam sempre das inter-relações entre os indivíduos e o seu meio. Partindo desse aspecto, a

interpretação acerca de um elemento pode ter múltiplos entendimentos e essa actividade semiótica é contínua.

Segundo Décio Pignatari, a mensagem arquitectónica é desencadeada através do signo icónico todavia no processo cognitivo, os significados atribuídos no projecto poderão gerar entendimentos imprevisíveis, diferentes do inicialmente intencionado. Em acréscimo a autora Lúcia Santaella, introduz o signo índice colocando a percepção dos mesmos como manifestações da "funcionalidade e intenção, proporcionando uma relação físico-causal sob uma relação directa entre o signo e seu objecto". Assim a interpretação de um signos índices, pressupõe uma relação entre o significado dos signos com o contexto ao qual pertencem.

Assim, "*a paisagem urbana como representação simbólica é uma interpretação arbitrada, ou seja, possui entendimento convencionado pela comunidade ocupante e forma sua imagem coletiva*" (Maziero & Bonametti, 2015) e aí reside o poder representativo dos signos que ocorre através da relação social e cultural que se estabelece com o objecto e não de forma arbitrária. É então possível olhar para o musseque como uma paisagem cultural.

Quando Umberto ECO considera a cultura, na sua globalidade como uma "*sub espécie semiótica*" a sua intenção fundamental é partir do princípio que a cultura como fenómeno, pode ser melhor compreendida se abordada do ponto de vista semiótico, ou seja, "os objectos, os comportamentos e os valores funcionam como tais porque obedecem a leis semióticas". (Eco. 2000 p.51)

Ao traspormos esta leitura para o espaço urbano, qualquer elemento da sua composição pode ser entendido como uma entidade semântica.

A construção dos musseques é feita da relação entre o território e a sua população. Dessa relação deriva um imaginário que se traduz através de significados transformando o espaço numa entidade semântica, susceptível de sobre ela serem contruídas múltiplas narrativas "*resultado do modo de vida económico e social, gerado por significados históricos, artísticos e culturais, formando, além da expressão e conteúdo, sentimentos e memórias nos indivíduos nele presentes*." (Maziero & Bonametti, 2015). Enquanto território, constrói no tempo o processo de cristalização de procedimentos, de comportamentos, quer tenham ou não importância social relevante. Esta institucionalização, mais do que normas, são também significados, valores ou conhecimentos e constituindo a organização do lugar.

3.2.2 Os arquétipos da complexidade: o caso do Catambor

Segundo o filósofo italiano Giorgio Agamben, o arquétipo não é uma forma específica, tão pouco uma forma geral, mas um evento formal singular que serve para definir a possibilidade de uma miríade de formas. Esta abordagem, bastante próxima do conceito de tipo definido por Quatremère de Quincy[23],

Partimos deste princípio para designar um modo específico como definição para todo um grupo possível de formas. Em arquitectura, o arquétipo é uma forma paradigmática, a qual é passível de iluminar uma determinada passagem no desenvolvimento da cidade. É uma forma específica, mas não determinada, próxima do que Quatremère de Quincy estabelece como tipo que é menos a imagem de alguma coisa a ser copiada ou imitada com perfeição do que a ideia de um elemento que deve servir de regra para o modelo.

Com esta fundamentação teórica, foi elaborado um Levantamento, Análise e Diagnóstico ao Musseque do Catambor, coordenados pela autora[24]. Abordar os resultados nesta fase do trabalho é uma acção essencial pois foi a partir dessas primeiras abordagens que se gerou interesse sobre o assunto bem como se delinearam as primeiras ideias acerca do que ficou referido como os arquétipos do musseque.

Desta maneira, os passos que se estabeleceram para a condução da dos trabalhos foram no sentido de demonstrar que aspectos gerais estariam na origem da configuração dos musseques a partir do estabelecimento de um arquétipo.

Numa primeira instância, foram definidos como limites da zona de estudo todo o território encerrado por três grandes avenidas da cidade, Avenida Revolução de Outubro, Cmdt Gika, Rua Pres. Marien Ngouabi.

O território subdivide-se em duas grandes zonas, que foram classificadas como informal e formal, devido às particularidades que as distingue consideravelmente no que toca a organização funcional, pela composição formal e pelo próprio traçado urbano. Cingimo-nos à informal denominada como o Musseque do Catambor.

Nesse estudo foram identificados cinco aspectos proeminentes na paisagem e que sustentava, o tecido urbano. Espaço público-privado, malha irregular, contorno, dimensão e o elemeno mínimo edificado.

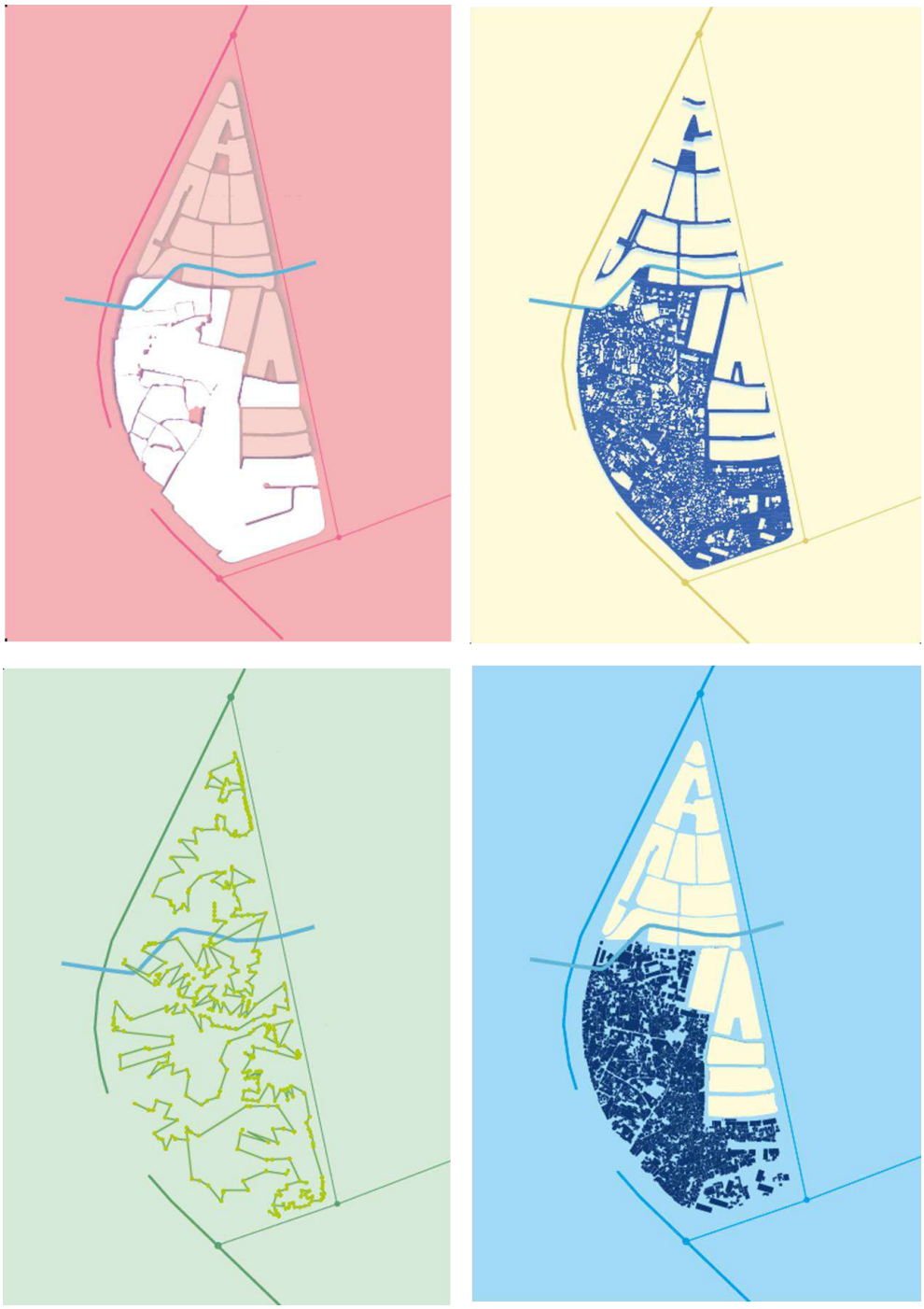
"*… com o tempo a cidade cresce sobre si mesma, adquire consequência e memória de si própria. Na sua construção permanecem os motivos originários, mas ao mesmo tempo a cidade esclarece e modifica os motivos do seu próprio desenvolvimento." (Rossi, 2001)*

[23] "Tipo é menos a imagem de alguma coisa a ser copiada ou imitada com perfeição do que a ideia de um elemento que deve servir de regra para o modelo. Quincy apud Argan, 2006, p. 269. | ARGAN, G. C. Sobre a tipologia em arquitectura. In: NESBITT, K. (Org.). Uma nova agenda para a arquitectura: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006 [1963], p. 268-273.

[24] Projecto de investigação Musseques implementado no Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura (CEICA) da Universidade Lusíada de Angola. E equipa foi constituída pelos arquitectos Márcia Miguéis, Leal dos Santos e Glória Kilanda. 2013-2014

Fig. 3.24

Composição de Ilustrações feitas pelo Arquitecto Glória Kilanda para a Exposição Museke. 2014. Figurativos (sup. esq.) Estrutura Viária (sup. dir.), Estrutura Verde: Árvores (inf. esq.) Edificações (inf. dir.)



Logradouros comuns: o tecido do musseque atrai a atenção de todos, pelas particularidades pouco comuns, que criam, códigos funcionais que regem vida dos seus residentes, sugerindo um formato próprio de posse ou partilha de espaço publico ou privado, o que denominamos, neste trabalho, como “Logradouros Comuns”. Os mesmos vão surgindo pontualmente em função das vias, vão se conectando e integrando, originando uma unidade no traçado urbano. O espaço público-privado foi a interpretação possível sobre um processo de apropriação do espaço público, por parte dos residentes, como um espaço privado, como seu logradouro particular. Na sequência dessa apropriação há uma partilha com a vizinhança por se encontrar numa situação idêntica, onde a partir deste princípio se unem as famílias, e mantem uma linguagem espacial que foi se aperfeiçoando com o passar do tempo.

Malha - Conexão através de vias irregulares com escalas resultantes da vizinhança do edificado e proximidade humana. A malha resulta de uma intrincada rede que conecta os logradouros e cuja escala estará relacionada com o edificado.

Contorno – Sendo uma unidade urbana o musseque é dotado de limite que o circunscreve político-administrativamente. No entanto, mais do que um limite burocrático existe toda uma carga histórico-social ligada àquele suporte físico que o encerra. Os eixos de fechamento do musseque têm a particularidade de terem um uso de solos predominante para serviços e comércio de proximidade. Embora o musseque seja uma área essencialmente residencial, na sua zona periférica desenvolve-se o comércio, na Rua Presidente Marien Ngouabi, e na Avenida Revolução de Outubro. Nestes dois locais é onde está concentrada a expressiva maioria da actividade mercantil, desde o comércio ambulante ao comércio fixo, do formal ao informal. As habitações situam-se mais no interior da Zona. O comércio informal é predominante no local, sendo a actividade principal que dinamiza a Zona.

Dimensão – A sua dimensão e reconhecimento como uma unidade territorial pelos seus residentes, dotado de limite que o circunscreve e uma carga histórico-social que transcende a geração actual, ou seja, existe uma convergência entre espaço social e espaço geométrico fazendo dele um lugar urbano. O musseque tem uma escala humana, passível de ser percorrido a pé, sendo possível o seu conhecimento através do uso das suas estruturas. A estrutura das ruas, praças e outras formas assumem as escalas inferiores. É uma estrutura homogénea no que toca a sua cércea, vias e afectação do solo e com essas características é claramente identificável e distinto do tecido envolvente.

e) Elemento mínimo edificado – auto construção assistida" A casa foi identificado como o elemento mínimo do conjunto que é o tecido do musseque. Este elemento morfológico foi sendo moldado acordo com as necessidades humanas de habitação e pode configurar um único volume ou vários que podem variar em comprimento e/ou profundidade, mas com poucas evidências dessa variação atingir a altura; são volumes agrupados e permeados por labirintos de difícil acesso. Independente da composição, a casa simboliza o elemento mínimo da escala do musseque e assume o importante papel na mediação entre o público e o privado no tecido.

Estas características de entendimento sobre o tecido do Catambor, *que* põe em evidência esse *modus vivendi* [25] são parte do *genius loci*[26] logo factores de identidade do espaço.

[25] *Modus vivendi* insinua um modo, um carácter que permite uma acomodação na disputa entre partes para permitir a vida em conjunto.

[26] *Genius loci* um termo latino que se refere ao "espírito do lugar", e é objecto de culto na religião romana. A expressão *genius loci* diz respeito, portanto, ao conjunto de características socioculturais, arquitectónicas, de linguagem, de hábitos, que caracterizam um lugar, um ambiente, uma cidade. Indica o "carácter" do lugar. O termo é utilizado por Aldo Rossi no livro Arquitectura da Cidade.

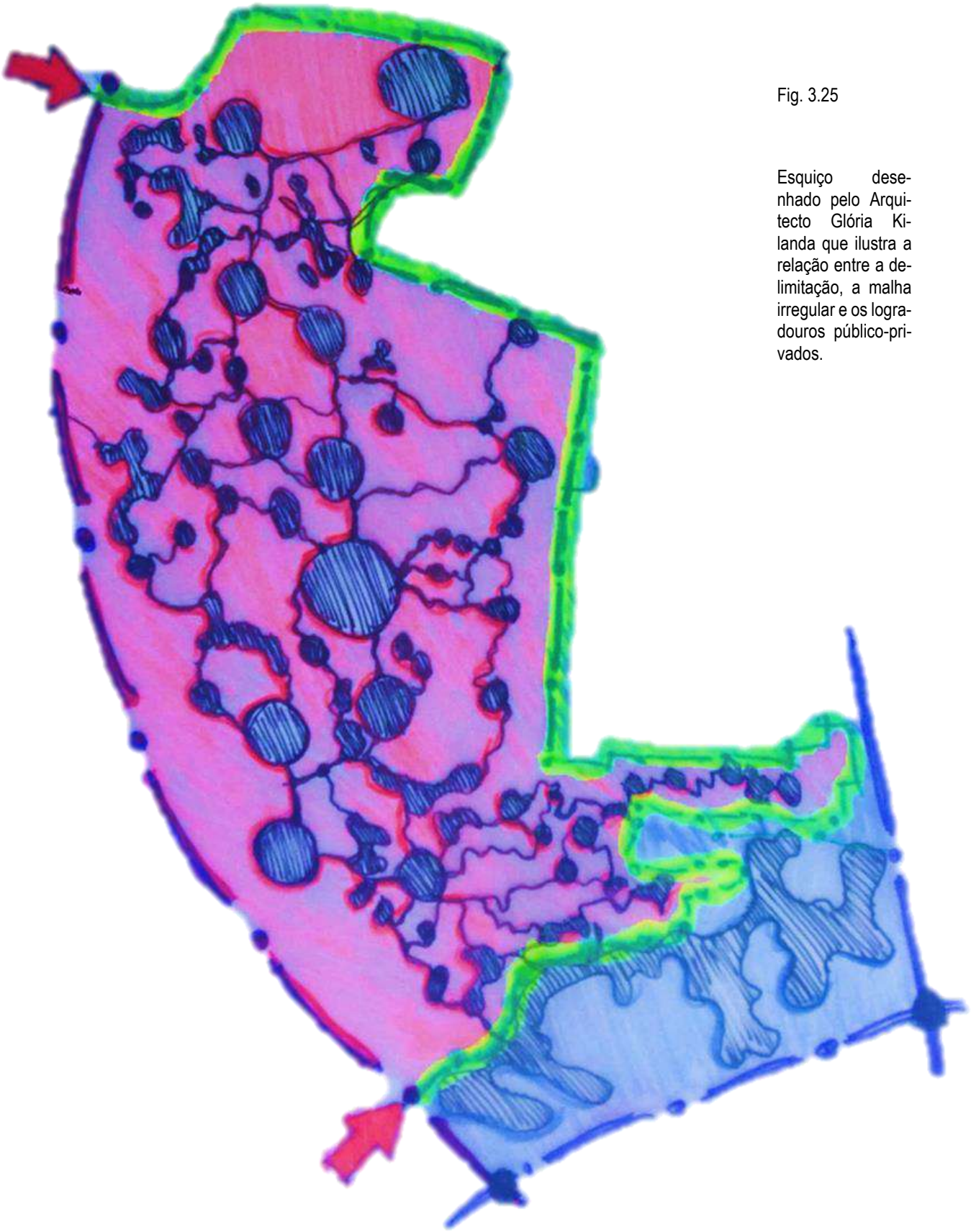


Fig. 3.25

Esquiço desenhado pelo Arquitecto Glória Kilanda que ilustra a relação entre a delimitação, a malha irregular e os logradouros público-privados.

. Trazemos para este ensaio, à guisa de exemplo, o musseque do Catambor, em Luanda;

" (…) *víamos a alma do Catambor, cuja percepção do espaço tinha que não podia ser interpretada à luz dos compêndios da arquitectura e urbanismo habituais, herdeiros de um pensamento modernista sobre a cidade. Estávamos perante factos urbanos que reflectiam a essência do modus vivendi local. A falta de um logradouro incita a apropriação do espaço público, como um espaço privado pelos moradores. Por outro lado, quem dele se apropria partilha-o com a vizinhança por se encontrar numa situação idêntica. Este princípio une as famílias, e mantem uma linguagem que foi se sedimentando com o passar do tempo. Estes locus permitiram que começássemos a perceber também que o Catambor, per si, traz em evidência, todos os factores que lhe são proeminentes, no que toca à sua identidade como espaço, delimitando claramente as suas fronteiras, e criando as suas particularidades, que são a razão da sua imparidade*." (Mingas, 2014)

Fig. 3.26

Sistema de logradouros público-privados, in "Musseque do Catambor: Planta de Implantação com o Levantamento dos Indicadores de Salvaguarda".

Fig. 3.27

Unidade do sistema de logradouros público-privados, in "Musseque do Catambor: Planta de Implantação com o Levantamento dos Indicadores de Salvaguarda"

3.3 Conceptualização Teórica "Os Signos Espaciais"

Todos os musseques são diferentes, no entanto, a complexidade da sua estrutura espacial constrói uma identidade comum que se reflecte na articulação e relação intrincada entre as suas partes.

Sendo os musseques territórios de ocupação progressiva, ou seja, da parte para o conjunto, a construção da nossa hipótese começa no Sistema Habitacional Triádico como célula base do assentamento, que dá origem aos núcleos de agregação." (Rossi, 2001, p.124) que funcionam como unidade morfológicas primárias na constituição do tecido urbano. O crescimento da ocupação dará origem a áreas-residência visto serem "(…) unidades do conjunto urbano que emergiram, mediante uma operação, de diferentes processos de crescimento e diferenciação, ou então os bairros ou partes da cidade que adquiriram características próprias." (*Rossi, 2001, p.86*). Estes factos urbanos interdependentes e todos os seus componentes constituem o pano de fundo da nossa hipótese e para efeito deste trabalho passaremos a denominá-las como Unidades de Agregação e Unidades Morfológicas.

3.3.1 Sistema Habitacional Triádico

'A parcela como origem da unidade de agregação'

O termo "parcela", utilizado no contexto do ordenamento do território ou do urbanismo, pode ter significados diversos desde ser um conjunto de vários prédios, um único prédio, parte de um prédio, conjunto de partes adjacentes de vários prédios, cada uma das unidades de cultura dentro do mesmo prédio; unidade de cultura homogénea abrangendo vários prédios. Juridicamente o termo parcela está relacionado com uma unidade fundiária para urbanização. Em suma, parcela é uma porção de território delimitada física, jurídica ou topologicamente, Considerando as múltiplas interpretações que o termo encerra, a nossa proposta é recorrer ao significado da porção territorial visto que as outras não se aplicam obrigatoriamente ao contexto.

Analisar e compreender como o território foi se compondo a partir da aglomeração de distintas parcelas e/ou núcleos de parcelas, defendendo que estes núcleos, localização e história, apresentam-se como elementos fundamentais para o estudo da forma urbana do musseque, justifica a abordagem de que esta entidade é a ferramenta com a qual se pode entender as lógicas habitacionais, como os indivíduos habitam e criam espaço social, compreendendo ainda que a "partir da parcela, pode-se ir aumentando a escala de análise, ou seja, como várias parcelas se agrupam em unidades de agregação, e como a combinação de unidades de agregação formam o musseque".

No ramo da morfologia urbana os 'lotes' e 'quarteirões' bem como os 'edifícios' e as 'ruas' são geralmente identificados como os elementos primários que são combinados em diferentes escalas para produzir um tecido urbano (Conzen, 2022). Ao analisarmos o tecido urbano dos musseques é possível encontrar paridade entre os elementos, ou seja, 'lote-parcela', 'quarteirão-unidade de agregação'. No entanto há uma diferença fundamental entre o desenho urbano dos espaços denominados como formais e os musseques que reside nas relações entre parcelas e unidades de agregação (lote-quarteirão). Enquanto existe uma sugestão de reciprocidade entre edifícios-lotes-quarteirões (Lamas, 2004), nos musseques essa relação de reciprocidade tem fundamentos mais complexos uma vez que a

definição/delimitação da parcela nem sempre é um facto explícito, o edifício muitas vezes precede a existência percebida da parcela ou se torna ele mesmo a parcela.

Estes processo em que o "edifício é o lote" é considerado tão antigo quanto o urbanismo e é uma das característica morfogénica chave dos assentamentos denominados informais. No nosso caso de estudo, esta ocorrência está emparelhada com a alteração quer da estrutura de arruamentos e **mutação** das unidades de agregação.

Dimensionamento das parcelas

Os tamanhos das unidades de agregação nos musseques variam. Desconhecemos alguma norma que determine essa organização, no entanto acreditamos que as relações de vizinhança são estabelecidas por proximidade familiar e/ou inquilinato. A forma mais comum de organização das parcelas em unidade de agregação é o uso da regra do centro numa imitação da organização da parcela em si. Revisitando o conceito de *'Matriosca'*[27] onde existe a repetição do padrão de configuração do conjunto a partir da imitação da unidade.

Regra ímpar

Especulando, um centro, como lugar de convergência ou de irradiação, e só se constituirá a partir de um conjunto mínimo de elementos, logo no mínimo uma unidade de agregação terá no mínimo duas parcelas e infinitas, por associação. Isso pode ser chamado de "regra ímpar" no sentido de que o centro só poderá existir se pelo menos três edifícios a ele estiverem relacionados.

O tempo e a forma

Seguindo o princípio geral de análise dos musseques, o tempo e a forma, o estudo das Unidades de Agregação, um dos seus elementos, seguirá a mesma abordagem.

A partir do Tempo, recorreremos ao período temporal de 40 anos, em que se observam com maior velocidade os processo de alteração da forma. A observação das alterações e suas características dar-nos-ão uma linha de pensamento fundamentada para entender os fundamentos do processo.

A partir da Forma, pretendemos um olhar atento a todos os elementos que constituem a unidade, as suas parcelas, acessos, logradouros, caracterizar cada um desses elementos a partir das ferramentas de arquitectura e urbanismo, plantas, diagramas e esquemas.

Essas duas linhas de análise permitirão olhar para a unidade de agregação e compreender as diversas relações que ocorrem entre os seus elementos constituintes e assim compreender como se processa a produção do tecido urbano nos musseques:

. a relação do edifício com a parcela;

. das parcelas com a forma do quarteirão;

. a relação da organização da habitação com o tecido construído – formas de agregação das tipologias arquitectónicas;

. a relação do tecido construído com a forma do quarteirão – quarteirão como unidade agregadora de edifícios;

. a relação do quarteirão com a forma da cidade – o quarteirão com uma unidade na constituição do tecido urbano

---

[27] No capítulo 'Os signos espaciais' a Hipótese é constituída por três elementos que funcionam como o sistema *Matriosca*, ou seja, a Unidade Morfológica que contém a Unidade de Agregação que contém o Sistema Habitacional Triádico.

(Justo, 2014)

É nossa expectativa poder identificar lógicas comuns que permitam criar grupos e com isso, propor tipos e gerar um debate acerca da produção do tecido urbano nos musseques. Os sistemas habitacionais, são conjuntos de edifícios aglomerados tendo um propósito compartilhado que se reflecte na relação directa com um "logradouro social" de utilização comum que funciona como 'centro' da casa. Este sistema habitacional reflecte, a estrutura da família "alargada" (como a família/comunidade). Originalmente, cada conjunto representava a casa de uma família extensa, hoje resultam de associações de diversos tipo onde a comunidade não pressupõe necessariamente relações de parentesco mas também de inquilinato e até profissionais. São conjuntos de elementos edificados e não edificados em que cada um desses elementos representa uma determinada categoria sociológica do habitar[28]. Os elementos edificados pertencem ao domínio privado e/ou individual da casa e os elementos não edificados correspondem aos espaços de carácter colectivo do grupo familiar e resultam de uma relação entre logradouros e árvores.

A decomposição destes sistemas a partir da tríade logradouro-árvore-módulos permitem identificar padrões de organização do espaço.

Módulos

São os elementos edificados que por via de regra correspondem aos espaços de carácter individual ou de um subgrupo familiar. Os módulos que compõem esse conjunto são quadrilaterais contíguos, com acesso para o exterior ou interior do conjunto. e predominam as edificações com 1 piso e uso habitacional, pontuando equipamentos de proximidade virados para o comércio e serviços. Os edifícios são auto-construídos, com carências técnicas que reduzem o ciclo de vida útil da construção e aceleram a degradação.

As construções mais antigas podem ser enquadradas na tipologia da "Cubata Suburbana" (Redinha, 1973), são construídas em pau-a-pique e o processo de transformação atravessa duas etapas: a primeira, é a transformação para madeira, e a segunda para alvenaria de tijolo ou bloco de cimento ou tijolo cerâmico[29]. Ainda é possível identificar edifícios construídos com lixo urbano, o que afecta a imagem do conjunto.

---

[28] Com origem na lógica da organização do espaço rural este sistema habitacional reflecte a estrutura da família "alargada" (como a família/comunidade). Originalmente, cada conjunto representava a casa de uma família extensa, hoje resultam de associações de diversos tipo onde a comunidade não pressupõe necessariamente relações de parentesco mas também de inquilinato e até profissionais.

[29] Segundo os estudos da autora, as auto-construções feitas pela população negra na época colonial, via de regra passavam por duas fases. Na fase inicial de assentamento da família, eram de pau-a-pique, numa segunda fase, os paramentos exteriores eram revestidos com chapas pré-fabricadas conferindo maior resistência e durabilidade e mobilidade, inclusive demonstrando algum poder económico do residente mas sem no entanto este facto significar direito de posse. Após a independência, a governação republicana terá permitido o direito de assentamento definitivo à população residente e consequentemente a construção passou a ter um carácter definitivo, ou seja, os paramentos em chapa foram 'revestidos' com panos de parede em tijolo ou bloco de cimento. O musseque do Catambor é dos poucos musseques históricos onde a construção dos assentamentos iniciais é ínfima. O nosso levantamento de campo só identificou um edifício com essas características e alguns resíduos das folhas de tambor

Logradouros.

Pertencem à categoria do elementos não edificados. Delimitação interior à edificação com acesso (ou não) ao exterior a partir de um caminho. O espaço não edificado das unidades de agregação são de dois tipos: o acesso e o logradouro. Estas duas tipologias que se diferenciam, criam uma rede de logradouros[30] que comunicam entre si através de percursos com extensões diferentes e de utilização quotidiana.[31] Dentro da unidade de agregação, esta rede tanto pode ser interpretada como o espaço público ou privado visto que "a *falta de um logradouro incita a apropriação do espaço público, como um espaço privado pelos moradores. Por outro lado, quem dele se apropria partilha-o com a vizinhança por se encontrar numa situação idêntica."* (Mingas 2014) *Este princípio gera uma linguagem urbana de comunicação como uma rede capilar, essencial para o acesso ao mais privado da unidade de agregação.* Numa interpretação diferente, o logradouro privado, comummente chamado de quintal, tem um desempenho diferente, o de ser o espaço da colectividade. *Funciona como centro do sistema habitacional o que o torna representativo no sistema de valores sociais como lugar onde os agentes humanos e não humanos desempenham o seu papel na construção da imagem identitária da casa como um espaço de partilha que cria por si só códigos funcionais à volta da dinâmica social do interior da casa.* Esses *locus*, factos singulares determinados pelo espaço e pelo tempo, parafraseando Aldo Rossi no livro "Arquitectura da Cidade", são características comuns dos Musseques do tipo não-estruturados.

Árvore

A estrutura verde dos musseques é predominantemente constituída por árvores e é um aspecto qualitativo de interesse simbólico para a leitura da forma urbana dos musseques. Estas são fundamento essencial para a caracterização do espaços privados das 'unidades de agregação' dos musseques. O conceito de Estrutura Verde tem evoluído ao longo dos tempos e no contexto da cultura ocidental com um carácter acentuadamente público conotado com a Praça ou o Largo da Igreja. No caso dos musseques, esse conceito é oposto, pois a estrutura verde é constituída por uma rede de logradouros privados e arborizados, integradas em espaço privado, estabelecendo locais privilegiados para as actividades de socialização e lazer. O logradouro arborizado é um elemento fundamental da estrutura do sistema habitacional, valorizando de forma coesa e integrada todos os módulos a ela associados. Esta condição representa fortes valores patrimoniais não só naturais, mas culturais semelhantes aos do *ondjango*. Segundo o pedagogo Fausto Kakumba, autor do livro "Descer antes de Subir, Contos e Provérbios no Ondjango Umbundu" editado em 2013, ondjango é um conceito que deriva da aglutinação das palavras "*Ondjo (casa) + Ohango (conversa);* <*ondjo y'ohango*> *(casa de conversa, diálogo ou conversação)*" (Kakumba, 2013, p.21) e cuja representação física é uma árvore frondosa ou uma construção, que por analogia, é feita em pau-a-pique, não tem paredes e a cobertura é em colmo. Na cultura urbana de Luanda, o vocábulo foi adaptado para 'jango' e refere-se essencialmente à construção que se ergue no

[30] Logradouro, no contexto deste trabalho, associa os significados de público e privado, ou seja, tanto funciona como espaço anexo às habitações, como espaço público comum usufruído pela vizinhança directa e pelos transeuntes nos seus percursos habituais.

[31] Ruy Cinatti no livro "Arquitectura Timorense" refere uma realidade semelhante, mas em contexto rural. "Todos os aglomerados urbanos que encontramos em Timor constituindo aldeamentos são a expressão da mesma necessidade de fixar num dado local a exploração agrícola do solo. A necessidade de os homens se reunirem para o arranjo de um meio propício à agricultura leva-os a aproximarem-se, a cooperarem em certos métodos de exploração agrícola, como acontece com o cultivo comunal do arroz, definindo um organismo autónomo bem definido, a aldeia com a sua vida própria. À volta do povoado, distribuem-se os quintais, as várzeas, os campos de milho, mandioca, feijão e batata-doce, todos ligados àquele por caminhos de utilização quotidiana". (Cinatti. 1987. P.54)

Fig. 3.28

Mulemba fotografada em Catabola, município da província do Bié, em Angola.

logradouro da casa cuja função é a da socialização familiar e do lazer conforme previamente referido

Encontram-se variantes nos tipos de logradouros, tanto podem ser quintais como largos, sendo estes últimos de utilização público-privada. Esta condição representa fortes valores patrimoniais não só naturais mas culturais. No caso do logradouro ser um quintal, o espaço da Árvore substitui o que em contexto europeu seria equivalente à sala.

O elemento de relevância é a árvore que desempenha várias funções no contexto local. Tanto é entendida como fundamental no processo de assentamento das populações que a sua existência denuncia, à priori, um logradouro de uso colectivo, independentemente da escala social a que se refere. Assim sendo, embora o significado não remeta para a sacralidade, elemento comunicador entre os ancestrais e deus, a árvore continua a ser um espaço privilegiado para as comunidades. As árvores, são fundamento essencial para a caracterização do espaços privados das 'unidades de agregação' dos musseques."

Em síntese:

Os Sistemas Habitacionais Triádicos remetem para configurações com padrões de formação similares cuja relação das partes se traduz num [1] conjunto de edificações que traduz o núcleo habitacional em função de um [2] centro de utilização comum que encerra um [3] elemento singular"

São eles:

1. **Conjunto de edificações** é um signo da "Organização familiar"

2. **Logradouros** é um signo da "Colectividade"

3. **Árvore** é um signo da "Conexão com a Ancestralidade"

3.3.2 Unidades de Agregação

Do quarteirão e outras formas de agregação

Genericamente podemos entender o quarteirão como uma unidade elementar da geometria de uma malha urbana,

Esta definição genérica remete aos tempos ancestrais de Hipódamo de Mileto (498 - 408 a.C.) considerado o inventor, do sistema urbanístico de malha regular que se tornou conhecido por Sistema Hipodâmico[32].

Segundo Ressano Garcia Lamas, o quarteirão "é um contínuo de edifícios agrupados entre si em anel, ou sistema fechado e separado dos demais; é o espaço delimitado pelo cruzamento de três ou mais vias e subdivisível em parcelas de cadastro (lotes) para construção de edifícios." (Lamas, 2004, p.88)

Lamas ainda considera o quarteirão como "um modo de agrupar edifícios no espaço delimitado pelo cruzamento de traçados." (Lamas, 2004, p.88) eliminando assim do conceito de quarteirão a associação obrigatória a conceitos urbanísticos como lote, e parcela, que estão associados à "regularização fundiária" da forma urbana.

O seu discurso leva-nos ao entendimento do quarteirão como um elemento essencial da forma urbana, visto como uma unidade morfológica do tecido, planeada ou não, e que pode em si mesmo "constituir a parte mínima identificável na estrutura urbana" (Lamas, 2004, p.88)

Dessa definição se infere que o quarteirão é em si um delimitador da estrutura arquitectónica da cidade, que encerra em si as relações cheio-vazio que daí possam derivar e que é ladeado por elementos de comunicação/mobilidade de pessoas e/ou veículos.

Historicamente, as cidades organizam-se por sistema de quarteirões. No caso das cidades ocidentais é exemplo disso a cidade de Mileto na Turquia, onde o quarteirão decorre de um processo de planeamento que desenham um padrão regular e uniforme não excluindo outros processos emergenciais, sociais ou mesmo até topológicos que poderão original formas mais irregulares e que estruturam a grande maioria dos centros urbanos no mundo. No caso das cidades africanas da antiguidade, em particular na Mussumba do Império Lunda, a parte mínima da estrutura urbana é denominada de '*quipanga'* cujo significado remete para um espaço quadrangular ou rectangular. Embora o planeamento da cidade tivesse fundamentos profundamente politizados o facto é que a sua organização regular era constituída pelas quipangas dispostas ao longo da rua principal da cidade, denominada como '*mucombele'* e pelas transversais denominadas como '*mussango'*.

configurado em função de outras referências incluindo a filosófico-cultural. ou a Mussumba de Muantiânvua no estado Lunda,

A coexistência dos padrões de organização similares é uma realidade urbana global com reflexo no urbanismo europeu, mesoamericano, africano e asiático. Todavia importa

[32] Este sistema consiste na organização das cidades através de ruas dispostas numa matriz ortogonal, criando blocos habitacionais entre elas (*insulæ*) e em que todos os edifícios públicos e religiosos ou praças se encaixam nessa malha.

referir que o desenvolvimento urbano/urbanístico no resto do mundo foi interrompido e é na europa, num contexto global muito particular da explosão da revolução industrial e do fenómeno da urbanização que o quarteirão enquanto elemento urbano ganha expressão no final do séc. XIX associada à regeneração e expansão urbana e exemplo disso vêm expressos no pensamento crítico de Ildefonso Cerdà (1815 – 1876) sobre Barcelona ou Georges-Eugène Haussman (1809 – 1891) sobre Paris.

A cidade do Movimento Moderno provoca uma ruptura radical na estrutura, na forma, na organização distributiva e nos conteúdos e propósitos da urbanística e da cidade do séc. XIX. O questionamento sobre a capacidade do Urbanismo Tradicional responder às exigências dos tempos modernos leva à destruição e abandono do quarteirão, da rua, da praça substituindo por uma noção de zonamento rígido. O quarteirão, rua e praça são interpretados como características disfuncionais da cidade tradicional e que não têm espaço na nova ideia de cidade.

O quarteirão ganha novo protagonismo no pós-modernismo, em particular com o movimento neo-racionalista *Tendenza* que surge na Itália e que tinha como objectivo rever as premissas do movimento moderno em articular a tendência globalizadora de uniformização funcionalista da arquitectura e do urbanismo. Em oposição a essa tendência, os arquitectos do movimento fazem ressurgir um urbanismo baseado em tipologias tradicionais e nesse renascimento o quarteirão reganha expressão como elemento urbano a par da rua da praça entre outros.

Ao longo da história das cidades ocidentais o quarteirão vai se estruturando em tipos diversos, desde o quarteirão medieval "de formas irregulares e singulares, que tendem a favorecer o contacto com a via pública", o quarteirão burguês "que dialoga com o marcante traçado viário com os módulos que definem a composição urbana"[33], Quarteirão de Ildefonso Cerdà "uma ocupação perimetral em dois ou no máximo três lados. onde os espaços internos abrem-se para a cidade albergando equipamentos públicos e amplas áreas arborizadas, diluindo a relação da frente de rua como definidora do quarteirão. O perímetro do quarteirão deixa de ser o limite do espaço público."[34] Quarteirão com ocupação perimetral "interior dos quarteirões perimetrais mais extensos, acabam por ser ocupados por parques de estacionamento residenciais, jardins privados ou jardins comuns para residentes, assim como com infra-estruturas mais gerais envolvendo espaços comunitários ou desportivos.", o quarteirão pós-moderno "vai resgatar a ocupação periférica dos lotes, e com isso o desenho volta ao conceito e forma tradicional da rua. Entre outras soluções "*O quarteirão tem provado repetidamente ser capaz de adaptar vários tipos de edificação e de se adaptar às constantes mudanças de modelos urbanos e arquitectónicos desenvolvidos ao longo do tempo, sendo por isso, utilizado como denominador comum no desenho da cidade*"(Justo, 2014)

Este denominador comum é um dos estratos do tecido urbano a par das vias e dos edifícios segundo Paneira e nessa qualidade o autor considera que a evolução das formas no tecido urbano pode ser analisada a partir de um olhar meticuloso sobre o quarteirão se modifica ao longo do tempo, como se reparte, como se densifica entre outros processos de transformação urbana.

---

[33] Este modelo salienta-se nas transformações de Haussmann em Paris (1852-1869). Esta tipologia é desenhada dentro de uma malha mais ou menos geométrica, arrastando a lógica formal da casa-pátio para a habitação plurifamiliar.

[34] Com a densificação urbana os quarteirões passaram a ser maciçamente ocupados em todo o seu perímetro, conferindo a esta tipologia um carácter que se reaproxima morfologicamente do quarteirão tradicional burguês.

Conceptualização Inicial

As Unidades de Agregação são conjuntos de elementos edificados e não edificados que configuram um ou mais sistemas habitacionais triádicos, ilhadas por meio de uma via, ou conjunto de vias, que percorre o seu perímetro completo e são delimitadas por parte dos edifícios que as compõem ou por muros, quando existem. Este tipo de delimitação salvaguarda o espaço colectivo dos residentes e também como fronteira entre o domínio privado e o domínio público da unidade morfológica. Compreender estes domínios como valores identitários da cultura local passa pelo entendimento destes domínios como duas "categorias sociológicas"[35] fundamentais para a compreensão do comportamento social luandense de uma maneira global. Isto significa que o espaço periférico à unidade morfológica é interpretado como parte da mesma e a diferença reside no tipo de relação que se estabelece entre o indivíduo residente e o indivíduo transeunte. Este aspecto fundamenta a imagética local do passeio ser um lugar de ocupação natural do “dono da casa” como lugar privilegiado para contacto e criação de relações sociais.

Na unidade de agregação as edificações apresentam-se como um tecido urbano denso, recorrendo a um único critérios de vizinhança, o da contiguidade quer seja entre edifícios ou entre unidades de parcelas e que essa contiguidade determinasse um percurso circunjacente às edificações identificadas. O acesso para o exterior ou interior do conjunto é feito a partir do passeio para o caso das edificações com fachada permeável, ou por corredores de acesso aos edifícios ou logradouros que criam uma rede capilar de distribuição no interior da unidade. O passeio é parte das edificações e permitem uma circulação circunjacente à Unidade de Agregação.

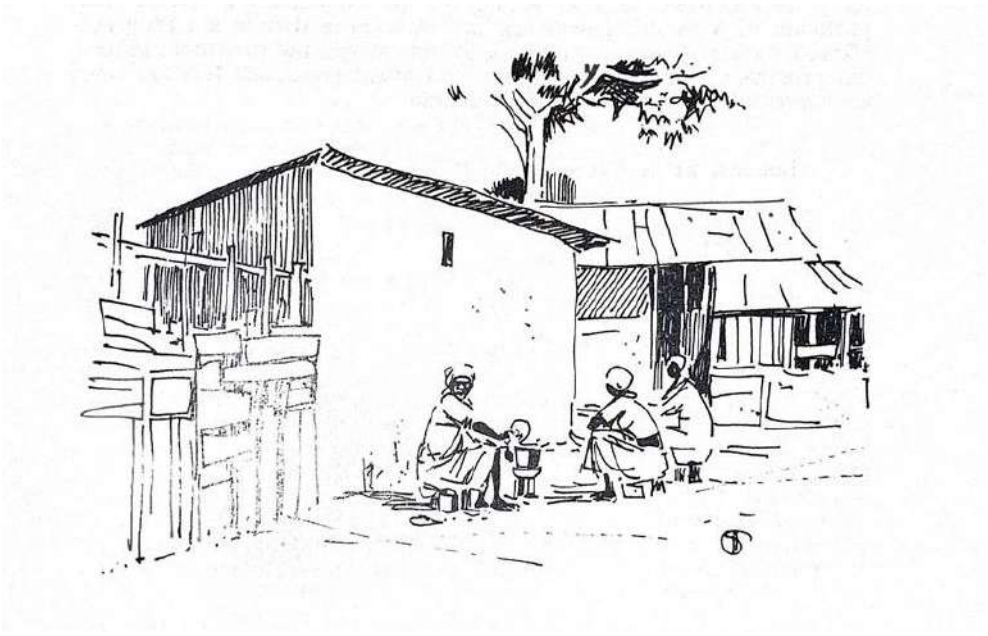


Fig. 3.29

Ilustração de um musseque (em Angola), com a sua tipologia típica casa-quintal

[35] "Categoria sociológica no sentido preciso de Durkheim e Mauss, como um conceito que pretende dar conta daquilo que uma sociedade pensa e assim institui como seu código de valores e ideias: sua cosmologia e seu sistema classificatório; e também para traduzir aquilo que a sociedade vive e faz concretamente - o seu sistema de acção que é referido e embebido nos seus valores.” (Damatta, 1997 p.7)

3.3.3 A Rua Perimetral

Conexões rizomáticas, perimetria e intersticialidades

"A rua reúne (…) o significado formal e espacial de canal linear criado pelo tempo e o significado funcional de itinerário, ou seja, a rua é duplamente lugar e caminho entre lugares" (Proença 2014, 349)

A ideia da conexão entre lugares é comum a todos os significados que a palavra rua comporta. Essa noção estende-se à multiplicidade de trocas e relações sociais que ocorrem na rua tornando-a no *locus* privilegiado da cidade (Rossi 2001 p.258), assim como ao facto de que "outros elementos organizam-se e relacionam-se ao longo destas vias" (Lynch 1999, 58). Para além desse contexto genérico existem divergências na forma de abordar o conceito.

Versão estruturante

Por um lado, a ideia da rua como elemento organizador do traçado, é suportada por um pensamento mais estruturalista do espaço urbano integrado no processo do projecto urbanístico. A rua, embora seja um elemento comum (Coelho. 2013) é também essencial para a forma da cidade assim como para o processo do projecto urbano pois "assenta num suporte geográfico preexistente, regula a disposição dos edifícios e quarteirões, liga os vários espaços e partes da cidade, e confunde-se com o gesto criador" (Lamas 2004, 98). Evidenciando a importância da rua na permanência do traçado, ambos relacionam-se "directamente com a formação e crescimento da cidade de modo hierarquizado com "importância vital na orientação" e "intervindo na organização da forma urbana a diferentes dimensões" (Lamas 2004, p.100). A abordagem projectual pressupõe uma intenção determinista da sua função urbana, ou seja, pensar a rua como um elemento do espaço público consequente da intenção de fazer espaço urbano. O autor João Leite, faz uma abordagem conceptual á rua, em contexto urbano e pós-revolução industrial, referindo que "esta se sustenta principalmente em três vertentes: percurso; suporte e compacidade."

"O percurso, remete-nos para a sua dimensão infraestrutural, elemento capaz de ligar e unir diferentes lugares ou sectores da cidade, isto é, um elemento canal que permita a circulação e as movimentações dos múltiplos fluxos urbanos."

"O suporte reporta-nos para a vertente estruturadora de um elemento que tem como fundamento articular os componentes do tecido urbano. A Rua é capaz de acolher e suportar o edificado ao longo do seu desenvolvimento e enquanto elemento de composição assume-se como um esqueleto que serve de estrutura"

"A compacidade transporta-nos para a componente definidora do canal espacial da Rua, tratando-se por isso de uma propriedade relevante na elaboração das relações mínimas de continuidade do construído." (Leite, 2016)

Versão não-estruturante

Por outro lado, numa interpretação mais antropológica da paisagem urbana, a ideia da rua surge como elemento consequente do fenómeno da ocupação e construção do espaço social. Suportamo-nos num quadro teórico que remete para a arqueologia com estudos sobre Mbanza Kongo, onde a descrição do espaço urbano no séc. XVIII, em particular as zonas habitacionais é feita como um conjunto de unidades habitacionais delimitadas por cercados cuja organização formava uma rede labiríntica de ruas "(…) que eram muito direitas, mas estreitas e não são formadas pelas casas, mas sim pelas estacas, o que produz um efeito muito agradável á vista" (Máximo. 2016, 679. Num contexto geográfico diferente, no norte do continente africano, a cidade islâmica é um espaço urbano com características semelhantes.

"De acordo com esta lógica espacial, a rede viária pública das Cidades Islâmicas tradicionais foi reduzida ao mínimo necessário para fornecer conexões (…) de forma a evitar uma combinação inadequada de actividades"[36] *(Bianca 2000, 39)*

Constata-se um traço comum nos espaços urbanos islâmicos e bantu, de cariz habitacional, em que a rua vai se formando com o desenvolvimento do espaço urbano, vai adquirindo forma e função como um elemento morfológico não estruturante, posterior ao assentamento dos sistemas habitacionais que se aglomeram num processo de densificação urbana por vizinhança e similaridade. e cuja delimitação define então a estrutura da via.

A rua perimetral

Para efeito de demonstração do princípio da rua perimetral consideramos necessário abordar duas escalas de compreensão do objecto. A rede viária que nos permite ter uma noção de conjunto, e os segmentos que compõem a rua como elemento de pormenor. Restringimos o nosso campo de estudo ao *plateau* do morro, sector mais antigo do musseque e consequentemente uma estrutura viária mais estável para poder especular acerca do que poderia ter sido o surgimento da "primeira rua".

As unidades de agregação[37] que estruturam o tecido são bordeadas por um espaço semi-público circunjacente e cuja relação com outros espaços de igual característica vai definir ruas perimetrais, maioritariamente de forma sinuosa e perfil de largura variável, ou seja, ao longo da sua extensão completa, ela pode ser interseccionada por segmentos vias. Os segmentos gerados entre intersecções podem apresentar diferenças fazendo com que a via circunjacente seja composta por um conjunto de segmentos não necessariamente similares

[36] Trad. "In accordance with this spatial logic, the public street network of traditional Islamic Cities was reduced to the sheer minimum required to provide connections (…) The major circulation streams were deliberately channelled around the "islands" of ritually pure space and protected private domains, so as to avoid an inappropriate mix of activities" *(Bianca 2000, 39)*

[37] O levantamento laboratorial identificou 29 unidades morfológicas, estando 12 (doze) localizadas no plateau (sector A) e as restantes 17 ao longo do desnível e algumas espraiando-se para além da delimitação do musseque. Importa referir que 16 unidades morfológicas são delimitadoras e 13 são internas. O trabalho de campo actualizou os dados nos termos seguintes: a) Unidades Morfológicas; de 29 (2014) para 70 (2021) | b) Segmentos das Ruas Perimetrais; 59 (2014) para 99 (2021) | c) Intersecções entre segmentos de Rua: 49 internas + 17 periféricas (2014) para 61 internas + 31 periféricas

entre si[38]. Estas intersecções dependem da disposição das unidades de agregação que irá fazer com que estas tenham duas variações; em "T" e em "X" (entroncamentos e cruzamentos), aspecto a ser abordado com mais pormenor ao longo deste capítulo.

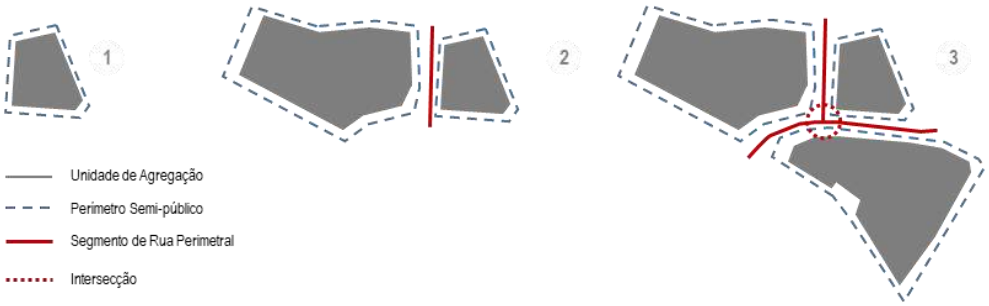


Fig. 3.30

Simulação do processo de formação da "primeira rua".

Estas intersecções geram uma miríade de espaços públicos com características diferentes resultando numa rede complexa na qual as relações entre os elementos não estão subordinadas a uma linguagem hierárquica determinista.

A perspectiva rizomática da rede

Esta rede, desde os seus princípios originadores até à sua transformação em tudo se assemelha à noção de Rizoma e seus princípios, que genericamente considera as multiplicidades sem ter que ligá-las à unidade (Deleuze e Guattari, 2000). Essa expressão do rizoma impede-o de ter uma estrutura definida, assumindo então o seu princípio contraditório do sistema arborescente. Ele se constitui de novas formas a todo o instante, escapando de configurações prévias.

A rede de ruas do Catambor apresenta características que podem dessa forma ser fundamentadas nos seis princípios de formação de um rizoma, nomeadamente, conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura a-significante, cartografia e de decalcomania.

Conexão: pela possibilidade de conectar partes no sentido de que "um ponto pode se ligar ao outro independente de um pertencer a uma linhagem e o outro a uma outra"

Heterogeneidade: pela possibilidade de conectar diferentes naturezas formando um organismo;

Multiplicidade: cuja inexistência de unidade seria sua característica principal;

Ruptura a-significante: Relacionada com os processos pelos quais o usuário vai utilizar a rede, ressignificar o seu propósito e reformular o seu significado.

Cartografia e de decalcomania: não existe nenhum modelo que justifique a estrutura da rede embora os aspectos geracionais o possam.

[38] Foram identificadas 49 intersecções incluindo as interiores e as periféricas resultando em 59 segmentos de rua. Os segmentos de rua apresentam características diferentes entre si, no entanto, entre sectores a diferença á mais expressiva.

Padrões, Composição e Configuração

"O objectivo da classificação dos padrões [...] é distinguir diferentes tipos e relacioná-los a formações desejadas de ruas urbanas."[39] *(Marshall, 2005)*

A complexidade dos padrões a partir dos quais se pode caracterizar uma rua é extensa. O autor Stephen Marshall (2005) no seu livro "Street Patterns" faz uma abordagem exaustiva identificando perto de uma centena de tipologias de padrões urbanos desenvolvidos por vários autores iniciado nos finais do séc. XIX até ao início do séc. XXI sendo que alguns casos remetem para tipos semelhantes, mas com denominações diferentes.

Na sequência de uma extensa análise a vários autores, Marshall introduz quatro tipologias que denomina de ABCD, (Fig. 03.27).

O Tipo-A é caracterizado pela " angularidade das rotas, orientadas em várias direcções, gera uma radialidade rudimentar, onde tal padrão está localizado no núcleo de um assentamento"[40].

Já o Tipo-B é descrito como "específico de extensões planificadas ou assentamentos recém-fundados. A prevalência de junções perpendiculares de quatro vias naturalmente dá origem à direccionalidade bilateral, com a implicação de um formato de grade na escala mais ampla"[41].

O Tipo-C é descrito como sendo o mais comum e que "mais caracteristicamente estruturado a partir de uma via arterial, seja constituindo a armadura central de um aglomerado ou uma extensão suburbana ao longo de uma via radial."[42]

Por último, o Tipo-D é caracterizado como sendo "típico de planos modernos hierarquizados e frequentemente associado a traçados curvilíneos de estradas distribuidoras, formando padrões repetitivos ou ramificados."[43]

Os tipos descritos por Stephen Marshal apresentam-se no tecido urbano associados em múltiplas formas criando níveis de complexidade com vários actores e circunstâncias envolvidas. A legibilidade dos tecidos com níveis elevados de complexidade dependerá da possibilidade de distingui-los, sendo que para esse efeito, o autor propõe uma abordagem de simplificação assente em dois eixos, a composição e a configuração, estando o primeiro associado à *geometria física absoluta e o segundo, associado à topologia abstracta o que os coloca em oposição a*o considerarmos o significado comum de composição e configuração encontramos por um lado o "todo proveniente da reunião de partes" e por outro lado referimo-nos à "figura que apresenta um grupo de elementos dispostos numa determinada ordem". Ao referirmo-nos à rua como elemento urbano, a sua formação deve ser destrinçada em dois

[39] Trad. The purpose of pattern classification […] is to distinguish different kinds of pattern relating to desired formations of urban streets

[40] Trad. "Angularity of routes, oriented in a variety of directions, generates a rudimentary radiality, where such patter is located at the core of a settlement" (Marshall, 2005, p.84).

[41] Trad. "Typical of planned extensions or newly founded settlements. The prevalence of four-way perpendicular junctions naturally gives rise to bilateral directionality, with the implication of a grid forma t the wider scale" (Marshall, 2005, p. 84)

[42] Trad. "Most characteristically astride na arterial route, whether constituting the central armature of a village, a whole settlement or a suburban extension along a radial route" Marshall, 2005, 85)

[43] Trad. "Typical of modern hierachical layouts, and is often associated with curvilinear layouts of distributor roads, forming looping or branching patterns" (Marshall, 2005, 86)

tipos de formação: aqueles que se relacionam em termos absolutos à geometria em oposição aos que se referem à topologia abstracta.

Segundo Stephen Marshal a "*composição refere-se ao layout geométrico absoluto, conforme representado em um plano de escala, apresentando posição absoluta, comprimentos, áreas, orientação*"[44] e "configuração refere-se à topologia, conforme representada num diagrama abstracto, apresentando conexões e junções, sua ordenação (posição relativa), adjacência e conectividade"[45].

Estas duas definições pretendem abordar a construção da forma quer seja no contexto da composição bem como da configuração. A análise da estrutura das ruas, feita a partir da sua composição e configuração, uma vez sistematizada, permite fazer a distinção entre propriedades composicionais e configuracionais dos seus padrões.

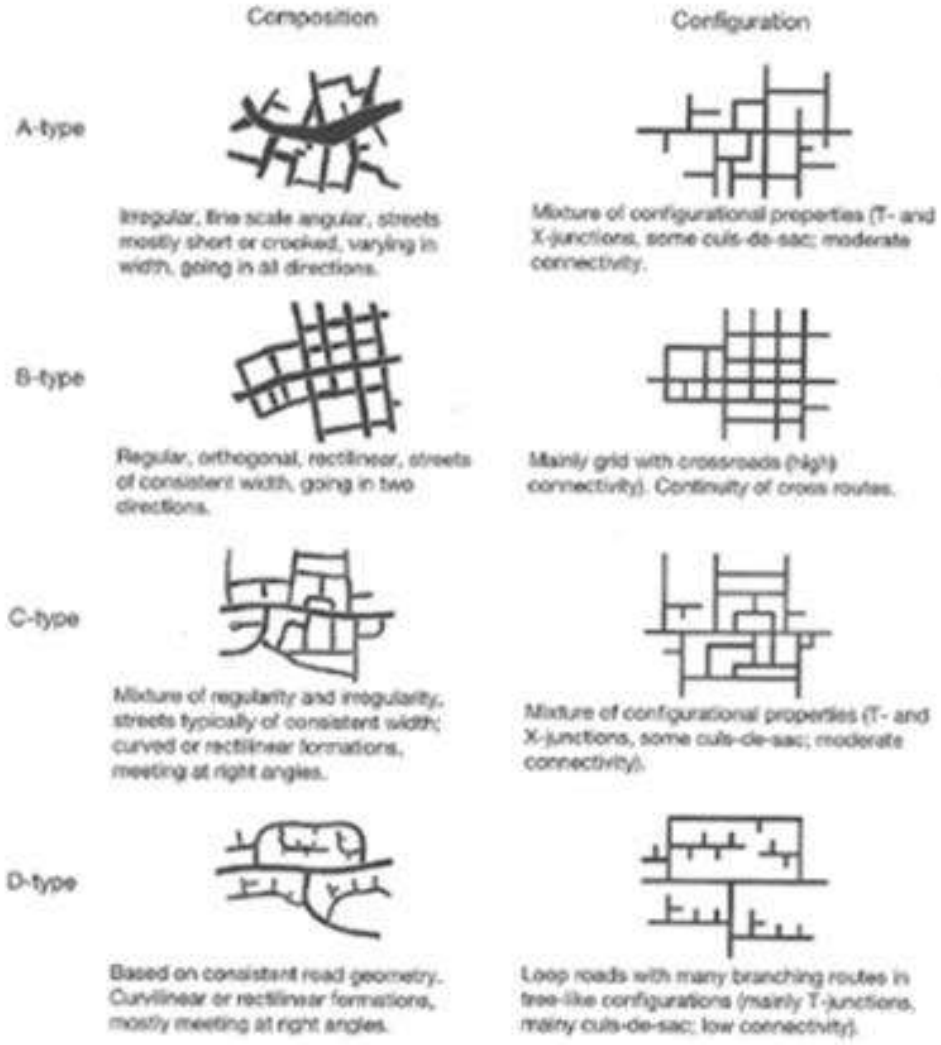


Fig. 3.31

Tipologias de padrões urbanos (Marshal, 2005, p.84)

[44] Trad. "Composition refers to absolute geometric layout, as represented in a scale plan, featuring abso-lute position, lengths, areas, orientation" (Marshall, 2005, p.86)

[45] Trad. "Configuration refers to topology, as represented on an abstract diagram, featuring links and nodes, their ordering (relative position), adjacency and connectivity" (Marshall, 2005, p.86)

A partir destes 4 tipos, Stephen Marshall constrói um conjunto de princípios e métodos de classificação dos diversos padrões de rua. A taxonomia proposta reflecte três princípios que são: *[1]. tipologias que expressam um conjunto tripartido de malha, radial e linear; [2]. a distinção bipolar entre grade e árvore, e [3]. o uso de uma categoria 'outro' para limpar casos irregulares".*

Este sistema de categorização das ruas está fundamentado em cinco padrões de referência: linear, árvore, radial, celular e híbrido. Os quatro primeiros derivam de formas puras e último de outras formas[46]. A partir desta base seria possível a combinação associando os tipos previamente "descritos. "*Outra maneira de criar tipos compostos é continuar tipos diferentes de "tipos elementares" (não mutuamente exclusivos). No 'debate de design' sobre o traçado das vias urbanas, uma possível tipologia útil baseada na permutação é distinguir entre redes com junções de tipo diferente, como junções em T, cruzamentos e assim por diante*."[47] (Marshall, 2005. p.96) O reconhecimento dos padrões das redes está na capacidade de reconhecer os seus elementos. Uma das abordagens do autor é a análise a partir do tipo de composições entre tipos.

Conceptualização Inicial

As ruas não são um 'a priori', são um espaço público intersticial às unidades de agregação que resultam da organização do assentamento do sistema habitacional. Esse espaço público é composto por percursos irregulares e largos ocasionais.

A variabilidade desta rede pode ser identificada pela dimensão (largura ou extensão) ou movimento (fluxos ou intensidades). A dimensão, é um aspecto fundamental para classificar as questões relacionadas com a mobilidade e acessibilidade. Tanto podem ser espaços generosos que funcionam como lugar de contacto social e de trocas comerciais, para além das funções de mobilidade são também interface entre o público e o privado como também podem ser espaços exíguos com pouco mais do que promover a mobilidade e acessibilidade.

Estes percursos, no seu conjunto, definem uma rede com movimentos, quer sejam fluxos e intensidades, dimensões, quer de extensão como de largura e possibilidades quer seja de permanência, mobilidade ou acesso.

[46] Ao fazer a destrinça entre formas puras e outras, o autor levanta o debate acerca da geometria euclidiana e não euclidiana.

[47] Trad. "Another way of creating composite types is to continue different kinds os (non-mutually exclusive) 'elemental types. In the 'design debate' over urban road layout, one possible useful typology based on permutation is to distinguish between networks with junctions of different type, such as T-junctions, crossroads, and so on" (Marshal, 2005)

Fig. 3.32

Rua no musseque. (Fonte: Almeida Santos, José. 1973. “

3.3.4 A Unidade Morfológica

A forma: padrões e a fractalidade.

Padrões

Ao referirmo-nos a padrão o significado genérico passa por uma base de referência que é usada para determinar as qualidades ou características de algo, como um esquema que representa uma determinada estrutura paradigmática.

Numa abordagem que considera distintos aspectos – figurativa, geométrica e configuracional, os autores Romulo Krafta e Edson Luiz Bortoluzzi da Silva demonstram diferentes formas de identificar e medir padrões da forma urbana diferenciando descrições de estado (estáticas) e representações da sua evolução (dinâmicas).

Nesse sentido, por padrão entendem a regularidade como uma condição podendo também ser implícita a homogeneidade. Falar em padrão também pressupõe noção de ordem, conceito essencial às mais comuns linguagens da arquitectura e do urbanismo pois a partir da noção de ordem traduzida no projecto e/ou plano se conquista ou produz funcionalidade entre outras características da qualidade do espaço associada à estrutura urbana.

A noção de Ordem, do latim 'ordine', implica organização e hierarquização, ou seja, a correcta disposição das coisas entre si e esse conceito tem extrema importância na disciplina do urbanismo, representando a sua essência (da disciplina). Produzir ordem equivale a construir um conjunto capaz de gerar urbanidade. Entretanto, ordem é um conceito vago em urbanismo no sentido de que a ela está comummente implícita uma forma derivada de uma estrutura morfológica correspondente a princípios canónicos o que contrasta com formas emergentes de outros referenciais sociais, culturais e antropológicos.

A noção de estrutura é também uma concepção relevante na disciplina do urbanismo. Na perspectiva analítica quer morfológica quer funcional das cidades a estrutura urbana é caracterizada a partir dos seus principais elementos e funções existentes podendo ser compreendida como um sistema que forma o espaço e ainda o conjunto dos processos individuais de produção dos espaços. A estrutura é um factor de relativa permanência, ou seja, dos elementos mutáveis da composição urbana. Em suma, a estrutura é vista como um *modo ou sistema de conexões entre componentes, permitindo diferentes configurações a partir de um código partilhado, como um código genético que permite infinitas associações, por assim dizer*. Estes dois conceitos associados à forma urbana constituem um desafio visto que a noção de ordem vem "*contrariar o senso comum, que sugere ser a forma urbana um subproduto de processos socioeconômicos e políticos "superiores", ou seja, subjacentes e determinantes" e porque a noção de estrutura tenta " abarcar um fenômeno suficientemente grandioso – a maior obra coletiva da humanidade, imensamente diversificado e incrivelmente mutável.*" (Krafta e Bortoluzzi, 2020)

Numa abordagem bastante diferente, o arquitecto, matemático e urbanista austríaco Cristopher Alexander, no seu trabalho '*A Pattern Language. Towns, Buildings, Construction*' publicado pela primeira vez em 1977, constrói a ideia de forma distinta do formato da repetitividade e conservadorismo, de natureza determinista. Ao invés disso, o autor desenvolve o conceito associado às inúmeras variáveis que orientam as relações entre os espaços e seus usuários. Cada padrão descreve um facto urbano que ocorre repetidas vezes no meio ambiente sem implicar, necessariamente resultados formais semelhantes. No entanto, cada padrão no espaço tem um padrão de eventos a si associados porque quando um espaço é estruturado para servir um determinado propósito as ocorrências que nele venham a

acontecer são vistos como de forma indissociável. Outro elemento sobre o qual o autor discorre é a influência da cultura na relação espaço-evento.

> "*O padrão do espaço, não "causa" o padrão dos eventos. Nem o padrão de eventos "causa" o padrão no espaço. O padrão total, espaço e eventos juntos, é um elemento da cultura das pessoas. É inventado pela cultura, transmitido pela cultura e meramente ancorado no espaço*". (Alexander, pág.92)

Mas a cultura não é o único aspecto, os padrões do espaço são um requisito essencial para que um determinado padrão de eventos ocorra e nessa linha de raciocínio, se o espaço não responde a esses requisitos os eventos não acontecem. Criam-se outras relações e logo, outros padrões. Em suma, o padrão é ao mesmo tempo espaço e evento. Os padrões dependem de uma estrutura física, visível independentemente das variações que os elementos constituintes possam ter e ao mesmo tempo das ocorrências que nesse mesmo espaço se repetem construindo um facto característico do lugar.

Alexander conceptualiza a 'linguagem de padrões, provendo a base filosófica, a teoria e as instruções para seu uso. Para ele, os espaços só estão vivos respeitarem o *modus* relacional entre o espaço e o evento e caracteriza essa relação simbiótica como um processo que extrai ordem somente de nós mesmos; não pode ser alcançado: ocorrerá espontaneamente, se o permitimos. Todos os actos de edificação de um espaço são regidos por linguagens de padrões de algum tipo, criadas pelas pessoas que as empregam.

Note-se que referirmo-nos à Linguagem de Padrões, é estabelecer regras gramaticais onde o espaço é construído para comunicar com o seu usuário de maneira que a qualidade seja um dado adquirido.

No livro '*A Pattern Language*' o autor expressa os aspectos práticos expostos em teoria no livro 'The Timeless Way of Building'. Embora o enfoque esteja virado para o projecto, a concepção do espaço, interessa-nos neste caso olhar com o objectivo de interpretar a pré-existência em particular a família que é um dos sub-grupos da gramática dos padrões.

Segundo o autor "*estes são os padrões que podem ser "projectados" ou "construídos" – padrões que definem os edifícios individuais e o espaço entre os edifícios; onde estamos lidando pela primeira vez com padrões que estão sob o controle de um indivíduo ou de um pequeno grupo de indivíduos, que são capazes de construir os padrões de uma só vez*"[48]

Levanta-nos particular interesse os padrões considerados por Alexander no que toca à família. O primeiro aspecto é o facto de o autor não considerar a família nuclear como viável no sentido de a existência de relações intergeracionais no mesmo meio espacial ser um importante "diluidor" de conflitos

[48] "these are the patterns which can be 'designed' or 'built' – patterns which define the individual buildings and the space between building; where we are dealing for the first time with patterns that are under the control f individual sor small group of individuals, who are able to build the patterns all at once" (Alexander, 1977, p. XXV)

"Parece essencial que as pessoas de uma casa tenham pelo menos uma dúzia de pessoas ao seu redor, para que possam encontrar o conforto e os relacionamentos de que precisam para sustentá-los durante seus altos e baixos."[49]

Nessa linha de ideias, a proposta assenta num conjunto de pequenas famílias ou indivíduos em número de 10 a 12 indivíduos que constituam o que o autor denomina de "família voluntária". A ideia da 'família comunal' (*comunal households*). A resposta morfológica a este conceito seria estabelecida em três aspectos importantes:

1. Domínios privados para os grupos e indivíduos que compõem a família alargada: domínio do casal, quartos privados, sub-casas para famílias pequenas.

2. Espaço comum para funções compartilhadas: cozinhar, trabalhar, jardinagem, cuidar de crianças.

3. Na importante encruzilhada do terreno, um local onde todo o grupo possa se encontrar e sentar junto"[50] *(Alexander. 1977. P.380)*

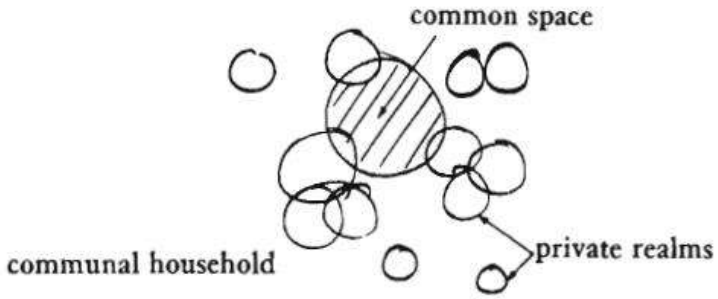


Fig. 3.33

Representação da "Communal Household".

Fractais

"Eu afirmo que muitos padrões da Natureza são tão irregulares e fragmentados que, em comparação com Euclides - um termo usado neste trabalho para denotar toda a geometria padrão - a Natureza exibe não apenas um grau mais elevado, mas um nível totalmente diferente de complexidade. A existência desses padrões nos desafia a estudar essas formas que Euclides deixa de lado como sendo 'sem forma', para investigar a morfologia do 'amorfo'"[51] (Mandelbrot, 1983, p33)

---

[49] It seems essential that the people in a household have at least a dozen people round them, so that they can find the comfort and relationships they need to sustain them during their ups and downs. (Alexander, 1977, p.378)

[50] Trad. "1. Private realms for the groups and individuals that make up the extended family: couple's realm, private rooms, sub-households for small families; 2. Common space for shared functions: cooking, working, gardening, childcare; 3. At the important crossroad of the site, a place where the entire group can meet and sit together" (Alexander. 1977. P.380)

[51] Trad. *"I claim that many patterns of Nature are so irregular and fragmented, that, com-pared with Euclid - a term used in this work to denote all of standard geometry - Nature exhibits not simply a higher degree but an altogether different level of complexity ... The existence of these patterns challenges us to study these forms that Euclid*

leaves aside as being "formless," to investigate the morphology of the "amorphous." (Mandelbrot, 1983, p33)

A intenção deste tópico não é desenvolver uma teoria que aplique os princípios racionalistas da matemática fractal, mas sim os seus princípios teóricos ao estudo dos musseques. Em particular, buscar respostas que complementem a teoria dos padrões de Alexander para interpretar a paisagem física dos musseques.

Fractal deriva do adjectivo latino *fractus*, do verbo *frangere*, que significa quebrar.

Conceptualmente, os fractais são objectos em que cada parte é semelhante ao objecto como um todo. Isso significa que os padrões da figura inteira são repetidos em cada parte, só que numa escala de tamanho menor. O termo fractal, designado na década de 70 pelo matemático francês Benoit Mandelbrot (1924-2010), significa, sobretudo, 'auto semelhança'; isto é: um objecto possui auto semelhança se apresenta sempre o mesmo aspecto a qualquer escala em que seja observado. Os fractais que se repetem ilimitadamente, ainda que demarcados a uma área finita; possuem padrões complexos, sendo caracterizados por uma irregularidade regular. Os sistemas fractais são complexos são integrativos, interactivos e auto-organizados. A fractalidade: implica características de invariância de escala e auto-semelhança. É a ideia de que a parte está no todo e o todo está na parte.

Embora a teoria do fractal tivesse sido construída para descrever formas da natureza indo mais além do que a matemática clássica, outras disciplinas adaptaram a teoria aos seus contextos gerando novas aplicações sendo a arquitectura e o urbanismo exemplos disso. Estudos de Michael Batty e Paul Longley publicados em 1994 no livro 'Fractal Cities' são seminais nesse contexto. Para o desenvolvimento desta tese interessam-nos dois aspectos correlacionados, a 'cidade orgânica' e as 'dinâmicas do crescimento urbano'. Acerca da visão sobre a 'cidade orgânica' os autores são claros em afirmar que apesar da mesma não revelar sinais de planificação em larga escala a sua lógica resulta de decisões individuais coordenadas a escalas menores.

"Portanto, é provavelmente mais um obstáculo do que uma ajuda pensar nas cidades orgânicas como não planeadas em contraste com aquelas que foram planeadas, pois isso representa apenas a mais superficial das reacções à forma urbana. Assim evitaremos qualquer associação entre cidades "orgânicas" e as noções de crescimento descoordenado ou descontrolado (…) "[52] (Batty & Longley, 1994, p.28)

Acerca das dinâmicas do crescimento urbano, os autores abordam o tema através da lente de que a forma é um 'diagrama de forças' e que nesse sentido, analisar a forma sem os processos que os originam se comprovam insignificantes

"*A associação do processo com a forma tem duas dimensões claras. A primeira é a do "crescimento" que é usado livremente na biologia e até mesmo no planeamento da cidade para abranger todos os tipos de mudança, e envolve a noção de que as formas evoluem através do crescimento, que os objectos são transformados através da interacção diversificada de suas forças. Isso levou ao termo "forma orgânica". A segunda dimensão diz respeito à função. Os vários processos que contêm as forças que determinam a forma têm funções específicas e um estudo da forma do ponto de vista estático, formatar um instantâneo no*

[52] "Therefore, it is probably more a hindrance than a help to think of organic cities as being unplanned in contrast to those that have been planned, as this represents only the most superficial of reactions to urban form. Thus, we will avoid any association between 'organic' cities and the notions of uncoordinated or uncontrolled growth, (…)" (Batty & Longley, 1994, p.28)

tempo, por exemplo, é muitas vezes enraizado na busca para entender a função"[53] (Batty & Longley, 1994, p.48)

Esta construção da organicidade urbana a partir dos fenómenos do crescimento fazendo também uma aproximação às questões da funcionalidade foram revelando semelhanças geométrico-morfológicas entre os espaços urbanos (construídos e não construídos), independentemente da escala de observação. Nessa mesma lógica, os autores Otávio Peres e Maurício Polidori no seu ensaio '*Especulando sobre a fragmentação da forma urbana: dinâmicas do crescimento e ecologia urbana*' consideram, ainda, que "*a estrutura das cidades contemporâneas, tidas como grandes colecções de elementos inter-relacionados, tanto humanos quanto físicos, são uma representação de um modelo fractal*" (Peres & Polidori, 2010, p.3).

Reflexão sobre o urbanismo fractal.

A optimização do espaço físico decorre de um pensamento fractal, empírico e antropológico. Um fractal é uma forma geométrica que possui certas características que o tornam perfeito para sua função. Por exemplo, poderíamos considerar os ramos das árvores como o modelo ideal para realizar a fotossíntese de todas as suas folhas ou as ramificações pulmonares como exemplo para distribuir o ar de forma eficiente. E tudo isso é conseguido a partir de modelos fractais naturais. É uma forma muito eficaz de crescer, já que o organismo só precisa repetir uma regra para continuar aumentando de tamanho. Um fractal não funciona individualmente, mas é o todo que faz a função, não temos neve sem flocos, nem pulmões sem brônquios. O problema no planeamento urbano é que a maioria das cidades cresceu tão repentinamente que podem apresentar uma geometria fractal, mas que não funcionam como tal, e isso porque a unidade "fractal" não foi bem estabelecida. Dentro de um sistema fractal deve haver uma hierarquia, aspecto que falta na cidade moderna. Uma cidade fractal sem hierarquia é a famosa "Cidade Genérica" obra sobejamente conhecida do arquitecto Rem Koolhaas, publicada pela primeira vez em 1995. Nessa obra, o autor aborda uma cidade que carece de identidade à medida que se expande e se afasta do centro, provocando o surgimento de novas tendências e tipologias urbanas a partir da instabilidade dos processos, sobretudo devido aos fluxos de capital e mão-de-obra canalizados em áreas restritas de um território. O autor traduz a ideia de cidade genérica como sendo um espaço fractal onde essa cidade "é uma repetição infindável do mesmo módulo estrutural simples sendo possível a sua reconstrução a partir da sua entidade mais pequena"[54]. Alguns anos mais tarde, na virada do século, o matemático norte-americano Ron Eglash publica a obra 'African Fractals: Modern Computing and Indigenous Desing'. A obra faz uma abordagem aos fractais urbanos numa perspectiva diferente da de Koolhaas em dois aspectos essenciais; o primeiro é o facto de ser uma constatação que decorre da observação de contextos urbanos tradicionais, onde inclusive alguns casos de estudo remetem para o trabalho de Bernard Rudovsky, que são inicialmente trazidos ao conhecimento de mundo ocidental através do trabalho 'Architechure without Architects" cujo Catálogo da Exposição, apresenta algumas realidades africanas tais como Zanzibar (p.53), Marraquexe, Logone Birni, e Ba-Ila (p.109), exemplos estudados por Eglash. O segundo aspecto é o facto dos fractais serem apresentados como uma

[53] Trad. "The association of process with form has two clear dimensions. The first is 'growth' which is loosely used in biology and even in city planning to embrace all types of change, and involves the notion that forms evolve through growth, that objects are transformed through the diverse interaction of their forces. This has led the term 'organic form'. The second dimension relates to function. The various processes which contain the forces which determine form have specific functions and a study of form from the static viewpoint, form a tone snapshot in time for example, is often rooted in the quest to understand function" (Batty & Longley, 1994, p.48

[54] Trad. "The generic city is fractal, an endless repetition of the same simple structural module; it is possible to reconstruct it from its smallest entity, a desktop computer, maybe even a diskette." (Koolhaas, 1995, p.1251).

característica identitária, de 'modus faciendi' com fundamentos filosófico-culturais perfeitamente estabelecidos.

Fractais e Urbanismo Africano

"Apenas as sociedades africanas desenvolveram estruturas urbanas fractais. Não significando similitude entre os tecidos urbanos, mas entre os padrões de reprodução desses mesmos tecidos."[55] *(Eglash, 1999)*

As suas explanações acerca da geometria fractal, que assentam nos cinco princípios básicos da recursão/recursion, escalonamento/scaling, autossimilaridade/self-similarity, infinidade/infinity e dimensão fraccionária/fractional dimention, permitiram determinar três categorias de fractais em assentamentos urbanos tradicionais; [1] fractais rectangulares, [2] fractais circulares e [3] fractais ramificados. Embora o seu trabalho não construa uma definição específica sobre cada uma dessas categorias, a explanação é feita através de exemplos específicos para cada uma. Os padrões de reprodução dessas criações não são apenas inconscientes e intuitivas, mas produto de um sistema de conhecimento ancestral profundamente intrincado no saber fazer de cada povo. Os fractais presentes na cultura africana apresentam padrões conscientes. Nesses padrões, na maioria das vezes, ocorre uma hierarquia, de modo que em cada iteração do algoritmo, é possível observar as interacções de mitos, aprendendo assim um novo conhecimento. Além disso, são auto-similares mas não necessariamente similares entre si.

Fractais rectangulares

Para esta categoria, o autor propõe como caso de estudo 'Logone Birni' (Camarões), região do povo Bantu 'Kotoko' (Britannica). O enclausuramento é um dos aspectos visíveis na leitura ao espaço da aldeia "A vista perpendicular (…) revela uma tal abundância de espaços externos fechados que faz com que os edifícios cobertos pareçam quase acidentais."[56] (Rudovsky, 1964, np). Os rectângulos dentro de outros rectângulos e o caminho interno do palácio utiliza a forma de espiral. Além disso, é mapeado a escala social por meio da escala geométrica.

A partir da interpretação de Eglash, é possível introduzir outros elementos nesta categoria, tais como a cidade de Marraquexe (Marrocos), que Rudovsky descreve como sendo "o arquétipo de uma cidade islâmica com suas casas quadrangulares organizadas em torno de pátios internos. Não há artérias de tráfego dignas de menção; as vielas estreitas e frescas de curso quebrado geralmente levam a becos sem saída."[57]

---

[55] Trad. "Only African societies have developed fractal urban structures. Not meaning similarity between urban tissues, but between the patterns of reproduction of those same tissues"

[56] Trad. "The perpendicular view of Logone-Birni (Cameroun) reveals such an abundance of enclosed outdoor spaces as to make the roofed-over buildings seem almost accidental."

[57] "Marrakesh is the archetype of an islamic town with its quadrangular houses organized around interior courts. There are no traffic arteries to speak of; the cool narrow alleys of broken course often led to dead ends." (Rudovsky, 1964)

Fig. 3.34

Fotografia aérea de Marraquexe em Marrocos

Fig. 3.35

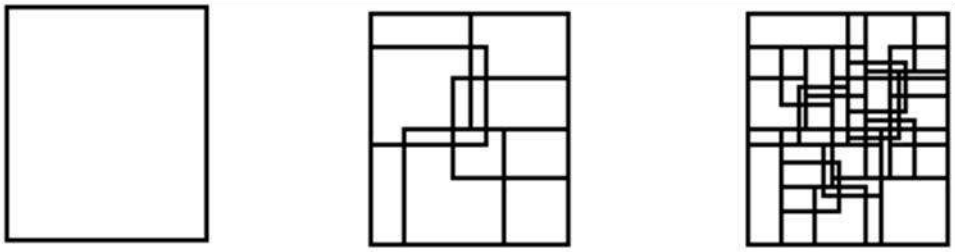
Decomposição de um Cluster Habitacional na Medina de Fez em Marrocos; [1] Delimitação do cluster, [2] Arruamentos num cluster habitacional e [3] Parcelamento de um cluster habitacional na Medina de Fez

Fig. 3.36

Fotografia aérea de Logone Birni nos Camarões

Fig. 3.37

Representação das três (3) primeiras iterações do algoritmo configurado a partir da arquitectura de Logone-Birni



Outras formas de representação de fractais para além da organização urbana e da arquitectura também são vistos em tecidos, esculturas, máscaras, ícones e representações da cosmologia. No caso dos tecidos temos padrões que representam linguagens hierárquicas, entre outras. O tecido Kuba sempre foi uma vestimenta ligada a um posto e permitia identificar com precisão as pessoas na escala social. Esses tecidos geralmente exibem entrelaçamentos de formas geométricas. são únicos em sua elaboração e complexidade de design e decoração de superfície.

Os têxteis do reino de Kuba influenciaram vários artistas de renome internacional do século 20, como Pablo Picasso, Paul Klee e Henri Matisse - Matisse manteve uma grande colecção em exibição em seu estúdio.

Significado e Símbolos

A maioria dos padrões é composta por uma variação de peças rectangulares ou quadradas que se destacam pelo design rítmico. Motivos abstractos, geométricos e angulares com formas geométricas que se fundem de forma fluida alternando interrupções, justaposições e mutações de forma. Nas suas análises sobre as variações geométricas dos padrões Kuba, os autores afirmam que "das dezassete maneiras pelas quais um desenho pode ser repetidamente variado numa superfície, os Kuba exploraram doze. Esta exploração não significa que se limitem a padronizações repetitivas no confronto com uma superfície a decorar."[58] (Washburn & Crowe, 1998). A partir deste pressuposto, os significados vão desde os aspectos cosmológicos, filosóficos e também territoriais. O ensaio escrito por Sushil Bhakar, 'Textiles, Patterns, and Technology: Digital Tools for the Geometric Analysis of Cloth and Culture', revelou as informações subliminares que estes padrões comunicam que no exemplo estudado revela a imagem de uma das representações da Dikenga dya Kongo. (Fig. 3.36)

O aspecto territorial nos padrões Kuba, referem ao facto de serem demonstrativos da estrutura do território, no sentido de identificar a dimensão, a quantidade de aldeias, centros militares, entre outros. Os padrões nos têxteis Kuba representam elementos da natureza, espiritual, hierarquia social e/ou referem-se à história do reino. É por isso que eles só podem ser usados pela realeza. Eles "falam" da terra cultivada e da sua importância, da ligação com os espíritos e antepassados, da sabedoria, da fertilidade, da energia vital, do ciclo da vida, que se reflecte na renovação e no movimento constante, ou seja, na Dikenga dya Kongo.

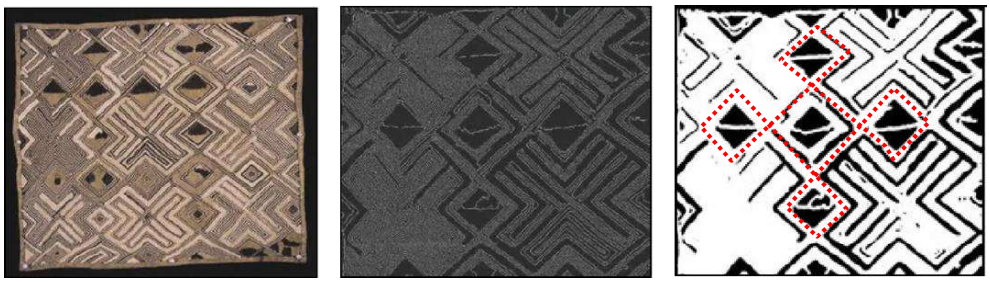


Fig. 3.38

Análise digital a um tecido Kuba que revela a configuração da Dikenga (Bhakar, et al., 2004)

[58] "In their art, the Kuba have developed all the geometric possibilities of repetitive variations of border patterns, and of the seventeen ways that a design can be repetitively varied on a surface, the Kuba have exploited twelve. This exploration does not mean that they confine themselves to repetitive patterning in confronting a surface to be decorated". (Washburn & Crowe, 1998)

Fig. 3.39

Composição de três peças de tecido vegetal característicos da Nação Kuba com composições de elementos quadráticos.

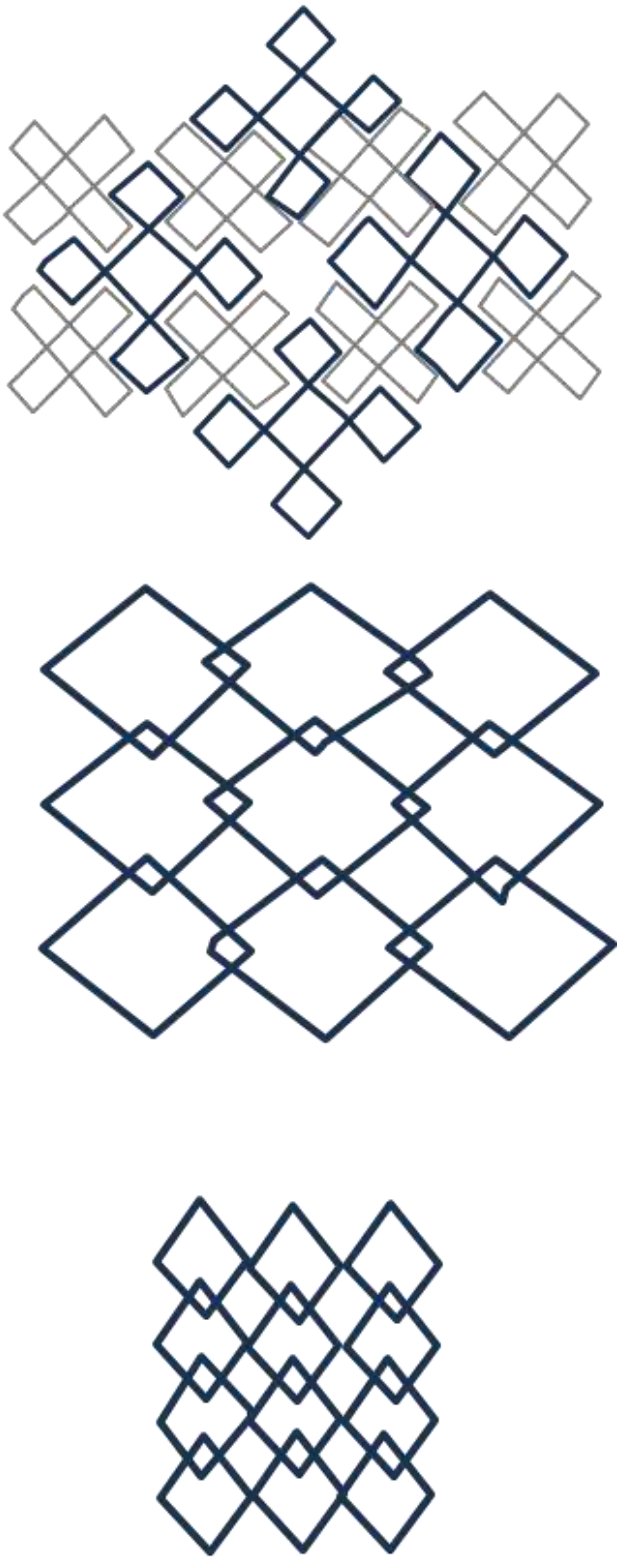


Fig. 3.40

Tecido vegetal característicos da Nação Kuba com três composições de elementos quadráticos.

Fractais Circulares

Para esta categoria, o autor propõe como caso de estudo 'Ba-Ila' (Zâmbia), região do povo Bantu 'Ila' (Britannica). "*A vista aérea da aldeia de Ba-Ila, na Zâmbia, é comparado pelo autor ao fenómeno micológico denominado "anéis das bruxas", onde certos cogumelos crescem em círculos perfeitos*."[59] (Rudovsky, 1964, np) A aldeia é composta por um em formato de anel sendo que cada segmento do anel é um anel menos com as mesmas características que o global. A explicação para esta estrutura é transcrita por Ron Eglash a partir dos estudos de Cada anel representa os cercados familiares e os tamanhos aumentam à medida que vão para trás, onde está o anel do chefe". O motivo inicial é uma curva circular não fechada, com um diâmetro de aproximadamente 400 metros e enormes anéis, na qual se inscreve um segmento rectilíneo". Ele é cortado em "zonas activas", que serão substituídas por um motivo idêntico ao inicial, mas mais reduzido. A mesma operação é repetida em cada uma das zonas activas do novo modelo. O resultado dá conta da estrutura global da aldeia. Cada extensão desses anéis, formando-se os círculos, são as casas de família (na parte de trás de cada casa é o altar doméstico). Próximo ao portão principal são os locais de armazenamento de pequeno porte, movendo-se em torno do anel, formando assim habitações progressivamente maiores, até chegar na maior que é "a casa do pai", em frente ao portão. Na "casa do pai", mora o chefe da aldeia (tido como o pai da comunidade), descrito pela palavra "kulela", que significa "curandeiro e aquele que acalenta", com uma relação ecoada por todos e os laços espirituais em todas as escalas, e é estruturalmente mapeado através da arquitectura auto similar.*Para além destes casos apresentados por Rudovsky, existem outros casos interessantes que reforçam os processos de autossimilaridade fractal das aldeias africanas. Os Mokoulek dos povos Kirdi dos Camarões e os Eumbos dos povos Kwanyamas em Angola apresentam princípios formais semelhantes.*

*O design fractal **"Mokoulek"** com pequenos silos circulares e celeiros circulares maiores em espiral dentro de três grandes recintos de pedra, que fazem outra espiral a partir de um ponto central que é o elemento quadrado no espaço. "Há um tipo de receita ou algoritmo que determina como o sistema expande para acomodar o crescimento. É determinada pelo conhecimento do rendimento agrícola. Esta medida do volume foi convertido em números de silos e estes foram arranjados em espirais. O design não é simplesmente uma questão de adicionar celeiros de forma aleatória, mas sim a expansão de um processo quantitativo e deliberada." (Eglash, 1999, p.29)*

O Eumbo é uma estrutura orgânica circular que se desenvolve em espiral. É constituída por um conjunto de células individuais (Epata) e não têm mais do que três metros de diâmetro. Cada uma destas células é separada por paliçadas de madeira, do mesmo modo que o acesso ao Eumbo é protegido por uma paliçada de madeira. A entrada encontra-se voltada sempre para Nascente E no seu interior Existem vários tipos de pátios, o principal que está no centro virtual do Eumbo, pátios de passagem e os pátios interiores de cada célula individual. A estrutura cresce consoante o número de pessoas que nele habita e com isso aumenta o seu nível de complexidade. Todos os espaços têm uma função social, desde o espaço específico para o chefe, para a sua primeira mulher, armazenamento dos cereais ao abastecimento de água que ocorre no seu interior até a acomodação do gado.

[59] Trad. "Ba-Ila. the aerial view of this village of Zambia herdsmen recalls the mycological phenomenon called witches' rings, where certain mushrooms grow in perfect circles. Here, a thousand thatched huts form a circle around the chief's enclave, composed of huts for his many wives. The largest hut belongs to his favourite wife, while he lives in a foreign style, flat-roofed wooden box. The hundred-odd pens accommodate 5000 catle"

Fig. 3.41

Fotografia aérea de uma aldeia 'Ba-lla' na Zâmbia

(Rudovsky, 1964, p.107)

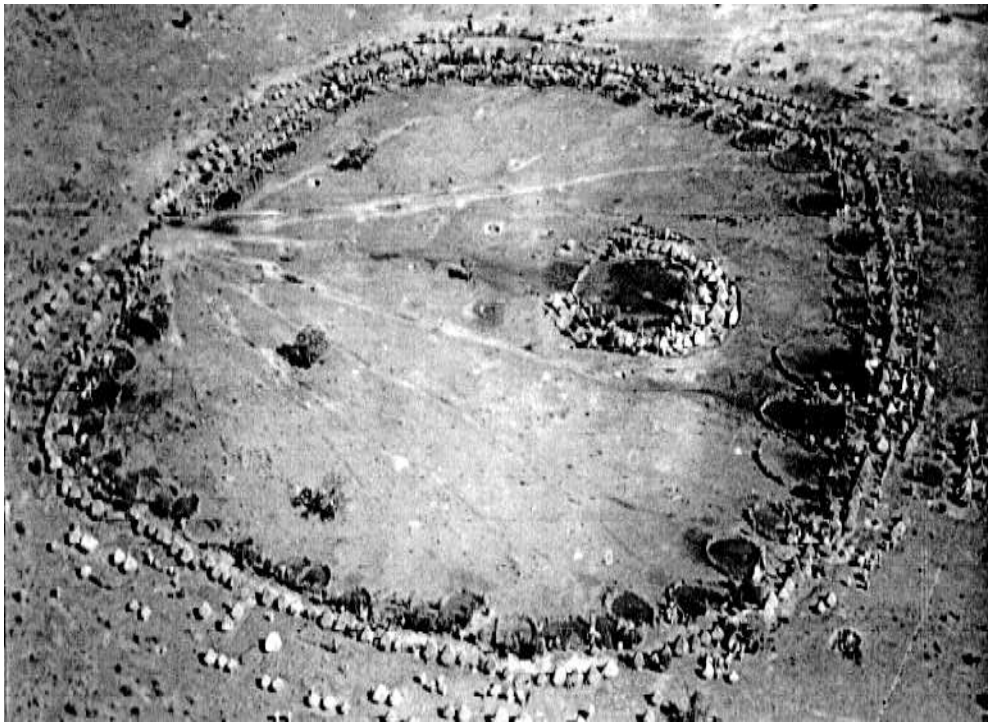


Fig. 3.42

Representação das três (3) primeiras iterações do algoritmo (Eglash, 1999)

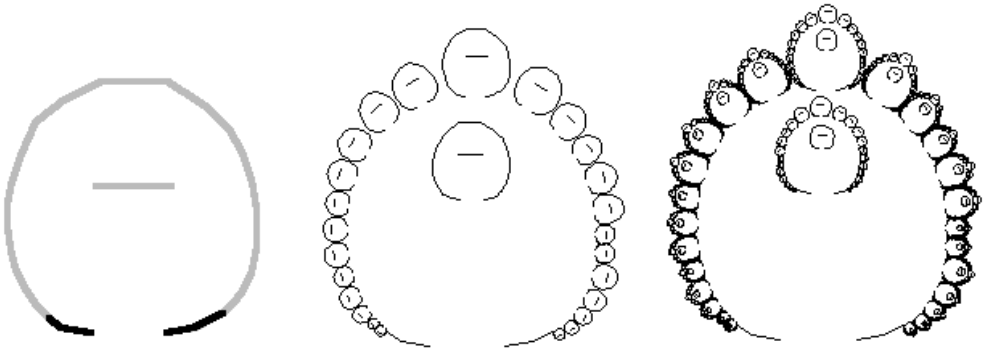
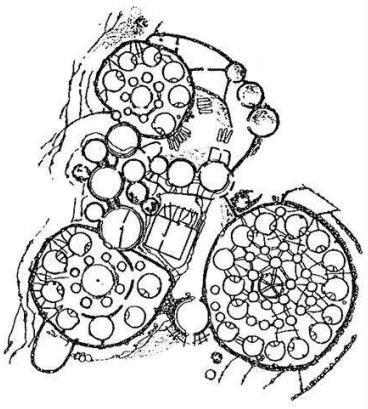


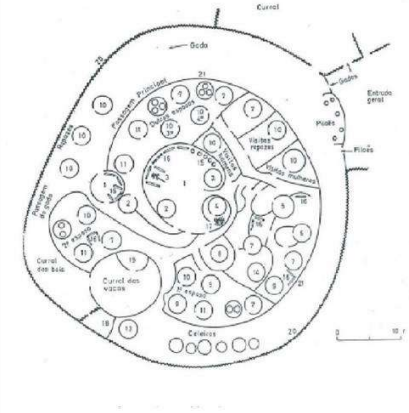
Fig. 3.43 (esq.)

Mokoulek nos Camarões

Fig. 3.44 (dir.)

Eumbo em Angola





Fractais Ramificados

Para esta categoria, o autor propõe como casos de estudo um no Senegal e outro nos Camarões. As constatações de Ron Eglash, são de que nas duas povoações, constituídas essencialmente por edifícios circulares, que se agregam em aglomerados circulares são estruturados por caminhos não são circulares. No caso do assentamento tradicional no nordeste do Senegal, o espaço entre os limites de cada aglomerado, servindo como estradas e caminhos, cria um padrão de ramificação. A partir dessa verificação, "um fractal ramificado pode ser criado pelo fundo de um conjunto de escala de formas circulares."[60] Comparando com o sistema pulmonar, como se fossem vias brônquicas que oxigenam os alvéolos redondos dos pulmões, estes caminhos frequentemente assumem uma forma ramificada (Fig. 3.43 e Fig. 3.44).

"Há critérios conscientes de projecto que são evidentes em comunidades nas quais há uma transição arquitectónica de edifícios circulares para rectangulares, uma vez que eles podem optar por manter ou reduzir as formas ramificadas",

A metáfora organicista de forte carácter funcional agrega outros aspectos que, segundo o autor, não podem ser simplesmente reduzidos a traços inconscientes de mínimo esforço, ou seja, a lógica da estrutura ramificada é uma escolha formal no desenho à micro-escala. Estas decisões remetem para o previamente referido nos estudos de Michael Batty e Paul Longley que afirmam que a organicidade da cidade não é resultado de falta de planificação mas sim de decisões individuais coordenadas a escalas menores.

Deste ponto da reflexão o segundo caso proposto foi o da comunidade de Banyo (Camarões). Na fotografia aérea é possível compreender com clareza o ponto original da ramificação.

"A localização dessa ramificação cuidadosamente preservada – saindo de uma grande praça que faz fronteira com o palácio do sultão e a grande mesquita – não é coincidência. (…) fui capaz de criar um mapa alterando digitalmente a imagem da foto (…) Isso fornece um esboço rígido – parecendo muito com as veias de uma folha – da estrutura fractal deste mapa, mas certamente subestima a linha de ramificação dos caminhos, já que não tentei incluir suas extensões em recintos habitacionais particulares."[61] (Eglash, 1999, p.34-35)

A afirmação do matemático Ron Eglash permite-nos olhar para a geometria das formas urbanas no continente africano partindo da análise dos princípios aplicados à etno-matemática. A interpretação da sua génese, indica um exercício hermenêutico com recurso a arquétipos, metodologias e léxicos urbanísticos ainda inexistentes mas a desenvolver a partir de outros campos científicos, como a filosofia, a matemática, numa primeira e intuitiva

[60] Trad. "A branching fractal can be created by the background of a scaling set of circular shapes." (Eglash, 1999, p.35)

[61] *"The location of this carefully maintained branching – Fanning out from a large plaza that is bordered by the palace of the sultan and the grand mosque – is no coincidence. By marking my position on the aerial photo as I travelled through, I was later able to create a map by digitally altering the photo image. This provides a stark outline – looking much like the veins in a leaf – of the fractal structure of this map, but it certainly underestimates the line branching of the footpaths, as I did not attempt to include their extensions into private housing enclosures." (Eglash, 1999, p.34-35)*

abordagem ao tema. Assim, encontrar soluções deriva da plena compreensão da sua dimensão e elementos, mergulhar na sua complexidade para definir a sua origem e assim, encontrar a resposta dentro do problema em si.

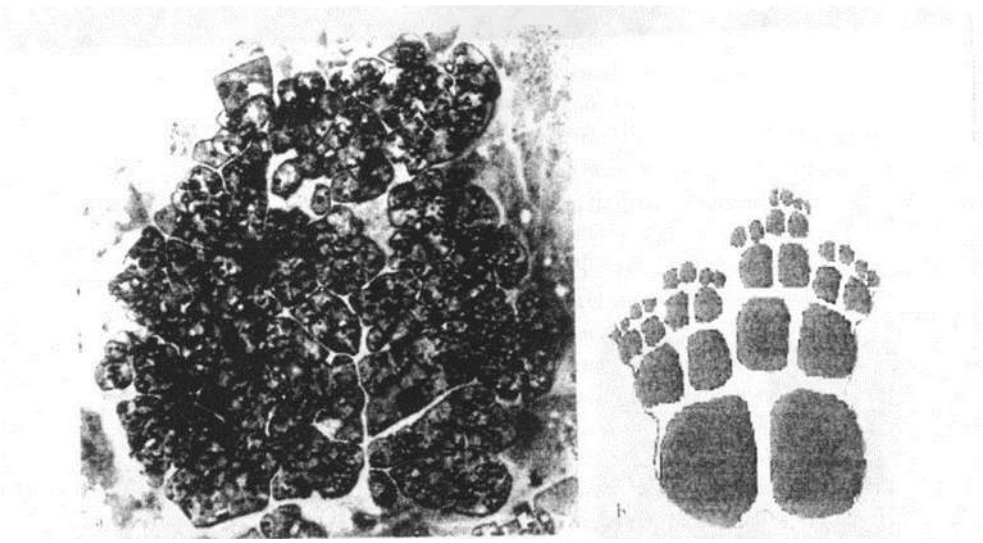


Fig. 3.45 (esq.)

Caminhos de ramificação num assentamento senegalês (Eglash,1999)

Fig. 3.46 (dir.)

Diagrama representando o padrão de ramificação

(Eglash, 1999)

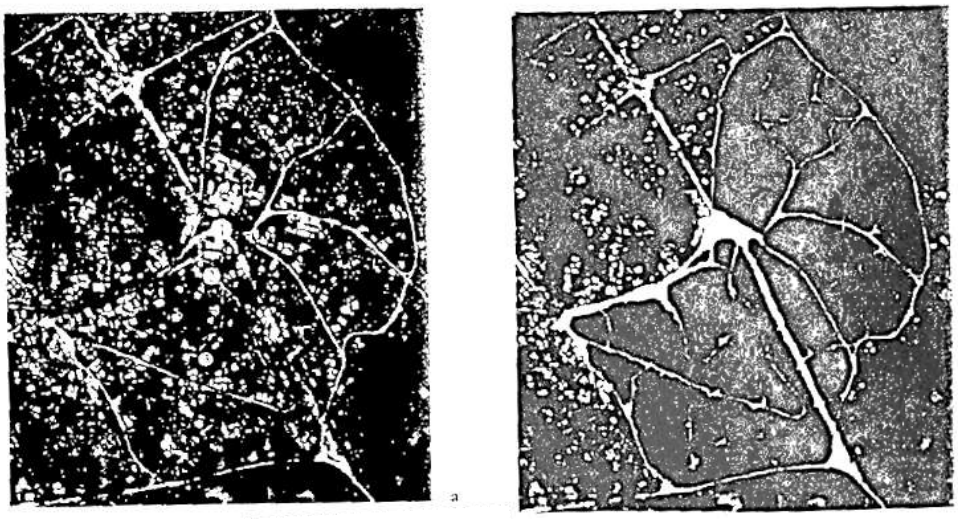


Fig. 3.47

Fotografia aérea de Banyo nos Camarões

(Eglash, 1999)

Fig. 3.48

Representação do sistema viário de Banyo, identificando o centro da ramificação.
(Eglash, 1999)

Conceptualização Inicial

A Unidade Morfológica é um conjunto urbano de estrutura alveolar fruto da relação entre as unidades de agregação (espaço privado) e ruas perimetrais (espaço público).

Considerações Finais e a Hipótese da Tese

Ao iniciarmos os estudos desta tese sobre os signos espaciais do musseque, iniciamos com a formulação de um problema que reside essencialmente na exclusão/eliminação dos musseques, classificados como não-regeneráveis, do tecido urbanos com base num discurso de inexistência de valor espacial nesses territórios não acreditados e consequentemente a impossibilidade da sua integração na cidade contemporânea. Tal facto motivou a questão da investigação e que aqui repetimos:

Existirão signos espaciais na forma urbana dos musseques que representem valores históricos, sociais e estéticos dos seus territórios?

Duas considerações são essenciais para a proposta como solução: a primeira é o aspecto-chave da questão, a identificação dos "signos espaciais" e a segunda os fundamentos filosóficos dos signos (relação entre o pensamento e a forma). na construção do espaço geo-antropológico.

Em síntese, a Hipótese que a tese procura demonstrar é que o tecido urbano do musseque é constituída por três elementos que funcionam como o sistema Matriosca, ou seja, a Unidade Morfológica que contém a Unidade de Agregação que contém o Sistema Habitacional Triádico (Fig. 3.49).

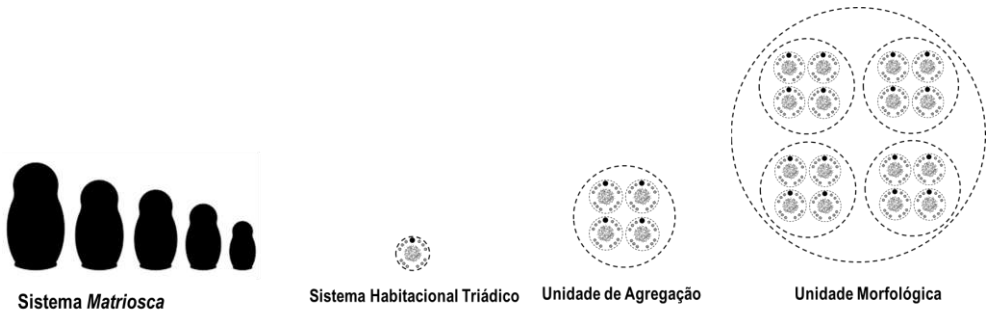
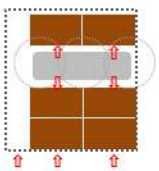


Fig. 3.49

O Sistema Matriosca como analogia ao Sistema de Organização urbana nos musseques.

Capítulo 4 – Metodologia



Nota Introdutória

O capítulo seguinte aborda os aspectos relacionados com a metodologia aplicada para o desenvolvimento da tese.

Começamos por elucidar os princípios para a definição da metodologia. Esta preocupação inicial decorre do facto de ser incomum o estudo morfológico de tecidos desta natureza. Uma vez aclarado este aspecto a criação de um procedimento metodológico próprio foi o passo seguinte. A constatação de que seria necessário construir um modelo específico que nos permitisse, construir um conhecimento holístico acerca dos musseques levou-nos a abordar neste subcapítulo o processo de análise das abordagens mais tradicionais da morfologia urbana. É gizada uma compilação metodológica a partir dos métodos previamente referidos com algumas propostas relacionadas com elementos da forma que não são contemplados, mas que a construção da hipótese os identifica como determinantes.

O subcapítulo seguinte percorre o processo metodológico, abordando os passos de construção da tese, que na síntese resumem-se a dois, o da conceptualização dos signos e o da comprovação dos mesmos recorrendo para o efeito ao método dedutivo-indutivo.

Por fim, a Preparação das Ferramentas Metodológicas é abordada em três vertentes; [1] a Cartografia digital em particular que recursos foram utilizados para produção dos instrumentos de trabalho desenhado, [2] a segunda vertente consistiram nas matrizes para o levantamento urbanístico no campo do reconhecimento territorial bem como para a análise do território, [3] a terceira e última vertente aborda os inquéritos que foram feitos em duas vertentes, os questionários para uma abordagem mais de rua, sem descriminação prévia dos cidadãos questionados e as entrevistas feitas de acordo com uma pré-selecção dos candidatos. Neste campo são também apresentados os métodos utilizados para apresentar os resultados e a aplicabilidade dos mesmos no processo de análise do território.

4.1 Metodologia

4.1.1 Princípios para a Metodologia

Partindo do princípio de que os musseques são tecidos urbanos pouco estudados na perspectiva da morfologia, consideramos alguns princípios para uma abordagem holística que nos fornecesse o máximo de informação sobre esses tecido não acreditados. Dois aspectos são um ponto assente: a sua antiguidade na cidade de Luanda e o facto de serem áreas de residência o que define dois princípios para a o estudo: a evolução e a organização.

Em relação à questão da evolução julgamos pertinente analisar um grupo dos musseques antigos na perspectiva explanada pelo arquitecto austríaco Camillo Sitte no seu livro 'A Construção das Cidades segundo seus Princípios Artísticos' publicado pela primeira vez no final do séc. XIX (1889) onde afirma "*da origem dos seus símbolos de ocupação, a fim de por em evidência os princípios de composição que engendraram inicialmente a harmonia e a coerência e produzem hoje a incoerência e a monotonia*" (Sitte, 1992). A partir deste princípio remetemos esse estudo a abordagem do autor Saviero Muratori que considera que "*a sua dimensão histórica, origem que na sua continuidade intrínseca se funde ao largo do tempo através de múltiplos factos (crescimento e expansão)*" (Muratori,1959) é um factor indispensável para a global compreensão do organismo urbano. A abordagem de Saviero Muratori tem uma amplitude maior e que contextualiza a dimensão histórica no topo de uma sucessão de conceitos interdependentes, o tipo, tecido e organismo. Assim, o estudo dos musseques antigos será um processo de acompanhamento da evolução do organismo num contexto temporal específico. Contrário ao estudo de Muratori sobre a cidade de Veneza, onde esse horizonte temporal são sécs., no caso dos musseques essa dimensão histórica não irá para além de meio século. Esta dimensão temporal tão curta poderá levantar questões em relação à consistência da forma nos musseques.

> "*A sedimentação pode ser reportada para uma fase inicial de consolidação de uma qualquer aglomeração urbana, sempre que o traçado emerge como resultado de um processo de acumulação gradual de elementos urbanos. No entanto, esta característica inerente ao processo dinâmico de formação revelasse sobretudo quando se renovam as edificações depois de uma primeira consolidação do espaço urbano, em que dos elementos urbanos em geral se seleccionam as estruturas que passam a adquirir um papel matricial num novo ciclo do lento processo de sedimentação*." Fernandes, 2014 p.816)

No entanto a transformação urbana nos musseques tem um grau acelerado, aspecto que permitirá reconhecer a tendência desses processos de sedimentação a partir de uma perspectiva diacrónica.

Em relação à questão da organização reforçamos os musseques antigos como o foco do estudo pois a sua trajectória no tempo permitir-nos-á uma análise melhor de como funcionam a estrutura habitacional em função das tipologias produzidas e como os aspectos socio-culturais influenciam a sua dinâmica e funcionamento. Esse conhecimento é essencial para a compreensão da resposta ao problema contemporâneo da construção do espaço urbano nos musseques, ou seja, partir do princípio que os símbolos de ocupação poderão variar em função do período. No entanto, essa ocupação que é percebida como um fenómeno informal obedece a princípios racionais assumidos e afecta não só a construção da habitação como também do desenho das ruas que no caso dos musseques a nossa hipótese propõe como uma fenómeno consequente.

4.1.2 Definição da metodologia

A exiguidade de estudos sobre a forma urbana dos musseques, no âmbito da morfologia urbana e baseados no sistema urbano, elementos da paisagem e categorização tipológica com interesse para os estudos da forma, processos de formação e transformação, com ênfase para casos históricos, coloca-nos a uma distância considerável do conhecimento pleno sobre valores históricos, sociais e estéticos destes territórios não acreditados.

Por essa razão, a procura por um método que nos permitisse, construir um conhecimento holístico acerca dos musseques levou-nos a buscar as melhores valências que a tradição da morfologia urbana tem para oferecer. Na constatação de que nenhum método poderia ser aplicado na sua plenitude, o nosso quadro teórico para formular um método adaptado ao estudo dos musseques levou-nos a considerar as abordagens da escolha italiana, francesa e portuguesa.

Da escola italiana, consideramos o conceito de "história operativa" construído por Saviero Muratori (1959) visto ser essencial para o nosso processo de análise da forma do musseque a transformação diacrónica do território. Tal, exigia uma análise histórica ao espaço urbano, que nos permitisse compreender e caracterizar os seus elementos. Para conseguir definir o período da análise buscamos "*os momentos determinantes que tiveram como consequência a produção do tecido urbano, desde as circunstâncias primárias que envolveram a fundação do lugar urbano até ao momento em que a cidade é tomada como objecto de estudo*". (Fernandes, 2014, 38). O período considerado atravessa dois períodos da história recente do desenvolvimento da cidade de Luanda, o período colonial e a actualidade, em pleno período republicano que no total abrange 49 anos, cerca de meio século.

Da escola francesa, interessou-nos em particular a decomposição do sistema urbano feita por Philippe Panerai a partir da amostra do tecido da cidade do Cairo (Panerai 2006, 80), em que a observação é feita em três dimensões: a do espaço público, do espaço privado e do edificado sem a especificidade das suas partes estruturantes decorrerem de acções de projecto. Outro aspecto que nos interessou no processo de observação de Philippe Panerai está relacionado com os elementos da paisagem, nomeadamente Sectores, Pontos Nodais, Percursos, Limites e Marcos (Panerai 2006, 30-33). Estes elementos permitiram-nos interpretar os estratos do tecido e fundamentar as nossas propostas sobre os processo de transformação do espaço.

Da escola portuguesa, recorremos aos estudos coordenados pelo arquitecto Carlos Dias Coelho em particular à metodologia da Decomposição Elementar estruturada pelo grupo de investigação FORMA URBIS Lab. É fundamental esclarecer que os estratos da decomposição sistémica - traçado, parcelário e malhas de composição - não se aplicam como instrumento para a análise dos musseques visto assentarem em princípios projectuais. Já na perspectiva da Decomposição Elementar, foi feita uma análise aos elementos morfológicos no musseque e foi possível, por analogia, corresponder os elementos rua, bloco, estrutura e edifícios comuns, e embora os elementos praça e edifícios singulares não tivessem correspondência, fez-se uma interpretação aos princípios que definem estes elementos e apresentada uma proposta paralela (Quadro 8). Para a Praça, com o fundamento do autor Camillo Sitte, este é o elemento mais importante da cidade, como local dos acontecimentos públicos, (Sitte, 1992 p. 17) mas essencialmente com os fundamentos de Choay que constrói o significado da 'praça do mercado' como um "*segundo centro de actividade dos nossos antepassados*" (Choay 2000) fundamento que melhor se aplica à realidade do musseque. Para os edifícios singulares, embora seja possível a existência de referências excepcionais integramos na nossa proposta a árvore. No que diz respeito ao simbolismo social e referencial, a árvore foi a nossa proposta pois corresponde a todos os fundamentos com a excepção de não ser um elemento construído. Assim, a nossa proposta para decomposição elementar, a

partir da análise, comparação, interpretação e proposta resultou nos elementos; praça do mercado, ruas perimetrais, unidades morfológicas, corredores, árvores-logradouro e sistemas habitacionais

Quadro 08 - "Decomposição Elementar" Proposta para os Musseques

Denominação	Análise Comparativa	Interpretação e Proposta
Praça	Não corresponde	Praça do Mercado
Rua	Corresponde	Ruas perimetrais segmentadas
Bloco	Corresponde	Unidades morfológicas
Estrutura	Corresponde	Acessos interiores
Edifícios Singulares	Não corresponde	Árvores - Logradouros
Edifícios Comuns	Corresponde	Sistemas habitacionais

Ainda da escola portuguesa, segundo o autor José Ressano Lamas, o "*modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano, relativamente à materialização dos aspectos de organização funcional e quantitativa e dos aspectos qualitativos e figurativos*" (Lamas, 2004) foi essencial para associar a utilização do espaço ás formas e fazer uma interpretação tipológica dos seus elementos. A arquitectura (do meio urbano) será assim a chave da interpretação correcta e global do musseque. Sendo a forma urbana o aspecto de realidade ou modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano, relativamente à materialidade nos termos seguintes;

"- Aspectos quantitativos: todos os aspectos da realidade urbana que podem ser quantificáveis e que se referem a uma organização quantitativa: densidades, superfícies, fluxos etc.

- Aspectos organizativos: ou de organização funcional, relacionam-se com as actividades humanas: habitar, instruir-se, tratar-se, comerciar, etc., e também com o uso de uma área, espaço ou edifício, ou seja, o tipo de uso do solo.

- Aspectos qualitativos: referem-se ao tratamento dos espaços, ao conforto e à comodidade do utilizador. Nos edifícios poderão ser a insonorização, o isolamento térmico, a correcta insolação, e no meio urbano pode ser o estado dos pavimentos, a adaptação ao clima, a acessibilidade, etc.

- Aspectos figurativos: os aspectos figurativos relacionam-se essencialmente com a comunicação estética." (Lamas. 2004)

Só fizemos recurso aos aspectos quantitativos e organizativos, visto que os aspectos qualitativos não foram considerados para esta fase dos trabalhos e os aspectos figurativos não são específicos, razão pela qual recorremos aos estudos de Philippe Panerai.

A escolha pelos aspectos quantitativos remete para a questão de que aspectos, associados à forma estariam na origem da transformação do espaço, na perspectiva diacrónica. Consideramos válidos os aspectos seguintes: superfícies e coeficientes de afectação e ocupação de solos o que implica outros dados tais como quantificação de edificações e respectivas altimetrias. Estes dados quantificáveis irão permitir-nos compreender que relação quantitativa se estabelece entre os elementos constituintes das unidades morfológicas.

A escolha pelos aspectos organizativos remete para a necessidade de compreender como se dispõem os sistemas habitacionais pelas tipologias, relações de vizinhança e contacto com os logradouros.

Em síntese, a associação das abordagens das três escolas permitirão criar uma estrutura matricial com o propósito de identificar os elementos de permanência da unidade morfológica, a evolução das unidades de agregação e as variações dos elementos que compõem

os sistemas habitacionais triádicos permitindo identificar lógicas de composição, logo, conseguir estrutural o Modelo Teórico dos signos espaciais dos musseques.

4.2 Processo metodológico

"*Se pudermos realmente entender o problema, a resposta virá dele, porque o a resposta não está separada do problema*" Jiddu Krishnamurti

Este ponto de partida determinou uma atitude perante o nosso desafio de observadores não intervencionistas com o Desenho como recurso essencial para o desenvolvimento desta tese quer seja como fonte ou produto.

Embora o musseque não seja um território amplamente estudado no contexto do desenho urbano, facto é que as múltiplas narrativas sobre ele desde as descrições do espaço público e privado, as vivências sociais e tantas outras permitiram a construção de um imaginário que somente o desenho poderia transmitir.

"É através do desenho que se descobrem os mistérios da forma urbana" Attilio Petruccioli

A necessidade de obter uma perspectiva mais abrangente dos factores multiculturais que influenciam as várias formas de ocupação e de apropriação do espaço urbano nos musseques, quer seja o espaço público quer seja o espaço privado e outras categorias intersticiais do espaço leva-nos à observação minuciosa do funcionamento deste organismo profundamente dinâmico que resolve um dos grandes desafios contemporâneos das cidades africanas, o da habitação com um notável sentido de adaptação a diferentes contextos associando a uma tradição ocupacional de forte carácter cultural.

Neste contexto baseada na escassez e exiguidade de trabalhos no campo disciplinar da morfologia, surge a pertinência de uma observação baseada no desenho e fundamento em fontes históricas e em visitas de campo para habituar a percepção a uma interpretação sustentada sobre os musseques.

A metodologia proposta procura igualmente realizar uma sinopse de vários saberes no sentido de simular o trabalho de atelier no domínio do cruzamento das áreas da história, da arquitectura, da antropologia e do desenho. Nesse sentido a selecção dos casos de estudo permitiu a realização um trabalho de levantamento de fontes mas onde o desenho adquire particular importância por colocar o "objecto" em diferentes escalas e camadas e desse modo obrigando a várias interpretações alicerçadas pela leitura da correspondente bibliografa. O recurso a tecnologias de representação digital com recurso ocasional à utilização de prototipagem em 3D e sistemas GIS foram considerados como parte essencial do processo.

Assim, todo o processo investigativo está ancorado no desenho e embora a estrutura da tese se desenrole ao longo de vários capítulos, pode-se dizer que o processo para desenvolvê-la está dividido em duas etapas essenciais:

A primeira etapa, o processo de conceptualização do modelo Teórico.

A segunda etapa, o processo de comprovação do modelo teórico

4.2.1 O processo de conceptualização do modelo teórico.

O processo de conceptualização do modelo teórico, estará em síntese dividida em três segmentos, **Problematização, Estado da Arte e a Conceptualização**, propriamente dita.

Na **problematização** será feito um de olhar sobre os musseques de carácter multidimensional, viajando desde os campos da história, política, social e antropológico e cultural abordando os aspectos essenciais que fundamentarão a questão da investigação. O recurso para a construção dos fundamentos da tese será recorrendo a análise bibliográfica e iconográfica e recolher o máximo de informação possível sobre a origem dos musseques, a sua evolução histórica do território na narrativa política, técnica e sócio-cultural. Está salvaguardada a possibilidade de Inquéritos por entrevistas a indivíduos com amplo leque de representatividade na cidade de Luanda, desde residentes no musseque até administradores públicos. Com esta abordagem obrigamo-nos ao distanciamento necessário do nosso objecto de estudo. Como conclusão da problematização é apresentada a 'questão da investigação'.

O **Estado da Arte** sumariza a revisão da literatura em três eixos: Morfologia Urbana, o binómio Semiótica-Filosofia (Etnofilosofia) e os Musseques.

Sobre a 'Morfologia Urbana', para além do natural enquadramento à disciplina desenvolvendo uma narrativa de enquadramento às três escolas (italiana, francesa e portuguesa), o foco é abordar os estudos baseados nos elementos da paisagem, com interesse para os estudos da forma dos assentamentos informais, processos de formação e transformação, com ênfase para casos históricos, com vista a alargar o conhecimento pleno sobre valores históricos, sociais e estéticos dos musseques. Para esse efeito, esta síntese privilegiará o estudos seguintes:

Imagem da cidade (Kevin Lynch,1960)

Sistemas e Elementos (Panerai 2006) e (Coelho, 2013)

Cidade Islâmica, (Bianca, 2000),

Padrões (Stephen Marshall, 2005) (Alexander, Christopher. 1977).

Fractais (Eglash, 1999)

O campo da 'Semiose Urbana' é dicotómico visto que dois subcampos a ele se conjugam, e estes por sua vez se subdividem. O primeiro subcampo, semiótica e etnofilosofia é feito o enquadramento genérico à teoria dos signos a partir do pensamento de Charles Sanders Peirce e posteriormente a continuidade para a semiose urbana, ou seja, o processo de significação dos elementos urbanos. Nesse contexto são abordadas as disciplinas de geografia e antropologia na vertente urbana em particular as categorias do espaço geo-antropológico (paisagem, território, lugar e ambiente) já numa linguagem que posteriormente garantirá uma suporte fundamentado para a análise dos componentes da unidade morfológica que é o musseque. Estas vertentes serão analisadas isoladamente recorrendo à bibliografia e iconografia. Para esse efeito, esta síntese privilegiará o estudos seguintes:

Charles Sanders Peirce (2005)

Henry Odera Oruka, 1981

No campo dos 'Musseques', será feito o enquadramento tipológicos. Para o efeito o objectivo será recorrer aos estudos académicos e às classificações administrativas

publicadas por instrumentos de ordenamento do território. Este último campo de análise do estado da Arte inclui os estudos desenvolvidos pelo Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura sobre os musseques o que irá permitir enunciar as linhas introdutórias da 'hipótese da tese'.

Sobre a **Conceptualização**, posterior ao 'Estado da Arte' associá-las para fundamentar a conceptualização do modelo teórico que proporemos como 'os signos espaciais dos musseques'.

O processo de conceptualização pressuporá o enquadramento ao contexto cultural bantu para melhor fundamentar os elementos propostos como signos espaciais. Embora a fonte imediata dos elementos considerados sígnicos venha de uma narrativa popular e literária do espaço social dos residentes nos musseques, essa narrativa não é difusa em relação ao significado que cada elemento comporta. Por essa razão, prévia à identificação desses elementos, consideramos essencial recorrer ao legado urbano da ancestralidade bantu para melhor fundamentar essas escolhas.

Para melhor compreensão desse legado, recorremos aos valores da filosofia Bantu especificamente a relacionada com a construção do espaço vivido e/ou construído. Pretende-se um levantamento de como as sanzalas se organizam e que aspectos podem ser justificados a partir das práticas rituais, dos mitos, dos contos e dos provérbios. A metodologia será fundamentalmente a recolha e análise bibliográfica sobre a questão filosófica, com destaque para a corrente cultural da filosofia africana em particular a etno-filosofia. Pretende-se recorrer às técnicas do método etnográfico para realizar a investigação e elaborar instrumentos que permitam relacionar o espaço à cosmovisão bantu. Esta busca introduzirá uma perspectiva local à interpretação dos elementos urbanos identificados nos musseques, a Semiótica classificará estes elementos dentro das categorias dos signos e teremos então um conceito para sustentar a nossa hipótese.

Um segundo aspecto essencial para a conceptualização da Hipótese baseou-se nos estudos prévios a este projecto de investigação, nomeadamente ao Levantamento, Análise e Diagnóstico elaborados sobre o Musseque do Catambor, ao abrigo do projecto de investigação Musseques implementado no Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura (CEICA) da Universidade Lusíada de Angola por nós coordenado. Desse estudo foram apresentados como resultados preliminares cinco características no musseque, denominados como os "Arquétipos de Urbanidade Bantu", nomeadamente:

> *"a) Logradouros Comuns – Unidade de reprodução fractal. Espaços de partilha que criam por si só códigos funcionais à volta da dinâmica social do interior do musseque.*
> *b) Malha - Conexão através de vias irregulares com escalas resultantes da vizinhança do edificado e proximidade humana.*
> *c) Contorno – eixos de fechamento do musseque com uso de solos predominante para serviços e comércio de proximidade.*
> *d) Dimensão – à escala do Bairro, a relação entre cércea, via e afectação do solo.*
> *e) Elemento mínimo edificado – auto construção assistida"*
>
> (Mingas, 2014)

A revisitação dos estudos permitiu então a conceptualização dos signos espaciais a partir dos elementos urbanos analisados e com fundamento teórico fundamental nos estudos seguintes:

Ancestralidade Bantu: Andele Fu-Kiau kia Bunseki-Lumanisa, 1969

Espaço Geo-antropológico: Milton Santos

4.2.2 O processo de comprovação do Conceito e Formulação do Modelo Teórico

O processo de comprovação do Modelo teórico estará em síntese dividida em três segmentos, o Caso de Estudo Principal (Catambor), os Casos de Estudo Complementares (musseques da Calemba, Mota e Mulemba), e a Formulação do Modelo Teórico.

Dedução-Indução.

'Todo homem é mortal, Kundy é homem, logo, Kundy é mortal.'

Para o estudo dos casos recorreremos ao método dedutivo-indutivo. Sobre o processo Dedução-Indução. Será aplicar o método dedutivo para a análise do caso de estudo e o método indutivo ficar reservado para a análise dos casos de estudo complementares. Destes dois processos serão retiradas as pré-conclusões da tese que permitirão a formulação do Modelo Teórico que comprovará a hipótese.

a) Dedução (Caso de Estudo Principal)

Dedução (sobre o estudo de caso com observação, entrevistas e recolha de informação directa e indirecta)

A dedução pressupõe a análise do caso de estudo de forma a extrair o máximo de dados que confirmem as hipóteses propostas. Para esse efeito, pretende-se recorrer ao desenho, observação directa, entrevistas e recolha de informação directa e indirecta.

O desenho, permitirá conhecer o território de forma física e identificar a espacialidade, georreferenciá-la e criar um suporte cartográfico capaz de absorver a informação a colectar.

Numa segunda fase, será feito o trabalho de campo que pretende actualizar a cartografia, considerando a velocidade de transformação do espaço, identificar as especificidades do espaço vivido essencialmente o uso dos solos.

Será também feita a caracterização da paisagem com a identificação dos Sectores Pontos Nodais Percursos Limites Marcos. Análise e interpretação da paisagem urbana (percursos, pontos nodais, sectores, limites e marcos) e caracterizar as suas singularidades.

A observação irá privilegiar o quotidiano e seus espaços recorrendo a técnicas de registo por desenho, fotografia e vídeo. Andar a pé será um recurso essencial visto que essa experiência de observação directa sem mediação do musseque, credibilizará as considerações sobre esse mesmo quotidiano. A utilização do espaço, público a permeabilidade das unidades de agregação e outras deduções só poderão ser feitas a partir de um levantamento experimental e presencial registando fotograficamente o espaço público e privado, pessoas e lugares.

Adoptar uma postura de investigação activa, conduzindo entrevistas para procurar entender o musseque, as suas comunidades. Pretendemos reunir com as lideranças locais com os *kotas* e perceber as suas dinâmicas comunitárias.

Com este processo de trabalho, pretendem-se identificar os elementos que propomos como signos espaciais do musseque, em particular as possíveis variações desses elementos. Pretende-se compreender;

(1) Como se organiza a casa em função da estrutura familiar. Neste campo, consideramos analisar comparativamente a estrutura formal-funcional da casa entre o contexto rural/tradicional e o urbano/contemporâneo, analogias espaciais e **encontrar percentualmente um valor que permita um mínimo de 50% de compatibilidade para validar as hipóteses**

(2) Como os espaços de comércio e trabalho se organizam no território e que relação têm com as unidades residenciais,

(3) A utilização das vias

(4) Que papel desempenha a arborização na formação do espaço.

Serão elaboradas tabelas que organizem cada um dos quatro elementos base do sistema organizativo por tipologias e associar os respectivos signos aos significados da cosmovisão Bantu, conforme será/foi explicado ainda na fase do enquadramento.

b) Indução (Casos de Estudo Complementares)

Na etapa indutiva, pretende-se obter conclusões gerais tendo como ponto de partida as premissas comprovadas na análise ao caso de estudo principal.

Importa ressalvar que para esta etapa serão incluídos no processo mais três casos de estudo, que por serem complementares ao desenrolar da tese são denominados como "Casos de Estudo Complementares"

O processo será feito em quatro fases, observação-registo, analise-classificação, derivação intuitiva e contrastação-verificação:

a observação e o registo dos factos urbanos, (levantamento de campo e registo digital)

a análise e a classificação dos factos urbanos (em particular os que se referem ao sistema de habitação triádica, às unidades de agregação, rede de arruamentos e à unidade morfológica)

a derivação indutiva de uma generalização a partir da observação repetida das conclusões retiradas ao objecto de estudo que, nos casos de estudo complementares se reproduzem com a mesma natureza formal.

e a contrastação-verificação que nos permitirá evidenciar as diferenças a partir da análise dos objectos identificados como sendo de génese comum.

O processo pressupõe uma abordagem laboratorial aos objectos de estudo. Esta abordagem laboratorial é feita a partir da análise Cartográfica e Iconográfica disponível sobre o objecto de estudo.

Uma vez percorrido o processo metodológico, estaremos em condições de proceder à construção do modelo teórico proposto na fase de conceptualização.

4.3 Preparação das Ferramentas Metodológicas

No processo de preparação das ferramentas metodológicas para o reconhecimento urbanístico do caso de estudo foram identificados dois constrangimentos: cartografia insuficiente e/ou desactualizada (a intensa mutabilidade do tecido do musseque em curtos períodos de tempo) e a ausência de meios de caracterização dos seus elementos constituintes.

A preparação das ferramentas metodológicas assentou em três tarefas distintas: preparação da [1] cartografia digital, a definição dos elementos para [2] a matriz do levantamento urbanístico e a elaboração dos [3] inquéritos por questionário e entrevistas.

4.3.1 Cartografia digital

Método de Actualização Cartográfica

Em relação ao primeiro constrangimento foi definida como tarefa inicial a preparação da Cartografia Digital em Laboratório de computação gráfica.

Com base nas fontes disponíveis, cartas e fotografias, envidamos esforços com o objectivo de definirmos o melhor método para actualização dos dados e obter instrumentos de trabalho confiáveis. Recorremos ao método de trabalho elaborado proposto por três autores brasileiros, Óscar Ricardo Vergara, Jorge Pimentel Cintra e Júlio César Lima d´Alge que no seu ensaio "Actualização cartográfica integrando técnicas de sensoriamento remoto, processamento de imagens e sistemas de informação geográfica" (Vergara, Cintra, d'Alge, s/d) apresentam uma metodologia de actualização em cinco (5) etapas[1] das quais consideramos quatro (4) adaptando cada uma delas aos nossos recursos quer técnicos quer humanos e conforme a seguir se apresenta:

Aquisição da base de dados desactualizados (1ª etapa). Nesta primeira etapa, as cartas antigas (1988) foram digitalizadas para armazenar os dados desactualizados na Base de Dados Cartográfica. Este processo foi feito para o musseque, caso de estudo principal, bem como para os musseques da Calemba, Mulemba e Sambizanga, casos de estudo complementares. Para isto, foram seguidos os seguintes passos:

a) Criação de um projecto de trabalho: O projecto de trabalho ficou identificado através de dados como escala, projecção cartográfica e coordenadas envolventes da área de estudo;

b) Digitalização das cartas desactualizadas: Em primeiro lugar, foram montadas as folhas correspondentes a cada território a estudar (Anexo 3) A seguir foram criados Planos de Informação (PI's) para possibilitar a separação dos dados em grupos. Criaram-se cinco (5) planos de informação: [1] edificações, [2] rede viária, [3] topografia, [4] hidrografia, [5] vegetação (árvores). Dentro dos PI's foram criadas classes, para diferenciar distintas categorias de dados (p.ex., no plano de informação da hidrografia: rios, lagoas, cacimbas). Através da digitalização o conteúdo informativo da carta desactualizada foi convertido para o formato digital) Edição dos dados: Aplicaram-se as operações de edição, destinadas a corrigir os erros ocorridos durante a digitalização. Por último, foram criadas as relações topológicas entre os dados digitalizados. Deste modo foi obtida a base de dados desactualizados, referenciada ao sistema de coordenadas da carta (levantamento estereofotogramétrico).

[1] [1] Aquisição da base de dados desactualizados, [2] Georreferenciamento das imagens, [3] Georreferenciamento das imagens, [4] Actualização da base de dados cartográficos e [5] Avaliação da qualidade das cartas actualizadas (Vergara, Cintra, d'Alge, 2002)

Processamento digital das imagens (2ª etapa). Após serem sobrepostas à Cartografia digitalizada, as imagens (1974, 2014) foram submetidas a diferentes técnicas de processamento digital, destinadas a refinar sua qualidade visual para facilitar a extracção de informação temática no processo de fotointerpretação. Foi aplicado um filtro de contraste e luminosidade para realçar as feições lineares das imagens originais. Resultaram duas imagens pouco processadas sem recurso a transformação por cor ou de composição.

Actualização da base de dados cartográficos (3ª etapa). A actualização dos dados cartográficos foi realizada, para cada uma das imagens, sobrepondo a cada uma os dados vectoriais provenientes da carta antiga digitalizada. Assim foi possível realizar uma análise visual comparativa entre os dados desactualizados e a informação actualizada fornecida pelas imagens. Essa comparação permitiu detectar e incorporar/eliminar, através de um processo de edição vectorial, as mudanças ocorridas nas diferentes classes de feições. Para isto, no caso da produção da peça de 2014 foram suprimidas as feições que deixaram de existir (p.ex. estradas abandonadas) e posteriormente foram incorporadas as novas feições (novas estradas, p.ex.) através de digitalização na tela. Já no caso da produção da peça de 1974, foram suprimidas as feições inexistentes à época. A seguir são descritos resumidamente os aspectos mais importantes da etapa de actualização:

a) Fotointerpretação e digitalização na tela. Algumas dúvidas de fotointerpretação aparecidas durante esta etapa, seriam elucidadas com um trabalho de campo mais exaustivo e demorado, na etapa seguinte;

b) Levantamento de campo. Posteriormente, considerando ter-se aproveitado ao máximo as possibilidades de extrair informação temática das imagens orbitais e das aerofotos através da fotointerpretação, foi realizado um levantamento de campo para conferir a natureza das feições cuja classificação ainda não estava definida com certeza. A informação obtida no campo foi integrada com aquela já extraída da carta desactualizada, das imagens e das fotografias aéreas, com o que completou-se a actualização da base de dados;

c) Ajuste e poligonização dos dados vectoriais actualizados. Depois de terminado o processo de digitalização da informação temática actualizada foram realizadas as operações de ajuste de linhas e a poligonalização dos dados vectoriais, necessárias para definir a topologia e viabilizar que cada polígono representado seja associado à sua correspondente classe temática;

d) Criação da legendagem das cartas. Após terminada a edição vectorial foi criada a legenda das cartas, utilizando como referência os dados e sinalética das cartas originais.

e) Impressão das cartas. Com os dados vectoriais e as vinhetas, foram criados os arquivos correspondentes a cada uma das 3 cartas, que foram finalmente impressas; a Figura 1 mostra a carta actualizada com as imagens do Grupo A (imagens originais ou pouco processadas).

Avaliação da qualidade das cartas actualizadas (4ª etapa)

Reconhecemos que os documentos cartográficos obtidos através da metodologia alternativa aplicada, com recursos escassos na perspectiva tecnológica serve o propósito deste trabalho e logo, não cumprirão os requisitos exigidos pelo Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola, no entanto, tanto os aspectos geométricos e topográficos estão dentro um nível aceitável de actualização capaz de responder às exigências do presente trabalho.

Cartografia Actualizada

Recorrendo ao método previamente exposto, foi possível actualizar a cartografia dos casos de estudo, quer do principal, o musseque do Catambor, como dos complementares, os musseques da Calemba, Mulemba e Sambizanga.

Catambor

Para o musseque Catambor, definimos dois períodos; o colonial e o republicano com base nos elementos disponíveis para cada um desses períodos: uma fotografia aérea de 1974 da área do Catambor (Fig. 04.02) e imagem *Google Earth* de 2014 (Fig. 04.04)

Estes três elementos permitiram-nos definir um horizonte temporal de 40 anos para proceder à análise diacrónica do musseque.

Consideramos como peças de trabalho, as imagens aerofotogramétricas, as cartas topográficas e levantamentos digitais da cidade de Luanda. A partir da Fotografia de 1974 foi possível fazer a análise da delimitação original do musseque do Catambor, A base cartográfica de 1988, à escala 1.2000 serviu o propósito transversal de levantamento da topografia do terreno e com a ferramenta Google Earth foi possível georreferenciar o território os marcos do território. Como resultado obtiveram-se suportes cartográficos digitais completos para as análises da evolução diacrónica do território. Para além disso a carta de 2014 bem mais próxima da realidade actual serviu como suporte para o trabalho de campo efectuado durante os meses de Agosto e Setembro de 2021 dando origem a mais um elemento de trabalho. A produção Cartográfica resultou em três peças digitais para os três períodos de estudo:

O Catambor representa uma área total de 0,22Km2, quatro vértices limítrofes da área de análise topográfica estão georreferenciados pelo sistema geodésico e cartográfico angolano com as seguintes coordenadas do sistema de coordenadas locais: 49ºW ; 51ºE ; 50ºN ; 48ºS (Fig. 04.03).

Fig. 4.01

Fotografia Aérea de parte da cidade de Luanda (1974)

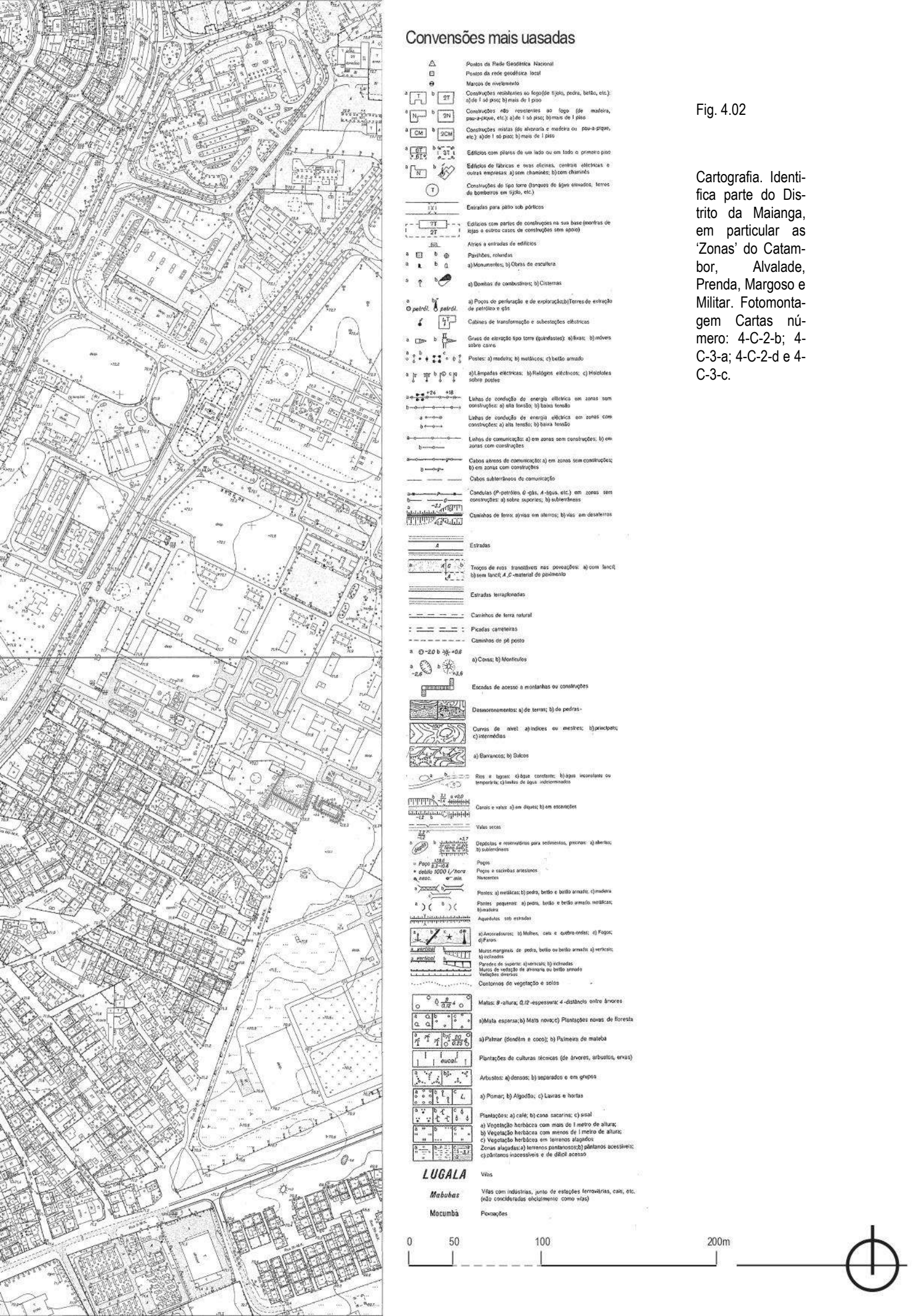


Fig. 4.02

Cartografia. Identifica parte do Distrito da Maianga, em particular as 'Zonas' do Catambor, Alvalade, Prenda, Margoso e Militar. Fotomontagem Cartas número: 4-C-2-b; 4-C-3-a; 4-C-2-d e 4-C-3-c.

Fig. 4.03

Fotografia Aérea de parte da cidade de Luanda.

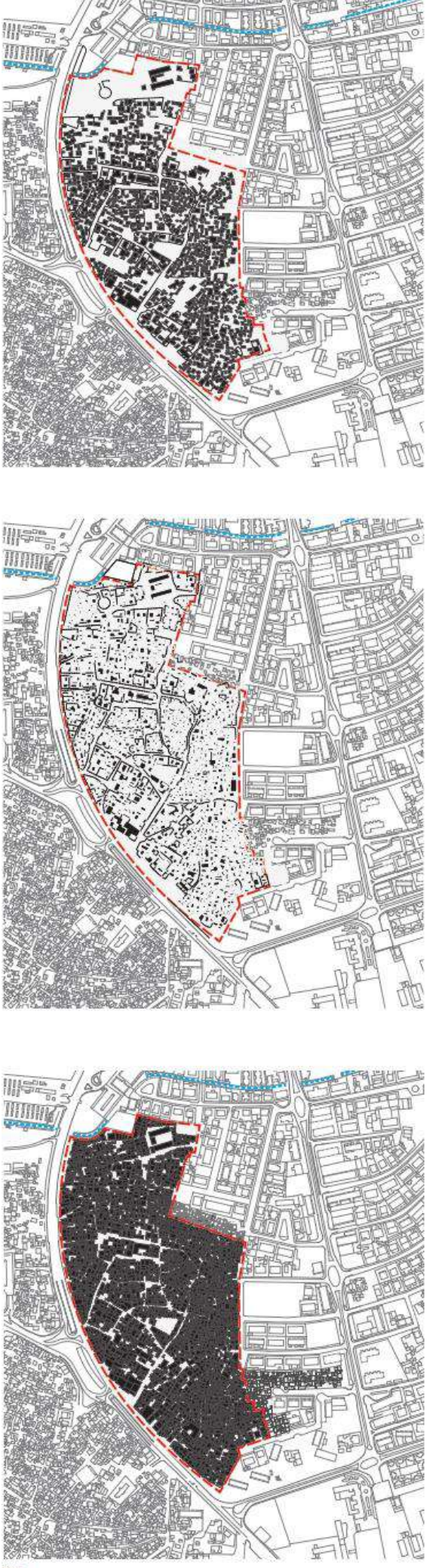


Fig. 4.04

Cartografia do Musseque Catambor durante o período de estudo determinado.

[1] 1974

[2] 1988

[3] 2014

Calemba, Mulemba e Sambizanga

Para os casos de estudo complementares, definimos somente dois períodos; o colonial e o republicano visto que não foi possível aceder a nenhuma fotografia aérea de 1974 como no caso do Catambor, o caso de estudo principal. Estes dois elementos permitiram-nos definir um horizonte temporal de trinta e três (33) anos para desenvolver os processos de leitura, análise e diagnóstico. Um dos fundamentos para tal foi o facto de termos constatado, no caso de estudo principal, que as variações à forma urbana entre o período de 1974 até 1988, embora existentes, não são tão expressivas como entre o período entre 1988 e 2014/2021.

Para os musseques da Calemba, Mulemba e Sambizanga, os elementos imagéticos disponíveis foram; [1] Cartografia de 1988 e [2] as imagens Google Earth do ano 2021. Cada uma das imagens serviu um propósito transversal que serviu de referência para os demais para além dos dados específicos específico do tecido urbano contribuindo para uma visualização bastante clara do tecido urbano.

Consideramos também os levantamentos digitais da cidade de Luanda. A base cartográfica de 1988, à escala 1.2000 serviu o propósito transversal de levantamento da topografia do terreno e com a ferramenta Google Earth foi possível georreferenciar o território os marcos do território. Como resultado obtiveram-se suportes cartográficos digitais completos para as análises da evolução diacrónica do território.

Os trabalhos de campo foram todos feitos a partir das imagens Google Earth 2021 por estar bem mais próxima da realidade garantindo um suporte eficiente para o trabalho de campo. A produção Cartográfica resultou em três peças digitais, uma para cada musseque e actualizadas à data de 2021.

Fig. 4.05

Musseque da Calemba

Fotomontagem
Cartas número: 4-C-3-d; 4-C-4-c; 4-C-7-b e 4-C-8-a

Fig. 4.06

Musseque da Calemba: Cartografia Actualizada (2021)

Fig. 4.07

Musseque da Mulemba: Fotomontagem Cartas número: 5-B-2-c; 5-B-2-d; 5-B-6-a e 5-B-6-b

Fig. 4.08

Musseque da Mulemba: Cartografia Actualizada (2021)

Fig. 4.09

Musseque da Sambizanga: Fotomontagem Cartas número: 4-B-8-c; 4-B-8-d; 4-B-12-a e 4-B-12-b

Fig. 4.10

Musseque da Sambizanga: Cartografia Actualizada (2021)

A Cartografia histórica foi um recurso importante para a recuperação das delimitações dos musseques a serem estudados. O maior desafio consistiu na necessidade de ultrapassar o facto da representação do espaço geográfico de Luanda não priorizar os territórios dos musseques. Estas unidades do tecido urbano são por via de regra representadas como manchas como o caso da Planta Turística de Luanda (Fig. 1.09), Plano Regulador da Aglomeração Inter-Urbana. Luanda, Cacuaco, Viana (Fig. 04.03d) ou da Planta sinóptica da forma de ocupação do solo de luanda (Fig. 04.03e).

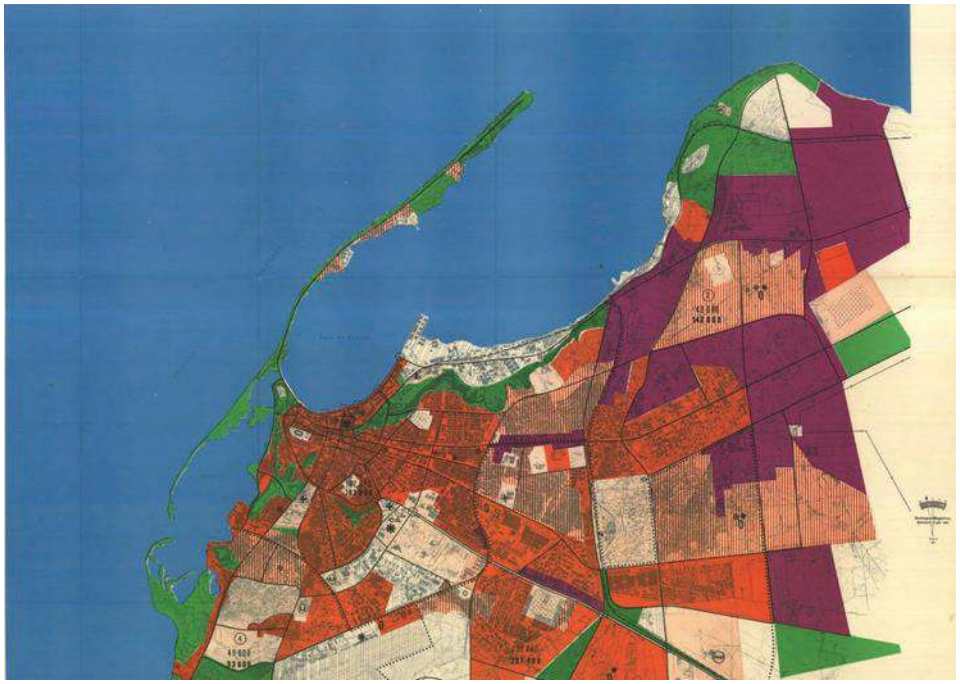


Fig. 4.11

Esquema Director do Plano Regulador da Aglomeração Inter-Urbana. Luanda, Cacuaco, Viana.

Fig. 4.12

Planta sinóptica da forma de ocupação do solo de luanda

4.3.2 Matrizes para o levantamento urbanístico

Reconhecimento Territorial

Considerando o facto de não ter sido possível recorrer aos elementos canónicos do urbanismo para reconhecimento do território, o primeiro exercício foi criar instrumentos que resultassem eficazes na compreensão do sistema territorial e na identificação dos elementos constituintes do tecido urbano.

Revisitando a nossa hipótese, temos três aspectos que pretendemos identificar nos territórios seleccionados:

1. Os Sistemas Habitacionais triádicos: constituída por módulos, logradouros e árvores

2. As Unidades de Agregação: constituída por sistemas habitacionais triádicos, outras tipologias habitacionais ou de equipamento e pelas áreas de circulação circunjacente

3. As Ruas Perimetrais: Espaços intersticiais às unidades de agregação

4. A Unidade Morfológica: constituída pelas unidades de agregação e ruas perimetrais.

Dos métodos abordados no capítulo sobre a morfologia, foi feita uma análise às propostas das escolas francesa e portuguesa com o objectivo de identificar que método melhor se adequaria para produzir uma ferramenta de levantamento urbanístico. Essa análise pressupôs verificar a possibilidade de existirem correspondência entre os elementos da forma conforme com os elementos identificados no capítulo sobre a conceptualização dos signos espaciais e previamente revisitados.

Segundo Panerai "*dentre as múltiplas definições de tecido urbano, e sem desprezar suas qualidades, escolhemos a mais simples. O tecido urbano é constituído pela superposição ou imbricação de três conjuntos: a rede de vias, os parcelamentos fundiários e as edificações*" (Panerai, 2006 p.77).

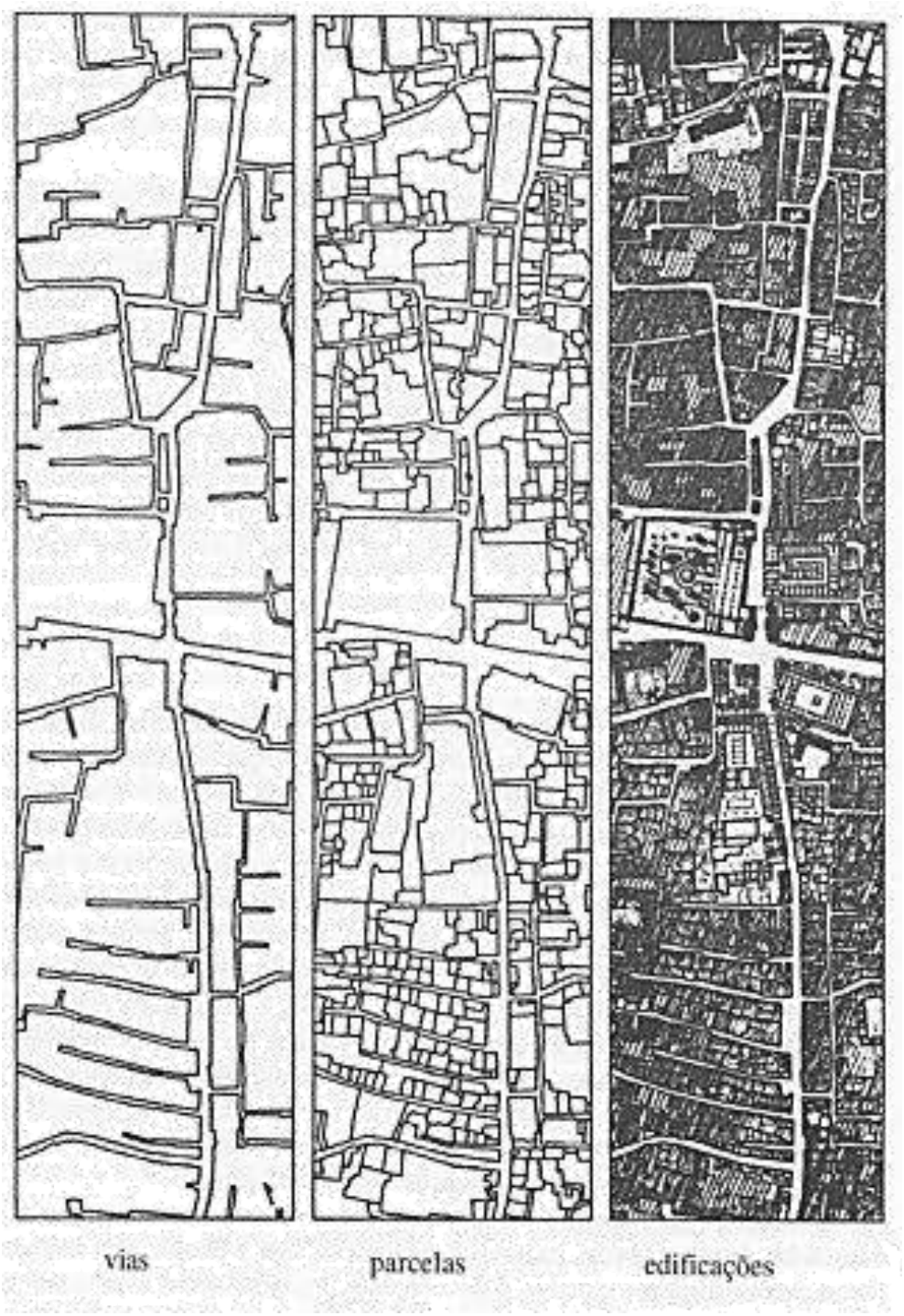


Fig. 4.13

"O tecido urbano: o Cairo, centro Antigo."

Com esta afirmação o autor confere a estes três conjuntos a categoria de suporte da transformação urbana sendo que cada um deles influencia os demais numa dinâmica bastante complexa, razão pela qual o autor julga pertinente o isolamento de cada uma das partes para melhor compreensão das "*lógicas que actuam na constituição dos tecido e nas suas modificações*" (Panerai: 200 p.78)

Esta lógica de entendimento do tecido urbano permite recorrer a ela em correspondência integral para a Matriz de Levantamento dos Musseques.

No caso do autor Carlos Dias Coelho, o método de estudo do tecido urbano é feito a partir de duas dimensões interdependentes, a decomposição sistémica e a decomposição elementar. No caso da decomposição sistémica os Elementos que compõem o tecido urbano são o suporte (topografia), o traçado, o parcelário e as malhas de composição. No que toca a Decomposição elementar, esta subdivide-se em Praça, Rua, Bloco, Estrutura, Edifícios Singulares e Edifícios Comuns.

Fig. 4.14

Decomposição Sistémica

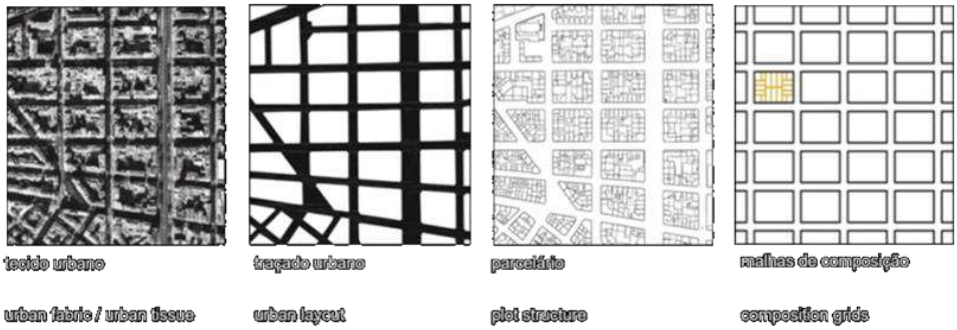
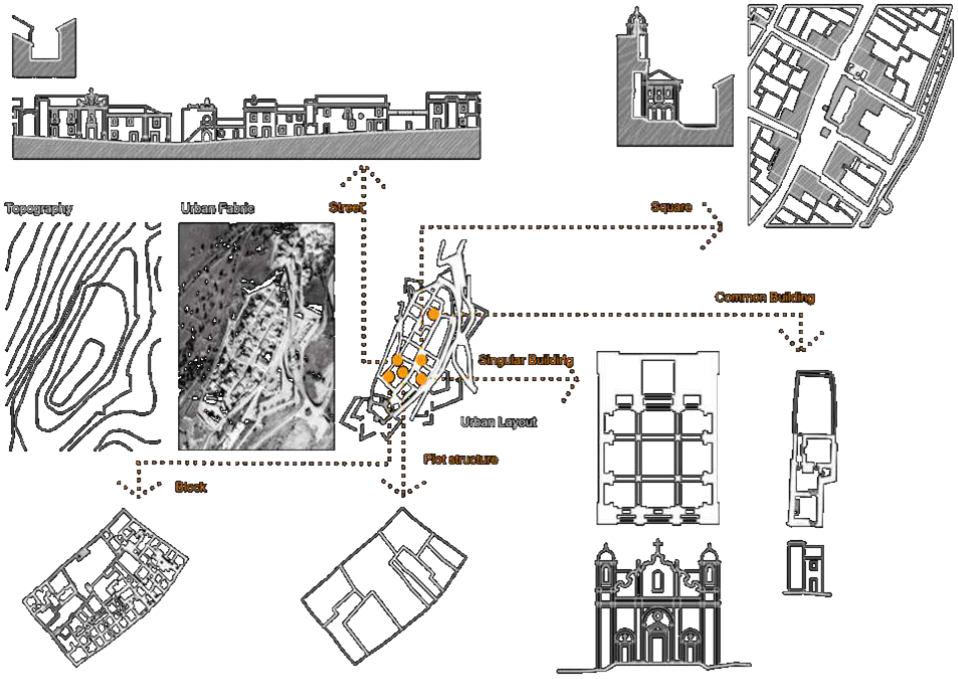


Fig. 4.15

Decomposição Elementar



As reflexões iniciais sobre estes dois métodos assentam no facto de ser possível criar uma matriz recorrendo à junção dos dois. No caso do método Panerai, é possível fazer uma análise ao tecido pois o mesmo não determina aspectos como traçado e malhas de composição como elementos do conjunto. Considerando o facto desses elementos serem inexistentes no musseque, essa parte do método foi dispensada da nossa proposta. No entanto, para efeito da decomposição elementar, para todos os elementos foi encontrada correspondência com os elementos da hipótese.

Assim, a nossa abordagem para reconhecimento do território dos musseques será feita recorrendo a uma matriz contruída a partir das lógicas dos métodos Panerai e Coelho, das escolhas francesa e portuguesa respectivamente.

Quadro 09 - "A decomposição sistémica" (Panerai. 2006) e a Proposta para adequação aos Musseques

Denominação	Análise Comparativa	Interpretação e Proposta
vias	Corresponde	Ruas perimetrais
parcelas	Corresponde	Unidades de agregação
edificações	Corresponde	Edificações

Quadro 10 - "Decomposição Elementar" e a Proposta para adequação aos Musseques

Denominação	Análise Comparativa	Interpretação e Proposta
Praça	Corresponde	Praça do Mercado
Rua	Corresponde	Ruas perimetrais
Quarteirão	Corresponde	Unidades de Agregação
Estrutura	Corresponde	Acessos interiores
Edifícios Singulares	Corresponde	Edifícios Singulares
Edifícios Comuns	Corresponde	Sistemas habitacionais Triádicos: CSU, CPP e Outros

Para melhor compreensão do tecido urbano, reunimos os elementos considerados essenciais e agrupamo-los em 4 categorias elementos para o levantamento urbanístico.

A primeira categoria, seria o Sítio (Topografia).

Como elemento de suporte do tecido urbano, o principal objectivo do levantamento topográfico é representar as características do terreno desde o relevo, hidrografia, vegetação entre outros.

A segunda categoria seria a Unidade Morfológica

Conjunto urbano cuja estrutura é determinada pela combinação das unidades de agregação.

A terceira categoria: Unidades de agregação

Estas são conjuntos de edificações que funcionam de forma isolada ou associada em sistemas predominantemente habitacionais, ilhados por meio de uma via que percorre o seu perímetro completo e são delimitadas por parte dos edifícios que as compõem ou por vedações, quando existem. .

Os edifícios podem ser contíguos em função do processo de densificação do espaço. O acesso para o exterior ou interior do conjunto é feito a partir da via circunjacente para o caso das edificações com fachada permeável, ou por corredores que criam uma rede capilar de distribuição no interior da unidade. Na unidade morfológica as edificações apresentam-se

como uma estrutura urbana densa, permeado por corredores de acesso aos edifícios ou logradouros.

as unidades morfológicas recorrendo a um único critérios de vizinhança, o da contiguidade quer fosse entre edifícios ou entre unidades de parcelas e que essa contiguidade determinasse um percurso circunjacente às edificações identificadas.

A quarta categoria seria a Rede Rizomática (Espaço Público).

As unidades morfológicas que estruturam o tecido são bordeadas por um espaço público circunjacente e cuja relação com outros espaços de igual característica vai definir ruas perimetrais, maioritariamente de forma sinuosa e perfil de largura variável, ou seja, ao longo da sua extensão completa, ela pode ser interseccionada por segmentos vias. Os segmentos gerados entre intersecções podem apresentar diferenças fazendo com que a via circunjacente seja composta por um conjunto de segmentos não necessariamente similares entre si. Estas intersecções dependem da disposição das unidades morfológicas que irá fazer com que estas tenham duas variações; em "T" e em "Cruz". Em algumas circunstâncias, as intersecções podem dar origem a largos de dimensões e utilizações variáveis.

Estas intersecções geram uma miríade de espaços públicos com características diferentes resultando numa rede complexa na qual as relações entre os elementos não estão subordinadas a uma linguagem hierárquica determinista.

As ruas perimetrais podem ser segmentadas em vias do tipo A, B e C.

Os vazios podem ser de três tipos: Largos, Praças de Mercado ou Parques Urbanos[2].

[2] Recorremos à definição de parque urbano dos autores Macedo & Sakata que consideram "parque urbano todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é directamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno." (Macedo, e Sakata, 2002 apud Ferreira 2007)

Quadro 11 – Caracterização Tipológica das Ruas

Aspectos Morfológicos	Qualidade	Tipo A	Tipo B	Tipo C
Dimensão	Largura Predominante	1,20 < RA < 3M	RB>3m	06m < RC < 1,20m
	Extensão Circunjacente	Variável 30 a 90m	Variável 50 a 120m	Variável 30 a 70m
Movimento	Mobilidade (fluxos)	Pedonal e Automóvel	Mista	Pedonal
	Permeabilidade predominante	Habitação	Hab./Com/.Serv.	Irrelevante
Desempenho	Permanência	Familiar	Comercial /Serviços	(…)
	Acesso	Corredor Logradouro	Corredor Logradouro	Corredor Logradouro

A quinta categoria seriam as edificações.

As edificações podem ser do tipo singular e comum sendo que para este último enquadramento, a ou organizadas em sistemas habitacionais.

a) Edificações do tipo 'Singular'.

Os edifícios de carácter público, cuja dimensão é de grandeza notável em relação aos demais e também incluídos as edificações de valor patrimonial.

b) Edificações do tipo 'Comum'

No contexto das edificações isoladas, as tipologias podem abranger habitação e tipologias combinadas com serviços e trabalho. No entanto, dentro da mancha dos edifícios de habitação, podemos identificar duas categorias; as isoladas e os sistemas.

Isolados

Entendam-se como "edifícios do tipo comum-isolados" todas as edificações cuja relação com o espaço público seja directa. A título de exemplo, seriam aqueles do tipo colonial (casa popular portuguesa) e as do tipo local (cubata suburbana).

Sistemas. Os sistemas habitacionais, são conjuntos de elementos edificados (Módulos) e não edificados (logradouro e árvore)

Quadro 12 - Matriz de Levantamento dos Musseques

N.º	Ref.	Denominação	Categoria	Observação
1	C1	Unidade Morfológica	Sistémica	
2	1.1	Topografia		
3	1.2	Delimitação		
		Sectores		
4	C2	Unidades de Agregação	Sistémica	
5	2.1	Tipo A	Elementar	Proposta
6	2.2	Tipo B	Elementar	
		Acessos		
7	C3	Rede Rizomática		
8	3.1	Ruas Perimetrais	Elementar	Proposta
9		Segmentos – Tipo A		Proposta
10		Segmentos – Tipo B		Proposta
11		Segmentos – Tipo C		Proposta
12	3.2	Intersecções	Elementar	
13	3.3	Cruzamentos	Elementar	
		Entroncamentos		
14	C4	Edificações	Sistémica	
15		Edificações do tipo 'Singular'	Elementar	
16		Edificações do tipo 'Comum'	Elementar	
17		Isolados	Elementar	
18		Sistemas	Elementar	Proposta

Para efeito de análise do território, os elementos levantados serão organizados em função dos elementos da paisagem definidos pelo autor Kevin Lynch no seu trabalho sobre a imagem da cidade. Embora a abordagem do autor tenha sido considerada para a escala da cidade, a mesma atitude de partir de um método estabelecido para adaptar e encontrar um que possa ser adequado permanece para esta fase do trabalho.

Assim, revisitando a proposta de Lynch temos:

Sectores (Zonamento)

Pontos Nodais (Logradouros c/ Árvores)

Percursos (vias +3)

Limites (Território e sectores)

Marcos (Casas Adobe/madeira, cacimbas, árvores singulares)

Ainda no contexto da adaptação de métodos, recorreremos a duas escalas de análise uma geral e outra mais específica (Rosaneli, 2016).

A análise geral será feita com o foco para o entendimento formal da unidade morfológica, o musseque na sua generalidade.

• Inserção topográfica e interacção com a envolvente natural se for o caso: verificar a relação entre estes elementos naturais e a unidade morfológica;

• Contorno: avaliar a legibilidade formal do contorno da unidade morfológica;

• Sectorização por antiguidade: apurar os núcleos mais antigos da estrutura;

• Relação formal e envolvente imediata: observar a interacção de desenho e composição entre as formas circunvizinhas e a unidade morfológica;

Análise específica terá como foco a avaliação dos elementos morfológicos propostos:

• Forma e variação do formato das unidades de agregação: analisar a variação da geometria nos mesmos;

• Tamanho e variação da dimensão das unidades de agregação: verificar as características dimensionais e a variação da superfície útil da área dedicada ao espaço privado e ao espaço público;

• Tipo e variação dos tipos de arruamentos: identificar a variação e o grau de padronização em função do dimensionamento, movimento e desempenho;

• Tipo e variação dos tipos de sistemas de habitação triádicos: identificar a variação e o grau de padronização (número de módulos) da estrutura interna dos mesmos;

Por último, para a Análise Habitacional temos a organização e correspondência sígnicas.

Organização: Como se organiza a casa em função da estrutura familiar. Neste campo, consideramos analisar comparativamente a estrutura formal-funcional da casa entre o contexto rural/tradicional e o urbano/contemporâneo, analogias espaciais e correspondência no que toca aos elementos do sistema triádico previamente identificado.

Quadro 13 - Variáveis de análise

Habitação	**Função /Descrição**	**Função /Descrição**	
Unidade	Contexto tradicional	Contexto Urbano	Correspondência
U1	*Dormir* *. Individual* *. Masculino* *. Chefe de Família*		Sem correspondência
U2	*Dormir* *. Individual* *. Feminino*		
U3	Actividades .		
U4	*Convívio* *Colectivo* *. Ar-livre* *. Pátio*		

Serão elaboradas tabelas que organizem cada um dos quatro elementos base do sistema organizativo por tipologias e associar os respectivos signos aos significados da cosmovisão Ambundo, conforme será explicado ainda na fase do enquadramento.

Serão elaboradas tabelas com os cinco casos de estudo propostos e analisar quantos aspectos são comuns a todos.

Quadro 14 - Comparativo dos Casos de Estudo (Fonte: Amado, 2016)

Denominação	**Caso de Estudo 1**	**Caso de Estudo 2**
Nome		
Município		
Posição no contexto urbano		
Tamanho		
Topografia (índice de. Declividade)		
Dimensão		
Unidades de Agregação		
Sistemas. Habitacionais Triádicos		

4.3.3 Inquéritos (Entrevistas e Questionários)

O inquérito apresenta-se como uma "técnica e/ou estratégia de recolha de dados" (Coutinho 2011) que visa, por meio de um conjunto sistematizado de questões, obter respostas de uma determinada população em estudo, com o recurso a técnicas de inquirição ou por inquérito sobre determinada realidade ou fenómeno social.

Segundo os autores Hermano Carmo e Manuela Malheiro Ferreira no seu livro intitulado 'Metodologia da Investigação. Guia para Auto-Aprendizagem', "o que define um inquérito não é a possibilidade de quantificar informação obtida, mas sim a recolha sistemática de dados de forma a poder responder a um determinado problema". (Carmo & Ferreira, 2008, p. 139)

Na generalidade, o acto ou efeito de inquirir, de procurar colher informações sobre algum tema pode ocorrer em dois formatos Entrevistas e Questionários.

As entrevistas são utilizadas para obtenção de informações sobre o que as pessoas sentem, pensam ou fazem. Pode verificar factos, opiniões e sentimentos, determinar condutas, averiguar planos de acções. Toda a entrevista deve ser preparada antecipadamente e o registo das resposta tem que ser feito no momento da entrevista, para que não se perca.

Já os questionários são usados nas pesquisas de campo quantitativas. Construir um questionário consiste em traduzir os objectivos em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para testar as hipóteses ou esclarecer o problema da pesquisa.

A realização de inquéritos como forma de recolha de informações tem sido frequentemente utilizada em várias investigações devido à escassez de informação a respeito dos musseques. Daí o recurso a esta técnica, neste projecto de investigação, pretender suprir as lacunas da investigação bibliográfica. O uso de fontes orais foi considerado como forma de obtenção de informação relativa ao bairro (património e comunidade) e à casa (tipo, família, propriedade, etc.).

Questionários

O questionário é uma das técnicas mais utilizadas por recorrer a uma linguagem simples e directa para que o inquirido entenda de forma clara o que se pretende. Sendo uma ferramenta de recolha de informação sobre uma determinada população, a sua aplicação exige que se garanta um número de inquiridos que viabilize a análise estatística. "*Um questionário é por norma aplicado a um conjunto de indivíduos (inquiridos), sobre os quais se pretende recolher informações (dados) para analisar, interpretar e retirar conclusões, tendo em vista responder aos objectivos da investigação*" (Santos & Henriques, 2021, p.10) . Pretendemos trabalhar com um universo de inquiridos que representassem até 10% de margem de erro de acordo com os estudos de Herbert Arkin e Raymond R. Colton a 'Tables for statisticians' o que, de acordo com os nossos resultados nos pareceu admissível para fazer uma primeira aferição das nossas intenções (Fig. ___).

Foi elaborado um questionário do tipo misto, ou seja, contemplando perguntas de resposta aberta (construídas e escritas pelo próprio respondente) e fechada (opções de resposta fornecidas pelo autor). Essa opção decorreu do facto de pretendermos dois tipos de informação. Por um lado, qualitativa, onde o objectivo é conseguir dos inquiridos esclarecimentos e orientações para melhorar o levantamento de campo e por outro lado, respostas quantitativas que nos ajudassem a fundamentar algumas questões não respondidas com a pesquisa documental em suma, "*informação qualitativa para contextualizar e complementar a informação quantitativa*" (Santos & Henriques, 2021, p.14)

O questionário foi formulado em quatro partes, Dados Pessoais, Sobre o seu Bairro, Sobre a sua Casa e sobre a Qualidade de Vida (Anexo 2). O processo foi partilhado com o grupo de investigação do Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura (CEICA) da Universidade Lusíada de Angola.

Fig. 04.16

Tabela para definição da Amostragem em Pesquisas.

Tamanho da população	Margem de Erro Desejada					
	1%	2%	3%	4%	5%	10%
<1.000					222	83
1.000				385	286	91
1.500			638	441	316	94
2.000			714	476	333	95
2.500		1.250	769	500	345	96
3.000		1.364	811	517	353	97
3.500		1.458	843	530	359	97
4.000		1.538	870	541	364	98
4.500		1.607	891	549	367	98
5.000		1.667	909	566	370	98
6.000		1.765	938	574	375	98
7.000		1.842	949	579	378	99
8.000		1.905	976	584	381	99
9.000		1.957	989	592	383	99
10.000	5.000	2.000	1.000	600	383	99
15.000	6.000	2.143	1.034	606	390	99
20.000	6.667	2.222	1.053	606	392	100
25.000	7.143	2.273	1.064	610	394	100
50.000	8.333	2.381	1.087	617	397	100
100.000	9.091	2.439	1.099	621	398	100
>100.000	10.000	2.500	1.111	625	400	100

Fonte: H. Arkin e R. Colton, Tables for Statisticians (Editora Barnes and Noble)

Entrevistas

"Tradição Oral subentende a perspectiva comunicacional geracional de adultos aos jovens ou do informador-chave ao agente externo, o pesquisador". (Gomes, 2021)

O uso das fontes orais feito que este estudo propõe é bastante diferente, uma vez que nele se adapta, de forma simplificada, a metodologia da história oral, tomada de empréstimo à história social, dentro da abertura interdisciplinar que pretendemos no âmbito deste projecto de investigação. Diferentemente da simples realização de entrevistas, a história oral é um método consolidado, com um conjunto de procedimentos que se procurou adaptar para a realização deste estudo. Esta pode ter carácter **exploratório** ou de **recolha de informações**.

Entrevista Exploratória

Neste caso não é necessário um discurso estruturado. A pesquisa exploratória é realizada sobre um problema ou questão de pesquisa que geralmente são assuntos com pouco ou nenhum estudo anterior a seu respeito. O objectivo deste tipo de estudo é procurar padrões, ideias ou hipóteses. A ideia não é testar ou confirmar uma determinada hipótese, e sim realizar descobertas. Geralmente esse tipo de pesquisa é feito no início do projecto, como uma das primeiras actividades.

Por que fazer entrevistas exploratórias?
Para entender um novo contexto de uso, imergir no problema
Para estreitar o relacionamento com a comunidade
Para criar um alinhamento inicial do tema sobre o problema
Para evitar desperdícios na fase de definição e desenvolvimento

Entrevista para Recolha de Informações

Já quando o objectivo é recolha de informações é imprescindível estruturar a pesquisa e saber como fechar bem as questões.

Entre os principais objectivos da entrevista como recolha de dados estão a averiguação dos factos, determinação das opiniões e sentimentos dos participantes acerca dos factos pesquisados. As entrevistas devem seguir um planeamento, de forma a que as informações não se percam pelo discurso.

Primeiro, o entrevistado deve ser identificado, todas as perguntas devem ser previamente, depois disso, deve-se emitir os relatórios.

Durante a pesquisa, o entrevistador deve ser directo e deixar o entrevistado tranquilo. Não deve ocorrer um monólogo por parte de quem entrevista.

Demonstre segurança ao fazer a entrevista e faça as questões com naturalidade para não parecer um interrogatório.

A entrevista como instrumento de levantamento de dados possibilita a descoberta de planos de acção e os motivos reais das condutas dos participantes que levam-nos a terem determinados comportamentos.

A opção para as entrevistas é mista considerando que o objectivo é permitir o máximo de amplitude nas respostas dos entrevistados mas sem perder de vista os objectivos.

O objectivo foi reunir um grupo entre 20 e 25 indivíduos com quem fosse possível estabelecer um diálogo abordando aspectos elementares, tais como:

[1] a definição de musseque,

[2] a questão da origem do nome de cada um dos casos de estudo,

[3] a identificação de algum património que fosse reconhecido quer a nível nacional quer a nível local,

[4] a existência das lideranças locais quer fosse na perspectiva tradicional como os Sobas, ou que papel teria a administração pública ou mesmo até às associações comunitárias,

[5] introduzir também a abordagem histórica a factos como actividades lúdico-culturais como festas religiosas ou tradicionais que ocorressem em espaço público, [6] que tipo de indivíduos são ou foram essenciais para a comunidade realçando a lógica dos *Makota* e por último numa abordagem mais individual a visão prospética de cada membros do grupo de foco vista em duas escalas, a da casa e a do bairro e dessa forma compreender o índice de satisfação ou insatisfação que os residentes têm sobre o seu ambiente imediato.

Considerações Finais

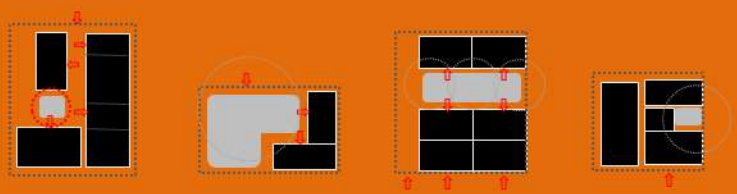
Não tendo sido possível assumir um método único, decorrente das escolas tradicionais ou contemporâneas da Morfologia Urbana, a solução proposta passa pela compilação das melhores valências que pudéssemos aplicar ao processo de estudo aos musseques. Para o efeito foram seleccionadas três conceitos das escolas clássicas; o método de "história operativa" da escola italiana construído por Saviero Muratori (Muratori 1959), ao método de decomposição do sistema urbano da escola francesa, construída por Philippe Panerai a partir da amostra do tecido da cidade do Cairo (Panerai 2006), e o de zonamento da escola britânico-germânica de Conzen. Às escolas contemporâneas, recorremos ao método de Decomposição Elementar da escola portuguesa construído por Carlos Dias Coelho. Para a análise dos resultados recorremos a outras linhas de pensamento tais como da Imagem da cidade e (Lynch,1960), Cidade Islâmica (Bianca, 2000), Padrões (Marshall, 2005) (Alexander, 1977) e Fractais Africanos (Eglash, 1999)

O processo metodológico em síntese assenta em duas etapas:

Quadro 15 - Síntese das Etapas da proposta de metodologia

Conceptualização do Modelo Teórico			**Comprovação do Modelo Teórico**	
Problematização	**Estado da Arte**	**Conceptualização**	**Dedução**	**Indução**
		Processo Dedutivo-Indutivo		
Análise bibliográfica	Revisão da literatura	Análise laboratorial gráfica	Trabalho de Campo e Análise laboratorial gráfica	Trabalho de Campo e Análise laboratorial gráfica
História, Política Urbanas, Cidadania e Cultura.	Morfologia Urbana Semiótica-Filosofia Musseques	Cartografia e Iconografia	observação, entrevistas e recolha de informação directa e indirecta	observação, entrevistas e recolha de informação directa e indirecta

A preparação das Ferramentas Metodológicas acabaram sendo a parte estruturante do processo visto que durante a sua elaboração, em particular a preparação da cartografia digital e a análise da cartografia desactualizada permitiu um conhecimento profundo do local antes mesmo da abordagem etnográfica. As singularidades do espaço e inclusive a revisão da primeiras abordagens à hipótese foram sendo progressivamente adaptadas durante esse processo. Os estudos laboratoriais foram essenciais para a formulação das matrizes de reconhecimento de campo sem pôr de parte a pesquisa bibliográfica sobre as questões da informalidade e da etnofilosofia. Por último e como recurso essencial para a comprovação das propostas que surgiram em circunstâncias do trabalho laboratorial, a elaboração dos inquéritos, tanto por via de questionário como de entrevista deram-nos a oportunidade de associar ao trabalho os métodos de trabalho de campo do Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura (CEICA) que através do workshop sobre os musseques, na sua sexta edição, permitiu-nos entrar em campo com uma equipa de professores e estudantes cujo contributo foi essencial para os resultados que se vieram a alcançar na tese.


A
B
C
D

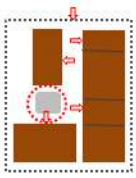
PARTE III

LEITURA, ANÁLISE E DIAGNÓSTICO

"mandei preparar um mufete lá… no musseque(…)"

André Mingas

Capítulo 5 – Catambor



Nota Introdutória

Neste capítulo será abordado o caso de estudo principal da tese, o musseque do Catambor. Com uma estrutura de quatro subcapítulos para além da presente nota introdutória e das considerações finais.

O **primeiro subcapítulo** é dedicado ao enquadramento histórico e sócio-cultural do musseque do Catambor.

O **segundo subcapítulo**, com o título "Reconhecimento Territorial" subdivide-se em três sub-subcapítulos, a saber: 'Abordagem global', 'Levantamento Laboratorial' e o 'Levantamento de Campo'. No primeiro servirá para a abordagem global ao território, cujo objectivo é olhar para o território do Catambor como parte de um contexto maior e a partir daí compreender como o mesmo se relaciona com a envolvente imediata. Para o efeito teremos como fonte principal os estudos coordenados pela autora no âmbito dos trabalhos de investigação levados a cabo no ano de 2014 integrados na Linha de Investigação sobre os Musseques do Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura (CEICA) da Universidade Lusíada de Angola. No segundo faz a abordagem de forma mais específica, do território em si mesmo, como unidade morfológica e as suas especificidades ao longo de aproximadamente meio séc.. De acordo com a metodologia proposta a abordagem será feita em duas etapas, [1] O primeiro, o levantamento laboratorial feito ao musseque do Catambor definindo um horizonte temporal de 40 anos, entre 1974 e 2014. Este levantamento, ainda de carácter exploratório, serviu o propósito de identificação das singularidades da forma. Interessava que de forma abstracta se fizesse uma leitura cartográfica da forma urbana. Dessa forma, a análise da evolução diacrónica do território e seus processos de transformação são diagnosticados a partir dos princípios do conceito de "história operativa" de Muratori permitindo encontrar que tipos permanecem no horizonte temporal definido. [2] O segundo, o levantamento de campo para fazer a actualização cartográfica, e estabelecer contacto directo com os residentes do musseque para levar adiante o processo de inquérito através de questionários e entrevistas bem como através da observação etnográfica proceder a uma análise profunda sobre os comportamentos, os costumes e outras características da comunidade estudando os padrões na sua rotina diária das pessoas. A expectativa é colecta de dados escritos, gráficos, fotográficos e videográficos Da feita e análise de resultados permitindo a experimentação do modelo teórico proposto.

O **terceiro subcapítulo** é dedicado à Análise e Interpretação da paisagem urbana a partir dos resultados dos levantamentos. Esta análise será efectuada tendo em conta dois processos: o da Transformação urbana e da Qualificação da Paisagem. No primeiro eixo, pretende-se uma abordagem à transformação urbana do território e aos seus processos predominantes até à forma actual recorrendo a um diagnóstico essencialmente quantitativo. No segundo eixo pretende-se qualifica a paisagem do musseque com base nos aspectos da organização do espaço e a partir dos princípios analíticos de Lynch com recurso ao funcionamento binomial homem-espaço.

O **quarto subcapítulo**, virado para o identificação e caracterização dos elementos sígnicos que configuram a hipótese da tese nomeadamente os sistemas de habitação triádicos, as unidades de agregação, as ruas perimetrais e a unidade morfológica,

As **conclusões preliminares** levam-nos para o modelo teórico aplicado ao caso de estudo em particular para as variações encontradas nos elementos significantes

5.1 Enquadramento Histórico e Sócio-cultural

O musseque do Catambor, tem uma relação histórica com o desenvolvimento a cidade de Luanda por causa da '*Maianga do Povo'*[1], antiga cacimba que servia como abastecimento da população da periferia da cidade. As referências mais antigas, na literatura remetem a sua existência para a primeira metade do séc. XVII onde a "Mayanga do Povo" é identificada como uma das fontes de água que abastecia as populações a ela circundante[2]. Embora as descrições não refiram especificamente as populações, a Maianga do Povo vem identificada na cartografia histórica de Luanda, em particular na Planta de Luanda de 1862 (*vide* Anexo 3 – Cartografia Histórica), período da escravatura. De referir que à época, o local da Maianga do Povo estava para além da fronteira da cidade de Luanda, a linha de circunvalação, e este território periférico era onde se localizavam os musseques. Partimos do princípio de que estes musseques, pela sua antiguidade, preservarão alguns aspectos formais que poderão ajudar a uma melhor interpretação da sua formação e singularidades. O caso do Catambor, na sua história recente especificamente a partir dos anos 20, altura em que passa a ser propriedade privada[3] começa a ser ocupado pela população negra[4] para efeitos de desenvolvimento agrícola.

> *"Passados 2 anos de permanência em Nova Lisboa novamente outra transferência para Luanda que nos obrigou a voltar ao local de origem, a nossa Maianga, mas um pouco mais acima no Morro da Maianga naquele musseques encostado à Avenida do Aeroporto, não existente na época onde todos os dias eu e a minha irmã Selizia fazíamos a caminhada a pé na ida para o Colégio Portugal e na vinda para a casa sendo este trajecto o mais dificultoso porque pegávamos aquele sol infernal que provocava o efeito de tremulina, ou seja, o ar parecia estar fervendo." (Soares, 2015, p.177)*

Para além disso, alguma habitação de matriz europeia foi sendo construída para albergar a população branca financeiramente vulnerável[5]. Essa destrinça é essencial pois a ocupação do espaço resultava também da estratificação racial, ou seja, os 'brancos' ocupariam o cume, e os 'negros' a encosta.

---

[1] Oficialmente denominado "Poço da Maianga do Povo", é um monumento do século XVIII situado entre as Ruas da Revolução de Outubro e João Seca, na Maianga. "Classificado pela Portaria n.º 6981 –Boletim Oficial n.º51 de 28 de Dezembro de 1949" (Ministério da Cultura 2007, 15)

[2] Duas fontes são essenciais para esta afirmação. Segundo o autor Pedro Cardoso as Maiangas foram construídas "entre 1641 e 1648" (Cardoso, 2016), período que remete para a ocupação holandesa da cidade. Segundo o autor José de Sousa Bettencourt no seu ensaio intitulado "Subsídio para o estudo sociológico da população de Luanda" publicado pelo Instituto de Investigação Científica de Angola, o crescimento da cidade de Luanda para sul deu-se com "a construção do Forte e a Igreja de S. Amaro, no morro do mesmo nome para defesa dos poços da Maianga, que abasteciam a cidade. (O forte foi construído em 1659)" (Bettencourt. 1965, p.12).

[3] Segundo os inquéritos por entrevista feitos no local, o Catambor foi adquirido por uma ilustre senhora da época conhecida como Madame Bergman.

[4] Segundo os levantamento feitos aos residente mais antigos, alguma população negra da região norte de Luanda, em particular do Ambriz, foi chamada para ocupar o local.

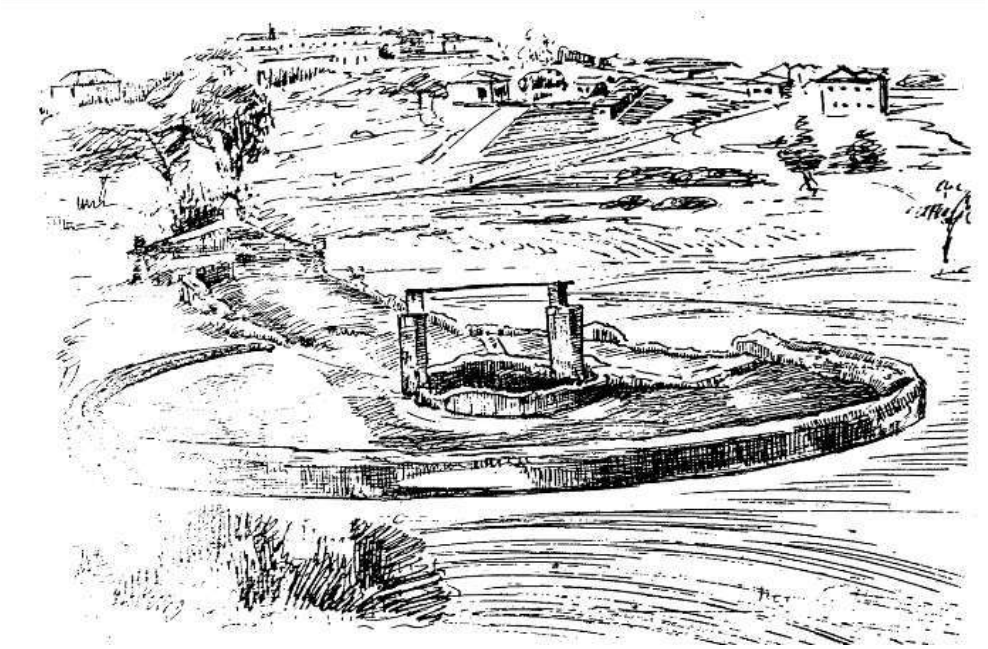
[5] "(…) os meus pais também lutavam com dificuldades de ordem material e por esse motivo moramos no morro da Maianga (…) assim como muitos brancos humildes procuravam os musseques como 'bairros residenciais' (…)". (Soares. 2015 P.232). Luís Martins Soares. *Mu ukulu, Luanda de Antigamente.*

Quanto á toponímia do lugar temos duas denominações. Uma o "morro da Maianga" numa clara alusão ao aspecto geo-morfológico e a actual, Catambor, que alude às características da paisagem em particular da construção. Segundo inquérito por entrevista e questionário à população residente no Catambor, o topónimo deriva do facto da população utilizar as folhas dos tambores como material de construção tanto das casas como das cercas do espaço habitacional. O topónimo Catambor é uma palavra por justaposição de dois vocábulos de línguas diferentes. Catambor, é construído a partir do vocábulo Ka[6] com o vocábulo tambor. Assim sendo, o significado literal seria "de/do tambor". De acordo com os autores Margareth Nangacovie e Iselin Åsedotter Strøne, "*segundo à narrativa dos moradores mais antigos deveu-se ao facto de um comerciante europeu, que se ocupava a fazer tintas, as acondicionar em pequenos tambores*" (Nangacovie e Strønen 2019). Segundo o autor Luís Martins Soares, referindo-se Às construções nos musseques diz que "*nestas regiões em alguns quintais erguidos com folhas de zinco ou aduelas de barris, pequenas hortas são cultivadas com mamoeiros, goiabeiras e mangueiras*" (Soares, 2015, p.26)

A Mulembeira é um símbolo do Catambor. O cume do morro, para além de ser conhecido como 'Morro da Maianga' também era conhecido como o 'Morro das Mulembeiras'. Revisitando a questão da representação dos musseques durante o período colonial, uma das referências desse simbolismo vem identificado na Planta Turística de Luanda de 1953 (Fig. 1.9). Nesse mapa, o Musseque do Catambor vem representado como um parque urbano. Supõe-se que esta representação gráfica venha na sequência da interpretação da cidade á luz dos princípios modernistas da Carta de Atenas de 1933 que no capítulo sobre as funções da cidade, em particular o Lazer, propõe no parágrafo 36 que "*Os quarteirões insalubres devem ser demolidos e substituídos por superfícies verdes: os bairros limítrofes serão saneados*." (CIAM, 1933) Interpretando a planta, estão identificados os pontos turísticos essenciais da cidade. No caso do musseque Catambor, a referência é a Grande Mulembeira que lá existe até hoje. Este facto, demonstra a importância desse elemento na leitura e reconhecimento do espaço quer físico, quer social.

[6] Ka, adj. e pron. poss. Delas; deles | Pertencente às suas pessoas (deles): o kambua - k'anete; o kamuxi — k'a' toloka! — ene, propriamente deles, de mais ninguém: o kangombe'iika — ene (Assis Júnior 1923, p78)

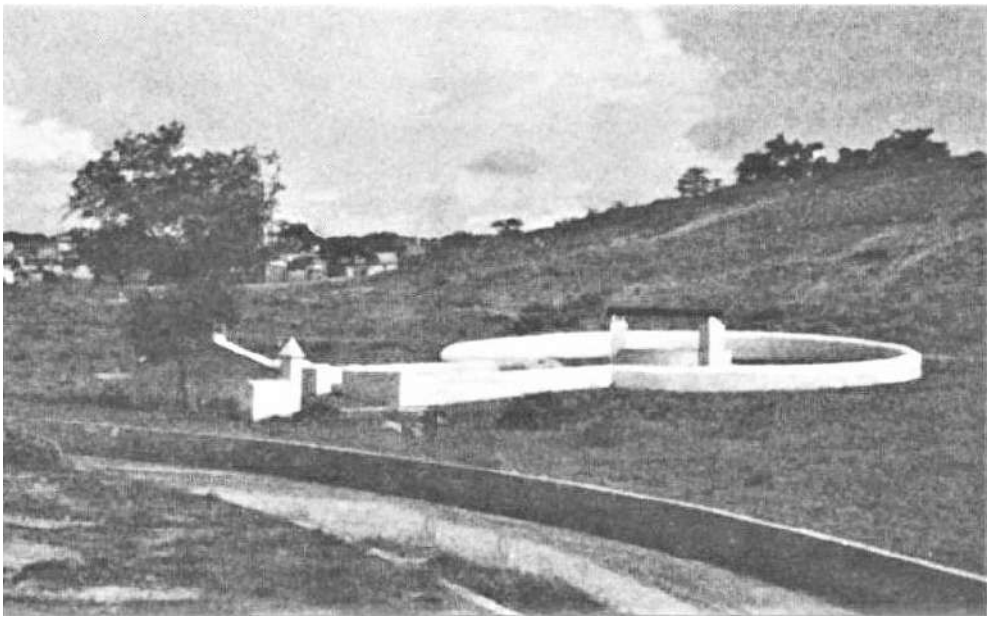
Fig. 5.01



Representação em esquiço da Maianga do Povo (vista para Norte). A julgar pela envolvente esparsamente construída e pelo estado de degradação da cacimba, a imagem remeterá para um período entre o último quartel do séc. XIX até aos anos 40 do séc. XX. Autor e data desconhecidos.

(Pepetela, 1990)

Fig. 5.02



Fotografia da Maianga do Povo (vista para o morro, a Sul). A julgar pela imagem da cacimba já restaurada, facto ocorrido em 1949 e também da ausência total de construção no morro, a imagem será desse ano ou pouco depois. Autor e data desconhecidos.

Fonte 2021. "Luanda, Imagens dos velhos tempos.

5.2 O Reconhecimento Territorial

5.2.1 A Abordagem Global "A vela"

Enquadramento ao local

O primeiro reconhecimento territorial foi elaborado no ano de 2014, num processo coordenado pela autora. À época foi elaborado um levantamento laboratorial recorrendo à Carta Topográfica de 1988 para levantamento topográfico e também à Imagem Google Earth e uma ínfima abordagem de campo.

O município de Luanda é um dos 7 municípios da província homónima. Está limitado a Norte e a Oeste pelo Oceano Atlântico, a Este pelo município do Cazenga, Cacuaco e Viana e a Sul pelo município de Bela. O musseque do Catambor localiza-se em Angola, na província de Luanda, no município de Luanda, no distrito da Maianga, na Zona do Catambor, segundo a nova divisão político-administrativa de acordo com o Decreto-Lei n.º 29/11 e Decreto-Lei n.º 10/12. Assim sendo, na visão macro, a zona do Catambor está inserida no município de Luanda que ocupa 113Km2 de área e 81,2 Km de perímetro na província de Luanda. Dentre os 7 municípios da província, nomeadamente: Icolo e Bengo, Viana, Cacuaco, Luanda; Belas, Cazenga e Quiçama. O município de Luanda é o menor de todos, correspondendo apenas a 0,6% de ocupação do solo.

Está limitado a norte e a oeste pelo Oceano atlântico, a sul pelo município de Belas, a Este pelo município do Cazenga e Viana. O distrito da Maianga é um dos 5 distritos do município de Luanda. Composto por 3 sectores, nomeadamente Rocha Pinto, Maianga e Cassequel. O distrito está limitado a Norte pelo distrito da Ingombota e do Rangel, a oeste e a sul pelo distrito da samba e a Este pelo distrito do Kilamba Kiaxi. O bairro da Maianga está composto por cinco zonas que são: Catambor, Alvalade, Militar, Margoso e Maianga. A zona do Catambor corresponde a uma área de 5,67 km2 equivalente a 24% de ocupação do solo na área total do bairro.

Para o estudo específico do musseque do Catambor, houve a necessidade de um estudo mais abrangente, no sentido de se ter uma percepção maior do objecto de estudo para fora dos limites administrativos actuais e definirmos novos limites com base no traçado urbano. Por este motivo, nesta pesquisa, consideramos o bairro do Catambor (correcção: área de estudo "Catambor") com os seguintes limites: a sul pela rua Cmdt Gika, a Este pela Rua Presidente Mariem Ngouabi, a Norte pela Kwame Nkrumah e a Oeste pela Avenida Revolução de Outubro. Resultado destes limites a área a considerar no estudo é de 567.050,47m2, com um perímetro de aproximadamente 3.450,52m.

Fig. 05.03

Escala da Cidade. Localização da Área de Estudo dentro do perímetro da cidade e dentro do território do distrito da Maianga.

Fonte: Mingas, 2014a

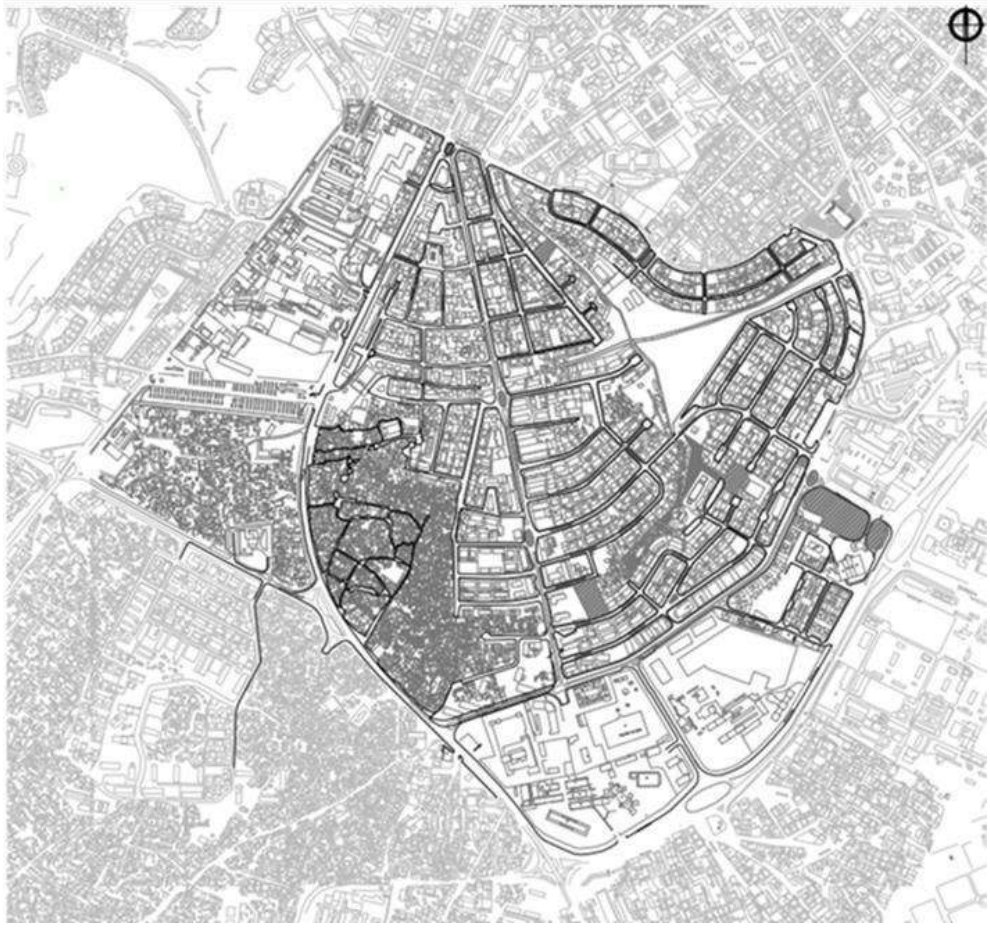


Fig. 05.04

Escala do Bairro. Localização da Área de Estudo dentro do perímetro do distrito e dentro do território do bairro da Maianga

Fonte: Mingas, 2014

Levantamento

Nesta primeira abordagem ao reconhecimento territorial o objectivo é fazer a leitura do musseque do Catambor num contexto de integração com a sua envolvente, isto significa olhar para o território integrado na estrutura que denominamos por analogia como "a vela" e que integra dois sectores: um consolidado e outro não consolidado. É importante deixar claro que estas qualificações têm como fundamento o facto dos musseques serem considerados territórios não urbanizados.

Este levantamento vai ser feito em 6 categorias diferentes, nomeadamente: [1] a caracterização dos sectores previamente identificados; [2] as especificidades da topografia, [3] os níveis de densidade quer construídas quer demográfica; [4] a permeabilidade dos solos e a estrutura verde, [5] a organização do uso dos solos e por último, [6] uma interpretação à paisagem arquitectónica com particular enfoque para o contraste existente quer imagético, quer no modus construtivo.

O Sector Consolidado e o Sector Não-consolidado

A área de estudo é um território dual. A Norte predomina uma forma de feição regular e euclidiana que deixa sugerir um fazer cidade convencional do planeamento urbano, regida por profissionais. A nível planimétrico é perceptível um conjunto de 15 quadras com implantação de edifícios de altimetrias diversas. O traçado é ortogonal e tem origem no ponto mais a norte da unidade dando origem a dois eixos concorrentes e que definem o traçado em ligação com arcos de 200 a 300m de distância entre eles. As vias

Em contraste, a Sudeste o tecido densifica revelando uma ocupação onde a organização do espaço é irregular. No entanto, é perceptível uma estrutura de arruamentos que configuram uma bolsa, sendo que para a envolvente mais densa não foi possível fazer um levantamento que permitisse o entendimento daquela parcela do território.

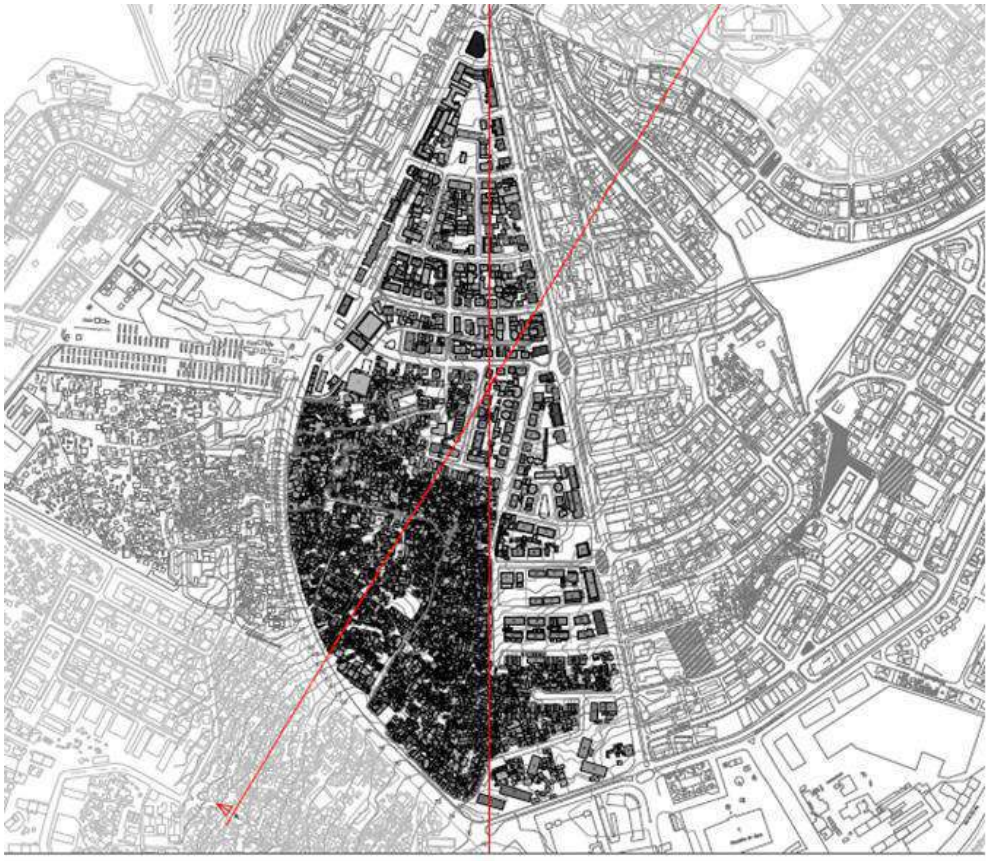
Zona de Estudo

Área 567 050.46 m²

Área consolidada 252 939.71 m² 44.6%

Área não consolidada314 110.75 m² 56.4 %

a



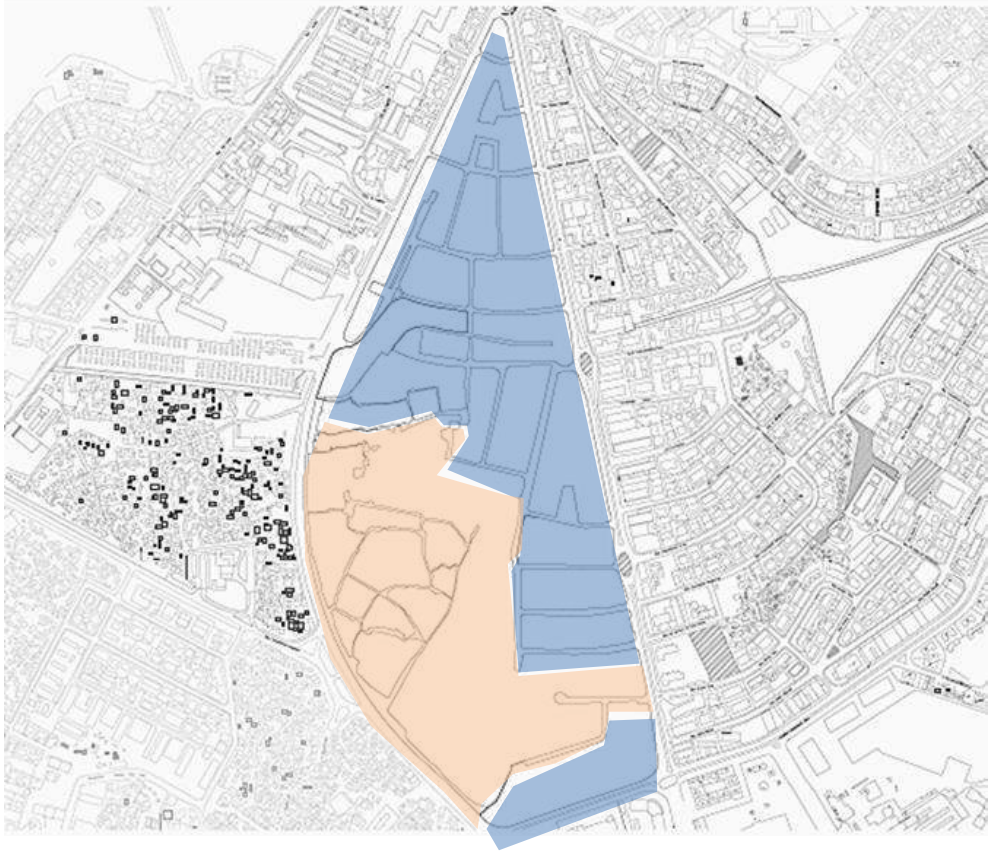


Fig. 05.05

Implantação e Delimitação. Área de estudo denominada “A Vela” que integra a Zona do Catambor e parte da zona da Maianga.

Fig. 05.06

O Sector Consolidado e o Sector Não-consolidado

Topografia

A área de estudo está posicionada na transição entre a zona baixa e a zona alta da cidade de Luanda. O terreno atinge os 70 metros de altitude em relação á linha do mar, nível por onde se espraia a maior extensão da cidade de Luanda. A topografia é resultado de uma erosão marítima ao longo dos anos, que originou numa composição morfológica bastante acentuada. Em termos topográficos, o terreno desenvolve-se tendo como cota mais baixa o Leito e margem do Rio Seco que demarca o eixo transversal central À cota de 16m e que permite o crescimento ascendente encosta bastante acentuada para sudoeste (rua comandante Jika) até 65 metros de altura e apresentam encosta suave no sentido norte (rua Kwame Nkrumah) até 35 metros de altura.

Os acessos periféricos (viário e pedonal) da Zona de estudo são realizados ao longo de todo o declive do lado da encosta virada a leste por ter uma pendente mais suave e também pela via mais a sul directamente para o cume do morro.

Em termos topográficos o terreno integra no 3º quadrante um Morro com relevo acentuado, com topografia acidentada cuja encosta apresenta declividades acima de 45º. A variação altimétrica na área de estudo é de 50m, sendo a menor cota de 16 m e a maior 66 m. A norte localiza-se a área mais estável do terreno com variações de 15metros no sentido descendente de norte a sul. A sul localiza-se a área mais acidentada com variações de 16 a 70 metros.

Fig. 05.07

Topografia. Levanta-
mento Planialtimétrico.

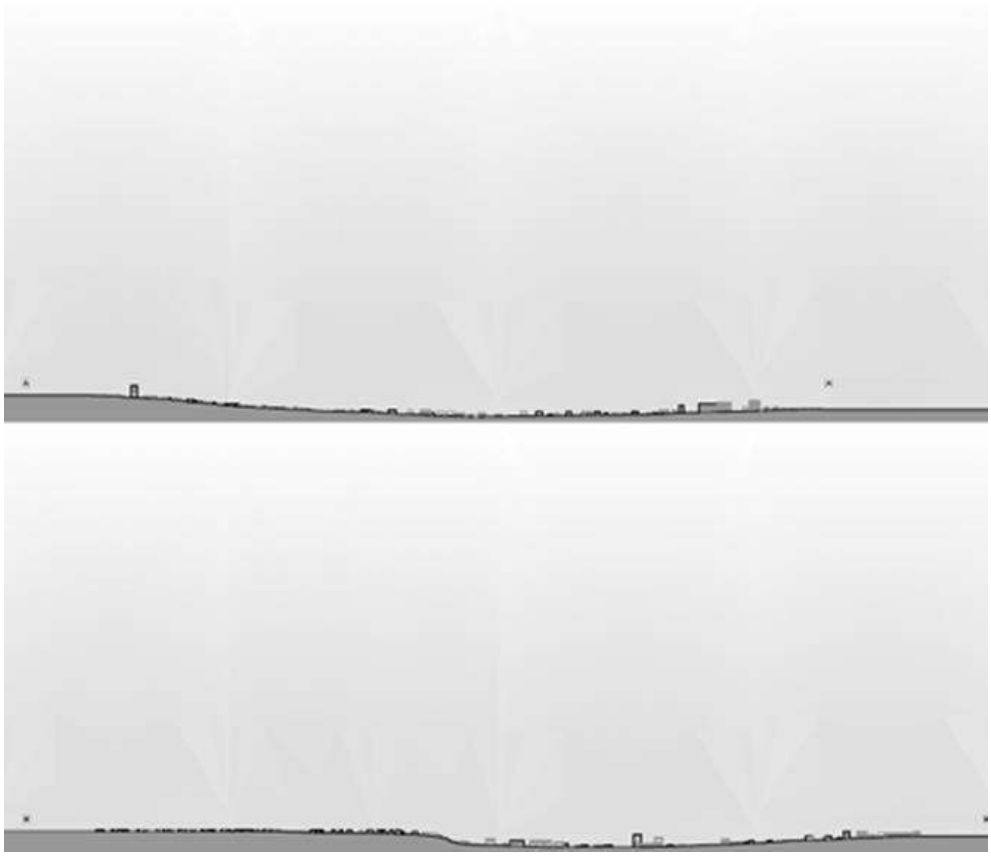


Fig. 05.08

[1] Corte AA,

[2] Corte BB

Densidades

A densidade da zona de estudo tem leituras diferenciadas em função dos sectores previamente definidos. No que concerne a afectação do solo. Considerando que a zona tem uma área de 567.050,47m2 correspondendo a uma área afectada de 245.278,78m2 e não afectada de 321.771,69m2, ou seja, 43,4% e 56,6% respectivamente. Esta relação corresponde a um CAS de 0,4 aproximadamente. No entanto, a distribuição desses indicadores pelos sectores tem uma leitura diferente. No caso do sector não consolidado, que comporta uma área de 314 110.75 m² (56.4 % do total), a afectação dos solos é de 167.175,6 m2 que representa 53,2% do sector. Esta relação corresponde a um cas de 0,5 ca. Quanto ao sector consolidado, que que comporta uma área de 252 939.71 m² (44.6% do total), a afectação dos solos é de 82.102,51 m2 que representa 32.5% do sector. Esta relação corresponde a um cas de 0,3 ca. No que diz respeito à ocupação dos solos, para uma área de 567.050,47m2 temos 355.259,23m2 de área loteada (62.7% de espaço privado) e 211.791,24m2 de vias e parques (37,3% de espaço público). Considerando 617.345,35m2 de ocupação temos um COS de 173,8%. No caso do sector consolidado, para uma área total de 252.939,71m2 temos 158.593,19m2 de área loteada e 94.346,51m2 de vias e parques. Considerando que a ocupação é de 450.169,75m2 temos um COS de 283.85%. No caso do sector não consolidado, para uma área total de 314.110,75 m² temos 250.763.4m2 de área loteada (cerca de 1,5x a área ocupada) e 63.347,35m2 de vias e parques. Considerando que a ocupação é de167.175,6 m2 temos um COS de 66%

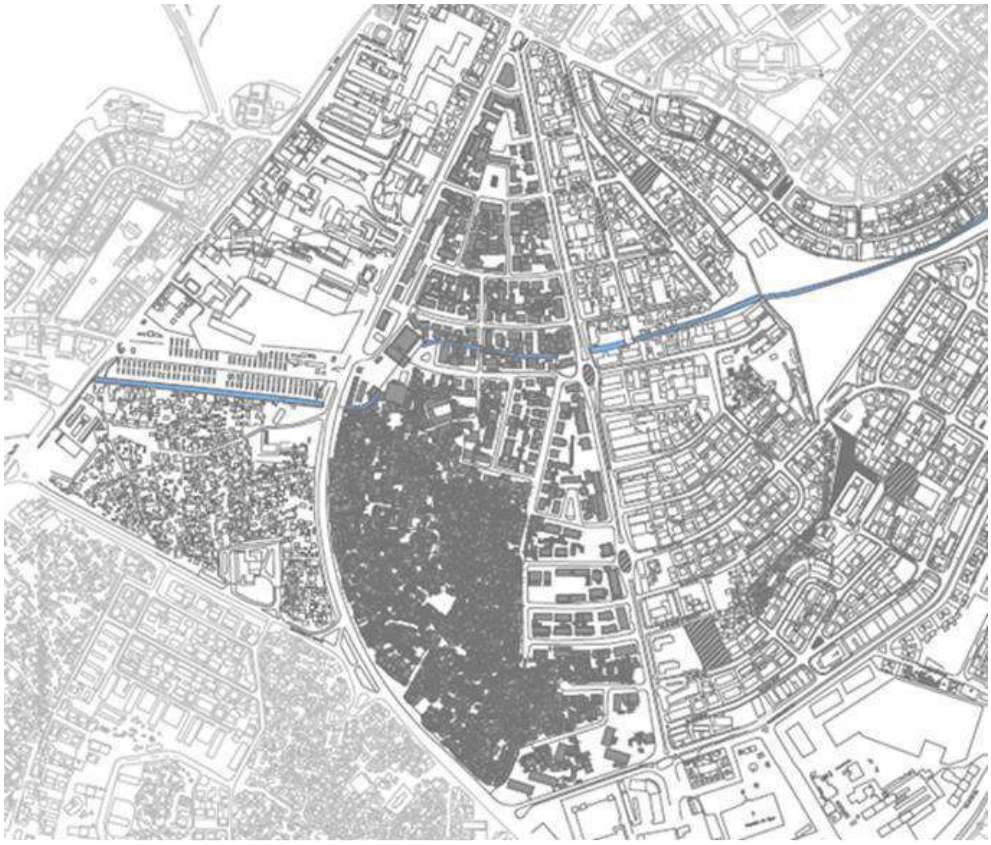


Fig. 05.09

Quantitativos. Afectação dos Solos

Fig. 05.10

Quantitativos. Ocupação dos Solos

Permeabilidade dos Solos e Estrutura Verde

A permeabilidade dos solos foi quantificada em função do estado de preservação das vias públicas. Para o efeito foram consideradas três categorias: Solo Impermeável seriam as vias asfaltadas e em bom estado de conservação e Solo Permeável seriam as vias não asfaltadas e/ou em mau estado de conservação. Considerando como área total 567.050,47m2 temos 211.791,24m2 de espaço público constituído por vias e parques foi considerado Solo Impermeável: 97.423,9 m2 equivalente a 46% e 114.367,26m2 equivalente a 56% (já integrando 8% de área ajardinada, o largo António Marques Monteiro no sector consolidado). A estrutura verde na zona do Catambor é do tipo secundária, ou seja, desenvolvida mais sobre a escala local, não existindo nenhuma estrutura à escala da cidade nem à escala do município como grandes Parques Urbanos. Os registos que se fizeram foram apenas de um largo, chamado António Marques Monteiro profusamente arborizado, como espaço público, e da arborização na rua Pres Marien Ngouabi. Por fim, foram identificadas em registo laboratorial acima de 750 árvores que não foram conferidas em levantamento de campo por falta de recursos. No entanto, foi possível conferir que para além da arborização pública supracitada, acima de 95% das árvores identificadas são propriedade privada e localizada nos logradouros das moradias. Em função dos registos levantados, os dados apontam para apenas a 0.34 % dos casos.

Fig. 05.11

Qualitativos. Permeabilidade dos Solos.

Fig. 05.12

Qualitativos. Estrutura Verde

Organização: Habitação, Comércio e Ruas

A zona de estudo é uma área predominantemente residencial quer seja no sector consolidado como no não consolidado o que não invalida os equipamentos de proximidade para serviços e comércio. A distribuição dos usos nas ruas principais, rua Pres. Marien Ngouabi e a avenida revolução de Outubro é das zonas comerciais que acontecem no piso 0Nestes dois locais é onde está concentrado toda a actividade mercantil, desde ambulante ao comércio fixo do formal ao informal. As prestações de serviços (escritórios) assinalam-se nas zonas interiores mas sempre nas proximidades das ruas e da avenida referida anteriormente. As habitações acontecem mais no interior da zona, ou mais alto no caso dos edifícios que se desenvolvem em altura. O Mercado ao Ar-Livre, localiza-se na zona sul do sector informal, na proximidade de outras instalações de comércio formal. O comércio é a actividade que dinamiza a área no geral, sendo relevante realçar que o mercado nocturno existe somente no sector informal na denominada "Rua dos Candeeiros". Registamos apenas quatro tipos de equipamentos, dois equipamentos educacional de carácter local, um equipamento militar de carácter regional, um equipamento desportivo de carácter regional. Todos os outros serviços são preenchidos pelas zonas vizinhas ou por serviços privados. A área de estudo é delimitada por uma via primária (Av. Revolução de Outubro: 1750m) e por duas vias secundárias (Rua Marien Ngouabi: 1450m e Av. Cmdt Gika:370m) que no total corresponde a 3530m, aproximadamente. A rede de vias terciárias corresponde a uma miríade de arruamentos que corresponde a cerca de 20k m de extensão linear e que podem ser distinguidos em duas categorias. O primeiro de feição claramente modernista e que decorre de plano de urbanização e desenvolvimento urbano e que se estende predominantemente pelo norte e parte do território oeste. A segunda categoria, irregular e que é consequência de um assentamento não projectado. Para o sector não consolidada, além das ruas que têm acessos para automóveis, existe um esquema (caminhos) perfeitamente articulado que vão se interligando entre eles dando acesso às residências, aos logradouros comuns. Abrindo pequenos largos e contemplando um percurso completamente interessante, cada via possui a sua particularidade e um perspectiva diferente da que a antecede resultando numa alternâncias de percepção constante nas ruas do sector informal.

Fig. 05.13

Organizativos. Uso dos Solos com Edificações: Habitação e Equipamento

Fig. 05.14

Organizativos. Sistema Viário com vias primárias, secundárias e terciárias.

Arquitecturas: Estilos, Modus e Sistemas Construtivos

Apesar de densamente construída, a zona tem duas paisagens predominantes que se constatam a partir do seu entorno: Movimento Moderno e Vernacular (autoconstrução) sem marginalizar a quase ínfima representatividade, mas não notável, de alguns edifícios contemporâneos. No interior, encontram-se alguns exemplos de Arquitectura do estilo Português Suave, mas com profundas intervenções que descaracterizaram os edifícios quase por completo. O sector consolidado é onde predomina a arquitectura do Movimento Moderno e Português Suave, enquanto que no sector não consolidado predomina a autoconstrução vernacular com características particulares em relação [1] aos sistemas de organização do espaço e [2] aos sistemas compositivos

Numa abordagem inicial, podemos dizer que cerca de 2% de edifícios de feição Modernista (62 unidades), 3% do estilo Português Suave (119 unidades), 94% Vernacular (3433 unidades) e o restante, Contemporâneo(1%). Os edifícios modernistas que se registam são todos da década de 60 do séc. XX. Estamos a considerar como vernaculares os edifícios existentes no sector não consolidado. Actualmente ainda são construídos edifícios tanto vernaculares como contemporâneos (Pres. Marien Ngouabi) mas não são representativos a ponto de alterar a percepção da paisagem[7].. O sistema construtivo predominante na zona de estudo é o tradicional de betão corresponde a 99%. Este sistema predomina em todos os estilos já referidos anteriormente. Há uma pequena percentagem que se apresenta com o material metálico que são as pequenas barracas que se afixam no espaço como serviços ou comércio. Betão: 244.769,78 m2 e metálico: 509 m2

[7] O sector modernista corresponde a 72% da ocupação construtiva ao passo que o sector vernacular corresponde a 28% da ocupação construtiva. O sector modernista corresponde a 108.138 m2 de afectação construtiva ao passo que o sector vernacular corresponde a 163.463 m2 de afectação construtiva (manter informação ou não?)

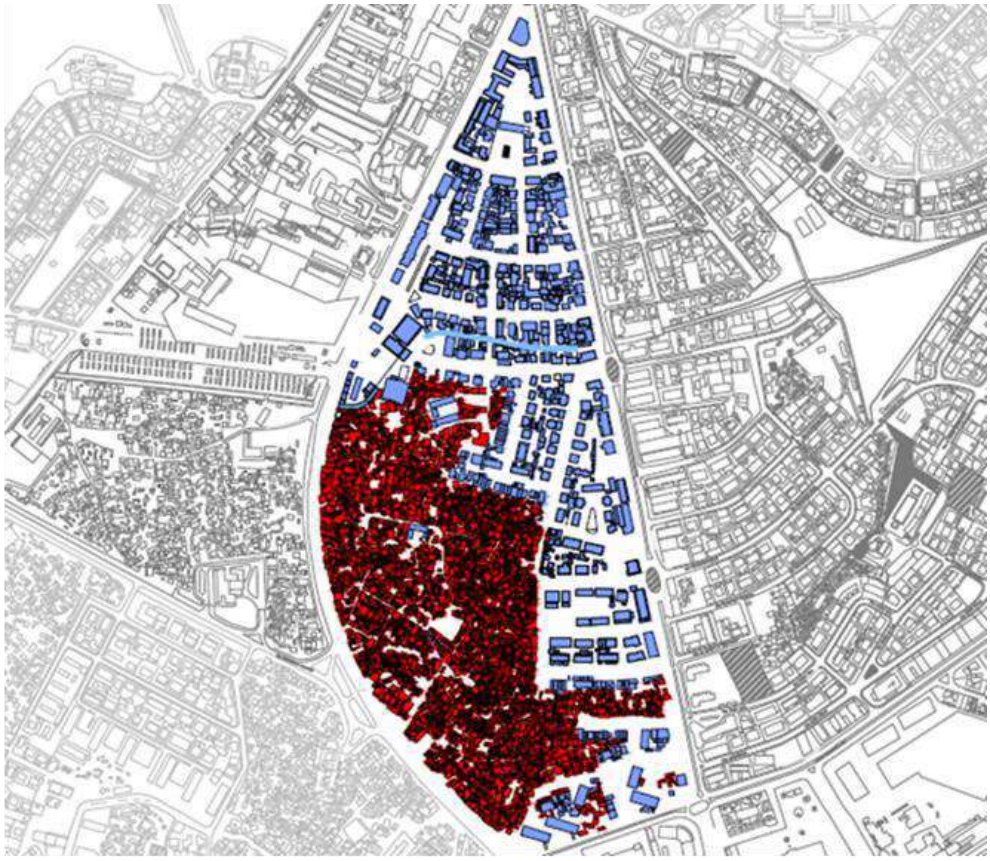


Fig. 05.15

Figurativos. Movimento Moderno, Português Suave e Vernacular.

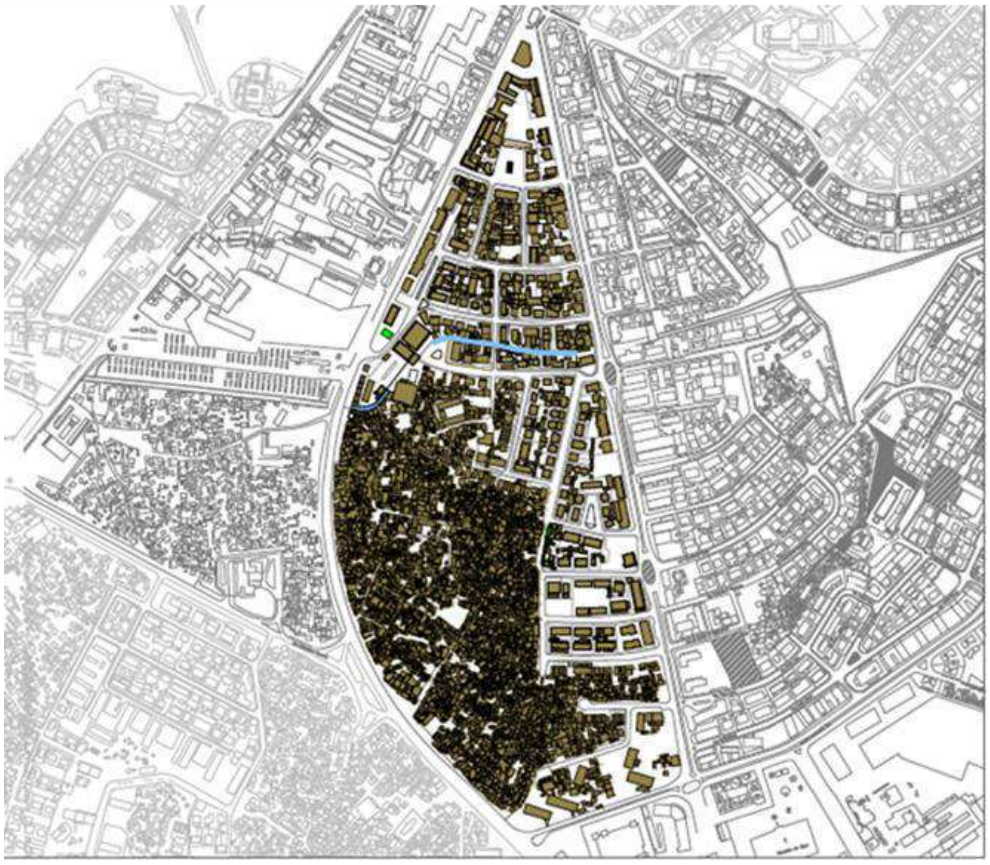


Fig. 05.16

Figurativos. Sistema Construtivos

Síntese

A natureza complexa das relações entre os aspectos da forma analisados quer para o sector consolidado como para o não consolidado foram aqui evidenciadas. Na secção seleccionada, podemos ter inúmeros contrastes, topográficos, densidades, permeabilidades, formas de organização e funcionamento urbano.

Em cada um dos sectores, identificaram-se formas urbanas relativamente homogéneas e caracterizadas em traços gerais por densidades, permeabilidades e organização comuns. No entanto, a relação de vizinhança é contrastante a todos os níveis.

Assim, as considerações comuns de autores como Ilídio do Amaral, Alan Cain entre outros ao observarem duas realidades urbanas diferentes confirmam-se válidas e são reflexo ou fonte dos níveis de urbanidade que caracterizam cada um desses sectores.

As relações entre densidade e forma não são lineares. As variáveis são inúmeras sendo possível diferentes percepções. Foi possível verificar no levantamento que o sector consolidado, com uma estrutura predominantemente verticalizada apresenta baixas densidades demográficas e de afectação, enquanto o sector não consolidado, predominantemente térreo apresenta altas densidades demográficas e de afectação. Fica clara a correlação complexa entre densidades e forma. Na mesma zona de estudo temos diferentes densidades, diferentes configurações urbanas.

Também ficou clara a lógica da organização do espaço, as tipologias, a estrutura viária e a escala do espaço em relação ao indivíduo. O único aspecto uniforme quer num sector como no outro é a materialidade da construção, predominando a construção em betão.

Na argumentação desenvolvida aqui há indícios suficientes para afirmar o contraste entre as duas realidades. No contexto da formação urbana luandense, seria então necessário situar os dois sectores visto que estas circunstâncias se repetem por toda a cidade e numa perspectiva mais ampla de interpretação de nossa realidade os aspectos que aqui foram esboçados – análise comparativa de aspectos da forma urbana - talvez possam construir questões mais específicas que ajudem a aprofundar a problemática colocada, contribuindo para a compreensão dos unidades morfológicas urbanas mais voltada para as diferenças do que pela busca de uma homogeneidade normatizada e controlada.

Os dados do levantamento elaborado em 2014 foram insuficientes em particular em relação ao sector não consolidado facto que motivou a continuidade dos estudos nesse campo.

5.2.2 A abordagem Específica "O Morro da Maianga"

Levantamento Laboratorial 1974-2014

Em primeira instância, o musseque do Catambor, corresponde ao sector não consolidado do reconhecimento territorial apresentado no subcapítulo anterior e é também o Caso de Estudo principal para comprovação da nossa hipótese.

Iremos apresentar o levantamento urbanístico e correspondendo às datas de Junho de 1974 e de Janeiro de 2014[8].

Revisitando a metodologia proposta para o desenvolvimento da nossa tese, o território será decomposto em duas escalas, a sistémica e a elementar correspondendo para o primeiro as categorias agrupadoras e o segundo as especificidades tipológicas de cada componente do sistema, ou seja; [1] Unidade morfológica (Topografia, Delimitação, Sectores), [2] às unidades de agregação (núcleos, parcelas e acessos), [3] rede (ruas, intersecções e vazios) e edificações (singulares e comuns), *vide* Quadro 12 - Matriz de Levantamento dos Musseques.

Numa primeira abordagem trabalharemos a Unidade Morfológica no ano de 1974 e à posterior no ano de 2014.

Em termos administrativos, o musseque é uma fracção da Zona do Catambor, parcela do Bairro da Maianga, Distrito da Maianga, Município de Luanda.

É um território de delimitação relativamente estável com uma superfície de aproximadamente 0,22 km2 (211.872,5411 m^2) e uma população estimada de 20.598 residentes[9] resultando numa densidade populacional correspondente a 993.628 Hab./Km2 o que condiz com um dos indicadores mais altos da cidade de Luanda[10].

[8] Estas datas correspondem às datas das fotografias utilizadas para o processo de actualização laboratorial da cartografia.

[9] O levantamento de campo efectuado no ano de 2021 identificou 3433 unidades habitacionais. Segundo o os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), "a nível nacional, 19% dos agregados familiares são constituídos por 7 ou mais membros e 12% dos agregados familiares são constituídos por uma só pessoa, sendo o número médio de pessoas por agregado familiar a nível nacional de 4,6 pessoas." (INE. 2016. p 67). Com base nesses dados e de acordo com as unidades identificadas, concluímos que a população do Catambor poderá estar entre 13.732 habitantes e 20.598 habitantes podendo chegar até aos 41.196 habitantes.

[10] Comparando com o Município de Luanda (foral da Cidade de Luanda) com 2 487 444 habitantes e 113 km2, correspondendo a uma densidade populacional de 22.013 hab/km2 o musseque do Catambor representa um pico de densidade 45 vezes superior á média da cidade.

O Sítio: Delimitação e Topografia

A delimitação de um território levanta sempre a eterna e complexa questão acerca de que critérios deverão estar na definição de fronteiras. Os debates oscila entre os aspectos geográficos que contemplam as fronteiras naturais, as histórico-político-administrativas que contemplam as fronteiras de estados, províncias, distritos entre outras e também os aspectos morfológicos que a escalas menores contemplam as vias e/ou outros elementos físicos de referência. Em termos gerais, a delimitação pressupõe uma linha que demarca a extensão de superfícies ou terrenos contíguos sendo que também se aplica a delimitação temporal. Nesses termos, o processo de delimitar pode ter dois impactos, agir no sentido da coesão ou da ruptura do território. O limite é mais do que um aspecto administrativo porque age sobre questões mais complexas do território, quer sejam sociais, económicas, culturais, entre outras.

Metodologicamente os processos de delimitação agrupam-se em morfológicos e funcionais. O primeiro recorre a critérios como os da continuidade do edificado, traçado parcelamento fundiário e também naturais como leitos de rios entre outros. O segundo explora aspectos relacionados com harmonização estatística ou determinações políticas. A estas duas deverá juntar-se uma perspectiva espácio-temporal dando conta da dinâmica, ou seja da evolução do fenómeno (processo de transformação do território a ser desenvolvido á posterior).

Assim sendo, o acto de delimitar o território do musseque do Catambor será feito com base em critérios tanto funcionais (político-administrativos e socio-comunitários) como morfológicos (naturais e construídos).

No aspecto funcional porque temos as questões *sociocomunitárias* no sentido de que compreender a partir dos residentes do lugar como funcionam as suas práticas e como é feita a interpretação do seu território.

Recorrer à comunidade residente como fonte para buscar respostas e refinamentos à nossa proposta desempenhará um papel essencial no processo de delimitação pois a sua contribuição (da comunidade) pode ser um indicador essencial para a identificação de barreiras físicas naturais ou impostas por intervenções urbanísticas, acessibilidade, organização social e limiar de ocupação (parcelas, logradouros, etc.). Este aspecto foi utilizado para a fase de levantamento de campo, em particular na preparação dos questionários e entrevistas (Desenvolvimento em capítulo posterior - Inquéritos).

Temos também as *político-administrativas*, porque nos interessa compreender os critérios e elementos urbanos correspondentes que estiveram origem da delimitação do território.

Para o efeito recorremos a várias peças gráficas tais como mapas turísticos, esquemas diagramáticos, Planos Urbanísticos e Planos de Urbanização e a partir da sobreposição dessas fontes sobre a cartografia do local construir uma proposta de delimitação.

A confrontação das diferentes delimitação do território do Catambor foi um exercício executado em laboratório digital que implicou acertos de escala dos desenhos, adaptação das deformações e correspondência e eixos de referência que foram a via primária 'Revolução de Outubro' e a via secundária 'Marien Ngouabi'.

Verificamos que enquanto o limite oeste (via primária) manteve-se estável, a fronteira interior (norte, este e sul) do musseque sofreu alterações em todos os suportes a que recorremos.

Para estabilizar os limites consideramos dois elementos: o leito do Rio Seco e os loteamentos identificáveis na cartografia. Dessa forma delineamos uma fronteira conformada às delimitações das parcelas das operações urbanísticas de desenvolvimento urbano. Essa linha serviu de referência para criar um corredor de desafogo entre o parcelamento e o musseque e dessa forma fechar a fronteira norte-este-sul com o eixo da via primária e eliminar a descontinuidade no tecido.

Resultou um perímetro urbano do musseque que se estende por cerca de 2km (2298m) encerrando a Oeste, ao longo de 885m pela avenida Revolução de Outubro, uma via de grande porte que atravessa a cidade, a norte, ao longo de pouco mais de 85 metros, por um segmento do Rio Seco e a Norte-Este-Sul por uma linha segmentada com extensão de aproximadamente 1Km (1.328m), que faz fronteira com o loteamento de uma urbanização de viés Modernista.

A área de estudo está posicionada sobre a fronteira entre a zona baixa da cidade de Luanda, abaixo dos 60m de altitude e acima dos 70 metros de altitude em relação á linha do mar, nível por onde se espraia a maior extensão da cidade de Luanda. Morfologicamente o Catambor é um Morro com relevo acentuado, com topografia acidentada cuja encosta apresenta declividades acima de 45%. A variação altimétrica na área de estudo é de 50m, sendo a menor cota de 16 m e a maior 66 m.

Pela leitura topográfica, identificamos três sectores, o cume, a encosta e o sopé. O cume está enquadrado entre as cotas 50 e 65 com uma área de aproximadamente 64.604,32 m². A encosta está enquadrada entre as cotas 30 e 50-60 com uma área de aproximadamente 126.254,75 m^2. O sopé está enquadrado entre as cotas 16 e 30 com uma área de aproximadamente 21.013,27 m^2.

Este território servirá como a base para todos os estudos de levantamento, análises e diagnósticos urbanísticos

Fig. 05.17

Plano de Urbanização. Coord. João António Aguiar (1950)

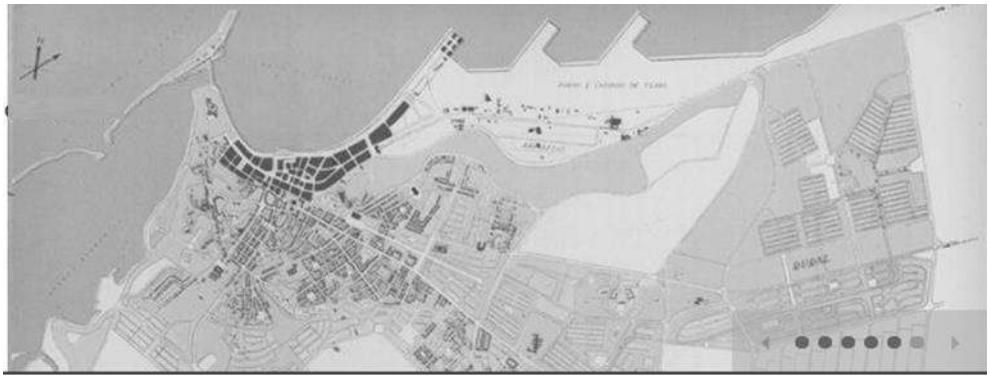


Fig. 05.18
Planta Turística de Luanda (1953)

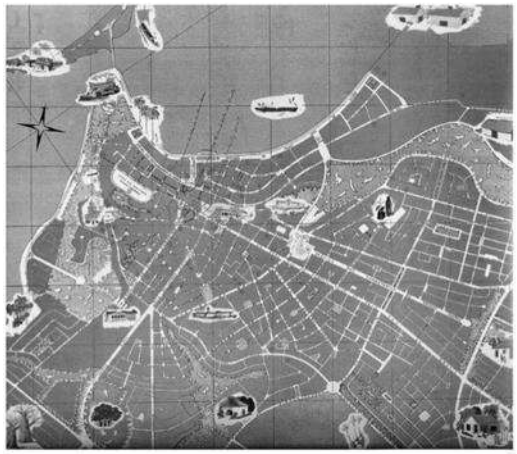


Fig. 05.19
Diagrama 'Musseques de Luanda' (1974) (Troufa Real 2001, 50)

Fig. 05.20
Plano Director de Luanda (1963)

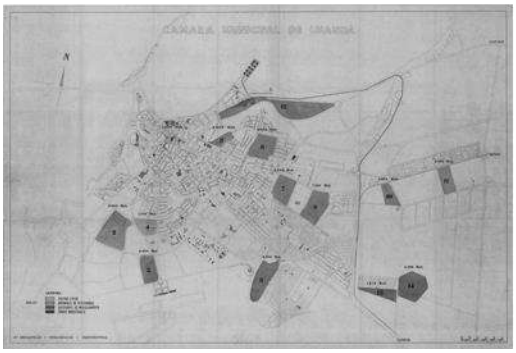


Fig. 05.21
Planta de Implantação. Unidade de Vizinhança nº 4 (1965)

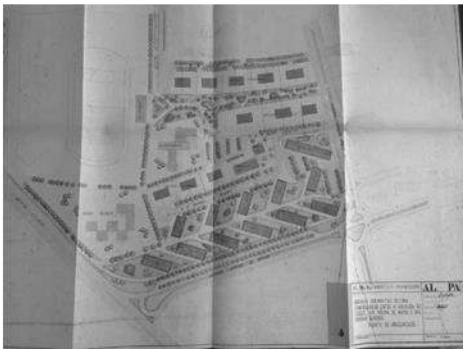


Fig. 05.22 – O tecido urbano do “Morro da Maianga ou Musseque do Catambor” (Google Earth, 2014

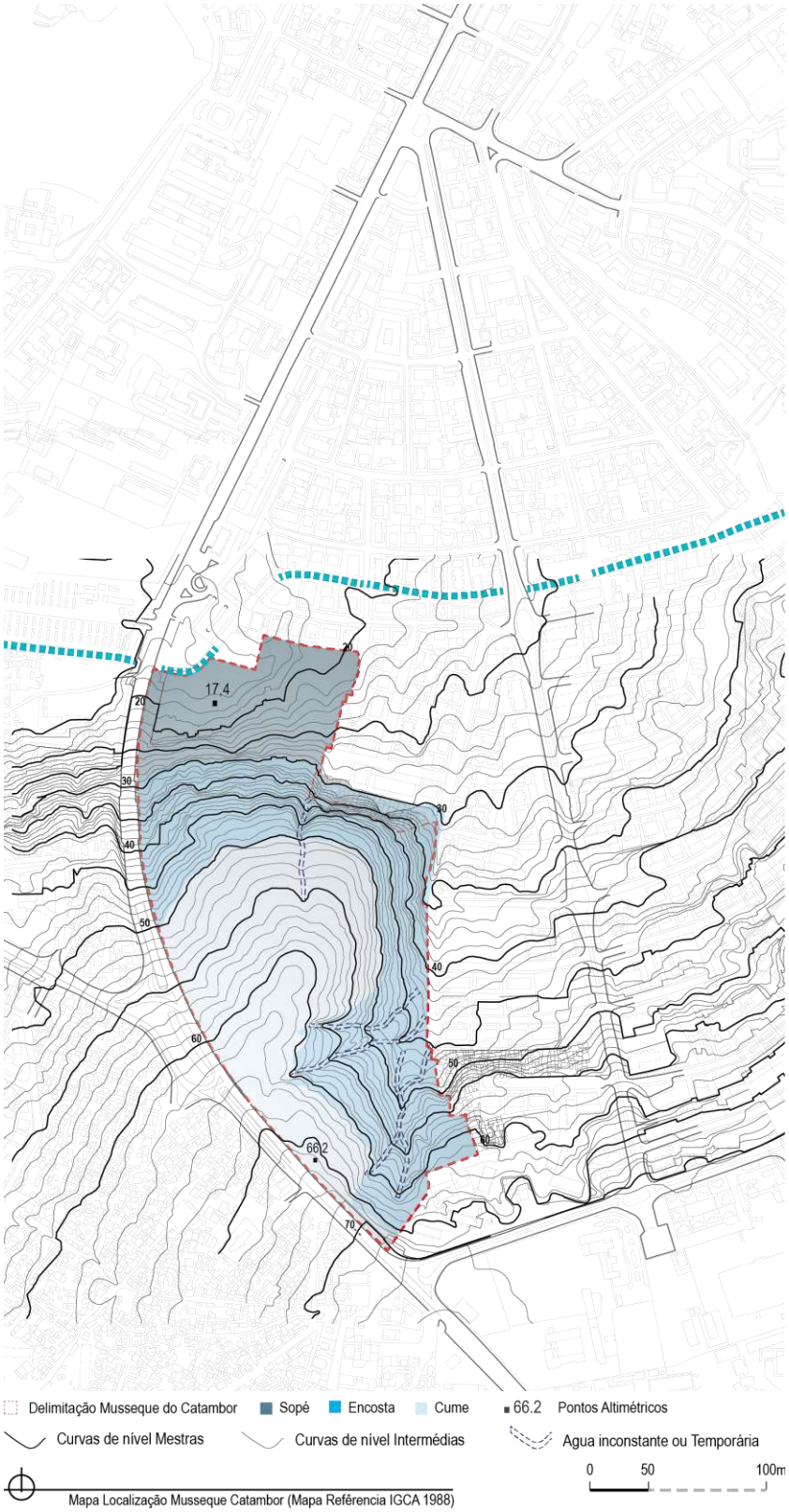


Fig. 05.23 - Proposta de Delimitação e Topografia do Musseque do Catambor.

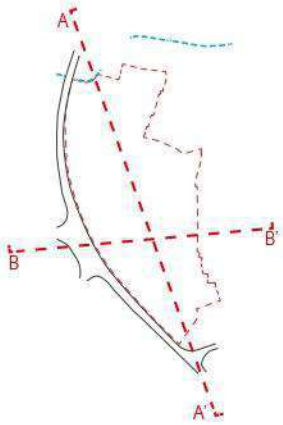
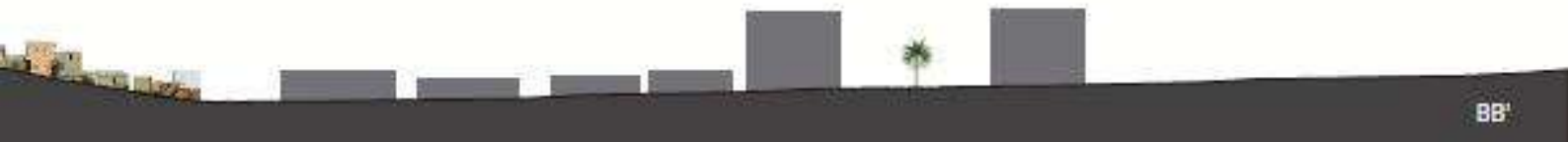

A
A'
B
B'

Fig. 05.24

Perfis do Terreno
A-A' e B-B'



A carta topográfica de 1974 do musseque do Catambor permitiu-nos concretizar o objectivo de identificação dos componentes do tecido urbano bem como da estrutura do seu sistema, qualificá-los e dimensioná-los como primeira abordagem.

1974

O Espaço Privado – Constituído por Unidades de Agregação (UA) foram identificadas um total de 18 distribuídos pelos três sectores topográficos denominados como 'Cume', 'Encosta' e 'Sopé'. Foram identificadas dez (10) unidades de agregação no sector 'Cume', oito (8) unidades de agregação no sector 'encosta' e duas (2) unidades de agregação no sector 'sopé'.

directamente relacionado com o cume, foi o primeiro local de ocupação, logo a sedimentação das unidades de agregação aí localizadas foram mais fáceis de identificar pois inclusive na cartografia, o sistema viário foi um elemento norteador do processo.

No que respeita a dimensão das Unidades de Agregação estas dividem-se em quatro escalas, Grande, Média, Pequena e Mínima. Das vinte e duas (22) unidades de agregação identificadas, quatro (4) são de dimensão mínima, treze (13) são de dimensão pequena, três (3) médias e 2 Grandes. Predominam as Pequenas com particular incidência para o sector do cume com 7 unidades, a seguir as mínimas com particular incidência para o sector do sopé com 2 unidades que representa o total, seguem-se as unidades de escala média e grande com incidência para o sector da encosta.

Quanto à estrutura das unidades de agregação que segundo a Matriz de Levantamento pressupõe a leitura dos 'Acessos Interiores' e dos muros como caminho para chegar à estrutura de parcelamento do espaço, tal tarefa revelou-se impossível de executar visto que a cartografia actualizada é bastante irregular no que toca a estes elementos. Foram identificadas secções interiores às unidades de agregação delimitadas por muros que poderiam apoiar a leitura de contenção da propriedade fundiária, no entanto, tais aspectos foram considerados de pouca relevância visto que o desenho resultou da interpretação de fotografia aerofotogramétrica e logo com uma margem de erro bastante acentuada para elementos de menor expressão.

pertence ao perímetro inundável do rio Seco, estava ocupado parcialmente por um (1) único lote, o da escola primária.

O Espaço Público (ruas, vazios e intersecções) - A estrutura do espaço público, compreende ruas, vazios e intersecções. No contexto geral identificamos 29 segmentos de rua, 8 vazios e 23 intersecções distribuídos pelos três sectores.

4 Dezassete Unidades de Agregação e quatro manchas de ocupação. estava ocupado por sete (7) e por com várias edificações mas sem que fosse possível delimitá-las como unidades morfológicas de acordo com os princípios por nós determinados no entanto, estas construções foram organizadas em quatro (4) manchas de agregação.

No que diz respeito aos segmentos de rua, foram identificados 14 segmentos com largura predominante igual ou acima de 3metros, estando 11 deles localizados no sector do cume e três no sector da encosta. Outros 15 segmentos de rua foram identificados mas com largura predominante entre 1,20 e 3m estando 3 deles localizados no sector do cume e 12 no sector da encosta. As linhas de delimitação também estão integradas nos segmentos de rua e contabilizam 10 no total com 8 de correspondendo à fronteira entre os sectores do cume-encosta e 2 correspondendo à fronteira encosta-sopé. Estes segmentos também se distinguem entre 8 com larguras acima dos 3 metros e dois com largura entre 1,2 e 3m. Na encosta, identificamos dois tipos de arruamentos para além dos segmentos rua que são os caminhos localizados no interior das unidades de agregação de maior dimensão. Estes, desenrolam-se ao longo das linhas de água e ao longo dos quais se organizam elementos edificados. Assim sendo, contabilizam-se três (3) caminhos.

No caso dos vazios, temos oito (8) sendo sete (7) largos e um (1) parque urbano. Os largos estão distribuídos entre três no cume e quatro na encosta. Já o espaço circundante à Maianga do Povo, que constitui o perímetro inundável do Rio Seco, pela dimensão de mais de 10.000m2 associado à utilização feita pela população residente é por nós proposto ser integrado na categoria de parque urbano.

Por último temos as Intersecções entre os segmentos de rua. No total foram identificados 23 distribuídos da seguinte forma: sete (7) no cume, seis (6) na encosta e dez (10) ao longo das linha de fronteira sendo que oito (8) das intersecções estão localizadas na delimitação cume-encosta e duas (2) na delimitação encosta-sopé. As intersecções são predominantemente entroncamentos/bifurcações sendo que os cruzamentos, normalmente complexos são irregulares, ou seja, não possuem forma de cruz e por via de regra produzem largos.

Edificações **(singulares e comuns)** – A abordagem laboratorial ao domínio construído foi feita a partir do desenho da projecção do edifício. Desse modo, foi possível identificar 1152 edifícios que se distribuíram entre 259 localizados no cume, 884 localizados na encosta e 9 localizados no sopé.

Edifícios Singulares: O levantamento das edificações permitiu-nos identificar cinco (5) que se encaixam no tipo 'Singular', nomeadamente a cacimba Maianga do Povo pelo seu valor patrimonial, e os demais quatro (4) a escola, o 'posto médico', a prisão e a torre de vigilância que se destacam pela sua dimensão em relação aos demais.

Edifícios Comuns: não foi possível fazer a destrinça entre os 'Isolados' e os 'sistemas' pois a informação somente a partir do levantamento laboratorial e tendo como única fonte a imagem aerofotogramétrica as identificações seriam mera especulação. No entanto, o que se conseguiu foi identificar a existência de dois sectores cuja dimensão e organização das edificações são distintas pelo que podemos supor que as edificações do sector localizado a Oeste-Sul sejam predominantemente do tipo 'Cubata suburbana' (CSU)[11] e possivelmente afectando cerca de 750 edifícios e as do sector localizado a Norte-Este sejam predominantemente do tipo 'Casa Popular Portuguesa' (CPP)[12] afectando cerca de 402 edifícios.

[11] Moradias de matriz local que serviam a população negra, eram auto-construídas e enquadradas na tipologia sub-urbana (Redinha 1973). Segundo os estudos da autora, as auto-construções feitas pela população negra na época colonial, via de regra passavam por duas fases. Na fase inicial de assentamento da família, eram de pau-a-pique, numa segunda fase, os paramentos exteriores eram revestidos com chapas pré-fabricadas conferindo maior resistência e durabilidade e mobilidade, inclusive demonstrando algum poder económico do residente mas sem no entanto este facto significar direito de posse. Após a independência, a governação republicana terá permitido o direito de assentamento definitivo à população residente e consequentemente a construção passou a ter um carácter definitivo, ou seja, os paramentos em chapa foram 'revestidos' com panos de parede em tijolo ou bloco de cimento. O musseque do Catambor é dos poucos musseques históricos onde a construção dos assentamentos iniciais é ínfima. O nosso levantamento de campo só identificou um edifício com essas características e alguns resíduos das folhas de tambor.

[12] Moradias do tipo colonial serviam de residência à população branca e/ou assimilada, cujo desenho estava dentro dos princípios formais da arquitectura popular portuguesa e em grande medida influenciado pelos modelos promovidos pelo Gabinete de Urbanização Colonial. "São divulgados projectos (na maioria já implementados) que podem ser reproduzidos, a exemplo de um manual de boas práticas. Estes partilham o mesmo pragmatismo assente em visões economicistas (na forma e no conteúdo)." (Milheiros 2013).

Fig. 05.25

Decomposição Sistémica do musseque do Catambor em 1974

[1] Espaço Público

[2] Espaço Privado

[3] Edificações

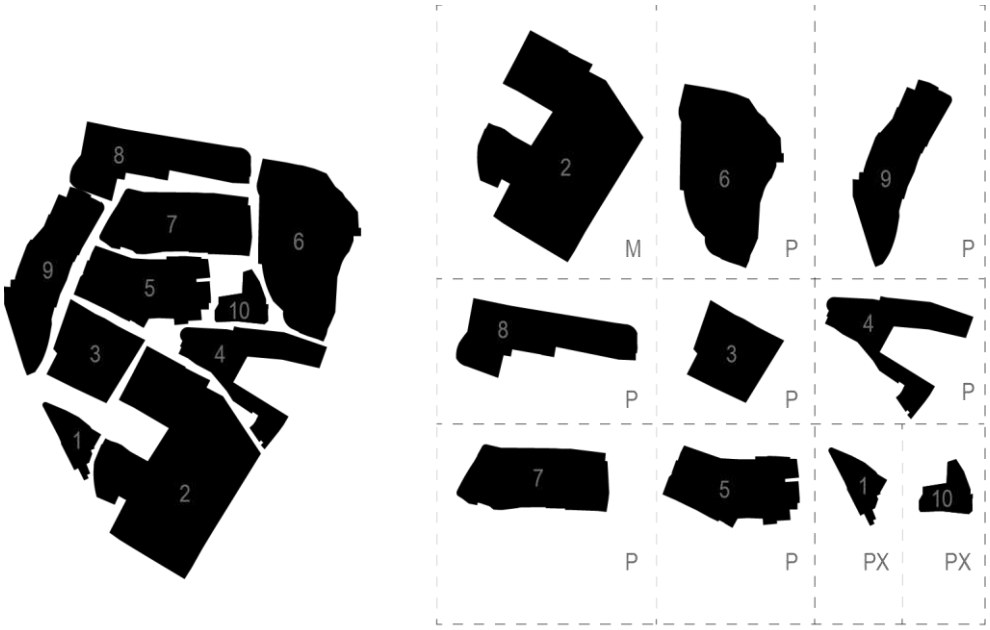


Fig. 05.26

Decomposição Elementar do Espaço Privado do Musseque do Catambor em 1974:

[1] Sector 'Cume' e Mapas das Unidades de Agregação

[2] Sector 'Encosta' e Mapas das Unidades de Agregação

Fig. 05.27

Decomposição Elementar do Espaço Público em 1974:

[1] Localização dos Vazios

[2] Segmentos das Ruas Perimetrais por Tipos

[3] Intersecções

Fig. 05.28

Decomposição Elementar do Espaço Edificado em 1974: [1] Localização das árvores, [2] Sectores de localização das tipologias habitacionais. Amarelo corresponde às casas populares portuguesas (CPP) e o azul corresponde às cubata sub-urbana (CSU)

A carta topográfica de 2014 permitiu-nos identificar as alterações físicas ocorridas na estrutura do tecido do musseque do Catambor ao longo de 40 anos. Seguindo a lógica do levantamento de 1974, faremos uma leitura do espaço privado, seguido do espaço público e finalizando com as edificações. Para cada uma das categorias do sistema será feita uma análise mais minuciosa dos seus elementos constituintes.

O espaço público – Todo o território está subdividida em vinte e nove (29) Unidades de Agregação. No 'Cume', foram identificadas doze (12) unidades de agregação, na 'Encosta' foram identificadas dezasseis (16) unidades de agregação e no 'Sopé' só se conseguiu identificar uma (1) unidade de agregação.

No que diz respeito ao factor dimensionamento das unidades de agregação, das 29 identificadas, sete (7) correspondem à dimensão Mínima com maior incidência para o sector da encosta, catorze (14) correspondem à dimensão 'Pequena' distribuídas equitativamente entre os sectores 'Cume' e 'Encosta', quatro (4) correspondem à dimensão 'média' também equitativamente distribuídas entre os sectores 'Cume' e 'Encosta' e quatro (4) correspondem à dimensão 'Grande' predominando no sector da encosta com três do total..

Em relação à estrutura das unidades de agregação, mantem-se a impossibilidade de proceder a este levantamento. A cartografia a esta altura dos trabalhos, ainda não identificava os elementos necessários em quantidade necessária para um eficaz processo de reconhecimento dos Acessos Interiores e dos Muros que permitissem identificar o parcelamento de cada Unidade de agregação

O Espaço Público (ruas e vazios) – A rede completa de arruamentos na unidade morfológica compreende 56 segmentos, oito (8) vazios *e trinta e quatro (34) intersecções.*

Acerca dos segmentos de rua foram identificados 24 segmentos com largura predominante igual ou acima de 3 metros, estando 17 deles localizados no sector do cume e cinco (5) ao longo das linhas de delimitação que também estão integradas nos segmentos de rua. Outros 21 segmentos de rua foram identificados mas com largura predominante entre 1,20 e 3m estando 5 deles localizados no sector do cume, 13 no sector da encosta e três (3) ao longo das linhas de delimitação. Também foram identificados onze (11) segmentos com largura predominante entre 0,6 até 1,2m com alta incidência no sector da encosta, contabilizando 10 segmentos no total. Já não foi possível identificar caminhos conforme feito na cartografia de 1974.

No caso dos vazios, temos oito (8) sendo todos considerados largos que estão distribuídos entre 5 no cume e 3 na encosta. O parque urbano localizado nas imediações da 'Maianga do Povo' deixou de existir.

Quanto às Intersecções entre os segmentos de rua foram identificados um total de 46 distribuídos da seguinte forma um cruzamento complexo que se localiza ao longo da linha de delimitação cume-encosta e 45 entroncamentos. A distribuição dos entroncamentos/bifurcações são nos termos seguintes: vinte (20) no cume, catorze (14) na encosta e onze (11) ao longo das linha de fronteira sendo que nove (9) estão localizadas na delimitação cume-encosta e duas (2) na delimitação encosta-sopé.

As Edificações (singulares e comuns) – Foi possível identificar um total de 3533 edifícios que se distribuíram entre 778 localizados no cume, 2278 localizados na encosta e 477 localizados no sopé.

Edifícios Singulares: O levantamento das edificações permitiu-nos identificar quatro (4) que se encaixam no tipo 'Singular', nomeadamente as escolas (uma delas anteriormente a prisão), o 'posto médico' e a torre de vigilância que se destacam pela sua dimensão em relação aos demais. A Maianga do Povo deixou de existir[13] .

Edifícios Comuns: Os edifícios comuns subdividem-se entre os 'Isolados' e os 'Sistemas Habitacionais Triádicos'. Um dos aspectos que reduz a eficácia da triagem dos edifícios comuns é o facto de não existir dados concretos sobre o parcelamento nem tampouco sobre a ocupação familiar dos edifícios identificados. No entanto, considerando que à posterior seria feito um levantamento de campo para afinar o levantamento, propusemo-nos a efectuar um processo especulativo que ajudasse a reduzir o processo de identificação/confirmação dos sistemas. Para o efeito, começamos por identificar as árvores existentes no espaço e seus respectivos logradouros e associá-las aos edifícios circundantes. Foram identificados 77 árvores relacionadas a logradouros internos ou seja, na relação, estando quinze (15) localizados no 'Cume', cinquenta e oito (58) na 'Encosta' e quatro (4) no 'Sopé'. Por eliminação de factores, os demais edifícios foram integrados na categoria dos isolados, ou seja as Casas populares portuguesas e as Cubatas suburbanas, mas não foi possível fazer a destrinça entre eles visto que através da cartografia o factor dimensão utilizado para fazer essa dedução na carta de 1974 não se aplica. Não só pelo aumento da construção as novas edificações estão construídas contíguas às antigas ou de dimensões ainda mais reduzidas. No entanto conseguimos identificar as habitações mais antigas[14] todas localizadas no sector 'Mulembeira'.

[13] A Maianga do povo foi ocupada com habitações sendo que a única referência à sua existência é o frontão de acesso ainda visível e o poço, propriamente dito que foi entulhado para efeito de construção mas tal facto não eliminou a instabilidade do terreno razão pela qual, é um vazio enclausurado e serve como quintal das ocupações periféricas.

[14] Segundo a entrevista feita ao Sr. Malamba, neto do capataz da proprietária, Madame Berman, a primeira ocupação do Catambor acontece com vinte famílias, vindas do Ambriz, região norte do então Distrito de Luanda. Estas famílias, após a independência, ocuparam as casas abandonadas no colonato que ocupava o cume do morro, sector denominado como Mulembeira.

Fig. 05.29

Decomposição Sistémica em 2014:

[1] Espaço Público,

[2] Espaço Privado,

[3] Edificações

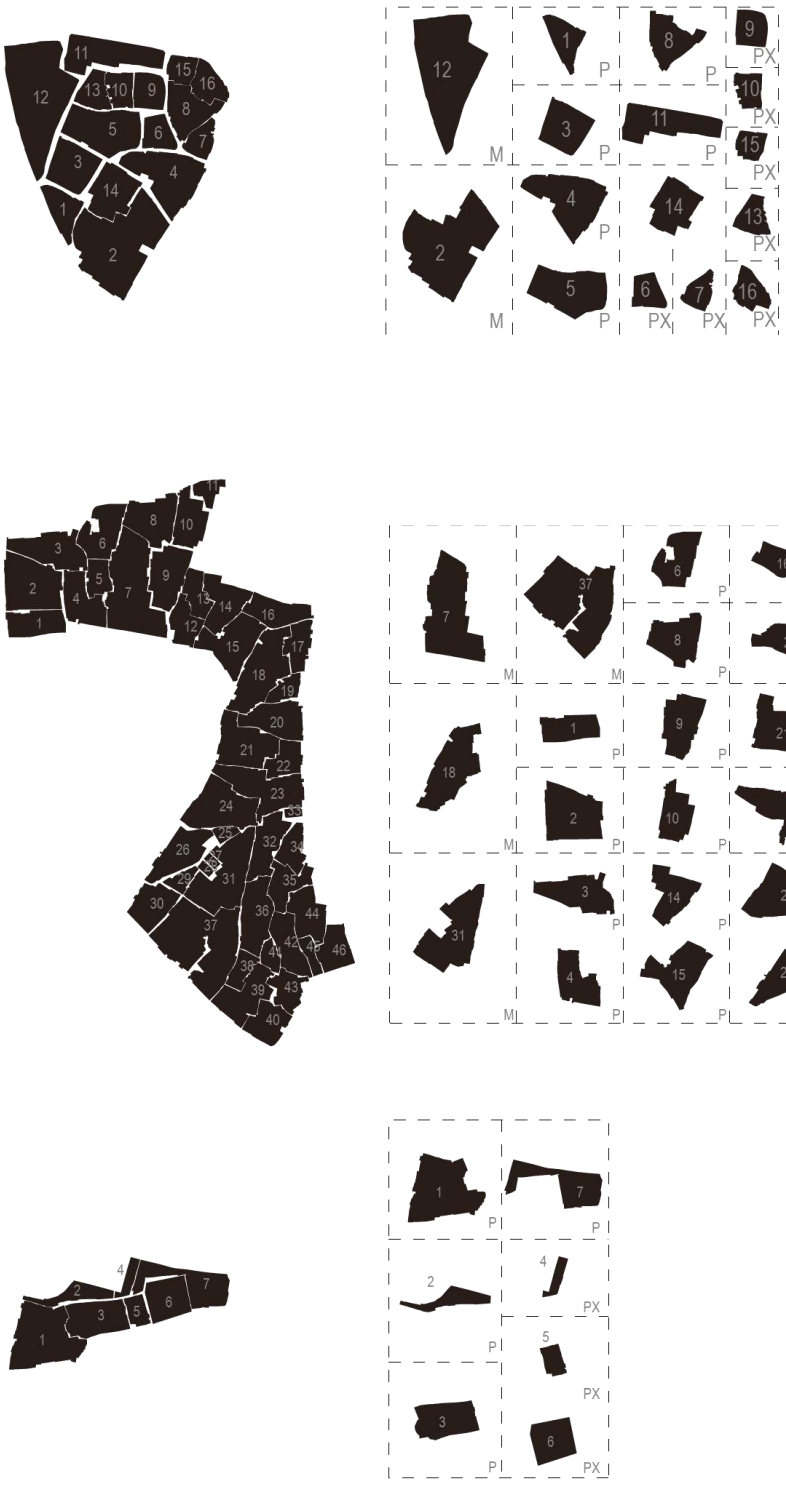


Fig. 05.30

Decomposição Elementar do Espaço Privado do Musseque do Catambor em 2014:

[1] Sector 'Cume' e Mapas das Unidades de Agregação,

[2] Sector 'Encosta' e Mapas das Unidades de Agregação,

[3] Sector 'Rio Seco' e Mapas das Unidades de Agregação,

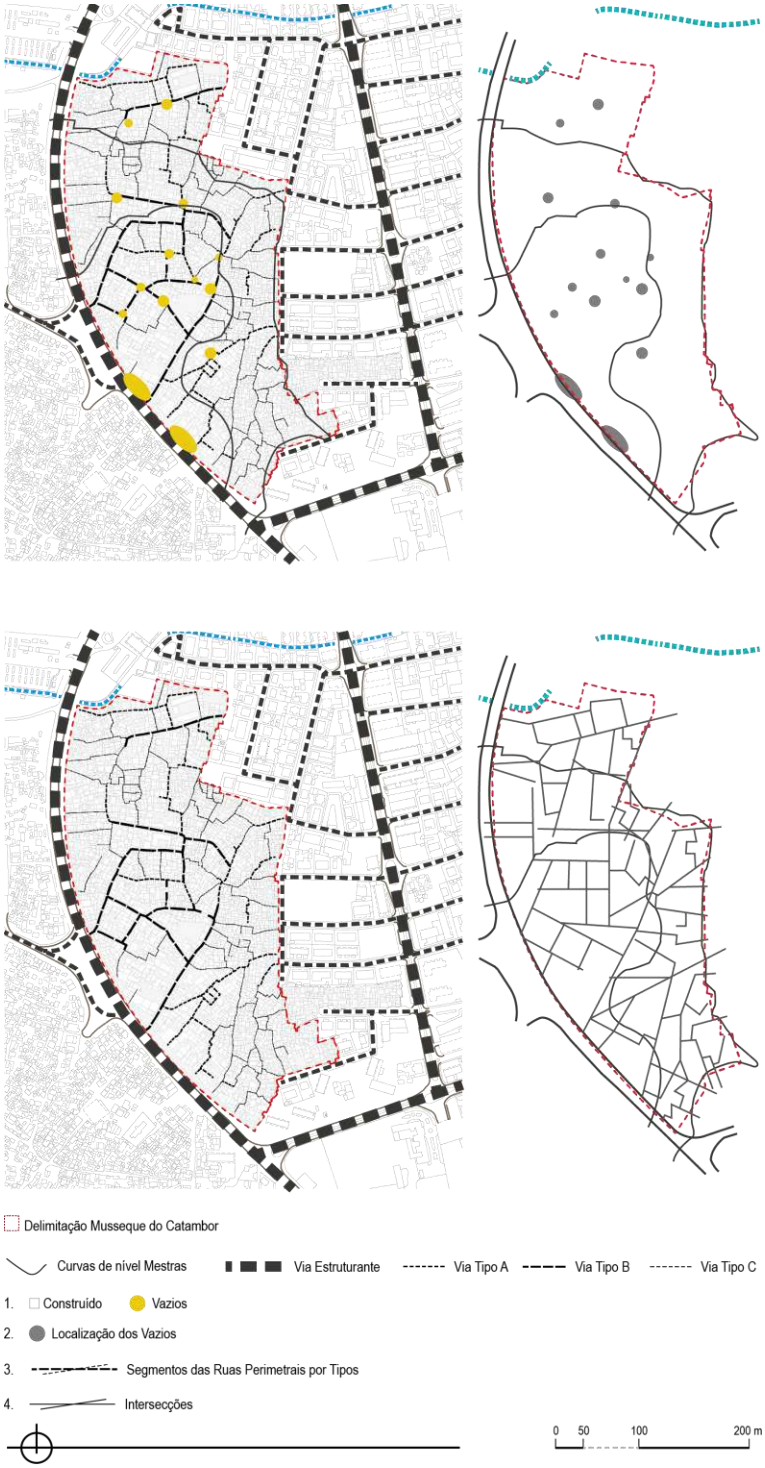


Fig. 05.31

Decomposição Elementar do Espaço Público em 2014:

[1] Localização dos Vazios,

[2] Segmentos das Ruas Perimetrais por Tipos,

[3] Intersecções

Fig. 05.32

Decomposição Elementar do Espaço Edificado em 2014:

[1] Localização das árvores (possíveis Sistemas de Habitação Triádica). O círculo vermelho não é habitação, indica uma das Escolas Primárias locais.

[2] Sectores de localização das tipologias de equipamento.

Reconhecimento de Campo 2021

Workshop 2021-2022

O levantamento de dados em campo foi uma etapa crucial para a consolidação da nossa colecta de dados. A contextualização, essencial para que o trabalho laboratorial fosse adequado à realidade existente, permitirá inserir um diálogo com o local o local de estudo. Dessa forma, o estudo integrará os aspectos relacionados com o ambiente natural e construído durante a análise dos resultados na leitura urbana para comprovação da hipótese.

A coordenação dos trabalhos iniciou com a preparação das equipas de trabalho para a leitura urbana da área de intervenção. Como a equipa desconhecia quer o projecto quer a área de intervenção, a ida ao campo para as visitas *in loco* foram fundamentais para a compreensão desse território. Assim, foram organizadas as actividades da equipa, com a definição da metodologia de trabalho. O processo foi estruturado num formato de workshop, integrando equipas constituídas por docentes e estudantes de arquitectura e colaboradores de outras áreas profissionais.

Os objectivos do workshop foram:

a) Desenvolver conhecimento específico sobre os bairros de Luanda, historicamente designados musseques;

b) Fazer reconhecimento da estrutura sócio-cultural do bairro através da utilização de solos;

c) Identificar o Património arquitectónico e/ou urbanístico local e desenvolver estudos sobre o mesmo, ou seja, levantamentos métricos, fotográficos e entrevistas sobre a importância desse mesmo património para a localidade;

A metodologia envolveu quatro módulos de trabalho, um teórico (seminário), um prático (Trabalho de Campo), um Laboratorial (Computação gráfica) e o último para produção do Relatório Final. (Anexo n.º 2)

O primeiro módulo, o seminário consistiu num seminário especializado, de natureza técnica e académica. O objectivo desse seminário foi introduzir a equipa ao universo dos musseques, na perspectiva histórico-social e morfológica em particular sobre os territórios que seriam visitados para efeito de colecta de dados. Foi também necessário reforçar os aspectos morfológicos com o intuito de dirigir o olhar da equipa para a nossa proposta de leitura do território. O reconhecimento das unidades de agregação, a verificação das vias, a identificação dos elementos morfológicos e como distingui-los. O estudo preliminar dos suportes preparados em laboratório, a interpretação das matrizes de registo de dados urbanísticos bem como dos inquéritos quer fosse na versão de questionários ou de entrevistas.

O segundo módulo voltado integralmente para o trabalho de campo foi processado em duas etapas. A primeira etapa consistiu nas 'Visitas Guiadas'. As visitas guiadas permitiram tomar contacto com a realidade dos musseques e antecipar as necessidades de campo antes do início dos trabalhos com as equipas. A segunda etapa consistiu nos levantamentos morfológicos e sociais para o reconhecimento e actualização cartográfica, dois para os Inquéritos por questionário e um para entrevistas ao grupo de foco. a expectativa foi de observar a dinâmica local e confirmar os aspectos principais da problemática sobre os musseques

expostos ainda no primeiro módulo e também produzir reflexões acerca das potencialidades do terreno. Outro aspecto essencial foi a recolha de imagens por via de fotografia, vídeos e desenhos que ajudassem a consolidar todos os elementos periféricos aos levantamentos morfológicos, referimo-nos a conservação dos espaços e às vivências no local, modus de utilização do espaço, entre outros.

O terceiro módulo voltado integralmente para o trabalho laboratorial foi processado em duas etapas. A primeira consistiu na organização do trabalho pós- campo diário que tinha como objectivo a remontagem dos mapas à escala 1/500 com as indicações recolhidas em campo. A segunda etapa consistiu na produção digital e manual dos desenhos finais. O objectivo é cartografar todos os levantamentos feitos em trabalho de campo e elaborar os painéis informativos dos espaços correspondentes. Para além disso o tratamento dos inquéritos, transcrições de entrevistas e produção de estatísticas, identificação de património, dinâmicas sociais, entre outras, que permitissem estabelecer ou confirmar a existência de uma comunidade que se reconhece no perímetro identificado com o musseque e se, se apropria do espaço como tal.

O quarto e último módulo foi virado para a produção de um relatório que pressupôs a organização dos desenhos e textos finais sobre o trabalho efectuado. O relatório foi apresentado às comunidades dos musseques estudados bem como a um grupo de especialistas no estudo de espaços cuja discussão e conclusões serão apresentadas nos subcapítulos seguintes.

Em síntese, foi recolhida informação adicional (à pesquisa bibliográfica e cartográfica), através: (1) da formulação de entrevistas *in situ* a alguns representantes diferenciados da comunidade seleccionados pelas associações locais; (2) da observação directa e do registo fotográfico de determinados contextos, gerais e específicos; (3) registo em mapas da toponímia, uso dos solos e permeabilidade das fachadas e (4) verificação e confirmação dos dados físicos registados durante o levantamento laboratorial.

Actualização de dados cartográficos não classificados

Conforme anteriormente referido no capítulo da metodologia, o Levantamento de campo foi realizado para conferir a natureza das feições cuja classificação ainda não estava definida com certeza durante a actualização digital da cartografia. Considerando o facto de os musseques serem territórios com altos indicadores de transformação, foi considerado válido conferir os elementos identificados na carta bem como registar novas estruturas.

Sectores e Toponímia

Comecemos pelo **aspecto toponímico**. A equipa local, responsável pelo seccionamento do território informou que o musseque se subdivide em cinco (5) sectores, sendo que o sector 'Mulembeira' refere-se ao sector 'Cume', 'Rio Seco' refere-se ao sector 'Sopé' e a 'Encosta' é subdividida em três subsectores nomeadamente 'Bri-Bri', 'Saber Andar' e 'Posto-Médico'. Esta subdivisão do território foi o único elemento novo a acrescentar aos elementos constituintes da unidade morfológica. Interessante referir que a delimitação destes sectores é feita em função da vizinhança ao longo das ruas, ou seja a rua não é fronteira entre dois territórios mas sim ao longo da qual ambos lados pertencem ao mesmo território. Assim, a rua não separa como fronteira mas sim relaciona duas partes da rua como pertencentes à mesma comunidade.

Unidades de Agregação

Na generalidade, o levantamento permitiu constatar o aumento de elementos que constituem os sistema unitário. As **unidades de agregação**, os arrumamentos e as edificações conforme se discrimina a seguir. O espaço privado conta com 73 unidades de agregação, o 'Cume' conta com dezasseis (16) UA's. O 'Sopé' está ocupado com seis UA's. A encosta contabiliza um total de cinquenta e uma (43) UA's que se subdividem pelos três subsectores, nomeadamente o sector Bri-Bri conta com 8 UA's, 'Saber Andar com 20 UA's 'Posto Médico' com 15 UA's. O espaço público aumentou para ____ arruamentos e as edificações para **5182** unidades. As edificações contam com uma variação de **1629** edifícios com maior expressão para os sectores da encosta.

Ruas, vazios e intersecções

Para além das questões meramente estatísticas da ocupação do espaço foi possível constatar variações interessantes na estrutura das unidades de agregação, em que alguns **arruamentos** de dimensão menor (0,6 – 1,2m) seriam de factos acessos privados, com portões que são encerrados à noite. Este facto levou-nos à reflexão sobre se seria essa questão funcional razão suficiente para determinar um tipo devia como acesso ou como os tais logradouros comuns referidos nos levantamentos de 2014.

No campo do levantamento das edificações, em particular no que concerne os do tipo 'comum', mantêm-se a predominância em termos de altimetria térrea.

Fig. 05.33

Decomposição das Edificações por Pisos: T, 2T, 3T e 4T

No que toca aos 'Singulares', foram identificados, duas escolas (sendo que uma delas era anteriormente a prisão), o 'posto médico' e a torre de vigilância. Ainda sobre as edificações, um dos aspectos essenciais foi definir a relação de cada uma delas com a rua, acessos ou logradouros interiores. A localização da 'Maianga do Povo' foi um facto importante pois tendo sido um marco patrimonial da paisagem do sopé do morro e embora tenha sido completamente ocupada o vazio do poço assim permanece pelo facto da instabilidade do solo e alagamentos constantes na época da chuva ter refreado a ocupação.

Foi possível identificar uma Praça de Mercado na fronteira sul do musseque que é constituído por um lugar de terrado ao ar livre, sem nenhuma estrutura de apoio destinado fundamentalmente à venda ao consumidor final de produtos alimentares não transformados. O relevante desta praça de mercado é o facto de funcionar de dia e parte do seu funcionamento, durante a noite transferir-se para a Rua dos Candeeiros, com relação directa ao terrado e cujo nome decorre do facto de durante a noite as Kitandas serem iluminadas com candeeiros. As Kitandas, assim como outras formas de estar nas ruas ocorre na delimitação das residências. A circulação dos pedestres ocorre no eixo central das vias e mesmo nas vias com circulação de veículos é comum a partilha do mesmo espaço sendo que os pedestres raras vezes percorrem as ruas pelas margens mas sim pelo eixo central (Fig. ___)

Fig. 5.34

Fotografia/Desenho da Rua da Macieira (Catambor)

Fonte: (Mingas, 2014)

A definição da rede urbana do Catambor é o resultado da estabilização das ruas mais antigas bem como da criação de novas estruturas que decorrem da transformação das unidades de agregação, manifestando, hoje, a coerência do sistema mais antigo formado por vias de maior dimensão, unidades de agregação mais estáveis, edifícios públicos e privados e alguns marcos urbanos públicos originalmente definidos na década de 60 do séc. XX, como também a experiência de explosão residencial que o território sofreu a partir da década de 80 do séc. XX.. Ditas experiências configuram, actualmente, unidades de agregação facilmente identificáveis pela sua imagem, cujas fichas de inventariação, inseridas no levantamento foram essenciais para definir os princípios de ocupação, dimensionamento e organização.

O Catambor trata-se de uma unidade morfológica de carácter urbano, maioritariamente dedicado à habitação, que conforma uma elipse de configuração irregular com cerca 21 hectares. A estrutura do conjunto do Catambor assenta três sectores, núcleo de assentamento humano denominados como cume, sopé e encosta estando este último subdividido em três subsectores. Estes sectores subdividem a área da "elipse" em 69 unidades de agregação, dentro das quais uma rede secundária de acessos viabiliza o acesso às habitações que não têm contacto com as ruas principais e atravessando-as (unidades) racionalizando e abreviando os percursos de acesso ao interior de cada unidade. Isoladamente, cada unidade de agregação organiza-se em função de uma ou mais parcelas iniciais, e que vão crescendo por associação de outros edifícios que será explicado com mais especificidade no subcapítulo dedicado à caracterização das unidades de agregação. Embora maioritariamente dedicada à habitação o musseque inclui áreas dedicadas a actividades de caracter diferente tais como serviços e comércio essencialmente, com alguns edifícios públicos de carácter social. No geral, os serviços e comércio estão integrados em tipologias habitacionais e os edifícios públicos são os edifícios de maior destaque pela dimensão e algumas excepções, viradas para o comércio destacam-se da esmagadora maioria por apresentarem com dois, três e excepcionalmente quatro pisos.

Revisitando os aspectos específicos da metodologia, os inquéritos foram feitos em duas vertentes. Na primeira vertente, entrevistas exploratórias semiestruturadas feitas a grupo entre 20 a 25 indivíduos previamente seleccionados dentro da comunidade pela associação parceira para o trabalho de campo buscaram respostas aos inquiridos sobre (1) como se relacionam com o tema da investigação, ou seja, com o musseque, tais como conceitos e origens; (2) património local traduzido em pessoas e lugares de interesse; (3) aprofundar as dinâmicas sócio-espaciais mais representativos e onde ocorrem, e (4) recolher informação relevante sobre perspectivas de futuro em relação ao micro-espaço (casa) e ao macro-espaço (o musseque). Na segunda vertente, questionários mistos quantitativo-qualitativos feitas a grupos de residentes e transeuntes locais entre 100 e 200 indivíduos levantaram dados acerca do Bairro, da Casa e sobre a Qualidade de Vida.

a) Entrevistas "História e Estórias: Conceitos, Origens Património Makota e Futuro"

Para clarificar conceitos, identificar referências e refinar as ideias sobre a casa, um eixo de observação privilegiado é o da análise das representações de alguns dos protagonistas do musseque do Catambor (kotas, essencialmente). Assim sendo, neste capítulo pretende-se reunir um conjunto de dados, recolhidos através das entrevistas com esse grupo, relativos aos assuntos supracitados.

Durante o levantamento de campo no Catambor foram seleccionadas (20) indivíduos mas somente entrevistámos 10 pessoas (vide Anexo n.º 2). Classificámos a diversidade dos sujeitos de acordo com as cinco (5) características sócio-demográficas seguintes: (1) Idade, (2) Estado civil, (3) Nível de escolaridade, (4) Antiguidade no bairro e a (5) Profissão/ Actividade.

A heterogeneidade do grupo garantiu o registo de intenções e experiências diferenciadas no entanto bastante coerentes e similares acerca das características físicas e sócio-espaciais do local permitindo então a estabilização do conhecimento sobre o universo sócio-espacial em estudo nesta investigação.

As entrevistas ocorreram todas em formato presencial e registadas em vídeo com ínfimas excepções de entrevistados que preferiam o registo áudio. A interacção com a ANAC permitiu identificar todos os contactos a abordar no terreno. Destacamos o acesso aos kotas do local e a aquiescência dos familiares que garantiu uma plataforma de confiança para todos. Foram levantados os dados pessoais em fichas de Registo que foram assinadas pelos entrevistados ou pelos seus familiares. O nível de confiança que se estabeleceu com os entrevistados permitiu para além do registo em áudio e vídeo outras partilhas como fotografias ao espaço habitacional permitindo então tirar fotografias ao quintal e às moradias visto que todos, sem excepção, permitiram que a entrevista ocorresse nas suas casas e fomos todos recebidos no quintal.

Quanto à sua duração, embora a nossa previsão fosse entre 30 e 60 minutos, todas decorreram entre 60 e 120 minutos, sendo que em dois casos, foi necessário mais do que um dia e o total das sessões foi superior a 180 minutos. Os guiões serviram o propósito de uma orientação mais fluente da entrevista oral, o que levou a maior espontaneidade na transmissão do testemunho oral. Os objectivos gerais e específicos da investigação foram expostos no início da entrevista, sendo que tivemos o cuidado de transcrevê-los no "Guião da Entrevista" tendo sempre em vista o máximo de transparência entre entrevistador e entrevistado. A abordagem restringiu-se a dois temas: (1) A legitimação da entrevista e motivação dos entrevistados e (2) as razões que justificam o estudo sobre os Musseques de Luanda. No primeiro tema garantimos o anonimato das opiniões do entrevistado; a autorização para gravar a entrevista; dar conhecimento da transcrição e informar sobre o resultado da investigação. Quanto ao segundo tema, o objectivo maior foi o de investigar acerca dos musseques em particular orientando segundo temas específicos, nomeadamente: (1) Definição. "*Catambor é Musseque*?" (2) Origem "Antiguidade e primeiro local de assentamento", (3) Toponímia "Justificações", (4) Património "Cacimbas e Árvores" (5) Liderança "Tradicional ou Político-Administrativa", (6) Factos Históricos Importantes "Festas Religiosas? Festas Tradicionais?", (7) Personagens de Referência "*MaKota*" e (8) Perspectivas de mudança no contexto da casa e do bairro.

A orientação das entrevistas foi semiestruturada permitindo que a partir dos tópicos enunciados os entrevistados se sentissem à vontade para desenvolver a sua narrativa sobre o assunto com base no seu conhecimento empírico. Toda a informação recebida produziu dois resultados. Por um lado, sustentou a pesquisa bibliográfica previa, esclarecendo algumas dúvidas e por outro lado, deu-nos informações novas acerca do local que posteriormente foi cruzada entre os demais para garantir a segurança do conteúdo. Ainda sobre o segundo resultado, tentou-se buscar informação documental a respeito mas em alguns casos não conseguimos ir para além dos testemunhos dos entrevistados.

A informação recolhida nas entrevistas, adaptada, e produzida relativa ao caso de estudo (Catambor, foi agrupada segundo três grupos de análise (ver Anexo n.º 2): território, comunidade e perspectivas. Nestes grupos de informação estão expressas as visões individuais dos entrevistados e somente desta forma conseguimos cruzar informações e analisar as semelhanças e contradições.

As entrevistas foram feitas aos 10 cidadãos seleccionados nomeadamente seis mulheres e quatro homens com idades compreendidas entre os 33 e os 95 anos. A título de síntese, apresentaremos os resultados nos grupos previamente identificados.

a.1) Acerca das questões territoriais (Grupo I)

Conceito

Foi comum a todos os entrevistados a denominação de Catambor como Musseque. Os mais antigos com uma informação condizente com as referências históricas apresentadas previamente outros com uma associação mais ao contexto actual, ou seja, o da precariedade urbana.

Origem

Foi identificado pelos entrevistados o sector 'Mulembeira', no cume, como o primeiro ponto de assentamento. A encosta teria sido a segunda, e finalmente o sector do Rio seco', no sopé.

Toponímia

A origem do nome Catambor, os nomes dos sectores e as suas razões são uma denominador comum em todos os entrevistados. O nome Catambor decorre do facto das casas dos contratados para serviço agrícola serem inicialmente feitas em folhas de tambor, aspecto desenvolvido mais adiante. A denominação dos sectores está estreitamente relacionada aos valores culturais das populações, espelhando e assegurando a importância histórica de factos, pessoas, costumes, eventos e lugares, e fisiografia que permanecem na nossa memória colectiva.

Património "Cacimbas e Árvores"

No aspecto fisiográfico temos dois sectores, a 'Mulembeira' e o 'Rio Seco'. Ainda na questão fisiográfica, temos o sector 'Saber Andar' que descreve o local de maior declividade da encosta mas cuja denominação está relacionada com o perigo que o local representa. No aspecto humano temos o sector 'Bri-Bri' nome do residente mais destacado do local. Por último, no aspecto dos lugares, temos o sector 'Posto Médico'. Outros aspectos da toponímia é o facto das ruas do sector da Mulembeira, denominadas por referências alfanuméricas que se pode constatar na Carta de 1988 mas que são personalizadas pela população atribuindo referências fisiográficas, humanizadas ou construtivas. Como exemplo pode-se identificar a Travessa 16 M.M, localizada a sul da amostra A2, que é conhecida pelos residentes como Rua da Comissão e outros mais seguem a mesma lógica toponímica.

Neste tema os entrevistados identificaram três árvores em particular: [1] A Mulemba da Praça de Mercado, [2] a Mulembeira dos Makota em frente à Escola e [3] a Mulemba do quintal do Soba. A narrativa melhor construída acerca da famosa Mulemba da Praça do Mercado, que já não existe, foi dada pela *kota* Esperança Teles ao relacioná-la com um fubeiro, o Nunes, que ainda em tempos coloniais teria autorizado que à frente do seu estabelecimento fossem montadas as *kitandas*, ou seja, a Mulemba era a referência da Praça de Mercado.

Quanto à Mulemba dos Makota, segundo Fernando César 'Malamba' *"(…) quem encontrou e regava aquela Mulembeira era o meu avô, mais velho Benedito, (…) estava no meio da rua da escola (…). A população do bairro Catambor teve a impressão que ali naquela Mulembeira faziam rituais e tudo mais, mas não tinha nada a ver. Segundo o meu avô, nas aldeias tinham esse costume, nas noites batucar e tudo mais, estar ali porque era uma Mulembeira. se nós notarmos, todas as casas do bairro Catambor tinham arvores, (…) então os nossos avôs tinham o hábito de ficar debaixo da arvore, fazer um ritual, um batuque e tudo mais, e tinham a impressão que a noite a arvore dá uma outra imagem." (CEICA, 2021)*

A terceira Mulemba, é referida na entrevista feita ao senhor António Domingos (Anexo) como sendo a do quintal do soba, o velho Kiuma.

Em relação aos pontos de água, a referência maior foi a Maianga do Povo. Pelas palavras da kota Esperança Teles, a água da cacimba "não dava para beber, era só para as lavras" já segundo Deolinda Lango Nunes Macano. e um "lugar de Brincadeira das crianças (…) no decorrer do tempo a água foi baixando, a água foi embora e os moradores foram fazendo as suas casas por cima da cacimba."

Ainda são identificados outros pontos de água. O depoimento de Luís Cafuquena refere que "Aqui onde tinha este posto era um fontenário" (Luís Cafuquena) referindo-se ao chafariz do Largo da Comissão e que o "balneário público virou cantina" (Luís Cafuquena), que no léxico popular é o mesmo que uma loja de conveniência. Esperança Teles ainda refere um Chafariz inaugurado por Lúcio Lara, proeminente figura política e que é ainda hoje um dos chafarizes públicos mais visitados, localizado no eixo de delimitação entre o sector 'Mulembeira e 'Saber Andar'.

Para além destes lugares, outros foram mencionados como referências comunitárias: a Comissão de Moradores ou Casa da OMA' ou no largo do chafariz velho), o Pavilhão como espaço recreativo, o Posto médico e as três escolas localizadas nos sectores Saber Andar, Mulembeira e Rio Seco. Existe ainda uma construção *sui generis*, localizada no sector Saber Andar, na unidade de agregação n.º 61 (Amostra 3) cuja função não se consegue determinar com clareza. Segundo o depoimento de

Fernando César "Malamba" a torre que funcionava como sinalizador para reuniões clandestinas mas não houve mais nenhum depoimento que corroborasse tal facto. e nem sequer constam como património identificado nos questionários. Inclusive, o senhor António Domingos do alto dos seus 95 anos afirmou "Nunca ouvi ninguém a contar isso".

a.2) Acerca das questões comunitárias (Grupo II)

Liderança "Tradicional ou Político-Administrativa",

O depoimento da Senhora Camila Kiuma foi essencialmente virado para o papel que desempenhou a casa do seu pai enquanto soba do musseque. A casa do soba Kiuma foi identificada por vários dos entrevistados como sendo o *lumbu* do musseque do Catambor ou seja o quintal aonde se reunia a população sempre que houvesse um problema de carácter comunitário para resolver. O soba entretanto falece já no séc. 21, em 2013, e desde então o *lumbu* deixou de existir. Há uma posição interessante vinda do Senhor Venâncio Amorim, que refere que "Ausência de soba é ausência de liderança" denotando uma relação clara com as tradições de gestão comunitária

Factos Históricos Importantes "Festas Religiosas? Festas Tradicionais?",

Quanto às comunidades religiosas António Domingos referiu da congregação de Nossa Senhora de Fátima no Catambor (…) e que a de São Pedro "uma das primeiras igrejas da Católicas do Prenda" (António Domingos) terá começado no Catambor também. Como data celebrativa menciona o dia 1 de Setembro como data de Celebração da comunidade religiosa mas restrito ao local de culto que se localiza no 'Largo da Comissão'. Outras congregações religiosas são também apontadas como Testemunhas de Jeová e Metodista. A prática religiosa tradicional, não é mencionada por nenhum entrevistado.

Os personagens de referência do musseque devem ser diferenciados por categorias. Esta abordagem decorre do facto do musseque ter uma origem particular e a vivência no local decorria de uma relação empregatícia entre contratados e contratantes, fenómeno amplamente conhecido como o fenómeno do contratado.

Personagens de Referência

No geral, as referências comunitárias recaíram sobre os "*MaKota*" em particular as famílias mais antigas que fizeram parte do assentamento dos primeiros contratados. Foram referidas como sendo vinte famílias mas nem todas foram identificadas[15]. Os nomes mais referidos são; Louise Auguste Therèse Berman, mais conhecida como 'Madame Berman' e a proprietária do Catambor, João Benedito da Silva. funcionário/capataz ao serviço da Madame Berman, responsável pela selecção dos contratados e a pessoa que determinava o local para habitar dos novos residentes. Chegada do João Benedito ao Morro da Maianga nos finais da década de 20. Manuel Kiuma, o soba do Catambor, personagem essencial na gestão do quotidiano comunitário, o fubeiro Nunes com que se relaciona de forma indissociável a grande Mulembeira que foi referência da praça de mercado e o quimbanda Bri-Bri, curandeiro tradicional que embora alguns entrevistados manifestem desprezo pelas suas práticas (Venâncio Amorim e António Domingos) é tão essencial na narrativa do musseque que o seu nome é também um topónimo de um dos sectores da encosta.

As demais famílias, na sua maioria provenientes Calulo, Quibala, povos do Cuanza Sul ou de outras regiões também da região norte de Angola e de Cabo Verde.

De realçar que o significado destas referências comunitárias não é abrangente a todos os sectores do musseque do Catambor. No 'Rio Seco', sector localizado no sopé do morro da Maianga, o *depoimento da senhora Deolinda traz-nos uma perspectiva mais recente do musseque visto a mesma residir no local desde 1995. Refere-se ao musseque e aos seus residente com bastante empatia mas numa perspectiva mais de vizinhança do que de parte da comunidade. A sua percepção sobre o espaço é de pouco conhecimento acerca do bairro e das suas gentes e/ou percurso histórico.*

a.3) Acerca das questões prospectivas (Grupo III)

A percepção acerca da qualidade da casa é maioritariamente satisfatória. No entanto, fazendo uma discriminação dos resultados temos três aspectos: no que toca à organização do espaço há uma satisfação geral. No entanto, a precariedade dos aspectos técnicos e dos acabamentos fez os entrevistados admitirem sempre a necessidade de um projecto para melhoria das condições gerais da casa.

[15] Nomes e/ou famílias de referência no musseque do Catambor.: Louise Auguste Therèse Berman, mais conhecida como 'Madame Berman', Madame Carlota, Senhor Nunes, João Benedito da Silva, Manassas, Kimbote, Família Ernesto Cair, Família Mateus, Velho safa, Manuel Kiuma (Soba), Esperança Teles, Francisco, senhor Lourenço, família Cardoso, família Almeida do senhor Armando (Cabo Verde), Cabinda, Domingos (António domingos), Família Paulo, velho Vasco, Manuel Galheta, Violante, Bri-Bri e Antonica (irmã).

A preocupação com o espaço público foi transversal a todos os entrevistados no que toca ao provimento de serviços públicos em particular o saneamento e também ao estreitamento dos arruamentos que decorre da apropriação do espaço público com a transformação da casa é denunciado como o factor principal de insegurança e criminalidade.

b) Questionário "Casa, Bairro"

O principal objectivo do questionário baseou-se na importância de quantificar aspectos organizacionais e funcionais do residente no musseque no que toca à sua casa e ao seu bairro[16].

Segundo o pedagogo e sociólogo brasileiro, Antônio Carlos GIL, autor do livro 'Métodos e técnicas de pesquisa social' o questionário, pode ser definido "*como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc*." (Gil, 2011, p. 128)

No musseque do Catambor o universo de inquiridos foi de 203 indivíduos residentes, sendo 111 homens e 92 mulheres. As dimensões de análise são semelhantes para os demais casos de estudo (Calemba, Mulemba e Sambizanga), constituem o denominador comum nos objectivos do trabalho de campo, e contribuem para reflectir sobre aspectos morfológicos nem sempre priorizados em estudos sobre os musseques.

Os indicadores sobre as questões da Casa (1) e do Bairro (2) reflectem a vivência dos residentes e diferem consoante o objecto de análise (o musseque) e as suas especificidades. Contribuem, em todo o caso, para reflectir sobre os processos de produção e de transformação do espaço habitacional, seus constrangimentos e potencialidades. Para uma reflexão crítica mais aprofundada, os indicadores tomaram em consideração os conceitos estruturantes tal como identificados no enquadramento teórico (ver subcapítulo anterior) e foram analisados de acordo com o mencionado referencial teórico do direito à cidade: produto e obra. O perfil dos questionados é definido por uma população maioritariamente masculina e enquadrada no grupo etário dos 25-35 anos de idade e de ascendência Ambundo. Embora o sector do cume, também denominado como 'Mulembeira' tenha sido o local onde a incidência dos inquérito tenha sido maior, os sectores localizados na encosta, no seu conjunto, representam a maioria dos inquiridos. De uma forma geral são residentes mas importa ressalvar a constatação de que pouco mais da metade dos inquiridos reside no musseque do Catambor desde 1988 e somente uma minoria de aproximadamente 10% é residente desde o período colonial, ou seja, antes de 1974.Os resultados sobre o questionário serão apresentados em duas partes que corresponde às duas escalas de percepção do espaço, a referente ao Bairro e referente à casa.

[16] A componente da qualidade de vida foi integrada no trabalho não por ser especificamente necessário para a investigação mas porque o workshop serviu o propósito de levantamento de dados para o observatório do projecto de investigação 'Musseques' em curso no Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura na Universidade Lusíada de Angola desde o ano de 2012

b.1) Acerca do Bairro

Acerca do Bairro os aspectos toponímicos quer do musseque, sectores ou mesmo patrimoniais são desconhecidos da maioria e este aspecto aplica-se às questões histórico-patrimoniais do bairro no entanto, o espírito comunitário e de conhecimento da vizinhança é evidente o que suporta a percepção de estarmos perante uma comunidade bastante coesa e que nos trás referências locais mais contemporâneas e ligadas às questões culturais. Este aspecto vai de encontro com o facto de espaço público ser dominado por actividades de carácter lúdico-culturais, tais como desporto que é o mais representativo e a música, dança e teatro como as mais insignificantes. O comércio tem bastante expressão como actividade de rua mas mesmo assim ficou bastante aquém do desporto.

b.2) Acerca da Casa

Comecemos pelo facto de os resultados demonstrarem que estamos perante uma comunidade que relativamente de forma relativamente equitativa tem casa própria e vive em casa de aluguer ou esclarecimento à volta do conceito casa própria e casa de aluguer muitas das vezes significa que membros da família que residem no mesmo espaço identifiquem não terem casa própria portanto este esclarecimento era essencial fazê-lo. Pois é consentâneo com o facto de 97% dos inquiridos viver com familiares. Em relação ao agregado familiar a maioria relativa assenta num grupo entre 4 e 7 indivíduos e mais de 7 indivíduos no entanto em relação à ao tipo de familiares com os quais se vive é também bastante equitativo.

Quanto à configuração da casa de uma maneira geral todas os inquiridos identificaram que as suas residências tinham quintal, no entanto esta mesma maioria também declara que os seus quintais não têm árvores e que as mesmas servem essencialmente como sombra para os casos em que existem. No entanto a questão que se levantou sobre um acto ritualístico que é o de 'homenagear os espíritos e ancestrais'[17] não foi reconhecido por nenhum dos inquiridos.. O quintal não é partilhado com vizinhos mas essa condição abrange cerca de dois terços dos inquiridos. O sistema de inquilinato abrange cerca de 1/3 dos inquiridos. Devido a um erro na formulação do questionário, não temos resposta quanto às transformações nas casas pois a pergunta associava as obras na casa à necessidade de albergar inquilinos. Quanto aos níveis de satisfação com o espaço habitacional, os resultados são positivos somando mais de 80% dos inquiridos com respostas enquadradas nos parâmetros Satisfatório, Bom e Muito bom. No entanto, este indicador está directamente relacionado com a necessidade de um projecto para melhoria da casa e na mesma medida da impossibilidade financeira para o adquirir. Uma vez inquiridos acerca do que gostariam de alterar nas suas casas, a sala foi o espaço mais referido sendo que o indicador mais registado foi o "Tudo".

[17] Sendo as árvores vistas como locais sagrados ou residências de espíritos e ancestrais é comum verter uma bebida alcoólica na base de uma árvore como forma de honrar esses seres espirituais e pedir sua bênção ou protecção.

Síntese

A abordagem específica ao musseque do Catambor permitiu-nos ter uma visão introspectiva do território. Essa leitura foi efectuada em duas etapas diferentes:

A primeira etapa foi o Levantamento Laboratorial. De carácter preliminar, o desenho do espaço-musseque é essencial para a compreensão e caracterização das suas singularidades formais. As configurações resultantes do uso dos solos, a disposição dos propostos elementos sígnicos no espaço público, privado e os semi-intersticiais, só foram possíveis através do desenho.

O primeiro processo de compreensão do território foi de enquadramento do caso de estudo e dos casos de referência.

O segundo decorreu da digitalização e vectorização da cartografia histórica, nos anos de 1974, 1988 e 2014, permitindo compreender a transformação diacrónica do território.

A terceira fase, analisar a forma consolidada, cristalizando o território à data de 2014 e a partir dessa data, fazer o estudo da forma em 5 vertentes: as matrizes, os organizativos, qualitativos, quantitativos e figurativos.

O levantamento laboratorial foi realizado de acordo com a matriz elaborada e apresentada no capítulo da metodologia. Essa informação constituiu a fundamentação gráfica para análise e interpretação do musseque do Catambor. Alguns desafios foram-se levantando ao longo do processo por falta de informação sendo que os mais difíceis de ultrapassar foram a delimitação da unidade morfológica e o parcelamento das unidades de agregação. Foi necessário recorrer a alguma especulação que no caso da delimitação a solução teve que se suportar em aspectos fisiográficos como a topografia do terreno, operações urbanísticas desactualizadas e mapas sinópticos não cartográficos. No caso do parcelário, as tentativas de encontrar uma solução continham tal grau de abstracção que os resultados não foram considerados e adiados para a segunda fase.

A segunda etapa foi o Levantamento de Campo. Com um carácter mais definitivo, foram executadas duas acções de perfis diferenciados.

A primeira consistiu na actualização do levantamento laboratorial nomeadamente O Sítio (interpretação da delimitação geral e sectária e topografia), as unidades de agregação (interpretação dos), a Rede Rizomática (as ruas perimetrais/circunjacentes, seus segmentos e intersecções) e por último as Unidades Morfológicas (elementos singulares e comuns edificados e não edificados).

A segunda, consistiu no levantamento de informações a partir de inquéritos por questionário e entrevista sobre seus moradores, etnicidade, habitação e qualidade de vida, património, dificuldades existentes e propor medidas para soluções dos problemas identificados e incremento no uso e actividades locais. Para além da pesquisa bibliográfica, através das entrevistas e dos inquéritos, foi possível construir um texto com especificidades históricas e sociais que fazem parte da memória comunitária e que não estão registadas, com excepção para elementos dispersos em várias fontes bibliográficas. Fazer foco para uma narrativa cuja atenção está voltada para os esquecimentos da história comunitária e que por essa razão tem importância reduzida no contexto maior da cidade permitiu-nos reconstituir aspectos morfológicos relacionados com os marcos do espaço, edificados ou naturais que alguns desapareceram e outros passam a ter a sua existência fundamentada. Durante o processo foi interessante compreender a simbolização do espaço a partir da reconstrução da memória. Os lugares, vistos através da imaginação introduzem novos significados a um edifício ou a uma encruzilhada que abriu a discussão das relações entre o simbólico e o imaginário e entre a história e a ficção.

A consolidação do processo exigiu o tratamento dos dados recolhidos que resultou em dois apêndices (parte integrante do relatório), nomeadamente:

1. **Levantamento Urbanístico do Catambor**. Algumas imagens indicativas foram integradas como parte do texto sendo que todas elas serão apresentadas num dossier, em apêndice para melhor compreensão da informação traduzido graficamente pelas peças desenhadas.

2. **Inquérito Histórico-Social do Catambor** Narrativa Histórico Social. O Inquérito foi feito a um universo de 215 indivíduos no contexto de uma população estimada de 20.598 residentes o que se traduz numa margem de erro dos resultados entre 5% a 10% (Arkin & Colton, 1950)

5.3 Análise e Interpretação Urbana

Com carácter definitivo, o tratamento dos dados recolhidos foi feito com o objectivo de diferenciar o sistema dos elementos, respeitando assim a Matriz proposta. De realçar que esta fase, à imagem da segunda, só diz respeito à actualização da carta produzida no ano de 2021.

5.3.1 Os processos da transformação diacrónica

A Transformação Urbana

Enquadramento

Compreender o fenómeno da transformação urbana implica interpretar como os seus processos se manifestam em diferentes contextos. É possível fazer-se uma síntese desses processos, referindo em particular a Expansão Urbana, Urbanização, Declínio Urbano, Declínio Rural, Contra-urbanização e Suburbanização.

Quadro17 - Processos de transformação urbana (Fonte: Wolf 2020)

Processos	Descrição
Expansão urbana	Crescimento das áreas urbanas de maior dimensão, originando uma grande concentração de população, actividades económicas ou serviços no seu perímetro.
Urbanização	Passagem de modos de ocupação de baixa densidade para zonas de alta densidade, impelida pela migração das populações para os centros urbanos existentes.
Declínio urbano	Declínio da população de uma dada área urbana, acompanhado por fenómenos como o abandono de infra-estruturas e património edificado, o envelhecimento demográfico ou o declínio económico.
Declínio rural	Abandono de áreas rurais, que tende a caracterizar-se pelo abandono de explorações agrícolas, pela concentração e encerramento de serviços, pela transformação das paisagens e por um progressivo despovoamento.
Contra-urbanização	Processo de urbanização de áreas rurais que se situem para além das zonas suburbanas ou periurbanas.
Sub-urbanização	Expansão das áreas urbanas para a sua periferia, muitas vezes de forma dispersa.

No nosso entender, a suburbanização e a expansão podem ser processos integrados no fenómeno global da urbanização, assim, para efeito deste artigo, aplica-se o processo da urbanização. O que vemos acontecer no geral é a implosão urbana[18] do território da cidade devido à escassez de recursos urbanos de qualidade para alojar a população migrante do interior do país resultando num exercício de concentração populacional que levou a um desajuste da realidade com as capacidades urbanas. A velocidade desta concentração de ocupação e consequente densificação do espaço ocorreu maioritariamente nos musseques. O uso do solo urbano, de uma maneira geral, foi realizado à margem de ordenamento urbanístico (resultante de apatia administrativa) e na sequência da falta de recursos imobiliários disponíveis para prover a população em crescimento. Para além da densificação do território dos musseques também acontece um extravasamento para as zonas projectadas limítrofes o que transformou os musseques na paisagem predominante da fronteira da cidade enclavando o tecido colonial.

Segundo Panerai, "*por crescimento de uma aglomeração entende-se aqui o conjunto de fenómenos de extensão e adensamento apreendidos de um ponto de vista morfológico, isto é, a partir de sua inscrição material no território*" (Panerai 2006, 51). Assim, pretendemos estudar os estes fenómenos através das configurações que o território do musseque assume a partir da "*descrição de estados e processos configuracionais e suas relações com a dinâmica social correspondente*." (Silva, 2018), ou seja, a partir da perspectiva da densidade construtiva e nada mais.

Assim sendo, a densificação urbana, pode ocorrer a partir de várias acções sobre o território, de alteração ou surgimento de novas edificações entre outros. Considerando que este trabalho tem o musseque como elemento de estudo, é essencial deixar claro que o conceito de densidade construída que exprime a relação entre o total de área construída e a área do território não é somente um processo quantitativo, mas um ponto de partida para a interpretação da forma. Assim, *"a densificação da forma construída ao expressar a relação entre área construída e área urbanizada permite a identificação dos Pontos Críticos na relação entre forma construída e tecido urbano" (Silva, 2018).*

Outro processo de transformação que consideramos válido para o estudo foi a expansão urbana, embora seja um fenómeno normalmente aplicado à escala global, ao aumento de área do tecido urbano para o nosso caso de estudo, essa expansão é analisada em função da delimitação do musseque e em função de como as unidades morfológicas se comportam em relação aos limites do território. Ou seja, como o espaço se configura perante relações de proximidade de tipos urbanos. Que tem o limite como fronteira ou perante a explosão de unidades morfológicas que cresceram para além do limite. Neste contexto da expansão, a identificação dos pontos críticos permitir-nos-ia compreender os pontos de ruptura/tensão do tecido e como tal se processa.

Para além dos processos acima identificados, a desarborização afigura-se como sendo de vital importância não somente pelo aspecto climático, mas por fazer parte da hipótese da tese como um dos elementos do sistema habitacional triádico.

[18] Entenda-se o conceito implosão a partir da interpretação da obra de Henri Lefebvre como a tendência à aglomeração nas áreas centrais das metrópoles, significando uma retomada dessas áreas como espaços privilegiados. (Lefebvre, 2001)

Ao analisarmos visualmente o tecido do Catambor em 1974 e 2021 a transformação é clara tanto no caso da densificação como da expansão. No entanto, uma verificação pormenorizada permite-nos compreender outros aspectos da forma que afectam a qualidade de vida dos residentes.

Quadro 18 – Comparação Quantitativa do impacto das Transformações Urbanas no Catambor (1974 – 2021)

Nº	Elementos Urbanos	1974	2021	Observações
1	Unidade Morfológica	Catambor	Catambor	
1.1	*Sectores*	*3*	*5*	*Aumento. 167%*
2	Unidades de Agregação	18	69	Aumento. 383%
2.1	***Tipo G***	***3***	***0***	**Extinção**
2.2	*Tipo M*	*1*	*6*	
2.3	*Tipo P*	*11*	*33*	
2.4	*Tipo xP*	*7*	*30*	
3	Rede Rizomática			
3.1	*Rua Perimetral*	*58*	*195*	*Aumento 336%*
	Segmentos – Tipo A	13	45	
	Segmentos – Tipo B	15	35	
	Segmentos – Tipo C	3	115	
3.2	*Vazios*	*11*	*19*	*Aumento 173%*
	Largos	9	18	
	Parque Urbano	**1**	**0**	**Extinção**
	Praça-mercado	1	1	
3.3	*Intersecções*	*23*	*46*	
	Cruzamentos	**4**	**1**	**Redução**
	Entroncamentos	19	45	
4	Edificações			
4.1	*Edificações do tipo 'Singular'*	*5*	*19*	
	ES - Equipamento	4	19	
	ES - Monumentos	**1**	**0**	**Descaracterização**
4.2	*Edificações do tipo 'Comum'*	*1152*	*3533*	*307*
	Isolados - CSU[19]	750	62[20]	
	Isolados - CPP[21]	402		
			3471	**Descaracterização**

[19] Cubata Sub-urbana

[20] "Foram identificados 77 árvores relacionadas a logradouros internos ou seja, na relação, estando quinze (15) localizados no 'Cume', cinquenta e oito (58) na 'Encosta' e quatro (4) no 'Sopé'."(vide 'Levantamento Laboratorial 1974-2014).

[21] Casa Popular Portuguesa

A interpretação do processo de transformação urbana dá-se a partir do levantamento e da análise de áreas de transformação por densificação, subdivisão, estruturação, ocupação ou sobreposição, e suas características morfológicas como delimitação, edificação, entre outros.

Caracterizamos estes processos nos termos seguintes:

Processo I: Densificação do espaço privado existente com o aumento de edificações. Este processo ocorre em Unidades Morfológicas cuja sedimentação no espaço lhe confere estabilidade. Estamos perante Unidades Morfológicas de Delimitação Estável e Densificação Interna.

O primeiro é a densificação do espaço privado, unidades morfológicas, consequência do aumento de edificações no seu interior. Para este processo estudamos a Unidade Morfológica n.º 1 e identificaram-se duas etapas. A primeira, que identificamos a partir da Carta Topográfica de 1988, foi a do fechamento do perímetro neste caso com a edificação de 4 unidades mantendo alguma porosidade que permite o acesso ao interior, no entanto, o que se verificou com a observação *in situ* em 2021 foi que esta porosidade deixa de existir compactando o fechamento. A segunda etapa que foi observada em 2021 foi o preenchimento dos vazios. Este processo decorre da construção de unidades dentro dos logradouros podendo gerar, ou não, sistemas habitacionais.

Processo II: Subdivisão. Este processo ocorre com Unidades Morfológicas mais antigas no tecido urbano mas cujo processo de densificação provoca a ruptura da unidade criando duas unidades.

Interpretamos este processo como uma das principais faces do crescimento do habitat urbano precário. O processo de densificação do espaço privado (Processo I) provoca a fragmentação de unidades de habitação ou outras tipologias. Essa subdivisão da habitação em duas ou mais habitações tem duas razões:

1) o aumento da família e

2) o aumento da especulação imobiliária.

Essa forma de ocupação, é um reflexo da fragilidade económica e também da oportunidade de negócio. No que toca aos aspectos formais, caracterizada pela transformação interna da unidade morfológica até à ruptura, essa transformação já afecta a paisagem do musseque visto que estas cicatrizes no tecido urbano, afectam a qualidade da rede viária, visto que na sua expressão maioritária quando tal processo ocorre, a via que as separa as novas unidades é por via de regra uma via do tipo C com largura entre 60 e 120 cm. Os trabalhos de campo tiveram como objectivo a identificação dos perímetros e não dos interiores das unidades morfológicas no entanto a partir das entrevistas foi possível recolher como informação que estas subdivisões ocorrem com a necessidade de criar um estoque imobiliário (independentemente da finalidade) o que origina a fragmentação dos logradouros. Embora tenhamos identificado este processo, os levantamento efectuados em Agosto e Setembro de 2021 não tiveram como finalidade identificar os edifícios resultantes deste processo, logo este dado não faz parte do levantamento.

Processo III: Organização. Identificamos esta ocorrência na encosta do Catambor. Visto que as grandes manchas de ocupação do espaço não nos permitiram identificar

unidades morfológicas em 1974. No entanto, os levantamentos de campo de 2021 identificaram dezenas de unidades morfológicas que decorreram da consolidação das edificações no espaço. Quando as unidades morfológicas ainda não se consolidaram, não apresentam delimitação clara e logo, a sua estrutura vai se metamorfoseando até se estabilizar no tecido urbano. As características destas unidades morfológicas, localizadas na encosta são bastante diferentes das localizadas no cume. São de dimensão reduzida e as vias circunjacentes também estão nos parâmetros de menos dimensão.

Processo IV: Ocupação. Este processo ocorre com a ocupação de espaços com características *non* aedificandi ou de usufruto comunitário como mercados.

A ocupação urbana no Catambor foi marcada por um processo acelerado de transformações urbanas que afectaram os centros urbanos em todo o país. O aumento demográfico de uma população que era de 1.152 indivíduos em 1974, passou a ser de 20.598 indivíduos em 2021[22]. Neste ritmo acelerado, o desafio de ordem mais imediata, demandou por um estoque de recursos habitacionais que não eram compatíveis com o existente, nem tampouco com os processos de densificação das UM's e a densificação no musseque não se faz em altura por razões essencialmente técnicas. Caracterizamos a ocupação com o surgimento de novas unidades morfológicas nos vazios, sendo estes do tipo largos, praças, franjas e *non aedificandi.*

Para este processo estudamos dois tipos de ocupação; o fechamento de um largo e a ocupação de um vazio non aedificandi. Para a primeira seleccionamos uma secção composta por um conjunto de Unidades Morfológicas e identificaram-se duas etapas. A primeira, que reconhecemos a partir da Carta Topográfica de 1988, foi a da construção de três edifícios e o fechamento com muros que alterou a delimitação do largo. A segunda etapa que foi observada em 2021 foi o preenchimento dos vazios. Este processo decorre da construção de unidades dentro dos logradouros podendo gerar, ou não, sistemas habitacionais.

O segundo é o intrincamento do tecido urbano consequência da criação de novas parcelas dentro da delimitação do musseque. No caso do Catambor, esta densificação ocorre no parque urbano da Maianga do Povo, perímetro inundável do Rio Seco, na secção norte e que começa a ser povoada a partir dos anos 80, segundo os relatos feitos pelos residentes.

> *"Havia a maianga do povo junto ao Clube 1º de Agosto. Aí onde agora é o rio seco era um rio mesmo, molhado, que desaguava numa lagoa que era a Lagoa dos Elefantes. Isso é no bairro da Samba, onde desaguava o rio, mas o rio desaguava numa lagoa antes de dar para a baía. Essa era uma lagoa de elefantes, frequentada por elefantes. Quando os portugueses aí chegaram, e durante muito tempo, havia elefantes, que depois foram descendo e acabaram por ficar-se pela Quiçama. […] Quando os militares tomaram o espaço do hoje Clube 1º de Agosto, havia aí um descampado e havia também a Maianga do Povo, mas os militares foram construindo as suas casas e não respeitaram a distância mínima que se deveria observar em relação aos monumentos."* (Freire, 2015)

Processo V: Expansão. Ocorre quando uma unidade morfológica em processo de formação força o rompimento das delimitações do seu território provocando um extravasamento para espaço público ou privado exógeno criando um conflito com a estrutura da

[22] As projecções aproximadas da população, feitas com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola, foram previamente apresentados no presente capítulo.

envolvente. Estas unidades morfológicas representam um dos sectores críticos no processo de crescimento dos musseques.

Para este processo estudamos uma secção da franja do musseque, próximo da sua delimitação. Entre o vazio completo que se identifica no ano de 1974 e a ocupação com alta taxa de ocupação temos o estágio intermédio que se verifica a partir da Carta Topográfica de 1988. A ocupação do espaço é aleatória e pelos relatos dos residentes, o surgimento de novas edificações é encosta abaixo.

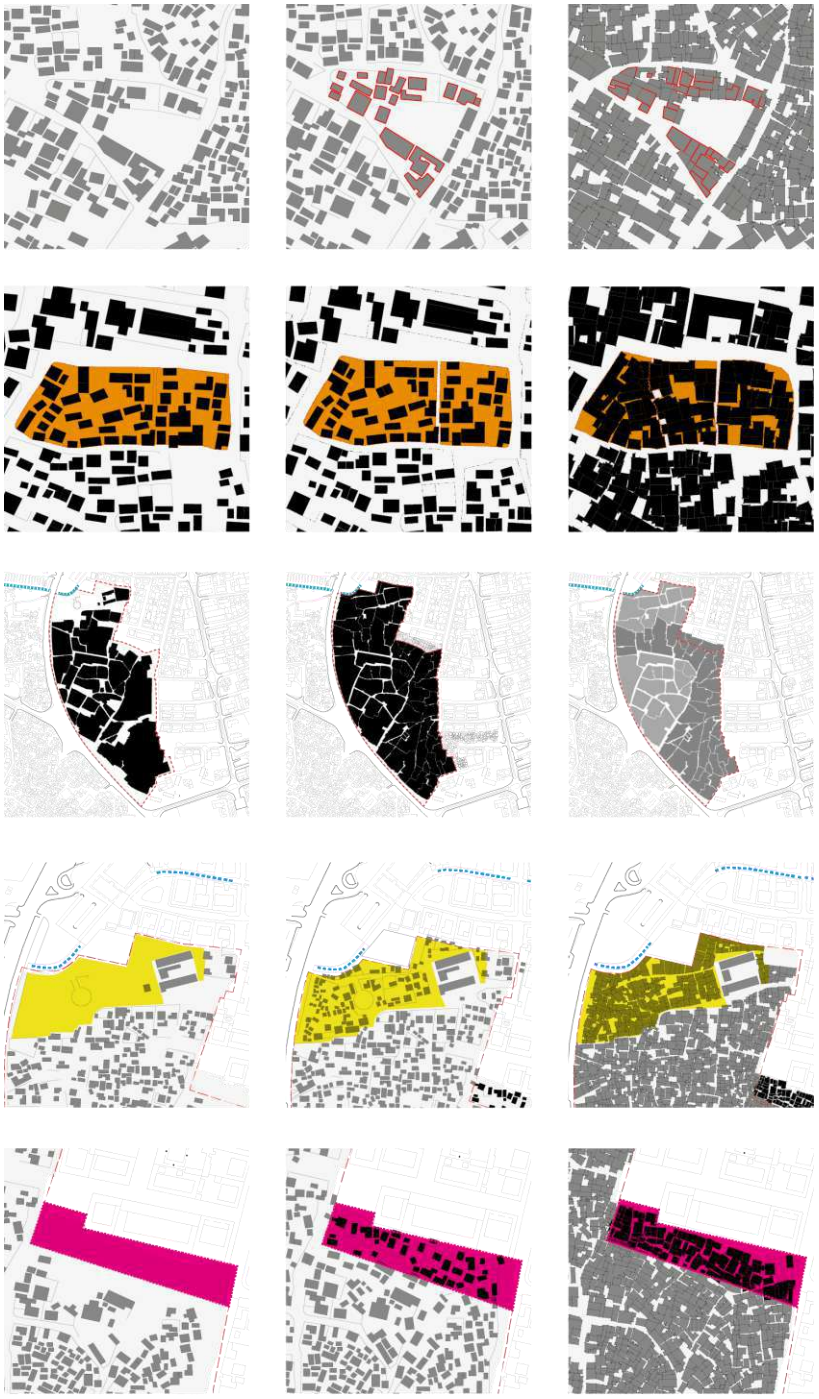


Fig. 5.35

Os Processos de Transformação Urbana.

[1] Processo I: Densificação do espaço privado (Amostra 1)

[2] Processo II: Subdivisão/Fragmentação. (Amostra 3)

[3] Processo III: Organização. Mapa Geral do musseque do Catambor e particular o sector 'Encosta'

[4] Processo IV: Ocupação. Parque Urbano e Localização da Maianga do Povo

[5] Processo V: Expansão.

A discussão proposta sobre as unidades de agregação teve na essência a análise dos processos de transformação do musseque do Catambor ao longo de um período de cerca de meio séc. em função do crescimento urbano, fenómeno de grande impacto na cidade de Luanda. Para esse feito, foi necessário proceder à caracterização da forma, numa perspectiva global, como sistema e de pormenor, dos seus elementos.

Tendo os princípios da geografia humana alemã dos finais do séc. XIX, os métodos analíticos da escola italiana da história operativa e recorrendo a outros recursos metodológicos foi possível a partir da cartografia e da sua evolução na moldura temporal utilizada recolher informação primordial para a história urbana do musseque do Catambor.

Considerando o facto de não existir uma tradição consolidada acerca dos métodos para análise e diagnóstico dos tecidos denominados como informais, a resposta ao desafio foi construir uma matriz com recurso aos princípios da morfologia urbana desenvolvidos pelas escolas italiana recorrendo ao conceito de história operativa, francesa com a proposta de decomposição sistémica e portuguesa para decomposição elementar.

Ao longo desta secção fizemos uma à análise à transformação do caso de estudo, o musseques do Catambor. Para tal, recorreu-se ao levantamento urbanístico nos extremos do enquadramento cronológico ou seja, em 1974 e 2021. Desse levantamento, foi visível a olho nu o processo de densificação e expansão que o musseque sofre tendo sido necessário uma leitura mais elaborada para compreender como esses processos decorreram.

Foram identificados cinco processos de transformação urbana, o da densificação, subdivisão, organização, ocupação e expansão.

Outra constatação feita foi o facto de o processo de transformação ter tido velocidades diferentes, sendo que entre 1974 e 1988 há indícios de transformação do espaço nos cinco processos mencionados mas com baixo impacto no território, no entanto, entre 1988 e 2014, a alteração da paisagem é muito elevada. Actualmente, o ritmo de crescimento estabilizou entre 2014 e 2021 com um crescimento próximo a zero não tendo sido identificado crescimento negativo embora esta referência possa induzir em erro pelo que deixamos claro que nos referimos somente a aspectos quantitativos e não qualitativos.

Em relação á sedimentação do tecido, o sector de ocupação mais antigo tem uma estrutura mais estável ao passo que os sectores mais recentes sofreram alterações profundas e os resultados até à data, indicam que outras alterações poderão ocorrer visto ser um tecido mais instável e sazonalmente sujeito a alterações devido ao impacto dos fenómenos meteorológicos ou processos derivados como alagamentos, factos que afectam a paisagem e em algumas circunstâncias de forma irreversível.

Concluímos então que os sistemas complexos como os musseques, em particular os coloniais, apresentam uma dinâmica de transformação do território essencialmente de densificação e consequente ruptura do seu tecido sendo que a expansão, embora existente é proporcionalmente inexpressiva no tecido urbano.

Tais dinâmicas decorrem com particular ênfase para o enquadramento no tecido da cidade de Luanda. A delimitação, consequência de múltiplas operações urbanísticas terminou enclavando o Catambor impulsionando o processo da densificação ao invés do processo da expansão.

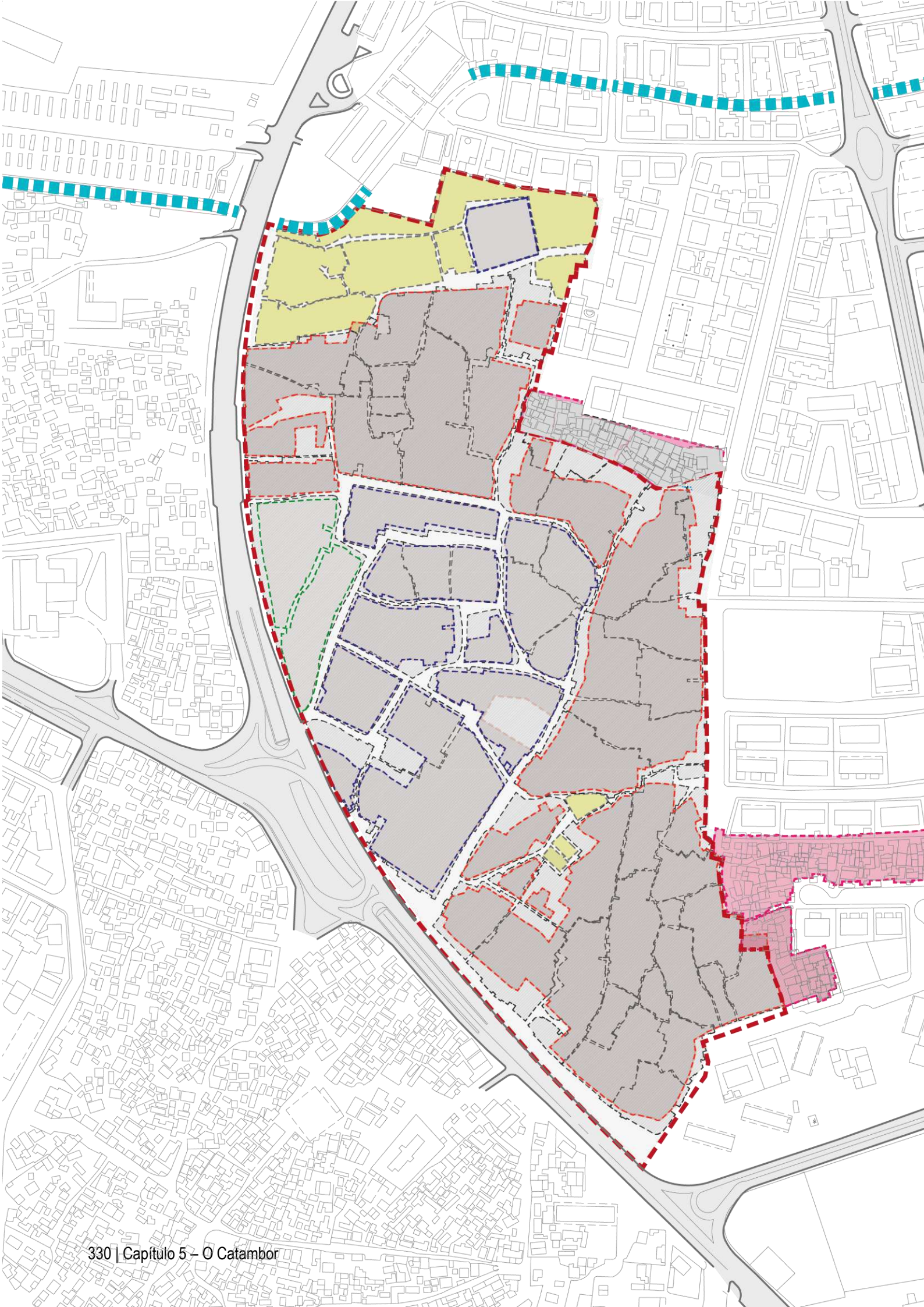


Fig. 05.36

Mapa Geral. Tipos de Transformação do Musseque.

LEGENDA

Tipos de Transformações

- Delimitação Musseque do Catambor
- Unidades de Agregação com delimitação estável
- Unidades de Agregação que subdividiram
- Unidades de Agregação em processo de formação
- Unidades de Agregação construídas nos vazios
- Unidades de Agregação construídas para além do musseque

0 50 100 200m

A Transformação Arquitectónica

Enquadramento

Conceptualização

Genericamente entende-se a transformação como uma acção ou impacto de um estado para outro podendo o mesmo ser de um estado, condição. Tal implica uma mudança formal que pode ser vista como um processo evolutivo ou involutivo se nos referirmos à qualidade do produto final da transformação ou ainda olhar para uma alteração de conteúdo estruturante que dependendo do grau da alteração poderá ou não preservar significados da origem para o resultado. Ao considerarmos o processo da transformação associado à arquitectura é essencial associá-lo aos princípios fundamentais da mesma enquanto disciplina. No contexto genérico da disciplina, a arquitectura é percebida como uma acção construtiva trata simultaneamente dos aspectos funcionais, construtivos e estéticos dos edifícios e como tal, os métodos, materialidade e estilos caracterizam consequentemente os povos que o produzem. Das múltiplas abordagens à arquitectura, quer seja na perspectiva de um produto decorrente do projecto disciplinar ou numa visão antropológica de saberes culturais colectivos, em síntese a arquitectura refere-se a toda a modelagem artificial do ambiente físico, incluindo seu processo de projecto e o produto deste. Olhando para a arquitectura como uma disciplina assente em princípios e normas, é indissociável uma breve remissão ao autor Marcus Vitruvius Pollio, Arquitecto e Engenheiro Romano. 70 a.C. – 15 a.C., que no seu tratado "Dez Livros sobre a Arquitectura", produzido no Séc. I a.C. posteriormente editado e publicado por Gottardo de Ponte, no séc. XVI. No Primeiro Livro, com o título 'Sobre os conhecimentos necessários à formação do arquitecto', Vitrúvio define a arquitectura e os conhecimentos necessários à formação do arquitecto. Para o autor, a "ciência do arquitecto" compreende tanto a prática quanto a teoria, sendo que a primeira requer a experiência e a segunda se faz necessária para explicar os aspectos relativos ao engenho e a racionalidade. Vitrúvio descreve no seu primeiro volume os princípios fundamentais da arquitectura clássica que são: *venustas* (beleza), *firmitas* (solidez) *utilitas* (utilidade). Embora a tríade seja basilar para a compreensão multidimensional da arquitectura no contexto da desta investigação interessa-nos a componente da venustas. Embora o autor tenha contextualizado o conceito venustas segundo as noções clássicas da beleza, o conceito tornou-se um dos elementos polémicos na definição da arquitectura pelo facto do conceito actual estar condicionado a aspectos da percepção do indivíduo, aspectos culturais de um colectivo, entre outros. O que interessa para a nossa abordagem foi termo-nos permitido 'interpretar' o elemento como decorrente da percepção da forma. Em síntese, considera-se para esta secção da investigação a transformação arquitectónica como a transformação dos aspectos configuracionais dos objectos arquitectónicos.

Construção e Transformação

A casa no centro de transformação

Considerando que estamos num contexto de análise do objecto de estudo no que diz respeito à transformação diacrónica da paisagem, interessa-nos reflectir sobre o papel da casa nos processos de construção e transformação da forma urbana.

É importante ressalvar dois aspectos: [1] primeiro para a forma como o património habitacional português (casas populares portuguesas) existente nos musseques foi ocupado e utilizado pela população local e [2] segundo para a transformação que as cubatas suburbanas sofrem, referimo-nos em especial à materialidade.

a) Sobre as Casas Populares Portuguesas.

Como previamente referido, a população O processo de construção das moradias da população branca-portuguesa não é o foco da investigação desta tese mas merece que se faça um enquadramento genérico para que seja possível compreender o processo de assimilação do espaço habitacional durante o processo de densificação das unidades de agregação. As casas de feição popular portuguesa existentes no musseque do Catambor, integram-se no contexto de albergar uma população que representava aproximadamente 6,5% da população existente à época (Amaral, 1983, p.305). Este facto traduz-se para uma ocupação de baixo impacto em relação ao contexto geral.

"A comunidade branca era quase exclusivamente de origem portuguesa, como mostram os números […] eram imigrantes recentes, muitos deles pobres, que apenas nos musseques encontravam condições favoráveis de vida. Todavia, aos brancos, a cor permitia-lhes obter um certo tratamento mais privilegiado que os outros." (Amaral, 1983, p. 303-305)

O tratamento privilegiado a que o geógrafo Ilídio do Amaral se refere, que reflecte o estado de coisas nos anos 60 do séc. XX, pode ser constatado no Catambor através da localização das moradias da comunidade branca que estava instalada no cume do morro, um local mais estável, sem a acentuada declividade da encosta nem no perímetro irrigado do rio seco. Esta construção nos musseques enquadra-se no que o arquitecto Troufa Real classificou como "*estratificação das áreas residenciais desenvolvidas com base no privilégio hierárquico do centro para a periferia*."[23] (Troufa Real, 2001, p. 22). O autor vai mais longe e denomina este parque habitacional como "Áreas Residenciais Clandestinas". Entre os anos 1974-1975 estas moradias as casas foram abandonadas e posteriormente ocupadas pela população local, informação corroborada a partir das entrevistas feitas durante os levantamentos de campo.

> *"aí saíram os brancos, […] quando foram se embora, prontos, as casas ficaram para nós" (Domingos, 2021 apud Mingas 2014).*

A partir daí iniciou um processo de assimilação das moradias que resultou na progressiva adaptação dos espaços ao *modus vivendi* da população local. Duas transformações foram identificadas na análise feita às amostras A1, A2 e A3. A primeira é a ocupação do logradouro-frontal da parcela e a segunda a construção de anexos para fins habitacionais no logradouro posterior da casa. Os dois exemplos serão melhor desenvolvidos no subcapítulo referente à Caracterização dos Elementos da Paisagem.

[23] Tradução livre: "The stratification of residential areas developed on the basis of an hierarchy privilege from centre out towards the periphery, favouring the affluent and influential classes both geographically and functionally. […] The edges of the city, critically lacking in infrastructures, were occupied by the less privileged classes. The informal peripheral housing areas can be classed in turn into three distinct types: Clandestine housing areas, shanty areas (musseques), and former slave quarters (sanzalas)." (Troufa Real, 2001, p. 22)

b) Sobre a Cubata-suburbana.

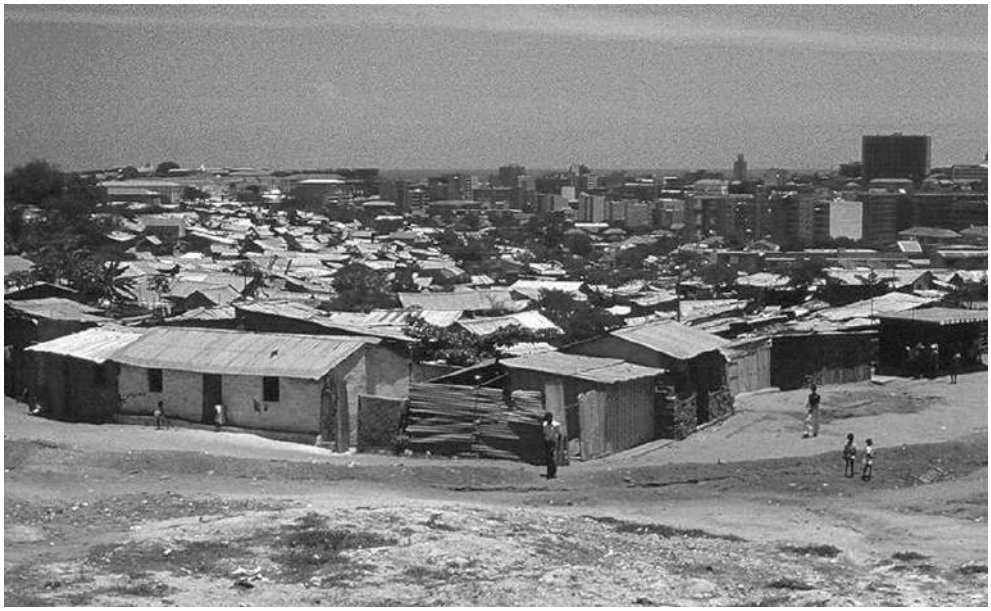
Construção

Durante os trabalhos de campo, em particular com as entrevistas, tivemos a oportunidade de tomar conhecimento do processo construtivo das casas que decorriam sempre na sequência da justificação do topónimo "Catambor". Segundo os depoimentos recolhidos, "*as construções eram de adobe, […] de pau-a-pique e os quintais eram de chapas*" (Malamba, 2021 *apud Mingas 2014*). Os materiais utilizados para a construção da casa eram "pau de Muxixe e embondeiro com luando" (Teles, 2021 *apud Mingas 2014*). No entanto, prévia à construção da casa, o recém chegado ao musseque construiria um abrigo recorrendo aos tambores como material de construção. Segundo o depoimento de António Domingos "*abriam os tambores, […] por exemplo 6 tambores já faziam uma parede […] Depois metiam luando encima pronto já esta*". Esse casebre serviria de abrigo temporário enquanto decorria a construção da casa propriamente dita, em Pau-a-pique.

Os materiais de construção comuns seriam madeira (muxixe, embondeiro), bordão (fibra extraída das folhas da palmeira-bordão), *luandu* (esteira grossa feita com os caules do *mabu*. Quanto aos materiais transformados teríamos as chapas do corpo dos tambores que segundo a descrição feita pelo residente António Domingos, seriam tambores de 200 litros.

Fig. 05.37

Fotografia. Musseque do Catambor. Imagem dos Anos 60. (Amaral, 1968)



Analisando a imagem da Fig. 05.36 ela apresenta-nos uma visão da encosta a partir do lado sul do musseque, em particular do sector denominado Bri-Bri. A paisagem é profundamente densa e configura-se como um espaço construído principalmente de habitações horizontais de baixo padrão, em formato rectangular que correspondem ao modelo utilitário estudado por José Redinha (1973) com poucas variações. Algumas edificações têm um módulo tendencialmente quadrangular, contiguo à casa, de menor dimensão e com cobertura de uma água. Segundo os depoimentos, seriam os abrigos prévios ou posteriores à construção da casa. Ainda é possível identificar na imagem dois sistemas construtivos; pau a pique e madeira. De acordo com o levantamento laboratorial, no que diz respeito ao dimensionamento dos edifícios das Amostras A1, A2 e A3, as unidades de pau-a-pique ou de madeira apresentam uma média de 35m^2 de área podendo variar entre as dimensões mínimas de 3,60m x 4,10m (Área: 15,14m2) até às máximas de 9,50m x 11,10m (Área: 99,70m2). Uma vez constatada a impossibilidade de dimensionar os quintais estes dados foram desconsiderados na nossa análise.

Tabela 01 - Médias Relativas dos Resultados das Amostras (Ed. Betão)

N.º	Amostras (A)	Área (m2)	Largura (m)	Comprimento (m2)	Proporção (L:C)	Obs.
1	A2	50,96	6,35	8,63	1,43	
2	A3	45,73	5,61	8,16	1,45	
3	A4	61,45	6,33	9,65	1,43	

Tabela 02 - Médias Relativas dos Resultados das Amostras (Ed. Pau a Pique)

N.º	Amostras (A)	Área (m2)	Largura (m)	Comprimento (m2)	Proporção (L:C)	Obs.
1	A2	34,27	4,81	7,10	1,48	
2	A3	32,58	4,45	7,03	1,58	
3	A4	40,80	5,21	7,67	1,47	

Transformação

A partir dos anos 70, mais especificamente 1974, o processo de densificação do musseque sofreu um significativo aumento e com esse fenómeno, a transformação do espaço habitacional. Esta transformação tem dois contextos: o reparcelamento e a reabilitação/requalificação.

Conceptualmente, o reparcelamento tem uma dimensão jurídica e uma disciplinar. No primeiro campo, "*O reparcelamento urbano é uma operação urbanística que consiste na reconfiguração ou reestruturação de prédios visando a criação de lotes destinados à edificação urbana e de parcelas para implantação de espaços verdes, infra-estruturas e equipamentos*" (Lexionário). Este processo pressupõe ou o agrupamento de edificações ou a divisão de uma determinada parcela pré-existente. As parcelas de terreno resultantes das operação de reparcelamento podem ter vários fins, desde a criação de "*novas parcelas para construção, localização de infra-estruturas, espaços urbanos e espaços verdes de utilização colectiva e equipamentos de utilização colectiva*". No contexto dos regimentos jurídicos que afectam directamente os processos de Urbanização e Edificação, o reparcelamento está abrangido nas operações de loteamento e por essa razão é ainda entendido como um "*instrumento de execução sistemática (programada) de planos urbanísticos*" (Lexionário).

No segundo campo, a dimensão disciplinar, revisitemos o conceito do "ciclo da parcela burguesa"[24] ou "burgage cycle", que vai ampliar o processo de reparcelamento para além do instrumento jurídico que é um plano urbanístico. Neste contexto, as acções de reabilitação/requalificação e também de readaptação dos edifícios, à revelia da preservação dos aspectos formais como funcionais ficam validadas independentemente de estarmos perante actos formais ou não, na perspectiva administrativa pois o importante é o impacto que tais acções produzem no tecido urbano. Introduz-se aqui a possibilidade de adaptação da função no sentido de introduzir outras componente funcionais como serviços ou comércio mas sem perca da função inicial que é a habitacional. Este último aspecto não só cria como mantem garante actividade económica facto que reflecte a dinâmica bairrista do musseque.

Reparcelamento

As constatações feitas durante os trabalhos de campo, bem como as deduções especulativas à análise das amostras seleccionadas e as entrevistas e questionários, permitem-nos afirmar que uma expressiva maioria para não dizer total, sofreu acções de reparcelamento. Casos explícitos disso são as moradias de todas as famílias entrevistadas e

[24]. "O processo cíclico de desenvolvimento edificado numa parcela burguesa, ou numa série de parcelas burguesas, em resposta à transformação da pressão socioeconómica sobre um terreno central numa Cidade Velha. Abrange o período desde o seu início na Idade Média até ao seu término, moderno, constituído pela liberação de habitações precárias ou redesenvolvimento central. Consiste numa repleção crescente, seguida de recessão; quando ininterrupto, isto é 'normal', apresenta consecutivamente as fases institutiva, de repleção, de clímax e recessiva, mensuráveis em termos de índice de implantação, e seguidas pelo pousio urbano, o seu estágio final." (Conzen, 20022, p. 127)

questionadas que representam cerca de 250 indivíduos declararam que as suas moradias teriam sido reparceladas entre familiares ou que viviam em 'anexos' arrendados nos quintais. Os depoimentos revelam que os processos de reparcelamento não são somente entre membros da família. Depreendemos da informação colectada que existe a densificação da parcela e a desanexação de uma sub-parcela produzindo duas realidades, a sistémica no caso de partilha de quintal e a de vizinhança para efeitos de inquilinato. Associado ao reparcelamento está a densificação das parcelas que já foi abordado na secção 'Transformação Urbana'. O crescimento das edificações é feito por módulos de pequena dimensão e com bastante frequência constatou-se que as árvores tiveram que ser sacrificadas para dar lugar a novas construções. À data dos trabalhos de campo era comum depararmo-nos com logradouros sem árvores.

Regeneração
Requalificação

As questões acerca do tipo de construção das casas e suas etapas de desenvolvimento são explicadas a partir da frase "era pau-a-pique transformei em tijolo", proferida pelo ancião António Domingos. Apuramos que a casa no musseque tem três fases que estão relacionadas com os sistemas construtivo adoptado, com o inquilinato e com o direito fundiário consuetudinário' [25]. Para melhor entendimento dessas fases teremos como apoio a interpretação da imagem da fig. ____ que mostra o musseque do Catambor no ano de 1974 (Matos, 2015).

A primeira fase será considerada como o acto da edificação da casa propriamente dita, e que foi previamente explanada.

A segunda fase será considerada a fase de transformação da casa para o sistema construtivo em Madeira. Segundo os depoimentos, essa transformação tinha que ser devidamente autorizada pela proprietária e a venda do material feita pelo fubeiro local. "O Armando da Mulembeira […] vendia os paus, vendia os bordões, e fazia-se assim as casas" (António Domingos). Segundo o depoimento dos mais velhos, a madeira era material de segunda mão, proveniente do desmanche dos contentores das importações. Pela imagem as construções em madeira não seriam os edifícios principais mas sim os abrigos.

A terceira fase, a última, será a introdução da técnica construtiva do betão (solo-cimento). Esta fase ocorre a partir do início dos anos 70 já após o falecimento da proprietária do musseque e como forma de assegurar o direito à propriedade.

Pela interpretação da imagem esta transformação interfere no dimensionamento inicial das casas, projectando a fachada frontal da casa para cerca de 2 metros. Este espaço frontal vai para além do espaço do alpendre. Esta produção baseada na mão-de-obra artesanal persiste até aos dias de hoje sendo que a técnica construtiva tenha evoluído e incorporado outros elementos estruturais como pilares e vigas, mas ainda com um resultado bastante precário.

O levantamento feito às amostras (apresentado mais adiante neste capítulo), revelou que a média de área construída de módulos em betão e nos sistemas de pau-a-pique e/ou madeira é de aproximadamente 52m2 e 35m2 respectivamente, resultando numa variação de cerca de 17m2.

[25] No caso específico dos musseques cujo território era parte da estrutura verde (rural) da cidade, existe a possibilidade de aplicação do fundiário que actua sobre o Domínio útil consuetudinário que estabelece, entre outros pontos, que "1. São reconhecidos às famílias que integram as comunidades rurais, a ocupação, posse e os direitos de uso e fruição dos terrenos rurais comunitários por elas ocupados e aproveitados de forma útil e efectiva segundo o costume". In Artigo 37º (Domínio útil consuetudinário), Subsecção II - Direitos Fundiários, Secção II - Dos Direitos sobre Terrenos, Capítulo II - Dos terrenos e dos Direitos, Lei n.º 9/04 de 9 de Novembro - Lei de Terras. República de Angola.

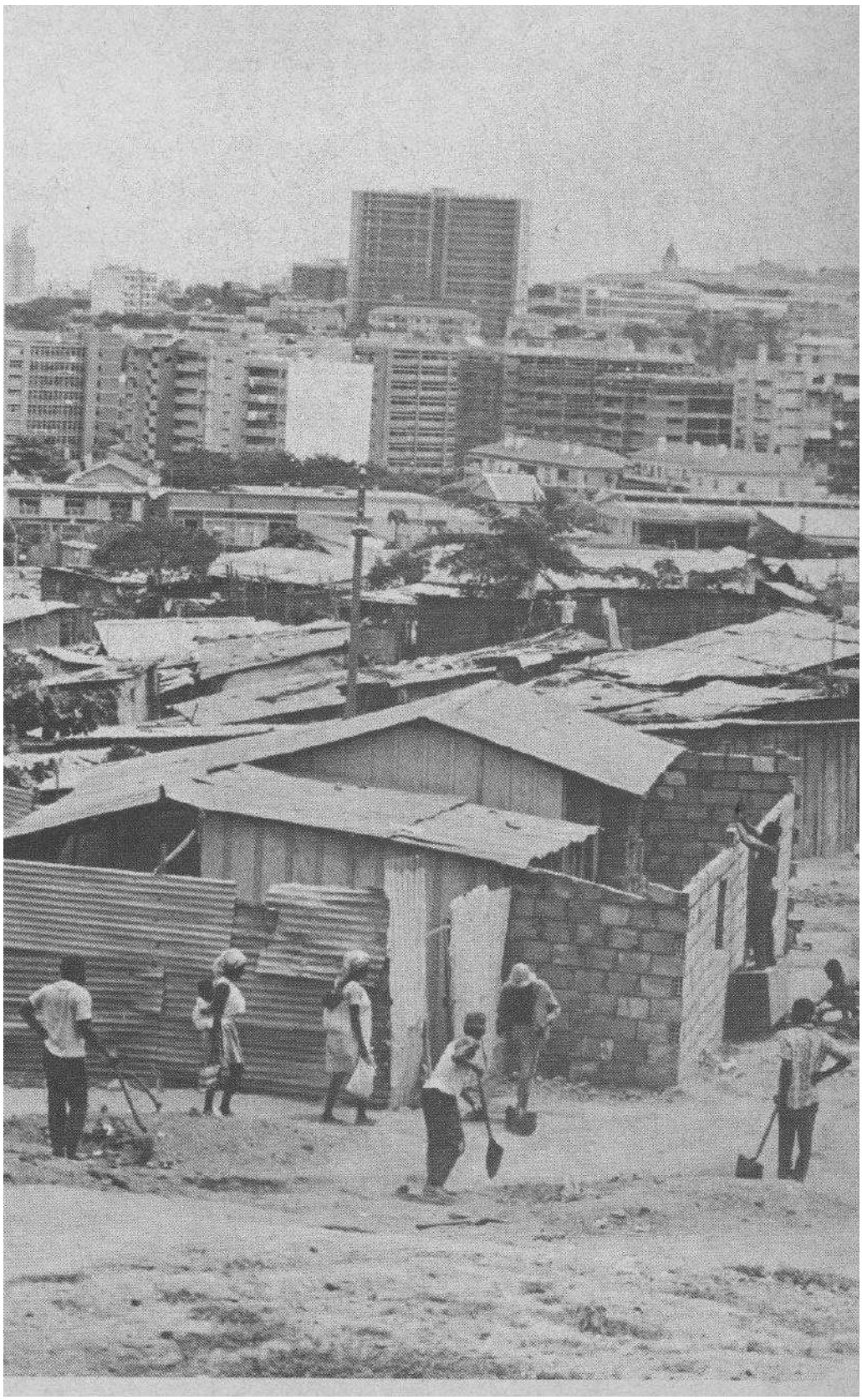
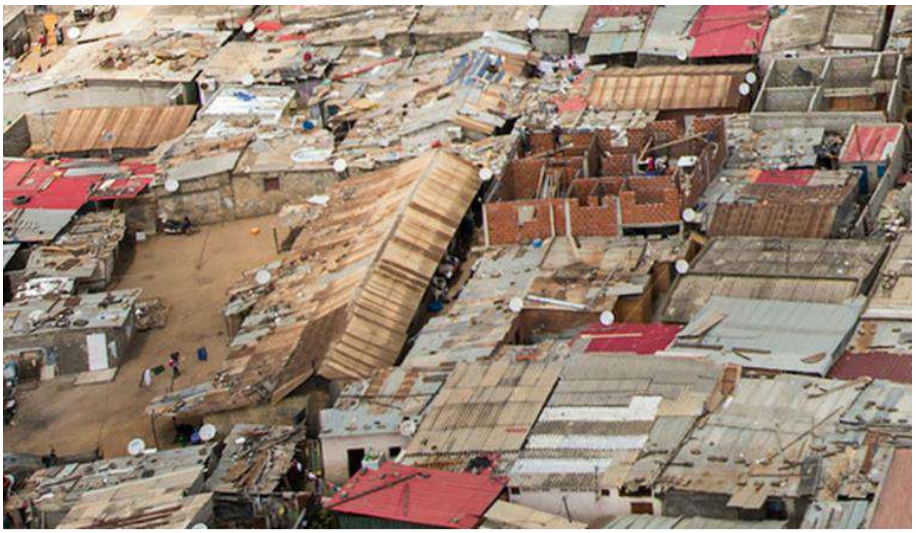


Fig. 5.38

Fotografia. Transformação Arquitectónica. Ampliação do edifício em Madeira. Catambor 1974

Revisitando o processo de densificação demonstrado previamente neste capítulo é possível identificar a estabilidade na leitura dos edifícios entre 1974 e 1988 visto que a sobreposição entre as cartas indica os mesmos pontos de convergência para cada elemento edificado conforme se percebe na (Fig. 05.34) em particular para o 'Processo I: Densificação do espaço privado (Amostra 1)'. No entanto, entre 1988 e 2014 a convergência entre elementos reduz consideravelmente sendo que alguns edifícios parecem subdividir-se, ampliar ou mesmo alterar completamente de configuração. Importa chamar a atenção para as constatações feitas durante o trabalho de campo de 2021 e 2022 a propósito da actualização cartográfica. Apercebemo-nos que uma cobertura nem sempre está associada a um edifício podendo significar quintais cobertos ou corredores de comunicação entre edifícios e que à casa original se poderão associar módulos que por via de regra são independentes mesmo sendo contíguos e ainda o fenómeno dos edifícios-parcela que se fixam aos muros de parcelas pré-existentes podendo ou não estar associados aos proprietários mais antigos. Estas múltiplas interpretações que uma cobertura pode ter atribuem um grau de ininteligibilidade às imagens que só com um levantamento minucioso de campo se pode resolver. Assim sendo só podemos especular que algumas configurações resultam das múltiplas variáveis citadas (quintais-cobertos, módulos contíguos, entre outros) mas que o edifício original se mantém intacto ou com mínimas alterações à sua forma como se percebe na imagem da. Fig. 05.38 onde foi possível desenhar as coberturas e alpendres das casas mais antigas. O parcelamento da unidade de agregação é especulativo pois não há estabilidade na evolução formal dos edifícios ao longo do tempo.



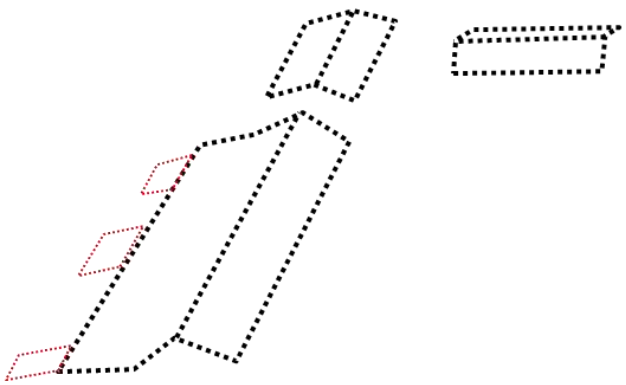


Fig. 05.39

[1] Fotografia "Angola informal: um olhar sobre os musseques de Luanda" Fonte: Daio, 2020,

[2] Diagrama das Coberturas:

A casa está no centro de uma "tempestade" de transformação do tecido urbano dos musseques, representando as principais expectativas do morador em rápida e constante mudança. E, neste contexto, o residente tem cada vez mais consciência da necessidade de que é no processo da transformação do objecto casa que reside a sua sobrevivência e prosperidade. Temos então a comunidade como catalisadora desta transformação, a tornar-se cada vez mais uma peça-chave portadora de conhecimentos e métodos que se reflectem na homogeneidade da paisagem.

Com alguma segurança é possível afirmar que a maioria das casas no musseque do Catambor são resultado de intervenções de reabilitação, ampliação, ou outras acções que manifestam necessidades essencialmente utilitárias e cujo resultado não é propriamente um manifesto da liberdade criativa individual, mas sim de uma forma de construir padronizada que é geracional como foi previamente abordado ao longo da tese.

Embora se identifique a autenticidade da arquitectura vernacular, todas as casas do musseque do Catambor foram transformadas com excepção para uma que ainda preserva o revestimento numa estrutura metálica que embora não seja originariamente de tambor foram as mesmas técnicas construtivas.

A transformação arquitectónica propõe a ampliação da casa através da expansão do volume inicial, mas mantendo a sua simplicidade e austeridade. Outras transformações em relação à organização dos espaços privados, mantêm-se as pequenas dimensões dos vãos mantendo estritamente necessária a permeabilidade com o exterior e o espaço está quase na totalidade voltado para o interior.

Reconhecendo a permanência do passado, explicita na manutenção dos padrões de construção e vivência do lugar habitável, a casa do Catambor é hoje um objecto híbrido resulta de influências quer da cultura ocidental, mas que incorpora todas as inovações no seu padrão do "fazer" e do "viver". Trata-se de uma obra de reabilitação, mas também de requalificação, estabelecendo princípios de utilidade e funcionalismo, sem com isso destruir a autenticidade e lógica compositiva da denominada cubata suburbana e dos sistemas habitacionais triádicos.

Uma nota de fecho refere-se à precariedade do produto final. Embora sejam pertinentes, os aspectos sobre a habitação condigna, como aquela que deve corresponder a todas as necessidades dos seus ocupantes relativas à segurança, saúde, acesso a infra-estruturas básicas, conforto e modos de habitar (Nações Unidas, 2004) não são considerados como objecto de análise mas fazem parte do processo de análise e diagnóstico do espaço vivido do musseque do Catambor.

5.3.2 Caracterização dos Elementos da Paisagem Urbana

Amostragem

O nosso processo metodológico para reconhecimento territorial foi baseado na Matriz de Levantamento Urbanístico dos musseques proposta para esta investigação, *vide* Quadro 12 - Matriz de Levantamento dos Musseques. A caracterização surge do confronto entre a necessidade de informação e os dados disponíveis que se consideram insuficientes pela antiguidade ou mesmo inexistentes. Nesta fase, importa ressalvar que já foram processados os dados levantados nos dois tipos de levantamentos, o laboratorial e o de campo e que podem ser consultados no Apêndice 3. Após o planeamento inicial do estudo - definição dos objectivos, identificação do caso de estudo e elaboração da matriz de levantamento - e partindo do pressuposto que a melhor forma de atingir os objectivos a que nos propomos passa pela realização de uma caracterização dos elementos identificados, estamos na altura ideal de nos dedicarmos à identificação das amostras que melhor representem os elementos identificados recorrendo ao critério cronológico e sectorial. Há uma longa cadeia de operações desde o desenho da amostragem até à selecção da amostra, recolha de dados, codificação, computação e análise morfológica.

Em termos muito simples, nesta etapa da amostragem tivemos que escolher uma ou mais amostras que fossem representativas do território em que estivessem inseridos. Assim sendo, dedicamos a seguir as fundamentações que levaram à selecção das amostras.

As Amostras

Dimensionamento

A amostra para a caracterização foi dimensionada de modo independente para cada uma dos três (3) sectores existentes em que o musseque do Catambor está dividido: Cume (Mulembeira), Encosta (Saber Andar, Bri-Bri e Posto Médico) e Sopé (Rio Seco). Para a selecção da amostra utilizou-se a informação da Cartografia Actualizada em 2021 e exigiu-se que a margem de erro relativa de amostragem *a priori* não ultrapassasse 10%. O cálculo da margem de erro foi feito a partir do estudo dos autores Arkin & Colton (1950) conforme previamente abordado no capítulo da Metodologia, onde o indicador-base foi quantificado com base nas edificações ao invés da população.

Selecção

As amostras para a caracterização foram seleccionadas a partir das Amostras-Mãe que são os sectores. Cada Amostra-Mãe é construída a partir dos dados do Levantamento Urbanístico de 2021. Numa primeira etapa foram seleccionadas, sistematicamente, Unidades de Agregação (menor divisão territorial identificada) com probabilidade proporcional ao número de edificações quantificadas; na segunda etapa e nas Unidades de Agregação seleccionadas anteriormente, foram seleccionadas as que contivessem o máximo de elementos específicos considerados na nossa hipótese, nomeadamente os logradouros e as árvores. Posteriormente, e numa terceira e última etapa foram seleccionadas as Unidades de Agregação que associassem os dois elementos e reduzidas a uma amostra por cada Amostra-Mãe.

Características

Para concretizar essa intenção, foram seleccionadas três amostras em cada sector do caso de estudo, no sopé, na encosta e no cume. Critérios para a selecção das amostras foram: [1] Unidades de Agregação por sectores, [2] Logradouros por Unidade de Agregação e [3] Localização das Árvores por Unidade de Agregação

Amostra 1 (Fig. 05.39 [2])

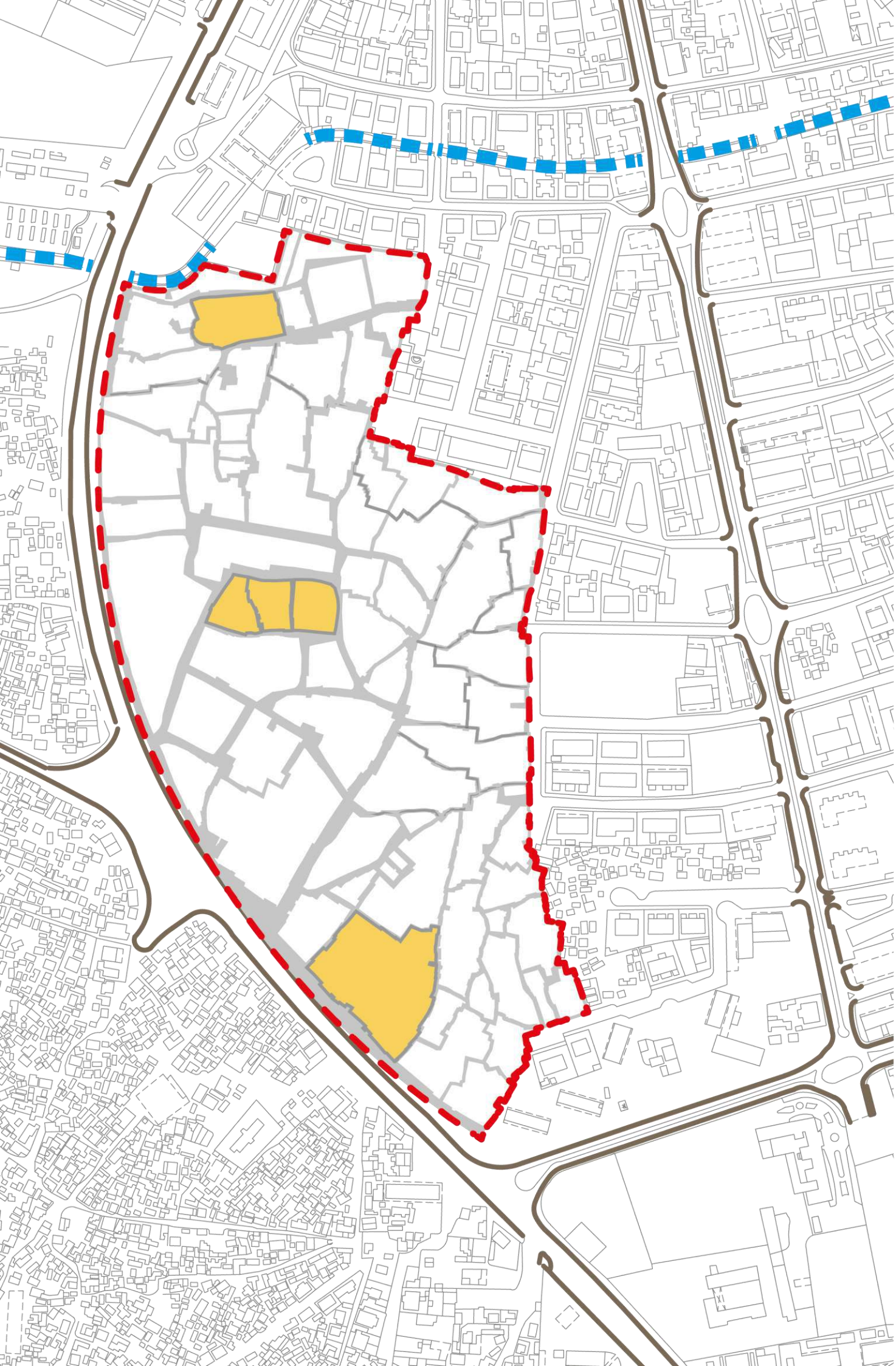
Refere-se à Unidade de Agregação nº 24 localizada no sector do sopé, também referido como "Rio Seco". Tem uma Área total: 3138,79 m² e delimitada por um perímetro de cerca de 234,07 m. Os 59 edifícios compreendem 2332,06m2 de afectação do solo contra 806,73m2 de logradouro, ou seja 26% de área desocupada.

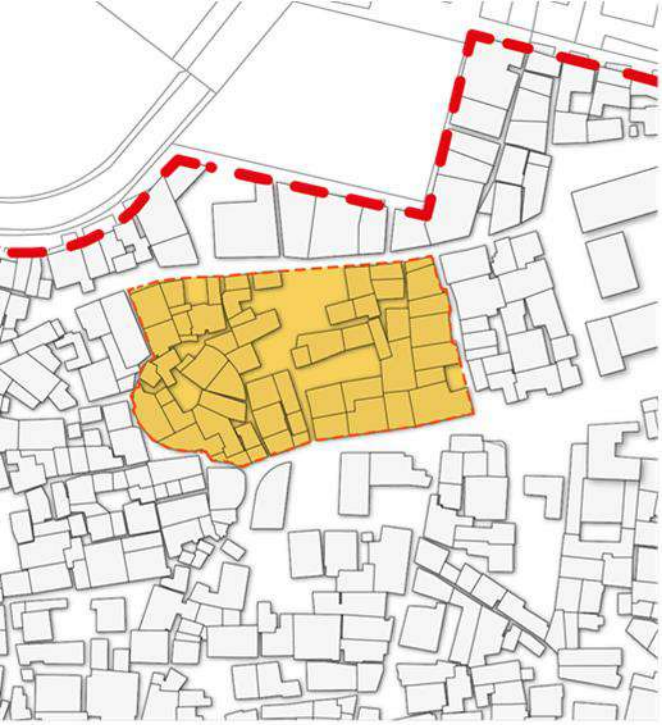
Amostra 2 (Fig. 05.39 [3])

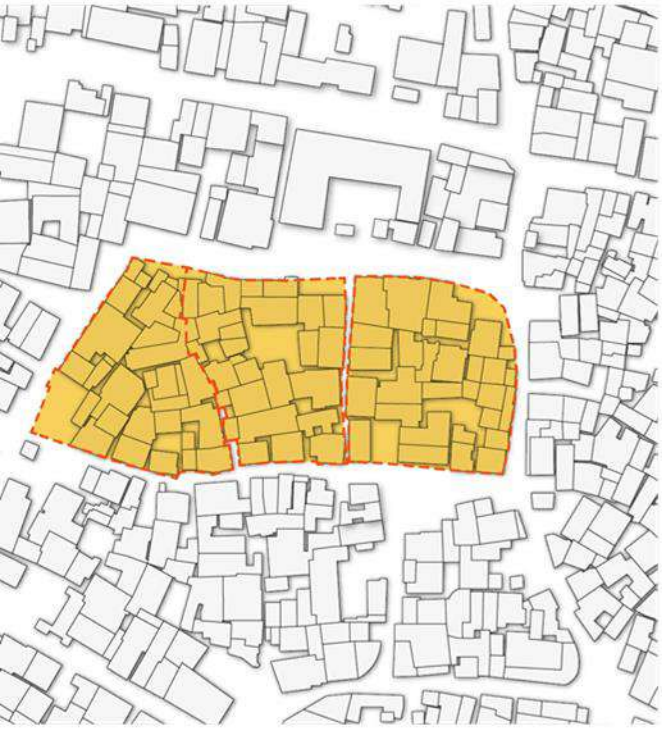
Refere-se ao conjunto de Unidades de Agregação nº 3, n.º 4 e n.º 5 localizadas no sector do cume, também referido como "Mulemba". UA_2 (Cume) tem uma Área total: 5 074,45 m² e delimitada por um perímetro de cerca de 301,67 m. 80 edifícios.

Amostra 3 (Fig. 05.39 [4])

Refere-se à Unidade de Agregação nº 60 localizada no sector da encosta, também referido como "Saber Andar". UA_3 (Encosta) tem uma Área total: 9 202,09 m² e delimitada por um perímetro de cerca de 413,20 m. 122 edifícios.







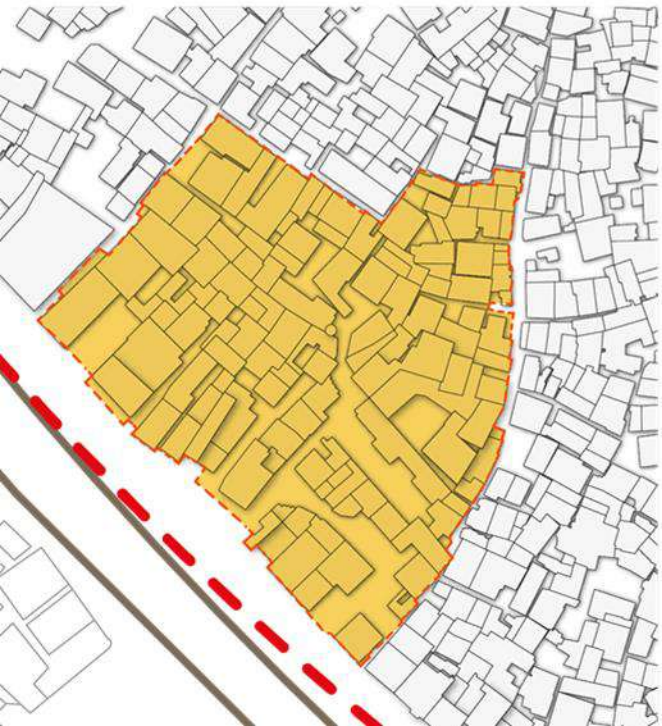


Fig. 05.40

Amostras seleccionadas para a Caracterização dos Sistemas Habitacionais Triádicos:

[1] Musseque Catambor e localização das Amostras,

[2] Amostra 2 - Sector 'Rio Seco', no Sopé,

[3] Amostra 3 - Sector 'Mulembeira', no Cume e [

4] Amostra 4 – Sector 'Saber Andar' na Encosta

Mapa - 1

- Limite Musseque do catambor
- Construído
- Unidades de Agregação
- Vias Principais

0 50 100 200 m

Mapa - 2

- Limite Musseque do catambor
- Construído
- Unidades de Agregação
- Limite Unidade de Agregação

0 50 100 m

Sistema Habitacional Triádico

Enquadramento

Considerando que este processo pressupõe a existência de um território delimitado, algumas considerações devem ser apresentadas *ad initium* no que diz respeito à imprecisão das delimitações das parcelas**.** Os levantamentos ao musseque do Catambor, tanto o laboratorial como o de campo, revelaram-se ineficazes para identificação da estrutura fundiária, ou seja, do parcelário. Primeiro, a cartografia de 1988 é omissa em relação a este facto, apresentando somente a referência de muros de betão ou sebes vegetais ocasionais que foram utilizados como referência. Segundo, os altos indicadores de densificação do espaço e consequentemente a progressiva eliminação dos logradouros dificultaram a leitura das moradias na sua estrutura de casa-quintal como tradicionalmente se demonstrou ao longo da investigação. No entanto, considerando os factores que impossibilitaram um levantamento mais rigoroso algumas delimitações tiveram que ser especuladas[26].

O processo da caracterização será feito a partir das amostras previamente identificadas e levará em conta os elementos da hipótese: logradouro, módulos e árvore, ou seja, o sistema habitacional triádico. Esse processo de identificação foi feito a partir de algumas características previamente determinadas, tais como:

1. Logradouro / Interioridade: O centro ser um elemento interior dentro da unidade de agregação, ou seja, [a] sem contacto com a rua e [2] alcançável através de um acesso/corredor;

2. Edifícios / Permeabilidade: os edifícios que tivessem uma fachada completa virada para o centro (logradouro). Foram desconsiderados os edifícios com relação para o exterior no sentido de que nenhum deles tinha conexão explícita com os edifícios virados para o interior e para o interior da Unidade de Agregação.

3. Árvore / Sacralidade: as árvores preferenciais seriam as mulembas ou os Imbondeiros pelo significado específico no entanto, consideramos válida integrar as árvores de fruto com excepção para as herbáceas de grande porte como as bananeiras que por via de regra servem o propósito de demarcação ou vedação vegetal.

Outro elemento essencial para a análise é a identificação de *parcelas-matriz*, ou seja, as que vão sofrendo alterações ao longo do tempo, num processo resultante da pressão socioeconómica de busca de habitação na cidade de Luanda. Embora com motivações diferentes, o processo de esgotamento do recurso 'terra' é semelhante ao processo "burgage cycle" desenvolvido por Conzen.

[26] A abordagem aos residentes acerca das delimitações das parcelas originais é um processo com muitas imprecisões sendo de destacar duas em particular: [1] a indisponibilidade dos residentes para permitir os levantamentos métricos e [2] a impossibilidade de confrontação das delimitações dos processos de reparcelamento.

Fig. 05.41

Catambor - Interior da Parcela P3. (UA.58)

A Amostra n.º 2 Refere-se à Unidade de Agregação nº 5 localizada no sector do sopé, também referido como "Rio Seco". A análise revelou 58 edificações no total com 29 com relação directa para a rua e 29 com relação para o interior e quatro logradouros. Assim sendo foram identificados dez (10) núcleos interiores; dois com árvores e oito sem árvores.

No que diz respeito ao dimensionamento dos edifícios a diferença entre os edifícios construídos segundo a técnica de pau-a-pique e/ou madeira são predominantemente de menor dimensão que os de betão.

Dimensionamento Arquitectónico

Quadro 20 - Amostra 2

: Dimensionamento dos Módulos de 1988 (média)

N.º	Sistema Construtivo	Área (m2)	Largura (m)	Comprimento (m)	Obs.
1	Betão	50,96	6,35	8,63	
2	Adobe/Madeira	34,27	4,81	7,10	

Na análise diacrónica feita à Unidade de Agregação, entre a cartografia de 1988 e 2021 é possível identificar a Parcela-Matriz delimitada por muros de betão, incluindo o primeiro processo de reparcelamento identificado na secção localizada no segundo quadrante conforme Fig. 05.42.

Fig. 05.42

Evolução Diacrónica da Delimitação e Parcelário na Amostra 2.

[1] Cartografia 1988,

[2] Reparcelamento (2021)

Identificação da Parcela-Matriz e reparcelamento

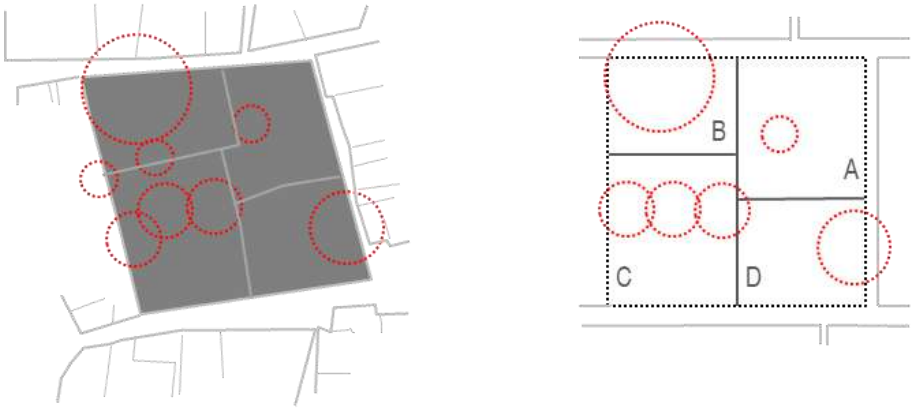


Fig. 05.43

Estudos de Composição e Configuração da Amostra 2:

[1] Parcelário,

[2] Edificações e

[3] Logradouros

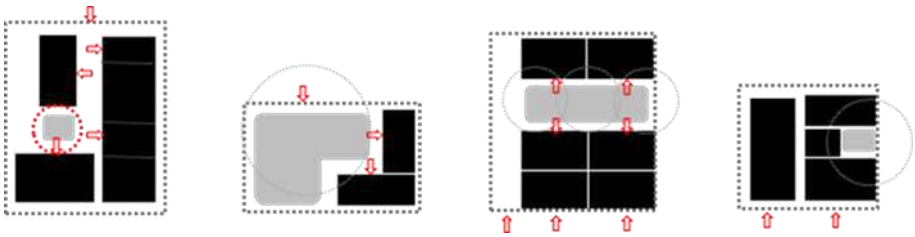


Fig. 05.44

Parcelas STH da Amostra 2

O reparcelamento que inicia com uma secção de aproximadamente ¼ do tamanho total. De acordo com a verificação in situ, o reparcelamento deu origem a quatro (4) sub-parcelas às quais denominamos por ordem dos quadrantes de sub-parcelas 'A', sub-parcela 'B', sub-parcela 'C' e sub-parcela 'D'. Em cada uma delas se desenvolveu uma estrutura habitacional com características diferenciadas e que passamos a descrever.

Sub-parcela 'A'. Apresenta uma dimensão de aprox. 380 m^2 e é composta por 3 blocos edificados, um corredor de acesso, um logradouro e uma árvore. Todos os edifícios se desenvolvem a partir do corredor com excepção para a unidade mais a sul. O acesso é feito por um corredor e dá origem a um centro que se localiza entre os dois (2) módulos. O logradouro tem uma forma quadrangular e é parcialmente coberto, cobertura esta que funciona como um alpendre do módulo construído a sul.

Sub-parcela 'B'. De acordo com o levantamento feito ainda a partir da carta de 1988, esta Sub-parcela foi a primeira a ser criada. Ocupa uma área de aproximadamente aprox. 320 m2 e é constituída por duas (2) unidades edificadas, o acesso é directo a partir da rua para um logradouro com uma configuração em 'L' onde se localiza a Árvore. O acesso aos edifícios é directo

Sub-parcela 'C'. Com uma configuração rectangular ocupa uma área de aproximadamente aprox.365 m2 e os seus módulos desenvolvem-se para o interior e para o exterior da sub-parcela. Existem quatro (4) unidades sendo que 2 delas se desenvolvem contíguas à rua e duas (2) unidades que estão construídas no muro norte da sub-parcela. O acesso é feito para as unidades interiores a partir de um corredor lateral esquerdo que depois dá acesso ao logradouro e a partir daí se distribui para os módulos que estão virados para o muro norte da sub-parcela já as unidades habitacionais contíguas à rua têm uma relação dupla tanto para o exterior a partir da fachada como também para o interior. As árvores distribuem-se ao longo do logradouro.

Sub-parcela 'D'. Apresenta-se com uma dimensão aproximada de aprox. 435 m2 e uma configuração rectangular. É constituída por três unidades edificadas, um logradouro e uma árvore. O acesso é feito a partir da rua para os dois módulos. No entanto, o acesso ao modulo esquerdo é feito através de uma 'Janela Aberta'. A unidade à esquerda é acessível a partir da rua e faz conexão com o logradouro que é parcialmente coberto com um tejadilho. O módulo a norte só é acessível a partir o logradouro.

Amostra 3 – Cume "Mulembeira"

A amostra 2 refere-se a um conjunto de três 3 unidades de agregação a número 56, 57 e 58. Para efeito do estudo dos sistemas habitacionais triádicos, seleccionamos as unidades de agregação UA.57 e UA.58. A selecção deve-se ao facto de somente nestas UA's ser possível encontrar os três elementos propostos pela nossa hipótese: módulos-logradouro-árvore.

O processo de identificação do sistema iniciou com a identificação das árvores. Foram localizadas quatro (4) árvores, uma na unidade de agregação n.º56, duas na unidade de agregação n.º 57 e uma na unidade de agregação n.º 58. A ideia inicial seria descartar duas delas, nomeadamente a localizada na UA n.º56 e a mais a norte da UA n.º57 por não satisfazerem os princípios da selecção, ou seja, não cumpriam o princípio da interioridade. No entanto, a única que não foi considerada foi a da UA n.º56 visto que a outra (UA n.º57) de acordo com a evolução diacrónica da unidade, está localizada numa parcela que é resultado de reparcelamento como iremos demonstrar na análise da estrutura da UA.

As parcelas seleccionadas passam a ser denominadas como P2-UA.57 e como P3-UA.58.

Caracterizando genericamente a parcela P3-UA.57 apresenta uma configuração irregular corresponde a uma área de aproximadamente 512 m2. A composição da parcela compreende uma unidade quase quadrangular com testadas de 21m (norte) e 23m (este). À época de 1988 integrava quatro (4) edifícios com disposição em cruz e duas (2) árvores. Com a actualização da carta efectuada em 2021, verifica-se que o edifício de Pau-a-pique localizado no quadrante III é demolido e são construídos mais quatro edifícios resultando num total de sete (7). As árvores existentes permanecem.

Caracterizando genericamente a parcela P2-UA.58 apresenta uma configuração irregular corresponde a uma área de aproximadamente 270m2. A composição da parcela compreende uma unidade rectangular com testadas de 20m(sul), 11 m (este). À época de 1988 integrava três (3) edifícios em disposição linear e nenhuma árvore. Com a actualização da carta efectuada em 2021, verifica-se que o edifício de Pau-a-pique é demolido reduzindo para dois edifícios. A árvore existente é plantada no espaço vazio deixado pela demolição do edifício.

No que diz respeito ao dimensionamento dos edifícios a diferença entre os edifícios construídos segundo a técnica de pau-a-pique e/ou madeira são predominantemente de menor dimensão que os de betão.

Dimensionamento Arquitectónico

Quadro 21 - Amostra 3: Dimensionamento dos Módulos de Betão (1988)

N.º	Ref.	Área (m2)	Largura	Comprimento	Obs.
1	Betão	**45,73**	**5,61**	**8,16**	
2	Adobe/Madeira	**23,10**	**3,60**	**6,50**	

Fig. 05.45

Evolução Diacrónica da Delimitação e Parcelário na Amostra 3 .

[1] Cartografia 1988,

[2] Cartografia 2022

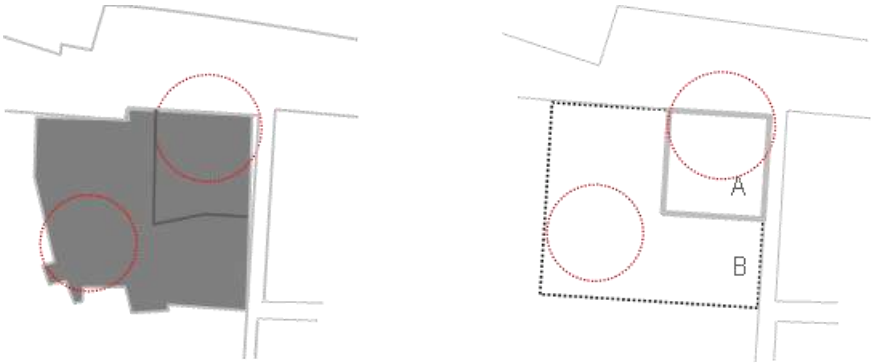


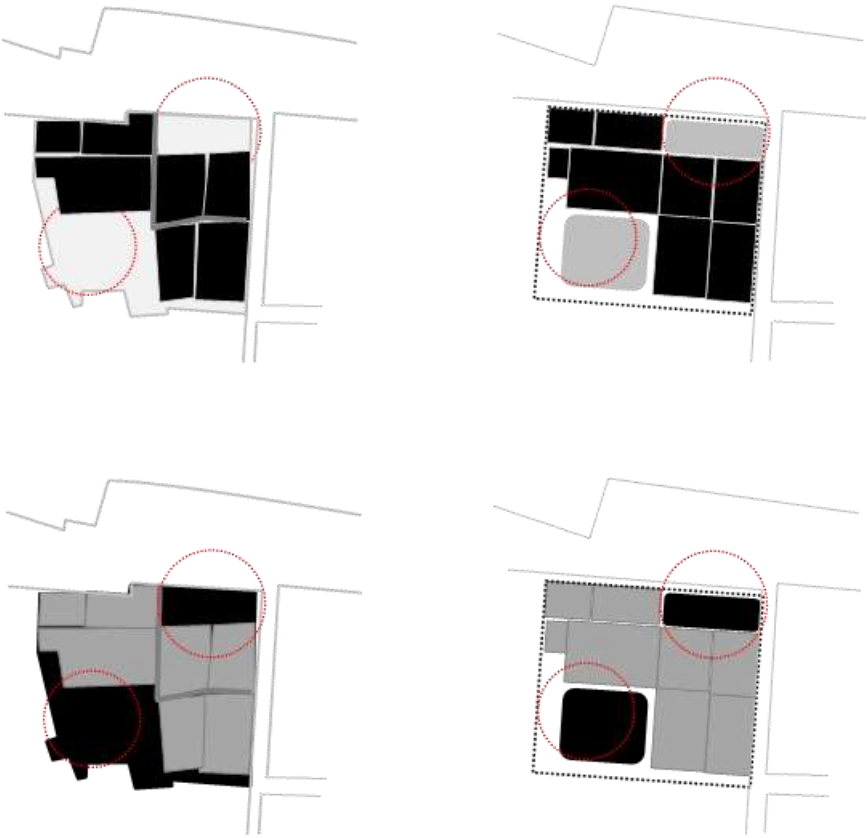
Fig. 05.46

Estudos de Composição e Configuração da Amostra 3 - P2-UA.57 :

[1] Parcelário,

[2] Edificações e

[3] Logradouros



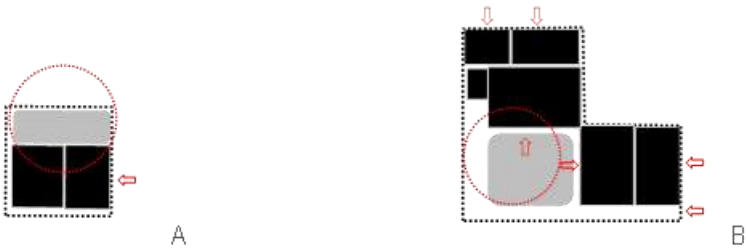


Fig. 05.47

Parcelas STH da Amostra 3 P2-UA.57

Fig. 05.48

Estudos de Composição e Configuração da Amostra 3 P3-UA.58

[1] Parcelário,

[2] Edificações e

[3] Logradouros

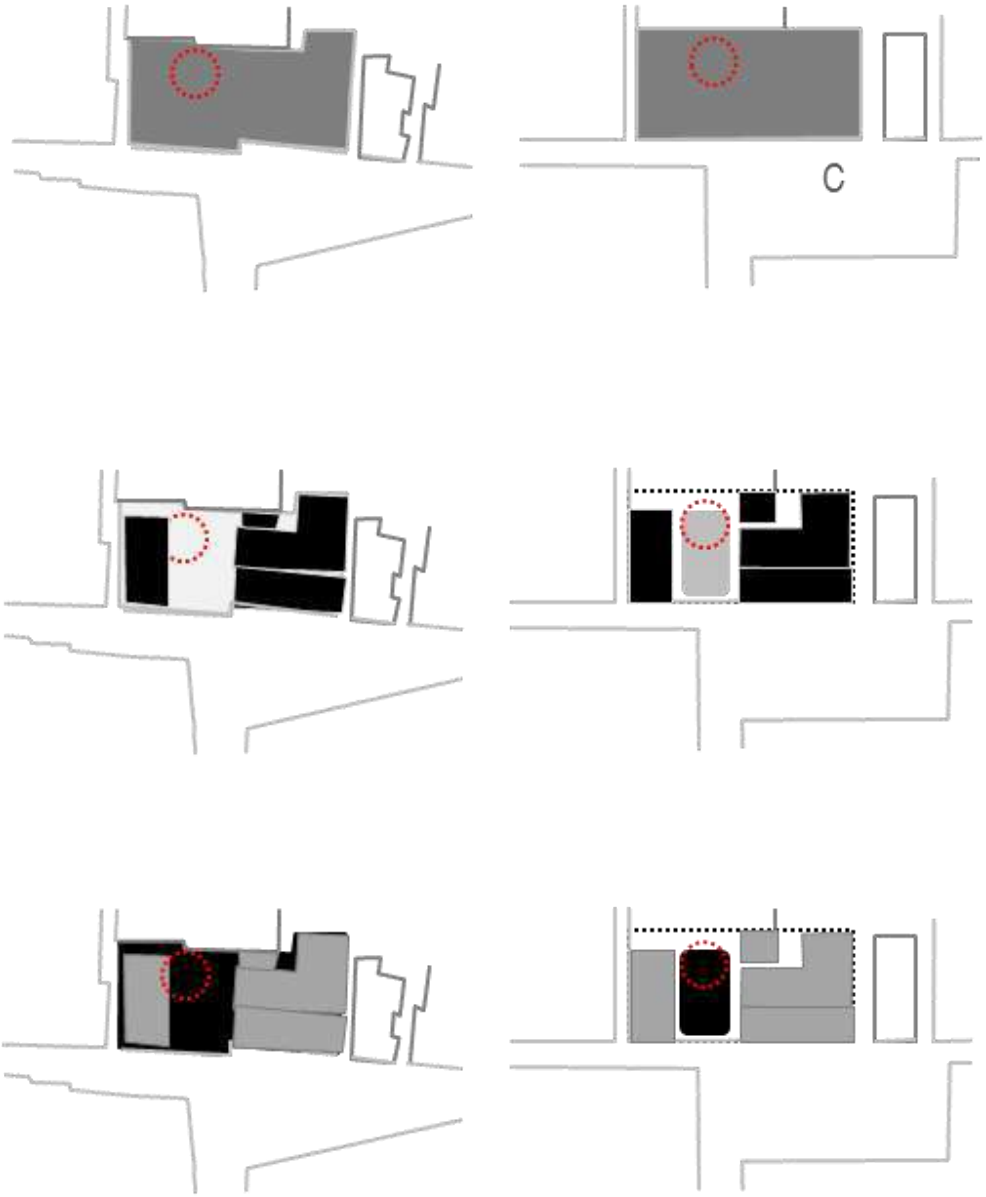
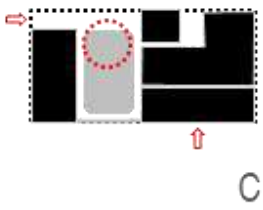


Fig. 05.49

Parcelas STH da Amostra 3

P3-UA.58



A subdivisão da parcela P2-UA.57 deu origem a duas (2) secções com uma relação proporcional de ¼ para ¾ do tamanho original às quais denominamos por ordem dos quadrantes de sub-parcelas 'A', sub-parcela 'B'. Em cada uma delas se desenvolveu uma estrutura habitacional com características diferenciadas e que passamos a descrever.

Sub-parcela 'A'. Ocupa o primeiro quadrante da parcela. Apresenta uma dimensão de 133 m^2 e é composta por dois (2) blocos edificados, um logradouro e uma árvore. O edifício novo é contiguo ao previamente existente, vide fig.:___. O acesso é directo ao edifício acrescentado. O logradouro tem uma forma rectangular, acompanha a extensão lateral completa dos dois módulos e só é acessível a partir do módulo acrescentado. A árvore uma pré-existência que remete para o início da análise do território.

Sub-parcela 'B'. Ocupa o segundo, terceiro e quarto quadrante da parcela original e compreende uma área de aproximadamente 380 m2. É constituída por seis (6) módulos, uma árvore e um logradouro. Dos módulos, quatro deles são novas edificações que ocupam o espaço marginal entre os edifícios e o limite da parcela, e são contíguos aos dois (2) pré-existentes conforme se confere na carta de 1988. O acesso é directo a partir da rua para os edifícios periféricos tanto pela fachada norte como pela fachada nascente. O logradouro é interno e o acesso é feito a partir do corredor na fachada a nascente bem como a partir do interior dos edifícios pré-existentes.

A parcela P3-UA.58 é uma unidade que não sofreu alterações ao longo do período de análise e para efeito de análise do SHT será denominada como subparcela 'C' e cujas características passamos a descrever.

Sub-parcela 'C'. Com uma configuração irregular e uma composição rectangular ocupa uma área de aproximadamente 270 m2. É constituída por quatro módulos, um logradouro interior e uma árvore. Sobre os módulos, dois deles são preexistentes, conforme carta de 1988 e dois posteriores sendo destes dois últimos um contíguo á rua e o outro como fechamento do bloco nascente. O logradouro resulta da demolição de um dos edifícios pré-existentes e intermedeia os dois blocos edificados dentro do espaço. A árvore é plantada à posterior no vazio.

Amostra 4 – Encosta "Saber Andar"

A amostra 3 refere-se à Unidade de Agregação n.º 45 localizado na área mais acidentada do musseque Catambor com a mais alta taxa de ocupação edificada e de densidade construtiva.

Para efeito do estudo dos sistemas habitacionais triádicos, partimos do princípio de que as cinco (5) arvores identificadas significariam potenciais parcelas com os três elementos propostos pela nossa hipótese: módulos-logradouro-árvore.

No entanto, após uma mais cuidada apreciação do espaço e com o auxílio de trabalho de campo foi necessário eliminar três probabilidades visto que duas das árvores encontram-se em espaço público e uma terceira no logradouro da instalação de ensino primário.

Repetindo o processo levado a cabo nas amostras 1 e 2, isolamos as parcelas estruturantes partindo da análise da carta actualizada em 2021 e a partir daí apresenta-se uma simulação do seu enquadramento à época da carta de 1988.

As parcelas seleccionadas passam a ser denominadas como P4-UA.45[27] e como P5-UA.45[28].

Caracterizando genericamente a parcela P4-UA.45 apresenta uma configuração irregular corresponde a uma área de 459.72m2. A composição da parcela remete para a forma 'L'. À época de 1988 integrava dois (3) edifícios e duas árvores. Com a actualização da carta efectuada em 2021, verifica-se o aumento de mais quatro (4) edifícios, totalizando sete (7) e a demolição da árvore localizada mais a norte.

Caracterizando genericamente a parcela P5-UA.45 apresenta uma configuração e composição regular em forma de rectângulo com uma área corresponde a 245.45m2. À época de 1988 o espaço onde a parcela está inserida é encerrado por dois muros, características que permitem especular que a parcela conforme a percebemos no ano de 2021 pode já ser resultado de reparcelamento. No entanto, este aspecto particular será melhor abordado na secção que analisará a unidade de agregação no seu conjunto.

Dimensionamento Arquitectónico

No que diz respeito ao dimensionamento dos edifícios a diferença entre os edifícios construídos segundo a técnica de pau-a-pique e/ou madeira são predominantemente de menor dimensão que os de betão.

Quadro 22 - Amostra III: Dimensionamento dos Módulos de Betão (1988)

N.º	Sistema Construtivo	Área (m2)	Largura	Comprimento	Obs.
1	Betão	61,45	6,33	9,65	
2	Adobe/Madeira	40,80	5,21	7,67	

[27] vide Apêndice UA. 45-P6
[28] Vide Apêndice UA.45-P16

Fig. 05.50

Evolução Diacrónica da Delimitação e Parcelário na Amostra 4. [1] Cartografia 1988, [2] Cartografia 2022

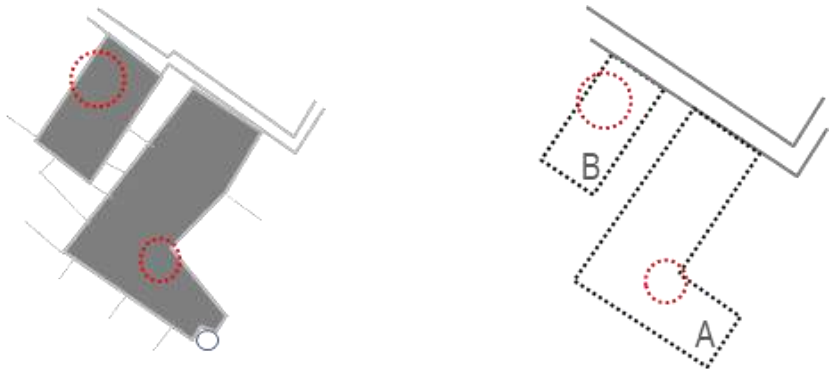


Fig. 05.51

Estudos de Composição e Configuração da Amostra 4

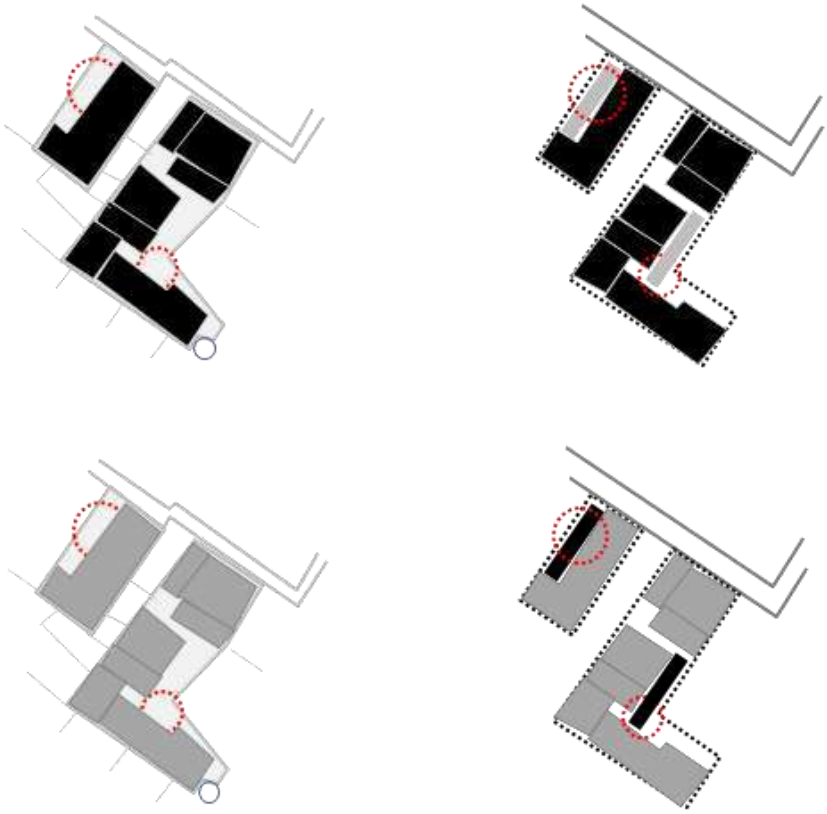
A - P4-UA.45

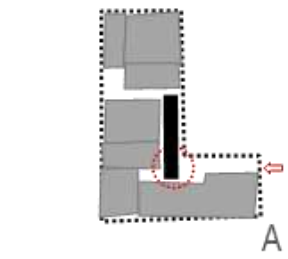
B - P5-UA.45

[1] Parcelário,

[2] Edificações e

[3] Logradouros





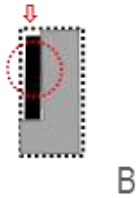


Fig. 05.52

Parcelas STH da Amostra 4

P4-UA.45 e P5-UA.45

As parcela P4-UA.45 e P5-UA.45 contêm estruturas habitacionais com características diferenciadas e que passamos a descrever.

Parcela 'A'. Apresenta uma dimensão de 459.72m^2. É composta por dois (2) blocos edificados, um logradouro e uma árvore. O acesso é feito a partir da fachada a sul e directamente para o logradouro. Dos edifícios, o bloco mais a sul é constituído por 4 módulos dispostos ao longo da inflexão da parcela. e o bloco localizado mais a norte é constituído por três módulos dispostos em forma quadrática a topo da parcela. O logradouro tem uma forma em zigue-zague, marginal ao muro lateral direito com o último segmento intermediando os dois blocos edificados. A árvore está localizada no segundo segmento do logradouro e é uma pré-existência que remete para o início da análise do território, ou seja, 1988.

Parcela 'B'. Compreende uma área de aproximadamente 245.45m2. É constituída por dois (2) módulos compostos em forma de 'L', um logradouro rectangular e uma árvore. Segundo a Carta de 1988, o segundo bloco e uma extensão contígua ao edifícios inicial, construído na tecnologia de pau-a-pique e a Árvore e uma pré-existência. O acesso é directo a partir da rua para o logradouro e é a partir dele que se acede aos módulos.

Interpretação dos Resultados

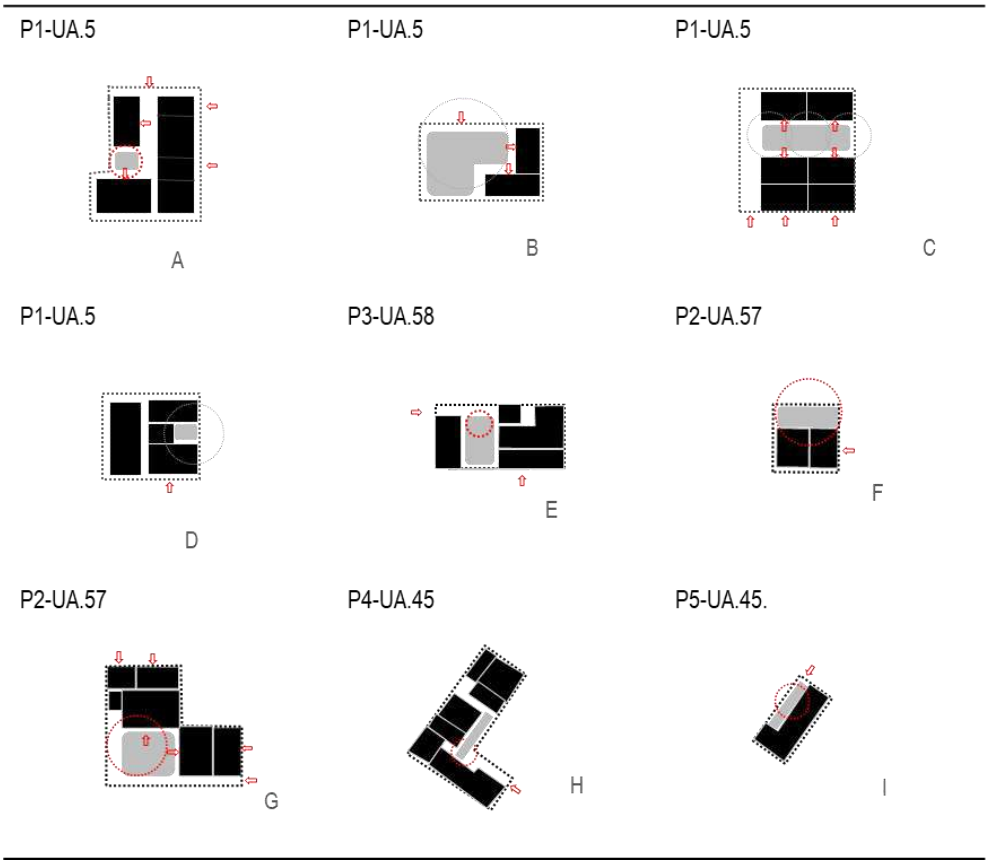


Fig. 05.53

Mapa Geral do Estudo de Configuração das Parcelas SHT do Catambor.

Concluído o levantamento elaborado às parcelas seleccionadas e recolhidas a partir das Amostras 2,3 e 4 correspondentes às unidades de agregação 5, 57, 24 e 45 do cume, sopé e da encosta do musseque do Catambor foi possível recolher e analisar nove (9)

sistemas habitacionais triádicos ou seja moradias que correspondessem aos 3 elementos basilares da hipótese proposta para esta investigação.

Composição e Configuração das Parcelas

Uma primeira interpretação dos resultados é que todas as configurações remetem para formas geométricas puras organizadas em formato predominantemente rectangular. A organização destes espaços em relação aos módulos obedeceu também a uma lógica que passa a ser explicada em 2 termos específicos: o primeiro a organização por quadrantes em que o espaço é subdividido em 4 partes. De acordo com essa lógica o logradouro poderá representar um destes quadrantes como demonstra o SHT.G; o segundo quando o espaço tem formato rectangular em que o logradouro por via de regra intermedeia dois blocos edificados em pólos opostos ainda existe uma terceira, a organização do espaço em 'L', aí o logradouro aparece como um elemento que se desenvolve ao longo do muro em ziguezague fazendo então uma distribuição em corredor.

Ainda um elemento essencial na localização do logradouro de todas as parcelas analisadas. Como ponto prévio, relembramos a função que desempenha no espaço habitacional que é essencialmente colectiva portanto é um lugar aonde a família não só se reúne como também desempenha um conjunto de actividades domésticas e também é um espaço privilegiado de convívio com convidados. Por esta razão a privacidade e o recolhimento que normalmente este logradouro merece é comum em todos os SHT's analisados.

Por via de regra existem duas formas de aceder ao sistema, (1) o acesso a partir de um corredor que é onde se encontra a maior parte dos da dos exemplos estudados ou (2) o acesso a partir de um dos módulos construídos da moradia. (3) o de acesso directo ao logradouro a partir da rua (casos excepcionais)

Embora o mais comum nas amostras recolhidas sejam os logradouros recolhidos para o interior com acesso a partir de um corredor ou então com acesso a partir de um dos módulos da casa ainda temos alguns casos excepcionais. O de acesso directo da rua para o logradouro existem duas menções a fazer.

A primeira é o logradouro-corredor. Este vazio perde a sua função de espaço da colectividade e funcionar mais como um elemento de transição. Um dos exemplos dessa excepção é o SHT.'H'. Como se constata, o vazio é um corredor que serve para fazer a distribuição pelos vários módulos que constituem a casa. Este caso foi verificado na amostra localizada na encosta lugar com alta declividade e cujo fenómeno de densificação foi mais acentuado.

A segunda é o logradouro-alpendre[29]. Como se pode ver por exemplo no caso do SHT.F em que o acesso é feito da rua para um módulo. Constatamos que o espaço é coberto por um telheiro de uma água. Na carta aparenta ser mais um edifício mas não é uma edificação. Nos musseques e não restrito a eles, por razões de segurança, os proprietários vêm-se obrigados a cobrir o logradouro frontal de acesso das suas casas mas eles não são necessariamente um espaço fechado são um espaço coberto e grandes parte das vezes recorre-se a este tipo de solução quando por razões de reparcelamento ou de densificação excessiva a árvore passa a ser então um elemento dispensável.

Módulos.

No que diz respeito às edificações a composição dos espaços normalmente são a módulos com 2 ou 3 divisões interiores, lógica muito próximas do formato ainda estudado no séc. 19 no séc. 20 por Ferreira Diniz (1918) ou por José Redinha (1973). Estes espaços servem de recolhimento portanto desempenham uma função de quarto ou às vezes de salas individuais de convívio para os diversos núcleos familiares que habitam a mesma moradia e como por exemplo vimos no caso da 'Casa da família Ricardo' explorado ainda no capítulo do Estado da Arte. Do ponto de vista da dimensão dos módulos é interessante compreender

[29] Esta situação acontece com mais frequência na assimilação das casas populares portuguesas que após a independência foram ocupadas pela população. O modelo comum é constituído um edifício e dois logradouros, um frontal e posterior sendo o primeiro maior que o segundo.

que há uma matriz que se repete podendo apresentar variações em relação ao módulo inicial. Relembramos aqui que o módulo mínimo estudado e apresentado pelos autores supracitados é um elemento quadrático de 2m x 2m. Foi possível perceber que a partir do módulo da 'Casa da família Ricardo' já se identifica o módulo expandido numa versão de 4mx4m. Ainda temos a referir a composição do edifício composto módulo descrita pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE) é uma unidade de 2 a 3 espaços interiores[30].

Módulos.

As soluções habitacionais não são por via de regra quadráticas elas tendem a ser rectangulares e isso resulta do facto desta composição em 3 espaços ser normalmente a replicação de um espaço quadrangular. Existem ainda outra variante em que dois módulos se associam com um terceiro elemento de um rectângulo interior que é um espaço colectivo e que normalmente está numa proporção em relação aos espaços quadrangulares de 1:1/2 não é necessariamente uma proporção áurea mas muito próxima da mesma lógica ou seja nós temos aqui um módulo de 2:2 que se subdivide ou que se agrega por unidades da mesma dimensão (Fig. 05.51a). assim sendo podemos ter módulos de 2:2 ou de 4:4 ou de 2:3 esta normalmente é a proporção existente entre os elementos que foram identificados como as unidades de composição das casas naturalmente que é preciso aceitar uma margem de erro nesta composição porque estamos a falar de autoconstrução que muitas das vezes não é assistida razão pela qual o produto final resultado de uma obra construída com poucos meios técnicos e científicos não terá o rigor expectável de um projecto decorrente de um produto decorrente de um projecto arquitectónico.

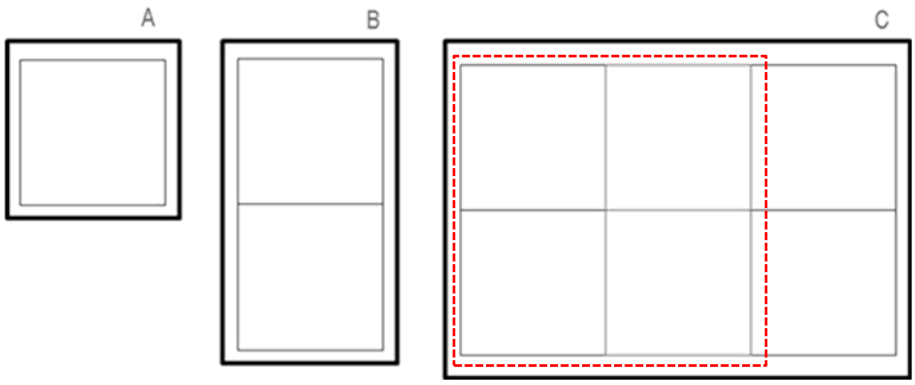


Fig. 05.54

Diagrama de organização dos módulos.

Por último temos o caso da árvore em relação ao qual existem 2 referências a fazer. A primeira referência a fazer é que as edificações são desenvolvidas em função da localização da árvore e não o contrário. Esta afirmação decorre do facto de entre ter sido possível identificar que no processo de densificação das parcelas algumas árvores ou são cortadas para darem lugar a uma edificação nova, ou então as edificações são construídas respeitando a árvore como uma pré-existência. Como excepção devemos referir que no caso do SHT.E o processo é inverso. Um edifício é demolido para dar lugar a uma árvore e consequentemente um logradouro comum entre os dois módulos.

[30] "Cada habitação possui em média 3 divisões, sendo o número médio de quartos só para dormir por habitação de 1,6 e o número médio de pessoas por quarto, só para dormir, de 2,9." (Instituto Nacional de Estatística (INE), 2016, p.77)

As considerações finais serão feitas em duas vertentes: a primeira pelas características dos seus elementos e a segunda pelo resultado da combinação destes mesmos elementos.

Primeira Vertente, Os Elementos:

As características dos elementos que foram previamente determinadas, nomeadamente a interioridade do logradouro, a permeabilidade das edificações para o centro e a sacralidade do elemento 'árvore' foram confirmadas com excepções que iremos identificar.

1. Logradouro: No que toca à "Interioridade" embora a maioria não tenha contacto com a rua sendo alcançável através de um acesso em corredor também se identificaram os logradouros com contacto directo para a rua. Duas referências devem ser feitas, os logradouros- alpendres conotados com a adaptação do logradouro frontal das casas populares portuguesas assimiladas pela população local, ou seja, estamos perante um processo de assimilação do espaço como o SHT.F, ou ainda, em construções mais recentes como o caso do SHT.B cuja organização vai mais ao encontro de uma divisão do espaço em quadrantes mais comum na ocupação dos musseques nos últimos trinta anos cuja população tem um perfil marcadamente rural e de refugiada da guerra civil.

2. Edifícios: Na sua maioria mais expressiva mantém a relação de continuidade com a delimitação da parcela libertando o centro. Dependendo da configuração da parcela, os edifícios dispõem-se em três formas: linear intermediada pelo logradouro, ou em quadrantes sendo que o logradouro pode assume um formato em cruz ou um dos quadrantes. Outras opções excepcionais como as parcelas mais exíguas a organização dos módulos é lateral e o logradouro também, assumindo composições em 'L' ou em 'Z'.

3. Árvore: Constatou-se que as árvores e os imbondeiros são comuns nas parcelas mais antigas e/ou com maior dimensão como o caso do SHT.B e SHT.G. O porte destas espécies e as raízes aéreas fazem delas elementos que ocupam grandes áreas na parcela e quando ocorre o reparcelamento ou a densificação da mesma a tendência que identificamos nos inquéritos feitos é que as árvores são sacrificadas para dar lugar a novas construções. Quanto ao significado da árvore como elemento ritualístico, só identificamos duas moradias com essa característica. Uma delas é a casa do Soba Kiuma e a outra a do *Kimbanda* 'Bri-Bri'. Com o falecimento dos dois, as moradias foram reparceladas entre os familiares e as árvores que continham os significados ritualísticos foram eliminadas. O mais comum são as árvores de fruto como as mangueiras ou sape-sape.

Segunda Vertente, Os Sistemas:

A partir da selecção dos nove exemplos analisados, o olhar sobre os sistemas habitacionais é feito a partir dos aspectos da organização dos elementos em função da forma da parcela. Podemos agrupar os sistemas em dois grupos, os de composição Sequencial e os de Composição Axial.

Composição Sequencial. O logradouro desempenha o papel de intermediar os módulos que se localizam em oposição. Neste grupo podemos encontrar as sequências lineares ou angulares.

Composição Axial. Nestes casos logradouro e módulos dispõem-se em paralelo ao longo de um eixo longitudinal. Neste grupo também se encontram exemplos lineares e angulares.

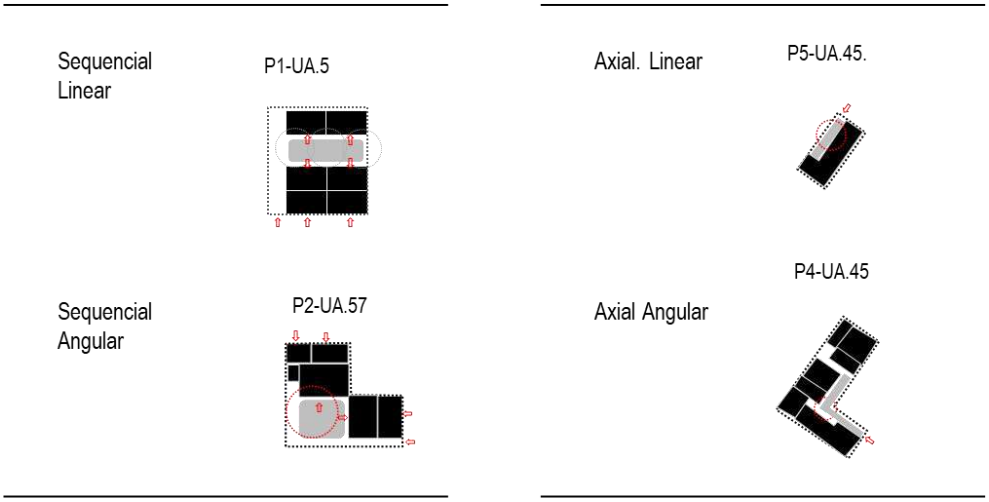


Fig. 05.55

Tipos de Composição dos Sistemas Habitacionais Triádicos; [1] Sequencial Linear e Angular e [2] Axial Linear e Angular

Composição em Quadrantes. Os módulos estão dispostos pelos quadrantes da parcela e o logradouro desenha-se em forma de cruz. (Casa da Família Ricardo)

Olhamos para este fenómeno da habitação no musseque e deparamo-nos com uma lógica organizacional do espaço que embora considere variantes resultantes da adaptabilidade ao espaço e ao morador, esta reafirma sempre os mesmos valores e elementos apresentando características morfológicas que relativizam as origens culturais e sociais do indivíduo e consequentemente homogeneizando a paisagem.

Unidades de Agregação

Enquadramento

No capítulo “Signos Espaciais” definimos as Unidades de Agregação como sendo “conjuntos de elementos edificados e não edificados que configuram um ou mais sistemas habitacionais triádicos, ilhadas por meio de uma via, ou conjunto de vias, que percorre o seu perímetro completo e são delimitadas por parte dos edifícios que as compõem ou por muros, quando existem”.

Fig. 05.56

Catambor – Rua perimetral da UA.5 e 6

Amostra 2

Tomemos como exemplo a Unidade de Agregação denominada "Rio Seco". Segundo os inquéritos feitos a UA começa com a delimitação do terreno delineado a vermelho que é o único com vedação murada de Betão, segundo legenda da Carta de 1988 Fig. 05.53. Os assentamentos delineados a marrom parecem ser extensões provavelmente ao proprietário da parcela central. No caso da parcela Oeste, o facto de ter uma vedação vegetal e ter cinco construções de adobe ou pau-a-pique e ter uma comunicação com a parcela central aparenta ser uma dependência oficinal. Já a parcela Este não aparenta ser uma extensão mas sim uma ocupação aleatória e claramente motivada por necessidades emergenciais visto que há uma aproveitamento dos muretes da Maianga do Povo inclusive do interior do Poço. A parcela Central tem uma subdivisão murada em betão com um edifício isolado cuja construção é claramente decorrente de um projecto arquitectónico e de feição equiparada às Casas Populares Portuguesas que se encontram no Cume do Morro. Embora não tenha sido possível entrevistar o proprietário, as informações dos ocupantes de outros módulos existentes na moradia deixaram claro que toda a extensão do terreno inclusive as dependências adjacentes pertenciam ao dono da casa. Esse modelo de parcelamento do quintal é usual sendo que serve o propósito de acomodar a família mais próxima, filhos ou outros bem como criar uma fonte de renda para a família.

Para além do adensamento das parcelas ainda existe uma expansão para além dos limites iniciais. No caso da parcela Oeste, essa expansão é feita a partir do eixo da vedação vegetal. Esse tipo de expansão, por via de regra, acontece à revelia dos proprietários da parcela e com rapidez invulgar, às vezes da noite para o dia, pode começar com uma *kitanda* a qual se junta um alpendre e daí se constrói uma nova unidade.

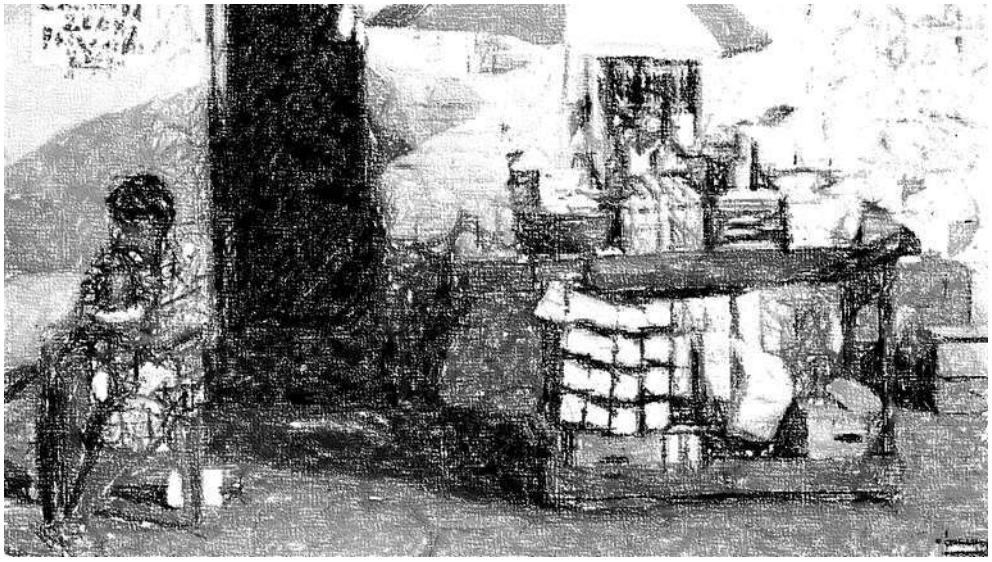


Fig. 05.57

Kitanda de Porta

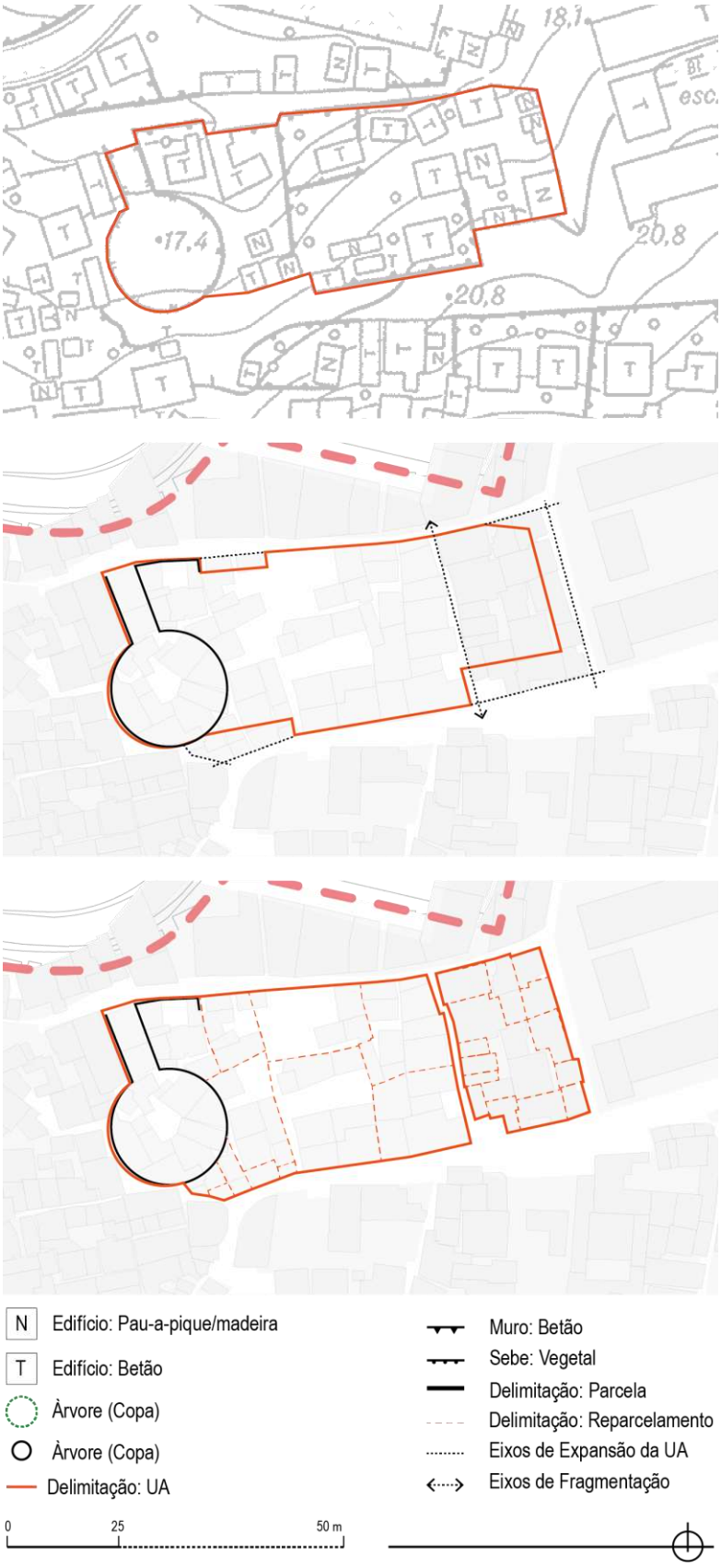
Fig. 05.58

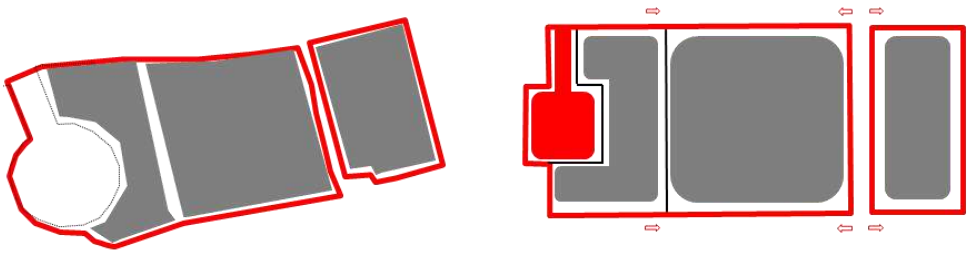
Evolução Diacrónica da Delimitação e Parcelário da Amostra n.º 2 - Unidades de Agregação n.º 5 e 6. Localização no sector "Rio Seco" –'Sopé'.

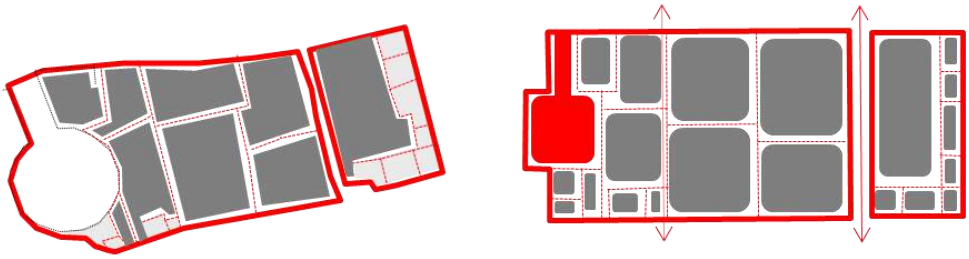
[1] Carta 1988. Delimitação da Unidade Morfológica Matriz

[2] Carta 2014
Área de Expansão e Eixos de Fragmentação da Unidade Morfológica Inicial.

[3] Carta 2014
Delimitação e Parcelário das Unidades de Agregação n.º 5 e 6.







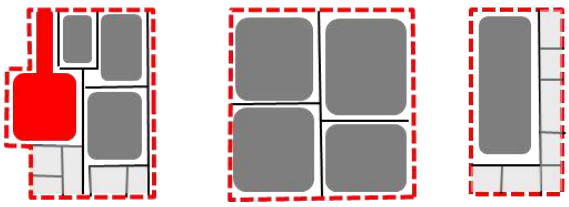


Fig. 05.59

Estudos de Composição e Configuração da Amostra 2 – UA.5 e 6:

[1] Delimitação e Secções ,

[2] Parcelário

[3] Secções Isoladas

Embora a composição desta unidade de agregação seja irregular a composição é rectangular. O seu processo de formação inicia com uma Parcela-Mãe á qual se associam outras a nascente e poente. O processo de evolução diacrónica da unidade revela dois processos distintos, a agregação e a dissociação sendo a primeira com as unidades a poente e a segunda com a unidade a nascente. Cada uma destas parcelas quer a primeira (Parcela-Mãe) como as seguintes desenvolvem características diferentes no que diz respeito ao processo de reparcelamento. No geral temos três processos, o reparcelamento, a agregação e a dissociação. Podem estar associados ou independentes.

A Parcela-Mãe (P.1) de configuração quadrática de 1.500m2 de área e subdivide-se em quatro secções criando uma composição em quadrantes sendo que cada um deles desenvolve um sistema habitacional triádico, ou seja, com ocupação do edificado pela delimitação libertando o centro.

A Parcela Dissociada (P.2) origina uma nova unidade de agregação. De composição rectangular de aproximadamente 950 m2 de área e subdivide-se em dois grupos. Uma parcela que desenvolve um sistema habitacional triádico e o segundo grupo em edifícios-parcela com relação directa para a rua.

A Parcela Agregada (P.3) é bastante irregular quer na composição quer na ocupação. Integra os princípios de reparcelamento em quadrantes e os edifícios parcela. No entanto, a relação directa com o Monumento 'Maianga do Povo' faz com que estejamos perante uma ocupação 'hospedeira' no sentido de que as parcelas apoiam-se na parcela -mãe ou no monumento. No entanto, é possível identificar os dois grupos referidos na parcela P2, os que desenvolvem sistemas habitacionais (não necessariamente triádicos) e os que são edifícios-lote.

Amostra 3

A amostra número 3 é constituída por três unidades de agregação, nomeadamente a número 56, 57 e 58. As três são consequência de um processo de dissociação que ocorre entre o período de 1988 até 2014, conforme se pode verificar na Fig. 05.55. Diferente da Amostra 2, onde é claro identificar a parcela que dá origem à unidade de agregação, a Amostra não dá nenhum indicador de um parcelamento matricial. No entanto, já é possível identificar o início da dissociação da secção a nascente com os muros que delimitas as parcelas mais a norte.

As parcelas serão identificadas a partir da carta mais recente, a de 2021.

Sendo este sector é o mais antigo do musseque Catambor a ocupação tem outra densidade construtiva. Para efeito do estudo, isolamos as parcelas estruturantes das duas unidades de agregação partindo da análise da carta actualizada em 2021 e a partir daí apresentar uma simulação do que poderiam ter sido as parcelas à época da carta de 1988. Esta abordagem decorre do facto da Carta de 1988 não apresentar nenhuma referência às delimitações dos quintais o que consideramos uma omissão tendo em conta que as fontes pesquisadas bem como os inquéritos revelam a existência desse elemento estruturante da moradia no musseque, em particular na tipologia da cubata suburbana. Os inquéritos permitiram-nos compreender que parcelas resultam de reparcelamento ou de agregações esporádicas.

Uma breve análise visual à evolução diacrónica do espaço seleccionado revela dois processos em simultâneo: (1) a desagregação da unidade mãe em três. A orientação da organização do espaço é diferente em cada uma, o caso da UA n.º56 a composição das parcelas é ortogonal com projecção cardeal, a UA n.º 57 vem na continuidade da composição ortogonal cardeal mas com tendência para a rotação a 75º a poente, por último, a UA n.º 58 continua com a tendência a nascente da UA n.º 57 e na secção a poente assume 40º de rotação.

Cada uma das unidades de agregação é permeada por vazios sendo que nem todos desempenham as mesmas funções. Em alguns casos estamos perante logradouros privados que organizam o espaço interior das parcelas resultando, ou não, em sistemas habitacionais triádicos. Noutros casos, os vazios são logradouros semi-públicos, pois tanto servem o propósito de percorrer a unidade de agregação e consequentemente servir de acesso às parcelas como também podem ser categorias sociológicas da casa, como iremos abordar na secção correspondente à análise das ruas.

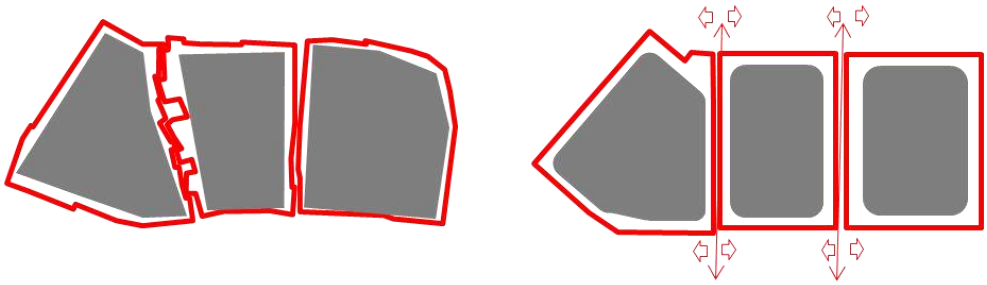
Fig. 05.60

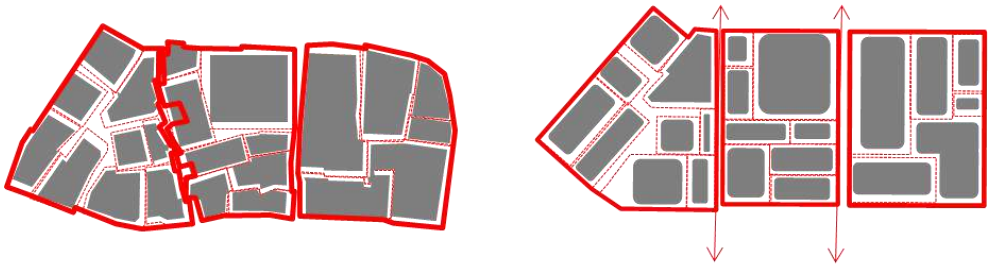
Evolução Diacrónica da Amostra n.º 3 - Unidades de Agregação n.º 56, 57 e 58. Localização no sector “Mulembeira” –‘Cume.

[[1] Carta 1988. Delimitação da Unidade Morfológica Matriz,

[2] Carta 2014. Eixos de Fragmentação da Unidade Morfológica Inicial.

[3] Carta 2014 Delimitação e Parcelário das Unidades de Agregação n.º 56, 57 e 58





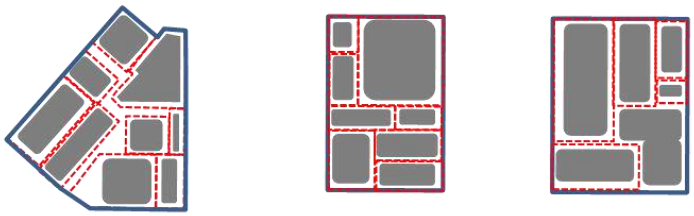


Fig. 05.61

Estudos de Composição e Configuração da Amostra 3 – UA. n.º 56, 57 e 58:

[1] Delimitação e Secções,

[2] Parcelário

[3] Secções Isoladas

Embora a composição desta unidade de agregação seja irregular a composição é rectangular. Os dados que dispomos através da cartografia histórica e outras imagens não são suficientes para identificar o parcelamento quer das casas populares portuguesas quer das cubatas suburbanas. O processo de evolução diacrónica da unidade revela que esta unidade de agregação se desagrega dando origem a três (3). Cada uma destas parcelas desenvolvem características diferentes no que diz respeito ao processo de reparcelamento. No geral temos dois processos, a dissociação e o reparcelamento. Podem estar associados ou independentes.

A Unidade de Agregação n.º 56 é de composição irregular apresentando uma composição que resulta da conjugação de dois rectângulos concorrentes e inclinados em relação às duas unidades de agregação supracitadas. No total tem 1.545 m2 de área total e um perímetro de 165m. A unidade contém somente nove (9) parcelas que se subdividem em dois grupos separados por um corredor que atravessa a unidade de agregação e que denominamos como NI.7. Não foi identificado nenhum sistema habitacional triádico. Quanto à acessibilidade, ela tanto se processa a partir da rua para as parcelas como através do Núcleo Interno (NI.7) que distribui para edifícios-parcela que vivem para o interior da unidade de agregação.

A Unidade de Agregação n.º 57, localizada no centro da sequência, de composição rectangular de 1 578m2 de área e 160m de perímetro subdivide-se em oito (8) parcelas resultando numa configuração que se organiza em função da parcela maior localizada no canto direito a norte. A unidade contém somente uma parcela organizada segundo os princípios dos sistemas habitacionais triádicos. Quanto à acessibilidade, ela tanto se processa a partir da rua para as parcelas como através de núcleos internos (NI). Neste caso particular foram identificados três núcleos internos. Um é privado (NI.4), ou seja, faz parte da parcela, no entanto os dois restantes (NI.5 e NI.6) são semi-públicos distribuindo para edifícios-parcela que vivem para o interior da unidade de agregação. Importa referir que estes núcleos internos são periféricos e podem ser também vistos como 'largos' pelo perfil que apresentam ao longo da via.

A Unidade de Agregação n.º 58, localizada mais a poente de configuração rectangular de 1 870m2 de área e 168m de perímetro subdivide-se em seis (6) parcelas resultando numa configuração irregular. A unidade contém somente uma parcela organizada segundo os princípios dos sistemas habitacionais triádicos. Quanto à acessibilidade, ela tanto se processa a partir da rua para as parcelas como através de núcleos internos (NI). Neste caso particular foram identificados três núcleos internos. Dois deles (NI.1 e NI.2) são privados, ou seja, fazem parte das parcelas, no entanto o terceiro (NI.3) é semi-público distribuindo para edifícios-parcela que vivem para o interior da unidade de agregação.

Amostra 4

A amostra número 4 é constituída pela unidade de agregação n.º 45. A sua localização, na encosta, em particular no sector "Saber Andar" faz deste território uma área de caracterização intrincada por um lado pela acentuada declividade e também pelo alto nível de densificação. Um aspecto a referir é o facto de no processo de análise da evolução diacrónica do musseque do Catambor, não foi possível identificar com clareza as unidades de agregação por falta de informação cartográfica e cadastral. Um dos aspectos mais relevantes, comum às amostras anteriores, é o facto de raros edifícios do tipo 'cubata suburbana' terem os quintais devidamente identificados pressupondo que a maioria (acima de 90%) seriam edifícios implantados sem nenhuma referência de territorial anexada e consequentemente sem que se pudesse identificar sistemas habitacionais triádicos ou relações de vizinhança ou agregação. Alguns exemplos de casas populares portuguesas e respectivas parcelas são fáceis de identificar a partir dos muros de betão mas pouco mais do que isso.

Fazendo uma breve análise visual à evolução diacrónica da unidade de agregação é evidente a densificação que no caso faz com as novas edificações, construídas entre 1988 e 2014 tenham ocupado toda a frente sudoeste, virada para a Avenida 'Revolução de Outubro', local do antigo terreiro que servia como praça de mercado à época de 1974, (Fig. 05.71). Embora ainda no local se desenvolva esta actividade, o espaço perdeu dimensão e qualidade. Decompondo geometricamente a unidade de agregação temos um quadrado que hierarquicamente associa outras três figuras nomeadamente três rectângulos que fazem o fechamento sudeste à figura maior. Esta composição define também a organização do espaço como sendo ortogonal com tendência para a rotação a 40º e a secção menor, mais a norte a organização é ortogonal com projecção cardeal.

Cada uma das secções é permeada por vazios sendo que a configuração é marcada por um forte rasgo no sentido sudoeste-nordeste que adentra a unidade de agregação delineando a secção quadrática principal. O logradouros privados não de maior dimensão do que nas amostras anteriores por dois motivos, o primeiro pelo facto da ocupação do espaço ser essencialmente de serviços e comércio e por serem contíguos tanto à unidade de agregação como do musseque enquanto unidade morfológica.

Fig. 05.62

Evolução Diacrónica da Amostra n.º 4 - Unidade de Agregação n.º 61. Localização no sector “Saber Andar” –‘Encosta.

[1] Carta 1988. Delimitação das Parcelas Identificadas na Carta,

[2] Carta 2014. Áreas de Expansão e Delimitação Final.

[3] Carta 2014 Delimitação e Parcelário da Unidade de Agregação n.º 61

Fig. 05.63

Estudos de Composição e Configuração da Amostra 4 – UA. n.º 61:

[1] Delimitação e Secções,

[2] Parcelário,

[3] Secções Isoladas

Como previamente constatado, esta unidade é composta por quatro figuras geométricas rectangulares sendo que uma delas se destaca pela dimensão. Para efeito de identificação, serão denominadas como Secção 1, 2 3 e 4. Cada uma destas secções desenvolveu características diferentes que passamos a identificar.

A Secção S.7, é a de maior dimensão no conjunto com cerca de 3 892m2 de área e 255m de perímetro subdivide-se em dezassete (17) parcelas resultando numa configuração ortogonal irregular. Nesta secção encontram-se os dois sistemas habitacionais triádicos previamente estudados e únicos desta unidade de agregação. Quanto à acessibilidade, ela tanto se processa a partir da rua para as parcelas como através do corredor que adentra a unidade de agregação. Para além desse corredor é possível identificar diversos logradouros mas todos de carácter privado.

A Secção S.8, embora com menores dimensões apresenta tanta legibilidade quanto a secção n.º7. De composição rectangular de cerca de 1910 m2 de área e 170m de perímetro subdivide-se em seis (6) parcelas que se organizam de forma diferente sendo que as duas maiores, estão viradas para o centro e as quatro restantes são edifícios-parcela virados para o exterior. Nenhuma das parcelas segundo os princípios dos sistemas habitacionais triádicos. Quanto à acessibilidade, ela tanto se processa a partir da rua para as parcelas-edifício e a partir do pátio.

A Secção n.º 9 é bastante irregular quer na forma como na organização das parcelas principalmente por ser uma secção que articula as duas orientações de organização das parcelas. Embora esteja inscrita num rectângulo, a configuração real das parcelas delimitam um prisma hexagonal irregular. No total tem cerca de 995m2 de área total e um perímetro de 134m. A secção contém somente quatro (4) parcelas sendo relevante realçar que a parcela da escola domina a organização das demais. Não foi identificado nenhum sistema habitacional triádico. Quanto à acessibilidade, ela é feita a partir da rua no entanto, uma delas só é acessível a partir de um corredor.

A secção n.º 10 é a única com organização ortogonal cardeal. De composição rectangular de cerca de 873 m2 de área e 116m de perímetro subdivide-se em sete (7) parcelas cujo acesso é feito a partir da rua. Não foi identificado nenhum sistema habitacional triádico.

Interpretação dos Resultados

A análise das amostras permitiram a obtenção de dados acerca da configuração e composição quer da unidades de agregação na sua plenitude como também da sua estrutura, entendendo como estrutura a sua forma, organização e dimensionamento das parcelas.

Composição e Configuração das Unidades de Agregação e respectivas secções

Comecemos por interpretar as Unidades de Agregação. No que diz respeito à sua composição e configuração. No geral todas as configurações remetem para formas geométricas puras organizadas em formato predominantemente rectangular. Existe alguma semelhança entre as amostras A1 e A2 tanto na forma como as suas parcelas se organizam. A linearidade é comum. Inclusive a desagregação das secções que dão origem a outras unidades independentes estão dentro da mesma linearidade. Distinta das demais é a amostra A3 1cuja configuração remete para aglomeração que se diferencia pela dimensão e à volta da qual outras menores se vão associando, inclusive, o desenho da UA n.º61 apresenta uma reentrância que indicia uma possível desagregação desta unidade em duas.

Quanto às secções, estas são bastante claras nas amostras A1 e A2. A possibilidade de identificação da parcela-mãe no caso da Unidade de Agregação UA n.º 5 e também a legibilidade das Unidades de Agregação UA n.º 57 e UA.n.º58. Estas são essencialmente rectangulares de forma isolada ou constituindo formas resultantes da conjugação de dois ou mais rectângulos. Referência importante para a secção S.1, a denominada 'parcela-mãe' da amostra A1 em forma de quadrado. Ainda remetendo para a forma quadrática temos as secções S7 e S8 que embora tenham uma composição rectangular a sua composição aproxima-se bastante à forma quadrática.

Estrutura e Acessibilidade

A estrutura das secções, vista na perspectiva da configuração é predominantemente organizada a partir de uma malha ortogonal irregular. Não existindo vazios interiores às unidades de agregação, o acesso às parcelas tem duas possibilidades dependendo da sua localização. Para o caso das parcelas viradas para o exterior por via de regra é feita a partir da rua, para o caso de parcelas interiores o acesso é feito através de vielas interiores. Importa referir que as vielas podem dar origem à desagregação de secções de uma unidade como é o caso das amostras A1 e A2 e como se indicia com a reentrância da amostra A3.

Fig. 05.64

Mostra Comparativa das Amostras 2, 3 e 4.

[1] Silhueta

[2] Delimitação

[3] Secções e Eixos de Fragmentação

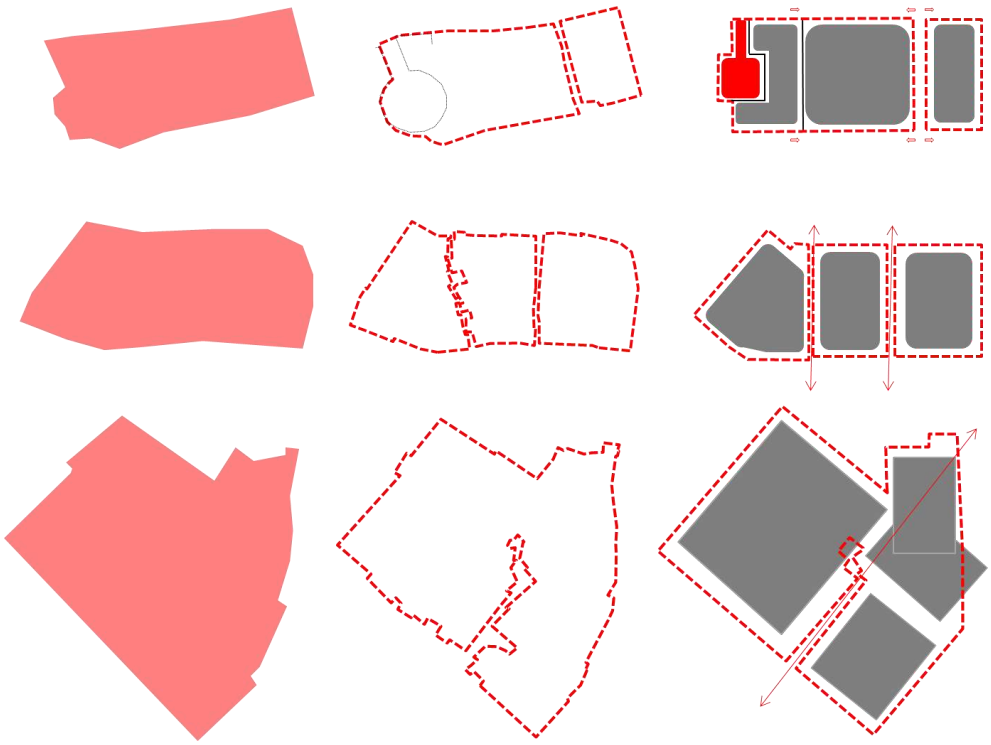
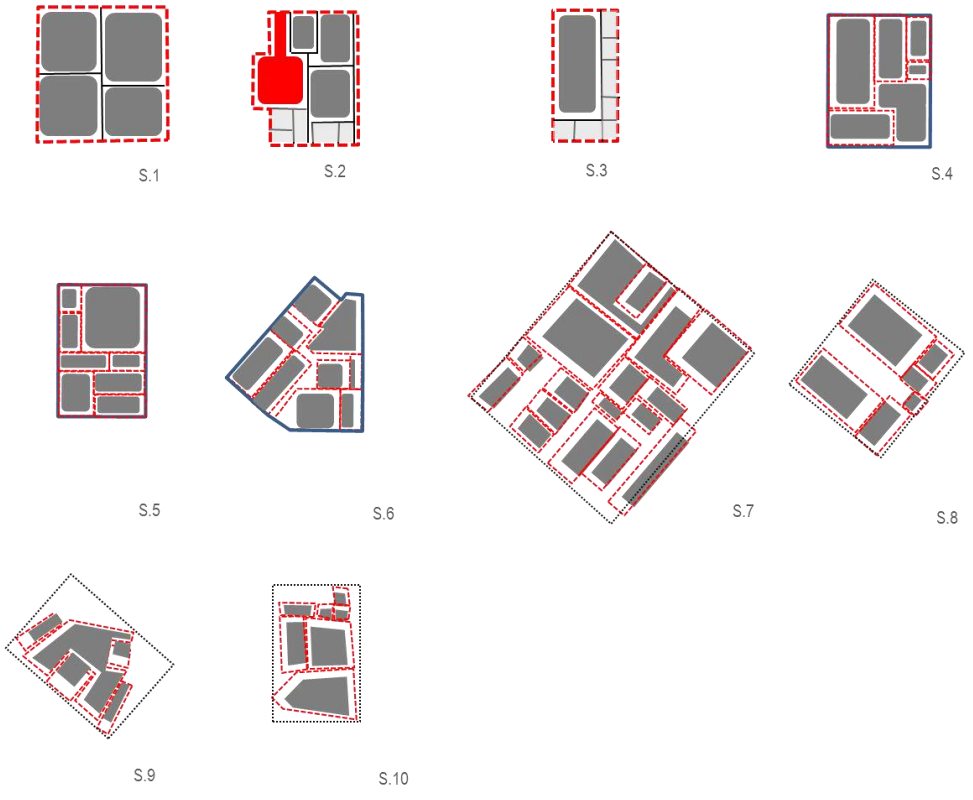


Fig. 05.65

Mostra Comparativa das Amostras 2, 3 e 4. Secções e Parcelário



O parcelário das amostras estudadas subdividido em 10 secções resume um conjunto de sete dezenas de parcelas. De configuração predominantemente rectangular elas apresentam-se como uma estrutura pouco diversificada.

A perspectiva evolutiva do tecido demonstra que o processo de densificação fez perder a permeabilidade da unidade de agregação eliminando as pracitas interiores que costuravam as parcelas para fins habitacionais. Assim sendo, somente as secções cuja função serve fins comerciais, nomeadamente a S7 e S8, da amostra 3 contemplam vazios que servem o propósito de distribuir para os edifícios no seu interior.

Este parcelário, entendido "enquanto a dedução gráfica do conjunto das parcelas privadas" (Dias Coelho, 2013) revela uma certa homogeneidade no que diz respeito à sua orientação e organização, ortogonal e com orientação cardeal norte sul. Existem algumas excepções no caso da UA n.º 5 com algumas alterações de orientação sendo mais acentuada na amostra A3 onde a acentuada declividade faz com que a organização se deforme e também para fazer correspondência com a via que delimita o musseque. Numa nota de remate, a análise evolutiva da paisagem revela que as edificações voltadas para o exterior da unidade de agregação estão em relação directa com o arruamento ao passo que as interiores revelam uma organização em função de vizinhança, entendam-se como tal os sistemas de habitação triádicos. Assim, privilegiamos um olhar sobre a parcela em si, integrado no espaço privado (unidades de agregação) conforme previamente proposto e em função de dois contextos:

o contexto da **organização das edificações em função da rua** como referência, ou seja, a relação edifício-rua. "*As edificações podem estar no alinhamento do lote ou recuadas, podem ser geminadas ou isoladas, altas ou baixas, mas têm sempre a rua como referência*." (Panerai, 2006, 87)

o contexto da **organização das edificações em função dos logradouros**, remetendo para uma organização espacial característica do povo Bantu, conforme defendem os autores Leonard D. Ngcongco e Jan Vansina, tema previamente abordada no capítulo 2, especificamente na secção '*A produção do espaço habitacional*'.

A dimensão das parcelas não parece obedecer a nenhuma regra particular tendo sido identificada como a menor com cerca de ___m2 de área e a maior com ____m2. No entanto, a chamada Parcela-Mãe tem cerca de 1500m2 de área ao passo que a secção maior da amostra A3 tem cerca de 4500m2 de área.

Padrões e Organização

A unidade de agregação é um conjunto de edifícios cuja função está predominantemente voltada para a habitação ou tipologias habitacionais mistas com serviço e/ou comércio. Unidade de Agregação pode ou não ser sinónimo de quarteirão no sentido de que embora sejam semelhantes na definição de serem ambos espaços urbano definidos pelo menos por três arruamentos que se cruzam ou entroncam, no qual existe ou uma ocupação construída ao longo das vias ou uma ocupação ordenada a grande diferença residir em dois aspectos: formação, mutabilidade.

A unidade de agregação é a unidade básica de análise do musseque visto que a partir dela se podem identificar dois processos de construção do tecido;

. a densificação das parcelas pelo processo de reparcelamento sistema habitacional triádico,

. a expansão através do edifício-parcela. O termo aplica-se ao resultado dos dois processos.

A nossa análise permite-nos deduzir que a unidade de agregação se constitui a partir de uma parcela ou associação de parcelas e do fenómeno da densificação que ocorre a partir da formação de sistemas habitacionais triádicos. No entanto, a construção do nosso modelo abstracto endereça o debate no sentido de admitir como elemento da unidade de agregação os edifício-parcela que resultam de ocupação periférica às parcelas. São duas entidades distintas, com lógicas e fundamentos de ocupação em nada similares mas que convivem dentro de uma mesma delimitação.

O conceito aqui criado que denominamos como “edifício-parcela” não é em si uma novidade. O mais comum é quando estes lotes são consequência de reparcelamento urbano que é uma operação de recomposição da estrutura fundiária. Nestes casos, a acção decorre sobre uma área delimitada de solo urbano e incide sobre o conjunto dos edifícios de uma parcela e que tem por finalidade adaptá-la a novas necessidades de utilização do solo. O reparcelamento por princípio, aplicar-se-ia ao processo de densificação das parcelas como previamente mencionado e não aos edifício-parcela que se anexam aos muros das parcelas.

As características do edifício-parcela são similares à tipologia “cubata suburbana” sem a componente do quintal. A sua construção decorre de aproveitamento dos muros pré-existentes como um dos paramentos do edifício e a única conexão com o exterior é com a rua.

O processo desenvolve-se em quatro fases, nomeadamente [1] delimitação, [2] reparcelamento, [3] ocupação e [4] fixação sendo que cada uma se estrutura nos termos seguintes:

1ª Fase: a primeira de delimitação da parcela e edificação da casa,

2ª Fase: a segunda fase pressupõe o reparcelamento definindo o espaço do proprietário e o espaço para desenvolvimento de novas edificações,

3ª Fase: a terceira fase é a de ocupação em dois modelos:

3.1 Criação de novas entidades habitacionais em partilha de espaço colectivo

3.2 Criação de novas entidades habitacionais com quintal e acesso colectivo

4ª Fase: fixação por contiguidade de edifícios-parcela às parcelas pré-existentes.

Todavia as unidades de agregação mantêm a tendência para se configurarem de forma poligonal rectangular ou quadrangular que se densificam ou se expandem em padrões similares de organização.

Fig. 05.66

Composição Livre de organização das unidades de agregação. Sector Cume 'Mulembeira'. Padrão de reprodução das unidades de agregação (Proposta)

A Rua Perimetral

Enquadramento

A conceptualização inicial das ruas partiu do pressuposto de que as ruas não são um 'a priori', são um espaço público intersticial às unidades de agregação que resultam da organização do assentamento do sistema habitacional e que no seu conjunto, definem uma rede com movimentos, quer sejam fluxos e intensidades, dimensões, quer de extensão como de largura e possibilidades quer seja de permanência, mobilidade ou acesso.

Fig. 05.67
Catambor – Rua do Tipo B

Amostra 2 – Cume "Mulembeira"

Em relação à ausência de elementos foram considerados três aspectos morfológicos; dimensões, movimentos e desempenho. Os aspectos físicos, relativos às dimensões, foram analisados a partir de elementos gráficos como plantas, cortes, fotografias, entre outros. Foram considerados a extensão circundante e a largura predominante das ruas. Os aspectos relativos ao movimento, foram analisados a partir da observação *no local*[31]. Foram considerados a mobilidade (pedonal e automóvel) e o acesso ao interior das unidades morfológicas (corredores e logradouros). Os aspectos relacionados com o desempenho da rua foram analisados tanto a partir da observação *no local* como a inquéritos por questionário e entrevista[32], recorrendo a elementos gráficos. Foram considerados a permanência (material e simbólica), e a permeabilidade (relacional/ocupacional). A actualização da carta e a observação no local, permitiu-nos considerar que o princípio de segmentação das ruas perimetrais a partir do princípio da intersecção poderá não ser o único, visto que alguns aspectos, tais como estreitamentos ou alargamentos acentuados ao longo de cada segmento assim como alterações na orientação levantaram a probabilidade de um segmento poder ser subdividido em dois subsegmentos podendo em alguns casos ir até seis subsegmentos incluindo a perca das características de uma rua, adquirindo outras configurações. Para caracterizar os segmentos de rua foram considerados três aspectos morfológicos: dimensões, movimento e desempenho.

Dimensão

a) Dimensões. No que toca aos aspectos formais, foi possível perceber que o comprimento circunjacente em média varia entre 150 e 250 metros com excepções que atingem os mínimo de cerca de 55 metros no sector B e os máximos de até 500 metros no sector A. Em relação às dimensões dos segmentos foram identificadas três larguras predominantes; 1,20m < RA <3m, RB>3m e 0,6m<RC<1,20. Quanto às extensões dos segmentos, estes variam entre 30 e 120 metros, no entanto, foi possível enquadrar a variabilidade em função das larguras predominantes, sendo que 30<RA<90m, 50<RB<120m e 30<RC<70m.

Movimento

b) Movimento. No que toca ao movimento nas ruas, a mobilidade subdivide-se em duas dinâmicas concorrentes. No caso específico da mobilidade pública, a escala de observação foi a do indivíduo e compreendemos duas possibilidades, as pedonais e as mistas (pedonais e automóvel) e em razão desse fluxo em algumas vias não é permitido o estacionamento de automóveis. O tipo de fluxo está associado à largura da rua, ou seja, as de menos dimensão são de utilização pedonal, as intermédias de utilização mista (automóvel e pedonal) e nos largos o trânsito automóvel é condicionado. No caso da mobilidade privada, referimo-nos a espaços de acesso são corredores que permitem aceder ao interior das unidades de agregação. Estes corredores estão distribuídos ao longo das ruas, tenham elas qualquer dimensão ou movimento. Os acessos constituem uma rede capilar de alta complexidade. Tal como no caso islâmico, o acesso "*é geralmente tortuoso e dividido em sucessivos trechos hierárquicos que anunciam graus crescentes de privacidade. Os bairros residenciais densos tendem a engolir o espaço da rua e a converter em corredores de acesso privado*."[33] *(Bianca, 2000. 39)* Os acessos são uma mistura de espaço público e o privado, que cria uma

[31] Período: 15 dias, durante o período da manhã entre as 9 e as 14 horas

[32] Questionários: 203; Entrevistas: 7

[33] *"The access from public areas to residential quarters is usually tortuous and broken into successive hierarchical sections which herald increasing degrees of privacy. Dense residential quarters tend to swallow the street space and to convert into private access corridors." (Bianca 2000. 39)*

rede de logradouros que comunicam entre si através de percursos com extensões diferentes e de utilização quotidiana. A comunicação no interior das unidades morfológicas é feita em função de uma sucessão intrincada de espaços que possuem características públicas e privadas. A falta de um logradouro incita a apropriação do espaço público, como um espaço privado pelos moradores. Por outro lado, quem dele se apropria partilha-o com a vizinhança por se encontrar numa situação idêntica. Este princípio une as famílias, e mantem uma linguagem que foi se sedimentando com o passar do tempo. Estes *locus* (Rossi, 2001) permitiram que começássemos a perceber também que o Catambor, *per se*, traz em evidência, todos os factores que lhe são proeminentes, no que toca à sua identidade como espaço, delimitando claramente as suas fronteiras, e criando as suas particularidades, que são a razão da sua imparidade. (Mingas, 2014)

Desempenho

c) Desempenho. No que toca ao desempenho das ruas temos a permanência e a permeabilidade. Os lugares de permanência podem ser classificados como materiais e simbólicos.[34] Os lugares de permanência material foram identificados como os que reúnem condições físicas e/ou espaciais para a fixação das pessoas. Os largos são lugares de permanência material, pois funcionam como lugares privilegiados para instalação de edifícios ou equipamentos de utilização pública como chafarizes, centro religioso, mercados, entre outros. Um destes lugares, o largo da OMA no coração do sector A, onde existe um chafariz desactivado, mantem-se como lugar de memória como um dos largos de referência para encontro dos residentes. Os lugares de permanência simbólica serão as extensões vivenciais do privado que se transportam para a rua, transformando-a num lugar comunitário com vivências diferenciadas, como as *kitandas* e exemplo disso é a Rua dos Candeeiros, cujo topónimo decorre do facto de durante a noite transformar-se num mercado ao ar livre, iluminado pelas lamparinas de cada kitanda. A permeabilidade é um movimento que está directamente relacionado com a ocupação, ou seja, a forma como o edifício vive em relação á rua. A fachada dos edifícios, muros ou cercas funciona como interface entre o espaço público e privado, e as suas características são determinantes para essa relação. Pudemos identificar que as ruas de menor largura têm baixa permeabilidade pois as fachadas são predominantemente cegas, logo funcionam como canais distribuidores na rede. As ruas de largura intermédia têm maior permeabilidade pois servem de acesso directo às habitações (H), ou variantes tipológicas tais como habitação e trabalho (HT) e habitação-comércio (HC). As ruas de largura maior, bem como os largos, tem maior índice de permeabilidade.

[34] "[...] a permanência material é caracterizada pelas condições objectivas (…) e permanência simbólica que diz respeito às possibilidades (…) de vivenciar (…), identificar-se (…) e, portanto, pertencer ao grupo". (SANTOS. 2009, p. 23)

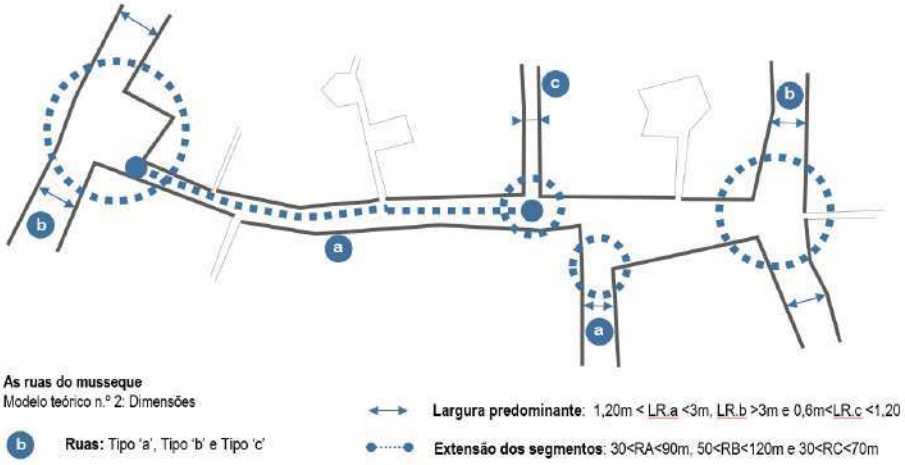


Fig. 05.68

Análise às ruas do musseque do Catambor. Estudo das Dimensões.

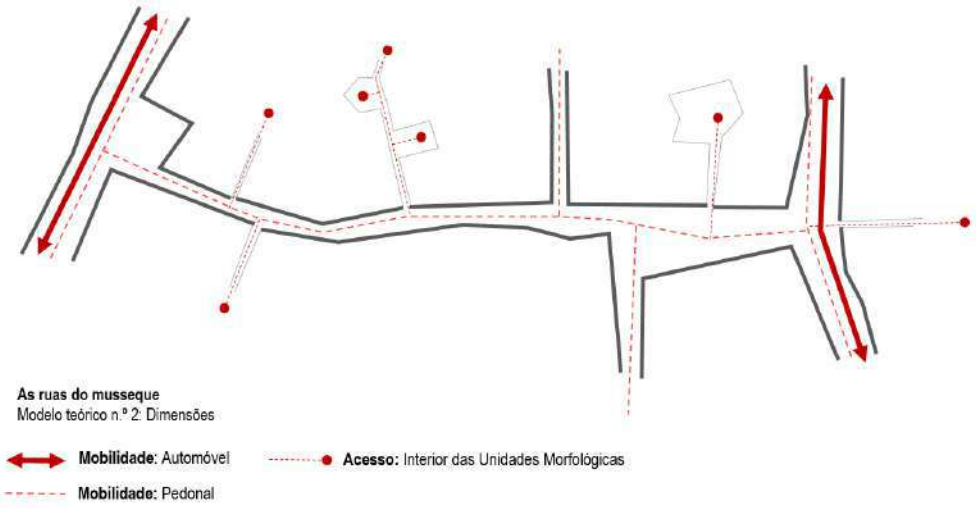


Fig. 05.69

Análise às ruas do musseque do Catambor. Estudo da Mobilidade

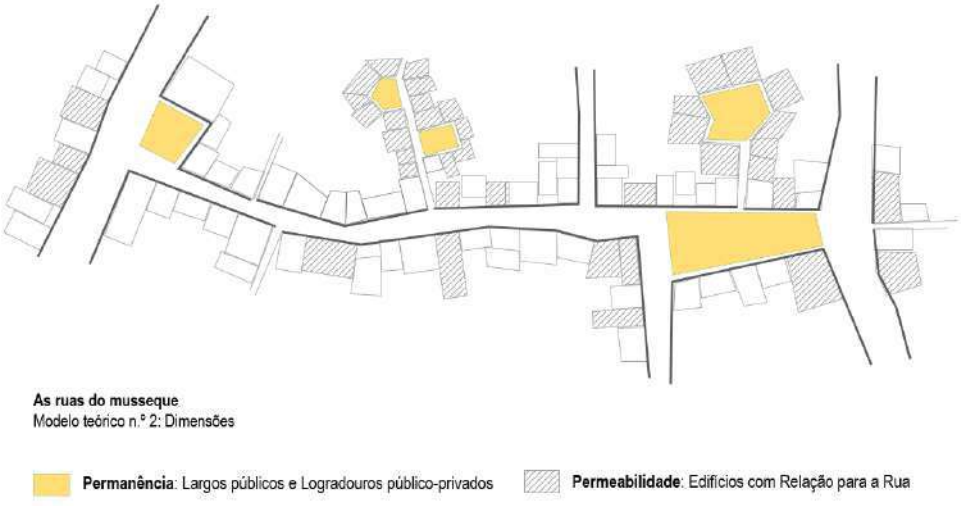


Fig. 05.70

Análise às ruas do musseque do Catambor. Estudo do Desempenho

Fig. 05.71

Análise às ruas do musseque do Catambor. Funcionamento, Levantamento e Identificação das tipologias de ruas identificadas e respectivas características

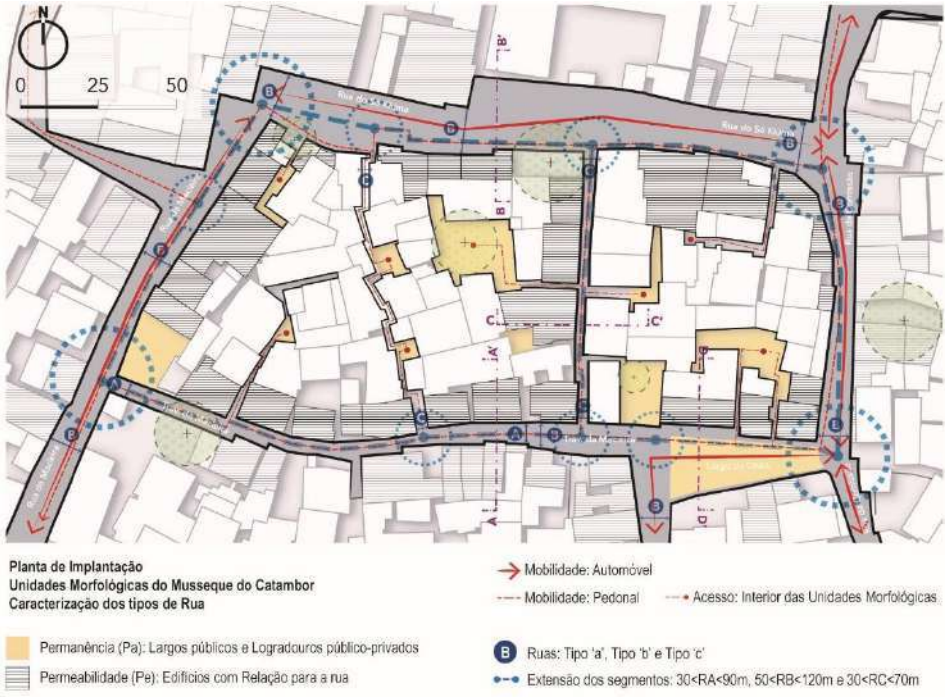


Fig. 05.72

Cortes de ruas dos tipos A, B e C.

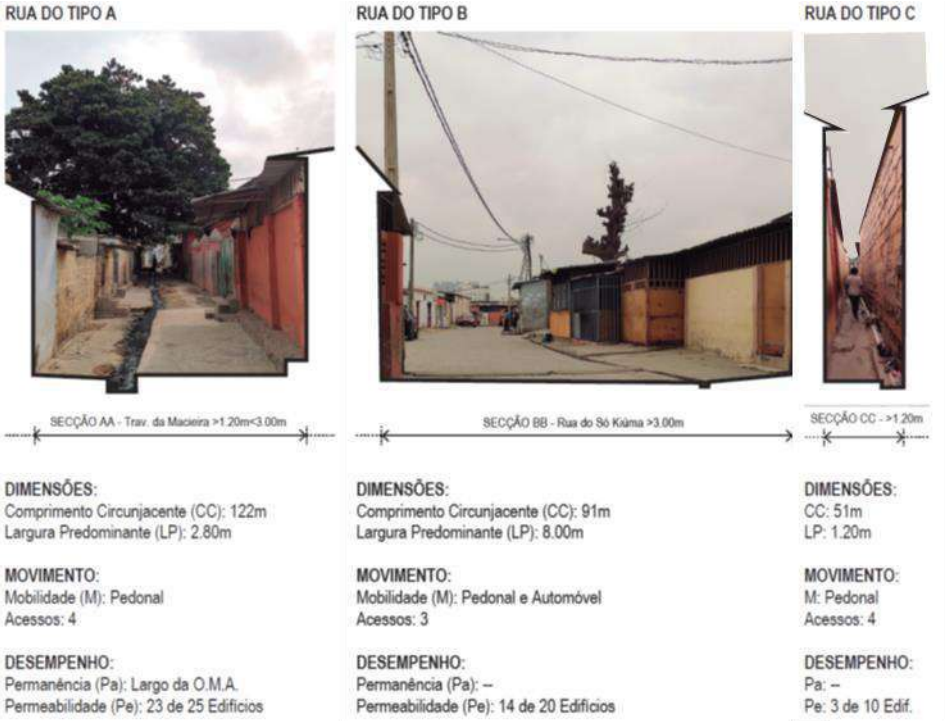
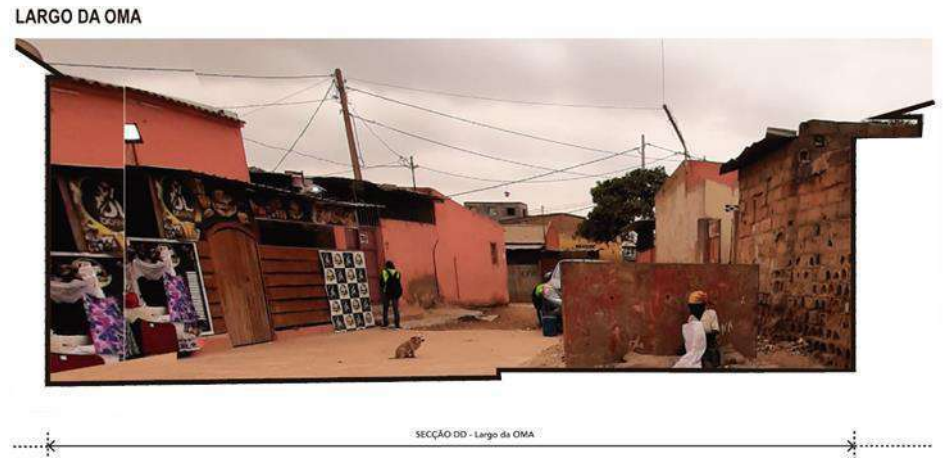


Fig. 05.73

Corte do Largo da Comissão (OMA). Localização Sector Mulembeira (Cume)



Sectores A e B – Cume e Encosta

O levantamento do musseque do Catambor permitiu-nos identificar dois sectores distintos, um localizado no cume e outro na encosta com características semelhantes à do sopé e para efeito de descrição serão abordados como sectores A e B, respectivamente.

Malha de matriz Ortogonal

O organização das ruas no sector 'A' apresenta uma composição mista entre regular e irregular. Algumas ruas são consistentes em largura e com segmentos relativamente similares e embora os ângulos formados pelas ruas não sejam claramente rectos, estão muito próximos em termos de composição. É possível ainda identificar duas malhas ortogonais associadas embora as suas células apresentem uma configuração multidiferencial, ou seja, variando entre o oblongo, quadrado e rectangular. A maioria das suas intersecções são to tipo "T". Reconhecem-se ainda quatro eixos A-A' e B-B' que podemos considerar como definidoras do desenho mas sem que esse aspecto as classifique como 'artérias' visto que nada as distingue das demais do mesmo tipo.

Malha de matriz Ramificada

Quanto à organização do sector 'B' a composição é predominantemente irregular do tipo ramificada, ou seja, em "Árvore". Um dos aspectos a realçar é o facto de os eixos primários da árvore acompanharem as linhas de declividade mais acentuadas e a partir daí se ramificarem. Esta formação embora se possa considerar topo-inteligente gera um desenho de acentuada irregularidade não sendo possível encontrar uma norma que permita identificar a estrutura geométrica das células que compõem o mosaico[35](Marshall, 2005). Identificam-se cinco eixos de maior dimensão que ramificam em múltiplas direcções e que recebem afluentes daqueles que podem ser considerados ramos secundários por apresentarem dimensões diferentes.

No geral, embora se reconheçam tendências nos padrões sendo o sector A com tendência para o regular e o sector B para o irregular, o facto é que eles se distinguem pela configuração do conjunto em mosaico.

[35] "*If we then lose the arteriality condition, we get the simples arrangement where different street types are discernible: it has neither artificial constraint on access, nor the degree of organisation required to ensure arteriality. The term* ***mosaic*** *is used for this case to imply qualitative differentiation (distinct 'bits and pieces') but distributed with no order ('here and there')*. (Marshall, 2005, 173)

Fig. 05.74

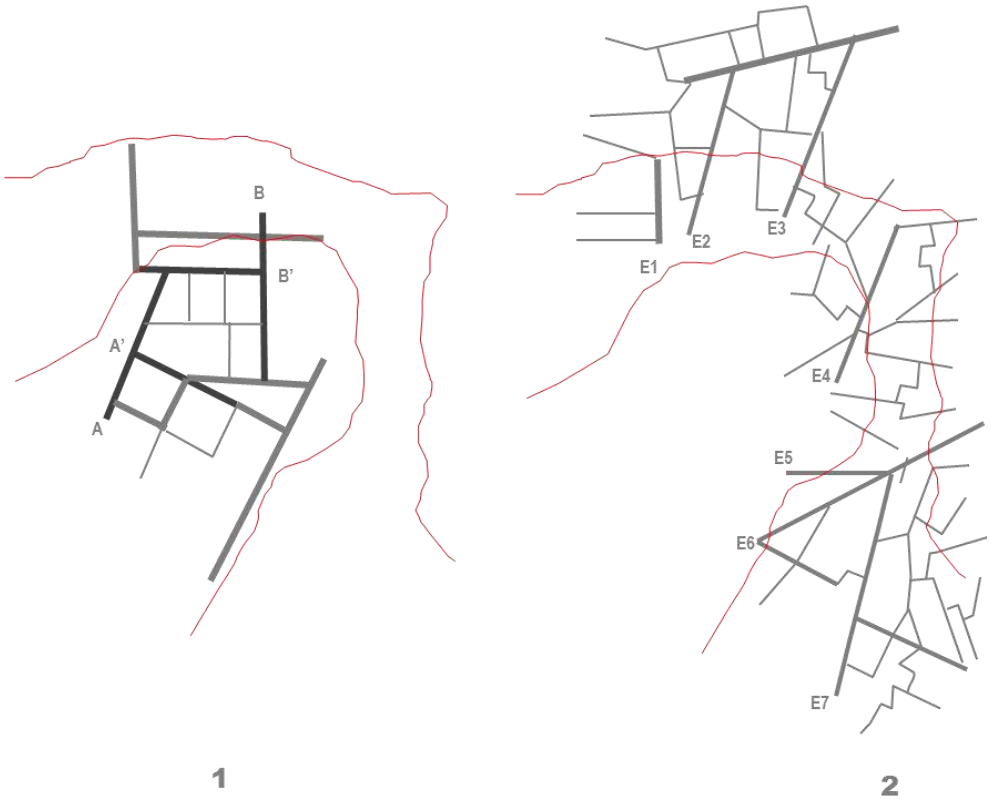
Análise às ruas do musseque do Catambor. Estudo de Composição e Configuração:

[1] Composição, (esq.),

[2] Configuração (dir.)

Fig. 05.75

Análise e Diagnóstico à Configuração das ruas do musseque do Catambor: [1] Sector Mulembeira (Cume) Regular, Ortogonal, [2] Sectores Saber Andar, Bri-Bri e Posto Médico (Encosta). Irregular, Ramificada



As ruas do Catambor, são constituídas por segmentos intersticiais dos perímetros semi-públicos das unidades de agregação que se organizam sem determinação e/ou definição de hierarquia. Para além de serem distribuidoras dos fluxos dentro do musseque, fazendo a comunicação entre habitação, comércio e serviços são, na sua maioria, uma extensão do espaço privado, onde se articulam as relações sociais da comunidade residente.

No conjunto, a rede de ruas no Catambor apresenta-se como uma estrutura complexa de perfil rizomático embora nem todas as características se tenham constatado. Em relação aos aspectos que se constataram considerando o facto de se ter constatado que não existe uma ordem específica para a conexão entre os diferentes segmentos de uma rua mas existir claramente um organismo que resulta da sua constituição em mosaico cujas partes conectadas, são heterogéneas. Esta heterogeneidade resulta na falta de

Multiplicidade: cuja inexistência de unidade seria sua característica principal;

Ruptura a-significante: Relacionada com os processos pelos quais o usuário vai utilizar a rede, ressignificar o seu propósito e reformular o seu significado.

Cartografia e de decalcomania: não existe nenhum modelo que justifique a estrutura da rede embora os aspectos geracionais o possam.

A discussão proposta nesta secção teve na essência a possibilidade de identificação de um sistema de ruas perimetrais no musseque do Catambor como elemento consequente da estrutura de formação do tecido, as unidades de agregação dos sistemas habitacionais.

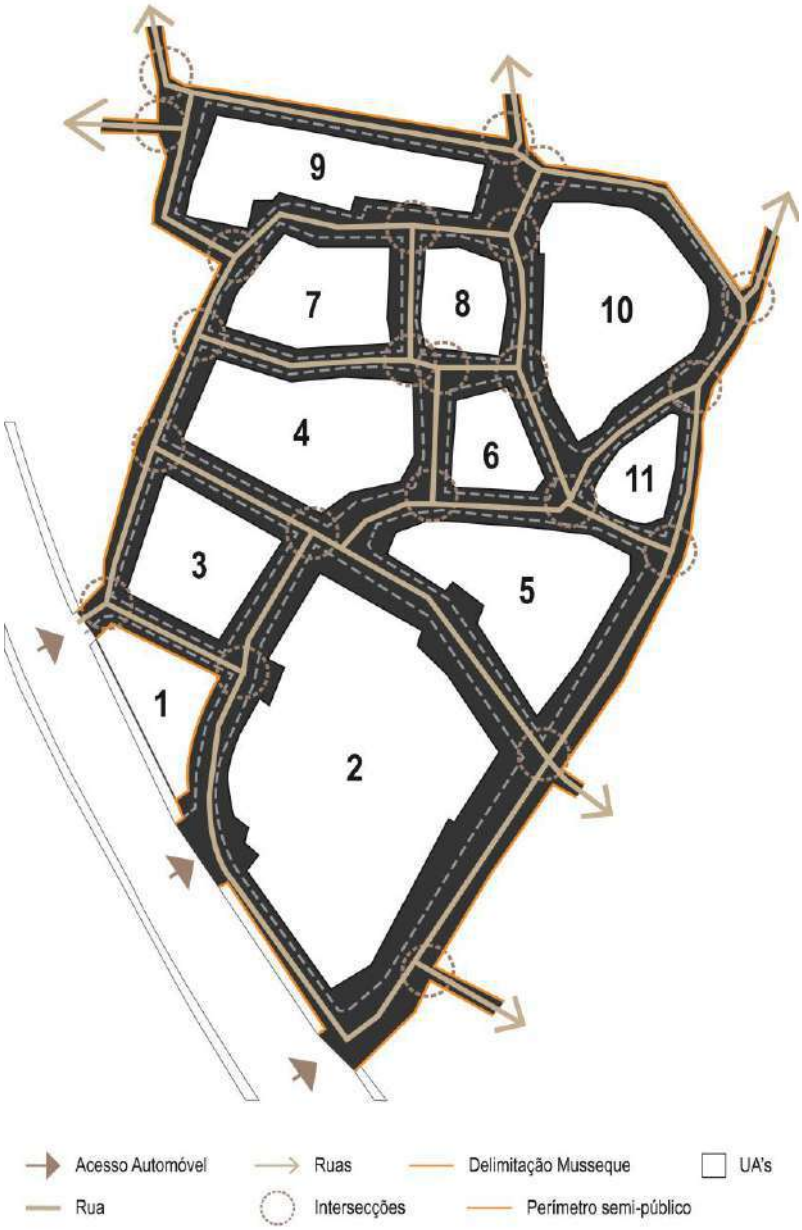
Um dos pontos enfatizados foi o facto de que estas ruas perimetrais serem constituídas por segmentos que se vão constituindo com o fechamento da unidade de agregação e em confronto com outras unidades morfológicas em formação gerando uma rede de estrutura não-hierárquica na qual todos os tipos podem estar conectados entre si sem correspondência por similaridade.

É importante ressalvar que no entendimento da morfogénese informal a 'trama' não é necessariamente um elemento primário visto que a rua é uma consequência da organização e relação entre unidades de agregação e não o contrário.

Um aspecto a ressalvar como importante está relacionado com a comodidade no musseque cuja mobilidade é essencialmente pedonal e isso influencia bastante a economia de movimento, a permeabilidade que por princípio geralmente funciona para limitar ao máximo o dimensionamento do espaço público. Os musseques são hiper permeáveis com redes de vielas altamente complexas. As demonstrações que fizemos ao longo desta secção do trabalho revelam que os espaços mais antigos contêm menores níveis de permeabilidade como é o caso do sector do cume em oposição aos sectores da encosta.

Fig. 05.76

Modelo Teórico
Rede Viária



A caracterização das ruas permitiu-nos agrupá-las de forma a determinar três tipos de ruas no Catambor que denominamos como Tipo A, Tipo B e Tipo C, *vide* 'Quadro 11 – Caracterização Tipológica das Vias'. As generalizações dos modelos teóricos apresentados foram interpretações analíticas feitas durante o levantamento laboratorial e comprovadas em campo. A seguir, apresentamos o levantamento desses elementos feito nas unidades de agregação 56, 57 e 58 do Sector 'Mulembeira' conforme Fig. 05.71. Embora a mesma análise tenha sido feita em todo o musseque, este conjunto é de particular importância pois é possível apreciar todas as variáveis consideradas para a caracterização das ruas

Quadro 11 – Caracterização Tipológica das Ruas

Aspectos Morfológicos	**Qualidade**	**Tipo A**	**Tipo B**	**Tipo C**
Dimensão	Largura Predominante	1,20 < RA < 3M	RB>3m	06m < RC < 1,20m
	Extensão Circunjacente	Variável 30 a 90m	Variável 50 a 120m	Variável 30 a 70m
Movimento	Mobilidade (fluxos)	Pedonal e Automóvel	Mista	Pedonal
	Permeabilidade predominante	Habitação	Hab./Com/Serv.	Irrelevante
Desempenho	Permanência	Familiar	Comercial /Serviços	(…)
	Acesso	Corredor Logradouro	Corredor Logradouro	Corredor Logradouro

No geral, importa ressalvar que embora se atribua esta característica, o musseque to Catambor contém todas as propriedades de um tecido urbano em "mosaico"[36] nomeadamente;

(1) padrão coerente,

(2) tipologia explícita e

(3) hierarquia menos rígida.

[36] De acordo com o autor Stephen Marshall, cinco propriedades podem ser associadas à estrutura dos padrões das ruas, nomeadamente: padrão coerente, legibilidade, tipologias definidas, hierarquia definida e hierarquia menos rígida.

A análise feita permite-nos pressupor que a descrição histórica da rua e a sua constituição não estruturante, é o suporte inegável para utilizar como referência para a interpretação do sistema de arruamentos no musseque. Outro conceito aplicável seria o de rua-corredor, ou rua de fachada contínua. Não existindo o princípio da volumetria previamente definida pelos próprios alinhamentos urbanos existe em paralelismo em relação ao fechamento para o exterior que vem desde tempos ancestrais e que confere uma imagem particular às ruas dos musseques.

É um espaço público que decorre do assentamento e sedimentação do sistema habitacional e transforma-se numa "*extensão da casa para diversas comunidades, observadas e vivenciadas por meio de actividades cotidianas, como as brincadeiras infantis e encontros de vizinhos, ou sazonais, como as festas*" (Mendonça, 2007, 298). A rua é um cenário de sucessivos ou simultâneos acontecimentos, em movimento constante, revelando diversas formas de apropriações e temporalidades. O antropólogo Roberto Augusto DaMatta faz uma abordagem a partir de estudos antropológicos entre a casa e a rua, admitindo uma relação dinâmica e complementar entre eles muito próxima da realidade urbana angolana. A rua, à semelhança da casa são vistas como categorias sociológicas designando "*espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de acção social, províncias éticas dotadas de possibilidade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reacções, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.*" (DaMatta 1997, 8).

Unidade Morfológica

Se o Catambor é um bairro e o Catambor é um musseque, logo…

Um dos aspectos essenciais para a caracterização dos musseques é entendê-lo como um bairro. Alguma controvérsia envolve esta questão visto que comummente entram em conflito duas perspectivas, a normativa e a morfológica. Enquanto no aspecto normativo o bairro é entendido como uma parcela de administração do território urbano integrada nos distritos e que por esse princípio deve corresponder a princípios de urbanização obrigatórios e que ainda, se subdivide em Zonas e estas em Quarteirões[37] (Presidência da República. 2012). Do ponto de vista político-administrativo em Angola, a redefinição de bairro numa lógica sucessiva de quarteirão-zona-bairro-distrito mistura conceitos que retira o fundamento básico de conexão bairro com comunidade, relacionados e indissociáveis.

No aspecto morfológico o bairro, segundo Aldo Rossi, é "*um sector da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, constituído por partes e à sua imagem*" (Rossi, 2001, p. 63 e 67). O bairro corresponde ainda à dimensão de território ideal para a reivindicação colectiva e constitui hoje a unidade urbana de apropriação e representação legítima da espacialidade de uma comunidade e o caso do musseque do Catambor é inegável como prova a Associação dos Naturais e Amigos do Catambor que apoiou esta investigação no trabalho de campo. Para a expressão social, "*o bairro é uma unidade morfológica e estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função; portanto, uma mudança num desses elementos é suficiente para alterar o limite do bairro*" (Rossi, 2001, p. 63 e 67).

Rossi ainda considera o bairro como uma das escalas da cidade atribuindo-lhe como característica ser um "*conjunto de quarteirões com características comuns*" (Rossi, 2001, p. 63 e 67) bastante semelhante ao arquitecto José R. Lamas que aborda o bairro como dimensão urbana pressupondo o mesmo como "*uma estrutura de ruas, praças ou formas de escalas inferiores*" (Lamas, 2004, p.74) conferindo-lhes sempre a homogeneidade como característica identificável.

Embora numa perspectiva ampla a narrativa de Rossi permita que o musseque nela caiba por direito próprio o facto é que no que respeita à comensurabilidade topográfica e ao aspecto da circunscrição geográfica a questão não é tão clara. Estas duas indefinições estão na fundamentação comum de os musseques serem "*habitações precárias que se estendem indefinidamente para além dos limites da cidade planeada, corporizando uma vasta mancha contínua de cidade informal*." (Louro, Oliveira, 2009, p.25) conforme vem expresso nos Termos de Referência para a elaboração do Plano Director Geral Metropolitano para a cidade de Luanda. Embora o princípio de ocupação territorial dos referidos musseques tenha estruturado durante cerca de meio séc. a sedimentação urbana e fundamentado o crescimento da cidade com a aglomeração de população rural no espaço envolvente do centro da cidade esta narrativa é essencialmente física.

"Os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas actividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis. Não somos apenas observadores deste espectáculo, mas sim uma parte activa dele, participando com os outros num mesmo palco. Na maior parte das vezes, a nossa percepção da cidade não é íntegra, mas

[37] In Artigo 2º

sim bastante parcial, fragmentária, envolvida noutras referências. Quase todos os sentidos estão envolvidos e a imagem é o composto resultante de todos eles." (Lynch, 1999, p.11)

A partir do argumento do autor Kevin Lynch, introduz-se um elemento essencial para definição do conjunto que permitirá a diferenciação a partir de referências sociais e culturais.

A associação dos musseques ao termo urbanístico "bairro" tem vindo a ganhar espaço no léxico urbano Luandense embora com conotações diferenciadas das que aqui se propõem. Enquanto o imaginário colectivo dos últimos anos constrói uma ideia de musseque-bairro na vertente morfológica social que foi previamente abordada no estado da arte, no subcapítulo "Musseques: Conceitos e Tipologias", na cidade de Luanda a abrangência generalizada do musseque faz com que na sua categoria caibam todos os espaços degradados e com falta de urbanidade. Daí a designação de bairro e de musseque, no sentido estrito de topónimo, confunde-se e sobrepõe-se.

A partir da percepção colectiva acerca dos musseques na cidade de Luanda, à revelia de aspectos morfológicos, existe um reconhecimento territorial e consequentemente de pertença dos seus residentes que se identificam com as dezenas de musseques espalhados pela cidade.

Numa aproximação à caracterização do musseque como unidade morfológica começaremos por compará-la à entidade bairro, na perspectiva urbanística.

No senso comum a palavra bairro é um "*aglomerado de habitações homogéneas e com características próprias dentro de uma povoação, (um) conjunto de pessoas que habita nesse aglomerado de habitações (ou ainda, uma) área administrativa ou fiscal em que se dividem algumas cidades*" (Infopédia)[38]. Esta abordagem não difere muito de outras produzidas num contexto mais urbanístico a não ser o facto de transversalmente ser considerado como uma "*urbe essencial*" (Sol-Morales. 1997)

Características do Catambor como unidade morfológica

O espaço geográfico como tipo

O território do Catambor localiza-se entre os arcos 2 e 4 Km da cidade de Luanda, área considerada urbanizável de acordo com o Plano Urbanístico de Luanda desenhado pelos arquitectos e urbanistas Ettiénne de Groer e David Moreira da Silva e por esta razão sujeito a requalificação e a operações urbanísticas de desenvolvimento territorial. À semelhança de outros territórios integrados na zona urbanizável da cidade tais como a Samba ou o Prenda, o Catambor era um musseque em toda acepção da palavra, ou seja, era uma quinta que servia o propósito de produção agrícola. Embora não tenhamos tido acesso às confrontações originais da propriedade privada[39] que constituiu o Catambor no primeiro quartel do séc. XX. Acredita-se que a **delimitação** do território do musseque começou a sofrer

[38] Porto Editora – bairro no Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2023-03-13 21:50:52]. Disponível em https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/bairro

[39] De acordo com as informações do residente Fernando César "Malamba" concedida a 14 de Agosto de 2021, o Musseque do Catambor era propriedade de Louise Auguste Therèse Berman, mais conhecida como Madame Berman. "A Madame Bergman era uma personagem muito conhecida em Angola nos anos 60. Alemã de origem, viúva e beneficiária de vários casamentos com homens de grande fortuna, entre os quais o inglês Robert Hudson, detentor de uma firma de automóveis que ainda hoje existe em Luanda com o seu nome. Dispunha de um imenso e variado património (fazendas agrícolas, minas, comércio de diversos tipos, imobiliário, etc.) que utilizou, em parte, numa obra social notável em muitas localidades de Angola onde ainda hoje remanescem bairros sociais e ruas com o seu nome" (Pena da Costa & Nóbrega, sd)

alterações que podem ser identificadas a partir do Plano Geral de Urbanização de Luanda de João Aguiar produzido pelo GUU em Março de 1952 (Coelho apud Milheiro, 2012). De acordo com o depoimento dos residentes mais antigos, o cume do morro era o centro habitacional, constituído por um núcleo restrito de moradias dominadas por casas de feição popular portuguesa (CPP) onde residia a comunidade portuguesa local constituída essencialmente por fubeiros e outros do mesmo estrato social, ou seja, financeiramente vulneráveis. A população camponesa, constituída maioritariamente por famílias locais vindas da região do interior habitavam os arredores do cume e ao longo da encosta.

a) Sobre as características físicas

Um aspecto relevante no desenho urbano do Catambor é que a sua organização não obedece a nenhum plano, pelo menos no sentido disciplinar do planeamento e urbanismo.

No que diz respeito aos elementos físicos e imóveis (Lynch, 1999) da paisagem do Catambor importa fazer a destrinça entre os elementos construídos e naturais. Em relação aos construídos temos dois elementos os 'Pontos de água', e 'Árvores'.

Em relação aos 'Pontos de Água', Existem no Catambor dois Chafarizes activos localizados no sector Mulembeira e Bri-Bri. No entanto, é essencial referir que o Chafariz Velho (localizado no Largo da Comissão) e a Maianga do Povo (localizada no Rio Seco) ambos lugares públicos, ocupam um lugar de destaque no imaginário colectivo do musseque embora o primeiro esteja desactivado o seu lugar e estrutura preservam a sua expressão física no local no entanto o segundo, a Maianga do Povo, mesmo sendo Património Nacional a sua estrutura tenha servido como suporte para módulos habitacionais. O Balneário Público, espaço desactivado também mantém preservada a sua estrutura no desenho da rua.

Em relação às 'Árvores' as Mulembeiras eram as árvores predominantes no local influenciado inclusivamente o topónimo do sector do cume que é referenciado como "Mulembeira". No caso das Mulembeiras três delas são referências colectivas, nomeadamente: a primeira seria a Mulembeira da Praça de Mercado que existia no cume do morro e que era a referência do comércio ao ar-livre, a segunda seria a Mulembeira dos Makota, que existia nas fronteira do cume com a encosta nas imediações da escola primária e por último a Mulembeira do Sr. Pinto, árvore de grande porte localizada no quintal do seu proprietário. Embora as duas primeiras árvores tenham sido cortadas, elas continuam a fazer parte do imaginário da população, em particular pela sumptuosidade da copa que segundo os relatos deveria ter aproximadamente 10 metros de diâmetro. Esta árvore em particular, não constituía o marco de localização da praça de mercado como acabou sendo uma referência do morro como apresenta o Mapa Turístico da cidade de Luanda em 1953 (Fig. 1.09).

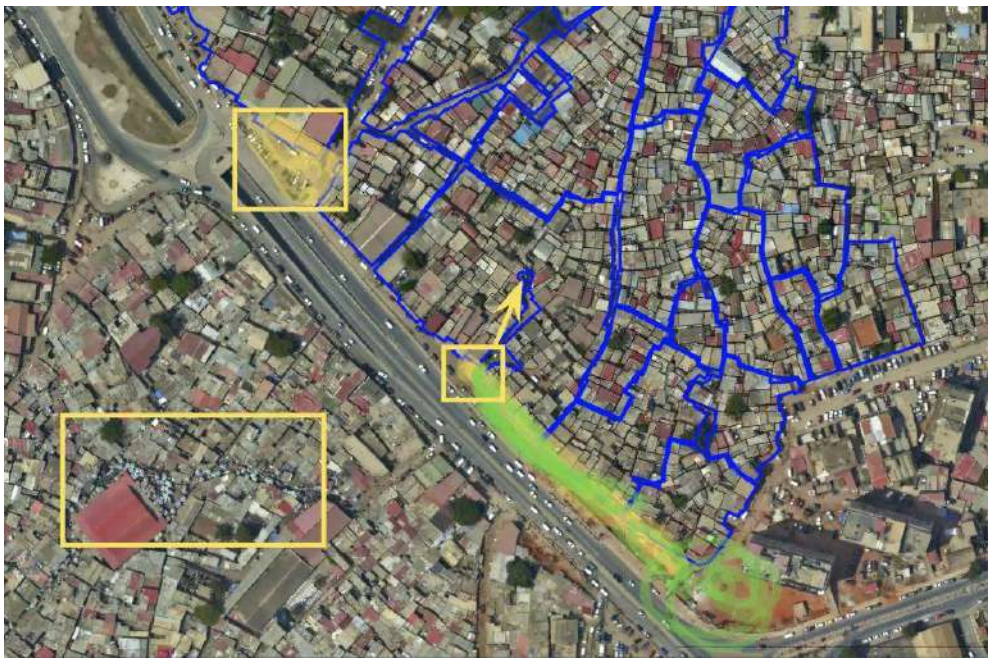
Ainda no campo das características físicas do musseque, ao longo deste capítulo o território do Catambor foi abordado em vários aspectos revelando o essencial dos elementos da paisagem.

Percursos: Foram identificados como os percursos principais as ruas mais antigas do musseque que se localizam no sector do cume.

Pontos nodais: os pontos estratégicos da paisagem urbana do Catambor são os espaços comerciais, em particular as Praças de Mercado. Embora a mais antiga tenha sido extinta com o corte da Mulembeira que lhe dava nome, a mesma transferiu-se para sul. Mesmo sendo um terreiro é considerado um lugar de convergência do tecido. Praças (Sistemas lineares de fronteira e actividade comercial intensa)

Fig. 05.77

Praças de Mercado: [1] ex. – Mulembeira, [2] Mulembeira



Os Sectores: embora tenhamos privilegiado os sectores topográficos visto que a configuração do musseque como morro confere-lhe características particulares existem também os sectores comunitários.

Limites: A delimitação foi um processo desafiador e que mereceu um exercício de sobreposição de informação desde mapas sinópticos até propostas de Planos Urbanísticos não concretizados como a Unidade de Vizinhança n.º 4. (Fig. Fig. 1.17). A delimitação do musseque é marcada visualmente pelo corte no tecido que a avenida Revolução de Outubro representa e bastante difusa no que toca à fronteira entre o morro e o bairro modernista.

Marcos: No caso do musseque do Catambor não nos referimos especificamente a elementos construídos de carácter excepcional. A nossa busca residiu essencialmente na tipologia das cubatas sub-urbanas (Segundo os relatos dos mais-velhos entrevistados[40] as casas inicialmente eram construídas com a madeira de *muxixe*, *Imbondeiro* e revestidas com *Luando*), das cacimbas e das árvores. Por outro lado interessa revisitar os logradouros não só por fazerem parte da hipótese da investigação mas também, por terem sido considerados "arquétipos da urbanidade Bantu" segundo os resultados preliminares das cinco características no musseque apresentado no Relatório Ingombota, Bairro Operário e Catambor: Projecto de Pesquisa "Musseques" (Mingas, 2014)

b) Sobre a predominância do uso dos solos

Embora o Catambor seja um musseque com bastante actividade comercial e de serviços, a predominância é habitação sendo que as tipologias habitacionais variam entre habitação-comércio (Hc), habitação – serviços (Hs) e habitação-comércio-serviços (Hcs), essencialmente composta por casas térreas. Ainda podem ser encontrados edifícios exclusivos para actividades comerciais, serviços, lúdico-culturais mas excepcionalmente apresentam feições distintas para além do número de pisos. Assim sendo, a paisagem construída é homogénea no que toca ao edificado com predominância para tipologias habitacionais e excepcionalmente menos de 1% de edifícios acima de dois pisos e que se localizam ao longo da delimitação do território. A paisagem construída é bastante homogénea embora as tipologias

[40] Referimo-nos em particular a Esperança Teles e António Domingos

predominantes na ocupação inicial do espaço tenham sido de dois tipos a Cubata Sub-Urbana e a Casa Popular Portuguesa previamente abordadas no capítulo “Signos Espaciais”.

c) Sobre as Comunidades

Existem cinco comunidades dentro do bairro e essas comunidades partilham uma identidade comum que se manifesta nas necessidades comuns e património colectivo. Estas comunidades são territoriais visto que todos se consideram como pertencentes ao musseque do Catambor. Existe uma excepção particular que remete para o último sector ocupado no território denominado como “Rio Seco” onde se localiza a Escola Primária n.º _____ e a Maianga do Povo. Os residentes dos sectores que se localizam no Cume e na Encosta têm alguma relutância em aceitar a população do sector “Rio Seco” como parte da comunidade embora os reconheçam como estando no ‘seu’ território. O mesmo acontece com a área de expansão “B”, vide Fig. 05.35, que não foi reconhecida como sendo parte do Catambor quer pelos *pivots* da associação ANAC quer pelos residentes entrevistados ou questionados.

Síntese

Em síntese, o Catambor é uma unidade morfológica físico-social com cinco (5) características principais:

[1] Território de origem rural-agrícola colonial,

[2] com uma delimitação irregular resultante de operações urbanísticas iniciadas nos anos 50 do séc. XX e também pela topografia acidentada,

[3] com equipamento de proximidade para utilização colectiva tais como chafariz, balneário, escola e posto médico,

[4] com um traçado orgânico de amplitude, desempenho e funcionalidade diferenciadas sendo que é possível distinguir o núcleo mais antigo pela concentração de percursos de maior amplitude.

[5] A organização das edificações é feita através de unidades de agregação de parcelas com geometria variável adaptada à sinuosidade da configuração do território, um morro.

[6] com as edificações divididas em dois núcleos, um micro-colonato construído para albergar a população portuguesa mais vulnerável com moradias construídas em betão e ao estilo Português Suave, a Casa Popular Portuguesa e o segundo núcleo, predominantemente de pau-a-pique e adobe, sendo que posteriormente foram sendo substituídas por alvenaria de betão e

[7] com a população mais antiga predominantemente Ambundo

Conclusões preliminares

Ao encerrar este capítulo faremos esta reflexão nas duas partes de acordo com a análise feita ao musseque do Catambor que são a evolução diacrónica da unidade morfológica e a caracterização dos elementos que consideramos sígnicos e que compreendem a hipótese da nossa investigação.

A unidade morfológica

As conclusões preliminares apontam para o musseque do Catambor como uma unidade morfológica que se estrutura em unidades de agregação constituídas predominantemente por edificações habitacionais de tipos diversos e que se relacionam entre si a partir de relações complexas de uma rede rizomática das ruas perimetrais/ vias circunjacentes

A definição do tecido é o resultado de um processo sucessivo de densificação urbana, manifestando, hoje, a lógica de um sistema formado predominantemente por vias, unidades de agregação, edifícios e sistemas essencialmente habitacionais. Ao longo do tempo foi perdendo espaço público devido ao processo de densificação. Na qualidade de propriedade rural, é um espaço relativamente recente com origem nos anos 30 do séc. XX embora o seu espaço remeta para uma existência que remete para o séc. XVII. Desse contexto a origem do assentamento é de um tecido segregado com clara distinção na localização dos tipos arquitectónicos que foram identificados como sendo as cubatas suburbanas (CSU) (Fig. 3.16; 3.18) e as casas populares portuguesas (CPP).

Ditas experiências configuram, actualmente, unidades de agregação facilmente identificáveis pela sua imagem, cujas inventariação feita, Fig. 05.27, complementa a leitura e permite diferenciá-las em função da antiguidade, localização e tipos arquitectónicos. Trata-se de um conjunto de carácter urbano, maioritariamente dedicado à habitação, que conforma uma elipse de configuração irregular com cerca 21 hectares. A estrutura da unidade morfológica assenta em três grandes sectores definidos pela topografia do morro, sendo eles o cume, a encosta e o sopé. Estes grandes sectores subdividem a área da "elipse" em setenta e três (73) unidades de agregação, intersticiada por uma rede de arruamentos predominantemente pedonal que viabiliza o acesso às habitações de fachada permeável para o exterior da unidade de agregação e uma rede capilar de caminhos pedonais ou vielas que atravessa as unidades de agregação, racionalizando e abreviando os percursos de acesso aos sistemas habitacionais triádicos, e não só, situados no interior de cada célula. Isoladamente, cada unidade de agregação organiza-se em torno de habitações e ocasionalmente de edifícios de equipamento tais como, igreja, instalações de serviços públicos ou privados, escolas, lojas de médio porte, entre outros. É importante clarificar que as habitações, em particular as de fachada permeável à rua são tipologias que para além da função habitar integram comummente as funções de comércio e/ou serviços.

Enquanto unidade morfológica a sua estrutura, conforme a conhecemos hoje, decorre de um processo de ocupação progressiva sem um plano mas com princípios que definiram inicialmente três sectores, o cume reservado à população branca-portuguesa que exerciam essencialmente funções comerciais, a encosta reservado à produção agrícola integrando um núcleo habitacional para a população negra-indígena que eram os contratados-agricultores e uma extensa área no sopé, onde se localiza a Maianga do Povo, património histórico nacional que embora profundamente descaracterizado ainda existe parte da sua estrutura e a memória do seu traçado é evidente na ocupação do local.

Em relação ao comportamento do tecido urbano e dos seus elementos, a análise pressupôs duas escalas, a urbana e a arquitectónica. À escala urbana, foram identificados cinco processos de transformação do tecido, nomeadamente: Processo I: Densificação das parcelas, Processo II: Subdivisão, Processo III: Organização, Processo IV: Ocupação e Processo V: Expansão. Cada um destes processos afecta elementos diferentes do tecido sendo

que a densificação é feita ao nível das parcelas; a subdivisão e organização decorrem de acções de reparcelamento ao nível das unidades de agregação com tendência para reduzir cada vez mais a dimensão das áreas, o processo da ocupação está directamente relacionado com o espaço público e a expansão refere-se ao extravasamento dos limites do território. À escala arquitectónica, devem ser considerados à priori a existência de dois tipos habitacionais, a cubata suburbana (elemento da hipótese) e a casa popular portuguesa. Cada um destes tipos apresenta transformações com tendências diferentes. A Cubata suburbana é transformada no que toca à sua materialidade, começando por ser de pau-a-pique e/ou madeira e terminando no betão implicando o aumento da sua volumetria no concernente à casa do imigrante português, o processo implica um fechamento do espaço relacionado com a rua. Nos dois tipos, a densificação da parcela com construção de novos módulos independentes, consentâneos com a família alargada são comuns. Em síntese, a transformação arquitectónica dá-se no contexto da requalificação e ampliação por módulos.

A Transformação Diacrónica do Território a essas duas escalas, vista à luz de um período de cerca de meio séc. (1974 – 2021), resulta numa paisagem com duas tendências: [1] a fragmentação das unidades de agregação para secções com dimensão média que comportam poucas células habitacionais e a [2] densificação das parcelas fazendo perder cada vez mais os logradouros habitacionais e consequentemente diminuindo a existência dos sistemas habitacionais triádicos.

Os elementos urbanos

Em relação à caracterização dos elementos urbanos que compõem a hipótese desta investigação temos os sistemas habitacionais triádicos, as unidades de agregação, a rede rizomática e a unidade morfológica, todos eles fazendo parte de um sistema de encaixe previamente denominado como 'sistema matrioska'.

Podemos considerar que foi possível identificar no terreno todos os elementos que compõem a nossa hipótese, mas é relevante identificar as variantes que encontramos após investigação ao musseque do Catambor.

No caso dos sistemas habitacionais triádicos (SHT):

a) Logradouros: Semi-públicos (acontecem ao longo dos corredores interiores das unidades de agregação), privados (são interiores à parcela), logradouro-alpendre (resulta do fechamento do logradouro frontal das casas populares portuguesas),

b) Edifícios: tendência para a relação de continuidade com a delimitação da parcela libertando o centro. Perda de qualidade formal

c) Árvore: substituição das árvores sagradas por árvores de fruto por serem de menor porte. Perda da função ritualística. Elementos Singulares.

No caso das Unidades de Agregação

Pelo facto de todas as unidades apresentarem formatos irregulares, a análise foi feita a partir da configuração e não da composição das mesmas. Assim, no geral todas as configurações remetem para formas geométricas puras organizadas em formato predominantemente rectangular. A formação de uma unidade de agregação dá-se a partir de dois processos que podem ou não ser paralelos. O reparcelamento da parcela-mãe ou a adição de parcelas-lote. A unidade de agregação é nervurada por causa da rede de corredores para aceder às parcelas mais interiores.

No caso da rede rizomática

Foram identificados três tipos de arruamentos em função de três aspectos morfológicos, nomeadamente dimensão, movimento e desempenho.

Tipo A: Largura de 1,20 a 3m e extensão entre 30 a 90m / mobilidade pedonal, permeabilidade para habitação / familiar

Tipo B: Largura de +3m e extensão entre 50 a 120m / mobilidade pedonal e automóvel, permeabilidade para habitação, comércio e serviços / comercial e serviços

Tipo C: Largura de 0,6 a 1,20m e extensão entre 30 a 70m / mobilidade pedonal, permeabilidade irrelevante

No caso da unidade morfológica

Em síntese, o Catambor é uma unidade morfológica físico-social com sete (7) características principais:

[1] Território de origem rural-agrícola colonial;

[2] com uma delimitação irregular resultante de operações urbanísticas iniciadas nos anos 50 do séc. XX e também pela topografia acidentada;

[3] com equipamento de proximidade para utilização colectiva tais como chafariz, balneário, escola e posto médico;

[4] com uma rede rizomática e orgânica de amplitude, desempenho e funcionalidade diferenciadas sendo que é possível distinguir o núcleo mais antigo pela concentração de percursos de maior amplitude;

[5] A organização das edificações é feita através de unidades de agregação de parcelas com geometria variável adaptada à sinuosidade da configuração do território, um morro;

[6] com as edificações divididas em dois núcleos, um micro-colonato construído para albergar a população portuguesa mais vulnerável com moradias construídas em betão e ao estilo Português Suave, a Casa Popular Portuguesa e o segundo núcleo, predominantemente de pau-a-pique e adobe, sendo que posteriormente foram sendo substituídas por alvenaria de betão;

[7] com a população mais antiga predominantemente Ambundo;

[8] Estrutura Alveolar decorrente da associação das unidades de agregação por proximidade e não a partir de um traçado pré-definido.

Com base nesta explanação supracitada da caracterização dos elementos urbanos podemos concluir que a hipótese inicial sofre alterações. Estas decorrem de uma interpretação do espaço rural que numa progressiva adaptação ao contexto urbano sofre mutações e constrói uma paisagem plena de simbolismos associados às referências originária da ocupação do espaço. Foram também depuradas as variações da hipótese original e identificamos que ao nível da célula base do tecido urbano dos musseques a tríade passa a uma relação dual de casa-quintal. Considerando que os elementos módulo-logradouro-árvore são por analogia a representação de indivíduo-família-ancestrais a perda de um elemento é no contexto sociológico a perda do seu equivalente. Essa conclusão decorre do facto de termos constatado no Catambor com os dados recolhidos no local, que a relação com a religião

tradicional não só se perdeu como é vista como um aspecto de involução social. Assim sendo, o corte das árvores, incluindo a raízes são mais do que actos de gestão do espaço são um último acto de desconexão com a ruralidade.

Por último, as relações que decorrem da complexidade das relações entre os elementos e o sistema e deste com a cidade.

Relações entre os elementos e o sistema

1. a relação do edifício com a parcela;

As edificações mantêm relação directa com a margem da parcela garantindo um espaço central de distribuição.

2. das parcelas com a unidade de agregação;

a unidade de agregação é a parcela. Os elementos que se associam são similares em forma e vão crescendo mantendo os padrões formais.

3. a relação da organização da habitação com o tecido construído – formas de agregação das tipologias arquitectónicas;

O princípio ocupacional primário é o do sistema habitacional triádico, ou seja, edificações-logradouro-árvore. Essa forma de ocupação mantém-se como predominante mesmo com os processos de densificação das parcelas, alguns elementos poderão deixar de existir, tais como, as árvores, preservando-se sempre o princípio da distribuição a partir de um logradouro comum. No processo de expansão das parcelas, este é feito por contiguidade. Nestes casos, a parcela é o lote em si mesmo e a relação é directamente com a rua, a fachada passa a ser permeável e a rua desempenha tanto um papel de espaço público e privado.

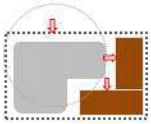
4. a relação do tecido construído com a forma da unidade de agregação – a unidade de agregação como unidade agregadora de edifícios;

Esta relação tende a ser correspondente, ou seja, sendo o desenho da unidade de agregação rectangular, a ocupação será paralelepipédica, como se fosse uma projecção vertical da delimitação da parcela. Aqui, os espaços vazios, não construídos, embora existam, tendem a perder expressão com a densificação da parcela.

5. a relação da unidade de agregação com a forma do musseque – a unidade de agregação com uma unidade na constituição do tecido urbano

Aparentemente não existe nenhum dado que comprove que a delimitação do musseque do Catambor é um facto prévio ao assentamento da sua comunidade. No entanto, de referir que o sector mais antigo do Catambor, localizado no cume, foi delimitado no Plano de Urbanização de 1950 com um formato rectangular. Não tivemos acesso a nenhuma documentação que fundamentasse essa delimitação, ou seja, se ela foi uma imposição do desenho urbanístico ou um reconhecimento de uma pré-existência.

Capítulo 6 – Calemba, Mulemba e Mota



Nota Introdutória

Para efeito de verificação das tipologias identificadas no musseque do Catambor, foram seleccionados três outros territórios localizados em quadrantes diferentes da Cidade de Luanda para completar o processo analítico de dedução-indução. Assim sendo, este capítulo é dedicado aos musseques Calemba, Mulemba e Mota.

O primeiro subcapítulo faz o enquadramento dos três musseques a partir dos depoimentos e levantamentos feitos aos residentes durante o trabalho de campo. O objectivo deste enquadramento não é repetir a informação, suas referências histórico-urbanísticas realçando os aspectos que foram relevantes para a selecção dos mesmos.

O segundo subcapítulo apresenta a caracterização morfológica dos musseques a partir do levantamento feito aos seus territórios. De realçar que este levantamento é restrito ao período dos trabalhos de campo e laboratoriais efectuados em 2021 e 2022 respectivamente. O levantamento é feito em função da matriz, ferramenta metodológica criada a partir da interpretação e correspondência dos métodos criados pelas escolas francesa e portuguesa, nomeadamente a decomposição sistémica e decomposição elementar. Ainda neste subcapítulo será feita a selecção das amostras (uma para cada unidade morfológica) identificadas nos núcleos mais antigos, assim considerados pelo maior número de concentração de edifícios do tipo "cubata suburbana".

Para o terceiro subcapítulo ficou reservada a análise comparativa dos elementos significantes (amostras) a partir da observação laboratorial. É importante realçar que a análise é norteada pelo método dedução-indução, ou seja, o objectivo é o de analisar os tipos identificados nas amostras seleccionadas à luz das deduções produzidas no caso de estudo principal, o musseque do Catambor feita no capítulo anterior.

As considerações finais do capítulo discorrem sobre [1] a 'Garantia de Validade' da testagem da hipótese a partir das deduções feitas ao caso de estudo, o musseque do Catambor. Ainda fará a síntese das 'Variações dos Signos Espaciais' com base nas características genéricas pré-estabelecidas para cada elemento da hipótese inicial

6.1 Enquadramento

6.1.1 Histórico e Sócio-cultural Comunitário

Vários autores discorrem sobre a antiguidade dos musseques na cidade de Luanda (Freire & Vieira, 1990; Correia; 2018, Mourão;2006, Mingas, 2011). O facto é que a sua precariedade no contexto urbano, pelas razões amplamente abordadas ao longo desta tese, é estável estabelecer que todos eles resumem-se aos grupos das vinte (20) unidades orgânicas identificadas pelos estudos do arquitecto Troufa Real (2011). No entanto, mesmo entre estas unidades existem diferença na sua antiguidade, sendo os antigos: Sambizanga, Mota, Lixeira, Rangel, Adriano Moreira, Cazenga, Catambor, Prenda, Calemba, Rangel, Caputo, Mulemba e os mais recentes o Cazenga, Cemitério Novo, Golfe, Palanca, e Rocha Pinto. Mesmo existindo uma miríade de trabalhos na perspectiva sociológica, sobre os musseques, a perspectiva do uso do espaço, quer seja público e/ou privado é escassa ou pouco bastante intricada nos contextos da literatura nacional como é o caso do "Nosso musseque" da autoria de Luandino Vieira (19662) ou de "Baixa e Musseque" de António Cardos (1980) que representam os dois microcosmos que formam a riqueza cultural e histórica de Luanda, cidade que consegue a invulgar proeza de reunir todo o país com a sua imensa diversidade.

Os nossos casos de estudo complementares, estão na categoria dos mais antigos e por esta razão é possível discorrer sobre uma narrativa comunitária com maior facilidade embora as políticas aplicadas aos musseques tenham provocado profunda desagregação da estrutura social. Assim, o reconhecimento territorial permitiu identificar sectores que estão associados a comunidades, nos mesmos termos que se identificou no Catambor. A partir da perspectiva dos depoimentos foi possível também relacionar as comunidades aos lugares de interesse em cada território.

Na generalidade, os depoimentos remetem para as relações sociais entre os indivíduos e/ou famílias e poucas vezes em relação a edifícios. É comum serem abordados os centros desportivos ou de recreação que é congruente com as políticas da época mas sempre sem que os objectos em causa sejam obras arquitectónicas de valor extraordinário. Existem duas excepções, no caso da Calemba, a inequívoca relação com a Praça de Touros, Largo da Tourada, ou o Mercado do São Paulo, que mesmo não estando no interior do musseque do Mota, tinha forte relação com todos os musseques das redondezas. No caso do musseque da Mulemba, a referência que é homonimamente a árvore Mulemba Waxangola, cuja história está intrinsecamente conectada com a da cidade de Luanda e com a relação perturbada entre o Reino de Portugal e Reino do Ndongo, perde conexão com a vida da comunidade por força do desenvolvimento urbanístico. No entanto, é ainda uma forte referência segundo os depoimentos dos *kotas* entrevistados.

O que foi possível constatar, à semelhança dos demais, foi a distinção entre as áreas previamente ocupadas pela população branca e negra em particular pela concentração de cubatas suburbanas (CSU) ou casas populares portuguesas (CPP). Este aspecto foi mais evidente nos musseques da Calemba, Mulemba e Mota do que no musseque do Catambor.

Outra diferença a realçar, no aspecto social, é a toponímia. Enquanto no Catambor existe uma clara relação entre a toponímia e as pessoas ou elementos urbanos, nos demais os topónimos são desumanizados tais como; 'sector' ou 'quarteirão', sendo que este último não confere com o conceito urbanístico. No entanto cada um destes territórios está intrinsecamente relacionado com pessoas e lugares, só perde a humanização toponímica.

6.1.2 Aplicação do processo indutivo

Nesta fase dos trabalho da tese aplicar-se-ão os termos do processo indutivo. Iremos percorrer o caminho contrário: observando casos particulares, isolados, procuramos neles um padrão que não só os explique mas que confirme a observação produzida no caso de estudo do Catambor. Temos quatro escalas de análise e diagnóstico, os sistemas habitacionais triádicos (SHT), as unidades de agregação, as ruas perimetrais e a unidade morfológica, na óptica do sistema de "Matrioska".

Se [1] todos os A's observados forem iguais a B (observação de dados ou factos isolados) logo, [2] todo A é igual a B (indução). Traduzindo para a nossa hipótese:

1) Toda a parcela composta pelos elementos edifício-logradouro-árvore é um sistema habitacional triádico

2) Logo as parcelas por indução serão *per se* o mesmo tipo. Importa referir que no processo de dedução as conclusões não foram lineares logo o diagnóstico não é um mero processo de análise visual, mas também e essencialmente da produção e funcionamento do espaço.

O processo de estudo aplicado aos musseques Calemba, Mulemba e Mota passará por três etapas sendo a primeira a Caracterização Morfológica, a segunda a Análise Comparativa entre os resultados obtidos para diagnosticar as correspondências e respectivas variantes e a terceira etapa as conclusões do processo indutivo.

Importa ressalvar alguns aspectos referentes à primeira etapa, a da Caracterização Morfológica de cada um dos três musseques pois o processo será semelhante aos aplicados no caso de estudo principal, o Catambor, mas com algumas variações.

No que diz respeito ao Levantamento Urbanístico teremos o estudo do sítio no que diz respeito à localização, delimitação e topografia e o estudo dos sistemas e elementos, entraremos no diagnóstico funcional dos três grupos maiores do sistema, espaço público, privado e contruído e a partir daí analisar os seus elementos constituintes, serão em tudo semelhantes.

Já no que diz respeito à Análise e Diagnóstico a primeira diferença será a escala de análise visto que os ensaios sobre a evolução diacrónica e de composição e configuração do território no caso de estudo principal são à escala da unidade morfológica ao passo que nos casos de estudo complementares estes reduzem-se às amostras seleccionadas sobre as quais é possível absorver informação mais detalhada com a consulta do Apêndice 3.

Um aspecto relevante para o interesse da investigação na caracterização morfológica a nível dos Sistemas Habitacionais Triádicos (SHT) foi a impossibilidade de aceder aos edifícios das parcelas identificadas e levantar dados acerca da organização e funcionalidade do espaço habitacional. No entanto, excepções pontuais e nem sempre referentes às amostras seleccionadas permitem tecer considerações que são introduzidas no Capítulo 7 onde se abordam os Signos Espaciais como Tipos Urbanos.

A interpretação dos resultados será feita com base nas deduções feitas ao caso de estudo principal, o Catambor. Para esse efeito, revisitamos os conceitos que irão nortear o nosso diagnóstico.

Por um lado, temos o campo da organização das parcelas no que diz respeito à disposição dos seus elementos nomeadamente:

[1] Composição Sequencial O logradouro desempenha o papel de intermediar os módulos que se localizam em oposição. Neste grupo podemos encontrar as sequências lineares ou angulares;

[2] Composição Axial Nestes casos logradouro e módulos dispõem-se em paralelo ao longo de um eixo longitudinal. Neste grupo também se encontram exemplos lineares e angulares e

[3] Composição em Quadrantes. Os módulos estão dispostos pelos quadrantes da parcela e o logradouro desenha-se em forma de cruz.

Por outro lado, temos o campo das especificidades dos elementos constituintes, nomeadamente:

[1] Logradouro como elemento central e distribuidor, cujo acesso pode ser a partir da rua (directo), ou do edifício (indirecto), constituindo como variações os logradouros-corredor ou logradouros-alpendre,

[2] Módulos, sendo o módulo mínimo estudado e apresentado como um elemento quadrático de 2m x 2m. tendo evoluído para as dimensões de 4mx4m segundo vários autores tais como Ferreira Diniz (1918), José Redinha (1973) e Bob van der Winden (1996) e as suas variações na proporção de 1:1.5 e por último

[3] Árvores, cuja espécie determina se desempenham uma função sagrada (Mulemba ou Embondeiro) ou utilitária (frutíferas).

Para as Unidades de Agregação a interpretação será relativa a dois aspectos, os núcleos que se determinarão em função da orientação cardeal de um conjunto de parcelas.

Para os sistemas habitacionais triádicos a interpretação será relativa a dois aspectos, a Organização e Acesso das parcelas e em relação ao perfil dos seus elementos.

6.2. Caracterização Morfológica

6.2.1 Calemba

O Levantamento Urbanístico

Sítio: Localização, Delimitação e Topografia

Localização

O musseque Calemba está localizado na zona da Calemba, parcela do Bairro da Calemba, Distrito da Maianga, Município de Luanda. Com uma superfície de aproximadamente 0,33 km2 (331255,94 m2) e população estimada entre 18.520 e 27.780 residentes [1] tem uma densidade populacional correspondente a 84.181,8 hab./km^2 o que corresponde aos indicadores quatro (4) vezes mais alto que o da cidade de Luanda[2].

Topografia

A área de estudo está posicionada acima dos 60m de altitude em relação á linha do mar, já sobre a planície que representa a maior extensão da cidade de Luanda.

Morfologicamente o musseque da Calemba não tem acidentes. Tem uma inclinação inferior a 1% e uma variação altimétrica na área de estudo é de 5m, sendo a menor cota de 65m e a maior 70 m. É parcialmente atravessado pelo Rio Cambamba num troço de cerca de 200m criando uma fronteira natural entre as duas partes do território a mais expressiva mais de 95% localizada na margem direita e a menos expressiva na margem esquerda com cerca de 3,5% da área total.

O musseque Calemba representa uma área total de 0,22Km^2, quatro vértices limítrofes da área de análise topográfica estão georreferenciados pelo sistema geodésico e cartográfico angolano com as seguintes coordenadas: -8.837586, 13.249166 (Nordeste); -8.841181, 13.245120 (sudeste); -8.846450, 13.252444 (sudoeste) e ; -8.840408, 13.254018 (Noroeste). Fig. 04.03a

Delimitação

A confrontação entre as delimitações levantadas de várias fontes, permitiram construir em laboratório as ferramentas necessárias para o trabalho de campo. Como ponto assente tínhamos como referências a Rua Senado da Câmara e o edifício da Praça de Touros, elementos comuns em todas as implantações analisadas. A delimitação de base foi a do diagrama proposto pelo arquitecto Troufa Real (Troufa Real 2001, 50). De realçar que de todas as vinte unidades por ele identificadas, a delimitação da Calemba é a mais irregular. Segundo a entrevista a Fernando Vaz da Conceição, herdeiro do Musseque da Calemba, o terreno terá sido alvo de diversas acções de expropriação para fins de utilidade pública e privada, facto que se constatou com a implantação de vias primárias, edifícios de grande porte ou

[1] O levantamento de campo efectuado no ano de 2021 identificou 4630 unidades habitacionais. Considerando a média de 4 a 6 pessoas por agregado familiar (INE. 2016. p 67), concluímos que a população do Calemba poderá estar entre 18.520 habitantes e 27.780 habitantes podendo chegar ao extremo de 55.560 habitantes.

[2] Comparando com o Município de Luanda (foral da Cidade de Luanda) com 2 487 444 habitantes e 113 km2, correspondendo a uma densidade populacional de 22.013 hab./km^2 o musseque do Calemba representa um pico de densidade 4 vezes superior á média da cidade.

infra-estrutura aeroportuária como o Aeroporto 4 de Fevereiro (Ex Aeroporto General Craveiro Lopes, conforme designado durante o período colonial).

No caso da delimitação proposta a partir da leitura da Planta Sinóptica de 1967 (Amaral, 1968), o recurso foi delimitar a mancha de ocupação do musseque conforme descrito na legenda o que resultou numa forma predominantemente rectangular. Para a delimitação a partir da Carta Topográfica de 1988 (IGCA, 1988) a decisão decorre da interpretação da massa edificada, ou seja, considerar parte do musseque todos os assentamentos por semelhança e conformamos a fronteira às delimitações das parcelas das operações urbanísticas de desenvolvimento urbano.

Resultou um perímetro urbano que se estende por cerca de 3,42 km encerrando a Oeste, ao longo de 800m pela rua Senado da Câmara, uma via de grande porte que acompanha o Rio Cambamba[3] e que foi a última fronteira entre a cidade e o musseque durante o período colonial, a norte, a confluência entre as Ruas N'gola Mbandi e a Rua 1º de Agosto, a Avenida 21 de Janeiro recorta o território isolando o terreno nordeste do musseque. A sul temos uma via (sem nome) bastante recortada que costura o traçado de operações urbanísticas de bairros indígenas e que conflui com a Rua Ngola Mbandi (que, entretanto, atravessa o musseque) e esta, por sua vez, encerra a delimitação sul no cruzamento com a Rua Senado da Câmara.

A delimitação do musseque da Calemba é bastante irregular consequência de processos de transformação urbana que se depreende serem três dos previamente estudados: urbanização, expansão urbana, e Declínio urbano. De referir que para além da expansão julgamos pertinente incluir o processo inverso, a contracção urbana, decorrente da perda de território por diversos factores, sendo que no caso são essencialmente de expropriação e o declínio refere-se ao fenómeno específico do abandono de património edificado como é o caso da Praça de Touros.

Sectores

O musseque do Calemba conta com sete sectores, cinco são denominados pelos residentes como "Núcleos" 'A', 'B', 'C', 'D' e 'E' e os restantes dois embora não denominados como núcleos são reconhecidos pelos residentes como parte do território da Calemba e que passaremos a designar como Núcleos 'F' e 'G'. Os Núcleos 'B', 'C' e 'D' constituem o corpo principal do musseque ao passo que os núcleos 'A', 'E', 'F' e 'G' são bolsas que cuja ruptura com o corpo principal foi provocado por via de operações urbanísticas para abertura de espaços-canais como o caso da Avenida 21 de Janeiro, Rua Ngola Mbandi e Rua Senado da Câmara. Para além dessas rupturas, existem os percursos interiores que de acordo com os residentes demarcam as fronteiras entre os núcleos.

[3] O rio Cambamba é bacia hidrográfica de 250 km2 e um caudal de ponta de 700 m3/s, num troço de 12 km que atravessa a cidade de Luanda até à foz. Em alguns troços está encanado como é o caso do percurso que acompanha a rua Senado da Câmara.

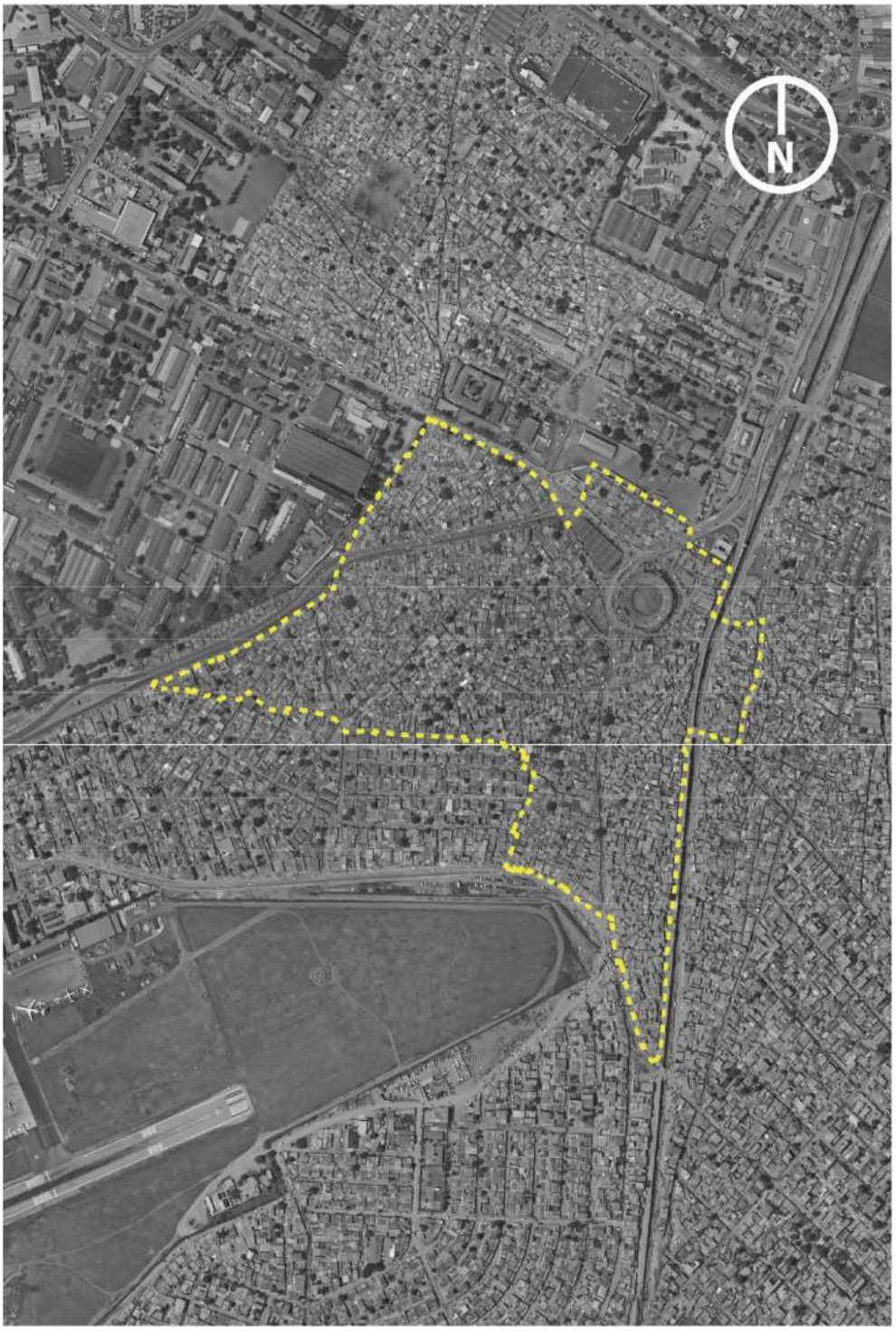


Fig. 06.01

Tecido Urbano do Musseque da Calemba

Fig. 06.02

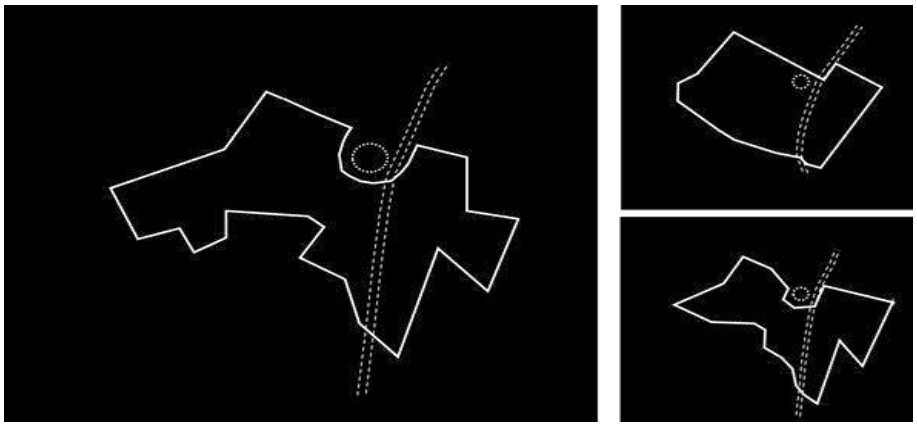
Estudos sobre a Delimitação do Musseque da Calemba

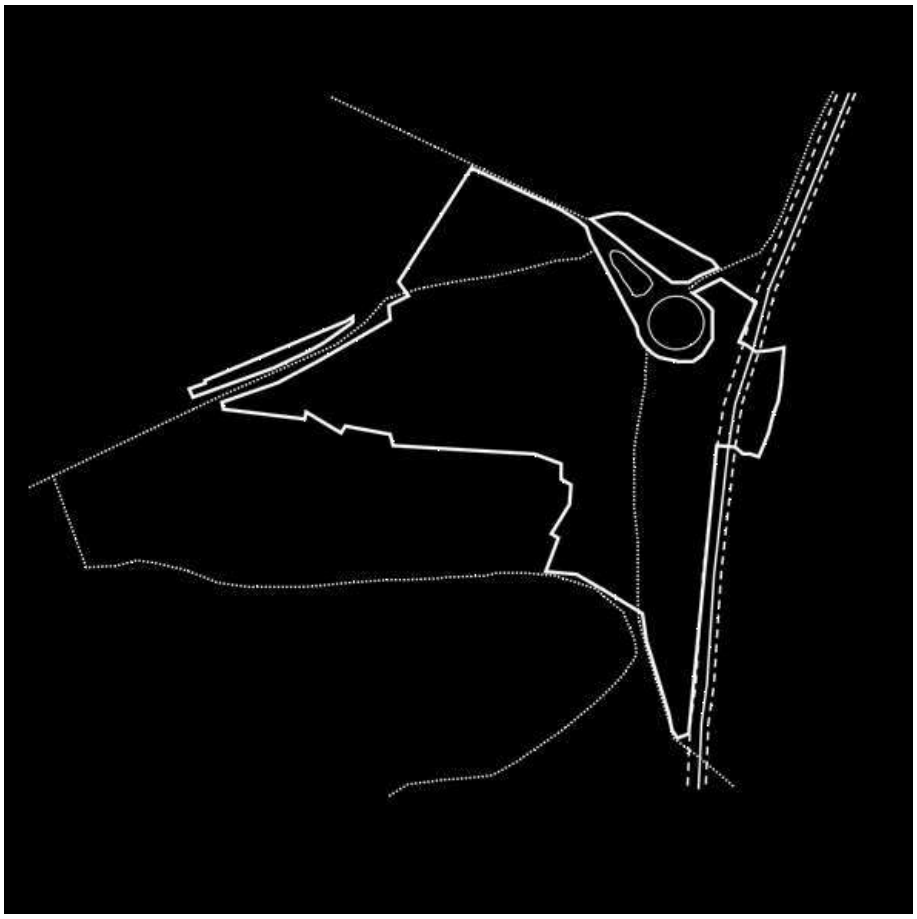
[1] Diagrama dos Musseques de Luanda,1974
(Fonte: TR)

[2] Planta Sinóptica de Luanda,1967

[3] Carta Topográfica de Luanda,1988

[4] Carta Topográfica de Luanda,2014





Espaço Privado (Unidades de Agregação) – Composto no total por Oitenta e Cinco (85) Unidades de Agregação[4] que representam 68,13% da ocupação do território e que estão distribuídas pelos sectores nos termos seguintes: NA: 10, NB: 14, NC: 28, ND: 23, NE: 3, NF: 2, NG:2.

No que respeita a dimensão[5] foram identificadas, 5 de dimensão mínima, 15 são de dimensão pequena, 53 médias e 12 Grandes. Predominam as Médias com particular incidência para o sector 'Núcleo C' com 19 unidades.

Não foi efectuado nenhum estudo acerca da estrutura das UA's estando este aspecto reservado à análise das amostras.

Espaço Público (ruas, vazios e intersecções) – No contexto geral identificamos 29 segmentos de rua, 8 vazios e 23 intersecções.

Acerca dos segmentos de rua foram identificados 250 no total, sendo 124 do tipo A , 13 do tipo B e 113 do tipo C[6].

No caso dos vazios são no total 23 , sendo vinte e um (21) do tipo Largos, nenhum do tipo Parque Urbano e dois (2) do tipo Praça de Mercado.

Por último, temos as intersecções tendo sido identificadas 1 cruzamentos e 60 entroncamentos.

É importante referir três elementos de grande envergadura que atravessam/delimitam o território do musseque nomeadamente: ruas Senado da Câmara, Ngola Mbandi,1º de Agosto e a Avenida 21 de Janeiro.

Edificações **(singulares e comuns)** – Foram identificadas um total de quatro mil setecentos e setenta e um 4771 edifícios.

Acerca dos edifícios do tipo 'singular', identificamos dez (10) no total que se integram na categoria do equipamento de proximidade tais como escolas, comércio, culturais e que se distinguem em relação aos demais pela altimetria e função[7]. No entanto, a paisagem e dominada por um elemento de notável monumentalidade, a "Praça de Touros de Luanda" [8].

[4] Distribuição das Unidades Morfológicas por Núcleo: NA: 10, NB: 14, NC: 28, ND: 23, NE: 3, NF: 2, NG:2.

[5] Matriz de Grandeza utilizada no estudo de Caso 'Catambor' a dimensão das Unidades de Agregação divide-se em quatro escalas, Grande, Média, Pequena e Mínima

[6] Estrutura Viária: VA - (1,20 a 3,00m) 124 – 4799,57 ml =47%; VB - (+ de 3,00m) 13 – 1741,27 ml =17%; VC - (0,60 a 1,20m) 113 – 3664,6 ml =36%

[7] Para além dos 10 edifícios identificados como equipamento de proximidade, outros 131 são tipologias mistas de Habitação-comércio (HC) ou Habitação-Trabalho (HT) ou ainda Habitação-Trabalho-Comércio (HTC). No entanto, este edifícios não se distinguem na paisagem a não ser pela funcionalidade.

[8] A prática tauromáquica tem pouca expressão no continente africano o que faz com que os indícios da sua existência se revistam de particular importância. Somente 4 países no continente têm edifícios dessa tipologia e são eles: Marrocos com 4 nas cidades de Tânger, Uchda, Al Hoceïma e Melilha (território espanhol), Angola (Luanda), Moçambique (Maputo) e Argélia (Oran). Sobre edifício da Praça de Touros em Luanda poucos são os dados recolhidos da pesquisa documental sobre esta obra. Não foi possível identificar a autoria do projecto arquitectónico e sobre a construção, segundo o Arquivo Oliveira Salazar 1908/1974, a mesma é atribuída a um

Para além do seu valor patrimonial é um edifício imponente e com impacto determinante na transformação do território do musseque, em particular no desenho das vias de maior porte.

Em relação aos edifícios do tipo dominante, de um total de 4630 edifícios de feição comum destacam-se cerca de sessenta sistemas habitacionais triádicos considerando a existência de sessenta e três (63) *árvores esparsas (privadas) e* 27 edificações que se enquadram na categoria da 'Cubata sub-urbana' (CSU) . Quanto aos demais 4.567 edifícios comuns do subtipo 'isolados', não foi explorada a destrinça entre os do tipo 'Casa Popular Portuguesa' (CPP) por não serem relevantes para esta investigação.

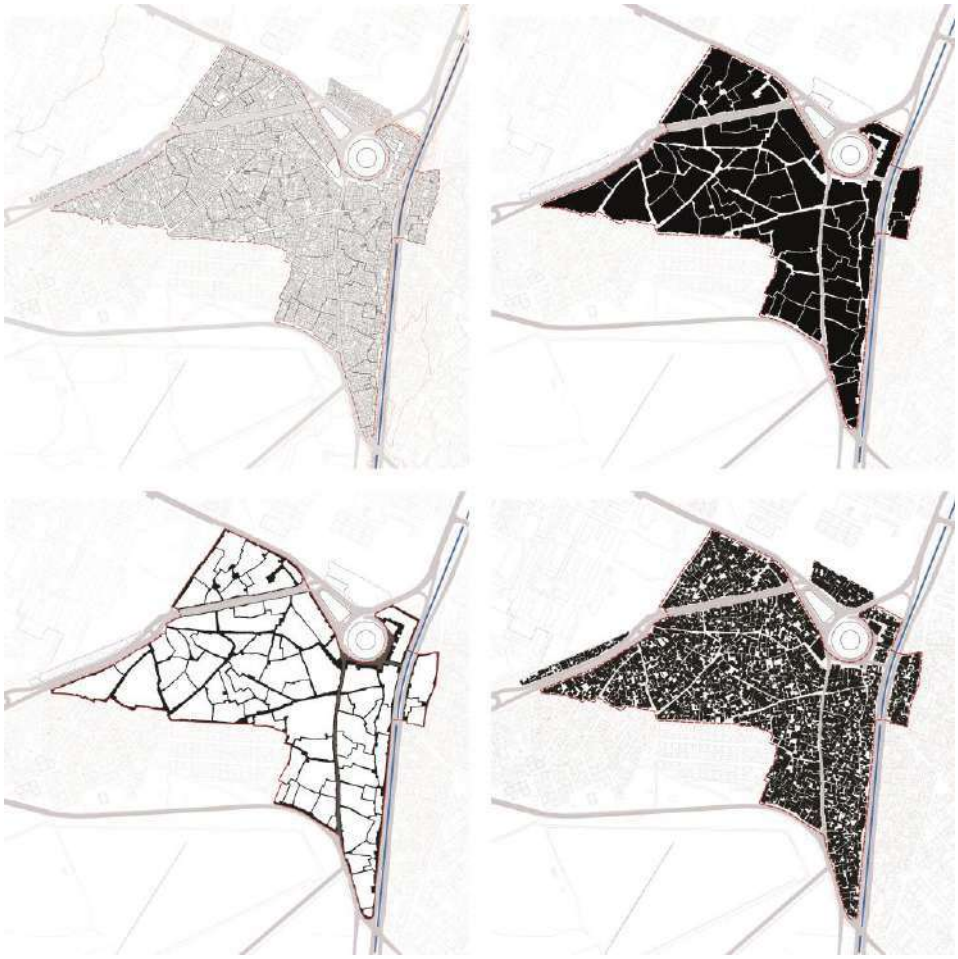


Fig. 06.03

Decomposição Sistémica do Musseque da Calemba:

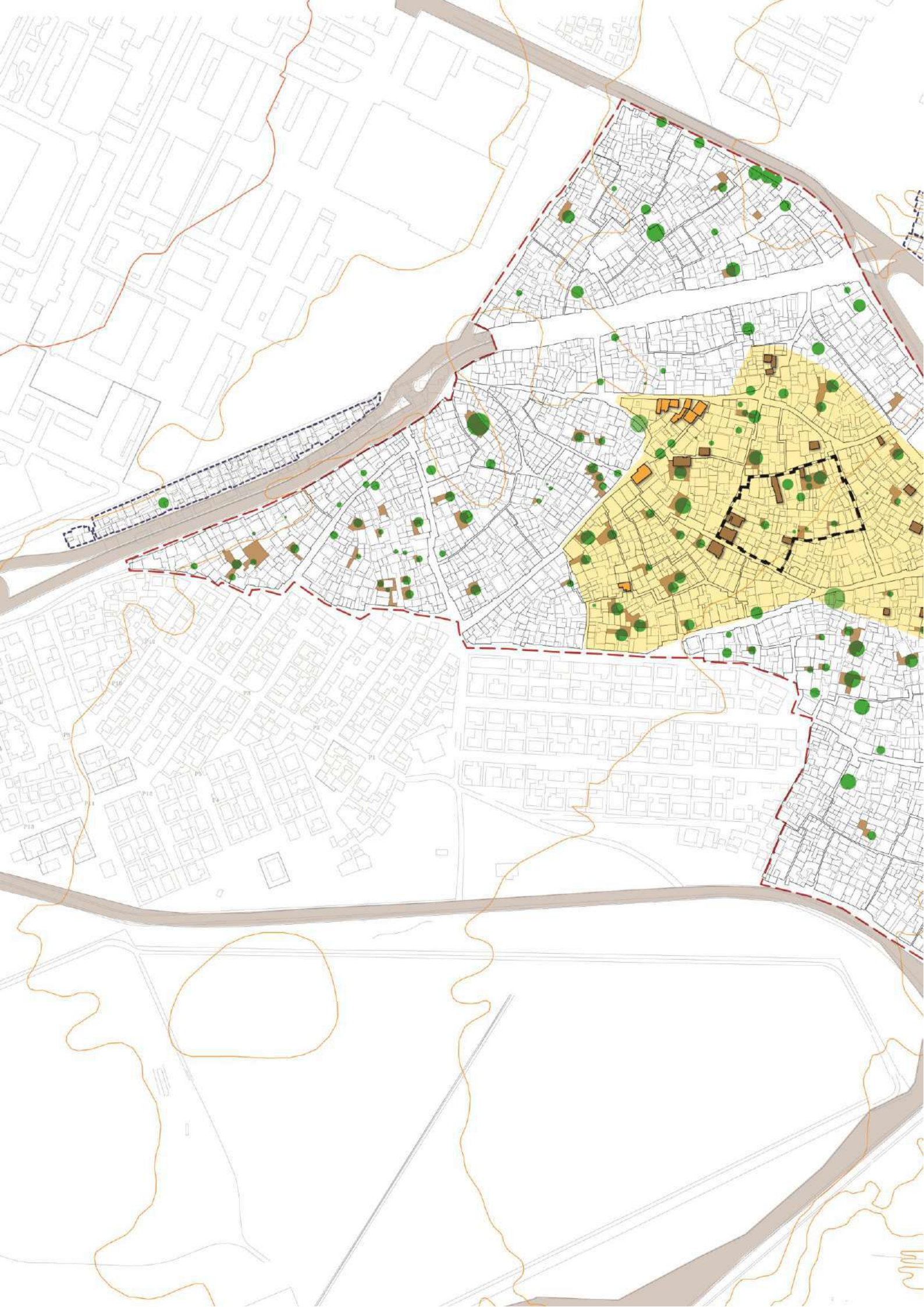
[1] Topografia

[2] Espaço Privado (topo)

[3] Espaço Público (esq.)

[4] Espaço Construído (dir.)

indivíduo de nome Júlio Silva Borracheiro que não a terá concluído até à data da inauguração a 1 de Março de 1964.(Borracheiro, sd).



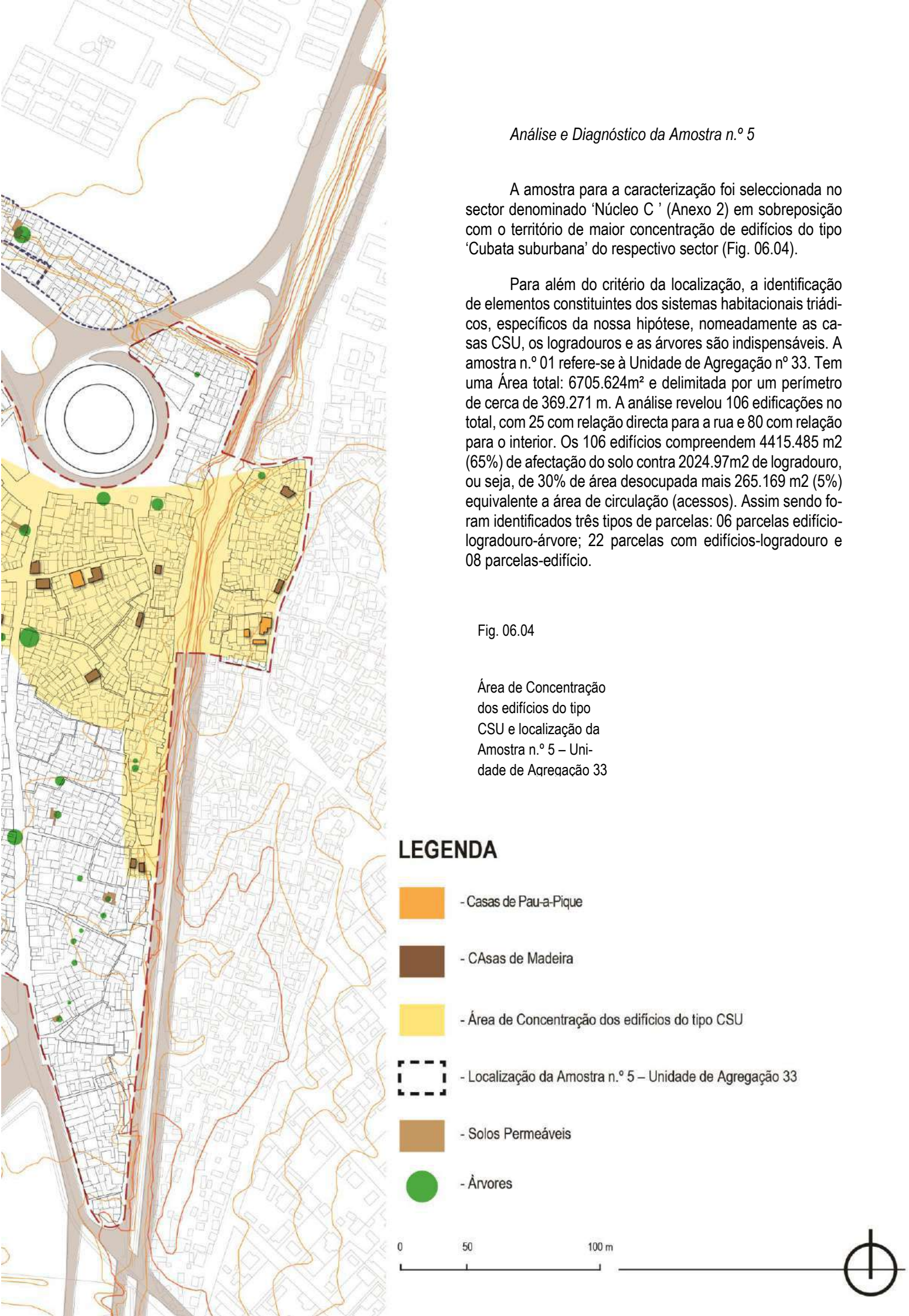
Análise e Diagnóstico da Amostra n.º 5

A amostra para a caracterização foi seleccionada no sector denominado 'Núcleo C ' (Anexo 2) em sobreposição com o território de maior concentração de edifícios do tipo 'Cubata suburbana' do respectivo sector (Fig. 06.04).

Para além do critério da localização, a identificação de elementos constituintes dos sistemas habitacionais triádicos, específicos da nossa hipótese, nomeadamente as casas CSU, os logradouros e as árvores são indispensáveis. A amostra n.º 01 refere-se à Unidade de Agregação nº 33. Tem uma Área total: 6705.624m² e delimitada por um perímetro de cerca de 369.271 m. A análise revelou 106 edificações no total, com 25 com relação directa para a rua e 80 com relação para o interior. Os 106 edifícios compreendem 4415.485 m2 (65%) de afectação do solo contra 2024.97m2 de logradouro, ou seja, de 30% de área desocupada mais 265.169 m2 (5%) equivalente a área de circulação (acessos). Assim sendo foram identificados três tipos de parcelas: 06 parcelas edifício-logradouro-árvore; 22 parcelas com edifícios-logradouro e 08 parcelas-edifício.

Fig. 06.04

Área de Concentração dos edifícios do tipo CSU e localização da Amostra n.º 5 – Unidade de Agregação 33



Iniciaremos pela delimitação da Unidade de Agregação. Foi feita a análise regressiva da delimitação existente actualmente até 1988, data de registo cartográfico mais antigo disponível. Considerando que o princípio de delimitação é o da concentração de sistemas habitacionais ilhados por segmentos de rua perimetrais, identificamos como tais as ruas 94MK, 69MK, 79MK, 90MK, 88MK e 75MK existentes em 1988 conforme se pode identificar na Cartografia (Fig. 04.03). Constatamos que esta 'Unidade de Agregação Matriz' se fragmenta ao longo de trinta e cinco (35) anos em catorze (14) sub-unidades, nomeadamente: UA.18 e de UA29 a UA42 (Anexo 2). A análise à delimitação de 2023 da UA33 que é a Amostra n.º 5 conduziu-nos à conclusão de que existe uma relação directa com a UA 35 não só pela proximidade, mas pelo facto de existir um caminho indiciado que deu origem à definição do arruamento do Tipo C (TC:0,6m-1,2m) que fragmenta as sub-unidades.

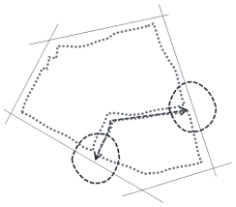


Fig. 6.05

Estudo da fragmentação da Unidade de Agregação Matriz

Não interpretamos estar perante um processo de reparcelamento profundo nesta unidade de agregação considerando que a partir da carta de 1988 é impossível fazê-lo com excepção de um conjunto aonde se consegue compreender algumas parcelas a partir das vedações identificadas. No entanto os levantamentos de campo e as entrevistas feitas a alguns dos residentes permitem-nos compreender que as casas se mantêm as mesmas com muito poucas alterações nesse sentido os processos de reparcelamento que foram possíveis identificar são 6 e todos eles associados aos edifícios parcela. Quanto à capilaridade da unidade de agregação é possível identificar seis (6) caminhos em particular 6 sendo que um deles integra um largo interior a unidade que distribui para as parcelas circundantes este largo é uma preexistência identificada na Carta de 1988 outro aspecto que se mantém com as mesmas características é o logradouro maior identificado na parcela UA.33 – P1 .

Quanto à rede que envolve unidade de agregação temos a rua do Tipo A (TA:+3m) que é a Rua 94MK conforme identificada na Carta que mantém as características desde 1988 até 2023 as demais do Tipo B (TB: 1,2m-3m) decorrem do primeiro reparcelamento e consequente delimitação das sub-unidades de agregação. Como dizem com as deduções tiradas ainda no caso de estudo Catambor em que os processos de fragmentação das unidades de agregação inicial são feitos a partir da construção destas linhas de comunicação destas vias que por regra são do Tipo C.

Quanto à transformação ao nível das edificações a densificação da unidade de agregação é facilmente perceptível a partir da quantificação dos edifícios desde 1988 aonde a partir da carta se identificam 68 módulos habitacionais divididos entre 36 no sistema construtivo de pau-a-pique e 32 de Betão que passa em 2023 para 106 edificações sendo 103 em Betão restando 3 como sendo ainda do sistema mais antigo de pau-a-pique e madeira. Estamos perante uma expressão de crescimento perto de 55% em relação ao início do primeiro período de avaliação. Os edifícios de pau-a-pique ou de Madeira praticamente deixaram de existir sendo que o sistema construtivo predominante passou a ser de Betão para além de que as vedações deixaram também de existir em materiais mais precários como o caso das chapas ou dos Luandos e passaram todas também a ser vedações em cimento e alguns raros casos metálicas.

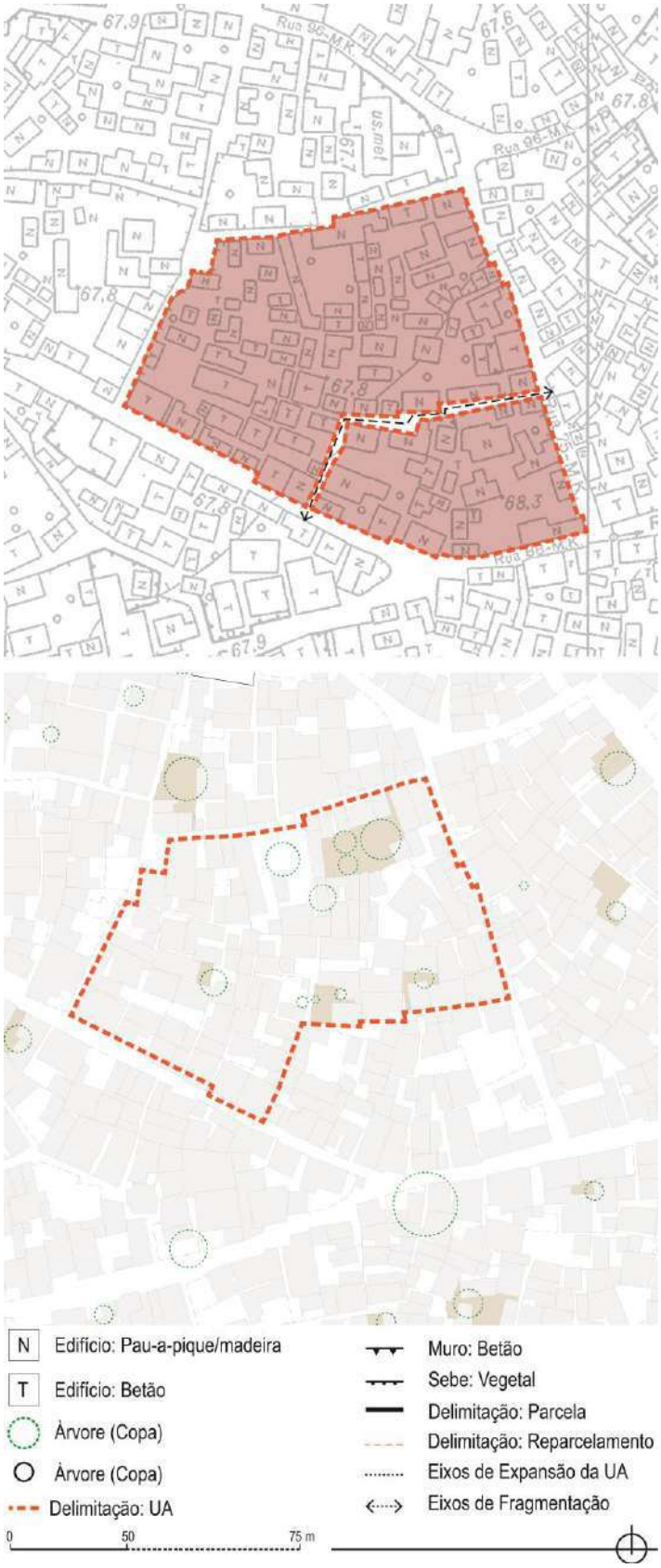
As árvores, entretanto, embora tenham aumentado de 9 para 10, facto que não é muito expressivo, a sua localização restringe-se a poucos logradouros fenómeno que já era perceptível no início do período de análise.

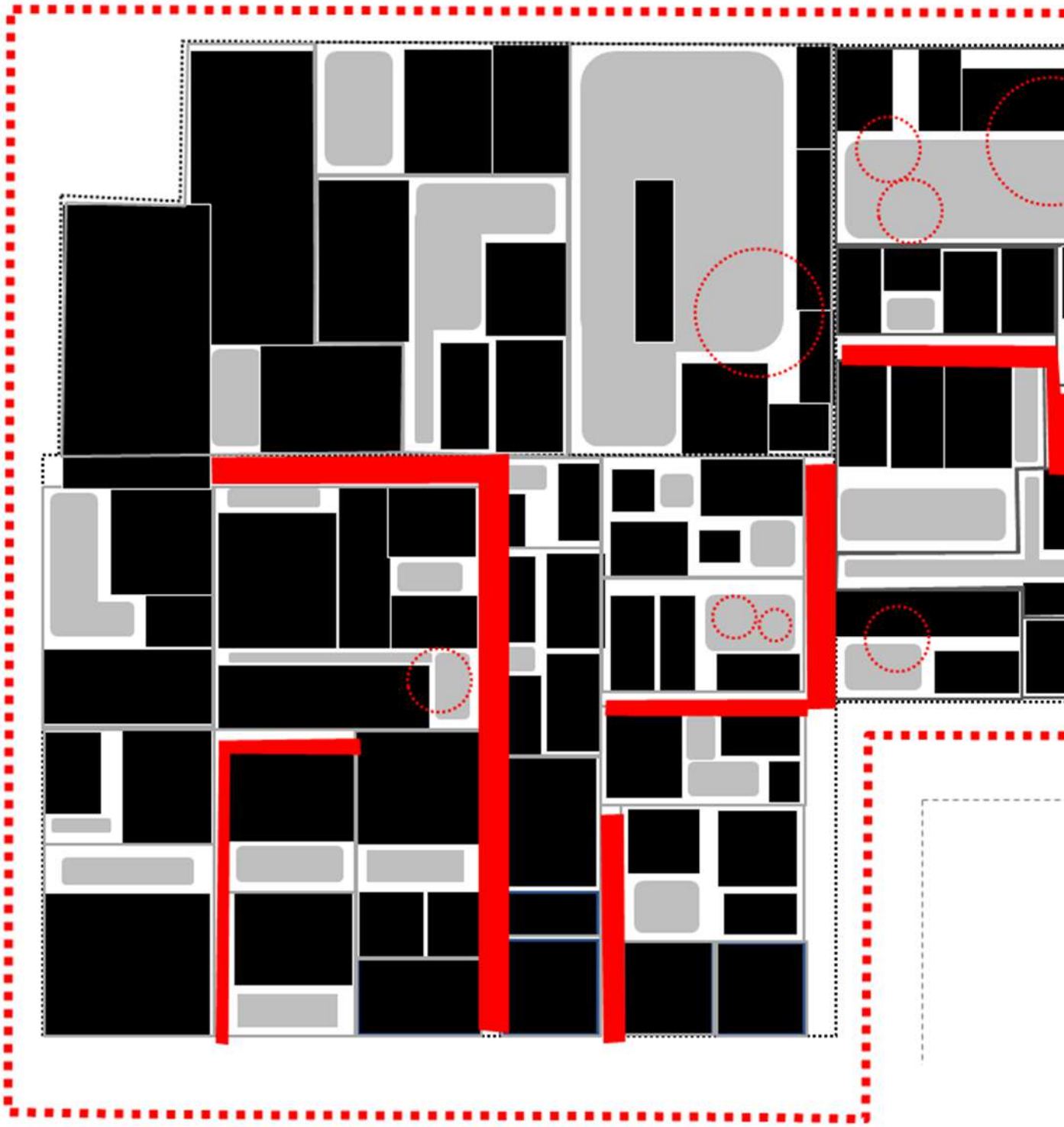
Fig. 06.06

Evolução Diacrónica da Delimitação e Parcelário da Amostra n.º 5 – Unidade de Agregação n.º 33. Localização no sector “Núcleo C”:

[1] Delimitação por Sobreposição UA nº 33 Carta de 1988

[2] UA n.º 33 Delimitação e Parcelário. Carta 2021





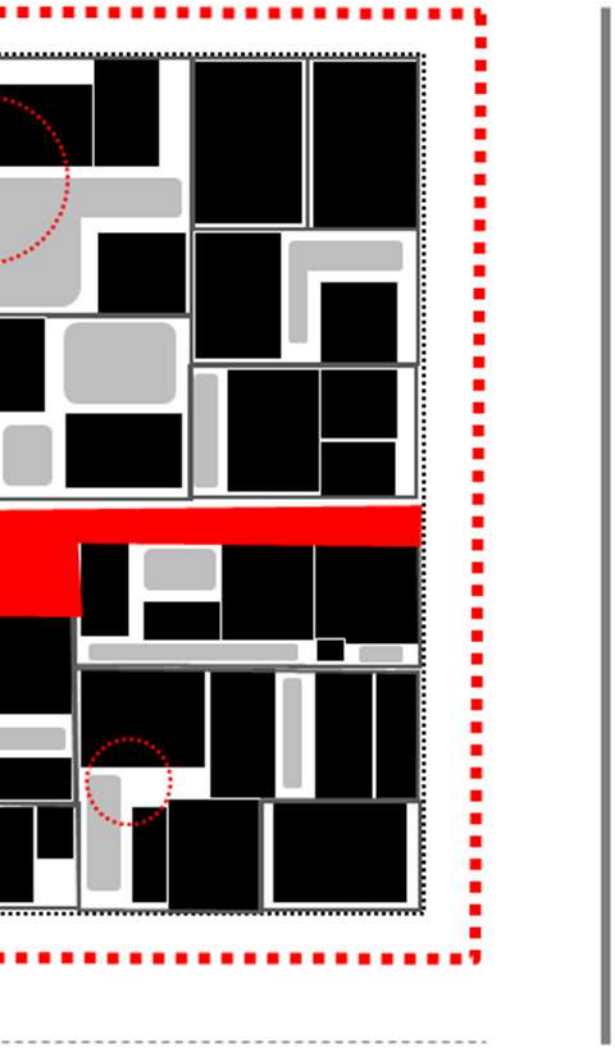


Fig. 6.07

Amostra 5 – UA. n.º 33::

Configuração da Unidade de Agregação.

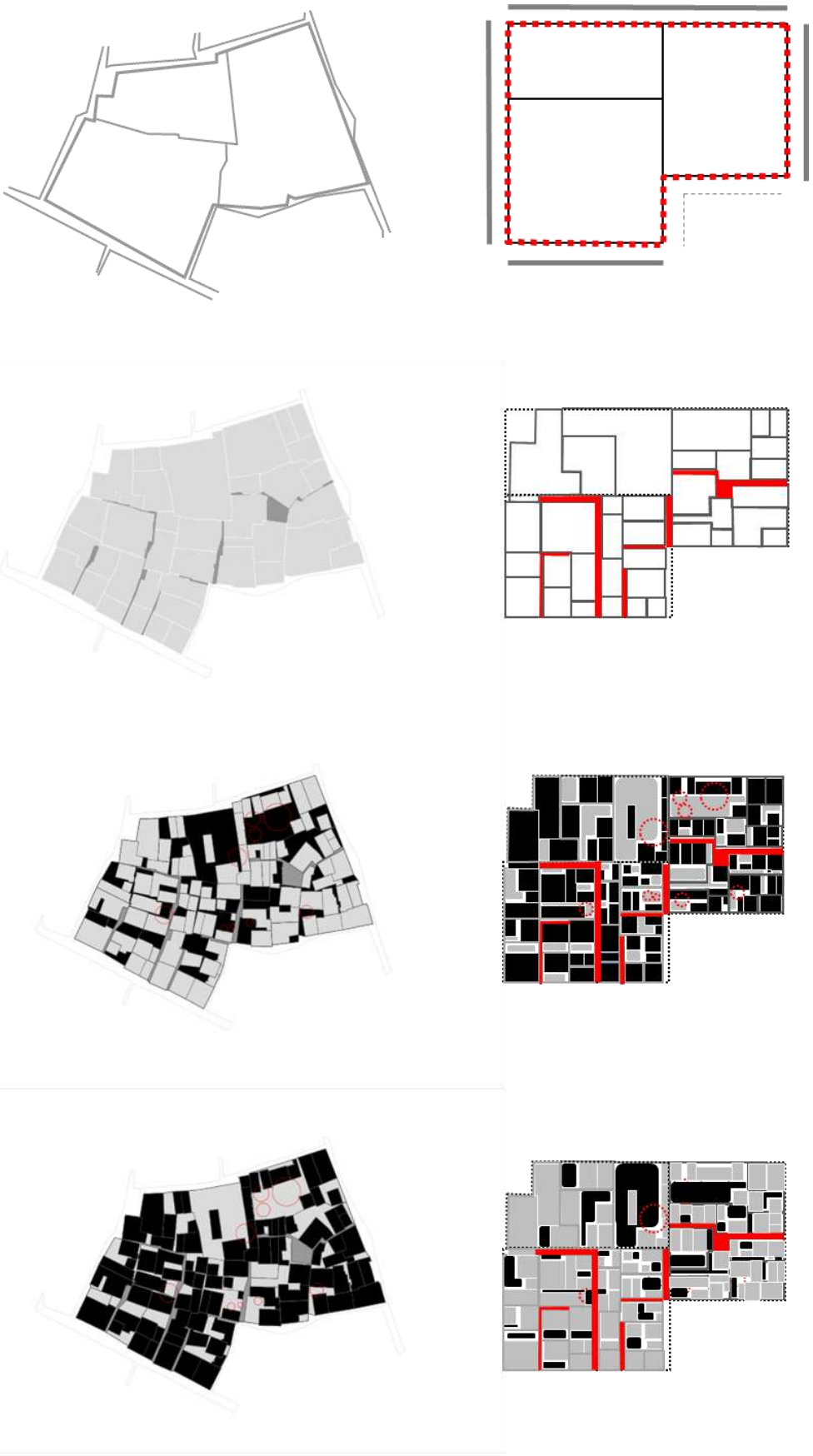


Fig. 06.08

Estudos de Organização do Espaço da Amostra 5 – UA. n.º 33:

[1] Delimitação, Secções e Segmentos de Rua,

[2] Parcelário e Capilaridade Interna,

[3] Edificações,

[4] *Logradouros e Árvores*

Fig. 06.09

Estudos de Organização do Espaço das Parcelas da UA 33 com SHT:

[1] UA.33-P1,

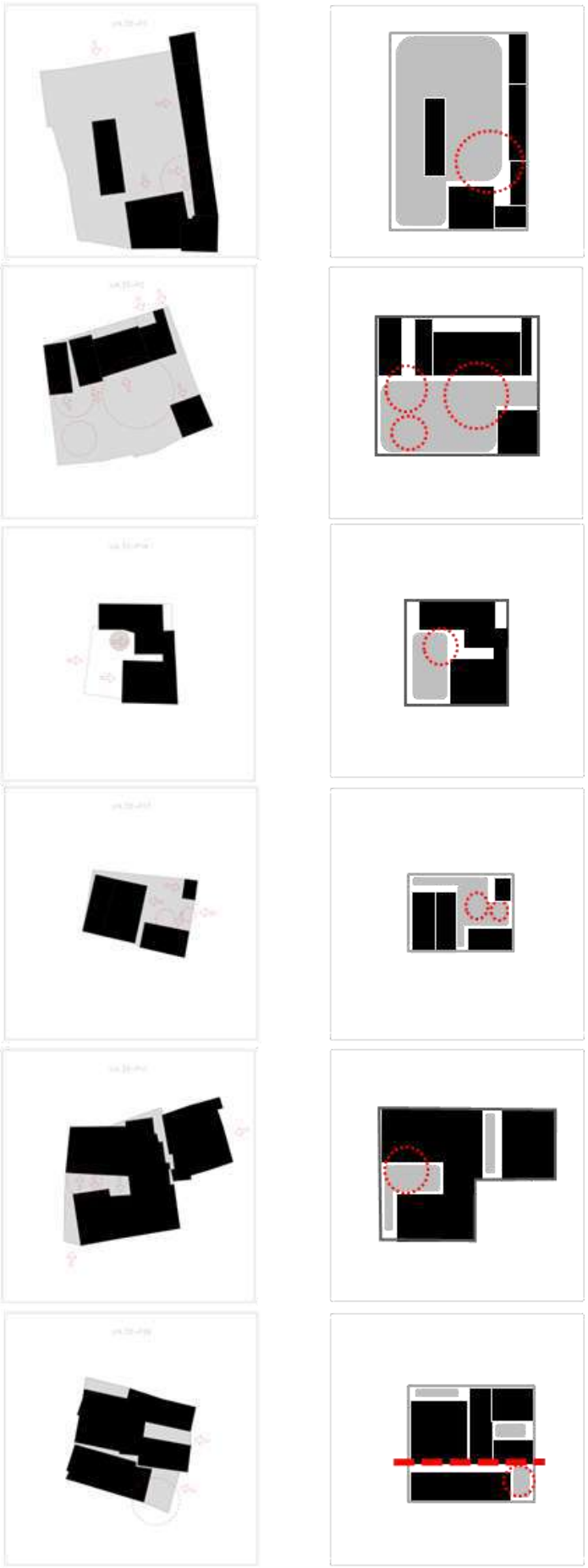
[2] UA.33-P2,

[3] UA.33-P11,

[4] UA.33-P14,

[5] UA.33-P17

[6] UA.33-P26



Unidade de Agregação

A unidade de agregação é constituída por 3 núcleos que passam a ser denominados como o núcleo A, B e C com localização em função dos quadrantes do sistema cartesiano de coordenadas.

O núcleo A é composto por 14 parcelas e por um corredor interno, a organização das suas parcelas constituintes é maioritariamente por adjacência e minoritariamente em função do corredor.

O núcleo B é composto por 4 parcelas e por nenhum caminho interior e a organização e toda feita por adjacência.

O núcleo C é constituído por 18 parcelas e 4 caminhos interiores e a organização é igualmente produzida por adjacência e em função do corredor.

Ainda existem 2 corredores que parcialmente subdividem o núcleo A do núcleo C e o núcleo B do núcleo C. Quanto ao aspecto espacial, as unidades de agregação dos três núcleos enquadram-se na categoria da 'organização aglomerada' e todos com a mesma configuração axial.

Parcelário. Tem uma Área total: 6705.624m² e delimitada por um perímetro de cerca de 369.271 m. A análise revelou 106 edificações no total, com 25 com relação directa para a rua e 80 com relação para o interior. Os 106 edifícios compreendem 4415.485 m2 (65%) de afectação do solo contra 2024.97m2 de logradouro, ou seja, de 30% de área desocupada mais 265.169 m2 (5%) equivalente a área de circulação. Assim sendo foram identificados três tipos de parcelas: 06 parcelas edifício-logradouro-árvore; 22 parcelas com edifícios-logradouro e 08 parcelas-edifício.

Sistemas de Habitação Triádicos

Uma primeira interpretação dos resultados é que todas as configurações remetem para formas geométricas puras organizadas em formato predominantemente rectangular. *De um total de 36 parcelas que compõem a unidade de agregação, somente seis (6) delas integram Sistemas Habitacionais Triádicos, nomeadamente as parcelas UA.33-P1, UA.33-P2, UA.33-P11, UA.33-P14, UA.33-P17 e UA.33-P26, vide Apêndice 3. No geral essas parcelas têm uma dimensão média de 135m2 variando entre o menos de 185m2 até ao maior de 720m2 aproximadamente. Quanto aos edifícios, a média é de 3,8 por parcela num mínimo de três e máximo de cinco (5). Os logradouros são em média 1,4 por parcela sendo que três têm um e duas têm dois. As árvores são uma média de 1,6 por parcela sendo um de um elemento por parcela podendo ir até três por parcela. Elemento comum a todas as parcelas é o facto de o acesso ao sistema ser sempre feito para o logradouro (quintal).*

Organização e Acesso aos SHT's. No aspecto da organização é possível enquadrar as parcelas identificadas nos termos seguintes: [1] Composição Sequencial as parcelas UA.33-P11; [2] Composição Axial as parcelas UA.33-P1, UA.33-P2, UA.33-P14 e UA.33-P26 e por último, [3] Composição em Quadrantes a parcela UA.33-P17. Quanto à parcela UA.33-P26 importa referir que embora seja a mesma unidade existe uma fronteira que subdivide a utilização do espaço criando dois conjuntos habitacionais independentes, ou seja duas subparcelas que denominamos 'A' e 'B'. Para efeito de enquadramento, será considerado o conjunto A visto que é onde está localizada a árvore. O conjunto 'B' poderá ser visto como um sistema diádico logo, fora do foco da análise e diagnóstico da amostra. No aspecto do acesso, as parcelas UA.33-P1, UA.33-P2, UA.33-P14, UA.33-P17 são acessíveis a partir da Rua. As parcelas UA.33-P11 e UA.33-P26 são acessíveis a partir dos corredores que permeiam a Unidade de Agregação.

Perfil dos Elementos. No que toca às características predominantes dos elementos no sistema algumas considerações merecem ser feitas.

No caso dos logradouros todos mantém a função de espaço colectivo e distribuidor estando a sua privacidade garantida com recurso a muros opacos de betão sendo que quatro (4) deles são de acesso directo (UA.33-P1, UA.33-P14, UA.33-P17 e UA.33-P26) e somente dois deles são acessíveis a partir de corredores interiores à parcela (UA.33-P2 e UA.33-P11).

No que diz respeito às edificações a única informação possível foi a dimensional visto que os residentes não se mostraram disponíveis para abrir o seu espaço interior para levantamento funcional. No entanto, a constatação de todos os edifícios serem tendencialmente prisma rectangulares e com relação proporcional média tendencialmente para 1:1.5 conforme analisado no caso de estudo leva-nos a depreender que estaremos perante composições modulares da mesma natureza.

Por último temos o caso das árvores em relação às quais existem duas constatações. Tanto se identificam os casos em que as árvores preservam a sua localização ao longo do período de evolução no tempo como é o caso da parcela UA.33-P1, UA.33-P2 e UA.33-P11. As demais são novos elementos plantados durante o período de análise sem ser possível determinar quando. Todas as árvores identificadas são frutíferas.

6.2.2 Mulemba

O Levantamento Urbanístico

Sítio: Localização, Delimitação e Topografia

Localização

O musseque do Mulemba está localizado na zona da Mulemba, parcela do Bairro homónimo, Distrito 11 de Novembro, Município do Cazenga. Com uma superfície de aproximadamente 0,35 km2[9] e população estimada entre 16.128 e 32.256 residentes [10] tem uma densidade populacional correspondente a 7,96hab/m2[11].

Topografia

A área de estudo está posicionada acima dos 60m de altitude em relação á linha do mar.

Morfologicamente o musseque da Mulemba não tem acidentes. Tem uma inclinação inferior a 1% e uma variação altimétrica na área de estudo é de 5m, sendo a menor cota de 70m (a norte) e a maior 75m (a sul). Está localizado com bastante proximidade às barrocas do Mota, mas já no contexto da planície de Luanda.

A Mulemba representa uma área total de 0,35 Km^2, quatro vértices limítrofes da área de análise topográfica estão georreferenciados pelo sistema geodésico e cartográfico angolano com as seguintes coordenadas: -8.784101, 13.293923 (Nordeste); -8.783730, 13.297441 (Noroeste); -8.792899, 13.295691 (sudeste); -8.790467, 13.299285 (sudoeste). A cartografia de referência são as folhas [1] Luanda-folha_05-B-02-c; [2] Luanda-folha_05-B-02-d; [3]

Delimitação

A delimitação de base foi a do diagrama proposto pelo arquitecto José Troufa Real (Troufa Real 2001, 50) em cujo mapa delimita o musseque da Mulemba como sendo um rectângulo delimitado a norte pela Estrada Nacional 100, também conhecida como Estrada de Cacuaco, a sul pela Rua E-60, a nordeste pela Rua 72, a sudeste pela rua Ambaca e a Oeste o limite é estabelecido por um muro de uma instalação industrial vizinha e que acompanha o arruamento paralelo. Este arruamento tem como coordenadas -8.785853, 13.297822 a norte e -8.790411, 13.299309 a sul.

A referência mais antiga da delimitação do musseque da Mulemba vem inscrita na cartografia histórica a que tivemos acesso, referimo-nos em particular ao Plano Regulador de Luanda de 1973 da autoria da empresa *Omnium Technique – Division Aménagement* por sua vez integrada no grupo francês O grupo Sema-Metra International e que foi publicado em 2020 no catálogo da exposição 'Urbanismos de Influência Portuguesa' promovida pela União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA 2020) (Anexo 3 - Cartografia

[9] Medição Cartográfica: 345.353,55m^2

[10] O levantamento de campo efectuado no ano de 2021 identificou 4032 unidades habitacionais. Considerando a média de 4 a 8 pessoas por agregado familiar podendo ir até 12 (INE. 2016. p 67), concluímos que a população do musseque Mulemba poderá estar entre 16.128 habitantes e 32.256habitantes podendo chegar ao extremo de 48.384 habitantes.

[11] Comparando com o Município de Luanda (foral da Cidade de Luanda) com 2 487 444 habitantes e 113 km2, correspondendo a uma densidade populacional de 22.013 hab./km^2 o musseque da Mulemba representa um pico de densidade _____ vezes superior á média da cidade.

Histórica). Nesse instrumento o musseque da Mulemba é um território de cerca de 10km2 de área com um perímetro de cerca de 13 Km. De referir que esta dimensão é compatível com os depoimentos dados pelos residentes mais antigos do musseque. Esta delimitação reduz drasticamente para 320.000m2 e um perímetro de cerca de 2,5km (Troufa Real, 2011). A delimitação que propomos para efeito da nossa investigação resulta da interpretação visual do território à luz da carta de 1988. Interpretando a massa edificada, ou seja, considerar parte do musseque todos os assentamentos por semelhança, conformamos a delimitação a sudeste até à Rua Ambaca visto todo o espaço ter a mesma leitura gráfica e não existir nenhuma evidência de delimitação. Facto mais tarde confirmado pelas entrevistas feitas no local. Resultou um perímetro urbano que se estende por cerca de 2,78 km. A delimitação final do musseque da Mulemba para efeito da nossa investigação resultou numa forma regular que adiciona ao rectângulo maior um menor na região sul. Nos trabalhos de campo, esta delimitação é consonante com os depoimentos da administração local.

Sectores

O musseque da Mulemba conta com cinco sectores denominados pelos residentes como "Sectores" 36, 37, 48, 49 e 50. Para além da delimitação de cada sector existe uma fronteira que subdivide o território do musseque, denominada como 'Rua 72' na Carta de 1988. Segundo as entrevistas feitas aos residentes, os sectores 36 e 37, localizados a oeste, seriam os mais antigos e os localizados a este, 48, 49 e 50 respectivamente seriam os mais recentes.

Fig. 06.10

Tecido Urbano do Musseque da Mulemba.

Fig. 06.11

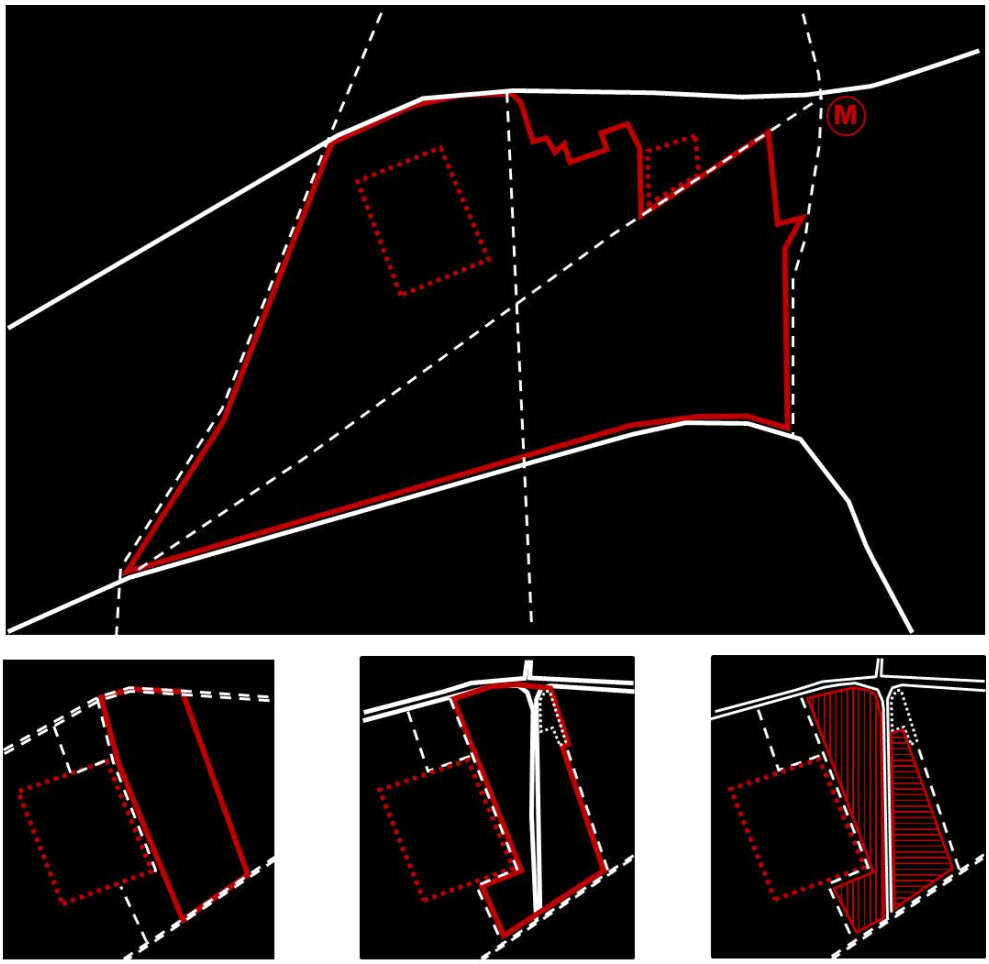
Estudos sobre a Delimitação do Musseque da Mulemba:

[1] Delimitação Plano Regulador de Luanda, 1973

[2] Delimitação Diagrama Troufa Real, 1974(esq.)

[3] Delimitação 2021 (centro.)

[4] Sectores Este-Oeste (2021)(dir.)



Espaço Privado (Unidades de Agregação) – Composto no total por setenta (70) Unidades de Agregação[12] que representam 71% da ocupação do território e que estão distribuídas pelos sectores nos termos seguintes: S36: 15, S37: 13, S48: 24, S49: 10, S50: 5.

No que respeita a dimensão[13] foram identificadas, 11 de dimensão mínima, 28 são de dimensão pequena, 29 médias e 2 Grandes. Predominam as de dimensão médias em particular nos sectores 48 e 49 (Anexo 2)

Não foi efectuado nenhum estudo acerca da estrutura das UA's estando este aspecto reservado à análise das amostras.

Espaço Público (ruas, vazios e intersecções) – No contexto geral identificamos 140 segmentos de rua, 32 vazios e 36 intersecções.

Acerca dos segmentos de rua foram identificados 140 no total, sendo 49 do tipo A , 10 do tipo B e 81 do tipo C[14].

No caso dos vazios são no total 32 , sendo 29 do tipo Largos, nenhum do tipo Parque Urbano e três (3) do tipo Praça de Mercado.

Por último, temos as intersecções tendo sido identificadas 6 cruzamentos e 33 entroncamentos.

É importante referir a Rua 72 como um elemento de grande envergadura que atravessa o território do musseque.

Edificações **(singulares e comuns)** – Foram identificadas um total de quatro mil e trinta e dois 4032 edifícios.

Acerca dos edifícios do tipo 'singular', identificamos vinte (20) no total com particular incidência nos sectores localizados a sul do musseque. *No contexto de monumentos, ou edifícios de valor patrimonial nenhum foi identificado.*

Em relação aos edifícios do tipo 'comum', destacam-se a probabilidade de cerca de uma centena de sistemas habitacionais triádicos considerando a existência de oitenta e três (83) *árvores esparsas (privadas) e* 114 edificações que se enquadram na categoria da 'Cubata sub-urbana' (CSU) . Quanto aos demais 3.918 edifícios comuns do subtipo 'isolados', não foi explorada a destrinça entre os do tipo 'Casa Popular Portuguesa' (CPP) por não serem relevantes para esta investigação.

[12] Distribuição das Unidades Morfológicas por Núcleo: NA: 10, NB: 14, NC: 28, ND: 23, NE: 3, NF: 2, NG:2.

[13] Matriz de Grandeza utilizada no estudo de Caso 'Catambor' a dimensão das Unidades de Agregação divide-se em quatro escalas, Grande, Média, Pequena e Mínima

[14] Estrutura Viária: VA - (1,20 a 3,00m) 124 – 4799,57 ml =47%; VB - (+ de 3,00m) 13 – 1741,27 ml =17%; VC - (0,60 a 1,20m) 113 – 3664,6 ml =36%

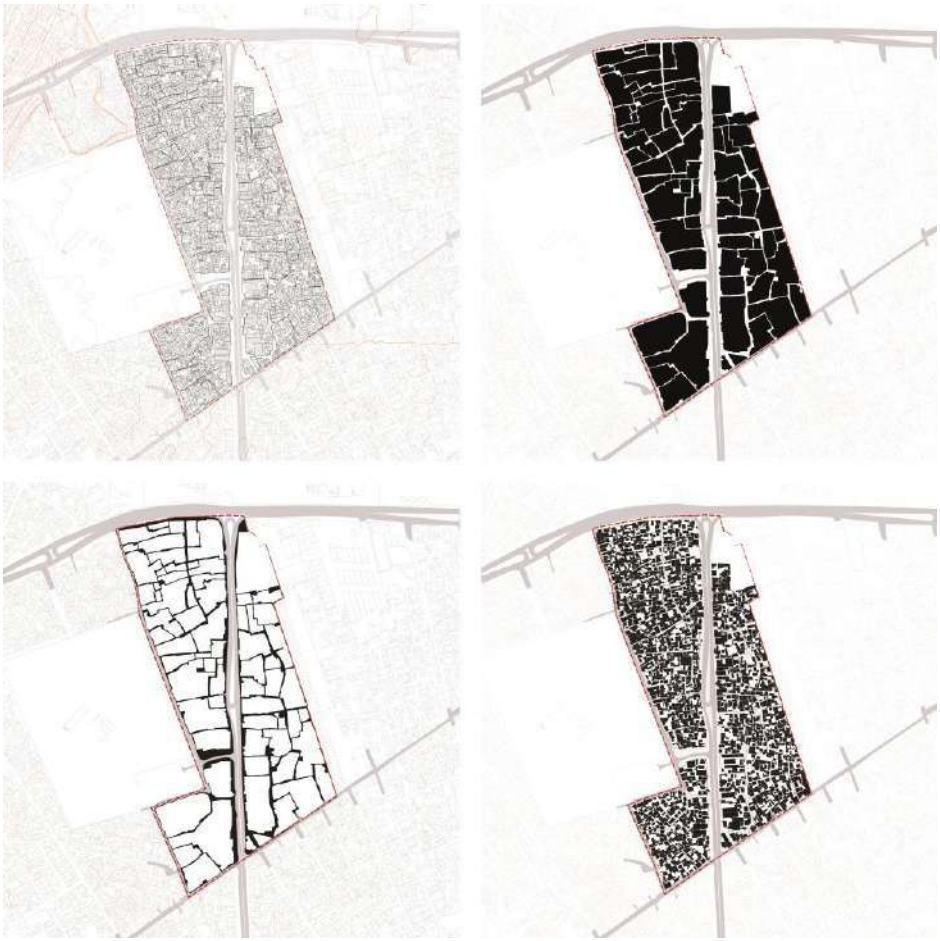
Fig. 06.11

Decomposição Sistémica do Musseque da Mulemba:

[1] Topografia

[2] Espaço Privado (topo)

[3] Espaço Público



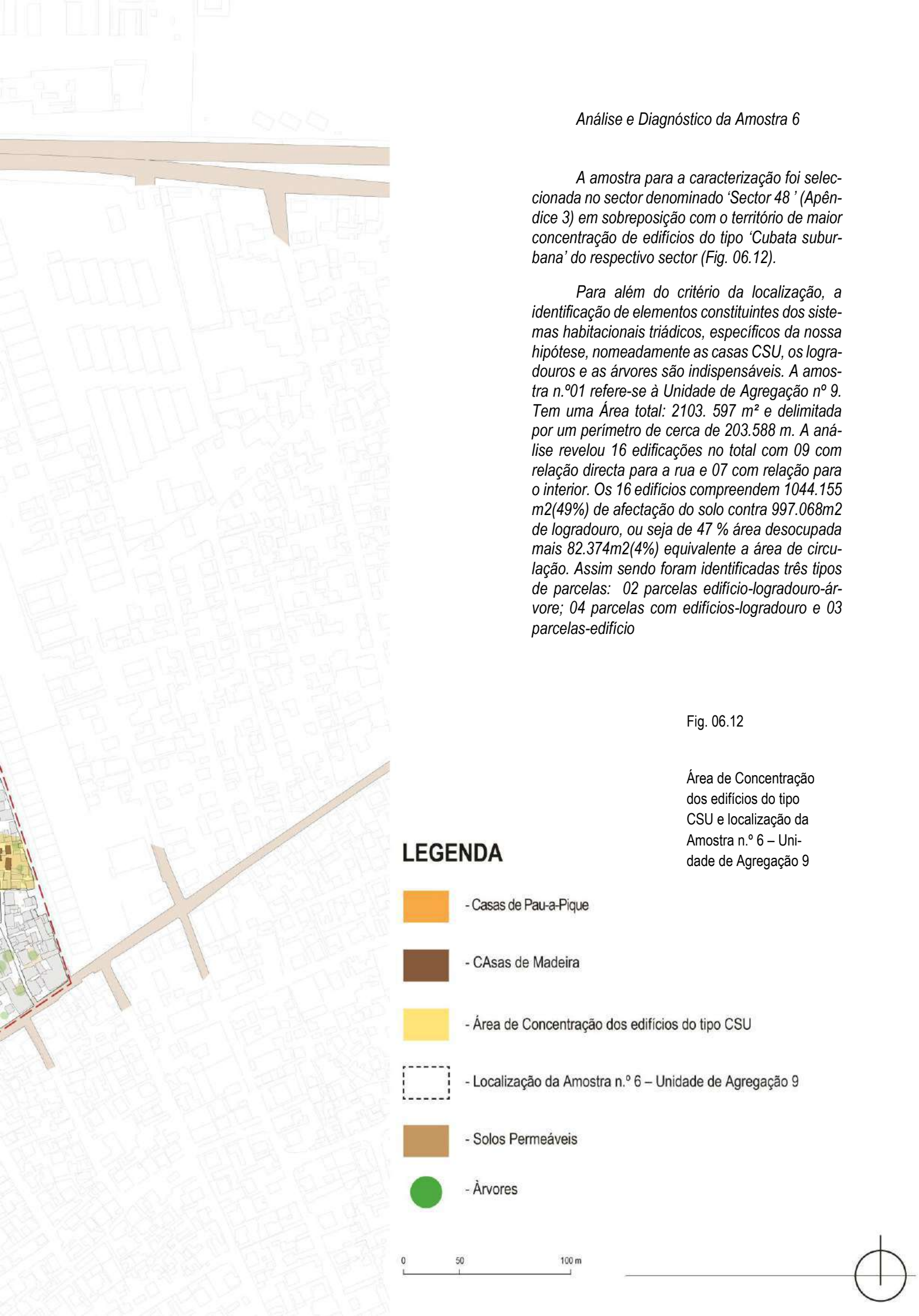
Análise e Diagnóstico da Amostra 6

A amostra para a caracterização foi seleccionada no sector denominado 'Sector 48 ' (Apêndice 3) em sobreposição com o território de maior concentração de edifícios do tipo 'Cubata suburbana' do respectivo sector (Fig. 06.12).

Para além do critério da localização, a identificação de elementos constituintes dos sistemas habitacionais triádicos, específicos da nossa hipótese, nomeadamente as casas CSU, os logradouros e as árvores são indispensáveis. A amostra n.º01 refere-se à Unidade de Agregação nº 9. Tem uma Área total: 2103. 597 m² e delimitada por um perímetro de cerca de 203.588 m. A análise revelou 16 edificações no total com 09 com relação directa para a rua e 07 com relação para o interior. Os 16 edifícios compreendem 1044.155 m2(49%) de afectação do solo contra 997.068m2 de logradouro, ou seja de 47 % área desocupada mais 82.374m2(4%) equivalente a área de circulação. Assim sendo foram identificadas três tipos de parcelas: 02 parcelas edifício-logradouro-árvore; 04 parcelas com edifícios-logradouro e 03 parcelas-edifício

Fig. 06.12

Área de Concentração dos edifícios do tipo CSU e localização da Amostra n.º 6 – Unidade de Agregação 9



Iniciaremos pela delimitação da Unidade de Agregação. Foi feita a análise regressiva da delimitação existente actualmente até 1988, data de registo cartográfico mais antigo disponível. Considerando que o princípio de delimitação é o da concentração de sistemas habitacionais ilhados por segmentos de rua perimetrais, identificamos como tais as ruas 94, 95, 109 e 72 existentes em 1988 conforme se pode identificar na Cartografia (Fig. 04.03b). Constatamos que esta Unidade de Agregação Mãe se fragmenta ao longo de trinta e cinco (35) anos em dezoito (18) sub-unidades, nomeadamente: UA.1 a UA.5, de UA8 a UA.11, de UA.14 a UA.19 e de UA.22-a UA.24 (Anexo 2). Importa realçar que entre o levantamento de Campo efectuados em 2021 para os levantamentos gerais ao musseque e a análise à delimitação de 2023 da UA.9 que é a Amostra n.º 6 levou-nos a constatar que esta unidade de agregação se fragmenta em duas sub-unidades dando assim origem à definição do arruamento do Tipo C (TC:0,6m-1,2m) que entremeia as sub-unidades.

O processo de reparcelamento nesta unidade de agregação mantém a leitura do conjunto com alguma estabilidade considerando que a partir da carta de 1988 é possível identificar com clareza três parcelas a partir das vedações e um edifício isolado, ou pelo menos sem vedação aparente. O processo de reparcelamento é bastante díspar entre as quatro unidades visto que duas delas, mantêm a sua integridade física, uma fragmenta em duas sub-unidades e uma fragmenta em cinco sub-unidades. Quanto à capilaridade da unidade de agregação é possível identificar um (1) caminho que já é uma preexistência desde 1988 que mantém ligação directa à Rua 94.

Quanto às ruas perimetrais que circundam a unidade de agregação temos a rua do Tipo B (TB: 1,2m-3m) que é a Rua 94 conforme identificada na Carta que mantém as características desde 1988 até 2023. A sul, parte da rua é também do Tipo B (TB: 1,2m-3m) no entanto após a quebra de orientação da rua a mesma adquire outras características nomeadamente de rua do Tipo C (TC: 0,6m-1,2m). A rua a oeste e a norte são da mesma tipologia, TC e decorrem dos reparcelamentos ocorridos durante o período de 1988 a 2023 condizente com as deduções tiradas ainda no caso de estudo Catambor em que os processos de fragmentação das unidades de agregação inicial são feitas a partir da construção destas linhas de comunicação e estas vias por via de regra são do Tipo C.

Quanto à transformação ao nível das edificações a densificação da unidade de agregação é facilmente perceptível a partir da quantificação dos edifícios desde 1988 aonde a partir da carta se identificam 9 módulos habitacionais divididos entre 8 no sistema construtivo de pau-a-pique e 1 de Betão que passa em 2023 para 16 edificações sendo 12 em Betão restando 4 como sendo ainda do sistema mais antigo de pau-a-pique e madeira. Estamos perante uma expressão de crescimento perto de 100% em relação ao início do primeiro período de avaliação. Os edifícios de pau-a-pique ou de Madeira reduzem para metade sendo que o sistema construtivo predominante passou a ser de Betão. Quanto às vedações, mantêm-se em betão sendo que pela leitura da Carta de 1988 não existiam vedações em materiais precários tais como chapas ou Luandos.

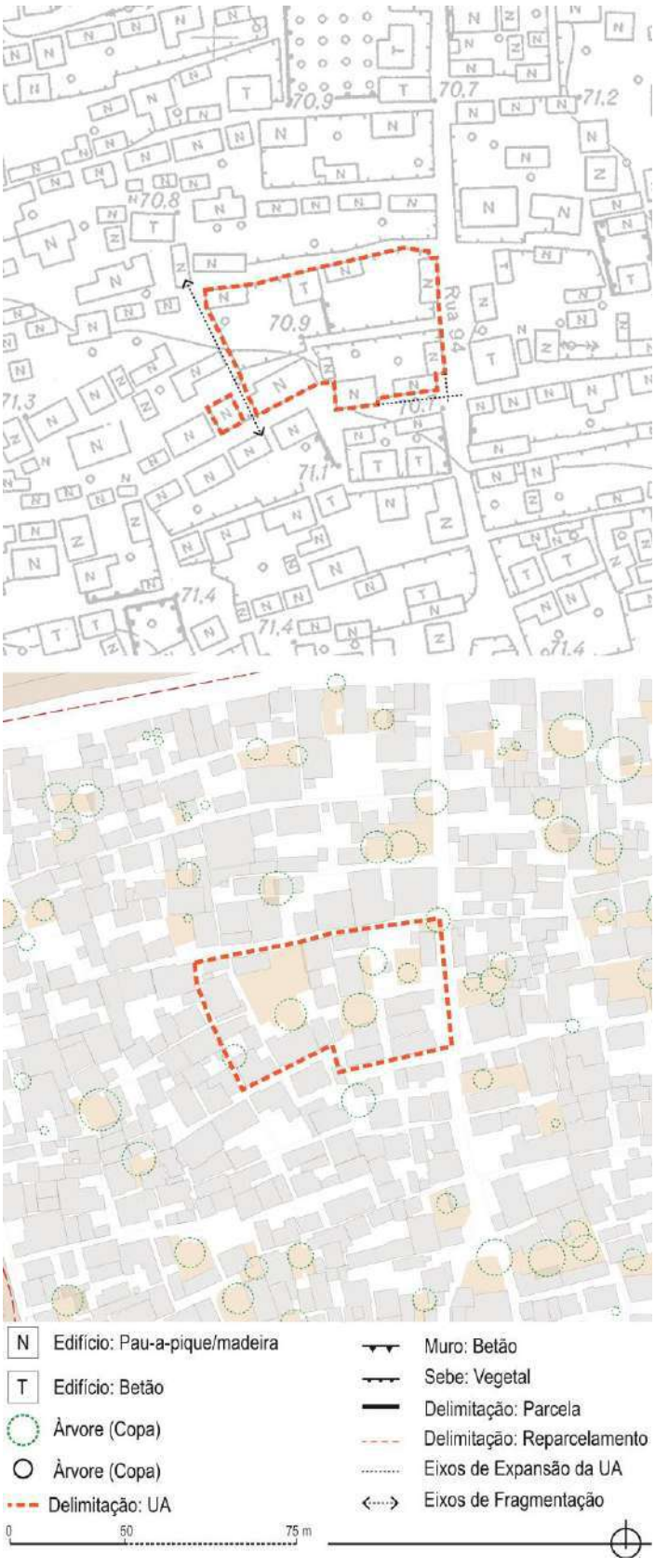
As árvores passam de quatro (4) a cinco (5) unidades sendo que somente uma delas se mantém como remanescência do 1988. O aumento não é significativo e percebe-se que a desarborização teve o propósito de garantir a construção de outros edifícios e que a implementação de novos elementos arbóreos está relacionada com o conforto do espaço colectivo.

Fig. 06.13

Evolução Diacrónica da Delimitação e Parcelário da Amostra n.º 6 – Unidade de Agregação n.º 9. Localização no sector “Sector 48”:

[1] Delimitação por Sobreposição: UA nº 9 (2021) na Carta de 1988

[2] UA n.º 9: Delimitação e Parcelário. Carta 2021



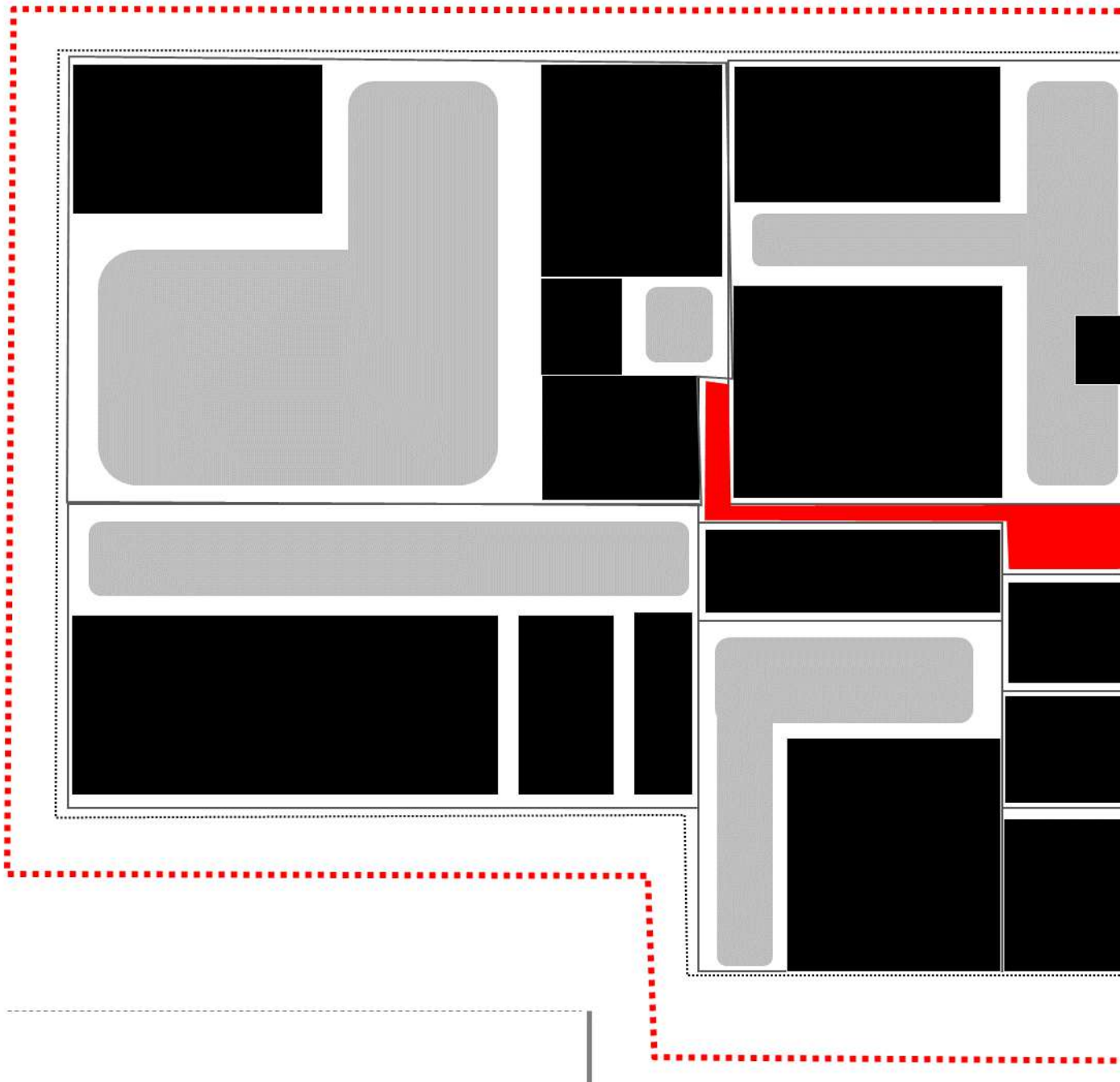


Fig. 6.14

Amostra 6 – UA. n.º 9:

Configuração da Unidade de Agregação.

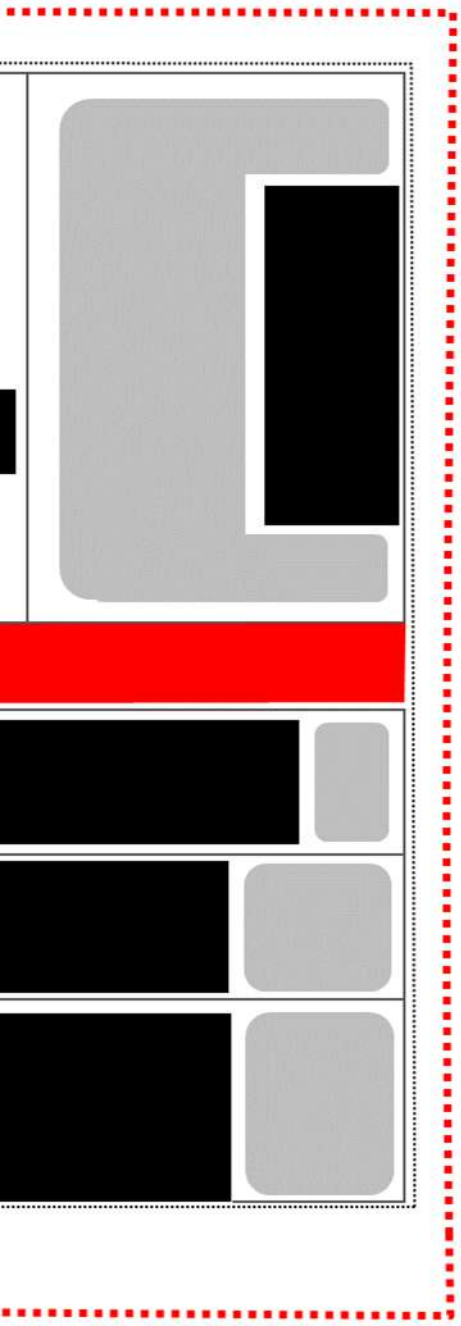


Fig. 06.15

Estudos de Organização do Espaço da Amostra 6 – UA. n.º 9:

[1] Delimitação, Secções e Segmentos de Rua,

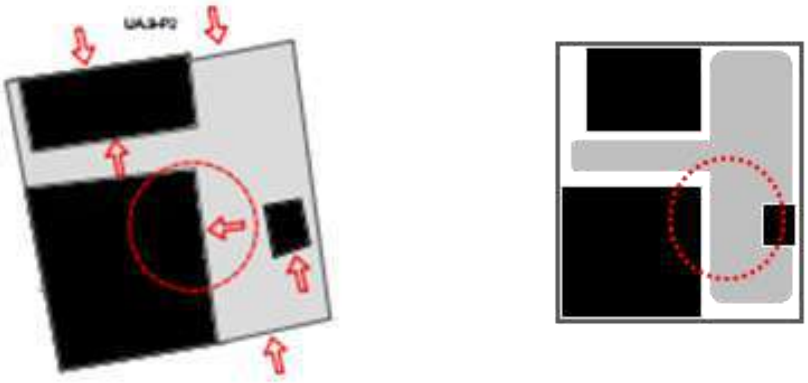
[2] Parcelário e Capilaridade Interna,

[3] Edificações, [

4] Logradouros e Árvores

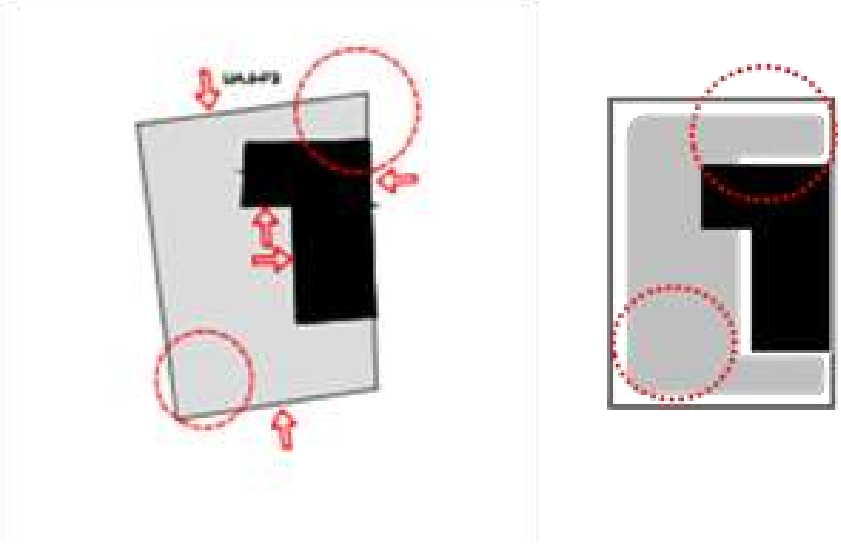
Fig. 06.16

Estudos de Organização do Espaço das Parcelas da UA 9 com SHT:



[1] *UA.9-P2.*

[2] UA.9-P3



Núcleos

A unidade de agressão é constituída por 1 núcleo composto por 9 parcelas e por um corredor interno, a organização das suas parcelas constituintes é maioritariamente por adjacência e minoritariamente em função do corredor. Quanto ao aspecto espacial, as parcelas dos três núcleos enquadram-se na categoria da 'organização aglomerada' e todos com a mesma configuração axial.

SHT

De um total de 9 parcelas que compõem a unidade de agregação, somente duas (2) delas integram Sistemas Habitacionais Triádicos, nomeadamente as parcelas UA.9-P2, e UA.9-P3, vide Apêndice 3. No geral essas parcelas têm uma dimensão média de 285m2 variando entre o menor de 232m2 até ao maior de 739m2 aproximadamente. Quanto aos edifícios, a média é de 2,5 por parcela num mínimo de dois (2) e máximo de três (3). Os logradouros são um (1) por parcela e as árvores, três no total, subdividem-se entre uma (1) e duas (2) por parcela. Elemento comum a todas as parcelas é o facto do ser possível aceder ao logradouro a partir da rua no entanto no caso da UA.9-02, o acesso ao sistema é também feito a partir do módulo habitacional.

Concluído o levantamento elaborado às parcelas seleccionadas e recolhidas foi possível analisar dois (2) sistemas habitacionais triádicos, ou seja, moradias que correspondessem aos 3 elementos basilares da hipótese proposta para esta investigação.

Uma primeira interpretação dos resultados é que todas as configurações remetem para formas geométricas puras organizadas em formato predominantemente rectangular.

Organização SHT

Quanto à organização das parcelas no que diz respeito à disposição dos seus elementos importa revisitar as 3 composições previamente estudadas: [1] Composição Sequencial O logradouro desempenha o papel de intermediar os módulos que se localizam em oposição. Neste grupo podemos encontrar as sequências lineares ou angulares; [2] Composição Axial Nestes casos logradouro e módulos dispõem-se em paralelo ao longo de um eixo longitudinal. Neste grupo também se encontram exemplos lineares e angulares e [3] Composição em Quadrantes. Os módulos estão dispostos pelos quadrantes da parcela e o logradouro desenha-se em forma de cruz. (Casa da Família Ricardo, Fig. 02.40)

Na generalidade é possível enquadrar as parcelas identificadas sistemas Habitacionais triádicos de Composição Axial visto que o espaço construído e o não construído está dividido em função de um eixo longitudinal.

No que toca às características dos elementos do sistema algumas considerações merecem ser feitas.

Logradouro.

Os dois logradouros são acessíveis a partir da rua o que +e compatível com uma das formas de acesso aos sistemas. Relembrando as três (3) formas de aceder ao sistema, (1) o acesso a partir de um corredor (2) o acesso a partir de um dos módulos construídos da moradia e (3) o de acesso directo ao logradouro a partir da rua. A função que desempenha no espaço habitacional que é essencialmente colectiva e a sua privacidade é garantida com recurso a vedações opacas de betão. Não foram identificadas nos dois casos os tipos logradouro-corredor ou logradouro-alpendre.

Módulos.

No que diz respeito às edificações a única informação possível foi a dimensional visto que os residentes não se mostraram disponíveis para abrir o seu espaço interior para levantamento funcional. No entanto, a constatação de todos os edifícios serem tendencialmente prisma rectangulares e com relação proporcional de 1:1/2 conforme analisado no caso de estudo leva-nos a depreender que estaremos perante composições modulares da mesma natureza. Relembramos aqui que o módulo mínimo estudado e apresentado é um elemento quadrático de 2m x 2m. tendo evoluído para as dimensões de 4mx4m segundo vários autores tais como Ferreira Diniz (1918), José Redinha (1973) e Bob van der Winden (1996).

Árvores

Por último temos o caso das árvores em relação às quais a única constatação é que as mesmas foram plantadas durante o período estudado para a evolução diacrónica do espaço visto não constarem na Carta de 1988. Todas as árvores identificadas são frutíferas e nenhuma é do tipo sagrada, ou seja, Mulemba ou Embondeiro.

6.2.3 Mota

O Levantamento Urbanístico

Sítio: Localização, Delimitação e Topografia

Localização

O musseque Mota está localizado na zona homónima, parcela do Bairro Sambizanga Sede, Distrito do Sambizanga, Município de Luanda. Com uma superfície de aproximadamente 0,54 km2[15] e população estimada entre 25.924 e 77.772 residentes [16] tem uma densidade populacional correspondente a 144.022 hab./km^2 o que corresponde aos indicadores mais altos da cidade de Luanda[17].

Topografia

A área de estudo está posicionada acima dos 60m de altitude em relação á linha do mar, já sobre a planície que representa a maior extensão da cidade de Luanda e imediatamente acima das barrocas do Sambizanga

Morfologicamente o musseque Mota não tem acidentes. Tem uma inclinação inferior a 1% e uma variação altimétrica na área de estudo é de 3 m, sendo a menor cota de 72m e a maior 75 m. Embora o musseque esteja localizado na região das nascentes das bacias hidrográficas rios Mulenvos e Cambamba o que faz da região um território de frequentes ocorrência de inundações com baixa capacidade de drenagem natural e sistema de drenagem artificial insuficiente estes eventos são sazonais.

O musseque Mota representa uma área total de aproximadamente 0,54Km^2, quatro vértices limítrofes da área de análise topográfica estão georreferenciados pelo sistema geodésico e cartográfico angolano com as seguintes coordenadas: -8.810192, 13.259731 (Nordeste); --8.814473, 13.261785, (sudeste); -8.814788, 13.268831 (sudoeste) e -8.808156, 13.266128 (Noroeste). Fig. 04.03c

Delimitação

A delimitação de base foi a do diagrama proposto pelo arquitecto Troufa Real (Troufa Real 2001, 50).

No caso da delimitação proposta a partir da leitura da Planta Sinóptica de 1967, a área não é definida a não ser a partir dos contornos das futuras intervenções urbanísticas. Para a delimitação a partir da Carta Topográfica de 1988 a interpretação resultou num perímetro urbano que se estende por cerca de 2,97 km encerrando sendo a leste, ao longo de 800m pela rua 12 de Julho, a norte, a delimitação é feita pela rua Ndunduma ao longo de um troço de aproximadamente 750m uma via de grande porte com cerca de 5km de extensão e que faz a fronteira entre as barrocas e a planície da cidade de Luanda, a sul temos uma via

[15] Medição Cartográfica: 542.707,37 m2

[16] O levantamento de campo efectuado no ano de 2021 identificou 4630 unidades habitacionais. Considerando a média de 4 a 6 pessoas por agregado familiar podendo atingir 12 pessoas (INE. 2016. p 67), concluímos que a população do Mota poderá estar entre 18.520 habitantes e 51.848 habitantes podendo chegar ao extremo de 55.560 habitantes.

[17] Comparando com o Município de Luanda (foral da Cidade de Luanda) com 2 487 444 habitantes e 113 km2, correspondendo a uma densidade populacional de 22.013 hab./km^2 o musseque do Calemba representa um pico de densidade 4 vezes superior á média da cidade.

(sem nome) que costura o musseque com um conjunto de edifícios de grande porte como o Mercado do "São Paulo" entre outros equipamentos e a oeste temos a junção entre as ruas R12-SS – R10-SS e R5-SS até à confluência com a R3-SS conforme explícito na Carta de 1988 que hoje configura a denominada "Rua do Travasso".

A delimitação do musseque do Mota é bastante regular sugerindo um quadrado com o vértice na confluência da Rua do Cunanga e Rua 12 de Julho, as arestas norte-este. Algumas questões levantam-se em particular relacionadas com a irregularidade da delimitação a sul, ou seja, a frente comercial constituída por edificações do tipo equipamentos estão excluídos do musseque o que sustenta a noção de que a denominação de musseque não é compatível com a formalidade das operações urbanísticas planificadas.

Sectores

O musseque do Mota conta com quatro sectores denominados pelos residentes como "Quarteirões" 1, 2, 3 e 4 (Anexo 2). Embora estes sectores sejam designados pela comunidade dos residentes, visualmente o espaço do musseque sugere uma sectorização diferente. A norte é perceptível a visualização de duas formas rectangulares que organizam o espaço ao passo que a sul existem quatro áreas do tecido determinam a convergência e/ou irradiação das vias

Temos então duas formas de organização do espaço, uma com tendência ortogonal e outra circular radial.

Não existe uma ruptura clara entre as duas formas, mas sim uma área de transição onde se confundem s referências da organização ortogonal com a organização radial.

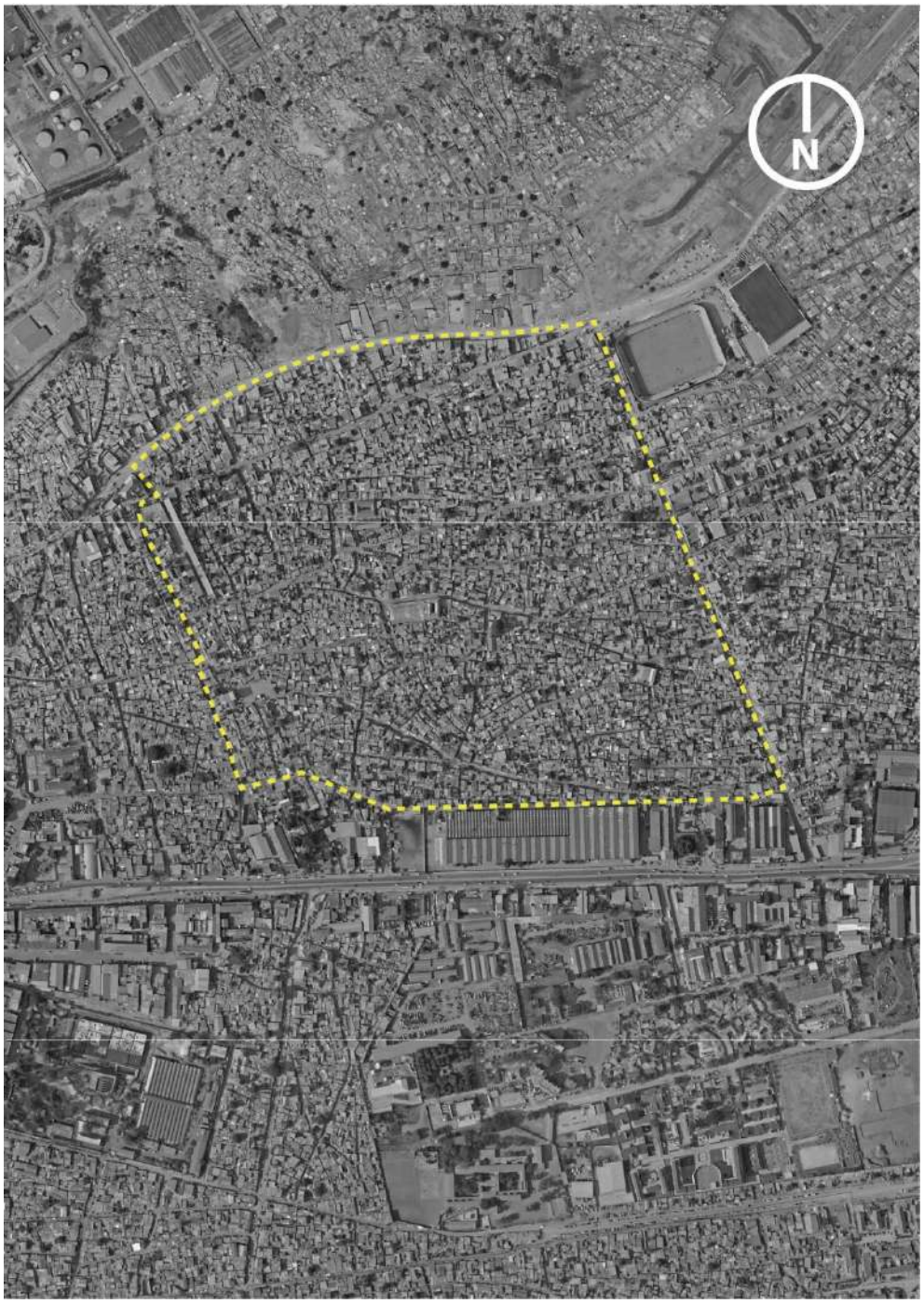


Fig. 06.17

Tecido Urbano do
Musseque do Mota

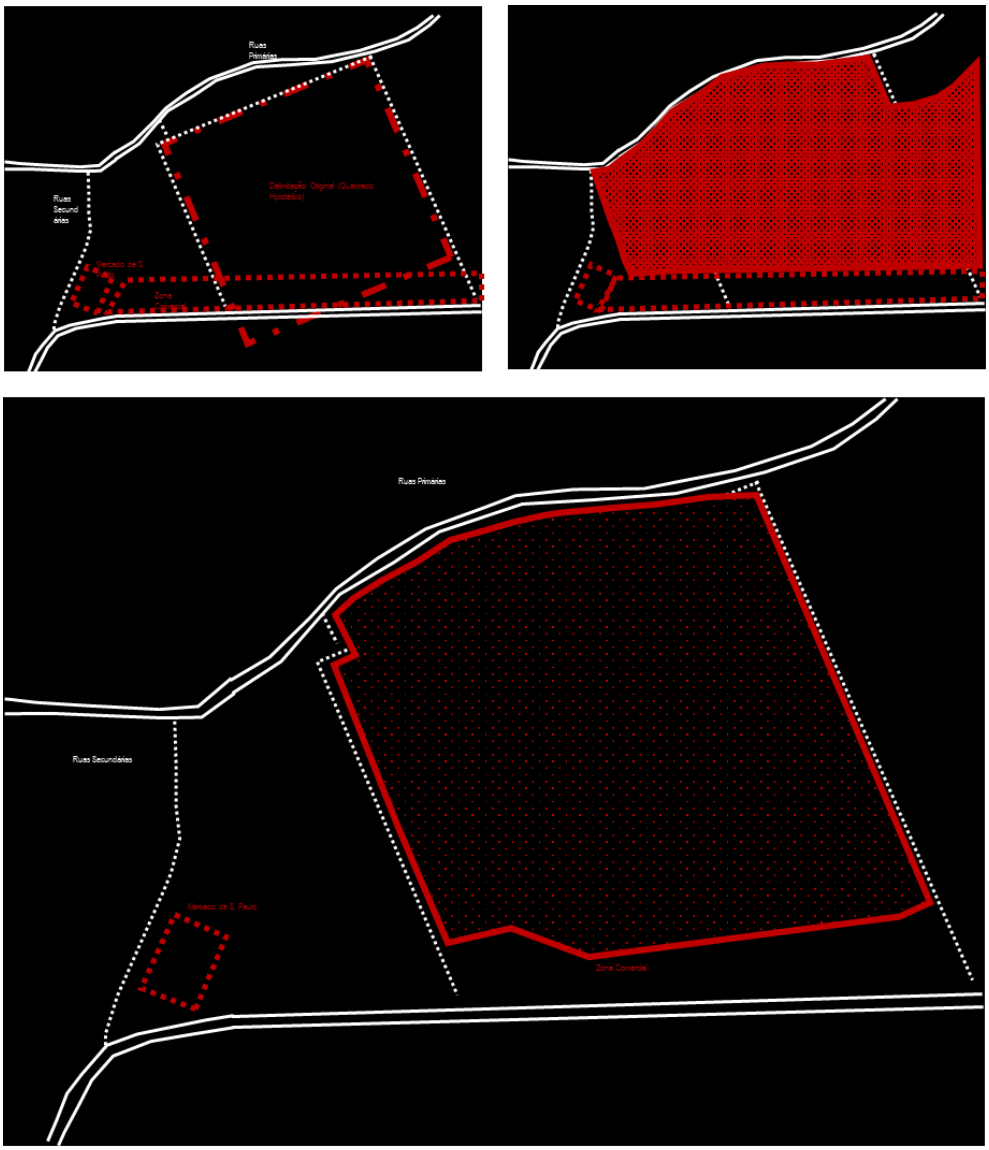
Fig. 06.18

Estudos sobre a Delimitação do Musseque do Mota:

[1] Pré-existências

[2] Delimitação de Musseques conforme Plano Regulador de Luanda, 1973 (dir. sup.)

[3] Delimitação do musseque Mota conforme Diagrama Troufa Real, 1974 (esq.)



Espaço Privado (Unidades de Agregação) – Composto no total por cento e cinquenta e oito (158) Unidades de Agregação[18] que representam 73,10% da ocupação do território e que estão distribuída pelos sectores nos termos seguintes: Q1: 30, Q2: 24, Q3: 53 e Q4: 50. No que respeita a dimensão[19] foram identificadas, 12 de dimensão mínima, 80 são de dimensão pequena, 61 médias e 5 Grandes. Predominam as pequenas com particular incidência para os sectores denominados 'Quarteirão 3' e 'Quarteirão 4'.. Não foi efectuado nenhum estudo acerca da estrutura das UA's estando este aspecto reservado à análise das amostras.

Espaço Público (ruas, vazios e intersecções) - No contexto geral identificamos 416 segmentos de rua, 24 vazios e 212 intersecções. Acerca dos segmentos de rua foram identificados 416 no total, sendo 62 do tipo A (2881,66 ml =13%) , 119 do tipo B (10596,7 ml =49%) e 235 do tipo C(8061,29 ml =37%)[20]. No caso dos vazios são no total 24 , sendo 23 do tipo Largos, nenhum do tipo Parque Urbano e um (1) do tipo Praça de Mercado. Por último, temos 212 intersecções tendo sido identificadas 18 cruzamentos e 194 entroncamentos. A rede é bastante homogénea no sentido de que não existe nenhum atravessamento de vias de grande porte, fora dos tipos considerados.

Edificações **(singulares e comuns) -** Foram identificadas um total de quatro mil setecentos e setenta e um 6645 edifícios. Acerca dos edifícios do tipo 'singular', identificamos cento e sessenta e quatro (164) no total que se integram na categoria do equipamento de proximidade tais como escolas, comércio, culturais e que se distinguem em relação aos demais pela altimetria e função[21]. Embora localizado fora do território do musseque, a frente sul, dominada pela frente comercial é a grande referência da paisagem em termos de edificações singulares. Outras como o estádio Mário Santiago também são representativas mas sem a mesma monumentalidade.

Em relação aos edifícios do tipo 'comum', de um total de 6481 edifícios de feição comum destacam-se *e* 337 edificações que se enquadram na categoria da 'Cubata sub-urbana' (CSU) ocupam cerca de 26270,80 m2 o que representa cerca de 7,67% do território total. Quanto aos restantes 6.144 edifícios não foi explorada a destrinça entre os do tipo 'Casa Popular Portuguesa' (CPP) ou de CSU no terceiro estágio de transformação por não serem relevantes para esta investigação. No que diz respeito à identificação dos sistemas habitacionais triádicos temos como ponto de partida o facto de terem sido identificadas (439) *árvores esparsas em ambiente privado leva-nos à probabilidade de estarmos perante uma das possíveis tipologias previamente identificadas.*

[18] Distribuição das Unidades de Agregação por Núcleo: NA: 10, NB: 14, NC: 28, ND: 23, NE: 3, NF: 2, NG:2.

[19] Matriz de Grandeza utilizada no estudo de Caso 'Catambor' a dimensão das Unidades de Agregação divide-se em quatro escalas, Grande, Média, Pequena e Mínima

[20] Estrutura Viária: VA - (1,20 a 3,00m) 124 – 4799,57 ml =47%; VB - (+ de 3,00m) 13 – 1741,27 ml =17%; VC - (0,60 a 1,20m) 113 – 3664,6 ml =36%

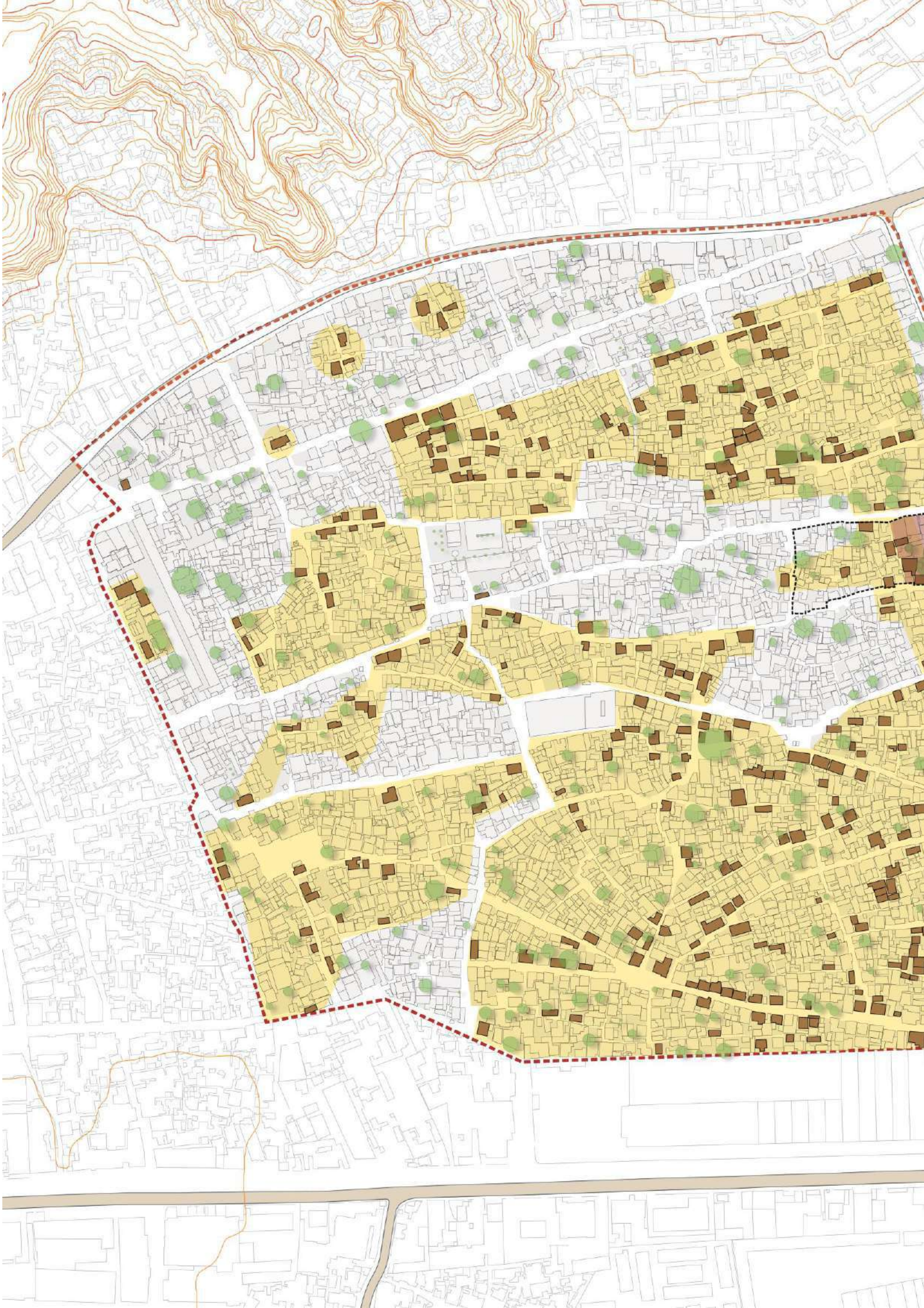
[21] Para além dos 10 edifícios identificados como equipamento de proximidade, outros 131 são tipologias mistas de Habitação-comércio (HC) ou Habitação-Trabalho (HT) ou ainda Habitação-Trabalho-Comércio (HTC). No entanto, este edifícios não se distinguem na paisagem a não ser pela funcionalidade.

Fig. 06.19

Decomposição Sistémica do Musseque do Mota:

[1] Topografia

[2] Espaço Privado (topo)



Análise e Diagnóstico da Amostra n.º 7

A amostra para a caracterização foi seleccionada no sector denominado 'Quarteirão 3 ' (Anexo 2) em sobreposição com o território de maior concentração de edifícios do tipo 'Cubata suburbana' do respectivo sector (Fig. 6.20).

Para além do critério da localização, a identificação de elementos constituintes dos sistemas habitacionais triádicos, específicos da nossa hipótese, nomeadamente as casas CSU, os logradouros e as árvores são indispensáveis. A amostra n.º 01 refere-se à Unidade de Agregação nº 73. Tem uma Área total: 4982.460m2 e delimitada por um perímetro de cerca de 323.439 m. A análise revelou 46 edificações no total, com 16 com relação directa para a rua e 30 com relação para o interior. Os 46 edifícios compreendem 2803.00 m2(56%) de afectação do solo contra 2046.62m2 de logradouro, ou seja 41% de área desocupada mais 132.84 m2(3%) equivalente a área de circulação. Assim sendo foram identificadas três tipos de parcelas: 02 parcelas edifício-logradouro-árvore; 04 parcelas com edifícios-logradouro e 03 parcelas-edifício

Fig. 6.20

Área de Concentração dos edifícios do tipo CSU e localização da Amostra n.º 7 – Unidade de Agregação 73

Iniciaremos pela delimitação da Unidade de Agregação. Foi feita a análise regressiva da delimitação existente actualmente até 1988, data de registo cartográfico mais antigo disponível. Considerando que o princípio de delimitação é o da concentração de sistemas habitacionais ilhados por segmentos de rua perimetrais, identificamos como tais as ruas 82-SS (Norte), Rua 102-SS (Oeste), Rua 12 de Julho a Leste e por um Percurso não identificado que faz a conexão entre a rua 12 de Julho e a Rua 102-SS, todas existentes em 1988 conforme se pode identificar na Cartografia (Fig. 04.03c). Constatamos que esta Unidade de Agregação Mãe se fragmenta ao longo de trinta e cinco (35) anos em seis (6) sub-unidades, nomeadamente: UA.70 a UA.75 (Anexo 2). Importa realçar que entre o levantamento de Campo efectuados em 2021 para os levantamentos gerais ao musseque e a análise à delimitação de 2023 da UA.73 que é a Amostra n.º 7 levou-nos a constatar que das parcelas foi completamente demolida com a probabilidade de vir a ser contruída uma nova estrutura.

Fig. 06.21

Localização do lote demolido na Unidade de Agregação 73

A análise regressiva da delimitação da unidade de agregação UA.73 até à carta de 1988 não permite constatar se o parcelário actualmente existente é preexistente visto que não existe nenhum elemento que permita identificar com clareza a existência de parcelas a partir das vedações quaisquer que sejam as suas características. Também não foi possível colectar informação consistente da parte dos residentes em relação a possíveis acções de reparcelamento. Quanto à capilaridade da unidade de agregação é possível identificar três (3) caminhos sendo todos uma preexistência desde 1988 com excepção para o largo que ocorre na sequência da demolição de um edifício de pau-a-pique (Fig. ____).

Quanto às ruas perimetrais que circundam a unidade de agregação temos a Leste a Rua 12 de Julho que está fora da classificação do estudo, a Norte e a Sul as ruas Tipo A (TA: +3m) conforme identificada na Carta que mantém as características desde 1988 até 2023. Ainda a Sul, mais especificamente o troço sul-sudeste é irregular ou seja, não mantém a largura ao longo da sua extensão adquirindo características dos três tipos estudados, TA, TB e TC.. A Oeste, a rua é do Tipo C (TC: 0,6m-1,2m) e a sua função é condizente com as deduções tiradas ainda no caso de estudo Catambor em que os processos de fragmentação das unidades de agregação inicial são feitas a partir da construção destas linhas de comunicação e estas vias por via de regra são do Tipo C.

Quanto à transformação ao nível das edificações a densificação da unidade de agregação é facilmente perceptível a partir da quantificação dos edifícios desde 1988 aonde a partir da carta se identificam trinta e sete (37) módulos habitacionais divididos entre trinta (30) no sistema construtivo de pau-a-pique e sete (7) de Betão que passa em 2023 para quarenta e seis (46) edificações sendo 43 em Betão restando 3 como sendo ainda do sistema mais antigo de pau-a-pique e madeira. Estamos perante uma expressão de crescimento perto de 25% em relação ao início do primeiro período de avaliação. Os edifícios de pau-a-pique ou de Madeira reduzem para cerca de 10% sendo que o sistema construtivo predominante passou a ser de Betão. Quanto às divisões das parcelas são todas feitas em muros de betão elementos inexistentes na Carta de 1988.

As árvores passam de nove (9) a três (3) unidades, todas remanescências das identificadas na Carta de 1988. A redução é superior a 50% e percebe-se que a desarborização teve o propósito de garantir a construção de outros edifícios sem a preocupação de implementação de novos elementos arbóreos.

Fig. 06.22

Evolução Diacrónica da Delimitação e Parcelário da Amostra n.º 7 – Unidade de Agregação n.º 73. Localização no sector “Quarteirão 3”:

[1] Delimitação por Sobreposição UA nº 73 e Delimitação da Unidade de Agregação Matricial Carta de 1988

[2] UA n.º 73 Delimitação e Parcelário. Carta 2021

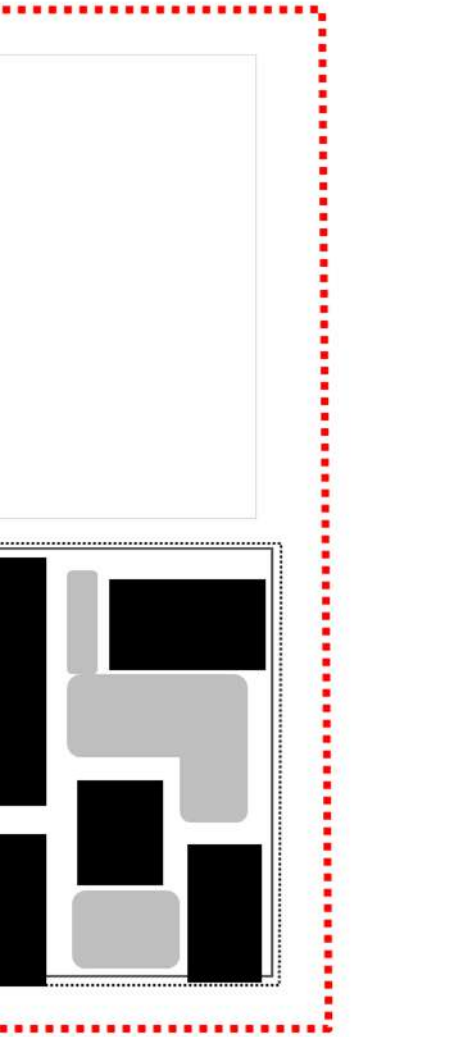


Fig. 6.23

Amostra 7 – UA. n.º 73:

Configuração da Unidade de Agregação.

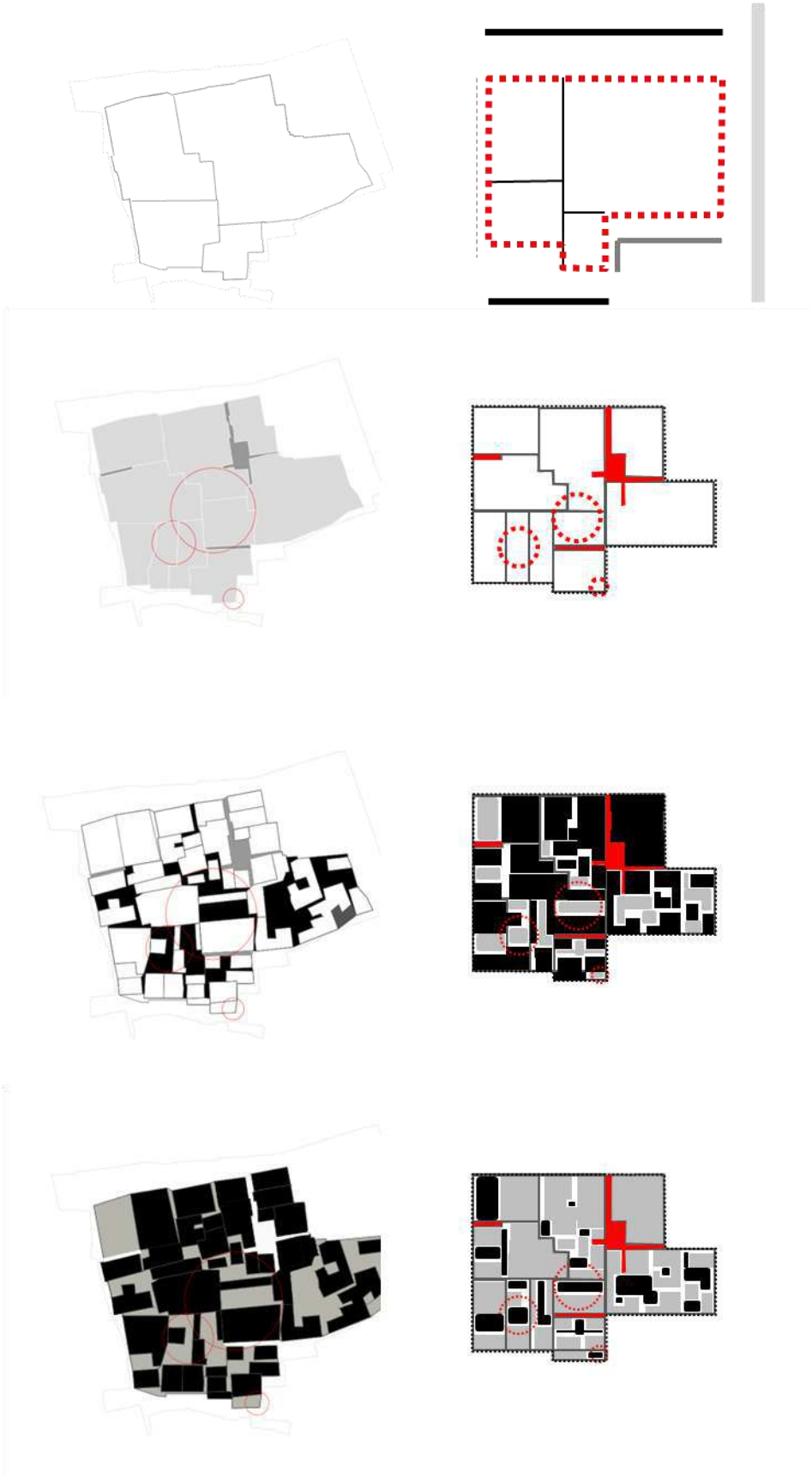


Fig. 06.24

Estudos de Organização do Espaço da Amostra 7 – UA. n.º 73:

[1] Delimitação, Secções e Segmentos de Rua,

[2] Parcelário e Capilaridade Interna,

[3] Edificações,

[4] Logradouros e Árvores

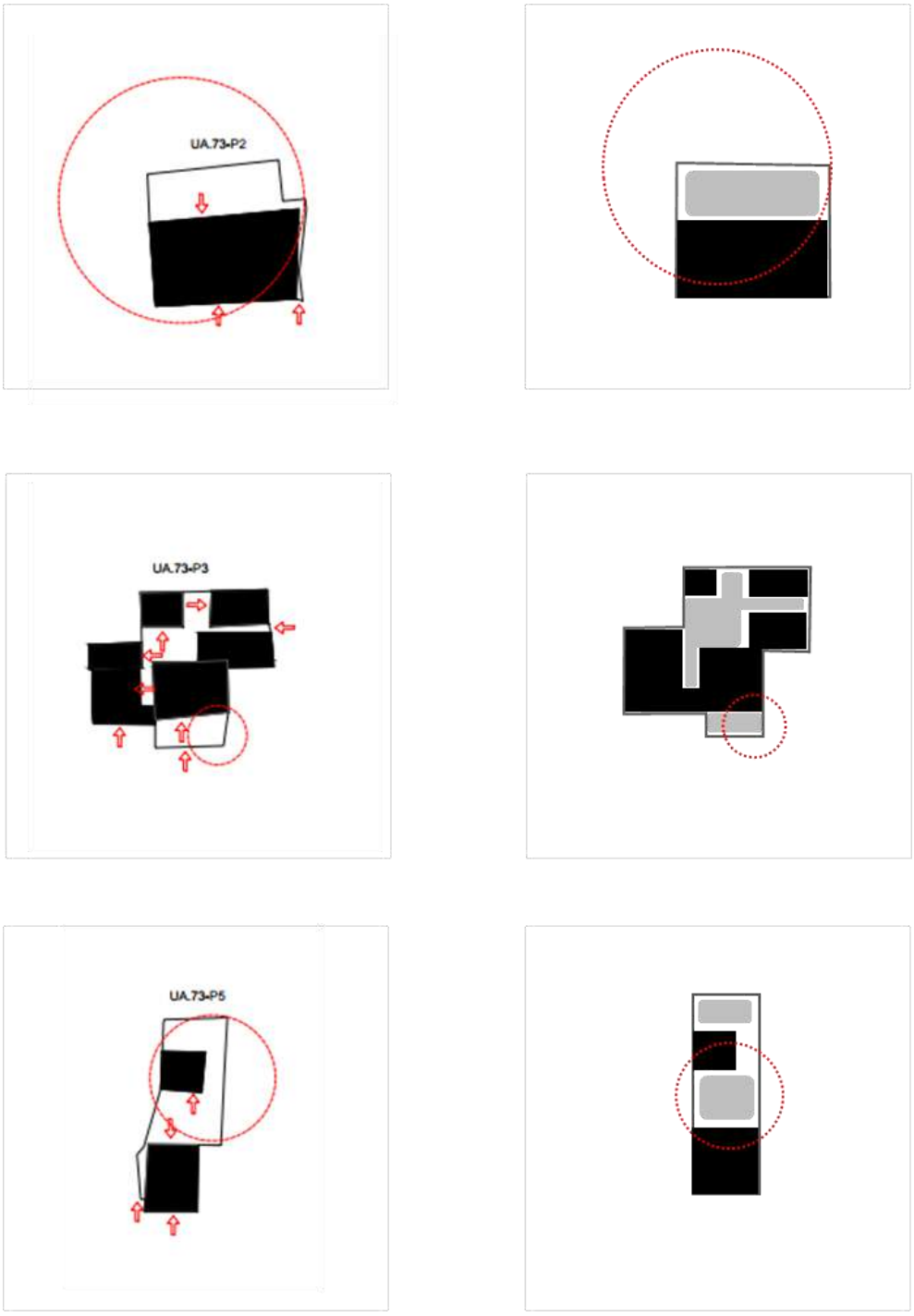
Fig. 06.25

Estudos de Organização do Espaço das Parcelas da UA 73 com SHT:

[1] UA.73-P2,

[2] UA.73-P3, e

[3] UA.73-P5



A unidade de agregação tem uma área total: 4982.460m2 e delimitada por um perímetro de cerca de 323.439 m. Quanto ao aspecto espacial, a unidades de agregação enquadram-se na categoria da 'organização aglomerada' e todos com a mesma configuração axial.

Núcleos

Núcleos. É constituída por 4 núcleos que passam a ser denominados como o núcleo A, B, C e D com localização em função dos quadrantes do sistema cartesiano de coordenadas. O núcleo A é composto por 4 parcelas e por um corredor interno que secciona a parcela nordeste, a organização das suas parcelas constituintes é maioritariamente por adjacência e minoritariamente em função do corredor. O núcleo B é composto por 2 parcelas e por um caminho interior e a organização e feita por adjacência e pelo corredor. O núcleo C é constituído por 3 parcelas e nenhum caminhos interiores e a organização é produzida por adjacência. O núcleo D é constituído por 1 parcela e a organização é produzida por adjacência com o núcleo C e por via do corredor em relação ao núcleo A..

Parcelário Tem uma área total: 4982.460m2 e delimitada por um perímetro de cerca de 323.439 m. A análise revelou 46 edificações no total, com 16 com relação directa para a rua e 30 com relação para o interior. Os 46 edifícios compreendem 2803.00 m2 (56%) de afectação do solo contra 2046.62m2 de logradouro, ou seja 41% de área desocupada mais 132.84 m2(3%) equivalente a área de circulação. Assim sendo foram identificados três tipos de parcelas: 02 parcelas edifício-logradouro-árvore; 04 parcelas com edifícios-logradouro e 03 parcelas-edifício.

.

Sistemas de Habitação Triádicos

Uma primeira interpretação dos resultados é que todas as configurações remetem para formas geométricas puras organizadas em formato predominantemente rectangular.

De um total de 10 parcelas que compõem a unidade de agregação, somente três (3) delas integram Sistemas Habitacionais Triádicos, nomeadamente as parcelas UA.73-P2, e UA.73-P3 e UA.73-P5, vide Apêndice 3. No geral essas parcelas têm uma dimensão média de 135m2 variando entre o menos de 185m2 até ao maior de 720m2 aproximadamente. Quanto aos edifícios, a média é de 3,8 por parcela num mínimo de três e máximo de cinco (5). Os logradouros são em média 1,4 por parcela sendo que três têm um e duas têm dois. As árvores são uma média de 1,6 por parcela sendo um de um elemento por parcela podendo ir até três por parcela. Elemento comum a todas as parcelas é o facto do acesso ao sistema ser sempre feito para o logradouro (quintal).

.

Organização e Acesso aos SHT's.

No aspecto da organização é possível enquadrar as parcelas identificadas nos termos seguintes:

[1] Composição Sequencial as parcelas UA.33-P11;

[2] Composição Axial as parcelas UA.33-P1, UA.33-P2, UA.33-P14 e UA.33-P26 e por último,

[3] Composição em Quadrantes a parcela UA.33-P17.

No aspecto do acesso,

[1] as parcelas UA.33-P1, UA.33-P2, UA.33-P14, UA.33-P17 são acessíveis a partir da Rua,

[2] As parcelas UA.33-P11 e UA.33-P26 são acessíveis a partir dos corredores que permeiam a Unidade de Agregação.

Perfil dos Elementos. No que toca às características predominantes dos elementos nos sistema algumas considerações merecem ser feitas.

No caso dos logradouros todos mantém a função de espaço colectivo e distribuidor estando a sua privacidade garantida com recurso a muros opacos de betão sendo que quatro (4) deles são de acesso directo (UA.33-P1, UA.33-P14, UA.33-P17 e UA.33-P26) e somente dois deles são acessíveis a partir de corredores interiores à parcela (UA.33-P2 e UA.33-P11).

No que diz respeito às edificações a única informação possível foi a dimensional visto que os residentes não se mostraram disponíveis para abrir o seu espaço interior para levantamento funcional. No entanto, a constatação de todos os edifícios serem tendencialmente prisma rectangulares e com relação proporcional média tendencialmente para 1:1.5 conforme analisado no caso de estudo leva-nos a depreender que estaremos perante composições modulares da mesma natureza.

Por último temos o caso das árvores em relação às quais existem duas constatações. [1]Tanto se identificam os casos em que as árvores preservam a sua localização ao longo do período de evolução no tempo como é o caso da parcela UA.33-P1, UA.33-P2 e UA.33-P11. [2] As demais são novos elementos plantados durante o período de análise sem ser possível determinar quando. Todas as árvores identificadas são frutíferas.

6.3. Análise Comparativa

Para efeito de concretização da análise comparativa, o processo será feito a partir dos resultados das amostras recolhidas em cada um dos musseques partindo das conclusões preliminares retiradas como diagnóstico do caso de estudo principal, o Catambor.

O objectivo é identificar que padrões morfológicos se reproduzem e como se estabelecem as diferenças de caso a caso. Assim sendo para cada uma das quatro categorias de análise serão revisitadas as conclusões do caso de estudo Catambor como ponto de partida.

6.3.1 Sistemas Habitacionais Triádicos

Como ponto de partida para a caracterização dos sistemas habitacionais triádicos (SHT), temos identificadas duas composições a partir das configurações das parcelas; a composição sequencial e a composição axial. Para além dessas duas composições consideramos válido integrarmos nesta análise comparativa com os demais musseques a composição em quadrantes pois mesmo não tendo encontrado exemplos no caso de estudo, foi a partir dela que se formulou a hipótese da investigação.

Concluído o levantamento, análise e diagnóstico das Amostras Calemba, Mulemba e Mota, foi possível recolher e analisar um total de 55 parcelas sendo 10 parcelas (18,5%) que integram os elementos dos sistemas habitacionais triádicos, 30 parcelas (55,5%) com edifícios-logradouro e 14 parcelas-edifício (26%).

No grupo das Composições em Quadrantes onde os módulos estão dispostos pelos quadrantes da parcela e o logradouro desenha-se em forma de cruz, foi identificados 2 parcela, estando distribuídas em 0 no musseque do Mulemba, 1 no musseque da Calemba (P17) e 1 no musseque Mota (UA.73-P3). De ressalvar que a organização a forma do logradouro em cruz não é explícita e consideramos tal como decorrente da forma da parcela, no caso do Mota.

No grupo das Composições Sequenciais lineares ou angulares, onde o logradouro desempenha o papel de intermediar os módulos que se localizam em oposição., foram identificados 4 parcelas estando distribuídas em 1 no musseque do Mulemba (P2), 2 no musseque da Calemba (P11 e P26B) e 1 no musseque Mota(P5).

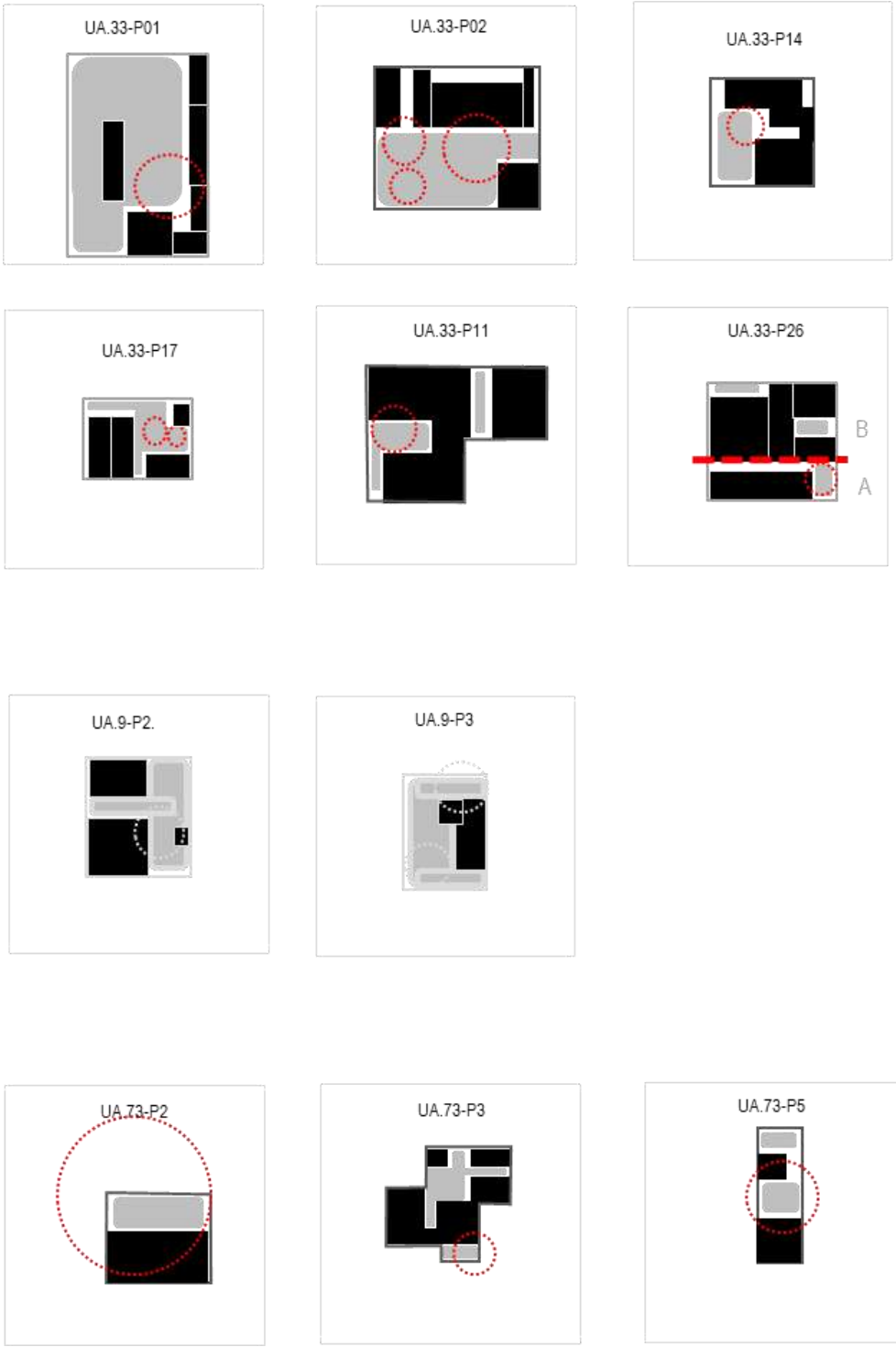
No grupo das Composições Axial lineares ou angulares, onde o logradouro e módulos dispõem-se em paralelo ao longo de um eixo longitudinal, foram identificados cinco (5) parcelas estando distribuídas em 1 no musseque do Mulemba (P3), 3 no musseque da Calemba (P1, P2 e P14) e 1 no musseque Mota (P2).

Fig. 06.26

Mapa Geral das Parcelas com Sistemas Habitacionais Triádicos nos musseques Calemba, Mulemba e Mota.

[1] Organização Sequencial

[2] Organização Axial



6.3.2 Unidades de Agregação e a Capilaridade

Revisitando as conclusões preliminares feitas a partir da análise e diagnóstico feita ao musseque do Catambor, temos o aspecto formal de que a 'Configuração da unidade de agregação remete para formas geométricas predominantemente rectangulares'.

Terminado o levantamento, análise e diagnóstico das Amostras Calemba, Mulemba e Mota, foi possível sintetizar a configuração das Unidades de Agregação.

No caso da Unidade de Agregação do musseque da Calemba, estamos perante a associação de três (3) núcleos de agregação diferentes evidenciados pela orientação das parcelas. A relação entre os núcleos é adjacente tendo-se perdido o logradouro semi-público como elo de ligação entre as parcelas.

No caso da Unidade de Agregação do musseque da Mulemba, estamos perante um (1) único núcleo de agregação constituído por quatro parcelas sendo três delas da mesma categoria de grandeza e uma terceira de dimensão menor. A relação entre as parcelas é adjacente sendo que entre duas delas existe um logradouro semi-público como elo de ligação.

A terceira amostra, a Unidade de Agregação do musseque do Mota resulta da divisão da unidade de agregação que entre o período de 1988-2023 se subdividiu em seis unidades de agregação. A amostra é constituída por três núcleos com dimensões muito distintas.

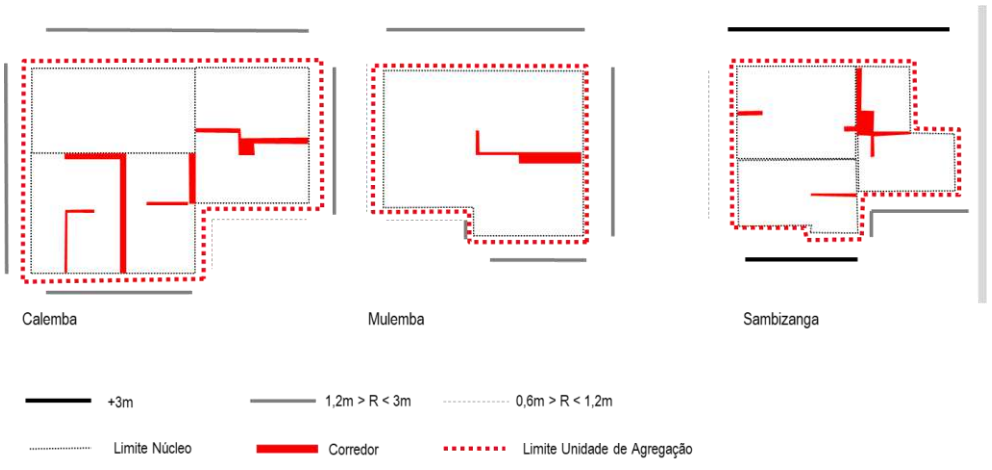


Fig. 06.27

Mapa Geral das Amostras n.º 5, 6 e 7 nos musseques Calemba, Mulemba e Mota, respectivamente.

[1] Unidade de Agregação Composta: 3 núcleos.

[2] Unidade de Agregação Singulares

[3] Unidade de Agregação Composta: 3 núcleos.

6.3.3 Rede Perimetral

O levantamento feito ao caso de estudo permitiu-nos identificar 3 tipos de ruas sendo a primeira com mais de 3 m a segunda com uma largura predominante entre 1,20 m e a terceira com largura predominante entre 0,6 m e 1,2 m. No caso dos 3 musseques estudados *a posteriori* nomeadamente o musseque da Calemba musseque da Mulemba e o musseque Mota foi possível identificar os 3 tipos de arruamentos supracitados. Foi também possível reconhecer as mesmas características funcionais, ou seja; as vias mais largas que servem os percursos mais antigos e que normalmente têm uma mobilidade tanto pedonal como automóvel, a segunda tipologia que normalmente serve para os percursos de maior dinamismo e que asseguram uma mobilidade pedonal intersticial entre as unidades morfológicas e o terceiro tipo de arruamento, o mais estreito de 60 cm a 1,20m que confirmamos o mesmo propósito funcional, ou seja, resulta da desanexação das unidades morfológicas matriciais para as sub-unidades. Este aspecto funcional da terceira tipologia é reconhecível na amostra do Mota comparável à amostra 2 do Catambor, no sector da Mulembeira (Fig. 6.28) É possível compreender na peça original a unidade morfológica mãe e a forma como esta unidade morfológica se subdivide em 6 subunidades, sendo que todas estas vias entremeiam as subunidades são todas elas dentro da tipologia de 60cm a 120cm de largura predominante. Já não é tão evidente não é tão evidente no caso das outras 2 unidades de morfológicas a Calemba e Mulemba visto que não se consegue compreender pelo processo evolutivo entre 1988 e 2023 a parcela mãe.

Um outro aspecto que se mantém evidente na análise dos 3 musseques estudados a posteriori está relacionado com o tipo de intersecções da mesma forma como se identificou no caso de estudo que o tipo de intersecção predominante são as intersecções em entroncamento portanto em formato 'T'. O mesmo se verifica nos musseques estudados conforme se pode constatar no Anexo 2.

Em relação ao tipo de configuração das malhas que resultam da organização nos três (3) musseques foi possível identificar que predomina a configuração ramificada do tipo árvore e a imagem semelhança do musseque do Catambor também são compostas essencialmente por arruamentos do tipo A e do tipo C uma excepção interessante é a do Mota aonde existe uma divisão na configuração da malha há uma secção que é secção norte que é essencialmente uma Malha de configuração ortogonal composta predominantemente por arruamentos do tipo A e B. depois a região sul é essencialmente Malha de configuração ramificada, "Árvore" composta predominantemente por arruamentos do tipo A e C

No caso dos espaços vazios e não construídos o musseque do Mota é o único que preserva alguma qualidade no que diz respeito quer às suas características físicas como funcionais. Referimo-nos por exemplo ao Bukavu que é um campo de futebol ou então o largo do chafariz. Por outro lado, em 1988 existiam três (3) praças de mercado, mas que ao longo deste período de trinta e cinco (35) anos estes espaços foram ocupados por edifícios comerciais de grande porte e que são visivelmente identificados na planta. Existem alguns casos no musseque da Mulemba e também da Calemba algumas praças de mercado marginais que não são propriamente pontos centralizados mas que representam o fenómeno do comércio de rua na cidade. O caso da Calemba é diferente pois a praça de mercado que se localiza ao lado do edifício monumental que é a Praça de Touros resulta de uma operação urbanística de desanexação de um espaço que pertencia ao musseque.

Fig. 06.28

Configuração das Malhas de matriz ortogonal e Ramificada nos musseques.

[1] Calemba

[2] Mulemba e

[3] Mota.

6.3.4 Unidades Morfológicas

A forma dos musseques estudados embora com características gerais diferentes são semelhantes no que diz respeito à questão das suas origens da sua estrutura de funcionamento ao nível dos seus elementos a organização das edificações a estrutura da rede de enrolamentos e a forma como o espaço público foi progressivamente reduzindo para dar lugar a um processo e consequente transformação urbana que é o da densificação.

De uma maneira geral estas estruturas apresentam esta característica alveolar que decorre do facto das associações das unidades de agregação serem feitas por proximidade e não a partir de um traçado predefinido. Na generalidade, embora não sejam semelhantes na sua estrutura, a paisagem dos musseques tanto da Calemba como da Mulemba e do Mota obedecem aos mesmos padrões de configuração. Este facto leva-nos que os mesmos princípios formais se aplicam aos três territórios.

Uma característica que se revelou semelhante em todos os outros musseques está relacionado com o facto destes territórios estarem descaracterizados naquilo que seria a sua leitura original. As operações urbanísticas que provocam atravessamentos de arruamentos de alto porte como é o caso do musseque da Mulemba que é literalmente é atravessado no sentido norte-sul, criando dois (2) grandes sectores, ou o caso do musseque da Calemba com os quatro (4) arruamentos de grande porte que também desagregam e destroem a integridade do território. Completamente diferentes são os casos dos musseques do Mota e o musseque do Catambor que são os únicos que mantêm a sua identidade formal preservada. No caso do Catambor, para além da questão do grande arruamento que é a avenida 31 de Outubro existe o facto de ele ser um território que topograficamente é diferente dos demais, um morro, e por essa razão há uma concentração e uma delimitação natural que a própria topografia fornece, já no caso dos outros três (3) musseques Calemba, Mulemba e Mota, estes estão localizados na planície, acima dos 60 m de altura da cota do nível do mar e por esta razão estão passíveis de sofrer este tipo de violação territorial.

O musseque Mota apresenta no entanto características muito particulares. A sua delimitação, a forma como ele está organizado, e o histórico que também foi possível levantar com os depoimentos feitos pelos residentes faz-nos supor que o território do musseque Mota teria sido delimitado como um quadrado porque inclusivamente as suas arestas assim o comprovam. Esta pode ser uma das razões que fundamentam o facto do mesmo não ter sofrido nenhum tipo de atravessamento ou desanexação territorial decorrente de uma ou mais operações urbanísticas. Assim, o território preserva alguma integridade que é fácil compreender pela coesão da leitura do tecido, a malha que cada vez mais se aproxima da relação entre a unidade habitacional e a unidade de agregação, a ortogonalidade da proposta da malha e que se relaciona com a permeabilidade da malha, da configuração em árvore e a preservação também de um núcleo maior de habitações de tipologia da 'cubata suburbana'.

No geral e resumindo embora os quatro (4) musseques sejam claramente diferentes uns dos outros eles mantêm as mesmas características quer seja na sua origem nos princípios de formação dos seus elementos e a forma como o seu sistema se organiza.

Um aspecto relacionado com a delimitação é a especulação possível sobre as dimensões originais destas propriedades. Comparando as suas áreas, temos o Catambor com 21ha, a Calemba com 33ha, a Mulemba com 34ha e o Mota com 54ha. Por analogia com as normas actuais vigentes em Angola, a concessão de terrenos rurais "*que qualquer pessoa singular ou colectiva pode ter por contrato de concessão não pode ser inferior a dois hectares nem superior a 10 000 hectares.*" (Presidência da República, 2007)[22]. Isto coloca os musseques respectivos como estando pelo menos dez vezes acima do mínimo permitido. O interesse sobre o tema remete para a possibilidade de existir uma norma que recaísse sobre

[22] In Artigo 42.º - Limite das áreas dos terrenos rurais a conceder (Presidência da República, 2007)

dimensões[23] ou formas que nos permitisse, especular para compreender o impacto dessas herdades no terreno da cidade.

Conclusões Preliminares

Os objectivos deste capítulo recaíram sobre a necessidade de garantir a validade do processo dedutivo-indutivo proposto na metodologia para comprovação da hipótese e consequentemente para caracterizar genericamente as variações identificadas à hipótese durante o processo dedutivo.

Garantia de Validade

Os levantamentos, análises e diagnósticos levantam a questão relevante de até onde devemos testar uma hipótese bem como garantir a validade das conclusões a que chegamos. Ao enveredarmos pela abordagem experimental partimos de pressupostos que fundamentassem ao máximo a construção da nossa hipótese e daí termos recorrido cumulativamente a dois aspectos que reduziriam as probabilidades de erro ao mínimo, nomeadamente:

[1] outros campos disciplinares como a história, filosofia e antropologia e

[2] a experiência acumulada de mais de uma década de estudos específico sobre o tema.

Para além desses dois aspectos existe espaço para o encontro com disparidades que permitam ampliar o conhecimento sobre a hipótese quanto mais não seja pelo facto desta tese não ser do domínio das ciências exactas. Daí partirmos do pressuposto da existência de variações à proposta, mas não necessariamente o fracasso da formulação inicial.

Na sequência desse raciocínio, a garantia de qualidade parte de algumas premissas probabilísticas. Partamos do princípio que os quatro (4) casos de estudo, principal e complementares, pertencem a um universo de 20 unidades morfológicas classificadas como musseques no ano de 1974 (TR 2011, p. 50) o que se traduz para 1/5 do cenário ideal de estudo. Este facto, de acordo com a amostragem em pesquisas desenvolvida pelos autores Herbert Arkin e Raymond R. Colton enquadra o nosso estudo numa margem de erro confortável exacta de 1%[24].

No contexto geral da nossa investigação que se traduz pelo raciocínio lógico de que, sendo A = B no contexto do caso de estudo do Catambor, então se C-Calemba, D-Mulemba e E-Calemba forem iguais a 'A', então, por indução, 'C'-'D'-'E' = 'B'. Tendo sido aplicados os mesmos métodos analíticos para fazer o diagnóstico das amostras seleccionadas, a observação das quatro categorias que a nossa hipótese propõem conduziram-nos à conclusão de que se comprova a hipótese.

[23] Referimo-nos em particular à aplicação da Lei das Sesmarias e outras Ordenações vigentes durante o regime colonial que estabeleciam terrenos para os colonos como argumento de apelo à imigração para as terras africanas. O caso do Musseque Mota, segundo os depoimentos dos residentes entrevistados e outras pesquisas, é um dos casos em que uma determinada porção de terra é concedida a um indivíduo para produção hortofrutícola. (Freudenthal, 2005; Alfagali, 2019)

[24] De acordo com a Tabela. Amostragem em Pesquisas. (Fonte. Arkin&Conton 1950), utilizamos como referência a primeira ordem de grandeza que abrange toda a escala de margem de erro (1%, 2%, 3%, 4%, 5% e 10%) que é a de 10.000 unidades e convertemos recorrendo ao processo matemático da regra de três simples.

Variantes dos Signos Espaciais

No entanto, também como parte dos objectivos deste capítulo ficou definido que se abordariam as características as variações de cada uma das categorias de análise. Assim sendo, partamos do princípio que já na observação do Caso de Estudo principal da tese, o Catambor, se identificaram variantes à hipótese proposta e que durante a observação dos demais casos de estudo essas variantes se constataram.

Sistemas Habitacionais Triádicos. As variações decorrem do processo de reparcelamento que tanto pode dar origem a sistemas de habitação diádicos ou estruturas monádicas.

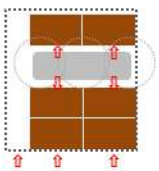
Unidades de Agregação. As variações ocorrem com dois processos, o da fragmentação que dá origem a duas ou mais sub-unidades e ao da incorporação que decorre da apropriação do espaço público, via de regra com estruturas monádicas.

Rede. A variação identificada está associada ao desaparecimento da Praça de Mercado que dá origem ao que denominamos como Mercado em Corredor.

Quadro 24 - Características Genéricas dos Signos Espaciais e Variações

Categorias (Hipótese)	Características Morfológicas	Variações
Sistemas Habitacionais Triádicos	Edifícios Logradouro Árvore	V1: Edifício Logradouro (Diádico) V2: Edifício – Parcela (Monádico)
Unidades de Agregação	Singulares Compostas	V3: Fragmentação (Sub-unidades) V4: Incorporação
Rede	Ruas Perimetrais Praças de Mercado Largos (intersecções)	V5: Mercado Corredor
Unidade Morfológica	Estrutura Alveolar/Mosaico Organização anárquica	(…)

Capítulo 7 – Os Signos Espaciais como Tipos Urbanos



Nota Introdutória

O objectivo deste capítulo é consolidar o modelo teórico dos signos espaciais dos musseques cuja conceptualização foi iniciada no capítulo 3. Enquanto nessa etapa da investigação a meta era fundamentar a relação entre os fundamentos filosóficos e culturais dos povos Bantu que estão na origem do padrão de formação do espaço urbano que são os musseques, a etapa actual estabelece como meta tipificar os elementos que constituem a hipótese formulada com base na leitura, análise e diagnósticos levados a cabo com o caso de estudo principal, o Catambor e os casos de estudo complementares Calemba, Mulemba e Sambizanga, num processo metodológico dedutivo-indutivo.

Assim sendo, este capítulo subdivide-se em quatro subcapítulos, cada um deles dedicado à caracterização dos tipos urbano-arquitectónicos: casa (Sistemas Habitacionais Triádicos), unidade de agregação (ilhas ou blocos), rede rizomática de espaços publico colectivos (ruas e largos); unidade morfológica de tecido urbano (musseque).

Essa caracterização revisita os princípios teóricos apresentados no capítulo 3 robustecendo os seus fundamentos com base nas observações decorrentes do processo analítico e formulando o modelo teórico aplicado ao tipo em causa. A demonstração da formulação é posteriormente apresentada com modelos teóricos da configuração dos tipos.

7.1 Sistema Habitacional Triádico - A Casa

Na teorização inicial os Sistemas Habitacionais Triádicos foram conceptualizados como sendo "conjuntos de elementos edificados e não edificados em que cada um desses elementos representa uma determinada categoria sociológica do habitar[1]. Os elementos edificados pertencem ao domínio privado e/ou individual da casa e os elementos não edificados correspondem aos espaços de carácter colectivo do grupo familiar e resultam de uma relação entre logradouro" e árvores."

7.1.1 Organização da forma e do espaço

O arranjo formal da arquitectura habitacional é feito a partir de três esquemas que ordenam os elementos da tríade fundamentados na ideia estabelecida dos domínios colectivo e individual. Estes esquemas de organização são, Sequencial, Axial e Radial podendo a partir desses três pressupostos resultarem tantas variações quanto os contextos que as incorporam sempre numa condição de subordinação a ele (contexto).

Composição Sequencial. O logradouro desempenha o papel de intermediar os módulos que se localizam em oposição. Neste grupo podemos encontrar as sequências lineares ou angulares.

Composição Axial. Nestes casos logradouro e módulos dispõem-se em paralelo ao longo de um eixo longitudinal. Neste grupo também se encontram exemplos lineares e angulares.

Composição Centralizada. Os módulos estão dispostos pelos quadrantes da parcela que os integra e o logradouro desenha-se em forma de cruz

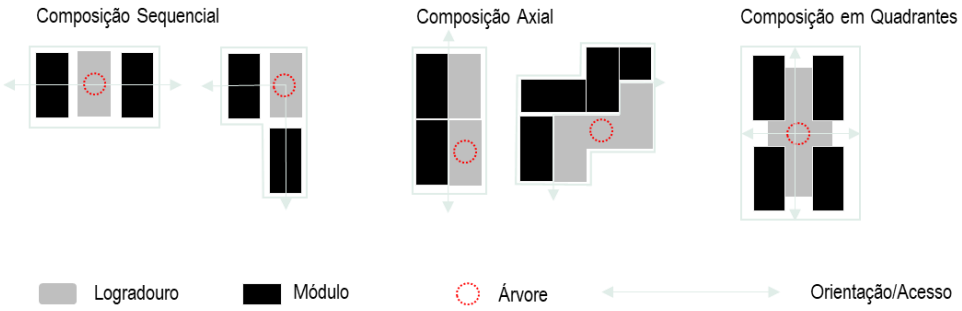


Fig. 7.01

Diagramas dos tipos de Organização da Forma e do Espaço.

[1] Com origem na lógica da organização do espaço rural este sistema habitacional reflecte a estrutura da família "alargada" (como a família/comunidade). Originalmente, cada conjunto representava a casa de uma família extensa, hoje resultam de associações de diversos tipo onde a comunidade não pressupõe necessariamente relações de parentesco mas também de inquilinato e até profissionais.

7.1.2 Princípios de Ordem

Três princípios são fundamentais nos sistemas habitacionais triádicos, a hierarquia, ritmo e transformação.

Hierarquia

Segundo o autor Francis D.K. Ching, o princípio da hierarquia está na "*relevância ou significado de uma forma ou espaço em virtude de sua dimensão, forma ou situação em relação a outras formas e espaços na organização*" (Ching, 2002, p.338). No caso dos sistemas habitacionais triádicos o princípio da hierarquia está associado ao logradouro, cuja importância, como organizador do espaço, e significado como espaço colectivo, o determina como o elemento diferenciador nos três aspectos referidos.

Ritmo

Quanto ao princípio do ritmo, o autor refere o "*uso de padrões recorrentes e seus ritmos resultantes, para organizar uma série de formas ou espaços semelhantes*." (Ching, 2002, p.356). Os módulos de um sistema habitacional triádico são uma demonstração deste princípio no que à reprodução de padrões diz respeito. O padrão demonstra-se pela forma e pela ocupação. No primeiro aspecto temos a tendência para a forma rectangular que por norma resulta da relação adjacente de dois prismas quadrangulares e/ou rectangulares e no segundo aspecto, porque a ocupação do espaço é predominantemente ao longo da delimitação libertando o centro, o logradouro. Estes dois aspectos são uma tendência unificadora no diagnóstico efectuado.

Transformação

Por último, o princípio da transformação com a ressalva de que não se aplica a descrição do autor Francis D.K. Ching como aquele a partir do qual "*uma ideia arquitectónica pode ser salva, confirmada e construída através de um conjunto de manipulações e transformações moderadas*." (Ching, 2002, p. 370).

Temos dois processos de transformação simbióticos;

[1] Transformação homomórfica como a divisão de uma parcela gera duas ou mais semelhantes entre si no que toca às suas características elementares ou

[2] Transformação heteromórfica como a divisão de uma parcela que gera duas ou mais que não são semelhantes perdendo progressivamente os elementos do domínio colectivo, árvores e logradouro até à unidade mínima, o edifício. Pode-se dizer que a transformação heteromórfica pressupõe a passagem de um sistema triádico para sistemas diádicos (edifício logradouro) ou formas monádicas (edifício parcela).

Estes dois tipos de transformação são equivalentes aos processos biológicos de divisão celular da mitose e meiose. Segundo os biólogos e professores catedráticos da Universidade do Porto, Carlos Azevedo e Claúdio E. Sunkel, coordenadores do livro "Biologia Celular e Molecular", na qualidade também de autores do capítulo 'Mitose' definem este processo de divisão celular como:

> "(…) *o mecanismo que permite que uma célula que tenha duplicado o seu material genético possa gerar duas células filhas com genoma idêntico" A divisão celular está na base de toda a continuidade e perpetuação das células e organismos ao longo do tempo, e a fidelidade com que este processo decorre é essencial para manter a organização celular ou dos tecidos no caso de organismos multicelulares"* (Azevedo & Sunkel, 2012, p.414).

No entanto, o processo da mitose pode ser atípico e quando ocorre uma divisão anormal "as células recém-criadas recebem uma quantidade desigual de material genético (DNA) e são incapazes de funcionar normalmente." (My Pathology Report 2023).

Num entendimento simplificado destes processos é possível compará-los partindo dos princípios da semelhança e dissemelhança.

Quadro 25 – Comparação entre processos de divisão celular e habitacional

N.º	Célula	Habitação	Princípios
1	Mitose Normal	Transformação homomórfica	a divisão gera duas unidades ou mais semelhantes entre si
2	Mitose Atípica	Transformação heteromórfica	a divisão gera duas unidades ou mais dissemelhantes entre si

7.2 Unidade de Agregação - O "Bloco Urbano"

Historicamente a formação de uma Unidade de Agregação é o facto de decorrer a partir do processo de aglutinação de unidades habitacionais do tipo 'cubata suburbana' à volta de um logradouro comum acessível a partir de corredores que entremeiam as unidades habitacionais. (Fig. 3.18, Fig. 3.19) Essa característica estabelece uma relação formal entre a unidade habitacional e da agregação dessas mesmas unidades.

Na teorização inicial apresentada no capítulo 3, as Unidades de Agregação são "*conjuntos de elementos edificados e não edificados que configuram um ou mais sistemas habitacionais triádicos, ilhadas por meio de uma via, ou conjunto de vias, que percorre o seu perímetro completo e são delimitadas por parte dos edifícios que as compõem ou por muros, quando existem*". Esta definição já não se aplica no sentido de que o princípio de agregação inclui mais do que os sistemas triádicos podendo incluir também os diádicos e as estruturas monádicas. Outro aspecto remete para a permeabilidade das unidades de agregação que representam o sistema de distribuição para as parcelas acessíveis a partir do interior.

Outro princípio de ordem aplicado é o da transformação. A transformação de uma unidade de agregação pode dar origem a outras unidades de agregação através de diferentes processos, associados ou não, que resultam na subdivisão afectando as características morfológicas iniciais. Os processos identificados a partir do caso de estudo são: a) Densificação das unidades de agregação com a ocupação dos logradouros comuns; b) Reparcelamento de unidades habitacionais (parcela-mãe); c) Desanexação das unidades habitacionais e d) Expansão perimetral com a anexação de edifícios-parcelas.

7.2.1 Organização da forma e do espaço

Uma Unidade de Agregação resulta da organização das suas partes constituintes, as parcelas. Existem duas opções de organização, a organização adjacente e a organização em função de um terceiro espaço.

Organização Adjacente. No primeiro caso, o mais comum, a adjacência tem como elemento separador o muro ou a vedação eliminando qualquer acesso visual e físico entre as duas parcelas, o que reforça a sua individualidade no conjunto.

Organização em função de um Terceiro Espaço. No segundo caso, as parcelas são separadas por corredores que desembocam, ou não, em largos que fazem a distribuição para as parcelas com acesso interior à unidade de agregação. De referir que quanto ao aspecto espacial, as unidades de agregação enquadram-se na categoria da 'organização aglomerada' em grupos com uma ou mais configurações axiais.

7.3 Rede Rizomática - As Ruas, intersecções e vazios

A teorização inicial começou por abordar a rua e as intersecções, definindo-as como um elementos não estruturantes e parte de um sistema de percursos sinuosos e largos ocasionais. No entanto, com o desenvolvimento da tese a abordagem ampliou a sua leitura, incluindo conceitos como malha ortogonal ou em árvore,

A teorização inicial sobre o espaço público vem expressa na Matriz de Levantamento Urbanístico definindo três subcategorias; as ruas, as intersecções e os vazios.

Ruas

As ruas são elementos não estruturantes e constituem segmentos intersticiais às unidades de agregação que podem ser agrupados em três tipos que se distinguem em função de três aspectos morfológicos, nomeadamente dimensão, movimento e desempenho. [1] Tipo A: Largura de 1,20 a 3m e extensão entre 30 a 90cm / mobilidade pedonal, permeabilidade para habitação / familiar, [2] Tipo B: Largura de +3m e extensão entre 50 a 120m / mobilidade pedonal e automóvel, permeabilidade para habitação, comércio e serviços / comercial e serviços e [3] Tipo C: Largura de 60cm a 120cm e extensão entre 30cm a 70cm / mobilidade pedonal, permeabilidade irrelevante.

Intersecções

As intersecções são predominantemente entroncamentos/bifurcações sendo que os cruzamentos, normalmente complexos são irregulares, ou seja, não possuem forma de cruz e por via de regra podem ser geradores de largos .

Vazios

Os vazios podem ser de três tipos: Largos, Praças de Mercado ou Parques Urbanos[2].

Rede

As três subcategorias supracitadas e explicadas são os elementos constituintes de uma rede que no conjunto, apresenta-se como uma estrutura complexa de perfil rizomático embora nem todas as características de uma estrutura com estas características se tenham constatado. Em relação aos aspectos que se comprovaram, considerando o facto de se ter constatado que não existe uma ordem específica para a conexão entre os diferentes segmentos de uma rua, mas existir claramente um organismo que resulta da sua constituição em mosaico, cujas partes conectadas, são heterogéneas. Esta heterogeneidade resulta na falta de; [1] Multiplicidade: cuja inexistência de unidade seria sua característica principal; [2] Ruptura a-significante: Relacionada com os processos pelos quais o usuário vai utilizar a rede, ressignificar o seu propósito e reformular o seu significado; [3] Cartografia e de decalcomania: não existe nenhum modelo que justifique a estrutura da rede embora os aspectos geracionais que o possam explicar. No aspecto da organização dois princípios se validam em conjunto ou não. O primeiro é o da composição ortogonal com geometria variável e adaptativa, já o segundo é o da composição do tipo ramificada, comummente denominada 'em árvore'.

[2] Recorremos à definição de parque urbano dos autores Macedo & Sakata que consideram "*parque urbano todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura formal é auto-suficiente, isto é, não é directamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno*." (Macedo & Sakata, 2002 apud Ferreira, 2007)

7.4 O Musseque - Unidade Morfológica

A interpretação do musseque como um espaço geográfico e caracterizá-lo como um tipo passa por quatro aspectos que identificamos como transversais a todos, nomeadamente: localização geográfica e propriedade, características físicas, pela predominância do uso dos solos e pelas suas comunidades.

7.4.1 Sobre a localização e propriedade

Zona Rural

O território dos musseques localizam-se predominantemente entre os arcos 2 e 6 Km da cidade de Luanda (Groer e Silva, 1943). Embora o Plano Urbanístico de Luanda desenhado pelos arquitectos e urbanistas Etiénne de Groer e David Moreira da Silva (1943) identificasse o território entre os arcos 4km e 6km como a área considerada rural o facto é que à data da elaboração do plano, já existiam musseques dentro do sector 2-4km e que aí permanecem até aos dias de hoje (Fig. 1.6)

O aspecto da propriedade é referencial no sentido de que ao longo de toda a história da cidade a estrutura rural da cidade foi sempre propriedade privada e como tal demarcada e delimitada como peça fundiária. Embora não tenha sido possível incluir nas fontes bibliográficas desta investigação os registos fundiários, o recurso às entrevistas, mapas sinópticos e sinais físicos no território permitem especular acerca da forma dos musseques. Para além da questão fundiária existe também o aspecto da forma dos assentamentos que possuíam características particulares e que a partir daí evoluíram para um tecido híbrido. Tal facto decorre da paisagem evoluir a partir de duas **características essenciais, o espaço habitacional (senhoril e contratado) e o de produção agrícola,** tendo este último sido ocupado e fragmentado desde a década de 60 do séc. XX.

7.4.2 Sobre as características físicas

Como ponto de partida temos o facto da organização dos musseques não obedecer a nenhum plano, pelo menos no sentido disciplinar do planeamento e urbanismo. O geógrafo Nuno Pires Soares no artigo "Tipologia de Bairro(s) em Lisboa", afirma que "*o primeiro elemento distintivo (…) é de tipo morfológico, e corresponde a duas grandes classes: Bairros com plano e Bairros sem plano*" (Soares, s/d). Sobre a segunda classe, o autor suporta o seu argumento para todas as unidades morfológicas em que não é identificável qualquer plano pré-estabelecido e que "*têm uma planta de tipo orgânico ou seja, que foram crescendo naturalmente ao longo de antigos caminhos e estradas e que são muitas vezes o reflexo directo de um somatório de actos individuais de construção que se foram realizando ao longo do tempo.*" (Soares, s/d) Os "*traçados irregulares de tipo orgânico*" são a única característica comum nos bairros sem plano conforme explica o autor todavia outras são também mencionadas tais como "*crescimento natural estruturado por preexistências (vias de comunicação ou estrutura cadastral)*", "*Geometria muito variável acompanhando a topografia dos locais de implantação*" para o caso dos bairros mais antigos, anteriores ao séc. XVII e no caso dos bairros mais recentes, séc. XX portanto, as características seriam [1] a localização na periferia da cidade e [2] a génese informal / ilegal da grande maioria das edificações.

No que diz respeito aos elementos físicos e imóveis (Lynch 1999), sendo que alguns deles podem se distinguir pela sua notoriedade e/ou simbolismo, importa fazer a destrinça entre os elementos construídos e naturais da paisagem dos musseques. Entenda-se como construídos todos os que dependem da acção humana para existirem e os naturais os que se definem em oposição aos construídos. Embora previamente definidos como elementos

constituintes do tecido que podem ser identificados na Matriz de Levantamento Urbanístico dos Musseques (Quadro 12), consideramos relevante destacar sinteticamente as características de alguns deles mesmo não sendo parte da hipótese desta investigação.

Em relação aos construídos temos dois elementos os 'Pontos de água', e 'Árvores'.

Pontos de Água

Em relação aos 'Pontos de Água', entenda-se como tais, Chafarizes e Balneários Públicos. Os chafarizes, são geralmente construções que podem ser do tipo ornamental ou não, provida de uma ou mais bicas, de onde jorra água potável. Geralmente, localizam-se em local aberto ao público, como praças e/ou jardins. No caso dos musseques, os chafarizes fizeram parte das políticas públicas de integração urbana dos territórios mais vulneráveis como os musseques e bairros indígenas, implementados pela primeira vez a partir da década de 60 do séc. XX. Estas acções tiveram as suas primeiras experiências durante o período colonial conforme previamente explanado no capítulo 1. Existem no Catambor dois Chafarizes activos localizados no sector Mulembeira e Bri-Bri. No entanto, é essencial referir que o Chafariz Velho (localizado no Largo da Comissão) e a Maianga do Povo (localizada no Rio Seco) ambos lugares públicos, ocupam um lugar de destaque no imaginário colectivo do musseque, embora o primeiro esteja desactivado o seu lugar e estrutura preservam a sua expressão física no local. No entanto o segundo, a Maianga do Povo, mesmo sendo Património Nacional e a sua estrutura tenha servido como suporte para módulos habitacionais. O Balneário Público, espaço desactivado também mantém preservada a sua estrutura no desenho da rua.

Árvores

Em relação às 'Árvores', são os elementos naturais de referência. Para além da importância tradicional que este tipo de vegetação representa, e que foi caracterizado no capítulo 3, a constatação que se fez com os levantamentos de campo diz respeito ao facto da sua localização ser predominantemente em espaço privado, nos quintais. Foram identificadas outras tipologias de árvores tais como o Imbondeiro e os Muxixeiros e algumas espécies de fruto sendo a mais comum, a mangueira.

Ainda no campo das características físicas do musseque, o essencial dos elementos da paisagem tem fundamento teórico nos autores Kevin Lynch (1999) e Philippe Panerai (2006) em particular as cinco categorias nomeadamente os percursos, pontos nodais, os sectores, os limites e os marcos.

Percursos: Foram identificados como os percursos principais as ruas do tipo A como as mais antigas e localizadas nas proximidades dos assentamentos com particular concentração para o colonato.

Praças de Mercado

Pontos nodais: os pontos estratégicos da paisagem dos musseques são os espaços comerciais, em particular as Praças de Mercado. Uma variante formal das praças de mercado são as que se desenvolvem como um sistema linear, ao longo de determinados troços do limite do musseque. Nos casos estudados, representam uma extensão ou remanescência de antigas praças de mercado descontinuadas no tecido urbano.

Os Sectores: devem ser considerados dois tipos em igualdade de circunstâncias: os topo-morfológicos e os comunitários. O primeiro pela importância que a topografia desempenha na adaptação dos modelos construídos ao lugar e o segundo porque a incorporação da territorialidade comunitária, mesmo com visões diferentes das delimitações feitas essencialmente por vizinhança, trouxe uma noção bairrista interessante ao trabalho.

Limites: devem ser considerados duas delimitações, [1] a os registos cadastrais das quintas originárias (cuja inexistência pode ser simulada e/ou substituída pela evolução histórica a partir da análise de mapas sinópticos e diagramas de localização) e [2] a que resulta da observação de campo com demarcação de pontos estratégicos.

Marcos: comuns nos musseques são 'cubatas sub-urbanas' que são ainda as guardiãs da estrutura verde do musseque com as árvores de médio e grande porte, as 'casas populares portuguesas', as cacimbas e as praças de mercado. Estes elementos são referenciais pois permitem identificar os núcleos mais antigos de concentração quer dos colonatos quer dos contratados e permitir uma leitura mais estabilizada da forma do tecido urbano. Outras estruturas tais como equipamentos de proximidade (administrativos, culturais entre outros) poderão ser enquadrados na categoria de marcos se se distinguirem pela dimensão do edifício ou do vazio. Assim, a paisagem construída é homogénea no que toca ao edificado com predominância para o piso térreo com menos de 1% de edifícios acima de dois pisos e que se localizam ao longo da delimitação do território.

7.4.3 Sobre a predominância do uso dos solos

Os musseques são predominantemente unidades morfológicas de carácter residencial, ou seja, são bairros habitacionais independentemente de nele se desenvolverem outro tipo de actividades. Importa referir que mesmo estas outras actividades, onde predomina o comércio e os serviços, são desenvolvidas em tipologias habitacionais mistas que variam entre habitação-comércio (Hc), habitação – serviços (Hs) e habitação-comércio-serviços (Hcs), essencialmente composta por casas térreas. Ainda podem ser encontrados edifícios exclusivos para actividades comerciais, serviços, lúdico-culturais mas excepcionalmente apresentam feições distintas para além do número de pisos.

A habitação neste contexto desempenha um papel essencial visto que é a base da concepção da cidade e os musseques seguem este padrão como previamente demonstrado no contexto histórico. É então possível afirmar que a habitação é a essência dos musseques, ou seja, os musseques serão unidades morfológicas habitacionais e como tal são parte da cidade na sua diversidade.

7.4.4 Sobre as Comunidades

Os musseques são conjunto de comunidades que partilham uma identidade comum que se manifesta na convergência das suas necessidades e património colectivo. O património colectivo começa por ser o território que reconhecem como sendo seu e feito a partir da identificação dos indivíduos. Os sectores comunitários identificam grupos de indivíduos por antiguidade, origem cultural e sempre associado a lugares específicos.

Na generalidade, os residentes do musseques têm múltiplos perfis. O mais antigo, que são os contratados das quintas agrícolas ou os seus descendentes que remetem para o período dos anos 30-40 do sec. XX. Outro tipo de comunidade de residentes provém de imigrantes cujo perfil trabalhista não estava associado à produção agrícola mas sim operária ou doméstica e cujo processo decorre a partir da década de 60 do séc. XX coerente com as circunstâncias da guerra colonial processo que decorre com impacto significativo durante as duas décadas seguintes. O terceiro tipo de residentes são os refugiados da guerra civil que a partir da década de 80-90 representam um aumento demográfico nos musseques, que duplica a sua população. Embora existam nos musseques residentes com outro perfil originário não são representativos em dimensão nem no perfil da comunidade no geral.

Este facto faz com que os residentes do musseque sejam tendencialmente da região Ambundo que é constituída pela população das províncias de Luanda, Cuanza Norte, Cuanza-Sul e Bengo existindo naturalmente também de outros lugares do país nomeadamente da região norte, os Bakongo ou do sul, os Ovimbundo. No entanto, a expressão maioritária é Ambundo, facto que se mantém equivalente aos levantamentos efectuados na época colonial

até altura de 1974. O censo populacional de 2014 identifica ainda como população maioritária na cidade de Luanda o que inclui os seus musseques uma origem cultural dos povos da região Ambundo.

Conclusões Preliminares

A caracterização morfológica dos signos espaciais conforme propostos pela hipótese, depois de um longo processo de análise e diagnóstico aos quatro 4 casos de estudo propostos para esta investigação permitem-nos distinguir três (3) aspectos essenciais relacionados com o sistema, seu funcionamento e formação:

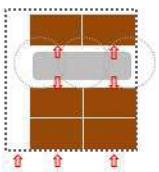
O entendimento acerca dos fenómenos de mutação dos elementos do espaço a partir de uma análise evolutiva. Exemplo mais expressivo concentra-se na evolução do sistema habitacional triádico cuja transformação para [1] sistema diádico e [2] monádico completa o ciclo de transformação da casa, representando também um processo de fragmentação até à ruptura do sistema.

A possibilidade de verificar que as edificações dos sistemas habitacionais são directamente proporcionais e cuja razão entre as dimensões do edifício considerando somente a largura e comprimento é de 1 para 1,5[3]. Esta afirmação também se aplica às parcelas.

A compreensão de como funciona o sistema viário a partir dos critérios dimensão, desempenho e permeabilidade pode ser por associação às suas características formais. Exemplo mais expressivo recai sobre os arruamentos do tipo C (60-120cm) cuja formação decorre do processo de fragmentação das unidades de agregação e cujo enquadramento é híbrido, podendo tanto ser do domínio é semi-público, quando é parte da rua perimetral ou do domínio semi-privado, quando é parte do acesso ao interior da unidade morfológica.

[3] Esta conclusão é por aproximação visto que a massa edificada nos musseques estudados com particular enfoque para as cubatas suburbanas são auto-construções com recursos precários de construção fazendo com que o produto final possa apresentar algumas imprecisões.

Conclusões



Recomendações para responder à Questão da Investigação

Representatividade e valor histórico-cultural

Transformação e Adaptabilidade Tipológica e a fragmentação do valor social

Dessignificação e desfiguração estética.

Impacto e Contributos

Continuidade

Recomendações para responder à Questão da Investigação

Iniciamos a nossa tese problematizando o musseque, temática central, à volta da questão "existirão signos espaciais na forma urbana dos musseques que representem valores históricos, sociais e estéticos dos seus territórios?". Esta questão teve dois fundamentos,

[1] o vazio epistemológico sobre a forma dos musseques visto estarmos perante o tipo predominante no tecido urbano da cidade de Luanda

[2] inabilidade para apresentar soluções de intervenção que garantam a sua salvaguarda, numa óptica de regeneração e/ou requalificação urbana o que pressupôs a identificação dos seus elementos significantes, os 'possuidores' da autenticidade formal.

A nossa busca levou-nos a construir uma Hipótese para estes elementos significantes, os signos espaciais, constituída por três categorias que funcionam como o sistema *Matriosca*, ou seja, a Unidade Morfológica que contém a Unidade de Agregação que contém o Sistema Habitacional Triádico, a célula base do conjunto.

Deste ponto de partida e ao longo da multidisciplinar busca de respostas, contruímos três recomendações para responder à questão da investigação, a primeira do foro da Representatividade e valor urbano que agregam os aspectos históricos incluindo neles o aspecto cultural.

Representatividade e valor histórico-cultural

No que toca aos valores históricos dos signos espaciais dos musseques é importante ressalvar a origem de população dos musseques e como a mesma resolveu a problemática habitacional recorrendo a respostas de carácter simbólico que se traduziram formalmente num modelo reconhecido por autores como Ferreira Diniz (1908) e José Redinha (1973) embora com visível desconhecimento das fundamentações culturais.

O contributo para a construção da resposta que esta investigação trás recorreu aos fundamentos da Filosofia em particular da etno-filosofia dos povos Bantu com particular destaque para o autor congolês Andele Fu-Kiau kia Bunseki-Lumanisa *(2001)* cujo trabalho seminal sobre o cosmograma *Dikenga* da nação Kongo traduz o pensamento acerca da vida, do comportamento do indivíduo e de toda a estrutura do pensamento cosmológico bakongo, cuja influência na região com alcance directo para os povos Ambundo é incontestável assim

como os valores da *Dikenga dya Kongo* se traduzem ou reflectem um pensamento de dimensão continental para todos os povos que pertencem ao mesmo grupo maior, os Bantu. A partir daí fomos encontrar a justificação para a árvore e porque de ser um elemento essencialmente de domínio privado, fomos encontrar a justificação para o logradouro e fomos encontrar a justificação para a construção e o pensamento da organização do módulo habitacional. Neste aspecto, a Filosofia aplicada à Arquitectura no geral ao urbanismo em particular trouxe uma reflexão e análise acerca do questionamento dos elementos do espaço no musseque, a busca de entendimento conceptual acerca das relações abstractas que esta levanta, em que se visa a essência própria do espaço e não meramente os objectos da sua produção. Mais do que uma teorização sobre a práxis do projecto centra-se no entendimento do plano do inteligível, conforme Aldo Rossi (2001) expõe na sua reflexão sobre a Arquitectura da Cidade enquanto "as questões físicas são resolvidas à luz da tectónica, as questões conceptuais ou intelectuais são problematizadas pela filosofia." (Rossi, 2001)

As noções da etno-filosofia neste contexto, trazem o significado real que cada um dos elementos estudados contém. Outras áreas do conhecimento, como a antropologia trouxeram fundamentos teóricos que conseguiram identificar com os seus estudos os valores histórico sociais e de reconhecimento do espaço habitacional como um espaço social familiar e de interacções e trocas humanas.

A necessidade destes elementos para reconhecimento da própria condição de família é essencial na cultura urbana da cidade de Luanda com maior representatividade para as áreas dos musseques. O facto da habitação nos musseques ser predominantemente autoconstruída e induzida por um modelo inter-geracional, faz com que o produto final reflicta um *modus vivendi* ancorado em valores tradicionais tais como;

[1] dimensionamento modular das edificações;

[2] tecnologias construtivas, embora em vias de extinção,

[3] a disposição e implementação das unidades habitacionais,

[4] a localização dos acessos e

[5] a importância que o elemento natural da árvore representa.

Deixamos como reflexão em aberto para futuras intervenções nos musseques que a elaboração de projecto arquitectónico de matriz académica deverão considerar os aspectos supracitados.

Transformação e Adaptabilidade Tipológica e a fragmentação do valor social

É um ponto assente que o sistema habitacional triádico é a célula base da estruturação do tecido urbano no musseque em que sua forma inicial que é composta pelos módulos habitacionais o logradouro e a árvore sofre a transformações ao longo do tempo conforme conseguimos demonstrar no capítulo 5 sobre o caso de estudo principal, o musseque Catambor, em que na evolução diacrónica do tecido se constata através de processos e fenómenos de transformação a alteração da forma.

A transformação da célula base afecta todas as outras categorias do tecido. A célula base dá origem à unidade de agregação unidade de agregação dá origem à unidade morfológica. O processo de adaptabilidade do tipo às circunstâncias sociais faz com que o sistema habitacional triádico se fragmente e sucessivamente dê origem aos sistemas diádicos e às estruturas monádicas, cada uma delas perdendo elementos essenciais da formulação inicial do tipo.

Este processo está associado às condições socioeconómicas da população residente nos musseques e o processo de reparcelamento vai reduzindo progressivamente o espaço habitacional e consequentemente a perda ou a substituição de alguns elementos do sistema. Os exemplos mais expressivos dessas substituições são;

[1] às árvores que são substituídas por um *jangos,*

[2] o quintal que é transferido para o terraço quando a ocupação do espaço térreo se esgota, ou então para a rua para onde vivem colectivamente as estruturas monádicas de habitação.

Nesse último caso, o fenómeno da apropriação do espaço público vem na sequência do espaço perimetral à casa ser uma extensão da mesma, numa ressignificação da memória utilitária do alpendre da casa tradicional. Este espaço específico, transforma a rua numa nova categoria do habitar.

Deste processo de transformação não só se reforçam estas categorias do habitar como também se transfere para outros elementos do espaço urbano algumas funções que se perdem ao nível da unidade base da célula base. A perda do espaço Público periférico como as praças de mercado como os espaços de lazer acabam por ser transferidos para a rua aglomerando ela também estas funções dando origem a novos tipos urbanos como o caso da praça corredor ou então da rua como lugar de actividades de carácter colectivo essencialmente associados às actividades lúdico culturais.

No entanto, o espaço privado como logradouro continua a ser um elemento essencial das relações sociais dos residentes no musseque e permitem também, não restrito a ele, de uma maneira geral, a socialização da população residente em Luanda é por via de regra feita em espaço privado.

A unidade de agregação como tipo é um elemento importante da dimensão conceptual do musseque. Abarca a essência do espaço privado e semi-privado em particular, mas também resulta no que poderia ser a célula constituinte do tecido e matricial na definição do tecido urbano.

No processo de construção do espaço, a relação entre o homem e o território não é outra coisa senão a modificação/adaptação do tipo, quase como uma intuição conceptual requerida cada vez que uma unidade se vai concretizando. A unidade morfológica é o princípio que regula a apropriação do espaço, as suas modificações e a chave para a legibilidade do publico/privado, pois é por ele que se imprime o carácter distintivo de cada conjunto.

Como tipo, o seu significado abraça tanto valores de memoria como de contemporaneidade.

No contexto dos valores de memória foram identificadas três classes de valores:

[1] o valor de memória intencional que se refere aos espaços que se determinam, por vontade dos seus produtores (como exemplo seria uma árvore que se planta, um quintal que se define, ou qualquer outro elemento que seja representativo do passado cultural/ancestral;

[2] o valor histórico que assinala os lugares de representação de um momento particular da história, determinado, contudo, pelo homem contemporâneo (por exemplo, os lugares de água); e

[3] o valor de antiguidade, dedicado a todas as criações que expõem a passagem do tempo, independentemente da sua significação ou destino original.

No contexto dos valores de contemporaneidade considera-se [1] o valor de uso, como a qualidade que o espaço construído/vivido possuirá com o propósito de satisfazer as necessidades materiais dos seus utilizadores. Outros valores poderão ser atribuídos, mas não serão relevantes para a formulação da unidade morfológica como tipo.

A principal recomendação que decorre do processo de transformação e adaptabilidade do tipo está relacionada com a perda de qualidade que o espaço vai adquirindo e resultado deste processo de fragmentação que atinge o sistema habitacional triádico, as

unidades de agregação, a lógica da estrutura de arruamentos e consequentemente a leitura da paisagem completa do musseque, o que faz com que seja necessário identificar os processos dentro de balizas de estabilidade e instabilidade.

Considerando como exemplo a célula-base, teríamos o sistema habitacional triádico como o ideal e as estruturas monádicas como o limite da ruptura do tecido urbano. No que diz respeito às unidades de agregação as balizas estão relacionadas com as unidades que se constituem em núcleos singulares e núcleos compostos. No caso das unidades singulares (que dizem respeito às unidades de agregação com princípios de organização comuns, um logradouro comum, corredor ou largo, que associa vários sistemas habitacionais) e as unidades compostas (como aquelas que agregam vários núcleos dentro de uma única estrutura de agregação habitacional) as balizas de estabilidade e instabilidade para este caso não são tão simples de identificar ou classificar no sentido de que elas dependem essencialmente das características das células base que as constituem.

A perda dos elementos comuns como os logradouros internos, os acessos que constituem a capilaridade da própria unidade de agregação podem ser indicadores da estabilidade ou da instabilidade da mesma. A tendência dos musseques estudados remete para unidades de agregação de dimensão média constituídas no máximo por dois (2) núcleos de agregação sendo que cada um pode introduzir até cerca de 10 células-base conforme a evolução histórica nos demonstra. A dimensão destas unidades dos sistemas habitacionais triádicos já demonstram que as balizas se localizam entre os 100m2 - 200 m² no mínimo podendo ir até 750m2 no máximo sendo que as variações tipológicas podem estar ou não dentro destes indicadores dimensionais.

A recomendação passa pela contenção dos processos de ruptura quer por fragmentação ou agregação da célula base princípio que também se aplicam às unidades de agregação.

Dessignificação e desfiguração estética.

A dessignificação produz "uma espécie de esvaziamento da memória, um vácuo na história, significando pela censura e pela interdição" (Orlandi 2002, p.47 apud. Vargas 2011)·

Mais do que as circunstâncias socioeconómicas da população residente nos musseques, a sua desconexão progressiva com a cultura originária, em particular com a significação dos elementos do espaço habitacional, provoca consequentemente a desfiguração do tipo.

O facto de deixar de existir uma relação directa com a ancestralidade faz com que a árvore perca o seu significado essencial e mesmo que ela exista ela adquire outro significado e outra função na construção.

Observar um sistema habitacional triádico na perspectiva tradicional é;

[1] olhar para a árvore como elemento que faz a conexão entre o mundo dos vivos e o mundo dos ancestrais, logo, como o *ondjango*,

[2] olhar para o logradouro como espaço da colectividade como espaço de socialização e acção doméstica e

[3] olhar para os edifícios como unidades representativas de categorias familiares tais como, as mulheres, os filhos, o pais e os idosos.

Actualmente,

[1] a árvore perde simbolismo filosófico e transforma-se num elemento utilitário dispensável ou substituído pelo *jango,*

[2] o logradouro transforma-se essencialmente num elemento distribuidor do espaço onde a acção doméstica se sobrepõe à da socialização e

[3] a utilização dos edifícios servem o propósito de albergar sub-grupos familiares.

Em síntese

[1] as árvores mantêm-se no domínio privado mas passam de elemento sagrado para elemento utilitário,

[2] o logradouro perde relevância hierárquica pois passa de espaço social centralizador para espaço distribuidor e

[3] os edifícios passam a representar outra estrutura de organização familiar.

Com estas constatações feitas a todos os elementos na paisagem da unidade familiar levantaram-se algumas questões complementares ao desenvolvimento deste estudo, mas que precisam de ficar aqui identificadas como parte da continuidade que propomos para este processo de investigação.

Estamos perante um processo de dessignificação e ressignificação que consequentemente fundamenta a desfiguração estética do espaço habitacional. Acreditamos que aqui é necessário ir atrás de outros aspectos que estão relacionados com a crítica e a fundamentação de um debate estabilizado sobre a cristalização da cultura. A ideia folclórica de que a cultura de um povo só é legítima se corresponder a uma visão atávica de si mesmo é uma ideia que recusamos liminarmente. No entanto é importante deixar claro que este processo de dessignificação dos elementos urbanos passa ele também pelo legado do processo de assimilação que inicia na época colonial em que o indivíduo para atingir um determinado tipo de qualidade de vida precisaria de estar progressivamente desconectado da sua cultura original, apresentado ainda na problematização da tese.

Vários fenómenos deste processo de assimilação, como por exemplo a implementação de novas estruturas de poder urbano como a criação das regedorias e de todos os seus elementos constituintes o elemento do soba como uma figura que faz parte da administração local do Estado e como tal a perda de outros aspectos da vida quotidiana dentro dos espaços habitacionais não se interromperam com o processo de Independência.

Mesmo com outros argumentos o legado mantém-se sendo que a nossa constatação é de que alguns elementos são eliminados do espaço urbano dos musseques por estarem directamente relacionados a práticas sociais simbólicas da cultura ancestral e o primeiro elemento a perder esse valor foram as árvores e consequentemente o logradouro no caso privado, bem como a eliminação das árvores públicas como os locais de ajuntamento dos *makota*.

A recomendação que propomos é a da ressignificação da árvore, como elemento privado em primeira instância e público em segunda, visto que a sua existência assegura a estabilidade da leitura da forma e promove, consequentemente, a qualidade ambiental do espaço.

III. Impacto e Contributos

Com base nos resultados, julgamos ter contribuído de forma pertinente para:

[1] a criação de ferramentas de apoio à praxis da leitura, análise e diagnóstico dos musseques e consequentemente

[2] intervir de forma sustentável para a sua integração na cidade contemporânea.

Desta forma não só se aumentam as expectativas de garantir a preservação da autenticidade do tecido, legibilidade do espaço mas acima de qualquer outro objectivo, promover qualidade de vida para as populações mais vulneráveis da cidade.

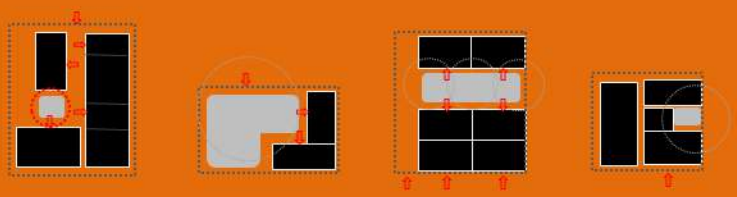
IV. Continuidade

Mediante a propalada crise epistemológica e perceptiva acerca dos musseques, insistimos que a produção de conhecimento urbanístico fundamentalmente no ramo da morfologia urbana é essencial como:

[1] delimitação preventiva no processo acentuado e acelerado do apagamento das identificações históricas, sociais e estéticas,

[2] alavanca instrumental para planeamento e gestão urbanística

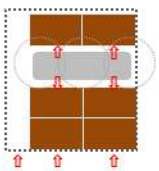
Assim sendo, a principal e mais abrangente proposta de continuidade é o estudo da forma urbana dos musseques e estruturação um cânone anatómico referencial para sustentar a criação de uma base de dados para desenvolvimento de estudos e planos com o objectivo maior da progressiva melhoria do *habitat* humano das populações mais vulneráveis.


A
B
C
D

PÓS TEXTO

Quadros e Tabelas
Glossário
Bibliografia

Quadros e Tabelas



Quadro 01 – Síntese das Escolas Tradicionais de morfologia urbana.

Escolar Francesa	Escola Italiana	Escola Britânica
Reflexão geográfica e historiográfica sobre as cidades	História operacional (Muratori) "Teoria do projecto" (Moudon, 1997)	"Descritiva, analítica e explanatória" "Morfogenética"
a) Descritiva, multidisciplinar do espaço construído. b) Modelos teóricos de "desenho urbano"	Tipo como ferramenta de reconhecimento e caracterização dos tecidos urbanos	Geográfica. (…) como as coisas se adequam ao sítio. [...] A descrição "morfogenética", ênfase sobre a representação cartográfica. Leitura dos planos urbanos ("*town-plans*") para o entendimento da história urbana
Jean Castex, Jean-Charles Depaule e Philippe Panerai.	Saverio Muratori Gianfranco Cannigia Aldo Rossi Carlo Ayomino	Michael Robert Gunther Conzen (1907 – 2000)
Análise Urbana (1980)	Arquitectura da Cidade (1966) *O Significado das Cidades* (1975)	*Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis* (1960)

Quadro 02 - A Experiência Sígnica

Primeiridade	Secundidade	Terceiridade
É o modo de ser daquilo que é tal como é, sem referência a qualquer coisa.	**É o modo de ser daquilo que é tal como é, em relação a qualquer outra coisa.**	**É o modo de ser daquilo que coloca em relação recíproca um primeiro e um segundo…**
Pura qualidade de sentimento. "A mera qualidade em si mesma da vermelhidão, sem relação com nenhuma outra coisa, antes que qualquer coisa no mundo seja vermelha". Momento de suspensão do pensamento. A consciência aberta para aquilo que a ela se apresenta.	É a nossa consciência que reage constantemente com o mundo. "[...] a qualidade *sui generis* do vermelho no céu de um certo entardecer de Outubro". Momento da surpresa, do choque, do conflito.	…"numa síntese intelectual [...] pensamento em signo". Primeiro: o simples e positivo azul Segundo: o céu onde se encarna o azul Terceiro: a síntese intelectual "o azul do céu".

Quadro 03 – "Dez classes de signos". Fonte (Alves, 2016)

	Representamen signo em si mesmo	**Objecto** signo com seu objecto	**Interpretante** signo com seu interpretante
Primeiridade	***Quali-Signo*** Qualidade Possibilidade Sentimento	***Ícone*** Semelhança	***Rema*** Relação mental de semelhança Termo
Secundidade	**Sin-Signo** Realidade Actualidade Existente Sensação	**Índice** Conexão Referência	**Dicente** Contexto, fatos, proposição Confirmação do objecto
Terceiridade	**Legi-Signo** Lei Ideia Lógica	**Símbolo** Abstracção Representação Hábito	**Argumento** Forma lógica Dedução Validado pelos signos da lei

Quadro 04 – Experiência e Relações Sígnicas

EXPERIÊNCIA SÍGNICA	RELAÇÕES SÍGNICAS
Primeiridade: em que predomina o carácter qualitativo, pré-reflexivo, sensível.	**ÍCONES** (signos que possuem relação de semelhança entre significante e significado, como a imagem de um automóvel)
Secundidade: categoria da experiência, onde a relação de causa acidental, fortuita, experimentada, constrói a dimensão segunda, que se apoia na primeira.	**ÍNDICES** (signos que apresentam uma relação de contiguidade entre significante e significado, como as pegadas, que indicam a passagem de uma pessoa num local)
Terceiridade: é o lugar da regra, da lei, da convenção, da ciência, da previsão, do controle.	**SÍMBOLOS** (signos onde a relação entre significante e significado é socioculturalmente definida, como as palavras)

Quadro 05 - Síntese dos aspectos formais das tipologias dos musseques por Alan Cain

Características	Musseques	Sanzalas
Antiguidade		
Tipo Construtivo	Um (1) Piso	
Traçado	Ruas, Praças e Becos (Elementos)	
Parcelas		

Quadro 06 - Síntese dos aspectos formais das tipologias dos musseques por Alan Cain

Características	Musseques antigos	Musseques periféricos	Musseques em transição	Musseques ordenados
Antiguidade	Secular	Inferior a 10 anos	10 anos e mais	15 anos e mais
Tipo Construtivo	Pau-a-pique e Madeira	Blocos de cimento	Blocos de cimento Dois e três pisos	Blocos de cimento ou tijolos; Tecto de zinco ou fibrocimento
Traçado	Estrutura não ordenada	Estrutura desordenada	Estrutura não ordenada Pequenas passagens	Ruas minimamente alinhadas
Parcelas			Parcelas originais, pequenas e irregulares	

Quadro 07 - Síntese dos aspectos formais das tipologias dos musseques por Miguel Amado

Características	Musseques Estruturados	Musseques Não Estruturados	Musseques Dispersos
Antiguidade			
Tipo Construtivo			
Traçado	Forma Regular		
Parcelas			

Quadro 08 – Correspondência entre os lugares urbanos de Mbanza Kongo e a Dikenga

Mbanza	Elementos Estruturantes	Dikenga	Observações
Kulumbimbi	Ancestrais	*Ku Mpemba*	(igreja/cemitério)
Lumbu	Viventes	*Ku Nseke*	(Palácio Real)
Yala Nkuwu	Conexão	*Mu Kula*	(arvore)
Rua Principal	Divisão	*Kalunga*	As doze fontes
	Acesso	*Kala/Luvemba/Tukula/Musoni*	

Quadro 09 - "Decomposição Elementar" Proposta para os Musseques

Denominação	Análise Comparativa	Interpretação e Proposta
Praça	Não corresponde	Praça do Mercado
Rua	Corresponde	Ruas perimetrais segmentadas
Bloco	Corresponde	Unidades morfológicas
Estrutura	Corresponde	Acessos interiores
Edifícios Singulares	Não corresponde	Árvores - Logradouros
Edifícios Comuns	Corresponde	Sistemas habitacionais

Quadro 10 - "A decomposição sistémica" (Panerai. 2006) e a Proposta para adequação aos Musseques

Denominação	Análise Comparativa	Interpretação e Proposta
vias	Corresponde	Ruas perimetrais
parcelas	Corresponde	Unidades de agregação
edificações	Corresponde	Edificações

Quadro 11 - "Decomposição Elementar" e a Proposta para adequação aos Musseques

Denominação	Análise Comparativa	Interpretação e Proposta
Praça	Corresponde	Praça do Mercado
Rua	Corresponde	Ruas perimetrais
Bloco	Corresponde	Unidades de Agregação
Estrutura	Corresponde	Acessos interiores
Edifícios Singulares	Corresponde	Edifícios Singulares
Edifícios Comuns	Corresponde	Sistemas habitacionais Triádicos: CSU, CPP e Outros

Quadro 12 – Caracterização Tipológica das Ruas

Aspectos Morfológicos	Qualidade	Tipo A	Tipo B	Tipo C
Dimensão	Largura Predominante	1,20 < RA < 3M	RB>3m	06m < RC < 1,20m
	Extensão Circunjacente	Variável 30 a 90m	Variável 50 a 120m	Variável 30 a 70m
Movimento	Mobilidade (fluxos)	Pedonal e Automóvel	Mista	Pedonal
	Permeabilidade predominante	Habitação	Hab./Com/Serv.	Irrelevante
Desempenho	Permanência	Familiar	Comercial /Serviços	(…)
	Acesso	Corredor Logradouro	Corredor Logradouro	Corredor Logradouro

Quadro 13 - Matriz de Levantamento dos Musseques

N.º	Ref.	Denominação	Categoria	Observação
1	C1	Unidade Morfológica	Sistémica	
2	1.1	Topografia		
3	1.2	Delimitação		
		Sectores		
4	C2	Unidades de Agregação	Sistémica	
5	2.1	Tipo A	Elementar	Proposta
6	2.2	Tipo B	Elementar	
		Acessos		
7	C3	Rede Rizomática		
8	3.1	Ruas Perimetrais	Elementar	Proposta
9		Segmentos – Tipo A		Proposta
10		Segmentos – Tipo B		Proposta
11		Segmentos – Tipo C		Proposta
12	3.2	Intersecções	Elementar	
13	3.3	Cruzamentos	Elementar	
		Entroncamentos		
14	C4	Edificações	Sistémica	
15		Edificações do tipo 'Singular'	Elementar	
16		Edificações do tipo 'Comum'	Elementar	
17		Isolados	Elementar	
18		Sistemas	Elementar	Proposta

Quadro 14 - Variáveis de análise

Habitação	Função /Descrição	Função /Descrição	
Unidade	Contexto tradicional	Contexto Urbano	Correspondência
U1	*Dormir* *. Individual* *. Masculino* *. Chefe de Família*		Sem correspondência
U2	*Dormir* *. Individual* *. Feminino*		
U3	Actividades .		
U4	*Convívio* *Colectivo* *. Ar-livre* *. Pátio*		

Quadro 15 - Comparativo dos Casos de Estudo

Denominação	Caso de Estudo 1	Caso de Estudo 2
Nome		
Município		
Posição no contexto urbano		
Tamanho		
Topografia (Índice de Declividade)		
Dimensão		
Unidades de Agregação		
Sistemas Habitacionais Triádicos		

Quadro 16 - Síntese das Etapas da proposta de metodologia

Conceptualização do Modelo Teórico			Comprovação do Modelo Teórico	
Problematização	**Estado da Arte**	**Conceptualização**	**Dedução**	**Indução**
		Processo Dedutivo-Indutivo		
Análise bibliográfica	Revisão da literatura	Análise laboratorial gráfica	Trabalho de Campo e Análise laboratorial gráfica	Trabalho de Campo e Análise laboratorial gráfica
História, Política Urbanas, Cidadania e Cultura.	Morfologia Urbana Semiótica-Filosofia Musseques	Cartografia e Iconografia	observação, entrevistas e recolha de informação directa e indirecta	observação, entrevistas e recolha de informação directa e indirecta

Quadro17 - Processos de transformação urbana (Fonte: Wolf 2020)

Processo	Descrição
Expansão urbana	Crescimento das áreas urbanas de maior dimensão, originando uma grande concentração de população, actividades económicas ou serviços no seu perímetro.
Urbanização	Passagem de modos de ocupação de baixa densidade para zonas de alta densidade, impelida pela migração das populações para os centros urbanos existentes.
Declínio urbano	Declínio da população de uma dada área urbana, acompanhado por fenómenos como o abandono de infra-estruturas e património edificado, o envelhecimento demográfico ou o declínio económico.
Declínio rural	Abandono de áreas rurais, que tende a caracterizar-se pelo abandono de explorações agrícolas, pela concentração e encerramento de serviços, pela transformação das paisagens e por um progressivo despovoamento.
Contra-urbanização	Processo de urbanização de áreas rurais que se situem para além das zonas suburbanas ou periurbanas.
Sub-urbanização	Expansão das áreas urbanas para a sua periferia, muitas vezes de forma dispersa.

Quadro 18 – Comparação Quantitativa do impacto das Transformações Urbanas no Catambor (1974 – 2021)

Nº	Elementos Urbanos	1974	2021	Observações
1	*Unidade Morfológica*	*Catambor*	*Catambor*	
1.1	Sectores	3	5	Aumento. 167%
2	*Unidades de Agregação*	*18*	*69*	*Aumento. 383%*
2.1	Tipo G	3	0	Extinção
2.2	Tipo M	1	6	
2.3	Tipo P	11	33	
2.4	Tipo xP	7	30	
3	*Rede Rizomática*			
3.1	Rua Perimetral	58	195	Aumento 336%
	Segmentos – Tipo A	13	45	
	Segmentos – Tipo B	15	35	
	Segmentos – Tipo C	3	115	
3.2	Vazios	11	19	Aumento 173%
	Largos	9	18	
	Parque Urbano	1	0	Extinção
	Praça-mercado	1	1	
3.3	Intersecções	23	46	
	Cruzamentos	4	1	Redução
	Entroncamentos	19	45	
4	**Edificações**			
4.1	Edificações do tipo 'Singular'	5	19	
	ES - Equipamento	4	19	
	ES - Monumentos	1	0	Descaracterização
4.2	Edificações do tipo 'Comum'	1152	3533	307
	Isolados - CSU	750	62	
	Isolados - CPP	402		
	Outros		3471	**Descaracterização**

Quadro 19 - Amostra I: Dimensionamento dos Módulos de 1988 (média)

N.º	Sistema Construtivo	Área (m2)	Largura (m)	Comprimento (m)	Obs.
1	Betão	50,96	6,35	8,63	
2	Adobe/Madeira	34,27	4,81	7,10	

Quadro 20 - Amostra II: Dimensionamento dos Módulos de Betão (1988)

N.º	Sistema Construtivo	Área (m2)	Largura	Comprimento	Obs.
1	Betão	**45,73**	**5,61**	**8,16**	
2	Adobe/Madeira	**23,10**	**3,60**	**6,50**	

Quadro 21 - Amostra III: Dimensionamento dos Módulos de Betão (1988)

N.º	Sistema Construtivo	Área (m2)	Largura	Comprimento	Obs.
1	Betão	61,45	6,33	9,65	
2	Adobe/Madeira	40,80	5,21	7,67	

Quadro 22 – Caracterização Tipológica das Vias

Aspectos Morfológicos	Qualidade	Tipo A	Tipo B	Tipo C
Dimensão	Largura predominante	1,20m < RA < 3m	Superior a 3m (RB> 3m)	0,6m < RC < 1,20
	Extensão circunjacente	Variável 30 a 90m	Variável 50 a 120m	Variável 30 a 70m
Movimento	Mobilidade (fluxos)	Pedonal e Automóvel	Mista	Pedonal
	Permeabilidade predominante	Habitação	Hab./Com/Ser.	Irrelevante
Desempenho	Permanência	Familiar	Comercial/Serviços	(…)
	Acesso	Corredor/Logradouro	Corredor/Logradouro	Corredor/Logradouro

Quadro 23 - Características Genéricas dos Signos Espaciais e Variações

Categorias (Hipótese)	Características Morfológicas	Variações
Sistemas Habitacionais Triádicos	Edifícios Logradouro Árvore	V1: Edifício Logradouro (Diádico)
		V2: Edifício – Parcela (Monádico)
Unidades de Agregação	Singulares Compostas	V3: Fragmentação (Sub-unidades) V4: Incorporação
Rede	Ruas Perimetrais Praças de Mercado Largos (intersecções)	V5: Mercado Corredor
Unidade Morfológica	Estrutura Alveolar/Mosaico Organização anárquica	(…)

Quadro 24 – Comparação entre processos de divisão celular e habitacional

N.º	Célula	Habitação	Obs.
1	Mitose Normal	Transformação homomórfica /	
2	Mitose Atípica	Transformação heteromórfica	

TABELAS

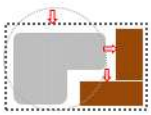
Tabela 01 - Médias Relativas dos Resultados das Amostras (Ed. Betão)

N.º	Amostras (A)	Área (m2)	Largura (m)	Comprimento (m2)	Proporção (L:C)	Obs.
1	A2	50,96	6,35	8,63	1,43	
2	A3	45,73	5,61	8,16	1,45	
3	A4	61,45	6,33	9,65	1,43	

Tabela 02 - Médias Relativas dos Resultados das Amostras (Ed. Pau a Pique)

N.º	Amostras (A)	Área (m2)	Largura (m)	Comprimento (m2)	Proporção (L:C)	Obs.
1	A2	34,27	4,81	7,10	1,48	
2	A3	32,58	4,45	7,03	1,58	
3	A4	40,80	5,21	7,67	1,47	

Glossário



Ambiro – denominação do Bosque sagrado na cidade de Mbanza Kongo. Segundo Bruno Pastre Máximo, "O local de sepultamento dos reis não correspondia ao que hoje se chama Cemitério dos Reis do Kongo/Kulumbimbi. Eles enterravam os reis em uma floresta, um local chamado ambiro." (Maximo, 2016, p.115)

Arimo – [1] Arimo – (Do Kimbundu ku rima ou ku dima, cultivar) – Lavra, pequena plantação agrícola. Termo em desuso a partir do início do século XX. (Assis Júnior, 1923) [2] arimo Angolaa.ri.moɛˈrimu. Do quimbundo marimu, «idem», de kurima, «cultivar» (Infopédia)

Bakongo - Bakongo é um etnónimo. Significa o plural de Mukongo, indivíduo do Reino do Kongo.

Biologia Reprodutiva: Flores unisexuadas, polinizadas por pequenas vespas, que se desenvolvem em algumas das flores e vivem em simbiose no interior do Sicónio. A dispersão das sementes é feita pelos morcegos. No sul de África, a floração e frutificação, ocorrem a para a maior parte do ano, sendo o pico em Outubro. (Fonte:Wikipédia)

Bordão – Angola. Botânica. Pernada fibrosa e resistente da palmeira-bordão, com várias aplicações na vida comunitária: mesas, cadeiras de braços, remos, estrutura ou cobertura de casas. A Palmeira Bordão: BOTÂNICA designação comum, extensiva a diversas palmeiras do género *raphia*, que inclui espécies cultivadas para produção de bebidas alcoólicas, para extração de madeira e, sobretudo, para extração de fibras têxteis.

Buala – Kikongo. [1] Buala (ang.) S. vata, bwala. (Cobe. 2010) [2] 1. aldeia; povoação; quimbo. 2. Bairro. 3. Terra (infopédia)

Cacimba - *Kakixima*, sub. (X) Covato. | Cacimba pequena. Fonte. (Assis Junior.1923, 84)

Caluanda – [1] relativo ou pertencente a Luanda (Infopédia), [2] "Se dissermos que caluanda é todo aquele que nasceu em Luanda, o problema fica formalmente resolvido. Mas há o critério da adequação psicológica à vida da cidade, a integração, e neste caso o lugar de nascimento não é condição básica". (Pepetela. 1990, p.163).

Cubata – [1] *Bata*, sub. (IV) Casa, Domicílio | Residência : *ng'atundu ku* bata | Lar. V. li bata. (Assis Júnior 1923, p 20) [2] Outras designações: 'Inzo', sub. (IX) Domicílio; casa; habitação; morada. (Assis Júnior 1923, p 60) '*Jinzo'*, plural (Assis Júnior 1923, p 75) [3] habitação de algumas aldeias africanas, feita de cana e folhas e coberta de capim seco em camadas (infopédia) [4] 'macacas' são "cubatas ligeiras para acampamentos, forradas de colmo e com tectos de folhas de bananeiras." (Redinha 1973 p.11)

Dikenga - representação simbólica dos grandes ciclos do sol, da vida, do universo e do tempo, pensa a existência humana como um grande ciclo dividido em quatro etapas, representado por dois eixos em cruz (mukula e kalunga) que encerram nas pontas quatro círculos de cores diferentes, preto (*Kala*), vermelho (*tukula*), branco (*luvemba*), amarelo (*musoni*).

Fubeiro - vendedor de fuba, comerciante reles, taberneiro. (Infopédia)

Imbondeiro – [1] Mbondo bot. Robusta árvore, mais conhecida por 'embondeiro', {adansonia digitata). (Assis Junior 1923, 23), [2] (…) árvore de grande porte, da família das Bombacáceas, própria das regiões tropicais africanas, tem tronco alto e largo (pode atingir mais de 10 metros de diâmetro), com grande capacidade de armazenamento de água, folhas digitadas, flores grandes, de cor branca, e frutos capsulares, de polpa acídica (Infopédia)

Itari - [1] Apresentada como sinónimo de Lumbu. [2] ítari, sub. Finanças; dinheiro. Mukua — , adj. Endinheirado; rico. [3] A "designação quintal, lumbu, na língua de Luanda, e também itari (decerto aculturação do português quintal). Esta dependência é, muito justificadamente, considerada imprescindível complemento, e os de Luanda entendem que, casa sem quintal, não é casa de gente que se preze" (Redinha 1973, p32)

Kala – Dikenga [1] Nascimento / Renovação [2] Este / Nascente [3] Alvorada

Kalunga - Dikenga (Eixo Kala-Luvemba) A linha divisória entre o mundo dos vivos e dos mortos. Simbolizada pela superfície das águas esta fina barreira é tanto uma barreira como um portal entre os mundos.

Kimbanda – Kimbundo. Pessoa que trata de doentes. Mágico; exorcista; necromante; bruxo, (Assis Junior.1923, 129)

Kitanda - Kimbundo. Posto de venda de géneros frescos; Mercado; feira; O que é susceptível de venda ambulante. (Assis Junior.1923, 145)

Kota - Kimbundo. abrev de rÍKota 'adj. Maior. Também utilizado como neologismo no português utilizado em Angola como designativo de indivíduo mais-velho que os demais e sempre com referência de autoridade sobre os demais

Kongo dya Ngunga, significa dizer, o Kongo dos sinos, após a construção das primeiras igrejas católicas na capital do Estado do Kongo. Pois, sendo uma realidade extra-cultural Kongo, onde os sinais de chamamento para qualquer acto de interesse da comunidade, eram utilizados os meios de comunicação tradicionais, como, Mpungi, Mondo, Ngongi e até o Ngoma.

Ku Mpemba – Dikenga. mundo dos mortos

Ku Nseke – Dikenga. mundo dos vivos

Kulumbimbi - A palavra (N)Kulumbimbi, segundo a definição de Laman, é da ancestralidade (Nkulu) com a presença dos cadáveres, do cemitério (Mbimbi), configurando um lugar de cadáveres ancestrais.

Libata – Kikongo. [1] Libata (ang.) S. vata. (Cobe. 2010)

Limites Biofísicos: Esta espécie cresce numa ampla variedade de solos, em especial nos favorecidos pela luz, profundos e bem drenados, com uma precipitação média anual a variar entre os 750–2000 mm. Em termos de altitude, é comum encontrar exemplares entre os 1000–2500 m acima do nível médio do mar.

Luando - Ngándu, sub. (IN) Esteira grossa feita de mâbu., vulgarmente conhecida por luando (Assis Junior 1923, 39)

Lumbu – Kikongo. [1] Corte S. lumbu Iwa n'tinu (Cobe, 2010 p.156) [2] Alojamento, casa, cerca, cercado (Cobe, 2010) [3] a "concessão" ou "o lugar onde um chefe de família, ou da aldeia, se senta para resolver os assuntos da família ou aldeia." (Cabral, Ricardo. 2015) "Lumbu" significa, na língua quikongo, a "concessão" ou "o lugar onde um chefe de família, ou da aldeia, se senta para resolver os assuntos da família ou aldeia."

Lumbu Iwa N'tinu - Palácio S. lumbu; palácio real: *lumbu Iwa n'tinu*, *nganda a Kongo*. Corte S. *lumbu Iwa n'tinu, luyalu Iwa n'tinu*; S. fig. kitoko, kindumba. (Cobe. 2010)

Luvemba – Dikenga. [1] Oeste / Nascente [2] Morte /Transformação [3] Crepúsculo

Mabu – *Angola*. Botânica. *(Cyperus papyrus)* planta herbácea africana, rizomatosa, da família das Ciperáceas, própria de terrenos inundados, tem caules trigonais e flexíveis que podem atingir mais de cinco metros de altura, com folhas aciculares no ápice e espiguetas acastanhadas, sendo cultivada pelos rizomas comestíveis, como ornamental e para aproveitamento das fibras, usadas na confeção de obras trançadas e, na Antiguidade, para o fabrico de folhas para escrever; dibo, papiro.

Mais tarde, o Rei Ekuikui foi alertado que se tratava de uma "falsa informação" e enviou uma carta aos missionários, pedindo que esses voltassem para a missão do Chilume.

MáKota - Adj. e sub. Próceres; magnates, | Conselheiros |Os maiores, mais velhos (na idade, no saber, na riqueza, etc.)| Que excedem a outros em quantidade, qualidade ou volume; fig Velhos. (Assis Jr, 1923).

Mayanga (grapia antiga) - ou também Maianga é uma corruptela da palavra Mazanga, de origem da língua Kimbundo. "Mázanga, sub. pi. (IV) Terrenos alagadiços para plantio no tempo seco I Lagoas pântanos." (Assis Júnior 1923, p282)

Mayanga (grapia antiga) ou também Maianga é uma corruptela da palavra Mazanga, de origem da língua Kimbundo. "Mázanga, sub. pi. (IV) Terrenos alagadiços para plantio no tempo seco I Lagoas pântanos." (Assis Júnior 1923, p282)

Mbanza – Cidade. Kimbundu e Kikongo

Mukula - Dikenga (eixo Musoni – Tukula) Crescimento e tempo. A aquisição do pleno conhecimento sobre os princípios da vida ensinado pelos ancestrais. Canal que os ancestrais utilizam para assistir os vivos.

Mulemba - A Mulemba (Ficus thonningii) ou figueira africana é uma árvore sarmentosa da família das Moráceas, de seiva leitosa de tom rosado. Apresenta um porte elevado, chegando a atingir 15-20m de altura. A copa é volumosa e muito ramificada, sendo muito apreciada pela sombra que produz. Dá-se em terrenos secos e arenosos. Apre-senta raízes aéreas, conhecidas popularmente por barbas. Os frutos, Sicónios, nascem nas axilas das folhas, com 8–12 mm de diâmetro e atraem uma grande variedade de pássaros. As folhas são simples de verde brilhan-te escuro, finas tipo papel ou ligeiramente rugosas, margem lisa, elíptica ou oblongada, por vezes bastante compridas, agrupados em extremidades nos galhos. Às vezes, abaixo do folhas, aparecem pequenas flores, amarelas ou vermelha. O nome genérico vem do latim clássico "ficus" (figueira de cultivo) derivada da palavra Persa fica e o epíteto foi dado em honra do coleccionador de plantas dinamarquês Peter Thonning (1775-1848). | A Mulembeira é uma árvore de grande significado espiritual para o povo Bantu. Em Kimbundu é chamada de Mulemba e em Umbundu chama-se ULEMBA.

Mulemba - Nome científico Ficus thonningii. Descrição: A mulemba é a árvore real Angolana, servindo de sombra onde se reuniam os chefes e reis. O visco (seiva leitosa muito adesiva) da mulemba é usado para apanhar pássaros. Distribuição Geográfica: Angola, Benim, Botsuana, Burkina Faso, Camarões, República Centro Africana, Chade, Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo (ex-Zaire), Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gana, Guiné-Bissau, Quénia, Madagáscar, Malaui, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, África do Sul, Sudão, Essuatíni, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. Ecologia e distribuição: Habitat natural. A espécie encontra-se amplamente espalhada nas florestas dos planal-tos, prados abertos, zonas ribeirinhas e rochosas e, por vezes, na savana. Ocorre naturalmente em Angola, República Democrática do Congo (ex-Zaire) e Tanzânia.

Musoni – Dikenga. [1] Sul / Nadir [2] Concepção / Ancestralidade [3] Meia-Noite

Musseque - [1] Múseke, sub. Areia grossa; terra saibrosa. Granja; herdade. Mukua-, adj. e sub. Granjeiro; suburbano. (Assis Júnior: 1923). O mesmo dicionário não suporta a proposta comum de que museke é uma palavra por aglutinação de mu+seke, sendo mu=lugar e seke=areia vermelha visto que 'Um' é uma preposição que indica relação de tempo podendo ser utilizado como pronome possessivo e 'seke' é um substantivo que significa insecto da família das formicidas. [2] Também designa uma região, a antiga província do reino do Ndongo. A região é também denominada como "Musseque Uriapuko" (Figueiredo. 2016). [3] Musseque também denomina os bairros degradados da cidade de Luanda, maioritariamente localizados na periferia da cidade. [4] Musseque é também a denominação do solo do tipo Quelo. "O solo musseque é um solo de comportamento colapsível, em geral sobrejacente a camadas de argilas e em alguns casos de siltes sem consistência." (Marques 2014).

Mussumba – Cidade Capital do Império Lunda

Muxixe – Angola. Botânica. Árvore de médio porte (Sterculia setigera) da família das Esterculiáceas, comum em zona de embondeiros, cujas pernadas são usadas como estacaria e cujas folhas, casca e frutos têm virtudes curativas; muxixeiro, infopédia)

Não acreditado – Conceito proposto no projecto de investigação que decorre do facto dos musseques, por serem territórios não urbanizados, não terem cabimento na definição de aglomerado urbano e de cidade, conforme descrito no Artigo 2º (Definições gerais) da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo de Angola, sic. [1] "*Aglomerados urbanos: os territórios que abrigam aglomerados populacionais que estão dotados de infra-estruturas urbanísticas, designadamente redes de abastecimento de água e de electricidade, de saneamento básico e cuja estruturação se desenvolve segundo planos urbanísticos aprovados ou, na sua falta segundo instrumentos de gestão urbanística legalmente equivalentes*;" e [2] "*cidades: os aglomerados urbanos dotados de estatuto especial para o efeito, designadamente o foral de cidade e com um número mínimo de habitantes, definido por lei, segundo as normas de ordenamento do território*";

N'ti - Arvore S. n'ti; árvore da borracha: n'sanda, (Cobe. 2010)

N'tinu (1) Imperador S. ntotela, n'tinu. (2) Majestades. kimfumu, umfumu, lulendo; mfumu, n'tinu. (COBE. 2010)

Ntotila - Título maior do Reino do Kongo, desde que esteja sedeado em Mbanza Kongo. "*O Ntotila é o guardião da tradição, responsável por ser o mediador entre os antepassados e os viventes, aquele que zela pela ordem*." (Máximo, 2017. p.134)

Nsanda. Kikongo. Mulemba (quimbundo), Ulemba (Ovimbundu)

Nzimbu - (Cypraea moneta), o molusco univalve cuja casca funcionava como moeda no reino do Congo e noutras regiões da África Ocidental

Ondjango - "Ondjango, na cultura e língua umbundu do centro-sul de Angola, é uma palavra composta por aglutinação: *Ondjo* (casa) + *Ohango* (conversa); <*ondjo y'ohango*> (casa de conversa, diálogo ou conversação). *Ondjo*, enquanto casa, habitação, residência, é o espaço onde se constrói a vida através dos ensinamentos de adultos para a nova geração, por isso, não implica que seja necessariamente uma casa, mas qualquer lugar onde os homens se encontrem reunidos para tratar de um determinado assunto de interesse comum. *Ohango* é um diálogo ou conversa séria de igual para igual, entabulada entre duas ou mais pessoas, mediatizadas por um varão, um *sekulu* (mais velho, com experiência vital), que acontece num sistema circular ou do tipo mesa redonda. (…) Tradicionalmente, o ondjango é sempre visto como um espaço rudimentar, erguido em forma de "U", onde é possível fazer acontecer a reunião. Nessa óptica, enquanto realidade física, *ondjango* significa espaço aberto nas laterais, construção de pau-a-pique, em forma circular, não rebocada dos lados, isto é, sem paredes, encoberto de capim (colmo) ou debaixo de uma árvore frondosa, grande e de sombra, onde os homens se sentavam para que o *ohango* se tornasse factível ou realizável." (Kakumba, 2013, p.21-22)

Prova do enorme significado da Ulemba para o povo Ovimbundu, é o facto dela ter sido a árvore escolhida pelo Rei Ekuikui para propor o "pacto de reconciliação e união" aos missionários americanos.

Readmitidos na missão do Chilume, o Rei deu aos missionários um ramo de Ulemba da sua Ombala para que esses plantassem, como símbolo do "pacto de reconciliação e união". Se a planta pegasse (sobrevivesse), era sinal de que Deus lhes tinha perdoado na prova de juramento; se secasse, expulsava-os definitivamente.

Sanzala - Sanzala, sub- (IX) Povoado | Residência de serviçais em propriedade agiícoU I Moradia de gente se- parada da casa principal. (Assis Júnior 1923, p 355)

Soba - Soba, sub. (IXl Nome genérico de representante da autoridade gentílica em determinada região. (Assis Júnior 1923, p 357)

Sunguilo – Kikongo. Necrotério. "Numa área adjacente ao museu, está localizado o sungilu, isto é, o necrotério, onde eram tratados os corpos dos reis defuntos e em seguida embalsamados". Bortolami Gabriele. O trabalho de campo como experiência etnográfica nas aldeias da comuna de Luvo, município de Mbanza Kongo. p. 203-268. https://journals.openedition.org/mulemba/1141#tocto4n3

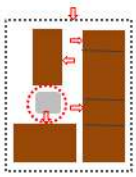
Tadi dya Bukikwa - conhecido como o antigo palácio real dos reis do Kongo, terá sido construído entre os anos 1435 e 1496. Tadi dya Bubikwa o espaço que era o Palácio original dos Ntotela deixa de o ser no Palácio Real (hoje museu dos Reis do Congo). (Bortolami Gabriele. 2016)

Tukula – Dikenga. Maturidade / Ascendência [2] Norte / Zénite [3] Meio-Dia

Ulemba – O mesmo que Mulemba. "*A Mulembeira é uma árvore de grande significado espiritual para o povo Bantu. Em Kimbundu é chamada de Mulemba e em Umbundu chama-se Ulemba. Prova do enorme significado da Ulemba para o povo Ovimbundu, é o facto dela ter sido a árvore escolhida pelo Rei Ekuikui para propor o "pacto de reconciliação e união" aos missionários americanos. Em 1881, pouco depois da chegada dos primeiros missionários Bailundo, o Rei Ekuikui expulsou-lhes do Reino por desconfiar de segundas intenções dos visitantes. Na verdade, a desconfiança do Rei foi motivada por Braga, um comerciante Português que informou ao Rei que os missionários estavam a construir um túnel com o objectivo de dinamitar a Ombala Ya Mbalundo! Mais tarde, o Rei Ekuikui foi alertado que se tratava de uma "falsa informação" e enviou uma carta aos missionários, pedindo que esses voltassem para a missão do Chilume. Readmitidos na missão do Chilume, o Rei deu aos missionários um ramo de Ulemba da sua Ombala para que esses plantassem, como símbolo do "pacto de reconciliação e união". Se a planta pegasse (sobrevivesse), era sinal de que Deus lhes tinha perdoado na prova de juramento; se secasse, expulsava-os definitivamente. Enquanto plantavam a Ulemba, o Rei implorava dizendo: Oh, ulemba, ulemba! Só se esta não é minha terra, se na verdade é, e vocês vieram em paz, oh! Ulemba pega! Se não é verdade, estes senhores me estão a enganar, a mulembeira vai secar (Ulemba...Tembi tembi, Yoló afeké andengo, Ulemba...). Felizmente para os 3 missionários, a Ulemba pegou e esses continuaram a sua missão no Bailundo até 1882, altura em que partiram para o reino do Vyé, seu alvo principal, onde fundaram a missão do Kamundongo.*" (Chicapa, 2017)

Yala Nkuwu / Yalankuwo – Kikongo. Nome da árvore sagrada de Mbanza Kongo e o lugar da justiça ancestral. Árvore do tipo *Ficus thonningii ou Nsanda.*

Bibliografia



African Union of Architects (Org.). (s.d.). *m.auaarchitects.org/index.php?ption=com_contentview=articleid=2&Itemid=20*. Obtido em 23 de Novembro de 2019, de auaarchitects.org: m.auaarchitects.org/index.php?ption=com_contentview=articleid=2&Itemid=20

Agbola, B., & Watson, V. (2014). *Por que as cidades africanas precisam de um planejamento específico?* Obtido em 12 de Janeiro de 2010, de Archdaily: https://www.archdaily.com.br/br/601255/por-que-as-cidades-africanas-precisam-de-um-planejamento-especifico

Agostinho Neto, A. (1977). *Sagrada Esperança* (1ª ed.). Luanda: União dos Escritores Angolanos.

Agostinho, Y. (2017). Luanda cidade colonial: A construção de bairros indígenas, 1922 – 1962. "Fomento ou Controlo"? *Cidade Contemporânea 2017.*

Agostinho, Y. (2018). *A Construção dos Bairros Indígenas em Luanda 1922-1962: Fomento ou Controlo?* Obtido em 19 de Novembro de 2019, de Development Workshop Angola: https://pt.slideshare.net/DevelopmentWorkshopAngola/20180413-d

Agudelo Castañeda, J. H. (2021). *Empatías urbanas y geosemiótica: el sistema geográfico de los signos urbanos.* Universidad de la Salle.

Albuquerque Guimarães, G. (2015). *Luanda: A Metrópole do Século XXI?* Ph.D. dissertation, Universidade do Porto (Portugal).

Alexander, C. (1977). *A pattern language: towns, buildings, construction.* London: Oxford university press.

Alfagali, C. (2019). Conflito de terras nos sertões de Angola: estudo de caso da disputa pelas terras de Ilamba, século XVIII. *Revista de História*(178), 1-27. doi:http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.144124

Alfaiate, M. T. (2000). Expressão dos valores do sítio na paisagem.

Aliata, F., & Silvestri, G. (1994). El paisaje en el arte y las ciencias humanas. *Centro Editor de América Latina, Buenos Aires*.

Alves, L. (2016). *O signo: elementos semióticos de Peirce.* Obtido em 20 de Julho de 2020, de Ensaios e Notas: https://wp.me/pHDzN-38G

Amaral, I. (1983). Luanda e os seus" muceques", problemas de Geografia Urbana. *Finisterra, 18*.

Amaral, I. (2002). *Construindo a história de Angola : a importância da utilização cruzada de fontes: (reflexões de um geógrafo).* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Amaral, I. (2002). Luanda e os seus dois arcos complexos de vulnerabilidade e risco: o das restingas e ilhas baixas e o das escarpas abarracadas. *Territorium*(9), 89-115.

Amaral, I. d. (1962). *Ensaio de um estudo geográfico da rede urbana de Angola.* Junta de investigações do ultramar.

Amaral, I. d. (1968). Luanda: estudo de geografia urbana. *(No Title)*.

Amaro, L. C. (2016). *Contribuições para a Mobilidade Urbana Sustentável em Luanda.* Ph.D. dissertation.

Araújo, A. (1964). *Aspectos do desenvolvimento económico e social de Angola.* Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Arkin, H., & Colton, R. R. (1950). Tables for statisticians.

Assembleia Nacional. (2004). Lei de Terras. Lei n.º 9/04 de 9 de Novembro. *Diário da República*. Luanda, Angola: Imprensa Nacional.

Assembleia Nacional. (2004). Lei do Ordenamento do Territorio e do Urbanismo. Lei n.º 3/04 de 25 de Junho. *Diário de República*. Angola: Imprensa Nacional.

Assembleia Nacional. (2010). Constituição da República de AngolAprovada pela Assembleia Constituinte, Publicada na Iª Série do Diário da República N.º 23 de 5 de Fevereiro de 2010. Rectificada pela Declaração inserta na Iª Série do Diário da República N.º 165 de 31 de Agosto de 2010. *Diário da República*. Luanda: Imprensa Nacional. Obtido de http://tribunalsupremo.ao/wp-content/uploads/2018/05/constituicao-da-republica-de-angola.pdf

Assis Júnior, A. (1940). *Dicionário kimbundu-português, linguístico, botânico, histórico e corográfico. Seguido de um índice alfabético dos nomes próprios.* Luanda: Argente, Santos & Ca.

Augé, M. (2005). *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade.* Lisboa: 90 Graus.

Azevedo, C., & Sunkel, C. (2012). *Biologia Celular e Molecular* (5ª ed.). Lisboa: Lidel - Edições Técnicas. Obtido de https://issuu.com/lidel/docs/biologiacelularemolecular /

Balbim, R. N., Krause, C. H., & Linke, C. C. (2016). Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano.

Barreto, V. (1993). O conceito moderno de cidadania. *Revista de direito administrativo, 192*, 29–37.

Barth, H. (1852). *Timbuktu.* Obtido em 18 de Julho de 2022, de education.nationalgeographic.org: https://education.nationalgeographic.org/resource/mansa-musa-musa-i-mali/

Barthes, R., & Alcalde, R. (1990). *La aventura semiológica.* Paidós Barcelona.

Bate, F. (1838). New Harmony. Londres: The Association of All Classes of All Nations.

Batsikama, P. (2012). A significação de 12 nascentes de Mbanz'a Kongo. *Jornal Cultura*(14). Obtido em 3 de Março de 2019, de https://imgs.sapo.pt/jornalcultura/content/files/cultura_xv.pd

Batsikama, P. (2016). *Mfumu'a Lemba ou Kimfumu (principais funções de clãs reais do Reino do Kongo).* Obtido de http://muanadamba.over-blog.com/: http://muanadamba.over-blog.com/2016/03/mfumu-a-lemba-ou-kimfumu-principais-funcoes-de-clas-reais-do-reino-do-kongo.html

Batty, M., & Longley, P. (1994). *Fractal cities: a geometry of form and function.* Cambridge, Massachusetts: Academic press.

Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.* Rio Janeiro: Zahar.

Benjamin, T. (2007). Colonial Cities and Towns, Africa. Em *Encyclopedia of Western Colonialism since 1450* (Vol. 3). Detroit: Gale / Macmillan. Obtido de https://www.encyclopedia.com/history/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/colonial-cities-and-towns-africa

Bhakar, S., Dudek, C. K., Muise, S., Sharman, L., Hortop, E., & Szabo, F. E. (2004). Textiles, patterns and technology: Digital tools for the geometric analysis of cloth and culture. *Textile, 2*(3), pp. 308-327.

Bianca, S. (2000). *Urban form in the Arab world: past and present.* Thames & Hudson London.

Blanchard , R. (1937). Lavedan (P.).—Géographie des villes. Géographie humaine. *Revue de Géographie Alpine*(25), 441-445.

Blaser, W. (2004). *Patios: 5000 Años de Evolucion Desde la Antigüedad Hasta Nuestros Dias.* Barcelona: Gustavo Gili.

Borracheiro, J. S. (s/d). *Arquivo Oliveira Salazar 1908/1974. Correspondência particular 1928/1970. Correspondência particular 1928/1968. Correspondência de Júlio Silva Borracheiro.* Obtido em 18 de Agosto de 2022, de Arquivo Nacional Torre do Tombo: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7783077

Brásio, A. (1953). *Monumenta Missionaria Africana. Volume 3. África Ocidental (1570-1599).* Agência Geral do Ultramar.

Braun, G., & Hogenberg, F. (27 de Março de 2019). Kilwa Map Illustration. Atlas 'Civitates orbis terrarum' 1572 . *World History Encyclopedia, I*. Obtido de https://www.worldhistory.org/image/10326/kilwa-map-illustration/

Brown, R. (1876). *The countries of the world* (Vol. Vol. 6). London, Paris e New York: Cassel, Petter, Galpin & Co.

Cabral, R. (2015). *Lumbu (Mbanza Kongo, Angola) 3D Model.* Obtido de https://sketchfab.com/: https://sketchfab.com/3d-models/lumbu-mbanza-kongo-angola-12bada1c7c204273affbff9447d41e52

Cain, A. (1986). *Bairro upgrading in Luanda's Musseques* (Vol. 2). Luanda: Development Workshop. doi:10.13140/RG

Cain, A. (Ed.). (2005). *"Terra - Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia & políticas de desenvolvimento".* Development Workshop Angola.

Cain, A. (2013). De estratégias de sobrevivência ao desenvolvimento sustentável nos musseques de luanda. *VIII Fórum de Arquitectura (Actas).* Luanda: Universidade Lusíada de Angola.

Campbell, G. (Ed.). (2007). *The Grove encyclopedia of classical art and architecture.* Oxónia: Oxford University Press.

Caniggia , G. (1997). ectura de las preexistencias antiguas en los tejidos urbanos medievales. (A. Pozo, Ed.) *Análisis urbano. Textos: Gianfranco Caniggia, Carlo Aymonino, Massimo Scolari*, pp. 27-50.

Cardoso, A. (1980). *Baixa & musseques* (Vol. 30). Edições 70.

Cardoso, P. (2016). *Maianga do Povo e do Rei.* Obtido em 7 de Maio de 2019, de Rede Angola: http://m.redeangola.info/roteiros/maianga-do-povo-e-do-rei/

Caregnato, L. (2011). Em terras do Ngola e do Manikongo: descrição dos reinos do Kongo e Ndongo no século XV. Em M. Ferreira (Ed.), *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH*, *17.* São Paulo.

Carvalho, F. M. (2021). Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, sécs. XVII e XVIII.

Castel, R., Wanderley, L., & Belfiore-Wanderley, M. (2007). As armadilhas da exclusão. pp. 17-50.

Cataldi, G., Maffei, G. L., Vaccaro, P., & others. (2014). Saverio Muratori ea escola Italiana de tipologia projetual. *Revista de Morfologia Urbana, 2*, 25–36.

CEICA (Ed.). (2013). Actas do 8º Fórum de Arquitectura. *Fórum de Arquitectura.* Luanda: Universidade Lusíada de Angola.

Cerdá, I. (1867). *Teoría general de la urbanización, y aplicación de sus principios y doctrinas a la reforma y ensanche de Barcelona* (Vol. 1). Imprenta Española.

Chicapa, I. (2017). *Ulemba. A Árvore Sagrada.* Obtido de Terra Umbilical: https://www.facebook.com/TERRA-UMBILICAL-219105468467652/)

Choay, F. (2003). *O Urbanismo. Utopias e Realidades. Uma Antologia* (5ª ed.). São Paulo: Perspectiva.

Christofoletti, A. (Ed.). (1982). *Perspectivas da geografia.* Difel.

CIAM (Ed.). (1933). *Carta de Atenas - Assembleia do IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna.* Atenas: IPHAN. Obtido de IPHAN: http://portal. iphan. gov. br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta% 20de% 20Atenas 201933

Cinatti, R., Almeida, L. d., & Mendes, A. d. (1987). *Arquitectura timorense.* Tech. rep., Instituto de Investigaçao Científica Tropical, Lisboa (Portugal). Museu de ….

CITAngola. (1965). *Luanda: Bairro do Cazenga.* Lisboa: Arquivo Histór-co Ultramarino.

CITangola. (1965). *Luanda: Bairro Popular.* Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino.

Clist, B., Cranshof, E., de Schryver, G.-M., Herremans, D., Karklins, K., Matonda, I., . . . Bostoen, K. (2015). The elusive archaeology of Kongo urbanism: the case of Kindoki, Mbanza Nsundi (Lower Congo, DRC). *African Archaeological Review*(32), pp. 369-412.

Cobe, F. (2010). *Novo Dicionario Português-Kikongo.* Luanda: Mayamba Editora.

Coelho, C. D. (2013). *Os elementos urbanos.* Lisboa: Argumentum.

Coelho, V. (2010). *Em busca de Kábàsà!...": estudos e reflexões sobre o" Reino" do Ndòngò: contribuições para a história de Angola.* Luanda: Kilombelombe.

Coelho, V. (2015). A classificação etnográfica dos povos de Angola (1. ª parte). *Mulemba. Revista Angolana de Ciências Sociais, 5*(9), pp. 203-220.

Conselho de Ministros. (1980). Decreto nº 188/80, de 17 de Novembro: Sobre a Autoconstrução. Angola: Diário da República.

Conzen, M. R. (1960). Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis. *Transactions and Papers (Institute of British Geographers)*, iii–122.

Conzen, M. R. (2022). *Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis.* (V. Oliveira, & C. Monteiro, Trads.) Porto: Urban Forms.

Coquery-Vidrovitch, C. (2005). Études africaines en France; une histoire à revisiter. *Pensée sociale critique pour le XXIsiècle. Mélanges en l'honneur de Samir Amin*(53).

Corboz, A. (2004). El territorio como palimpsesto. *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*, 25–34.

Coret, C., Zaugg, R., & Chouin, G. (2020). Cities in Africa before 1900. Historiography and Research Perspectives. *Afriques. Débats, méthodes et terrains d'histoire*(11).

Correia, M. A. (2018). *O modelo do urbanismo e da arquitetura do movimento moderno - Luanda 1950/1975.* Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Costa, R. d. (2005). Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. *Interface-comunicação, saúde, educação, 9*, 235–248.

Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática.* Coimbra: Almedina.

Coutinho, C. N. (1999). Cidadania e modernidade. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, 22*.

Cunha Júnior, H. A. (2010). NTU: introdução ao pensamento filosófico bantu.

Curto, D., & Cruz , B. (2015). Destribalização, regedorias e desenvolvimento comunitário. *Práticas da História*.

da Rosa, K. (2011). Fazer da cidade de Luanda uma das mais belas do mundo. *Sonangol Noticias, 24*, 24–27.

da Silva, E. I. (2020). *Breves Divergências entre Filosofia e Ciências.* Belo Jardim, Pernambuco: Academia Brasileira de Filosofia.

Daio, I. (2020). *Angola informal: um olhar sobre os musseques de Luanda.* Obtido de Archdaily: https://www.archdaily.com.br/br/936949/angola-informal-um-olhar-sobre-os-musseques-de-luanda /

DaMatta, R. (1997). *A casa e a rua.* Rio de janeiro: Rocco.

Dapper, O. (1684). *Description de L'Afrique.* Biblioteca Nacional de Portugal, Bilbioteca Nacional Digital.

Darin, M. (1998). The study of urban form in France. *Urban Morphology, 2*, 63–76.

David, D. L. (2009). Nosso Musseque, por José Luandino Vieira. Lisboa: Caminho, 2003, 191 p. *África*, 349–352.

de Carvalho, H. A. (1890). *Ethnographia e história tradicional dos povos da Lunda* (Vol. 4). Imprensa nacional.

de La Blache, P. (1913). As características próprias da geografia. *Annales De Géographie, 22*(124), pp. 289 - 299. Obtido de https://www2.ufjf.br/nugea//files/2010/09/as-caracteristicas-proprias-da-geografia-La-Blache1.pdf

de Maret, P. (2002). Urban origins in Central Africa: the case of Kongo. *The development of urbanism in Africa from a global perspective*, pp. 1-15.

de Quincy, A. C. (1832). *Dictionnaire historique d'architecture: comprenant dans son plan les notions historiques, descriptives, archaeologiques, biographiques, théoriques, didactiques et pratiques de cet art* (Vol. 1). Librairie d'Adrien le Clere et Cie.

de Sousa Bettencourt, J. (1965). *Subsídio para o estudo sociológico da população de Luanda.* Luanda: Boletim do Instituto de investigação Científica de Angola.

de Sousa e Silva, P. (1990). Habitação Evolutiva reflexões sobre alguns casos: Possibilidades. *PosFAUUSP, 1*(1), pp. 61-66.

de Souza, L. M. (2014). Catolicismo e Poder no Reino do Congo do Século XVI. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas*. Obtido de http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400552777_ARQUIVO_textoanpuh.pdf

Deleuze, G. (2000). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5.* Editora 34.

Denzin, N. K. (2002). *The qualitative inquiry reader.* Thousand Oaks, Califórnia: Sage.

d'Epinay, C. L. (1983). La vie quotidienne: Essai de construction d'un concept sociologique et authropologique. *Cahiers internationaux de sociologie*, 13–38.

Dias, J. B., & others. (2015). O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social. *Anuário antropológico, 40*, 9–22.

Dias, J. R. (1986). Changing patterns of power in the Luanda hinterland: the impact of trade and colonisation on the Mbundu ca. 1845–1920. *Paideuma*, 285–318.

Dias, M. (2020). Fantasias globais e realidades locais. O projecto de reconversão urbana do Cazenga e do Sambizanga, Luanda. Porto: Universidade do Porto.

Diniz, J. F. (1918). *Populações Indígenas de Angola.* Coimbra : Imprensa Universitária.

dos Santos Oliveira, V. (2018). Donas, pretas livres e escravas em Luanda (Séc. XIX). *Estudos Ibero-Americanos, 44*, 447–456.

Ducom, E. (2008). Fringe-belt analysis in France: A Conzenian approach to urban renewal.

Eco, U. (2000). *Tratado de semiótica general.* Lumen.

Eglash, R. (1999). *African fractals: Modern computing and indigenous design.* New Brunswick: Rutgers University Press .

Elisofon, E. (1970). Construction of traditional house in Kanya Bayonga village, near Beni, Congo (Democratic Republic). Washington, DC: Smithsonian Institution, National Museum of African Art. Obtido em 17 de Outubro de 2022, de https://learninglab.si.edu/resources/view/619684#more-info

Eloy, S. (2018). Estudo e desenho de forma urbana com gramáticas da forma. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 10*, 1–16.

Ernstson, H., Lawhon, M., & Duminy, J. (2014). Conceptual vectors of African urbanism:'Engaged theory-making'and 'platforms of engagement'. *Regional Studies, 48*, 1563–1577.

Fabrizi, M. B. (21 de Junho de 2017). *A Perfect Grid: the Roman Town of Timgad, the African Pompeii.* Obtido de www.socks-studio.com/: https://socks-studio.com/2017/06/21/a-perfect-grid-the-roman-town-of-timgad-the-african-pompeii/

Fernandes, A. (29 de Maio de 2011). *Favelas ou comunidades?* Obtido em 23 de Novembro de 2019, de Site da Agência de Notícias das Favelas: https://www.anf.org.br/favelas-ou-comunidades/

Fernandes, A. T. (1992). Espaço social e suas representações. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2*.

Fernandes, D., & Limoli, L. (2019). Rumo à morfologia urbana: atalhos seguros e inspirações. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 21*, 648–648.

Fernandes, F. L. (2014). O Direito de propriedade em Angola: aspectos gerais da lei de terras. *Homenagem ao prof. Doutor António José Vaelãs Nunes*, (pp. 1463–1478).

Fernandes, J. M. (1996). *Arquitectura e Urbanismo nas Ilhas Atlânticas. Um património comum dos Açores, Cabo Verde, Canárias e Madeira.* Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico.

Fernandes, S. M. (2014). *Génese e forma dos traçados das cidades portuguesas: morfologia, tipologia e sedimentação.* Ph.D. dissertation, Universidade de Lisboa (Portugal).

Ferreira, J. (6 de Abril de 2010). Vamos eliminar os musseques. (Jornal de Angola, Entrevistador) Obtido em 3 de Setembro de 2019, de http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/vamos_eliminar_os_musseques

Ferreira, L. I. (2007). Parque urbano. *Paisagem e Ambiente*, 20–33.

Fidalgo, A., & Gradim, A. (2005). Manual de semiótica. *Manual de semiótica*. www. bocc. ubi. pt.

Figueiredo, C. F., & de Oliveira, M. S. (2016). Retratos do Libolo. *Figueiredo CFG, Oliveira MSD, organizadores. Linguística, história, antropologia e ensino no Kwanza Sul, Angola, 2*.

Flores, J. M. (2003). Mobilidade Pedonal e Mobilidade Velocipédica. *Manual do Curso de Especialização de Gestão Ambiental Urbana*, 61–77.

Fonseca, J. T. (2009). Do conceito de Cidadania às práticas escolares de Formação Cívica.

Fonte, M. M. (2012). *Urbanismo e arquitectura em Angola de Norton de Matos à Revolução.* Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Fourier, C. (1829). *Le nouveau monde industriel et so-ciétaire. Sections I, II et III. (Reedição electrónica de Jean-Marie Tremblay 2003).* Chicoutimi: Université du Québec.

França, J. A. (1987). *Lisboa pombalina e o iluminismo.* Bertrand Editora.

Francis, D. K. (2005). *Arquitetura: Forma, espaço e ordem.* São Paulo: Martins Fontes.

Freire, E. (30 de Novembro de 2015). *Quando se perde património, já não se recupera: Maianga é um bairro de Luanda.* Obtido de Kimbo-Lagoa (Blogspot): https://kimbolagoa.blogs.sapo.pt/2015/11/

Freudenthal, A. (2005). *Arimos e fazendas : a transição agrária em Angola, 1850-1880.* Luanda: Chá de Caxinde.

Fritz, J. (1894). *Deutsche Stadtanlagen (No. 520).* Heitz.

Fuchs, F. (2019). *Espaços de cemitério e a cidade de São Paulo.* Ph.D. dissertation, Universidade de São Paulo.

Fu-Kiau Bunseki-Lumanisa, A. (1969). *Le mukongo et le monde qui l'entourait. Cosmogonie-Kôngo.* Kinshasa: Office National de la Recherche.

Fu-Kiau Bunseki-Lumanisa, A. (1994). Ntangu-Tandu-Kolo: the-bantu-kongo-concept-of-time. Time in the black experience. (J. Adjaye, Ed.) *Time in the black experience*, pp. 17-34.

Fu-Kiau Bunseki-Lumanisa, A. (2001). *African cosmology of the Bântu-Kôngo: tying the spiritual knot: principles of life & living.* New York: Athelia Henrietta Press (Orunmila Publisher).

Gabriele, B. (2016). O trabalho de campo como experiência etnográfica nas aldeias da comuna de Luvo, município de Mbanza Kongo. *Mulemba. Revista Angolana de Ciências Sociais, 6*(12), pp. 203-268.

Gagnon, R. (2021). *Centro de Arte Moderna.* Obtido em 2023, de gulbenkian.pt: https://gulbenkian.pt/cam/novas-aquisicoes/renee-gagnon-e-a-serie-musseques-de-luanda/

Gameiro, A. (14 de Maio de 2015). *Programa de Habitação Social em Angola - Ministério do Urbanismo e Habitação.* Obtido em 25 de Novembro de 2019, de Development Workshop: https://pt.slideshare.net/DevelopmentWorkshopAngola/

Garnier, T. (1899-1901). Une Cité industrielle, centre, vue, perspective . *École nationale supérieure d'architecture de Lyon. Musée des Beaux-Arts de Lyon*. Obtido de https://www.lyon.fr/evenement/conference/table-ronde-lutopie-resiliente-de-tony-garnier

Goitia, F. C. (2003). *Breve História do Urbanismo.* (E. Lima, Trad.) Presença.

Gomes, A. J. (2021). *Compreender a tradição oral no contexto angolano.* Obtido em 20 de Janeiro de 2023, de Site de Buala.org: https://www.buala.org/pt/mukanda/compreender-a-tradicao-oral-no-contexto-angolano

Gonçalves, A. C. (2002). Estado, cidadania e nacionalismos: o caso de Angola.

Gonçalves, R. S., Bautès, N., & Maneiro, M. (2018). A informalidade urbana em questão. *O social em questão, 42*, 9–26.

Gorczevski, C., & Belloso Martín, N. (2011). *A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática.* Edunisc.

Governo de Angola. (2009). Programa Nacional de Urbanismo e Habitação para o período 2009-2012. Angola.

Governo de Angola. (2010). Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga - Decreto Presidencial n.º 266/10 de 29 de Novembro. Angola: Diário da República. Obtido em 2019, de http://bibliotecaterra.angonet.org/sites/default/files/ao_dl_266-10_29_nov_-_gabinete_tecnico_reconversao_urbana_cazanga_e_sambizanga.pdf

Governo Geral de Angola. (1861). Carta de Luanda. Cartoteca - Registo B/18 cat. 726. 1861. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

Governo Provincial de Luanda, Urbinvest, Brodway Malyan, Deloitte, Mobility in Chain, GEOTPU-Universidade Nova de Lisboa, & Aurecon. (2015a). Visão e Estratégias. *Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML), 1*. Luanda: GPL.

Governo Provincial de Luanda, Urbinvest, Brodway Malyan, Deloitte, Mobility in Chain, GEOTPU-Universidade Nova de Lisboa, & Aurecon. (2015b). Dados Iniciais e Plano de Acção. *Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML), 2*. Luanda: GPL.

Governo Provincial de Luanda, Urbinvest, Brodway Malyan, Deloitte, Mobility in Chain, GEOTPU-Universidade Nova de Lisboa, & Aurecon. (2015d). Planeamento Urbano. Anexo Técnico T2. Luanda: GPL.

Griaule, M. (1965). *Conversations with Ogotemmili: An Introduction to Dogon Religious Ideas.* (R. Butler, Trad.) London, Oxford, New York: Oxford University Press.

GSGS. (1942). *Town plan of St. Louis. Drawn by War Office. .* Obtido de https://www.lib.utexas.edu/: https://search.lib.utexas.edu/permalink/01UTAU_INST/be14ds/alma991048407479706011

Hartshorne, R. (1939). The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past. . *Annals of the Association of American Geographers,* (29 (3),), pp. 173–412. doi:https://doi.org/10.2307/2561063

Henket, H.-J., & Heynen, H. (Edits.). (2002). *Back from Utopia - The Challenge of the Modern Movement.* Rotterdam: 010 Publishers. Obtido de https://www.flickr.com/photos/quadralectics/4371090156/in/photostream/

Hickel, J. (2014). Engineering the Township Home: Domestic Transformations and Urban Revolutionary Consciousness. Obtido de https://www.researchgate.net/figure/Meadowlands-typical-of-African-townships-developed-after-1948_fig3_272164901

Howard, E. (1902). *Garden city of to-morrow.* London: Swan Sonnenschein & CO., Ltd. Obtido de https://ia902602.us.archive.org/11/items/gardencitiesofto00howa/gardencitiesofto00howa.pdf

Hull, R. W. (1976). *African cities and towns before the European conquest.*

i Rubió, M. d.-M. (1997). *Las formas de crecimiento urbano.* Univ. Politèc. de Catalunya.

Igue, O. J. (2008). *Les villes précoloniales d'Afrique noire.* KARTHALA Editions.

Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola. (1988). Levantamento Estereofotogramétrico. Luanda, República de Angola: Ministério da Defesa.

Instituto Nacional de Estatística (INE), Ministério da Saúde (MINSA), Ministério do Planeamento (MINPLAN), & ICF. (2017). Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde em Angola 2015-2016. Luanda, Angola e Maryland, USA: INE, MINSA, MINPLAN e ICF. Obtido em 2019, de https://dhsprogram.com/pubs/pdf/fr327/fr327.pdf

Instituto Nacional de Estatística (Ed.). (2016). *Resultados definitivos, recenseamento geral da população e habitação--2014.* Luanda : Governo de Angola.

Instituto Nacional de Estatística (Ed.). (2016). *Resultados definitivos, recenseamento geral da população e habitação–2014.* Luanda: INE, Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional do Património Cultural. (2007). *Monumentos e Sítios Classificados.* Luanda: Ministério da Cultura.

Instituto Nacional do Património Nacional (Ed.). (2007). *Monumentos e Sítios classificados em Angola até 2007.* Luanda, República de Angola: Ministério da Cultura.

Jacobs, J. (2000). Vida e morte de grandes cidades. *Ed. Matins Fontes. São Paulo, SP*, 131.

Jesus, R. M. (2018). *Filosofia e consciência negra: desconstruindo o racismo.* Cuiabá: UFMT.

Justo, R. P. (2014). O quarteirão na cidade de Lisboa: da forma ao tipo. *VI Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya.

Kakumba, F. (2013). *Descer antes de Subir, Contos e Provérbios no Ondjango Umbundu.* Sítio do Lívro.

Kilby, P. (1968). The Anglo-Asante War of 1873-1874: a narrative and analysis.

Koolhaas, R. (1995). *Generic city.* Rotterdam: Sikkens Foundation.

Koolhaas, R. (2002). Fragments of a lecture on Lagos. *Documenta 11_{P}{l}{a}tform, 4*, 173–184.

Koutonin, M. (2016). Story of cities# 5: Benin City, the mighty medieval capital now lost without trace. *The Guardian, 18*.

Krafta, R. &. (2020). Detecção de padrões da forma urbana: Quadro geral e um Caso. urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*(12).

Krishnamurti, J. (2013). *The first and last freedom.* Random House.

Kruft, H.-W. (1994). *History of architectural theory.* Princeton Architectural Press.

Laman, K. (1957). *The Kongo II* (Vol. 2). Uppsala: Uppsala Almqvist.

Lamas, J. M. (2004). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade* (3ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

Larkham, P. J. (Ed.). (1991). *A glossary of urban form.* Birmingham: University of Birmingham.

Lavedan, P. (1926). *Qu'est-ce l'urbanisme?: Introduction a l'histoire de l'urbanisme.* Paris: H. Laurens.

Lavedan, P. (1936). *Géographie des villes.* Paris: Librairie Gallimard.

Le Corbusier. (1922). Ville contemporaine de trois millions d'habitants, Sans lieu. *Fondation Le Corbusier*. Obtido em 18 de Março de 2023, de http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=6426&sysLanguage=fr-fr&itemPos=213&itemCount=215&sysParentName=Droits%20d%27Auteur&

Le projet du Familistère. (1859). Obtido de www.familistere.com: https://www.familistere.com/fr/decouvrir/le-familistere-par-l-image/le-projet-du-familistere

Lefebvre, H. (2001). *A Cidade do Capital.* (2ª ed.). Rio de Janeiro: DP&A.

Lefebvre, H. (2012). *O direito à cidade.* Lisboa : Livraria Letra Livre.

Leite, J. (2016). Ruas emergentes. Interpretação morfológica no contexto urbano português. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Liberato, E. (2021). Resumo de livro: Mendonça, JL (2019). Se os ministros morassem no musseque. Angola: Chela Editora. *Revista angolana de ciências, 3*, 264–265.

Lody, R. (1995). *O povo do santo: religião, história e cultura dos orixás, voduns, inquices e caboclos.* Pallas: University of Texas.

López, C., & Carreiro, M. (2017). A análise morfológica urbana: achegas da escola Catalã. *Revista de Morfologia Urbana, 5*, 125–7.

Louro, M., & Oliveira, F. (2009). *Termos de Referência. Plano Director Geral Metropolitano de Luanda.* Lisboa: A1V2 Engenharia Civil e Arquitectura, Lda.

Luanda - Imagens dos velhos tempos. (2021). Obtido de facebook.com: https://www.facebook.com/687285931435889/photos/a.687800224717793/2066964113468057/?type=3

Luanda, G. P., Urbinvest, Malyan, B., Deloitte, Chain, M. i., Lisboa, G.-U. N., & Aurecon. (2015c). Economia. Anexo Técnico T1. *Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML)*. Luanda: GPL.

Luanda, G. P., Urbinvest, Malyan, B., Deloitte, Chain, M. i., Lisboa, G.-U. N., & Aurecon. (2015e). Transportes. Anexo Técnico T3. *Plano Director Geral Metropolitano de Luanda*. Luanda: GPL.

Luanda, G. P., Urbinvest, Malyan, B., Deloitte, Chain, M. i., Lisboa, G.-U. N., & Aurecon. (2015f). Infra Estruturas. Anexo Técnico T4. *Plano Director Geral Metropolitano de Luanda*. Luanda: GPL.

Luanda, G. P., Urbinvest, Malyan, B., Deloitte, Chain, M. i., Lisboa, G.-U. N., & Aurecon. (2015g). Ambiente, Regeneração – Habitação, Infra-estrutura e Coesão Social, Património, Sustentabilidade, Envolvimento da Comunidade. Anexo Técnico T5. *Plano Director Geral Metropolitano de Luanda*. Luanda: GPL.

Luchansky , K. (2013). Vista aérea da sequência Ilha, Baia, Marginal e Baixa de Luanda. Angola: Angola Image Bank. Obtido de www.aib.co.ao

Luzito, K. (2017). A política cultural na (re) construção de identidade Nacional Angolana: caso kulumbimbi . Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Lynch, K. (1999). *A imagem da Cidade.* (M. Afonso, Trad.) Lisboa: Edições 70.

Lynch, P. A., & Roberts, J. (2010). *African mythology, A to Z.* Infobase Publishing.

Macedo, S. S. (2002). *Parques urbanos no Brasil.* São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial de São Paulo, .

MacGaffey, W. (1986). *Religion and society in central Africa: the BaKongo of lower Zaire.* Chicago: University of Chicago Press.

Maggs, T. (1976). Iron Age patterns and Sotho history on the southern Highveld: South Africa. *World Archaeology, 7*, 318–332.

Mahjoubi, A. (1985). O período romano e pós-romano na África do Norte. *História geral da África. São Paulo: Ática*, 473–509.

Maluleka, P., & Mathebula, T. (2022). Trends in African philosophy and their implications for the Africanisation of the South Africa history caps curriculum: a case study of Odera Oruka philosophy. *Yesterday and Today*, 65–89.

Mandelbrot, B. (1982). *The Fractal Geometry of Nature.* New York: Freeman Press.

Map of Cape Town - Cape Colony Arch. (1882). *Alamy.com.* Obtido em 09 de Março de 2023, de Alamy.com: https://www.alamy.com/392-map-of-cape-town-cape-colony-arch-1882-image213947193.html

Margarido, A. (1970). La capitale de l'Empire Lunda un urbanisme politique. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, *25*, pp. 857–861.

Marques, C. A. (2014). URBANISMO AFRICANO PRÉ-COLONIAL: A PAISAGEM COMO CONCEITO DE CIDADE. *Revista Belas Artes, 15*.

Marques, R. (2014). A construção de caves submersas na região de luanda. *5.º Encontro Técnico Cientifico dos Laboratórios de Engenharia da CPLP. Luanda.* Obtido em 21 de Abril de 2019, de http://www.lem.co.mz/noticias/documentos/14_03_2014/A-CONSTRUCAO-DE-CAVES-SUBMERSAS-NA-REGIAO-DE-LUANDA.pdf

Marrone, G. (2015). Semiótica da cidade: corpos, espaços, tecnologias1. *Galáxia (São Paulo)*, 28–43.

Marshall, S. (2004). *Streets and patterns.* Routledge.

Marshall, T. H. (1950). *Citizenship and social class* (Vol. 11). Cambridge New York, NY.

Marzot, N. (2017). Critical glossary. (G. Caniggia, G. Luigi Maffei, & N. Marzot, Edits.) *Interpreting Basic Buildings: Curatorship, introduction and critical glossary by Nicola Marzot*, pp. 207-224.

Matos, H. (2015). *Há 40 anos, o desespero dos retornados: Tirem-nos daqui!* Obtido de O Observador: https://observador.pt/especiais/tirem-nos-daqui/ *

Maximo, B. P. (2017). *Um lugar entre dois mundos: paisagens de Mbanza Kongo.* Ph.D. dissertation, Universidade de São Paulo.

Mayor of London (Ed.). (2004). *Making London a walkable city The Walking Plan for London.*

Maziero, L. T., & Bonametti, J. H. (2013). Espaço urbano como comunicação: Signos da paisagem. *Revista de Estudos da Comunicação, 14*.

Mazuroski, A. C. (2018). *Mobilidade Pedonal Urbana-Contribuições para o planeamento e auditoria do espaço público na mobilidade de idosos.* Ph.D. dissertation.

Mendes, O. J. (2010). *Concepção de cidadania.* Ph.D. dissertation, Universidade de São Paulo.

Mendonça, E. M. (2007). Apropriações do espaço público: alguns conceitos. *Estudos e pesquisas em Psicologia, 7*, 296–306.

Mendonça, J. L. (2019). *Se os ministros morassem no musseque.* Luanda: Chela Editora.

Miala, L. D., & others. (2018). *Estudo de unidade de vizinhança e requalificação urbana: Musseque da Terra Nova, Luanda-Angola.* Master's thesis.

Milheiro, A. C. (2012). O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 4*, 215–232.

Milheiro, A. V. (2013). Africanidade e Arquitectura Colonial: A casa projectada pelo Gabinete de Urbanização colonial (1944-1974). *Cadernos de Estudos Africanos*, 121–139.

Mingas, Â. (2013). *Museke I - Catálogo da Exposição.* Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola.

Mingas, Â. (2014a). *Museke II - Catálogo da Exposição.* Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola.

Mingas, Â. (2014b). *Relatório Ingombota, Bairro Operário e Catambor: Projecto de Pesquisa "Musseques",.* Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola. Luanda.

Mingas, Â. (2021). *Relatório Catambor, Calemba, Mulemba e Sambizanga: Projecto de Pesquisa "Musseques".* Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola: Luanda.

Mingas, Â. C. (2011). *Centro histórico da cidade de Luanda: história, caracterização e estratégias de intervenção para a salvaguarda.* Master's thesis.

Ministério da Construção. (1980). Decreto Executivo conjunto n.º 91/80 de 13 de Dezembro - Regulamento da Autoconstrução. Angola: Diário da República.

Ministério do Ultramar. (1954). Estatuto dos indígenas portugueses das provincias da Guiné, Angola e Moçambique. Dec.-lei 39:666, de 20/5/54 e portaria 15:612, de 21/XI/1955. Portugal: Imprensa Nacional.

Moassab, A. (2013). Globalização, neocolonização e urbanização na África. *Teoria e Debate*(1), 1-3.

Morris, J. M., Dumble, P. L., & Wigan, M. R. (1979). Accessibility indicators for transport planning. *Transportation Research Part A: General, 13*, 91–109.

Moudon, A. V., Oliveira, V., & others. (2015). Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente. *Revista de Morfologia Urbana, 3*, 41–49.

Mourão, F. (2006). *Continuidades e Descontinuidades de um Processo Colonial através de uma leitura de Luanda: Uma Interpretação de Desenho Urbano.* São Paulo: Terceira Margem.

Mudimbe, V. Y. (2020). *The invention of Africa: Gnosis, philosophy, and the order of knowledge.* Lulu Press, Inc.

Muratori, S. (1959). Studi per una operante storia urbana di Venezia. *Palladio, 1959*, 1–113.

Muxima, B. (2019). *Meus musseques, meus amores.* Luanda: Editora Acácias.

My Pathology Report. (5 de Abril de 2023). *O que é uma mitose atípica?* Obtido de MyPathologyReport (ca): https://www.mypathologyreport.ca/pt/pathology-dictionary/atypical-mitosis/

Nangacovie, M., & Strønen, I. Å. (2019). Género e pobreza no periurbano Luandense. *CMI Report, 2019*.

Ndaywel è Nziem, I. (2010). O sistema político luba e lunda: emergência e expansão. (A. Bethwell , Ed.) *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*, pp. 695-717.

Negedu, A. (2014). Beyond the Four Categories of African Philosophy. *International Journal of African Society Cultures and Traditions, 2*, 10–19.

Neto, R. A., & others. (2014). Da cidadania em áfrica à cidadania africana: cidade, cidadania e cooperação internacional em Angola.

Neves, A. (2018). *Mulemba - A Árvore Real Angolana.* Obtido de http://ab4paginacultural.blogspot.com/2018/04/mulemba-arvore-real-angolana.html

Ngcongco, L., & Vansina, J. (2010). A Africa meridional: os povos e as formacoes sociais. Em D. Niane, *História Geral da África - África do século XII ao XVI* (Vol. IV, pp. 655 – 676). Brasília: UNESCO.

Niane, D. T., & others. (2010). História geral da África, IV: África do século XII ao XVI. *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. UNESCO Brasilia/MEC/UFSCar.

Nsaovinga, C. A. (2020). *Mongo a Káyila é o nome antigo de Mbanza Kongo.* Obtido de wizi-kongo.com: http://wizi-kongo.com/historia-do-reino-do-kongo/mongo-a-kayila-e-o-nome-antigo-de-mbanza-kongo/

Obenga, T. (2010). Fontes e técnicas específicas da história da África – Panorama Geral. Em J. Ki -Zerbo (eD.), *História geral da África: Metodologia e pré-história da África* (2ª ed., Vol. I, pp. 59-76). Brasília: UNESCO.

Oliveira, V. M. (2014). As origens da morfologia urbana e a geografia alemã. *Revista de Morfolo-gia Urbana*, pp. 37 – 40.

Oliveira, V., Barbosa, M., & Pinho, P. (2011). The study of urban form in Portugal. *Urban Morphology*, pp. 55-66.

Omnium Technique - O.T.U. (1973). *Plano Regulador, Regulamento Luanda Cacuaco e Viana.* Luanda: Câmara Municipal de Luanda.

Organização das Nações Unidas (Ed.). (2016a). *Nova Agenda Urbana.* UN-Habitat. Obtido de https://habitat3.org/about>

Organização das Nações Unidas (Ed.). (2016b). *Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. 17 objectivos para transformar o nosso mundo.* Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental.

Orlandi, E. P. (2002). *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil.* São Paulo: Cortez Editora.

Oruka, H. O. (1981). Four trends in current African philosophy.

Panerai, P. (2006). *Análise urbana.* Brasília: UnB.

Panerai, P., Castex , J., & Depaule, J.-C. (1977). *Formes urbaines: de l'îlot à la barre.* Marseille: Editions Parenthèses.

Pantoja, S. (2000). *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão.* Thesaurus Editora.

Parreira, A. (1990). Dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola, séculos XV-XVII. *(No Title)*.

Peirce, C. S. (2005). *Semiotics: The Theory of Signs.* São Paulo: Perspectiva.

Pena da Costa, V., & Nóbrega, F. (s.d.). *"Angola – 1959/75 - Notas de Memória - Bermanite 1961/62 ".* Obtido em 13 de Agosto de 2021, de Bairro Berman – Google Sites: https://sites.google.com/site/bairroberman/

Pepetela. (1990). *Luandando.* Luanda: Elf Aquitaine Angola.

Pepetela. (25 de Janeiro de 2009). Musseque de Luanda nasceu na Ingombota. *Jornal de Angola*, 5.

Peralta, D. F. (2001). Mobilidade pedonal: Humanização do espaço publico junto a nós viários. *Lisboa: Dissertação de mestrado em Arquitectura, UTL*.

Pereira, S. R. (2006). Percursos urbanos: mobilidade espacial, acessibilidade e o direito à cidade.

Peres, O. M. (2010). Especulando sobre a fragmentação da forma urbana: dinâmicas do crescimento e ecologia urbana. *Building Communities for the Cities of the Future*.

Petruccioli, A. (2007). *After amnesia: Learning from the Islamic Mediterranean Urban Fabric.* Icar.

Pieterse, E. (2011). Rethinking African urbanism from the slum. *Power, 26*, 40–48.

Pieterse, E. (2018). Incorporation and Expulsion. *Overgrowth*. Obtido de https://www.e-flux.com/architecture/overgrowth/221603/incorporation-and-expulsion/

Pigafetta, F., & Lopes, D. (1965). *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas (1591).* (W. Bal, Trad.) Kinshasa: Centre d'Études des Littératures Romanes d'Inspiration Africaine (Université de Lovanium.

Pignatari, D. (2004). *Semiótica da arte e da arquitetura* (3ª ed.). São Paulo: Atelier Editorial.

Pinho, P., & Oliveira, V. (2009). Different approaches in the study of urban form. *Journal of Urbanism, 2*(2), 103-125.

Pinto, J. (20 de Abril de 2019). O Património na perspectiva dos Ambundu. (Â. Mingas, Entrevistador)

Pinto, M. M. (2009). Legalidade versus legitimidade: uma perspectiva rousseauísta da questão. *Controvérsia. São Leopoldo, 5*.

Pires, G. (2006). Caracterização geotécnica dos solos de Luanda. *VII Congresso de Geologia (Estremoz, 2006)*, pp. 787- 790. Obtido de https://eu-central-1.linodeobjects.com/socgeol-files/production/documents/1007/original.pdf?1651938729

Pissara Esteves, J. (2003). *Espaço público e democracia: comunicação, processos de sentido e identidades sociais.* Lisboa: Colibri.

Pita, F. J. (2003). *Estratégias e planeamento da mobilidade e segurança de peões.*

Plowright, D., & Plowright, D. (2016). Semiotics: The Theory of Signs. *Charles Sanders Peirce: Pragmatism and Education*, 51–62.

Poëte, M. (1924). *Une vie de cité: Paris de sa naissance à nos jours...* (Vol. 1). Paris: Picard.

Pollio, M. V. (2013). *De architectura: libri decem.* Elsevier.

Proença, S. d. (2014). *A Diversidade da Rua na Cidade de Lisboa: Morfologia e Morfogénese.* Ph.D. dissertation, Universidade de Lisboa (Portugal).

Rádio Televisão Portuguesa. (22 de Abril de 1974). Luanda, exposição sobre o plano regulador da cidade aprovado em 1973. *Noticiário Nacional de Abril 1974*. Luanda, Angola. Obtido em 10 de Fevereiro de 2023, de https://arquivos.rtp.pt/conteudos/plano-regulador-de-luanda/

Ramalho, T. (4 de Julho de 2016). Grande Entrevista. (S. Nascimento, Entrevistador) Obtido de http://www.redeangola.info/especiais/thomaz-ramalho/

Ramose, M. (2011). Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. *Ensaios filosóficos, 4*, 6–25.

Ravenstein, E. G. (Ed.). (1967). *The strange adventures of Andrew Battell of Leigh, in Angola and the adjoining regions.* Liechtenstein: Kraus.

Redinha, J. (1964). *A habitação tradicional angolana: aspectos da sua evolução.*

Ribas Piera, M., Soler i Llusà, J., & Pou i Viver, T. (1979). *Teoría de las áreas metropolitanas.* Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona.

Ribas, Ó. (1964). *Missosso: literatura tradicional angolana* (Vol. 3). Tip. angolana.

Ribeiro, J. M., & others. (2016). *Ruas Emergentes: Interpretação Morfológica do Contexto Urbano Português.* Ph.D. dissertation, Universidade de Lisboa (Portugal).

Ribeiro, O. (1994). *Opúsculos geográficos: Temas urbanos* (Vol. 5). Fundação Calouste Gulbenkian.

Richardson, B. W. (1876). *Hygeia: a city of health.* Macmillan.

Rivero, R. (2018). Aprendizagem da Experiência Peruana para o Sul Global: Produção de Habitação e habitat urbano na época da urbanização rápida. Em CEICA (Ed.), *Actas do 13º Fórum de Arquitectura.* Luanda: Universidade Lusíada de Angola.

Rocha, J. (1977). *Estórias do musseque* (Vol. 3). Edições 70.

Rodrigues, C. U. (2003). *Recomposição social e urbanização em Luanda* (Vol. 9). Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE ….

Rogeiro, F. (15 de Outubro de 2016). *O que é uma comunidade local?* Obtido de www.fundamental-diario.pt: https://www.fundamental-diario.pt/2016/10/15/o-que-e-uma-comunidade-local/

Rosaneli, A. F. (2011). A morfologia urbana como abordagem metodológica para o estudo da forma e da paisagem de assentamentos urbanos. *unpublished paper presented to the VI Quapá-Sel, São Paulo*.

Rossi, A. (2022). *A arquitetura da cidade.* Leya.

Rudovsky, B. (1964). *Architecture without architects.* New York: MoMA.

Rykwert, J. (1988). *The idea of a town: the anthropology of urban form in Rome, Italy and the ancient world.* Mit Press.

Saboya, R. (7 de Julho de 2010). *Lamas – Morfologia Urbana.* Obtido de urbanidades.arq.br: https://urbanidades.arq.br/2010/07/07/lamas-morfologia-urbana/

Santaella, L. (2005). Por uma semiótica das emoções: Medéia e o paroxismo da raiva feminina. *Semiótica aplicada. São Paulo: Pioneira Thomson Learning*, 151–177.

Santos, D. B. (2009). *Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa.* Salvador: Universidade Federal da Bahia.

Santos, J. d. (1973). *Para a contenção e erradicação dos musseques de Angola.* Luanda: Câmara Municipal de Luanda.

Santos, J. R., & Henriques, S. (2021). Inquérito por questionário: contributos de conceção e utilização em contextos educativos. *Inquérito por questionário: contributos de conceção e utilização em contextos educativos*. Universidade Aberta.

Santos, M. (1982). Pensando o Espaço do Homem, ed. *Terra Livre*.

Santos, M. (1985). *Espaço e método* (Vol. 3). São Paulo: Nobel.

Santos, M. (2002). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (Vol. 1). São Paulo: Edusp.

Sawaia, B. B. (1996). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia, 13*, 35–53.

Scheub, H. (2002). *A Dictionary of African Mythology: 400 Entries.* Oxford University Press.

Schoenauer, N. (2003). *6,000 Years of Housing.* New York: W. W. Norton & Company.

Seixas, M. (2015). Escravos e Libertos no Boletim Oficial de Angola (1845-1875) II Parte. *E-Revista de Estudos Interculturais*.

Sénamé Koffi , A. (17 de Março de 2020). *Principes de la Cosmoarchitecture.* Obtido em 14 de Novembro de 2022, de https://sename.medium.com/: https://sename.medium.com/principes-de-la-cosmoarchitecture-c745500be140

Silva, E. L. (2018). O crescimento urbano e os processos de densificação e expansão.

Silveira, L., & do Ultramar, P. J. (1955). Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do ultramar. *(No Title)*.

Simões de Carvalho, F. (26 de Novembro de 2011). Exclusivo com Fernão de Carvalho, o arquitecto que projectou o Gabinete de Urbanização de Angola, anos 60. (C. Fortuna, Entrevistador) Semanário Angolense.

Sitte, C., & de Andrade, C. R. (1992). *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos.* Ática.

Soares, L. M. (2017). *Mu ukulu, Luanda de antigamente.* Simplissimo Livros Ltda.

Soares, N. P. (s.d.). *Tipologia de bairro(s) em Lisboa.* Obtido em 18 de Março de 2022, de Estudo Prévio: https://www.estudoprevio.net/nuno-pires-soares-tipologia-de-bairros-em-lisboa/

Solà-Morales Rubió, M. d., & others. (2021). *Las formas de crecimiento urbano.* Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona.

Soma, P. (2018). *Políticas públicas de urbanismo em Angola.* Ph.D. dissertation, 00500:: Universidade de Coimbra.

Souindoula, S. (2011). Kimpa Vita, uma tragédia inacabada. *Revista Angolana de Sociologia*(7), pp. 189-191.

Souza, M. J. (1995). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *Geografia: conceitos e temas. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 353*, 77–116.

Suertegaray, D. (2001). Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*(5), pp. 79-104.

Swanson, M. W. (1977). The sanitation syndrome: bubonic plague and urban native policy in the Cape colony, 1900–1908. *The journal of African history, 18*(3), pp. 387-410.

Tagore, M. R., & Sikdar, P. K. (1995). A new accessibility measure accounting mobility parameters. *Proceedings of the VII World Conference on Transport Research.*

Teixeira, O. (2014). Mobilidade e Acessibilidade Urbana. Estudo de caso do Município de Viana. *Instituto Superior de Educação e Ciências. Obtido de https://comum. rcaap. pt/bitstream/10400.26/21551/1/TFM. pdf*.

The Spatial and Social Fabric of the Fes Medina. (29 de Maio de 2020). Obtido de www.issuu.com: https://issuu.com/0807jbj/docs/byungjun_cho___thesis_

Thompson, R. F., & Cornet, J. (1981). *The four moments of the sun: Kongo art in two worlds.* National Gallery of Art.

Thornton, J. (1977). Demography and history in the Kingdom of Kongo, 1550–1750. *The Journal of African History, 18*, 507–530.

Thornton, J. (1984). The Development of an African Catholic Church in the Kingdom of Kongo, 1491–1750. *The Journal of African History, 25*(2), pp. 147-167.

Thornton, J. (2001). The origins and early history of the Kingdom of Kongo, c. 1350-1550. *The international journal of African historical studies, 34*, 89–120.

Thornton, J. (14 de Novembro de 2019). *Mbanza Kongo (São Salvador do Congo).* Obtido de HPIP - Heritage of Portuguese Influence/Património de Influência Portuguesa.: https://hpip.org/pt/contents/place/293

Thornton, J. (14 de Julho de 2021). *Palácio Real.* Obtido de https://hpip.org/: https://hpip.org/pt/Heritage/Details/2041

Touraine, A. (1992). Critique de la modernité. *Paris, Fayard*.

Trajano Filho, W., & Dias, J. (2015). O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social. *Anuário Antropológico, 4*(2), 9-22. Obtido de https://journals.openedition.org/aa/1371

Troll, C. (1982). El paisaje geográfico y su investigación. *El pensamiento geográfico. Estudio interpretativo y antologia de textos (De Humboldt a las tendências atuales). Madrid: Alianza Editorial*, 323–329.

Troll, C. (1997). A paisagem geográfica e sua investigação. *Espaço e cultura*, 1–7.

Troufa Real, J. (1975). *O Novo Bairro "Golfe", Luanda – Angola 1975.* Obtido em 2019, de Ukuma.net: http://www.ukuma.net/wp/2017/03/08/o-novo-bairro-golfe-luanda-angola-1975/

Troufa Real, J. (2011). *The musseques of Luanda - Housing in Angola. A new neighbourhood "Golfe I" 1972 a 1981.* Óbidos: Sinaps Editores.

Tuan, Y.-F. (1979). *Space and place: humanistic perspective.* Springer.

UMRG, U. (2022). *University of Birmingham*. Obtido de https://www.birmingham.ac.uk/: https://www.birmingham.ac.uk/research/activity/urban-morphology/index.aspx

UNESCO (Ed.). (2017). *Mbanza Kongo, Vestiges of the Capital of the former Kingdom of Kongo.* Obtido de UNESCO - World Heritage Convention: https://whc.unesco.org/en/list/1511/documents/

UN-Habitat (Ed.). (2003). *Slums of the World: The face of urban poverty in the new millennium.* Nairobi, Kenya: UN-Habitat.

UN-Habitat (Ed.). (2006). *Slum Upgrading Facility. A response to the Challenge of Slums.* UN-Habitat.

UN-Habitat (Ed.). (2011). *Ghana Housing Profile.* Nairobi: UNON, Publishing Services Section.

UN-Habitat (Ed.). (2014). *Practical Guide to Designing, Planning and Implementing Citywide Slum Upgrading Programs.* Kenya: United Nations Human Settlements Programme. Obtido de https://unhabitat.org/topic/slum-upgrading

União Africana (Ed.). (2013). *Agenda 2063: A África Que Queremos.* Obtido em 15 de Agosto de 2019, de www.ua.int: https://au.int/sites/default/files/pages/33794-file-agenda_2063_portuguese_final_revised_first_ten_year_implementation_plan_12_10_15_portuguese.pdf

União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (Ed.). (2020). Urbanismos de Influência Portuguesa. Obtido de https://issuu.com/uccla/docs/urbanismos_catalogo_online/s/11149997

Vainfas, R., & Souza, M. d. (2006). Catolização e ressurreição: O reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. Em L. Bellini, E. S. Souza, & G. d. Sampaio, *Formas de crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV-XXI* (pp. 47-68). Salvador: Edufba.

Van der Winden, B. (1996). *A Family of the Musseque (Survival and Development in Post-War Angola).* Oxford : WorldView Publishing.

Vansina, J. (1978). *The children of Woot: a history of the Kuba peoples.* Madison: University of Wisconsin Press.

Vansina, J. (, 2010. As. História Geral da África - Vol IV - África século XII ao XVI. (Editor D. T. Niane). de 2010). África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estado. Em D. Niane (Ed), *História Geral da África - Africa século XII ao XVI* (2ª ed., Vol. 4). Brasília: UNESCO.

Vargas, R. M. (2011). *Designação e dessignificação: a filiação de sentidos na fraseologia contemporânea. (Tese de Doutoramento).* Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria.

Vergara, O. R., Cintra, J. P., & D'Alge, J. C. (2002). *Atualização cartográfica integrando técnicas de sensoriamento remoto, processamento de imagens e sistemas de informação geográfica.* INPE.

Vidal, F. (12 de Novembro de 2020). História da Arquitectura em Angola. Período pré-colonial. Ordem dos Arquitectos de Angola. Obtido de https://www.youtube.com/watch?v=xWRic6BzeY8&t=2124s

Viegas, F. (2008). Critérios para a Implementação de Redes de Mobilidade Suave em Portugal: Um caso de estudo no município de Lagoa. *Lisbon: Universidade Técnica de Lisboa Instituto Superior Técnico*.

Viegas, S. B. (2015). Luanda, cidade (im) previsivel?

Vieira, L. (1962). *O nosso Musseque.* Lisboa: Leya. Obtido de http://www.caminho.leya.com/pt/literatura/romance/nosso-musseque/

von Goethe, J. W. (2014). As origens da morfologia urbana e a geografia alemã. *Revista de Morfologia Urbana, 2*, 37.

Washburn, D., & Crowe, D. (1988). *Symmetries of culture: Theory and practice of plane pattern analysis.* Washington: University of Washington Press.

Watson, V. (2002). *Change and continuity in spatial planning: Metropolitan planning in Cape Town under political transition.* Psychology Press.

Watson, V. (2003). *Change and continuity in spatial planning: Metropolitan planning in Cape Town under political transition.* Routledge.

Weimar Geographische Institut (Ed.). (1806). Charte von Nieder-Guinea nach den besten vorhandenen Hulfsmitteln. Vienna. Obtido de https://www.raremaps.com/gallery/detail/29477/charte-von-nieder-guinea-nach-den-besten-vorhandenen-hulfsmi-weimar-geographische-institut

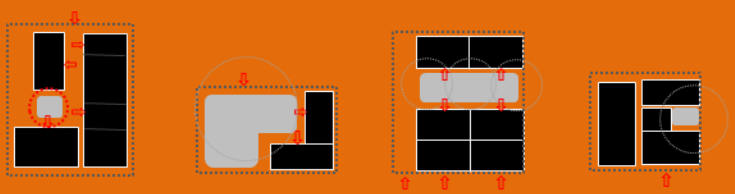
Whitehand, J. W. (2013). Morfologia urbana Britânica: a tradição Conzeniana. *Revista de Morfologia Urbana*(1), pp. 45-52.

Wolf, J., Batista, P., & Marques, J. L. (2020). Processos de transformação urbana. Uma tipificação baseada na urbanidade, na centralidade e na evolução da população dos territórios. *Cidades. Comunidades e Territórios*.

Zaragozà Anglès , J. (17 de Fevereiro de 2022). *Kuba.* Obtido de 101LastTribes.com: https://www.101lasttribes.com/tribes/kuba.html

Zau, F. (14 de Julho de 2019). O antigo Reino do Kongo. *Jornal de Angola*. Obtido de https://www.pressreader.com/angola/jornal-de-angola/20190714/281874414980325

Zimmermann, A. P. (s/d). Teorias Urbanas. Brasil: Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Obtido em 16 de Novembro de 2022, de https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17497/material/aula06-pr%C3%A9-urbanismo%20progressista%20e%20culturalista.pdf


A
B
C
D

APÊNDICES

1. *Amostragem - Catambor, Calemba, Mulemba e Mota. Levantamento Urbanístico*

2. *Cronologia dos Musseques de Luanda séc. XVIII - XX*

Amostragem – Catambor, Calemba, Mulemba e Mota

Levantamento Urbanístico

Este apêndice é parte integrante do Projecto de Investigação "Os Signos Espaciais dos Musseques.

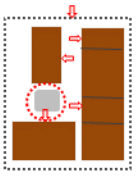
Ficha Técnica

Ângela Cristina de Branco Lima Mingas, Coord.

Pedro Mvemba Cidade, Arquitecto Assistente

Jair Amed Ribeiro Traça, Arquitecto Assistente

Adalgisa Costa, Arquitecta Assistente



Março 2023

Capítulo 1. CATAMBOR

1.1 Amostra n.º 1 – Unidade de Agregação # 67 (Sr. Pinto)

1.1.1 Descrição genérica da Amostra

Para além do critério da localização, a identificação de elementos constituintes dos sistemas habitacionais triádicos, específicos da nossa hipótese, nomeadamente as casas CSU, os logradouros e as árvores são indispensáveis.

A amostra n. º01 refere-se às Unidades de Agregação nº 67. Tem uma Área total: 5 016,60 m2 e delimitada por um perímetro de cerca de 350,10 m. A análise revelou 66 edificações no total, com 10 com relação directa para a rua e 50 com relação para o interior. Os 66 edifícios compreendem 3 103,40 m2 (61%) de afetação do solo contra 1913,20 m2 de logradouro, ou seja, de 39% de área desocupada. Assim sendo foram identificados três tipos de parcelas: 02 parcelas edifício-logradouro-árvore; 13 parcelas com edifícios-logradouro e 10 parcelas-edifício.

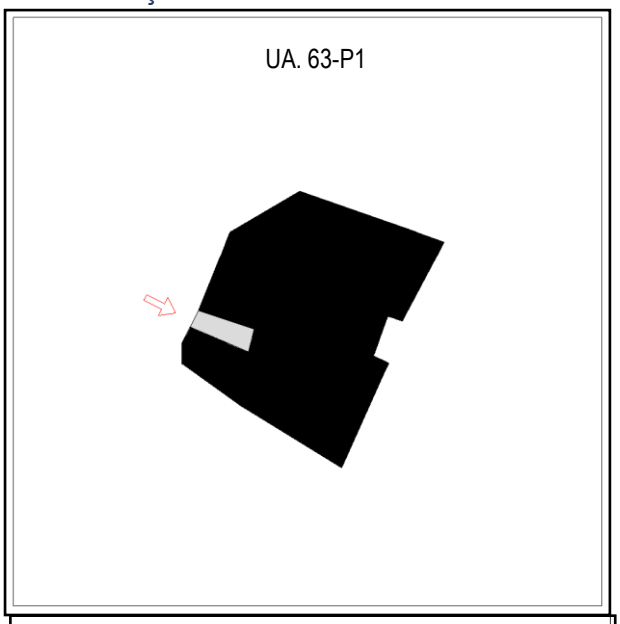
Fig.01-Rua dos Candeeiros

Fig.02-Acesso ao Quintalão Sr. Pinto

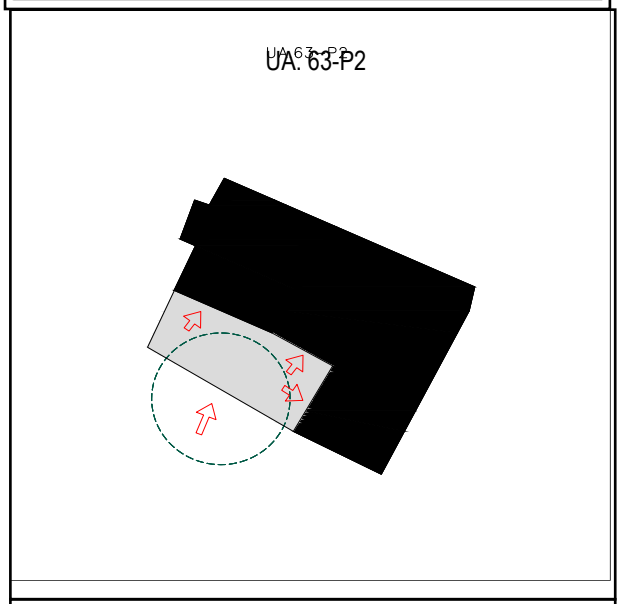
Fig.03- Quintalão Sr. Pinto

Fig.04- Mulembeira Quintalão Sr. Pinto

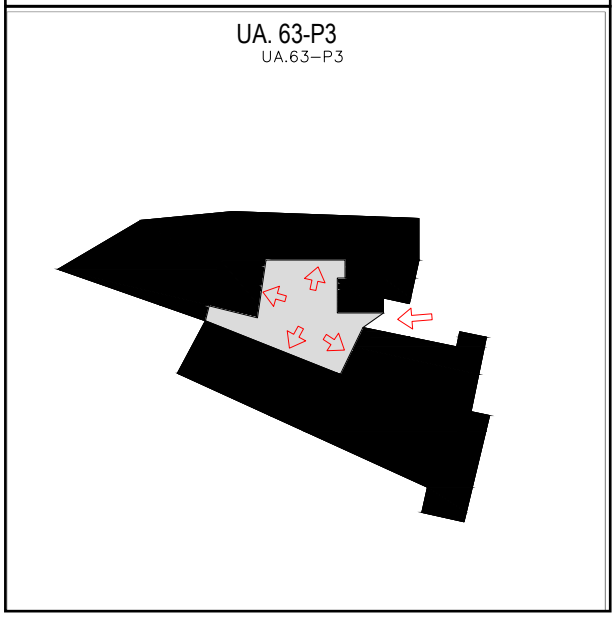
1.1.2 Descrição do Parcelário



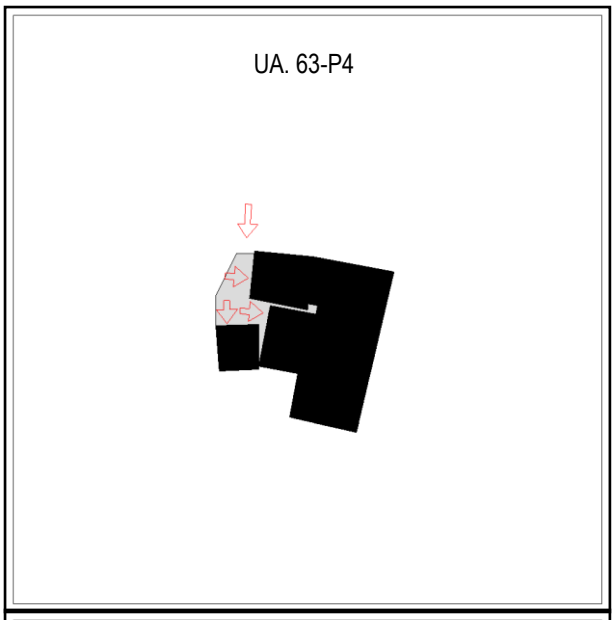
Parcela P1. Apresenta uma dimensão de 193,92 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.



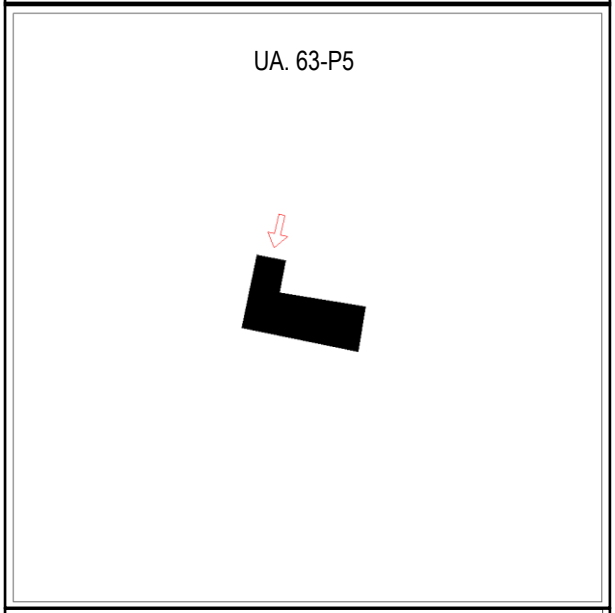
Parcela P2. Apresenta uma dimensão de 256,74 m2 e é composta por 3 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir directamente do quintal.



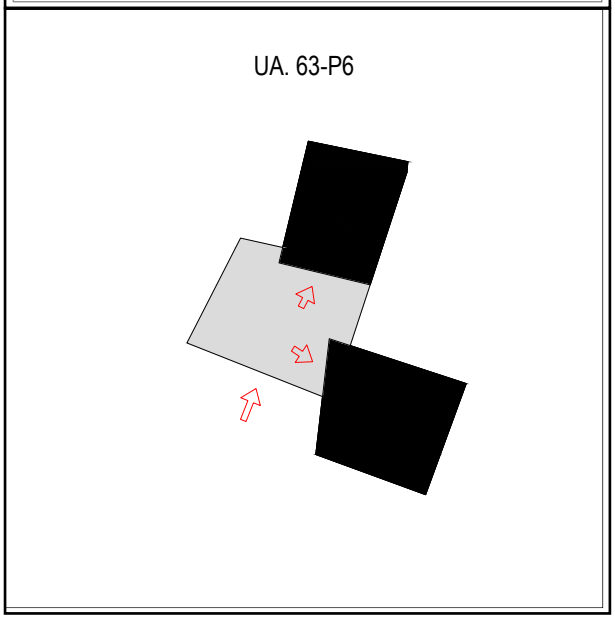
Parcela P3. Apresenta uma dimensão de 293,20 m2 e é composta por 4 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.



Parcela P4. Apresenta uma dimensão de 102,04 m2 e é composta por 3 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

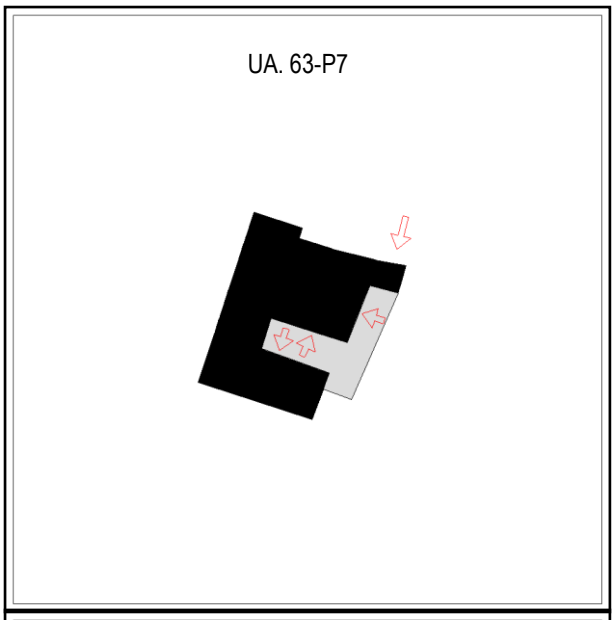


Parcela P5. Apresenta uma dimensão de 27,91 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.

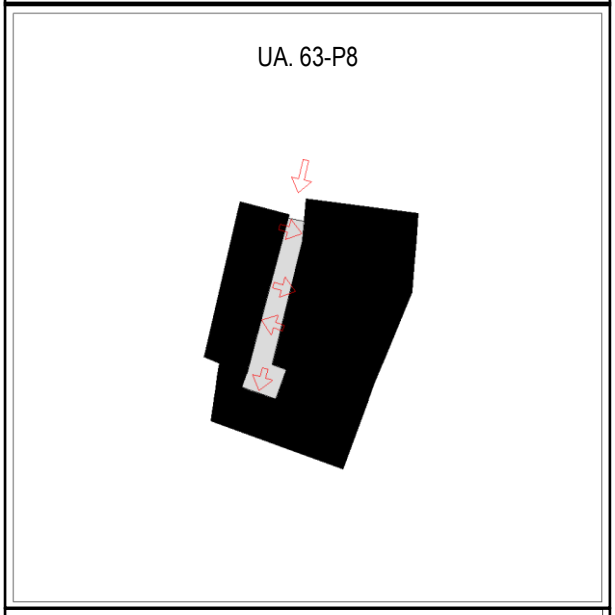


Parcela P6. Apresenta uma dimensão de 195,80 m2 e é composta por 2 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

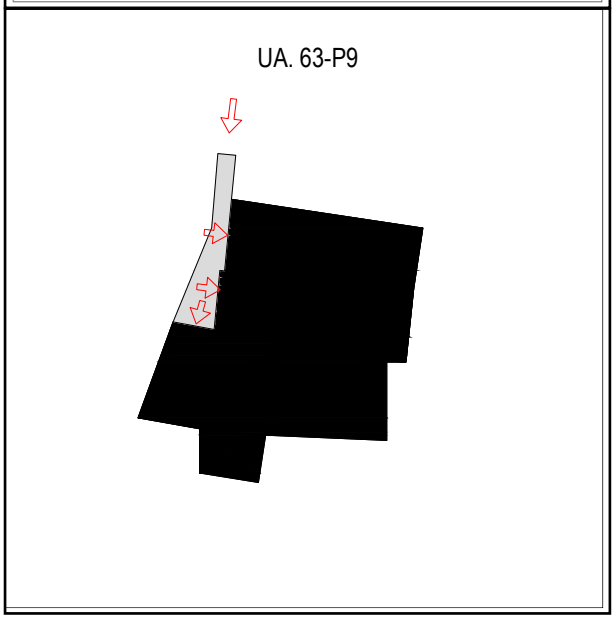
0 10 20 Metros



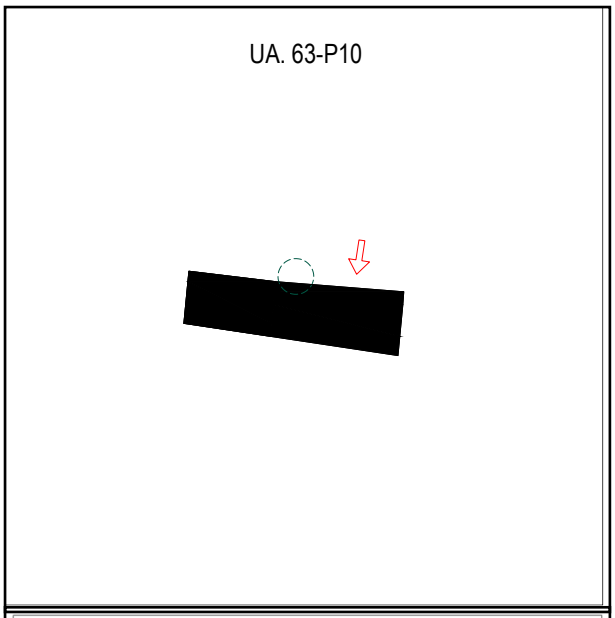
Parcela P7. Apresenta uma dimensão de 120,70 m2 e é composta por 3 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.



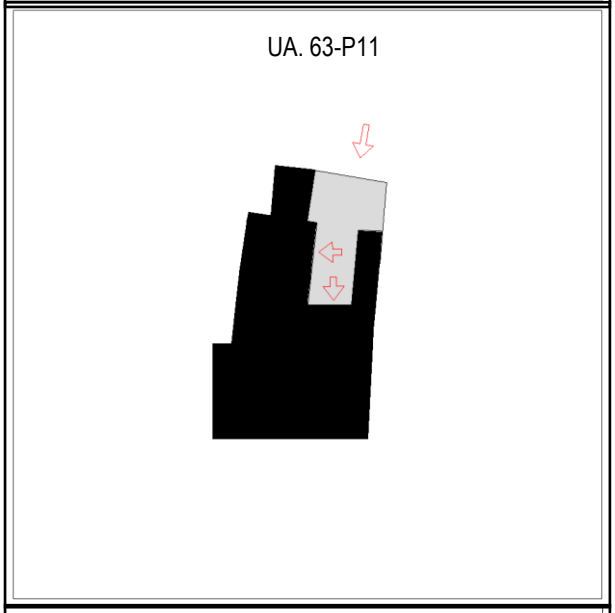
Parcela P8. Apresenta uma dimensão de 191,85 m2 e é composta por 4 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.



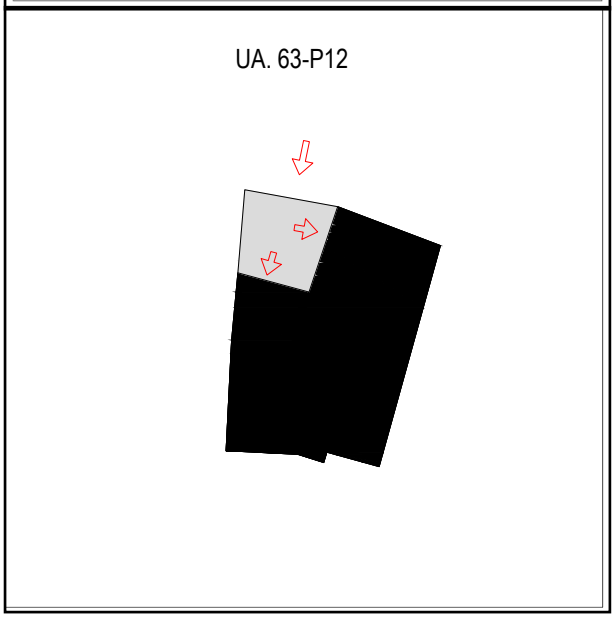
Parcela P9. Apresenta uma dimensão de 243,90 m2 e é composta por 3 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.



Parcela P10. Apresenta uma dimensão de 55,05 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



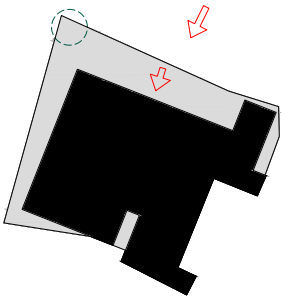
Parcela P11. Apresenta uma dimensão de 173,70 m2 e é composta por 2 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.



Parcela P12. Apresenta uma dimensão de 197,40 m2 e é composta por 2 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

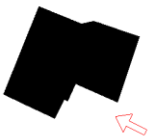
0 10 20 Metros

UA. 63-P13



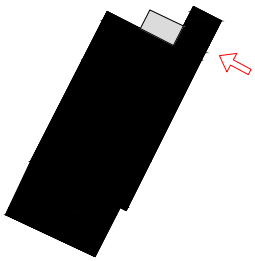
Parcela P13. Apresenta uma dimensão de 187,81 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do directamente do quintal.

UA. 63-P14



Parcela P14. Apresenta uma dimensão de 41,11 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.

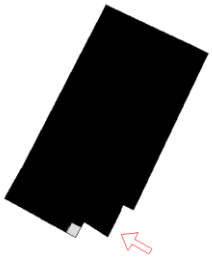
UA. 63-P15



Parcela P15. Apresenta uma dimensão de 114,54 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

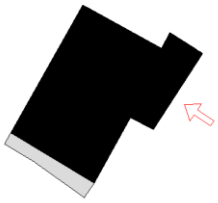
0 10 20 Metros

UA. 63-P16



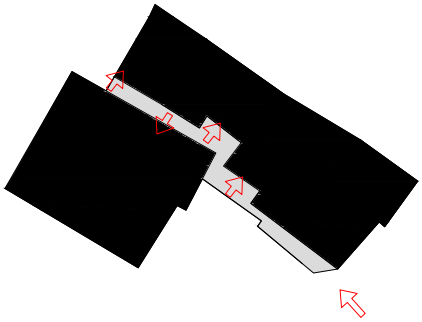
Parcela P16. Apresenta uma dimensão de 114,83 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

UA. 63-P17



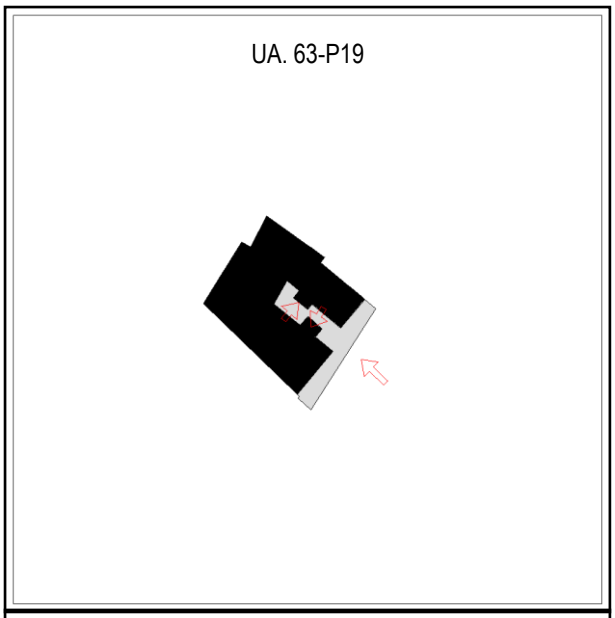
Parcela P17. Apresenta uma dimensão de 85,57 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.

UA. 63-P18

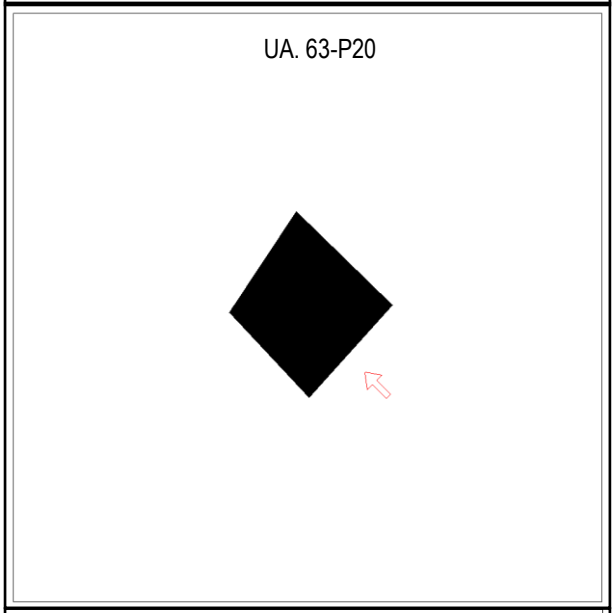


Parcela P18. Apresenta uma dimensão de 249,40 m2 e é composta por 4 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

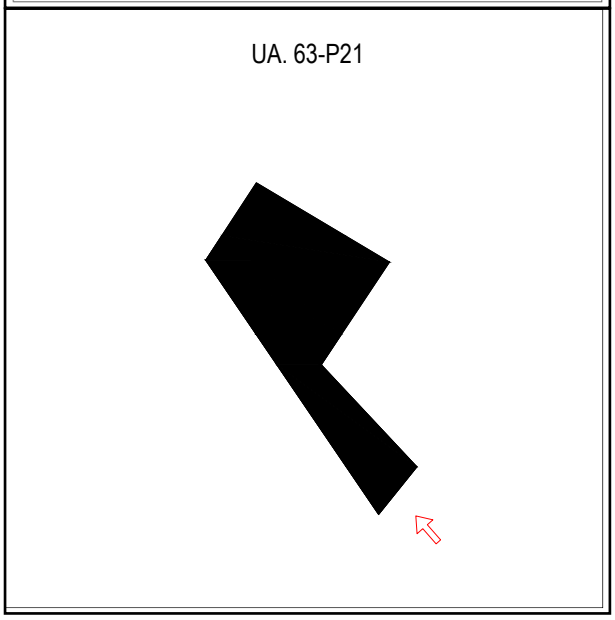
0 10 20 Metros



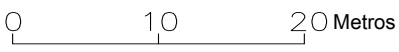
Parcela P19. Apresenta uma dimensão de 77,56 m2 e é composta por 2 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.



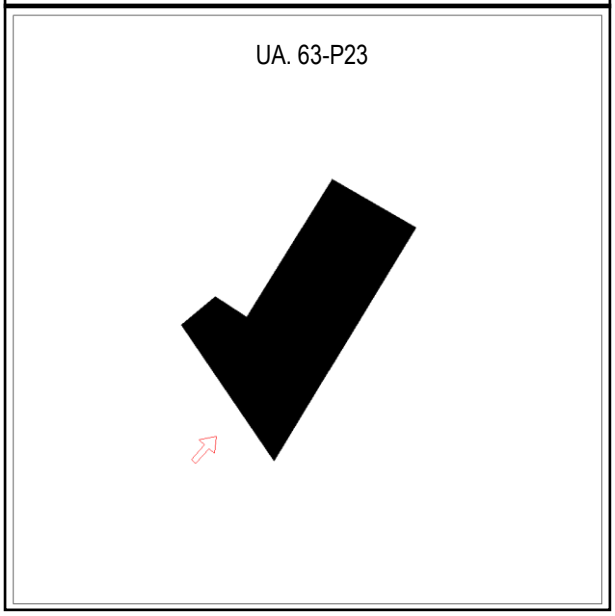
Parcela P20. Apresenta uma dimensão de 70,22 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



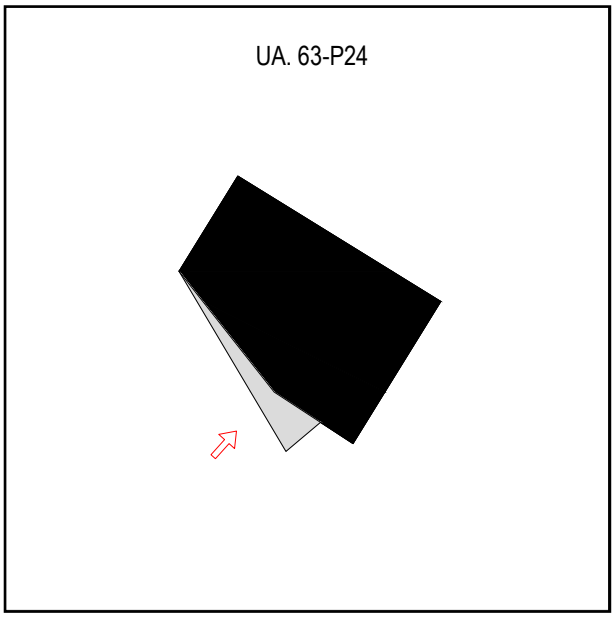
Parcela P21. Apresenta uma dimensão de 118,25 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



Parcela P22. Apresenta uma dimensão de 100,60 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



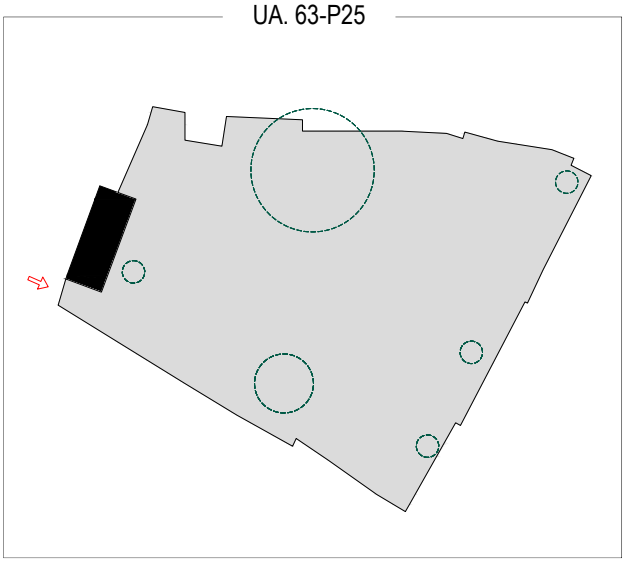
Parcela P23. Apresenta uma dimensão de 123,30 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



Parcela P24. Apresenta uma dimensão de 170,20 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

0 10 20 Metros

UA. 63-P25



Parcela P25. Apresenta uma dimensão de 1 422,85 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir directamente do quintal.

0 10 20 Metros

1.1.3 Peças Desenhadas

LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: IMPLANTAÇÃO

ESCALA: FORMATO FOLHA

LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: PARCELÁRIO

ESCALA: **FORMATO** **FOLHA**

LEGENDA

- Árvores
- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: EDIFICADO

ESCALA: FORMATO FOLHA

LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: LOGRADOURO

ESCALA: FORMATO FOLHA

1.2 Amostra n.º 2 – Unidade de Agregação# 5 (Rio Seco)

1.2.1 Descrição genérica da Amostra

Para além do critério da localização, a identificação de elementos constituintes dos sistemas habitacionais triádicos, específicos da nossa hipótese, nomeadamente as casas CSU, os logradouros e as árvores são indispensáveis.

A amostra n. º02 refere-se às Unidades de Agregação nº 5. Tem uma Área total: 3148.780 m2 e delimitada por um perímetro de cerca de 239.13 m. A análise revelou 51 edificações no total, com 23 com relação directa para a rua e 28 com relação para o interior. Os 51 edifícios compreendem 2064.62 m2 (65%) de afectação do solo contra 1084.15m2 de logradouro, ou seja, de 35% de área desocupada. Assim sendo foram identificados três tipos de parcelas: 05 parcelas edifício-logradouro-árvore; 04 parcelas com edifícios-logradouro e 10 parcelas-edifício.

Fig.05-Logradouro com Árvore

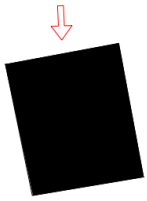
Fig.06-Parcela em análise

Fig.07- O uso do logradouro

Fig.08- Segundo logradouro da parcela

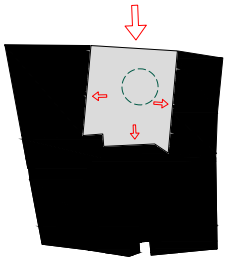
1.2.2 Descrição do Parcelário

UA. 5 e 6-P1



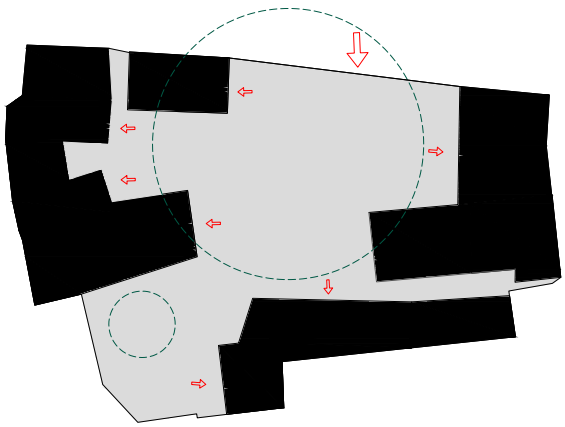
Parcela UA.5 e 6-P1. Apresenta uma dimensão de 68.644 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o edifício.

UA. 5 e 6-P2

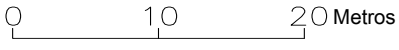


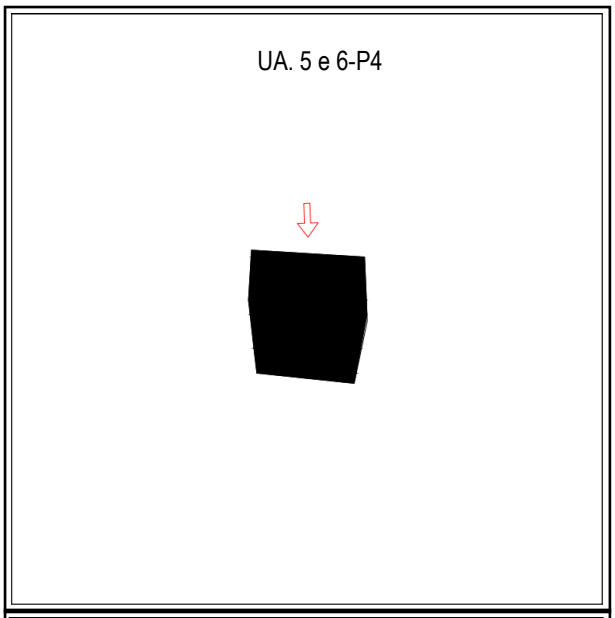
Parcela UA.5 e 6-P2. Apresenta uma dimensão de 172.852 m2 e é composta por 03 edifícios, 01 logradouro e 01 árvore. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

UA. 5 e 6-P3

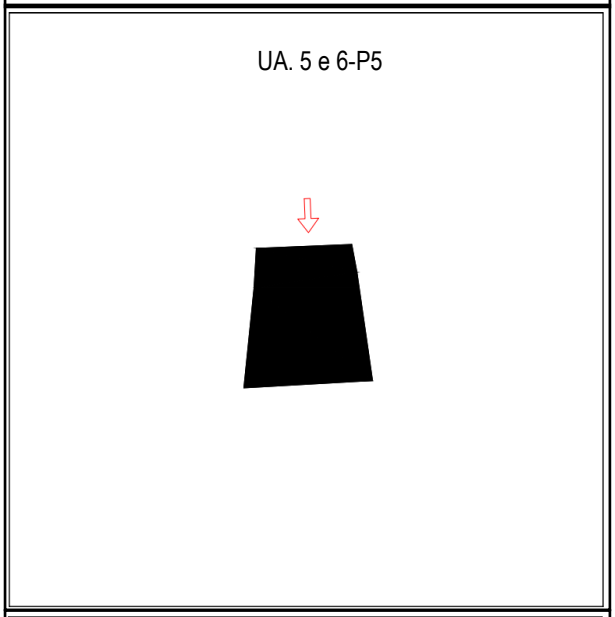


Parcela UA.5 e 6-P3. Apresenta uma dimensão de 694.669 m2 e é composta por 06 edifícios, 02 logradouros e 02 árvores. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

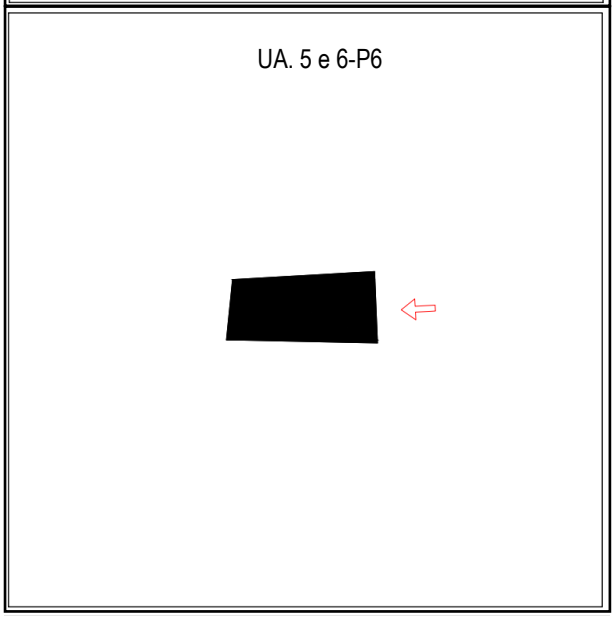




Parcela UA.35 e 6-P4. Apresenta uma dimensão de 63.998 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o edifício.

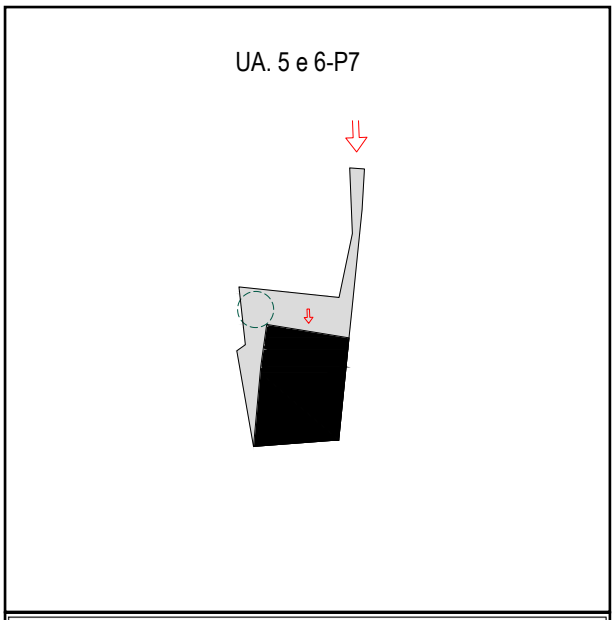


Parcela UA.5 e 6-P5. Apresenta uma dimensão de 69.886 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o edifício.

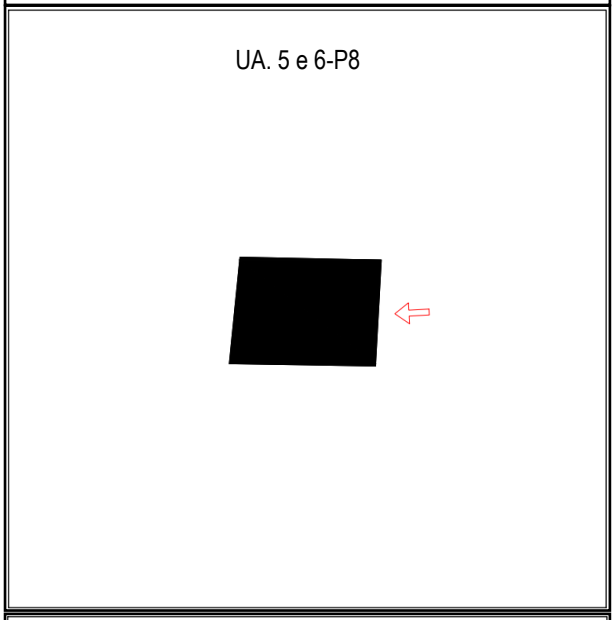


Parcela UA.5 e 6-P6. Apresenta uma dimensão de 43.865 m2 e é composta por 01 edifício, . O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o Edifício.

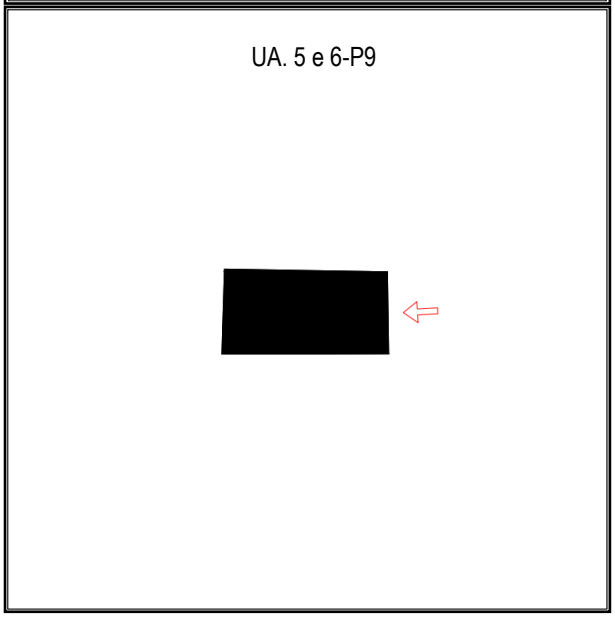
0 10 20 Metros



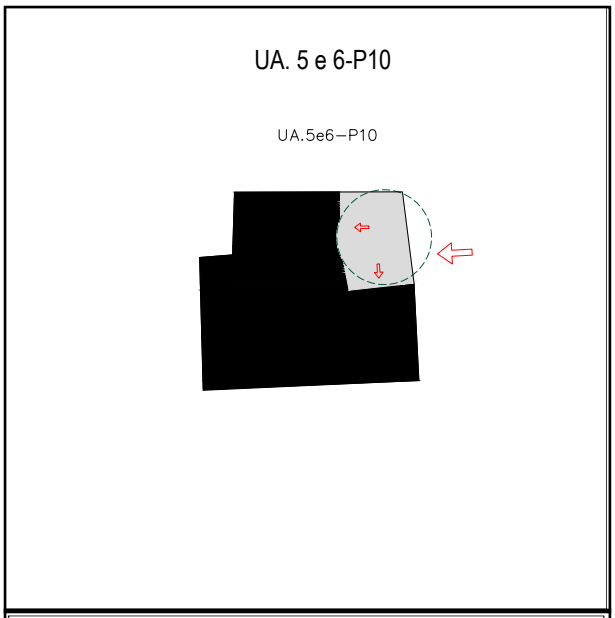
Parcela UA.5 e 6-P7. Apresenta uma dimensão de 72.668 m2 e é composta por 01 edifício, 01 logradouro e 01 árvore. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.



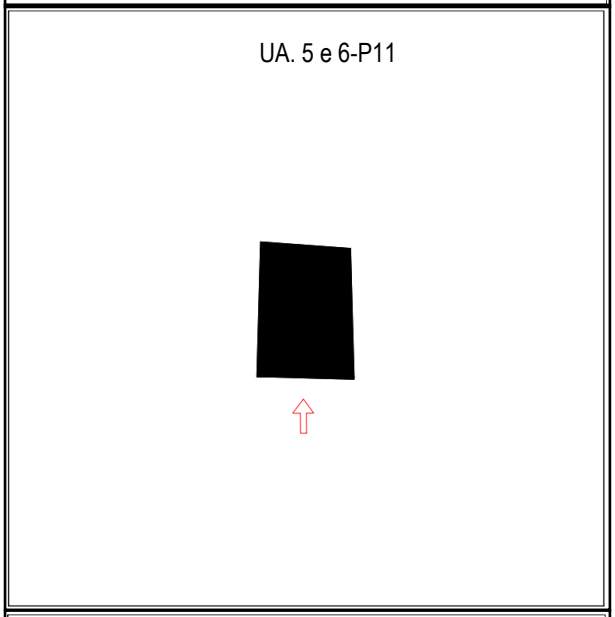
Parcela UA.5 e 6-P8. Apresenta uma dimensão de 68.668 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o edifício.



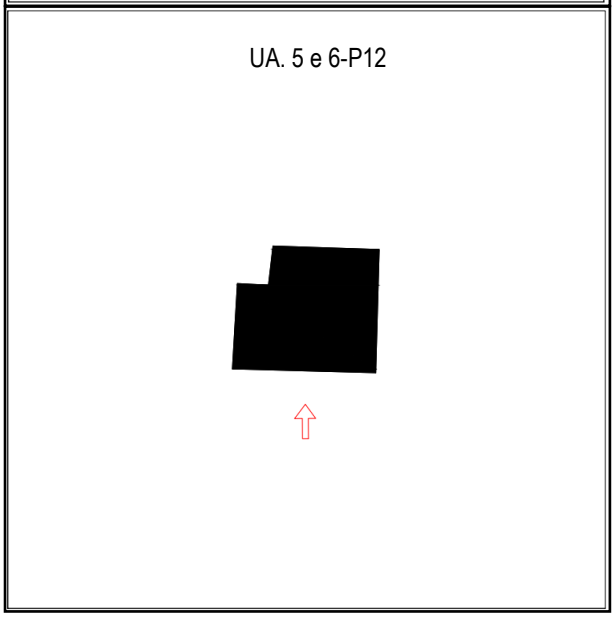
Parcela UA.5 e 6-P9. Apresenta uma dimensão de 61.344 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o edifíciol.



Parcela UA.5 e 6-P10. Apresenta uma dimensão de 170.382 m2 e é composta por 02 edifícios, 01 logradouro e 01 árvore. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.



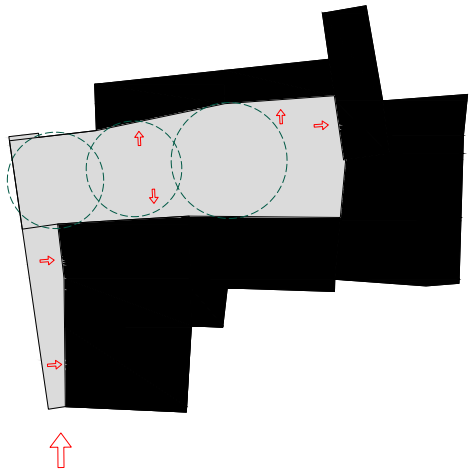
Parcela UA.5 e 6-P11. Apresenta uma dimensão de 56.320 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o edifício.



Parcela UA.5 e6-P12. Apresenta uma dimensão de 72.933m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o edifício.

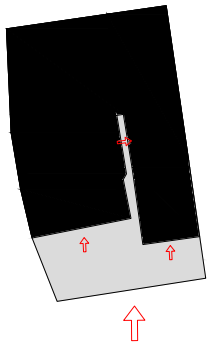
0 10 20 Metros

UA. 5 e 6-P13



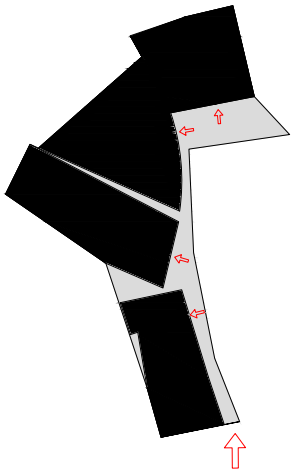
Parcela UA.5 e 6-P13. Apresenta uma dimensão de 487.464 m2 e é composta por 06 edifícios, 02 logradouro e 03 árvore. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

UA. 5 e 6-P14



Parcela UA.5 e 6-P14. Apresenta uma dimensão de 201.200 m2 e é composta por 03 edifícios, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

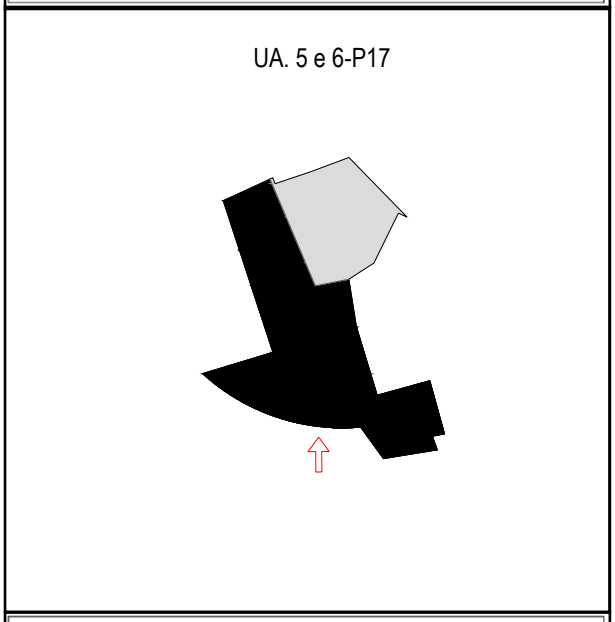
UA. 5 e 6-P15



Parcela UA.5 e 6-P15. Apresenta uma dimensão de 221.848 m2 e é composta por 04 edifícios e 02 logradouros. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

0 10 20 Metros

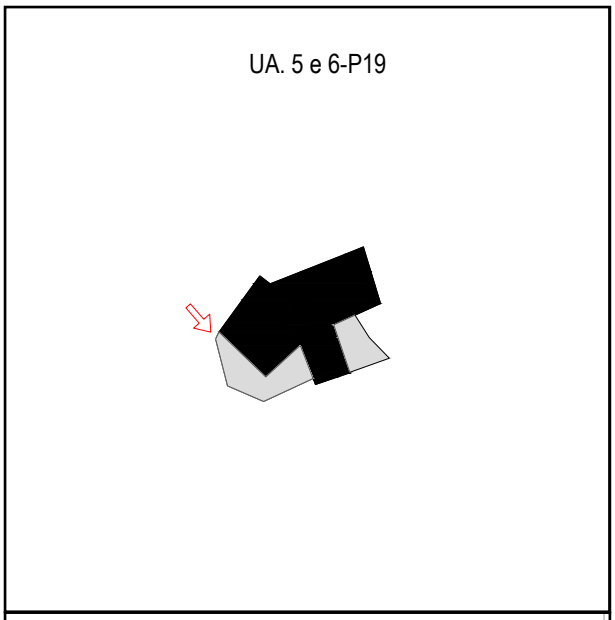
Parcela UA.5 e 6-P16. Apresenta uma dimensão de 85.784 m2 e é composta por 04 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o edifício.



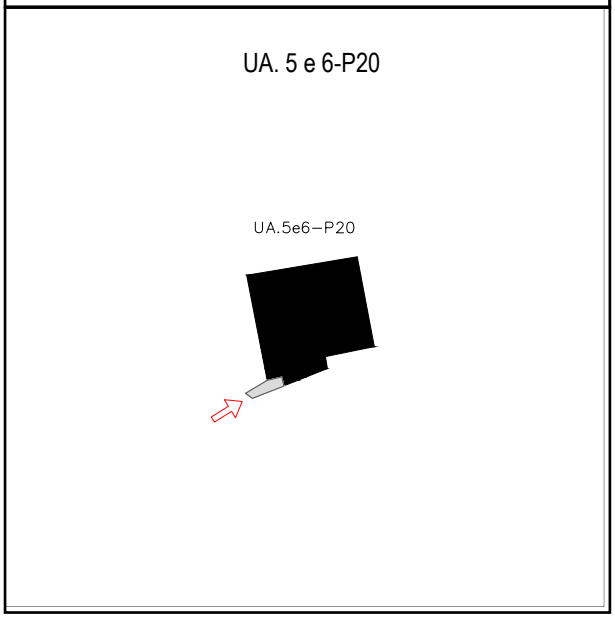
Parcela UA.5 e 6-P17. Apresenta uma dimensão de 157.947 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o edifício.

Parcela UA.5 e 6-P18. Apresenta uma dimensão de 76.151 m2 e é composta por 01 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o edifício.

0 10 20 Metros



Parcela UA.5 e 6-P19. Apresenta uma dimensão de 72.250 m2 e é composta por 01 edifícios e 02 logradouros. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.



Parcela UA.5 e 6-P20. Apresenta uma dimensão de 52.065 m2 e é composta por 01 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

0 10 20 Metros

1.2.3 Levantamento Métrico dos Módulos Habitacionais

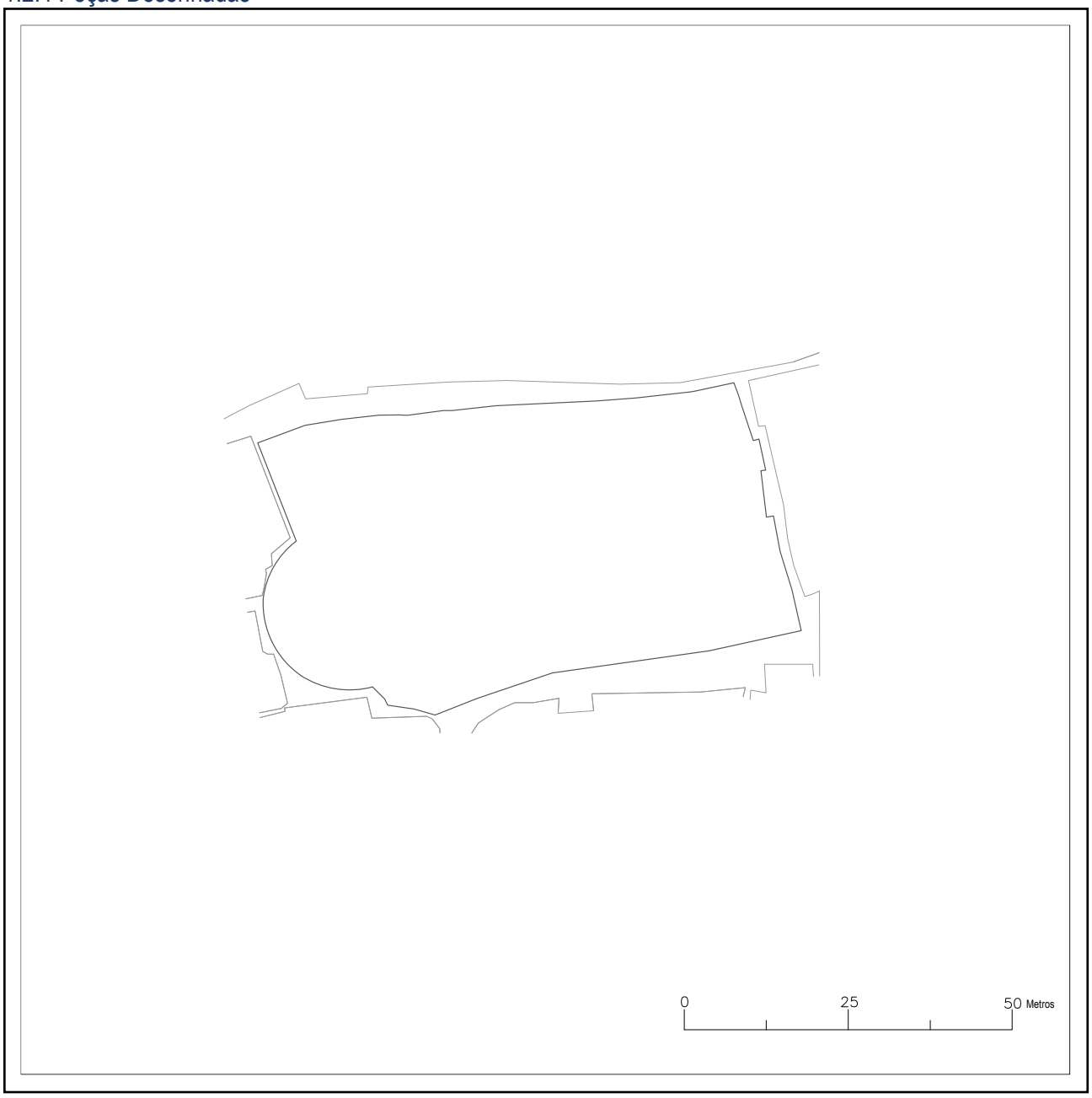
Tabela 1 – Dimensionamento, Médias Relativas (MR) e Proporção das Edificações de Betão (Amostra n.º 2)

N.º	Área (m2)	Largura (m)	Comprimento (m2)	Proporção (L:C)	Obs.
1	58,70	7,90	9,60	1,22	
2	97,60	11,60	15,20	1,31	Ed. Maior
3	49,90	5,10	9,50	1,86	
4	34,70	4,50	7,70	1,71	
5	37,20	5,20	7,20	1,38	
6	60,60	7,20	8,40	1,17	
7	25,70	4,50	5,70	1,27	
8	33,30	4,70	7,20	1,53	
9	20,30	3,20	6,40	2,00	Ed. Menor
10	67,60	7,70	8,70	1,13	
11	75,00	8,20	9,30	1,13	
MR	**50,96**	**6,35**	**8,63**	**1,43**	

Tabela 2 – Dimensionamento, Médias Relativas (MR) e Proporção das Edificações de Pau a Pique (Amostra n.º 2)

N.º	Área (m2)	Largura (m)	Comprimento (m2)	Proporção (L:C)	Obs.
1	22,14	4,50	4,70	1,04	
2	21,77	3,90	5,30	1,36	
3	34,50	3,20	11,00	3,44	
4	53,10	6,70	9,20	1,37	
5	29,44	4,27	6,70	1,57	
6	15,14	3,60	4,10	1,14	Ed. Menor
7	26,40	4,80	6,50	1,35	
8	71,65	7,50	9,30	1,24	Ed. Maior
MR	**34,27**	**4,81**	**7,10**	**1,56**	

1.2.4 Peças Desenhadas



LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

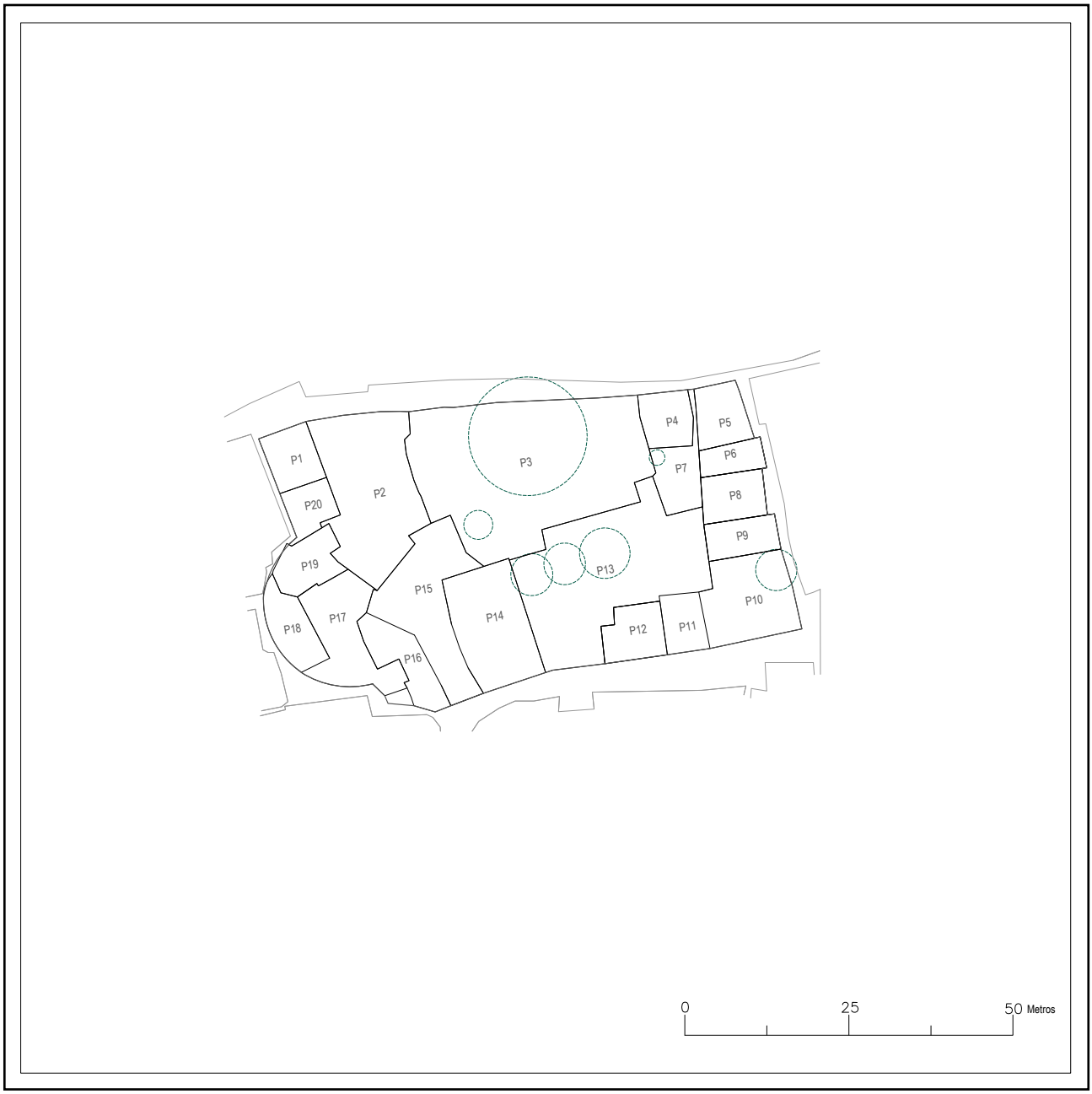
CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: IMPLANTAÇÃO

ESCALA: **FORMATO** **FOLHA**

b). Parcelário



LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

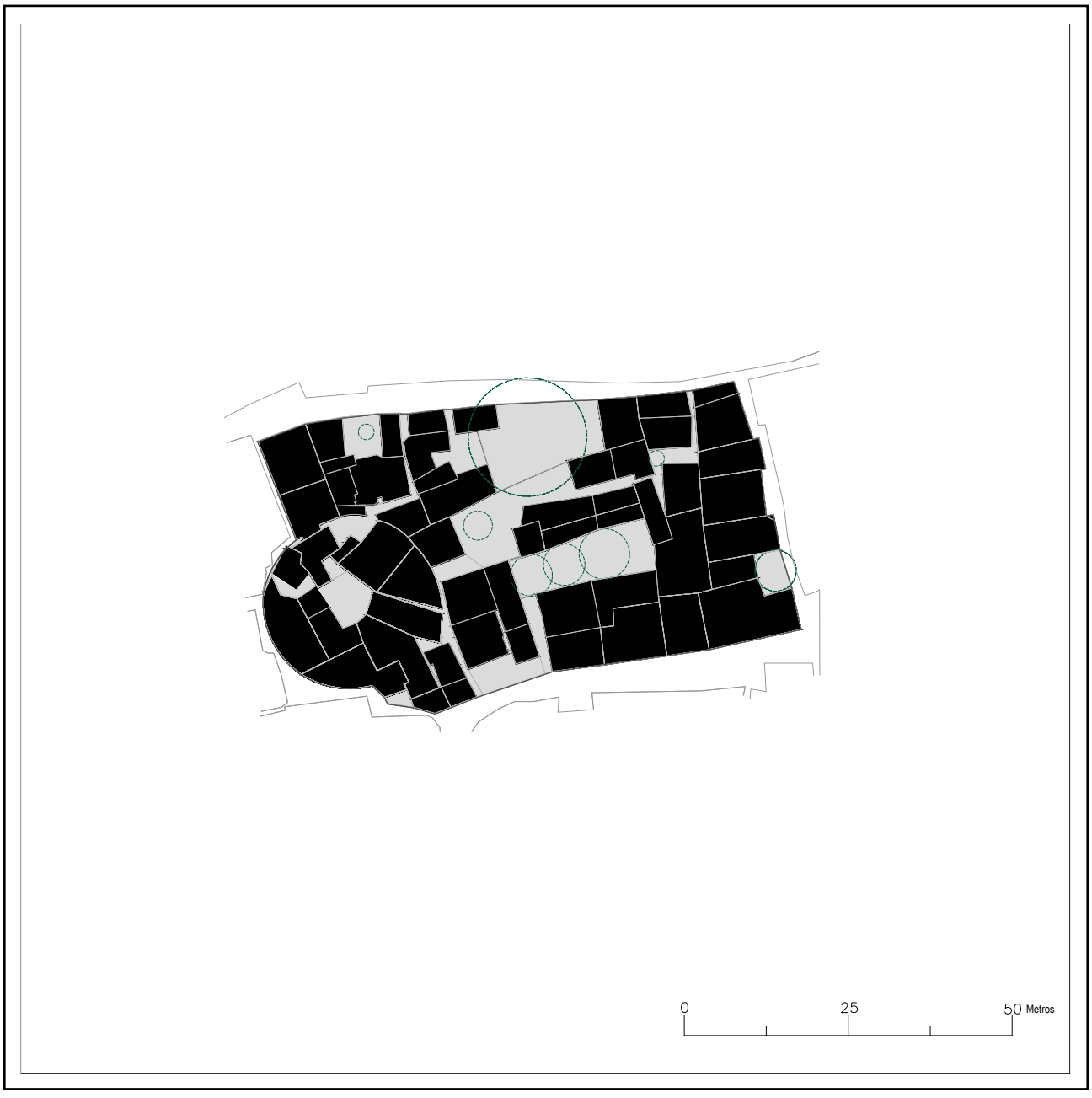
CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: PARCELÁRIO

ESCALA: **FORMATO** **FOLHA**

c). Edificado



LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

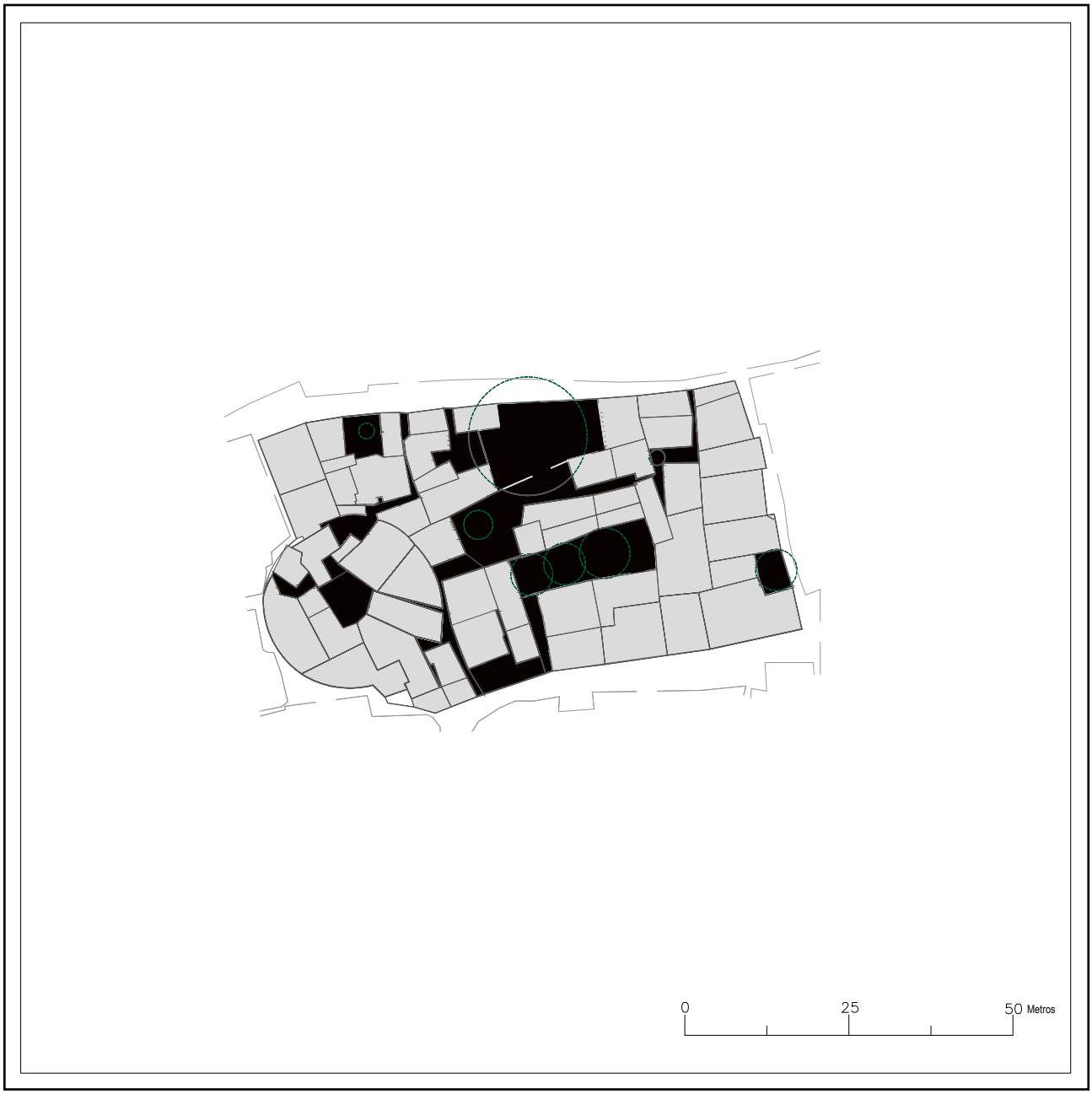
CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: EDIFICADO

ESCALA: FORMATO FOLHA

d) Logradouro



LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: LOGRADOURO

ESCALA: FORMATO FOLHA

1.3 Amostra n.º 3 – Unidades de Agregação # 56, 57 e 58 (Mulembeira)

1.3.1 Descrição genérica da Amostra

Para além do critério da localização, a identificação de elementos constituintes dos sistemas habitacionais triádicos, específicos da nossa hipótese, nomeadamente as casas CSU, os logradouros e as árvores são indispensáveis.

A amostra n. º03 refere-se às Unidades de Agregação nº 56, 57 3 58. Tem uma Área total: 4 810,10 m2 e delimitada por um perímetro de cerca de 308,25 m. A análise revelou 93 edificações no total, com 25 com relação directa para a rua e 23 com relação para o interior. Os 55 edifícios compreendem 3 762,62 m2, 70% de afectação do solo contra 1 047,48 m2 de logradouro, ou seja, de 30% de área desocupada. Assim sendo foram identificados três tipos de parcelas: 06 parcelas edifício-logradouro-árvore; 19 parcelas com edifícios-logradouro e 23 parcelas-edifício.

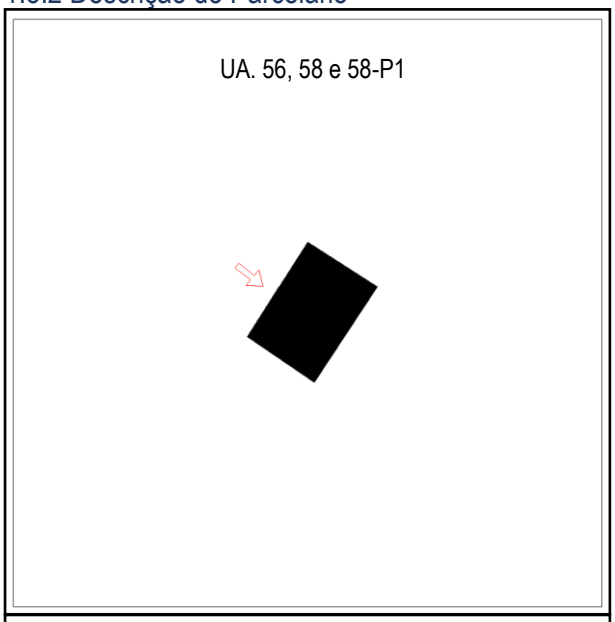
Fig. Fig.09-Corredor de circulação-Mulembeira

Fig.10-Rua da Mulembeira

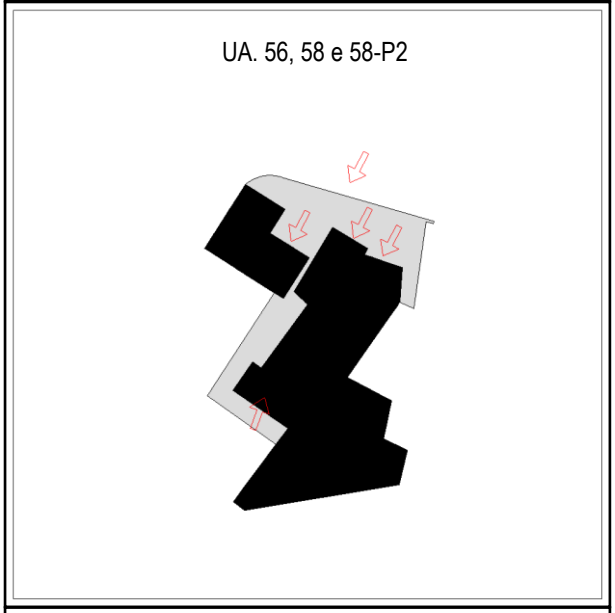
Fig.11-Acesso aos corredores de circulação

Fig.12-Mercado de Rua-Mulembeira

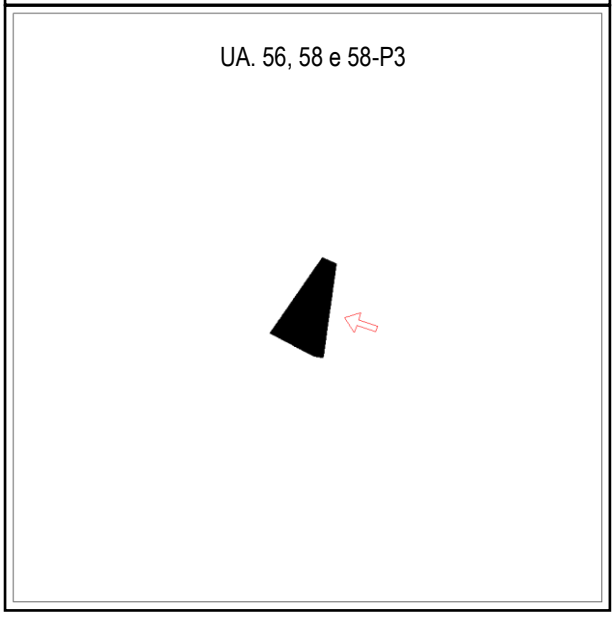
1.3.2 Descrição do Parcelário



Parcela P1. Apresenta uma dimensão de 43,30 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.

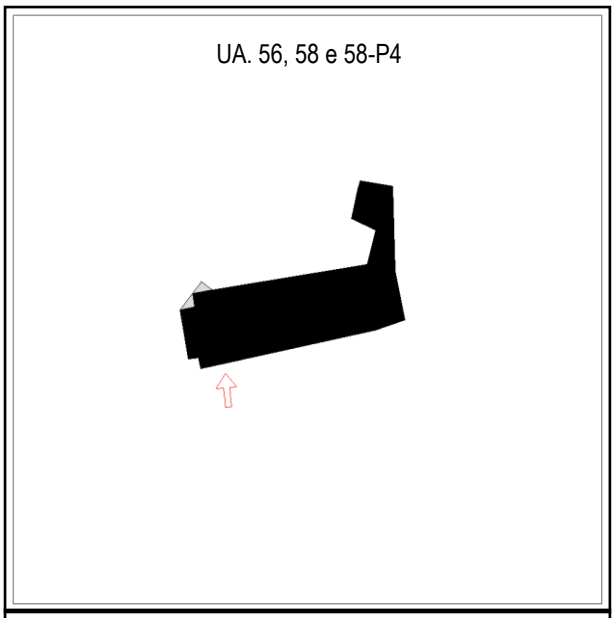


Parcela P2. Apresenta uma dimensão de 221,70 m2 e é composta por 4 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

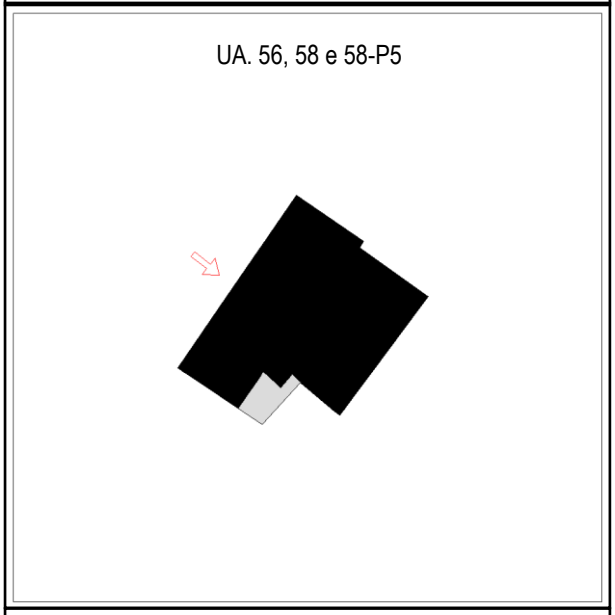


Parcela P3. Apresenta uma dimensão de 15,90 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício

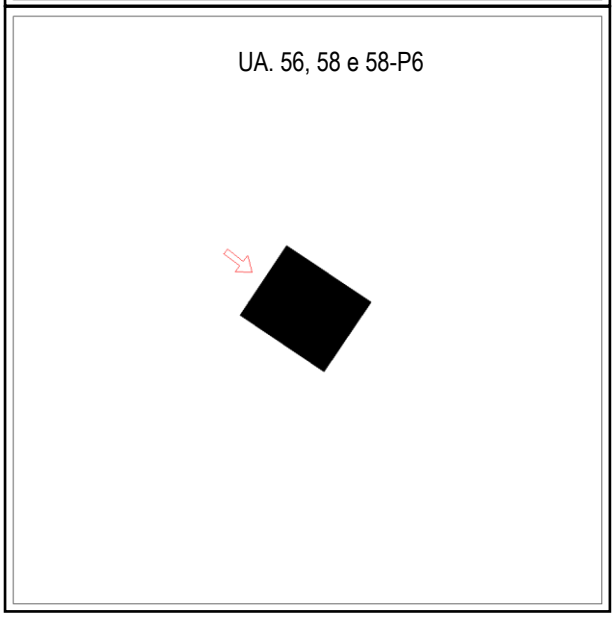
0 10 20 Metros



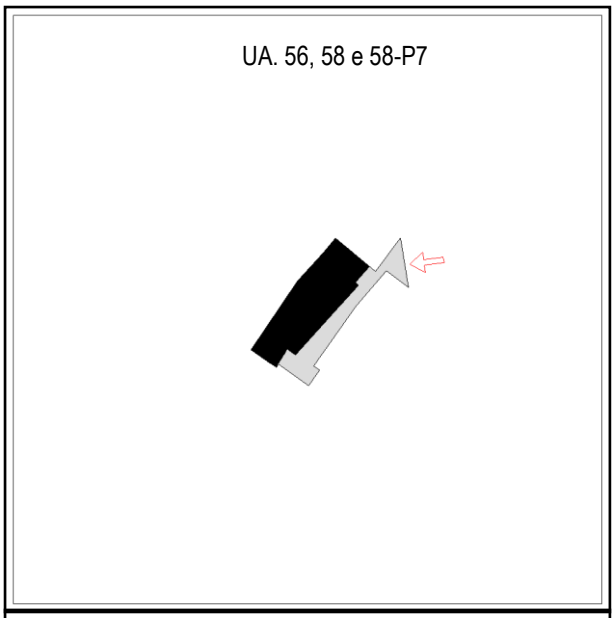
Parcela P4. Apresenta uma dimensão de 52,16 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



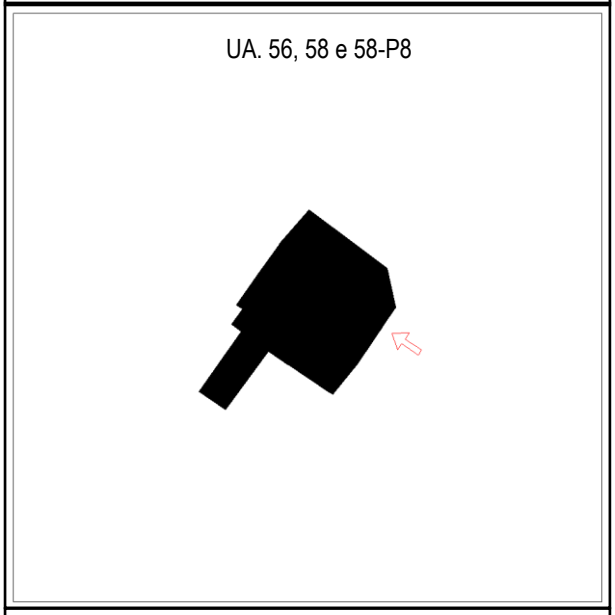
Parcela P5. Apresenta uma dimensão de 140 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



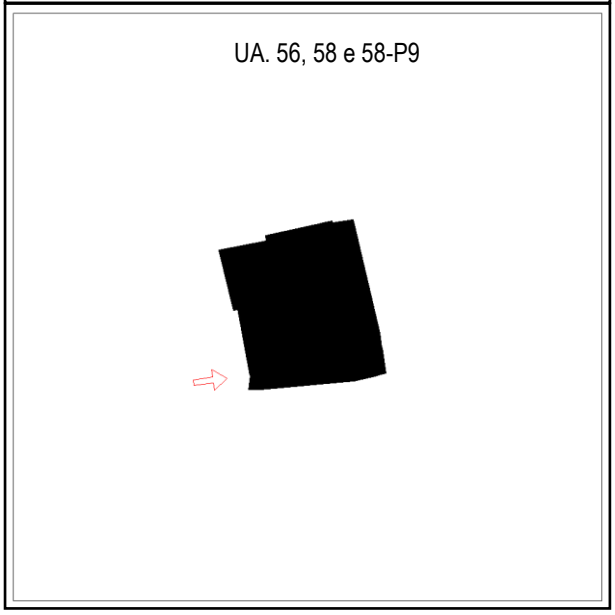
Parcela P6. Apresenta uma dimensão de 39,30 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



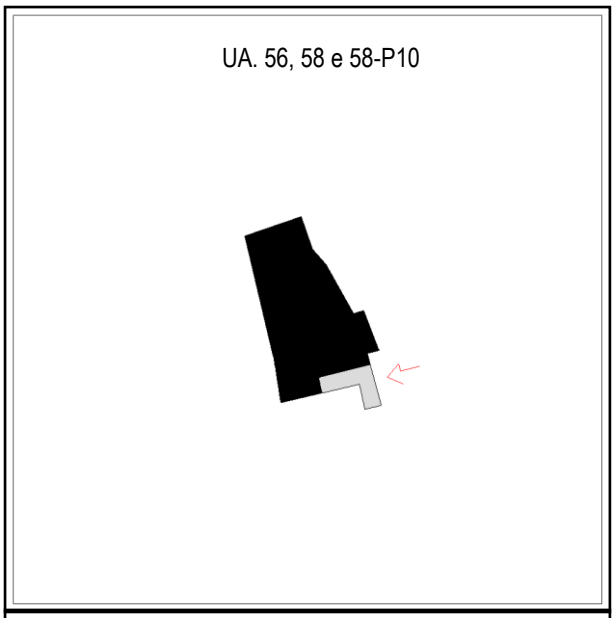
Parcela P7. Apresenta uma dimensão de 41,90 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.



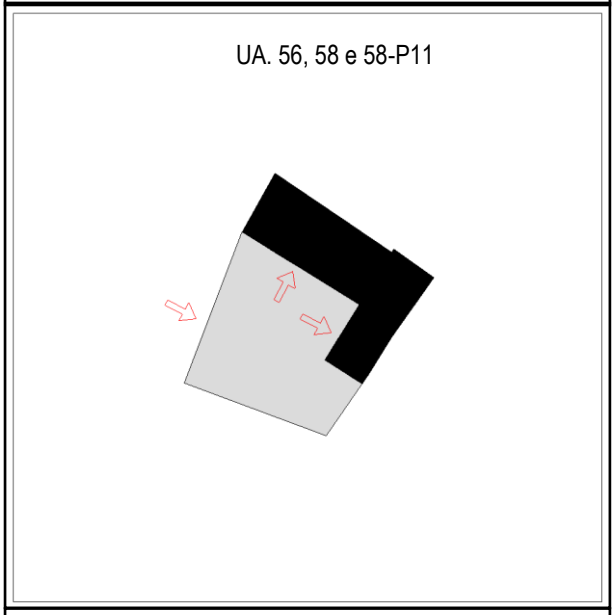
Parcela P8. Apresenta uma dimensão de 91,00 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



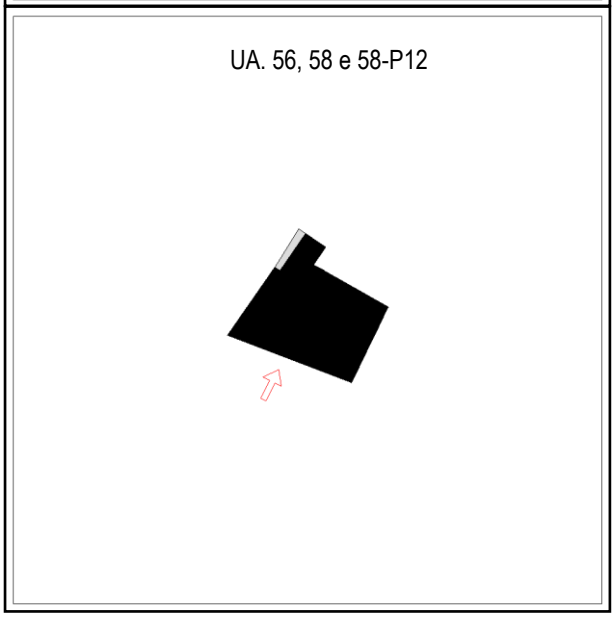
Parcela P9. Apresenta uma dimensão de 97,10 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



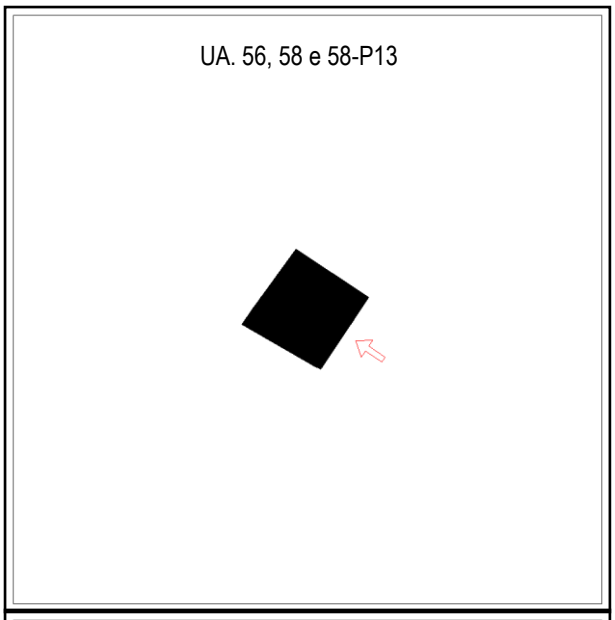
Parcela P10. Apresenta uma dimensão de 68,50 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.



Parcela P11. Apresenta uma dimensão de 166,70 m2 e é composta por 2 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

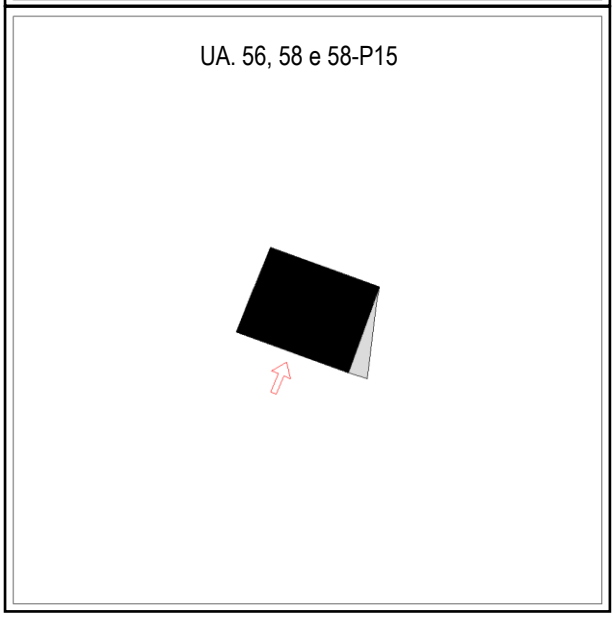


Parcela P12. Apresenta uma dimensão de 57,15 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



Parcela P13. Apresenta uma dimensão de 37,00 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.

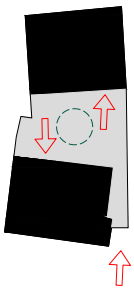
Parcela P14. Apresenta uma dimensão de 50,90 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do pátio. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



Parcela P15. Apresenta uma dimensão de 53,80 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.

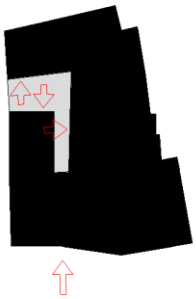
0 10 20 Metros

UA. 56, 58 e 58-P16



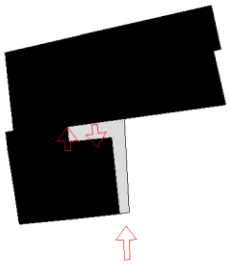
Parcela P16. Apresenta uma dimensão de 105,70 m2 e é composta por 2 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

UA. 56, 58 e 58-P17



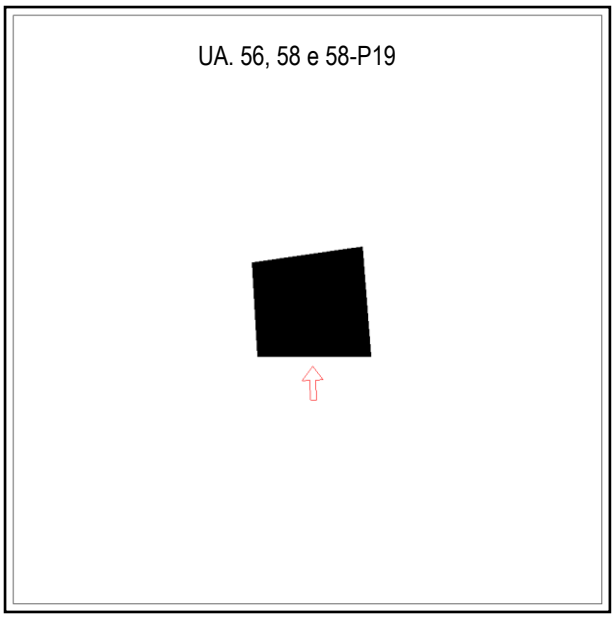
Parcela P17. Apresenta uma dimensão de 163,80 m2 e é composta por 3 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

UA. 56, 58 e 58-P18

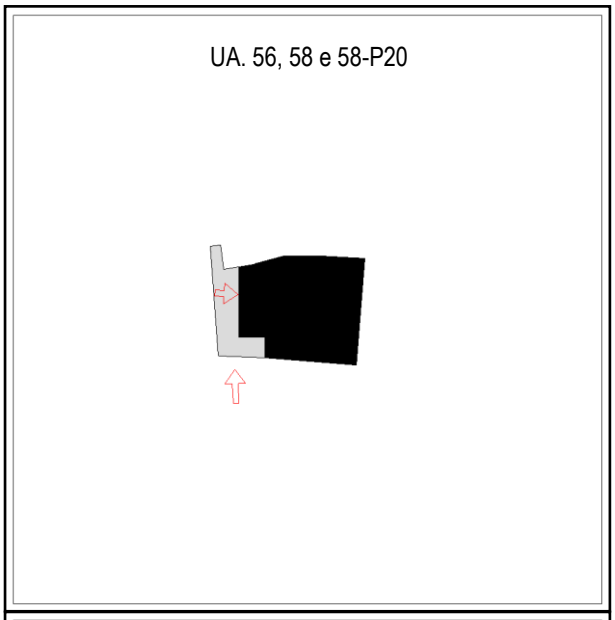


Parcela P18. Apresenta uma dimensão de 138,10 m2 e é composta por 2 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

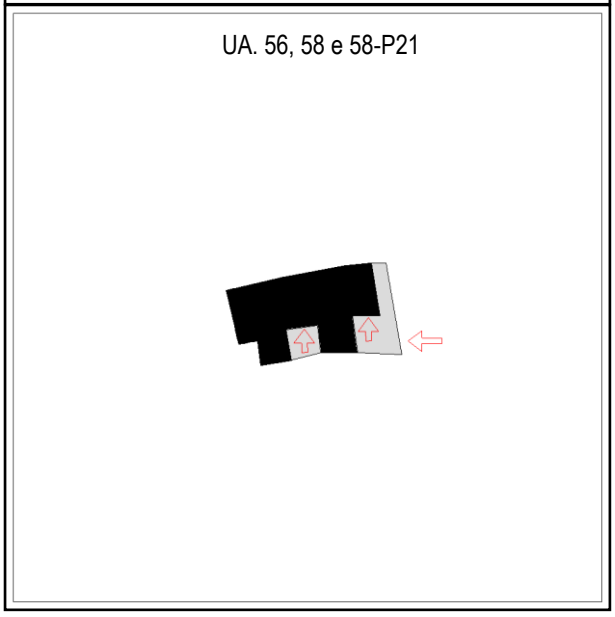
0 10 20 Metros



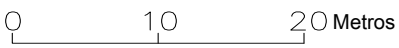
Parcela P19. Apresenta uma dimensão de 52,70 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.

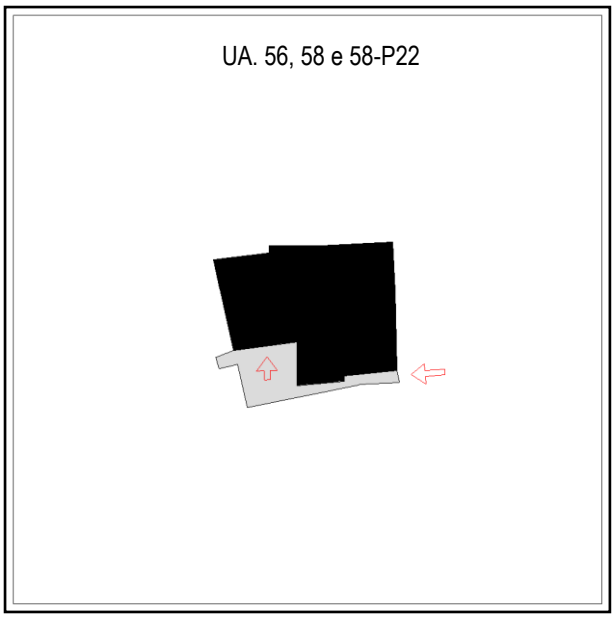


Parcela P20. Apresenta uma dimensão de 68,20 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

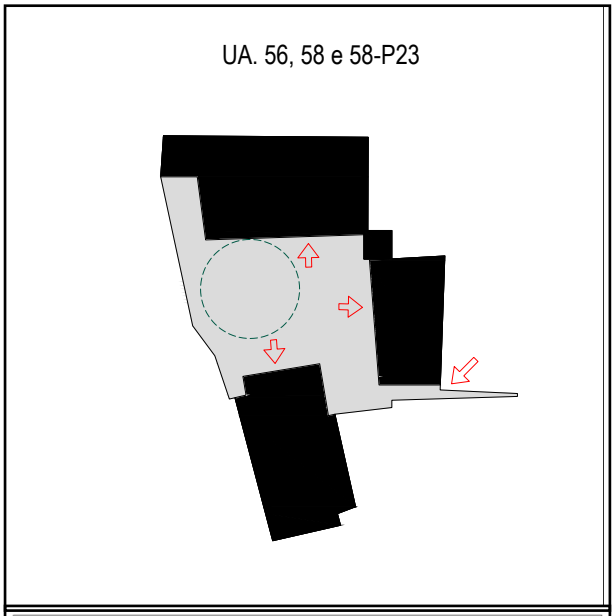


Parcela P21. Apresenta uma dimensão de 60,70 m2 e é composta por 2 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

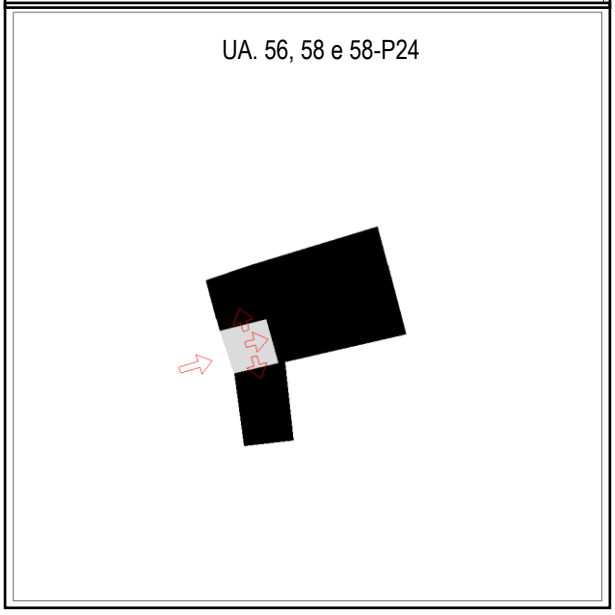




Parcela P22. Apresenta uma dimensão de 113,50 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

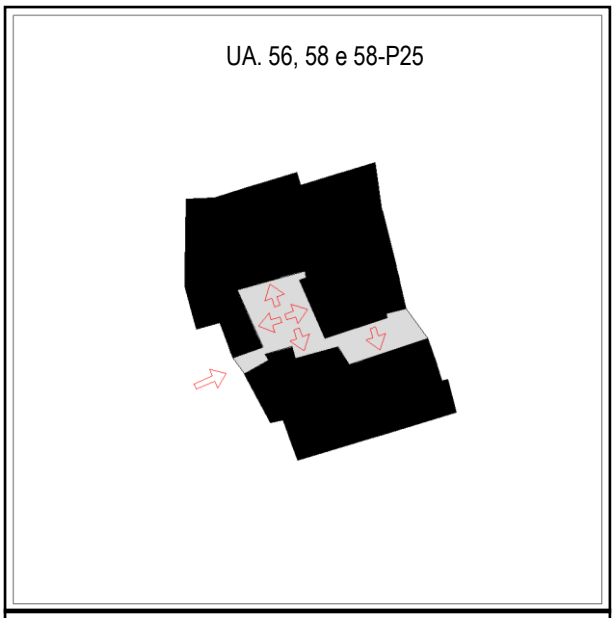


Parcela P23. Apresenta uma dimensão de 322,00 m2 e é composta por 3 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

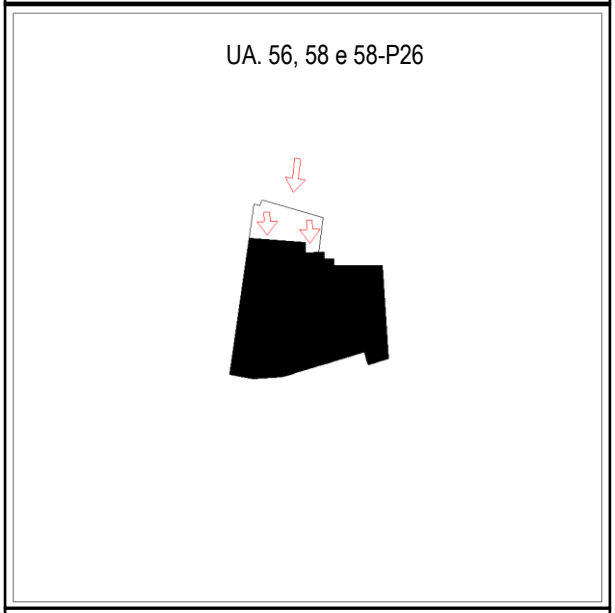


Parcela P24. Apresenta uma dimensão de 48,50 m2 e é composta por 3 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

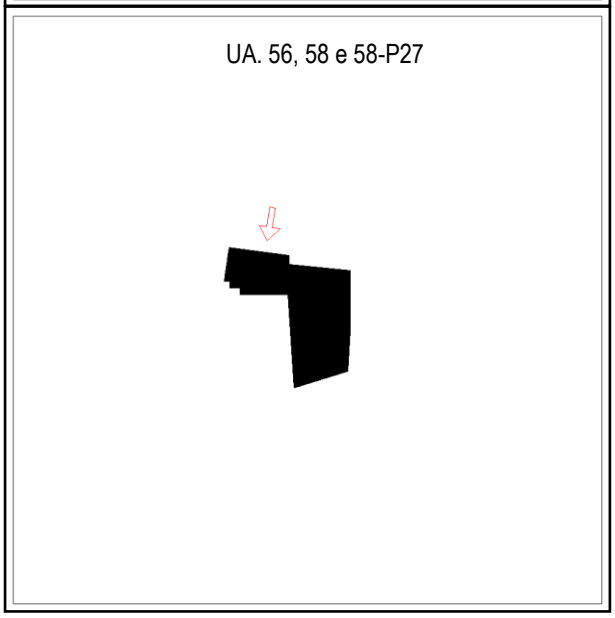
0 10 20 Metros



Parcela P25. Apresenta uma dimensão de 236,50 m2 e é composta por 5 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

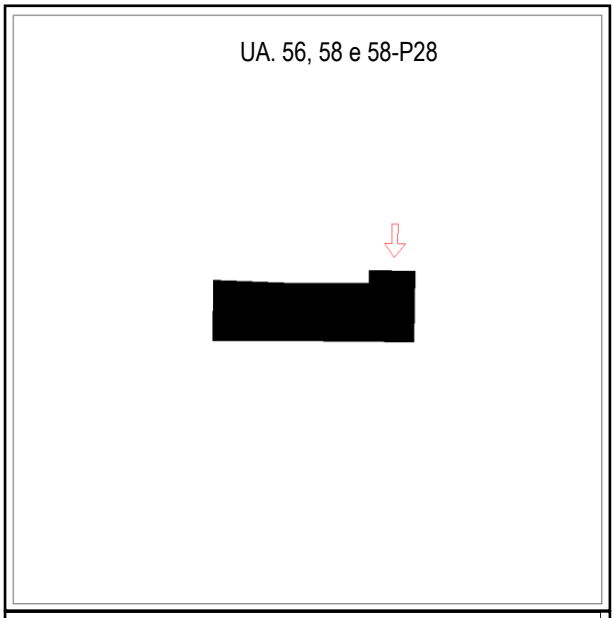


Parcela P26. Apresenta uma dimensão de 89,70 m2 e é composta por 2 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

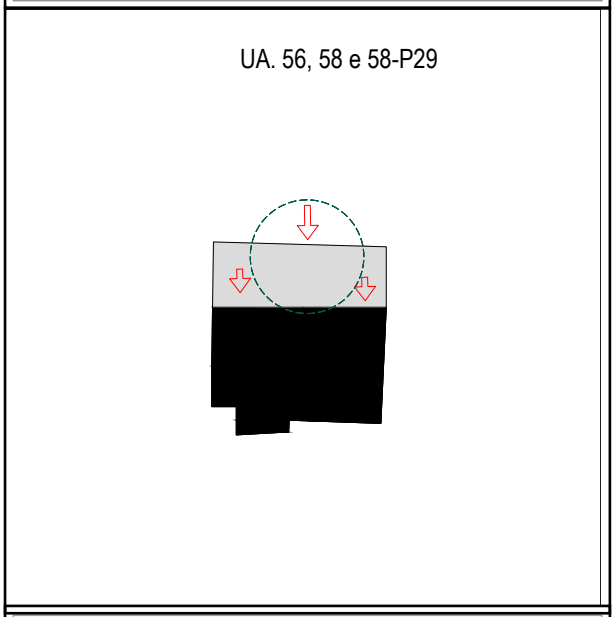


Parcela P27. Apresenta uma dimensão de 42,80 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.

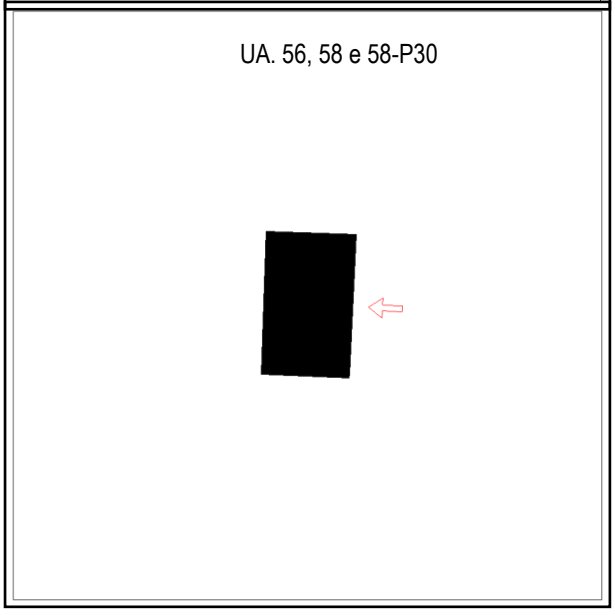
0 10 20 Metros



Parcela P28. Apresenta uma dimensão de 57,40 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.

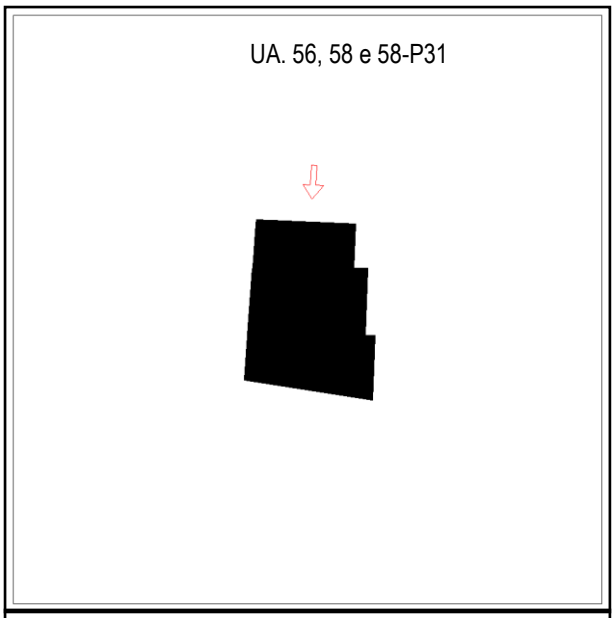


Parcela P29. Apresenta uma dimensão de 138,20 m2 e é composta por 2 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

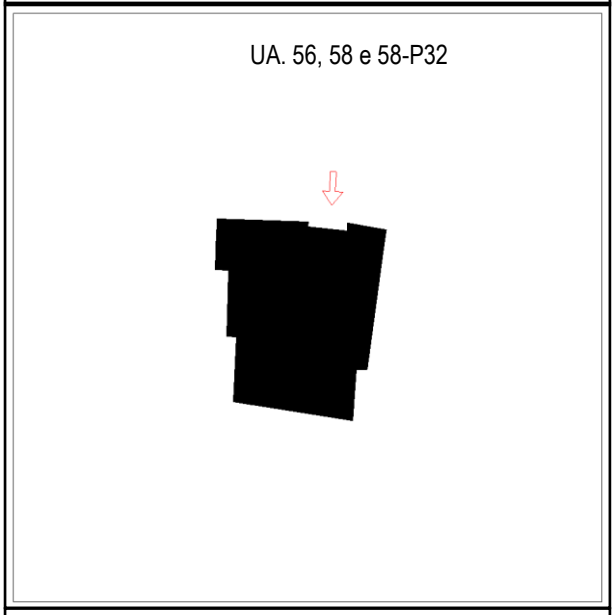


Parcela P30. Apresenta uma dimensão de 59,40 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.

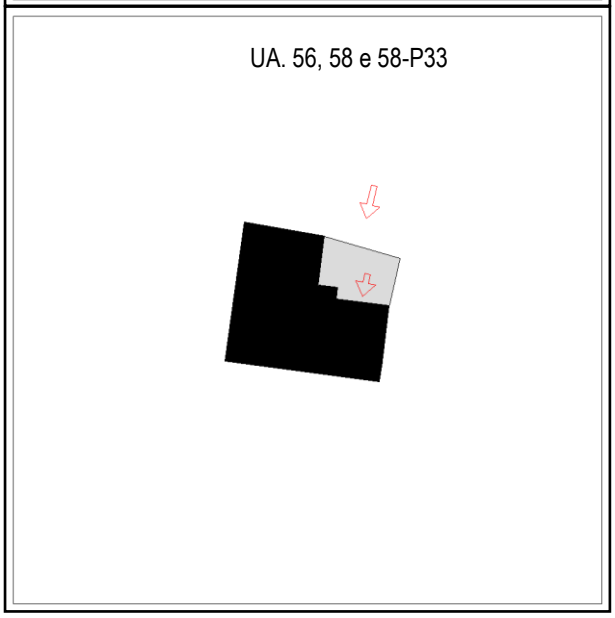
0 10 20 Metros



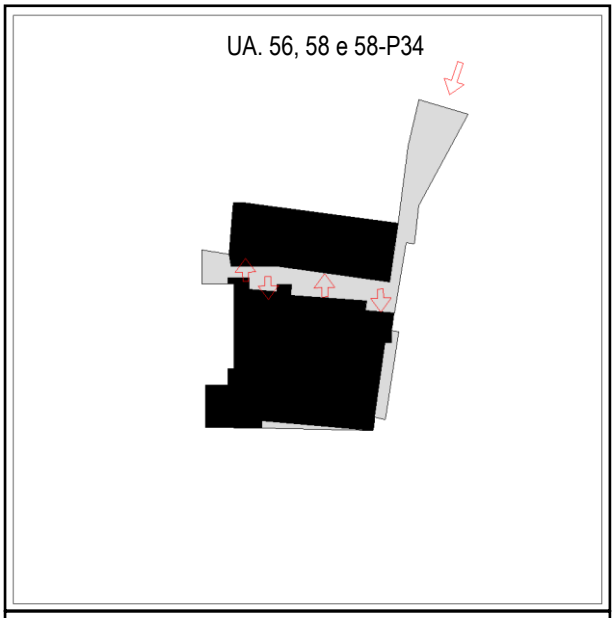
Parcela P31. Apresenta uma dimensão de 90,40 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



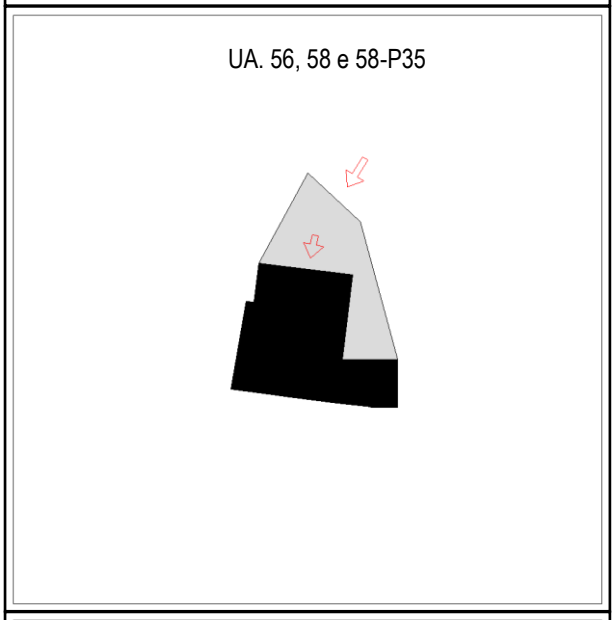
Parcela P32. Apresenta uma dimensão de 125,10 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



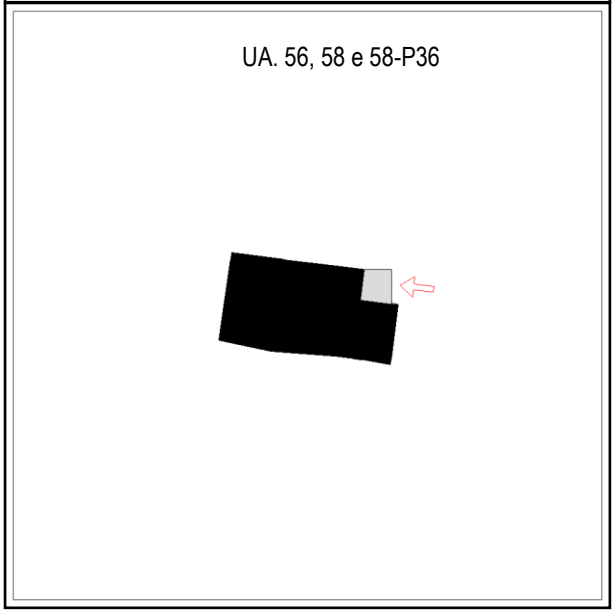
Parcela P33. Apresenta uma dimensão de 97,60 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.



Parcela P34. Apresenta uma dimensão de 192,40 m2 e é composta por 4 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

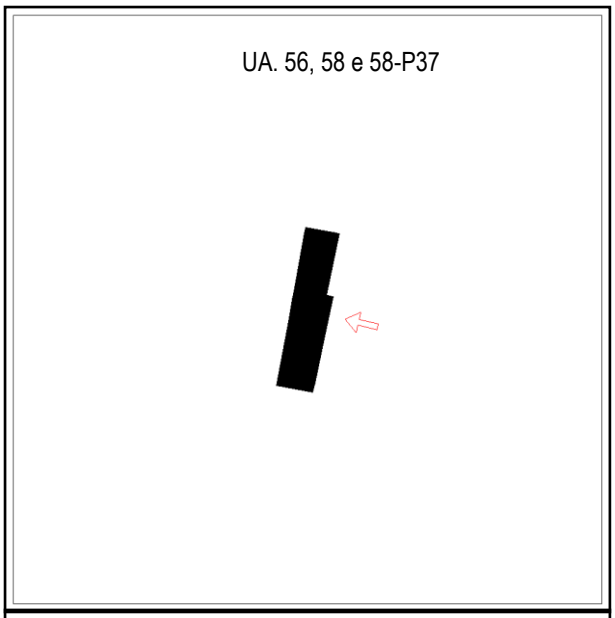


Parcela P35. Apresenta uma dimensão de 118,80 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

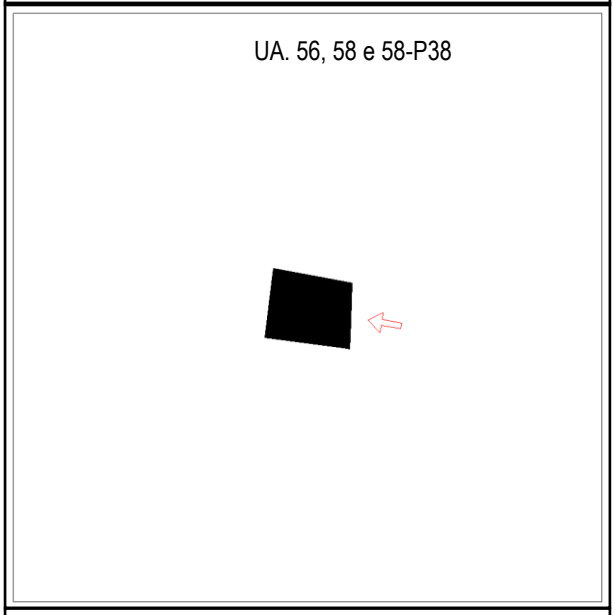


Parcela P36. Apresenta uma dimensão de 71,15 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

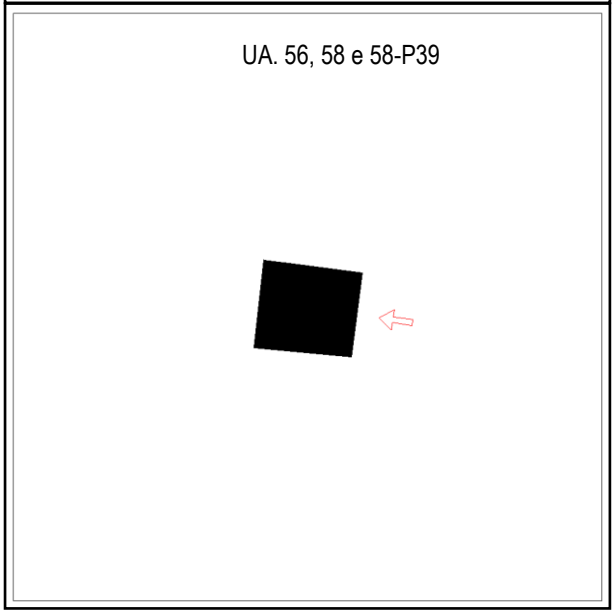
0 10 20 Metros



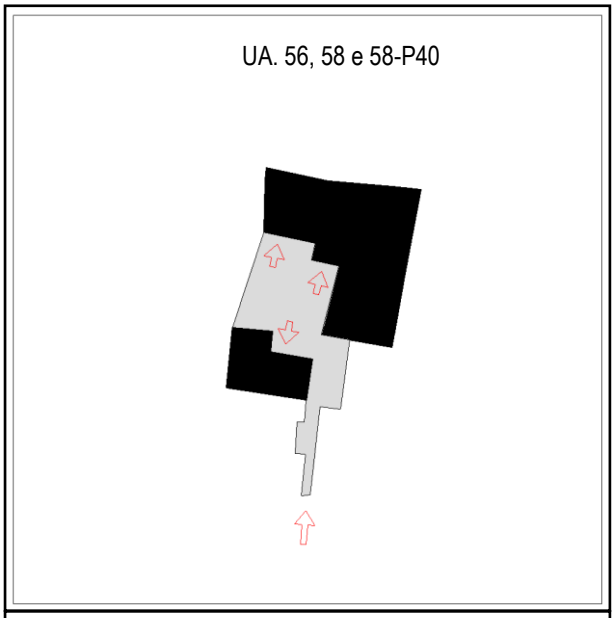
Parcela P37. Apresenta uma dimensão de 27,15 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



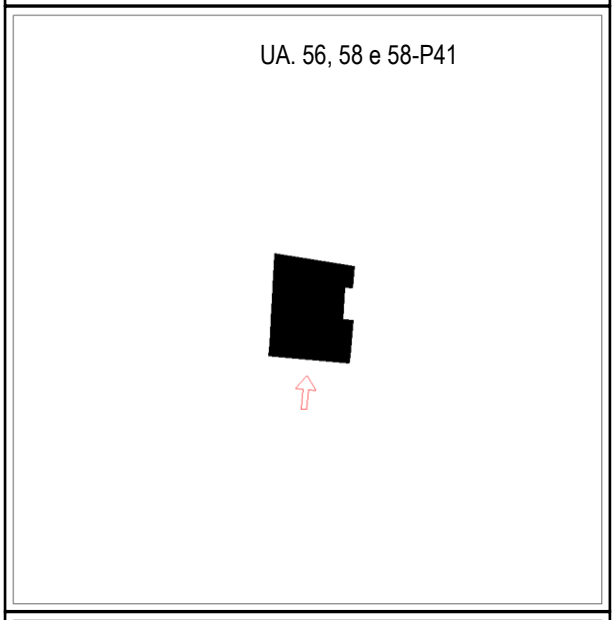
Parcela P38. Apresenta uma dimensão de 25,90 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



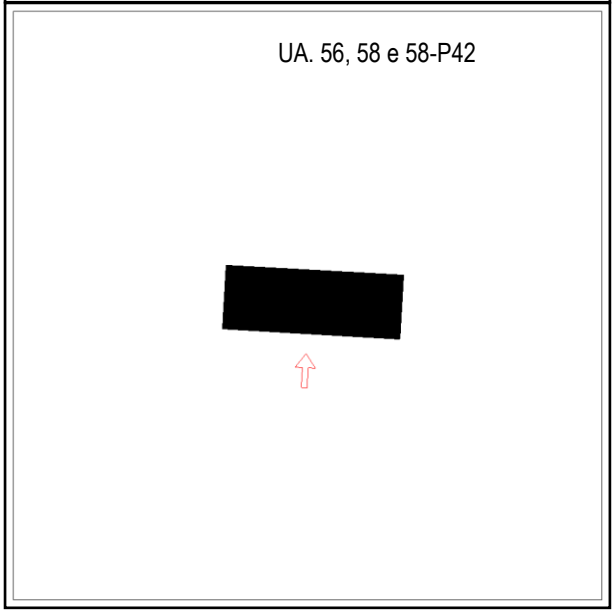
Parcela P39. Apresenta uma dimensão de 39,70 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



Parcela P40. Apresenta uma dimensão de 152,90 m2 e é composta por 3 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.



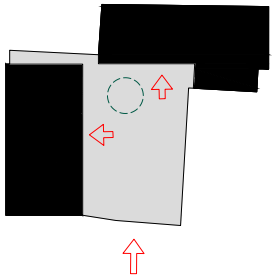
Parcela P41. Apresenta uma dimensão de 36,10 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



Parcela P42. Apresenta uma dimensão de 52,30 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.

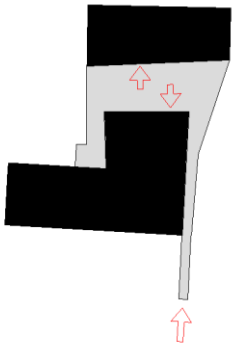
0 10 20 Metros

UA. 56, 58 e 58-P43



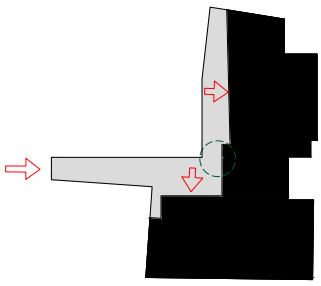
Parcela P43. Apresenta uma dimensão de 180,10 m2 e é composta por 2 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente do quintal.

UA. 56, 58 e 58-P44

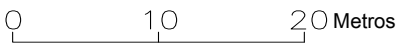


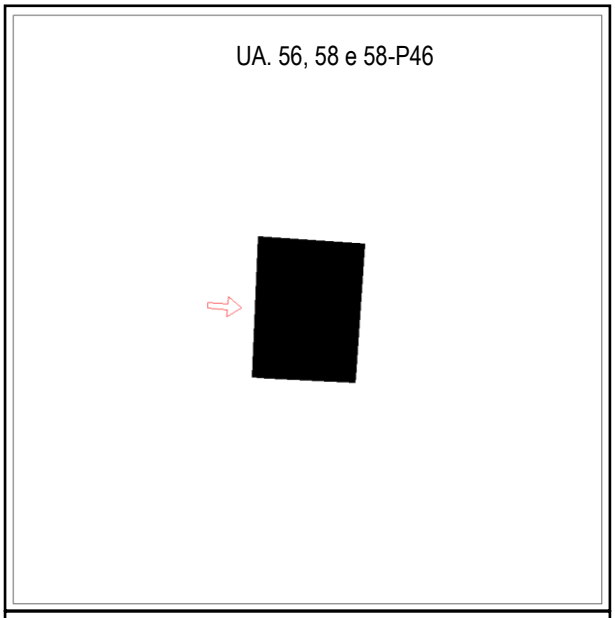
Parcela P44. Apresenta uma dimensão de 155,60 m2 e é composta por 2 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir da rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.

UA. 56, 58 e 58-P45

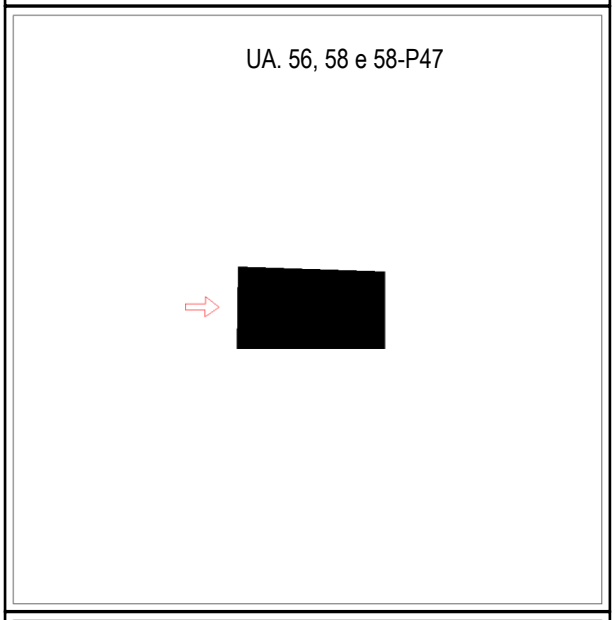


Parcela P45. Apresenta uma dimensão de 161,20 m2 e é composta por 2 edifícios. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir directamente do quintal.

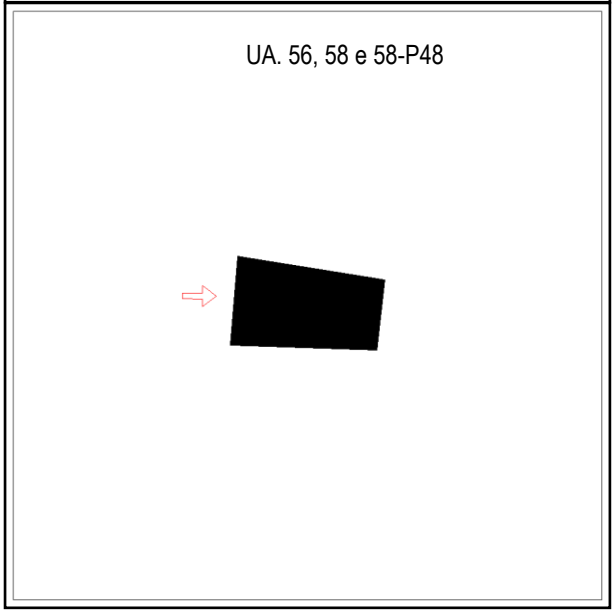




Parcela P46. Apresenta uma dimensão de 67,80 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



Parcela P47. Apresenta uma dimensão de 54,10 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.



Parcela P48. Apresenta uma dimensão de 54,50 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.

0 10 20 Metros

1.3.3 Levantamento Métrico dos Módulos Habitacionais

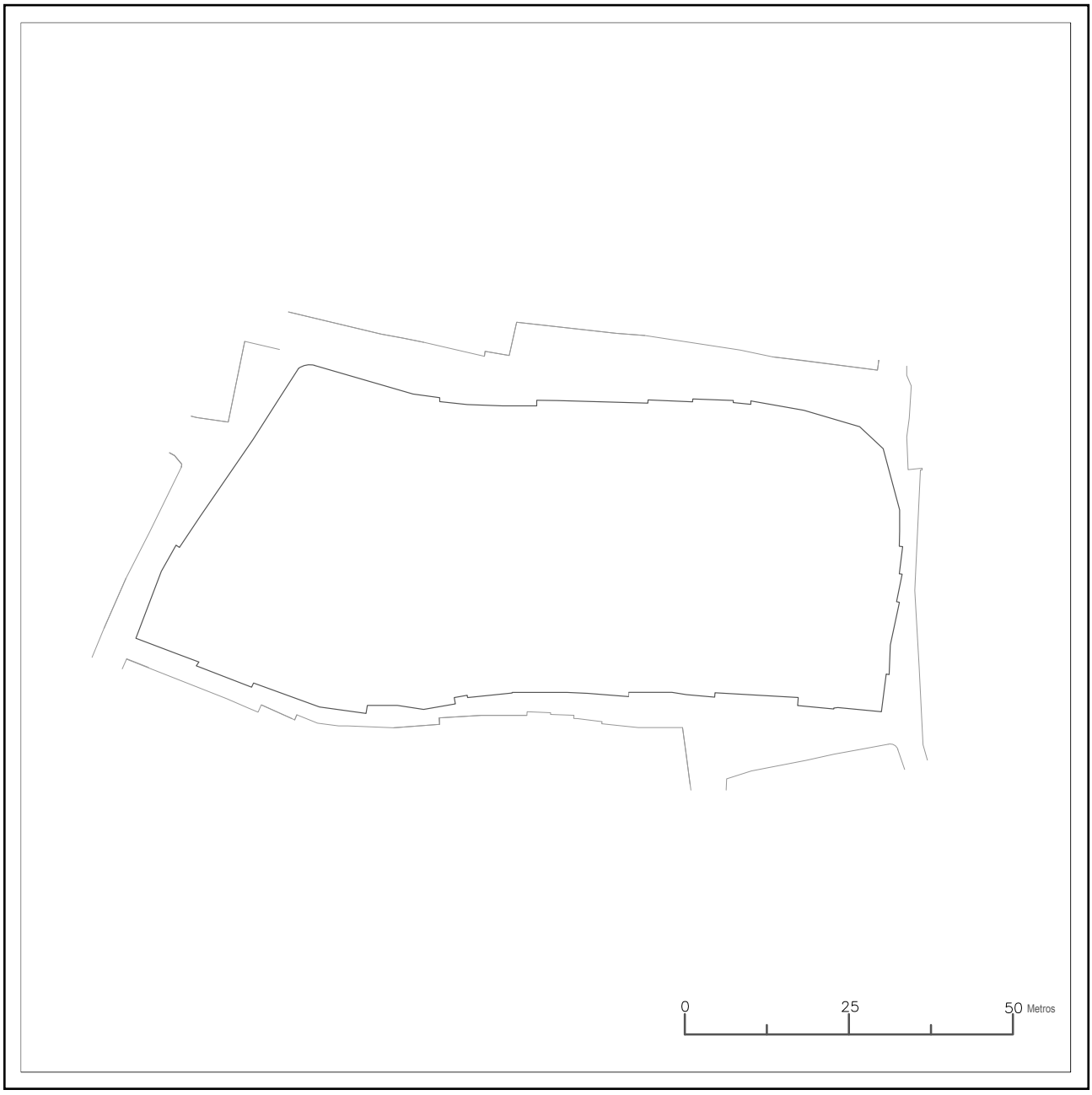
Tabela 3 – Dimensionamento, Médias Relativas (MR) e Proporção das Edificações de Betão (Amostra n.º 3)

N.º	Área (m2)	Largura (m)	Comprimento (m2)	Proporção (L:C)	Obs.
1	46,4	6,6	6,6	1,00	
2	76	8,1	10,7	1,32	
3	23,7	3,9	6,3	1,62	
4	17,2	3	5,8	1,93	Ed. Menor
5	50,2	5,5	9,1	1,65	
6	46,4	3,1	5,1	1,65	
7	63,2	5,4	12	2,22	
8	23,6	4,2	5,5	1,31	
9	40,3	5	8,1	1,62	
10	44,3	6,1	8,7	1,43	
11	58	6,2	9,6	1,55	
12	46,4	6,1	6,8	1,11	
13	53	5	10,6	2,12	
14	34,4	4,6	7,5	1,63	
15	31,1	3,8	8,8	2,32	
16	27	3,5	7,7	2,20	
17	50,5	6,6	9	1,36	
18	28,8	4,2	6,9	1,64	
19	46,4	7,6	9,3	1,22	
20	22,3	3,8	6,2	1,63	
21	49	6,4	7,9	1,23	
22	19,3	3,8	5,1	1,34	
23	102,9	11,1	11,7	1,05	
24	30,1	5,4	5,5	1,02	
25	34,7	4,6	7,6	1,65	
26	116,4	11,5	12,8	1,11	Ed. Maior
27	53,1	6,4	9,3	1,45	
MR	**45,73**	**5,61**	**8,16**	**1,45**	

Tabela 4 – Dimensionamento, Médias Relativas (MR) e Proporção das Edificações de Pau-a-Pique (Amostra n.º 3)

N.º	Área (m2)	Largura (m)	Comprimento (m2)	Proporção (L:C)	Obs.
1	23,80	3,80	6,10	1,61	
2	55,01	4,30	12,80	2,98	Ed. Maior
3	23,75	3,90	6,40	1,64	
4	21,40	4,50	4,90	1,09	
5	27,60	4,50	6,10	1,36	
6	31,20	5,50	5,80	1,05	
7	46,20	4,70	9,60	2,04	
8	20,40	3,80	5,40	1,42	Ed. Menor
9	32,80	3,70	8,60	2,32	
10	29,30	4,30	7,00	1,63	
11	53,00	3,60	5,20	1,44	
12	41,40	5,10	8,00	1,57	
13	24,30	4,40	7,00	1,59	
14	36,40	3,60	9,40	2,61	
15	35,20	4,60	7,40	1,61	
16	34,70	4,50	7,60	1,69	
17	35,00	5,50	6,30	1,15	
18	33,30	4,80	7,00	1,46	
19	43,00	6,40	6,50	1,02	
20	23,00	5,00	5,10	1,02	
21	23,00	3,90	5,90	1,51	
22	23,10	3,60	6,50	1,81	
MR	**32,58**	**4,45**	**7,03**	**1,58**	

1.3.4 Peças Desenhadas



LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

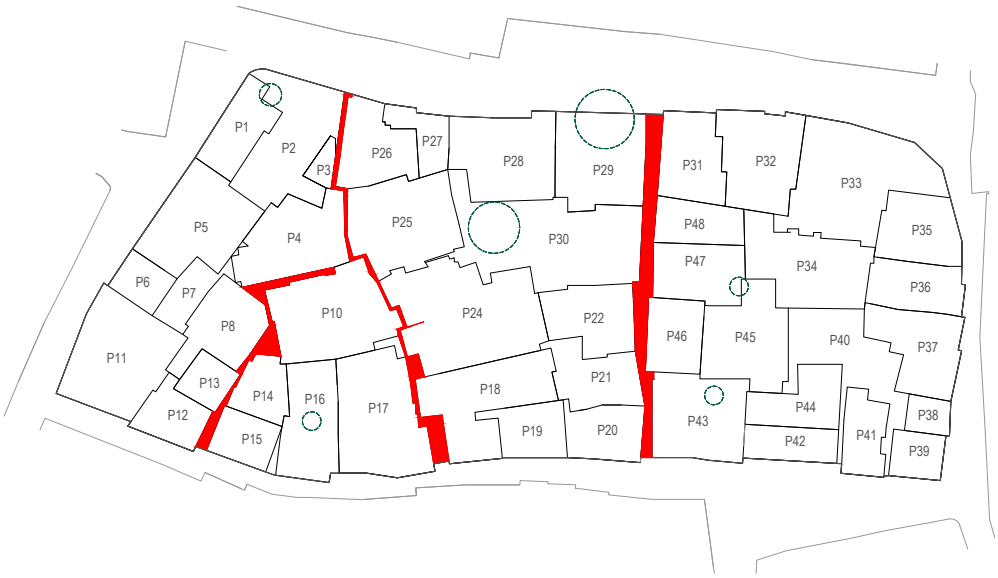
UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: IMPLANTAÇÃO

ESCALA: FORMATO FOLHA



LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

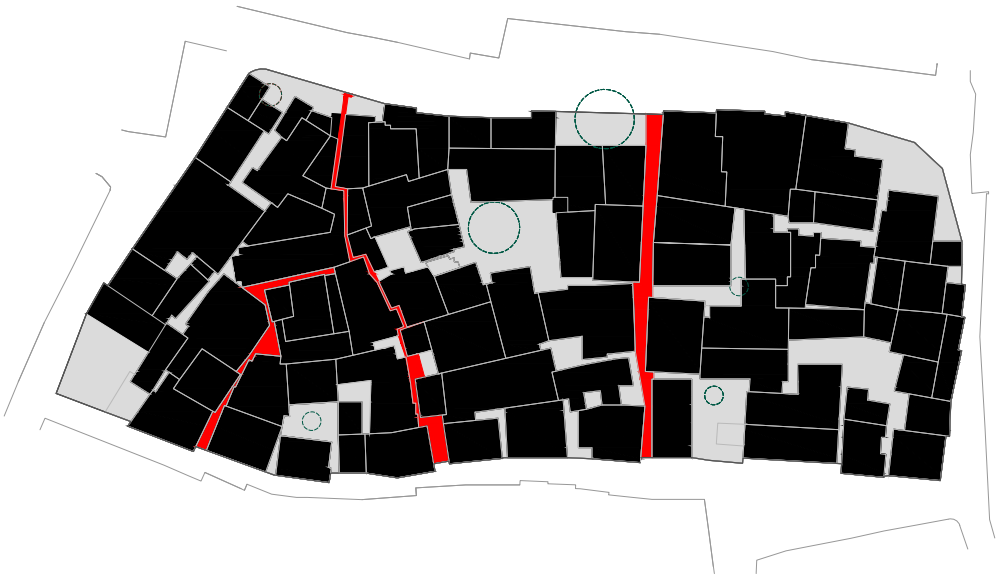
UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: PARCELÁRIO

ESCALA: **FORMATO** **FOLHA**



LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: EDIFICADO

ESCALA: FORMATO FOLHA

0 25 50 Metros

LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: LOGRADOURO

ESCALA: FORMATO FOLHA

1.4 Amostra n.º 4 – Unidade de Agregação #45 (Saber Andar)

1.4.1 Descrição genérica da Amostra

Para além do critério da localização, a identificação de elementos constituintes dos sistemas habitacionais triádicos, específicos da nossa hipótese, nomeadamente as casas CSU, os logradouros e as árvores são indispensáveis.

A amostra n. º04 refere-se às Unidades de Agregação nº 45. Tem uma Área total: 8 654,41 m2 e delimitada por um perímetro de cerca de 433,70 m. A análise revelou 125 edificações no total, com 48 com relação directa para a rua e 77 com relação para o interior. Os 125 edifícios compreendem 6 630,40 m2, 76% de afectação do solo contra 2 024,01 m2 de logradouro, ou seja, de 24% de área desocupada. Assim sendo foram identificados três tipos de parcelas: 05 parcelas edifício-logradouro-árvore; 19 parcelas com edifícios-logradouro e 22 parcelas-edifício.

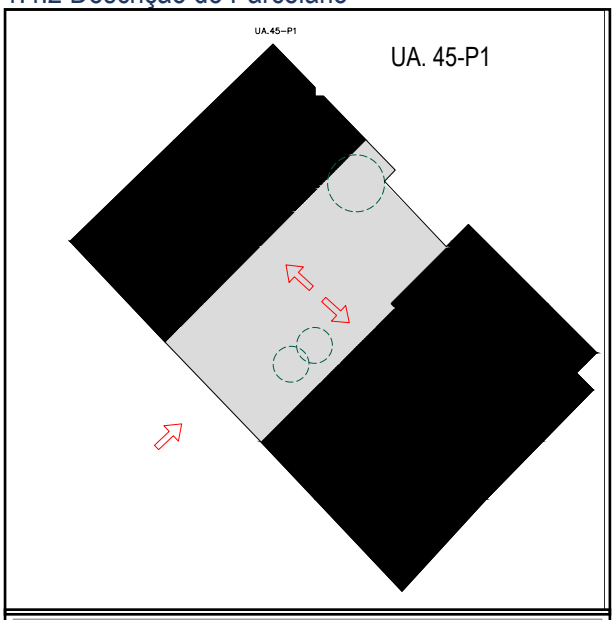
Fig.13-Corredor de circulação- Saber Andar

Fig.14-Rua Pedonal-Saber Andar

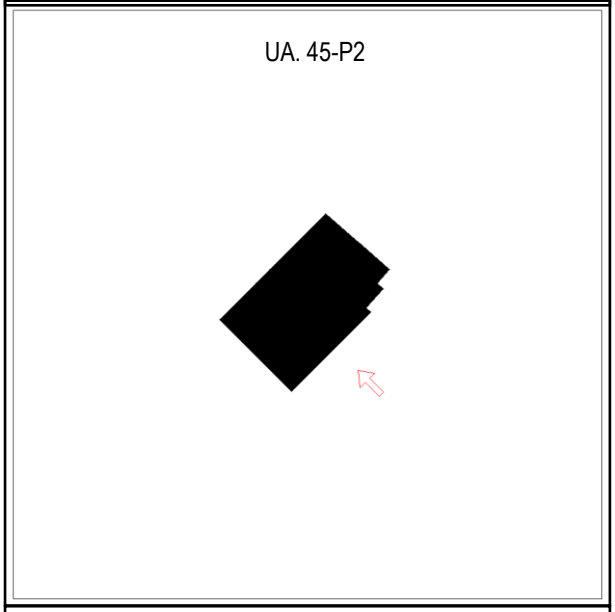
Fig.15-Acesso ao Logradouro da Parcela

Fig.16-Vista de Logradouro

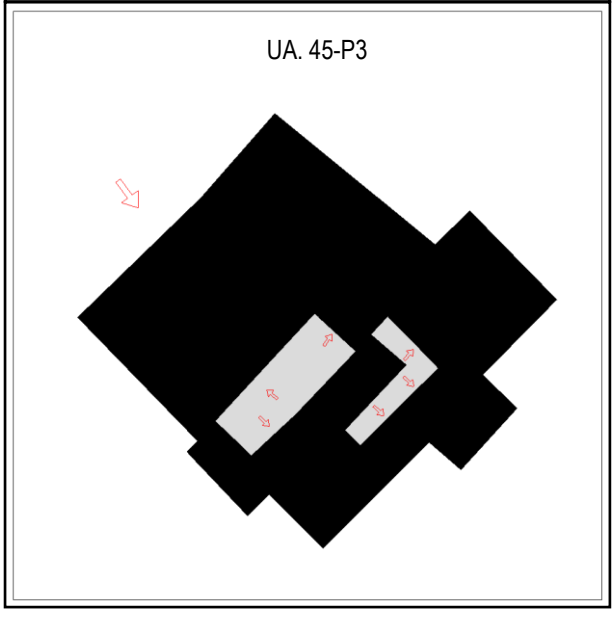
1.4.2 Descrição do Parcelário



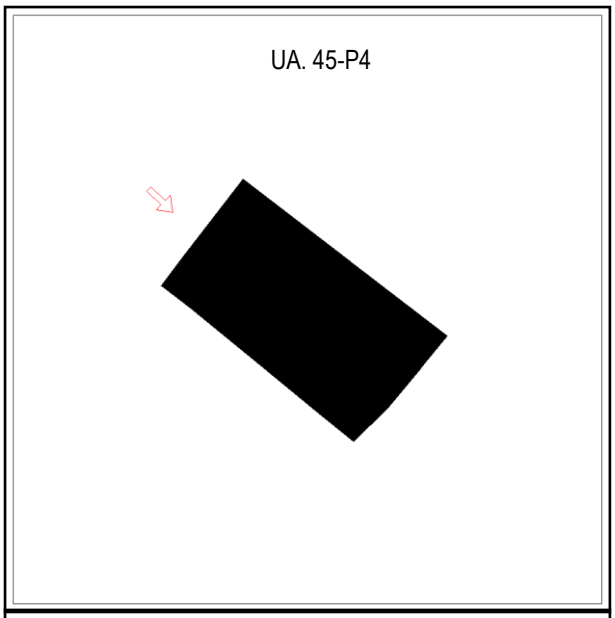
Parcela P1. Apresenta uma dimensão de 607.84m2 e é composta por 2 edifício. O acesso à parcela é feito a partir Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro.



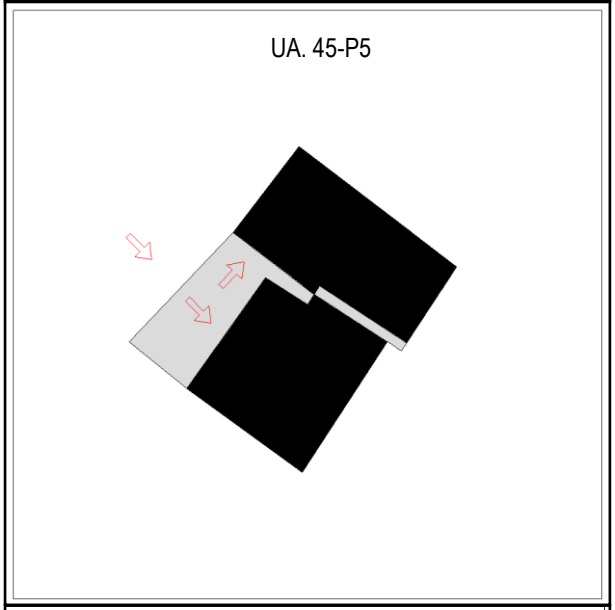
Parcela P2. Apresenta uma dimensão de 69.71m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.



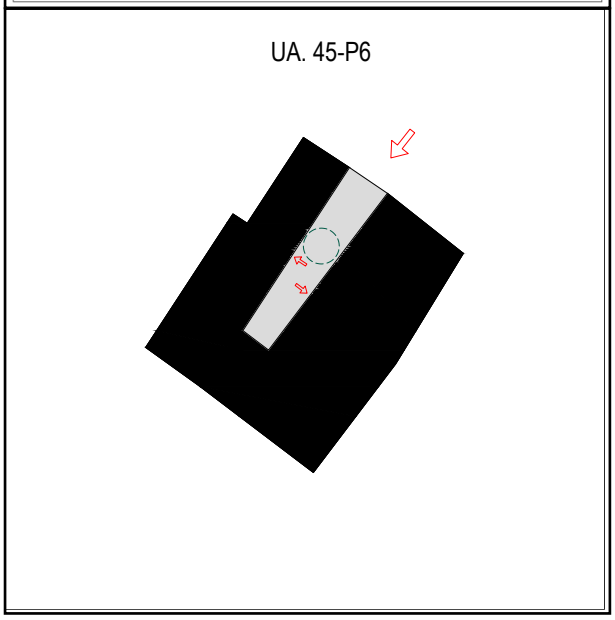
Parcela P3. Apresenta uma dimensão de 508.69m2 e é composta por 6 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.



Parcela P4. Apresenta uma dimensão de 161.44m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.

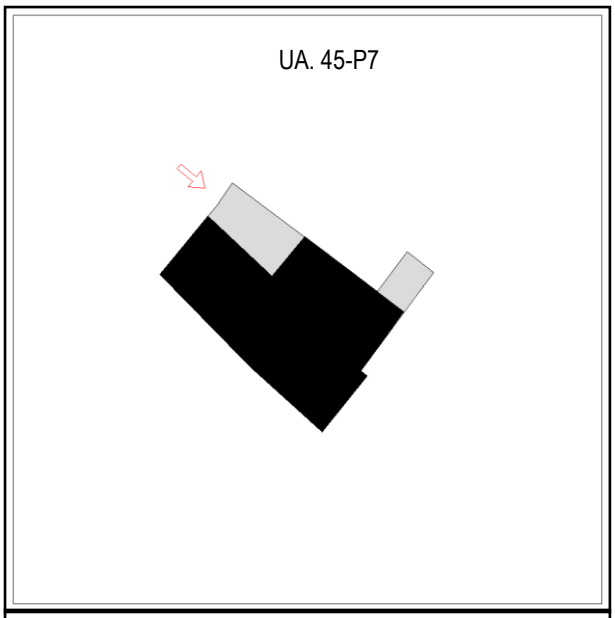


Parcela P5. Apresenta uma dimensão de 242.19m2 e é composta por 2 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

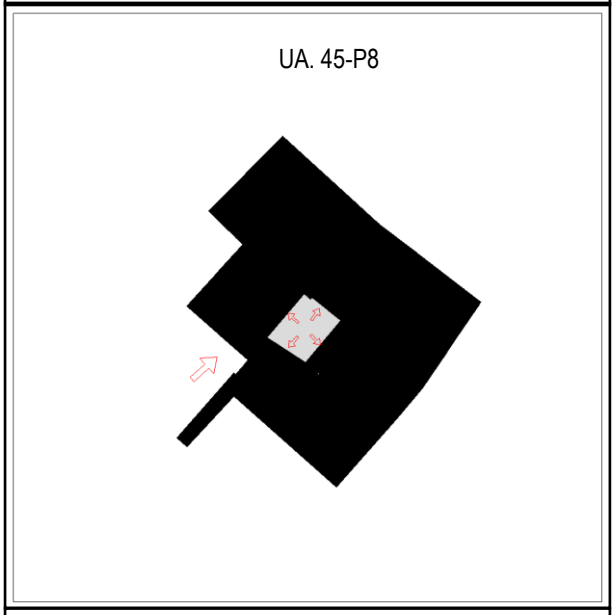


Parcela P6. Apresenta uma dimensão de 245.45m2 e é composta por 2 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

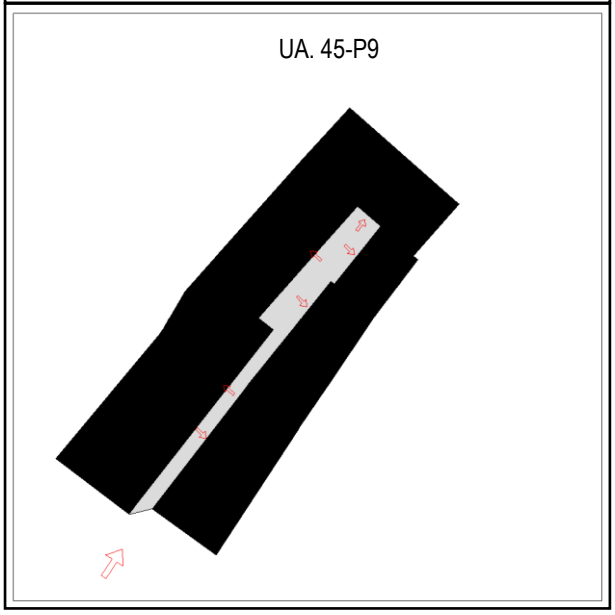
0 10 20 Metros



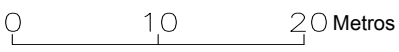
Parcela P7. Apresenta uma dimensão de 142.48m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro

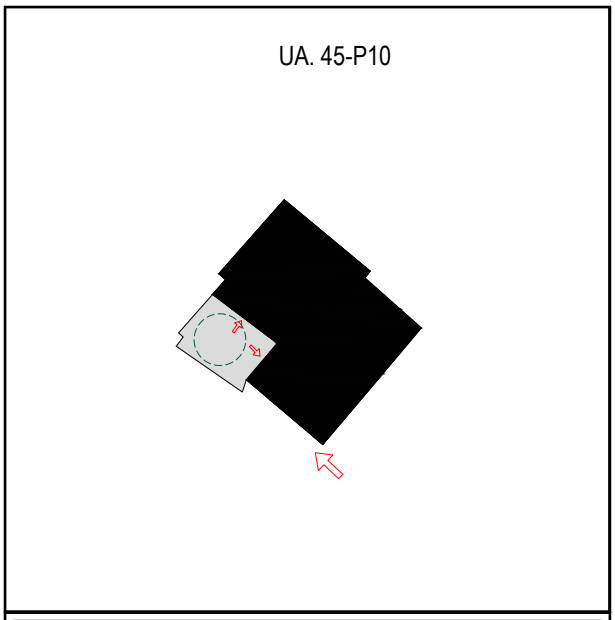


Parcela P8. Apresenta uma dimensão de 253.85m2 e é composta por 4 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.

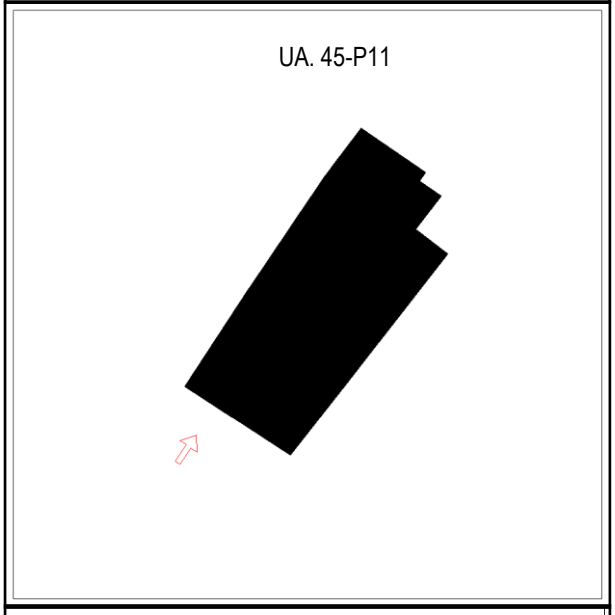


Parcela P9. Apresenta uma dimensão de 339.14m2 e é composta por 6 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

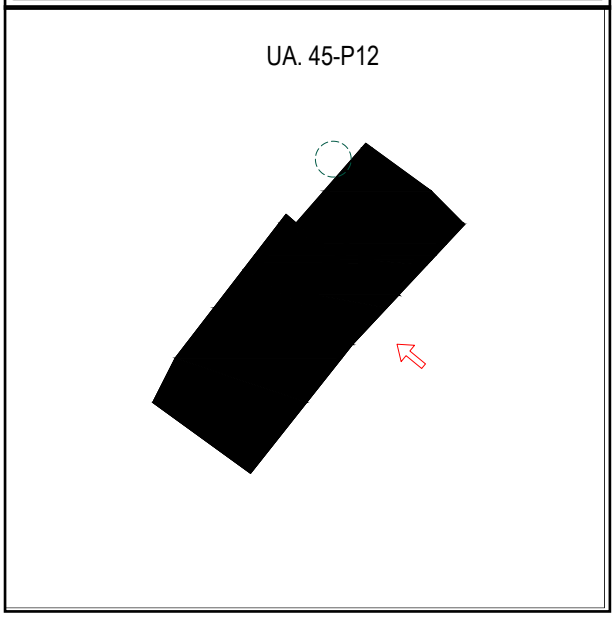




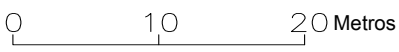
Parcela P10. Apresenta uma dimensão de 134.56 m2 e é composta por 1 edifício e 01 árvore. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

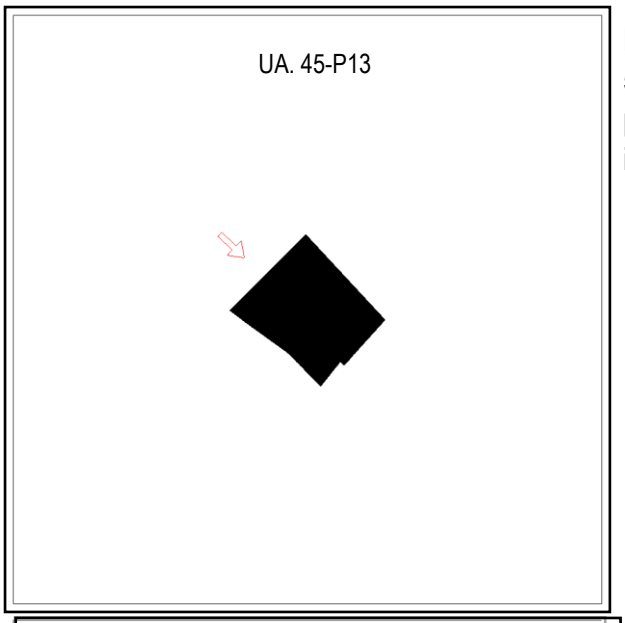


Parcela P11. Apresenta uma dimensão de 186.17 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua_. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.

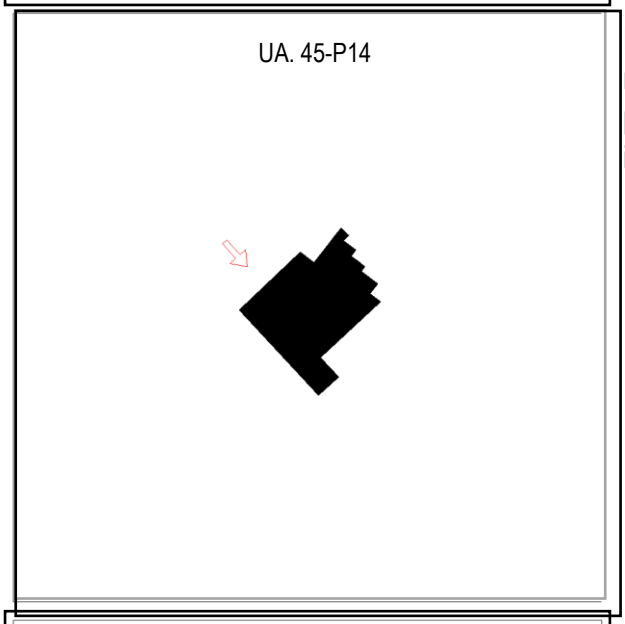


Parcela P12. Apresenta uma dimensão de 192.27 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.

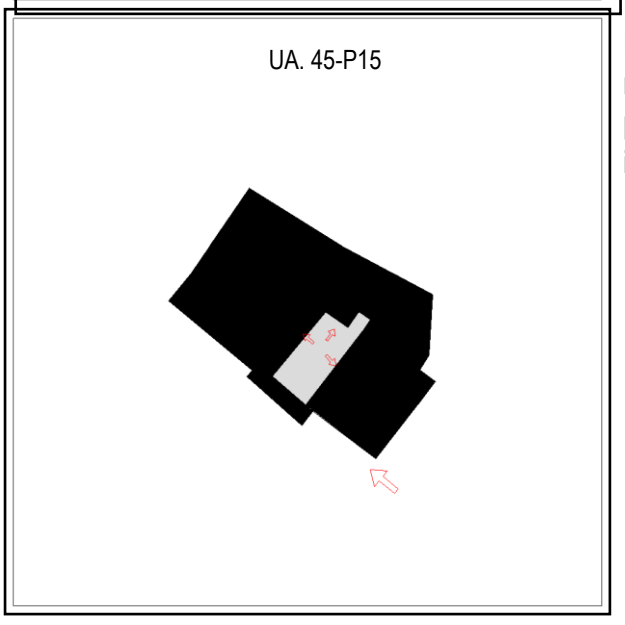




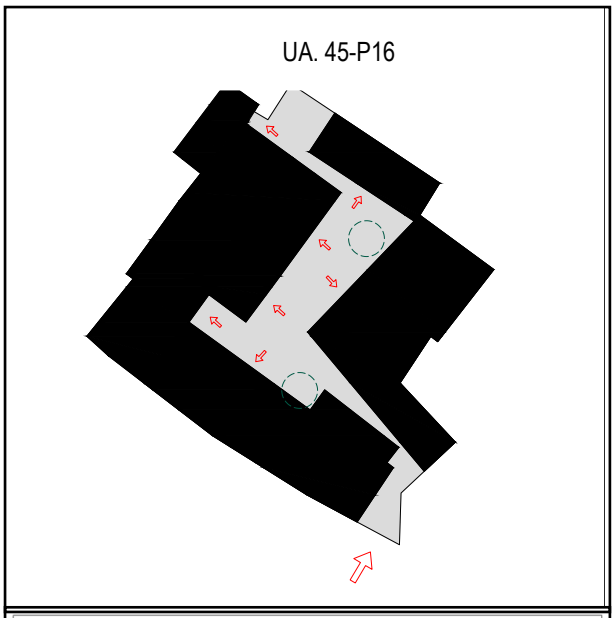
Parcela P13. Apresenta uma dimensão de 52.94m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.



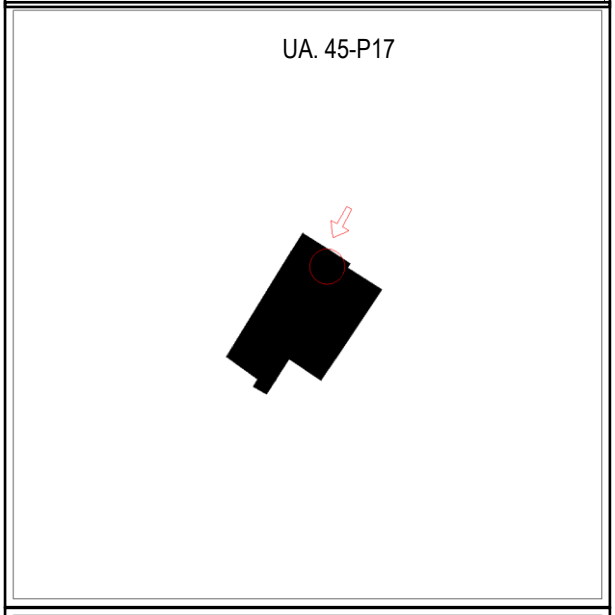
Parcela P14. Apresenta uma dimensão de 51.09 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.



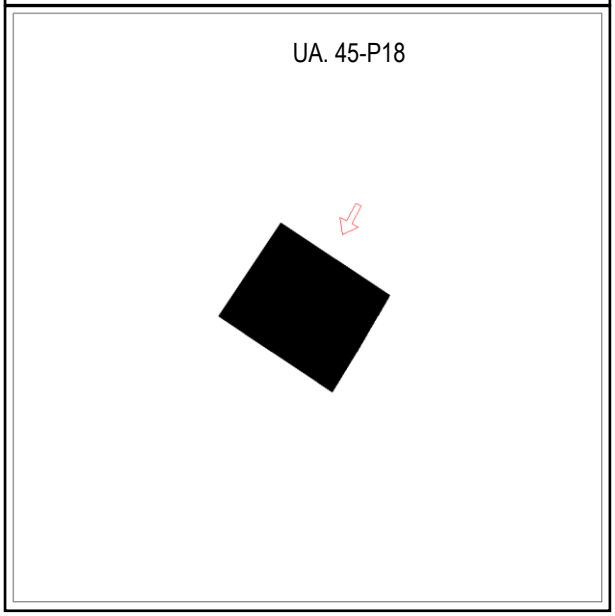
Parcela P15. Apresenta uma dimensão de 51.83 m2 e é composta por 3 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.



Parcela P16. Apresenta uma dimensão de 459.72m2 e é composta por 7 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

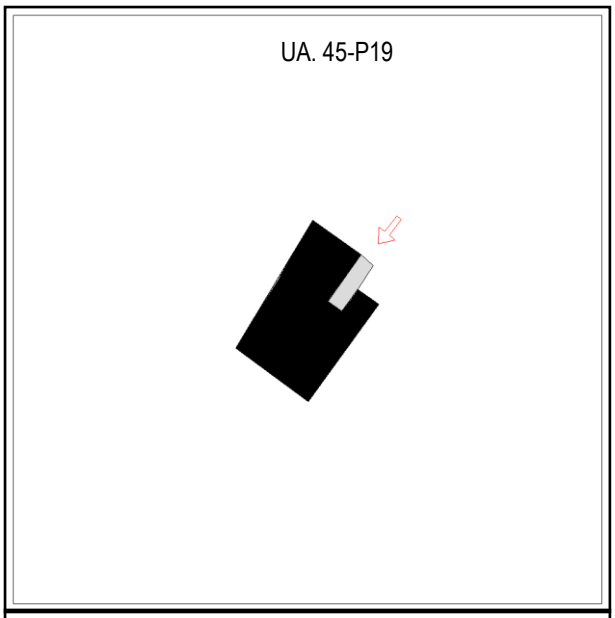


Parcela P17. Apresenta uma dimensão de 57.99 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.

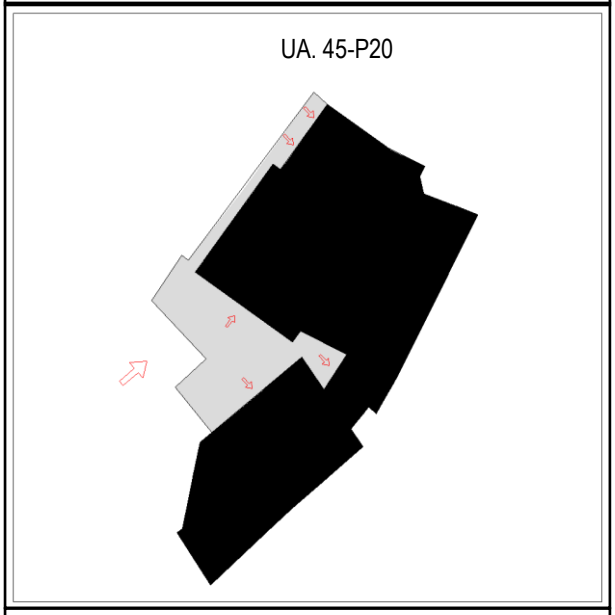


Parcela P18. Apresenta uma dimensão de 69.22m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do edifício.

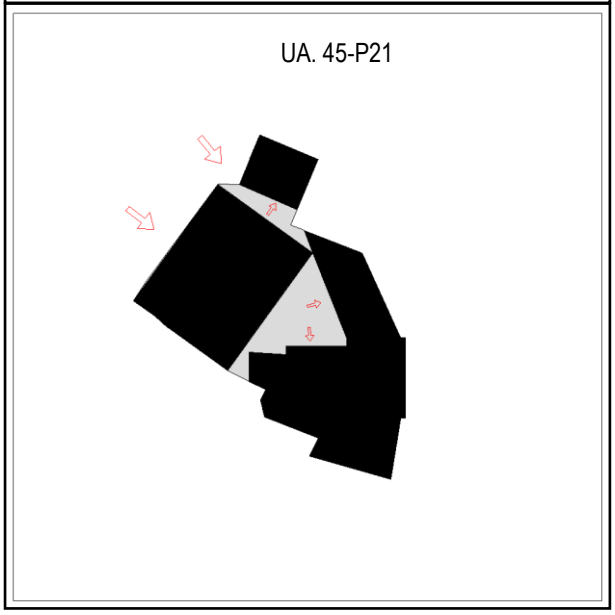
0 10 20 Metros



Parcela P19. Apresenta uma dimensão de 62.83m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

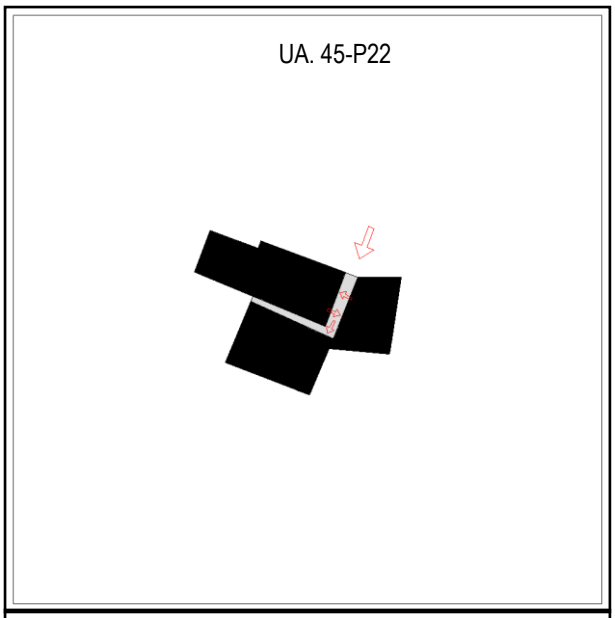


Parcela P20. Apresenta uma dimensão de 376.02m2 e é composta por 5 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

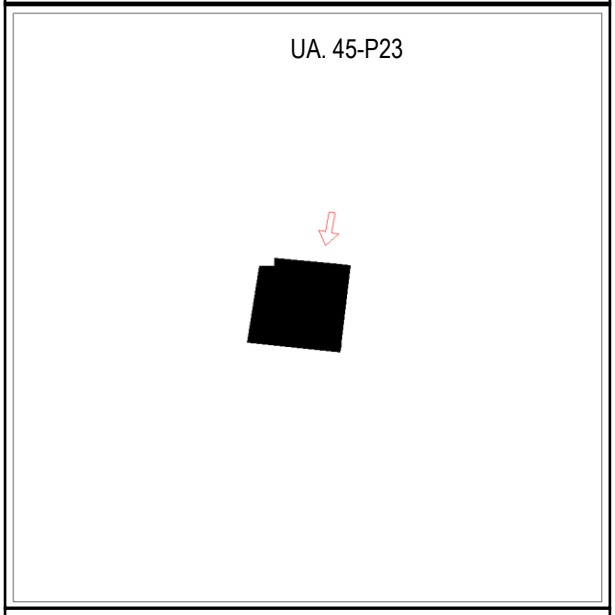


Parcela P21. Apresenta uma dimensão de 223.16m2 e é composta por 4 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do logradouro e Edifício.

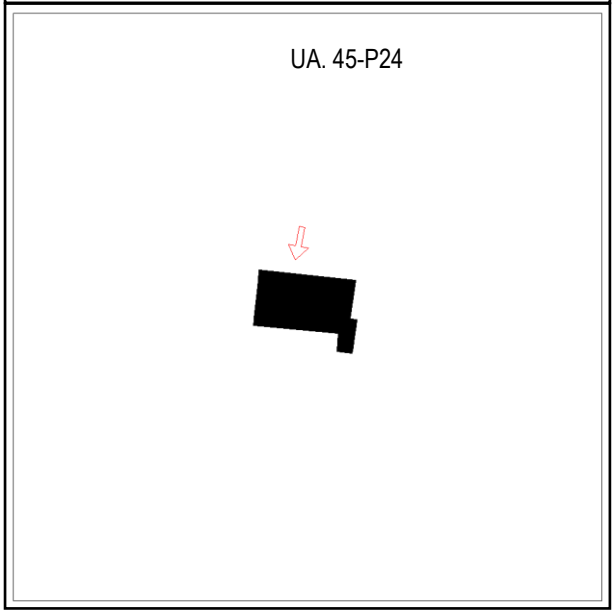
0 10 20 Metros



Parcela P22. Apresenta uma dimensão de 84.76 m2 e é composta por 3 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

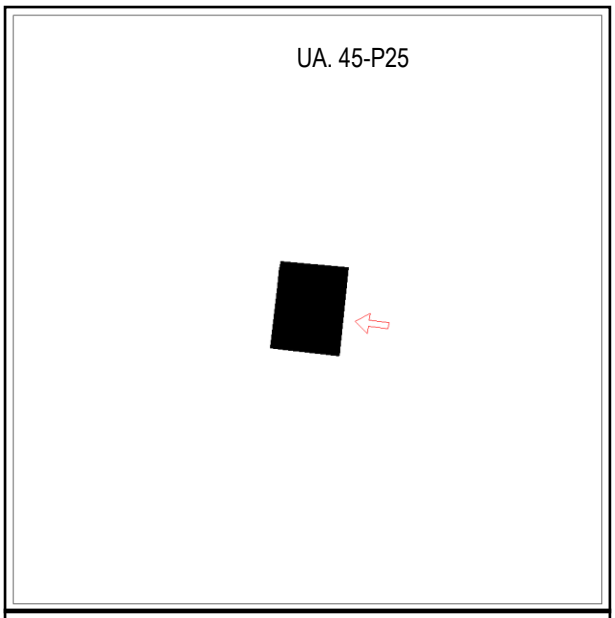


Parcela P23. Apresenta uma dimensão de 36.36 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.

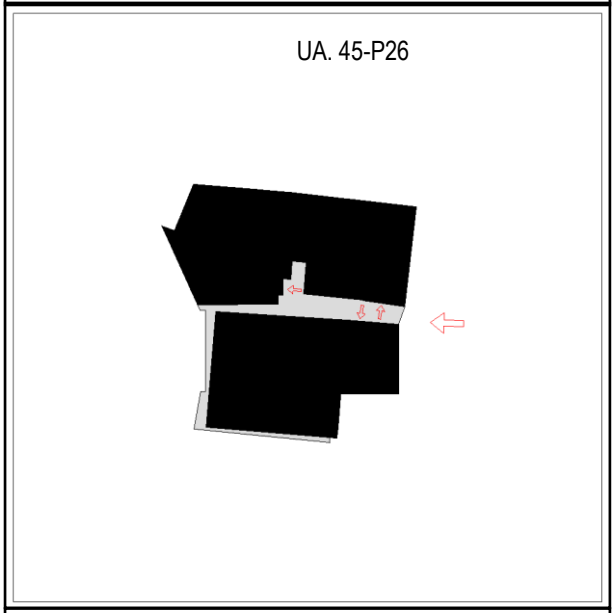


Parcela P24. Apresenta uma dimensão de 26.26m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.

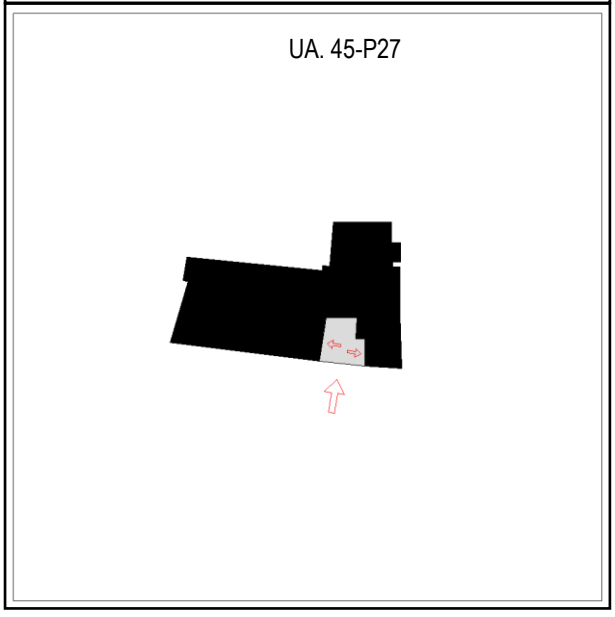
0 10 20 Metros



Parcela P25. Apresenta uma dimensão de 28.13 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.

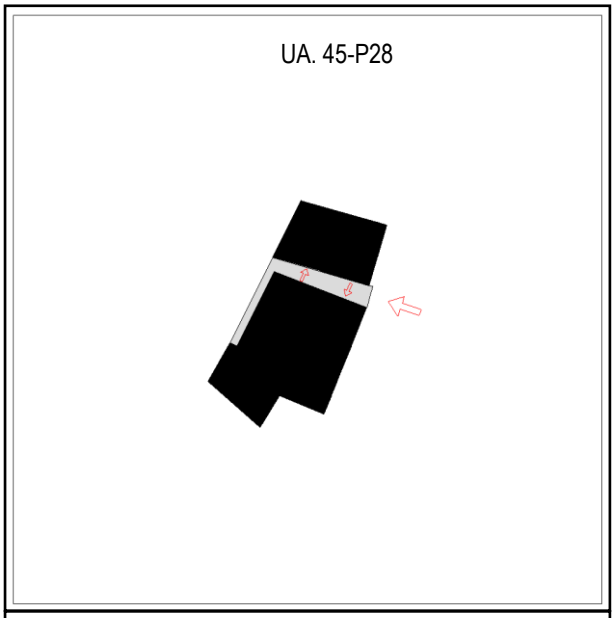


Parcela P26. Apresenta uma dimensão de 224.99m2 e é composta por 3 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

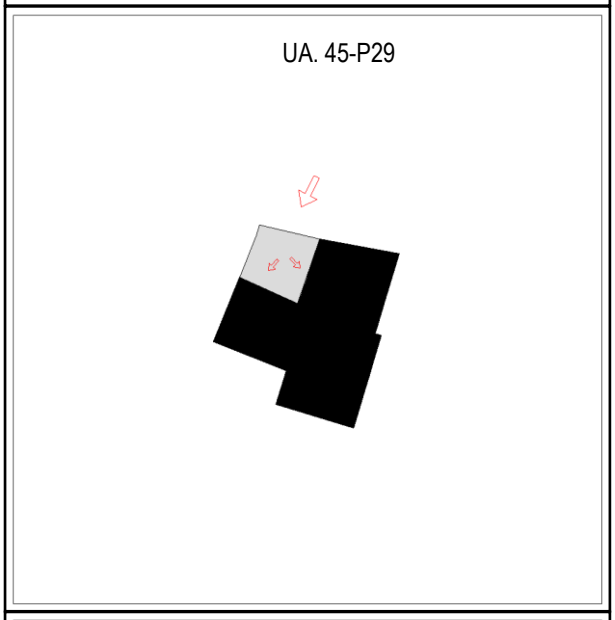


Parcela P27. Apresenta uma dimensão de 107.28 m2 e é composta por 2 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

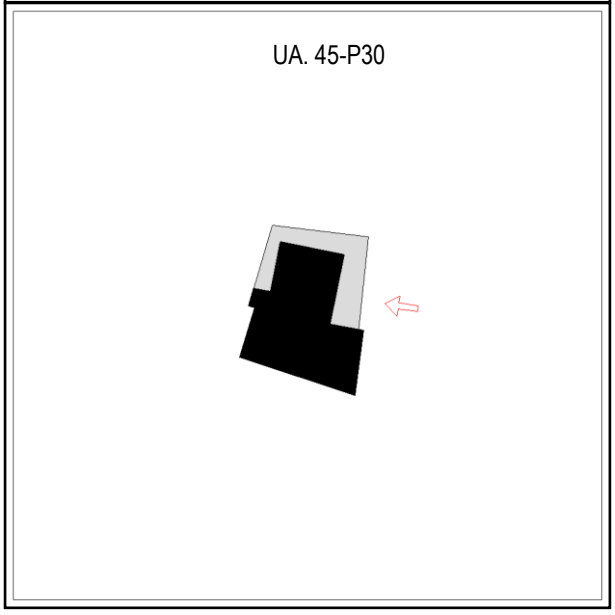
0 10 20 Metros



Parcela P28. Apresenta uma dimensão de 102.69m2 e é composta por 2 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

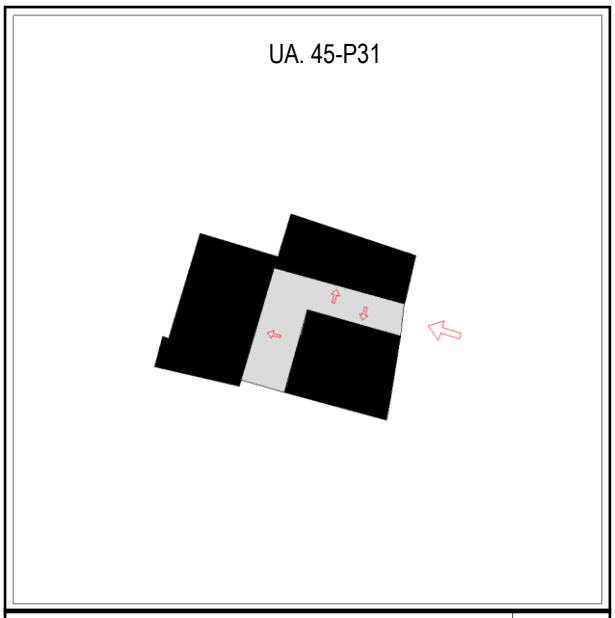


Parcela P29. Apresenta uma dimensão de 107.30 m2 e é composta por 2 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

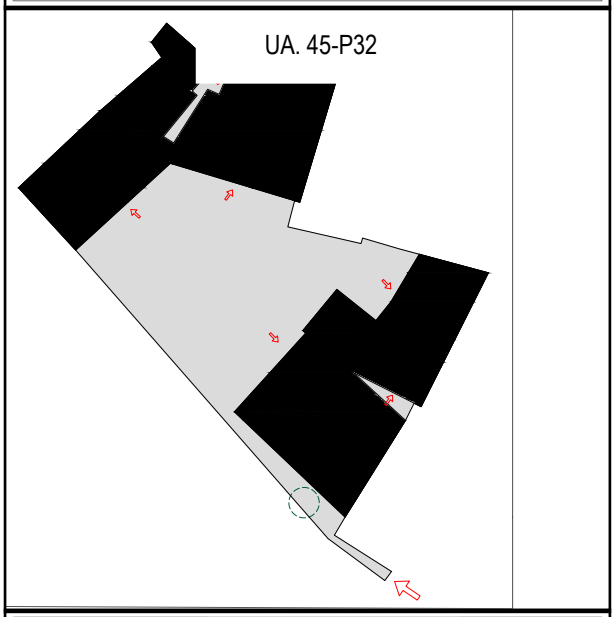


Parcela P30. Apresenta uma dimensão de 74.06m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

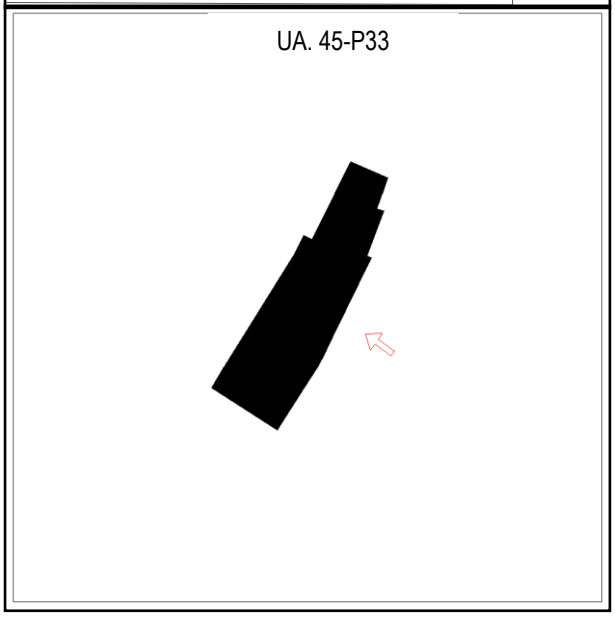
0 10 20 Metros



Parcela P31. Apresenta uma dimensão de 162.67 m2 e é composta por 3 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

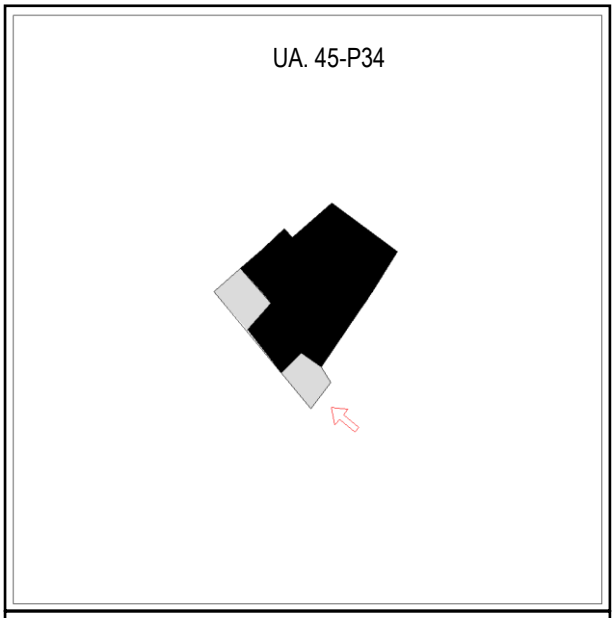


Parcela P32. Apresenta uma dimensão de 681.16m2 e é composta por 6 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

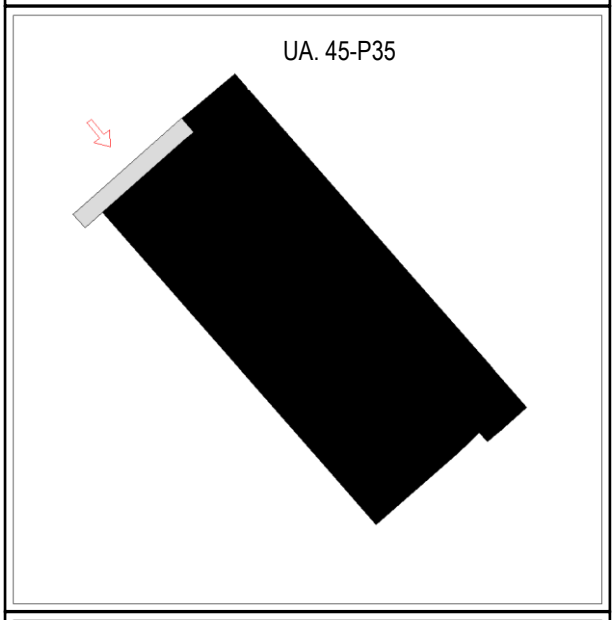


Parcela P33. Apresenta uma dimensão de 84.86m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.

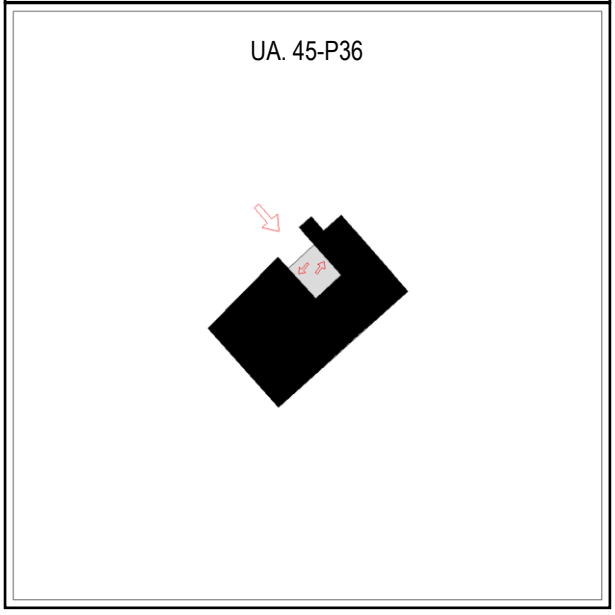
0 10 20 Metros



Parcela P34. Apresenta uma dimensão de 82.86m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

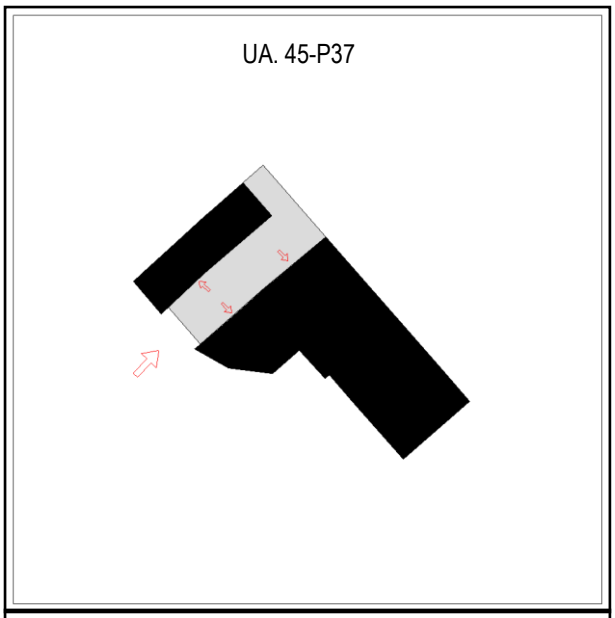


Parcela P35. Apresenta uma dimensão de 385.89m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

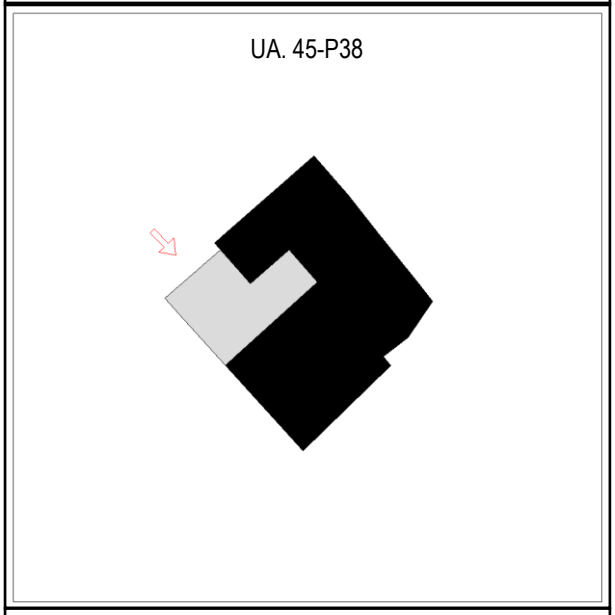


Parcela P36. Apresenta uma dimensão de 85.92m2 e é composta por 2 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

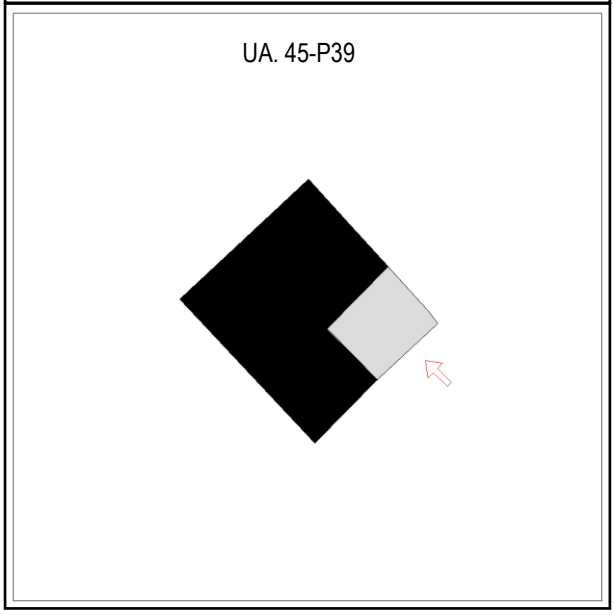
0 10 20 Metros



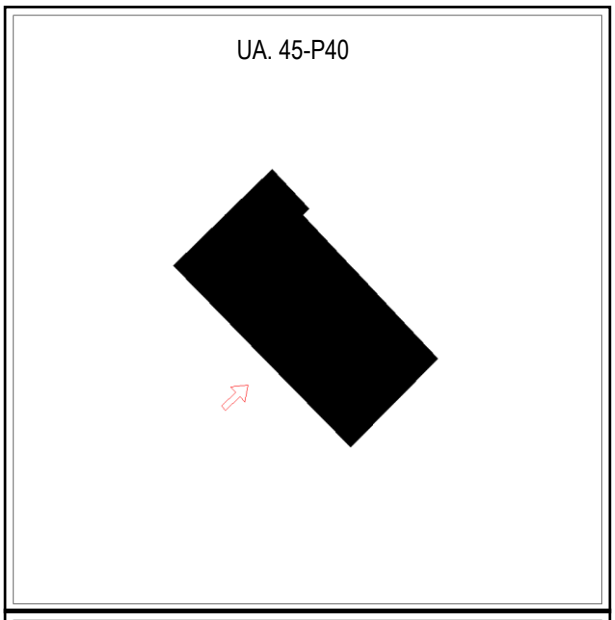
Parcela P37. Apresenta uma dimensão de 185.21m2 e é composta por 3 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.



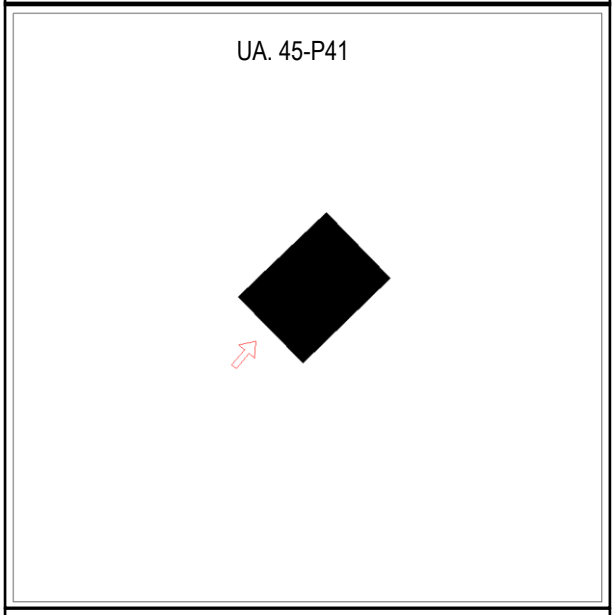
Parcela P38. Apresenta uma dimensão de 187.43m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.



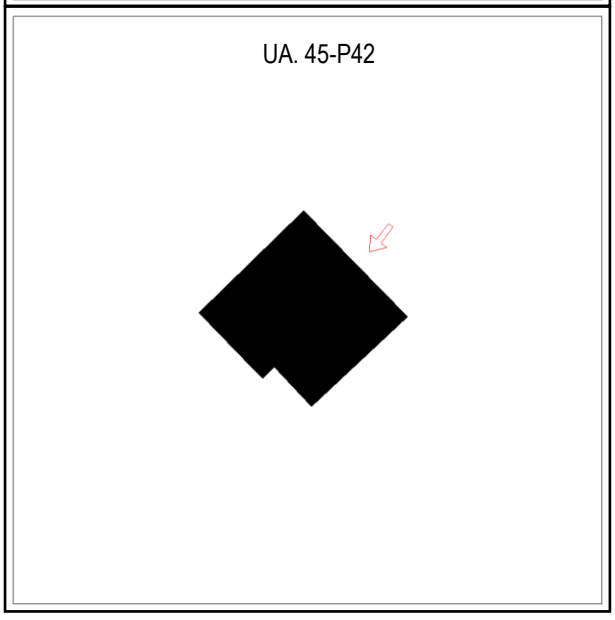
Parcela P39. Apresenta uma dimensão de 157.17 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.



Parcela P40. Apresenta uma dimensão de 150.15 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.

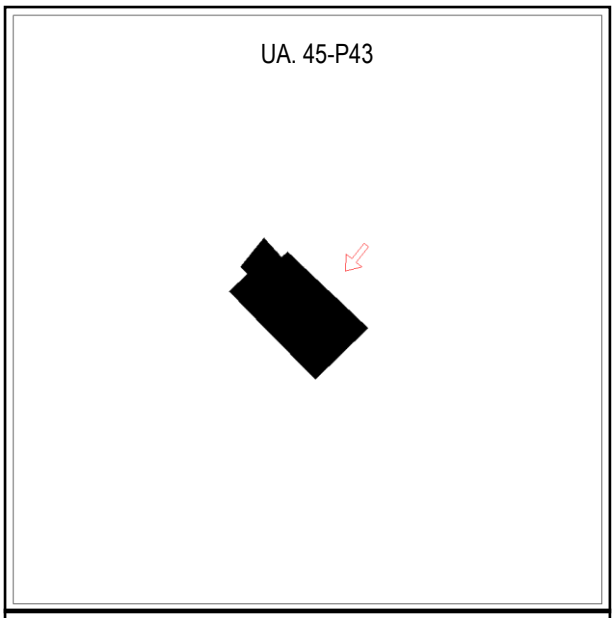


Parcela P41. Apresenta uma dimensão de 51.79 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.

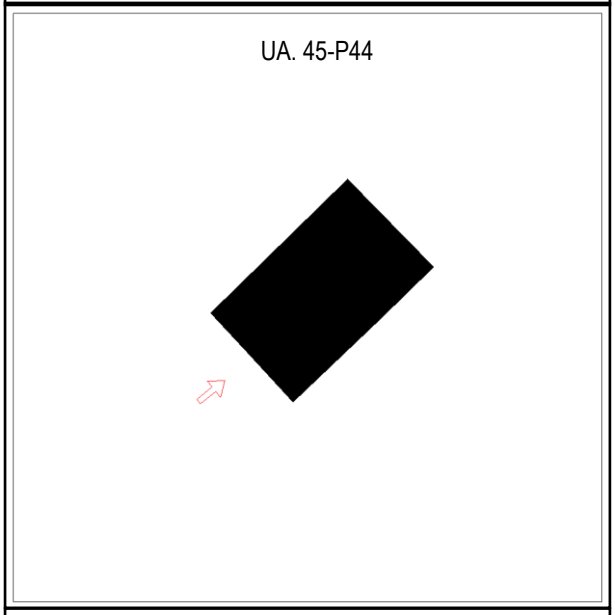


Parcela P42. Apresenta uma dimensão de 95.63 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.

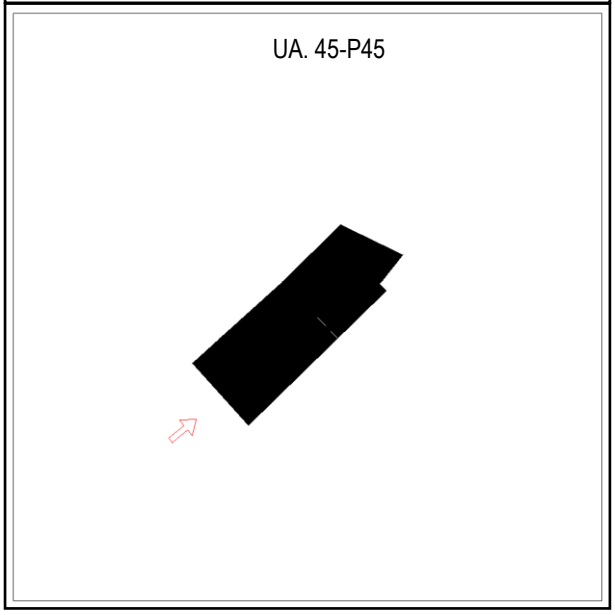
0 10 20 Metros



Parcela P43. Apresenta uma dimensão de 95.63 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.

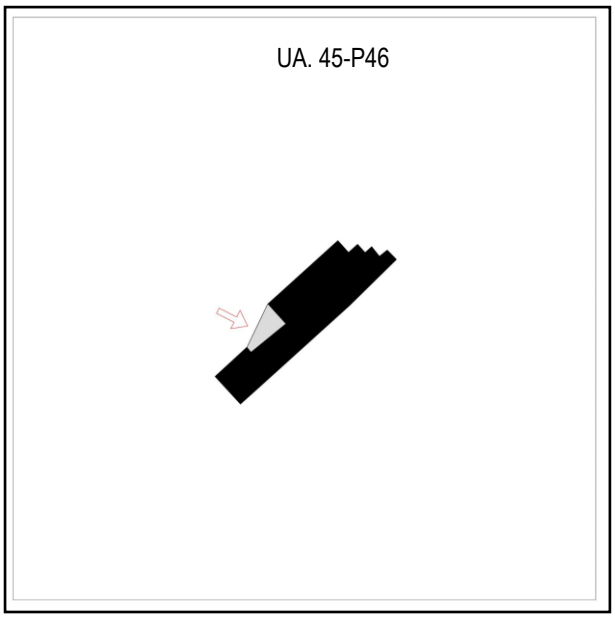


Parcela P44. Apresenta uma dimensão de 109.35 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.



Parcela P45. Apresenta uma dimensão de 109.35 m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Edifício.

0 10 20 Metros



Parcela P46. Apresenta uma dimensão de 79.02m2 e é composta por 1 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito a partir do Logradouro.

1.4.3 Levantamento Métrico dos Módulos Habitacionais

Tabela 1 – Dimensionamento, Médias Relativas (MR) e Proporção das Edificações de Betão (Amostra n.º 4)

N.º	Área (m2)	Largura (m)	Comprimento (m2)	Proporção (L:C)	Obs.
1	74,70	7,90	9,70	1,23	
2	78,80	5,40	14,30	2,65	
3	35,80	6,10	7,20	1,18	
4	68,30	7,60	9,30	1,22	
5	70,00	7,40	9,60	1,30	
6	125,70	10,90	12,70	1,17	
7	30,40	3,90	8,00	2,05	
8	30,90	4,10	8,00	1,95	
9	60,60	6,40	11,70	1,83	
10	30,90	5,30	5,90	1,11	
11	45,00	4,60	9,80	2,13	
12	24,70	4,20	5,90	1,40	
13	26,30	4,20	6,50	1,55	
14	21,80	4,70	4,70	1,00	
15	36,90	4,60	7,90	1,72	
16	20,60	3,50	6,10	1,74	
17	34,20	5,30	6,50	1,23	
18	46,10	6,60	7,10	1,08	
19	28,90	3,20	8,60	2,69	
20	42,20	4,90	9,00	1,84	
21	13,50	2,60	5,20	2,00	Ed. Menor
22	42,00	5,90	7,10	1,20	
23	28,80	5,40	5,70	1,06	
24	34,00	3,50	9,20	2,63	
25	25,50	4,00	6,50	1,63	
26	32,70	4,80	6,80	1,42	
27	22,50	4,00	5,70	1,43	
28	123,90	9,90	12,60	1,27	
29	56,80	6,40	8,60	1,34	
30	38,90	4,20	9,30	2,21	
31	78,00	7,60	12,30	1,62	
32	38,70	5,90	6,70	1,14	

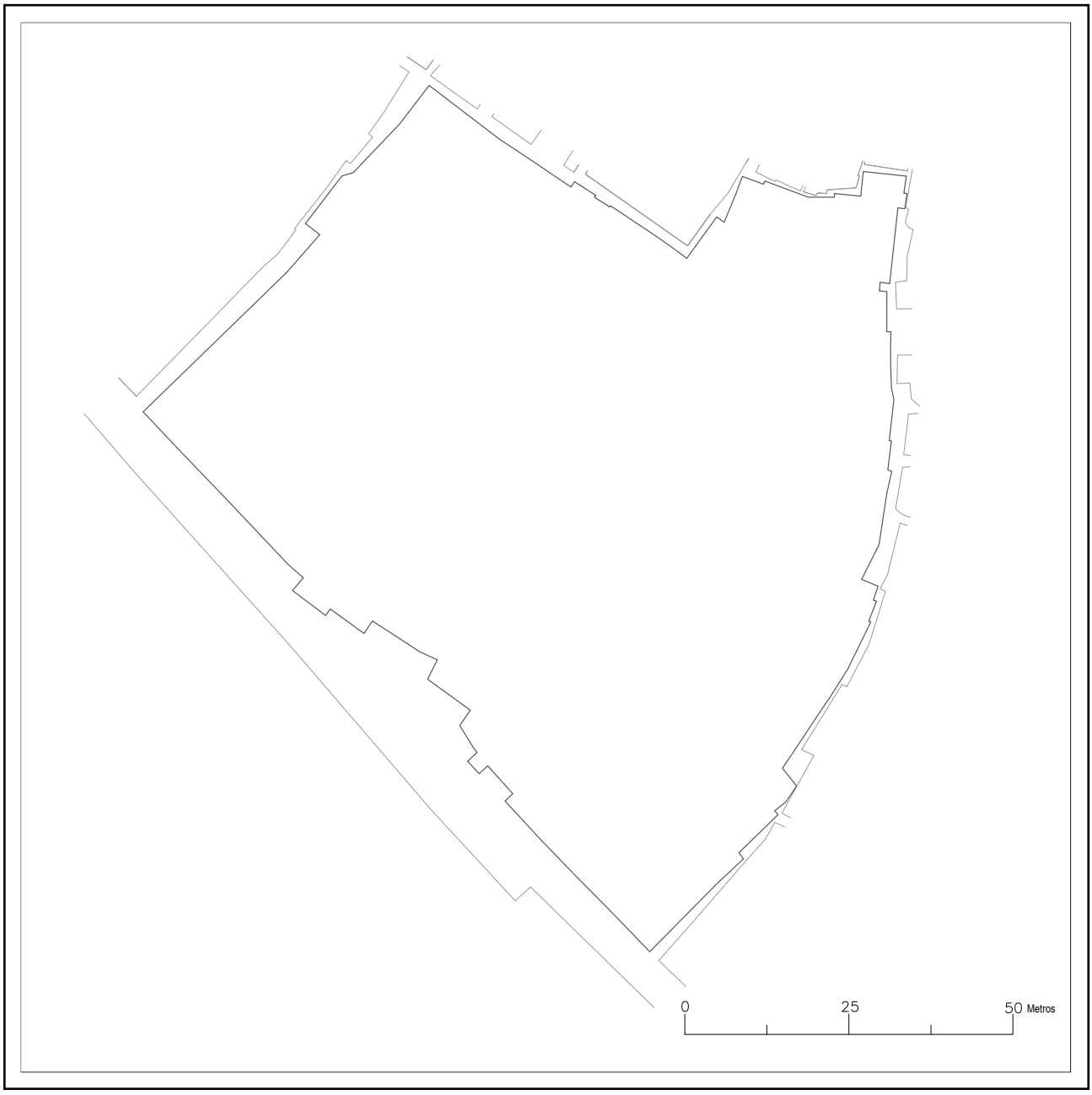
33	217,20	12,40	20,30	1,64	
34	18,40	3,20	5,60	1,75	
35	260,50	13,30	27,60	2,08	Ed. Maior
36	70,50	8,20	8,50	1,04	
37	61,20	10,50	10,50	1,00	
38	96,80	7,70	12,70	1,65	
39	97,20	8,60	15,20	1,77	
40	78,20	6,20	13,10	2,11	
41	16,00	4,00	4,10	1,03	
42	63,70	63,70	9,00	0,14	
43	42,80	3,40	12,60	3,71	
44	89,80	6,80	20,00	2,94	
45	45,70	6,20	7,30	1,18	
46	157,70	12,20	20,30	1,66	
47	15,40	7,20	9,50	1,32	
48	15,40	3,70	4,10	1,11	
49	36,90	5,40	7,10	1,31	
50	53,10	5,60	9,50	1,70	
51	23,40	3,80	6,30	1,66	
52	42,40	6,40	6,50	1,02	
53	62,50	6,60	9,40	1,42	
54	70,80	6,20	11,00	1,77	
55	132,70	6,30	18,70	2,97	
56	82,60	8,00	10,20	1,28	
57	26,20	4,60	6,20	1,35	
58	20,10	4,00	5,00	1,25	
59	170,50	12,10	16,90	1,40	
60	150,90	10,50	18,30	1,74	
	61,45	**6,33**	**9,65**	1,53	

Tabela 1 – Dimensionamento, Médias Relativas (MR) e Proporção das Edificações de Pau-a-Pique (Amostra n.º 4)

N.º	Área (m2)	Largura (m)	Comprimento (m2)	Proporção (L:C)	Obs.
1	66,90	7,20	9,40	1,31	
2	99,70	9,50	11,10	1,17	Ed. Maior
3	20,40	3,00	6,60	2,20	

4	19,60	4,20	4,80	1,14	
5	77,60	8,70	8,80	1,01	
6	77,50	8,10	9,50	1,17	
7	38,90	4,80	8,20	1,71	
8	59,80	6,90	8,80	1,28	
9	36,70	5,00	7,30	1,46	
10	77,60	6,30	6,30	1,00	
11	85,90	6,50	16,10	2,48	
12	57,00	6,40	10,50	1,64	
13	32,50	4,50	7,30	1,62	
14	23,30	3,60	6,10	1,69	
15	21,40	4,60	4,70	1,02	
16	59,00	7,50	8,40	1,12	
17	32,90	3,90	8,70	2,23	
18	32,50	6,50	6,80	1,05	
19	18,20	4,20	4,40	1,05	Ed. Menor
20	30,00	4,90	6,20	1,27	
21	45,90	5,60	8,50	1,52	
22	29,10	4,60	6,50	1,41	
23	54,60	6,70	8,20	1,22	
24	32,20	6,10	6,50	1,07	
25	23,20	4,50	5,20	1,16	
26	32,80	3,30	9,70	2,94	
27	44,60	3,90	11,40	2,92	
28	20,30	3,60	6,00	1,67	
29	55,20	5,50	10,40	1,89	
30	44,10	5,50	9,60	1,75	
31	22,00	4,20	5,30	1,26	
32	22,80	4,10	6,00	1,46	
33	19,10	3,80	5,00	1,32	
34	30,80	4,10	7,20	1,76	
35	21,60	3,50	6,10	1,74	
36	21,60	3,50	6,20	1,77	
37	22,20	3,80	6,10	1,61	
MR	**40,80**	**5,21**	**7,67**	**1,47**	

1.4.4 Peças Desenhadas



LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: IMPLANTAÇÃO

ESCALA: FORMATO FOLHA

LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: PARCELÁRIO

ESCALA: **FORMATO** **FOLHA**

LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: EDIFICADO

ESCALA: FORMATO FOLHA

LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: LOGRADOURO

ESCALA: FORMATO FOLHA

Capítulo 2. CALEMBA

2.1 Amostra n.º 5 – Unidade de Agregação #33 – Núcleo C

2.1.1 Descrição genérica da Amostra

Para além do critério da localização, a identificação de elementos constituintes dos sistemas habitacionais triádicos, específicos da nossa hipótese, nomeadamente as casas CSU, os logradouros e as árvores são indispensáveis. A amostra n. º01 refere-se à Unidade de Agregação nº 33. Tem uma Área total: 6705.624m² e delimitada por um perímetro de cerca de 369.271 m. A análise revelou 106 edificações no total, com 25 com relação directa para a rua e 80 com relação para o interior. Os 106 edifícios compreendem 4415.485 m2 (65%) de afectação do solo contra 2024.97m2 de logradouro, ou seja, de 30% de área desocupada mais 265.169 m2 (5%) equivalente a área de circulação. Assim sendo foram identificados três tipos de parcelas: 06 parcelas edifício-logradouro-árvore; 22 parcelas com edifícios-logradouro e 08 parcelas-edifício.

Fig.17-Rua da Lama

Fig.18-Corredor de circulação

Fig.19-Corredor de circulação

Fig.20-Corredor de circulação

Fig.21-Corredor de circulação

Fig.22-logradoura da parcela em análise

Fig.23-Logradouro e edificado

Fig.24-Habitaç\ao Principal

Fig.25-corredor de acesso

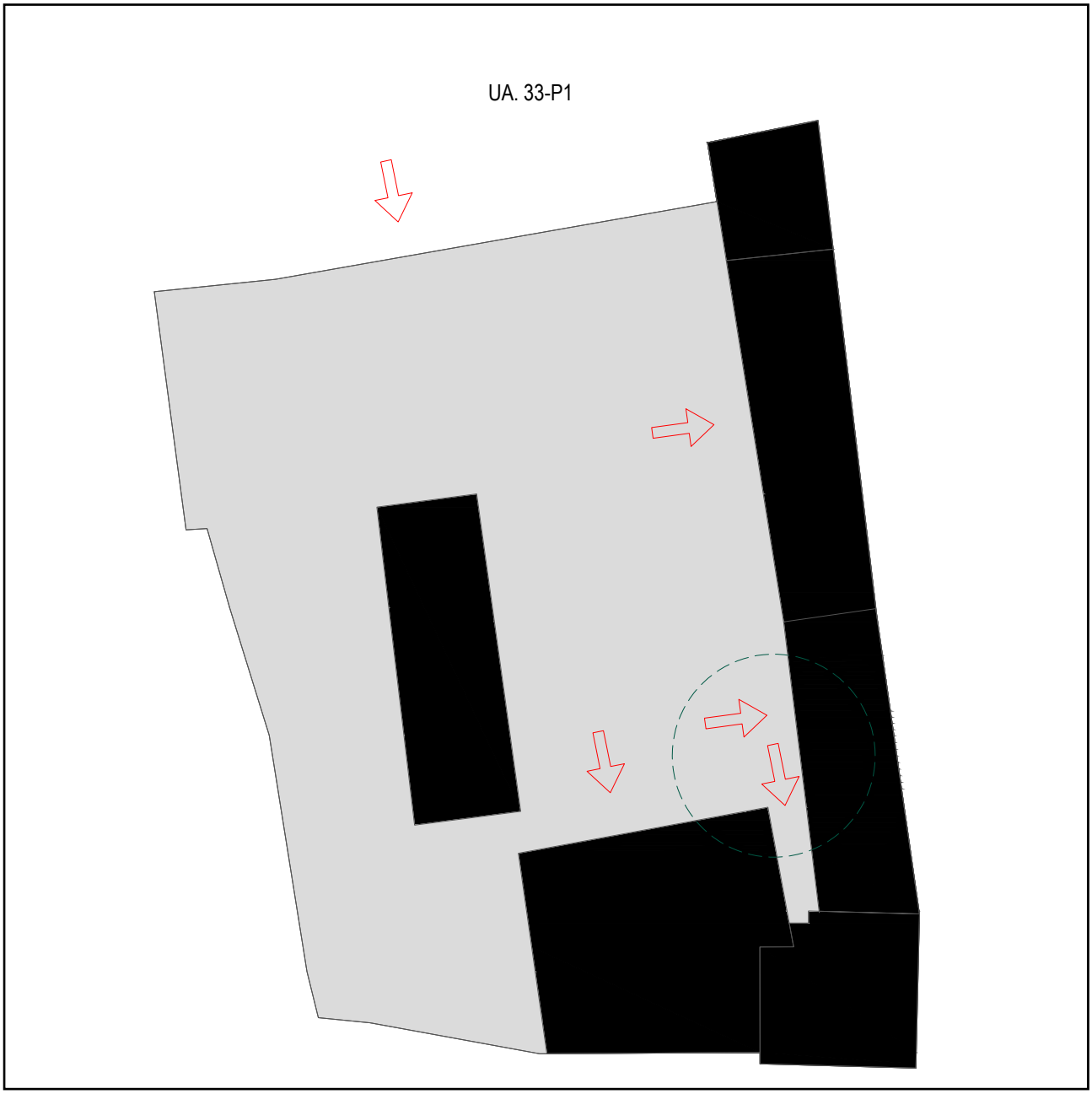
Fig.26-logradouro

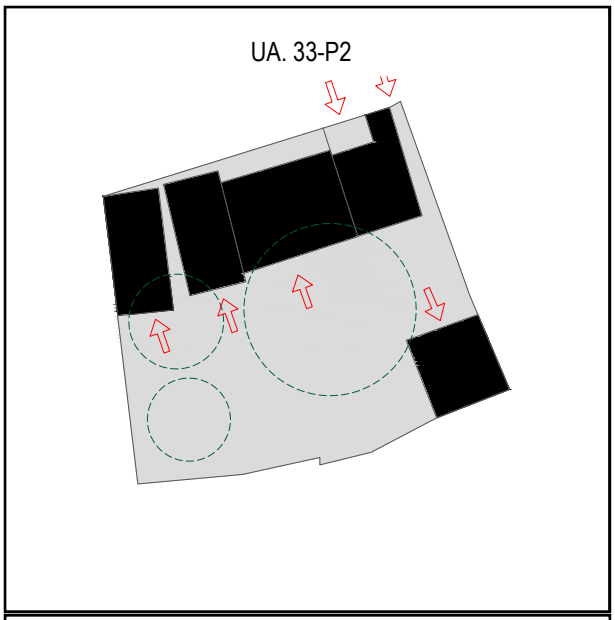
Fig.27-Logradouro e árvore

Fig.28-Corredor de circulação à parcela de amostra

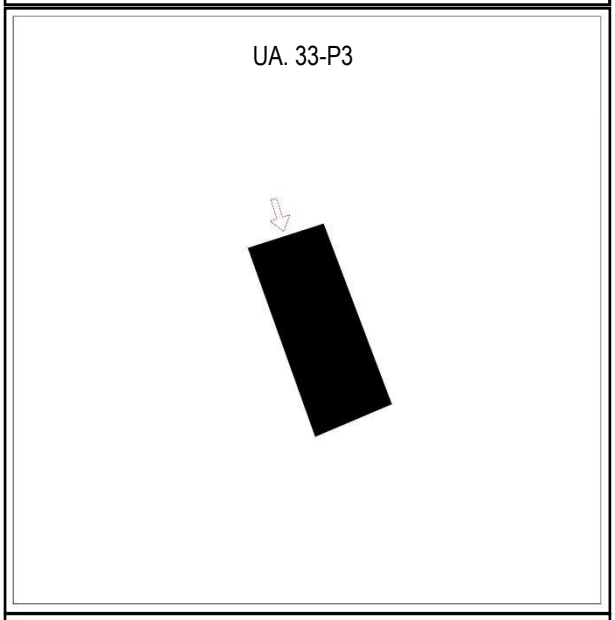
2.1.2 Descrição do Parcelário

Parcela UA.33-P1. Apresenta uma dimensão de 723.296 m2 e é composta por 04 edifícios, 01 logradouro e 01 árvore. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

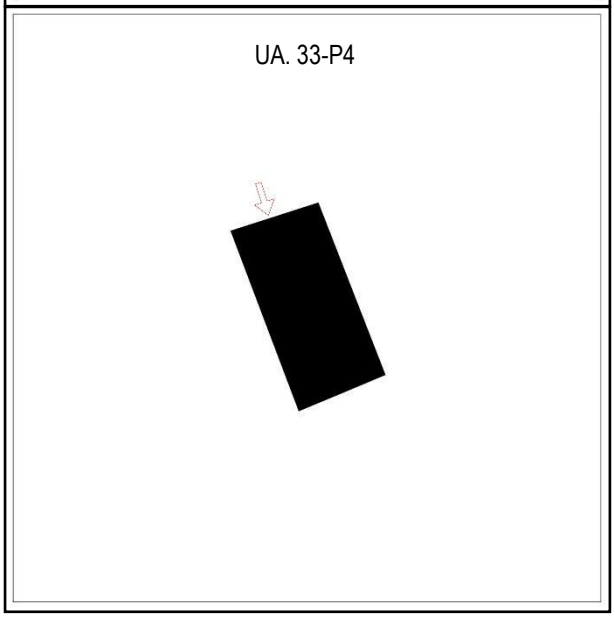




Parcela UA.33-P2. Apresenta uma dimensão de 469.680 m2 e é composta por 05 edifícios, 01 logradouro e 03 árvores. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

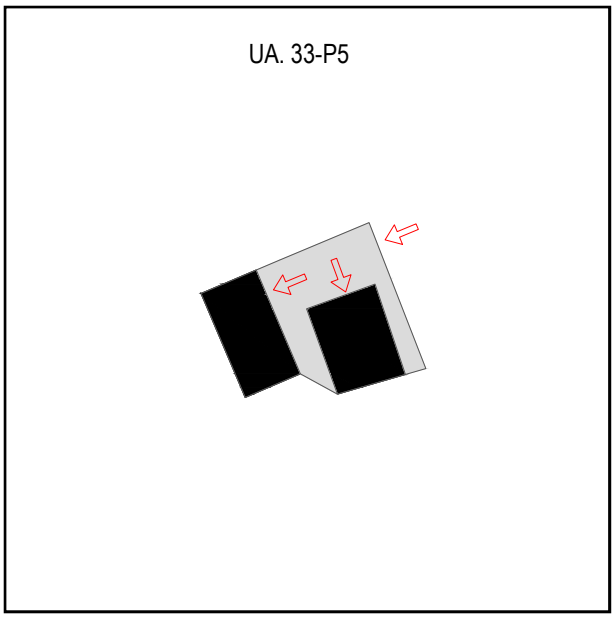


Parcela UA.33-P3. Apresenta uma dimensão de 74.008 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o edifício.

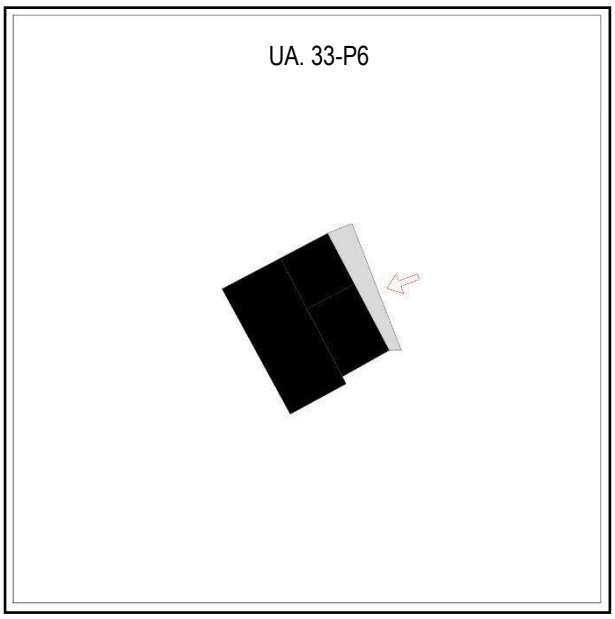


Parcela UA.33-P4. Apresenta uma dimensão de 81.399 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para edifício.

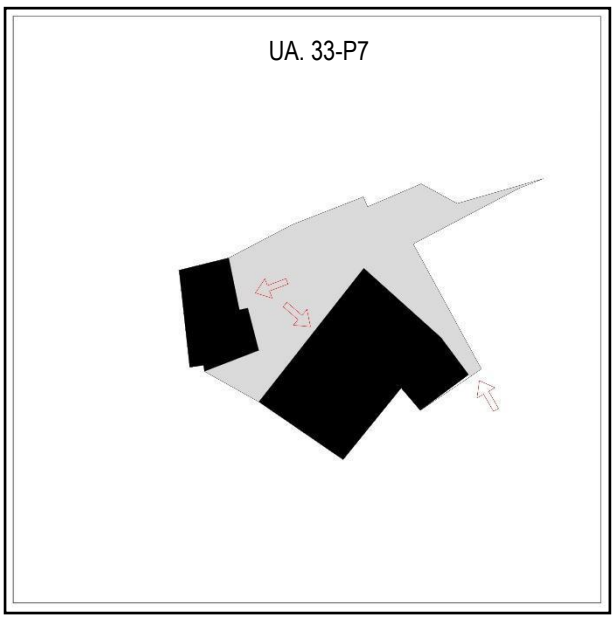
0 10 20 Metros



Parcela UA.33-P5. Apresenta uma dimensão de 106.423 m2 e é composta por 02 edifício, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

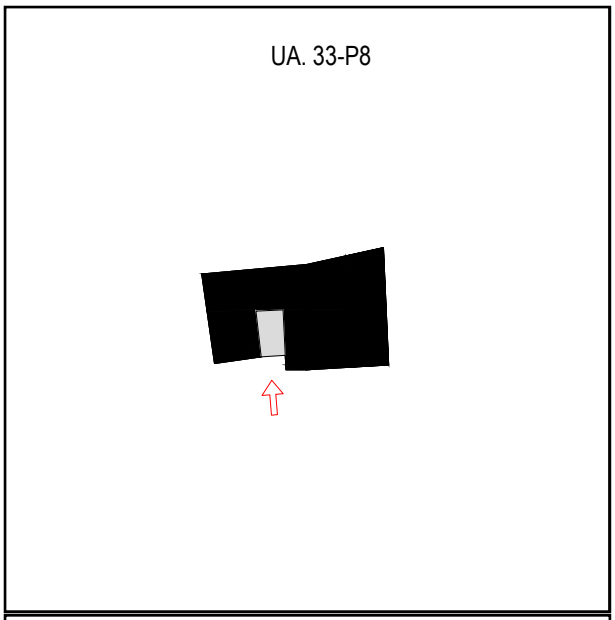


Parcela UA.33-P6. Apresenta uma dimensão de 87.181 m2 e é composta por 01 edifício, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

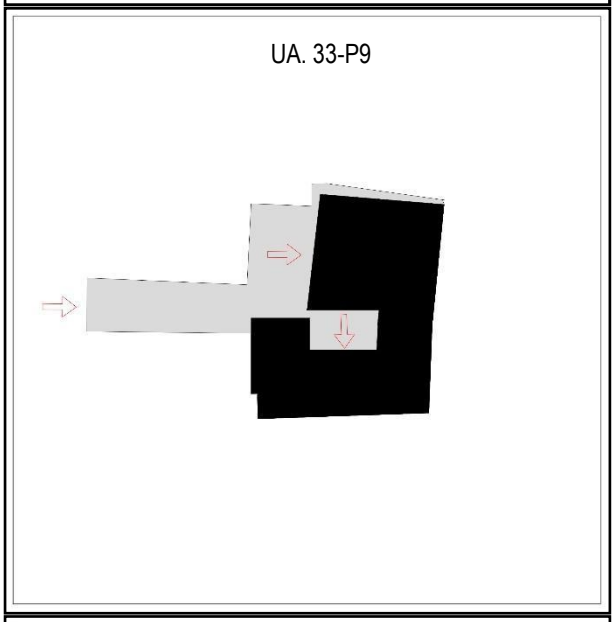


Parcela UA.73-P7. Apresenta uma dimensão de 234.874 m2 e é composta por 02 edifício, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

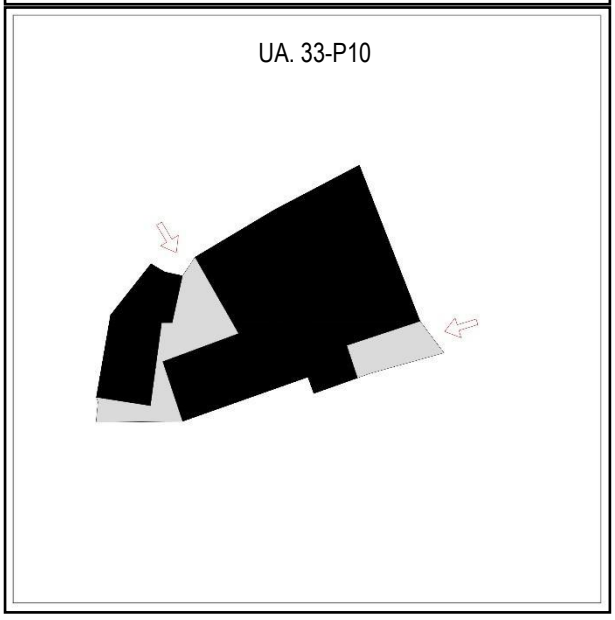
0 10 20 Metros



Parcela UA.33-P8. Apresenta uma dimensão de 78.448 m2 e é composta por 02 edifício, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

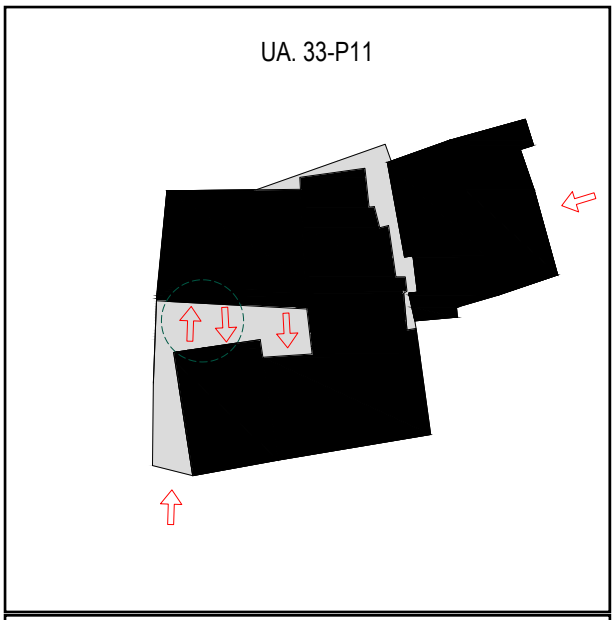


Parcela UA.33-P9. Apresenta uma dimensão de 226.467 m2 e é composta por 02 edifício, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

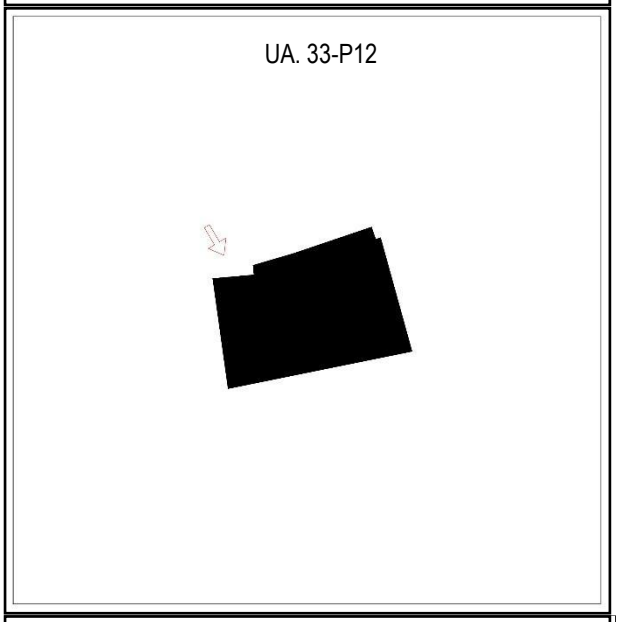


Parcela UA.33-P10. Apresenta uma dimensão de 236.775 m2 e é composta por 03 edifício, 02 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

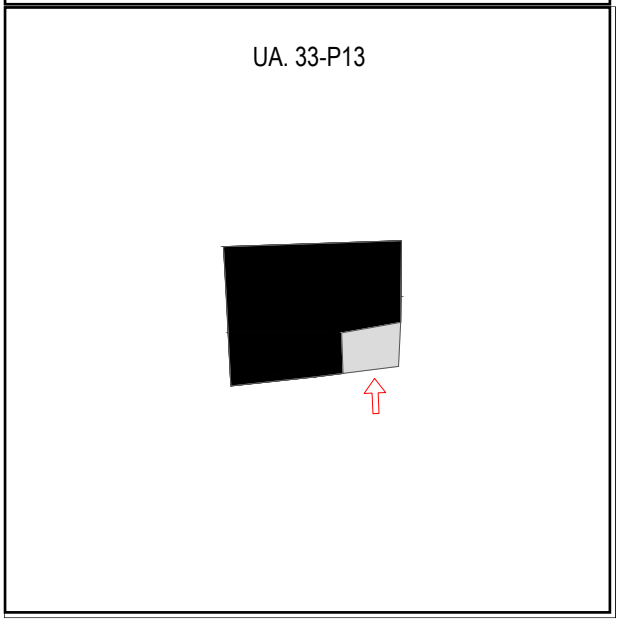
0 10 20 Metros



Parcela UA.33-P11. Apresenta uma dimensão de 414.556 m2 e é composta por 04 edifício, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal/Edifício.



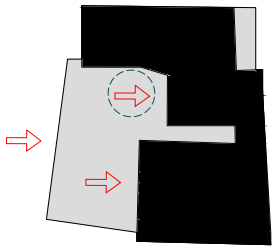
Parcela UA.33-P12. Apresenta uma dimensão de 99.520 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o Edifício.



Parcela UA.33-P13. Apresenta uma dimensão de 98.915 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

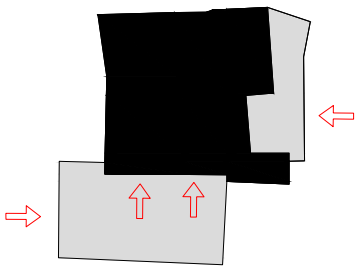
0 10 20 Metros

UA. 33-P14



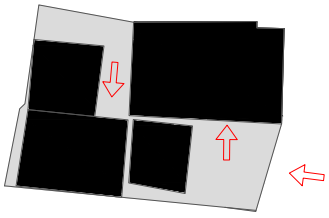
Parcela UA.33-P14. Apresenta uma dimensão de 203.668 m2 e é composta por 03 edifícios, 02 logradouros e 01 árvore. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

UA. 33-P15



Parcela UA.33-P15. Apresenta uma dimensão de 210.592 m2 e é composta por 04 edifícios, 02 logradouros. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

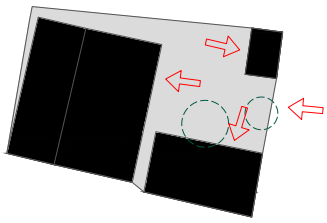
UA. 33-P16



Parcela UA.33-P16. Apresenta uma dimensão de 200.733 m2 e é composta por 03 edifícios, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

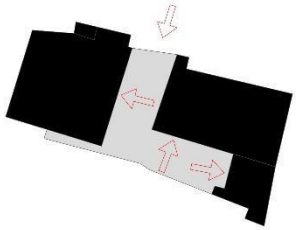
0 10 20 Metros

UA. 33-P17



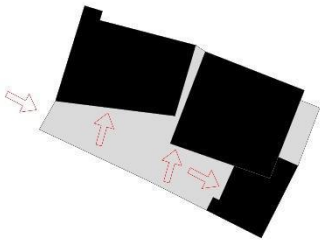
Parcela UA.33-P17. Apresenta uma dimensão de 186.059 m2 e é composta por 03 edifícios, 01 logradouro e 02 árvores. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

UA. 33-P18



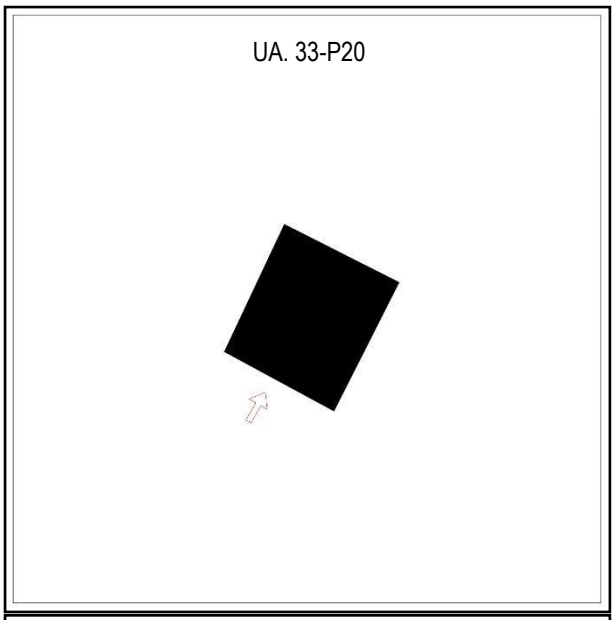
Parcela UA.33-P18. Apresenta uma dimensão de 143.752 m2 e é composta por 03 edifícios, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

UA. 33-P19

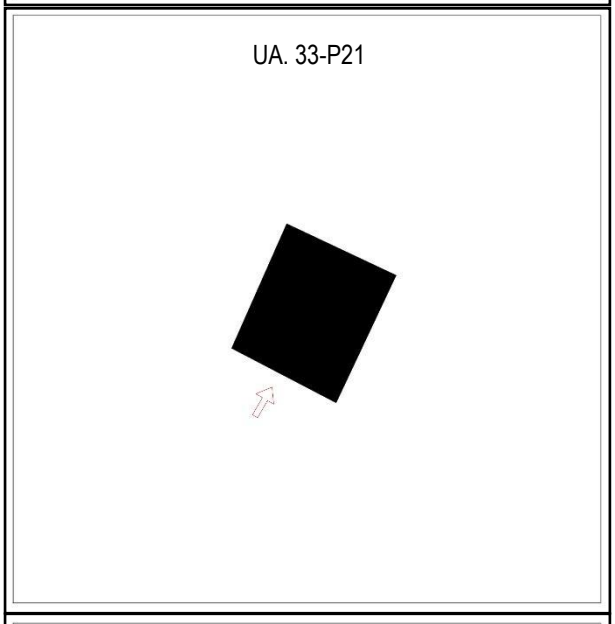


Parcela UA.33-P19. Apresenta uma dimensão de 162.996 m2 e é composta por 03 edifícios, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

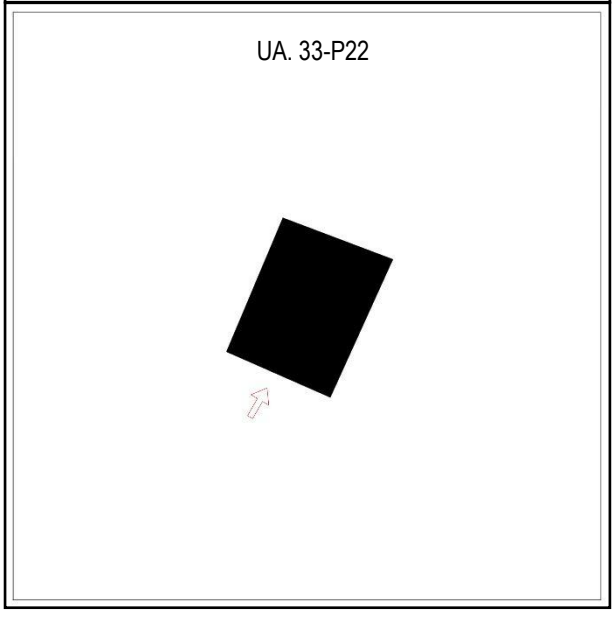
0 10 20 Metros



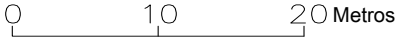
Parcela UA.33-P20. Apresenta uma dimensão de 83.919 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o Edifício.

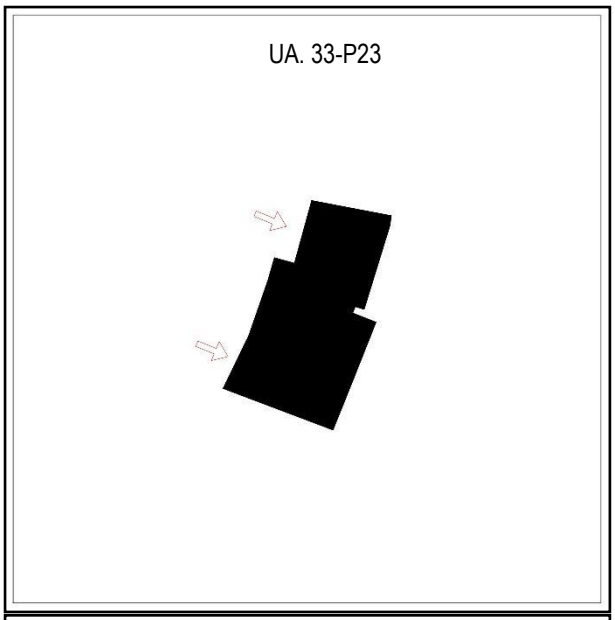


Parcela UA.33-P21. Apresenta uma dimensão de 76.852 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o Edifício.

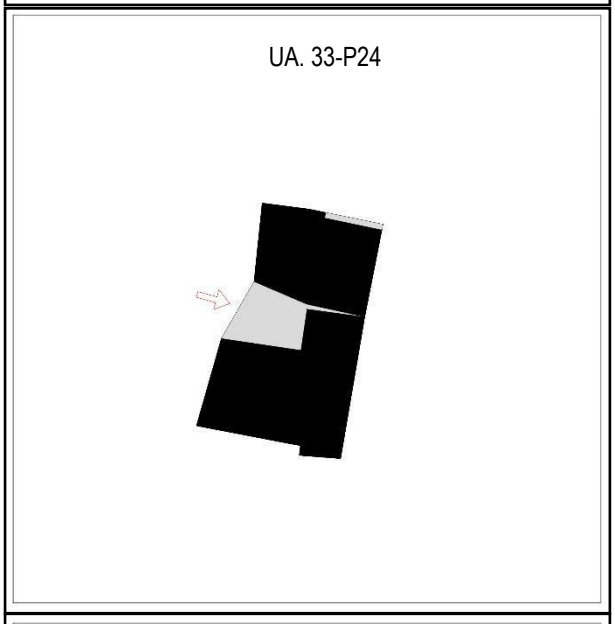


Parcela UA.33-P22. Apresenta uma dimensão de 79.636 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o Edifício.

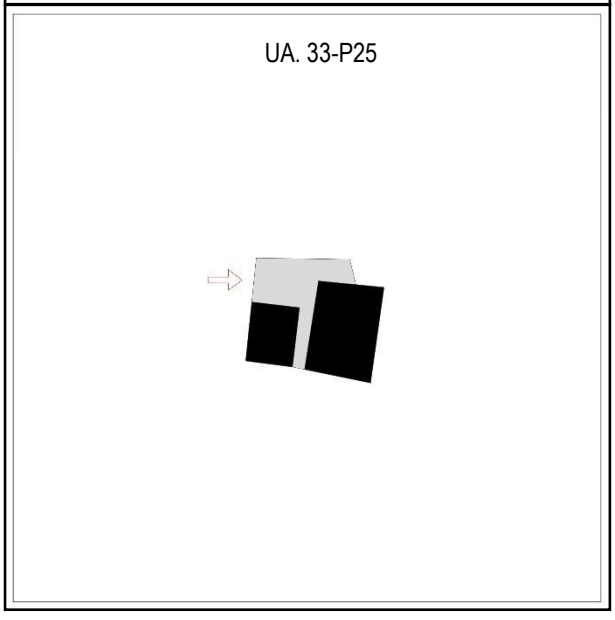




Parcela UA.33-P 23. Apresenta uma dimensão de 101.510 m2 e é composta por 02 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o Edifício.

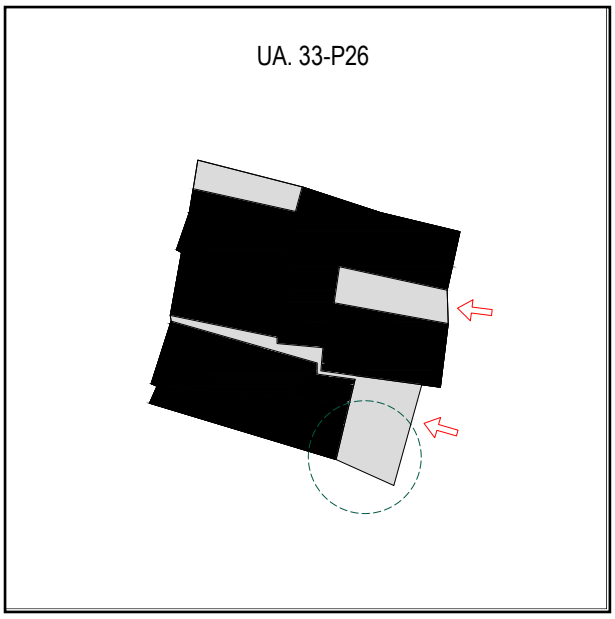


Parcela UA.33-P24. Apresenta uma dimensão de 142.441 m2 e é composta por 02 edifícios e 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

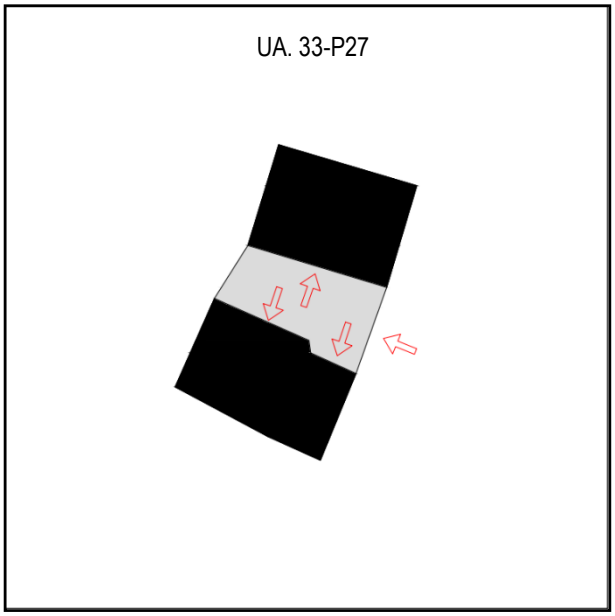


Parcela UA.33-P25. Apresenta uma dimensão de 63.322 m2 e é composta por 02 edifício, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

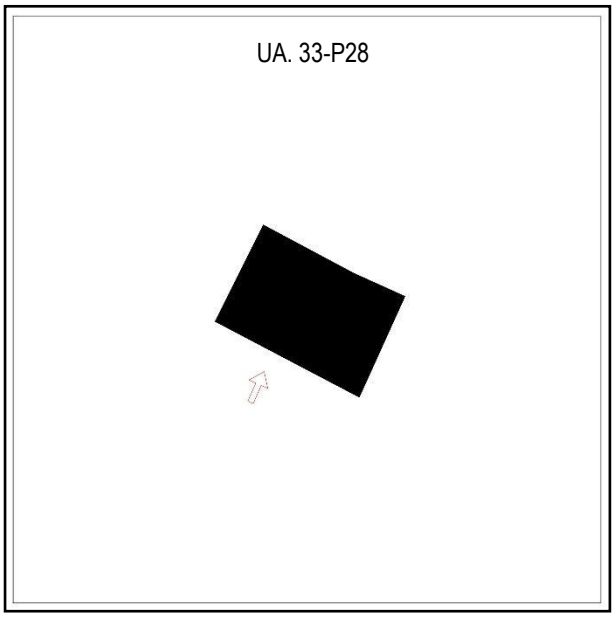
0 10 20 Metros



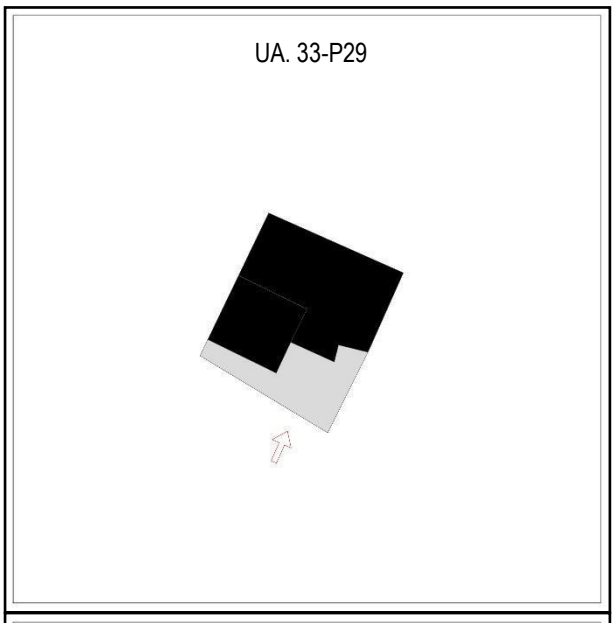
Parcela UA.33-P26. Apresenta uma dimensão de 297.427 m2 e é composta por 04 edifícios, 02 logradouro e 01 árvore. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.



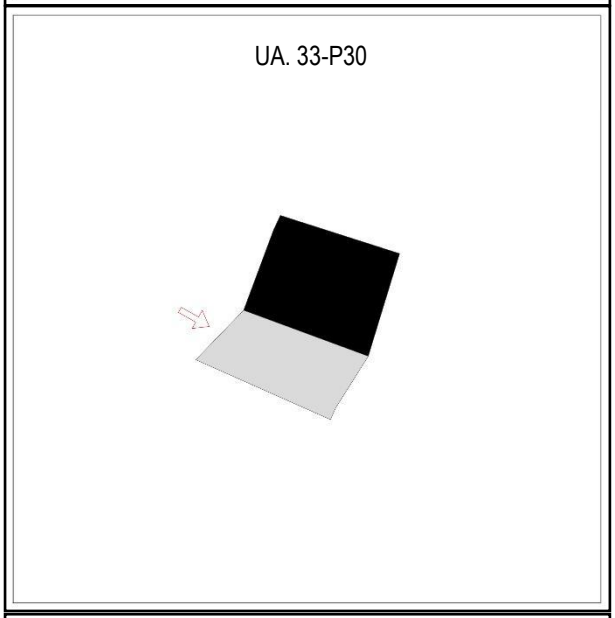
Parcela UA.33-P27. Apresenta uma dimensão de 187.063 m2 e é composta por 03 edifícios, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.



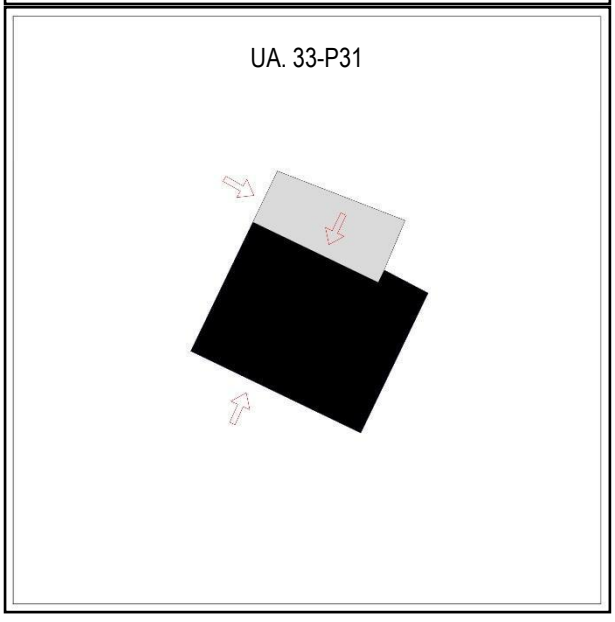
Parcela UA.33-P28. Apresenta uma dimensão de 80.707 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o Edifício.



Parcela UA.33-P29. Apresenta uma dimensão de 115.673 m2 e é composta por 01 edifício e 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

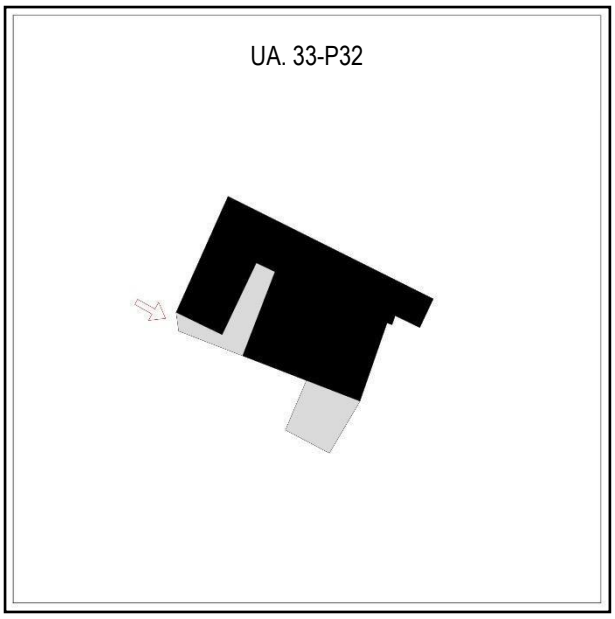


Parcela UA.33-P30. Apresenta uma dimensão de 106.865 m2 e é composta por 01 edifício, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

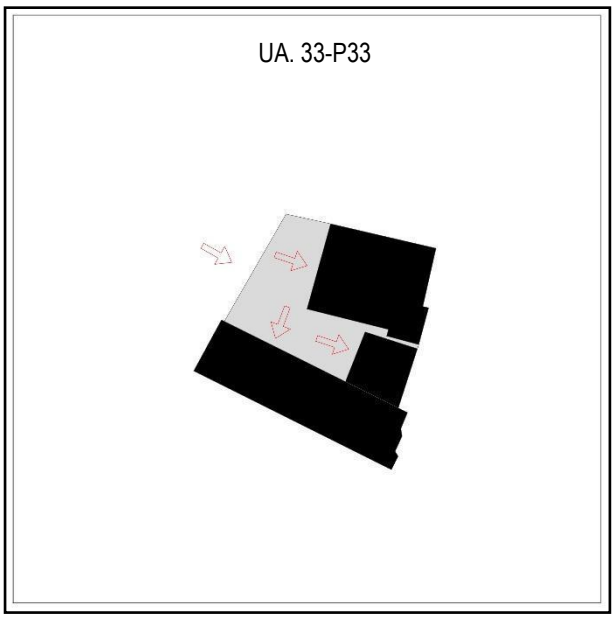


Parcela UA.33-P31. Apresenta uma dimensão de 167.942 m2 e é composta por 01 edifício, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal\Edifício.

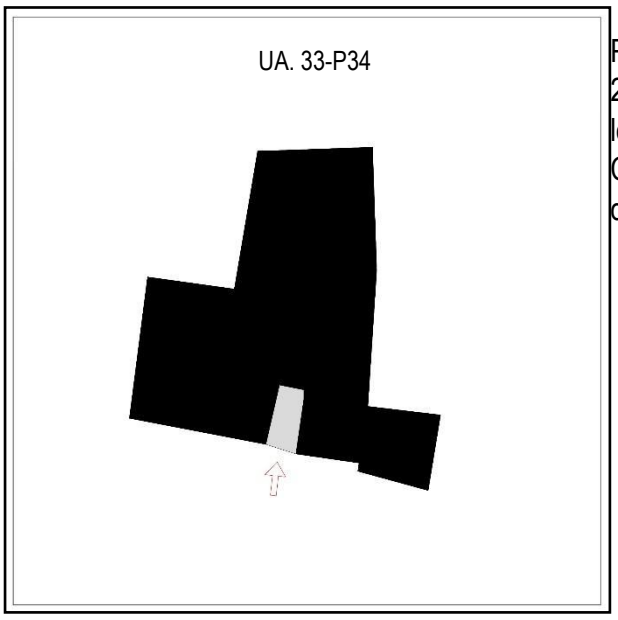
0 10 20 Metros



Parcela UA.33-P32. Apresenta uma dimensão de 142.773 m2 e é composta por 02 edifício, 02 logradouros. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

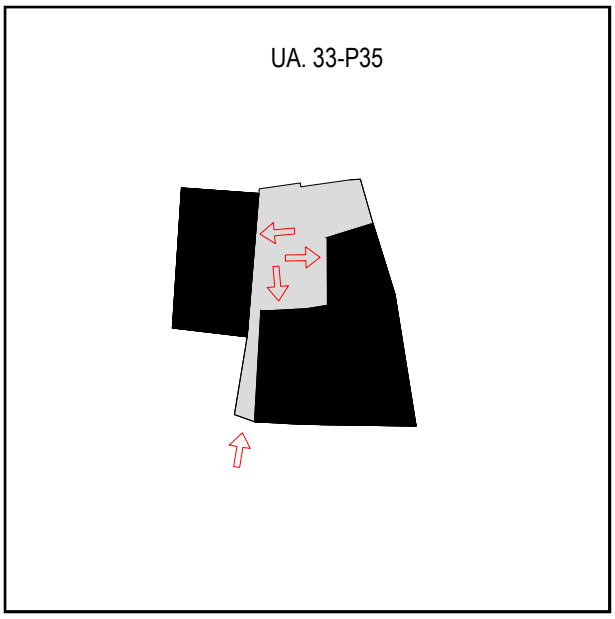


Parcela UA.33-P33. Apresenta uma dimensão de 173.997 m2 e é composta por 03 edifícios, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

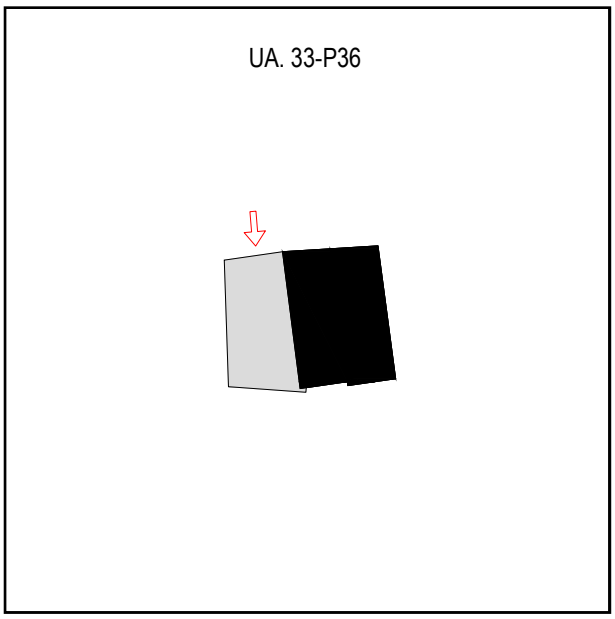


Parcela UA.33-P34. Apresenta uma dimensão de 274.891 m2 e é composta por 03 edifícios e 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

0 10 20 Metros



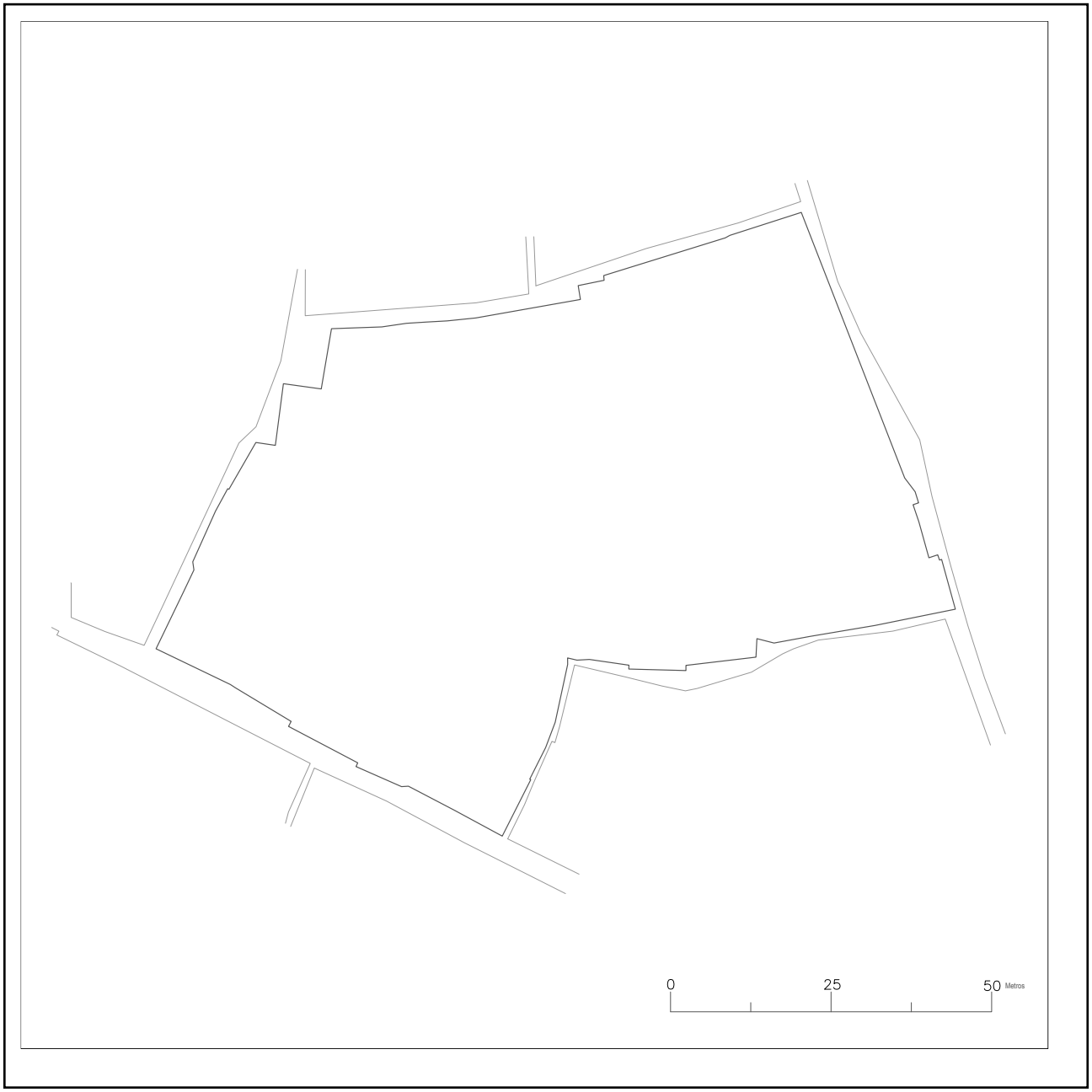
Parcela UA.35-P35. Apresenta uma dimensão de 198.581 m2 e é composta por 03 edifícios, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.



Parcela UA.33-P 36. Apresenta uma dimensão de 95.156 m2 e é composta por 01 edifício e 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

0 10 20 Metros

2.1.3 Peças Desenhadas



LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: IMPLANTAÇÃO

ESCALA: FORMATO FOLHA

LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: PARCELÁRIO

ESCALA: FORMATO FOLHA

LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: EDIFICADO

ESCALA: FORMATO FOLHA

LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: LOGRADOURO

ESCALA: FORMATO FOLHA

Capítulo 3. MULEMBA

3.1 Amostra n.º 6 – Unidade de Agregação # 9

3.1.1 Descrição genérica da Amostra

Para além do critério da localização, a identificação de elementos constituintes dos sistemas habitacionais triádicos, específicos da nossa hipótese, nomeadamente as casas CSU, os logradouros e as árvores são indispensáveis. A amostra n. º01 refere-se à Unidade de Agregação nº 9. Tem uma Área total: 2103. 597 m² e delimitada por um perímetro de cerca de 203.588 m. A análise revelou 16 edificações no total com 09 com relação directa para a rua e 07 com relação para o interior. Os 16 edifícios compreendem 1044.155 m2(49%) de afectação do solo contra 997.068m2 de logradouro, ou seja, de 47 % área desocupada mais 82.374m2(4%) equivalente a área de circulação. Assim sendo foram identificados três tipos de parcelas: 02 parcelas edifício-logradouro-árvore; 04 parcelas com edifícios-logradouro e 03 parcelas-edifício

Fig.29-Construções em altura

Fig.30-Rua com casas em madeira

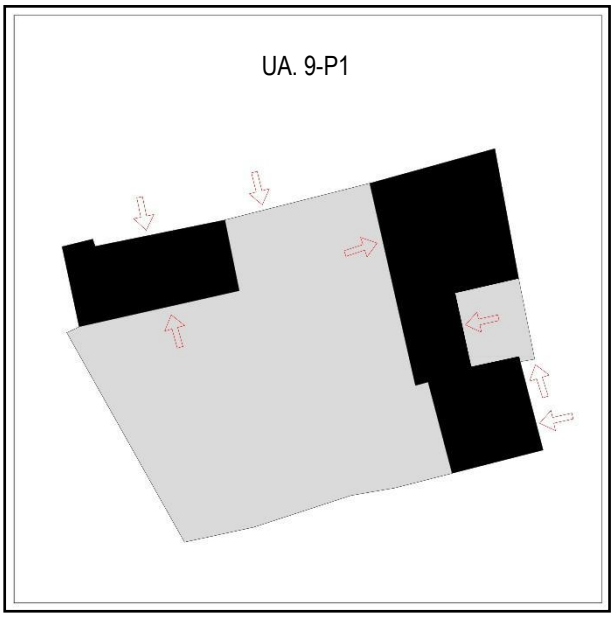
Fig.31-Corredor de circulação

Fig.32-Rua do tira sapato

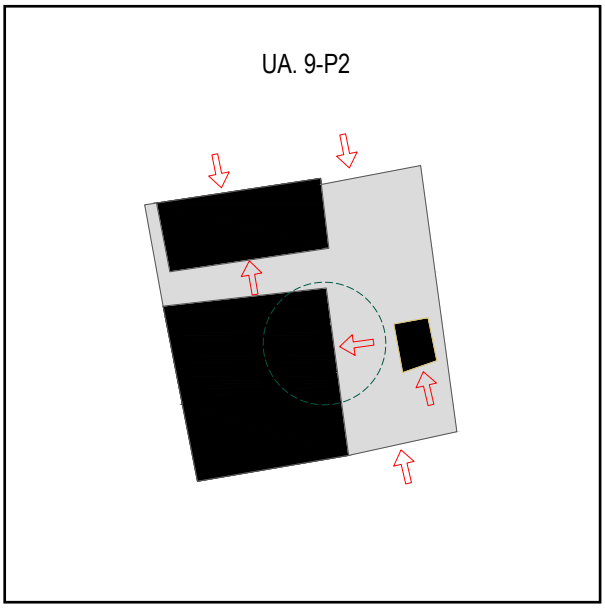
Fig.33-Casa antigas em madeira

Fig.34-Casa antiga em madeira

3.1.2 Descrição do Parcelário



Parcela UA.9-P1. Apresenta uma dimensão de 591.549 m2 e é composta por 02 edifícios e 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir da Rua/Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal/edifício.



Parcela UA.9-P2. Apresenta uma dimensão de 338.488 m2 e é composta por 03 edifícios, 01 logradouro e 01 árvore. O acesso à parcela é feito a partir da Rua/Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal/edifício.

0 10 20 Metros

Parcela UA.9-P3. Apresenta uma dimensão de 231.460 m2 e é composta por 02 edifícios, 01 logradouro e 02 árvores. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor\Rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal\edifício.

UA. 9-P3

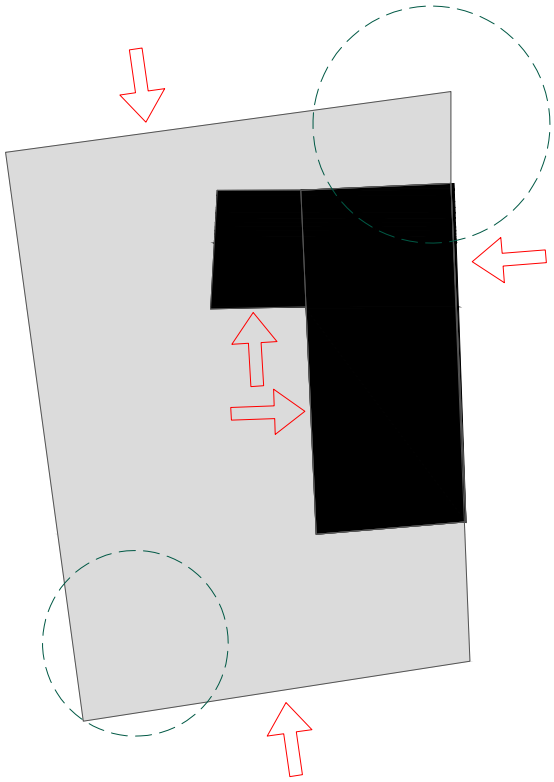
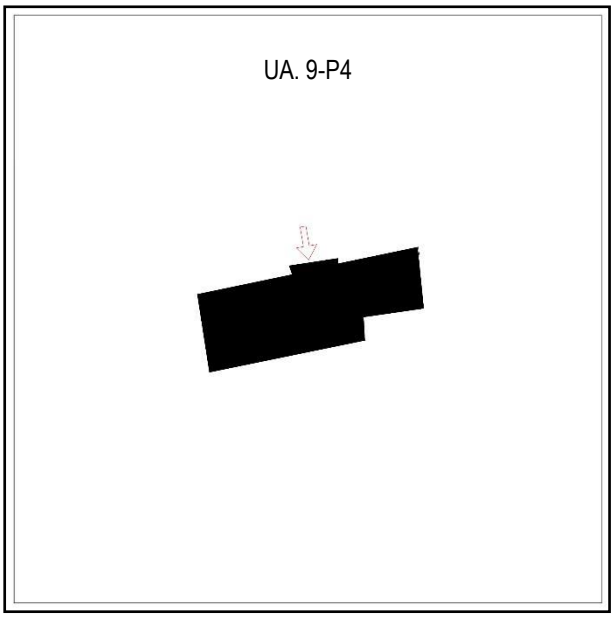


Fig.35-Casa principal em madeira

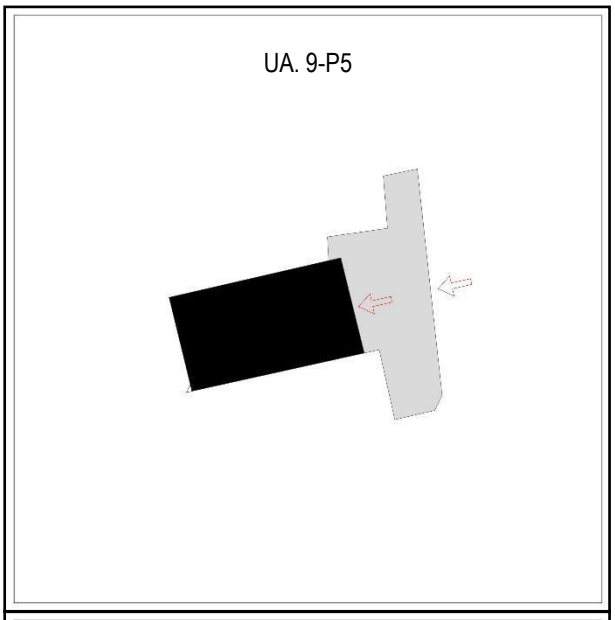
Fig.36-Logradouro e árvore

Fig.37-logradouro

Fig.38-Logradouro e árvore



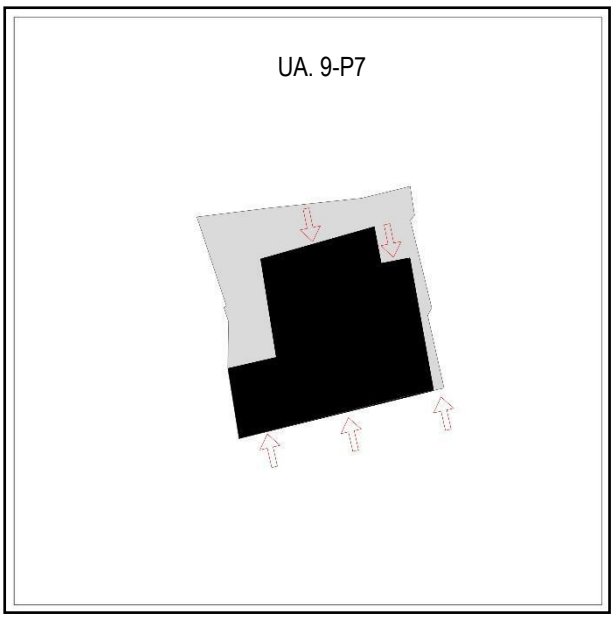
Parcela UA.9-P4. Apresenta uma dimensão de 77.874 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o edifício.



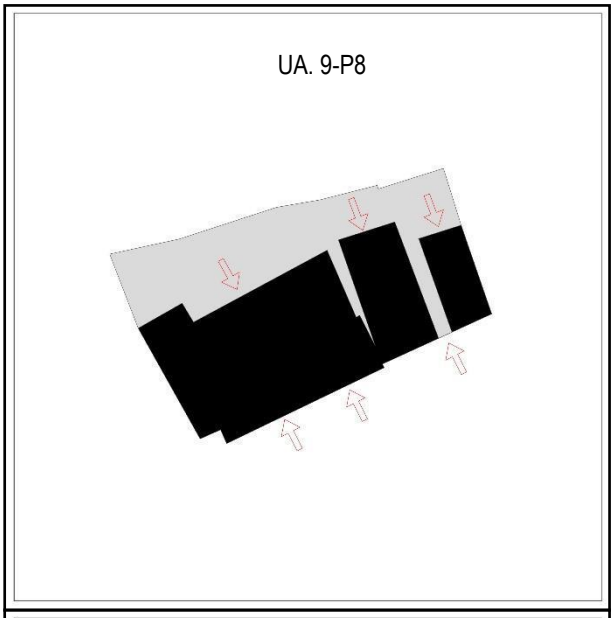
Parcela UA.9-P5. Apresenta uma dimensão de 151.197 m2 e é composta por 01 edifício e 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

Parcela UA.9-P6. Apresenta uma dimensão de 77.117 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o edifício.

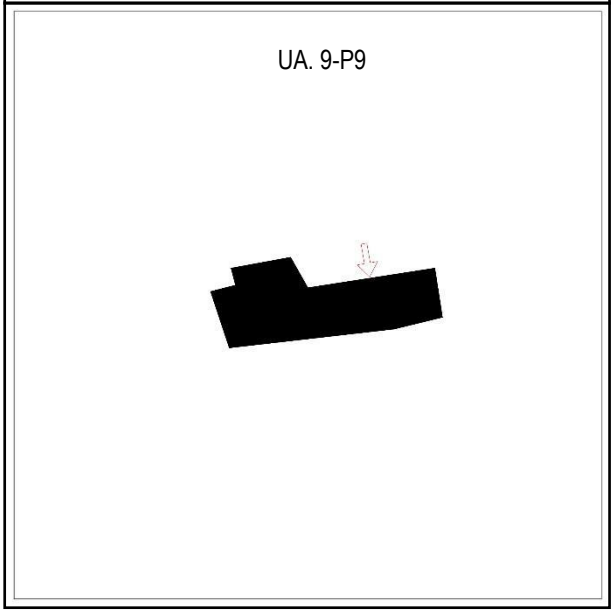
0 10 20 Metros



Parcela UA.9-P7. Apresenta uma dimensão de 203.314 m2 e é composta por 02 edifícios e 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal/edifício.



Parcela UA.9-P8. Apresenta uma dimensão de 285.587 m2 e é composta por 03 edifícios e 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal/edifício.



Parcela UA.9-P9. Apresenta uma dimensão de 63.047 m2 e é composta por 01 edifício. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o edifício.

0 10 20 Metros

3.1.3 Peças Desenhadas

LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

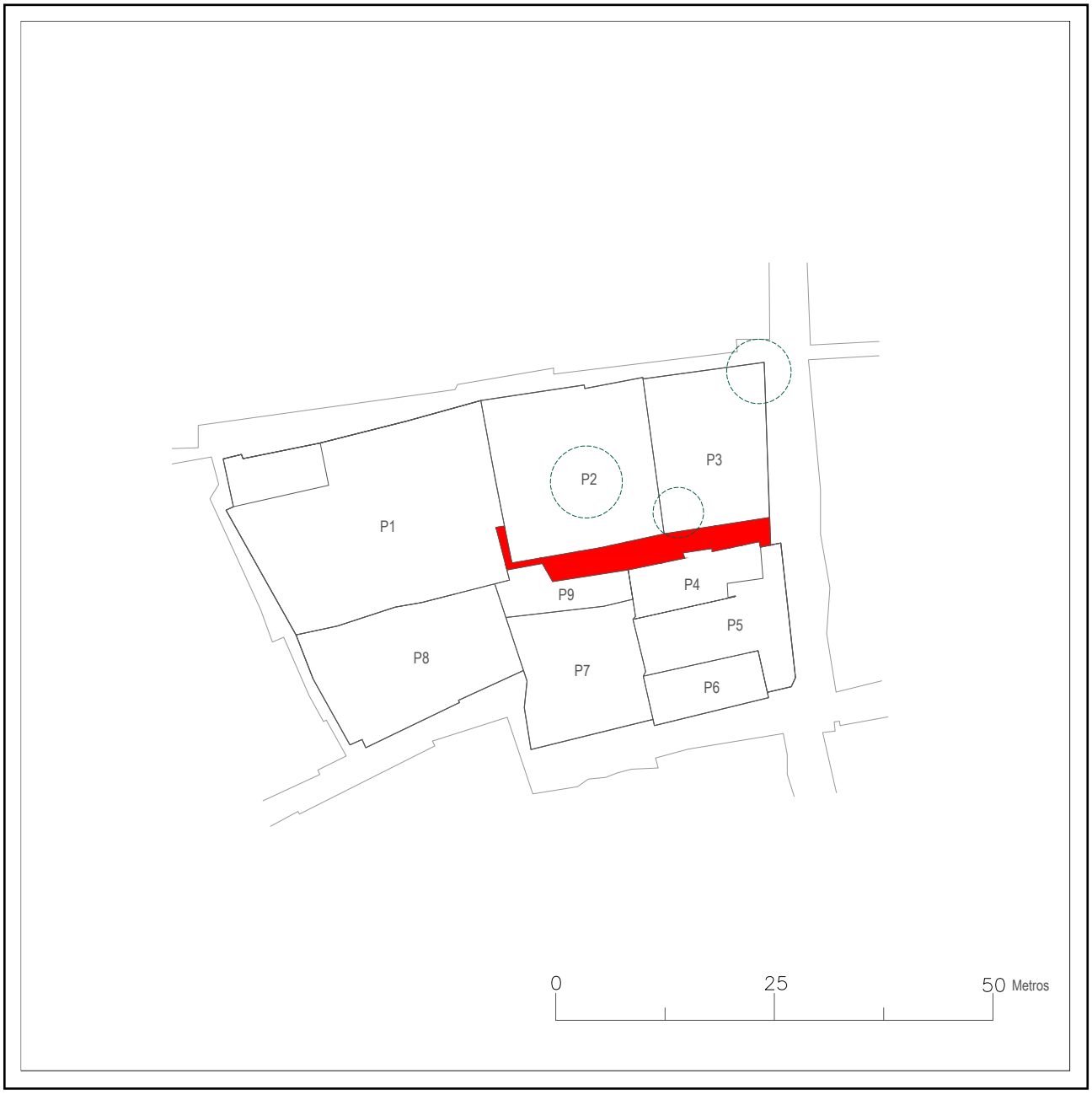
UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: IMPLANTAÇÃO

ESCALA: FORMATO FOLHA



LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

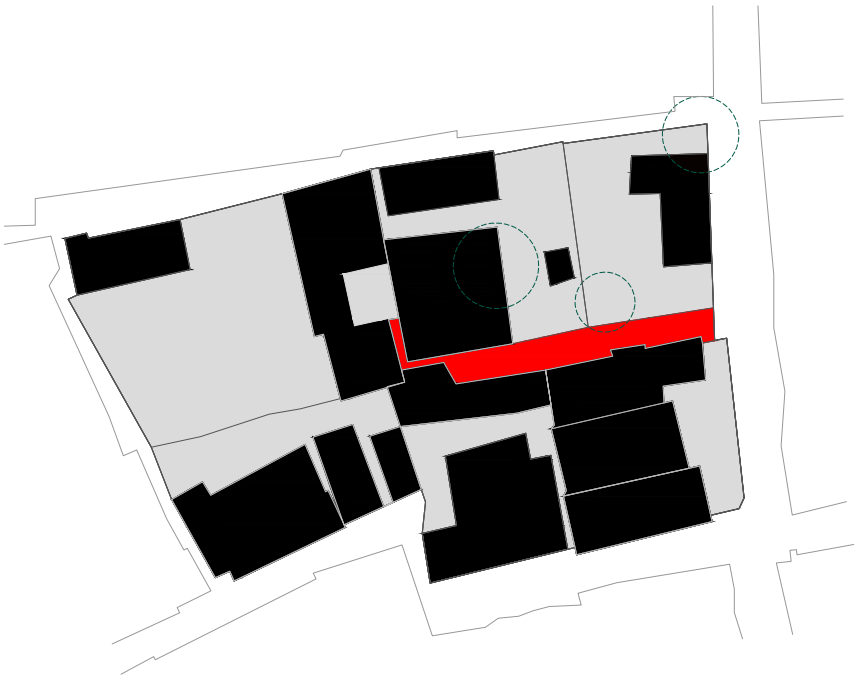
UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: PARCELÁRIO

ESCALA: **FORMATO** **FOLHA**



LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: EDIFICADO

ESCALA: FORMATO FOLHA

LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA:

LOGRADOURO

ESCALA: FORMATO FOLHA

Capítulo 4. MOTA

4.1 Amostra n.º 7 – Unidade de Agregação #73 (Quarteirão 3)

4.1.1 Descrição genérica da Amostra

A amostra n. º01 refere-se à Unidade de Agregação nº 73. Tem uma Área total: 4982.460m2 e delimitada por um perímetro de cerca de 323.439 m. A análise revelou 46 edificações no total, com 16 com relação directa para a rua e 30 com relação para o interior. Os 46 edifícios compreendem 2803.00 m2 (56%) de afectação do solo contra 2046.62m2 de logradouro, ou seja 41% de área desocupada mais 132.84 m2(3%) equivalente a área de circulação. Assim sendo foram identificados três tipos de parcelas: 02 parcelas edifício-logradouro-árvore; 04 parcelas com edifícios-logradouro e 03 parcelas-edifício.

Fig.39-Identificação das Parcelas

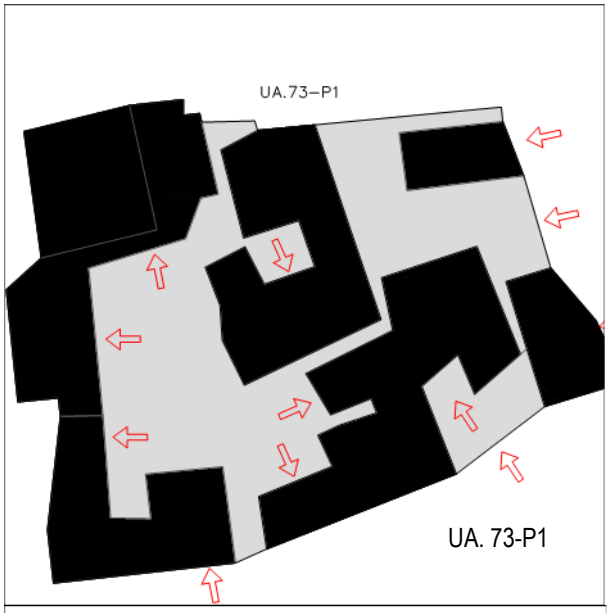
Fig.40-Rua da Lama

Fig.41-Corredor de circulação

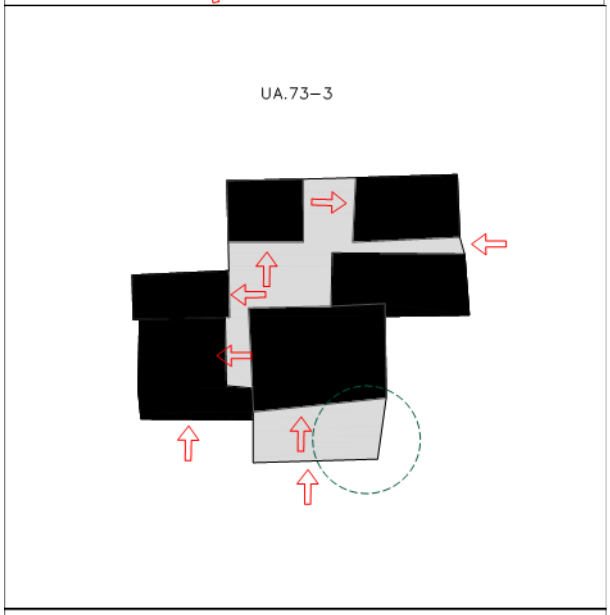
Fig.42-Corredor de circulação

Fig.43-Corredor de circulação

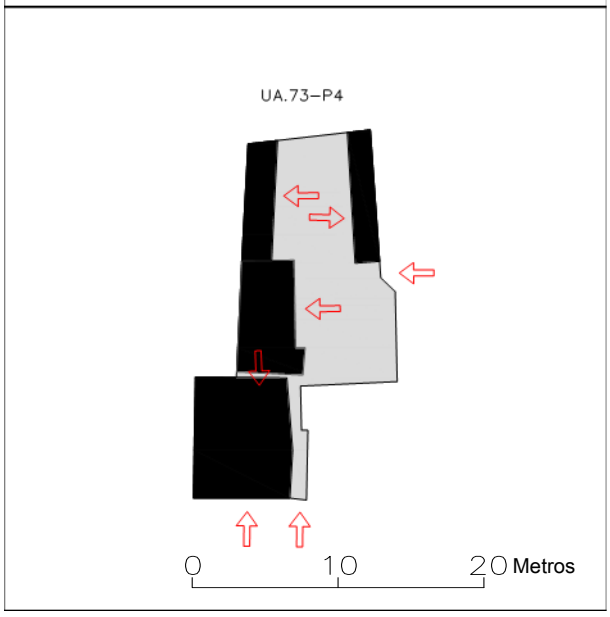
4.1.2 Descrição do Parcelário



Parcela UA.73-P1. Apresenta uma dimensão de 942.636,m2 e é composta por 05 edifício, 03 logradouros . O acesso à parcela é feito a partir da Rua/corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal/edifício..



Parcela UA.73-P3. Apresenta uma dimensão de 296.139,m2 e é composta por 04 edifícios, 02 logradouros e 01 árvore . O acesso à parcela é feito a partir do Corredor\Rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal/edifício.



Parcela UA.73-P4. Apresenta uma dimensão de 210.897,m2 e é composta por 03 edifícios, 01 logradouro e 01 árvore. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor\Rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

Parcela UA.73-P2.

Apresenta uma dimensão de 296.139,m2 e é composta por 04 edifícios, 02 logradouros e 01 árvore . O acesso à parcela é feito a partir do Corredor\Rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal/edifício..

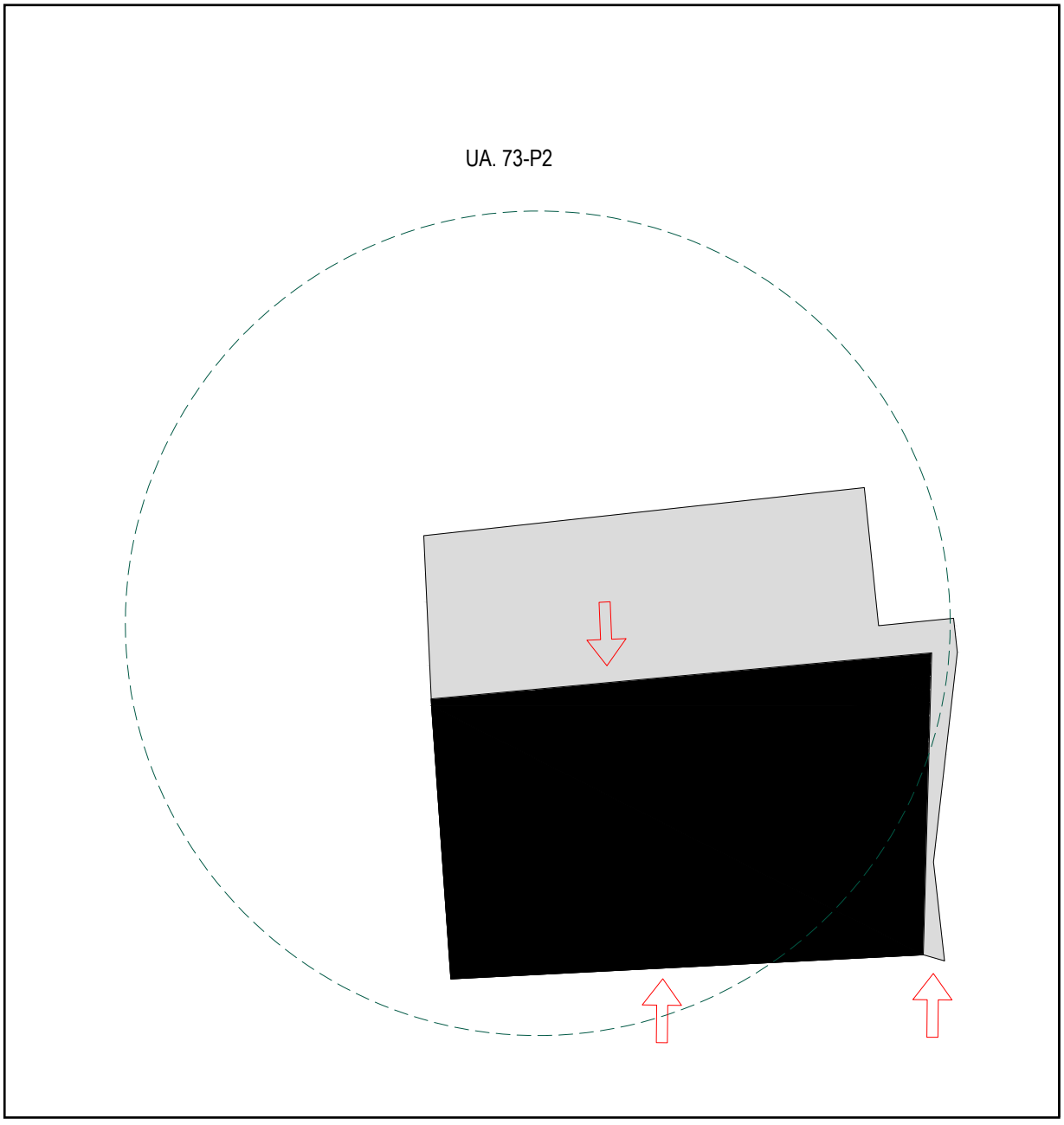


Fig.44-Logradouro em análise

Fig.45-Árvore de referência

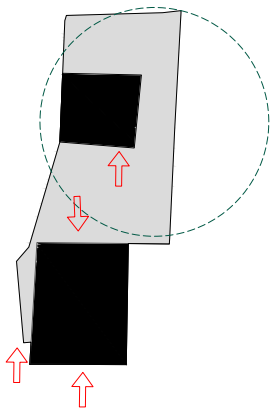
Fig.46-Corredor de acesso ao logradouro

Fig.47-Árvore de referência

Fig.48-Registo Fotográfico do Interior da Parcela

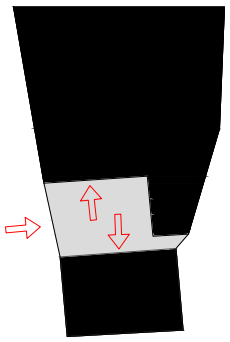
UA. 73-P4

UA. 73-P5



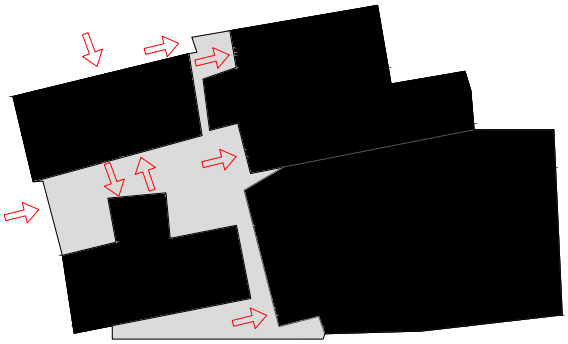
Parcela UA.73-P5. Apresenta uma dimensão de 177.587,m2 e é composta por 02 edifícios, 01 logradouro e 01 árvore . O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal/edifício.

UA. 73-P6



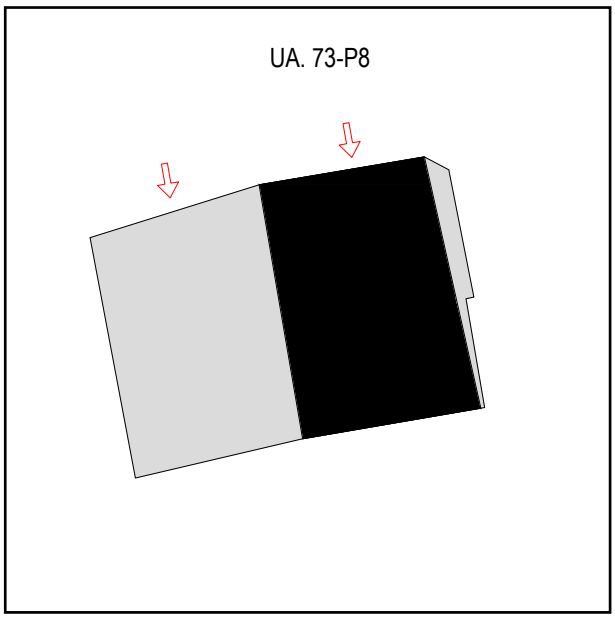
Parcela UA.73-P6. Apresenta uma dimensão de 230.158,m2 e é composta por 02 edifícios, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal.

UA. 73-P7

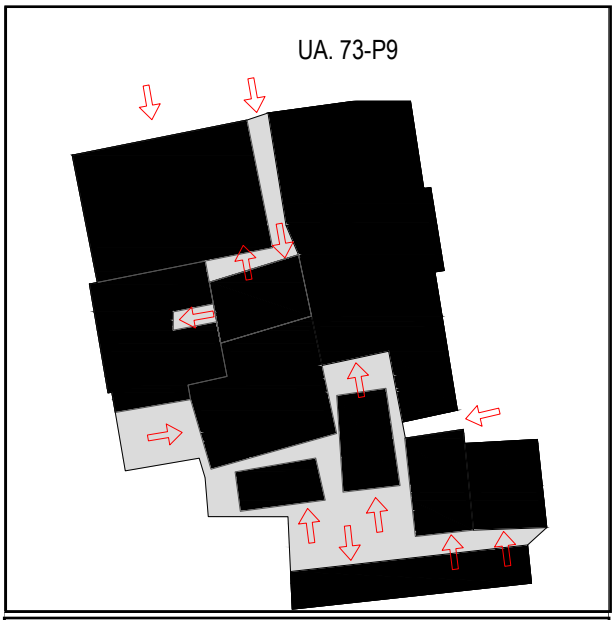


Parcela UA.73-P7. Apresenta uma dimensão de 603.061m2 e é composta por 03 edifícios, 01 logradouro . O acesso à parcela é feito a partir do Corredor. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal..

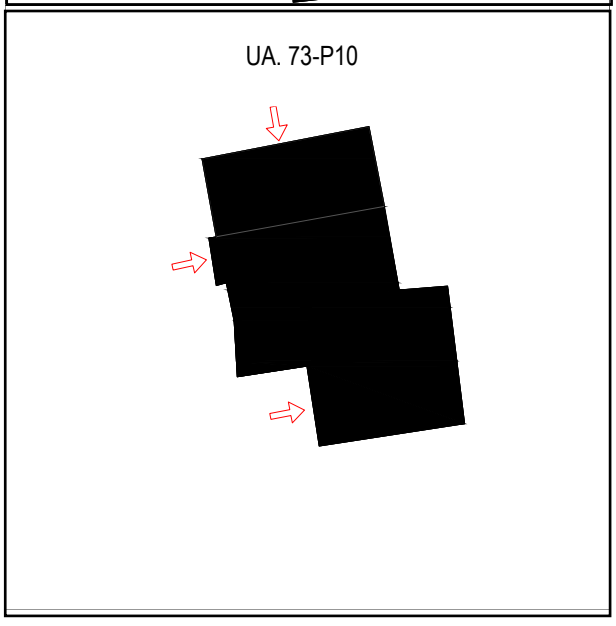
0 10 20 Metros



Parcela UA.73-P8. Apresenta uma dimensão de 402.112 m2 e é composta por 01 edifício, 01 logradouro. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal/edifício.



Parcela UA.73-P9. Apresenta uma dimensão de 684.592 m2 e é composta por 06 edifícios, 02 logradouros . O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o quintal/edifício.



Parcela UA.73-P10. Apresenta uma dimensão de 233.511 m2 e é composta por 01 edifício, 01. O acesso à parcela é feito a partir da Rua. O acesso ao interior da parcela é feito directamente para o edifício.

0 10 20 Metros

4.1.3 Peças Desenhadas

LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: IMPLANTAÇÃO

ESCALA: FORMATO FOLHA

LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

PEÇA: PARCELÁRIO

ESCALA: FORMATO FOLHA

LEGENDA

- Árvores
- Limites da Vizinhança
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

EDIFICADO

PEÇA:

ESCALA: **FORMATO** **FOLHA**

LEGENDA

- Árvores
- Limites da Rua
- Limites da Unidade de Agregação
- Área de Circulação

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ARQUITECTURA - **CEICA**

LEVANTAMENTO URBANÍSTICO

LOGRADOURO

PEÇA:

ESCALA: **FORMATO** **FOLHA**

Cronologia dos Musseques de Luanda séc. XVIII - XX

Levantamento Bibliográfico e Cartográfico

Este apêndice é parte integrante do projecto de Investigação

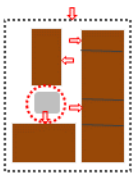
"Os Signos Espaciais dos Musseques.

Ficha Técnica

Ângela Cristina de Branco Lima Mingas, Coord.

Pedro Mvemba Cidade, Arquitecto Assistente

Jair Amed Ribeiro Traça, Arquitecto Assistente



Março 2023

1. Lista dos Musseques identificados em diversas fontes e correspondência com datas específicas

Nº	Pepetela	Mingas	Correia	Freire, Luandino	Troufa Real	Mourão	Categorias		Obs.
	Carta de 1796	*Carta de 1862*	*1930*	*1940*	*1974*		*Grupo*	*Antiguidade*	*Status Quo*
1	Carmo	Ingombota		Ingombota,					Requalificado
2	Maianga			Maianga,					Extinto
3	Sangandonbe	Sangangombe		Sangam-Dombe					Extinto
4			Adriano Moreira		Adriano Moreira		A		Não Requalificado
5			Calemba		Calemba	Calemba	D	menos antigos	Não requalificado
6			Catambor		Catambor	Catambor,	B	menos antigos	Não requalificado
7			Josefa Marçal		Marçal	Marçal	A	Muito antigos/	requalificado
8			Lixeira		Lixeira	Lixeira,	A	menos antigos	Não requalificado
9			Mota		Mota	Mota	A	Muito antigos	Não requalificado
10			Burity (Bairro Operário)			Burity (Bairro Operário)		Muito Antigos	Extinto
11			Pepita			Pepita,		extintos	Não requalificado
12			Prenda		Prenda	Prenda,	B	menos antigos	Não requalificado
13			Ramalho	Ramalho,					Não requalificado
14			Rangel		Rangel	Rangel,	A	menos antigos	Não requalificad
15			Sambizanga		Sambizanga	Sambizanga	A	muito antigos	Não requalificados
16			Zangado		Zangado		A		Não requalificado
17				Braga (Bairro do Café)		Braga (Bairro do Café)			Extinto
18				Samba	Samba Pequena	Samba Pequena	B	menos antigos	Não requalificado
19					Caputo	Caputo,	A	menos antigos	Não requalificado
20					Cazenga	Cazenga	C	novos	Não requalificado
21					Cemitério Novo	Cemitério Novo	D	novos	Não requalificado
22					Golfe	Golfe	E	novos	Não requalificado
23					Mulemba	Mulemba	F	muito novos	Não requalificado

Nº	Pepetela	Mingas	Correia	Freire, Luandino	Troufa Real	Mourão	Categorias		Obs.
	Carta de 1796	*Carta de 1862*	*1930*	*1940*	*1974*		*Grupo*	*Antiguidade*	*Status Quo*
24					Palanka	Palanka	D	muito novos	Não requalificado
25					Petrangol	Petrangol	F	muito novos	Não requalificado
26						Cabeça			Extinto
27						Rocha Pinto		muito novos	Não requalificado
28						Tavira			S/Dados
29						Viúva Leal			S/Dados
30						Voto Santos			S/Dados
31						Pedrosa			S/Dados
32					Canivete		C		Não requalificado
33					Congo Pequeno		C		Não requalificado
34				Ferreiras					Extintos
35				Kafago					Extintos
36				Kaponta					Extintos
37				Katari					Extintos
38				Kinanga,					Extintos
39				Kinaxixi,					Extintos
40				Kipakas,					Extintos
41				Kisando					Extintos
42				Kisando					Extintos
43				Mazuika					Extintos
44		Coqueiros							Requalificado
45		Flores,							Extintos
46		Magalhães Silva							Extintos
47		Massi							Extintos
48		Torres,							Extintos
49		Van-Dunen							Extintos
50	Bungo								Extintos
51	Nazaré								Extintos
52	Rosário								Extintos
53	Santa Efigénia								Extintos
54			Caputo						S/Dados

Nº	Pepetela	Mingas	Correia	Freire, Luandino	Troufa Real	Mourão	Categorias		Obs.
	Carta de 1796	*Carta de 1862*	*1930*	*1940*	*1974*		*Grupo*	*Antiguidade*	*Status Quo*
55			Cayatte (Bairro S.Paulo)						Extintos
56			Cazanga						Abandonado

Grupo: Troufa Real

Antiguidade: Fernando Mourão categoriza os musseques pela antiguidade referindo-se como 'novos', 'antigos' e 'muito antigos'

Extintos: Musseques que foram demolidos e dos quais não existem vestígios da ocupação anterior

Requalificados: Musseques que foram alvo de projectos e/ou planos de requalificação e onde é possível encontrar vestígios da ocupação anterior

Não requalificados: Musseques que poderão ter sofrido intervenções pontuais mas cujo tecido é predominantemente de feição originária

Abandonado: o caso único da Cazanga refere-se a um assentamento na actual 'Ilha dos Padres' que ocorreu nos séc. XVIII e XIX.

2. Fichas de Leitura (Transcrições)

Segundo o autor Fernando Mourão e por ordem de antiguidade temos três grupos: Sambizanga, Mota e Marçal (muito antigos), Lixeira, Rangel, Caputo, Catambor, Prenda, Calemba e Samba Pequena (menos antigos), Cazenga, Cemitério Novo e Golfe (novos) e o Palanka, Petrangol, Mulemba e Rocha Pinto (muito novos). Do mesmo autor ainda se refere aos musseques Burity , Braga, Viúva Leal, Pepita, Pedrosa[1], Cabeça, Tavira, Voto Santos que, desapareceram ou incorporados nos novos (Cazenga, Cemitério Novo ou Golfe) ou muito novos (Palanca, Petrangol, Mulemba) (MOURÃO, 2006: 226).

Sobre um dos bairros mais icónicos da cidade, o Bairro Operário, segundo Amadeu Amorim, teve "como primeiro nome Musseque Burity, por ser terreno da família Burity. Recordo que a ideia do colono era concentrar aí quem também não se adequasse à Ingombota e Maianga, para melhor controlo. Como não lhes convinha muito deixar lá o clã Burity, a família cede o espaço, numa troca em que ganha um outro no Cruzeiro, embora não domine ao detalhe os moldes da troca, um assunto que convido a todos investigar"[2].

A autora Alice Correia, refere que na década de 30 do século XX, existiam para além do foram da cidade os musseques do Ramalho, Cayatte, Mota, Pepita e Josefa Marçal. *["Nos anos de 1930 do século XX, os trabalhadores que auxiliavam no comércio e nos serviços domésticos já moravam acima da avenida Brito Godins, ou seja, a maior parte dos negros são empurrados para a periferia da cidade e deram origem aos musseques do Ramalho, Cayatte, Mota, Pepita e Josefa Marçal. Os moradores "pagavam foro aos proprietários" brancos e alguns negros como o Tavira, Voto Santos e Josefa Marçal, cujas propriedades ficavam fora do foral da cidade." Correia 2018, p.88*] | [*Cayatte: (hoje uma parte do bairro de São Paulo bem próximo da Igreja) Correia p.231]*

Outro autor, Troufa Real, subdivide os musseques até ao fim da era colonial em 6 grupos sem ser explícito em relação ao seu critério de agrupamento nomeadamente; Grupo A: Sambizanga, Mota, Zangado, Lixeira, Rangel, Caputo, Marçal, Adriano Moreira. Grupo B: Catambor, Samba P. (Pequena?) e Prenda. Grupo C: Cazenga, Canivete

[1] *Musseque Pedrosa, nos anos 40 do séc. XX é o actual bairro Marçal. Jornal de Angola. 03/01/2016. Voto Gonçalves arregaça mangas. https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=348935*

[2] Jornal de Angola, 25/01/2018. Luanda foi fundada há 442 anos. https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=397398

e Congo P. (Pequeno?). Grupo D: Calemba, Cemitério Novo, Palanca. Grupo E: Golfe. Grupo F: Petrangol e Mulemba.

Os autores Luandino Vieira e Eleutério Freire identificam 16 musseques no período colonial nomeadamente, Katari, Kisando, Kaponta e Kipakas, Kinaxixi, Kafago, Kinanga, Ingombota, Maianga, Samba, Ferreiras, Ramalho, Braga, Mazuika, Sangam-Dombe e Kisando. O mapa feitos pelo escritor e pelo investigador tem como base a Carta de 1926 e é apresentado pela autora Alice Correia na sua tese de doutoramento (Correia, 2018).

Em termos cartográficos, temos três fontes que identificam os musseques. A primeira remete para o séc. XIX e nele contam 5 musseques os Musseques Massi, Flores, Torres, Van-Dunen e Magalhães Silva e três bairros indígenas nomeadamente “Coqueiros”, “Sangangombe” e “Ingombota”. A segunda é ‘Planta sinóptica da forma de ocupação do solo de luanda’ (Amaral, 1968). A terceira é o mapa da localização dos musseques de Luanda elaborado pela equipa coordenada por Troufa Real a propósito da revisão do Plano Director de Luanda de 1974 (Troufa Real, 2011)